JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Câmara Municipal de Alto Garças 5
Câmara Municipal de Araputanga 5
Câmara Municipal de Arenápolis 5
Câmara Municipal de Cáceres 5
Câmara Municipal de Canarana 7
Câmara Municipal de Carlinda 7
Câmara Municipal de Confresa 7
Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento 13
Câmara Municipal de Nova Guarita 13
Câmara Municipal de Nova Marilândia 14
Câmara Municipal de Nova Monte Verde 15
Câmara Municipal de Nova Olímpia 15
Câmara Municipal de Nova Xavantina 16
Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo 16
Câmara Municipal de Poconé 16
Câmara Municipal de Porto Estrela 17
Câmara Municipal de Rondolândia 19
Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu 19
Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste 20
Câmara Municipal de São José do Rio Claro 20
Câmara Municipal de Sapezal 21
Câmara Municipal de Tabaporã 21
Câmara Municipal de Terra Nova do Norte 23
Câmara Municipal de Várzea Grande 26
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 27
Consórcio Intermunicipal Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Guaporé 52
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá – CIDES-VRC 53
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Araguaia – CIDESAA 53
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia - CODEMA 53
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 53
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 53
Instituto Municipal da Previdência dos Servidores de Tangará da Serra - SERRAPREV 54
Prefeitura Municipal de Água Boa 56
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 67
Prefeitura Municipal de Alto Garças 83
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 88
Prefeitura Municipal de Apiacás 90
Prefeitura Municipal de Araguainha 103
Prefeitura Municipal de Araputanga 103
Prefeitura Municipal de Arenápolis 105
Prefeitura Municipal de Aripuanã 109
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 122
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 123
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 124
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 126
Prefeitura Municipal de Brasnorte 128
Prefeitura Municipal de Cáceres 129
Prefeitura Municipal de Campinápolis 138
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 141
Prefeitura Municipal de Campo Verde 145
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 147
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 153

Prefeitura Municipal de Canarana 156
Prefeitura Municipal de Carlinda 158
Prefeitura Municipal de Castanheira 161
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 162
Prefeitura Municipal de Cláudia 163
Prefeitura Municipal de Cocalinho 164
Prefeitura Municipal de Colíder 165
Prefeitura Municipal de Colniza 171
Prefeitura Municipal de Comodoro 180
Prefeitura Municipal de Confresa 189
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 193
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 194
Prefeitura Municipal de Curvelândia 238
Prefeitura Municipal de Diamantino 251
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 256
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 257
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 258
Prefeitura Municipal de General Carneiro 260
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 261
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 264
Prefeitura Municipal de Guiratinga 265
Prefeitura Municipal de Itanhangá 272
Prefeitura Municipal de Itaúba 273
Prefeitura Municipal de Itiquira 275
Prefeitura Municipal de Jaciara 276
Prefeitura Municipal de Juína 280
Prefeitura Municipal de Juruena 280
Prefeitura Municipal de Juscimeira 284
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 287
Prefeitura Municipal de Luciara 289
Prefeitura Municipal de Marcelândia 289
Prefeitura Municipal de Matupá 291
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 294
Prefeitura Municipal de Nobres 299
Prefeitura Municipal de Nortelândia 302
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 303
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 306
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 317
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 318
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 318
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 320
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 321
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 321
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 323
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 326
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 327
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 329
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 333
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 334
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 337
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 339
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 339
Prefeitura Municipal de Paranatinga 343
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 359
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 385
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 399
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 400
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 400
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 401
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 401
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 401
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 402
Prefeitura Municipal de Poxoréu 405

Prefeitura Municipal de Querência 406
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 411
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 412
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 413
Prefeitura Municipal de Rio Branco 461
Prefeitura Municipal de Rondolândia 462
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 462
Prefeitura Municipal de Santa Carmem 463
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 466
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 466
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 469
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 505
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 507
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 509
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 510
Prefeitura Municipal de São José do Povo 517
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 517
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 518
Prefeitura Municipal de Sapezal 521
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 529
Prefeitura Municipal de Sorriso 530
Prefeitura Municipal de Tabaporã 626
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 627
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 772
Prefeitura Municipal de Torixoréu 776
Prefeitura Municipal de União do Sul 777
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 783
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 784
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 841
Prefeitura Municipal de Vila Rica 842

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM TRIÊNIO 2024/2026

Presidente de Honra: Juarez Alves da Costa

Presidente: Leonardo Tadeu Bortolin

Primeiro Vice-Presidente: Hemerson Lourenço Máximo - Colíder

Segundo Vice-Presidente: José Guedes de Souza - Rondolândia

Terceiro Vice-Presidente: Edu Laudi Pasccoski - Itanhangá

Quarto Vice-Presidente: Marcelo de Aquino - General Carneiro

Quinto Vice-Presidente: Thiago Castelian Ribeiro - Santa Terezinha

Secretário Geral: Janailza Taveira Leite - São Félix do Araguaia

Primeiro Secretário: Carlos Sirena - Juara

Tesoureiro Geral: Nelson Antônio Pain - Poxoréu

Primeiro Tesoureiro: Francieli Magalhães Vieira Pires - Santo Antônio Leverger

Segundo Tesoureiro: Manoel Loureiro Neto - Diamantino

Conselho Fiscal:

1º Fernando de Oliveira Ribeiro - Carlinda

2º Fábio Marcos Pereira de Farias - Canarana

3º João Isaack Moreira - Tesouro

Suplentes Fiscais:

1º Egon Hoepers - Santa Rita do Trivelato

2º Irineu Marcos Parmeggiani – Campos de Júlio

3º Enilson de Araújo Rios - Araputanga

Responsável pelo Jornal Oficial AMM

Noides Cenio da Silva

(65)99931-8446 - (65)2123-1200 - (65)99903-7934

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1201

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 015/2025

PORTARIA Nº 015/2025

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, para declarar o dia 02/05/2025, Ponto Facultativo no âmbito do Poder Legislativo de Alto Garças-MT.

CONSIDERANDO, a obrigatoriedade de a Administração facilitar o acesso a informação aos cidadãos, (Lei Nacional n. º 12.527/2011) e (Lei Municipal n. º 1024/2015), por intermédio da ampla publicidade dos dias de suspensão de expediente do Poder Legislativo Municipal. ‘

CONSIDERANDO, que o Decreto Municipal n.º 037, de 25 de abril de 2025, que “Dispõe sobre a decretação de ponto facultativo no dia 02 de maio de 2025, no âmbito do Município de Alto Garças-MT.

CONSIDERANDO, a Portaria n. º 009/2025, que divulga os dias de feriados e ponto facultativo no âmbito do legislativo municipal, no ano de 2025, não consta o dia 02/05/2025, como ponto facultativo, assim,

RESOLVE:

Art. 1 º - Divulgar e tornar público, que no âmbito do Poder Legislativo de Alto Garças-MT, fica declarado Ponto Facultativo o dia **02 de maio de 2025 (Sexta-feira).**

Art. 2 º - Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação. Publica-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, Edifício Sede do Poder Legislativo de Alto Garças –MT, 28, de abril de 2025.

DAVID FRAGA DE CARVALHO FÁBIO ADRIANO AGULHÃO

Presidente Vice-Presidente

MARCOS MARTINS DE SOUZA JORGE H . CARVALHO KONRAD

1º Secretário 2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA Nº 07/2025

Declara ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Araputanga no dia 02 de maio de 2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o dia 01 de maio de 2025 será Dia do Trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Araputanga no dia 02 de maio de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Araputanga - MT, 29 de abril de 2025.

Paulo Cesar Alves de Araújo

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2025

Dispõe sobre ponto facultativo nas dependências do Poder Legislativo Municipal de Arenápolis – MT.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições, e com base no que dispõe a legislação pátria e,

Considerando, que diante da necessidade de compatibilizar o funcionamento das atividades administrativas com os princípios da eficiência e economicidade:

Considerando, que o Poder Executivo de Arenápolis-MT, por meio do Decreto 018/2025, tornou facultativa as atividades funcional no dia 02 (sexta-feira), do corrente mês e ano e,

Considerando a necessidade de compatibilizar o funcionamento das atividades administrativas com os princípios da eficiência e economicidade:

D E C R E T A

Art. 1º. **Ponto Facultativo** nas dependências do Poder Legislativo de Arenápolis-MT, no ***dia 2 de maio de 2.025 (sexta-feira).***

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; COMUNIQUE-SE.

Arenápolis – MT, em 29 de abril de 2025.

AROLDO SOARES DE OLIVEIRA FILHO

PRESIDENTE DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 123/2025

*“Dispõe sobre a concessão de férias ao servidor **ELVIS DA SILVA SOARES** e dá outras providências.”*

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, FLÁVIO NEGAÇÃO,** no uso de suas prerrogativas legais e de acordo como Art. 69, §§1º, 2º, 3º e 4º e o Art. 73, §§1º e 2º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997.

CONSIDERANDO o que consta no Proc. Administrativo Pedido de Férias de Servidor – 015/2025, de 04 de abril de 2025, via 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao servidor **ELVIS DA SILVA SOARES**, ocupante do cargo de Vigia da Câmara Municipal de Cáceres-MT, **30 (trinta) dias de gozo de férias**, relativas ao período de 2024/2025, **com conversão de 1/3 (um terço) das férias em salário-família pecuniário,** a serem gozadas em duas etapas, sendo **a primeira etapa (10 dias) de 05 a 14 de maio** e a **segunda etapa (10 dias) de 02 a 11 de outubro de 2025.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 29 de abril de 2025

FLÁVIO ANTONIO LARA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 125/2025

Dispõe sobre a designação de responsabilidades e diretrizes para a alimentação do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Cáceres, em conformidade com o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, FLÁVIO NEGAÇÃO,** no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

CONSIDERANDO as diretrizes da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

CONSIDERANDO a avaliação anual do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), conforme diretrizes estabelecidas pela Atricon e Tribunais de Contas;

CONSIDERANDO o que consta no Ofício Interno 2.345, de 29 de abril de 2025, via 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Esta portaria tem por finalidade estabelecer diretrizes para a alimentação e atualização do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Cáceres, de forma a garantir a conformidade com os critérios da Lei de Acesso à Informação e do PNTP.

Art. 2º Ficam designadas os seguintes servidores das secretarias/setores responsáveis pela alimentação do portal, conforme suas competências específicas:

I – Secretaria de Contabilidade e Finanças

Responsável: Cláudio Arvelino Sonaque

Suplente: Cláudia Yoshida Dalbem

II – Secretaria de Aquisição e Contratos

Responsável: Charles Finney Dalbem Barbosa

Suplente: Viviane Cristina Matias Pereira

III – Secretaria de Recursos Humanos

Responsável: Poliani Aparecida Otil da Silva

Suplente: Joelson Santana Rodrigues Pereira

IV – Secretaria de Tecnologia da Informação

Responsável: Wellington José da Silva Santos

Suplente: Mateus Vinicius Siqueira Vargas

V – Secretaria de Imprensa

Responsável: Márcio Camilo da Cruz

Suplente: Juliclei Gomes de Almeida

VI – Secretaria Legislativa

Responsável: Joel Xavier do Nascimento

Suplente: Israel Mendes de Souza

Suplente: Valdira Carvalho de Oliveira

VII – Secretaria de Administração

Responsável: José Aparecido Antonini

VIII – Secretaria de Patrimônio Almoxarifado e Frotas

Responsável: Dezenir Aparecida de Souza França

Suplente: Joel da Silva Benevides

IX – Unidade de Controle Interno (UCI)

Responsável: Lucas Pinheiro Sposito

Suplente: Danilo Antoniassi de Figueiredo

XI – Ouvidoria Legislativa

Responsável: Jefferson Blun

Suplente: Lucas Pinheiro Sposito

Art. 3º A Diretora Geral será a autoridade responsável para assegurar o cumprimento das normas estabelecidas nesta portaria, conforme Art. 40 da Lei 12.527/2011.

Art. 4º Todos os setores mencionados deverão manter, as informações de sua responsabilidade, atualizadas em tempo hábil, conforme exigido pela legislação vigente e pelas diretrizes do PNTP.

Art. 5º A Unidade de Controle Interno orientará sobre as publicações e responsabilidades de cada secretaria.

Art. 6º O não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta portaria poderão ensejar em abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 29 de abril de 2025

FLÁVIO ANTONIO LARA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATOS - 2025

CONTRATO Nº12/2025

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: GIVALDO ANDRADE GONZAGA, CNPJ N° 18.166.962/0001-80.

OBJETO: SERVIÇOS DE LAVA - RÁPIDO DOS VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES.

VALOR TOTAL: R$ 6.010,00 (DOIS MIL E QUARENTA E UM REAIS E VINTE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 24 (VINTE E QUATRO) MESES

INÍCIO: 28/04/2025 **TÉRMINO:** 28/04/2027

LOCAL E DATA DE ASSINATURA: CÁCERES-MT, 29 DE ABRIL DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 124/2025

"*Dispõe sobre a nomeação de servidores para atuarem como Fiscal e Suplente de Contrato Administrativo e dá outras providências.*"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, FLÁVIO NEGAÇÃO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

CONSIDERANDO o que consta no Protocolo 570, de 15 de abril de 2025, via 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Fiscal/Suplente do(s) Contrato(s) abaixo, nos termos do Artigo 117 e §§ da Lei Federal nº 14.133/21 e da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2023 – SLC, atribuindo-lhes os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização do(s) referido(s) instrumento(s):

FISCAL:	JOEL DA SILVA BENEVIDES		
SUPLENTE:	GLEISON DA SILVA SOUZA		
CONTRATO	**CONTRATADA/ CNPJ**	**OBJETO**	**TÉRMINO**
Nº 012/ 2025	GIVALDO ANDRADE GONZAGA, CNPJ N° 18.166.962/0001-80.	SERVIÇOS DE LAVA - RÁPIDO DOS VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES.	28/04/ 2027

§ 1º Os servidores acima designados deverão zelar pelo cumprimento das cláusulas do(s) contrato(s) supracitado(s), bem como, registrar detalhadamente por escrito os casos de descumprimento dos termos contratados, devendo ainda, emitir relatório que confirme a execução parcial ou total do(s) objeto(s) contratado(s) e encaminhá-lo(s) ao Gestor de Contratos ou à Secretaria de Aquisição e Contratos, para a adoção das providências necessárias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 29 de abril de 2025.

FLÁVIO ANTONIO LARA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CANARANA

ATO DO PRESIDENTE Nº 06/2025

Dispõe sobre ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Canarana/MT

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base no que dispõe o Art. 40 §1º do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º- Fica determinado ponto facultativo no dia 02 de maio de 2025.

Art. 2º Este ato passa a vigorar da sua publicação.

Canarana/MT, 28 de abril 2025.

Joá José Porto dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

PORTARIA Nº. 029/2025

SÚMULA: "Declara luto oficial com suspensão dos trabalhos legislativos pelo falecimento do Senhor Darci Miranda".

A Senhora **Lucia de Souza Kanno**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são concedidas por Lei,

Considerando: "O falecimento do Senhor Darci Miranda, pai da Vereadora Sandra Cristina Costa".

Resolve:

Artigo 1º - Declarar luto oficial por 03 (três) dias, contados desta data, com suspensão dos trabalhos legislativos no dia 30 de abril de 2025, pelo falecimento do Senhor Darci Miranda, que em vida dedicou-se ao servir com dedicação, tendo contribuído muito com o desenvolvimento de nosso município.

Artigo 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação no local de costume, revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Carlinda, em 29 de abril de 2025.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Lucia de Souza Kanno

Presidente

PORTARIA Nº 030/2025

SÚMULA: "Suspende o expediente e estabelece ponto facultativo nas repartições da Câmara Municipal de Carlinda-MT, e dá outras providencias".

A Senhora **Lucia de Souza Kanno**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são concedidas por Lei,

CONSIDERANDO o feriado de 1º de maio "Dia do Trabalhador".

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender o expediente e estabelecer ponto facultativo no dia 02 de maio de 2025 nas repartições da Câmara Municipal de Carlinda-MT, em decorrência do feriado de 1º de maio "Dia do Trabalhador", sem prejuízo da prestação dos serviços.

Art. 2º. A Câmara Municipal retornará suas atividades na segunda-feira, dia 05 de maio de 2025.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data e revoga as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 29 de abril de 2025

Lucia de Souza Kanno

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda-MT

CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SISTEMA DE OUVIDORIA – IN SOUV Nº 01/2025 VERSÃO: 01 APROVADA NO DIA: 29/04/2025 ATO NORMATIVO PORTARIA: 66/2025

Instrução Normativa Do Sistema De Ouvidoria – IN SOUV Nº 01/2025

Regulamenta a gestão de manifestações no Sistema De Ouvidoria da Câmara Municipal de Confresa.

Versão: 01

Aprovada no dia: 29/04/2025

Ato Normativo Portaria: 66/2025

Setor: SEOUV – Setor de Ouvidoria da Câmara Municipal de Confresa

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. A presente Instrução Normativa – IN integra o conjunto de ações, de responsabilidade da Chefe do Poder Legislativo, no sentido da implementação de regras e procedimentos para gestão de manifestações no sistema de ouvidoria no âmbito da Administração Direta do Poder Legislativo Municipal de Confresa, baseando-se, especialmente, nos dispositivos abaixo discriminados:

1.1.1. Lei Federal n.º 12.527, de 18/11/2011;

1.1.2. Lei Federal n.º 13.460, de 26/06/2017;

1.1.3 Resolução Legislativa 63/2021 - dispõe sobre reestruturação da lei de criação da Ouvidoria.

2. FINALIDADE

2.1. Estabelecer procedimentos administrativos para gestão de manifestações no sistema de ouvidoria, no âmbito da Câmara Municipal de Confresa e em conformidade com a legislação vigente.

3. ABRANGÊNCIA

3.1. A presente IN abrange todas as unidades da estrutura organizacional do Poder Legislativo Municipal de Confresa – MT.

4. DOS CONCEITOS

4.1. Para efeitos desta IN foram adotadas as seguintes definições:

4.1.1. Manifestação anônima: registro de Ouvidoria recebido por qualquer meio disponível nas entidades públicas, sem identificação do usuário;

4.1.2. Manifestação sigilosa: registro de Ouvidoria recebido por qualquer meio disponível, em que a entidade pública, a pedido ou de ofício, oculta a identificação do usuário;

4.1.3. Pseudonimização: tratamento por meio do qual um dado deixa de poder ser associado, direta ou indiretamente, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adiciona;

4.1.4. Usuário: pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviço público;

5. DAS COMPETÊNCIAS E DAS ATIVIDADES

5.1. Compete exclusivamente à Ouvidoria as atividades relacionadas a:

5.1.1. Análise preliminar da manifestação;

5.1.2. Registro da manifestação no sistema informatizado de Ouvidoria;

5.1.3. Triagem da manifestação;

5.1.4. Solicitação de complementação de informações aos manifestantes, quando couber;

5.1.5. Consolidação, preparação e compartilhamento da resposta conclusiva oferecida pela unidade organizacional demandada;

5.1.6. Arquivamento da manifestação no sistema informatizado; e

5.1.7. Reabertura da manifestação no sistema informatizado para fins de apresentação de informação relevante subsequente à conclusão da manifestação, quando cabível.

6. DOS TIPOS DE MANIFESTAÇÕES

6.1. Consulta: manifestação realizada para esclarecer dúvidas quanto aos dados estruturais/estatísticos e/ou serviços ofertados pela Câmara Municipal de Confresa.

6.2. Denúncia: manifestação de informação ou acusação contra atos, pessoas ou entidades que descumpram ou não observem a legislação, o devido procedimento legal, ou que causem prejuízo ou dano ao patrimônio público da Administração Pública Municipal.

6.3. Reclamação: manifestação, sem conteúdo de requerimento, de desagrado ou protesto sobre um serviço prestado, ação ou omissão da administração e/ou servidor público e a existência ou ausência de norma reguladora, no âmbito da Câmara Municipal de Confresa.

6.4. Elogio: manifestação que demonstra apreço, reconhecimento ou satisfação para com o serviço recebido ou atendimento prestado no âmbito da Câmara Municipal de Confresa.

6.5. Sugestão: manifestação que apresenta uma ideia ou proposta para a melhoria dos processos de trabalho, das unidades administrativas e/ou dos serviços prestados pelos setores da Câmara Municipal de Confresa.

7. DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

7.1. Por meio de WhatsApp;

7.2. E-mail institucional: ouvidoria@confresa.mt.leg.br;

7.3. Presencialmente: na sede da Câmara Municipal de Confresa, na Rua Mato Grosso, nº 120 – Centro – Confresa – MT;

7.4. Sítio eletrônico da Câmara Municipal de Confresa: https://www.gws-sistemas.com.br/ouvidoria.cm.confresa/index.php;

8. DOS PROCEDIMENTOS

8.1. Os fluxos/trâmites dos procedimentos se iniciam quando há a realização da manifestação do usuário nos canais de comunicação disponibilizados pela Ouvidoria.

8.2. Recebida a manifestação, a Ouvidoria realizará a análise crítica (triagem) da manifestação do usuário, avaliando o anonimato ou sigilo (da possibilidade e/ou necessidade), realizando – se necessário – a pseudonimização, a classificação da manifestação quanto a tipologia, o assunto e setor ou entidade responsável e demais indexadores relacionados à manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.

8.3. Na análise preliminar, sempre que houver necessidade de esclarecimentos ou informações adicionais para o prosseguimento da manifestação, deverão ser coletados os elementos necessários para atuação da Ouvidoria, informando ao usuário do prazo máximo de 05 (cinco) dias para resposta, sob pena de finalização do atendimento.

8.3.1. A Ouvidoria poderá arquivar a manifestação recebida, ainda na análise preliminar, quando esta:

8.3.1.1. Tiver perdido o objeto;

8.3.1.2. Contiver texto confuso, impróprio, ininteligível ou com elementos que destoam da urbanidade;

8.4. A manifestação do tipo de denúncia deverá conter requisitos mínimos de relevância, autoria e materialidade, ou seja, a denúncia não poderá ser realizada de forma genérica, que deixe de apontar claramente a conduta praticada pelo agente envolvido, e sem a individualização das condutas.

8.4.1. A denúncia poderá ser encerrada quando:

8.4.1.1. Estiver dirigida a setor manifestamente incompetente para dar-lhe tratamento;

8.4.1.2. Não contenha elementos mínimos indispensáveis à sua apuração;

8.4.1.3. Se o autor descumprir os deveres de expor os fatos conforme a verdade; não proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé; ou não prestar as informações que lhe forem solicitadas para o esclarecimento dos fatos**.**

8.5. Nos casos de arquivamentos mencionados nos subitens 8.3 e 8.4, a Ouvidoria responderá ao usuário informando a circunstância, finalizando o atendimento.

8.6. Após a triagem, a manifestação do usuário será encaminhada – através do meio oficial de comunicação interna – para o setor competente.

8.6.1. Neste momento, é atribuído um número ao atendimento para controle e eventuais consultas posteriores (o número é gerado imediatamente nos casos de manifestações em formato *on-line*).

8.7. O setor competente, ao receber a manifestação, fará os encaminhamentos internos devidos e providenciará a resposta à Ouvidoria (através do meio oficial de comunicação interna), apresentando a solução de mérito ou o posicionamento acerca da impossibilidade de seu prosseguimento.

8.7.1. O prazo para resposta à manifestação ao usuário é de 30 (tritna) dias, prorrogável – mediante justificativa fundamentada dos envolvidos – por mais 30 (trinta) dias.

8.7.1.1. Havendo necessidade que ocorra a resposta imediata ao manifestante (nas eventuais situações em que a demora pode ocasionar a perda do objeto da manifestação), ficará à critério da Ouvidoria a definição do prazo máximo de resposta.

8.7.2. O setor não sendo competente, devolverá a manifestação para a Ouvidoria para o encaminhamento devido, indicando, quando possível, o setor competente.

8.7.3. Para os pedidos de acesso à informação, o setor competente providenciará a resposta de maneira imediata, quando disponível.

8.7.3.1. Não sendo possível a disponibilização imediata o setor requisitado terá o prazo de 15 (quinze) dias para fazê-lo, sendo permitida – mediante justificativa fundamentada do agente público responsável – uma única prorrogação de prazo de até 5 (cinco) dias.

8.8. Recebido o retorno do setor, a Ouvidoria avaliará a resposta e – sendo adequada – a encaminhará ao usuário resposta conclusiva à manifestação, através do meio oficial de comunicação interna, e encerrará o atendimento.

8.8.1. Na avaliação de respostas conclusivas às manifestações, a Ouvidoria observará o seguinte conteúdo mínimo:

8.8.1.1. No caso de consulta, os esclarecimentos necessários para dirimir as dúvidas do manifestante;

8.8.1.2. No caso de denúncia, informação sobre o seu encaminhamento às unidades apuratórias competentes ou sobre o seu arquivamento.

8.8.1.3. No caso de elogio, informação sobre o seu encaminhamento e cientificação ao agente público ou ao responsável pelo serviço público prestado, e à sua chefia imediata;

8.8.1.4. No caso de Pedido de acesso à informação será encaminhado ao responsável pelo SIC que tomará as medidas cabíveis.

8.8.1.5. No caso de reclamação, informação objetiva acerca da análise do fato apontado;

8.8.1.6. No caso de sugestão, manifestação do gestor sobre a possibilidade de sua adoção, informando o período estimado de tempo necessário à sua implementação, quando couber;

8.8.2. Sendo inadequada a resposta, a manifestação do usuário é reencaminhada para o setor para esclarecimentos/complementação e, por conseguinte, elaboração de uma nova resposta.

8.8.3. Os setores responsáveis, assim como a Ouvidoria, se comunicarão com os manifestantes em linguagem clara, objetiva e acessível, observando as seguintes orientações:

8.8.3.1. Utilização de termos e expressões compreensíveis ao manifestante, evitando-se expressões em língua estrangeira ou o uso de siglas que não sejam de uso corrente; e

8.8.3.2. Estruturação de textos que privilegiem a resposta ao fato relatado na manifestação em primeiro lugar, deixando informações complementares, explicativas ou institucionais para o final da comunicação.

8.9. O usuário avaliará a resposta e, eventualmente, caso entenda necessário, poderá solicitar novos esclarecimentos a resposta proferida pelo setor ou entidade.

8.10. Recebida a interpelação, a Ouvidoria analisa os motivos e decide pelo acatamento ou recusa dos argumentos.

8.10.1. Em caso de recusa da interpelação, a Ouvidoria notifica o usuário e a manifestação permanecerá com o *status* de encerrada.

8.10.2. Sendo acatada a interpelação, a manifestação é reaberta e reencaminhada ao setor competente para análise dos questionamentos do usuário.

8.11. O setor ou entidade analisa a interpelação e elabora a respectiva resposta no prazo – improrrogável – de 10 (dez) dias.

8.12. O setor ou entidade encaminha resposta à interpelação para a Ouvidoria.

8.13. Recebido o retorno do setor, a Ouvidoria avaliará a resposta referente à interpelação e – sendo adequada – a encaminhará ao usuário, através do meio oficial de comunicação interna, e encerrará o atendimento.

9. DAS SALVAGUARDAS DE PROTEÇÃO À IDENTIDADE DO DENUNCIANTE

9.1. Nos termos do art. 10, §7º da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, desde o recebimento da denúncia, todo denunciante terá sua identidade preservada, que deverá ser mantida com restrição de acesso pelo prazo de que trata o art. 31, §1º, I, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

9.2. A preservação da identidade dar-se-á com a proteção do nome, endereço e quaisquer elementos de identificação do denunciante, que ficarão com acesso restrito e sob a guarda da Ouvidoria e setor competente.

9.3. Os sistemas informatizados que façam o tratamento de denúncias com elementos de identificação do denunciante deverão possuir controle de acesso e permitir a identificação precisa de todos os agentes públicos que às acessem, com as respectivas datas e horários de acesso.

9.4. A Ouvidoria no tratamento da manifestação, quando possível e/ou necessário, deverá providenciar a pseudonimização da denúncia recebida para envio aos setores competentes.

9.6. Todo aquele que realizar denúncia de comprovada má-fé contra terceiro, atendidos os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, estará sujeito às responsabilizações civil e penal.

9.7. Admite-se o recebimento de denúncia anônima, para a utilização das informações e/ou provas fornecidas, permitindo a instauração de procedimentos investigativos preliminares, de caráter reservado, para comprovar a veracidade das informações e/ou provas.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

10.1. O Ouvidor encaminhará ao Presidente da Câmara Municipal e ao Controlador Interno, até o dia 10 (dez) de cada semestre subsequente ao período de apuração, o Relatório de Atividades da Ouvidoria.

10.1.1. O relatório servirá de base para formulação de índices de monitoramento da qualidade, e contribuirão para o aperfeiçoamento e melhoria das atividades prestadas pela Câmara Municipal.

10.2. O Ouvidor encaminhará ao Presidente da Câmara Municipal e ao Controlador Interno, também, o Relatório Anual de Gestão da Ouvidoria.

10.2.1. O Relatório Anual será entregue até 15 (quinze) dias antes de findar-se o prazo para envio da carga do mês de dezembro do Sistema Informatizado APLIC (Auditoria Pública Informatizada de Contas), do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT.

10.2.2. O Relatório Anual disporá – de forma consolidada – sobre as informações referentes às manifestações recebidas e, com base nelas, apontar falhas e sugerir melhorias na prestação de serviços públicos.

10.2.3. Deverá indicar ao menos:

10.2.3.1. O número de manifestações recebidas no ano anterior;

10.2.3.2. Os motivos das manifestações;

10.2.3.3. A análise dos pontos recorrentes; e

10.2.3.4. As providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas.

10.2.3.5. Resultados de pesquisa de satisfação.

10.2.3.6. Trabalhos realizados pela Ouvidoria para difundir conhecimento de seu funcionamento a sociedade.

10.3. A Ouvidoria disponibilizará os relatórios integralmente na internet em até 05 (cinco) dias após o encaminhamento ao Controlador Interno.

10.4. Todos os Setores da Câmara Municipal deverão atender as demandas da ouvidoria, sob pena de responsabilidade prevista do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais normas pertinentes.

10.5. Caberá informe à Ouvidoria e, por conseguinte, notificação desta no caso de descumprimento dos prazos e procedimentos previstos nesta IN.

10.6. Os esclarecimentos, as situações de omissão ou conflito aparente desta IN serão tratadas especificamente no âmbito da Ouvidoria e da Unidade de Controle Interno.

10.8. Esta IN deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem, a fim de verificar a sua adequação aos requisitos das normativas federais e estadual atinentes ao tema, bem como para manter o processo de melhoria contínua dos serviços públicos municipais, devendo notificar a Unidade de Controle Interno sobre a necessidade.

Confresa – MT, 29 de Abril de 2025.

Ederson da Cunha Presidente	Thiago Justen de Morais Unidade de Controle interno

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº.65/2025 DISPÕE SOBRE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO PAGA AO SERVIDOR

PORTARIA Nº.65/2025

DISPÕE SOBRE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO PAGA AO SERVIDOR POR ACUMULO DE FUNÇÃO NÃO PREVISTAS NO CARGO.

EDERSON DA CUNHA, Presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

Considerando o artigo 42 da Lei Complementar 256/2024 de 18 de janeiro de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º - A porcentagem de gratificação paga ao servidor, por acumulação de função não prevista no cargo, será de acordo com o quadro abaixo:

MAT.	NOME	ATRIBUIÇÕES NÃO PREVISTA NO CARGO	GRAT.
132	Marcos Lima Batista	Nomeação de suplente como responsável pelo Frotas da Câmara Municipal – Portaria n.063/2025	50%

Paragrafo Único – a gratificação será paga referente ao período que o titular estiver ausente da função.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa - MT, aos 28 de abril de 2025.

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
INSTRUÇÃO NORMATIVA SIC N. 001/2025. VERSÃO: 01 APROVAÇÃO EM: 29/04/2025 ATO NORMATIVO: PORTARIA 66/2025

INSTRUÇÃO NORMATIVA SIC N. 001/2025.

Versão: 01

Aprovação em: 29/04/2025

Ato Normativo: Portaria 66/2025

Unidade Responsável: Presidência, Secretaria Legislativa, Serviço de Informação ao Cidadão - SIC e demais setores da Câmara Municipal de Confresa.

Dispõe sobre normas e procedimentos para assegurar a transparência e o acesso à informação no âmbito da Câmara Municipal de Confresa, em conformidade com a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 dentre outras normas pertinentes, Resolução Legislativa 83/2025.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece diretrizes e procedimentos para garantir a transparência e o acesso às informações públicas no âmbito da Câmara Municipal de Confresa, conforme os princípios da publicidade e da eficiência administrativa.

Art. 2º Subordinam-se às disposições desta Instrução os setores e unidades administrativas integrantes da estrutura da Câmara Municipal de Confresa.

Art. 3º Para efeitos desta norma, entende-se por:

I - Transparência: obrigação da Administração Pública de prestar contas e divulgar de forma clara, acessível e tempestiva as informações de interesse público, permitindo o controle social;

II - Publicidade: princípio administrativo que determina a divulgação oficial e ampla dos atos administrativos para conhecimento público, assegurando legitimidade e eficácia;

III - Informação Pública: toda aquela produzida, recebida ou armazenada pelos órgãos públicos e que não esteja sujeita a restrições legais ou sigilo.

CAPÍTULO II – DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 4º Para garantir o direito fundamental de acesso às informações públicas, a Câmara Municipal de Confresa promoverá, independentemente de solicitação, a divulgação proativa e periódica de informações de interesse coletivo ou geral, garantindo clareza, precisão e acessibilidade.

§ 1º A divulgação das informações será realizada por meio do portal oficial da Câmara na internet, utilizando linguagem clara e acessível, permitindo fácil navegação e pesquisa pelos usuários.

§ 2º A Câmara também poderá utilizar outros meios complementares de comunicação, incluindo murais, jornais, mídias sociais e outros meios que ampliem o acesso às informações.

Art. 5º São informações que devem estar permanentemente disponíveis no Portal Transparência da Câmara Municipal:

I - Estrutura organizacional detalhada, incluindo competências, atribuições, composição e contatos de cada unidade administrativa e gabinete parlamentar;

II - Dados completos sobre vereadores, incluindo nome, partido, contato, proposições legislativas, biografia, presenças em sessões e comissões;

III - Atas, pautas, gravações e transmissões ao vivo das sessões plenárias e reuniões das comissões permanentes e temporárias;

IV - Legislação municipal atualizada, incluindo leis, decretos legislativos, resoluções e atos administrativos expedidos pela Câmara;

V - Relatórios completos de execução orçamentária e financeira, incluindo receitas e despesas detalhadas, diárias pagas, despesas com viagens oficiais e prestações de contas anuais;

VI - Informações detalhadas sobre processos licitatórios e contratações, incluindo editais, atas, contratos firmados, aditivos, dentre outros pertinentes;

VII - Informações sobre cargos, empregos e funções, com remunerações, gratificações, benefícios e outras verbas recebidas pelos agentes públicos da Câmara Municipal;

VIII - Respostas às perguntas mais frequentes recebidas da sociedade, organizadas em seção específica no portal de transparência no acesso pertinente ao SIC;

§ 1º As informações deverão ser atualizadas com periodicidade mínima mensal, salvo aquelas que, pela natureza, exijam atualização imediata ou diária.

§ 2º O portal oficial deve disponibilizar ferramenta de pesquisa intuitiva, que permita localização rápida e objetiva das informações desejadas pelos cidadãos.

§ 3º As transmissões das sessões plenárias devem ser mantidas em arquivo digital e disponíveis para acesso público posterior por período não inferior a cinco anos.

§ 4º Deverá ser disponibilizado no portal oficial mecanismo para que os cidadãos possam avaliar a transparência das informações fornecidas e sugerir melhorias na disponibilização e qualidade dos dados divulgados.

§ 5º O rol de informações é não taxativo podendo ser aumentado a número de documentos a serem disponibilizados no Site Oficial e no Portal Transparência conformes normas regulamentadores e suas alterações.

CAPÍTULO III – DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Art. 6º Qualquer cidadão poderá solicitar acesso a informações públicas produzidas ou custodiadas pela Câmara Municipal de Confresa.

Art. 7º O pedido de acesso à informação deverá ser apresentado por meio de formulário padrão, disponível no sítio oficial da Câmara e em suas dependências físicas, contendo:

I. Nome completo do requerente;

II. Número de CPF;

III. Especificação clara e precisa da informação requerida;

IV. Endereço físico, telefone ou e-meil para recebimento de comunicações.

Paragrafo único. Deverá a Câmara Municipal permitir tanto solicitações pelas plataformas digitais, através do e-mail institucional do SIC, bem como fisicamente conforme mencionado no caput deste artigo.

Art. 8º O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses, previstas em lei, de reprodução de documentos, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

Art. 9º O prazo de resposta ao pedido de acesso à informação será de até 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa.

CAPÍTULO IV - DOS RESPONSÁVEIS

Art. 10º Cada setor administrativo da Câmara Municipal de Confresa é diretamente responsável pela publicidade das informações relacionadas às suas atividades específicas, garantindo sua divulgação periódica e correta no portal da transparência e site oficial, especialmente:

I - O Setor de Recursos Humanos deve garantir que informações sobre servidores, remunerações, contratações e benefícios estejam sempre atualizadas;

II - O Setor de Compras e Licitações deve garantir ampla publicidade sobre todos os processos licitatórios, dispensas, contratos e demais aquisições;

III - O Setor de Patrimônio deve manter atualizado o registro dos bens móveis e imóveis da Câmara Municipal, disponibilizando essas informações publicamente;

IV - A Secretaria Legislativa deve garantir que todas as normas e proposições legislativas estejam devidamente divulgadas, organizadas e acessíveis à população;

V - O setor de Controle Interno deve garantir a divulgação dos relatórios de auditoria interna, pareceres e demais ações relacionadas ao controle administrativo;

VI - O setor de Frotas deve assegurar que informações relativas ao uso, manutenção e custos dos veículos oficiais sejam periodicamente divulgadas;

VII - O setor de Almoxarifado deve garantir que sejam divulgadas as informações sobre entrada, saída e controle dos materiais adquiridos e em estoque;

VIII - O setor Financeiro deve assegurar a divulgação completa e atualizada das movimentações financeiras, pagamentos realizados, despesas correntes e informações financeiras.

§ 1º Caberá à autoridade máxima de cada setor assegurar o cumprimento dessa obrigação, devendo comunicar imediatamente qualquer dificuldade técnica ou administrativa ao órgão responsável pela gestão do portal da transparência.

§ 2º O descumprimento das obrigações previstas neste artigo sujeitará o servidor responsável às medidas administrativas cabíveis, conforme previsto em legislação específica.

§ 3º O rol de itens apresentado no artigo é exemplificativo devendo cada setor consultar a legislação pertinente e manter as informações atualizadas no site oficial, Portal Transparência e Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º A Câmara Municipal de Confresa promoverá, periodicamente, ações de capacitação para o adequado cumprimento desta Instrução Normativa e da Lei de Acesso à Informação - LAI.

Art. 12º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Confresa, 29 de Abril de 2025.

Ederson da Cunha Presidente	Thiago Justen de Morais Controle Interno

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº. 66/2025 DISPÕE SOBRE NORMATIVAS REGULAMENTADORAS DE ROTINAS E PROCEDIMENTOS (OUVIDORIA/SIC)

PORTARIA Nº. 66/2025

DISPÕE SOBRE NORMATIVAS REGULAMENTADORAS DE ROTINAS E PROCEDIMENTOS PARA O SETOR DE OUVIDORIA E SIC.

EDERSON DA CUNHA, Presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam instauradas as Instruções Normativas regulamentadoras de rotinas e procedimentos para o Setor de Transparência e Setor de Ouvidoria.

Art. 2º – As Instruções Normativas são parte integrante desta portaria:

a) SOUV 001/2025 – Instrução Normativa Do Sistema De Ouvidoria;

b) SIC 001/2025 – Serviço de Informação ao Cidadão;

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa-MT, aos 29 de abril de 2025.

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº. 67/2025 - DISPÕE SOBRE A COMPENSAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDOR - DENIS GOMES REZENDE

PORTARIA Nº. 67/2025

DISPÕE SOBRE A COMPENSAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA.

EDERSON DA CUNHA, presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

RESOLVE:

Com base no artigo 99 do Estatuto dos servidores públicos, e:

Considerando a Portaria nº 059/2024 que dispõe sobre concessão de férias do dia 01/07 a 20/07/2024 ao servidor Denis Gomes Rezende;

Considerando a Portaria nº 64/2024 que dispões sobre interrupção de férias do servidor a partir do dia 01 à 06/07/2024;

Considerando a Portaria nº 70/2024 que dispões sobre interrupção de férias do servidor a partir do dia 08/07/2024;

Art. 1º - Fica concedido 19 (dezenove) dias de férias, referente a compensação ao Servidor Denis Gomes Rezende, no dia 05 a 23/06/2025.

Art. 2º - - Concede férias, com 10(dez) dias convertido em abono em pecuniário, para o servidor conforme discriminado:

NOME	MAT	PERÍODO	GOZO
Denis Gomes Rezende	95	28/02/2024 à 28/02/2025	26/05/2025 à 14/06/2025

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor em 05/05/2025;

Art. 4º - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa - MT, aos 29 de abril de 2025.

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº.64/2025 - PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO PAGA AO SERVIDOR

PORTARIA Nº.64/2025

DISPÕE SOBRE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO PAGA AO SERVIDOR POR ACUMULAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES NÃO PREVISTAS NO CARGO.

EDERSON DA CUNHA, Presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

Considerando o artigo 42 da Lei Complementar 256/2024 de 18 de janeiro de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º - A porcentagem de gratificação paga ao servidor, por acumulo de função não prevista no cargo, será de acordo com o quadro abaixo:

MAT.	NOME	ATRIBUIÇÕES NÃO PREVISTA NO CARGO	GRAT.
94	Thiago Justen de Morais	Nomeado na função de ouvidor da Câmara Municipal - Portaria 062/2025.	50%

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos na data da portaria de nomeação da função, em 25 de abril de 2025.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa - MT, aos 28 de abril de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT
ERRATA

Errata

Retificamos a data da Convocação do dia 30/04/2025, publicada no dia 29 de abril de 2025, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ano XX nº 4.725, na pagina 10, que convocou os Vereadores para uma Sessão Extraordinária para o dia 30/04/2025, às 09:00 horas

Onde está escrito; Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento, 30 de abril de 2025

Leia-se: "Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento, 28 de abril de 2025

Câmara Municipal de Nossa Senhora do livramento – MT 29 de abril de 2025.

Edmilson Brandão da Silva

Presidente do Legislativo Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

PORTARIA N.º 030/2025/GP/CMNG - FÉRIAS

PORTARIA N.º 030/2025/GP/CMNG

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Exma. Sr.ª **GEANE FATIMA BOSCHETTI BUENO**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Guarita - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

ART. 1º - **CONCEDER FÉRIAS**a Servidora Pública Municipal Sr.ª **MARIA PONTES RODRIGUES RIBEIRO**, Servidora efetiva, matricula 18, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Administrativa desta Câmara Municipal de Nova Guarita — MT.

ART. 2º - A Servidora entrará em gozo de **férias a partir do dia 05/05/2025**, devendo retornar ao exercício de seu cargo no dia 04/06/2025.

ART. 3º - As férias de que trata a presente portaria é referente ao período aquisitivo de 06/01/2023 à 05/01/2024.

ART. 4º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixações nos locais de costume.

Gabinete da Presidente, aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

GEANE FATIMA BOSCHETTI BUENO

Presidente da Câmara Municipal

Registre-se.

Publique-se

PORTARIA N.º 031/2025/GP/CMNG - FÉRIAS

PORTARIA N.º 031/2025/GP/CMNG

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Exma. Sr.ª **GEANE FATIMA BOSCHETTI BUENO**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Guarita - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

ART. 1º - **CONCEDER FÉRIAS**a Servidora Pública Municipal Sr.ª **ROSANGELA DE SOUZA LOVISON**, Servidora efetiva, matricula 21, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Administrativa desta Câmara Municipal de Nova Guarita — MT.

ART. 2º - A Servidora entrará em gozo de **férias a partir do dia 05/05/2025**, devendo retornar ao exercício de seu cargo no dia 04/06/2025.

ART. 3º - As férias de que trata a presente portaria é referente ao período aquisitivo de 07/01/2023 à 06/01/2024.

ART. 4º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixações nos locais de costume.

Gabinete da Presidente, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

GEANE FATIMA BOSCHETTI BUENO

Presidente da Câmara Municipal

Registre-se.

Publique-se

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

PORTARIA N.º 014, DE 28 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA N.º 014, DE 28 DE ABRIL DE 2025

EMENTA: Dispõe sobre a Progressão de Classe da servidora efetiva vinculada à Câmara Municipal de Nova Marilândia

VALMIR SILVA LEITE, Presidente da Câmara Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Complementar nº 681, de 06 de maio de 20144

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a elevação de classe à servidora pública municipal lotada neste Poder Legislativo, Sra. JOILSE DE ALBUQUERQUE PINTO, brasileira, solteira, portadora do RG nº 1XXXXXX8 SSP/MT e do CPF nº 8XX.XXX.XXX-X4, matrícula nº 34, efetiva no cargo de Recepcionista, conforme assegurado nos artigos 57 e 58 da Lei Complementar nº 681/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários — PCCS.

Art. 2º Elevar a classe da referida servidora na progressão horizontal, da Classe A para a Classe B, com a remuneração correspondente fixada na tabela salarial prevista na Lei Complementar nº 681/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2025.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Nova Marilândia - MT, 28 de abril de 2025.

VALMIR SILVA LEITE

Presidente

Registre-se Publique-se e Cumpre-se

PORTARIA N.º 015, DE 28 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA N.º 015, DE 28 DE ABRIL DE 2025

EMENTA: Altera a Portaria nº 11, de 28 de maio de 2019, quanto à opção da servidora para percepção de vencimentos nos termos do Art. 97 da Lei Complementar nº 681/2014, e dá outras providências."

VALMIR SILVA LEITE, Presidente da Câmara Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 97 da Lei Complementar nº 681/2014, que assegura ao servidor efetivo nomeado para cargo em comissão o direito de opção pelo subsídio do cargo efetivo acrescido de 70% (setenta por cento) do subsídio do cargo comissionado;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 11, de 28 de maio de 2019, para consignar que a servidora **JOILSE DE ALBUQUERQUE PINTO**, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, matrícula nº 34, nomeada para exercer o cargo em comissão de Assessora Especial da Presidência da Câmara Municipal de Nova Marilândia-MT, que a partir de 01 de abril de 2025, optou por perceber a remuneração de seu cargo de carreira acrescida de 70% (setenta por cento) do subsídio do cargo comissionado, conforme estabelece o Art. 97 da Lei Complementar nº 681/2014.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 11, de 28 de maio de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2025.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Nova Marilândia - MT, 28 de abril de 2025.

VALMIR SILVA LEITE

Presidente

Registre-se Publique-se e Cumpre-se

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA – MT AVISO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA – MT

AVISO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2025

A Câmara Municipal de Nova Marilândia– MT, torna público para conhecimento dos interessados que o Presidente RATIFICOU e HOMOLOGOU o PROCESSO LICITATÓRIO na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO que visa a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, HIGIENE, LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT,** fornecedor **MERCANTIL COMERCIO DE ALIMENTO MARILANDIA LTDA,** inscrito no CNPJ nº **14. 301.827/0001-40** pelo valor de R$ **23.158,28** (Vinte e três mil cento e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos), em consequência, fica convocada a proponente, para assinatura do instrumento de contrato, nos termos da Lei de Licitação e Contratos Administrativos 14.133/2021.

Nova Marilândia-MT, 25 de Abril de 2025

VALMIR SILVA LEITE

Presidente da Câmara Municipal de Nova Marilândia – MT

PORTARIA N.º 016, DE 28 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA N.º 016, DE 28 DE ABRIL DE 2025

EMENTA: Concede progressão de classe ao servidor efetivo da Câmara Municipal de Nova Marilândia-MT, nos termos da Lei Complementar nº 681/2014, combinada com o Decreto Legislativo nº 002/2025."

VALMIR SILVA LEITE, Presidente da Câmara Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao que dispõem a Lei Complementar nº 681, de 06 de maio de 2014, e o Decreto Legislativo nº 002, de 08 de abril de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a elevação de classe ao servidor público municipal lotado neste Poder Legislativo, Sr. JONATAS PRATES LIMA, brasileiro, casado, portador do RG nº 2XXXXXX-7 SSP/MT e CPF nº 0XX.XXX.XXX-X4, matrícula nº 308, efetivo no cargo de Contador, observado o que lhe é assegurado nos Arts. 57 e 58 da Lei Complementar nº 681/2014.

Art. 2º Eleva-se a classe do servidor de Classe C para Classe D, conforme requisitos de titulação acadêmica previstos na Lei Complementar nº 681/2014, combinada com o Decreto Legislativo nº 002/2025.

Art. 3º A remuneração será fixada conforme a tabela salarial vigente estabelecida pela legislação municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de abril de 2025.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Nova Marilândia - MT, 28 de abril de 2025.

VALMIR SILVA LEITE

Presidente

Registre-se Publique-se e Cumpre-se

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

PORTARIA Nº 033/2025.

Data: 29/04/2025.

SÚMULA: Dispõe sobre o Ponto Facultativo no dia 02 de Maio de 2025.

LIVIA DE ALMEIDA NUNES FIDELIS, Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Nova Monte Verde – MT., no uso de suas atribuições legais, conforme o que prescreve o Artigo 238º do Regimento Interno deste Poder Legislativo:

CONSIDERANDO o Decreto Nº 1.183 de 12/12/2024, do Governo do Mato Grosso, que dispõe dos feriados nacionais, estaduais e de pontos facultativos no ano de 2025,

Artigo 1º - Que a Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, estará com Ponto Facultativo no dia 02 de Maio de 2025, em decorrência do feriado de 01 de maio em todo o país, onde se comemora o Dia do Trabalho.

Artigo 2º - Em caso de eventual necessidade de serviços, os Servidores convocados não farão jus ao pagamento de horas extraordinárias, pois o período não significa férias ou feriado.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação e revoga às disposições em contrário

NOVA MONTE VERDE-MT., 29 DE ABRIL DE 2025.

LIVIA DE ALMEIDA NUNES FIDELIS

Vereadora Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO Nº 007/2025

EXTRATO Nº 007/2025

DO TERMO ADITIVO Nº 005/2025

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0004/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 24.733.537/0001-29, com sede à Rua Amazonas, 512, Centro, Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso.

CONTRATADA: DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA-EPP, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica Nº 86.952.587/001-54, com endereço na Rua Bogotá, nº 484, Jardim das Américas, Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem como objeto alterações no contrato administrativo nº 004/2021, conforme descritos nos dispositivos a seguir:

I – ALTERAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Pelo presente termo Aditivo de comum acordo entre as partes fica alterada o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 004/2021 para o dia 29 de abril de 2026.

II – ALTERAÇÃO DO VALOR GLOBAL: O valor global do contrato primitivo nº 004/2021, com o acréscimo aplicado também de comum acordo entre as partes, referente à perda inflacionária apurada no período de vigência do mesmo, passará a ser de R$59.059,32 (cinquenta e nove mil, cinquenta e nove reais e trinta e dois centavos).

III – ALTERAÇÃO DO VALOR MENSAL: O valor mensal do contrato primitivo nº 004/2021, com o acréscimo aplicado também de comum acordo entre as partes, referente à perda inflacionária apurada no período de vigência do mesmo, passará a ser de 12 (doze) parcelas mensais e iguais de R$4.921,61 (quatro mil, novecentos e vinte e um reais, e sessenta e um centavos).

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições avençadas no Contrato originário nº 004/2021, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

SIGNATÁRIO: Rímer de Oliveira - Vereador Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2025 - CONCORRÊNCIA Nº 001/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2025

CONCORRÊNCIA Nº 001/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público o aviso para a contratação de agência de propaganda, para a prestação de serviços de publicidade para a Câmara Municipal de Nova Olimpia, sem segregação em lotes, itens ou contas publicitárias, cujas atividades têm por objetivo: estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, intermediação, supervisão, execução de estratégias, e ações de publicidade e atividades complementares, com a finalidade de dar publicidade e divulgar as políticas públicas, divulgar as ações de governo do Poder Legislativo Municipal.

Os interessados em apresentar propostas de preços e/ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência completo no sítio eletrônico da Câmara, através do endereço: https://camaranovaolimpia.mt.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes-e-contratos/, as propostas deverão ser enviadas para o e-mail: licitacao@camaranovaolimpia.mt.gov.br, ou entregues na sede da Câmara Municipal na Rua Amazonas número 512, Bairro Centro em Nova Olímpia MT de segunda a sexta das 07h00 às 13h00.

O período de apresentação de propostas dos interessados será de 35 (trinta e cinco) dias úteis, contados da divulgação deste aviso, sendo de 30 de abril de 2025 a 27 de junho de 2025. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail: licitacao@camaranovaolimpia.mt.gov.br.

Nova Olímpia – MT, 29 de abril de 2025.

ELIENE GOMES DOS SANTOS

Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMPRAS E SERVIÇOS DE PRONTO PAGAMENTO 04/2025

COMPRAS E SERVIÇOS DE PRONTO PAGAMENTO 04/2025

ART. 95 § 2º DA LEI 14.133/2021

AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de ordenador de despesas, determino que a presente solicitação de compras e serviços de pronto pagamento 04/2025 seja finalizada sem realização de meio de processo mais adequado e seja finalizado sem as devidas formalizações frente a sua aquisição em virtude do pequeno valor e urgência, portanto adjudico o objeto e homologo o presente e emito autorização para contratação de empresa para realizar a *Aquisição de 01 (uma) placa principal brother DCP-1617NW DCP1617NW | LT3340001 | Original, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Nova Xavantina – MT*.

Empresa vencedora:

KALMON VALADAO TAVARES, inscrita no CNPJ sob o nº 47.506.306/0001-88 no valor total de R$ 585,00 (quinhentos e oitenta e cinco reais).

Encaminhe para os trâmites legais.

Atue-se Cumpra-se

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal,

Nova Xavantina – MT, 29 de Abril de 2025.

Elias Bueno de Sousa

Presidente

AUTORIZAÇÃO- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS E SERVIÇOS Nº 012/2025

AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de ordenador de despesas, cumpridas as formalidades exigidas, adjudico o objeto e homologo o presente processo e emito autorização para à aquisição de 04 pneus modelo 265/60 R18 para o carro Chevrolet Trailblazer 2017/2017. Conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Empresa vencedora:

ABD DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o n° 30.821.537/0001-83, no valor total de R$ 5.156,00 (cinco mil e cento e cinquenta e seis reais).

Encaminhe para os trâmites legais.

Atue-se Cumpra-se

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal,

Nova Xavantina – MT, 29 Abril de 2025.

Elias Bueno de Souza

Presidente

RESULTADO DE LICITAÇÃO – DISPENSA Nº 008/2025

LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – DISPENSA Nº 008/2025 – LEI Nº 14.133/2021

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT**,** em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados o RESULTADO DA DISPENSA Nº 008/2025, que tem como objeto aquisição de 04 pneus modelo 265/60 R18 para o carro Chevrolet Trailblazer 2017/2017, Conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. EMPRESA HABILITADA E VENCEDORA:

ABD DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o n°30.821.537/0001-83, no valor total de R$ 5.156,00 (cinco mil e cento e cinquenta e seis reais).

Outras informações poderão ser obtidas a Rua Jose Rosalino, S/N, na Praça dos Três Poderes, Setor Xavantina, CEP 78.690.000, Nova Xavantina-MT. WhatsApp (66) 3438-2384, durante o horário normal de expediente sendo, de segunda á quinta das 12:00 às 18:00 horas e sexta das 07:00 às 13:00 horas, junto a Agente de Contratação ou Comissão Permanente de Licitação, e ainda no site https://www.novaxavantina.mt.leg.br/processolegislativo/compras-diretas, como também poderá ser requerida através do e-mail: comprascmnx@gmail.com

Nova Xavantina - MT, 29 de Abril **de 20**25.

_____

Sorhaia Aline Cesaria Brito

Agente de Compras

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA 057-2025

PORTARIA 057-2025

De 29 de Abril de 2025

"Dispõe sobre ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo-MT"

O Presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo-MT, **Sr. Thawê Rodrigues Dorta**, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno e Lei Orgânica deste Município.

Considerando o Decreto nº 1183, de 12 de dezembro de 2024, do Governo do Estado de Mato Grosso; e DECRETO Nº 097, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído como **PONTO FACULTATIVO** o dia 02 de Maio de 2025 (Sexta-feira) em todos os setores da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo-MT, retornando suas atividades no próximo dia 05 de Maio de 2025 (Segunda-feira).

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 29 de Abril de 2025.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

Thawê Rodrigues Dorta

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ/MT

CONTRATADO: MARIA RENATA VICENTE DORILÊO CAMPOS

VALOR GLOBAL: R$ 16.100,00 (DEZESSEIS MIL E CEM REAIS)

VIGÊNCIA: MAIO DE 2025 A DEZEMBRO DE 2025

OBJETO: LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL SITUADO NA RUA ANTÔNIO JOÃO, S/N CENTRO POCONÉ/MT, PARA FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ/MT.

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 001/2025

DECRETO Nº 001/2025

DISPÓE SOBRE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 31/12/2024 NA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE A LEI LHE CONFERE, ESPECIALMENTE A LEI Nº 4.320/64, DE 17/03/64,

Art. 1º – Fica cancelado o saldo de Resto a Pagar do Exercício de 2024, referente a empenho da despesa abaixo relacionado, no valor total de R$ 74,20 (Setenta e Quatro Reais e Vinte Centavos), tendo em vista saldo não utilizado de empenho global:

Câmara Municipal

Dotação: 2.001.3.3.90.39.85.00.00.00

Credor	CNPJ	Tipo	Empenho	Saldo
Banco do Brasil S/A	00.000.000/0662-90	Global	12/2024	74,20

Art. 2º – Os lançamentos contábeis decorrente do presente Decreto serão efetuados na data do cancelamento do empenho no Setor Contábil da Câmara Municipal de Poconé.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Poconé/Mt, 29 de abril de 2025.

Vereador Antônio Edson de Arruda Souza

P r e s i d e n t e

Vereadora Danielle de Assis Carvalho

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
RELATÓRIO FISCAL DO CONTRATO Nº 005/2025

RELATÓRIO FISCAL DO CONTRATO Nº 005/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO SITE OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA.

Vigência: De 0*4/02/2025 a 30/12/2025*

Contratado (a): GWS DESENVOLVIMENTO DE WEB SITES LTDA, inscrito CNPJ nº 15.507.854/001-36, sito o endereço Av. Rua 27 (Itaúba), nº 14, Quadra 119, Bairro Dr. Fábio 1, cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso, CEP 78.052-035, representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr. (a) **JOSÉ GARCIA SOMBRA OLIVEIRA, portador(a) do RG nº 1269676-5 e CPF nº 871.093.361-15,** chamado simplesmente de CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 005/2024, DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 005/2024, Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

DADOS DO FISCAL DESIGNADO

Nome: **Macleides Ferreira Soares**

Cargo: **Agente Serviço Publico**

Lotação: **Câmara Municipal de Porto Estrela**

Ato de designação: **Portaria N°. 002/2025 02 DE JANEIRO**

DADOS DA FISCALIZAÇÃO
RELATO DAS INFORMAÇÕES DURANTE A FISCALIZAÇÃO

Relato: Período Fiscalizado **04/02/2025 a 30/04/2025.**

O presente contrato tem o Valor Global será de **R$ 5. 940,00** (Cinco Mil Novecentos e Quarenta Reais), sendo 06 (Seis) meses. O objeto do presente Contrato a empresa contratada deverá prestar os serviços, conforme especificado e de acordo com as necessidades da Câmara Municipal. É de responsabilidade da contratada todos os encargos inerentes aos seus funcionários, será pago ao contratado 11 (Onze) parcelas mensais no valor de **R$ 540,00** (Quintos e Quarenta Reais), pago ao mês. E se encontra abaixo do valor de licitação conforme Lei 14.133/2021, prevê a possibilidade de dispensa de licitação. O mesmo consta de todas as certidões validas e autorização de despesa. Até a presente data fora pago 3 parcelas referente ao mês de Fevereiro a Abril, somando o valor de R$ 1.080,00. No mais o serviço foi prestado com eficiência e presteza, sem ônus a Administração.

Porto Estrela – MT, 29 de Abril de 2025.

_____

Macleides Ferreira Soares

Portaria N°. 002/2025

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
RELATÓRIO FISCAL DO CONTRATO Nº 004/2025

RELATÓRIO FISCAL DO CONTRATO Nº 004/2025

O presente contrato tem por objeto á contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço o de Consultoria em Saúde e Segurança do Trabalho, em Atendimento ao Esocial, Via Sistema Eso.

Vigência: De 0*4/02/2025 a 31/12/2025*

Contratado (a): Sr. (a) VANDER MARCELO PEREIRA, CNPJ Nº 46.501. 090/0001-03, devidamente, estabelecida á Rua K. Esquina com a Travessa, 10,Nº.3708, CEP: 78.303-697representada neste ato pelo seu Administrador o Sr. Roberto Vidal Ferreira, casado, n. do CPF. 0002.801. 101-54, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº.**15218325 SSP/MT e CPF. 002.801.101-54**, com domicilio/, chamado simplesmente de contratada, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 004/2024, LEI Nº 14. 133/2021**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DADOS DO FISCAL DESIGNADO

Nome: **Macleides Ferreira Soares**

Cargo: **Agente Serviço Público**

Lotação: **Câmara Municipal de Porto Estrela**

Ato de designação: **Portaria N°. 002/2025 de 02 de Janeiro 2025.**

DADOS DA FISCALIZAÇÃO
RELATO DAS INFORMAÇÕES DURANTE A FISCALIZAÇÃO

Relato: Período Fiscalizado **04/02/2025 a 30/04/2025.**

O presente contrato tem o objeto de contratar Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Consultoria em Saúde e Segurança do Trabalho, em Atendimento ao Esocial, Via Sistema Eso para Atender as Necessidade da Câmara Municipal de Porto Estrela – MT, No Valor de R$ 5. 500,00(Cinco Mil e Quinhentos Reais). Será pago 11 parcelas mensais no valor de R$ 500,00 (Quinhentos Reais). O mesmo consta de todas as certidões validas e autorização de despesa. Até a presente data foi pago 03 parcelas valor R$ 1.500,00. No mais o serviço foi prestado com eficiência e presteza, sem ônus a Administração.

Porto Estrela – MT, 29 de Abril de 2025.

_____

MACLEIDES FERREIRA SOARES

Portaria nº 002/2025

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
RELATÓRIO FISCAL DO CONTRATO Nº 003/2025

RELATÓRIO FISCAL DO CONTRATO Nº 003/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA CONTÁBIL NO FECHAMENTO DE BALANÇOS, CONFERÊNCIA E GERAÇÃO DA MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS, ENVIO DO APLIC-TCE/MT CARGAS MENSAIS, TEMPESTIVOS E DECRETO LEGISLATIVO, ENVIO E RGF NO SICONFI, ENVIO DO E-SOCIAL, DCTF WEB E DIRF.

Vigência: De 21*/05/2024 a 21/12/2024*

Contratado (a): BRUNIELLY DE CARVALHO PIRES - ME, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, inscrita no CNPJ sob Nº. 36.674.873/0001-27, com endereço Avenida 7 de Setembro, nº 297, Bairro Aeroporto, cidade de Porto Espiridião, estado de Mato Grosso, CEP: 78.240-000, representada neste ato pela Proprietária, Srª. **BRUNIELLY DE CARVALHO OLIVEIRA, Brasileira, Solteira,** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº.2311409-6 SSP/MT e inscrito (a) no CPF sob o n.041.785. 761-60, chamado simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 001/2024, DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 001/2024, Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

DADOS DO FISCAL DESIGNADO

Nome: **Macleides Ferreira Soares**

Cargo: **Agente Serviço Publico**

Lotação: **Câmara Municipal de Porto Estrela**

Ato de designação: **Portaria N°. 002/2025**

DADOS DA FISCALIZAÇÃO
RELATO DAS INFORMAÇÕES DURANTE A FISCALIZAÇÃO

Relato: Período Fiscalizado: 04/02/2025 a 30/04/2025.

O presente contrato tem o Valor Global será de **R$ 27.500,00** (Vinte e Sete mil e Quinhentos Reais). O objeto do presente Contrato a empresa contratada deverá prestar os serviços, conforme especificado e de acordo com as necessidades da Câmara Municipal. É de responsabilidade da contratada todos os encargo inerentes aos seus funcionários, será pago ao contratado 11 (Onze) parcelas mensais no valor de **R$ 2.500,00** (Dois Mil e Quinhentos Reais), pago ao mês. E se encontra abaixo do valor de licitação conforme Lei 14.133/2021, prevê a possibilidade de dispensa de licitação. O mesmo consta de todas as certidões validas e autorização de despesa. Até a presente data fora pago 3 parcelas referente ao mês de Fevereiro a Abril, somando o valor de R$ 7.500,00. No mais o serviço foi prestado com eficiência e presteza, sem ônus a Administração.

Porto Estrela – MT, 29 de Abril de 2025.

_____

Macleides Ferreira Soares

Portaria N°. 002/2025

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
RELATÓRIO FISCAL DO CONTRATO Nº 002/2025

RELATÓRIO FISCAL DO CONTRATO Nº 002/2025

O presente contrato tem por objeto á contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Locação e Manutenção de Sistemas Informatizados de Orçamento, Contabilidade Púbica, Patrimônio, Compras e Folha de Pagamento para Atender as Necessidade da Câmara Municipal de Porto Estrela - MT .

Vigência: De 04*/02/2025 a 31/12/2025*

Contratado (a): RLZ INFORMÁTICA LTDA EPP, devidamente, inscrita no CNPJ nº 65.596.744/0001-66, estabelecida á Rua Antônio Pereira Braga, N. 366, Jardim Primavera, CEP: 15061-310, Quadra 21, lote 10 CEP: 78-050-546 representada neste ato pelo seu Administrador o Sr. Roberto Vidal Ferreira, casado, n. do CPF. 045.572.588-83, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 11.228.073, com domicilio/ residência a Rua Coronel Spínola de Castro, chamado simplesmente de Contratada, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DADOS DO FISCAL DESIGNADO

Nome: **Macleides Ferreira Soares**

Cargo: **Agente Serviço Público**

Lotação: **Câmara Municipal de Porto Estrela**

Ato de designação: **Portaria N°. 002/2025 de 02 de Janeiro 2025.**

DADOS DA FISCALIZAÇÃO
RELATO DAS INFORMAÇÕES DURANTE A FISCALIZAÇÃO

Relato: Período Fiscalizado **04/02/2023 a 30/04/2025.**

O presente contrato tem o objeto de contratar Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Locação e Manutenção de Sistemas Informatizados de Orçamento, Contabilidade Púbica, Patrimônio, Compras e Folha de Pagamento para Atender as Necessidade da Câmara Municipal de Porto Estrela – MT, No Valor de R$ 35.200,00 (Trinta e Cinco Mil e Duzentos Reais). Será pago 11 parcelas mensais no valor de R$ 3.200.00 (Três Mil e Duzentos Reais. O mesmo consta de todas as certidões validas e autorização de despesa. Até a presente data foi pago 03 parcelas valor R$ 9. 600,00 No mais o serviço foi prestado com eficiência e presteza, sem ônus a Administração.

Porto Estrela – MT, 29 de Abril de 2025.

_____

MACLEIDES FERREIRA SOARES

Portaria nº 002/2025

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
PORTARIA N°. 035/2025 (QUE DISPÕE SOBRE FERIADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA- MT).

PORTARIA N°. 035/2025

(Que Dispõe sobre feriado da Câmara Municipal de Porto Estrela-MT).

O Sr. EDINEI APARECIDO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1°. Declarado ponto facultativo o expediente do dia 02 de Maio de 2025 em decorrência do feriado quinta feira dia 01 de maio dia dos trabalhadores respectivamente, sem prejuízo da prestação dos serviços da Câmara Municipal de Porto Estrela.

Art. 2º. A Câmara Municipal retornará às suas atividades na segunda

feira, dia 05 de maio, no horário de 7:00 horas às 13horas.

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 30 de Abril de 2025.

Edinei Aparecido da Silva

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
RELATÓRIO FISCAL DO CONTRATO Nº 001/2025

RELATÓRIO FISCAL DO CONTRATO Nº 001/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS COM A CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS SEMANAIS CONFORME O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA.

Vigência: De 0*4/02/2025 a 30/12/2025*

Contratado (a): ANA CAROLINA FERREIRA MAGALHÃES, inscrito CNPJ nº 54.834.336/0001-89, sito o endereço Av. José Antônio de Farias, Bairro Centro, cidade de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, CEP 78.398-000, representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr. (a) **ANA CAROLINA FERREIRA MAGALHÃES**, portador(a) do RG nº 3202626-9 e CPF nº 075.696.381-82, chamado simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 002/2024, DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 002/2024, Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

DADOS DO FISCAL DESIGNADO

Nome: **Macleides Ferreira Soares**

Cargo: **Agente Serviço Publico**

Lotação: **Câmara Municipal de Porto Estrela**

Ato de designação: **Portaria N°. 002/01/2025 08 DE JANEIRO**

DADOS DA FISCALIZAÇÃO
RELATO DAS INFORMAÇÕES DURANTE A FISCALIZAÇÃO

Relato: Período Fiscalizado 04/02/2025 a 30/04/2025.

O presente contrato tem o Valor Global será de **R$ 16.500,00** (Dezesseis Mil e Quinhentos Reais). O objeto do presente Contrato a empresa contratada deverá prestar os serviços, conforme especificado e de acordo com as necessidades da Câmara Municipal. É de responsabilidade da contratada todos os encargo inerentes aos seus funcionários, será pago ao contratado 11 (Onze) parcelas mensais no valor de **R$ 1.500,00** (Um Mil Reais e Quinhentos Reais), pago ao mês. E se encontra abaixo do valor de licitação conforme Lei 14.133/2021, prevê a possibilidade de dispensa de licitação. O mesmo consta de todas as certidões validas e autorização de despesa. Até a presente data fora pago 3 parcelas referentes do mês de Fevereiro a Abril, somando o valor de R$ 4.500,00 No mais o serviço foi prestado com eficiência e presteza, sem ônus a Administração.

Porto Estrela – MT, 29 de Abril de 2025.

_____

Macleides Ferreira Soares

Portaria N°. 002/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

PORTARIA Nº. 13/GP/CMR/2025

PORTARIA Nº. 13/GP/CMR/2025

“**Nomeia o servidor LUAN TARCIS FAVORETO GAVA a função de Controlador Interno e Ouvidor Parlamentar da Câmara Municipal de Rondolândia-MT”**

A Presidente da Câmara Municipal de Rondolândia-MT, Vereadora Adriana Oliveira Barroso no exercício das atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 37,V, da Constituição Federal c/c com Art. 31, XIX, do Regimento Interno e Art. 41, IV, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor ***LUAN TARCIS FAVORETO GAVA*** **a função de Controlador Interno e Ouvidor Parlamentar da Câmara Municipal de Rondolândia-MT**;

Art. 2º O Exercício das Funções mencionadas acima serão sem ônus para a administração.

Art. 3º Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 09/04/2025;

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Rondolândia-MT, 28 de Abril de 2025.

ADRIANA OLIVEIRA BARROSO

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
RESOLUÇÃO CMSCX 01/2025

RESOLUÇÃO Nº 1/2025

Dispõe sobre a utilização de veículo oficial da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, estabelece regras e dá outras providências.

A **Mesa Diretora** da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu (MT), no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Plenário aprovou e ela **promulga** a seguinte

RESOLUÇÃO

Art. 1º O uso dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu será disciplinado por esta Resolução, visando a economicidade, transparência e correta utilização dos bens públicos.

Art. 2º Os veículos da Câmara Municipal destinam-se exclusivamente ao atendimento das atividades institucionais do Poder Legislativo, sendo vedado seu uso para fins particulares.

Art. 3º O uso dos veículos dependerá de autorização prévia da Presidência ou de servidor por ela designado, mediante preenchimento de termo de responsabilidade e checklist de saída e chegada, para percursos fora da sede do município.

Parágrafo único: Os veículos somente poderão ser conduzidos por vereadores ou servidores públicos que possuam Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, respeitada a categoria exigida para o tipo de veículo a ser utilizado.

Art. 4º O condutor do veículo, seja vereador ou servidor autorizado, será responsável por seu uso e conservação, devendo:

I - Assinar termo de responsabilidade antes da retirada do veículo;

II - Preencher o checklist de saída e chegada, informando as condições do veículo e eventuais ocorrências;

III - Conduzir o veículo respeitando as normas de trânsito;

IV - Arcar com eventuais multas decorrentes de infrações cometidas sob sua responsabilidade, salvo quando decorrentes de falhas mecânicas comprovadas;

V - Zelar pela conservação do veículo, comunicando imediatamente qualquer avaria, incidente ou necessidade de manutenção;

VI - Responsabilizar-se pelos danos causados ao veículo decorrentes de negligência, imprudência ou imperícia de minha parte, caso seja constatado mau uso.

Art. 5º Em caso de infrações de trânsito cometidas durante a utilização do veículo, a responsabilidade pelo pagamento das multas será do condutor identificado, que deverá efetuar o pagamento no prazo legal e comprovar sua quitação junto à Presidência da Câmara.

Parágrafo Primeiro: Caso a multa seja aplicada sem a identificação do condutor, será aberta sindicância para apuração da responsabilidade.

Parágrafo Segundo: O condutor deverá assinar o formulário de identificação do condutor infrator ou também arcar com a multa extra correspondente a não indicação do real infrator, nos termos da Legislação de Trânsito.

Parágrafo Terceiro: O não pagamento da multa no prazo estipulado poderá resultar em desconto do valor correspondente na remuneração do responsável.

Art. 6º Será efetuado a título de adiantamento, ao responsável pelo veículo, para fazer frente aos custos com o veículo durante a viagem, o valor de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), que deverão ser devidamente comprovados, no prazo máximo de 5 dias após o retorno, podendo ser complementado caso insuficiente ou restituído em caso de sobra.

Art. 7º Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pela Presidência, que também poderá expedir atos normativos complementares para sua regulamentação.

Parágrafo Único: Os valores constantes do art. 6º, poderão ser atualizados anualmente, pela Presidência, considerando os índices oficiais de correção.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Cruz do Xingu (MT), 28 de abril de 2025.

Anderson Alves dos Santos	Santana Rodrigues da Silva
Presidente	Vice-Presidente
Railson Alves da Silva	Admir Lopes Ricardo
1º Secretário	2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

PORTARIA CMSCX 22/2025

PORTARIA nº 22, DE 10 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação da servidora para o cargo de Chefe de Vigilancia da Câmara Municipal e dá outras providências.

O Senhor ANDERSON ALVES DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica e Regimento Interno desta Casa de Leis, resolve baixar a seguinte Portaria.

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear a Sra. Maria Gomes da Silva, portadora do RG 021160-7 SSP/MT e CPF nº 004.***.***-02 para o cargo em comissão de Chefe de Vigilância do Legislativo, desta Câmara Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as

disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

_____

Anderson Alves dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

DECRETO Nº 007/2025

DECRETO Nº 007/2025

DE: 28 ABRIL DE 2025

"dispõe sobre ponto facultativo do feriado municipal no mês de maio do ano de 2025."

Alberto Lucas Nogueira Pereira, **Presidente Municipal da Câmara de Santo Antônio do Leste- MT,** no uso de suas atribuições Legais e de conformidade com os Art.71, incisos II, IV e VIII c/c artigo 107 da Lei Orgânica do Município.

Considerando os feriados municipais, estaduais e federais no decorrer do mês de abril.

DECRETA:

Artigo 1º - Feriado e Ponto Facultativo nos órgãos públicos municipais nas seguintes datas:

Abril.

• **Dia 01 de maio de 2025** (quinta-feira) feriado em razão do **Dia do Trabalho;**

• **Dia 02 de maio de 2025** (sexta-feira) **ponto facultativo** em razão do **Dia do Trabalho;**

Santo Antônio do Leste/MT, 28 de abril de 2025.

Alberto Lucas Nogueira Pereira Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 035/2025

PORTARIA MUNICIPAL Nº 35, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N.º 14.133/2021.

EDMAR FIDELIS MAXIMIANO, Presidente da Câmara Municipal do Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 22, parágrafo 2º da Lei Orgânica, e Artigo 18, Inciso IV, alínea "d" do regimento interno desta casa de leis.

RESOLVE: Art. 1º -DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Contrato	07/2025 – STA ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA	
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA JUNTO ÀS ÁREAS DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS, COMFOCONA ELABORAÇÃO DAS PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA; CONSULTORIA EM PRESTAÇÕES DE CONTAS INFORMATIZADAS DA EFD-REINF; DCTFWEB; E SICONF; ASSESSORIA NO PROCESSO DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO	
Vigência	16/04/2025 A 17/04/2026	
Fiscais	**Titular**	**Suplente**
	GILEADE LIMA E SOUSA	SIRLEIA DE CERQUEIRA
Cargo/ Função	COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	AGENTE DE APOIO LEGISLATIVO
Matricula	198	060

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas; 2. Emitir relatórios/medições; 3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT, 29 de abril de 2025.

Edmar Fidelis Maximiano

Presidente 2025/2026 – Ato 01/2025

Publicado e dado ciência nesta data.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 037/2025

PORTARIA MUNICIPAL Nº 37, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N.º 14.133/2021.

EDMAR FIDELIS MAXIMIANO, Presidente da Câmara Municipal do Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 22, parágrafo 2º da Lei Orgânica, e Artigo 18, Inciso IV, alínea "d" do regimento interno desta casa de leis.

RESOLVE: Art. 1º -DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Contrato	08/2025 – ALLREDE TELECOM LTDA	
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET DEDICADA COM IP FIXO PARA O PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT E FORNECIMENTO DE INTERNET DE ALTA VELOCIDADE (350 MBPS) PARA SESSÕES ITINERANTES, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO, EQUIPAMENTOS E ATENDIMENTO SOB DEMANDA	
Vigência	29/04/2025 A 29/04/2026	
Fiscais	**Titular**	**Suplente**
	GILEADE LIMA E SOUSA	SIRLEIA DE CERQUEIRA
Cargo/ Função	COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	AGENTE DE APOIO LEGISLATIVO
Matricula	198	060

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas; 2. Emitir relatórios/medições; 3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT, 29 de abril de 2025.

Edmar Fidelis Maximiano

Presidente 2025/2026 – Ato 01/2025

Publicado e dado ciência nesta data.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 036/2025

PORTARIA MUNICIPAL Nº 36, DE ABRIL DE 2025.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N.º 14.133/2021.

EDMAR FIDELIS MAXIMIANO, Presidente da Câmara Municipal do Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 22, parágrafo 2º da Lei Orgânica, e Artigo 18, Inciso IV, alínea "d" do regimento interno desta casa de leis.

RESOLVE: Art. 1º -DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Contrato	09/2025 – POSTO MEDALHA MILAGROSA LTDA	
Objeto	ADESÃO A ARP PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA ATENDER A DEMANDA DO VEÍCULO OFICIAL DA CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO RIO CLARO-MT	
Vigência	29/04/2025 A 29/04/2026	
Fiscais	**Titular**	**Suplente**
	HILAN DE MENEZES DIAS	EDUARDO JOSE DA SILVA
Cargo/ Função	COORDENADOR DE IMPRENSA	ASSESSOR DE IMPRENSA
Matricula	208	195

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas; 2. Emitir relatórios/medições; 3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT, 29 de abril de 2025.

Edmar Fidelis Maximiano

Presidente 2025/2026 – Ato 01/2025

Publicado e dado ciência nesta data.

CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2025

"INSTITUI PONTO FACULTATIVO NO DIA 02 DE MAIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO que no dia 1º de maio (quinta-feira) é comemorado o Dia do Trabalhador, sendo feriado nacional;

Antônio Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído ponto facultativo no dia 02 de maio de 2025, para a Câmara Municipal de Sapezal, em virtude do Dia do Trabalhador.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Sapezal, aos vinte e nove dias no mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

Antônio Rodrigues da Silva

Presidente

Márcio Jorge Bonifácio

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
RESOLUÇÃO Nº088/2025

RESOLUÇÃO Nº088/2025

SÚMULA:- Dispõe sobre o Suprimento de Fundos – Regime de Adiantamento, na Câmara Municipal de Tabaporã/MT.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Capitulo I

CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Art. 1º. Suprimentos de Fundos é o adiantamento concedido a servidor, a critério e sob a responsabilidade do Ordenador de Despesas da Câmara

Municipal de Tabaporã, Mato Grosso, com prazo certo para aplicação e comprovação dos gastos, sempre precedido de empenho na dotação orçamentária específica e natureza de despesa própria, com a finalidade de efetuar despesas que, pela sua excepcionalidade, não possam se subordinar ao processo normal de aplicação, ou seja, quando não há possibilidade de emissão de empenho direto ao fornecedor ou prestador, na forma da Lei nº 4. 320/64, precedido de licitação ou sua dispensa, em conformidade com a Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

Art. 2 º Os recursos a esse título deverão ser concedidos ao suprido para atender as despesas de caráter excepcional que necessitam de agilização no pagamento.

Art. 3º A solicitação para concessão de Suprimento de Fundos deverá ser encaminhada a Presidência desta Casa, devendo constar da mesma os dados do suprido, bem como a indicação da destinação dos gastos: aquisição de material de consumo, pagamento de serviços pessoais ou pagamento de serviços de pessoa jurídica.

Art. 4º. Os recursos concedidos a esse título devem ser utilizados de acordo com a necessidade e dentro do respectivo prazo de vigência, devendo ainda sua utilização e prestação de contas obedecerem às disposições legais.

Capitulo II

DA CONCESSÃO

Art. 5º. Somente se concederá Suprimento de Fundos para atender despesas de valor baixo e de pronto pagamento e ou de caráter excepcional que não possam se submeter ao processo burocrático normal.

Art. 6º. Os recursos serão depositados e obrigatoriamente administrados, em conta do Suprido.

Art. 7º. Não será concedido Suprimento de Fundos a suprido em atraso na prestação de contas de Suprimento anteriormente concedido e a responsável por 02 (dois) Suprimentos.

Art. 8º. O limite para concessão de Suprimento de Fundos será de até R$ 2.000,00 (dois mil reais).

Capitulo II

DA UTILIZAÇÃO:

Art. 9º. Todo comprovante de despesa (relativa a material de consumo, prestação de serviços, pagamento de custeio e outros) deverá ser emitido em nome da Câmara Municipal de Tabaporã/MT, contendo, razão social CNPJ, endereço, data de emissão, descrição detalhada do material adquirido ou do serviço prestado, clareza e especificação quanto aos valores unitário e total e prova indubitável de quitação da despesa apresentada.

Art. 10º. Os comprovantes de despesa, notas fiscais, faturas ou cupom fiscal, emitido por pessoa jurídica, e recibo, emitido por pessoa física, não devem conter rasuras ou borrões em qualquer de seus campos, especialmente nos identificadores de quantidade e valor.

Art.11º. Observar que os documentos de despesas devem obrigatoriamente ser constituídos das vias originais, sem conter emendas ou rasuras.

Art. 12º. O prazo máximo para aplicação do Suprimento de Fundos é de 30 (trinta) dias, não podendo ser ultrapassado este prazo e nem ao exercício financeiro em que ocorreu a concessão do Suprimento.

Art. 13º Os Suprimentos de Fundos concedidos, excepcionalmente, para aplicação em prazos inferiores a 30 (trinta) dias poderão, se necessário, ter seu prazo prorrogado desde que não ultrapasse o prazo máximo fixado.

Art. 14º. Na aplicação do Suprimento de Fundos devem ser observadas rigorosamente as condições de concessão e mais, a importância aplicada até 01 de dezembro de um exercício será comprovada até 20 de dezembro do mesmo exercício.

Capitulo IV

DAS PROIBIÇÕES:

Art. 15º. Não se concederá Suprimento de Fundos a suprido já responsável por 02 (dois) Suprimentos como também àqueles que não tenham prestado contas de sua aplicação dentro do prazo determinado.

Art. 16º. Não se concederá Suprimento de Fundos para realizar despesas com material permanente e/ou equipamentos;

Art. 17º. Não se concederá Suprimento de Fundos para realizar despesas com combustível para veículos de terceiros.

Art. 18º. É vedado efetuar pagamento a si próprio, independentemente de qualquer caso.

Art. 19º. É vedada a utilização dos recursos recebidos a título de Suprimento de Fundos como empréstimo para reposição futura.

Capitulo V

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 20º Cabe ao suprido prestar contas de sua aplicação dentro do prazo previsto.

Art. 21º A prestação de contas de aplicação de Suprimento de Fundos será apresentada à Contabilidade e ao Controle Interno do Legislativo até o período máximo de 10 (dez) dias após o vencimento do prazo previsto para utilização dos recursos.

Art. 22º A apresentação da prestação de contas deverá ser encaminhada em formulário próprio, conforme modelo do Controle Interno, observadas suas especificidades e exigências próprias.

Art. 23º Quando da prestação de contas, o saldo final de Suprimento de Fundos não utilizado deverá ser devolvido à Câmara Municipal através de depósito em conta bancária especifica.

Art. 24º A prestação de contas deve ser constituída dos seguintes documentos:

a) Encaminhamento de prestação de contas;

b) Relação de pagamentos;

c) Notas fiscais, faturas, cupom fiscal e recibos em seus respectivos originais;

d) Comprovante de depósito bancário na conta do projeto referente à devolução de saldo não utilizado.

Art. 25º Caberá ao setor responsável da Câmara municipal conferir a prestação de contas em toda sua formalidade, observando se ela está acompanhada dos documentos obrigatórios exigidos para sua apresentação bem como quanto à disposição dos documentos e a certificação da veracidade dos valores apresentados; serão obrigatoriamente, conferidos os valores dos campos: quantidade, preço unitário, subtotais e totais de todos os documentos.

Art. 26º. A área contábil comunicará a aprovação da prestação de contas no prazo de 05 (cinco) dias após o recebimento ao suprido e ao Controle Interno ou providenciará a sua devolução quando não forem cumpridas as formalidades estabelecidas.

Art. 27º As despesas rejeitadas deverão ser ressarcidas pelo suprido no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da comunicação da Presidência desta Casa de Leis.

Art. 28º Ficarão impedidos de receber Suprimento de Fundos os supridos os servidores que não observarem as normas relativas às formalidades e prazos estabelecidos nesta resolução.

Art. 29º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Ver. Geraldo Alves Monteiro, 28 de abril de 2025.

THANYS ALESSANDRO DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA-PL

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
RESOLUÇÃO Nº089/2025

RESOLUÇÃO Nº089/2025

SÚMULA:- Dispõe sobre as sessões itinerantes do exercício de 2025 e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ, Estado de Mato Grosso, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o soberano plenário aprovou e Ele Promulga a seguinte resolução:

Art. 1º As sessões itinerantes serão realizadas fora do recinto da Câmara Municipal, em locais públicos, seguros e acessíveis ao público.

§ 1º A sessões serão realizadas, conforme descrito abaixo, com horários a serem definidos:

05 de maio de 2025 – Nova Fronteira;

16 de junho de 2025 – Americana do Norte;

27 de outubro de 2025 - Americana do Norte;

10 de novembro de 2025 - Nova Fronteira.

Art. 2º As sessões serão realizadas em espaços públicos comunitários ou escolares adequados à recepção da comunidade e à estrutura dos trabalhos legislativos, a serem definidos em articulação com as lideranças locais.

Art. 3º Para a realização das sessões itinerantes, será necessário o quórum simples metade mais um dos membros, conforme o estabelecido no Regimento Interno.

Art. 4º As sessões itinerantes terão a duração máximo de 04 (quatro) horas.

Art. 5º A pauta das sessões itinerantes seguirá o mesmo formato das sessões ordinárias, podendo incluir a discussão e votação de proposições, além da tribuna livre para participação popular.

§ 1º Os interessados a utilizar a tribuna livre deverão realizar suas inscrições até o início da sessão legislativa.

Art. 6º As divulgações das sessões itinerantes deverão ser realizadas de maneira ampla por meio de canais de comunicação da Câmara Municipal e demais meios de comunicação, em especial nas sessões ordinárias que as antecedem.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta resolução correrão à conta de dotações próprias, do orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

.

Plenário Ver. Geraldo Alves Monteiro, 28 de abril de 2025.

THANYS ALESSANDRO DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

BALANCETE ORÇAMENTÁRIO 03-2025

ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
CNPJ: 03.130.309/0001-94
TRAVESSA LUCAS AUXILIO TONIAZZO - 206 - CENTRO
Telefone: (66) 3534-1108 - E-mail: legislativo@terranovadonorte.mt.leg.br

BALANCETE ORÇAMENTÁRIO
03/2025

RECEITA	Previsão	Até o mês	No mês	Diferença	DESPESA	Previsão	Até o mês	No mês	Diferença
					Despesas correntes	2.900.000,00	479.949,93	204.755,43	-2.215.294,64
					Legislativa	2.900.000,00	479.949,93	204.755,43	-2.215.294,64
					Despesas de capital	400.000,00	2.130,00	0,00	-397.870,00
					Legislativa	400.000,00	2.130,00	0,00	-397.870,00
SOMA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**SOMA**	**3.300.000,00**	**482.079,93**	**204.755,43**	**-2.613.164,64**
DÉFICIT	**3.300.000,00**	**482.079,93**	**204.755,43**		**SUPERÁVIT**				**2.613.164,64**
TOTAL	**3.300.000,00**	**482.079,93**	**204.755,43**	**-2.613.164,64**	**TOTAL**	**3.300.000,00**	**482.079,93**	**204.755,43**	**-2.613.164,64**

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 29 de abril de 2025

RAMIRO DOUGLAS GOMES
Presidente

THAMARA ALVES REIS
Secretária

ELIZANDRO ROSSI
Contador - CRC 013076/0-9

Data: 29/04/2025 17:49:09 Página: 1 de 1
Data da emissão: 29/04/2025 17:49:09 ÁGILIBlue Contabilidade - Ágili Software Brasil Emitido por: ELIZANDRO ROSSI

BALANCETE FINANCEIRO 03-2025

ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
CNPJ: 03.130.309/0001-94
TRAVESSA LUCAS AUXILIO TONIAZZO - 206 - CENTRO
Telefone: (66) 3534-1108 - E-mail: legislativo@terranovadonorte.mt.leg.br

BALANCETE FINANCEIRO GERENCIAL
03/2025

RECEITA				DESPESA			
ORÇAMENTÁRIA				**ORÇAMENTÁRIA**			
Títulos	**Acumulado Anterior**	**Movimento do Mês**	**Total**	**Títulos**	**Acumulado Anterior**	**Movimento do Mês**	**Total**
				Despesas correntes	479.949,93	204.755,43	684.705,36
				Legislativa	479.949,93	204.755,43	684.705,36
				Despesas de capital	2.130,00	0,00	2.130,00
				Legislativa	2.130,00	0,00	2.130,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**TOTAL**	**482.079,93**	**204.755,43**	**686.835,36**
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**			
TOTAL EMPENHOS	482.079,93	204.755,43	686.835,36	EMPENHOS A PAGAR PAGOS	331.511,59	221.763,26	553.274,85
Total empenhos	482.079,93	204.755,43	686.835,36	Empenhos a pagar pagos	331.511,59	221.763,26	553.274,85
DEPÓSITOS	61.530,30	32.258,78	93.789,08	DEPÓSITOS	48.933,91	32.131,68	81.065,59
CREDITO CONSIGNADO BANCO SICREDI	10.298,12	6.065,22	16.363,34	CREDITO CONSIGNADO BANCO SICREDI	10.298,12	6.065,22	16.363,34
CREDITO CONSIGNADO EM FOLHA	743,80	0,00	743,80	CREDITO CONSIGNADO EM FOLHA	743,80	0,00	743,80
DEPOSITOS - I.N.S.S	11.941,60	6.145,76	18.087,36	DEPOSITOS - I.N.S.S	5.864,40	6.077,20	11.941,60
DEPOSITOS - I.R.R.F	24.367,90	12.662,01	37.029,91	DEPOSITOS - I.R.R.F	24.367,90	12.662,01	37.029,91
DEPOSITOS - I.R.R.F TERCEIROS	393,26	196,63	589,89	DEPOSITOS - I.R.R.F TERCEIROS	393,26	196,63	589,89
DEPOSITOS - PENSAO ALIMENTICIA	1.346,43	611,43	1.957,86	DEPOSITOS - PENSAO ALIMENTICIA	1.346,43	611,43	1.957,86
DEPOSITOS - PREVITER	12.439,19	6.577,73	19.016,92	DEPOSITOS - PREVITER	5.920,00	6.519,19	12.439,19
TOTAL	**543.610,23**	**237.014,21**	**780.624,44**	**TOTAL**	**380.445,50**	**253.894,94**	**634.340,44**
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS				**TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS**			
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE	550.000,00	275.000,00	825.000,00				
TOTAL	**550.000,00**	**275.000,00**	**825.000,00**	**TOTAL**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
GANHOS DE APLICAÇOES FINANCEIRAS				**PERDAS DE APLICAÇOES FINANCEIRAS**			
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SALDO DO MÊS ANTERIOR				**SALDO PARA O MÊS SEGUINTE**			
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
BANCOS - CONTAS MOVIMENTO	0,00	231.084,80	0,00	BANCOS - CONTAS MOVIMENTO	231.084,80	284.448,64	284.448,64
BANCOS - CONTAS VINCULADAS	0,00	0,00	0,00	BANCOS - CONTAS VINCULADAS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**231.084,80**	**0,00**	**TOTAL**	**231.084,80**	**284.448,64**	**284.448,64**
TOTAL GERAL	**1.093.610,23**	**743.099,01**	**1.605.624,44**	**TOTAL GERAL**	**1.093.610,23**	**743.099,01**	**1.605.624,44**

Data: 29/04/2025 16:21:53 Página: 1 de 2

Data da emissão: 29/04/2025 16:21:53 ÁGILIBlue Contabilidade - Ágili Software Brasil Emitido por: ELIZANDRO ROSSI

ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
CNPJ: 03.130.309/0001-94
TRAVESSA LUCAS AUXILIO TONIAZZO - 206 - CENTRO
Telefone: (66) 3534-1108 - E-mail: legislativo@terranovadonorte.mt.leg.br

BALANCETE FINANCEIRO GERENCIAL
03/2025

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 29 de abril de 2025

RAMIRO DOUGLAS GOI Presidente	THAMARA ALVES RE Secretária	ELIZANDRO ROSSI Contador - CRC 013076/

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

N.º 01/2022

Do Objeto: Rescisão Unilateral do Contrato n.º 01/2022 oriundo do Processo de Adesão à Ata de Registro de Preços n.°01/2021 da Câmara Municipal de Itanhangá/MT, cujo objetivo é a contratação por prazo determinado de empresa especializada em software de Gestão Pública Integrada para fornecimento de Licenças de Uso (Locação) com acesso ilimitado de usuários, Migração de Dados, Implantação, Treinamento, Manutenção e Suporte Técnico em Gestão do Planejamento PPA/LDO/LOA, Orçamento, Contabilidade e Tesouraria; Geração de Informações para Tribunais; Gestão do Recursos Humanos e Folha de Pagamento; Gestão de Compras e Licitação; Contratos; Gestão do Patrimônio Público; Gestão de Almoxarifado; Gestão de Protocolo; Gestão de Frotas; Portal da Transparência e Provimento de Data Center; tudo isso com pleno atendimento à Lei N° 4. 320/64, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à NBCASP e às normativas do TCE-MT.

Data da Rescisão: 10 de abril de 2025.

Contratada: ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA, pessoa jurídica direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 26.804.377/0003-59.

JUSTIFICATIVA DA RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO

Da Introdução e do Objeto de Contratação:

A Câmara Municipal de Terra Nova do Norte/MT, por meio da adesão à Ata de Registro de Preços n.º001/2021 – Pregão Presencial nº 001/2021 da Câmara Municipal de Itanhangá/MT, que deu origem ao ajuste contratual com a empresa **ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 26.804.377/0003-59, estando as partes sujeitas às disposições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 01/2022, com vigência prevista até 31 de dezembro de 2022.

Tal contratação tem por objeto a **Contratação de empresa especializada visando a prestação de serviços especializados em software de Gestão Pública Integrada para fornecimento de Licenças de Uso (Locação) com acesso ilimitado de usuários, Migração de Dados, Implantação, Treinamento, Manutenção e Suporte Técnico em Gestão do Planejamento PPA/LDO/LOA, Orçamento, Contabilidade e Tesouraria; Geração de Informações para Tribunais; Gestão do Recursos Humanos e Folha de Pagamento; Gestão de Compras e Licitação; Contratos; Gestão do Patrimônio Público; Gestão de Almoxarifado; Gestão de Protocolo; Gestão de Frotas; Portal da Transparência e Provimento de Data Center; tudo isso com pleno atendimento à Lei N° 4. 320/64, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à NBCASP e às normativas do TCE-MT**, de acordo com os serviços descritos na CLAUSULA PRIMEIRA do referido Contrato.

A legislação aplicável será a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações (já extinta), a teor do preceito do art. 190 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

DOS FATOS:

O Presidente desta Casa Legislativa RESOLVE rescindir o contrato em epígrafe.

A rescisão consensual do contrato administrativo é um instituto previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Cláusula Décima Quarta, item 14.1, ‘f’ e ‘g’ condicionada à conveniência da Administração e interesse público, senão vejamos:

“Lei Federal nº 8.666/93

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

Importante destacar, conforme frisa o art. 79, inciso I, visto acima, que as hipóteses para rescisão estão descritas nos incisos art. 78 do mesmo diploma legal, haja vista que a hipótese trazida no inciso XII é a que melhor se adapta ao caso em questão, uma vez que traz à baila a possibilidade de rescisão de contrato pela Administração diante de razões de interesse público.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

[…]

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

O Contrato Administrativo nº. 01/2022 assim dispõe na Cláusula Décima Quarta, conforme segue:

"CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Rescisão do Contrato.

14.1. Pelo regime jurídico dos contratos administrativos, instituído pelo Art. 58, Inciso II, da Lei Federal n.º8.666/93 e seus complementos, ficam conferidos à CONTRATANTE prerrogativas para rescisão unilateral do presente instrumento, independente de Notificação ou Interpelação Judicial, pelos seguintes motivos:

[…]

f) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas;

g) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, que impeça a execução do presente contrato;"

Considerando que a Prefeitura Municipal informou ao Poder Legislativo da unificação do sistema de integração das informações contábeis, SIAFIC nos termos do Decreto Federal n.º10.540/2020, com a realização de Processo Licitatório de Pregão Presencial n.º05/2025 e Contrato n.º085/2025, contemplando a Câmara Municipal, cujo objeto é **Contratação de empresa especializada em softwares nativos de plataforma web e com provimento datacenter, sem limite de usuários, instalação, migração de dados, treinamento, suporte técnico, manutenção, integração e customização do sistema integrado de gestão municipal, com vigência a partir de 10/04/2025**, a manutenção do contrato existente entre o Poder Legislativo e a empresa ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA perdeu o seu objetivo, tornando-se desnecessário e sua continuidade é contraria ao interesse público.

Cumpre destacar que, pelos motivos acima avençados, decidiu o Poder Legislativo com a RESCISÃO do Contrato nº 01/2022.

Tal prerrogativa discricionária da Administração não significa necessariamente uma arbitrariedade, mas sim uma margem de "liberdade" que o Gestor Público possui para que sejam realizadas melhores avaliações e definições de prioridades de maneira a melhor atingir o interesse da coletividade.

Não nos resta mais qualquer dúvida acerca das razões que ensejaram a rescisão contratual, uma vez que se trata de necessidade de alta relevância e importância, demonstrando assim a preocupação do Gestor Público com o resguardo de todo o interesse público envolvido, não resta outra alternativa à Administração senão a rescisão do contrato.

DA CONCLUSÃO:

Assim, diante das razões exaustivamente apresentadas, DECIDE o Presidente da Câmara Municipal de Terra Nova do Norte/MT pela RESCISÃO DO CONTRATO em face da empresa ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 26.804.377/0003-59 a partir do dia 10 de abril de 2025.

Terra Nova do Norte/MT, 17 de abril de 2025.

Paulo Cezar Z. Goulart

Agente de Contratação

Ramiro Douglas Gomes

Presidente Mesa Diretora Câmara Municipal

Biênio 2025/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº. 057/2025

"Dispõe sobre designação do fiscal do Contrato nº 005/2025

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando os termos do artigo 117 da Lei nº. 14.133/2021, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

CONTRATO Nº 005/2025 E SEUS ADITIVOS

Objeto: Contratação de serviços móvel pessoal – SMP (móvel-móvel, móvel-fixo e dados), nas modalidades local e longa distância nacional (LDN) a ser executado de forma contínua, a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT.

EMPRESA: TIM S.A, CNPJ: 02.421.421/0001-11

Fiscal: Sebastião Ney da Silva Provenzano

CPF: 395. (...)-53

Suplente de Fiscal: Gui Sandro da Costa Silva

CPF: 503. (..)-06

Art.2º. A fiscalização da correta execução do objeto e das cláusulas presentes no contrato e seus aditivos extingue-se com o término da vigência dos mesmos.

Art. 3º. Essa portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 28 de abril de 2025.

Ver. Wanderley Cerqueira

Presidente

Verª. Rosemary Souza Prado

1º. Secretária

PORTARIA Nº. 056/2025

"Dispõe sobre designação do fiscal do Contrato nº 008/2024

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando os termos do artigo 117 da Lei nº. 14.133/2021, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

CONTRATO Nº 008/2024 E SEUS ADITIVOS

Objeto: Contratação de serviços de dedetização, descupinização, desratização e afugentamento de pombos/morcegos, limpeza e desinfecção de caixas d´água.

EMPRESA: J.B. SILVA, CNPJ: 33.449.754/0001-82

Fiscal: Sebastião Ney da Silva Provenzano

CPF: 395. (...)-53

Suplente de Fiscal: Gui Sandro da Costa Silva

CPF: 503. (..)-06

Art.2º. A fiscalização da correta execução do objeto e das cláusulas presentes no contrato e seus aditivos extingue-se com o término da vigência dos mesmos.

Art. 3º. Essa portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 25 de abril de 2025.

Ver. Wanderley Cerqueira

Presidente

Verª. Rosemary Souza Prado

1º. Secretária

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 21/2025

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e o Srº. DELCIO BATISTA SOARES DE MELO, COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E A TEOR DO DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES: Normativa nº 002/2011/CIDESAT E alterações posteriores, Normativa nº 032/2016/CIDESAT e alterações posteriores, Normativa nº 049/2018/CIDESAT, Normativa nº 062/2019, Normativa nº 061/2019, Normativa nº 063/2019, Resolução Administrativa Nº 01/2023. CONTRATADO trabalhará para o CONTRATANTE na função de **MOTORISTA** e perceberá a quantia de R$ 2.358,23 (dois mil trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional. Conforme Resolução Administrativa 01/2025. A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, atendendo a programação e necessidade da Contratante. Em conformidade com o item 16.8.1 do Edital do Processo Seletivo nº 02/2024/CIDESAT, a presente contratação será em caráter experimental nos termos do Art. 445 da CLT; ou seja, contratação por prazo determinado por 30 (trinta) dias, prorrogável automaticamente por mais 30 (trinta) dias; ao final do qual se não houver aprovação da experiência o mesmo será rescindido sem direito a Aviso Prévio e multa fundiária; do contrário passará a vigorar as demais regras do presente edital. Em conformidade com o item 16.10 do Edital do Processo Seletivo nº 02/2024/CIDESAT, o presente contrato de trabalho será pelo prazo determinado de até 24 meses, podendo ser prorrogado por igual período. Excepcionalmente, além do previsto no caput poderão ser prorrogados por mais 12 meses os contratos que estiverem a serviço da execução de programa, projeto e/ou convênio específico, limitado à vigência destes. Conforme Artigo 5º e parágrafo único da Resolução Normativa nº 100/2024.

São José dos Quatro Marcos - MT, 01 de abril de 2025.

Presidente: Jadilson Alves de Souza

ATO DE PESSOAL 21/2025 TERMO DE POSSE

Ao primeiro (01) dia do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), na Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, eu **JADILSON ALVES DE SOUZA,** presidente, no uso das atribuições a mim conferidas pelo Contrato Consórcio, **dou POSSE** a **ITALO JOSE RIBEIRO DE SOUZA,** portador carteira de identidade RG nº 2764103-1 SESP/MT e do CPF: 059.976.681-69, nomeado para o **Emprego Público,** através da **PORTARIA Nº 22/2025 do dia 07 de março de 2025**, no cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS II,** Conforme **Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº 20/2025**, assumindo o compromisso de fielmente exercer e cumprir os deveres do CARGO e os constantes da legislação e resoluções pertinentes. A nomeada comprova neste ATO, através de inspeção médica estar apta, física e mentalmente para o exercício do cargo bem como DECLARA que não exerce outro CARGO, EMPREGO ou FUNÇÃO PÚBLICA, remunerada na Administração Direta ou Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresa Pública.

São José dos Quatro Marcos - MT, em 01 de abril de 2025.

Presidente: Jadilson Alves de Souza

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 16/2025

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e o Srº. CLAUDESINO JOSÉ DA SILVA JUNIOR, COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E A TEOR DO DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES: Normativa nº 002/2011/CIDESAT E alterações posteriores, Normativa nº 032/2016/CIDESAT e alterações posteriores, Normativa nº 049/2018/CIDESAT, Normativa nº 062/2019, Normativa nº 061/2019, Normativa nº 063/2019, Resolução Administrativa Nº 01/2023. O CONTRATADO trabalhará para o CONTRATANTE na função de **MOTORISTA,** e perceberá a quantia de R$ 2.358,23 (dois mil trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional. Conforme Resolução Administrativa 001/2025. A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, atendendo a programação e necessidade da Contratante. Em conformidade com o item 16.8.1 do Edital do Processo Seletivo nº 02/2024/CIDESAT, a contratação será em caráter experimental nos termos do Art. 445 da CLT; ou seja, contratação por prazo determinado por 30 (trinta) dias, prorrogável automaticamente por mais 30 (trinta) dias; ao final do qual se não houver aprovação da experiência o mesmo será rescindido sem direito a Aviso Prévio e multa fundiária; do contrário passará a vigorar as demais regras do presente edital. Em conformidade com o item 16.10 do Edital do Processo Seletivo nº 02/2024/CIDESAT, o presente contrato de trabalho será pelo prazo determinado de até 24 meses, podendo ser prorrogado por igual período. Excepcionalmente, além do previsto no caput poderão ser prorrogados por mais 12 meses os contratos que estiverem a serviço da execução de programa, projeto e/ou convênio específico, limitado à vigência destes. Conforme Artigo 5º e parágrafo único da Resolução Normativa nº 100/2024.

São José dos Quatro Marcos - MT, 01 de abril de 2025

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 20/2025

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e o Srº. ITALO JO-

SE RIBEIRO DE SOUZA, COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E A TEOR DO DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES: Normativa nº 002/2011/CIDESAT E alterações posteriores, Normativa nº 032/2016/CIDESAT e alterações posteriores, Normativa nº 049/2018/CIDESAT, Normativa nº 062/2019, Normativa nº 061/2019, Normativa nº 063/2019, Resolução Administrativa Nº 01/2023. O CONTRATADO trabalhará para o CONTRATANTE na função de **OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS II,** e perceberá a quantia de R$ 3.429,97 (três mil quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e sete centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional. Conforme Resolução Administrativa 01/2025. A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, atendendo a programação e necessidade da Contratante. Em conformidade com o item 16.8.1 do Edital do Processo Seletivo nº 02/2024/CIDESAT, a presente contratação será em caráter experimental nos termos do Art. 445 da CLT; ou seja, contratação por prazo determinado por 30 (trinta) dias, prorrogável automaticamente por mais 30 (trinta) dias; ao final do qual se não houver aprovação da experiência o mesmo será rescindido sem direito a Aviso Prévio e multa fundiária; do contrário passará a vigorar as demais regras do presente edital. Em conformidade com o item 16.10 do Edital do Processo Seletivo nº 02/2024/CIDESAT, o presente contrato de trabalho será pelo prazo determinado de até 24 meses, podendo ser prorrogado por igual período. Excepcionalmente, além do previsto no caput poderão ser prorrogados por mais 12 meses os contratos que estiverem a serviço da execução de programa, projeto e/ou convênio específico, limitado à vigência destes. Conforme Artigo 5º e parágrafo único da Resolução Normativa nº 100/2024.

São José dos Quatro Marcos - MT, 01 de abril de 2025

Presidente: Jadilson Alves de Souza

PORTARIA Nº. 32/2025 DE 29 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2024/CIDESAT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, considerando o Cargo de **COZINHEIRO**, criado pelo Contrato Consórcio em sua Cláusula Quadragésima e considerando os termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal de 1988, e atendendo às disposições legais das Resoluções Normativas n° 002/2011/CIDESAT, Artigo 2° e 3°, nº 032/2016/CIDESAT, Artigo 2°; e Resolução Normativa n° 033/2016/CIDESAT, e ainda Resolução Normativa Nº 049/2018, bem como o Edital que Homologou o Processo de Seletivo Simplificado Nº 02/2024/CIDESAT, destinado ao preenchimento de vagas de Emprego Público no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, sob o regime celetista, não adquirindo a estabilidade a que se refere o art. 41 da Constituição Federal, com contribuição previdenciária para o regime geral, conforme publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 2693 de 16 de Janeiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear** o Candidato **ADRIANO RANGEL ANANIAS DO PRADO,**inscrito no **CPF 000.867.291-10**, para exercer o cargo de **COZINHEIRO,** por ter ficado em 1º Lugar na classificação geral no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2024/CIDESAT.

Art. 2º - O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único: Para a posse o candidato deverá apresentar na Secretaria Executiva do Consórcio os documentos requeridos no Edital do Processo Seletivo.

Art. 3º - Em caso de impedimento para tomada de posse no prazo estabelecido no artigo anterior, deverá apresentar requerimento/justificativa para adiamento, desde que não ultrapasse o prazo de 30 dias concedido neste instrumento de convocação.

Parágrafo Único: O requerimento/justificativa a que se refere o caput do artigo será submetido à assessoria jurídica do Consórcio para emissão de parecer.

Art. 4º - Caso não tome posse dentro do prazo previsto, será considerado desistente.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 29 de ABRIL de 2025.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

ATO DE PESSOAL 17/2025 TERMO DE POSSE

Ao primeiro (01) dia do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), na Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, eu **JADILSON ALVES DE SOUZA,** presidente, no uso das atribuições a mim conferidas pelo Contrato Consórcio, **dou POSSE** a **CLAUDESINO JOSÉ DA SILVA JUNIOR**, portador da Carteira de Identidade RG Nº 12416495 SSP/MT e CPF Nº 903.917.481-49, nomeado para o **Emprego Público,** através da **PORTARIA Nº 09/2025 do dia 26 de fevereiro de 2025**, no cargo de **MOTORISTA,** Conforme **Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº 16/2025**, assumindo o compromisso de fielmente exercer e cumprir os deveres do CARGO e os constantes da legislação e resoluções pertinentes. A nomeada comprova neste ATO, através de inspeção médica estar apta, física e mentalmente para o exercício do cargo bem como DECLARA que não exerce outro CARGO, EMPREGO ou FUNÇÃO PÚBLICA, remunerada na Administração Direta ou Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresa Pública.

São José dos Quatro Marcos - MT, em 01 de abril de 2025.

Presidente: Jadilson Alves de Souza

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2025/CIDESAT

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2025

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 07/2025

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso. Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, situado Avenida Sergipe, nº 457 - Jd. Popular I em São José dos Quatro Marcos - MT, CNPJ: 08.979.143/0001-07 neste ato representado pelo seu Presidente Sr. **JADILSON ALVES DE SOUZA,** brasileiro nascido no dia 18/06/1967, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Bahia, nº 2386, Bairro Centro, na cidade

de Curvelândia – MT, CEP: 78.237-000, portador da Cédula de Identidade RG nº. 358.368 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 396.432.041-20 doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, que RESOLVE registrar os preços da Empresa, **MERCAUTIL COMERCIO DE FERRAMENTAS E UTILIDADES LTDA,** CNPJ n° 34.737.085/0001-07, Av. Consolação Nº 1991 Qd.11 Lt. 17 Sala 01 Nª. Srª. De Fátima – Goiânia – GO, CEP: 74.420-230, representada pelo **Sr. DAVID VALERIANO DE SIQUEIRA**, portador da Cédula de Identidade RG 5037326 SPTC/GO, e do CPF: 028.517.561-09.

O **Registro** dos preços estão de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir, cujo GERENCIAMENTO desta ATA caberá à Secretaria Executiva do Consórcio.

1. DO OBJETO - ESPECIFICAÇÃO, DO PREÇO E QUANTITATIVO

A presente ATA tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de PNEUS de caminhão para manutenção da frota do Consórcio conforme especificações e condições técnicas constantes do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 02/2025 e proposta apresentada pela contratada:

VENCEDOR: **MERCAUTIL COMERCIO DE FERRAMENTAS E UTILIDADES LTDA -34.737.085/0001-07**					
Item	**Descrição PRODUTOS**	**Qtde**	**Unid.**	**V. Unit. Máximo**	**Valor Total R$**
5	Bombonas de plástico para resíduos orgânicos cap. de 220 litros com Tampa removível ABRE E FECHA, cor Preta ou Marrom, incluído frete.	100	UN	245,00	24.500,00
TOTAL **(vinte e quatro mil e quinhentos reais)**					**24.500,00**

Itens conforme especificações e detalhamentos constantes no Termo de Referencia do Edital Pregão Eletrônico nº 02/2025 e Proposta de Preços, parte integrante desta Ata.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo do(s) órgão(s0 solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

2.2. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

2.3. O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital;

3. DA VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano da data de sua assinatura, tendo validade e eficácia legal após a publicação, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

4. DA ENTREGA E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

4.1. O Material deverá ser entregue de forma parcelada conforme necessidade da CONTRATANTE.

4.2. O prazo de entrega será de até **30 dias** a contar da Ordem de Fornecimento, devendo ser entregue na sede do Consórcio.

4.3. Os materiais estando conforme e entregues na totalidade da ordem de fornecimento serão recebidos de forma definitiva.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de imediato, a contar da notificação presencial pelo representante do Consórcio, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. Entre outras, são Obrigações da CONTRATADA:

Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE; **Executar o objeto, conforme descritos neste Termo de Referência;** Respeitar os limites dos quantitativos especificados, qualidades e sob nenhum argumento poderá deixar de atender, no prazo estabelecido, as solicitações de fornecimento dos itens da Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do instrumento contratual a ser firmado; Retirar pessoalmente a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo, via e-mail, ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por cento) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço/Contrato poderá ser cancelada ou rescindida; Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preço/Contrato; Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento/execução incumbe ao vencedor contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste termo e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas; Comunicar imediatamente a Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência e outros; Respeitar e fazer cumprir e fazer cumprir legislação de segurança e medicina do trabalho, ambiental, fiscal e conexas, previs-

tas nas normas regulamentadoras pertinentes, nos casos que se aplica; Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento/execução a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Consórcio; Indenizar terceiros e/ou a própria Contratante mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada/adjudicatária adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; Fornecer os itens, conforme estipulado neste TR e de acordo com a proposta apresentada; A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente a descrição, prazo e quantidades, estabelecido na Ordem de Fornecimento; O pagamento somente será autorizado após a conferência dos serviços/produto; Manter a regularidade Fiscal que ensejou a habilitação durante o período de vigência; A Contratada/Adjudicatária terá que seguir as descrições dos itens, conforme consta no termo de referência; Atender a todas as exigências do contrato/ata e executar todos os itens contratados/adjudicados, conforme estabelecido neste termo e estabelecido no contrato/ata, bem como, no instrumento convocatório, assumindo assim o ônus da prestação inadequada, nos casos de trabalhos descumpridos por parte da Contratada/Adjudicatária; Os serviços/objetos serão fornecidos a Unidade requisitante, através da emissão da Nota de Autorização de Despesa - NAD; Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal; A validade dos produtos fornecidos, deverão estar de acordo com a Legislação vigente para seu uso e consumo; Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita; Aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos dos artigos 124 e 125 da Lei nº. 14.133/21, salvo nos casos de supressão que poderá ser de maior percentual, nos termos estabelecido também na Lei nº. 14.133/21; Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Consórcio no tocante a entrega dos produtos, inclusive permitir o acesso dos fiscais do destes em suas dependências, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definidos e conforme especificações constantes no edital, Termo de Referência/Projeto Básico, deste processo licitatório; Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade; Responde pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratado. Comunicar imediatamente ao Consórcio qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

5.2 Entre outras, são obrigações da CONTRATANTE:

I. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Nota de Empenho, e Ordem de Fornecimento/Serviço;

II. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

III. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;

IV. Notificar por escrito, à empresa contratada/adjudicatária, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

V. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada/adjudicatária, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

VI. Todos os encaminhamentos e o controle dos itens objeto desta contratação será de responsabilidade da Secretaria Executiva, Unidade solicitante e do fiscal de contrato;

VII. Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas da Contratada, após recebimento definitivo dos produtos;

VIII. Supervisionar o recebimento dos objetos através de um funcionário credenciado pela CONTRATANTE, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos;

IX. Recusar o recebimento dos itens nas seguintes hipóteses:

a) Se forem prestados ou entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste instrumento e no edital de convocação;

X. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e relatórios, quando for o caso;

XI. O recebimento provisório dos itens não implica sua aceitação definitiva, quando for o caso.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pelo Consórcio em nome da contratante em favor da contratada mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contratante, após ter conferido o material/equipamento e ter certificado tratar-se do solicitado/contratado em todos os seus itens e características.

6.2. O pagamento será efetuado à contratada, em até 10 dias, após a entrega do bem, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL e depois de atestada conforme descrito no item anterior e cumprida todas as obrigações acessórias, inclusive entrega técnica e emitida o Termo de Recebimento Definitivo.

6.2.1. Em caso de alguma pendência acessória, poderá ser retido valor proporcional dentro da razoabilidade administrativa até que esta seja cumprida.

6.3. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da manutenção da habilitação que ensejou a adjudicação, anexando:

I- Certidão Negativa de Débitos Federal e referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

II- Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

III- Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

IX- Certidões Negativas de Débito Trabalhista – TST

6.4. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, este será efetuado apenas após a respectiva regularização;

6.5. O contratado indicará no corpo da nota fiscal o número do contrato, nome do banco, agência e conta-corrente onde deverá ser feito o pagamento, que será efetuado via ordem bancária;

6.6. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

6.7. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio de transferência para o banco e conta corrente discriminado na nota fiscal;

6.8. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade, garantia e obrigações acessórias;

6.9. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;

6.10. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

6.11. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

7. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.3.2.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8. DO REAJUSTE DE PREÇO

8.1. Os preços inicialmente registrador são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:

8.1.1. Os valores poderão ser reajustados sempre em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços e do Contrato tal como pactuado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços e do Contrato.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado;

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o CONSÓRCIO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação;

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços;

8.6. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo MUNICÍPIO, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado em Imprensa Oficial.

8.7. Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes.

8.8. A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração,nos termos do Art. 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento.

9. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

9.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

9.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

9.2. Por iniciativa do Consórcio, o registro será cancelado quando o proponente:

9.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

9.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

9.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

9.4. O Consórcio poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **d) Multa:**

***1-** moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, na entrega, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*

***2-** O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.*

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

11. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem, em conformidade com o Art. 86 da Lei nº. 14.133/2021.

11.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade (não participante), a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes;

11.2.1 A adesão à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participante que aderirem, conforme as condições estabelecidas no § 5º do 86 da Lei nº. 14.133/2021.

11.2.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, encaminhando expediente no e-mail nascentesdopantanal@gmail.com ;

11.2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

11.3. Após a autorização do gerenciador, o órgão não participante devera efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

11.3.1. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

11.4. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas, conforme disposto da Lei nº. 14.133/21.

11.5. A Secretaria Executiva do Consórcio, através do Departamento de Licitação será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

11.6. As solicitações de Adesão deverão ser encaminhadas a Presidência do Consórcio, com endereço digital no e-mail nascentesdopantanal@gmail.com ou no endereço Av. Sergipe, nº 457, Bairro Jd. Popular I, Cep: 78.285.000 – São José dos Quatro Marcos/MT.

11.7. Este instrumento não obriga o Consórcio e Municípios a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

13. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São José dos Quatro Marcos-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São José dos Quatro Marcos/MT 30 de Abril de 2025.

_____

Jadilson Alves de Souza

Presidente

_____

MERCAUTIL COMERCIO DE FERRAMENTAS E UTILIDADES LTDA

CNPJ n° 34.737.085/0001-07

Representante: DAVID VALERIANO DE SIQUEIRA

CPF: 028.517.561-09

TESTEMUNHAS:

Nome: Douglas Ferreira da Silva Nome: Danilo Ricardo Pivetta

CPF: 036.778.6201-46 CPF: 032.867.841-41

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2025/CIDESAT

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2025

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 07/2025

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso. Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, situado Avenida Sergipe, nº 457 - Jd. Popular I em São José dos Quatro Marcos - MT, CNPJ: 08.979.143/0001-07 neste ato representado pelo seu Presidente Sr. **JADILSON ALVES DE SOUZA,** brasileiro nascido no dia 18/06/1967, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Bahia, nº 2386, Bairro Centro, na cidade de Curvelândia – MT, CEP: 78.237-000, portador da Cédula de Identidade RG nº. 358.368 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 396.432.041-20 doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, que RESOLVE registrar os preços da Empresa, **CITY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA,** CNPJ n° 48.256.518/0001-17, END. AV DAS AMERICAS n. 13685, Bairro: RECREIO DOS BANDEIRANTES, SALA 381, CEP: 22.790-701, RIO DE JANEIRO – RJ, representada pelo **Sr. Vinicius dos Santos Moreira**, portador da Cédula de Identidade RG 23.930.407-4, e do CPF: 603.939.653-92.

O **Registro** dos preços estão de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir, cujo GERENCIAMENTO desta ATA caberá à Secretaria Executiva do Consórcio.

1. DO OBJETO - ESPECIFICAÇÃO, DO PREÇO E QUANTITATIVO

A presente ATA tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de PNEUS de caminhão para manutenção da frota do Consórcio conforme especificações e condições técnicas constantes do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 02/2025 e proposta apresentada pela contratada:

VENCEDOR: CITY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 48.256.518/0001-17					
Item	**Descrição PRODUTOS**	**Qtde**	**Unid.**	**V. Unit. Máximo**	**Valor Total R$**
4	LIXEIRA Coleta seletiva - Kit com 3 lixeiras, nas cores VERDE / MARRON / CINZA mínimo 50 Litros e com estrutura/suporte em metalão de aço reforçado para fixação, incluso frete.	100	UN	298,00	29.800,00
TOTAL (vinte e nove mil e oitocentos reais)					**29.800,00**

Itens conforme especificações e detalhamentos constantes no Termo de Referencia do Edital Pregão Eletrônico nº 02/2025 e Proposta de Preços, parte integrante desta Ata.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo do(s) órgão(s0 solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

2.2. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

2.3. O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital;

3. DA VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano da data de sua assinatura, tendo validade e eficácia legal após a publicação, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

4. DA ENTREGA E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

4.1. O Material deverá ser entregue de forma parcelada conforme necessidade da CONTRATANTE.

4.2. O prazo de entrega será de até **30 dias** a contar da Ordem de Fornecimento, devendo ser entregue na sede do Consórcio.

4.3. Os materiais estando conforme e entregues na totalidade da ordem de fornecimento serão recebidos de forma definitiva.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de imediato, a contar da notificação presencial pelo representante do Consórcio, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. Entre outras, são Obrigações da CONTRATADA:

Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE; **Executar o objeto, conforme descritos neste Termo de Referência;** Respeitar os limites dos quantitativos especificados, qualidades e sob nenhum argumento poderá deixar de atender, no prazo estabelecido, as solicitações de fornecimento dos itens da Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do instrumento contratual a ser firmado; Retirar pessoalmente a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo, via e-mail, ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por cento) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço/Contrato poderá ser cancelada ou rescindida; Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preço/Contrato; Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento/execução incumbe ao vencedor contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste termo e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas; Comunicar imediatamente a Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência e outros; Respeitar e fazer cumprir e fazer cumprir legislação de segurança e medicina do trabalho, ambiental, fiscal e conexas, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes, nos casos que se aplica; Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento/execução a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Consórcio; Indenizar terceiros e/ou a própria Contratante mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada/adjudicatária adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; Fornecer os itens, conforme estipulado neste TR e de acordo com a proposta apresentada; A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente a descrição, prazo e quantidades, estabelecido na Ordem de Fornecimento; O pagamento somente será autorizado após a conferência dos serviços/produto; Manter a regularidade Fiscal que ensejou a habilitação durante o período de vigência; A Contratada/Adjudicatária terá que seguir as descrições dos itens, conforme consta no termo de referência; Atender a todas as exigências do contrato/ata e executar todos os itens contratados/adjudicados, conforme estabelecido neste termo e estabelecido no contrato/ata, bem como, no instrumento convocatório, assumindo assim o ônus da prestação inadequada, nos casos de trabalhos descumpridos por parte da Contratada/Adjudicatária; Os serviços/objetos serão fornecidos a Unidade requisitante, através da emissão da Nota de Autorização de Despesa - NAD; Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal; A validade dos produtos fornecidos, deverão estar de acordo com a Legislação vigente para seu uso e consumo; Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita; Aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos dos artigos 124 e 125 da Lei nº. 14.133/21, salvo nos casos de supressão que poderá ser de maior percentual, nos termos estabelecido também na Lei nº. 14.133/21; Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Consórcio no tocante a entrega dos produtos, inclusive permitir o acesso dos fiscais do destes em suas dependências, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definidos e conforme especificações constantes no edital, Termo de Referência/Projeto Básico, deste processo licitatório; Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade; Responde pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratado. Comunicar imediatamente ao Consórcio qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

5.2 Entre outras, são obrigações da CONTRATANTE:

I. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Nota de Empenho, e Ordem de Fornecimento/Serviço;

II. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

III. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;

IV. Notificar por escrito, à empresa contratada/adjudicatária, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

V. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada/adjudicatária, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

VI. Todos os encaminhamentos e o controle dos itens objeto desta contratação será de responsabilidade da Secretaria Executiva, Unidade solicitante e do fiscal de contrato;

VII. Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas da Contratada, após recebimento definitivo dos produtos;

VIII. Supervisionar o recebimento dos objetos através de um funcionário credenciado pela CONTRATANTE, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos;

IX. Recusar o recebimento dos itens nas seguintes hipóteses:

a) Se forem prestados ou entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste instrumento e no edital de convocação;

X. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e relatórios, quando for o caso;

XI. O recebimento provisório dos itens não implica sua aceitação definitiva, quando for o caso.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pelo Consórcio em nome da contratante em favor da contratada mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contratante, após ter conferido o material/equipamento e ter certificado tratar-se do solicitado/contratado em todos os seus itens e características.

6.2. O pagamento será efetuado à contratada, em até 10 dias, após a entrega do bem, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL e depois de atestada conforme descrito no item anterior e cumprida todas as obrigações acessórias, inclusive entrega técnica e emitida o Termo de Recebimento Definitivo.

6.2.1. Em caso de alguma pendência acessória, poderá ser retido valor proporcional dentro da razoabilidade administrativa até que esta seja cumprida.

6.3. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da manutenção da habilitação que ensejou a adjudicação, anexando:

I- Certidão Negativa de Débitos Federal e referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

II- Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

III- Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

IX- Certidões Negativas de Débito Trabalhista – TST

6.4. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, este será efetuado apenas após a respectiva regularização;

6.5. O contratado indicará no corpo da nota fiscal o número do contrato, nome do banco, agência e conta-corrente onde deverá ser feito o pagamento, que será efetuado via ordem bancária;

6.6. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

6.7. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio de transferência para o banco e conta corrente discriminado na nota fiscal;

6.8. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade, garantia e obrigações acessórias;

6.9. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;

6.10. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

6.11. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

7. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.3.2.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8. DO REAJUSTE DE PREÇO

8.1. Os preços inicialmente registrador são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:

8.1.1. Os valores poderão ser reajustados sempre em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços e do Contrato tal como pactuado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços e do Contrato.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado;

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o CONSÓRCIO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação;

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços;

8.6. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo MUNICÍPIO, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado em Imprensa Oficial.

8.7. Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes.

8.8. A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração,nos termos do Art. 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento.

9. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

9.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

9.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

9.2. Por iniciativa do Consórcio, o registro será cancelado quando o proponente:

9.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

9.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

9.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

9.4. O Consórcio poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **d) Multa:**

1- *moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, na entrega, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*

2- *O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.*

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

11. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem, em conformidade com o Art. 86 da Lei nº. 14.133/2021.

11.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade (não participante), a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes;

11.2.1 A adesão à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participante que aderirem, conforme as condições estabelecidas no § 5º do 86 da Lei nº. 14.133/2021.

11.2.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, encaminhando expediente no e-mail nascentesdopantanal@gmail.com ;

11.2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

11.3. Após a autorização do gerenciador, o órgão não participante devera efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

11.3.1. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

11.4. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas, conforme disposto da Lei nº. 14.133/21.

11.5. A Secretaria Executiva do Consórcio, através do Departamento de Licitação será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

11.6. As solicitações de Adesão deverão ser encaminhadas a Presidência do Consórcio, com endereço digital no e-mail nascentesdopantanal@gmail.com ou no endereço Av. Sergipe, nº 457, Bairro Jd. Popular I, Cep: 78.285.000 – São José dos Quatro Marcos/MT.

11.7. Este instrumento não obriga o Consórcio e Municípios a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

13. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São José dos Quatro Marcos-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São José dos Quatro Marcos/MT 30 de Abril de 2025.

_____

Jadilson Alves de Souza

Presidente

_____

CITY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ n° 48.256.518/0001-17

Representante: Vinicius dos Santos Moreira

CPF: 603.939.653-92

TESTEMUNHAS:

Nome: Douglas Ferreira da Silva Nome: Danilo Ricardo Pivetta

CPF: 036.778.6201-46 CPF: 032.867.841-41

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2025/CIDESAT

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2025

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 07/2025

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso. Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, situado Avenida Sergipe, nº 457 - Jd. Popular I em São José dos Quatro Marcos - MT, CNPJ: 08.979.143/0001-07 neste ato representado pelo seu Presidente Sr. **JADILSON**

ALVES DE SOUZA, brasileiro nascido no dia 18/06/1967, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Bahia, nº 2386, Bairro Centro, na cidade de Curvelândia – MT, CEP: 78.237-000, portador da Cédula de Identidade RG nº. 358.368 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 396.432.041-20 doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, que RESOLVE registrar os preços da Empresa, **LIMPLURB COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA,** CNPJ n°46.923.281/0001-55, END. COMERCIAL: Alameda Dos Cajueiros, 175 A - ITU - SP CEP: 13304-354**,** representada pelo **Sr. Renato Correa Colombo**, portador da Cédula de Identidade RG 29.550.000-1, e do CPF: 304.612.738-37.

O **Registro** dos preços estão de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir, cujo GERENCIAMENTO desta ATA caberá à Secretaria Executiva do Consórcio.

1. DO OBJETO - ESPECIFICAÇÃO, DO PREÇO E QUANTITATIVO

A presente ATA tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de PNEUS de caminhão para manutenção da frota do Consórcio conforme especificações e condições técnicas constantes do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 02/2025 e proposta apresentada pela contratada:

VENCEDOR: **LIMPLURB COM. DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA – CNPJ 46.923.281/0001-55**					
Item	**Descrição PRODUTOS**	**Qtde**	**Unid.**	**V. Unit. Máximo**	**Valor Total R$**
3	CONTÊINER em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV, cantos arredondados, com tampa articulada, munhões laterais para basculamento, dreno inferior para escoamento de líquidos, quatro rodas de borracha maciça de 200mm com carga de aço galvanizado, sendo no mínimo duas com freio de estacionamento e ângulo de giro de 360º - Capacidade mínima de 660 Litros. CORES Verde e Marrom. incluso frete.	100	UN	1.404,00	140.400,00
TOTAL **(cento e quarenta mil e quatrocentos reais)**					140.400,00

Itens conforme especificações e detalhamentos constantes no Termo de Referencia do Edital Pregão Eletrônico nº 02/2025 e Proposta de Preços, parte integrante desta Ata.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo do(s) órgão(s0 solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

2.2. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

2.3. O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital;

3. DA VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano da data de sua assinatura, tendo validade e eficácia legal após a publicação, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

4. DA ENTREGA E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

4.1. O Material deverá ser entregue de forma parcelada conforme necessidade da CONTRATANTE.

4.2. O prazo de entrega será de até **30 dias** a contar da Ordem de Fornecimento, devendo ser entregue na sede do Consórcio.

4.3. Os materiais estando conforme e entregues na totalidade da ordem de fornecimento serão recebidos de forma definitiva.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de imediato, a contar da notificação presencial pelo representante do Consórcio, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. Entre outras, são Obrigações da CONTRATADA:

Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE; **Executar o objeto, conforme descritos neste Termo de Referência;** Respeitar os limites dos quantitativos especificados, qualidades e sob nenhum argumento poderá deixar de atender, no prazo estabelecido, as solicitações de fornecimento dos itens da Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do instrumento contratual a ser firmado; Retirar pessoalmente a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo, via e-mail, ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por cento) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço/Contrato poderá ser cancelada ou rescindida; Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preço/Contrato; Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento/execução incumbe ao vencedor contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecu-

ção do objeto deste termo e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas; Comunicar imediatamente a Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência e outros; Respeitar e fazer cumprir e fazer cumprir legislação de segurança e medicina do trabalho, ambiental, fiscal e conexas, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes, nos casos que se aplica; Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento/execução a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Consórcio; Indenizar terceiros e/ou a própria Contratante mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada/adjudicatária adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; Fornecer os itens, conforme estipulado neste TR e de acordo com a proposta apresentada; A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente a descrição, prazo e quantidades, estabelecido na Ordem de Fornecimento; O pagamento somente será autorizado após a conferência dos serviços/produto; Manter a regularidade Fiscal que ensejou a habilitação durante o período de vigência; A Contratada/Adjudicatária terá que seguir as descrições dos itens, conforme consta no termo de referência; Atender a todas as exigências do contrato/ata e executar todos os itens contratados/adjudicados, conforme estabelecido neste termo e estabelecido no contrato/ata, bem como, no instrumento convocatório, assumindo assim o ônus da prestação inadequada, nos casos de trabalhos descumpridos por parte da Contratada/Adjudicatária; Os serviços/objetos serão fornecidos a Unidade requisitante, através da emissão da Nota de Autorização de Despesa - NAD; Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal; A validade dos produtos fornecidos, deverão estar de acordo com a Legislação vigente para seu uso e consumo; Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita; Aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos dos artigos 124 e 125 da Lei nº. 14.133/21, salvo nos casos de supressão que poderá ser de maior percentual, nos termos estabelecido também na Lei nº. 14.133/21; Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Consórcio no tocante a entrega dos produtos, inclusive permitir o acesso dos fiscais do destes em suas dependências, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definidos e conforme especificações constantes no edital, Termo de Referência/Projeto Básico, deste processo licitatório; Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade; Responde pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratado. Comunicar imediatamente ao Consórcio qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

5.2 Entre outras, são obrigações da CONTRATANTE:

I. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Nota de Empenho, e Ordem de Fornecimento/Serviço;

II. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

III. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;

IV. Notificar por escrito, à empresa contratada/adjudicatária, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

V. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada/adjudicatária, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

VI. Todos os encaminhamentos e o controle dos itens objeto desta contratação será de responsabilidade da Secretaria Executiva, Unidade solicitante e do fiscal de contrato;

VII. Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas da Contratada, após recebimento definitivo dos produtos;

VIII. Supervisionar o recebimento dos objetos através de um funcionário credenciado pela CONTRATANTE, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos;

IX. Recusar o recebimento dos itens nas seguintes hipóteses:

a) Se forem prestados ou entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste instrumento e no edital de convocação;

X. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e relatórios, quando for o caso;

XI. O recebimento provisório dos itens não implica sua aceitação definitiva, quando for o caso.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pelo Consórcio em nome da contratante em favor da contratada mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contratante, após ter conferido o material/equipamento e ter certificado tratar-se do solicitado/contratado em todos os seus itens e características.

6.2. O pagamento será efetuado à contratada, em até 10 dias, após a entrega do bem, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL e depois de atestada conforme descrito no item anterior e cumprida todas as obrigações acessórias, inclusive entrega técnica e emitida o Termo de Recebimento Definitivo.

6.2.1. Em caso de alguma pendência acessória, poderá ser retido valor proporcional dentro da razoabilidade administrativa até que esta seja cumprida.

6.3. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da manutenção da habilitação que ensejou a adjudicação, anexando:

I- Certidão Negativa de Débitos Federal e referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

II- Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

III- Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

IX- Certidões Negativas de Débito Trabalhista – TST

6.4. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, este será efetuado apenas após a respectiva regularização;

6.5. O contratado indicará no corpo da nota fiscal o número do contrato, nome do banco, agência e conta-corrente onde deverá ser feito o pagamento, que será efetuado via ordem bancária;

6.6. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

6.7. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio de transferência para o banco e conta corrente discriminado na nota fiscal;

6.8. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade, garantia e obrigações acessórias;

6.9. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;

6.10. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

6.11. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

7. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.3.2.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8. DO REAJUSTE DE PREÇO

8.1. Os preços inicialmente registrador são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:

8.1.1. Os valores poderão ser reajustados sempre em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços e do Contrato tal como pactuado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços e do Contrato.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado;

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o CONSÓRCIO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação;

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços;

8.6. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo MUNICÍPIO, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado em Imprensa Oficial.

8.7. Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes.

8.8. A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração,nos termos do Art. 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento.

9. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

9.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

9.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

9.2. Por iniciativa do Consórcio, o registro será cancelado quando o proponente:

9.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

9.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

9.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

9.4. O Consórcio poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **d) Multa:**

1- *moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, na entrega, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*

2- *O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.*

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

11. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem, em conformidade com o Art. 86 da Lei nº. 14.133/2021.

11.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade (não participante), a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes;

11.2.1 A adesão à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participante que aderirem, conforme as condições estabelecidas no § 5º do 86 da Lei nº. 14.133/2021.

11.2.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, encaminhando expediente no e-mail nascentesdopantanal@gmail.com ;

11.2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

11.3. Após a autorização do gerenciador, o órgão não participante devera efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

11.3.1. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

11.4. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas, conforme disposto da Lei nº. 14.133/21.

11.5. A Secretaria Executiva do Consórcio, através do Departamento de Licitação será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

11.6. As solicitações de Adesão deverão ser encaminhadas a Presidência do Consórcio, com endereço digital no e-mail nascentesdopantanal@gmail.com ou no endereço Av. Sergipe, nº 457, Bairro Jd. Popular I, Cep: 78.285.000 – São José dos Quatro Marcos/MT.

11.7. Este instrumento não obriga o Consórcio e Municípios a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

13. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São José dos Quatro Marcos-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São José dos Quatro Marcos/MT 30 de Abril de 2025.

_____

Jadilson Alves de Souza

Presidente

_____

LIMPLURB COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA

CNPJ n°46.923.281/0001-55

Representante: Renato Correa Colombo

CPF: 304.612.738-37

TESTEMUNHAS:

Nome: Douglas Ferreira da Silva Nome: Danilo Ricardo Pivetta

CPF: 036.778.6201-46 CPF: 032.867.841-41

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/2025/CIDESAT

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2025

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 07/2025

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso. Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, situado Avenida Sergipe, nº 457 - Jd. Popular I em São José dos Quatro Marcos - MT, CNPJ: 08.979.143/0001-07 neste ato representado pelo seu Presidente Sr. **JADILSON ALVES DE SOUZA,** brasileiro nascido no dia 18/06/1967, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Bahia, nº 2386, Bairro Centro, na cidade de Curvelândia – MT, CEP: 78.237-000, portador da Cédula de Identidade RG nº. 358.368 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 396.432.041-20 doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, que RESOLVE registrar os preços da Empresa, **LG COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA,** inscrita no CNPJ (MF) n.º 44.398.032/0001-62, localizada Rua Acácia, n°. 713, Centro, Corbélia/PR, CEP 85.420-000**,** representada pelo **Sr. LUCAS HENRIQUE GONÇALVES**, portador da Cédula de Identidade RG 10.812.029-0/PR, e do CPF: 069.354.249-76.

O **Registro** dos preços estão de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir, cujo GERENCIAMENTO desta ATA caberá à Secretaria Executiva do Consórcio.

1. DO OBJETO - ESPECIFICAÇÃO, DO PREÇO E QUANTITATIVO

A presente ATA tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de PNEUS de caminhão para manutenção da frota do Consórcio conforme especificações e condições técnicas constantes do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 02/2025 e proposta apresentada pela contratada:

VENCEDOR: **LG COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - CNPJ: 44.398.032/0001-62**					
Item	**Descrição PRODUTOS**	**Qtde**	**Unid.**	**V. Unit. Máximo**	**Valor Total R$**
1	SACOS PARA RECICLÁVEIS EM RÁFIA LAMINADO com no mínimo 64 g/m2, no tamanho 60x100 com IMPRESSÃO em até 4 CORES. Incluso clichê, Frete e eventual IPI.	60.000	UN	2,18	130.800,00
2	SACOS PARA RECICLÁVEIS EM RÁFIA LAMINADO com no mínimo 64 g/m2, no tamanho 60x100 com IMPRESSÃO em até 4 CORES. Incluso clichê, Frete e eventual IPI. **COM CORDÃO DE FECHAMENTO**	45.000	UN	2,98	134.100,00
TOTAL **(duzentos e sessenta e quatro mil e novecentos reais)**					**264.900,00**

Itens conforme especificações e detalhamentos constantes no Termo de Referencia do Edital Pregão Eletrônico nº 02/2025 e Proposta de Preços, parte integrante desta Ata.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo do(s) órgão(s0 solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

2.2. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

2.3. O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital;

3. DA VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano da data de sua assinatura, tendo validade e eficácia legal após a publicação, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

4. DA ENTREGA E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

4.1. O Material deverá ser entregue de forma parcelada conforme necessidade da CONTRATANTE.

4.2. O prazo de entrega será de até **30 dias** a contar da Ordem de Fornecimento, devendo ser entregue na sede do Consórcio.

4.3. Os materiais estando conforme e entregues na totalidade da ordem de fornecimento serão recebidos de forma definitiva.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de imediato, a contar da notificação presencial pelo representante do Consórcio, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. Entre outras, são Obrigações da CONTRATADA:

Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE; **Executar o objeto, conforme descritos neste Termo de Referência;** Respeitar os limites dos quantitativos especificados, qualidades e sob nenhum argumento poderá deixar de atender, no prazo estabelecido, as solicitações de fornecimento dos itens da Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do instrumento contratual a ser firmado; Retirar pessoalmente a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo, via e-mail, ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por cento) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço/Contrato poderá ser cancelada ou rescindida; Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preço/Contrato; Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento/execução incumbe ao vencedor contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste termo e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas; Comunicar imediatamente a Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência e outros; Respeitar e fazer cumprir e fazer cumprir legislação de segurança e medicina do trabalho, ambiental, fiscal e conexas, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes, nos casos que se aplica; Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento/execução a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Consórcio; Indenizar terceiros e/ou a própria Contratante mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada/adjudicatária adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; Fornecer os itens, conforme estipulado neste TR e de acordo com a proposta apresentada; A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente a descrição, prazo e quantidades, estabelecido na Ordem de Fornecimento; O pagamento somente será autorizado após a conferência dos serviços/produto; Manter a regularidade Fiscal que ensejou a habilitação durante o período de vigência; A Contratada/Adjudicatária terá que seguir as descrições dos itens, conforme consta no termo de referência; Atender a todas as exigências do contrato/ata e executar todos os itens contratados/adjudicados, conforme estabelecido neste termo e estabelecido no contrato/ata, bem como, no instrumento convocatório, assumindo assim o ônus da prestação inadequada, nos casos de trabalhos descumpridos por parte da Contratada/Adjudicatária; Os serviços/objetos serão fornecidos a Unidade requisitante, através da emissão da Nota de Autorização de Despesa - NAD; Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal; A validade dos produtos fornecidos, deverão estar de acordo com a Legislação vigente para seu uso e consumo; Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita; Aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos dos artigos 124 e 125 da Lei nº. 14.133/21, salvo nos casos de supressão que poderá ser de maior percentual, nos termos estabelecido também na Lei nº. 14.133/21; Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Consórcio no tocante a entrega dos produtos, inclusive permitir o acesso dos fiscais do destes em suas dependências, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definidos e conforme especificações constantes no edital, Termo de Referência/Projeto Básico, deste processo licitatório; Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade; Responde pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratado. Comunicar imediatamente ao Consórcio qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

5.2 Entre outras, são obrigações da CONTRATANTE:

I. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Nota de Empenho, e Ordem de Fornecimento/Serviço;

II. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

III. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;

IV. Notificar por escrito, à empresa contratada/adjudicatária, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

V. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada/adjudicatária, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

VI. Todos os encaminhamentos e o controle dos itens objeto desta contratação será de responsabilidade da Secretaria Executiva, Unidade solicitante e do fiscal de contrato;

VII. Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas da Contratada, após recebimento definitivo dos produtos;

VIII. Supervisionar o recebimento dos objetos através de um funcionário credenciado pela CONTRATANTE, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos objetos;

IX. Recusar o recebimento dos itens nas seguintes hipóteses:

a) Se forem prestados ou entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste instrumento e no edital de convocação;

X. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e relatórios, quando for o caso;

XI. O recebimento provisório dos itens não implica sua aceitação definitiva, quando for o caso.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pelo Consórcio em nome da contratante em favor da contratada mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contratante, após ter conferido o material/equipamento e ter certificado tratar-se do solicitado/contratado em todos os seus itens e características.

6.2. O pagamento será efetuado à contratada, em até 10 dias, após a entrega do bem, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL e depois de atestada conforme descrito no item anterior e cumprida todas as obrigações acessórias, inclusive entrega técnica e emitida o Termo de Recebimento Definitivo.

6.2.1. Em caso de alguma pendência acessória, poderá ser retido valor proporcional dentro da razoabilidade administrativa até que esta seja cumprida.

6.3. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da manutenção da habilitação que ensejou a adjudicação, anexando:

I- Certidão Negativa de Débitos Federal e referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

II- Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

III- Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

IX- Certidões Negativas de Débito Trabalhista – TST

6.4. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, este será efetuado apenas após a respectiva regularização;

6.5. O contratado indicará no corpo da nota fiscal o número do contrato, nome do banco, agência e conta-corrente onde deverá ser feito o pagamento, que será efetuado via ordem bancária;

6.6. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

6.7. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio de transferência para o banco e conta corrente discriminado na nota fiscal;

6.8. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade, garantia e obrigações acessórias;

6.9. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;

6.10. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

6.11. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

7. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.3.2.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8. DO REAJUSTE DE PREÇO

8.1. Os preços inicialmente registrador são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:

8.1.1. Os valores poderão ser reajustados sempre em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços e do Contrato tal como pactuado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços e do Contrato.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado;

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o CONSÓRCIO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação;

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços;

8.6. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo MUNICÍPIO, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado em Imprensa Oficial.

8.7. Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes.

8.8. A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração,nos termos do Art. 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento.

9. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

9.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

9.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

9.2. Por iniciativa do Consórcio, o registro será cancelado quando o proponente:

9.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

9.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

9.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

9.4. O Consórcio poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **d) Multa:**

1- *moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, na entrega, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*

2- *O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.*

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

11. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem, em conformidade com o Art. 86 da Lei nº. 14.133/2021.

11.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade (não participante), a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes;

11.2.1 A adesão à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participante que aderirem, conforme as condições estabelecidas no § 5º do 86 da Lei nº. 14.133/2021.

11.2.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, encaminhando expediente no e-mail nascentesdopantanal@gmail.com ;

11.2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

11.3. Após a autorização do gerenciador, o órgão não participante devera efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

11.3.1. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

11.4. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas, conforme disposto da Lei nº. 14.133/21.

11.5. A Secretaria Executiva do Consórcio, através do Departamento de Licitação será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

11.6. As solicitações de Adesão deverão ser encaminhadas a Presidência do Consórcio, com endereço digital no e-mail nascentesdopantanal@gmail.com ou no endereço Av. Sergipe, nº 457, Bairro Jd. Popular I, Cep: 78.285.000 – São José dos Quatro Marcos/MT.

11.7. Este instrumento não obriga o Consórcio e Municípios a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

13. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São José dos Quatro Marcos-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São José dos Quatro Marcos/MT 30 de Abril de 2025.

_____

Jadilson Alves de Souza

Presidente

_____

LG COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA

CNPJ: 44.398.032/0001-62

REPRESENTANTE: LUCAS HENRIQUE GONÇALVES

CPF: 069.354.249-76

TESTEMUNHAS:

Nome: Douglas Ferreira da Silva Nome: Danilo Ricardo Pivetta

CPF: 036.778.6201-46 CPF: 032.867.841-41

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2025 PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2025

OPresidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, a vista do RESULTADO e ADJUDICAÇÃO do **Pregão Eletrônico Registro de Preços n.º 02/2025, Processo de Licitação 07/2025,** tendo como **objeto o Re-**

gistro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais para Educação Ambiental para a Coleta Seletiva, (Sacos em ráfia, Kits lixeiras, Containers PEAD e Bombonas) para atender a demanda dos municípios consorciados, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I, Termo de Referência deste edital resolve, **HOMOLOGAR,** os itens a seguir:

VENCEDOR:
LG COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - CNPJ: 44.398.032/0001-62

Item	Descrição PRODUTOS	Qtde	Unid.	V. Unit. Máximo	Valor Total R$
1	SACOS PARA RECICLÁVEIS EM RÁFIA LAMINADO com no mínimo 64 g/m2, no tamanho 60x100 com IMPRESSÃO em até 4 CORES. Incluso clichê, Frete e eventual IPI.	60.000	UN	2,18	130.800,00
2	SACOS PARA RECICLÁVEIS EM RÁFIA LAMINADO com no mínimo 64 g/m2, no tamanho 60x100 com IMPRESSÃO em até 4 CORES. Incluso clichê, Frete e eventual IPI. **COM CORDÃO DE FECHAMENTO**	45.000	UN	2,98	134.100,00
TOTAL					**264.900,00**

VENCEDOR:
LIMPLURB COM. DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA – CNPJ 46.923.281/0001-55

Item	Descrição PRODUTOS	Qtde	Unid.	V. Unit. Máximo	Valor Total R$
3	CONTÊINER em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV, cantos arredondados, com tampa articulada, munhões laterais para basculamento, dreno inferior para escoamento de líquidos, quatro rodas de borracha maciça de 200mm com carga de aço galvanizado, sendo no mínimo duas com freio de estacionamento e ângulo de giro de 360º - Capacidade mínima de 660 Litros. CORES Verde e Marrom. incluso frete.	100	UN	1.404,00	140.400,00
TOTAL					140.400,00

VENCEDOR:
CITY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 48.256.518/0001-17

Item	Descrição PRODUTOS	Qtde	Unid.	V. Unit. Máximo	Valor Total R$
4	LIXEIRA Coleta seletiva - Kit com 3 lixeiras, nas cores VERDE / MARRON / CINZA mínimo 50 Litros e com estrutura/ suporte em metalão de aço reforçado para fixação, incluso frete.	100	UN	298,00	29.800,00
TOTAL					**29.800,00**

VENCEDOR:
MERCAUTIL COMERCIO DE FERRAMENTAS E UTILIDADES LTDA -34.737.085/0001-07

Item	Descrição PRODUTOS	Qtde	Unid.	V. Unit. Máximo	Valor Total R$
5	Bombonas de plástico para resíduos orgânicos cap. de 220 litros com Tampa removível ABRE E FECHA, cor Preta ou Marrom, incluído frete.	100	UN	245,00	24.500,00
TOTAL					**24.500,00**

Total Geral do Processo Adjudicado: R$ 459.600,00 (Quatro Centos e Cinquenta e Nove Mil e Seiscentos Reais).

São José dos Quatro Marcos, aos 30 dias do mês de abril de 2025.

Presidente: Jadilson Alves de Souza.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 24/2025

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e o Srº. CRISTIANO CALIXTO PROCÓPIO, COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E A TEOR DO DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES: Normativa nº 002/2011/CIDESAT E alterações posteriores, Normativa nº 032/2016/CIDESAT e alterações posteriores, Normativa nº 049/2018/CIDESAT, Normativa nº 062/2019, Normativa nº 061/2019, Normativa nº 063/2019, Resolução Administrativa Nº 01/2023. O CONTRATADO trabalhará para o CONTRATANTE na função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** e perceberá a quantia de R$ 1.538,33 (mil quinhentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional. Conforme Resolução Administrativa 001/2025. A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, atendendo a programação e necessidade da Contratante. Em conformidade com o item 16.8.1 do Edital do Processo Seletivo nº 02/2024/CIDESAT, a presente contratação será em caráter experimental nos termos do Art. 445 da CLT; ou seja, contratação por prazo determinado por 30 (trinta) dias, prorrogável automaticamente por mais 30 (trinta) dias; ao final do qual se não houver aprovação da experiência o mesmo será rescindido sem direito a Aviso Prévio e multa fundiária; do contrário passará a vigorar as demais regras do presente edital. Em conformidade com o item 16.10 do Edital do Processo Seletivo nº 02/2024/CIDESAT, o presente contrato de trabalho será pelo prazo determinado de até 24 meses, podendo ser prorrogado por igual período. Excepcionalmente, além do previsto no caput poderão ser prorrogados por mais 12 meses os contratos que estiverem a serviço da execução de programa, projeto e/ou convênio específico, limitado à vigência destes. Conforme Artigo 5º e parágrafo único da Resolução Normativa nº 100/2024.

São José dos Quatro Marcos - MT, 07 de Abril de 2025

Presidente: Jadilson Alves de Souza

ATO DE PESSOAL 25/2025 TERMO DE POSSE

Ao sétimo (07) dia do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), na Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, eu **JADILSON ALVES DE SOUZA,** presidente, no uso das atribuições a mim conferidas pelo Contrato Consórcio, **dou POSSE** a **CRISTIANO CALIXTO PROCÓPIO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 3197835-5 SSP/MT e CPF Nº 090.526.721-48, nomeado para o **Emprego Público,** através da **PORTARIA Nº 13/2025 do dia 27 de fevereiro de 2025**, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I,** Conforme **Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº 24/2025**, assumindo o compromisso de fielmente exercer e cumprir

os deveres do CARGO e os constantes da legislação e resoluções pertinentes. A nomeada comprova neste ATO, através de inspeção médica estar apta, física e mentalmente para o exercício do cargo bem como DECLARA que não exerce outro CARGO, EMPREGO ou FUNÇÃO PÚBLICA, remunerada na Administração Direta ou Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresa Pública.

São José dos Quatro Marcos - MT, em 07 de abril de 2025.

Presidente: Jadilson Alves de Souza

ATO DE PESSOAL 22/2025 TERMO DE POSSE

Ao primeiro (01) dia do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), na Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, eu **JADILSON ALVES DE SOUZA,** presidente, no uso das atribuições a mim conferidas pelo Contrato Consórcio, **dou POSSE** a **DELCIO BATISTA SOARES DE MELO,** portador carteira de identidade RG. 371622669 SSP/SP, do CPF: 609.589.521-91, nomeado para o **Emprego Público,** através da **PORTARIA Nº 08/2025 do dia 26 de fevereiro de 2025**, no cargo de **MOTORISTA,** Conforme **Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº 21/2025**, assumindo o compromisso de fielmente exercer e cumprir os deveres do CARGO e os constantes da legislação e resoluções pertinentes. A nomeada comprova neste ATO, através de inspeção médica estar apta, física e mentalmente para o exercício do cargo bem como DECLARA que não exerce outro CARGO, EMPREGO ou FUNÇÃO PÚBLICA, remunerada na Administração Direta ou Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresa Pública.

São José dos Quatro Marcos - MT, em 01 de abril de 2025.

Presidente: Jadilson Alves de Souza

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ

RESOLUÇÃO N.º 009/2025, 27 DE FEVEREIRO DE 2025.

"SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDOR (a) PARA ACOMPANHAR A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 007/2022, 013/2022 E 015/2022 DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGERIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "VALE DO GUAPORÉ" no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º – Substitui o servidor (a) **Ivone da Silva Gomes,** brasileira, solteira, servidor no cargo de Diretora Executiva, exonerado a partir de 04 de fevereiro de 2025 inscrito no CPF 630.XXX.XXX-53, e **designa** o servidor (a) **Dannyelle Nunes Leal,** brasileira, solteira, servidora no cargo de Coordenadora administrativa, inscrito no CPF 075.XXX.XXX-00, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato do **CIDESA N° 007.2022, 013.2022 e 015.2022.**

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 27 de fevereiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Sócio, Ambiental "VALE DO GUAPORÉ", NOVA LACERDA Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco.

ROGERIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA

Prefeito Presidente

CIDESA VALE DO GUAPORÉ

BIENIO 2025/2026

RESOLUÇÃO N.º 004/2025, 04 DE FEVEREIRO DE 2025

"SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDOR (a) PARA ACOMPANHAR A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 014/2022, 014/2023 E 030/2024 DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGERIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "VALE DO GUAPORÉ" no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º – Substitui o servidor (a) **Ivone da Silva Gomes,** brasileira, solteira, servidor no cargo de Diretora Executiva, exonerado a partir de 04 de fevereiro de 2025 inscrito no CPF 630.XXX.XXX-53, e **designa** o servidor (a) **Maria Lucia de Oliveira Porto,** brasileira, divorciada, servidora no cargo de Secretária Executiva, inscrito no CPF 607.XXX.XXX-49, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato do **CIDESA N° 014.2022, 014.2023 e 030.2024.**

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Sócio, Ambiental "VALE DO GUAPORÉ", NOVA LACERDA Estado de Mato Grosso, aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco.

ROGERIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA

Prefeito Presidente

CIDESA VALE DO GUAPORÉ

BIENIO 2025/2026

RESOLUÇÃO N.º 019/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

DECLARA PONTO FACULTIVO NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ.

ROGERIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Guaporé – CIDESA, no gozo de suas atribuições legais, em especial que lhe confere a Lei Federal nº 11.107/2005:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 15, III, do Estatuto do CIDESA Vale do Guaporé;

RESOLVE:

Art. 1º Declarar ponto facultativo nas repartições públicas do CIDESA VALE DO GUAPORÉ, os dias 01 (quinta feira) e 02 (sexta feira) de maio de 2025 em razão das comemorações do Dia do Trabalhador, com exceção dos serviços essenciais que não serão interrompidos, funcionaram de acordo com a determinação da coordenação

Art. 2º - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL VALE DO GUAPORÉ, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

ROGERIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA

Prefeito Presidente

CIDESA VALE DO GUAPORÉ

BIENIO 2025/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO CUIABÁ – CIDES-VRC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 001/2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO VISANDO PROVIMENTO DE EMPREGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR COM CADASTRO DE RESERVA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO CUIABÁ – CIDES-VRC

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 02/2025

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO CUIABÁ – CIDES-VRC, torna público, para conhecimento dos interessados, o Edital de Retificação nº 02 ao Edital de Processo Seletivo Simplificado por meio de Provas Objetivas para os empregos de nível médio e provas objetivas e títulos para os empregos de nível superior, em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva de profissionais para atuação junto à CIDES-VRC, como dispõe a Legislação vigente, em particular com a Constituição Federal de 1988; com as Leis Federais, tais como: na Lei Ordinária nº 4.424/2003; Lei 5.842/2014 e Lei 5.454/2011; Resolução Normativa n.º 010/2023 de 25 de outubro de 2023; Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

ONDE SE LÊ:

No subitem **8.1.5** Será considerado habilitado na prova objetiva o candidato que obtiver no mínimo **50% (cinquenta por cento)** do total de pontos dessa prova, ou seja, **no mínimo, 20 (vinte) pontos; não podendo zerar em nenhuma das disciplinas**.

LEIA-SE:

No subitem **8.1.5** Será considerado habilitado na prova objetiva o candidato que obtiver no mínimo **50% (cinquenta por cento)** do total de pontos dessa prova, ou seja, **no mínimo, 15 (quinze) pontos; não podendo zerar em nenhuma das disciplinas**.

Cuiabá, 28 de abril de 2025.

Silmar de Souza Gonçalves Presidente - CIDES-VRC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO CUIABÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO ARAGUAIA – CIDESAA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2025

Extrato do Contrato nº 07/2025

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Araguaia - CIDESAA.

Contratada: CENTRO AMÉRICA COMÉRCIO, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA.

Objeto: Contratação de empresa especializada em gestão da frota de veículos e de gerenciamento para a orçamentação, intermediação e aquisição de combustíveis, lubrificantes, aditivos e derivados, de peças, acessórios e equipamentos e de serviços de manutenção operacional preventiva e corretiva, de forma continuada, para atender a frota de veículos, tratores, máquinas agrícolas e implementos, geradores, roçadeiras, cortadores e maquinários, que compõem o patrimônio do Consórcio para o prazo de 12 (doze) meses.

Valor Global: R$ 3.450.00,00 (três milhões quatrocentos e cinquenta mil reais).

Prazo de Vigência: 12 meses.

Legislação: Lei Federal nº 14.133/2021.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA - CODEMA

PORTARIA Nº 023, DE 30 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 023, DE 30 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre o encerramento de prestação de serviços de analista ambiental do CODEMA por tempo certo e dá outras providências.

VILSON BIGUELINI, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia-CODEMA, no uso das suas atribuições legais e estatutárias;

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a portaria número 020 de 17 de março de 2025, que nomeou o senhor **MARCELO BATISTA DE SOUZA,** brasileiro, médico veterinário, inscrito no CPF nº031.269.311-70, e RG nº. 2008374-2 SSP/MT, para prestação de serviços de analista ambiental do CODEMA, (art. 41 do Estatuto Social), pelo prazo de 30 (dias).

Art. 2º. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canarana-MT, 30 de abril de 2025.

VILSON BIGUELINI

Presidente do CODEMA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

ATO NORMATIVO Nº 62, DE 29 DE ABRIL DE 2025

"DISPÕE SOBRE FERIADO FACULTATIVO NO DIA 02 DE MAIO DE 2025 NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PASCOAL ALBERTON, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto do CISVP.

R E S O L V E:

Art. 1º Informar que o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto – CISVP estará aderindo ao FERIADO FACULTATIVO, conforme Decreto do MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, na seguinte data:

I – 02 de maio (sexta-feira) em período integral;

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplicará aos setores que prestam serviços essenciais, devendo estes manter equipe integral e permanente de atendimento.

Art. 2º Este Ato Normativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, ao dia primeiro do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

PASCOAL ALBERTON

Presidente do CISVP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 014/2025 DE 29 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA Nº 014/2025 DE 29 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Estatuto Social:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Constituir a Comissão de Contratação para Licitação do Exercício de 2025, para receber, examinar e julgar todos os documentos de habilitação, proposta e cadastramento de licitantes e demais procedimentos relativos às licitações, conforme inciso L, do Art. 6º da Lei Federal 14.133/21, no âmbito deste CISOMT, como segue:

Presidente.: BARBARA ARRUDA GARCIA - CPF nº. 016.758.101-50

Secretário.: VITOR DE LIMA PEREIRA - CPF nº. 061.726.061-31

Membro....: ANA JULIA OLIVEIRA FERNANDES - CPF nº. 061.155.701-07

Membro....: LUCILENE FERARI - CPF nº. 908.835.001-91

Membro....: JOSEMAR CORREA DAS NEVES – CPF nº. 006.091.831-41

Membro....: JOSÉ CARLOS NEVES – CPF nº. 346.881.531.04

Membro....: ANA CLAUDIA DE SOUZA – CPF nº. 745.675.351-20

Membro....: DANIELE DE SOUZA CAMPOS – CPF nº. 063.083.822-48

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando - se as disposições em contrário.

Registrada

Publicada,

Cumpra-se.

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso

Aos 29 de abril de 2025.

Mauto Teixeira Espíndola

Presidente do CISOMT

PORTARIA Nº. 013/2025 DE 29 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA Nº. 013/2025 DE 29 DE ABRIL DE 2025

DESIGNA AGENTE DE CONTRATAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO, PARA O EXERCÍCIO DE 2025.

O Exmo. Sr. MAUTO TEIXEIRA ESPINDOLA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e em consonância com as normas gerais de Direito Público, e na forma da Lei 14.133/2021 expede a seguinte Portaria onde:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Designar para atuar como Agente de Contratação em Licitações na modalidade de Pregão Presencial e Pregão Eletrônico, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT):

1- ANA CLAUDIA DE SOUZA - CPF nº. 745.675.351-20

2- BARBARA ARRUDA GARCIA – CPF nº 016.758.101-50

3- DANIELE DE SOUZA CAMPOS – CPF nº 063.083.822-48

"Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe."

Artigo 2º - O Agente de Contratação e a respectiva Equipe de Apoio, por seus membros, de que trata esta Portaria, serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo estes serviços considerados como de relevante ao interesse do CISOMT.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário**.**

Registrada

Publicada,

Cumpra-se.

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso

Aos 29 de abril de 2025.

INSTITUTO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE TANGARÁ DA SERRA - SERRAPREV

PORTARIA Nº 18/SERRAPREV/2025.

O Prefeito do Município de Tangará da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto no §9º do art. 4º da Emenda Constitucional n. 103/2019, e diante do preenchimento dos requisitos previstos no art. 3º, incisos I, II, III e Parágrafo único da Emenda Constitucional n.º 47/2005, c/c art. 95, incisos I, II, III e parágrafo único da Lei Municipal n.º 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência do Município, art. 179 da Lei Complementar n.º 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, e último reajuste concedido pela Lei Ordinária n. 6.768 de 13 de março de 2025 que dispõe sobre revisão geral anual dos servidores municipais do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, ao servidor Sr. **Delvino Martins de Souza**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n° 1643590 SSP/PR e do CPF n° 301.231.359-15, servidor efetivo no cargo de Motorista, Classe "G", Nível "II", com carga horária de 40 horas semanais, devidamente matriculado sob n.° 000829, lotado na Secretaria Municipal de Educação, totalizando com 12.825 dias, correspondendo há 35 (trinta e cinco) anos, 01 (um) mês e 20 (vinte) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais, com base na última remuneração do cargo efetivo,** conforme processo administrativo do SERRAPREV, nº **2025.04.00012P**, **a partir de 30 de abril de 2025,** até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** revogados as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 14 de abril de 2025.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PORTARIA Nº 28/SERRAPREV/2025.

O Prefeito do Município de Tangará da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003 c/c art.

17, inciso III, da Lei Municipal nº 153, de 14 de abril de 2011, que rege a previdência do Município, art. 179 da Lei Complementar nº 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, último reajuste concedido pela Lei Ordinária n. 6.768 de 13 de março de 2025 que dispõe sobre revisão geral anual dos servidores municipais do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder o benefício de aposentadoria por Idade ao servidor **Sr. JOSE ONIAS DOS REIS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n° 432.068 SSP/MT e do CPF n° 551.755.201-30, efetiva no cargo de Vigia, Classe "E", Nível "I", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, matriculado sob nº 429-2, totalizando com 11.920 dias, correspondendo há 32 (trinta e dois) anos e 08 (oito) meses de tempo de contribuição, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, conforme processo administrativo do **SERRAPREV, nº 2025. 02.00015P**, a partir da data de **30/04/2025**, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** revogados as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra/MT,16 de abril de 2025.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PORTARIA Nº 26/SERRAPREV/2025.

O Prefeito do Município de Tangará da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto no §9º do art. 4º da Emenda Constitucional n° 103/2019, e diante do preenchimento dos requisitos previstos no art. 3º, incisos I, II, III e Parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/ c art. 95, incisos I, II, III e parágrafo único da Lei Municipal nº 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência do Município, art. 179 da Lei Complementar n.º 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, e último reajuste concedido pela Lei Ordinária n° 6.768 de 13 de março de 2025 que dispõe sobre revisão geral anual dos servidores municipais do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, ao servidor Sr. **Adalton Luiz Casagrande**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG/CPF n° 206.231.861-87 SSP/MT, servidor efetivo no cargo de Motorista, Classe "G", Nível "III", com carga horária de 40 horas semanais, devidamente matriculado sob n.° 734-1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, totalizando com 12.814 dias, correspondendo há 35 (trinta e cinco) anos, 01 (um) mês e 09 (nove) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais, com base na última remuneração do cargo efetivo,** conforme processo administrativo do SERRAPREV, nº **2025.04.00016P**, **a partir de 30 de abril de 2025,** até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** revogados as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 15 de abril de 2025.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PORTARIA Nº 20/SERRAPREV/2025.

O Prefeito do Município de Tangará da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto no §9º do art. 4º da Emenda Constitucional n. 103/2019, e diante do preenchimento dos requisitos previstos no art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003 c/c art. 92, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar n.º 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência do Município c/c art. 179 da Lei Complementar n.º 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, e último reajuste concedido pela Lei Ordinária n. 6.768 de 13 de março de 2025 que dispõe sobre revisão geral anual dos servidores municipais do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** à servidora, Sra. **ALCINIRA DE OLIVEIRA CAMPOS**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG n° 0385980-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 369.132.431-20, servidora efetiva no cargo de Agente Administrativo II, Classe "E10", Nível "V", com carga horária de 40 horas semanais, matriculada sob o n° 5167-1, lotada na Secretaria Municipal de Administração, totalizando com10.963 dias, correspondendo há **30 (trinta) anose 13 (treze) dias de tempo de contribuição**, **com proventos integrais, com base na última remuneração do cargo efetivo,** conforme processo administrativo do SERRAPREV, nº **2025.04.00014P, a partir de 30 de abril de 2025,** até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** revogados as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 14 de abril de 2025.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PORTARIA Nº 22/SERRAPREV/2025.

O Prefeito do Município de Tangará da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto no §9º do art. 4º da Emenda Constitucional n° 103/2019, e diante do preenchimento dos requisitos previstos no art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003 c/c art. 92, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência do Município c/c art. 179 da Lei Complementar nº 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, e último reajuste concedido pela Lei Ordinária n° 6.768 de 13 de março de 2025 que dispõe sobre revisão geral anual dos servidores municipais do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** à servidora, Sra. **LUCINEIDE FERNANDES DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG n° 0307659-8 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 352.480.501-97, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Enfermagem, Classe "E", Nível "V", com carga horária de 40 horas semanais, matriculada sob o n° 001942, lotada na Secretaria Municipal de

Saúde, totalizando com 10.991 dias, correspondendo há **30 (trinta) anos, 01 (um) mês e 11 (onze) dias de tempo de contribuição**, **com proventos integrais, com base na última remuneração do cargo efetivo**,representada legalmente pela Sra. Lo-Ruama de Oliveira Yamashita, advogada inscrita na OAB/MT n° 25645/O**,** conforme processo administrativo do SERRAPREV, nº **2025.04.00009P, a partir de 30 de abril de 2025,** até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** revogados as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se, Cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 14 de abril de 2025.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PORTARIA Nº 24/SERRAPREV/2025.

O Prefeito do Município de Tangará da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto no § 9º do art. 4º da Emenda Constitucional n° 103/2019, e diante do preenchimento dos requisitos previstos no art. 3º, incisos I, II, III e Parágrafo único da Emenda Constitucional n.º 47/2005, c/c art. 95, incisos I, II, III e parágrafo único da Lei Municipal nº 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência do Município, art. 179 da Lei Complementar n.º 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, e último reajuste concedido pela Lei Ordinária n° 6.768 de 13 de março de 2025 que dispõe sobre revisão geral anual dos servidores municipais do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, à servidora Sra. **Maria Paulina de Sousa Camacho**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG/CPF n° 206.483.241-68 SSP/MT, servidora efetiva no cargo de Atendente de Enfermagem, Classe “F”, Nível “V”, com carga horária de 40 horas semanais, devidamente matriculada sob n° 001094 lotada na Secretaria Municipal de Saúde, totalizando com 15.172 dias, correspondendo há 41 (quarenta e um) anos, 06 (seis) meses e 27 (vinte e sete) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais, com base na última remuneração do cargo efetivo,** conforme processo administrativo do SERRAPREV, n.º **2025.04.00013P**, **a partir de 30 de abril de 2025,** até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** revogados as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 15 de abril de 2025.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 01 - CONTRATO Nº 062/2024

Termo Aditivo Nº 01 do Contrato Nº 062/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **CATIAEREA AGENCIA DE VIAGENS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° 29.305.003/0001-15, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato Nº 062/2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 - Fica alterada a CLÁUSULA SÉTIMA - **DO PRAZO DE VIGÊNCIA**; ficando prorrogado a vigência do contrato até **04 de abril de 2026**."

Água Boa-MT, 04 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

CATIAEREA AGENCIA DE VIAGENS LTDA

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 01 - ATA Nº 032/2024

Termo Aditivo Nº 01 da Ata de Registro de Preços Nº 032/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **CASANOVA E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 00.773.500/0001-66, devidamente já qualificados na Ata de Registros de Preços.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência da Ata de Registro de Preços Nº 032/2024 por 12 meses, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 – Fica alterada a Cláusula Terceira – **DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**; ficando alterado o vencimento para o dia **23/04/2026."**

CÓD	NOME	UND DE FORNE	QNT	VLR. UNIT	TOTAL
13461	TIJOLO 06 FUROS - 9X14X24	MILHEIRO	213,00	1.130,00	240.690,00

Água Boa-MT, 23 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

CASANOVA E CIA LTDA

Fornecedor Registrado

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 369, 25 DE ABRIL DE 2025.

Designa responsáveis como Fiscal de Contrato e/ou ATA na forma que estabelece o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**DIOVANA MENDEL**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	**Secretária Adjunta de Atenção Primária e Vigilância em Saúde**	
Matricula:	8452.1	

Nome:	**LEONARDO AFONSO RODRIGUES**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente Administrativo Operacional	
Matricula:	8165.1	

Art. 2° - O Contrato e/ou ATA pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, são os seguintes:

Contrato:	60/2025			
Processo:	27/2023			
Vigência:	Data de Início:	02/04/2025	Data de Encerramento:	02/04/2026
Objeto:	**Contratação de Empresa para aquisição de refeições e lanches na cidade de Barra do Garças – MT para os pacientes de Água Boa-MT, que realizam tratamento de hemodiálise naquela cidade.**			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3.Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 25 DE ABRIL DE 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração de Água Boa-MT, em 25 de abril de 2025.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 01 - CONTRATO Nº 061/2024

Termo Aditivo Nº 01 do Contrato Nº 061/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **BOA SAFRA TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° 04. 845.470/0001-07, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato Nº 061/2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 - Fica alterada a CLÁUSULA SÉTIMA - **DO PRAZO DE VIGÊNCIA**; ficando prorrogado a vigência do contrato até **04 de abril de 2026.**"

Água Boa-MT, 04 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

BOA SAFRA TURISMO LTDA

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 01 - CONTRATO Nº 129/2024

Termo Aditivo Nº 01 do Contrato Nº 129/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **CENTRO AMÉRICA COMÉRCIO, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLOGICA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o Nº 09.179.444/0001-00, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: Acréscimo de 25% no item 3966514 do Contrato Originário, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1- Fica alterada a Cláusula Segunda – **VALOR CONTRATUAL;** ficando ACRESCIDO ao contrato originário o valor de **R$ 100.250,00 (Cem mil, duzentos e cinquenta reais)**."

CÓD	DESCRIÇÃO	VALOR CONTRATO	PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO	VALOR ADITIVO
3966514	SERVICO DE GERENCIAMENTO DE FROTAS INFORMATIZADO COM O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL ATRAVÉS DE REDE CREDENCIADA	401.000,00	25%	R$100.250,00

Água Boa-MT, 02 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

CENTRO AMÉRICA COMÉRCIO, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLOGICA LTDA

Fornecedor Registrado

GERENCIA DE CONVENIOS
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 028/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA BOA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Nº 028/2025

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE AGUA BOA – MT

CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO PIRILAMPOS DO VALE DE ÁGUA BOA (ACPV)

OBJETO: O presente convênio tem por objetivo o repasse financeiro pelo município a Associação Pirilampos do Vale de Água Boa (ACPV), para a para **realização de espetáculo de FESTIVAL DA CANÇÃO "A VOZ DE ÁGUA BOA"**, admitindo-se o gasto dos recursos provenientes do presente convênio para o custeio das ações relativas a execução do objeto deste termo de convênio e conforme descriminado no plano de trabalho.

RECURSOS: O valor totaldo presente convênio é de **R$ 41.800,00** (quarenta e um mil e oitocentos reais)e será repassado obedecendo o cronograma de desembolso detalhado no Plano de Trabalho, sendo oriundo de Auxilio e Subvenções Sociais, Promoção de Eventos Culturais da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO: Para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente convênio, foi designado como *fiscal* **Sr DIVINO ANTONIO DE ARAUJO JUNIOR,** servidor do cargoem provimento de comissão, registrado sob matricula nº 7***-1, e tendo como substituto a Sr. ª **VERANIA RONCAI VOLPI,** servidora do cargo em cargo efetivo, registrada sob matricula nº 0***.1.

VIGÊNCIA: O presente Convênio entrará em vigor a partir da data de assinatura do presente termo e encerrando-se em **31 de dezembro de 2025.**

DATA:

Agua Boa MT, 28 de abril de 2025.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 01 - CONTRATO Nº 128/2024

Termo Aditivo Nº 01 do Contrato Nº 128/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **CENTRO AMÉRICA COMÉRCIO, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 09.179.444/0001-00, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: Acréscimo de 15% no item 3968015 do Contrato Originário, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1- Fica alterada a Cláusula Segunda – **VALOR CONTRATUAL;** ficando ACRESCIDO ao contrato originário o valor **de R$ 670.275,00 (Seiscentos e setenta mil, duzentos e setenta e cinco reais).**"

CÓD	DESCRIÇÃO	VALOR CONTRATO	PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO	VALOR ADITIVO
3968015	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE FROTAS INFORMATIZADO COM FORNECIMENTO E COTAÇÃO DE PEÇAS	4.468.500,00	15%	R$670.275,00

Água Boa-MT, 02 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

CENTRO AMÉRICA COMÉRCIO, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLOGIA LTDA

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 02 - ATA Nº 034/2024

Termo Aditivo Nº 02 da Ata de Registro de Preços Nº 034/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **ANDRIELLY GENI MORAIS RONSONI EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o Nº 37.308.952/0001-87, devidamente já qualificados na Ata de Registros de Preços.

OBJETO: Acréscimo de valor à Ata de Registro de Preços Nº 034/2024 de 5,7159% (cinco vírgula setenta e um cinquenta e nove por cento) conforme índice INPC (IBGE), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 – Fica alterada a Cláusula Segunda – **DOS PREÇOS**; ficando acrescido à Ata Nº 034/2024 o valor de **R$24.034,89 (Vinte e quatro mil, trinta e quatro reais e oitenta e nove centavos).**"

CÓD	NOME	UND DE FORNE	QNT	VLR. UNIT	VLR ACRÉSCIMO	VLR ADITIVO	TOTAL
13508	AREIA GROSSA C/ PEDRA	METRO CUBICO	1337,00	138,00	7,89	145,89	10.548,93
13509	AREIA GROSSA S/ PEDRA (LAVADA)	METRO CUBICO	1408,00	94,00	5,37	99,37	7.560,96
14740	AREIA FINA M³	METRO CUBICO	1250,00	83,00	4,74	87,74	5.925,00

Água Boa-MT, 23 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

ANDRIELLY GENI MORAIS RONSONI EIRELI

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 01 - CONTRATO Nº 060/2024

TERMO ADITIVO Nº 01 do Contrato Nº 060/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **ERIKA MAYARA DE SOUZA SILVA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 54.202.236/0001-30, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência da do Contrato Nº 060/2024 por 12 meses, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 - Fica alterada a CLÁUSULA SÉTIMA - **DO PRAZO DE VIGÊNCIA**; ficando prorrogado a vigência do contrato até **04 de abril de 2026."**

Água Boa-MT, 04 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

ERIKA MAYARA DE SOUZA SILVA

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 01 - ATA Nº 034/2024

Termo Aditivo Nº 01 da Ata de Registro de Preços Nº 034/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **ANDRIELLY GENI MORAIS RONSONI EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o Nº 37.308.952/0001-87, devidamente já qualificados na Ata de Registros de Preços.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência da Ata de Registro de Preços Nº 034/2024 por 12 meses, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 – Fica alterada a Cláusula Terceira – **DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**; ficando alterado o vencimento para o dia **23/04/2026.**"

CÓD	NOME	UND DE FORNE	QNT	VLR. UNIT	TOTAL
13508	AREIA GROSSA C/ PEDRA	METRO CUBICO	1337,00	138,00	184.506,00
13509	AREIA GROSSA S/ PEDRA (LAVADA)	METRO CUBICO	1408,00	94,00	132.352,00
14740	AREIA FINA M³	METRO CUBICO	1250,00	83,00	103.750,00

Água Boa-MT, 23 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

ANDRIELLY GENI MORAIS RONSONI EIRELI

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 02 - ATA Nº 033/2024

Termo Aditivo Nº 02 da Ata de Registro de Preços Nº 033/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA SA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 05.872.541/0004-76, devidamente já qualificados na Ata de Registros de Preços.

OBJETO: Acréscimo de valor à Ata de Registro de Preços Nº 033/2024 de 5,7159% (cinco vírgula setenta e um cinquenta e nove por cento) conforme índice INPC (IBGE), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 – Fica alterada a Cláusula Segunda – **DOS PREÇOS;** ficando acrescido à Ata nº 033/2024 o valor de **R$50.688,25 (Cinquenta mil, seiscentos e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**."

CÓD	NOME	UND FORNE	QNT	VLR. UNIT	ACRÉSCIMO	NOVO VALOR	TOTAL ADITIVO
13636	BRITA Nº 1 - EM TONELADA	TON	2055,00	98,50	5,63	104,13	11.569,65
18034	PÓ DE BRITA - EM TONELADA	TON	1890,00	79,00	4,52	83,52	8.542,80
23143	BRITA Nº 0 - EM TONELADA	TON	2355,00	98,00	5,60	103,60	13.188,00
26965	BRITA Nº 2 - EM TONELADA	TON	771,00	98,00	5,60	103,60	4.317,60
28903	PEDRA MARROADA (RACHÃO)	TON	2860,00	80,00	4,57	84,57	13.070,20

Água Boa-MT, 23 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA SA

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 01 - ATA Nº 033/2024

Termo Aditivo Nº 01 da Ata de Registro de Preços Nº 033/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA SA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 05.872.541/0004-76, devidamente já qualificados na Ata de Registros de Preços.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência da Ata de Registro de Preços nº. 33/2024 por 12 meses, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 – Fica alterada a Cláusula Terceira – **DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**; ficando alterado o vencimento para o dia **23/04/2026.**"

CÓD	NOME	UND DE FORNE	QNT	VLR. UNIT	TOTAL
13636	BRITA Nº 1 - EM TONELADA	TONELADA	2055,00	98,50	202.417,50
18034	PÓ DE BRITA - EM TONELADA	TONELADA	1890,00	79,00	149.310,00
23143	BRITA Nº 0 - EM TONELADA	TONELADA	2355,00	98,00	230.790,00
26965	BRITA Nº 2 - EM TONELADA	TONELADA	771,00	98,00	75.558,00
28903	PEDRA MARROADA (RACHÃO)	TONELADA	2860,00	80,00	228.800,00

Água Boa-MT, 23 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA SA

Fornecedor Registrado

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 373, DE 25 DE ABRIL DE 2025.

Designa responsáveis como Fiscal de Contrato e/ou ATA na forma que estabelece o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato e/ou ATA:

Nome:	**APARECIDO GRECCO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário Adjunto de Infraestrutura	
Matricula:	2313.3	

Nome:	**DALMIR DE SOUZA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Pontes e Bueiros	
Matricula:	7186.3	

Art. 2° - O Contrato e/ou ATA pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, são os seguintes:

CONTRATO:	63/2025			
PROCESSO:	049/2025			
Vigência:	Data de Início:	15/04/2025	Data de Encerramento:	15/04/2026
Objeto:	AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MADEIRAS PARA A CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO VANICK NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA-MT.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato e/ou ATA e suas cláusulas avençadas; 2. Emitir relatórios/medições;

3.Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 25 DE ABRIL DE 2025*.*

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração de Água Boa-MT, em 25 de abril de 2025.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 02 - ATA Nº 032/2024

Termo Aditivo Nº 02 da Ata de Registro de Preços Nº 032/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **CASANOVA E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 00.773.500/0001-66, devidamente já qualificados na Ata de Registros de Preços.

OBJETO: acréscimo de valor à Ata de Registro de Preços nº. 32/2024 de 5,7159% (cinco vírgula setenta e um cinquenta e nove por cento) conforme índice INPC (IBGE), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 – Fica alterada a Cláusula Segunda – **DOS PREÇOS**; ficando acrescido à Ata Nº 032/2024 o valor de **R$13.757,67 (Treze mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e sete centavos).**"

CÓD	NOME	UND DE FORNE	QNT	VLR. UNIT	VLR ACRÉSCIMO	NOVO VALOR	TOTAL ADITIVO
13461	TIJOLO 06 FUROS - 9X14X24	MILHEIRO	213,00	1.130,00	64,59	1.194,59	13.757,67

Água Boa-MT, 23 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

CASANOVA E CIA LTDA

Fornecedor Registrado

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025.

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria nº. 028/2025; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 23/04/2025, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 024/2025 cujo objeto é oregistro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de O registro de preço para futuras aquisição de insumos e reagentes, com o fornecimento em comodato do aparelho, para a realização de exames de análise clínicapara uso no Laboratório Municipal, que teve como vencedora a empresa:

M.S. DIAGNÓSTICA LTDA, **CNPJ: 0.970.175/0003-93** Lote: 01

Lotes desertos: 2 e 3

Água Boa-MT, 29 de abril de 2025.

Marcos da Silva

Agente de Contratação/Pregoeiro

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 01 - ATA Nº 027/2024

TERMO ADITIVO Nº 01 da Ata de Registro de Preços Nº 027/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **SABRINA GRACIELA DA SILVA FERREIRA FAHD EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o Nº 27.015.036/0001-03, devidamente já qualificada na Ata de Registros de Preços.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência da Ata de Registro de Preços Nº 027/2024 por 12 meses, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 – Fica alterada a Cláusula Terceira – **DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**; ficando alterado o vencimento para o dia **02/04/2026."**

CÓD	NOME	UNID DE FORNE	QNT	VLR. UNIT	TOTAL
26025	REFEIÇÃO PREPARADA - RODIZIO OU SELF SERVICE	UNIDADE	2000,00	14,74	29.480,00
3967875	SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO - TIPO LANCHE - 01 SALGADO E 01 BEBIDA	UNIDADE	5000,00	9,99	49.950,00

Água Boa-MT, 02 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

SABRINA GRACIELA DA SILVA FERREIRA FAHD EIRELI

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
EXTRATO CONTRATO 079/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 044/2024.

PREGÃO ELETRÔNICO: N° 023/2025.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT.

CONTRATADA: G. M. B. DA COSTA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 06.017.797/0001-16.

OBJETO: Fornecimento e instalação de móveis planejados, para a nova sede do Conselho Tutelar e da Gerência Regional da POLITEC, conforme Resolução nº 014/2025 e 023/2025 do COMSEP de Água Boa/MT.

CÓD. ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED	QTD	PREÇO UND	PREÇO TOTAL
3968459	Móvel planejado por m² tipo aberto 15mm em mdf	M²	250	281,00	70.250,00
3968458	Móvel planejado por m² tipo fechado em mdf 15mm	M²	350	305,00	106.750,00
TOTAL					**R$177.000,00**

TOTAL: R$177.000,00 (Cento e setenta e sete mil reais).

DATA: 23 de abril de 2025.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 23 de abril de 2026.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: Fica a empresa convocada a assinar o contrato dentro do prazo previsto no Edital.

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 04 - CONTRATO Nº 204/2021

Termo Aditivo Nº 04 do Contrato Nº 204/2021 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DOS TELES PIRES**, inscrita no CNPJ nº. 21.679.098/0001-25, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato Nº 204/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 - Fica alterada a Cláusula Terceira - **DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA**; ficando prorrogada a vigência do contrato por mais **10 (dez) dias até 29 de abril 2025**."

Água Boa-MT, 17 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DOS TELES PIRES

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 03 - CONTRATO Nº 129/2023

Termo Aditivo Nº 03 do Contrato Nº 129/2023 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **MSB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 08.257.279/0001-03,, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: Acréscimo de 4,29% no item 3967234 do Contrato Originário, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1- Fica alterada a Cláusula Terceira – **DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**; ficando ACRESCIDO ao contrato originário o **valor de R$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais)**."

CÓD	DESCRIÇÃO	QUANT. CONTRATO	PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO	QUANT. ACRÉSCIMO	VALOR ADITIVO
3967234	SERVIÇO DE IMPRESSÃO A LASER, PAPEL COMUM A4, PRETO E BRANCO	700.000 cópias	4,29%	30.000 cópias	R$2.100,00

Água Boa-MT, 17 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

MSB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 02 - CONTRATO Nº 084/2023

Termo Aditivo Nº 02 do Contrato Nº 084/2023 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **E. C. ZOCANTE E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.525.132/0001-90, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do contrato Nº 084/2023; ACRÉSCIMO de 25% no item 12321 do Contrato Originário, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1– Fica alterada a Cláusula Sexta – **DO PRAZO DE FORNECIMENTO E VIGÊNCIA**, do contrato originário; ficando sua vigência prorrogada pelo período de 12 meses, até o dia **14 de abril de 2026**."

"2.2 - Fica alterada a Cláusula Terceira – **DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**; ficando ACRESCIDO ao contrato originário o **valor de R$ 7.023,98 (Sete mil, vinte e três reais e noventa e oito centavos)**."

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VLR. PARCELA ATUAL	VLR ACRÉSCIMO MENSAL	VALOR PARCELA MENSAL ATUALIZADA	VL. TOTAL CONTRATO
12321	*SOFTWARE DO TIPO INTEGRADO PARA GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA*	MÊS	12	28.095,9540	7.023,9885	35.119,9425	421.439,31

Água Boa-MT, 14 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

E. C. ZOCANTE E CIA LTDA

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 05 - CONTRATO Nº 048/2022

Termo Aditivo Nº 05 do Contrato Nº 048/2022 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **LM DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA WEB LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.318.172/0001-46, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: Acréscimo de valor ao contrato originário de **5,40% (cinco vírgula quarenta por cento)** conforme índice INPC (IBGE), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 – Fica alterada a CLÁUSULA TERCEIRA – **DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**; ficando ACRESCIDO ao contrato originário o **valor de R$ 547,87 (Quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e sete centavos)**."

COD	NOME	UND FORN	QTD	VLR. UNT	VALOR ACRÉSCIMO	TOTAL
3965378	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E HOSPEDAGEM DE WEBSITE INSTITUCIONAL	UND	1,00	7.769,27	419,64	8.188,91
3965379	SERVIÇO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SUPORTE DE WEBSITE INSTITUCIONAL	UND	1,00	2.373,95	128,23	2.502,18

Água Boa-MT, 11 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

LM DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA WEB LTDA

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 02 - CONTRATO Nº 129/2023

Termo Aditivo Nº 02 do Contrato Nº 129/2023 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **MSB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 08.257.279/0001-03, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: Acréscimo de 20,71% no item 3967234 do Contrato Originário, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1- Fica alterada a Cláusula Terceira – **DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**; ficando ACRESCIDO ao contrato originário o **valor de R$ 10.150,00 (Dez mil, cento e cinquenta reais)**."

CÓD	DESCRIÇÃO	QUANT. CONTRATO	PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO	QUANT. ACRÉSCIMO	VALOR ADITIVO
3967234	SERVIÇO DE IMPRESSÃO A LASER, PAPEL COMUM A4, PRETO E BRANCO	700.000 cópias	20,71%	145.000 cópias	R$10.150,00

Água Boa-MT, 08 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

MSB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 01 - CONTRATO Nº 064/2024

Termo Aditivo Nº 01 do Contrato Nº 064/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **MAFRE SEGUROS GERAIS SA**, inscrita no CNPJ n° 61.074.175/0001-38 2, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato nº. 064/2024; ACRÉSCIMO de valor ao contrato original de 5,7159% conforme índice do INPC (IBGE), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 - Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA – **DO PRAZO DE FORNECIMENTO E VIGÊNCIA**; ficando prorrogada a vigência do contrato até **09 de abril de 2026**."

2.2 - Fica alterada a CLÁUSULA TERCEIRA – **DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**; ficando ACRESCIDO ao contrato originário o **valor de R$514,44 (Quinhentos e quatorze reais e quarenta e quatro centavos)**."

CÓD.	NOME	UNID FORN	QNT	VLR. UNIT	VLR ACRÉS.	TOTAL
35941	Seguro veiculo Chevrolet Traiblazer Premier 2.8 turbo 4x4 modelo 2019/2020 placa QCE 1H38	UNID	1,00	1.800,00	102,89	1.902,89
3965004	Seguro veículo camionete Toyota Hilux ano 2021, modelo 2021, placa RAR 8J93, cor branca diesel	UNID	1,00	1.700,00	97,17	1.797,17
3967519	Seguro veiculo Sprinter micro van placa SCF 3B14	UNID	1,00	2.500,00	142,90	2.642,90
3967527	Seguro veiculo Chevrolet Spin placa SDG 9B45	UNID	1,00	1.500,00	85,74	1.585,74
3967786	Seguro veiculo passeio/utilitario, capacidade para 07 lugares, com 05 marchas a frente e 01 a ré, 60l mínimo tanque, 1.8 flex 05 porta placa SPE 0J26	UNID	1,00	1.500,00	85,74	1.585,74

Água Boa-MT, 09 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

MAFRE SEGUROS GERAIS SA

Fornecedor Registrado

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 372, DE 25 DE ABRIL DE 2025.

Designa responsáveis como Fiscal de Contrato e/ou ATA na forma que estabelece o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato e/ou ATA:

Nome:	**LORENA BERNARDES ARROYO MATTOS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Biomédico 40 Horas	
Matricula:	6939.1	

Nome:	**VALDENIR LIMA CAMARGO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Atendente Geral em Saúde	
Matricula:	6676.1	

Art. 2° - O Contrato e/ou ATA pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, são os seguintes:

CREDENCIAMENTO:	002/2025			
PROCESSO:	31/2025			
Vigência:	Data de Início:	20/03/2025	Data de Encerramento:	Indeterminado
Objeto:	Credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de análises clínicas para efetuar os seguintes procedimentos: bioquímica, hematologia e de hemostasia, análises sorológicas e imunológicas, coprológicas, uroanálises hormonais, para a Prefeitura de Água Boa – MT.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato e/ou ATA e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 25 DE ABRIL DE 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração de Água Boa-MT, em 25 de abril de 2024.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2025.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de sua Agente de Contratação, nomeada pela Portaria Municipal n°. 028/2025, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei nº. 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º 4.066/2023, Lei Complementar n° 123/2006, e nas demais normas legais e regulamentares pertinentes ou outras que vierem a substituí-las.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 029/2025.

OBJETO: Registro de Preços para prestação de serviços de locação de veículos (sem motoristas e sem combustível) por quilometragem livre, para a Prefeitura de Água Boa – MT.

DATA: 16/05/2025.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08:30 horas.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras da Prefeitura de Água Boa – https://www.licitaaguaboa.com.br/

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no https://www.licitaaguaboa.com.br/ e através do e-mail pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 29 de abril de 2025.

_____

Marcos da Silva

Agente de Contratação

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 01 - CONTRATO Nº 065/2024

Termo Aditivo Nº 01 do Contrato Nº 065/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **GENTE SEGURADORA SA**, inscrito no CNPJ n° 90.180.605/0001-02, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato Nº 065/2024; ACRÉSCIMO de valor ao contrato original de 5,7159% conforme índice do INPC (IBGE), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 - Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA – **DO PRAZO DE FORNECIMENTO E VIGÊNCIA**; ficando prorrogada a vigência do contrato até **09 de abril de 2026**."

"2.2 - Fica alterada a CLÁUSULA TERCEIRA – **DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**; ficando **ACRESCIDO ao contrato originário o valor de R$ 6.332,48 (Seis mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos)**."

CÓD.	NOME	UNID FORNE	QNT	VLR UNIT	VLR ACRÉSC.	TOTAL
25871	Seguro micro ônibus escolar placa NJW 1902	unidade	1,00	3.482,14	199,04	3.681,18
25872	Seguro micro ônibus escolar placa NUF 5467	unidade	1,00	3.301,95	188,74	3.490,69
25873	Seguro micro ônibus escolar placa NUG 9557	unidade	1,00	3.419,59	195,46	3.615,05
25874	Seguro ônibus escolar placa OAU 8874	unidade	1,00	3.217,66	183,92	3.401,58
25875	Seguro micro ônibus escolar placa NJQ 0243	unidade	1,00	3.204,45	183,16	3.387,61
25878	Seguro ônibus escolar placa OAX 9938	unidade	1,00	3.416,63	195,29	3.611,92
25879	Seguro ônibus escolar placa OAP 0397	unidade	1,00	3.120,38	178,36	3.298,74
25880	Seguro ônibus escolar placa OAP 0597	unidade	1,00	3.504,45	200,31	3.704,76
25881	Seguro ônibus escolar placa NUG 6636	unidade	1,00	3.645,40	208,37	3.853,77
25883	Seguro ônibus escolar placa OAP 0506	unidade	1,00	3.537,79	202,22	3.740,01
36650	Seguro Gol 1.6 vw ar condicionado branco, ano 2018 modelo 2019 placa PRU 7727, periodo 12 meses cobertura total	unidade	1,00	1.100,00	62,88	1.162,88
36651	Seguro Gol 1.6 vw ar condicionado branco, ano 2018 modelo 2019 placa PRT 6127, cobertura total, periodo 12 meses	unidade	1,00	1.200,00	68,59	1.268,59
36653	Seguro Voyage vw 1.6 ar condicionado 05 portas branco, ano 2018 modelo 2019 placa PRT 6137, cobertura total, periodo 12 meses	unidade	1,00	1.100,00	62,88	1.162,88
36654	Seguro camionete L200 Triton Sport GL 2.4 4x4 branca, ar condicionado Mitsubishi modelo 2018/2019 placa QCZ 8963, cobertura total, periodo 12 meses	unidade	1,00	1.650,00	94,31	1.744,31
3963599	Seguro Iveco/Fiat ônibus diesel, ano 2020/2021 placa RAN 1I44, cobertura total, período 12 meses	unidade	1,00	4.615,56	263,82	4.879,38
3965418	Seguro caminhão carga fechada do tipo frigorifico placa RAZ9A61	unidade	1,00	4.644,78	265,49	4.910,27
3966371	Seguro do micro ônibus placa RRQ2J99	unidade	1,00	5.275,57	301,55	5.577,12
3967488	Seguro Fiat Strada 1.4 flex placa QCO 1897	unidade	1,00	1.100,00	62,88	1.162,88
3967493	Seguro ônibus escolar Access eo Marcopolo/vovale diesel placa RAT0G21	unidade	1,00	4.379,82	250,35	4.630,17
3967495	Seguro ônibus escolar rural Mercedes Benz amarelo placa RRM7G51	unidade	1,00	3.511,49	200,71	3.712,20
3967496	Seguro ônibus escolar Iveco Bus amarelo placa RRP5D75	unidade	1,00	3.710,98	212,12	3.923,10
3967511	Seguro Fiat Strada placa QBU 2402	unidade	1,00	1.100,00	62,88	1.162,88
3967512	Seguro Sprinter ambulância placa QCB 5161	unidade	1,00	4.052,82	231,66	4.284,48
3967513	Seguro Fiat cabine dupla placa QBX 5953	unidade	1,00	1.100,00	62,88	1.162,88
3967514	Seguro Fiat Toro placa QCU4B78	unidade	1,00	1.600,00	91,45	1.691,45
3967515	Seguro Fiat Uno placa QCB 2296	unidade	1,00	1.100,00	62,88	1.162,88
3967516	Seguro Fiat Palio placa QCB 1265	unidade	1,00	1.100,00	62,88	1.162,88
3967517	Seguro Fiat Strada ambulância placa PRO 1477	unidade	1,00	2.873,28	164,23	3.037,51

3967518	Seguro Fiat Strada ambulância placa RRW8A81	unidade	1,00	2.727,30	155,89	2.883,19
3967520	Seguro Sprinter ambulância placa ESU1E75	unidade	1,00	4.630,36	264,67	4.895,03
3967524	Seguro ônibus escolar Mpolo/volare placa RRN9132	unidade	1,00	3.973,30	227,11	4.200,41
3967525	Seguro ônibus escolar vw/neobus placa RRO1J72	unidade	1,00	3.435,97	196,40	3.632,37
3967528	Seguro ônibus escolar vw/neobus placa RRO4J14	unidade	1,00	3.925,57	224,38	4.149,95
3967806	Seguro ônibus Wolksvagen 2022/2023 placa RRY0J61	unidade	1,00	3.425,86	195,82	3.621,68
3967807	Seguro ônibus wolksvagen 2022/2023 placa RRY1A41	unidade	1,00	3.453,01	197,37	3.650,38
3967810	Seguro caminhão caçamba/basculante placa SPD9H59	unidade	1,00	4.000,00	228,64	4.228,64
3967811	Seguro Fiat Uno placa QCW 1845	unidade	1,00	1.150,00	65,73	1.215,73
3967812	Seguro Fiat Pálio Weekend placa NUB 9345	unidade	1,00	1.000,00	57,16	1.057,16

Água Boa-MT, 09 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

GENTE SEGURADORA SA

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 04 - CONTRATO Nº 032/2021

Termo Aditivo Nº 04 do Contrato Nº 032/2021 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **INVIOLÁVEL ARAGUAIA SEGURANÇA SISTEMA ALARME EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 35.740.591/0001-18, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato Nº 032/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 – Fica alterada a Cláusula Terceira – **DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**, do contrato originário; ficando sua vigência prorrogada pelo período de 12 meses, **até o dia 07 de abril de 2026**."

Água Boa-MT, 07 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

INVIOLÁVEL ARAGUAIA SEGURANÇA SISTEMA ALARME EIRELI

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 05 - CONTRATO Nº 031/2021

Termo Aditivo Nº 05 do Contrato Nº 031/2021 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **DEIJANIRA GONÇALVES RIBEIRO**, portadora do CPF Nº 555. 191.301-59, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato Nº 031/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 – Fica alterada a Cláusula Quinta – **DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**, do contrato originário; ficando sua vigência prorrogada pelo período de 12 meses, **até o dia 06 de abril de 2026.**"

Água Boa-MT, 04 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

DEIJANIRA GONÇALVES RIBEIRO

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 04 - CONTRATO Nº 048/2022

Termo Aditivo Nº 04 do Contrato Nº 048/2022 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **LM DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA WEB LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.318.172/0001-46, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato Nº 048/2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 – Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA – **DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**; ficando prorrogado a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses até **05 de abril de 2026**."

COD	NOME	UND DE FORN	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
3965378	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E HOSPEDAGEM DE WEBSITE INSTITUCIONAL	UND	SERVIÇO	1,00	7.769,27	7.769,27
3965379	SERVIÇO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SUPORTE DE WEBSITE INSTITUCIONAL	UND	SERVIÇO	1,00	2.373,95	2.373,95

Água Boa-MT, 04 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

LM DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA WEB LTDA

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 01 - CONTRATO Nº 059/2024

Termo Aditivo Nº 01 do Contrato Nº 059/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **MÁXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 07.657.198/0001-20, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato Nº 059/2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 - Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA - **DA VIGÊNCIA**; ficando prorrogado a vigência do contrato até **04 de abril de 2026**."

Água Boa-MT, 04 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

MÁXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA

Fornecedor Registrado

SECRETARIA DE FINANÇAS
TERMO ADITIVO Nº 01 - CONTRATO Nº 063/2024

Termo Aditivo Nº 01 do Contrato Nº 063/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e **CAMBOATAS TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° 06. 200.694/0001-97, devidamente já qualificados no Contrato originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato Nº 063/2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 - Fica alterada a CLÁUSULA SÉTIMA - **DO PRAZO DE VIGÊNCIA**; ficando prorrogado a vigência do contrato até **04 de abril de 2026**."

Água Boa-MT, 04 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

CAMBOATAS TURISMO LTDA

Fornecedor Registrado

RH
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 001/2024

PORTARIA DE POSSE Nº. 088

Empossa SABRINA HEINZEN FERRARI no Cargo Público Municipal de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 72, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 14 a 21, da Lei Complementar nº: 188/2023 – Regime Jurídico,

R E S O L V E:

Art. 1º – Empossa ***SABRINA HEINZEN FERRARI***, aprovada no Concurso Público Municipal 001/2024, no Cargo de ***AUXILIAR ADMINISTRATIVO*****, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais**, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente, na data de 11 de fevereiro de 2025.

Parágrafo Único – O empossado ficará em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de posse e passará por avaliação anual, ficando pendente de aprovação no final deste período para se tornar estável no serviço público.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrarias.

Água Boa - MT, 10 de fevereiro de 2025.

FABRICIO MENDONÇA PEDROSO

Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

RH
CONCURSO PÚBLICO 001/2024

TERMO DE POSSE Nº. 088

Nestes Termos e na data de 11 de fevereiro de 2025, toma posse **SABRINA HEINZEN FERRARI,** brasileira, portadora do RG: **10.696.081-0 SESP/PR,** para exercer o cargo de ***AUXILIAR ADMINISTRATIVO*** **- Classe "A" Nível "I", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais**, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente, no qual foi aprovada no Concurso Público Municipal nº: 001/2024.

A entrada em exercício deverá ser realizada conforme estabelecido no art. 21 do Regime Jurídico (LC 188/2023 25 de maio de 2023).

A admissão será exclusivamente no Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Complementar Municipal 188/2023, ficando em Estágio Probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses de exercício.

O empossado compromete-se a desempenhar seus deveres funcionais com base na Lei Complementar Municipal 189/2023, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Salários.

O empossado compareceu dentro do prazo estabelecido e munido da documentação exigida para exercer o cargo, conforme Edital de Convocação nº: 009, de 14 de janeiro de 2025 e sendo assim o mesmo está apto a tomar Posse no Cargo Público Municipal.

Água Boa - MT, 10 de fevereiro de 2025.

SABRINA HEINZEN FERRARI

Empossado

FABRICIO MENDONÇA PEDROSO

Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RESCISÃO DO CONTRATO Nº 209/2022 - JOSEFA ROSILANE SANTOS TAVARES

RESCISÃO DO CONTRATO Nº 209/2022

O Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica De Direito Público Municipal, inscrito no C.N.P.J. sob o nº. 15.023.898/0001-90 com sede administrativa na Avenida Planalto, nº 410, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal**,** Sr**. Mariano Kolankiewicz Filho**, brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade nº. 2798934-8 SSP/MT e do CPF nº. 928.476.760-15, residente e domiciliado a Rua 09, nº 855, Centro, na cidade de Água Boa/MT, doravante denominado simplesmente de **DISTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, **JOSEFA ROSILANE SANTOS TAVARES** inscrita no CNPJ/MF nº 17.708. 232/0001-00, estabelecida na Rua 07, nº 955, Centro II, Água Boa-MT, CEP 78635-000, representada por **JOSEFA ROSILANE SANTOS TAVARES,** brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº. 15919560-80

SSP-BA e inscrita no CPF nº. 047.519.365-22, neste ato denominado de **DISTRATADA**, conforme Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

1.1 – Fica Rescindido o Contrato nº 209/2022, firmado no dia 16 de dezembro de 2022.

1.2 – O presente cancelamento se fundamenta no inciso XII do Artigo 78, inciso I do Artigo 79 da Lei nº. 8.666/1993, e Cláusula Décima Primeira do Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA.

2.1 – A CONTRATADA **JOSEFA ROSILANE SANTOS TAVARES**, inscrita no CNPJ/MF nº 17.708.232/0001-00 solicitou a rescisão do contrato de prestação de serviços de casa de apoio para a Prefeitura Municipal de Água Boa-MT em virtude do processo de **inativação da empresa**, que será encerrada nos próximos meses.

O pedido de rescisão foi formalizado por meio de **Comunicado datado de 08 de abril de 2025**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

3.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Água Boa – MT para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

3.2 – Comunique-se a **DISTRATADA** na forma da Lei.

Água Boa – MT, 29 de abril de 2025.

Distratante: Município de Água Boa

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025 - REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT, torna público, c/ base na Lei no 14.133/2021 e alterações posteriores, o Aviso de Resultado de Licitação, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ALTO BOA VISTA – MT**". Abertura no dia 28 de Abril de 2025, às 13:00 horas, no endereço eletrônico **www.comprasbr.com.br,** teve como vencedores as empresas CLINICA INTEGRADA MED MAIS LTDA com valor total de R$ 241.587,00 e ANDRESSA ALMEIDA FRANCO com valor total de R$ 232.230,00**.**

Alto Boa Vista/MT, 29 de Abril de 2025.

Cristiano Rubin Parizotto

Agente de Contratação/Decreto: 015/2025

GRUPO DE PREGÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2025

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ALTO BOA VISTA – MT.

Pelo presente instrumento, O MUNICIPIO DE **ALTO BOA VISTA**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **JOSÉ PEREIRA MARANHÃO**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº. 485.415.161-72, residente e domiciliado na cidade de ALTO BOA VISTA/MT, e, de outro lado, a empresa CLINICA INTEGRADA MED MAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 49.401.595/0001-86, estabelecida na SEBASTIANA PEREIRA PASSARINHO – S/N – CENTRO – ALTO BOA VISTA/MT – CEP 78665-000, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sra FLAVYA DE SOUSA FREITAS, portador do RG n.º 17950139 SSP/MT, CPF n.º 017.419.391-27, tendo em vista o Pregão Eletrônico n. 003/2025, RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS, nos termos da Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar n. 123/06, Decreto Municipal n. 015/2025 e, subsidiariamente, podendo, de modo supletivo, na execução da contratação, serem aplicados os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, em especial, as Lei n. 8.078/90 e n. 13.655/18 e demais legislações complementares para a eventual aquisição do objeto a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Licitação **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ALTO BOA VISTA – MT**, conforme especificações técnicas, condições e quantitativos constantes neste Edital e seus Anexos.

1.2. Conforme especificações técnicas, condições e quantitativos constantes neste Edital e seus Anexos.

1.3. Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtd	Valor	Total
10	FSH PROGESTERONA	UNIDADE	PROPRIO	150	90,22	13.533,00
21	ANÁTOMO PATOLÓGICO DE PEÇAS PEQUENAS ATÉ 10CM (BIOPSIA DE COLO UTERINO, FRAGMENTO ÓSSEO, BIOPSIA DE PELE, ANÁTOMO PATOLÓGICO DE LINFONODO, BIOPSIA DE PRÓSTATA, BIOPSIA DE VAGINA, FRAGMENTO, BIOPSIA DE INTESTINO, FRAGMENTO DE TECIDO, FRAGMENTOS PEQUENOS DE ÓRGÃOS E TECIDOS)	UNIDADE	PROPRIO	150	490,25	73.537,50
23	ANATOPATOLOGICO DE PEÇAS CIRÚRGICA GRANDE E COMPLEXAS (FRAGMENTOS GRANDES DE ÓRGÃOS E TECIDOS)	UNIDADE	PROPRIO	150	490,00	73.500,00
24	ANATOPATOLOGICO DE PEÇAS CIRÚRGICA COMPLEXA PEQUENA (FRAGMENTOS PEQUENOS DE ÓRGÃOS E TECIDOS)	UNIDADE	PROPRIO	150	495,00	74.250,00
27	TESTE ORAL DE INTOLERÂCIA À LACTOSE	UNIDADE	PROPRIO	150	45,11	6.766,50
						241.587,00

Total R$ 241.587,00(duzentos e quarenta e um mil quinhentos e oitenta e sete reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência da Ata será de 01 (um) ano, contado de 29/04/2025 à 29/04/2026, podendo ser prorrogada uma vez, por igual período, desde que comprovado a vantajosidade dos preços registrados.

2.2. Os prazos desta Ata serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, bem como a renovação de suas quantidades quando de eventual prorrogação da vigência.

2.4. A Administração não poderá contratar o objeto deste instrumento quando o fornecedor tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO

3.1. A Administração elaborará pesquisa de mercado, mediante provocação do fiscal da ata de registro de preços, a cada 180 (cento e oitenta) dias, a fim de ratificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2. De posse da pesquisa realizada, o fiscal deverá encaminhar seu resultado ao órgão gerenciador seja para ratificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata ou notificar o fornecedor para rever os preços registrados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado.

3.3. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado verso os preços registrados, cabendo à Administração, através do órgão gerenciador, convocar o fornecedor para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4. Caso o fornecedor não aceitar a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, cabendo a Administração convocar, dentro da ordem de classificação, os fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

3.6. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor da Ata de Registro de Preços, cabendo ao órgão gerenciador, a análise e deliberação a respeito do pedido.

3.7. Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

3.8. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração Pública poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

3.9. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.10. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

3.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.12. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, passarão por análise contábil e jurídica do órgão gerenciador, cabendo à autoridade competente para a homologação da licitação para registro de preços a decisão sobre o pedido.

3.13. Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços.

3.14. O registro do fornecedor será cancelado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

3.15. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente comprovados e justificados.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município de Alto Boa Vista/MT, por meio de sua Secretaria solicitante, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO PRODUTOS

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 25 (vinte e cinco) dias, contados do(a) recebimento da nota de autorização de despesa, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência a contar do recebimento da nota de autorização de despesa, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no pátio da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista/MT, das 07:00h às 11:00h e das 09:00h às 17:00h.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **72 (setenta e duas) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

Liquidação

6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será encaminhada para liquidação.

6.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.2.1. O prazo de validade;

6.2.2. A data da emissão;

6.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

6.2.5. O valor a pagar; e

6.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público).

6.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.10. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da entrega da nota fiscal.

6.11. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)** de correção monetária.

Forma de pagamento

6.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. (Inserir a retenção do IR na fonte nos termos do decreto municipal)

6.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. São obrigações da Administração Pública:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor contratado, de acordo com este instrumento;

b) Receber e acompanhar a entrega dos itens solicitados, nos prazos e condições estabelecidas no presente instrumento;

c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste instrumento, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

d) O recebimento provisório dar-se-á pelo responsável da Secretaria solicitante, no ato da entrega do bem e da nota fiscal pela adjudicatária, sendo que este recebimento não implica a sua aceitação;

e) O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação do cumprimento das especificações do bem, nos termos do presente edital, no prazo máximo de 05 (cinco) dias;

f) Comunicar o fornecedor contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, no total ou em parte, às suas expensas;

g) Gerenciar a presente ata de registro de preço e autorizar adesão quando for o caso.

h) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor contratado, por meio de servidor especialmente designado;

i) Efetuar o pagamento ao fornecedor contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos;

j) Aplicar ao fornecedor contratado as sanções previstas na lei e neste instrumento;

k) Notificar os emitentes das garantias contratuais, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, seja por meio de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2. São obrigações do fornecedor contratado:

a) Cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

b) Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, nas embalagens originais, sem furos, rasgos, amassados, trincado ou quebrados, ou seja, sem qualquer tipo de avaria, contendo marca e demais informações pertinentes conforme especificações;

c) Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste instrumento, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando o CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo sob o fundamento de solidariedade;

d) Será responsável pelo fornecimento dos bens dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor ao Contratante;

e) A adjudicatária será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial;

f) Obrigar-se-á em um prazo máximo de 2 dias contados da entrega do produto, solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartadas o uso inadequado;

g) Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento e quaisquer outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusivos da contratada;

h) O fornecedor terá que apresentar a Nota Fiscal no ato da entrega para conferência e acompanhada de cópia da autorização de fornecimento, certidão estadual, federal e municipal, trabalhista e de regularidade de FGTS, obedecendo rigorosamente conforme exigido;

i) O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do bem fornecido;

j) Os itens deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor e atenderem as normas de segurança previstas em lei.

k) O prazo de garantia será contado a partir da data de emissão da nota fiscal de venda dos produtos, todos os produtos deverão possuir no mínimo garantia de 12 (doze) meses, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

l) Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;

m) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

n) Comunicar à Administração Pública Municipal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

o) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

p) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

q) Manter as mesmas condições de habilitação constantes no presente instrumento;

r) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da Ata de Registro de Preços;

s) Responsabilizar-se por todas as despesas quanto ao envio dos itens para troca, no caso dos referidos não atenderem as especificações;

t) Cumprir, durante todo o período de execução da Ata de Registro de Preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

u) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços e ou contrato;

v) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas necessárias para execução do objeto desta ata de registro de preços serão cobertas com recursos provenientes das dotações orçamentárias de cada órgão ou entidade participante.

CLÁUSULA NONA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

9.1. Fica autorizada a adesão a esta ata de registro de preços por órgãos ou entidades das Administrações Públicas Municipais, nos termos do §3º, do art. 86 da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 015/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

10.1. A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. A ata de registro de preços será acompanhada por um fiscal cujas atribuições são relativos aos aspectos administrativos contratuais da ata, como: instruir o processo com toda a documentação relativa à execução/fornecimento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, acompanhar a manutenção das condições habilitatórias, conferir a importância a ser paga, notificar sobre as irregularidades encontradas, adotar as medidas preparatórias para aplicação de sanção administrativa, promover a gestão documental, etc.

10.3. A ata de registro de preços será fiscalizada por um fiscal cujas atribuições são relativas à execução do objeto.

10.4. Após a assinatura da ata de registro de preços o fiscal em conjunto com o gestor elaborará o plano de fiscalização da execução do objeto que terá como referência o Edital e a presente ata de registro de preços e constará as estratégias de execução e fiscalização do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal 015/2025.

10.5. A execução do objeto contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

a) os resultados alcançados em relação a Ata de Registro de Preços, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

b) o cumprimento das demais obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; e

c) a satisfação do público usuário, quando cabível.

10.6. O fiscal deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que o fornecedor:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.7. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pelo fornecedor, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

10.8. O produto será recebido provisoriamente em 24 (vinte e quatro) horas, e para tanto deverá observar se o produto está condizente com a fatura, com as informações na embalagem, com o previsto na Ata de Registro de Preços ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o produto está sendo entregue em perfeitas condições de consumo e dentro do prazo de validade do produto.

10.9. O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.10. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco), a contar da notificação do fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.11. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material, conferência da autenticidade da Nota Fiscal e suas certidões negativas fiscais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto contratual.

10.13. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14. O Fiscal indicado para a presente ata de registro de preços será designado por portaria.

10.15. As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico do fornecedor, devendo este informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa a licitante que cometer, por dolo ou culpa, quaisquer das infrações previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, quais sejam:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Dar causa à inexecução total do contrato;

d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. A licitante/contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções mencionadas abaixo, de acordo com a Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021:

a) Advertência;

b) Multa Moratória;

c) Multa Compensatória;

d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.2.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a administração pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. O processo de aplicação das penalidades previstas acima respeitará o devido processo legal e a ampla defesa da licitante/contratada.

11.5. Aplicar-se-á a advertência como instrumento de diálogo e correção de conduta ensejadora de infração administrativa, da qual não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, dentre elas:

a) Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

11.6. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, calculada na forma prevista no edital ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

11.6.1. De 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, previsto no art. 155, IV da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

b) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, previsto no art. 155, V da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.2. De 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) Recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

b) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, previsto no art. 155, VI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.3. De 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada/inadimplente, em caso de:

a) Inexecução parcial do contrato previsto no art. 155, I da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.4. De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total do contrato, previsto no art. 155, III da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.5. De 20% (vinte por cento) a 30% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, previsto no art. 155, VIII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato, previsto no art. 155, IX da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza, previsto no art. 155, X da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, previsto no art. 155, XI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

e) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013¸ previsto no art. 155, XII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, previsto no art. 155, II da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.7. A multa moratória é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor/contratado que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, tal qual solicitado, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

11.7.1. 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato, até 10 (dez) dias de atraso;

11.7.2. 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro dia) até o 20º (vigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

11.7.3. 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) até o 30º (trigésimo dia) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

11.7.4. Após o 30º (trigésimo) dia de atraso, será analisada as justificativas apresentadas pelo fornecedor/contratado e avaliado se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, conforme art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.7.5. Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, o gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas deverá iniciar os procedimentos para abertura de processo administrativo punitivo, que deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.8. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

a.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até dois anos.

b) Dar causa à inexecução total do contrato:

b.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até três anos.

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

c.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

d.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

f.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

g) Reincidência na sanção de advertência dentro do prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração Pública Municipal:

g.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

h) Promover a alteração da quantidade ou qualidade dos serviços prestados ou obra executada de forma unilateral.

h.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

11.8.1. As penalidades descritas no caput do presente artigo se aplicam também nos casos em que o instrumento que vincula as partes seja Ata de Registro de Preços;

11.8.2. A pena de suspensão poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de multa.

11.8.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal não será cabível quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando então será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade.

11.9. A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, acarretará a rescisão contratual prevista no art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.10. O impedimento não atinge outros Contratos/Atas de Registro de Preços que estejam vigentes com o fornecedor/contratado penalizado, desde que não tenham relação com a execução do contrato que deu origem à sanção.

11.11. A penalidade de impedimento de licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, conforme previsto pelo art. 160 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.12. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao fornecedor/contratado responsável pelas infrações administrativas abaixo descritas, bem como pelas infrações administrativas previstas no caput do art. 537 deste Título que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, e o impedirá de licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os seguintes parâmetros:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a.1) Pena - de três anos até quatro anos.

b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

b.1) Pena - de três anos até seis anos.

c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

c.1) Pena - de três anos até seis anos.

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

d.1) Pena - de três anos até cinco anos.

e) V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013:

e.1) Pena - de três anos até seis anos.

11.13. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar deve ser precedida de análise jurídica.

11.14. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

11.15. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica

11.16. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções acima, com exceção à advertência, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por uma Comissão Especial, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante/contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.17. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade competente que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão.

11.18. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.19. A aplicação das sanções previstas nos itens acima admite a reabilitação da licitante/contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos e poderá ser requerida pela parte, quando couber:

a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) Pagamento da multa;

c) Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

12.2. Os casos omissos serão decididos pela Administração Pública, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Municipal 015/2025 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12.3. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

12.4. Incumbirá à Administração Pública divulgar o presente instrumento no Portal transparência do município, assim como no Diário Oficial dos Municípios (AMM).

12.5. Fica eleito o foro da Comarca de São Félix do Araguaia/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, inclusive os casos omissos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, após lido e achado conforme, as partes assinam a presente Ata em 02 vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no arquivo passivo administrativo.

Alto Boa Vista - MT, 29 de Abril de 2025.

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO	CLINICA INTEGRADA MED MAIS LTDA
Prefeito Municipal	CNPJ sob n° 49.401.595/0001-86
Contratante	Contratado

Testemunhas

Nome	Nome
Rg	Rg
CPF	CPF

GRUPO DE PREGÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2025

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ALTO BOA VISTA – MT.

Pelo presente instrumento, O MUNICIPIO DE **ALTO BOA VISTA**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **JOSÉ PEREIRA MARANHÃO**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº. 485.415.161-72, residente e domiciliado na cidade de ALTO BOA VISTA/MT, e, de outro lado, a empresa ANDRESSA ALMEIDA FRANCO, inscrita no CNPJ sob n° 48.292.969/0001-00, estabelecida na SEBASTIANA PEREIRA PASSARINHO – S/N – VILA REAL – ALTO BOA VISTA/MT – CEP 78665-000, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sra ANDRESSA ALMEIDA FRANCO, portador do RG n.º 5762899 SSP/GO, CPF n.º 038.334.561-83, tendo em vista o Pregão Eletrônico n. 003/2025, RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS, nos termos da Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar n. 123/06, Decreto Municipal n. 015/2025 e, subsidiariamente, podendo, de modo supletivo, na execução da contratação, serem aplicados os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, em especial, as Lei n. 8. 078/90 e n. 13.655/18 e demais legislações complementares para a eventual aquisição do objeto a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Licitação **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ALTO BOA VISTA – MT**, conforme especificações técnicas, condições e quantitativos constantes neste Edital e seus Anexos.

1.2. Conforme especificações técnicas, condições e quantitativos constantes neste Edital e seus Anexos.

1.3. Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtd	Valor	Total
1	EXAME DE SÓDIO E POTÁSSIO	UNIDADE	Não Informado	150	65,00	9.750,00
2	TRIIODOTIRONINA 3	UNIDADE	Não Informado	150	44,00	6.600,00
3	TIROXINA 4	UNIDADE	Não Informado	150	37,00	5.550,00
4	TSH – TIRO ESTIMULANTE	UNIDADE	Não Informado	150	37,00	5.550,00
5	HEMOGLOBINA GLICADA	UNIDADE	Não Informado	150	41,00	6.150,00
6	COLESTEROL LDL	UNIDADE	Não Informado	150	22,00	3.300,00
7	PROLACTINA	UNIDADE	Não Informado	150	45,00	6.750,00
8	HORMÔNIO LUTEINIZANTE	UNIDADE	Não Informado	150	38,00	5.700,00
9	CURVA GLICÊMICA	UNIDADE	Não Informado	150	87,00	13.050,00
11	TESTOSTERONA	UNIDADE	Não Informado	150	27,00	4.050,00
12	CÁLCIO	UNIDADE	Não Informado	150	22,00	3.300,00

13	MAGNÉSIO	UNIDADE	Não Informado	150	28,00	4.200,00
14	UROCULTURA COM ANTIBIOGRAMA	UNIDADE	Não Informado	150	67,00	10.050,00
15	FERRO SÉRICO	UNIDADE	Não Informado	150	36,00	5.400,00
16	FERRITINA	UNIDADE	Não Informado	150	34,00	5.100,00
17	VITAMINA B12	UNIDADE	Não Informado	150	42,00	6.300,00
18	VITAMINA D	UNIDADE	Não Informado	150	85,00	12.750,00
19	TESTE ORAL DE INTOLERÂNCIA A GLICOSE COM 75G DE GLICOSE	UNIDADE	Não Informado	150	77,00	11.550,00
20	BIOPSIA DE DERME	UNIDADE	Não Informado	150	338,00	50.700,00
22	ANATOPATOLOGICO SIMPLES(FRAGMENTOS PEQUENOS DE ÓRGÃOS E TECIDOS)	UNIDADE	Não Informado	150	337,00	50.550,00
25	TEMPO E ATIVIDADE DE PROTROMBINA	UNIDADE	Não Informado	70	55,00	3.850,00
26	TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADO	UNIDADE	Não Informado	70	29,00	2.030,00
						232.230,00

Total R$ 232.230,00(duzentos e trinta e dois mil duzentos e trinta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência da Ata será de 01 (um) ano, contado de 29/04/2025 à 29/04/2026, podendo ser prorrogada uma vez, por igual período, desde que comprovado a vantajosidade dos preços registrados.

2.2. Os prazos desta Ata serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, bem como a renovação de suas quantidades quando de eventual prorrogação da vigência.

2.4. A Administração não poderá contratar o objeto deste instrumento quando o fornecedor tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO

3.1. A Administração elaborará pesquisa de mercado, mediante provocação do fiscal da ata de registro de preços, a cada 180 (cento e oitenta) dias, a fim de ratificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2. De posse da pesquisa realizada, o fiscal deverá encaminhar seu resultado ao órgão gerenciador seja para ratificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata ou notificar o fornecedor para rever os preços registrados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado.

3.3. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado verso os preços registrados, cabendo à Administração, através do órgão gerenciador, convocar o fornecedor para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4. Caso o fornecedor não aceitar a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, cabendo a Administração convocar, dentro da ordem de classificação, os fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

3.6. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor da Ata de Registro de Preços, cabendo ao órgão gerenciador, a análise e deliberação a respeito do pedido.

3.7. Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

3.8. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração Pública poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

3.9. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.10. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

3.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.12. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, passarão por análise contábil e jurídica do órgão gerenciador, cabendo à autoridade competente para a homologação da licitação para registro de preços a decisão sobre o pedido.

3.13. Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços.

3.14. O registro do fornecedor será cancelado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

3.15. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente comprovados e justificados.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município de Alto Boa Vista/MT, por meio de sua Secretaria solicitante, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO PRODUTOS

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 25 (vinte e cinco) dias, contados do(a) recebimento da nota de autorização de despesa, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência a contar do recebimento da nota de autorização de despesa, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no pátio da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista/MT, das 07:00h às 11:00h e das 09:00h às 17:00h.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **72 (setenta e duas) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

Liquidação

6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será encaminhada para liquidação.

6.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.2.1. O prazo de validade;

6.2.2. A data da emissão;

6.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

6.2.5. O valor a pagar; e

6.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público).

6.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.10. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da entrega da nota fiscal.

6.11. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)** de correção monetária.

Forma de pagamento

6.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. (Inserir a retenção do IR na fonte nos termos do decreto municipal)

6.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. São obrigações da Administração Pública:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor contratado, de acordo com este instrumento;

b) Receber e acompanhar a entrega dos itens solicitados, nos prazos e condições estabelecidas no presente instrumento;

c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste instrumento, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

d) O recebimento provisório dar-se-á pelo responsável da Secretaria solicitante, no ato da entrega do bem e da nota fiscal pela adjudicatária, sendo que este recebimento não implica a sua aceitação;

e) O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação do cumprimento das especificações do bem, nos termos do presente edital, no prazo máximo de 05 (cinco) dias;

f) Comunicar o fornecedor contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, no total ou em parte, às suas expensas;

g) Gerenciar a presente ata de registro de preço e autorizar adesão quando for o caso.

h) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor contratado, por meio de servidor especialmente designado;

i) Efetuar o pagamento ao fornecedor contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos;

j) Aplicar ao fornecedor contratado as sanções previstas na lei e neste instrumento;

k) Notificar os emitentes das garantias contratuais, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, seja por meio de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2. São obrigações do fornecedor contratado:

a) Cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

b) Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, nas embalagens originais, sem furos, rasgos, amassados, trincado ou quebrados, ou seja, sem qualquer tipo de avaria, contendo marca e demais informações pertinentes conforme especificações;

c) Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste instrumento, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando o CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo sob o fundamento de solidariedade;

d) Será responsável pelo fornecimento dos bens dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor ao Contratante;

e) A adjudicatária será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial;

f) Obrigar-se-á em um prazo máximo de 2 dias contados da entrega do produto, solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartadas o uso inadequado;

g) Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento e quaisquer outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusivos da contratada;

h) O fornecedor terá que apresentar a Nota Fiscal no ato da entrega para conferência e acompanhada de cópia da autorização de fornecimento, certidão estadual, federal e municipal, trabalhista e de regularidade de FGTS, obedecendo rigorosamente conforme exigido;

i) O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do bem fornecido;

j) Os itens deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor e atenderem as normas de segurança previstas em lei.

k) O prazo de garantia será contado a partir da data de emissão da nota fiscal de venda dos produtos, todos os produtos deverão possuir no mínimo garantia de 12 (doze) meses, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

l) Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;

m) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

n) Comunicar à Administração Pública Municipal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

o) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

p) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

q) Manter as mesmas condições de habilitação constantes no presente instrumento;

r) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da Ata de Registro de Preços;

s) Responsabilizar-se por todas as despesas quanto ao envio dos itens para troca, no caso dos referidos não atenderem as especificações;

t) Cumprir, durante todo o período de execução da Ata de Registro de Preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

u) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços e ou contrato;

v) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas necessárias para execução do objeto desta ata de registro de preços serão cobertas com recursos provenientes das dotações orçamentárias de cada órgão ou entidade participante.

CLÁUSULA NONA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

9.1. Fica autorizada a adesão a esta ata de registro de preços por órgãos ou entidades das Administrações Públicas Municipais, nos termos do §3º, do art. 86 da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 015/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

10.1. A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. A ata de registro de preços será acompanhada por um fiscal cujas atribuições são relativos aos aspectos administrativos contratuais da ata, como: instruir o processo com toda a documentação relativa à execução/fornecimento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, acompanhar a manutenção das condições habilitatórias, conferir a importância a ser paga, notificar sobre as irregularidades encontradas, adotar as medidas preparatórias para aplicação de sanção administrativa, promover a gestão documental, etc.

10.3. A ata de registro de preços será fiscalizada por um fiscal cujas atribuições são relativas à execução do objeto.

10.4. Após a assinatura da ata de registro de preços o fiscal em conjunto com o gestor elaborará o plano de fiscalização da execução do objeto que terá como referência o Edital e a presente ata de registro de preços e constará as estratégias de execução e fiscalização do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal 015/2025.

10.5. A execução do objeto contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

a) os resultados alcançados em relação a Ata de Registro de Preços, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

b) o cumprimento das demais obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; e

c) a satisfação do público usuário, quando cabível.

10.6. O fiscal deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que o fornecedor:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.7. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pelo fornecedor, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

10.8. O produto será recebido provisoriamente em 24 (vinte e quatro) horas, e para tanto deverá observar se o produto está condizente com a fatura, com as informações na embalagem, com o previsto na Ata de Registro de Preços ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o produto está sendo entregue em perfeitas condições de consumo e dentro do prazo de validade do produto.

10.9. O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.10. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco), a contar da notificação do fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.11. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material, conferência da autenticidade da Nota Fiscal e suas certidões negativas fiscais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto contratual.

10.13. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14. O Fiscal indicado para a presente ata de registro de preços será designado por portaria.

10.15. As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico do fornecedor, devendo este informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa a licitante que cometer, por dolo ou culpa, quaisquer das infrações previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, quais sejam:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Dar causa à inexecução total do contrato;

d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. A licitante/contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções mencionadas abaixo, de acordo com a Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021:

a) Advertência;

b) Multa Moratória;

c) Multa Compensatória;

d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.2.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a administração pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. O processo de aplicação das penalidades previstas acima respeitará o devido processo legal e a ampla defesa da licitante/contratada.

11.5. Aplicar-se-á a advertência como instrumento de diálogo e correção de conduta ensejadora de infração administrativa, da qual não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, dentre elas:

a) Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

11.6. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, calculada na forma prevista no edital ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

11.6.1. De 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, previsto no art. 155, IV da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

b) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, previsto no art. 155, V da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.2. De 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) Recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

b) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, previsto no art. 155, VI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.3. De 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada/inadimplente, em caso de:

a) Inexecução parcial do contrato previsto no art. 155, I da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.4. De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total do contrato, previsto no art. 155, III da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.5. De 20% (vinte por cento) a 30% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, previsto no art. 155, VIII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato, previsto no art. 155, IX da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza, previsto no art. 155, X da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, previsto no art. 155, XI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

e) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013¸ previsto no art. 155, XII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, previsto no art. 155, II da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.7. A multa moratória é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor/contratado que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, tal qual solicitado, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

11.7.1. 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato, até 10 (dez) dias de atraso;

11.7.2. 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro dia) até o 20º (vigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

11.7.3. 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) até o 30º (trigésimo dia) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

11.7.4. Após o 30º (trigésimo) dia de atraso, será analisada as justificativas apresentadas pelo fornecedor/contratado e avaliado se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, conforme art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.7.5. Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, o gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas deverá iniciar os procedimentos para abertura de processo administrativo punitivo, que deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.8. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

a.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até dois anos.

b) Dar causa à inexecução total do contrato:

b.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até três anos.

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

c.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

d.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

f.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

g) Reincidência na sanção de advertência dentro do prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração Pública Municipal:

g.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

h) Promover a alteração da quantidade ou qualidade dos serviços prestados ou obra executada de forma unilateral.

h.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

11.8.1. As penalidades descritas no caput do presente artigo se aplicam também nos casos em que o instrumento que vincula as partes seja Ata de Registro de Preços;

11.8.2. A pena de suspensão poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de multa.

11.8.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal não será cabível quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando então será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade.

11.9. A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, acarretará a rescisão contratual prevista no art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.10. O impedimento não atinge outros Contratos/Atas de Registro de Preços que estejam vigentes com o fornecedor/contratado penalizado, desde que não tenham relação com a execução do contrato que deu origem à sanção.

11.11. A penalidade de impedimento de licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, conforme previsto pelo art. 160 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.12. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao fornecedor/contratado responsável pelas infrações administrativas abaixo descritas, bem como pelas infrações administrativas previstas no caput do art. 537 deste Título que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, e o impedirá de licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os seguintes parâmetros:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a.1) Pena - de três anos até quatro anos.

b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

b.1) Pena - de três anos até seis anos.

c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

c.1) Pena - de três anos até seis anos.

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

d.1) Pena - de três anos até cinco anos.

e) V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013:

e.1) Pena - de três anos até seis anos.

11.13. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar deve ser precedida de análise jurídica.

11.14. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

11.15. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica

11.16. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções acima, com exceção à advertência, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por uma Comissão Especial, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante/contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.17. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade competente que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão.

11.18. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.19. A aplicação das sanções previstas nos itens acima admite a reabilitação da licitante/contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos e poderá ser requerida pela parte, quando couber:

a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) Pagamento da multa;

c) Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

12.2. Os casos omissos serão decididos pela Administração Pública, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Municipal 015/2025 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12.3. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

12.4. Incumbirá à Administração Pública divulgar o presente instrumento no Portal transparência do município, assim como no Diário Oficial dos Municípios (AMM).

12.5. Fica eleito o foro da Comarca de São Félix do Araguaia/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, inclusive os casos omissos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, após lido e achado conforme, as partes assinam a presente Ata em 02 vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no arquivo passivo administrativo.

Alto Boa Vista - MT, 29 de Abril de 2025.

JOSÉ PEREIRA MARANHÃO	ANDRESSA ALMEIDA FRANCO
Prefeito Municipal	CNPJ sob n° 48.292.969/0001-00
Contratante	Contratado

Testemunhas

Nome	Nome
Rg	Rg
CPF	CPF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇAO Nº008/ 2025.

Dispõe sobre a aprovação Plano de Ação para Coofinanciamento do FEAS do ano 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município de Alto Boa Vista/MT, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n°819/2025 em reunião extraordinária do dia 29 de abril de 2025, sendo lavrado em ata de nº 008 resolve:

Art. 1º: APROVAR POR UNANIMIDADE: O Plano de Ação para o Co financiamento estadual – FEAS MT referente ao ano de 2025.

Esta Resolução estará em vigor a partir desta data.

Publica - se, Registra-se, Cumpra-se.

Alto Boa Vista/ MT, 29 de abril de 2025.

Sandra dos Santos Moura

Presidente do CMAS de Alto Boa Vista/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PORTARIA N° 261 DE, 28 DE ABRIL DE 2025.

"Nomeia e designa servidoras para atuação na Unidade Municipal de Serviços Conveniada – USC, conforme Termo de Cooperação com a SEFAZ/MT, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV e VI do Art. 71 da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a importância da manutenção e pleno funcionamento da Unidade Municipal de Serviços Conveniada – USC da SEFAZ/MT para atendimento à população e contribuintes locais;

CONSIDERANDO que o Município de Alto Garças/MT firmou Termo de Cooperação nº 0222-2023/SEFAZ com a Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ/MT, visando à melhoria da gestão fiscal, financeira, orçamentária, patrimonial e social;

CONSIDERANDO que, nos termos do referido instrumento, é necessário designar servidoras para atuação junto à Unidade;

CONSIDERANDO que a administração pública pode, no uso de sua discricionariedade e no interesse do serviço público, realizar remanejamento de servidores, conforme jurisprudência consolidada;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeada e designada a servidora **WAGNA ALVES DE OLIVEIRA**, fiscal de tributos efetiva, lotada no Setor de Tributos da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, com a matrícula nº3016, para atuar como **Gestora da Unidade Municipal de Serviços Conveniada – USC,** conforme previsto no Termo de Cooperação nº 0222-2023/SEFAZ firmado com a SEFAZ/MT.

Art. 2º Fica nomeada e designada a servidora **FERNANDA DA SILVA MIRANDA**, fiscal de tributos efetiva, lotada no Setor de Tributos da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, com a matrícula nº3009, para atuar como **Atendente da Unidade Municipal de Serviços Conveniada – USC,** também em conformidade com o Termo de Cooperação nº 0222-2023/SEFAZ firmado com a SEFAZ/MT.

Art. 3º As servidoras ora designadas deverão observar rigorosamente as atribuições previstas no Termo de Cooperação, bem como demais instruções e diretrizes eventualmente estabelecidos pelo ente cooperante.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT, 28 de abril de 2025.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 262 DE, 29 DE ABRIL DE 2025.

"Dispõe sobre designação de Fiscais de Contrato para o Setor de Tributos, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO as necessidades administrativas da **Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, específico ao Setor de Tributos;**

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR as servidoras abaixo para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos do **Setor de Tributos da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento,** a ser composta pelos seguintes:

SERVIDOR	REPONSABILIDADE
TITULAR: WAGNA ALVES DE OLIVEIRA CPF/MF: 006.XXX.XXX-13 **SUPLENTE:** FERNANDA DA SILVA MIRANDA CPF/MF: 036.XXX.XXX-69	FISCAIS DE CONTRATO

Art. 2°-Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir data de **29 de abril de 2025**, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 29 de abril de 2025.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

LEI MUNICIPAL Nº 1.442, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Autor: Poder Executivo.

ALTERA PPA, PROGRAMAS - DA LEI MUNICIPAL Nº 1.285/2021, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, PARA O QUADRIÊNIO 2022-2025, ALTERA METAS E PRIORIDADES DA LEI 1.422/2024 DE 25 DE SETEMBRO DE 2024, LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO 2025 E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NA LOA LEI Nº 1.424/2024, 23 DE SETEMBRO DE 2024 PARA O EXERCÍCIO DE 2025, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO VALOR DE R$ NO VALOR R$ 184.344,15(CENTO E OITENTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E QUINZE CENTAVOS)

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR, Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado Ações e Programas - da 1.285/2021, de 10 de novembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Alto Garças para o quadriênio 2022-2025, incluindo Projetos/Ações nos seguintes programas da Secretaria de Educação:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 01- FUNDEB Função 12: Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0150 – Complementação VAAR (FUNDEB)

AÇÃO: 20093 - Manutenção e Encargos com Ensino Fundamental - VAAR Fonte de Recursos: 543 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.32.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Valor: R$ 134.344,15

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 01- FUNDEB Função 12: Educação

Subfunção: 365 – Educação Infantil

Programa: 0150 – Complementação VAAR (FUNDEB)

AÇÃO: 20094 – Manutenção de Ensino Infantil – Pré- Escola(VAAR) Fonte de Recursos: 543 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR

Valor: R$ 50.000,00

Art. 2º Fica alterado o Demonstrativo de Metas e Prioridades - da Lei nº 1. 422, de 25 de setembro de 2024 (LDO), que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Alto Garças para o exercício 2025, incluindo ações e programas, conforme a seguir:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 01- FUNDEB Função 12: Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0150 – Complementação VAAR (FUNDEB)

AÇÃO: 20093 - Manutenção e Encargos com Ensino Fundamental _VAAR Fonte de Recursos: 543 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR

Valor: R$ 134.344,15

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 01- FUNDEB Função 12: Educação

Subfunção: 365 – Educação Infantil

Programa: 0150 – Complementação VAAR (FUNDEB)

AÇÃO: 20094 - Manutenção de Ensino Infantil – Pré- Escola (VAAR) Fonte de Recursos: 543 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR

Valor: R$ 50.000,00

Art. 3º Abre crédito adicional especial suplementar por superávit financeiro na Lei Orçamentária Anual no valor de R$ 184.344,15 (cento e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos) e passa a incluir as seguintes rubricas e projeto atividade:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 01- FUNDEB Função 12: Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0150 – Complementação VAAR (FUNDEB)

AÇÃO: 20093 -Manutenção e Encargos com Ensino Fundamental _VAAR Fonte de Recursos: 543 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.32.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Valor: R$ 134.344,15

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 01- FUNDEB Função 12: Educação

Subfunção: 365 – Educação Infantil

Programa: 150 – Complementação VAAR (FUNDEB)

AÇÃO: 20094 - Manutenção de Ensino Infantil – Pré- Escola(VAAR) Fonte de Recursos: 543 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.32.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Valor: R$ 50.000,00

Art. 4º Para a cobertura das despesas previstas no artigo anterior será utilizado o seguinte recurso:

Fonte de Recursos: 543 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, Alto Garças - MT, em 29 de abril de 2025.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

LEI MUNICIPAL Nº 1.443, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Autor: Poder Executivo.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESVINCULAR 30% (TRINTA POR CENTO) DA RECEITA CORRENTE DA CONTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP, NOS TERMOS DO ARTIGO 76-B DOS ATOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS – ADCT DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE1988, EC 132/2023, EC 135/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desvincular, conforme **NOS TERMOS DO ARTIGO 76-B DOS ATOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS – ADCT DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE1988**, Emenda Constitucional (EC) 132/2023, EC 135/2024, 30% (trinta por cento) da receita corrente proveniente da Contribuição de Serviços de Iluminação Pública – COSIP, retroativo a 1º de janeiro de 2025, oriundo ou não de superávit financeiro.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a remanejar, criar crédito especial ou suplementar e adequar à lei orçamentária do Município, por ato próprio, em decorrência da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, Alto Garças - MT, em 29 de abril de 2025.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

LEI MUNICIPAL Nº 1.444, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Autor: Poder Executivo.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DOS RECURSOS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2024, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONSTANTE DA LEI Nº 1.424/2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, por Superávit Financeiro no valor de R$ 311.528,54 (trezentos e onze mil, quinhentos e vinte e oito reais, cinquenta e quatro centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 06 – Secretaria de Educação		
Unidade: 01 – Gerência da Educação		
FUNÇÃO: 12 - Educação		
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral		
PROGRAMA: 0002 - Administração Geral		
AÇÃO: 20011 - Manut e Enc. com a Gerência de Educação		
NATUREZA DA DESPESA:		
3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Fonte de Recursos: 25990000000 - Outros Recursos Vinculados À Educação	R$	37.286,29
TOTAL DA AÇÃO.....	**R$**	**37.286,29**

ÓRGÃO: 06 – Secretaria de Educação		
Unidade: 01 – Gerência da Educação		
FUNÇÃO: 10 - Educação		
SUBFUNÇÃO: 365 - Educação Infantil		
PROGRAMA: 0039 - Expansão e Melhoria da Rede de Ensino		
AÇÃO: 10027 - Aquisição de Móveis, Equipamentos e Materiais Permanente e Informática - Creche		
NATUREZA DA DESPESA:		
4490.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Fonte de Recursos: 25690000000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R$	66.070,08
TOTAL DA AÇÃO.....	**R$**	**66.070,08**

ÓRGÃO: 06 – Secretaria de Educação		
Unidade: 01 – Gerência da Educação		
FUNÇÃO: 10 - Educação		
SUBFUNÇÃO: 365 - Educação Infantil		
PROGRAMA: 0039 - Expansão e Melhoria da Rede de Ensino		
AÇÃO: 20027 - Manutenção da Educação Infantil - Creche		
NATUREZA DA DESPESA:		
4490.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Fonte de Recursos: 25690000000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R$	126.416,21
TOTAL DA AÇÃO.....	**R$**	**126.416,21**

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
Unidade: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS
FUNÇÃO: 150 - URBANISMO

SUBFUNÇÃO: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		
PROGRAMA: 0004 - GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA		
AÇÃO: 10010 - Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica, Drenagem, Restauração e Conservação de Vias		
NATUREZA DA DESPESA:		
4490.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente Fonte de Recursos: 25690000000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R$	81.755,96
TOTAL DA AÇÃO.....	**R$**	**81.755,96**

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo 1º deste Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro das Fontes de Recursos especificadas, neste Projeto, conforme Balanço Patrimonial do Exercício de 2024, concomitante com Art. 43, § 1º, Inciso I, da Lei 4.320/64.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, Alto Garças - MT, em 29 de abril de 2025.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

LEI MUNICIPAL Nº 1.445, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Autor: Poder Executivo.

Autoriza o Município de Alto Garças-MT a abrir Crédito Adicional Especial por remanejo/ transposição por modalidade de aplicação de despesa por fonte de recursos, com finalidade de criar inclusão modalidade aplicação em diversas Secretarias, no Orçamento Geral do Município, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DO MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS POR LEI, APROVOU E EU, **PREFEITO MUNICIPAL**, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado transposição e remanejamento por modalidade de aplicação de despesa por fonte de recursos no Orçamento Geral do Município de Alto Garças – MT, para o exercício financeiro de 2025, através de Abertura de um Crédito Adicional Especial por remanejamento/transposição de dotações no valor de R$ 746.400,00 (setecentos e quarenta e seis mil e quatrocentos reais), distribuídos com a seguinte classificação:

Órgão - 05 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras

Unidade - 002 Departamento de Serviços Público

Função - 25 Energia

Subfunção - 752 Energia Elétrica

Programa - 0004 Gestão de Desenvolvimento de Infraestrutura

Ação - 20008 Manutenção, Ampliação da Rede de Iluminação Pública

3.1.90.00.00.00 – Aplicação Direta

FONTE DE RECURSOS - 17510000000 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP

VALOR..... .....R$ 30.000,00

Órgão - 05 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras

Unidade - 002 Departamento de Serviços Público

Função - 04 - Administração

Subfunção - 452 - Serviços Urbanos

Programa - 0004 - Gestão de Desenvolvimento de Infraestrutura

Ação - 20007 - Manut. Enc. com Dpto Serviços Públicos

3.3.90.00.00.00 – Aplicação Direta

FONTE DE RECURSOS - 17510000000 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP

VALOR..... .....R$ 25.000,00

Órgão - 04 - Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

Unidade - 002 - Encargos Gerais

Função - 28 Encargos Especiais

Subfunção – 843 - Serviço Da Dívida Interna

Programa - 0003 - Administração Financeira

Ação – 90002 - Pagamento de Sentenças Judiciais/Precatórios/RPVS/ Outros

3.3.90.00.00.00 – Aplicação Direta

4.6.90.00.00.00 – Aplicação Direta

FONTE DE RECURSOS - 17510000000 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP

VALOR..... ....R$ 691.440,00

Art. 2º. Para cobertura ao Crédito Adicional Especial será utilizado o recurso resultante de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme a seguir:

Órgão - 05 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras

Unidade - 002 - Departamento de Serviços Público

Função - 25 - Energia

Subfunção - 752 - Energia Elétrica

Programa - 0004 - Gestão de Desenvolvimento de Infraestrutura

Ação - 20008 - Manutenção, Ampliação da Rede de Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00 – Aplicação Direta

FONTE DE RECURSOS - 17510000000 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP

VALOR..... ....R$ 746.440,00

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias FONTE DE RECURSOS – 17510000000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, correspondendo a 30% de desvinculação do valor orçado no orçamento Geral de 2025, podendo ser suplementadas por Decreto Municipal no caso de insuficiência de saldo nas dotações ou de recebimento de novos recursos para a mesma finalidade.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar /transposição dentro do orçamento vigente o saldo remanescente de 70% de dotações orçamentárias FONTE DE RECURSOS – 17510000000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP em despesas com fonte vinculada ao referido recurso mencionado neste artigo.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, Alto Garças - MT, em 29 de abril de 2025.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

LEI MUNICIPAL Nº 1.446, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Autor: Poder Executivo.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, VISANDO CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais conforme disposto no inciso II do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, visando à contratação de pessoal por tempo determinado, para atender as necessidades temporárias e de excepcional interesse público, nas condições e prazos previstos na Lei Municipal Nº 887/2011, cumulado com o Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

§ 1° As contratações temporárias se destinam a suprir ausência de pessoal, em caso de não aprovação de candidato em concurso público, ou não realização de certame em tempo hábil, bem como nos casos de férias, vacância, licenças e outros afastamentos de servidores, nas situações em que a sua ausência comprometa a qualidade e a continuidade da prestação dos serviços públicos.

Art. 2° A seleção dos contratados será feita mediante processo seletivo simplificado, preferencialmente de provas, de provas e títulos.

§ 1º O provimento dos cargos será feito, de acordo com as necessidades da Administração Pública Municipal, respeitando a ordem de classificação dos candidatos aprovados/classificados no correspondente processo seletivo, bem como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único. Justificadamente, nos casos de execução de serviços emergenciais e de utilidade pública, o processo seletivo poderá ser realizado apenas mediante análise documental.

Art. 3° O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, contado da data da sua homologação, podendo, justificadamente, ser prorrogado por igual período.

§ 1º O prazo de duração do contrato deverá, obrigatoriamente, se encerrar com o término da vigência do próprio processo seletivo, independentemente do tempo restante do contrato individual.

Art. 4° O aprovado, obedecida a ordem de classificação, será convocado para assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação, quando deverá apresentar, como condicionante da assinatura do contrato, todos os documentos exigidos pelas normas aplicáveis ao caso e pelo edital do processo seletivo.

§ 1° Decairá do direito de contratar o aprovado que, regularmente convocado, não comparecer no prazo estabelecido no caput deste artigo ou não entregar a totalidade dos documentos exigidos.

§ 2º A recontratação do candidato aprovado, anteriormente convocado, será admitida, em observância a ordem de classificação do processo seletivo, e que a nova necessidade contratual esteja vinculada à mesma função ou à continuidade da demanda que originou a contratação anterior, não sendo permitida nos casos em que a extinção do vínculo anterior tenha ocorrido por iniciativa do contratado, por justa causa ou por conduta contrária ao interesse público.

§ 3° As vagas futuras serão preenchidas pelos aprovados remanescentes na ordem de classificação, desde que superadas as hipóteses do § 2º do caput, justificada a necessidade em cada caso e autorizadas as contratações pelo prefeito municipal.

Art. 5° O contratado nos termos desta lei restará vinculado ao regime geral de previdência social, sendo-lhe assegurado os direitos correspondentes às contratações por tempo determinado.

Art. 6° As dotações orçamentárias e as despesas decorrentes das contratações autorizadas por esta lei estarão subordinadas, proporcionalmente, ao orçamento de cada secretaria municipal.

Art. 7° Aplicar-se-á subsidiariamente a esta lei, especialmente naquilo que não a contrariar, as normas estabelecidas na Lei Municipal n° 887, de 19 de novembro de 2011.

Art. 8º O Processo Seletivo Simplificado autorizado por esta Lei poderá contemplar, total ou parcialmente, os cargos constantes no Anexo I, conforme a necessidade da Administração Pública Municipal, não implicando obrigatoriedade de oferta de vagas para todos os cargos nele listados.

Parágrafo único. A definição dos cargos, da quantidade de vagas, dos requisitos específicos e das condições de provimento será realizada no respectivo edital de abertura do processo seletivo, em consonância com as necessidades excepcionais e temporárias devidamente justificadas pela Administração.

Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, Alto Garças - MT, em 29 de abril de 2025.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

TERMO DE ERRATA DO DECRETO Nº 034, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Foi publicado no dia 28 de abril de 2025, na página n° 93, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso na Edição nº 4.724 o **DECRETO MUNICIPAL nº 034, de 17 de ABRIL de 2025**, que: **"Dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor que menciona, e dá outras providências",** a ser retificado da seguinte forma:

ONDE SE LÊ:

CLAUDINEI SINGOLANO, Prefeito Municipal de Alto Garças-MT, no uso de suas atribuições legais, especialmente na Lei 1440/2025, e em consonância com a Lei 4320/64.

LEIA-SE:

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR, Prefeito Municipal de Alto Garças-MT, no uso de suas atribuições legais, especialmente na Lei 1440/2025, e em consonância com a Lei 4320/64.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, em Alto Garças-MT, 29 de abril de 2025.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PORTARIA N° 260 DE, 29 DE ABRIL DE 2025.

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO, POR POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais exaradas no art.71 da Lei Orgânica do Município, nos termos do art.53, inciso VII da Lei Municipal nº 292, de 02 de outubro de 1990 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alto Garças-MT, alterada pela Lei Municipal nº 886, de 13 de dezembro de 2011, e;

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento formal de vacância apresentado pela servidora pública municipal ANDREIA DA SILVA DIAS SILVERIO, ocupante do cargo de Técnica Administrativa Educacional – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e a convocação da referida servidora para tomar posse em cargo inacumulável, conforme aprovação no Concurso Público nº 01/2025 da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, conforme Decreto nº 030, de 15 de abril de 2025, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípi-

os do Estado de Mato Grosso, edição de 16 de abril de 2025, páginas 697 a 700;

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a VACÂNCIA do cargo público de Técnico Administrativo Educacional – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – Não Profissionalizado, ocupado pela servidora ANDREIA DA SILVA DIAS SILVERIO, matrícula nº 2640, a partir de 24/04/2025, em virtude da posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art.53, inciso VIII da Lei Municipal nº 292/1990.

Art. 2ºA vacância de que trata o Art.1º desta Portaria, será o prazo de 03 (três) anos, ou antes, desde que a pedido da servidora, a partir da data em que a servidora assumir o outro cargo.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 3º Esta Portaria produzirá efeitos retroativos a partir da data de **24 de abril de 2025, revogadas** as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT, **29 de abril** de 2025.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2024

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, Sra. MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa **JOÃO PAULO FANINI DOURADINHO**, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ nº 24.613.818/0001-48, com sede na AV. Professor Altamiro Ari Rutz, Nº 01, PARQUE CUIABA, na cidade CUIABÁ/MT, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo para Prorrogação de Vigência da Ata de Registro de Preços Nº 124/2024, oriunda do Pregão Eletrônico 016/2024, que reger-se-á pela Lei Federal 14.133/21 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços Nº 124/2024 pelo período de 12 (doze) meses, com a renovação total do saldo inicial da presente ARP, com vencimento anterior em 29/04/2025, passando a vigorar a partir do dia 30/04/2025 até 30/04/2026 ou até o fim das execuções do objeto da ata de registro de preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de continuidade do fornecimento de grama esmeralda, suprindo assim futuras e eventuais necessidades da Prefeitura Municipal de Alto Taquari – MT, conforme Ofício nº 066/2025/SP/PMAT em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

3.1. Fica assegurada a manutenção de todas as condições originais da Ata de Registro de Preços, especialmente no que se refere a:

a) Qualidade dos bens fornecidos;

b) Prazos estabelecidos;

c) Valores contratuais

3.2. Qualquer descumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA acarretará a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços original.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ITENS, QUANTITATIVOS E VALORES

ITEM	COD	MATERIAL	UNI	QTDE.	VL. UNIT.	TOTAL
1	246093	GRAMA ESMERALDA (ZOYSIA JAPONICA) - BEM ENRAIZADA COM ASPECTO SANITARIO SATISFATORIO (AUSENCIA DE PRAGAS, DOENCAS E ERVAS INVASORAS)	M² - METRO QUADRADO	18000	R$ 10,60	R$ 190.800,00
					TOTAL	**R$ 190.800,00**

CLÁUSULA QUINTA – DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DA CONTRATADA

5.1. A CONTRATADA declara e comprova que se encontra em situação regular perante os órgãos competentes, atendendo aos requisitos de habilitação fiscal, trabalhista e jurídica exigidos para a execução do contrato.

5.2. Os documentos comprobatórios da regularidade da empresa são parte integrante deste Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

6.1. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Nº 124/2024, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

6.2. Este Termo Aditivo passa a vigorar a partir do vencimento da referida Ata de Registro de Preços, respeitando-se o prazo de vigência estabelecido.

E, por estarem as partes de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo em vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Alto Taquari - MT, 24 de abril de 2025.

_____

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

_____

JOÃO PAULO FANINI DOURADINHO

24.613.818/0001-48 Prefeita Municipal

EDITAL Nº 001/2025

CONVOCAÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DOS REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS NO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, em conformidade com a Lei Municipal nº 530 de 20 de maio de 2009, que Cria o Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social (CMHIS) e institui o Fundo Municipal de Habitação do município de Alto Taquari - MT, alterada pela Lei Nº 1352 de 21 de março de 2023, **TORNA PÚBLICO** a convocação das organizações da sociedade Civil, em consonância com o artigo 5º da supracitada Lei, inciso II, parágrafos 2º, para se habilitarem a comporem o CMHIS, conforme normas estabelecidas neste edital:

1. Poderão se inscreverem as organizações da Sociedade Civil contemplando dos seguintes segmentos: *1.1 Entidades privadas: Associação comercial local, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais de trabalhadores, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa, dentre outros. 1.2 Movimentos populares: associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia, movimentos de luta por terra, clubes de mães, cooperativas que tem como única atividade à busca de moradia para os cooperados"*

2. A Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania, procederá a verificação da documentação encaminhada pelas entidades/organizações, conforme regulamento neste edital. 2.1 As inscrições serão realizadas na Secretaria de Assistência Social e Cidadaniaaté o dia **09/05/2025,** devendo constar o segmento ao qual se inscreve, dados do presidente/responsável pela instituição/movimento, indicação dos representantes (titular e suplente), dados pessoais, telefone/whatsapp, Cópia da CNPJ. 2.2 O número de vagas corresponde à quatro titulares e quatro suplentes. 2.3 O mandato será para o biênio 2025/2027, considerado de relevante interesse público e não remunerado. 3. A relação preliminar com o nome dos representantes habilitados e não habilitados será divulgada até o dia **14/05/2025**, através do Diário Oficial. **4.** Em caso de indeferimento a entidade poderá interpor recursos até **às 11:00 horas do dia 15/05/2025.** 5. A relação final será divulgada no dia **16/05/2025** através do Diário Oficial. 6. A Posse dos membros governamentais e não governamentais acontecerá em data a ser definida posteriormente.

Alto Taquari – MT 29 de abril de 2025.

Vanessa Cristina Vieira

Secretária Municipal da Assistência Social e Cidadania

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
2ª NOTIFICAÇÃO - COMPRA Nº 13/2024 – CARNE E DERIVADOS

Alto Taquari, 29 de abril de 2025

2ª NOTIFICAÇÃO - COMPRA Nº 13/2024 – CARNE E DERIVADOS

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Compras e Licitações.

NOTIFICADA: J SODRE DOS SANTOS S. MÁXIMOS (CREDOR 3038), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.437.315/0001-05, com sede localizada na Rua Nilmo Costa Gomes Junior, nº396, Bairro Residencial Sagrada Família, CEP 78.735.266, na cidade de Rondonópolis - MT, telefone (66) 3426-2373, e-mail: jsodremaximodistribuidor@outlook.com, na pessoa do seu representante legal.

Como é de conhecimento de Vossa Senhoria, e ainda, conforme Ata de registro de preços nº 100/2024, referente ao Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 13/2024, a empresa ora Notificada foi registrada para fornecer Carne e derivados, nos termos do edital de Licitação respectivo, devidamente publicado.

4. PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DO OBJETO: *4.2. Prazo de entrega: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata deverá efetuar a entrega, no* ***prazo máximo de até 1 (um) dias útil contado após o recebimento da NAD*** *devidamente assinada;*

5. DO LOCAL DE ENTREGA: *5.1.* ***Entregar diretamente nos locais indicados na Nad de compras****, conforme endereço apresentado em Alto Taquari, de segunda a sexta-feira nos seguintes horários: das 7:30hs às 11:30hs e das 13hs às 17:00hs, devendo ser confirmado pelo telefone também indicado em Nad, ou em local designado pelo Departamento e Compras (66) 3496 -1448 ou 1471.*

Apesar das regras contratuais e da ciência prévia por parte da empresa notificada, a mesma deixou de atender aos pedidos emitidos pelas **Secretarias Municipais de Assistência Social e Cidadania, Saúde e Educação e Cultura**, especialmente os constantes das NADs nº 2812, 2820, 2954 e outras, o que comprometeu a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Embora a Ata de Registro de Preços nº 100/2024 tenha encerrado sua vigência em 12 de abril de 2025, as Notas de Autorização de Despesa (NADs) mencionadas foram emitidas anteriormente a essa data, com o objetivo de garantir o abastecimento das secretarias até a conclusão do novo processo licitatório, atualmente em andamento.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SMASC) emitiu a NAD nº 2954/2025 em 10 de abril de 2025, enviada à empresa em 11 de abril de 2025, no valor de R$ 634,80. A referida requisição inclui itens essenciais para a composição dos lanches servidos nas reuniões do Programa Bolsa Família, bem como nos encontros semanais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que atende crianças, adolescentes e idosos. Nenhum item dessas NADs foi entregue até o momento, mesmo após cobrança formal realizada pelo agente de compras da SMASC em 25 de abril de 2025, no número da empresa (66 3426-2373), sem qualquer retorno por parte da notificada.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) emitiu as NADs nº 3003/2025 e 3004/2025, ambas datadas de 11 de abril de 2025 e enviadas à empresa em 14 de abril de 2025, nos valores respectivos de R$ 8. 623,44 e R$ 12.508,32. As referidas requisições incluem itens essenciais para o preparo da merenda escolar das escolas municipais e dos centros de educação infantil da rede pública de ensino, com cardápios elaborados conforme as necessidades nutricionais individuais e coletivas dos alunos, em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nenhum item dessa NAD foi entregue até o presente momento, apesar das diversas tentativas de cobrança realizadas pela nutricionista da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), pelo número telefônico da empresa (66 3426-2373), as quais permanecem sem qualquer retorno.

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) também foi prejudicada com o não atendimento das NADs nº 2812/2025 e 2820/2025, emitidas no dia 07 de abril de 2025 e enviadas à empresa em 08 de abril de 2025, nos valores respectivos de R$ 3.005,60 e R$ 1.195,60. As requisições contemplam itens essenciais para o preparo das refeições do Hospital Municipal, o qual

opera ininterruptamente 24 horas por dia, fornecendo café da manhã, almoço, café da tarde e janta aos servidores plantonistas e pacientes internados. Parte dos itens também se destina às Casas de Apoio de Jales-SP e Barretos-SP, mantidas pelo Município para acolhimento de pacientes em tratamento de câncer e outras doenças de alta complexidade. Nenhum item dessas NADs foi entregue, apesar de cobrança realizada pelo agente de compras da SMS no dia 22 de abril de 2025, via telefone da empresa, sem que houvesse qualquer retorno até esta data.

Ademais, cumpre informar que, em decorrência da ausência de entrega dos produtos solicitados, diversas unidades vinculadas às Secretarias Municipais vêm enfrentando sérios prejuízos operacionais e estruturais. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por meio das escolas e centros de educação infantil, responsáveis por ofertar no mínimo quatro refeições diárias aos alunos, encontra-se impossibilitada de cumprir os cardápios elaborados pela nutricionista, em conformidade com as exigências do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o que compromete diretamente a qualidade da merenda escolar e a nutrição dos alunos atendidos.

Na mesma linha, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, por meio da Casa Lar da Criança e do Adolescente – que funciona sete dias por semana com crianças e adolescentes acolhidos por medida de proteção – também se vê em situação crítica, diante da ausência de produtos para a composição das refeições desses abrigados, o que exige mudanças emergenciais e não planejadas nos cardápios, comprometendo o atendimento nutricional adequado.

O Hospital Municipal, que realiza atendimento ininterrupto todos os dias, também está sendo diretamente afetado. Com funcionamento contínuo e a necessidade de preparo diário de café da manhã, almoço, café da tarde e janta para pacientes internados e servidores plantonistas, a falta de fornecimento tem gerado alterações constantes nos cardápios oficiais, que são elaborados pela nutricionista responsável e atendem padrões nutricionais mínimos indispensáveis. Esses ajustes emergenciais têm prejudicado a rotina alimentar das unidades de saúde, sociais e educacionais, resultando em falhas no atendimento aos usuários da rede pública municipal.

Assim, em cumprimento a Ata de Registro de Preços já mencionada, esta municipalidade utiliza-se da presente para notificá-la da citada irregularidade no fornecimento do objeto licitado.

Logo, ante o NÃO fornecimento do objeto licitado no prazo previsto, e a presente no sentido de NOTIFICAR Vossa Senhoria, para que no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** seja realizada as entregas pendentes com este municipio, sob pena de serem tomadas as medidas administrativas previstas nas Cláusulas 12 (Cancelamento da Ata de Registro de Preços), após a segunda notificação, da Ata de Registro de Preços nº 100/2024, bem como medidas judiciais cabíveis.

sendo está notificação publicada no portal da AMM (diario oficial dos municípios).

Fica, pois, V. Sa. Constituída em mora para todos os efeitos.

Atenciosamente.

Jessica Natana Batista Dias

Nutricionista – Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 318/2025.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei e,

RESOLVE

Artigo 1º - Rescindir o Contrato de Prestação de Serviços nº **074/2024** da Servidora Sra. **CLAUDIA GONÇALVES DA SILVA PIRES,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.221-**,do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Apiacás-MT, 30 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA/DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO: ERICA DE FATIMA GENTIL IORIS LTDA

CONTRATO N°: 233/2024

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÃO PARA CAMPANHA IPTU PREMIADO, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS - MT.**

VIGENCIA: 12 MESES (30/04/2025 ao 30/04/2026.).

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 311/2025.

súmula: nomeia comissão para avaliação de imóvel para fins de desapropriação.

julio cesar dos santos, prefeito municipal de apiacás, estado de mato grosso, usando de suas atribuições legais;

considerando que a desapropriação é o ato pelo qual o poder público, mediante prévio procedimento e indenização justa, em razão de necessidade ou utilidade pública, ou ainda de interesse social, despoja o particular da propriedade, incorporando-a ao patrimônio público;

considerando o disposto no artigo 5º, inciso xxiv, da Constituição Federal, que assegura o direito de propriedade, condicionado à sua função social, autorizando a desapropriação mediante justa e prévia indenização;

considerando as disposições do artigo 5º do decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que disciplina o processo de desapropriação por utilidade pública;

considerando a necessidade de garantir a futura ampliação da estação de tratamento de água (eta) do município de Apiacás/mt, em razão da limitação física da atual unidade e do crescimento populacional;

considerando que a ampliação futura do sistema municipal de tratamento de água configura serviço público essencial, indispensável para assegurar o acesso da população a água potável de qualidade, promovendo a saúde pública, a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável;

resolve:

art. 1º Nomear comissão especial para proceder à avaliação do imóvel destinado à desapropriação, composta pelos seguintes membros:

rômulo santana baleeiro, diretor do departamento de água e esgoto (DAE), portador do CPF nº 878.575.701-25, lotado na secretaria municipal de saúde, que exercerá a função de presidente da comissão;

EDGAR DUSANOSKI JUNIOR, portador do CPF nº 059.224.411-32, que exercerá a função de secretário da comissão;

fábio germano, Secretário Municipal de Administração, inscrito no cpf nº 858.887.021-53, que exercerá a função de membro.

art. 2º a comissão nomeada deverá avaliar o seguinte bem imóvel;

imóvel urbano registrado sob a matrícula nº 4.122, denominado lote nº 08, quadra 10, setor sw1-c, com área de 525 m², localizado ao lado do lote público onde atualmente funciona a estação de tratamento de água (ETA) deste município.

art. 3º a comissão terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação desta portaria, para realizar a avaliação da propriedade referida e apresentar o respectivo laudo de avaliação à administração municipal.

art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

registre-se.

publique-se.

cumpra-se.

apiacás/mt, 29 de abril de 2025.

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 319/2025.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei e,

RESOLVE

Artigo 1º - Rescindir o Contrato de Prestação de Serviços nº **395/2024** da Servidora Srta. **SIMONI DE SOUZA CARVALHO,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.011-**,do cargo de **Enfermeira**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Apiacás-MT, 30 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Pelo presente instrumento, Prefeitura Municipal de Apiacás, estabelecida nesta cidade de Apiacás Avenida Brasil n° 1059, Bairro Bom Jesus, CNPJ n° 01.321.850/0001-54 doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado o Sr. **MARCELO RODRIGUES KUTIESNKY,** residente e domiciliado em Apiacás – MT, inscrito no CPF sob o nº ***.***.971-**, doravante denominada CONTRATADO, resolvem:

Clausula Única: Fica rescindido o Contrato de Prestação de Serviços 153/2024, do cargo de **Agente de Combate às Endemias**, firmado em 01/03/2024 entre as partes, com efeitos na data de 30/04/2025.

Por assim estarem de acordo, as partes firmam a presente rescisão de contrato.

Apiacás - MT, em 30 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

MARCELO RODRIGUES KUTIESNKY

-CONTRATADO-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 320/2025.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PEDIDO DE EXONERAÇÃO DE CARGO EFETIVO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei.. .

RESOLVE

Artigo 1º - Exonerar a pedido para fins de Aposentadoria a Servidora Srta. **APARECIDA SOUSA DOS SANTOS OLIVEIRA,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.011-**, ocupante do cargo efetivo de Professora – Portaria nº 090/2007, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

Apiacás-MT, 30 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 322/2025.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AUXILIO DOENÇA À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Auxílio Doença aos Servidores:

Mat.	Nome do Servidor	Cargo	Período
692	Cheila Adriane Baumgart Neto	Apoio Adm. Educacional	07/04/2025 à 11/04/2025
2586	Deusiana do Nascimento Soares	Professora	24/03/2025 à 28/03/2025
2576	Deise Zapelini Cavanha	Professora	14/04/2025 à 28/04/2025
697	Diana Paula da Silva	Apoio Adm Educacional	23/04/2025 à 21/06/2025
524	Edimar Mesquita Soares	Professor	14/04/2025 à 17/04/2025
162	Elaine Apª dos Santos	Cozinheira	15/04/2025 à 18/04/2025
55	Francilia Mª Gomes da Silva	Auxiliar de Enfermagem	31/03/2025 à 09/04/2025

1150	Ilzinete Martins de Oliveira	Serviços Gerais	14/04/2025 à 17/04/2025
86	Maria Jose Almeida	Cozinheira	18/03/2025 à 21/03/2025
1164	Maria de Nasaré da Silva P.	Cozinheira	11/04/2025 à 16/04/2025
863	Maria de Jesus L. B. Simplicio	Vigia	25/04/2025 à 25/08/2025
2104	Michele Mª da S. S. do Nascimento	Supervisor II	31/03/2025 à 03/04/2025
2587	Nelci Rodrigues Chaves Fialho	Professora	14/04/2025 à 28/05/2025
149	Oneide Dias Santana de Amorim	Apoio Adm. Educacional	03/04/2025 à 12/04/2025
2684	Patricia M. Sobrinho de Oliveira	Serviços Gerais	26/03/2025 à 28/03/2025
574	Patricia Mattos da Conceição	Serviços Gerais	29/03/2025 à 26/06/2025
2632	Regina Klein	Professora Nível Superior	07/04/2025 à 11/04/2025
1563	Robson Erike Martins	Tec. Op. em Assuntos Adm.	02/04/2025 à 29/05/2025
2643	Rosicleide Souza Macedo	Professora	02/04/2025 à 11/04/2025

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Apiacás-MT; 30 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.567/2025.

Autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Adicional Suplementar por anulação parcial de dotações, no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás, e dá outras providências.

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa LOA/2025 da Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás, sancionado pela Lei Municipal nº 1.520/2024, incluir na LDO/2025, aprovada pela Lei nº 1.537/2024 o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinados a ajustar dotações para atender realização de despesas da Câmara Municipal, nas seguintes funcionais programáticas:

01.001.01.031.0053.2085-339039000000 (039) R$ 5.000,00

01.001.01.031.0053.2085-339014000000 (037) R$ 5.000,00

01.001.01.031.0001.2001-339040000000 (034) R$ 30.000,00

SOMA R$ 40.000,00

Fonte de Recurso: 1.500.0000

Artigo 2º. O Crédito Suplementar ora autorizado, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, e deduzirá da funcional programática a seguir:

01.001.01.031.0001.1035-449051000000 (022) R$ 40.000,00

SOMA R$ 40.000,00

Artigo 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás – MT, 29 de abril de 2025

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.566/2025.

Autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Suplementar por anulação parcial de dotações, e dá outras providências.

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa LOA/2025, sancionado pela Lei Municipal nº 1.520/2024, incluir, **na LDO/2025,** aprovada pela Lei nº 1.537/2024 o valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), destinados ao pagamento de indenizações trabalhistas, na seguinte funcional programática:

04.005.12.365.0011.2.013.3190.94-00 R$ 90.000,00

SOMA R$ 90.000,00

Fonte de Recurso: 1.540.1007.000

Artigo 2º. O Crédito Suplementar ora autorizado, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, e será deduzida da funcional programática a seguir:

04.05.12.365.0011.2.013.3190.11.00.00 R$ 90.000,00

SOMA R$ 90.000,00

Fonte de Recurso: 1.540.1007.000

Artigo 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás – MT, 29 de abril de 2025

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Pelo presente instrumento, Prefeitura Municipal de Apiacás, estabelecida nesta cidade de Apiacás Avenida Brasil n° 1059, Bairro Bom Jesus, CNPJ n° 01.321.850/0001-54 doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado a Srta. **SIMONI DE SOUZA CARVALHO, residente e domiciliada em Apiacás – MT, inscrita no CPF sob o nº** ***.***.011-**, doravante denominada CONTRATADA, resolvem:

Clausula Única: Fica rescindido o Contrato de Prestação de Serviços 395/2024, do cargo de **Enfermeira**, firmado em 01/11/2024 entre as partes, com efeitos na data de 30/04/2025.

Por assim estarem de acordo, as partes firmam a presente rescisão de contrato.

Apiacás - MT, em 30 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

SIMONI DE SOUZA CARVALHO -CONTRATADA-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 147/2025.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar o Sr. **ANDRE LUCAS CAMPOS COSTA,** inscrito no CPF sob o nº ***.***.591-**, do cargo de **CHEFE DE DIVISÃO III,** lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos legais na data de 30/04/2025.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, 29 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 148/2025.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar o Sr. **TIAGO ALVES DA LUZ,** inscrito no CPF sob o nº ***.***.331-**, do cargo de **CHEFE DE DIVISÃO II,** lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, 30 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Pelo presente instrumento, Prefeitura Municipal de Apiacás, estabelecida nesta cidade de Apiacás Avenida Brasil n° 1059, Bairro Bom Jesus, CNPJ n° 01.321.850/0001-54 doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado o Sr. **JOAO VITOR DO NASCIMENTO,** residente e domiciliado em Apiacás – MT, inscrito no CPF sob o nº ***.***.043-**, doravante denominada CONTRATADO, resolvem:

Clausula Única: Fica rescindido o Contrato de Prestação de Serviços 019/2024, do cargo de **Agente de Combate às Endemias**, firmado em 04/01/2024 entre as partes, com efeitos na data de 30/04/2025.

Por assim estarem de acordo, as partes firmam a presente rescisão de contrato.

Apiacás - MT, em 30 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

JOAO VITOR DO NASCIMENTO

-CONTRATADO-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 317/2025.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei e,

RESOLVE

Artigo 1º - Rescindir o Contrato de Prestação de Serviços nº **153/2024** do Servidor Sr. **MARCELO RODRIGUES KUTIESNKY,** inscrito no CPF sob o nº ***.***.971-**,do cargo de **Agente de Combate às Endemias**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Apiacás-MT, 30 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 145/2025.

SÚMULA*: *DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 02 DE MAIO DE 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no dia 02 de maio de 2025 (sexta-feira), em virtude do feriado nacional do Dia do Trabalhador, comemorado no dia 01 de maio de 2025 (quinta-feira).

Art. 2º A Secretaria Municipal de Educação observará o calendário escolar previamente estabelecido, enquanto as Secretarias Municipais de Infraestrutura e Urbanismo adotarão escala para atendimento dos serviços essenciais à população, tais como manutenção emergencial de estradas e coleta de lixo.

Art. 3º O disposto neste Decreto não se aplica ao Hospital Municipal, que deverá manter seu funcionamento normal para assegurar o atendimento à população.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás/MT, 29 de abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 005/2025 - SISTEMA PERFIL DE RADIODIFUSÃO LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2025

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS /MT E A EMPRESA: SISTEMA PERFIL DE RADIODIFUSÃO LTDA. O PRESENTE INSTRUMENTO CONTRATUAL ADVÉM DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2025 NA MODALIDADEDE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2025.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.xxx.xxx/0001-70, com sede administrativa sito à Av. Ludovico da Riva Neto. 206 – Bairro Bom Jesus, Apiacás, MT, neste ato representada pelo Sr. **VILCELES GONÇALVES –** Presidente do Legislativo Municipal, portador do CPF n º 902.xxx.xxx-04, e do RG n º 0xxxxx19978 SSP-MT**, residente à Rua Corbélia, 10, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT, CEP 78.595-000.,** doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) EMPRESA: **SISTEMA PERFIL DE RADIODIFUSÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, registrado no CNPJ nº 03.xxx.xxx/0001-94, estabelecida à Av. Júlio Campos s/nº, bairro Centro, na cidade de Apiacás, representada neste ato pela diretora administrativa **Sra. Clarice Conceição Mantovani Zago**,residente na Av. Jonas Pinheiro nº 02, bairro Setor Pioneiro, Apiacás MT, portadora do RG nº 4.xxxxxx3-3 SSP/PR e do CPF nº 715.xxx.xxx-72*,* tendo em vista o que consta no Processo nº 003/2025, modalidade Pregão Presencial nº 002/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 75, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Presencial nº 002/2025* mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Contrato Administrativo tem como objeto **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIOFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS DO INTERESSE PÚBLICO E ENTREVISTAS COM O PRESIDENTE DA CÂMARA E VEREADORES.**

1.2. O objeto deste contrato, deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que só serão aceitos se aprovados pela Câmara Municipal e por servidor habilitado indicado para tal fim e, caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos**. CLÁUSULA SEGUNDA –DO REGIME DE EXECUÇÃO** 2.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato. 2.2. Os Serviços fornecidos serão os seguintes:

Item	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde do Item	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	SERVIÇO DE RADIOFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS DO INTERESSE PÚBLICO E ENTREVISTAS COM O PRESIDENTE DA CÂMARA OU VEREADORES	MESES	12 meses	2.504,76	30.057,12

2.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: 2.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação; 2.3.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes; 2.3.3. A Proposta do Contratado; e 2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO** 3.1. O valor total da contratação é de R$ 30.057,12 (trinta mil cinquenta e sete reais e doze centavos) pelo período de 12 meses, perfazendo uma parcela mensal de R$ 2.504,76 (dois mil quinhentos e quatro reais e setenta e seis centavos) mensais. 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação. **CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO** 4.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária (OB) emitida em favor da Contratada, será efetuado mensalmente, caracterizado pela apresentação da Nota Fiscal, atestado pela Câmara Municipal. 4.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o fornecimento do material do contrato; 4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal;

4.4. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que a contratada faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao nome e número de banco, da agência e de sua conta corrente.

4.5. Em hipótese alguma haverá pagamento sem que ocorra a efetiva entrega do objeto contratado, podendo ocorrer, contudo, o pagamento correspondente à parte de objeto que, mediante autorização da Administração, for recebido parcialmente. Tais pagamento deve ser efetivamente de conhecimento do fiscal de contratos.

4.6. Em caso de atraso no pagamento, os valores devidos serão corrigidos pela variação do IPCA havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

4.7. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.3.1. o prazo de validade;

5.3.2. a data da emissão;

5.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

5.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

5.3.5. o valor a pagar; e

5.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados a partir do dia **29 de Abril de 2025 até o dia 28 de Abril de 2026**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

6.2. Para contratações de serviços contínuos, conforme arts. 106 e 107 da lei, considerando a definição do art. 6º, XV do mesmo normativo, é prorrogável por até 10 (dez) anos, desde que haja interesse entre as partes, e compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Eleitoral.

6.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada a autorização da autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA SETIMA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

7.1. Deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). 7.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

7.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.6.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

7.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.8.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.8.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.9. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

CLÁUSULA OITAVA - SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

01.001.01.031.0001.2.001.3390-39 (010) – *Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.*

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

10.1. Atestar nas notas fiscais/ faturas a efetiva entrega do objeto deste Contrato;

10.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do material recebido com as especificações informadas, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no material fornecido, para que seja reparado e corrigido;

10.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.7. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.8. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.9. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.10. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

10.11. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.13. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá até o prazo de acordo com art. 123 parágrafo único para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

10.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas: manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representa-lo na execução do contrato.

11.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

11.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.8. Quando não for possível a verificação da regularidade, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

11.8.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

11.8.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

11.8.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

11.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

11.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116)

11.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

11.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não serão exigidas garantias para a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que: der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

14.1.9. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

14.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.1.13. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções: Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei); Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 14.1.2, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6. e 14.1.7, do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 14.1.8, 14.1.9, 14.1.10, 14.1.11 e 14.1.12 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 14. 1.2, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6. e 14.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei) Multa:

14.2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.3. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

14.4. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso i do art. 137 da lei n. 14.133, de 2021.

14.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

14.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

14.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

14.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º)

14.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

14.11.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.11.2. As peculiaridades do caso concreto;

14.11.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.11.4. Os danos que dela provierem para o contratante;

14.11.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

14.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

14.14. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

14.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

15.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

15.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação. Nota Explicativa: A sistemática acima decorre do que dispõe o art. 106, III e §1º da Lei nº 14.133/21. Para a sua compreensão, vale trazer um exemplo: Um contrato firmado em 20 de maio de 2022 fará aniversário no dia 20 de maio dos anos subsequentes. Supondo-se que se chegue à conclusão pela descontinuidade do contrato, seja por razões orçamentárias, seja por ausência de vantagem na permanência, há três possibilidades: 1) Se a comunicação à empresa da rescisão ocorrer até 20 de março (dois meses antes da data de aniversário), a extinção poderá ocorrer na data de aniversário, ou seja, 20 de maio. 2) Se ela se der entre 20 de março e 20 de maio (menos de dois meses), fica garantida a vigência contratual por mais dois meses (portanto, por exemplo, se a notificação for em 20 de abril, a extinção seria em 20 de junho). 3) Por fim, uma comunicação de extinção havida após a data de aniversário só teria efeito no aniversário subsequente.

15.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.7. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.10. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.11. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.12. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– ORIGEM

16.1. O presente instrumento contratual advém de PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2025 na modalidade de Pregão Presencial nº 002/2025, cujas regras e condições também estão insertas no edital e processo e vincula-se na íntegra às disposições legais contidas na Lei Federal nº 14.133 de 2021, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXECUÇÃO DO CONTRATO NOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇO

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, nos termos do Art. 25, §7º, da Lei nº. 14.133/21.

19.1.1. Os preços contratuais permanecerão válidos por um período de um ano, a ser contado na forma do § 1º do Art. 3º da Lei nº. 10.192/2001, depois de transcorrido tal prazo, poderão sofrer REAJUSTE, de acordo com o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor**(INPC).

19.2. Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes.

19.3. A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração,nos termos do 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DO DOMICÍLIO E FORO

21.1. As partes elegem como domicílio legal o foro da Comarca de Apiacás/MT, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

21.2. E por estarem devidamente acordadas, declaram as partes contratantes, aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas deste Instrumento Contratual.

Apiacás MT, 29 de Abril de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT SISTEMA PERFIL DE RADIODIFUSÃO LTDA

CNPJ: 01.xxx.xxx/0001-70 CNPJ: 03.xxx.xxx/0001-94

VILCELES GONÇALVES CLARICE C. MANTOVANI ZAGO

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

CPF: CPF:

RG: RG:

Nome: **Otavio Felipe Baleeiro Munhos**

Assessor Jurídico - OAB/MT 30.xxx/O

Fiscal de Contrato

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE APIACAS
PORTARIA Nº. 003/2025

PORTARIA Nº. 003/2025

O Diretor Executivo do **FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. DO MUN. DE APIACÁS – PREVIAP**, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Municipal 909/2015 de 30/04/2015, e tendo em vista o Parecer exarado pela Assessoria Jurídica do PREVIAP no Processo nº. 003/2025,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a **APARECIDA SOUSA DOS SANTOS DE OLIVEIRA,** brasileira, solteira RG nº. 819481 – SESP/MT, CPF nº. 531.999.011-15, efetiva no cargo de (código 204-CBO 2312.10) Professor – Perfil Profissional Professora – Classe C – Nível 07, matrícula n°. 532, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.**

Art. 2º - A aposentadoria se dará com fulcro no Art. 6ºA da Emenda Constitucional nº. 41 de 19/12/2003 acrescentado pela emenda constitucional n°70/2012, de 29/03/2012 em consonância com o Art. 12, inciso III, alínea "a", da Lei Municipal nº. 909/2015 de 28/04/2015, Art.226 da Lei Municipal Complementar 010/2008, de 25 de março de 2008, com um redutor baseado no § 5º do Art. 40 da Constituição Federal de 05/10/1988 (redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20 de 15/12/1998) em conformidade com o Art. 12 §3º da Lei Municipal nº. 909/2015 de 28/04/2015.

Art. 3º - O provento da Aposentadoria será calculado na forma da lei n° 10.887, de 18/06/2004 c.c. o §5º, do Art.12 e Art.13,caputs e seus §§, da lei n° 909/2015, com benefício do §6°, do Art.12 da referida lei e Emenda Constitucional n° 41 de 19 de Dezembro de 2003 e os proventos serão reajustados na mesma data e índices em que se der os reajustes dos benefícios do regime geral de previdência social, de acordo com o Art. 15 da lei n° 10.887 de 18/06/2004, sem paridade.

Art. 4º - Período de tempo de contribuição compreendido de 02/04/1990 a 30/04/2025 conforme certidão de tempo de contribuição número 0115/2025.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua afixação ou publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás, Estado de Mato Grosso, no dia trinta de Abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

LUAN LUÍS MATOS ZAGLI

Diretor Executivo do PREVIAP

H O M O L O G O:

Em 30 de ABRIL de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 316/2025.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei e,

RESOLVE

Artigo 1º - Rescindir o Contrato de Prestação de Serviços nº **019/2024** do Servidor Sr. **JOAO VITOR DO NASCIMENTO,** inscrito no CPF sob o nº ***.***.043-**,do cargo de **Agente de Combate às Endemias**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Apiacás-MT, 30 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Pelo presente instrumento, Prefeitura Municipal de Apiacás, estabelecida nesta cidade de Apiacás Avenida Brasil n° 1059, Bairro Bom Jesus, CNPJ n° 01.321.850/0001-54 doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado a Sra. **CLAUDIA GONÇALVES DA SILVA PIRES,** residente e domiciliada em Apiacás – MT, inscrita no CPF sob o nº ***.***.221-**, doravante denominada CONTRATADA, resolvem:

Clausula Única: Fica rescindido o Contrato de Prestação de Serviços 074/2024, do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, firmado em 05/02/2024 entre as partes, com efeitos na data de 30/04/2025.

Por assim estarem de acordo, as partes firmam a presente rescisão de contrato.

Apiacás - MT, em 30 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

CLAUDIA GONÇALVES DA SILVA PIRES

-CONTRATADA-

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE APIACAS
EDITAL Nº 03/2025, APRESENTAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA ELEIÇÃO DO DIRETOR EXECUTIVO DO PREVIAP – FUNDO MUN. DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE APIACAS-MT

EDITAL Nº 03/2025, APRESENTAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA ELEIÇÃO DO DIRETOR EXECUTIVO DO PREVIAP – FUNDO MUN. DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE APIACAS-MT

De ordem do Senhor Julio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal de Apiacás-MT, a Sra. **ROSIMERI RODRIGUES FERRONATO**, designada de acordo com o Decreto nº 0142/2025, Presidente da Comissão Eleitoral do Processo de eleição para o Cargo de Diretor Executivo do PREVIAP conforme regulamento 001/2025 deste Instituto, e de acordo com a Lei 1506/2024 e alterações Posteriores, faz saber do resultado final da eleição do candidato eleito para o Cargo de Diretor Executivo do PREVIAP – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Apiacás - MT, constante do presente Edital.

CAPITULO I

RESULTADO FINAL DA ELEIÇÃO PARA O CARGO DE DIRETOR EXECUTIVO DO PREVIAP

NOME	CARGO	VIGÊNCIA MANDATO	ACEITAÇÃO
Luan Luís Matos Zagli	Diretor Executivo do Previap	01/06/2025 à 31/05/2029	98,4 % dos votos
Votos Sim	190	-	98,4% dos votos
Votos não	0	-	0% dos votos
Votos nulos	0	-	0 % dos votos
Votos em branco	03	-	1,6 % dos votos

Apiacás, 29 de Abril de 2025.

_____ Original Assinado _____

ROSIMERI RODRIGUES FERRONATO PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL DO PREVIAP

_____ Original Assinado _____ _____Original Assinado_____

IZADETE LURDES LUSSANI MARCO AURELIO C. FERREIRA

MEMBRO DA COMISSÃO ELEITORAL MEMBRO DA COMISSÃO ELEITORAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 321/2025.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei e,

RESOLVE

Artigo 1º - Rescindir o Contrato de Prestação de Serviços nº **047/2025** da Servidora **BIANCA PEREIRA BARBOZA,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.961-**,do cargo de **Técnico Administrativo Educacional**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Apiacás-MT, 30 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Pelo presente instrumento, Prefeitura Municipal de Apiacás, estabelecida nesta cidade de Apiacás Avenida Brasil n° 1059, Bairro Bom Jesus, CNPJ n° 01.321.850/0001-54 doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado a Srta. **BIANCA PEREIRA BARBOZA,** residente e domiciliada em Apiacás – MT, inscrita no CPF sob o nº ***.***.961-**, doravante denominada CONTRATADA, resolvem:

Clausula Única: Fica rescindido o Contrato de Prestação de Serviços 047/2025, do cargo de **Técnico Administrativo Educacional**, firmado em 07/02/2025 entre as partes, com efeitos na data de 30/04/2025.

Por assim estarem de acordo, as partes firmam a presente rescisão de contrato.

Apiacás - MT, em 30 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

BIANCA PEREIRA BARBOZA

-CONTRATADA-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 146/2025.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar a Srta. **APARECIDA SOUSA DOS SANTOS DE OLIVEIRA,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.011-**, do cargo de **COORDENADORA PEDAGÓGICA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "CONSTRUINDO O SABER",** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos legais na data de 30/04/2025.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, 29 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.568/2025.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar termo aditivo ao contrato de rateio com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós – CISRAT, para custeio de consultas, exames e cirurgias eletivas no âmbito do programa 'Fila Zero', e dá outras providências."

Julio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar termo aditivo ao contrato de rateio vigente com o **Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós – CISRAT**, visando ao custeio de consultas especializadas, exames de média e alta complexidade e cirurgias eletivas, no âmbito do Programa "Fila Zero", em benefício da população do Município de Apiacás/MT.

Art. 2º. Para a execução do objeto previsto no art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a realizar, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, repasse financeiro em parcela única, no valor de **R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, destinado ao custeio das ações e serviços pactuados com o CISRAT.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de recursos próprios do Município, consignados na seguinte dotação orçamentária:

06.003.10.302.0063.2.075.3.3.71.70-00 (0402).

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás/MT, 29 de abril de 2025.

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

DECRETO MUNICIPAL 043/2025 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

"Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas municipais nos dias 01 e 02 de maio 2025, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, o Sr. **Francisco Gonçalves Naves**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

DECRETA:

Artigo 1º – Em virtude do feriado de **01 de Maio de 2025 "Dia do Trabalhador"**, fica decretado **PONTO FACULTATIVO** no dia **02 de Maio de 2025** retornando o expediente normal no dia **05 de Maio de 2025**.

Artigo 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra,

Publica e

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA.

_____

Francisco Gonçalves Naves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
ERRATA - TERMO DE RATIFICAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2025

O Exmo. Sr. Enilson de Araújo Rios, Prefeito Municipal de Araputanga/MT, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais e considerando que o processo supracitado transcorreu em completa normalidade, legalidade e em conformidade com a legislação de regência resolve HOMOLOGAR o presente certame, para que produza os efeitos legais.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS PARADIDÁTICOS, DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISMO (TEA), PARA A REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Fornecedor: UP SOLUCOES E NEGOCIOS LTDA, inscrita sob CNPJ n°. 54.909.646/0001-15

Onde se lê: Valor Total: R$ 9.960,00 (nove mil e novecentos reais).

Leia se: Valor Total: R$ 9.660,00 (nove mil e seiscentos e sessenta reais).

Fundamento Legal: Art. 74, I, § 1 º – Lei Federal nº 14.133/2021.

Araputanga–MT, 25 de abril de 2025

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2025

O **MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Antenor Mamedes, Nº. 911, Centro, ARAPUTANGA-MT, inscrito no CNPJ 15.023.914/0001-45, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **Enilson de Araujo Rios,** brasileiro, casado, portador do R.G nº xxxxx4-0 SJ/MT e inscrito no CPF sob nº 383.xxx.xxx-20, residente a [dado suprimido conforme a LGPD] neste Município de Araputanga/MT, doravante denominado simplesmente **DISTRATANTE,** e do outro lado a Sra. **EDNEIA MARIA RODRIGUES**, brasileira, portadora do RG sob o n° xxxxxx87 SJ/MT, CPF sob o n° 821.xxx.xxx-49, PIS/PASEP n° 124.xxx.xxx-04, residente e domiciliada na [dado suprimido conforme a LGPD] - Município de Araputanga/MT, doravante denominado simplesmente de **DISTRATADO**, resolve celebrar o presente **DISTRATO AMIGÁVEL** que reger-se-á pelas normas da Leis Municipais n.º 699/2006, n°1.151/2015, n° 1.375/2019 e nº 971/2011 e legislações complementares e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1. – Fundamentando-se no **Contrato Administrativo nº 016/2025,** o **DISTRATANTE** resolve através deste **TERMO DE RESCISÃO** rescindir o contrato acima mencionado, de forma amigável, com fundamento na Cláusula Oitava do referido contrato, bem como nos arts. 137, VIII e 138, II da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PAGAMENTOS

2.1. Serão pagos os serviços efetivamente executados e certificados até a data da assinatura do presente Termo de Rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO

3.1. As partes dão plena e total quitação das obrigações pactuadas, com exceção dos créditos, se reconhecidos pela Prefeitura Municipal de Araputanga/MT em favor da DISTRATADO, não sendo cabível por parte do DISTRATADO qualquer contestação judicial ou extrajudicial que diga respeito a pagamentos, faturas, indenizações ou compensações referentes ao Contrato extinto por este instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO CONSENTIMENTO DAS PARTES DISTRATANTES

4.1. – E por estar devidamente respaldado, declara a parte DISTRATANTE aceitar as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste Instrumento, assinando o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo identificadas.

Araputanga/MT, 22 de abril de 2025.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

DISTRATANTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº. 192/2025

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 039/2025, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE TAPA BURACO COM REMENDO PROFUNDO, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Enilson de Araújo Rios, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em especial em seu art. 117.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2025, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 039/2025 – Empresa J E M SOUZA DA PAZ CNPJ nº 27.308.440/0001-67.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitado pelas Secretaria Municipal Obras e Infraestruturas, firmado entre o Município de Araputanga/MT e a empresa ora contra-

tada, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Gabriel Alves Carminatti como fiscal titular e o Sr Francisco Tibúrcio dos Santos, como fiscal suplente – Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando e as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezessete (17) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2025

O **MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Antenor Mamedes, Nº. 911, Centro, ARAPUTANGA-MT, inscrito no CNPJ 15.023.914/0001-45, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **Enilson de Araujo Rios,** brasileiro, casado, portador do R.G nº xxxxxx4-0 SJ/MT e inscrito no CPF sob nº 383.xxx.xxx-20, residente a [dado suprimido conforme a LGPD] neste Município de Araputanga/MT, doravante denominado simplesmente **DISTRATANTE,** e do outro lado a Sra. **ELIENE SANTANA DOS ANJOS**, brasileira, portadora do Registro Geral sob o n° 013. xxx.xxx-08, PIS/PASEP n° 203.xxx.xxx-70, residente e domiciliada na [dado suprimido conforme a LGPD] - Município de Araputanga/MT, doravante denominado simplesmente de **DISTRATADO**, resolve celebrar o presente **DISTRATO AMIGÁVEL** que reger-se-á pelas normas da Leis Municipais n.º 699/2006, n°1.151/2015, n° 1.375/2019 e nº 971/2011, Lei Federal n° 14.133/2021 e legislações complementares e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1. – Fundamentando-se no **Contrato Administrativo nº 018/2025,** o **DISTRATANTE** resolve através deste **TERMO DE RESCISÃO** rescindir o contrato acima mencionado, de forma amigável, com fundamento na Cláusula Décima do referido contrato, bem como nos arts. 137, VIII e 138, II da Lei Federal 14.133/2021. conforme conveniência da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PAGAMENTOS

2.1. Serão pagos os serviços efetivamente executados e certificados até a data da assinatura do presente Termo de Rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO

3.1. As partes dão plena e total quitação das obrigações pactuadas, com exceção dos créditos, se reconhecidos pela Prefeitura Municipal de Araputanga/MT em favor da DISTRATADO, não sendo cabível por parte do DISTRATADO qualquer contestação judicial ou extrajudicial que diga respeito a pagamentos, faturas, indenizações ou compensações referentes ao Contrato extinto por este instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO CONSENTIMENTO DAS PARTES DISTRATANTES

4.1. – E por estar devidamente respaldado, declara a parte DISTRATANTE aceitar as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste Instrumento, assinando o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo identificadas.

Araputanga/MT, 07 de abril de 2025.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

DISTRATANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2025

O **MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Antenor Mamedes, Nº. 911, Centro, ARAPUTANGA-MT, inscrito no CNPJ 15.023.914/0001-45, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **Enilson de Araujo Rios,** brasileiro, casado, portador do R.G nº xxxxxx4-0 SJ/MT e inscrito no CPF sob nº 383.xxx.xxx-20, residente a [dado suprimido conforme a LGPD] neste Município de Araputanga/MT, doravante denominado simplesmente **DISTRATANTE,** e do outro lado a Sra. **MARLENE APARECIDA DOS REIS RODRIGUES**, brasileira, portadora Registro Geral – CPF sob o n° 981.xxx.xxx-44, PIS/PASEP n° 117.xxx.xxx-89, residente e domiciliada na [dado suprimido conforme a LGPD]- Município de Araputanga/MT, doravante denominado simplesmente de **DISTRATADO**, resolve celebrar o presente **DISTRATO AMIGÁVEL** que reger-se-á pelas normas da Leis Municipais n.º 699/2006, n°1.151/2015, n° 1.375/2019 e nº 971/2011 e legislações complementares e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1. – Fundamentando-se no **Contrato Administrativo nº 026/2025,** o **DISTRATANTE** resolve através deste **TERMO DE RESCISÃO** rescindir o contrato acima mencionado, de forma amigável, com fundamento na Cláusula Oitava do referido contrato, bem como nos arts. 137, VIII e 138, II da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PAGAMENTOS

2.1. Serão pagos os serviços efetivamente executados e certificados até a data da assinatura do presente Termo de Rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO

3.1. As partes dão plena e total quitação das obrigações pactuadas, com exceção dos créditos, se reconhecidos pela Prefeitura Municipal de Araputanga/MT em favor da DISTRATADO, não sendo cabível por parte do DISTRATADO qualquer contestação judicial ou extrajudicial que diga respeito a pagamentos, faturas, indenizações ou compensações referentes ao Contrato extinto por este instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO CONSENTIMENTO DAS PARTES DISTRATANTES

4.1. – E por estar devidamente respaldado, declara a parte DISTRATANTE aceitar as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste Instrumento, assinando o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo identificadas.

Araputanga/MT, 22 de abril de 2025.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

DISTRATANTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº. 206/2025

DESIGNAR AS SERVIDORAS PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 057/2025, ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2025, CUJO O OBJETO É A AQUISIÇÃO DE LIVROS PARADIDÁTICOS, DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISMO (TEA), PARA A REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em especial em seu art. 117.

RESOLVE:

Art. 1° - Designar e nomear as servidoras da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 057/2025, da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2025 com a empresa a seguir:

EMPRESA: UP SOLUCOES E NEGOCIOS LTDA, inscrita sob CNPJ n°. 54.909.646/0001-15.

Art. 2° - Ficam nomeados as servidoras abaixo para acompanhar e fiscalizar os serviços requisitados pela Secretaria Municipal de Educação, firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr.ª. Elenir dos Santos Ferreira como fiscal titular e a Sr.ª. Larissa Silva Dos Santos como fiscal suplente, responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos e revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco (25) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº. 209/2025

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 052/2025, ORIUNDA DA ADESÃO Nº 003/2025, CUJO OBJETO É REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO AUTOBETONEIRA AUTOCARREGÁVEL PARA A CONFECÇÃO DE CONCRETO USINADO COM OPERADOR NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em especial em seu art. 117.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 052/2025, ORIUNDO DA ADESÃO Nº 003/2025.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2025 – Empresa J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS LTDA Inscrita no CNPJ nº 00.277.059/0001-21.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitado pela secretaria municipal de Obras, firmado entre o Município de Araputanga/MT e a empresa ora contratada, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Francisco Tibúrcio dos Santos como fiscal titular e o Sr. Genivaldo dos Santos como fiscal suplente – Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando e as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e nove (29) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 003/2025

REF: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 82/2024, oriunda do Pregão Presencial n°. 06/2024 - Realizado pela Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste - MT.

Objeto da Ata de Registro de Preço: Registro de Preços para a Eventual Contratação de serviço de locação de equipamento autobetoneira autocarregável para a confecção de concreto usinado com operador no sistema de registro de preço, em atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Interessado a Adesão: Prefeitura Municipal de Araputanga - MT - representado pelo Sr. Enilson de Araújo Rios – Prefeito Municipal.

Fornecedor: J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.277.059/0001-21, localizada na Av. Sebastião Francisco de Almeida, nº. 482, Bairro São Sebastião, na cidade de Araputanga - MT, CEP: 78260-000.

Secretaria Requerente: Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Rubrica/Dotação: Consignados no orçamento do ano corrente, será empenhado na rubrica da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Do Valor: R$ 651.560,00 (seiscentos e cinquenta e um mil quinhentos e sessenta reais)

Araputanga-MT, 29 de abril de 2025.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

DECRETO MUNICIPAL N° 020/2025

DECRETO MUNICIPAL N° 020/2025

EMENTA: APROVA O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT.

O Exmo. Sr. **ÉDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito do Município de Arenápolis - MT, no uso de suas atribuições legais, consoantes as normas gerais de direito público, a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento das licitações e contratações, com o objetivo de evitar gastos desnecessários e maximizar o ganho de escala;

D E C R E T A

Art. 1º. Fica alterado o Plano Anual de Contratações – PAC do Município de Arenápolis/MT, para o exercício de 2025, conforme informações contidas no Anexo I do presente decreto.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis/MT, aos 28 de abril de março do ano 2025.

ÉDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – EXERCÍCIO 2025 - LICITAÇÃO					
SEQ	OBJETO LICITADO	MODALIDADE	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO	ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO	SECRETARIA
01	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO	JANEIRO	R$ 864.000,00	SECRETARIA MUNICPAL DE SAÚDE
02	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE PARA DOSIMETRIA RADIOLOGICA	DISPENSA DE LICITAÇÃO	JANEIRO	R$ 1.074,72	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
03	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM REGIME DE PLANTÃO, E, AINDA REALIZAR O TRANSPORTE DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, EM REGIME DE ESCALA, PARA O PRONTO ATENDIMENTO.	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO	JANEIRO	R$ 1.380.000,00	SECRETARIA MUNICPAL DE SAÚDE
04	CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ENFERMEIROS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTOES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGENCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL.	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	JANEIRO	R$ 179.569,50	SECRETARIA MUNICPAL DE SAÚDE
05	CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TECNICOS DE ENFERMÁGEM PARA REALIZAÇÃO DE PLANTOES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGENCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	JANEIRO	R$ 168.768,72	SECRETARIA MUNICPAL DE SAÚDE
PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – EXERCÍCIO 2025 - LICITAÇÃO					
SEQ	OBJETO LICITADO	MODALIDADE	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO	ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO	SECRETARIA
06	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA A FROTA MUNICIPAL	PREGÃO	JANEIRO	R$ 3.208. 340,000	TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS
07	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E MENSAGEM EM REVISTA ALUSIVOS À COMEMORAÇÃO DOS 71 ANOS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT	DISPENSA DE LICITAÇÃO	FEVEREIRO	RS 10.000,00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
08	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FONOAUDIÓLOGO PARA PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL EMULTI	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO	FEVEREIRO	R$ 61.100,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENTE SOCIAL PARA PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL EMULTI	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO	FEVEREIRO	R$ 56.400,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10	AQUISIÇÃO DE MARMITEX	DISPENSA DE LICITAÇÃO	FEVEREIRO	RS 100.000,00	TODAS AS SECRETARIAS
11	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	PREGÃO	FEVEREIRO	R$ 508.171,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL	CHAMADA PÚBLICA	FEVEREIRO	R$ 82.902,60	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
13	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS (PÃES) PARA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ARENÁPOLIS-MT	PREGÃO	FEVEREIRO	R$ 105.260,40	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – EXERCÍCIO 2025 - LICITAÇÃO					
SEQ	OBJETO LICITADO	MODALIDADE	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO	ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO	SECRETARIA
14	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PRIVADA, SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL, ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE SUPORTE HOSPITALAR E LABORATORIAL- DO TIPO CONTRATACAO DE GESTÃO DE HOSPITAL PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE ATENDIMENTO MÉDICO DE MEDIA COMPLEXIDADE, AMBULATORIAL E HOSPITALAR.	CHAMAMENTO PÚBLICO	FEVEREIRO	R$ 6.869.931,84	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
15	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA	PREGÃO	FEVEREIRO	RS 87.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA
16	AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA USINADA A QUENTE CBUQ FAIXA C	DISPENSA DE LICITAÇAO	FEVEREIRO	RS 27.000,00	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA
17	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À REALIZAÇÃO DE SONDAGEM DE SOLO PARA A CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DO MÉDIO NORTE DE ARENÁPOLIS-MT	DISPENSA DE LICITAÇÃO	FEVEREIRO	RS 11.200,00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
18	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	DISPENSA DE LICITAÇÃO	FEVEREIRO	R$ 62.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTE, LAZER E CULTURA
19	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS MÉDICOS COM CONSULTA – ESPECIALIDADE CARDIOLOGIA	INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO	FEVEREIRO	R$ 125.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – EXERCÍCIO 2025 - LICITAÇÃO					
SEQ	OBJETO LICITADO	MODALIDADE	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO	ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO	SECRETARIA
20	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL DE NUTRIÇÃO PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARENÁPOLIS/MT	DISPENSA DE LICITAÇÃO	MARÇO	R$ 13.788,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
21	CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA, PARA SERVIÇOS DE FACILITADOR ARTESANATO, VISITADOR SOCIAL, DOS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL - PAIF, SCFV E CRIANÇA FELIZ, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;	PREGÃO	MARÇO	R$ 32.598,50	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
22	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS DE EXAMES LABORATORIAIS	DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	MARÇO	R$ 62.725,59	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
23	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CURSO BRIGADISTA DE INCENDIO	DISPENSA DE LICITAÇÃO	MARÇO	R$ 7.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
24	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DA COZINHA E REFEITORIO DA ESCOLA 25 DE OUTUBRO, MATERIAL E MÃO DE OBRA	PREGÃO	MARÇO	R$ 90.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
25	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE ESTATUETAS (GARIMPEIRO) PARA HOMENAGENS DAS FESTIVIDADES	DISPENSA DE LICITAÇÃO	MARÇO	R$ 20.000,00	GABINETE DO PREFEITO
26	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TROCA DE TELHAS NO ANTIGO PRÉDIO DA ESCOLA CIMPLAF	DISPENSA DE LICITAÇÃO	MARÇO	R$ 40.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
27	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS	DISPENSA DE LICITAÇÃO	MARÇO	R$ 62.725,59	TODAS AS SECRETARIAS
PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – EXERCÍCIO 2025 - LICITAÇÃO					
SEQ	OBJETO LICITADO	MODALIDADE	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO	ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
28	CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO PARA FINS DE CONTRATAÇÃO DE PJ P/ PREST. DE SERV. DE SAÚDE, CADASTRADOS NO SISTEMA NACIONAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE – SCNES, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS OFERECIDOS NO MUNICÍPIO, VINCULADOS AO PROJETO FILA ZERO E EM CONFORMIDADE AO ESTABELECIDO NO DECRETO Nº 241, DE 19 DE ABRIL DE 2023 E PORTARIA Nº 633/2023/GBSES	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	MARÇO	R$ 671.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
29	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSOS PARA ATENDER A DEMANDA DOS GRUPOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DE VÍNCULO (SCFV) DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	DISPENSA DE LICITAÇÃO	MARÇO	R$ 10.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
30	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COM CONSULTA - ESPECIALIDADE EM PSIQUIATRIA	INEXIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO	MARÇO	R$ 68.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
31	AQUISIÇÃO DE TECIDO TIPO 100% ALGODÃO 200 FIO, PARA CONFECÇÃO DE LENÇOL PARA PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL E UBS	DISPENSA E LICITAÇÃO	MARÇO	R$ 15.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
32	AQUISIÇÃO DE TECIDO TIPO MALHA PARA CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO PARA O SETOR DE RAIO X	DISPENSA E LICITAÇÃO	MARÇO	R$ 6.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
33	AQUISIÇÃO DE NOBREAK 2.2 KVA BIV SHARA SENOIDAK TENSÃO DE ENTRADA 120V/220V – AUTIMATICO – POTENCIAL 3200-VA – 02 BATERIA SELADAS INTERNAS DE 12V 18AH-FATOR DE POTENCIA 0,7	DISPENSA E LICITAÇÃO	MARÇO	R$ 13.680,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – EXERCÍCIO 2025 - LICITAÇÃO					
SEQ	OBJETO LICITADO	MODALIDADE	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO	ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
34	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM, NA ESPECIALIDADE DE ULTRASSONAGRAFIA TRANSVAGINAL, MAMA, PELVICA GINICOLOGICA, MORFOLOGICA GEMELAR/ DOPPLER E OBSTÉTRICA GEMELAR NO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS.	DISPENSA E LICITAÇÃO	MARÇO	R$ 30.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
35	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	PREGÃO	ABRIL	R$ 148.000,00 (SAUDE) R$ 200.000,00 (EDUCAÇÃO)	TODAS AS SECRETARIAS
36	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TECIDOS E AVIAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DE CURSOS OFERTADOS PELA SECRETARIA	DISPENSA DE LICITAÇÃO	ABRIL	R$ 6.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
37	CONTRATAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICOS PARA ANIMAÇÃO DAS FESTIVIDADES ALUSIVAS EM COMEMORAÇÃO AO 71º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	ABRIL	R$ 2.000.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA , TURISMO E LAZER
38	AQUISIÇÃO DE REAGENTES E INSUMOS/ MAT. DE LABORATÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. MUNIC. DE SAÚDE	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E PREGÃO	ABRIL	R$ 40.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
39	AQUISIÇÃO DE ROUPAS, CALÇADOS, ROUPAS DE CAMA, MESA E BANHO PARA ATENDER A DEMANDA DA CASA LAR	DISPENSA DE LICITAÇÃO	ABRIL	R$ 10.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
40	AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	PREGÃO ELETRONICO	ABRIL	R$ 15.000,00	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – EXERCÍCIO 2025 - LICITAÇÃO					

SEQ	OBJETO LICITADO	MODALIDADE	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO	ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
41	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO FRIOS, VERDURAS E CONGELADOS PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO	PREGÃO	ABRIL	R$ 130.919,61	TODAS AS SECRETARIAS
42	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE JARDINAGEM	CREDENCIAMENTO	ABRIL	R$ 90.000,00	TODAS AS SECRETARIAS
43	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BORRACHARIA	CREDENCIAMENTO	ABRIL	R$ 130.000,00	TODAS AS SECRETARIAS
44	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEICULOS	CREDENCIAMENTO	ABRIL	R$ 219.000,00	TODAS AS SECRETARIAS
45	AQUISIÇÃO DE CIMENTO E FERRO PARA MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS DO MUNICIPIO	PREGÃO	ABRIL	R$ 300.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
46	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO; E, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE PLACAS SOLARES; PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS	PREGÃO	ABRIL	R$ 175.000,00	TODAS AS SECRETARIAS
47	CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ENFERMEIROS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTOES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGENCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	ABRIL	R$ 170.341,50	SECRETARIA MUNICPAL DE SAÚDE

PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – EXERCÍCIO 2025 - LICITAÇÃO

SEQ	OBJETO LICITADO	MODALIDADE	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO	ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO	SECRETARIA
48	CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TECNICOS DE ENFERMÁGEM PARA REALIZAÇÃO DE PLANTOES PRESENCIAIS E TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGENCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	ABRIL	R$ 111.843,00	SECRETARIA MUNICPAL DE SAÚDE
49	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA REFERENTE Á SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS	CREDENCIAMENTO	ABRIL	R$ 15.000,00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
50	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA REFERENTE Á AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE RELOGIO PONTO	PREGÃO	ABRIL	R$ 65.000,00	TODAS AS SECRETARIAS
51	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA MUSICAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO DE BAILES/ MATINÊS COM MUSICA AO VIVO PARA EVENTOS DA 3ª IDADE NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	DISPENSA DE LICITAÇÃO	ABRIL	R$ 12.545,11	SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL
52	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA REFERENTE Á REFORMA DE BANHEIROS, AMPLIAÇÃO DE SALAS, TROCA DE FORRO DA COZINHA E DIVISÃO EM PAREDES DE GESSO DO PREDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PREGÃO	ABRIL	R$ 46.500,00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
53	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A CONSTRUÇÃO DE ARQUIVO MORTO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS	DISPENSA DE LICITAÇÃO	ABRIL	R$ 35.730,00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – EXERCÍCIO 2025 – LICITAÇÃO

SEQ	OBJETO LICITADO	MODALIDADE	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO	ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO	SECRETARIA
54	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS	PREGÃO	ABRIL	R$ 425.621,31	TODAS AS SECRETARIAS
55	CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS NA AREA DE FARMACEUTICO ÁRA DISPENSAR MEDICAMENTOS, ORIENTAR SOBRE O USO CORRETO DE MEDICAMENTO, GERIR ESTOQUE NA FARMACIA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS.	DISPENSA DE LICITAÇÃO	ABRIL	R$ 37.800,00	SECRETARIA MUNICPAL DE SAÚDE
56	CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇO DE PSICOLOGA EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA EMULTI, FORMAÇÃO MÍNIMA: CURSO SUPERIOR EM PSICOLOGIA E REGISTRO NO SONSELHO REGIONAL COMPETENTE, CARGA HORARIA: 40HORAS.	PREGÃO PRESENCIAL	MAIO	R$ 36.800,00	SECRETARIA MUNICPAL DE SAÚDE
57	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS COM FORNECIMENTO DE URNAS E SERVIÇOS DE TRANSLADO NO MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS-MT	PREGÃO	MAIO	R$ 92.420,22	SEC. MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
58	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ENXOVAL MATERNIDADE	DISPENSA DE LICITAÇÃO	MAIO	R$ 20.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
59	CONTRATAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE TRÊS COLEÇÕES INTEGRADAS COM COMPENDIO DE LIVROS, PALESTRAS, CAPACITAÇÕES E PLATAFORMA, CONFORME DESCRITOS EM DOCUMENTOS ANEXO.	DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	MAIO	R$ 1.985.070,00	SECRETARIA MUNICPAL DE SAÚDE
60	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FARMACOS E INSUMOS MEDICO-HOSPITALARES VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE E DA FARMACIA MUNICIPAL NA DEMANDA PREVENTIVA E EMERGENCIAL.	ADESÃO DE ATA	MAIO	R$ 1.000,000,00	SECRETARIA MUNICPAL DE SAÚDE
61	AQUISIÇÃO DE KITS ODONTOLOGICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CAMPANHA EM ATENÇÃO A SAÚDE BUCAL INFANTIL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	MAIO	R$ 17.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
62	AQUISIÇÃO DE FILMADORA PROFISSIONAL	DISPENSA DE LICITAÇÃO	MAIO	R$ 12.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
63	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERRALHEIRIA.	CREDENCIAMENTO	JUNHO	R$ 100.000,00	TODAS AS SECRETARIAS
64	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CHAVEIRO.	DISPENSA DE LICITAÇÃO	JUNHO	R$ 10.000,00	TODAS AS SECRETARIAS

65	AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS ESCOLARES PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ARENAPOLIS/MT.	ADESÃO DE ATA	JUNHO	R$ 116.640,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
66	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA REFERENTE A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE POLTRONAS PARA O ANFITEATRO DA ESCOLA MUNICIPAL DUILIO RIBEIRO BRAGA.	ADESÃO DE ATA	JUNHO	R$ 314.160,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
67	CONTRATTAÇÃO DE EMPRESA REFERENTE A GERENCIAMENTO DE SEGURO VEICULAR PARA ATENTER A FROTA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS/MT.	PREGÃO	JUNHO	R$ 200.000,00	TODAS AS SECRETARIAS
68	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A MANUTENÇÃO NAS REDES DE BAIXA E MÉDIA TENSÃO DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS.	PREGÃO	JULHO	R$ 59.400,00	SECRETARIA DE OBRAS
69	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RECARGA DE EXTINTORES.	PREGÃO	JULHO	R$ 50.000,00	TODAS AS SECRETARIAS
70	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE HOSPEDAGEM COM ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ), VISANDO ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO	DISPENSA DE LICITAÇÃO	JULHO	R$ 30.000,00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
71	CONTRATAÇÃO DE CURSOS E PALESTRAS PEDAGÓGICOS	DISPENSA DE LICITAÇÃO	JULHO	R$ 15.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – EXERCÍCIO 2025 – LICITAÇÃO					
SEQ	OBJETO LICITADO	MODALIDADE	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO	ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO	SECRETARIA
72	CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PARA A ACADEMIA SAUDE	PREGÃO	JULHO	R$ 153.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/MT
73	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA RESTAURAÇÃO E REFORMA DE MOVEIS	DISPENSA DE LICITAÇÃO	JULHO	R$ 45.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
74	AQUISIÇÃO DE TAPETES PERSONALIZADOS	DISPENSA DE LICITAÇÃO	JULHO	R$ 10.000,00 (SAUDE) R$ 20.000,00 (EDUCAÇÃO)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E EDUCAÇÃO
75	CONTRATAÇÃO DE SHOWS ARTÍSTICOS PARA ANIMAÇÃO DA 5ª EXPONAPOLIS	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	JULHO	R$ 1.051.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
76	ARRENDAMENTO DAS PASTAGENS DA ESCOLA AGRÍCOLA	CONCORRENCIA	JULHO	R$ 5.700,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
77	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA – PROJETOS E TOPOGRAFIA	INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO	JULHO	R$ 60.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS
78	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VETORES/DETETIZAÇÃOO E LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA – TELA /POMBOS DAS UNIDADES DE SAUDE E PRONTO ATENDIMENTO	DISPENSA DE LICITAÇÃO	AGOSTO	R$ 15.000,00 (SAUDE) R$ 30.000,00 (EDUCAÇÃO)	TODAS AS SECRETARIAS
79	AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ARENAPOLIS/MT	ADESÃO DE ATA	AGOSTO	R$ 19.250,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
80	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE A TROCA E ADEQUAÇÃO NAS FIAÇOES EM UNIDADES BASICAS DE SAUDE.	DISPENSA DE LICITAÇÃO	AGOSTO	R$ 42.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
81	AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER EM FORMA DE BENEFÍCIO EVENTUAL OS SERVIÇOS REALIZADOS PELO CRAS - ATENDENDO ASSIM AS FAMÍLIAS, SEUS MEMBROS E INDIVIDUOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL.	DISPENSA DE LICITAÇÃO	OUTUBRO	R$ 15.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – EXERCÍCIO 2025 – LICITAÇÃO					
SEQ	OBJETO LICITADO	MODALIDADE	PREVISÃO DE REALIZAÇÃO	ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO	SECRETARIA
82	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA, ELABORAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO, IMPRESSÃO, LOGÍSTICA, SUPERVISÃO DE PROCESSO SELETIVO	DISPENSA DE LICITAÇÃO	OUTUBRO	R$ 30.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
83	AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS EDUCATIVOS PEDAGOGICOS	PREGÃO	OUTUBRO	R$ 106.024,66	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL
84	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DECORATIVO		OUTUBRO	R$ 10.000,00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
TOTAL					R$ 25.105.000,87

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 18.733/2025

PORTARIA Nº 18.733/2025

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, *NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO* 198 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 001 DE 21 OUTUBRO DE 1999.

No uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 198 da Lei Complementar nº 01/99

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR, a pedido da Prefeita, o afastamento do servidor Antônio Luiz Fonseca Mota do cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura, sem remuneração, pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da data desta Portaria.

Art. 2º O afastamento tem como finalidade a conclusão das investigações no âmbito da Investigação Preliminar Sumária – IPS nº 003/2025, visando resguardar a lisura e a imparcialidade do procedimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 29 dias de abril de 2.025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO N.º 019/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 065/2025

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, em conformidade com Art. 28, inciso I – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar o **Objeto: Registro de preço para a futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de grupo gerador de energia e instalação de internet; e aquisição de materiais para manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, a fim de atender as Secretarias Municipais de Turismo, Esporte e Cultura e Secretaria Municipal de Educação de Aripuanã - MT.**

Início da Sessão: **Dia 13/05/2025, às 07h30min (sete horas e trinta minutos),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site http://www.aripuana.mt.gov.br, ou pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 29 de abril de 2025.

HILARIANE HILARIO DA SILVA

Agente de Contratação

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 59/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 95/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: N. PARAVISI SERVIÇOS MEDICOS inscrita no CNPJ nº 49.089.136/0001-09.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 05/04/2025 A05/07/2025.

VALOR: R$ 161.300,00 (cento e sessenta e um mil e trezentos reais)

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2023 - CREDENCIAMENTO N° 06/2023

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVI-ÇOS MÉDICOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ – MT.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 18.568/2025

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e Artigo 69, Inciso III* **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o requerido protocolo de nº 0500-2025 e *com amparo* na *Lei Complementar nº.* 183/2021*;*

RESOLVE:

PROMOVER, o Servidor Sr. **JAIRO DE FRANÇA SOUZA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 000966*** SSP/RO e do CPF nº. ***.718.34***, ocupante do Cargo de Carreira de **MOTORISTA SOCORRISTA SAMU,** *lotado na Secretaria Municipal de Saúde*, **Classe "B",** para a **Classe "C",** considerando a Conclusão do Curso de CST EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, a partir do dia 01/04/2025.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 28 dias de março de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 58/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: VMM BORGES CLINICA DE FONOAUDIOLOGIA LTDA, inscrita sob CNPJ/MF nº 47.681.699/0001-66.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 05/04/2025 A 05/10/2025.

VALOR: R$ 103.680,00 (cento e três mil seiscentos e oitenta reais).

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2023 - CREDENCIAMENTO N.º 01/2023.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA, RELACIONADOS NO ANEXO I, CONSTANTES NA TABELA UNIFI-CADA DE PROCEDIMENTOS SUS, CONFORME ROTINA ADOTA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, OBSERVANDO OS PRAZOS E PROCEDIMENTOS DESCRITOS NESTE EDITAL.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 18.737/2025

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 114* **da Lei Complementar n.º** 182/2021, Artigo 93 *da Lei Complementar n.º* 01/99 *e no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal*, e*;*

Considerando o requerimento *protocolo n°* 655/2025.

RESOLVE:

PRORROGAR, por mais 02 (dois) anos, a contar de **11 de junho de 2025**, a **LICENÇA PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE OU COMPANHEIRO SEM REMUNERAÇÃO** concedida à Servidora **MARILETE MARTA SILVA CRUZ**, ocupante do cargo carreira de **PROFESSOR, matricula nº 5682*, lotada na Secretaria Municipal de Educação*, inicialmente concedida por meio da Portaria nº 16.035/2023**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 29 dias de abril de 2.025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 62/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: MARCIA MARIA SCHNEIDER-EPP, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF sob o número 38.101.881/0001-00

ALTERAÇÃO DE METODOLOGIA EXECUTIVA E READEQUAÇÃO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA OBRA

LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 12/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE ABRIGO DE ANIMAIS, COM TERRENO DE 4.618,58 M² E ÁREA A SER CONSTRUÍDA 372,67 M², INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CONFORME TRANSFERÊN-CIA ESPECIAL Nº 071146-2024 EMENDA PARLAMENTAR SENADOR JAYME CAMPOS, CONTA N° 672002-6 PLANO DE TRABALHO Nº 020/2024 VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 63/2025

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: E LOURENÇO SANTOS SILVA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 41.073.409/0001-15.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/04/2025 A 09/07/2025.

VALOR: R$ 202.295,60 (duzentos e dois mil duzentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos).

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 01/2023 CREDENCIAMENTO N° 01/2023

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVI-ÇOS MÉDICOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ - MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS LEI MUNICIPAL 2.355/2023, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL, SUJEITANDO-SE A CONTRATADA A ATENDER RIGOROSAMENTE OS TERMOS DO CREDENCIAMENTO N° 01/2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 56/2025

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 28/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: HELDER WAGNER BARROS SARAIVA-ME, inscrita no CNPJ sob o n° 19.649.249/0001-50.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 04/04/2025 A04/07/2025

VALOR: R$ 316.414,65 (trezentos e dezesseis mil quatrocentos e quatorze reais e sessenta e cinco centavos).

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2023 - CREDENCIAMENTO N.º 01/2023

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ – MT.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 64/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: SCHULZ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.627.238/0001-70.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 09/04/2025 A 09/07/2025.

VALOR: R$ 158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2023 - CREDENCIAMENTO N° 06/2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVI-ÇOS MÉDICOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ - MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS LEI MUNICIPAL 2.355/2023, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL, SUJEITANDO-SE A CONTRATADA A ATENDER RIGOROSAMENTE OS TERMOS DO CREDENCIAMENTO N° 06/2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 55/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 27/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: ECOURB SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o número 31.090.423/0001-73.

REQUILÍBRIO E ACRÉSCIMO

VALOR: R$ 3.758.308,92 (três milhões setecentos e cinquenta e oito mil trezentos e oito reais e noventa e dois centavos)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N.º 15/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, CONTEMPLANDO SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO, COM SISTEMA DE MONITORAMENTO VIA SATÉLITE E IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE CONTÊINERES METÁLICOS OU PEAD DE 1.200 LITROS. COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, INSUMOS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E DISTRITO DE CONSELVAN – MT.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PARALIZAÇÃO DO CONTRATO N° 86/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: ÁGUA VIVA POÇOS ARTESIANOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº. 11.757.530/0001-03.

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº. 030/2020.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PERFURAÇÃO DE 06 (SEIS) POÇOS SEMI ARTESIANOS, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA E CONFORME PROJETO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRA-

MA FÍSICO-FINANCEIRO, EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 65/2025

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: ISMAEL DE CARVALHO SÁ, inscrita no CNPJ n.º 53. 944.303/0001-29.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/04/2025 A 10/04/2026.

VALOR: R$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2024

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE SEPULTURAS, MANUTENÇÃO, CONSERVA-ÇÃO E LIMPEZA DE TODA ÁREA INTERNA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL NECRÓPOLES CAMPOS DA PAZ, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ - MT, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊN-CIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 66/2025

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 27/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: ECOURB SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELI, , inscrita no CNPJ/MF sob o número 31.090.423/0001-73.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 14/04/2025 A 14/04/2026.

VALOR: R$ 3.758.308,92 (três milhões setecentos e cinquenta e oito mil trezentos e oito reais e noventa e dois centavos)

LICITAÇÃO: PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N.º 15/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, CONTEMPLANDO SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO, COM SISTEMA DE MONITORAMENTO VIA SATÉLITE E IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE CONTÊINERES METÁLICOS OU PEAD DE 1.200 LITROS. COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, INSUMOS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E DISTRITO DE CONSELVAN – MT.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 18.734/2025

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor Sr. BRUNO DANTAS JUSTINO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 25773*** CPF ***.035.58***, ocupante do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de Secretário Adjunto de Serviços Urbanos - SINFRA, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura,para responder pela **Secretaria Municipal de Infraestrutura,** a partir do dia 29/04/2025, pelo prazo de 10 dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 29 dias de abril de 2.025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 67/2025

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 148/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: H R CONSTRUÇOES LTDA, inscrita sob o CNPJ n.º 36. 297.259/0001-93.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO: 12/04/2025 A 12/05/2025

LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 15/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA PARCIAL DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ES-PORTES (KAYO DA SILVA PORTO GOMES), INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRO-NOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O ANEXO I DO EDITAL, EM ATENDIMENTO A SECRE-TARIA ADJUNTA DE ESPORTE E LAZER, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 68/2025

DECIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 52/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: L C GUEDES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o número 36.314.983/0001-88.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/04/2025 A 17/06/2025.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO: 15/04/2025 A 15/05/2025

LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 03/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA REFE-RENTE A REFORMA NO PRÉDIO DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, SETOR 01, COM ÁREA DE 526,61M², INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO ARQUITETÔNICO, PLANI-LHAS ORÇAMENTARIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COMPLEMENTARES, EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 69/2025

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 143/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: R P ALEXANDRINO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 43. 423.571/0001-41

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 22/04/2025 A 22/07/2025.

VALOR: R$ 152.500,00 (cento e cinquenta e dois mil e quinhentos reais)

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2023 - CREDENCIAMENTO N.º 06/2023

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVI-ÇOS MÉDICOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ - MT.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 70/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 119/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: AVANT ENGENHARIA, LAUDOS, PROJETOS E PERICIAS LTDA inscrita no CNPJ Nº 48.008.844/0001-05.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/07/2025 A 30/01/2026.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO: 30/03/2025 A 30/09/2025.

LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 29/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INSTALAÇÃO PREDIAL DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (CENTRAL DE GLP) - EM ESCOLA (PADRÃO SEDUC), DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS ESTADUAIS SÃO FRANCISCO DE ASSIS E ELIDÍO MURCELLI FILH, E O NOVO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL QUE O MUNCÍPIO RECEBERÁ PARA ATENDER 400 ALUNOS, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, SENDO PACTUADO UM TERMO DE CONVÊNIO COM A SEDUC-MT, CONFORME A LEI N. 14.133/2021 ART. 75 INC I.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 54/2025

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 086/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: ÁGUA VIVA POÇOS ARTESIANOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº. 11.757.530/0001-03.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 03/04/2025 A 03/08/2025.

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº. 030/2020.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PERFURAÇÃO DE 06 (SEIS) POÇOS SEMI ARTESIANOS, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA E CONFORME PROJETO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 53/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 152/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: VMH CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 15.329.805/0001-50.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO: 28/03/2025 A 28/07/2025

LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 13/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL TIRADENTES (CONSTRUÇÃO DE 2 SALAS DE AULAS, PASSARELA COBERTA, BANHEI-ROS E REFORMA DOS BANHEIROS, COZINHA, REFEITÓRIO E QUADRA) COM ÁREA TOTAL DE 10.450M², INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O ANEXO I DO EDITAL, EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICI-PAL DE EDUCAÇÃO, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 71/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 120/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: VMH CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o número 15.329.805/0001-50.

ACRÉSCIMO DE VALOR: R$ 6.759,29 (seis mil setecentos e cinquenta e nove reais e vinte nove centavos).

LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 09/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CERCAMENTO EM ALAMBRADO COM MURETA E MOURÕES DE CONCRETO NA ESCOLA MUNICIPAL DEOCLIDES DE MACEDO, LOCALIZADA NA COMUNIDADE MEDALHA MILAGROSA, MT-208, KM 30, ARIPUANÃ-MT, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINAN-CEIRO E CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O ANEXO I DO EDITAL, EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARIPUANÃ-MT.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 5.460/2025.

SÚMULA:

"PRORROGA A VALIDADE DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2024 PARA CADASTRO RESERVA REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, e conforme preceitua o Artigo 14 subitem 14.7 do Edital nº 001/2024 do **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2024**, homologado conforme Decreto nº. **5. 192/2024**, de 24 de junho de 2024, publicado em **25 de junho de 2024.**

Considerando, que ainda existem classificados que poderão ser aproveitados no quadro de servidores para contratação temporária em caráter temporário de excepcional interesse público;

Considerando também, o princípio da economicidade e a razoabilidade, não se fazendo necessário, novo Processo Seletivo Simplificado para os mesmos cargos;

RESOLVE:

Art. 1º - **PRORROGAR** pelo período de 01 (um) ano a contar da data de 24/06/2025, o Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2024, homologado pelo Decreto nº. 5.192/2024.

Art. 2° - De acordo com a Lei Municipal nº 2.641/2024, ficam os contratos decorrentes destes também prorrogáveis por mais um ano, desde que devidamente justificado.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 29 dias do mês de abril de 2025

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 51/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 11/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: ADEMIR BARBOSA MUNIZ, inscrito CPF sob o nº. 036. 721.728-71

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/04/2025 A 01/04/2026

VALOR: R$ 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais)

LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 3/2021

OBJETO: LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) ESPAÇOS FÍSICOS DESTINADOS A ACOMODAÇÃO DOS DEPAR-TAMENTOS DE COMPRAS, LICITAÇÃO E TERRAS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT, COM BASE NO ART. 24, INCISO X DA LEI Nº 8666/93, C/C O ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUI-ÇÃO FEDERAL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 72/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 144/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: F FERREIRA LIMA LTDA, inscrita sob CNPJ n.º 04.348. 820/0001-20.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/04/2025 A 30/05/2025.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO: 13/04/2025 A 13/05/2025

LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 14/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONS-TRUÇÃO DE ALAMBRADO, SUPORTE DE CAIXA D'ÁGUA E PINTURA EXTERNA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO LONTRA NA LOCALIDADE DA COMUNIDADE LON-TRA, ZONA RURAL, COM TERRENO DE 450,00 M² E ÁREA A SER CONSTRUÍDA 70,00 M², INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O ANEXO I DO EDITAL, EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARIPUANÃ-MT.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 18.559/2025

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo** no Art. 30 da LC 001/99 e *no Artigo* 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando da Comissão de Estágio Probatório acompanhada das avaliações;

RESOLVE:

TORNAR ESTÁVEL no serviço público municipal, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº. 001/1999 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aripuanã – MT, o Sr. **ROMILDO DE ARAUJO FERREIRA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 6231*** SSP/PA e inscrito no CPF nº. ***.012.25***, ocupante do Cargo de Carreira de **FISCAL TRIBUTÁRIO - SEDE,** *lotado na Secretaria Municipal de Finanças*,considerando a avaliação final do Estágio Probatório**,** a partir do dia 14/03/2025.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 26 dias de março de 2. 025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 5.459/2025.

SÚMULA:

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, NO DIA 02 DE MAIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica decretado Ponto Facultativo no dia **02 de maio de 2025**, Sexta-feira, nos órgãos administrativos do Poder Executivo municipal.

§ 1º - Não se enquadra no presente decreto os órgãos e serviços cujas atividades não possam ser suspensas em virtude de exigências técnicas ou por interesse público bem como os serviços e plantões necessários às atividades de caráter essencial.

§ 2º - Os Secretários Municipais poderão estabelecer escala de trabalho para os servidores no intuito de manter as atividades que considerem importantes para o regular funcionamento dos serviços.

ARTIGO 2º - Fica a critério da Secretaria Municipal de Saúde a definição de sua participação no ponto facultativo estabelecido no artigo 1º deste Decreto, levando em consideração a necessidade de manutenção dos serviços essenciais à saúde pública.

ARTIGO 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 29 dias do mês de abril de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 50/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 21/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: JOÃO ANTONIO BARROS ARRUDA CHIAVELLI, inscrito no CPF sob nº. 053.277.041-22.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/04/2025 A 01/04/2026

VALOR: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 08/2023

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL EM ALVENARIA MEDINDO APROXIMADAMENTE 345,80M² PARA ABRIGAR AS INSTALAÇÕES DA CASA TRANSITÓRIA DA CRIANÇA "RAIO DE LUZ", LOCALIZADO NO BAIRRO MÓDULO I, DESTINADO AO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONFORME RESOLUÇÃO Nº. 109 DE 11/11/2099 (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT, COM BASE NO ART. 24, INCISO X DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
CORREÇÃO APÓS PUBLICAÇÃO - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 28/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

CONTRATADO: DOUTORANDO SERVIÇOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 47.810.182/0001-20

VIGÊNCIA: 28/04/2025 A 28/05/2025

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE N° 29/2024 – CREDENCIAMENTO N° 04/2024

VALOR: R$ R$ 55.600,00 (cinquenta e cinco mil e seiscentos reais)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM ÂMBITO HOSPITALAR, AMBULATORIAL E EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, COM PROFISSIONAIS CAPACITADOS NO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM REGIME DE PLANTÃO E DE SOBREAVISO, PARA SERVIÇOS ASSISTENCIAIS, EXAMES E PROCEDIMENTOS EM GERAL NO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO E PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E UBS NO DISTRITO DE CONSELVAN, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL.

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO ELETRONICO SRP 04/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 027/2025

O Município de Aripuanã, em conformidade com Art. 28, inciso I - da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados o **RESULTADO DO PREGÃO ELETRONICO SRP N° 04/2025**, que tem como objeto o registro de preço para futura e eventual prestação de serviços de hospedagem (casa de apoio), alimentação e transporte de pacientes em tratamento nas unidades de saúde pública situada exclusivamente na capital do estado, Cuiabá - MT, para atendimento de pacientes/regulados pelo tratamento fora de domicílio –TFD, atendendo as necessidades da secretaria de saúde, deste município de Aripuanã-MT.

EMPRESAS VENCEDORAS:

CASA DE APOIO PNTANAL EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o número 32.965.160/0001-61, vencedora com o valor de R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 29/04/2025.

HILARIANE HILARIO DA SILVA

Agente de Contratação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 18.735/2025

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o Requerido no Protocolo nº **0491-2025,** Parecer Social e Atestado Médico;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por **04 (quatro) dias por motivo de doença em pessoa da família**, para a Servidora Sra. **VALQUÍRIA ALVES SIMÕES, ocupante do cargo de PROFESSORA, Mat. 7130,** lotada na Secretaria Municipal de Educação**, com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 –C Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de atestado médico (anexo), a partir do dia 11/03/2025.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 29 dias de abril de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO N.º 020/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 050/2025

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, em conformidade com Art. 28, inciso I – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar o **Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de construção de sepulturas, no Cemitério Padre José Milton Dias e no Distrito de Conselvan, em atendimento às necessidades da Secretaria de Infraestrutura, deste Município de Aripuanã-MT.**

Início da Sessão: **Dia 20/05/2025, às 08h00min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site **http://www.aripuana.mt.gov.br**, ou pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 29 de abril de 2025.

HILARIANE HILARIO DA SILVA

Agente de Contratação

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de R.P. nº 32/2025

Pregão Eletrônico/SRP nº 04/2025

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de preço para futura e eventual prestação de serviços de hospedagem (Casa de Apoio), alimentação e transporte de pacientes em tratamento nas unidades de saúde pública situada exclusivamente na capital do estado, Cuiabá - MT, para atendimento de pacientes/regulados pelo Tratamento Fora de Domicílio – TFD, atendendo as necessidades da Secretaria de Saúde, deste Município de Aripuanã-MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Francisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Sra. SELUIR PEIXER REGHIN,** brasileira, casada, residente e domiciliada**na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portadora**da **C.I. RG. N.º 3161745-0** e **CPF n.º 539.659.739-91**, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **CASA DE APOIO PANTANAL EIRELLI** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 32.965.160/0001-61, com sede na Avenida A, bairro Dom Bosco, nº 0 , na cidade de Cuiaba, Estado Mato Grosso, CEP: **78.050-412,** telefone**:(65) 9601-5406, e-mail:** anandalucialdo@hotmail.com, neste ato representada pelo(a) sócio(a) administrador(a) senhor(a), Ananda Leite Bispo Lucialdo, brasileiro(a), empresária , casada em regime bens comunhão parcial, residente e domiciliado(a) na Rua General Carneiro (NUC HAB CPA II), nº 10, Bairro Morada da Serra na cidade de Cuiaba, Estado Mato Grosso, portador da C.I. RG. nº 19402066 SESP - MT e CPF/MF n.º 017.854.071-47, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos regido pela Lei Federal nº 14.133/21, considerando o resultado do **Pregão Eletrônico/SRP Nº 04/2025,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, em conformidade com as disposições a seguir.

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a futura e eventual prestação de serviços de hospedagem (Casa de Apoio), alimentação e transporte de pacientes em tratamento nas unidades de saúde pública situada exclusivamente na capital do estado, Cuiabá - MT, para atendimento de pacientes/regulados pelo Tratamento Fora de Domicílio – TFD, atendendo as necessidades da Secretaria de Saúde, deste Município de Aripuanã-MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, abaixo especificados:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNID.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	709177	DIARIA DE CASA DE APOIO - INCLUSO HOSPEDAGEM (DIARIAS DE 24 HORAS), PARA ATENDER AOS PACIENTES ENCAMINHADOS PARA TRATAMENTO MEDICO EM CUIABA/MT, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DOS SEGUINTES SERVICOS: - QUATRO REFEICOES DIARIAS (CAFE DA MANHA, ALMOCO,	SERVIÇO	18000,00	R$ 100,00	R$ 1.800.000,00
TOTAL GERAL						**R$1.800.000,00**

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preço será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preço, na forma do Anexo X, e posteriormente conforme estabelecido no art. 78 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nas condições previstas neste Edital.

2.2. A Ata de Registro de Preço resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a entrega dos materiais, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, **em até 30 (trinta) dias,** após a entrega do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata; 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. **A prestação de serviço de** hospedagem, alimentação e transporte de pacientes em tratamento nas unidades de saúde pública deverá ser prestado a contratante de **IMEDIATO**. Conforme as necessidades, após a assinatura da ata, contados a partir do recebimento da nota de empenho pela contratada.

4.2. Os serviços licitados deverão ser executados de forma **PARCELADA** conforme a necessidades da Prefeitura Municipal de Aripuanã/MT, mediante apresentação de autorização emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

4.3. Após o prazo de 03 (dias), contados da data do envio, será considerada recebida à nota de empenho, tendo em vista que a nota será encaminhada para os e-mails cadastrados na proposta comercial, sendo de total responsabilidade do fornecedor a manutenção dos dados atualizados no referido sistema.

4.4. **Caso necessário, por recomendação médica, o paciente necessite permanecer na Casa de Apoio por mais dias que o previsto, para realização de exames e procedimentos, o mesmo deverá apresentar para a casa de apoio, cópia do documento prescrito pelo médico, e a empresa Detentora do Registro de Preços, deverá entrar em contato via telefone com o Departamento Central de Regulação na Secretaria de Saúde de Aripuanã-MT, para obter a autorização via e-mail em formulário próprio da Secretaria Municipal de Saúde, para apresentação na prestação de contas.**

4.5. Os serviços deverão ser executados em casa de apoio, situada exclusivamente na Capital do Estado, Cuiabá/MT, sendo prestados de forma ininterrupta, 07 (sete) dias por semana e com atendimento 24 horas por dia, inclusive aos sábados/domingos/feriados.

4.6. A diária de hospedagem terá duração de 24 horas. O check in, ou seja, a entrada do paciente na casa de apoio começará a ser contada a partir das 12:00 horas do período matutino.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; 5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso; 5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho; 5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente; 5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção. 5.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária 5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento 5.1.8. O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1.Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de casa de apoio para pacientes em tratamento nas unidades de saúde pública em Cuiabá-MT, *cujas descrições estão contidas no presente Termo, no intuito de conservar e minimizar a incidência de problemas nos mesmos.*

5.2.1.1. A contratada será responsável pela prestação de serviços de hospedagem, alimentação e

transporte para os pacientes oriundos do município de Aripuanã/MT na Casa de Apoio, garantindo condições adequadas de higiene, segurança e conforto. Os quartos devem ser organizados de maneira individual, separados por sexo (masculino, feminino e misto), equipados com banheiros, ventilador e ar condicionado, colchões revestidos em napa sendo no mínimo D33 para garantir a higienização. Os quartos devem estar sempre em perfeito estado de conservação, com acomodações confortáveis e compatíveis com o número de pacientes. A limpeza e arrumação dos quartos, bem como dos materiais de cozinha, são de responsabilidade da contratada, não devendo os pacientes ou acompanhantes realizar essas tarefas.

5.3. Executar os serviços de forma **PARCELADA** e de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante apresentação de requisição ou ordem de serviços.

5.4. O Contratado deve cumprir todas as obrigações, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

5.4.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

5.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

5.5.1. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração, decorrentes de seus serviços; sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações solicitadas.

5.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

5.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.10. Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da ata de registro de preço até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

5.10.1. Retenção do ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) na fonte, nos casos de substituição tributária previsto no art. 13, § 6º, da Lei Complementar 084/2013 e em caso de alteração da legislação.

5.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

5.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

5.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

5.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência da Ata.

5.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações da prestação de serviço ou instrumento congênere.

5.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

5.20. Cumprir, durante todo o período de execução da Ata de Registro de Preço, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

5.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

5.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5.25. Ter apresentado atestado de capacidade técnica, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência.

5.27. **A contratada deverá fornecer ar condicionado das 20h às 06h e manter os ventiladores funcionando 24 horas. Quando ocorrer internação, a prestadora deverá disponibilizar um local seguro para os pertences dos pacientes, uma vez que hospitais não aceitam bagagens. Crianças de até cinco anos não pagarão diárias, independentemente de serem pacientes ou acompanhantes, respeitando o limite de 01 (uma) crianças por família. Também será concedido um prazo de carência de 2 horas após o término da diária para pacientes que retornarem às 14h.**

5.27.1. **A contratada deverá fornecer em casos de pós operatórios onde o calor excessivo possa causar intercorrências a recuperação dos pacientes, quarto arejados como por exemplo cirurgias de Adenoamigdalectomia, Timpanoplastia entre outras que exija local fresco para uma boa recuperação, devido Cuiabá-MT ser uma cidade de altas temperatura.**

5.28. A contratada será responsável por fornecer quatro refeições diárias (café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar) com alimentos de boa qualidade, conforme especificações no edital. O café da manhã deve incluir no mínimo café, chá, pão e manteiga, e as refeições principais devem conter arroz, feijão, carne, saladas e frutas ou sucos. Para pacientes em pós-operatório, será fornecida alimentação leve para não prejudicar sua recuperação.

5.28.1. A alimentação deverá ser acompanhada por um nutricionista, e o cardápio será exposto em local visível para todos os pacientes. Se necessário, a prestadora deverá fornecer equipamentos de cozinha como fogão, utensílios e geladeira para que os pacientes possam preparar alimentos sob orientação médica, caso a dieta não esteja disponível no cardápio.

5.29. A limpeza de toda extensão interna e externa, a arrumação dos quartos e materiais de cozinha, deverá ser feita por funcionários da CONTRATADA em nenhuma hipótese, os pacientes ou acompanhantes devem ser orientados a fazer quaisquer tipos de limpeza, pois, isso cabe aos funcionários da prestadora.

5.30. A prestadora deverá disponibilizar serviço de porteiro 24 horas por dia, já que, pacientes

e acompanhantes, nem sempre, tem hora certa para chegar e sair da casa de apoio quando está em tratamento.

5.31.Se a prestadora tiver pisos superiores, deverá disponibilizar o piso térreo para

pessoas idosas; pacientes com câncer; pacientes pós-operatório; deficientes físicos; mães com crianças de colo; gestantes e lactantes.

5.31.1. Leitos inferiores dos beliches devem ser reservados para pacientes com mobilidades especial, como gestantes, lactantes, idosos, deficientes, obesos.

5.32.A prestadora deverá oferecer serviço de ar condicionado, onde os mesmos deverão ser ligados das 19hmin até às 06h00min e os ventiladores 24 horas por dia.

5.33. Disponibilizar de um quantitativo mínimo de roupas de cama, para uso de pacientes e aos acompanhantes que, porventura ou emergência, não estejam portando tais objetos, observando que qualquer tipo de roupas de cama e banho fornecida e usada por pacientes devem estar totalmente esterilizadas.

5.34. A Casa de Apoio, de forma obrigatória, deverá colher as assinaturas dos pacientes quando da entrada e saída do estabelecimento, conforme segue no encaminhamento da Secretaria Municipal de saúde, dispensado pelo setor de TFD (Tratamento Fora do Domicílio). No caso de urgência, que o paciente não tenha a ficha de encaminhamento para a casa de apoio, a Contratada deverá entrar em contado via telefone com o setor de TFD para obter a autorização verbal.

5.35. O translado dos pacientes da casa de apoio para os hospitais e dos hospitais para a casa de apoio deverá ser feito de segunda-feira a domingo e feriados, inclusive o serviço deverá ser ofertado aos pacientes que se encontrarem de alta médica ou que irão internar.

5.36. Fornecer hospedagens em estabelecimento do tipo Casa de Apoio com estrutura predial em bom estado de conservação (física, aparência no aspecto de pintura), contendo no mínimo rampas e acessibilidade para portadores de necessidades especiais, sala de TV, refeitório arejado e apto a receber os pacientes, bebedouros industriais com água tratada e copo descartável e circuito de câmeras 24 horas em todas as áreas em comum. Caso haja andares superiores, deve reservar o piso térreo para pacientes com mobilidade reduzida, como idosos, pacientes pós-operatórios, gestantes, lactantes, deficientes físicos e mães com crianças de colo.

5.37. Disponibilizar de um quantitativo mínimo de roupas de cama, para uso de pacientes e dos acompanhantes que, porventura ou emergência, não estejam portando tais objetos, observando que qualquer tipo de roupas de cama e banho fornecidos e usados por pacientes devem estar totalmente esterilizadas.

5.38. Fornecer transporte com veículo adequado aos pacientes/acompanhantes, desde a busca na rodoviária local, como a locomoção dos mesmos a qualquer lugar das cidades de Cuiabá e/ou Várzea Grande / MT, e adjacências para o bom encaminhamento desses pacientes ao tratamento de saúde a eles destinado, como o retorno dos mesmos a rodoviária para o seu local de origem. Atender a todos pacientes encaminhados pela Secretaria, dando-lhes toda a atenção necessária, aos pacientes e acompanhantes.

5.39. Possuir um sistema de cadastro semelhante ao de hotel para registrar a entrada e a saída do paciente, para comprovação de sua estadia.

5.40. Estabelecer e possuir controle de entrada e saída com assinaturas dos assistidos;

5.41. Permitir o livre acesso do representante da PREFEITURA às suas instalações, a fim de fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas.

5.42. Disponibilizar funcionário para atendimento 24 horas para eventuais necessidades/urgências de busca ou envio de pacientes fora do horário de atendimento normal da empresa detentora do registro de preços;

5.43. A CONTRATADA deverá possuir lavanderia para os pacientes;

5.44. Proporcionar no quadro de funcionários pessoas qualificadas e habilitadas para garantir a execução dos serviços.

5.45. Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento, sem anuência da Prefeitura Municipal de Aripuanã/MT. No caso de subcontratação autorizada por esta Prefeitura, a detentora da Ata de Registro de Preços continuará a responder direta e exclusivamente pela execução dos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas.

6. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. Toda a aquisição deverá ser entregue mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

7.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) Cancelamento do preço registrado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até 05 (cinco) anos.

7.1.1.1. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato e serviço/fornecimento:

a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

7.1.3 por inexecução total ou execução irregular do contrato de serviço/fornecimento ou prestação de serviços:

a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do serviço/fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2(dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.1.3.1. A penalidade prevista na alínea “b” do subitem 7.1.3 poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas na Lei Federal n.º 14.133/21.

7.1.3.2 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 7.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

7.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

7.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

7.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Em atendimento ao §1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do art. 124, da Lei n° 14.133/2021.

8.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.2.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.3. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.9. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.9.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.10. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.11. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.12. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.13. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.14. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 04/2025** e a proposta da empresa _____ classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedid, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã – MT, aos 29 de abril de 2025.

CASA DE APOIO PANTANAL EIRELLI

CNPJ/MF Nº.32.965.160/0001-61

Ananda Leite Bispo Lucialdo

CPF N°. 539.659.739-91

Socio(a) administrador(a)

Testemunhas:

Julia da Silva Mota Matheus Largura Bezerra
CPF N.º 059.682.921-30 CPF N.º 004.363.162-26

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 18.736/2025

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal*, e*;*

Considerando o requerimento *protocolo* em Concordância da Gestora**;**

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora efetiva, Sra. **TELMIRA MASCARENHAS BARBOSA,** ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA,** matricula 2004, *lotada na Secretaria Municipal de Educação*,**90 (NOVENTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO,** com efeitosa partir da data de 02/06/2025.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 29 dias de abril de 2.025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 61/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 80/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – CNPJ N°: Nº. 03.829.702/0001-70.

ACRÉSCIMO DE VALOR: R$ 652,00 (seiscentos e cinquenta e dois reais)

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 13/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO POR MEIO DE INEXIGIBILIDADE PARA PAGAMENTO DE TAXAS DO DETRAN (LICENCIAMENTO, SEGURO OBRIGATÓRIO, VISTORIAS, EMISSÃO DE CRV, BAIXA DEFINITIVA DE VEÍCULO, COMUNICAÇÃO DE VENDA, ETC), PARA OS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINIS-TRAÇÃO MUNICIPAL DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
TERMO ADITIVO Nº. 60/2025

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: DOUTORANDO SERVIÇOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 47.810.182/0001-20.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 07/04/2025 A 07/07/2025

VALOR: R$ 159.600,00 (cento e cinquenta e nove mil e seiscentos reais).

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2023 - CREDENCIAMENTO N° 06/2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVI-ÇOS MÉDICOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ – MT.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 18.557/2025

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o Requerido no Protocolo nº 0468/2025 e Atestado Médico, e estudo social anteriormente realizado;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por **05 (cinco) dias** por motivo de doença em pessoa da família, para a servidora Sra. **KARLA PETTERSEN DE ALMEIDA ESTEVES**,brasileira,portadora da Cédula de Identidade RG nº M-7.047. *** SSP/MG e inscrita no CIC sob o nº ***.121.26***, ocupante do Cargo de Carreira de **DENTISTA,** *lotada* na *Secretaria Municipal de Saúde,* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 –C Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de encaminhamento médico (anexo), a partir do dia 24/03/2025.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 26 dias de março de 2. 025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

PORTARIA Nº 088/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a Exoneração do Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Infra Estrutura Viação e Obras da Prefeita e estabelece outras providencias.

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, inciso I, alínea “b” e inciso II, alinea “a” e “b” da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar a servidora Senhora: **Alessandra Leticia do Nascimento Oliveira**, portadora da Carteira de Identidade nº RG. **14738473** SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº **991.470.761.00**, da função de fiscal de contratos da Secretaria Municipal de Infra Estrutura Viação e Obras, celebrados pelo Gabinete da Prefeita da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 28 de Abril de 2025.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 087/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a revogação da Portaria nº 080/2025 .

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas em Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº **080/2025,** que concedeu à senhora: **Marcia Regina Martins** - Agente comunitário de Saúde, Licença premio por assiduidade de 03 (três) meses, nos termos do Art. 34 da Lei 462/2014, inciso 1º, **da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço/MT.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de Abril de 2025.

MARGARETE GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA Nº 017/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 31/2025

Modalidade:	Licitação dispensável		
Número/Ano:	17/2025	**Data de abertura:**	28/04/2025
Data adjudicação:	28/04/2025	**Data homologação:**	29/04/2025
Tipo de avaliação:	Por item	**Critério de avaliação:**	Menor preço
Modo de disputa:		**Condição de pagamento:**	ATÉ 30 DIAS APÓS A EMISSÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO

Credenciamento:	Não	**Chamamento:**	Não	**Registro de preço:**	Não

Objeto da licitação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE MATERIAL IMPRESSO/JORNALISTICO COM INFORMAÇÕES DAS AÇÕES E ATOS INSTITUCIONAIS DO MUNICIPIO DE BARÃO DE MELGAÇO/MT

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação , levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante	**CNPJ/CPF**	**Total do vencedor**
MIDIA DIGITAL & COMUNICACAO LTDA	41.790.640/0001-20	R$ 40.500,00
Total:		**R$ 40.500,00**

MIDIA DIGITAL & COMUNICACAO LTDA - Não Exclusivo

Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
922012	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE MATERIAL IMPRESSO/JORNALISTICO COM INFORMAÇÕES DAS AÇÕES E ATOS INSTITUCIONAIS DO MUNICIPIO.	ROL	9,0000	R$ 4.500,0000	R$ 40.500,00

Valor Total: R$ 40.500,00

BARÃO DE MELGAÇO, 29 de abril de 2025

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA
CPF: 523.201.621-00
PREFEITA

PORTARIA Nº 089/2025

SÚMULA: Dispõe sobre designação Fiscal do Contrato Administrativo da Secretaria Municipal de Infraestrutura Viação e Obras e estabelece outras providencias.

Margareth Gonçalves da Silva, Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, inciso I, alínea “b” e inciso II, alinea “a” e “b” da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Designar o servidor Senhor: **Sidney Alvarenga de Souza**, portadora da Carteira de Identidade nº RG. **12029653** SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº **875.473.761.34**, para atuar como fiscal de contrato administrativo, celebrado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Viação e Obras da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º - Fica a o fiscal da Secretaria Municipal Infraestrutura Viação e Obras obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 28 de Abril de 2025.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADESÃO Nº03/2025

O município de Barra do Bugres – MT inscrito no CNPJ:03.507.522/0001-72, torna público carona nº03/2025, ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 10/2024, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 18/2024 realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MACRORREGIÃO DO SUL DE MINAS – CISSUL/SAMU, PARA AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO FURGAO ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA**.** Contratada: Manupa Com., Exp., Imp. de Equip. e Veiculos Adaptados EIRELI inscrita no CNPJ nº 03.093.776/0006-04, no valor total de R$306.220,39 (Trezentos e seis mil e duzentos e vinte reais e trinta e nove centavos). Maiores informações poderão ser obtidas junto a comissão permanente de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 07:00 às 13:00, no telefone (065)3361-3868 e no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic.

Barra do Bugres/MT, 29 de abril de 2025

Maria Azenilda Pereira

Prefeita municipal

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 060 DE 28 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA Nº 060 DE 28 DE ABRIL DE 2025

DECLARA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Mesa Diretora no uso de suas atribuições legais que lhe são permitidos pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno; e

Considerando as disposições contidas na Portaria nº 138/2025, da lavra da Exma. Sra. Maria Azenilda Pereira – DD. Prefeita Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar **PONTO FACULTATIVO** na Câmara Municipal de Barra do Bugres/MT, no **25/05/2025 (sexta-feira)**, em decorrência do feriado do Dia do trabalho, comemorado no dia 01 de maio (quinta-feira).

Art. 2º - Oficie-se aos Senhores Edis e servidores dando-lhes ciência do inteiro teor desta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

"REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE".

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, em 28 de abril de 2025.

Laércio Noberto Júnior

Presidente

Registrado nesta Secretaria e publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso: https://diariomunicipal.org/mt/amm .

Câmara Municipal de Barra do Bugres, 28 de abril de 2025.

Douglas Manzan

Secretário Geral

Portaria nº012/2025

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 123/2025

PORTARIA Nº 123/2025

Designa Comissão para realização de Processo Seletivo Público, e dá outras providências.

MARIA AZENILDA PEREIRA, Prefeita Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear os Servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão para a realização do **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO EM CARÁTER EFETIVO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA**, promovido pela Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, para provimento de vagas para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE) para atuação junto à Secretaria Municipal de Saúde de Barra do Bugres/MT.

Presidente: JÉSSICA DE OLIVEIRA TAQUES – Matrícula 8073

Vice-presidente: ZEINARA TOMAZ DE ARRUDA – Matrícula 8450

Secretária: CARLA MICHELE APARECIDA S. CARVALHO – Matrícula 8072

Art. 2º - Compete a esta comissão, acompanhar a realização do certame, analisar os casos omissos ou duvidosos que porventura não forem contemplados no edital, coordenar as atividades necessárias para o bom andamento do Processo Seletivo Público, dentre outras competências, tendo total autonomia para deliberar sobre aspectos previstos ou não neste certame.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete da Prefeita, em 02 de abril de 2025.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 016/SMEC/2025

Altera a Portaria nº 014/SMEC/2024, substituindo um dos representantes anteriormente designados.

REGIVALDO ALVES DOS SANTOS, Secretario Municipal de Educação e Cultura, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e considerando a necessidade de atualização da designação de representantes.

R E S O L V E:

Art. 1º Alterar parcialmente a Portaria nº 014/SMEC/2024, especificamente quanto à composição dos representantes designados:

Onde se lê:

Maria Pereira Magalhães Amorim – Representante Professora/Coordenadora dos Anos Iniciais da Educação Municipal – Matrícula 1452

Leia-se:

Maciel da Paixão Borges – Representante Professor/Coordenador da Educação de Tempo Integral – Matrícula 8135

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 014/SMEC/2024.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Barra do Bugres-MT, 29 de abril de 2025.

REGIVALDO ALVES DOS SANTOS

Secretário Municipal de Educação e Cultura

P ortaria nº 076/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº: 036/2025.

Modalidade nº: 006/2025.

Classificação: Dispensa de licitação eletrônica.

Data da Adjudicação: 30/04/2025.

Data da Homologação: 30/04/2025.

Objeto da licitação: Contratação de empresa especializada para instalação de pontos de fibra óptica com fornecimento de materiais, para o prédio da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças de Barra do Garças-MT.

Empresa Contratada: ROSELI MARTINS DA SILVA 97330715787

CNPJ: 48.136.777/0001-04

VALOR: R$ 45.882,20 (quarenta e cinco mil oitocentos e oitenta e dois reais e vinte centavos)

Barra do Garças/MT – 29 de abril de 2025

Adilson Gonçalves de Macedo

Prefeito Municipal

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00003, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS/MT.

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00003, de 29 de Abril de 2025.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital. Sujeito(s) Passivo(s) Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Intimação Fiscal (ITR) JAIR PEREIRA ALVINO 707.320.438-91 9035/00001/2025, VALDIVINO JOSE DA SILVA (ESPÓLIO DE) 910.812.201-63 9035/00003/2025.

LINDOMAR CAMPOS RODRIGUES

AUDITOR TRIBUTÁRIO Matrícula: 00000079

Barra do Garças – MT, 29 de abril de 2025.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00003, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS/MT.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00003, de 29 de Abril de 2025.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital. Sujeito(s) Passivo(s) Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Notificação de Lançamento (ITR) ABREU GONCALVES DE ARAUJO (ESPÓLIO DE) 033.677.548-20 9035 /00200/2025, ABREU GONCALVES DE ARAUJO (ESPÓLIO DE) 033.677.548-20 9035 /00201/2025, VALERIANO DE CASTRO SILVA (ESPÓLIO DE) 003.439.271-87 9035 /00209/2025, VALERIANO DE CASTRO SILVA (ESPÓLIO DE) 003.439.271-87 9035 /00210/2025.

LINDOMAR CAMPOS RODRIGUES

AUDITOR TRIBUTÁRIO Matrícula: 00000079

Barra do Garças – MT, 29 de abril de 2025.

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00009, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS/MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00009, de 29 de Abril de 2025.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital. Sujeito(s) Passivo(s) Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Constatação e Intimação (ITR) DURVAL MONTEIRO DA COSTA (ESPÓLIO DE) 022.012.917-72 9035/00217/2025, DURVAL MONTEIRO DA COSTA (ESPÓLIO DE) 022.012.917-72 9035/00215/2025, DURVAL MONTEIRO DA COSTA (ESPÓLIO DE) 022.012.917-72 9035/00216/2025, EMERSON NOGUEIRA AMORIM 474.260.981-68 9035/00212/2025, EMERSON NOGUEIRA AMORIM 474.260.981-68 9035/00213/2025, JESULINO MANOEL DOS SANTOS (ESPÓLIO DE) 589.630.228-20 9035/00195/2025, JESULINO MANOEL DOS SANTOS (ESPÓLIO DE) 589.630.228-20 9035/00196/2025, JULIO CESAR SILVA SANTOS 568.443.871-72 9035/00099/2024, LUCIANA BOCHIO GONCALVES DE OLIVEIRA 518.180.001-72 9035/00220/2025, LUCIANA BOCHIO GONCALVES DE OLIVEIRA 518.180.001-72 9035/00221/2025, NESTOR SOARES DE SALLES (ESPÓLIO DE) 167.575.800-04 9035/00197/2025, NESTOR SOARES DE SALLES (ESPÓLIO DE) 167.575.800-04 9035/00198/2025, NESTOR SOARES DE SALLES (ESPÓLIO DE) 167.575.800-04 9035/00199/2025, OTACILIO JOSE DOS SANTOS (ESPÓLIO DE) 005.811.001-15 9035/00162/2025, OTACILIO JOSE DOS SANTOS (ESPÓLIO DE) 005.811.001-15 9035/00163/2025.

LINDOMAR CAMPOS RODRIGUES

AUDITOR TRIBUTÁRIO Matrícula: 00000079

Barra do Garças – MT, 29 de abril de 2025.

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00010, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS/MT.

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00010, de 29 de Abril de 2025.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital. Sujeito(s) Passivo(s) Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Constatação e Intimação (ITR) ROSICLER PIMENTEL DE SOUZA 035.875.761-49 9035/00096/2025, SANTA CLARA ENGENHARIA E TRANSPORTES LTDA ME 00.233.943/0001-64 9035/00200/2025, SANTA CLARA ENGENHARIA E TRANSPORTES LTDA ME 00.233.943/0001-64 9035/00201/2025, WALMIR DE SOUZA (ESPÓLIO DE) 436.527.789-87 9035/00123/2025, WALMIR DE SOUZA (ESPÓLIO DE) 436.527.789-87 9035/00124/2025.

LINDOMAR CAMPOS RODRIGUES

AUDITOR TRIBUTÁRIO Matrícula: 00000079

Barra do Garças – MT, 29 de abril de 2025.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00002, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS/MT.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00002, de 29 de Abril de 2025.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital. Sujeito(s) Passivo(s) Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Notificação de Lançamento (ITR) ALEXANDRE RODRIGUES DA FONSECA 008.759.701-25 9035 /00119/2025, GENEBALDO ADELFO DE FREITAS 341.456.136-00 9035 /00126/2025, GENEBALDO ADELFO DE FREITAS 341.456.136-00 9035 /00125/2025, LUIS ANTONIO FERREIRA FREITAS (ESPÓLIO DE) 018.793.428-20 9035 /00146/2025, JOSE GERALDO GARLA 136.763.268-49 9035 /00151/2025, FRANCISCO JOSE DE MELLO NETO 200.947.369-87 9035 /00159/2025, FRANCISCO JOSE DE MELLO NETO 200.947.369-87 9035 /00160/2025, OTACILIO JOSE DOS SANTOS (ESPÓLIO DE) 005.811.001-15 9035 /00164/2025, ANTONIO RODRIGUES DA SILVA (ESPÓLIO DE) 089.403.041-87 9035 /00171/2025, ANTONIO RODRIGUES DA SILVA (ESPÓLIO DE) 089. 403.041-87 9035 /00175/2025, NILVO MACHADO 793.324.551-04 9035 /00176/2025, ABREU GONCALVES DE ARAUJO (ESPÓLIO DE) 033. 677.548-20 9035 /00194/2025, ABREU GONCALVES DE ARAUJO (ESPÓLIO DE) 033.677.548-20 9035 /00195/2025, JOSE INACIO AMERICO DE SOUZA FILHO 291.621.138-10 9035 /00197/2025, JOSE INACIO AMERICO DE SOUZA FILHO 291.621.138-10 9035 /00198/2025.

LINDOMAR CAMPOS RODRIGUES

AUDITOR TRIBUTÁRIO Matrícula: 00000079

Barra do Garças – MT, 29 de abril de 2025.

EXTRATO DO CONTRATO N° 022/2025

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 04/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 034/2025.

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada**: R P DE ALCANTIS LTDA**

CPF/CNPJ: 11.702.109/0001-97

Objeto: Contratação de empresa para a execução do serviço público de transporte, estadia, guarda de veículos automotores, quando da apreensão e retirada de circulação destes, pelos agentes de trânsito (polícia civil e militar) nas vias e logradouros públicos do município de Barra Do Garças - MT.

Valor Global: O Município de Barra do Garças – MT não terá despesas para a referida contratação e sim receita**.** A empresa repassará o percentual de 15% (quinze por cento) mensal da arrecadação bruta dos serviços prestados. Compreendendo-se o somatório dos valores auferidos com os serviços de remoção por guincho, juntamente com os valores obtidos com a estadia no pátio, sem desconto de qualquer verba, inclusive tributos recolhidos pela contratada.

Validade: Iniciando-se em **11/04/2025** até o dia **08/10/2025.**

Barra do Garças – MT, 11 de abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

ORDEM DE SERVIÇO

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, REPRESENTADO PELO EXMO SR. MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE O SEGUINTE:

ORDEM DE SERVIÇO

I – Fica autorizada a Empresa: FILGUEIRA INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 19.560.627/0001-25, Contrato nº 53/2025, vencedora do processo licitatório nº 29/2025 realizado na modalidade de Concorrência Presencial nº. 03/2025, de interesse desta municipalidade, a executar o seu objeto, ou seja, Contratação de empresa de engenharia para Realização de Melhoria em Sinalização Vertical das vias Públicas, na sede do município de Bom Jesus do Araguaia/MT, conforme Orçamento Estimado em Planilhas de Quantitativos Custos Unitários, Cronograma físico-financeiro, Projeto Básico e Memorial Descritivo em anexo.

II – A presente ordem de serviço tem caráter legal e imediato de modo que a lei, o interesse público e o Edital de Concorrência Presencial nº. 03/2025 sejam efetivamente cumpridos.

III – A expedição desta Ordem de Serviço é decorrente da homologação da referida licitação.

Registre, Afixe-se, Publique-se e Notifique-se.

Bom Jesus do Araguaia – MT. 29 de Abril de 2025.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024
PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2024
PROCESSO 23/2024

O Município de Bom Jesus do Araguaia - MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT, CNPJ nº 04.173.952/0001-68, situada na AV. Marco Aurélio Fullin, s/n, Centro – Bom Jesus do Araguaia - MT - CEP: 78678-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA** doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, em comum acordo com a licitante, detentora dos direitos da Ata de Registro de Preços, a empresa **P A PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ: 1xxxxxx-59, estabelecida a Rua Comunitária, s/n, Quadra 30 lote 01, Setor Santa Genoveva, Confresa/MT, CEP: 78. 652-000, representada neste ato pela socia administradora Sra. **Aline Cristina Sielski Lorcheiter Borges**, tendo em vista o que consta na licitação na modalidade de Pregão, em sua forma presencial, sob o número 02/2024, Processo Administrativo nº 23/2024, e em observância ao art. 84, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 2/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1- OBJETO

Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços n. 02/2024 por 1 (um) ano, a partir de 22/04/2025. A presente Ata que tem por objeto o **Registro de Preços visando a futura e eventual contratação de empresa prestadora de serviço para o fornecimento / locação de infraestrutura para atender os eventos municipais.**

2- DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogada por 12 (doze) meses, contados da data da 22/04/2025 mediante assinatura deste aditivo, a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada será até o dia 22/04/2026. § 1º. Os quantitativos da Ata de Registro de Preços serão renovados a partir da assinatura deste aditivo. § 2º. Assegura-se à detentora da ata o direito ao reajuste de preços a partir de 22/06/2025.

3- RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

4- PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia providenciará a publicação deste aditivo no Portal da Transparência do município (https://bomjesusdoaraguaia.mt.gov.br), mural público e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, órgão oficial de divulgação dos atos do município, a fim de garantir a ampla publicidade.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 22 de abril de 2025 .

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 210/2025.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA VILMA ALVES DE SOUZA BARROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, no uso de suas atribuições legais e que lhe confere a Lei Orgânica municipal em seu artigo n. 109 inciso V;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora **VILMA ALVES DE SOUZA BARROS**, no cargo de técnica de enfermagem no pronto atendimento, lotada na Secretaria Municipal de Saúde. Referente ao exercício 2024/2025, com período de gozo entre **01 de maio a 30 de maio de 2025**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 28 de abril de 2025.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 25/2022

CONTRATANTE: Prefeitura de BOM JESUS DO ARAGUAIA

CONTRATADA:DALBERTO CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI ME,

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação da vigência do Contrato nº. 25/2022 de Contratação de Empresa Especializada na **Prestação de serviço com Licença de uso do SIGEMEC/EDUCAÇÃO Módulo PAR- Plano de ações Articuladas CICLO 2021/2024 (2) Licença de uso do módulo SIMEC/PAR ciclo 2021/2024; Licença de uso do SIGEMEC/EDUCAÇÃO Módulo PDDE INTERATIVO e todas as ações agregadas (4) Licença de uso do SIGEMEC -Módulo PDDE INTERATIVO e ações agregadas; Licença de uso do SIGEMEC/EDUCAÇÃO- Módulo Projeto de Educação Infantil (5); e Licença de uso do SIGEMEC/EDUCAÇÃO Módulo SIGPC - Sistema de Gestão de Prestação de Contas (6) Licença de uso do SIGEMEC -Módulo Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC)**.

VALOR GLOBAL R$: 68.016,00 (Sessenta e oito mil e dezesseis reais).

VIGÊNCIA: até 02 de Maio de 2026.

BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, 29 de Abril de 2025**.**

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 209/2025

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA O CARGO DE FISCAL DO CONTRATO N.º 054-2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo n. 109 inciso V;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados para o cargo de fiscal do **CONTRATO N.º 054/2025, PROCESSO Nº 026/2025, CREDENCIAMENTO Nº 004/2025 INEXIGIBILIDADE N.º 013/2025**, **CREDENCIAMENTO SOB DEMANDA, DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE BENS MÓVEIS, NA FORMA PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

NOME	CPF	SECRETARIA
IVONETE PEREIRA DOS SANTOS	830.133.851-20	SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
CLEONICE FERREIRA BARBOSA BENTO	003.915.681-95	SECRETARIA DE FINANÇAS
CINTIA DA SILVA LUZ	968.521.941-91	SECRETARIA DE SAÚDE
EDILMA BARBOSA LUZ	630.383.721-53	SERETARIA DE EDUCAÇÃO
IVAN ABRANTES DOS SANTOS	571.317.241-49	GABINETE DO PREFEITO
IVAN ABRANTES DOS SANTOS	571.317.241-49	SEC. ADIMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
IVAN ABRANTES DOS SANTOS	571.317.241-49	SEC. AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO E MEIO AMBIENTE
IVAN ABRANTES DOS SANTOS	571.317.241-49	SEC. ESPORTE, CULTURA E LAZER
IVAN ABRANTES DOS SANTOS	571.317.241-49	SEC. ASSISTENCIA SOCIAL
PAULO VINICIUS MOREIRA DE SOUZA	948.873.811-15	FISCAL SUBSTITUTO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 24 de abril de 2025.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2024

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2024 PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2024

PROCESSO 21/2024

O Município de Bom Jesus do Araguaia - MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT, CNPJ nº 04.173.952/0001-68, situada na AV. Marco Aurélio Fullin, s/n, Centro – Bom Jesus do Araguaia - MT - CEP: 78678-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA** doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, em comum acordo com a licitante, detentora dos direitos da Ata de Registro de Preços, a empresa **ENVOLVE CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME**, inscrita no CNPJ: 3xxxxxxxx, estabelecida a Rua 23, s/n, Quadra 02 lote 12, Setor Green Ville II, Querência/MT, CEP: 78. 643-000, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. **Eliezio Dias da Silva**, tendo em vista o que consta na licitação na modalidade de Pregão, em sua forma presencial, sob o número 01/2024, Processo Administrativo nº 12024, e em observância ao art. 84, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 2/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1- OBJETO

Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços n. 01/2024 por 1 (um) ano, a partir de 22/04/2025. A presente Ata que tem por objeto o **Registro de Preços visando eventual e futura contratação de serviços de amparo a adequação de legislações com acompanhamento virtual e/ou presencial, além de horas de serviços técnicos especializado, correlacionados e específicos de suporte, consultivo e análise de processos administrativos, incluindo a capacitação e treinamento virtual e/ou presencial de pessoal visando atender às necessidades das secretarias da Municipalidade.**

2- DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogada por 12 (doze) meses, contados da data da 22/04/2025 mediante assinatura deste aditivo, a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada será até o dia 22/04/2026. § 1º. Os quantitativos da Ata de Registro de Preços serão renovados a partir da assinatura deste aditivo. § 2º. Assegura-se à detentora da ata o direito ao reajuste de preços a partir de 22/06/2025.

3- RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

4- PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia providenciará a publicação deste aditivo no Portal da Transparência do município (https://bomjesusdoaraguaia.mt.gov.br), mural público e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, órgão oficial de divulgação dos atos do município, a fim de garantir a ampla publicidade.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 22 de abril de 2025 .

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 020/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE/MT

CONTRATADA: C R PAGNUSSATT LTDA

CNPJ Nº 23.203.582/0001-09

DA RESCISÃO: O MUNICÍPIO DE BRASNORTE ATRAVÉS DESTE TERMO RESOLVE RESCINDIR, A PARTIR DE 10/04/2025, O CONTRATO Nº 020/2024, QUE TERIA VIGÊNCIA ATÉ 26/03/2026, DE FORMA AMIGÁVEL COM A CONTRATADA, CONFORME JUSTIFICATIVA APRESENTADA NO OFÍCIO Nº 059/2025/COMPRAS/SMS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE 09 DE ABRIL DE 2025.

VALOR TOTAL A SER RESCINDIDO: R$ 207.926,27 (DUZENTOS E SETE MIL, NOVECENTOS E VINTE E SEIS REAIS, VINTE E SETE CENTAVOS), FICANDO ANULADO PARCIALMENTE O EMPENHO Nº 2497/2025, VINCULADO AO CONTRATO ORIGINÁRIO.

DATA: 10/04/2025

PREFEITURA DE BRASNORTE
DECRETO Nº. 040/2025, DE 23 DE ABRIL DE 2025.

Altera o artigo 1º. do Decreto nº. 033/2025 de 07/04/2025, o qual *"Convoca a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Brasnorte-MT, no âmbito da 6ª Conferência Nacional das Cidades"*.

Considerando, a alínea b) do artigo 42 do anexo da Portaria MCID nº. 175/2024 de 28 de fevereiro de 2024 que aprova o regimento interno e convoca a 6ª Conferência Nacional das Cidades.

DECRETA

ARTIGO 1º - O artigo 1º. do Decreto nº. 033/2025 de 07/04/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Brasnorte-MT - Etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades e da 6ª Conferência Estadual das Cidades de Mato Grosso - a ser realizada no dia 12/06/2025, quinta-feira, no Plenário da Câmara Municipal de Brasnorte, das 07 às 12 horas e das 13 às 17 horas, com o tema "Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social".

ARTIGO 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte-MT, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

EDELO MARCELO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE BRASNORTE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 002/2024

CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE - MT

CONVENENTE: CDCE da EMEB PASTOR

OBJETO:O presente Termo Aditivo tem o objetivo de prorrogar a vigência do Convênio nº. 002/2024 tem como objeto o *"repasse de recursos financeiros do Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar-CDCE da EMEBPASTOR, do município de BRASNORTE/MT"*.

Parágrafo Primeiro: O prazo de vigência constante na Cláusula Terceira do Convênio Original passa a ser 31/05/2025 em razão da não realização das despesas em tempo hábil.

Parágrafo Segundo: O prazo para prestação de contas referente a este termo aditivo será de até 30 (trinta) dias após a vigência do mesmo.

VIGÊNCIA: 31/05/2025

DATA: 31/03/2025

DÉCIMO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 091/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE/MT

CONTRATADA: MTSUL CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ Nº 06.232.484/0001-80

OBJETO: FICA ADITADO AO CONTRATO Nº. 091/2022 O PRAZO DE EXECUÇÃO PARA MAIS 15 (QUINZE) DIAS ATÉ 13/05/2025, DATA EM QUE SE FINDA O PRAZO DE EXECUÇÃO VIGENTE POR MEIO DO 17º TERMO ADITIVO, EM RAZÃO DA NÃO CONCLUSÃO DA OBRA NO PERÍODO PREVISTO, CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO EMITIDO PELO ENGENHEIRO CIVIL FISCAL DA OBRA.

DATA DE ASSINATURA: 28/04/2025

CONTRATO Nº 023/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE/MT

CONTRATADA: LES SERVIÇOS TERCEIRIZAÇÃO LTDA

CNPJ Nº 02.442.341/0001-42

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MÃO DE OBRA, CONFORME NECESSIDADES DEMANDADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE BRASNORTE, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR GLOBAL: R$ 1.441.920,00 (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E QUARENTA E UM MIL, NOVECENTOS E VINTE REAIS).

DATA DE INICIO DA VIGENCIA: 04/04/2025

FIM DA VIGENCIA: 04/04/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA RESOLUÇÃO Nº. 008 DE 29 DE ABRIL DE 2025

Forma a Comissão de Eleição de representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Gestão 2025/2027.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhes conferem a Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº. 2.473 de 29 de abril de 2015 que estabelece regras para composição e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e revoga as Leis 1862/2003 e 67/2006 e demais disposições anteriores em contrário, e dá outras providências, em Reunião Extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2025, com registro em Ata nº. 290,

Considerando a Lei nº 2.473, art.15 que rege sobre os representantes da Sociedade Civil Organizada,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a formação da Comissão de Eleição de representantes da sociedade civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Gestão 2025/2027, compostas pelo/as conselheiro/as:

? **Evelin Michelle de Souza Godoy**, representante suplente Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;

? **Renata da Silva Machado**, representante titular da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;

? **Camila Cornelio de Oliveira Santos**, representante titular da Fundação Terezinha Mendes..

Parágrafo Único: Foi eleita como Coordenadora da Comissão Eleitoral a conselheira **Renata da Silva**

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Cáceres, 29 de abril de 2025.

Renata da Silva Machado

Presidente do CMDCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 01/2025 - CONTRATO - N° 220/2025 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 220/2025 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO SIMP

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**, ora denominado contratante, e senhor (a) **ZULEINE MARTINS DA ROCHA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Professora Dulsângela de Almeida Souza.

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal n° 1. 931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente *de licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância;*

Considerando Memorando 8.831/2025 a referida prorrogação para atendimento as necessidades temporárias ou até a realização de novos chamamentos a fim de garantir o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de **04/04/2025**, com termo final alterado para **02/05/2025.**

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 04 de abril de 2025.

Zuleine Martins da Rocha Fransergio Rojas Piovesan

Contratado (a) Secretário Municipal de Cáceres

EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. º 050/2024-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 4° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n. º 050/2024-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: W.P. CONSTRUTORA LTDA-ME

Objeto: Aditar o **PRAZO DE VIGÊNCIA** do Contrato Administrativo n. ° 050/2024-PGM, celebrado entre o município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística** e a empresa **W.P. CONSTRUTORA LTDA-ME. Prazo de Vigência para mais 180 (cento e oitenta) dias.**

Cáceres -MT, 29 de abril de 2025

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Mun. De Infraestrutura e Logística

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 312 DE 29 DE ABRIL DE 2025

Declara Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, o dia 02 de maio de 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO oDecreto nº. 825 de 16 de dezembro de 2024que **"Divulga os dias de feriados nacional, estadual, municipal e ponto facultativo nas repartições públicas do município de Cáceres, do ano de 2025";**

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 13.923 de 29 de abril 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Fica acrescentado o inciso XX no artigo 1º do Decreto nº 825 de 16 de dezembro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

(....)

XX – 02 de maio de 2025 (sexta-feira) Ponto Facultativo.

Parágrafo Único. Excetuam-se do disposto neste artigo, os órgãos encarregados dos serviços básicos à coletividade, as ações voltadas à Saúde em Regime de Plantão 24 (vinte e quatro) horas, e aqueles dos quais possam derivar ou comprometer obrigações essenciais assumidas pela Municipalidade.

Art. 2º Caberá aos gestores de cada órgãos e autarquia a integral preservação e o pleno funcionamento dos serviços considerados essenciais, como Saúde,

Assistência Social, Autarquia Águas do Pantanal e Educação que possui calendário escolar próprio.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de abril de 2025.

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 307 DE 28 DE ABRIL DE 2025.

"Dispõe sobre os valores da terra nua (VTN) para o exercício de 2025".

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 13.659, de 28 abril de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Ficam definidos os seguintes **VALORES DA TERRA NUA (VTN),** por hectare do imóvel rural, para fins de declaração e fiscalização do Imposto Territorial Rural-ITR, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, **para o ano de 2025**, a partir desta data, conforme tabela abaixo:

Ano	Lavoura Aptidão Boa	Lavoura Aptidão Regular	Lavoura Aptidão Restrita	Pastagem Plantada	Silvicultura ou Pastagem Natural	Preservação da Fauna e Flora
2025	R$ 11.783,70	R$ 8.695,16	R$ 7.180,50	R$ 5.780,32	R$ 2.295,70	R$ 1.057,46

Parágrafo Único Os valores constantes na tabela referida, serão remetidos à Receita Federal do Brasil para armazenamento, cruzamento de informações e competente homologação.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 28 de abril de 2025.

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 01/2025 DE 15 DE ABRIL DE 2025

Na Resolução nº 01 de 15 de abril de 2025, publicada em 17 de abril de 2025, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso:

ONDE SE LÊ: "Dispõe sobre a aprovação da **reprogramação** da Planilha de Aplicação do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa-CMDDPI – Cáceres/MT".

LEIA-SE: "Dispõe sobre a aprovação da **reprogramação** da Planilha de Aplicação do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa-CMDDPI – Cáceres/MT, **anexa**."

Inclui-se a esta errata o anexo mencionado acima.

Cáceres-MT, 29 de abril de 2025.

Vânia Regina Silva Costaldi

Presidente do CMDDPI

FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PLANILHA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS 2025

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
01	Serviço de Confecção – tipo Placa	20	R$ 200,00	R$ 4.000,00
02	Serviço de Confecção - Cartilha	1000	R$ 3,78	R$ 3.780,00

03	Folder	2000	R$ 0,38	R$ 760,00
04	Panfleto	2000	R$ 0,39	R$ 780,00
05	Banner	10	R$ 26,00	R$ 260,00
06	Outdoor	1	R$ 599,00	R$ 599,00
07	Palestrante	-------	---------	----------
08	Capacitação externa	2	R$ 5.000,00	R$ 10. 000,00
09	Coffee break externo	200	R$ 25,90	R$ 5. 180,00
10	Coffee break interno - Açúcar	2	R$ 6,67	R$ 13,34
11	Coffee break interno - Chá	2	R$ 5,52	R$ 11,04
12	Coffee break interno – biscoito com sal	4	R$ 6,05	R$ 24,20
13	Coffee break interno - Café	4	R$ 13,80	R$ 55,20
14	Coffee break interno - Suco	4	R$ 5,91	R$ 23,64
15	Camiseta GG	50	R$ 38,67	R$ 1. 933,50
16	Camiseta M	50	R$ 38,67	R$ 1. 933,50
17	Coletes	-------	--------	--------
18	Material de Expediente - Canetas	200	-------	---------
19	Notebook com Mouse	1	----------	3.168,00
20	Pastas	200	R$,65	R$ 130,00
21	Copo 250 ml	200	---------- -	---------- ---
22	Equipamento de Som	1	R$ 3.700,00	R$ 3. 700,00
23	Painel de LED	1	R$ 6.880,00	R$ 6. 880,00
24	Projetos Sociais	1	R$ 80. 000,00	R$ 80. 000,00
TOTAL				R$ 123.231,42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 298 DE 29 DE ABRIL DE 2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 15.085 de 29 de abril de 2024;

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores, ora indicados lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Titular: Ludimilla Fernanda da Costa Lousada Cruz

Suplente: Claudio Campos Leonel em substituição a servidora Camila Rangel Ortiz

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
065/24	LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S. A	Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos, com manutenção preventiva e corretiva e seguro total, para atender demanda da Secretaria Contratante, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, e nas condições e descrições dos serviços estabelecidas no Termo de Referência e do Edital.	07.05. 2024	12 meses

§ 1º Os servidores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Assistência Social e Cidadania e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 344 de 13 de maio de 2024, que designou a servidora Camila Rangel Ortiz como suplente responsável pelo referido contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de abril de 2025.

LELIANE BARROS DA SILVA

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 01/2025 - CONTRATO - N° 218/2025 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 218/2025 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO SIMP

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**, ora denominado contratante, e senhor (a) **ERCINDA PRIMO DA CUNHA,** denominado(a) contratado(a), no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Professora Dulsângela de Almeida Souza.

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal n° 1. 931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente *de licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância;*

Considerando Memorando 8.831/2025 a referida prorrogação para atendimento as necessidades temporárias ou até a realização de novos chamamentos a fim de garantir o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de **04/04/2025**, com termo final alterado para **02/05/2025.**

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 04 de abril de 2025.

Ercinda Primo da Cunha Fransergio Rojas Piovesan

Contratado (a) Secretário Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 297 DE 28 DE ABRIL DE 2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009 alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece nomas para as parcerias voluntárias envolvendo ou não recursos financeiros entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n. 369, de 05 de julho de 2017, que aprova a Instrução Normativa que regula a celebração, controle e prestação de contas das parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 11.503, de 07 de abril de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear comomembros da Comissão de Monitoramento e Avaliação para acompanhamento da execução da parceria celebrada no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, com a instituição Lar Serva de Maria, os senhores abaixo relacionados:

- Janete Aparecida Mendes de Oliveira Amorim, como técnico financeiro em substituição a servidora Jeisy Anne Christie Paizano Neves.

- Kamilla Patricia Ferreira Justiniano de Almeida**, como** representante do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS em substituição ao senhor **Arci Rezende Pereira da Rosa.**

- Messias Alves da Silva - técnico do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em substituição a servidora Rafaela da Silva.

- Rita de Cássia Serra, como representante do Conselho Municipal de Direitos e Defesa da Pessoa Idosa- CMDDPI.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 140, de 12 de março de 2024.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 28 de abril de 2025.

LELIANE BARROS DA SILVA

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
RESOLUÇÃO Nº. 009 DE 29 DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobre a aprovação do Edital da Assembleia Geral para eleição da composição de Organizações da Sociedade Civil no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres para gestão do biênio 2025/2027 e dá outras providências.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT,** no uso de suas atribuições legais conferidas através de sua presidência *ad referendum* à Plenária da Reunião Extraordinária a ser realizada no dia 28 de abril de 2025 e registrada na Ata nº. 290;

Considerando o disposto na Lei nº 2.473 de 29/04/2015, artigo 12 no que tange à composição do CMDCA de Cáceres/MT sendo 04 (quatro) representantes de organizações da sociedade civil que postulem, direta ou indiretamente, proteção aos direitos da criança e do adolescente;

Considerando a Resolução nº. 019, de 03/12/2015 que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT – CMDCA em especial seu artigo 6º; e

Considerando a Resolução nº. 008 de 29/04/2025 que estabelece a Comissão de Eleição de representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Gestão 2025/2027,

RESOLVE:

Art. 1º Publicar o Edital anexo da convocação para Assembleia Geral de eleição da composição de Organizações da Sociedade Civil no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres para gestão do biênio 2025/2027 (Anexo I).

Parágrafo único. Serão consideradas eleitas as quatro entidades não governamentais mais votadas entre seus pares e as demais ficarão como suplentes, de acordo com a ordem de votação.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres, 29 de abril de 2025.

RENATA DA SILVA MACHADO

Presidente do CMDCA

ANEXO I

EDITAL Nº 001/2025

Convocação para a Assembleia Geral de Eleição dos representantes de Entidades Não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Cáceres/MT para Gestão 2025/2027.

Considerando o disposto na Lei nº 2.473 de 29/04/2015, no que tange à composição do CMDCA de Cáceres/MT por 08 (oito) membros dos quais 04 (quatro) são representantes de organizações da sociedade civil que postulem, direta ou indiretamente, proteção aos direitos da criança e do adolescente;

Considerando a Resolução nº. 019, de 03/12/2015 que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT – CMDCA em especial seus artigos 6º ao 9º.

A Comissão de Eleição de representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Gestão 2025/2027 instituída através da **Resolução nº 008 de 29 de abril de 2025** no uso de suas atribuições legais:

CONVOCA AS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS que atuem no Município de Cáceres/MT que postulem, direta ou indiretamente, proteção aos direitos da criança e do adolescente, para a Assembleia de eleição das entidades titulares e suplentes junto ao CMDCA, no biênio 2025/2027, nos termos dos critérios estabelecidos nos seguintes itens:

1.0. Este processo de eleição destina-se ao preenchimento de **04 (QUATRO) VAGAS TITULARES E DEMAIS SUPLENTES** para representação das Entidades Não Governamentais, junto ao CMDCA de Cáceres/MT;

1.0.1 As vagas informadas pertencerão às entidades escolhidas entre seus pares, que indicarão, **até o dia 08/05/2025**, um de seus membros para atuar como titular e outro como seu substituto imediato.

1.0.2 A qualquer momento a instituição poderá substituir os membros indicados desde que se atentem ao prazo de 10 (dez) dias antecedentes da sessão ordinária do CMDCA.

1.1 Poderão participar do processo de escolha as entidades que estiverem legalmente constituídas há pelo menos dois anos e com atuação no âmbito territorial do Município de Cáceres/MT, que postulem direta ou indiretamente, proteção aos direitos da criança e do adolescente.

1.1.1 Equiparam-se para efeito deste edital os termos “Organização Não Governamental”, “Organização da Sociedade Civil”, “Entidades Não Governamental”, “Instituição da Sociedade Civil Organizada” e outros que venham indicar instituições privadas, não públicas.

1.2 As Entidades Não Governamentais que desejarem concorrer às vagas deverão estar devidamente representadas no dia da Assembleia de Eleição.

1.3. De modo a assegurar o caráter plural e representativo do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, não será permitido que as entidades pertencentes a um determinado segmento e/ou que prestem determinada modalidade de atendimento ocupem mais de 01 (uma) vaga no Conselho, ressalvada a inexistência de outras entidades interessadas e habilitadas a compor o órgão.

1.3.1 As entidades pertencentes a um determinado segmento e/ou que prestem determinada modalidade de atendimento poderão se candidatar e participar do processo de escolha livremente, sendo considerada eleita a mais votada, ficando as demais como suas suplentes, pela ordem de votação.

1.4. Ocorrendo empate, será utilizado o critério de antiguidade da entidade no Município de Cáceres-MT.

1.5 Nos casos de vacância por quaisquer motivos estabelecidos em lei e/ou no Regimento Interno do CMDCA, o critério de substituição será a classificação da entidade observando a ordem de suplentes de acordo os votos válidos recebidos na Assembleia de eleição, resguardando-se a garantia de preenchimento da vaga para finalização do biênio referido.

DAS INSCRIÇÕES DE ENTIDADES CANDIDATAS À ELEIÇÃO

2.0 As Entidades Não Governamentais interessadas em concorrer ao pleito deverão proceder à inscrição para participar do processo de eleição, observados os critérios e período de inscrição estabelecido neste Edital.

2.1 Para Inscrição no processo de eleição, a Entidade Candidata deverá encaminhar através do e-mail cmdca.caceres@gmail.com, informando no assunto do e-mail os seguintes dizeres: **INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE ELEIÇÃO** e anexando os seguintes documentos:

a) cópia legível do Estatuto da entidade que conste o selo do registro em cartório;

b) cópia da Ata da reunião que elegeu a atual diretoria;

c) cópia do CNPJ

d) documento (ofício) que indica o representante da entidade que participará da Assembleia de Eleição, caso não haja a presença de componente da diretoria;

2.1.1. Não será permitido que uma mesma pessoa represente mais de uma Entidade Não Governamental durante a Assembleia de Eleição.

2.2 As inscrições serão impreterivelmente realizadas entre os dias **30 de abril a 05 de maio de 2025 (segunda-feira).**

2.3 Caso a entidade não dispuser de meios eletrônicos para realizar a inscrição, poderá realizar a mesma pessoalmente, no horário das **8h às 11h e 14h às 17h**, junto às dependências da **UNIDADE DE CONTROLE SOCIAL**, apenso à Secretaria Municipal de Assistência Social nas dependências da Prefeitura Municipal de Cáceres, sito a Av. Brasil, 119 - Jardim Celeste.

2.3.1. Se presencialmente, a inscrição deverá ser realizada, através de ofício solicitando a inscrição com anexo dos demais documentos especificados no item 3.0

2.4 Todas as inscrições, por meio do e-mail ou presencialmente deverão receber a **confirmação da inscrição** até o dia **05 de maio de 2025**. Caso a entidade não tenha recebido a confirmação de inscrição deverá entrar em contato com o CMDCA reivindicando a confirmação.

RECURSOS E IMPUGNAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.0 A relação das entidades candidatas será divulgada no dia **05 de maio de 2025** às 17h na entrada da **UNIDADE DE CONTROLE SOCIAL** e divulgada para todas entidades inscritas.

3.1 Os recursos e/ou qualquer pedido de impugnação poderão ser protocolados presencialmente ou por e-mail (mediante confirmação de recebimento por parte do CMDCA) até às **17 horas do dia 06 de maio de 2025** contendo as devidas justificativas do pedido.

3.2 A Comissão Eleitoral avaliará os pedidos conjuntamente com o Ministério Público.

3.2.1 O deferimento e/ou indeferimento da inscrição não anula o encaminhamento dos pedidos às autoridades competentes que poderão adotar as medidas que julgarem cabíveis ao caso.

3.2.2 A qualquer tempo, ficando as entidades impedidas de comporem o CMDCA por quaisquer motivos, a mesma terá seu mandato cassado e imediatamente será aberto vacância a vaga.

DA REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO

4.0 A Assembleia para eleição dos representantes das Entidades Não Governamentais entre seus pares, para compor o CMDCA, será realizada no dia **07 de maio de 2025 (quarta-feira)**, no Auditório da **UNIDADE DE CONTROLE SOCIAL**, apenso à Secretaria Municipal de Assistência Social nas dependências da Prefeitura Municipal de Cáceres, sito a Av. Brasil, 119 - Jardim Celeste às 08h30 horas.

4.1 As Entidades Não Governamentais que desejarem concorrer às vagas devem estar devidamente representadas no dia da Assembleia de Eleição, conforme o documento (ofício) protocolado no ato da inscrição, que indica o representante da entidade que participará da Assembleia de Eleição, caso não haja a presença de componente da diretoria.

4.2 O processo de eleição será deflagrado inicialmente por **voto aberto**e havendo consenso entre a maioria da plenária posta, poderá ocorrer de forma secreta.

4.3 As Entidades Não Governamentais participarão do processo de escolha livremente, sendo consideradas eleitas a mais votada entre seus pares, ficando as demais como suas suplentes, pela ordem de votação.

4.4. Será lavrado ata específica da assembleia de eleição.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.0 Durante todo o processo eleitoral o representante do Ministério Público Estadual será informado das deliberações, visando atender aos princípios da legalidade e transparência.

5.1 Os casos omissos serão deliberados pela Comissão do Processo Eleitoral, com apreciação do Ministério Público Estadual.

Cáceres-MT, 29 de abril de 2025.

RENATA DA SILVA MACHADO

Presidente do CMDCA

AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 05/2025 – 1DOC ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 05/2025

INTERESSADO: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção de impressora Brother DCP e HP LaserJet Pro, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Detalhamento do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	KIT PARA MANUTENÇÃO DE IMPRESSORA – FUSOR BROTHER DCP-8152 DN	UNID	01	R$ 480,00	R$ 480,00
2	TONER PARA IMPRESSORA – KIT COM 4 TONERS COMPATÍVEIS DA MARCA HP LASERJET PRO MFP M277DW, CORES: PRETO, CIANO, AMARELO E MAGENTA. COM A MESMA QUALIDADE DE IMPRESSÃO E DURABILIDADE DO ORIGINAL/GENUÍNO.	UNID	01	R$ 560,00	R$ 560,00
3	SERVICO DE MANUTENCAO EM EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - IMPRESSORA BROTHER MULTIFUNCIONAL DCP- 8152 DN, COM MANUTENCAO CORRETIVA.	UNID	02	R$ 280,00	R$ 560,00
4	TRACIONADOR DE PAPEL - PARA IMPRESSORA BROTHER DCP- 8152 DN.	UNID	01	R$ 260,00	R$ 260,00
5	SERVICO DE MANUTENCAO EM EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - DO TIPO SERVICO DE REVISAO GERAL E MANUTENCAO DAS IMPRESSORAS HP COLOR LASERJET PRO MFP M277DW.	UNID	01	R$ 320,00	R$ 320,00

VALOR TOTAL: R$ 2.180,00 (dois mil cento e oitenta reais)

Despesas: As despesas decorrentes da execução da presente Dispensa de Licitação correrão à conta de recursos próprios do orçamento vigente, alocado sob a classificação funcional:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
04.01	17.122.1012.2123	3.3.90	501 – Outros Recursos não Vinculados

Fundamento: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, amparado nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço público.

CNPJ	EMPRESA	TOTAL R$
29.799.884/0001-78	**BRUNO TAILOR RANZULI**	**R$ 2.180,00**

HOMOLOGO a Dispensa de Licitação e AUTORIZO o empenho das respectivas despesas *nos termos do* Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**.**

Cáceres-MT, 28 de abril de 2025.

JÚLIO CÉZAR PARREIRA DUARTE

Diretor Executivo

Decreto1019/2021

Publicado em 30/1/2021 – AMM

(Assinado Digitalmente)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 296 DE 28 DE ABRIL DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013 e;

CONSIDERANDO o Parecer da PGM nº. 86 de 23 de abril de 2025;

CONSIDERANDO o que consta no processo submetido ao Memorando sob nº. 35.977, de 17 de outubro de 2024;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Sancionador, **para apurar possíveis infrações cometidas na execução do Contrato** Administrativo nº 061/2023 – PGM**, pela empresa** KMA ENGENHARIA LTDA.

PRESIDENTE

Ester Ferreira de Campos

MEMBROS

Thais Dutra de Souza Militão

Joaquim Francisco da Costa Neto

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 28 de abril de 2025.

CRISTIANO NEVES DA SILVA RAMOS

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EXTRATO DECISÕES - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CACERES/ABRIL 2025

PELO PRESENTE, O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES TORNA PÚBLICO O ENCERRAMENTO DOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

PROCESSO nº	26.894/2023
REQUERENTE	Ariane Nataly Almeida de Moraes
ASSUNTO	Restituição de Valores Pagos de IPTU
DATA DA SESSÃO	07/04/2025
JULGAMENTO	Trata-se de pedido restituição de valores pagos de IPTU, postulado por Ariane Nataly Almeida de Moraes. O pedido da Requerente foi deferido quanto ao reconhecimento de cobrança de IPTU em duplicidade, mas lhe foi indeferido o pedido de restituição do valor pago indevidamente, o que merece reforma. O agente público Fiscal de Tributos verificou e certificou que: APÓS VERIFICAR O PROCESSO 26894/2024, EXCLUIR LOGICAMENTE O IMOVEL, QUE CONSTA DUPLICIDADE DE INSCRIÇÃO SENDO CADASTRADA A INSCRIÇÃO 200105130141001 - DUPLICIDADE NA INSCRIÇÃO NOVA, ONDE CONSTA A INSCRIÇÃO 200100320141001 -, QUE CONSTAVA DUAS INSCRIÇÕES PARA O MESMO IMOVEL, CONSTA A MATRICULA 48033 DE 13/08/2017. ENCAMINHO PARA EXCLUIR LOGICAMENTE OS VALORES LANÇADOS EM DIVIDA ATIVA. INFORMO DA EXCLUSÃO NO SISTEMA. Tais erros no cadastro dos imóveis, bem como no sistema da municipalidade, competem exclusivamente à Administração Pública. Eis a decisão que merece parcial reforma: "Trata-se de pedido de RESTITUIÇÃO DE VALORES adimplidos a título de IPTU, postulado pela Sra. ARIANE NATALY ALMEIDA DE MORAES em 26 de novembro de 2024. A Requerente, por meio do protocolo n° 26.894/2023, solicita a restituição dos valores pagos de IPTU na inscrição imobiliária n° 2001.0513.0141.001. Verifica-se que a contribuinte foi devidamente notificada do lançamento e decisão de 2ª Instância em 25 de setembro de 2024, todavia, requereu apenas em 26.11.2024 a restituição dos valores pagos na inscrição imobiliária n° 2001.0513.0141.001 À luz dos artigos 29, 370 e 371 do Código Tributário Municipal, o contribuinte que

	não concordar com o lançamento pode reclamar no prazo de 30 (trinta) dias. Veja-se: Art. 29. O sujeito passivo da obrigação poderá requerer até o vencimento da primeira parcela, mantendo-se o desconto, revisão de cálculo, através de requerimento administrativo= devidamente fundamentado ao Fisco Municipal, quando considerar o lançamento do imposto indevido. Parágrafo único. O pedido de revisão de lançamento que questione área edificada somente será admitido se fundamentado e instruído com os documentos comprobatórios das alegações, como registro do cartório de imóveis devidamente atualizado, habite-se, alvará de construção ou planta baixa assinada pelo responsável técnico da obra, bem como outros previstos em Regulamento, inclusive por laudo de técnicos da Secretaria de Fazenda. Art. 370. O contribuinte que não concordar com o valor do lançamento, poderá reclamar no prazo de 30(trinta) dias, contados da entrega do aviso do lançamento. Art. 371. A reclamação contra lançamento seguirá o mesmo rito processual das defesas fiscais, podendo o contribuinte, recorrer ao Conselho de Contribuinte, tendo efeito suspensivo até o final da decisão. Deste modo, verifica-se que o pedido de restituição ocorreu em prazo superior ao previsto em lei, qual seja, 30 (trinta) dias. Sendo assim, INDEFIRO o pedido de restituição do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, protocolado por Ariane Nataly Almeida de Moraes, no qual pleiteia o reembolso do valor pago a título de IPTU." Pois bem, a par de tais informações, passamos à fundamentação. Em que pese o parcial indeferimento do Sr. Secretário de fazenda quanto ao pedido de restituição de valores pagos INDEVIDAMENTE por cobrança em duplicidade de IPTU, é importante esclarecer que cabe à administração pública em determinados casos, a revogação de um ato administrativo que afete a relação jurídica mantida entre o Estado e um particular pode gerar o dever de indenização para o segundo, posto que o ato revogado foi válido durante algum tempo, e alguém pode ter agido com base nele e sofre alguns prejuízos. Neste sentido, verifica-se que os parecer fiscal após análise do protocolo anterior e dos documentos apresentados no protocolo atual, constatou que a revisão foi realizada e as áreas, que estavam lançadas de forma indevida e em duplicidade. Dessa forma, opinou que seja realizado o recálculo do valor pago, e consequente devolução dos valores cobrados indevidamente. Em que pese a fundamentação do Secretário de Fazenda com base no artigo 370 do CTM, há que se analisar o disposto no artigo 365 e 366 da mesma lei, vejamos: Art. 365. O contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for à modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos: I - Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face desta Lei Complementar e das leis tributárias subsequentes, ou da natureza ou das circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido; II - Erro na identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do tributo ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento; III - Reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória. Art. 366. O direito de pleitear restituição extingue-se com o decurso de prazo de 5 (cinco) anos, a contar: I - Nas hipóteses dos incisos I e II do artigo anterior, da data da extinção do crédito tributário; II - Na hipótese do inciso III do artigo anterior, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que a tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória. Permite o CTN que a lei ordinária disponha sobre os efeitos da extinção do crédito tributário sobre a posterior verificação de irregularidade na sua constituição. Nessa estipulação o legislador está vinculado às normas dos arts. 144 e 149 do Código, que estabelecem, respectivamente, a legislação aplicável ao lançamento e os casos de feitura e revisão deste, de ofício (art. 156, parágrafo único)."(Curso de Direito Tributário, 26ª ed., Malheiros, p. 200). O parágrafo único do art. 149 do CTN determina que a revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública. Poderia, assim, parecer que, uma vez extinto o crédito tributário, por qualquer das formas enumeradas no art. 156 do Código, não mais se poderia cogitar de revisão de lançamento. Na verdade, porém, o parágrafo único do art. 149 refere-se ao direito de a Fazenda Pública lançar, e não ao direito de crédito. A extinção do crédito pode afetar, ou não, o direito de lançar, vale dizer, de constituir novo crédito. Na ausência de lei dispondo quanto aos efeitos da extinção do crédito sobre a ulterior verificação de irregularidade da sua constituição, essa extinção impede qualquer cogitação a respeito. Basta que se verifique qualquer das causas extintivas do crédito, arroladas no art. 156 do CTN, para que não mais se possa dele cogitar. Mas se a irregularidade implicou pagamento indevido, é cabível a restituição, em face das disposições expressas da lei (art. 165, CTN), e previsão expressa do artigo 365 e 366 do CTM. Extinto o crédito, dele não mais se cogita, a não ser para o fim de efetuar a restituição do que tenha sido pago indevidamente. Assim, se a extinção decorreu do pagamento, e se constata que o tributo não era devido, evidentemente cabe a restituição. Desta feita, tendo em vista a comprovação de pagamento de tributo que não era devido, cabe sua restituição, e ao final deferimento do pedido de cancelamento do IPTU pago em duplicidade pela Contribuinte, voto para que seja parcialmente alterada a decisão exarada pelo secretário municipal de fazenda, no que tange a devida restituição dos valores pagos pela contribuinte. O conselheiro relator Richard Rodrigues, prolatou voto indeferindo o pedido da requerente e foi voto vencido por 5 X 1. Mantendo assim o voto da conselheira revisora que deferiu o pedido de restituição.
	RECURSO DEFERIDO.

PROCESSO nº	25.828/2024
REQUERENTE	Welligton Carlos Nunes Cintra
ASSUNTO	Cancelamento de Cobrança de IPTU
DATA DA SESSÃO	07/04/2025
JULGAMENTO	O contribuinte busca neste processo o cancelamento de IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), sob alegação de ser um imóvel rural, apresentando como comprovação documentos como: recibo da entrega da declaração do ITR do exercício de 2024 e Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR); após análise dos documentos apresentados, o fiscal de tributos Sr. Fernando Aburaya emitiu parecer favorável ao requerente. Vale ressaltar que em nosso Sistema Tributário a área de terras denominada Gleba Rancho Reçanto (Rancho Recanto) – Gleba Peraputanga, com Área Total de 31,11 ha (Trinta e um hectares e onze centiares), encontra-se dividido em 14 Inscrições Imobiliárias, onde não se encontravam em nome do requerente, sendo necessário a transferência dos imóveis após apresentação de documentação comprobatória (pág.30 à 52), com a devida análise do Senhor Fiscal. Após a manifestação da Autoridade fiscal, o processo foi encaminhado ao Secretário de Fazenda Sr. Gustavo Calabria, para decisão em primeira instância, que em análise do mérito acolheu parecer fiscal deferindo o pedido do requerente. Por todo o exposto e por tudo que consta nos autos do processo administrativo CONHEÇO DO PRESENTE REEXAME NECESSÁRIO e no MÉRITO, MANTENHO INALTERADA A DECISÃO do Sr. Secretário Municipal de Fazenda, que DEFERIU o pedido do Requerente. Os demais conselheiros acompanharam o voto da relatora.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

PROCESSO nº	733/2025
REQUERENTE	Benedito Carlos Gomes
ASSUNTO	Baixa de Débitos de IPTU
DATA DA SESSÃO	07/04/2025
JULGAMENTO	Trata-se de Reexame Necessário, nos termos do art. 326, caput e parágrafo único do CTM, em razão da decisão de primeira instância que deferiu a exclusão do IPTU ao contribuinte BENEDITO CARLOS GOMES. O requerimento foi tempestivamente apresentado e atende integralmente aos requisitos de admissibilidade previstos, justificando o seguimento para análise. O contribuinte protocolou um pedido para que seja feita o cancelamento do número de inscrição imobiliária N° ° 800100160056001, alegando que as mesmas se encontram em duplicidade e o que o mesmo não possui mais imóvel na cidade de Cáceres. Conforme se verifica nos altos do processo, é possível identificar a através do parecer do fiscal ELSO CRISTIANO CAETANO ALVES (fls. 17), que a inscrição de N° ° 800100160056001, encontra-se duplicadas no sistema da prefeitura e sugere que seja feito a retirada dos débitos lançados e também dos protestos. Seguindo os tramites legais do processo administrativo, após recebido a solicitação, a mesma foi encaminhada a autoridade fiscal que assim se manifestou. Em decisão do secretário municipal da fazenda GUSTAVO CALABRIA RONDON (fls.19), onde o mesmo acolhe o parecer do fiscal de tributos, e determina que seja excluído o cadastro de N°800100160056001, juntamente com os débitos. Com fundamento no artigo 365 do Código Tributário Municipal recebo o reexame necessário e acompanho o voto proferido pelo Secretário Municipal de Fazenda. Pelo exposto, CONHEÇO DO PRESENTE REEXAME NECESSÁRIO e no MÉRITO, MANTENHO A DECISÃO DO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, que deferiu o pedido do Requerente. Os demais conselheiros acompanharam o voto do relator.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA

PROCESSO nº	1.835/2024
REQUERENTE	Daiane Gomes de Oliveira
ASSUNTO	Baixa de Débitos
DATA DA SESSÃO	14/04/2025
JULGAMENTO	Trata-se do pedido de BAIXA DE DÉBITOS DE ALVARÁ referente ao sócio econômico nº 1000810, postulado por DAIANE GOMES DE OLIVEIRA, CPF n° 060.038. 991-07, onde a mesma alega não reconhecer o comér-

	cio localizado à Rua dos Verdureiros, 37 – Cavalhada I, onde existem débitos vencidos desde o ano de 2016. Em análise ao referido processo, constatou-se, após vistoria in loco realizada pelo Sr. Alexandre Silva Fagundes, Inspetor Tributário, que a senhora Daiane foi proprietária de um salão de beleza no endereço acima citado, o qual esteve em funcionamento entre os anos de 2016 e 2018. Em seu parecer, o inspetor opina pela permanência dos débitos referentes a esse período e pelo cancelamento dos débitos posteriores, além da cobrança de multa por não ter informado a prefeitura sobre o fechamento do estabelecimento. Em ato rotineiro, o presente processo foi encaminhado ao Secretário de fazenda, Sr. Gustavo Calábria, para prolação de decisão de primeira instância. Após análise do mérito, ele acolheu o parecer fiscal, acrescentando em seu parecer a taxa de baixa de inscrição. Por todo o exposto e por tudo o que consta nos autos do processo administrativo conheço do presente REEXAME NECESSÁRIO e, no MÉRITO, MANTENHO INALTERADA a decisão do Sr. Secretário Municipal de Fazenda, determinando o pagamento dos débitos referentes aos anos de 2016 a 2018; da taxa de baixa de inscrição municipal, no valor de 2 UFICs, e da multa por não ter notificado a suspensão de suas atividades, no valor de 5 UFICs. Os demais conselheiros acompanharam o voto da conselheira relatora.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

PROCESSO nº	1.064/2024
REQUERENTE	Adriano de Moraes Ribeiro Pinheiro
ASSUNTO	Exclusão de Cadastro imobiliário
DATA DA SESSÃO	14/04/2025
JULGAMENTO	Este processo trata-se de um pedido de reexame, onde a um pedido de exclusão de cadastro imobiliário do município de Cáceres MT, aonde o requerente solicita junto a prefeitura que seja feita a exclusão do cadastro N° 800108980324002 e 800108980324003 que está gerando débitos indevidos ao contribuinte bem como das custas de cartório. O contribuinte protocolou um pedido para que seja feita o cancelamento do número de inscrição imobiliária N° 800108980324002 E 800108980324003, alegando que o mesmo não possui esse imóvel. Conforme se verifica nos altos do processo, é possível identificar através do parecer do fiscal ELSO CRISTIANO CAETANO ALVES (fls. 9), que as inscrições de N° 800108980324002 E 800108980324003, não pertence a requerente e, sugere que seja feito a retirada dos débitos lançados e também dos protestos. Seguindo os tramites legais do processo administrativo, após recebido a solicitação, a mesma foi encaminhada a autoridade fiscal que assim se manifestou. Em decisão do secretário municipal da fazenda GUSTAVO CALABRIA RONDON (fls. 20), onde o mesmo reconheceu que houve uma falha do ente administrativo e acolheu o parecer do fiscal de tributos, e determina que seja excluído o cadastro de N° ° 800108980324002 E 800108980324003, juntamente com os débitos aberto e autoriza as baixas de valores no cartório sem nenhum ônus ao contribuinte. Pelo exposto, CONHEÇO DO PRESENTE REEXAME NECESSÁRIO e no MÉRITO, MANTENHO A DECISÃO DO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, que deferiu o pedido da Requerente. Os demais conselheiros acompanharam o voto do relator.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

PROCESSO nº	25.799/2024
REQUERENTE	Jesus da Lapa Costa Escalante
ASSUNTO	Revisão dos Valores Cobrados de IPTU
DATA DA SESSÃO	14/04/2025
JULGAMENTO	Trata-se do pedido formulado pela Sra. Jesus da Lapa Costa Escalante, inscrita sob CPF nº 340.281.691-20, solicitando a revisão dos valores cobrados de IPTU do imóvel nº 400100011148001. A contribuinte alega que os dados registrados no cadastro municipal do referido imóvel estão equivocados, apresentando uma divergência na metragem da área do terreno, conforme consta no memorial descritivo apresentado, o qual indica corretamente a área de 183,31 m². Em resposta à solicitação, a autoridade fiscal realizou vistoria no imóvel e confirmou a divergência, constatando que a área informada no cadastro estava de forma equivocada. A vistoria corroborou as informações contidas no memorial descritivo, o que fundamenta a necessidade de revisão e correção no sistema de cadastro imobiliário municipal, assim opinando pela correção logica no sistema imobiliário municipal e recálculo de IPTU. Diante dos fatos apresentados e da confirmação da divergência pela fiscalização, o sr. Secretário acolheu o parecer da autoridade fiscal e DEFERIU o pedido da contribuinte, determinando a correção dos dados cadastrais do imóvel, conforme a área correta de 183,31 m². Desta forma, tendo havido o regular processamento do protocolo e considerando todas as informações apresentadas, entendo ser acertada a Decisão de primeira instância, razão pela qual mantenho-a inalterada. Os demais conselheiros acompanharam o voto do relator.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

PROCESSO nº	25.513/2024
REQUERENTE	Esmeraldo José Duarte
ASSUNTO	Exclusão de Cadastro Imobiliário
DATA DA SESSÃO	22/04/2025
JULGAMENTO	Trata-se de um pedido de reexame, onde a um pedido de exclusão de cadastro imobiliário do município de Cáceres MT, aonde o requerente solicita junto a prefeitura que seja feita a exclusão do cadastro N° 900100690365001 que está gerando débitos indevidos ao contribuinte bem como das custas de cartório. O contribuinte protocolou um pedido para que seja feita o cancelamento do número de inscrição imobiliária N° 900110610333001, alegando que a mesma encontra se em duplicidade. Conforme se verifica nos altos do processo, é possível identificar através do parecer do fiscal ELSO CRISTIANO CAETANO ALVES (fls14), que a inscrição de N° 900110610333001, não pertence a requerente e sim ao HOTEL AKI, com N° 900100690365001 e sugere a retirada dos débitos lançados e também dos protestos. Seguindo os tramites legais do processo administrativo, após recebido a solicitação, a mesma foi encaminhada a autoridade fiscal que assim se manifestou. Em decisão do secretário municipal da fazenda GUSTAVO CALABRIA RONDON (fls. 22), onde o mesmo reconheceu que houve uma falha do ente administrativo e acolheu o parecer do fiscal de tributos, e determina que seja excluído o cadastro de N° ° 900110610333001, juntamente com os débitos aberto e autoriza as baixas de valores no cartório sem nenhum ônus ao contribuinte. Pelo exposto, CONHEÇO DO PRESENTE REEXAME NECESSÁRIO e no MÉRITO, MANTENHO A DECISÃO DO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, que deferiu o pedido da Requerente. Os Demais conselheiros acompanharam o voto do relator.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

PROCESSO nº	22.057/2024
REQUERENTE	Bruna Samara da Mota Lins
ASSUNTO	Baixa de Cadastro Imobiliário
DATA DA SESSÃO	22/04/2025
JULGAMENTO	Em conformidade com Artigo 326 do CTM (Código Tributário Munjcipal), sendo a decisão de Primeira Instância FAVORÁVEL à solicitação da requerente, onde o valor do objeto ultrapassa a quantia de 20 Unidades Fiscais de Cáceres-UFIC, se fez necessário a remessa de oficio a este CONSELHO DE CONTRIBUINTE para Reexame Necessário. O processo nº 22.057/2024, protocolado em 03/12/2024 por ANTONIO CANDIDO DE CARVALHO BARBOSA LIMA, em representação a Srª BRUNA SAMARA DA MOTA LINS, CPF n º 044.453.111-46, solicita BAIXA DE CADASTRO IMOBILIÁRIO por não ser “possuidora tampouco proprietária do referido imóvel”. A contribuinte busca neste processo BAIXA NO CADASTRO IMOBILIÁRIO nº 3.002.0005.0341.002, pois alega não ser possuidora do referido imóvel, conforme certidão negativa de propriedade emitida pelo Cartório do 1° Oficio de Cáceres. Após análise dos documentos apresentados, o fiscal de tributos Sr. Elson Cristiano Caetano Alves emitiu parecer favorável a solicitação da requerente. Após a manifestação da Autoridade fiscal, o processo foi encaminhado ao Secretário de Fazenda Sr. Gustavo Calábria, para decisão em primeira instância, que em análise do mérito acolheu parecer fiscal. Por todo o exposto e por tudo que consta nos autos do processo administrativo CONHEÇO DO PRESENTE REEXAME NECESSÁRIO e no MÉRITO, MANTENHO INALTERADA A DECISÃO do Sr. Secretário Municipal de Fazenda, que DEFERIU o pedido da Requerente. Os demais conselheiros acompanharam o voto da relatora.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

PROCESSO nº	4.874/2025
REQUERENTE	Gilcimar Fabrício Souza Moraes
ASSUNTO	Exclusão de Cadastro Imobiliário
DATA DA SESSÃO	22/04/2025
JULGAMENTO	Em conformidade com Artigo 326, sendo a decisão de primeira instância favorável a EXCLUSÃO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO, sendo valor objeto do mesmo ultrapassa a quantia de 20 Unidades Fiscais de Cáceres-UFIC, se fez necessário a remessa de oficio ao CONSELHO DE CONTRIBUINTE. Trata-se de pedido de exclusão do Cadastro Municipal Imobiliário Urbano nº 400315410072001, formulado pelo senhor Gilcimar Fabrício Souza Moraes, em 13 de fevereiro de 2025. Em

	análise aos autos do presente processo administrativo nas Folha 17/24 e 18/24 – informado pelo Fiscal Elson Cristiano Caetano Alves, informa que: Após vistoria técnica realizada no imóvel/terreno do contribuinte e processo acima citado, baseado nas metodologias mencionadas conforme na lei complementar nº 148/2019. Embasado no Código Tributário Municipal (CTM) no que se refere ao procedimento fiscal do artigo 305, em diante. Informo que no imóvel vistoriado do requerente acima para EXCLUSÃO DO IMOVEL do imóvel e proprietário da inscrição. 400315410072001 -= SILVANA APARECIDA COUTINHO EXCLUSÃO DO IMOVEL INSCRIÇÃO CADASTRAL 400315410072001, LANÇADA NO SISTEMA, SENDO QUE CONSTA DUPLICIDADE DE CADASTRO CUJA NSCRIÇÃO EXCLUIDA, ESTA LANÇADA AO MESMO IMOVEL, A INSCRIÇÃO 400315350263001, PARA O PROPRIETARIO QUE DETEM A POSSE DO IMOVEL DESDE 10/10/2016 DEVIDO A VISTORIA REALIZADA E A EXISTENCIA DA DUPLICIDADE, SEGUE PARA EXCLUIR LOGICAMENTE DO SISTEMA E RETIRAR TAMBEM OS VALORES LANÇADOS EM DIVIDA ATIVA. E PROTESTOS. Contudo, verifica-se que o Secretário Municipal de Fazenda, na folha 23/24, exara sua decisão favorável a requerente, “Diante do exposto, DEFIRO o pedido do contribuinte, em razão do equívoco no sistema, e determino a exclusão da inscrição nº 400315410072001 do Cadastro Municipal Imobiliário, bem como o cancelamento dos débitos de dívida ativa e dos protestos registrados em nome do contribuinte sobre o imóvel em duplicidade.” Por todo o exposto e por tudo que consta nos autos do processo administrativo, entendo ser acertada a decisão proferida pelo Sr. Secretário Municipal de Fazenda. Nos termos do art. 326 do Código Tributário Municipal, recebo o reexame necessário e voto para que seja mantida a decisão exarada pelo secretário municipal de fazenda. Pelo exposto, CONHEÇO DO PRESENTE REEXAME NECESSÁRIO e no MÉRITO, MANTENHO A DECISÃO DO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA que deferiu o pedido da Requerente. Os demais conselheiros acompanharam o voto do relator.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

PROCESSO nº	26.451/2024
REQUERENTE	Juliana Ferreira Ura Berlanga
ASSUNTO	Baixa de Débitos de Taxas de Alvarás de Licença e ISSQN
DATA DA SESSÃO	22/04/2025
JULGAMENTO	Trata-se de Reexame Necessário, nos termos do art. 326, caput e parágrafo único do CTM, em razão da decisão de primeira instância que deferiu a exclusão do ISSQN ao contribuinte Juliana Ferreira Ura Berlanga. O requerimento foi tempestivamente apresentado e atende integralmente aos requisitos de admissibilidade previstos, justificando o seguimento para análise. Em 06 de dezembro de 2024, a Sra. Juliana Ferreira Ura Berlanga, inscrita no CPF nº 334.661.428-06, formalizou o pedido de baixa de atividades, registrado sob o protocolo nº 26.451/2024. A solicitação inclui o cancelamento da inscrição municipal nº 1003219 e a revisão dos lançamentos de ISSQN dos anos de 2021 a 2024 e Taxa de Alvara, sob a justificativa de que não houve exercício de atividades no referido período, conforme documentos juntados ao processo. Conforme o Art. 67 do CTM, o ISSQN incide sobre a prestação de serviços, mesmo que não seja atividade preponderante ou que não exista estabelecimento fixo. Já o Art. 229 exige documento comprobatório para a baixa da atividade no cadastro municipal. O Art. 231 estabelece multa de 05 UFIC pelo descumprimento da comunicação de baixa ou suspensão das atividades. Desta forma, o fiscal de tributos Joao Dias de Moura Filho, opinou pelo deferimento em partes do pedido, de exclusão dos impostos, após pagamento da taxa de baixa e da multa de 05 UFIC. Em decisão, o senhor Secretário Municipal Gustavo Calábria Rondon, opinou da seguinte forma, após análise do processo e considerando o parecer fiscal emitido, defiro o cancelamento da Taxa de Alvará de Funcionamento dos exercícios de 2023 a 2025, em virtude da inatividade comprovada da contribuinte. No tocante ao ISSQN, autorizo o cancelamento dos débitos referentes aos anos de 2020, 2022, 2023, 2024 e 2025, diante da inexistência de fatos geradores nos referidos períodos. Entretanto, determino a permanência do débito relativo ao exercício de 2021, pois houve registros de emissão de notas fiscais no sistema municipal. Além disso, em virtude da ausência de notificação quanto à suspensão das atividades, aplico multa de 5 UFICs, nos termos do art. 101, inciso IX, do Código Tributário Municipal. Assim, a baixa da inscrição municipal deverá ocorrer apenas após o pagamento da multa aplicada e da respectiva Taxa de Baixa, em conformidade com a legislação vigente, com fundamento no artigo 365 do Código Tributário Municipal recebo o reexame necessário e acompanho o voto proferido pelo Secretário Municipal de Fazenda. A conselheira Miriele pediu vistas do processo para sanar dúvidas, após analise decidiu acompanhar o voto do conselheiro relator, os demais conselheiros acompanharam o voto do relator.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

PROCESSO nº	7.317/2023
REQUERENTE	Geova Francisco Melo
ASSUNTO	Isenção de IPTU
DATA DA SESSÃO	22/04/2025
JULGAMENTO	O presente recurso não atende os requisitos de admissibilidade nesta instância recursal, conforme previsto no art. 325 da LC 148/2019 (Cód. Tributário Municipal) e no art. 24 do Decreto Municipal 144/2020, como transcrevo respectivamente: Art. 325 - A decisão de Primeira Instância favorável à Fazenda Pública Municipal, abrirá, para o autuado, prazo de 20 (vinte) dias úteis, improrrogáveis, para recorrer à Segunda Instância Administrativa, o Conselho de Contribuinte ou recolher a importância devida aos cofres municipais. (grifo meu) Art. 24 - **Não devem ser conhecidos** os recursos interpostos fora dos prazos estabelecidos em lei, devendo a autoridade julgadora denegar o seu seguimento. (grifo meu). Considerando que o requerente só ingressou com recurso no dia 20 de março de 2025, transcorridos 1 ano e 10 meses, do indeferimento do pedido; considerando o previsto no art. 27 da LC 148/2019, onde: Art. 27 Os contribuintes do IPTU terão ciência do lançamento por meio de notificação entregue no domicílio fiscal indicado no Cadastro Fiscal Imobiliário ou de editais afixados na Secretaria de Fazenda ou, ainda, por outros meios de que dispuser o órgão de arrecadação. § 2º **A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito pelo contribuinte, quando impossibilite ou dificulte a entrega do aviso, onerando-a, ou quando dificulte a arrecadação do tributo, considerando-se, neste caso, como domicílio tributário o local em que estiver situado o imóvel**. (grifo meu). § 3º O contribuinte que se encontrar em lugar incerto e não sabido ou cujo aviso de lançamento não tenha sido entregue estará sujeito a notificação por edital. § 4º **Independente do disposto no parágrafo anterior, o contribuinte deverá utilizar o sistema online disponibilizado no site da prefeitura ou comparecer junto à mesma no sentido de obter seu aviso de lançamento, quando não o tenha recebido no domicílio fiscal, ficando obrigado, ainda, à regularização de seu endereço de entrega, sob pena das cabíveis**. (grifo meu). Considerando que foram tentadas, tempestivamente, todas as medidas de notificação do contribuinte conforme pode ser visto no protocolo 7317/2023. Considerando que, do art. 55 do decreto 144/2020, só não foi possível atender aos incisos “I - com o recebimento, por via postal, de cópia da decisão, com aviso de recebimento, a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio” e “VI - por meio eletrônico com a confirmação do envio ao destinatário do endereço eletrônico informado nos autos”, pois o requerente não disponibilizou meios para tal, constando no cadastro endereços divergentes e incompletos. Esta conselheira entende que todos os quesitos legais – quanto as tentativas de devida ciência ao requerente e disponibilização para ampla defesa – foram cumpridos e, não tendo o requerente atendido ao prazo contido na legislação vigente, o processo não é admissível. Assim, **NÃO RECONHEÇO** o presente recurso e **DENEGO** o seu seguimento.
DECISÃO	RECURSO INADIMITIDO.

PROCESSO nº	4.784/2025
REQUERENTE	Dikos Agropecuária, Partipações e Administrações Ltda
ASSUNTO	Cancelamento de Guia de ITBI
DATA DA SESSÃO	28/04/2025
JULGAMENTO	Trata-se do pedido de cancelamento da guia de ITBI nº 428/2024 e 429/2024, formulado pelo Cartório de Registros de Imóveis do 1º Ofício de Cáceres representando neste ato a empresa DIKOS AGROPECUÁRIA, PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA, requerendo o cancelamento da guia de ITBI, com o argumento que não foi realizado o registro da Integralização. Em análise aos autos do presente processo administrativo na Folha 40/51 – informado pelo Fiscal de Tributos FERNANDO H. ABURAYA, informa: ”prezada coordenadora, Após conferencia dos documentos apresentados, fica DEFERIDO o cancelamento da guia de ITBI.” Em ato continuo, o Secretário Municipal de Fazenda, na folha 46/51, exara sua decisão favorável ao requerente, “Diante do exposto, DEFIRO o pedido de cancelamento dos certificados vinculados às guias de nº 428/2024 e 429/2024, uma vez que a documentação apresentada comprova a desistência do negócio. Contudo, tendo em vista a intempestividade do requerimento, DETERMINO a aplicação de multa no valor de 5 (cinco) UFIC por guia, de forma separada, em razão de tratar-se de dois imóveis, conforme dispõe a legislação municipal vigente. Por todo o exposto e por tudo que consta nos autos do processo administrativo, entendo ser acertada a decisão proferida pelo Sr. Secretário Municipal de Fazenda. Nos termos do art. 326 do Código Tributário Municipal, recebo o reexame necessário e voto para que seja mantida a decisão exarada pelo secretário municipal de fazenda. Pelo exposto, CONHE-

	ÇO DO PRESENTE REEXAME NECESSÁRIO e no MÉRITO, MANTENHO A DECISÃO DO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA que deferiu o pedido da Requerente. Os demais conselheiros acompanharam o voto do relator.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

PROCESSO nº	4.427/2025
REQUERENTE	Adriano de Oliveira Pessoa
ASSUNTO	Revisão de IPTU
DATA DA SESSÃO	28/04/2025
JULGAMENTO	Trata-se de Reexame necessário nos termos do art. 326 caput e seu § único, eis que, decisão de primeira instância julgou e deferiu o pedido de revisão de débitos de IPTU da contribuinte ADRIANO DE OLIVEIRA, inscrito sob o CPF de n° º 856.334.881-72, no dia 10 de fevereiro de 2025. O requerimento é tempestivo e atende a todos os requisitos de admissibilidade, conforme prevê o Art. 326 do CTM. No dia 10 de fevereiro de 2025, o contribuinte Adriano de Oliveira protocolou requerimento de revisão das áreas cadastradas de seus imóveis, sob o número 4.427/2025. Juntamente ao pedido, apresentou parecer técnico apontando que seu imóvel carece de infraestrutura básica, além de documentação comprobatória da situação. A autoridade fiscal responsável, Sr. Fernando H. Aburaya, realizou vistoria presencial e, após análise detalhada, verificou que o imóvel, inscrito sob o nº 101003970478001, encontra-se em região próxima à zona urbana. Contudo, não dispõe de benfeitorias públicas essenciais, como energia elétrica, rede de esgoto, coleta de lixo, iluminação pública ou quaisquer outros serviços urbanos. Diante dos fatos, o parecer fiscal recomenda a revisão dos valores cobrados a título de IPTU, conforme os dados ajustados. Conforme os trâmites legais do processo administrativo, após o recebimento da solicitação, a demanda foi encaminhada à autoridade fiscal para análise. Após a revisão das áreas, o Secretário Gustavo Calabria validou o parecer técnico e determinou a revisão dos valores e o recálculo do IPTU do imóvel mencionado, garantindo a adequação dos lançamentos. A decisão reconheceu os argumentos apresentados pelo requerente, especialmente quanto à ausência de benfeitorias públicas no imóvel e à desatualização dos dados constantes no cadastro imobiliário. Pelo exposto, CONHEÇO DO PRESENTE REEXAME NECESSÁRIO e no MÉRITO, MANTENHO A DECISÃO DO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, que deferiu o pedido do Requerente. Os demais conselheiros acompanharam o voto do relator.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

PROCESSO nº	4.775/2025
REQUERENTE	Manuelly Regina de Almeida Antoniassi
ASSUNTO	Exclusão de Cadastro Imobiliário
DATA DA SESSÃO	28/04/2025
JULGAMENTO	Trata-se de processo administrativo em reexame necessário, em pedido de cancelamento de cobrança de IPTU, pois lançado em duplicidade, sob o argumento de não ser proprietário/possuidor de do imóvel de matricula 101014370391001, solicitou também cancelamento de inscrição em dívida ativa e protestos. Juntou documentos pessoais, registro do imóvel e contratos. Processo autuado, distribuído e encaminhado ao fiscal de tributos para análise e parecer, que verificou o lançamento em duplicidade da inscrição imobiliária, reportou a existência de valores lançados em dívida ativa e protestos em nome da Sra. Manuely Regina de Almeida Antoniassi por conta da inscrição imobiliária n° 101014370391001. As fls. 25 o Secretário Municipal de Fazenda exarou sua decisão deferindo o pedido do Autor. De acordo com a decisão do Sr. Secretário de Fazenda Municipal, restou assim consignado: "Trata-se de pedido de exclusão do Cadastro Municipal do Imobiliário Urbano no 101014370391001, formulado pela senhora MANUELLY REGINA DE ALMEIDA, em 12 de fevereiro de 2025. A requerente, por meio de declaração negativa de posse, afirma que o imóvel em questão não faz parte do ESPÓLIO DE MARIA DAS GRAÇAS DE ALMEIDA e que desconhece a propriedade do imóvel. Em seu parecer, a Autoridade Fiscal manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pedido, uma vez que, após análise documental e vistoria in loco, foi constatado que existe uma duplicidade de inscrições cadastradas. Diante do exposto, acolho o parecer da Autoridade Fiscal, e DEFIRO o pedido da contribuinte, em razão do equívoco no sistema, e determino a exclusão da inscrição no 101014370391001 do Cadastro Municipal Imobiliário, bem como o cancelamento dos débitos de dívida ativa e dos protestos registrados no cadastro da contribuinte, e ratifico a atualização cadastral da inscrição no 101000080093001." Os documentos comprobatórios são fartos a respaldar a decisão da autoridade fiscal municipal. Nos termos do art. 365 do Código Tributário Municipal, recebo o reexame necessário e voto para que seja
	mantida a decisão exarada pelo secretário municipal de fazenda. Pelo exposto, CONHEÇO DO PRESENTE REEXAME NECESSÁRIO e no MÉRITO, MANTENHO A DECISÃO DO I. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA que deferiu de exclusão do Cadastro Urbano n° 101014370391001 do nome do contribuinte. Os demais conselheiros acompanharam o voto da conselheira relatora.
DECISÃO	RECURSO DEFERIDO. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

PRESIDENTE

AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2025 PROC. ADMINISTRATIVO DIGITAL N° 043/2024

PROMOTORA: Serviço de Saneamento Ambiental ÁGUAS DO PANTANAL – Autarquia Municipal de Cáceres-MT.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE **MATERIAIS PERMANENTES E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

PLATAFORMA: **Portal de Compras do Governo Federal: gov.br/compras**

*DATA**: 15/05/2025** às **09***h00m - **(HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA - DF)**.

OBSERVAÇÃO: A pasta contendo o Edital norteador e seus Anexos poderão ser obtidos digitalmente no **Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal – Autarquia Municipalde Cáceres, Estado de Mato Grosso,** em sua sede, localizada na Rua Voluntários da Pátria, nº 548 - Centro - CEP 78210-210 – Fones (65) 3223-6900 Ramal 2017/2018; na cidade de CÁCERES-MT, baixado nos sites www.aguasdopantanal.eco.br **,gov.br/compras** e **pncp.gov.br ou solicitando para e-mail** *licitacaoaguasdopantanal@gmail.com*

Cáceres-MT, 25 de abril de 2025.

JULIO CÉZAR PARREIRA DUARTE

Diretor Executivo

Decreto 1019/2021

Publicado em 30/12/2021 – AMM

(Assinado Digitalmente)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

CONTABILIDADE
CERTIDÃO CONTABIL - CONTRATAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA LEO VAQUEIRO, REFERÊNCIA NACIONAL NO GÊNERO SERTANEJO, COM REPERTÓRIO CONSOLIDADO E RECONHECIDO PELO PÚBLICO, PARA REALIZAÇÃO DO 39º ANIVERS

CERTIDÃO CONTABIL

Declaramos, para os devidos fins de direito e prova junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Matogrosso – TCE-MT ou a qualquer outro órgão de fiscalização interna ou externa, que existe no Orçamento Geral do Município, dotações orçamentárias com saldo disponível, para cobertura e contabilização provenientes do processo de **INEXIGIBILIDADE nº 007/2025**, para a seguinte finalidade;

OBJETO	
Contratação da apresentação artística LEO VAQUEIRO, referência nacional no gênero sertanejo, com repertório consolidado e reconhecido pelo público, para realização do 39º aniversário de Campinápolis e Expocamp 2025.(CONVENIO)	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2025	**SALDO A SER UTILIZADO**
14- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	**R$ 90.000,00**
Funcional Programática Exercício 2025	R$ 70.000,00

20.001.13.392.0015.1134.3.3.90 – 1.701.0000 – DOT 170	
Funcional Programática Exercício 2025 20.001.13.392.0015.1134.3.3.90 – 1.500.0000 – DOT 170	R$ 20.000,00

EM CASOS DE ALTERAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMATICA ENTRE O EXERCÍCIO CORRENTE E SUBSEQUENTE, FAZ NECESSÁRIO O APOSTILAMENTO DE NOVA DOTAÇÃO.

As conclusões aqui dispostas ficam vinculadas as informações apresentadas no processo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que por ventura possam ocorrer durante o tramite do certame até a devida contratação.

Ainda, conforme jurisprudência do TCE-MT cita o ACÓRDÃO Nº: 2394/2015 - TRIBUNAL PLENO "O contador não responde por fracionamento de despesas e pela consequente não realização de processo licitatório, uma vez que não se trata de fato afeto às atribuições inerentes ao seu cargo, mesmo que tenha promovido à contabilização de despesas que, uma vez somadas, exigiriam, em tese, a prévia realização de licitação".

Nos termos do que dispõe o inciso I e II, do artigo 16 da Lei Complementar 101/00 LRF, declaro que as despesas acima mencionadas possuem adequação orçamentaria quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025 conforme dispõe o Art. 5º da Lei 1.440/2024 que regulamentam o remanejamento de até 30% do total do Orçamento, para suplementares dotações, com déficit orçamentário, em razão de alocação dos recursos necessários para sua realização.

Sendo o que temos para o momento,

Campinápolis - MT, 28 de Abril de 2025.

DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

CONTADOR CRC/GO – 19107/O-2 T-MT

PUBLICAÇÕES RH SEMED
ERRATA DECRETOS DE POSSE

Na edição ano XX, nº 4.679, 4692,4697 e 4.708 de 02 de abril de 2025 pg 163 e 4.708 de 02 abril de 2025 e 4.709 de 03 de abril de 2025 pg. 233 do Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, pag. 105,106, 111 de 11 de março de 2025 e 18 de março de 2025 pg 063,068 na publicação. DECRETO DE Nº 4599, 4600,4601, 4602 de 10 de março de 2025, Decreto nº 4.604, 4605,4606 de 13 de março de 2025. Decreto nº 4621 de 01 de abril de 2025 e Decreto 4625 de 02 de abril de 2025.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **FABIOLA DA SILVA DOS SANTOS,** para exercer o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA - SEDE, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **RAFAELLA SILVA ACIOLY BUENO,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA RURAL, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **POLIANE LIMA DE OLIVEIRA,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeado em Caráter Efetivo o Srº. **GLEISON LUCAS VIEIRA DE OLIVEIRA,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **DIVINA AFONSO RIBEIRO,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE, Classe "A", Nível "02**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **VILMA DO NASCIMENTO MENDES,** para exercer o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA - SEDE, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **JHENNYFER GOUVEIA GOMES,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **GEOVANA DIAS SOARES FREITAS,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srº **SAMARO TONNY FERNANDES NAZARIO,** para exercer o cargo de **AAE/NUTRIÇÃO - SEDE, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

DEVE SE LÊ

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **FABIOLA DA SILVA DOS SANTOS,** para exercer o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA - SEDE, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **RAFAELLA SILVA ACIOLY BUENO,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA RURAL, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **POLIANE LIMA DE OLIVEIRA,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeado em Caráter Efetivo o Srº. **GLEISON LUCAS VIEIRA DE OLIVEIRA,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **DIVINA AFONSO RIBEIRO,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE, Classe "B", Nível "02**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **VILMA DO NASCIMENTO MENDES,** para exercer o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA - SEDE, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **JHENNYFER GOUVEIA GOMES,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **GEOVANA DIAS SOARES FREITAS,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srº **SAMARO TONNY FERNANDES NAZARIO,** para exercer o cargo de **AAE/NUTRIÇÃO - SEDE, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Publique – se. Registra – se e Cumpre – se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 29 de abril de 2025.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÕES RH SEMED
PORTARIA DE Nº 347 DE 16 DE ABRIL DE 2025.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SENHORA **CLEONICE BATISTA FARIAS** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora de 16/04/2025.

RESOLVE

I – Exonerar a servidora abaixo relacionada que exerciam suas funções junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** desta Prefeitura Municipal.

Ord.	Mat.	Nome	Cargo	Localidade
01	5870	Cleonice Batista Farias	AAE/Limpeza	Sede

II – Revogar parcialmente a Portaria nº 209 de 05 de março de 2025.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registra – se e Cumpre – se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 16 de abril de 2025.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÕES RH SEMED
ERRATA DECRETOS DE POSSE

Na edição ano XX, nº 4.679, do Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, pag. 240, 241, 244, 245,246 de 19 de fevereiro de 2025, na publicação. DECRETO DE Nº 457 de 17 de fevereiro, 4575 de 18 de fevereiro de 2025.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **ELAINE INÁCIO PEREIRA ,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL - SJC , Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **LUCIANA PEREIRA CARDOSO,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

DEVE SE LÊ

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **ELAINE INÁCIO PEREIRA ,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL - SJC , Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **LUCIANA PEREIRA CARDOSO,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Publique – se. Registra – se e Cumpre – se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 29 de abril de 2025.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÕES RH SEMED
ERRATA - DECRETOS DE POSSE

Na edição ano XVII, nº 4.678, do Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, pag. 240, 241, 244, 245,246 de 18 de fevereiro de 2025, na publicação dos DECRETO DE Nº 4562, 4563, 4564, 4565, 4566, 4567, 4568, 4569, 4570 e 4572 de 17 de fevereiro de 2025.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **ACLESIANE DOS SANTOS ROSA ABICH**, para exercer o cargo de **AAE/ LIMPEZA- DISTRITO SÃO JOSÉ DO COUTO, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeado em Caráter Efetivo o Sr. **ALVIMAR JUSTINO MARQUES**, para exercer o cargo de **AAE- TRANSPORTE ESCOLAR, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeado em Caráter Efetivo o Sr. **ANTÔNIO CARLOS GOMES DE SÁ**, para exercer o cargo de **AAE- TRANSPORTE ESCOLAR, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeado em Caráter Efetivo o Sr. **FABIANO OLIVEIRA ALVES**, para exercer o cargo de **AAE- TRANSPORTE ESCOLAR, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeado em Caráter Efetivo o Sr. **JOE DALLEGRAVE**, para exercer o cargo de **AAE- TRANSPORTE ESCOLAR, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **LORRAINE GONÇALVES DA SILVA,** para exercer o cargo de **AAE/NUTRIÇÃO – SEDE, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeado em Caráter Efetivo o Sr. **LUCAS MOREIRA NASCIMENTO SIMÕES**, para exercer o cargo de **AAE- TRANSPORTE ESCOLAR, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **NEIDE TOLENTINO DA SILVA,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **TANIA DOS SANTOS ROSA,** para exercer o cargo de **AAE/NUTRIÇÃO DISTRITO SÃO JOSÉ DO COUTO, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeado em Caráter Efetivo o Sr. **PAULO HENRIQUE ALVES DA SILVA**, para exercer o cargo de **AAE- TRANSPORTE ESCOLAR, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

DEVE SE LÊ

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **ACLESIANE DOS SANTOS ROSA ABICH**, para exercer o cargo de **AAE/ LIMPEZA- DISTRITO SÃO JOSÉ DO COUTO, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeado em Caráter Efetivo o Sr. **ALVIMAR JUSTINO MARQUES**, para exercer o cargo de **AAE- TRANSPORTE ESCOLAR, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeado em Caráter Efetivo o Sr. **ANTÔNIO CARLOS GOMES DE SÁ**, para exercer o cargo de **AAE- TRANSPORTE ESCOLAR, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeado em Caráter Efetivo o Sr. **FABIANO OLIVEIRA ALVES**, para exercer o cargo de **AAE- TRANSPORTE ESCOLAR, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeado em Caráter Efetivo o Sr. **JOE DALLEGRAVE**, para exercer o cargo de **AAE- TRANSPORTE ESCOLAR, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **LORRAINE GONÇALVES DA SILVA,** para exercer o cargo de **AAE/NUTRIÇÃO – SEDE, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeado em Caráter Efetivo o Sr. **LUCAS MOREIRA NASCIMENTO SIMÕES**, para exercer o cargo de **AAE- TRANSPORTE ESCOLAR, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **NEIDE TOLENTINO DA SILVA,** para exercer o cargo de **AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeada em Caráter Efetivo a Srª. **TANIA DOS SANTOS ROSA,** para exercer o cargo de **AAE/NUTRIÇÃO DISTRITO SÃO JOSÉ DO COUTO, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Art. 1º - Fica nomeado em Caráter Efetivo o Sr. **PAULO HENRIQUE ALVES DA SILVA**, para exercer o cargo de **AAE- TRANSPORTE ESCOLAR, Classe "B", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Educação**, desta Prefeitura.

Publique – se. Registra – se e Cumpre – se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 29 de abril de 2025.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÕES RH SEMED
PORTARIA DE Nº. 353 DE 22 DE ABRIL DE 2025.

"DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DA SERVIDORARELACIONADA ABAIXO *E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora de 06/03/2025.

RESOLVE:

I – Remanejamento da servidora relacionada na tabela a baixo

Nº	Mat	Servidor	Lotação Anterior	Lotação Atual
01	158	Maria Conceição do Nascimento	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Educação

II- Revogar a Portaria nº 2.893 de 03 de abril de 2000.

III- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 22 de abril de 2025.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
CERTIDÃO CONTABIL - CONTRATAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA DUPLA GUSTAVO MOURA & RAFAEL E SOLO EVELYN DUARTE REFERÊNCIA NACIONAL NO GÊNERO SERTANEJO, COM REPERTÓRIO CONSOLIDADO E RECONHECIDO PELO PÚ

CERTIDÃO CONTABIL

Declaramos, para os devidos fins de direito e prova junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Matogrosso – TCE-MT ou a qualquer outro órgão de fiscalização interna ou externa, que existe no Orçamento Geral do Município, dotações orçamentárias com saldo disponível, para cobertura e contabilização provenientes do processo de **INEXIGIBILIDADE nº 006/2025**, para a seguinte finalidade;

OBJETO	
Contratação da apresentação artística da dupla GUSTAVO MOURA & RAFAEL e SOLO EVELYN DUARTE referência nacional no gênero sertanejo, com repertório consolidado e reconhecido pelo público, para realização do 39º aniversário de Campinápolis e Expocamp 2025.(CONVENIO)	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2025	**SALDO A SER UTILIZADO**
14- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA GUSTAVO MOURA E RAFAEL	**R$ 150.000,00**
Funcional Programática Exercício 2025 20.001.13.392.0015.1134.3.3.90 – 1.701.0000 – DOT 170	
14-SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA EVELYN DUARTE	**R$ 80.000,00**
Funcional PROGRAMATICA Exercício 2025 20.001.13.392.0015.1134.3.3.90 – 1.701.0000 – DOT 170	**Total= 230.000,00**

EM CASOS DE ALTERAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMATICA ENTRE O EXERCÍCIO CORRENTE E SUBSEQUENTE, FAZ NECESSÁRIO O APOSTILAMENTO DE NOVA DOTAÇÃO.

As conclusões aqui dispostas ficam vinculadas as informações apresentadas no processo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que por ventura possam ocorrer durante o tramite do certame até a devida contratação.

Ainda, conforme jurisprudência do TCE-MT cita o ACÓRDÃO Nº: 2394/2015 - TRIBUNAL PLENO "O contador não responde por fracionamento de despesas e pela consequente não realização de processo licitatório, uma vez que não se trata de fato afeto às atribuições inerentes ao seu cargo, mesmo que tenha promovido à contabilização de despesas que, uma vez somadas, exigiriam, em tese, a prévia realização de licitação".

Nos termos do que dispõe o inciso I e II, do artigo 16 da Lei Complementar 101/00 LRF, declaro que as despesas acima mencionadas possuem adequação orçamentaria quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025 conforme dispõe o Art. 5º da Lei 1.440/2024 que regulamentam o remanejamento de até 30% do total do Orçamento, para suplementares dotações, com déficit orçamentário, em razão de alocação dos recursos necessários para sua realização.

Sendo o que temos para o momento,

Campinápolis - MT, 28 de Abril de 2025.

DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

CONTADOR CRC/GO – 19107/O-2 T-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 263/2025 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 263/2025

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Gabriela Regina Celso.

Objeto: Contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público do cargo de Enfermeira - Area Urbana,lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Classificação Orçamentária:

10.001.10.301.0009.20175.3190040000.15001002000000

Valor Mensal : R$ 6.115,28

Prazo: 24/03/2025 A 24/03/2026

Procedimento: Art. 37 inciso IX da Constituição Federal; e o disposto na lei municipal nº 1.544/2012 de 19 de dezembro de 2012; que homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2024" edital de convocação n° 014/2025; memorando n° 5.166/2025, expedido pela Secretaria Municipal de Educação, e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: Saúde.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PORTARIA N° 648, DE 28 DE ABRIL DE 2025

Substitui membro da Comissão de Processo Administrativo n° 6/2025, designada pela Portaria n° 414, de 24.02.2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando o requerimento de desvinculação do servidor Júlio César Ferreira, matrícula funcional n° 3168, da Comissão Permanente de Procedimentos subdivididos em Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial, conforme requerimento apresentado à Secretaria Municipal de Administração;

Considerando que o referido servidor integrava a Comissão de Processo Administrativo n° 6/2025, na condição de membro;

Considerando a realização de novo sorteio, conforme consta na Ata 6/2025/B - Processo Administrativo;

Resolve:

Art. 1° Designar a servidora Adileide Souza Pereira, matrícula funcional 5.597, para substituir o servidor Júlio César Ferreira, matrícula funcional 3168, na Comissão de Processo Administrativo n° 6/2025, ficando a mesma assim constituída:

§ **Presidente: Hellen Cris de Pinho Nascimento Andrade,** matrícula funcional n° 2634; § **Membro**: Yoberlan da Silva Martins, matrícula funcional n° 5326; § **Membro**:Adileide Souza Pereira, matrícula funcional 5.597.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis, 28 de abril de 2025.

EDILSON ANTÔNIO PIAIA Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 255/2025 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 255/2024

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Gabriel Bernardes Silva.

Objeto: Contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público do cargo de Medico 40 horas - Area Urbana,lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Classificação Orçamentária: 10.001.10.301.0009.20175.3190040000.15001002000000

Valor Mensal : R$ 27.174,15

Prazo: 19/03/2025 a 19/03/2026

Procedimento: Art. 37 inciso IX da Constituição Federal; e o disposto na lei municipal nº 1.544/2012 de 19 de dezembro de 2012; que homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2024" edital de convocação n° 013/2025; memorando n° 4.641/2025, expedido pela Secretaria Municipal de Educação, e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: Saúde.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 622, DE 22 DE ABRIL DE 2025.

CONCEDE ESTABILIDADE AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto na Lei Municipal 1.822, de 05 de abril de 2016;

o parecer expedido pela Comissão Especial de Avaliação do Estágio Probatório;

o desempenho da avaliação dos servidores municipais em Estágio Probatório com tempo adquirido de estabilidade.

o ofício n° 008/2025/CAP;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER estabilidade aos servidores municipais abaixo relacionados, com efeitos retroativos à data relacionada, por haverem cumprido o período de estágio probatório e obtido parecer favorável da Comissão Especial de Avaliação do Desempenho do Estágio Probatório;

Nome	Admissão	Estável à partir de:
MIRLANE BARBOSA DA SILVA	09/03/2022	08/03/2025
ALINE DA COSTA LEITE PIMENTA FREMIOT	07/03/2022	06/03/2025
LORAINE WILLE	04/03/2022	03/03/2025
GLAUCIA CARDOSO DOS SANTOS	11/03/2022	10/03/2025
CRISTIANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA	07/03/2022	06/03/2025
CRISLAINE SABINO	15/03/2022	14/03/2025
ALEXANDRE MELO DA SILVA	03/03/2022	02/03/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 22 dias do mês de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 623, DE 22 DE ABRIL DE 2025.

CONCEDE ESTABILIDADE AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto na Lei Municipal 2.084, de 23 de dezembro de 2019;

o parecer expedido pela Comissão Especial de Avaliação do Estágio Probatório, através d**o Ofício n° 008/2025/CAP;**

o desempenho da avaliação dos servidores municipais em Estágio Probatório com tempo adquirido de estabilidade;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER estabilidade os servidores municipais abaixo relacionados, com efeitos retroativos às datas relacionadas, por haverem cumprido o período de estágio probatório e obtido parecer favorável da Comissão Especial de Avaliação do Desempenho do Estágio Probatório;

Nome	Admissão	Estável à partir de:
VANESSA SERAFIM LOURENÇO BATISTELLA	25/02/2022	24/02/2025
EDILENE FERNANDA GOMES DE MATOS	17/02/2022	16/02/2025
GISLEIVE GOES DA SILVA CORREIA	25/02/2022	24/02/2025
GIOVANA LUCIA PELIZZARI ZENI	01/02/2022	30/01/2025
ALEXANDRE SILVEIRA IRBER	21/02/2022	20/02/2025
FRANCISCA BARBOSA FERREIRA	18/02/2022	17/02/2025
IVONETE SOARES PINTO	01/02/2022	30/01/2025
PRISCILA VILENA LISBOA	23/02/2022	22/02/2025
PATRICIA BARRA DE FRANÇA	25/02/2022	24/02/2025
ELESSANDRA DE OLIVEIRA SOUZA	03/03/2022	02/03/2025
LORAINE SANTOS SILVA	25/02/2022	24/02/2025
MARIA APARECIDA FERREIRA DE QUEIROZ	23/02/2022	22/02/2025
CARLA CRISTINA SOUZA MOURA CORREIA	01/02/2022	30/01/2025
ANA DIVINA PEREIRA	09/02/2022	08/02/2025
LARISSA LEMES NICOLETTI	22/02/2022	21/02/2025
MARIA LUCILENE MARQUES DOS SANTOS	03/02/2022	02/02/2025
ANGELA BARBOSA LIMA	23/02/2022	22/02/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 22 dias do mês de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 620, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL **KEILA RAMOS SOUZA.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o art. 124, da Lei Municipal 1.130 de 11 de julho de 2006;

o requerimento da servidora;

o memorando via 1Doc nº 7.575/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **Licença Prêmio por Assiduidade** a servidora municipal **Keila Ramos Souza**, matrícula nº 4354, efetiva no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 2º A licença será concedida pelo período de **01 (um) mês**, com início em 05/05/2025 e término em 05/06/2025, referente ao período aquisitivo 24/06/2019 à 23/06/2024, ficando um saldo de 02 meses para usufruir do referido período;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 625, DE 22 DE ABRIL DE 2025.

CONCEDE **FUNÇÃO GRATIFICADA** À SERVIDORA **FLANCIELLI THAIS PERES LEAL.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 7.829/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente datado em 22 de abril de 2025;

o disposto no art. 5º, da Lei Municipal nº 1.866/2017;

o disposto no Decreto nº 060/2017;

o interesse público e a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, com efeitos retroativos a partir de 10 de abril de 2025, percentual de gratificação, a título de função gratificada, sobre os vencimentos básicos mensais da servidora abaixo listada:

Mat.	SERVIDOR	%	JUSTIFICATIVA (atividades a serem desempenhadas)
3280	FLANCIELLI THAIS PERES LEAL	40%	Elaboração de ETP - Estudo Técnico Preliminar. Elaboração de documentos que fazem uma análise inicial de um projeto ou necessidade, ajudando a entender melhor o que será feito, quais recursos serão necessários e quais benefícios podem ser alcançados. O ETP serve como uma base para tomar decisões mais informadas, avaliando diferentes alternativas e identificando os aspectos técnicos, econômicos e operacionais envolvidos. É uma etapa importante para planejar de forma eficiente e garantir que o projeto seja viável e bem estruturado desde o começo. Acompanhamento de Atas Registro de Preços O Acompanhamento das Atas de Registro de Preços será necessário para os pedidos de compras e solicitações de despesas para a aquisição dos materiais de manutenção e prestações de serviços, entre outros acompanhamentos para a continuidade dos processos. Monitorar o uso da ata; Acompanhar o saldo disponível; Quantidade já adquirida; Saldo restante; Notas de empenho/contratos vinculados; Datas de emissão, vigência e vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 22 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 619, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

DELEGA À SERVIDORA **GISELI PRECILA MACHNIEVCZ** A FUNÇÃO E RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO CARGO DE **DIRETOR (A) DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO**.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO:

o memorando via 1Doc nº 7.050/2025 datado em 08 de abril de 2025;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

1. DELEGAR à servidora **GISELI PRECILA MACHNIEVCZ ,** matrícula funcional nº 3306, Agente Administrativo, vinculado à Secretaria Municipal de Finanças, a função e responsabilidade técnica do cargo de Diretor(a) do Departamento Financeiro, durante o período de **12 de maio de 2025 à 26 de maio de 2025,** em substituição à servidora SIMONE VISINESKI, matrícula nº 2621, que usufruirá de férias no referido período;

2. Conceder à servidora **GISELI PRECILA MACHNIEVCZ**, a diferença do salário base do cargo de Agente Administrativo para o cargo de Diretor (a) do Departamento Financeiro; **3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PORTARIA N° 647, DE 28 DE ABRIL DE 2025

Substitui membro da Comissão de Processo Administrativo n° 5/2025, designada pela Portaria n° 413, de 24.02.2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando o requerimento de desvinculação do servidor Júlio César Ferreira, matrícula funcional n° 3168, da Comissão Permanente de Procedimentos subdivididos em Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial, conforme requerimento apresentado à Secretaria Municipal de Administração;

Considerando que o referido servidor integrava a Comissão de Processo Administrativo n° 5/2025, na condição de membro;

Considerando a realização de novo sorteio, conforme consta na Ata 5/2025/A - Processo Administrativo;

Resolve:

Art. 1° Designar a servidora Roberta Cristina Freitas, matrícula funcional n° 1882, para substituir o servidor Júlio César Ferreira, matrícula funcional n° 3168, na Comissão de Processo Administrativo n° 5/2025, ficando a mesma assim constituída:

§ **Presidente:** Susana Henrique, matrícula funcional n° 1876; § **Membro:** José Carlos Ribeiro, matrícula funcional n° 486; § **Membro**: **Roberta Cristina Freitas**, matrícula funcional n° 1882.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis, 28 de abril de 2025.

EDILSON ANTÔNIO PIAIA Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 626, DE 22 DE ABRIL DE 2025.

NOMEIA A SENHORA, **ANDRESSA CAROLLINY DA SILVA MARQUES** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **DIRETOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA** VINCULADO A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 7.737/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social em 17 de abril de 2025;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear**,** a partir de 22 de abril de 2025, a senhora, **ANDRESSA CAROLLINY DA SILVA MARQUES,** portadora do CPF sob nº 046.***.*** - 12, para o cargo em comissãode **DIRETOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA** vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 22 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
LEI N° 2.657, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Altera dispositivos da Lei Municipal n° 2.630, de 27.02.2025, que dispõe sobre o Sistema Único da Assistência Social do Município de Campo Novo do Parecis/MT e estabelece regras para composição e funcionamento do Conselho e do Fundo Municipal de Assistência Social.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS** Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° As alíneas “a”, “b” e “c”, inciso II, § 1°, e § 8° do art. 19 da **Lei n° 2.630, de 27 de fevereiro de 2025, passam a vigorar com a seguinte redação:**

“ Art. 19 .....

.....

II - .....

a) 2 (dois) representantes dos usuários ou de organizações de usuários, no âmbito municipal; b) 2 (dois) representantes das entidades e organiza-

ções de assistência social, no âmbito municipal; c) 2 (dois) representantes dos trabalhadores da área de assistência social, no âmbito municipal.

.....

§ 8° O CMAS contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo." (NR)

Art. 2° Ficam suprimidos os incisos IV e V do art. 12 da Lei n° 2.630, de 27 de fevereiro de 2025.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis/MT, 29 de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

Autoria: Poder Executivo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO N ° 242/2025 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 242/2025

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Amilton Aparecido Moreira.

Objeto: Contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público do cargo de Agente Operacional de Saúde - SAMU - Area Urbana,lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Classificação Orçamentária: 10.001.10.122.0008.20084.3390930000. 15001002000000

Valor Mensal : R$ 2.859,24

Prazo: 17/03/2025 A 17/03/2026

Procedimento: Art. 37 inciso IX da Constituição Federal; e o disposto na lei municipal nº 1.544/2012 de 19 de dezembro de 2012; que homologa o "Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2024" edital de convocação n° 004/2025; memorando n° 4.193/2025, expedido pela Secretaria Municipal de Educação, e demais legislações aplicáveis à matéria.

Secretaria: Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 003/2025 DE 28 DE ABRIL DE 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Verde-MT, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Federal Nº 8.742/93, alterada pela Lei Nº 12.435/2011, na Lei Municipal Nº 2.206/2016, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Campo Verde, na reunião Ordinária do dia 28 de abril de 2025, dispõe sobre os assuntos:

CONSIDERANDO:

Lei Federal Nº 8.742/93, de 07 de Dezembro de 1993, alterada pela Lei Nº 12.435/2011 de 06 de Julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e que institui o FNAS; Lei Municipal Nº 2.206/2016 de 14 de Junho de 2016, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e sobre a Conferência Municipal de Assistência Social; Lei Municipal Nº 1.456/2009 de 18 de Fevereiro de 2009 – que dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; Lei Municipal Nº 3.082 de 11 de abril de 2024 Deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 28 de abril de 2025 na ATA 003/2025:

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR o Plano de Ação do Cofinanciamento Estadual – FEAS MT 2025;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campo Verde-MT, 28 de abril de 2025.

HINDIANARA LUANA RODRIGUES LEITE PACHECO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

SECRETARIA DE CULTURA
CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO – JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E JUVENTUDE

EXTRATO DE CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025

Objeto: **Justificativa de Dispensa de Chamamento Público** para celebração de **Termo de Fomento com a Associação Cultural Celeiro das Artes**, visando à execução do projeto *Palco & Vida – Escola de Teatro de Campo Verde*.

Data da publicação da justificativa: **24 de abril de 2025** Prazo para impugnação: **5 (cinco) dias corridos**, conforme §2º do art. 32 da **Lei Federal nº 13.019/2014**, regulamentada pelo **Decreto Federal nº 8.726/2016**, e pelo **Decreto Municipal nº 036/2017**.

Certificamos que **não houve nenhuma impugnação, manifestação ou apontamento** por parte de terceiros ou órgãos de controle durante o prazo legal.

Dessa forma, **resta caracterizado o decurso de prazo legal**, autorizando o regular prosseguimento do processo administrativo, com a celebração do Termo de Fomento, nos termos da legislação vigente.

Campo Verde – MT, 29 de abril de 2025.

ANDRÉ REGIS TAVARES NOVAIS

Secretário Municipal de Cultura e Juventude

SECRETARIA DE CULTURA
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 001/2025

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 001/2025

Processo Administrativo nº 003/2025

O Município de Campo Verde – MT torna pública a **RETIFICAÇÃO** do Extrato do Acordo de Cooperação Técnica e Financeira nº 001/2025, publicado anteriormente, exclusivamente quanto à **dotação orçamentária** informada.

Onde se lê: Dotação orçamentária nº 16.001.13.392.0016.20037. 3390390000.1500000000 – Reduzido 1427

Leia-se: Dotação orçamentária nº 16.001.13.392.0016.20037. 3390390000.2500000000 – Reduzido 1540

As demais cláusulas e informações do Acordo permanecem **inalteradas**.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

ANDRÉ REGIS TAVARES NOVAIS

Secretário Municipal de Cultura e Juventude

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO N°:004/2025

HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO N° 004/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE

DE PEDREIRO, PINTOR, CARPINTEIRO, ELETRICISTA, AJUDANTE DE ELETRICISTA, TELHADISTA, AZULEJISTA,

ENCANADOR, MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA, MARCENEIRO, MESTRE DE OBRAS E ELETRICISTA PARA REFORMA E MANUTENÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I). A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o credenciamento das empresas: **VANDO NOBRE PEREIRA 02071094190, CNPJ N°: 33.445.200/0001-07, RP LEITE CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA, CNPJ N°: 48.354.306/0001-72, RANGEL ELAN REVELES VICENTE, CNPJ N°: 31.319.045/0001-57, SOUZA EMPREITEIRA LTDA, CNPJ N°: 42.878.418/0001-46,** sendo o Credenciamento n°: 004/2025. Campo Verde – MT, 28 de abril de 2025. Adriano Conceição De Paula – Agente de Contratação.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA
ALERTAS E/OU COMUNICADOS DE RISCO SANITÁRIO [D.O.U 29.04.2025]

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) determinou medidas preventivas contra os seguintes produtos, conforme publicado no *Diário Oficial da União* de 29/04/2025.

ALERTA OMS 01-2025

Identificação do produto ou caso: Todas as marcas registradas de teste rápido para malária - Produto para diagnóstico in vitro (IVD), nome técnico: Plasmodium.

Ação: Trata-se de um Informe de Segurança e deve ser difundido ao máximo.

Recomendações: Ações a serem tomadas pelos usuários/profissionais de saúde:

1. Siga atentamente as instruções de uso do produto, especificamente: a. Leia qualquer linha de teste como positiva, não importa quão fraca ela seja; b. Preencha e dispense completamente o sangue do dispositivo de transferência de amostra.

2. Respeite as condições de armazenamento do kit de teste.

3. Se os resultados dos testes rápido forem negativos e nenhum diagnóstico diferencial for detectado, oriente os pacientes a retornarem para reavaliação ou novo teste se os sintomas piorarem ou se a condição clínica não melhorar.

4. Relate quaisquer resultados de testes incomuns ao fabricante, por meio de seu representante local autorizado e notifique à autoridade sanitária, via sistema Notivisa.

Recomendações ao Programa Nacional de Controle da Malária (PNCM):

1. Assegurar as condições de transporte e armazenamento dos dispositivos de acordo com as Instruções de Uso dos respectivos fabricantes ou durante todo o ciclo de vida útil do kit.

2. Assegurar a manutenção do treinamento das equipes e sensibilizá-los à situação exposta neste informe.

Para notificar queixas técnicas e eventos adversos, informe o número do Alerta 4843 no texto da notificação ao utilizar os canais abaixo:

Notivisa: Notificações de eventos adversos (EA) e queixas técnicas (QT) de produtos sujeitos à Vigilância Sanitária devem ser feitos por meio do Sistema Notivisa (https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/fiscalizacao-emonitoramento/notificacoes).

ALERTAS DE TECNOVIGILÂNCIA

Alerta 4839 (Tecnovigilância) - Comunicado da empresa Laboratórios B. Braun S.A Máquina para Hemodiálise (80136990498); Dialog IQ Máquina de Diálise (80136990953). **Problema:** Comunicamos que o fabricante B. Braun Avitum AG, durante o processo de vigilância pós mercado, verificou que, após o uso de alguns medidores de condutividade usados na manutenção ou instalação dos equipamentos supra listados, podem apresentar eventuais desvios nos parâmetros de condutividade do fluido de diálise. Em casos individuais, o desvio observado pode resultar em valores de sódio sérico do paciente diferentes daqueles prescritos pelo médico responsável. Data de identificação do problema pela empresa: 19/02/2025.**Ação:** Ação de Campo Código AC 02 2025 sob responsabilidade da empresa Laboratórios B. Braun S.A. Correção em Campo.

Alerta 4844 (Tecnovigilância) - Comunicado da empresa Gold Analisa Diagnóstica Ltda-Fia 100. **Problema:** Identificada a necessidade de atualização de software do equipamento FIA 100 - Cat. 155, visando aprimorar seu desempenho e inserir um sistema de bloqueio do equipamento para outras marcas de reagentes do mercado. Ao utilizar o equipamento sem a atualização com kits atualizados, ocorrerá um erro não sendo possível a sua utilização, sendo necessário atualização imediata do equipamento. Data de identificação do problema pela empresa: 20/02/2025. **Ação:** Ação de Campo Código AC 01/2025 sob responsabilidade da empresa Gold Analisa Diagnóstica Ltda. Atualização de Software.

Obs.: os alertas de Tecnovigilância (re)publicados neste espaço são apenas de produtos distribuídos no âmbito do Estado de Mato Grosso.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N° 001/2025 DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA N° 001/2025

PROCESSO N° 831/2025

SOLICITAÇÃO N° 537/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A Execução DE OBRA DE ENGENHARIA CIVIL, CONSISTENTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) – ZACARIAS II E III, LOCALIZADA NA RUA ÉLCIO JOSÉ COCO, QUADRA 31, ÁREA 2, NO BAIRRO GREENVILLE, COM UMA ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 649,15 M²

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO VERDE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021,

CONSIDERANDO o conteúdo do Parecer Jurídico nº 065/2025, exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual concluiu pela regularidade do procedimento licitatório, assegurando a legalidade dos atos praticados no âmbito da Concorrência Eletrônica nº 001/2025;

CONSIDERANDO que o certame observou rigorosamente as disposições da legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, bem como os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, tais como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o processo licitatório transcorreu com estrita observância aos critérios objetivos previamente estabelecidos no instrumento convocatório;

CONSIDERANDO que foram respeitados todos os prazos legais pertinentes, inexistindo registro de intercorrências que maculassem a lisura do procedimento, bem como ausência de impugnações ou recursos pendentes;

CONSIDERANDO a inexistência de vícios capazes de ensejar a nulidade do certame, não havendo óbice jurídico à continuidade do procedimento;

RESOLVE:

I – ADJUDICAR o objeto da Concorrência Eletrônica nº 001/2025 à empresa CONSTRUTORA QUEIROZ BARBOSA LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.173.919/0001-42, pelo valor global de R$ 2.254.998,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais), para a execução da obra de construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) Zacarias II e III, no Município de Campo Verde/MT.

II – HOMOLOGAR o resultado final da Concorrência Eletrônica nº 001/2025, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, ratificando os atos praticados no certame e determinando que os autos permaneçam à disposição para exame por qualquer interessado, em atenção ao princípio da publicidade.

Campo Verde - MT 29 de abril de 2025

Alexandre Lopes de Oliveira

Prefeito Municipal

*Original assinado nos autos do processo.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Contratado: DELTA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 DO CISPAR- CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO PARANAÍBA, QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES

Valor: R$ 1.802.512,00 (um milhão, oitocentos e dois mil, quinhentos e doze reais).

Vigência do Contrato: 29 de abril de 2025 a 28 de abril de 2026.

Data de Assinatura: 28 de abril de 2025.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 046/2022

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 046/2022, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA OPERACIONALIZAR O PROGRAMA DE ESTÁGIO.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE

Objeto: Fica acrescido ao contrato originário, a partir de 21 de março de 2025, o valor de R$ 1.372,00 (mil, trezentos e setenta e dois reais), em virtude de acréscimo do objeto.

Data de Assinatura: 12 de março de 2025.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N° 001/2025 - CERTIDÃO NEGATIVA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

CONCORRÊNCIA N° 001/2025

PROCESSO N° 831/2025

SOLICITAÇÃO N° 537/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A Execução DE OBRA DE ENGENHARIA CIVIL, CONSISTENTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) – ZACARIAS II E III, LOCALIZADA NA RUA ÉLCIO JOSÉ COCO, QUADRA 31, ÁREA 2, NO BAIRRO GREENVILLE, COM UMA ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 649,15 M²

Certifico, para os devidos fins, que após a divulgação do resultado da fase de habilitação no âmbito da **Concorrência Eletrônica nº 001/2025**, respeitado o prazo recursal previsto no **artigo 165** da **Lei Federal nº 14.133/2021**, **não houve interposição de recurso administrativo** por parte das licitantes, tampouco manifestação de intenção de recorrer.

Assim, **declaro a preclusão da fase recursal**, autorizando o prosseguimento do certame para os atos de adjudicação e homologação, em conformidade com o disposto nos artigos **71** e **72** da mencionada legislação.

Para que produza os efeitos legais, lavro a presente certidão, que subscrevo.

Campo Verde/MT, 29 de abril de 2025.

Adriano Conceição de Paula

Agente de Contratação

Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

PORTARIA Nº. 309, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 148, inciso II, alínea a, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR o Estágio Probatório do servidor abaixo relacionada, aprovado com base nas avaliações, relatórios, pareceres da Comissão de Avaliação de Desempenho e Estágio Probatório instituída através dos Decreto nº. 255, de 30 de outubro de 2023, pareceres da Secretária Municipal da pasta em que o servidor estiver lotado, e Homologação do Prefeito, reconhecendo como sendo de 03 (três) anos o período de Estágio Probatório assim como o período para aquisição de estabilidade.

NOME DO SERVIDOR(A)	CARGO
Daniela Martins da Silva	Professor II Plena

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO Nº. 103, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NA DATA QUE ESPECIFICA,

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 148 I, ”c” da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO *o dia 01 de maio de 2025, em comemoração ao Dia do Trabalhador;*

RESOLVE:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo o expediente do dia **02/05/2025 (sexta-feira)**, nas repartições públicas municipais da administração direta.

Art. 2º Excluem-se do ponto facultativo os serviços essenciais e de interesse público, prestados pelo município à população, que deverão ser realizados normalmente, como atendimento em hospitais, serviços de obras, coleta de lixo, limpeza urbana e congêneres.

Art. 3º. Fica a critério da Administração Municipal a qualquer momento através de ato do chefe do Poder Executivo Municipal, Secretário Municipal da respectiva pasta ou Chefe de Órgãos Autônomos e Independentes, se necessário for convocar todos ou parte dos servidores municipais para executarem tarefas consideradas inadiáveis e indispensáveis diante do interesse público, utilizando-se da jornada normal de trabalho.

Art. 4º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

PREFEITO DE CAMPOS DE JÚLIO/MT

EDITAL Nº 001, 29 DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobre o Edital do Processo de Escolha Suplementar do Conselho Tutelar do Município de Campos de Júlio/MT, referente ao mandato 2024/2028.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA** do Município de Campos de Júlio/MT, no exercício de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Municipal nº 402/2009, com as alterações promovidas pelas Leis nº 543/2012 e nº 1.659/2023, bem como na Resolução CONANDA nº 231/2022, torna público o Processo de Escolha Suplementar para membros suplentes do Conselho Tutelar do Município de Campos de Júlio/MT. Este processo destina-se ao exercício do mandato referente ao quadriênio 2024/2028, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar do Município de Campos de Júlio/MT, para o mandato 2024/2028, é regido por este edital, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Municipal nº 402/2009, com as alterações promovidas pelas Leis nº 543/2012 e nº 1.659/2023, e da Resolução CONANDA nº 231/2022.

1.2. A Comissão Organizadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o Artigo 29 do Regimento Interno do Conselho Municipal dos da Criança e do Adolescente, será composta por: Luiz Ricardo de Souza, Lucicléia Ribeiro Batista, Mirely Karolina Balbino Vieira, Valdirene Souza Dias Silva, Eduarda Ribeiro de Paula e Bruna Cristina Zonatto.

- Representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social:Dulce Ozana dos Santos.

- Representante da Procuradoria Jurídica:Maria Gabriela Pereira Bonotto.

1.2.1. São impedidos de participar da mesma Comissão Organizadora os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homo afetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, também é proibido que membros da Comissão Organizadora tenha vínculos com qualquer candidato ao cargo de conselheiro tutelar.

1.3. Todo o processo de escolha dos conselheiros tutelares será realizado sob a fiscalização do Ministério Público, o qual terá ciência de todos os atos praticados pela Comissão Organizadora para garantir a fiel execução da Lei e deste edital.

1.4. O processo destina-se à escolha de 03 (três) membros suplentes, para garantir a composição correta do Conselho Tutelar, para o mandato 2024/2028, permitida recondução, mediante novo processo de escolha.

1.5. DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

1.5.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da Criança e do Adolescente. Cabe aos membros do Conselho Tutelar agindo de forma colegiada o exercício das atribuições contidas nos artigos 18.B, parágrafo único, 90, §3º, inciso II,95,136,191,194, todos da Lei 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este diploma legal, assim como pela Lei Municipal nº 1.659 de 24 de março de 2023.

1.6. DA REMUNERAÇÃO E DOS DIREITOS SOCIAIS

1.6.1. O conselheiro tutelar faz jus ao recebimento pecuniário mensal no valor de R$ 2.942,43 (dois mil novecentos e quarenta e dois reais e quarenta e três centavos), auxilio alimentação no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), totalizando R$ 3.542,43 (três mil quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta e três centavos), sendo-lhe assegurados os direitos sociais previstos na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 1.659/2023, bem como a recomposição salarial na mesma data aplicada aos servidores públicos.

1.6.2. Se o servidor municipal for eleito para o Conselho Tutelar, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de conselheiro ou o valor de seus vencimentos incorporados, ficando-lhe garantidos:

I - O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

II - A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

1.7. DA FUNÇÃO E CARGA HORÁRIA

1.7.1. A jornada de trabalho do conselheiro tutelar, de segunda a sexta de 8 horas diárias, bem como plantão com a escala estabelecida por seus membros, compreendendo horário noturno e aos sábados, domingos e feriados.

1.7.2. A função de conselheiro tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública ou privada, observando o que determina o artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal.

1.7.3. O exercício da função de conselheiro tutelar não configura vínculo empregatício ou estatutário com o município.

2. DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

2.1. O cidadão que desejar candidatar-se à função de conselheiro tutelar deverá atender as seguintes condições, previstas neste edital:

I - Ser pessoa de reconhecida idoneidade moral.

II - Ter idade superior a (21) vinte e um anos, comprovada por meio da apresentação do documento de identidade ou por outro documento oficial de identificação.

III - Residir no município de Campos de Júlio/MT.

IV - Comprovar, por meio da apresentação de Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de Conclusão de Curso, emitido por entidade oficial de ensino, ter concluído o ensino médio até a data da posse (sob pena de não poder assumir o mandato, caso não comprove).

V - Estar no gozo de seus direitos políticos, comprovados pela apresentação do título de eleitor e comprovante de votação da última eleição ou certidão fornecida pela Justiça Eleitoral, constando estar em dia com as obrigações eleitorais.

VI – Ter conhecimentos mínimos de informática básica.

VII - Provar seu afastamento de cargo executivo ou consultivo de entidades que possua em seus estatutos sociais ou desenvolva comprovadamente como objetivo, a defesa dos direitos ou o atendimento direto ou indireto da criança e do adolescente.

VIII – Ter sido aprovado em teste de conhecimentos específicos, abrangendo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Informática Básica,

Língua Portuguesa, com nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos, conforme critérios estabelecidos no processo seletivo.

2.2. Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

I - RG e CPF.

II – Comprovante de residência.

III – Certificado de quitação eleitoral.

IV – Certidão de antecedentes cíveis e criminais da Justiça Estadual e Federal.

3. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

3.1. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado em 6 (seis) etapas:

I - Inscrição dos candidatos, que será realizada presencialmente na sede da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, sito na Av. Governador Júlio Campos, nº 289 E, Bairro Vila Nova, CEP: 78. 319-000.

II - Análise dos documentos.

III - Submeter-se a uma prova de conhecimento teórico sobre os direitos da criança e do adolescente, língua portuguesa e informática básica, de caráter eliminatório.

IV - Eleição dos candidatos por meio de voto.

V - Formação inicial.

VI - Diplomação e posse.

4. DA 1ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

4.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições do processo, tais como se acham definidas neste edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.2. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura na função de conselheiro tutelar.

4.3. As inscrições serão realizadas presencialmente na sede da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, durante o período de 02 de maio de 2025 a 30 de maio de 2025.

4.4. No ato de inscrição o candidato, deverá:

a) preencher requerimento, em modelo próprio que lhe será fornecido impresso no qual declare atender as condições exigidas para inscrição e se submeter às normas deste edital;

b) apresentar os documentos exigidos neste edital para validar a candidatura.

4.5. A ausência de qualquer dos documentos solicitados acarretará o indeferimento da inscrição.

4.6. A qualquer tempo poder-se-á anular as inscrições, as provas e/ou nomeação do candidato, caso se verifique qualquer falsidade nas declarações e/ ou qualquer irregularidade nas provas e/ou documentos apresentados.

4.7. A relação nominal dos candidatos, cuja inscrição for deferida, será publicada no Diário Oficial e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, com cópia para o Ministério Público.

5. DA 2ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA - PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO

5.1. A prova de conhecimentos versará sobre a Lei Federal nº. 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, atualizado pela Lei 12.069/ 12, Língua Portuguesa e Informática Básica.

5.2. A prova será composta por 30 (trinta) questões objetivas de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas cada, abrangendo 20 (vinte) questões sobre a Lei Federal nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, 5 (cinco) questões de Informática Básica e 5 (cinco) questões de Língua Portuguesa, valendo 1 (um) ponto cada questão, totalizando 30 (trinta) pontos. Será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da prova.

5.3. O candidato terá 03 (três) horas para realizar a prova.

5.4. A prova será realizada no dia **8 de junho de 2025 (domingo),** com início às **8h**e término às **11h**, nas dependências da **Escola Municipal de Ensino Fundamental 15 de Outubro**, localizada na **Rua Zelino Agostinho Lorenzetti, nº 58-S, Centro, Campos de Júlio – MT.**

5.5. Caso haja necessidade de alterar dia, horário e local de realização das provas, a Comissão Organizadora publicará as alterações no Diário Oficial do Município e em todos os locais onde o edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de 2 (dois) dias.

5.6. É de responsabilidade do candidato acompanhar nos locais onde o edital for publicado eventuais alterações no que diz respeito ao dia, horário e local de realização das provas.

5.7. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para o seu início, munidos de lápis, borracha, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, protocolo de inscrição e de documento oficial de identidade.

5.8. No momento da prova não será permitida consulta a textos legais nem tampouco à doutrina sobre a matéria.

5.9. Em hipótese alguma haverá prova fora do local e horário determinados, inclusive segunda chamada.

5.10. Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo, faltar às provas ou, durante a sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou com pessoas estranhas, por gestos, oralmente, por escrito, por meio eletrônico ou não.

5.11. Será automaticamente excluído do processo de escolha o candidato que não devolver a folha oficial de respostas ou devolvê-la sem assinatura.

5.12. O candidato, com deficiência ou não, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la, por escrito, no ato da inscrição, indicando os recursos especiais materiais e humanos necessários, o qual será atendido dentro dos critérios de viabilidade e razoabilidade.

5.13. A candidata inscrita em fase de amamentação que sentir necessidade de amamentar durante o período de realização da prova, deverá levar um acompanhante, que ficará com a criança em sala reservada, determinada pela Comissão Organizadora. Durante o processo de amamentação a candidata será acompanhada apenas por uma fiscal, devendo o acompanhante retirar-se da sala.

5.13.1. Pela concessão à amamentação, não será concedido qualquer tempo adicional à candidata lactante.

5.14. O gabarito será divulgado pela Comissão Organizadora em até 24 horas da realização da prova de conhecimento, sendo afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

5.15. Serão aprovados aqueles que atingirem no mínimo 50% da pontuação total atribuída à prova.

5.16. A relação definitiva dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Município e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câ-

mara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e das Unidades Básicas de Saúde - UBS.

6. DA 3ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR – ELEIÇÃO DOS CANDIDATOS

6.1. DA REUNIÃO QUE AUTORIZA A CAMPANHA ELEITORAL

6.1.1. Em reunião própria que acontecerá no dia 13 de junho de 2025, na Escola Municipal de Ensino Fundamental 15 de Outubro, Rua Zelino Agostinho Lorenzetti, n° 58 S, Centro, Campos de Júlio-MT. **Nesta reunião a Comissão Organizadora deverá dar conhecimento formal das regras do processo eleitoral aos candidatos habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, bem como reforçar as disposições deste edital, no que diz respeito notadamente:**

a) aos votantes (quem são, documentos necessários etc.);

b) às regras da campanha (proibições, penalidades etc.);

c) à votação (mesários, presidentes de mesa, fiscais, prazos para recurso etc.);

d) à definição de como o candidato deseja ser identificado na urna eletrônica (nome, nome social, codinome ou apelido etc.);

e) à definição do número de cada candidato;

f) aos critérios de desempate;

g) aos impedimentos de servir no mesmo Conselho, nos termos do artigo 140 do ECA;

h) à data da posse.

6.1.2. A reunião será realizada independentemente do número de candidatos presentes.

6.1.3. O candidato que não comparecer à reunião acordará tacitamente com as decisões tomadas pela Comissão Organizadora e pelos demais candidatos presentes.

6.1.4. Da reunião deverá ser lavrada ata, na qual constará a assinatura de todos os presentes.

6.2. DA CANDIDATURA

6.2.1 A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, grupo religioso ou econômico.

6.2.2. É vedada a formação de chapas de candidato ou a utilização de qualquer outro mecanismo que comprometa a candidatura individual do interessado.

6.3. DOS VOTANTES

6.3.1. Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezesseis anos inscritos como eleitores no município.

6.3.2. Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento oficial de identidade.

6.3.3. Cada eleitor deverá votar em até 01 (um) candidato.

6.3.4. Não será permitido o voto por procuração.

6.4. DA CAMPANHA ELEITORAL

6.4.1. A campanha eleitoral terá início no dia 14 de junho de 2025 e se encerra no dia 27 de junho de 2025.

6.4.2. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas, distribuição de panfletos e propaganda gratuita na internet e nas redes sociais.

6.4.3. É livre a distribuição de panfletos, desde que não perturbe a ordem pública ou particular.

6.4.4. As instituições (Escola, Câmara de Vereadores, CRAS, Rádio, Igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de conselheiro tutelar.

6.4.5. Os debates deverão ter regulamento próprio devendo ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

6.4.6. Os debates ocorrerão com a presença dos candidatos supervisionados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

6.4.7. Os debates previstos deverão proporcionar oportunidades iguais aos candidatos nas suas exposições e respostas.

6.4.8. Os candidatos convidados para debates e entrevistas deverão dar ciência do teor deste edital aos organizadores.

6.4.9. A propaganda eleitoral na internet e nas redes sociais deverá ser realizada de forma gratuita e de acordo com as seguintes regras:

I - Por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato.

II - Por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas cujo conteúdo seja gerado ou editado por:

a) candidatos;

b) qualquer pessoa natural, desde que não contrate impulsionamento de conteúdo.

III - Os endereços eletrônicos das aplicações de que trata este artigo, salvo aqueles de iniciativa de pessoa natural, deverão ser comunicados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, podendo ser mantidos durante todo o pleito eleitoral os mesmos endereços eletrônicos em uso antes do início da propaganda eleitoral. (Incluído pela Lei nº 13.488, de 2017).

IV - Não é admitida a veiculação de conteúdos de cunho eleitoral mediante cadastro de usuário de aplicação de internet com a intenção de falsear identidade.

V - É vedada a utilização de impulsionamento de conteúdos e ferramentas digitais não disponibilizadas pelo provedor da aplicação de internet, ainda que gratuitas, para alterar o teor ou a repercussão de propaganda eleitoral, tanto próprio quanto de terceiros.

6.4.10. Caberá ao candidato fiscalizar a veiculação da sua campanha em estrita obediência a este edital.

6.5. DAS PROIBIÇÕES

6.5.1. É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, placas, camisas, bonés e outros meios não previstos neste edital.

6.5.2. É vedado receber o candidato, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

a) entidade ou governo estrangeiro;

b) órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;

c) concessionário ou permissionário de serviço público;

d) entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;

e) entidade de utilidade pública;

f) entidade de classe ou sindical;

g) pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;

h) entidades beneficentes e religiosas;

i) entidades esportivas;

j) organizações não-governamentais que recebam recursos públicos;

k) organizações da sociedade civil de interesse público.

6.5.3. É vedada a vinculação do nome de ocupantes de cargos eletivos (Vereadores, Prefeitos, Deputados, etc.) ao candidato.

6.5.4. É vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes.

6.5.5. É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes da publicação da lista definitiva das candidaturas, prevista no item 6.1.5.

6.5.6. É vedado ao conselheiro tutelar promover sua campanha ou de terceiros durante o exercício da sua jornada de trabalho.

6.5.7. É vedado aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, promover campanha para qualquer candidato.

6.5.8. É vedado o transporte de eleitores no dia da eleição, salvo se promovido pelo poder público e garantido o livre acesso aos eleitores em geral.

6.5.9. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.

6.5.10. É vedado ao candidato doar, oferecer, promover ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, chaveiros, bonés, canetas ou cestas básicas.

6.6. DAS PENALIDADES

6.6.1. O candidato que não observar os termos deste edital poderá ter a sua candidatura impugnada pela Comissão Organizadora.

6.6.2. As denúncias relativas ao descumprimento das regras da campanha eleitoral deverão ser formalizadas, indicando necessariamente os elementos probatórios, junto à referida. Comissão Organizadora e poderão ser apresentadas pelo candidato que se julgue prejudicado ou por qualquer cidadão, no prazo máximo de 2 (dois) dias do fato.

6.6.3. O prazo será computado excluindo o dia da concretização do fato e incluindo o dia do vencimento.

6.6.4. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

6.6.5. Será penalizado com o cancelamento do registro da candidatura ou a perda do mandato o candidato que fizer uso de estrutura pública para realização de campanha ou propaganda.

6.6.6. A propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes será analisada pela Comissão Organizadora que, entendendo-a irregular, determinará a sua imediata suspensão.

6.7. DA VOTAÇÃO

6.7.1. A votação ocorrerá no dia 29 de junho de 2025, em local e horário definidos por edital e informado aos candidatos pela Comissão Organizadora, na reunião que ocorrerá no dia 13 de junho de 2025:

a) somente poderão votar os cidadãos que apresentarem documento oficial de identificação com foto e título de eleitor de Campos de Júlio-MT;

b) após a identificação, o votante assinará o caderno eleitoral e procederá a votação;

c) o votante que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

d) os candidatos poderão fiscalizar ou indicar um fiscal e um suplente para o acompanhamento do processo de votação e apuração;

e) o nome do fiscal e do suplente deverão ser indicados à Comissão Organizadora com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes do dia da votação;

f) no dia da votação o fiscal deverá estar identificado com crachá.

6.7.2. Será utilizado no processo o voto por meio de urna eletrônica, a qual será cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral.

6.7.3. DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

a) será solicitado à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas e o fornecimento do caderno eleitoral, para facilitar a condução dos trabalhos e a simples verificação do domicílio eleitoral.

6.8. DA MESA DE VOTAÇÃO

6.8.1. As mesas de votação serão compostas por membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e/ou servidores municipais devidamente cadastrados.

6.8.2. Não poderá compor a mesa de votação o candidato inscrito e seus parentes: marido e mulher, ascendentes e descendentes (avós, pais, filhos, netos...), sogro, genro ou nora, irmãos, cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

6.8.3. Compete à cada mesa de votação:

a) solucionar, imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorra durante a votação;

b) lavrar a ata de votação, anotando eventuais ocorrências;

c) realizar a apuração dos votos, lavrando a ata específica;

d) remeter a documentação referente ao processo de escolha à Comissão Organizadora.

6.9. DA APURAÇÃO E DA PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

6.9.1. Concluída a votação e a contagem dos votos de cada seção, os membros da mesa deverão lavrar a Ata de Votação e Apuração, e encaminhá-los, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa, ao Presidente da Comissão Organizadora.

6.9.2. A Comissão Organizadora, de posse das atas com os resultados, fará a contagem final dos votos e, em seguida, afixará, no local onde ocorreu a apuração, o resultado da contagem final dos votos.

6.9.3. O processo de apuração ocorrerá sob supervisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e de representante do Ministério Público.

6.9.4. O resultado final da eleição deverá ser publicado oficialmente no Diário Oficial do Município, e afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, nas sedes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e das Unidades Básicas de Saúde - UBS, abrindo prazo para interposição de recursos, conforme cronograma que segue este edital.

6.9.5. Os 03 (três) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos e serão nomeados e empossados como conselheiros tutelares suplentes, sendo que o primeiro colocado deverá tomar posse imediatamente.

6.9.6. Na hipótese de empate na votação, será considerado eleito o candidato de mais idade, ressalvada a existência de outro critério na Lei Municipal local.

7. DOS IMPEDIMENTOS

7.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homo afetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

7.2. Estende-se o impedimento do Conselheiro em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na Comarca.

7.3. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 03 (três) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação. O outro eleito será reclassificado como 1º (primeiro) suplente, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento.

8. DOS RECURSOS

8.1. Será admitido recurso quanto:

a) ao deferimento e indeferimento da inscrição do candidato;

b) à aplicação e às questões da prova de conhecimento;

c) ao resultado da prova de conhecimento;

d) à eleição dos candidatos;

e) ao resultado final.

8.2. Os prazos para interposição de recursos estarão definidos em cronograma anexo a este edital.

8.2.1 O prazo será computado excluindo o dia da concretização do evento e incluindo o dia do vencimento.

8.2.2 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

8.3. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 8.1 deste edital, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.

8.4. Os recursos deverão ser entregues na sala dos conselhos, na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

8.5. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito.

8.6. Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.

8.7. Os candidatos deverão enviar o recurso em 02 (duas) vias (original e cópia). O recurso deve ser digitado, garantindo legibilidade e organização.

8.8. Quanto ao recurso referente ao item 8.1, C deve-se observar: cada questão deverá ser apresentada em folha separada, identificada conforme modelo a seguir.

Processo de Escolha do Conselho Tutelar do Município de Campos de Júlio/MT
Candidato:
_____
Nº. do Documento de Identidade:
_____
Nº. de Inscrição:
_____
Nº. da Questão da prova: _____ (apenas para recursos sobre o item 8.1 "c")
Fundamentação:
_____
_____
_____
Data: _____/_____/_____
Assinatura: _____

8.9. Cabe à Comissão Organizadora decidir, com a devida fundamentação, sobre os recursos no prazo de 1 (um) dia.

8.9.1. O prazo será computado no dia do recebimento do recurso.

8.9.2 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

8.10. Da decisão da Comissão, caberá recurso ao Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que decidirá com a devida fundamentação em igual prazo.

8.11. O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso.

8.12. O gabarito divulgado poderá será alterado, em função dos recursos impetrados, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

8.13. Na ocorrência do disposto nos itens 8.9 e 8.10, poderá haver, eventualmente, alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

8.14. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos por meio de divulgação na sede da Prefeitura Municipal e na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e ficarão disponibilizados durante todo o período da realização do processo de escolha.

9. DA HOMOLOGAÇÃO, DIPLOMAÇÃO E NOMEAÇÃO

9.1. Após o julgamento dos eventuais recursos, a Comissão Organizadora publicará o resultado final do processo de escolha suplementar, devidamente homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no dia 02 de julho de 2025. A cerimônia de diplomação dos eleitos ocorrerá no mesmo dia.

9.2. No dia 04 de julho de 2025 o Poder Executivo Municipal, deverá nomear os 03 (três) candidatos mais bem votados a conselheiro tutelar suplente, e estes assumirão a função à medida que se faça necessário.

9.2.1. A convocação dos conselheiros para a diplomação e nomeação será realizada por meio de edital, a ser publicado na imprensa oficial, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil.

9.2.2. A remessa do ofício tem caráter meramente supletivo.

9.2.3. O dia, a hora e o local da posse dos conselheiros tutelares serão divulgados junto à comunidade local, afixando o convite em todos os locais onde o edital tiver sido afixado.

9.3. O candidato eleito que desejar renunciar a sua vaga no Conselho Tutelar deverá manifestar, por escrito, sua decisão ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

9.4. Se na data da posse o candidato estiver impedido de assumir as funções em razão do cumprimento de obrigações ou do gozo de direitos decorrentes da sua relação de trabalho anterior, ou ainda na hipótese de comprovada prescrição médica, a sua entrada em exercício será postergada para o primeiro dia útil subsequente ao término do impedimento.

9.5. No momento da posse, o escolhido assinará documento no qual conste declaração de que não exerce outra atividade, além da função de conselheiro tutelar e de ciência de seus direitos e deveres, observadas as vedações constitucionais.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O processo de escolha suplementar para o Conselho Tutelar ocorrerá com o **número mínimo de 03 (três) pretendentes** devidamente habilitados.

10.2. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a três, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

10.3. Em qualquer caso o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA envidará esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

10.4. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento

que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao edital a ser publicado no Diário Oficial do Município e afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e das Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

10.5. É da inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação de todos os atos e resultados referentes a este processo de escolha.

10.6. A atualização do endereço para correspondência é de inteira responsabilidade do candidato e deverá ser feita, mediante protocolo, na sede da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, sito Av. Governador Júlio Campos, nº 289 E, Bairro Vila Nova - CEP: 78.319-000.

10.7. Os documentos apresentados pelo candidato durante todo o processo poderão, a qualquer tempo, ser objeto de conferência e fiscalização da veracidade do seu teor por parte da Comissão Organizadora, e no caso de constatação de irregularidade ou falsidade, a inscrição será cancelada independentemente da fase em que se encontre, comunicando o fato ao Ministério Público para as providências legais.

10.8. As ocorrências não previstas neste edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, com a devida fundamentação, pela Comissão Organizadora.

10.9. Todas as decisões da Comissão Organizadora ou do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, serão devidamente fundamentadas.

10.10. Os membros escolhidos como conselheiros tutelares suplentes, no primeiro mês de exercício funcional, submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica, as atribuições do cargo e aos treinamentos práticos necessários, promovidos por uma comissão ou instituição pública ou privada, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e da Secretaria à qual está vinculado.

10.11. Estes estudos sobre a legislação específica serão agendados com antecedência.

11. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio/MT, 29 de abril de 2025

.

Cristina Maria dos Santos

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA

CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR

2025

30/04 – Publicação do Edital;

02/05 a 30/05 – Inscrições dos candidatos;

04/06 – Análise dos documentos;

04/06 – Lista dos candidatos aptos a participarem do Processo de Escolha;

05/06 – Recurso relativo à documentação;

06/06 – Lista definitiva dos candidatos aptos a realizarem a prova de conhecimentos específicos, abrangendo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Informática Básica, Língua Portuguesa;

08/06 – Prova de Conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Informática Básica, Língua Portuguesa;

09/06 – Gabarito;

09/06 – Resultado dos aprovados na prova;

10/06 – Recursos relativos à prova;

12/06 – Resultado oficial dos candidatos aptos a participarem do Processo de Escolha;

13/06 – Reunião com os candidatos aprovados sobre as regras da campanha;

14/06 a 27/06 – Campanha dos candidatos;

29/06 – Processo de Escolha (Votação);

30/06 – Resultado da votação;

01/07 – Recurso relativos à votação;

02/07 – Resultado Final e Homologação do Processo de Escolha Suplementar;

03/07 – Diplomação e Nomeação;

04/07 - Primeira etapa da formação online sobre as atribuições do Conselho Tutelar;

Campos de Júlio/MT, 29 de abril de 2025.

Cristina Maria dos Santos

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

LICITAÇÃO / ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 001/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1200/2025

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE/MT, por meio do seu agente de contratação que atuará como pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que, na data 13 de maio de 2025, às 08:30 (horário de Brasília) pela plataforma LICITANET (**https://www.licitanet.com.br/**), realizará Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**,destinada ao objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE PAPEL SULFITE A4 E LOUSA TIPO QUADRO BRANCO, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE – MT.** O edital completo encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT (https://canabravadonorte.org/). Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, situada em Avenida Aurea Tavares de Amorim, nº 636, Vila São João, CEP: 78.658-000.

Canabrava do Norte/MT, 30 de abril de 2025.

SAMAYRA DA SILVA FERRO

Agente de Contratação

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER, TURISMO E CULTURA
EDITAL DE COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇO N.º 004/2025/SMEETC

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT, através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura, vem solicitar **COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS**, com o objetivo de pesquisa de preço no mercado em âmbito nacional, uma vez que este é de suma importância para o município, pois nele consiste no início do procedimento legal para realização de futuras contratações/licitações.

A aquisição de material pedagógico é essencial para o pleno desenvolvimento das atividades educacionais nas unidades escolares da rede pública de ensino. Tais materiais são fundamentais para garantir a efetivação do processo de ensino-aprendizagem, promovendo a qualidade da educação e assegurando condições adequadas para o trabalho docente e o desenvolvimento dos estudantes.

Os materiais solicitados atendem às demandas pedagógicas previstas no planejamento anual das escolas, bem como às diretrizes curriculares estabelecidas pela Secretaria de Educação, os quais contribuem diretamente para o fortalecimento das práticas pedagógicas e o cumprimento dos objetivos educacionais.

Além disso, a renovação e reposição desses materiais são necessárias, considerando o desgaste natural decorrente do uso contínuo por parte dos alunos e professores. A ausência de tais recursos compromete a eficiência das atividades em sala de aula, prejudicando o aprendizado e o desenvolvimento integral dos alunos.

Portanto, justifica-se a necessidade da presente cotação de preços para aquisição de material pedagógico, visando garantir condições mínimas de funcionamento das unidades escolares, bem como assegurar a equidade no acesso a recursos de qualidade por todos os estudantes da rede.

OBJETO: Cotação prévia de preço de MATERIAL PEDAGÓGICO, para atender a demanda das 03 (três) escolas: Escola Municipal Canaã, Escola Municipal Primavera e Creche Municipal Walter Barbosa Ferolla. Interessados deverão enviar orçamentos no E-mail: **educacao@canabravadonorte**, até o dia 05 de maio de 2025, contato via celular **(66) 98433-8186 / whatsapp (66) 98433-8186**, para maiores esclarecimentos.

Empresa:_____

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**QUANT.**	**UNID. DE MEDIDA**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	TNT VERDE ESCURO 50 MTS		02			
02	TNT BRANCO 50 MTS		02			
03	TNT AZUL ESCURO 50 MTS		02			
04	TNT VERMELHO 50 MTS		02			
05	TNT ROSA ESCURO 50 MTS		02			
06	TNT LARANJA 50 MTS		02			
07	PAPEL CREPOM VERDE CLARO C/10		02			
08	PAPEL CREPOM VERMELHO C/10		02			
09	PAPEL CREPOM AMARELO C/10		02			
10	PAPEL CREPOM AZUL CLARO C/10		02			
11	PAPEL CREPOM VERDE ESCURO C/10		02			
12	PAPEL CREPOM LARANJA C/10		02			
13	PAPEL CAMURÇA VERMELHO C/25		02			
14	PAPEL CAMURÇA AMARELO C/25		02			
15	PAPEL CAMURÇA AZUL C/25		02			
16	PAPEL CAMURÇA VERDE C/25		02			
17	PAPEL CAMURÇA LARANJA C/25		02			
18	EXTENSÃO TRIPOLAR 5M 3 TOMADAS		02			
19	PAPEL CARTÃO CORES VARIADAS C/20		06			
20	COLA BRANCA TEK BOND 1L		03			
21	LAPIS GRAFITE - EM MADEIRA, FORMATO SEXTAVADO, HB, MEDINDO 170,00MM, NA COR PRETA.		04			
22	BORRACHA RECORD 20 40X1		03			
23	GIZ DE CERA 12X1		10			
24	PINCEL ATOMICO PILOT AZUL 12X1		02			
25	PINCEL ATOMICO PILOT PRETO 12X1		02			
26	PINCEL ATOMICO PILOT VERMELHO 12X1		02			
27	PINCEL ATOMICO PILOT VERDE 12X1		02			
28	PINCEL PARA QDR BCO COMPACTOR AZUL 12X1		02			
29	PINCEL PARA QDR BCO COMPACTOR PRETO 12X1		02			
30	TINTA GUACHE CORES VARIADAS DE 250 ML		15			
31	TESOURA PEQUENA SEM PONTA		30			
32	TESOURA GRANDE		15			
33	TINTA PARA QUADRO BRANCO NA COR PRETO 500ML		02			
34	TINTA PARA QUADRO BRANCO NA COR AZUL 500ML		02			
35	ESTILETE		30			
36	GRAMPEADOR P/25FLS 11,5CM		06			
37	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6		20			
38	RÉGUA DE 30CM C/10		05			
39	CADERNO CAPA DURA 96 F		11			
40	PAPEL PARDO		01			
41	BALÃO CORES DIVERSAS		10			
42	PLACA DE ISOPOR DE 30 MM		10			
43	ALGODÃO HIDRÓFILO 50G		09			
44	BAMBOLÊ DIMENSÕES 60 CM, PESO 95G, MATERIAL PLÁSTICO		10			
45	FITA DE CETIM 38MM 10M		06			

46	FITA PARA EMPACOTAMENTO (TRANSPARENTE)		30			
47	PAPEL CHAMEX PCT COLORIDO		10			
48	TINTA PARA CARIMBO RADEX 40ML		03			
49	COLA PARA ISOPOR E EVA TRANSPARENTE 90G		10			
50	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL		02			
51	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA		02			
52	CARTOLINA MONOCOR 50X66 140G 100UN		01			
53	PAPEL COLOR SET CORES VARIADAS C/20		06			
54	PALITO DE PICOLE DE PONTA REDONDA C/100		09			
55	REFIL DE COLA QUENTE EM BASTÃO FINA		03			
56	MASSA DE MODELAR COM 12X1		10			
57	PAPEL PARA CERTIFICADO A4 210 X 297 COM 50 FOLHAS		01			
58	LÁPIS DE COR 12X1		10			
59	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO		10			
60	FITA CREPE DA FINA		09			
61	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA 10W BIVOLT		04			

1) Elaborar uma carta de proposta em papel timbrado da empresa, que deverá conter, necessariamente, as seguintes informações:

a) Nome da Empresa Proponente;

b) Endereço Completo;

c) Carimbo contendo o número do CNPJ da Empresa;

d) Nome do representante legal da empresa;

e) Preço unitário de cada item solicitado e valor total da proposta;

f) Assinatura e rubrica do representante da Empresa;

g) Telefone;

h) E-mail;

Canabrava do Norte – MT, em 29 de abril de 2025.

_____

JOSIMEIRE DE SOUZA RAMOS REZENDE

Secretária Municipal de Educação

Nº Portaria 006/2025

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE DESIGNAÇÃO 02/2025 SINSPU

ATO DE DESIGNAÇÃO 02/2025 SINSPU Canabrava do Norte-MT 29/04/2025

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON MENDES MOREIRA, Secretário Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal Bruna Alves Ribeiro, matrícula funcional nº 2622 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 019.472.621-57. Para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas pelo prestador de serviço ODAIR JOSÉ GONÇALVES, inscrito no CNPJ/CPF 973.346.931-91, que tem por objeto a Prestação de SERVICO DE MANUTENCAO EM EQUIPAMENTO - DO TIPO PRESTACAO DE SERVICOS DE REPARO NA MAQUINA DE SOLDA. E SERVICO DE MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRICOS - DO TIPO PRESTACAO DE SERVICO DE REPARO EM BOMBA D'AGUA, BOMBAS DE 12CV. **Art. 2º.** Designar a Servidor Público Municipal Juscelino Geraldo de Oliveira, matrícula funcional nº 2619 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 975.289.781-91. Para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas pelo prestador de serviço ODAIR JOSÉ GONÇALVES, inscrito no CNPJ/CPF 973.346.931-91, que tem por objeto a Prestação de SERVICO DE MANUTENCAO EM EQUIPAMENTO - DO TIPO PRESTACAO DE SERVICOS DE REPARO NA MAQUINA DE SOLDA. E SERVICO DE MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRICOS - DO TIPO PRESTACAO DE SERVICO DE REPARO EM BOMBA D'AGUA, BOMBAS DE 12CV.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2028.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

_____

ROBSON MENDES MOREIRA

Secretário Municipal de Infraestrutura Serviços Públicos e Urbanismo

Portaria Nº 4/2025

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE DESIGNAÇÃO 01/2025 SINSPU

ATO DE DESIGNAÇÃO 01/2025 SINSPU Canabrava do Norte-MT 29/04/2025

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON MENDES MOREIRA, Secretário Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal Bruna Alves Ribeiro, matrícula funcional nº 2622 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 019.472.621-57. Para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas pelo fornecedor JC MATERIAIS DE MARCENARIA LTDA, inscrito no CNPJ/CPF 14.199.952/0001-90, que tem por objeto o fornecimento de FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS para atender a demanda da Oficina lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo. **Art. 2º.** Designar a Servidor Público Municipal Juscelino Geraldo de Oliveira, matrícula funcional nº 2619 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 975.289.781-91. Para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas pelo fornecedor JC MATERIAIS DE MARCENARIA LTDA, inscrito no CNPJ/CPF 14.199.952/0001-90, que tem por objeto o fornecimento de FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS para atender a demanda da Oficina lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2028.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

_____

ROBSON MENDES MOREIRA

Secretário Municipal de Infraestrutura Serviços Públicos e Urbanismo

Portaria Nº 4/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº 432/2025

De 15 de Abril de 2025.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Vilson Biguelini, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **JACKELINE CLAIR DE MOURA DA COSTA**, matrícula nº 8879, servidora no cargo de Nutricionista**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 030/2025 – Dispensa de Licitação nº 008/2025 –** cujo objeto é a aquisição de suplementos hospitalares e demais especificações, conforme edital.

Art. 2º-Nomear **CLEIVANIA DE SOUZA OLIVEIRA,** matrícula nº 7856, no cargo de Assistente Social, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 15 de Abril de 2025.

Vilson Biguelini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 399/2025

De 08 de Abril de 2025.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Vilson Biguelini, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **CLEIVANIA DE SOUZA OLIVEIRA,** matrícula nº 7856, servidora no cargo de Assistente Social**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 028/2025 – Dispensa de Licitação nº 007/2025 –** cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Casa de Apoio no município de Água Boa – MT, com fornecimento de hospedagem, alimentação (três refeições diárias) e apoio logístico, para pacientes do município de Canarana – MT, que estejam em tratamento de saúde no hospital Regional Paulo Alemão ou demais unidades de referência situadas naquela localidade, conforme especificação no edital.

Art. 2º-Nomear **BRUNA RAFAELA CASTIONI CECCON QUALIO**, matrícula nº 7293, no cargo de Enfermeira, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 08 de Abril de 2025.

Vilson Biguelini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 446/2025

De 25 de Abril de 2025.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Vilson Biguelini, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **LÉDIO DA SILVA SANTOS,** no cargo de Farmacêutico Bioquímico**,**para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 032/2025 – Adesão nº 003/2025 -** derivada da Ata de Registro de Preços nº 082/2024 - Pregão Eletrônico nº 009/2024 – Órgão gerenciador Consórcio Intermunicipal Multifinalitário para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas – CODANORTE - cujo o objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo (medicamentos e insumos) e bens duráveis (equipamentos diversos) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações do edital.

Art. 2º-Nomear **PATRÍCIA GOLDONI,** servidorano cargo de Farmacêutico Bioquímico**,** como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 25 de Abril de 2025.

Vilson Biguelini

Prefeito Municipal

AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO

O município Canarana-MT, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade **Concorrência – Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2025 / PROC 020/2025**, cujo objeto é a **contratação de empresa para pavimentação asfáltica em vias urbanas do município de Canarana/MT, conforme contrato de repasse Nº 953064/2023/MCIDADES/CAIXA** de acordo com o Edital e anexos, que a realização da sessão pública, anteriormente marcada para o dia **02 de maio de 2025, às 12h30min (horário de Brasília)** via plataforma BR CONETCADO – www.licitacoescanarana.com.br, em razão do Decreto Municipal nº

3.681/2025 e por razões de conveniência da administração fica **reagendado para o dia 13/05/2025 as 12:30hrs**. O edital Permanece inalterado.

Canarana - MT, 29 de Abril de 2025.

ERNANI LUIZ MULLER

Agente de Contratação

PORTARIA Nº 445/2025

De 23 de Abril de 2025.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Vilson Biguelini, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **DIEGO FERREIRA DA SILVA**, matrícula nº 8942, servidor no cargo de Assessor de Engenharia e Urbanismo, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 031/2025 – Pregão Eletrônico nº 008/2025 –** Cujo objeto é a contratação de empresa no ramo de engenharia para prestação de serviços técnicos especializados de engenharia com presença física de no mínimo 20 (vinte) dias uteis por mês, pelo período de 12 (doze) meses com pagamento mensal para atender as necessidades do Município de Canarana-MT, conforme itens constantes no termo de referência e especificações do edital.

Art. 2º - Nomear **GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES**, matrícula nº 6259, servidor no cargo de Engenheiro Civil**,** como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º- Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 23 de Abril de 2025.

Vilson Biguelini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 412/2025

De 11 de Abril de 2025.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Vilson Biguelini, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **GABRIEL MIRANDA ARNEIRO,** matrícula nº 8958,no cargo de Assessor de Gabinete do Prefeito, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 029/2025 – Pregão Eletrônico nº 007/2025 –** cujo objeto é a contratação de emissora de Rádio e Televisão aberta para prestação de serviços com abrangência de cobertura local para divulgação dos informativos de utilidade pública para uso do executivo Municipal, conforme especificação do edital.

Art. 2º- Nomear **JOÃO VICTOR WISCH SOARES**, cargo de Assessor de Gabinete do Prefeito, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 11 de Abril de 2025.

Vilson Biguelini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 380/2025

De 4 de Abril de 2025.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Vilson Biguelini, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **FRANCIELY REJANE STORCH**, servidora no cargo de Gestor de Frotas e Veículos, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 027/2025 – Pregão Eletrônico nº 006/2025 -** Cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços mensais de limpeza de lotes urbanos, podas de árvores, limpeza de prédios públicos, praças, rotatórias, canteiros das avenidas, plantio e fornecimento de gramas, capina, dentre outros, para atender as necessidades do Município de Canarana-MT, conforme especificação no edital.

Art.2º-Nomear **LUIZ ANTONIO FRANCISCO DA SILVA,** no cargo de Assessor de Controle de Obras,como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 4 de Abril de 2025**.**

Vilson Biguelini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 208/2025

De 27 de Janeiro de 2025.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Vilson Biguelini, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **MAYARA CRISTIANE CANDIDO SCHONHOLZER**, para exercer a fiscalização pelas Secretarias Municipais de Gestão Governamental, Finanças, Administração e Serviços Gerais, Designar **MARCELI TERESINHA THOMAS LANGER COSTA**, para exercer a fiscalização pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Designar **FERNANDA TAÍS GOVARI**, para exercer a fiscalização pela Secretaria Municipal de Saúde, Designar **GESIVAL RIBEIRO DE SOUSA,** para exercer a fiscalização pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Designar **CLEYTON DIAS DE SOUZA,** para exercer a fiscalização pela Secretaria Municipal deAgricultura e Meio Ambiente, Designar **DAIANA DA ROSA MORAIS,** para exercer a fiscalização pela Secretaria Municipal de Juventude, Esportes e Lazer, Designar **KATIELLI LUIZ DA SILVA,** para exercer a fiscalização pela Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Rodagens, referente ao **Processo nº 150/2023 – Pregão Presencial nº 039/2023 –** Cujo o objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de recargas em botijão de gás liquefeito de Petróleo – GLP P13, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Canarana MT, conforme especificação no edital.

Art. 2º-Nomear, **EDIVAN COLOMBO**, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário, em especial a portaria de nº 330/2024 de 14/05/2024.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 27 de Janeiro de 2025**.**

Vilson Biguelini

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA Nº 002/2025

ANEXO II – SCL - Acompanhamento e Controle da Execução dos Contratos

1. SECRETARIA GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO 2. CONTRATO Nº 002/2025 3. NOTIFICADA: GO-VIDA LTDA, inscrita no CNPJ nº **.726.518/000*-**, estabelecida na Av. Raimundo Alves de Souza – Quadra 10 – Lote 09 - Bairro Independência - Ipiranga de Goiás - GO, e sua representante legal Sra. CARLA MICHELLI NUNES, portador da Cédula de Identidade RG Nº **0632* SSP/GO, e inscrita no CPF sob nº ***.964.391-**,. 4. OBJETO DO CONTRATO: contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para locação de AMBULÂNCIA UTI (furgão tipo D) e SIMPLES REMOÇÃO (furgão tipo B) para transportes de pacientes do município de Canarana-MT. 5. PONTOS IRREGULARES: veículos que não atendem a necessidade. O termo de referencia assim determina:

3. FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

(...)

3.9. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.

3.10. Serão consideradas como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, obrigatoriamente: as trocas de óleo de motor, de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de radiador, pastilhas de freio, correias do alternador e de distribuição, filtros de óleo, combustível e ar, amortecedores dianteiros e traseiros e outros necessários ao perfeito funcionamento do veículo, bem como, alinhamento, balanceamento e cambagem, caso necessário.

(...)

3.15. A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, os veículos que estejam indisponíveis, sejam em razão de sinistros, revisão, reparos mecânicos, má conservação ou más condições de segurança.

3.16. Se no prazo de 24 (vinte e quatro) horas uteis não houver a substituição do veículo, além da possibilidade de extinção do contrato e aplicação de multa, será glozado do pagamento mensal cada dia em que o veículo estiver parado para a manutenção;

3.17. As substituições deverão ocorrer nas dependências da Prefeitura de Canarana -MT, podendo, em situações excepcionais, mediante autorização expressa do gestor do contrato, ocorrer nas dependências da CONTRATADA.

3.18. Não havendo substituição do veículo, por qualquer motivo, no prazo previsto, fica resguardado a Prefeitura de Canarana -MT, o direito de utilizar-se de outros meios, sendo, neste caso, a locação considerada como não realizada, portanto, não cabendo faturamento e a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas no contrato.

(...)

6. Acontece que os veículos ora locados vem apresentando diversos problemas mecânicos e a empresa não está realizando as manutenções necessárias, ou seja:

a. Nos últimos 02 (dois) meses, foram identificados os seguintes problemas nos dois veículos da frota alugada:

ü Apresentou falhas mecânicas no sistema de freios e barulho nas rodas, comprometendo a segurança durante o transporte de pacientes;

ü Problemas elétricos recorrentes, inclusive falhas no sistema de iluminação interna e externa;

ü Falha no inversos de energia 12V/220V;

ü Ar-condicionado inoperante, prejudicando o conforto e o bem-estar dos pacientes transportados;

ü Outros relatos que incluem, dificuldade de ignição e ausência de manutenção preventiva adequada.

7. Tais ocorrências foram registradas por motoristas e profissionais de saúde, que relataram atrasos nos atendimentos, riscos à integridade física dos pacientes e aumento da insegurança operacional.

8. Existe um veículo com problemas mecânicos a vários dias e ate o momento a empresa não solucionou e o município está com prejuízo no atendimento das urgências aos pacientes do SUS.

9. Diante de todo o exposto deverão ineditamente serem substituídos os 02 (dois) veículos com sérios problemas que poderão causar sérios transtornos ao município.

è PRAZO PARA RESOLUÇÃO: 05 (cinco) dias uteis. è CIÊNCIA À NOTIFICADA: Fica a NOTIFICADA ciente que o não cumprimento das exigências contidas nesta NOTIFICAÇÃO, ensejará a aplicação de multas e demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021. è Fica a NOTIFICADA ciente do prazo que terá para cumprir com as exigências aqui registradas, sob pena de ter seu contrato extinto de forma unilateral e serem aplicadas as sanções previstas em lei.

Canarana-MT, 29/04/2025
RUBERLAN DA SILVA REZENDE Secretario Municipal de Saúde e Saneamento

OBS: COM PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL PARA QUE SURTA OS EFEITOS LEGAIS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE
LEI Nº. 1.512/2025

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA "DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA" - MUNICIPAL – PDDE-M, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DEFININDO SUAS FINALIDADES E DIRETRIZES".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS APROVOU E EU FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, PREFEITO MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1° Fica criado o Programa "Dinheiro Direto na Escola - Municipal" – PDDE-M no Município de Carlinda-Mato Grosso, com o objetivo de prestar assistência financeira suplementar às escolas municipais de Ensino Fundamental e Educação Infantil, a fim de promover a regularidade na manutenção e melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, com vistas a fortalecer a participação da comunidade e a autogestão escolar.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer –SMECEL/CARLINDA/MT concederá assistência financeira aos Conselhos Deliberativos das Comunidades Escolares – CDCE's, por meio de transferência direta, mediante crédito do valor do repasse em conta

bancária específica, de acordo com os recursos financeiros destinados no próximo parágrafo desta lei.

Art. 2° A receita do PDDE-M será composta pela dotação própria vigente, consignada no Orçamento do Poder Executivo, destinada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para cada Exercício vigente o valor de **R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil). A** distribuição ocorrerá de acordo com o quantitativo de alunos regularmente matriculados no Educacaenso, seguindo a ordem:

I – Unidade escolar com o quantitativo de 0 (zero) até 150 (cento e cinquenta) alunos: R$ 15.000,00

II – Unidade Escolar com o quantitativo entre 150 (cento e cinquenta) a 300 (trezentos) alunos: R$ 20.000,00

III - Unidade escolar com 300 (trezentos) alunos ou mais: R$ 30.000,00

Art. 3° As liberações de repasses de recursos públicos municipais serão condicionadas à comprovação de regularidade fiscal dos Conselhos Deliberativos das Comunidades Escolares – CDCE's de cada Unidade Escolar beneficiada, e de regularidade junto aos órgãos de fiscalização e controle.

Art. 4° Os recursos do PDDE-M serão utilizados exclusivamente para custeio, na aquisição de material de consumo e contratação de serviços, para manutenção de pequenas melhorias na infraestrutura das Unidades Escolares Municipais, quando necessários:

I – na aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da Unidade Escolar;

II - na contratação de serviços em geral (manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar);

III – no desenvolvimento de atividades escolares;

IV – na implementação de projetos pedagógicos específicos da unidade escolar;

V – nos programas e projetos de inserção de tecnologias na educação;

VI – na cobertura das despesas cartorárias decorrentes de alterações nos estatutos dos Conselhos Deliberativos das Comunidades Escolares;

VII – nas despesas de assessoria contábil para prestação de contas dos respectivos gastos de verbas públicas.

Parágrafo Único. Os recursos do PDDE-M que constem nas contas específicas vinculadas ao Programa, em 31 de dezembro de cada exercício, deverão ser devolvidos em conta específica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do município de Carlinda-MT.

Art. 5º É vedada a aplicação dos recursos do PDDE-M em gastos com pessoal do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Carlinda-MT ou contratado pelos órgãos públicos da administração direta ou indireta.

§ 1º Não poderão ser realizadas obras, ampliações e reformas estruturais, que não estejam no rol de aplicações expresso no art. 4º desta Lei.

§ 2º Toda manutenção de prédio escolar deverá assegurar as características originais da edificação, no que se refere ao projeto arquitetônico, fachada e elementos estruturais, observadas as exigências da legislação vigente.

Art. 6º Os pagamentos de despesas com recursos do PDDE-M deverão ser realizados somente por meio de movimentação bancária eletrônica, vedada a realização de saque do recurso da conta bancária específica.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer suspenderá o repasse dos recursos do Programa PDDE-M, nas seguintes hipóteses:

I - omissão na prestação de contas, conforme definido na regulamentação do Programa PDDE-M;

II - rejeição da prestação de contas;

III - utilização dos recursos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do Programa PDDE-M, conforme constatado por análise documental ou de auditoria;

IV- inadimplência;

V - irregularidade fiscal, trabalhista ou de constituição e funcionamento da entidade.

Parágrafo único. O repasse dos recursos poderá ser restabelecido após a regularização das pendências referidas nos incisos I a V deste artigo e a adoção de providências para apurar os fatos e punir eventuais responsáveis.

Art. 8º As prestações de contas dos recursos recebidos à conta do PDDE-M serão apresentadas pelas Unidades Escolares à Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Lazer, instruídas pelos documentos indicados na regulamentação do Programa.

§ 1º A Unidade Escolar manterá, arquivados e em bom estado de conservação, os documentos comprovantes das despesas realizadas, pelo prazo estabelecido em regulamento.

§ 2º A fiscalização da aplicação dos recursos financeiros relativos à execução do Programa PDDE-M é de competência dos Conselhos Fiscais de cada Unidade Escolar, bem como do Conselho Municipal de Educação de Carlinda MT – CME/CARLINDA/MT, e será feita mediante realização, inspeções e análise da documentação pertinente, em especial das prestações de contas, sem prejuízo da fiscalização dos órgãos de controle interno e externo.

§ 3º Será responsabilizado, na forma da Lei, aquele que aplicar irregularmente os recursos do Programa PDDE-M, bem como o que permitir, inserir ou fizer inserir na prestação de contas, documentos ou declaração falsa ou diversa da que deveria ser inscrita, com o fim de alterar a verdade sobre os fatos.

§ 4° O representante legal da Unidade Escolar e o Presidente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar – CDCE, ficam obrigados a efetuar a prestação de contas por ocasião de sua substituição ou do término de seu mandato, nos termos da regulamentação do Programa PDDE-M.

Art. 9º A inobservância do disposto nesta Lei e nas demais normas do Programa PDDE-M sujeitará os responsáveis às sanções administrativas e judiciais cabíveis, competindo à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer a iniciativa dessas medidas.

Art. 10° A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer encaminhará ao Prefeito Municipal proposta de edição de Decreto Regulamentar desta Lei, em até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Parágrafo Único. O Decreto previsto no *"caput"* deste artigo deverá estabelecer:

I - critérios para repasse de recursos, dentre os quais o número de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino beneficiados e os valores máximos que poderão ser repassados anualmente;

II - condições para a efetivação dos gastos;

III - datas-limite para o repasse de recursos;

IV - procedimentos para aquisição de materiais de consumo e contratação de serviços;

V - regras simplificadas para prestação de contas pelas Unidades Escolares beneficiadas;

VI - as modalidades de despesas admitidas, inclusive investimentos de pequeno porte que contribuam para garantir o funcionamento e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas, bem como da própria regularização dos Conselhos Deliberativos das Comunidades Escolares.

Art. 11° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT,

Em 29 de abril de 2024.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito MunicipalLEI Nº. 1.512/2025

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA "DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA" - MUNICIPAL – PDDE-M, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DEFININDO SUAS FINALIDADES E DIRETRIZES".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS APROVOU E EU FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, PREFEITO MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1° Fica criado o Programa "Dinheiro Direto na Escola - Municipal" – PDDE-M no Município de Carlinda-Mato Grosso, com o objetivo de prestar assistência financeira suplementar às escolas municipais de Ensino Fundamental e Educação Infantil, a fim de promover a regularidade na manutenção e melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, com vistas a fortalecer a participação da comunidade e a autogestão escolar.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer –SMECEL/CARLINDA/MT concederá assistência financeira aos Conselhos Deliberativos das Comunidades Escolares – CDCE's, por meio de transferência direta, mediante crédito do valor do repasse em conta bancária específica, de acordo com os recursos financeiros destinados no próximo parágrafo desta lei.

Art. 2° A receita do PDDE-M será composta pela dotação própria vigente, consignada no Orçamento do Poder Executivo, destinada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para cada Exercício vigente o valor de **R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil). A** distribuição ocorrerá de acordo com o quantitativo de alunos regularmente matriculados no Educacaenso, seguindo a ordem:

I – Unidade escolar com o quantitativo de 0 (zero) até 150 (cento e cinquenta) alunos: R$ 15.000,00

II – Unidade Escolar com o quantitativo entre 150 (cento e cinquenta) a 300 (trezentos) alunos: R$ 20.000,00

III - Unidade escolar com 300 (trezentos) alunos ou mais: R$ 30.000,00

Art. 3° As liberações de repasses de recursos públicos municipais serão condicionadas à comprovação de regularidade fiscal dos Conselhos Deliberativos das Comunidades Escolares – CDCE's de cada Unidade Escolar beneficiada, e de regularidade junto aos órgãos de fiscalização e controle.

Art. 4° Os recursos do PDDE-M serão utilizados exclusivamente para custeio, na aquisição de material de consumo e contratação de serviços, para manutenção de pequenas melhorias na infraestrutura das Unidades Escolares Municipais, quando necessários:

I – na aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da Unidade Escolar;

II - na contratação de serviços em geral (manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar);

III – no desenvolvimento de atividades escolares;

IV – na implementação de projetos pedagógicos específicos da unidade escolar;

V – nos programas e projetos de inserção de tecnologias na educação;

VI – na cobertura das despesas cartorárias decorrentes de alterações nos estatutos dos Conselhos Deliberativos das Comunidades Escolares;

VII – nas despesas de assessoria contábil para prestação de contas dos respectivos gastos de verbas públicas.

Parágrafo Único. Os recursos do PDDE-M que constem nas contas específicas vinculadas ao Programa, em 31 de dezembro de cada exercício, deverão ser devolvidos em conta específica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do município de Carlinda-MT.

Art. 5º É vedada a aplicação dos recursos do PDDE-M em gastos com pessoal do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Carlinda-MT ou contratado pelos órgãos públicos da administração direta ou indireta.

§ 1º Não poderão ser realizadas obras, ampliações e reformas estruturais, que não estejam no rol de aplicações expresso no art. 4º desta Lei.

§ 2º Toda manutenção de prédio escolar deverá assegurar as características originais da edificação, no que se refere ao projeto arquitetônico, fachada e elementos estruturais, observadas as exigências da legislação vigente.

Art. 6º Os pagamentos de despesas com recursos do PDDE-M deverão ser realizados somente por meio de movimentação bancária eletrônica, vedada a realização de saque do recurso da conta bancária específica.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer suspenderá o repasse dos recursos do Programa PDDE-M, nas seguintes hipóteses:

I - omissão na prestação de contas, conforme definido na regulamentação do Programa PDDE-M;

II - rejeição da prestação de contas;

III - utilização dos recursos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do Programa PDDE-M, conforme constatado por análise documental ou de auditoria;

IV- inadimplência;

V - irregularidade fiscal, trabalhista ou de constituição e funcionamento da entidade.

Parágrafo único. O repasse dos recursos poderá ser restabelecido após a regularização das pendências referidas nos incisos I a V deste artigo e a adoção de providências para apurar os fatos e punir eventuais responsáveis.

Art. 8º As prestações de contas dos recursos recebidos à conta do PDDE-M serão apresentadas pelas Unidades Escolares à Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Lazer, instruídas pelos documentos indicados na regulamentação do Programa.

§ 1º A Unidade Escolar manterá, arquivados e em bom estado de conservação, os documentos comprovantes das despesas realizadas, pelo prazo estabelecido em regulamento.

§ 2º A fiscalização da aplicação dos recursos financeiros relativos à execução do Programa PDDE-M é de competência dos Conselhos Fiscais de cada Unidade Escolar, bem como do Conselho Municipal de Educação de Carlinda MT – CME/CARLINDA/MT, e será feita mediante realização, inspeções e análise da documentação pertinente, em especial das prestações de contas, sem prejuízo da fiscalização dos órgãos de controle interno e externo.

§ 3º Será responsabilizado, na forma da Lei, aquele que aplicar irregularmente os recursos do Programa PDDE-M, bem como o que permitir, inserir ou fizer inserir na prestação de contas, documentos ou declaração falsa ou diversa da que deveria ser inscrita, com o fim de alterar a verdade sobre os fatos.

§ 4° O representante legal da Unidade Escolar e o Presidente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar – CDCE, ficam obrigados a efetuar a prestação de contas por ocasião de sua substituição ou do término de seu mandato, nos termos da regulamentação do Programa PDDE-M.

Art. 9º A inobservância do disposto nesta Lei e nas demais normas do Programa PDDE-M sujeitará os responsáveis às sanções administrativas

e judiciais cabíveis, competindo à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer a iniciativa dessas medidas.

Art. 10° A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer encaminhará ao Prefeito Municipal proposta de edição de Decreto Regulamentar desta Lei, em até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Parágrafo Único. O Decreto previsto no *"caput"* deste artigo deverá estabelecer:

I - critérios para repasse de recursos, dentre os quais o número de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino beneficiados e os valores máximos que poderão ser repassados anualmente;

II - condições para a efetivação dos gastos;

III - datas-limite para o repasse de recursos;

IV - procedimentos para aquisição de materiais de consumo e contratação de serviços;

V - regras simplificadas para prestação de contas pelas Unidades Escolares beneficiadas;

VI - as modalidades de despesas admitidas, inclusive investimentos de pequeno porte que contribuam para garantir o funcionamento e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas, bem como da própria regularização dos Conselhos Deliberativos das Comunidades Escolares.

Art. 11° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT,

Em 29 de abril de 2024.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº. 170/2025.

SÚMULA: "DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas no âmbito do Município de Carlinda/MT no dia 02 de maio de 2025, em virtude do "Dia do Trabalho", Feriado Nacional do dia 01 de maio de 2025.

Art. 2º. O Pronto Atendimento terá o seu funcionamento normal.

Art. 3º - O Serviço de Coleta de Lixo retornará ao seu funcionamento normal no dia 02 de maio.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 29 de abril de 2025.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 003/2025 – CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

A Prefeitura Municipal de Carlinda - MT torna público, para conhecimento dos interessados, a relação atual de credenciados no Processo de Credenciamento nº 001/2025, que tem por objeto o credenciamento para **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, SENDO FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES, CONFORME PROGRAMA DE INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR DE CARLINDA-MT**, nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Relação atualizada de credenciados:

ANTÔNIA SOARES DE BRITO OLIVEIRA

CAROLINE AMARAL ROCHA

CLARICE ALBUQUERQUE MIGUEL

CLEITON JUNIOR MAESTRO

ENEDIR DA CRUZ

GUIOMAR OLIVEIRA AMORIM DA ROSA

JADER HOFFMANN

JORGE RODRIGUES

JOSE ROBERTO LISBOA

JULIANO DE SOUZA MEYER

LAUDELINO ROSADO SOBRINHO

LUCAS VINICIUS DA SILVA RODRIGUES

LUIZ CARLOS DA SILVA

LUIZ EDUARDO SILVA DA CRUZ

MARCOS ROSADO SOBRINHO

MARIA DE FATIMA MOURA DA CUNHA DA LUZ

MARIA DOS ANJOS DA SILVA

MARIA EDLEUZA DE OLIVEIRA DA SILVA

NIVALDO EVANGELISTA BARBOSA

PAULO DA SILVA PIRES

SALETE NUNES DE AMORIM

SILVIA FIGUEREDO DE SOUZA

SIRLENE DE SOUZA E SILVA MACHADO

SÔNIA BARBOSA DE SOUZA DA SILVA

VANDA MELO DE OLIVEIRA

WELIS DE LIMA SILVA

WELLINGTON DOUGLAS FERREIRA ARAUJO

Carlinda – MT, 29 de abril de 2025.

Franciane Kethlen Ribeiro Nogueira

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA N° 05/2025

O Agente de Contratação Substituto torna público que realizou a DISPENSA Nº 05/2025, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL. O objeto do presente é a AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES NO LABORATÓRIO MUNICIPAL, ATENDENDO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA/MT, que será firmada com a empresa:LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 19.391.064/0001-99, com o valor total de R$.45. 387,14 (Quarenta e cinco mil, trezentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos)**.**

Castanheira - MT, 29 de abril de 2025.

WILSON VIEIRA

AGENTE DE CONTRATAÇÃO SUBSTITUTO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 05/2025

Processo Administrativo Nº 33/2025/LIC

Dispensa N° 05/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES NO LABORATÓRIO MUNICIPAL, ATENDENDO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA/MT.

Contratada: **LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

CNPJ nº: **19.391.064/0001-99**

Valor: R$ 45.387,14 (Quarenta e cinco mil, trezentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos)

Data da declaração: 29 de abril de 2025. Pela Secretária Municipal de Saúde

Data da ratificação: 29 de abril de 2025. Pelo Prefeito Municipal, Jakson de Oliveira Rios Junior

Referência Período: 365 dias

Base legal: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Castanheira MT, 29 de abril de 2025.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

PREFEITO

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 18, DE 29 DE ABRIL DE 2025

Decreta ponto facultativo, no âmbito da Administração Pública do Município de Castanheira/MT, na data que menciona e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA/MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o Art. 68, inciso III, da lei Orgânica do Município de Castanheira/MT,

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado, no âmbito da Administração Pública Municipal de Castanheira, ponto facultativo no dia 02 de maio de 2025 (sexta-feira).

Art. 2º - Para todos os efeitos, o Ponto Facultativo Administrativo que trata o Artigo anterior não será aplicado para:

I - Os serviços essenciais, tais como aqueles pertinentes as áreas de saúde, limpeza urbana, coleta de lixo e outros que se fizerem necessários, que exercerão as suas funções conforme determinação das Secretarias Municipais pertinentes; e,

II – As Unidades Educacionais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação que deverão seguir a programação constante do Calendário Escolar.

Art. 3º - O departamento de licitações, caso exista algum processo licitatório com abertura e julgamento de sessão previsto para o dia 02 de maio de 2025, deverá funcionar regularmente até a conclusão dos trabalhos previstos, podendo aderir ao ponto facultativo após o encerramento das atividades.

Art. 4º - As normas deste Decreto não se aplicam aos servidores cedidos que deverão obedecer às normas das Instituições a que prestam serviços.

Art. 5º - Fica a critério da Administração Municipal a qualquer momento através de ato do chefe do Poder Executivo Municipal ou do Secretário Municipal da respectiva pasta, se necessário for, convocar todos ou parte dos servidores municipais para executarem tarefas consideradas inadiáveis e indispensáveis diante do interesse público, utilizando-se da jornada normal de trabalho.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Administração e o Setor de Recursos Humanos deverão dar ciência do inteiro teor do presente Decreto, mediante cópia, a todos os Secretários Municipais e Chefes de Órgãos Autônomos da Municipalidade, para adoção das providências dispostas, neste Decreto.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira/MT, 29 de abril de 2025.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume

RECURSO ADMINISTRATIVO - DECISÃO DO PREFEITO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2025/LIC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EM GERAL, PARA AS SECRETARIAS, DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA/MT.

RECORRENTE: SÃO BENTO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E SUPRIMENTOS LTDA

(...)

3. Da decisão

Pelo exposto, em que pese a ausência das razões recursais, conheço o recurso interposto pela empresa São Bento Materiais para Construção e Suprimentos Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.865.635/0001-88, nos autos do Processo Administrativo nº 25/2025/LIC, referente ao Pregão Presencial nº 11/2025, no entanto, no mérito, julgo-o IMPROCEDENTE e ratifico a decisão do Pregoeiro Substituto, mantendo a desclassificação da recorrente.

Não havendo outras pendências a serem resolvidas o processo licitatório deve seguir o curso e ser concluído.

Publique-se o extrato desta decisão no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso (AMM - Associação Mato-Grossense dos municípios) e notifique-se a recorrente por e-mail enviando-lhe cópia.

Castanheira/MT, 29 de abril de 2025.

Jakson de Oliveira Rios Junior

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
PORTARIA

PORTARIA DE FISCAL DE CONTRATO Nº 005/2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS DO MUNICÍPIO.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a necessidade em dar publicidade aos contratos firmados com esta Administração Pública;

Considerando a necessidade de nomeação de fiscais de Contrato para estarem emitindo relatórios sobre as prestações de serviços, bem como, fornecimento de produtos;

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a Sra. **Andreia Abadia Miranda Figueiredo**, Coordenadora de Departamento de Controle Administrativo como **Fiscal dos Contratos** da Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Fundiários, do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

Artigo 2º. Fica o fiscal acima nomeado e caberá ao mesmo emitir relatório, conforme preceitua a legislação vigente, sobre a prestação do serviço ou fornecimento de produtos.

Artigo 3º Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 06 de fevereiro de 2025.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Paço Municipal Pedro Reindel Fonseca, em Chapada dos Guimarães/MT, 29 de abril de 2024.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE LICITAÇÃO - DISPENSA Nº 005/2025

CONTRATO Nº 012/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento e instalação de micro usina geradora de energia solar fotovoltaica, do tipo on-grid, para o fortalecimento e desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no assentamento da Comunidade Rural Aroeira, no município de Chapada dos Guimarães/MT, com recurso do Convênio Sigcon nº 0770/2023

DATA: 18/03/2025

VALOR GLOBAL: R$ 49.009,17 (quarenta e nove mil nove reais e dezessete centavos

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT

OSMAR FRONER DE MELLO – Prefeito Municipal;

CONTRATADA: JVM SOLAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.634.190/0001-12

LICITAÇÃO
PORTARIA

PORTARIA DE FISCAL DE CONTRATO Nº 006/2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO DA SECRETARIA DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a necessidade em dar publicidade aos contratos firmados com esta Administração Pública;

Considerando a necessidade de nomeação de fiscais de Contrato para estarem emitindo relatórios sobre as prestações de serviços, bem como, fornecimento de produtos;

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a Sra. **Lenia Freitas Santana De Oliveira**, Assessora de Imprensa como **Fiscal dos Contratos** da Secretaria Municipal de Governo e Comunicação, do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

Artigo 2º. Fica o fiscal acima nomeado e caberá ao mesmo emitir relatório, conforme preceitua a legislação vigente, sobre a prestação do serviço ou fornecimento de produtos.

Artigo 3º Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2025.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Paço Municipal Pedro Reindel Fonseca, em Chapada dos Guimarães/MT, 29 de abril de 2024.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 002/2025

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, através do Agente de Contratação nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA do tipo MELHOR TÉCNICA E PREÇO, tendo por objeto o "Contratação de serviços de publicidade, serviços de criação, produção e divulgação dos programas e ações do Poder Executivo Municipal do Município de Chapada dos Guimarães", nos termos da Lei 14.133/21, a realizar-se no dia 16 DE JUNHO DE 2024 (SEGUNDA-FEIRA) - 09:00 hs - MT. Os interessados poderão obter o Edital completo através do email: licitacao@chapadadosguimaraes.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Rua Tiradentes, nº 166, Centro, das 08:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (065) 3301-1570. Chapada dos Guimarães-MT, 29 de abril de 2025.**

MARIANA CAROLLINE SOARES CARDOSO

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1.154, DE 16 DE ABRIL DE 2025

DECRETO Nº 1.154, DE 16 DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobre recadastramento dos servidores ativos do Município de Cláudia junto ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cláudia MT, e dá outras providências.

OPrefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS FERNANDO FELDHAUS,** no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei,

Considerando a necessidade de atualizar os dados cadastrais dos servidores efetivos do município de Cláudia, junto a PREVI-CLÁUDIA,

DECRETA:

Art. 1º O servidor efetivo do Município de Cláudia, ativo, deverá efetuar seu recadastramento junto ao PREVI-CLÁUDIA, apresentando os seguintes documentos:

I - Cópia do RG;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia do Título Eleitoral;

IV - Cópia da certidão de nascimento (caso solteiro);

V - Cópia da certidão de casamento (caso casado);

VI - Cópia do RG e CPF do cônjuge ou companheiro (a);

VII - Declaração de união estável atualizada (caso não seja casado legalmente);

VIII - Cópia da averbação de separação ou divórcio (caso seja separado judicialmente ou divorciado);

IX - Cópia da certidão de nascimento dos dependentes menores de 21 anos;

X - Foto 3x4 recente;

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, pais, irmãos ou enteados do servidor somente serão considerados dependentes junto ao Previ-Cláudia se de-

clarados ao Imposto de Renda como dependentes ou no caso de Decisão Judicial que reconheça a dependência.

§ 2º Nas hipóteses do parágrafo anterior o servidor deverá apresentar cópia da última Declaração do Imposto de Renda, com protocolo de envio à Receita Federal do Brasil e comprovação de residir no mesmo endereço, ou a Decisão Judicial que determinou a dependência e, em ambas as situações, apresentar, também, cópias do RG, do CPF e 01 (uma) foto 3x4 recente.

Art. 2º O PREVI-CLÁUDIA realizará o Censo Previdenciário no período de 05 de maio 2025 a 31 de julho de 2025, das 07h às 13h, na sede localizada na Av. dos Pioneiros s/nº, Cláudia - MT.

Art. 3º Todos os segurados e seus dependentes estão obrigados a atualizar suas inscrições junto ao PREVI-CLÁUDIA.

Parágrafo único. Ocorrendo o falecimento do segurado sem que tenha feito a sua inscrição e a de seus dependentes, a estes será licito promovê-la, para outorga das prestações a que fizerem *jus*.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga suas disposições em contrário, em especial o Decreto n° 246/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 16 de abril de 2025.

MARCOS FERNANDO FELDHAUS

Prefeito Municipal

ANDREIA TEOLIDE SCHNEIDER SIELSKI

Diretora-Executiva do PREVI-CLÁUDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1.156, DE 29 DE ABRIL DE 2025

DECRETO Nº 1.156, DE 29 DE ABRIL DE 2025

Altera o Decreto nº 1.100/2025 para incluir ponto facultativo no dia 02 de maio de 2025, mantido o inteiro teor redacional do normativo.

O **Prefeito Municipal de Cláudia**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, em conformidade com o Inc. VI, do Art. 79 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a migração do Sistema Operacional Informatizado para nova prestadora de serviço, programado para iniciar ao final do expediente do dia 30 de maio;

Considerando que a migração provocará a interrupção do funcionamento do sistema atual, e deverá durar pelo menos 02 (dois) dias, seguida de previsível instabilidade nas primeiras horas de teste que seguirão;

Considerando que o processo de migração afetará os trabalhos da Secretaria de Finanças, do Departamento de Pessoal, do Departamento de Licitação, do Departamento de Compras, do Departamento de Pessoal e do Departamento de Tributação;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 1.100, de 02 de janeiro de 2025, incluir o inciso VII-A, com a finalidade de determinar Ponto Facultativo no dia 02 de maio de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"***Art. 1º*** *(Mantido)*

VII-A - *02 de maio (sexta-feira) ponto facultativo*".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua edição, sem prejuízo da futura publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 29 de abril de 2025.

MARCOS FERNANDO FELDHAUS Prefeito Municipal	**RODRIGO NICARETTA** Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1127, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2025

DECRETO Nº 1127, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2025

Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Vigente e dá Outras Providências.

OPrefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS FERNANDO FELDHAUS,** no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1.108/2025, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a processado a abertura de **Crédito Adicional especial** no valor de **R$ 54.300,00** (cinquenta e quatro mil e trezentos reais), nos termos do art. 41, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, para inclusão de dotação e fonte de recurso não consignada no orçamento vigente:

ÓRGÃO: 14 – FUNDO DE MUN. DE PREV. SOC. DOS SERV. DE CLÁUDIA

UNIDADE: 001 – FUNDO DE MUN. DE PREV. SOC. DOS SERV. DE CLÁUDIA

Cód. Red	Elemento Despesa	Descrição Elemento	Fonte	Valor
26	3390.46		1.802.0000	3.300,00
25	3391.97		1.802.0000	1.000,00
27	3390.86		1.800.1111	50.000,00
	Total do Projeto/Atividade			**54.300,00**

Art. 2º Para abertura do Crédito Suplementar **aberto no art. 1° Serão utilizados recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotações em conformidade** art. 41, inciso I e art. 43, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme discriminado a seguir.

ÓRGÃO: 14 – FUNDO DE MUN. DE PREV. SOC. DOS SERV. DE CLÁUDIA

UNIDADE: 001 – FUNDO DE MUN. DE PREV. SOC. DOS SERV. DE CLÁUDIA

Cód. Red	Elemento Despesa	Descrição Elemento	Fonte	Valor
10	3390.35		1.802.0000	4.300,00
23	3390.98		1.800.1111	50.000,00
	Total do Projeto/Atividade			**54.300,00**

Total geral das Secretarias a reduzir .....R$ 54. 300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO,

Em 27 de fevereiro de 2025.

Marcos Fernando Feldhaus

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2025

A Prefeitura Municipal de Cocalinho, torna público a intenção em realizar a **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS FESTIVIDADES DO 39 ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLITICO ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO DE COCALINHO - MT**, conforme **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**, mediante dispensa de licitação com fulcro

no art. 75, inciso II alterado pelo **DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024**, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de **3 (três) dias úteis**, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

- Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 06/05/2025 às 17h

A proposta de Preços e demais documentos deverão ser entregues no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Cocalinho, no horário de 07:00 às 17:00, em dias uteis ou pelo E-mail: licitacao@cocalinho.mt.gov.br até a data limite. **O Edital/Termo de Referência da Dispensa** estará disponível no Site Oficial do Município: https://www.cocalinho.mt.gov.br/sic-licitacoes/sic...

Cocalinho/MT, 29 de abril de 2025

CARLOS EDUARDO RODRIGUES ADORNO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2025

A Prefeitura Municipal de Cocalinho, torna público a intenção em realizar a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE COCALINHO - MT**, conforme **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**, mediante dispensa de licitação com fulcro no art. 75, inciso II alterado pelo **DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024**, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de **3 (três) dias úteis**, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

- Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 06/05/2025 às 17h

A proposta de Preços e demais documentos deverão ser entregues no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Cocalinho, no horário de 07:00 às 17:00, em dias uteis ou pelo E-mail: licitacao@cocalinho.mt.gov.br até a data limite. **O Edital/Termo de Referência da Dispensa** estará disponível no Site Oficial do Município: https://www.cocalinho.mt.gov.br/sic-licitacoes/sic...

Cocalinho/MT, 29 de abril de 2025

CARLOS EDUARDO RODRIGUES ADORNO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL N° 2.703, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

DECRETO MUNICIPAL N° 2.703, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

“Decreta ponto facultativo município de Cocalinho”.

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pelo **artigo 64, IX da Lei Orgânica Municipal,**

D E C R E T A:

Art. 1° Será ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Cocalinho no dia **02 de maio de 2025**, sexta-feira**, data que sucede ao Dia do trabalho.**

Art. 2º O disposto nos artigos anteriores não se aplica aos servidores dos órgãos da Administração Pública Municipal, que pela natureza das funções do seu cargo, exijam regime de plantão permanente, tais como saúde, limpeza pública e etc.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco.

Márcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2025

A Prefeitura Municipal de Cocalinho, torna público a intenção em realizar a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO TIPO BUFFET – PARA PREPARO DE COSTELA NO FOGO DE CHÃO E PORCO ASSADO, ATENDENDO A DEMANDA DAS** FESTIVIDADES DO 39 ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLITICO ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO DE COCALINHO - MT, conforme AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, mediante dispensa de licitação com fulcro no art. 75, inciso II alterado pelo DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

- Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 06/05/2025 às 17h

A proposta de Preços e demais documentos deverão ser entregues no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Cocalinho, no horário de 07:00 às 17:00, em dias uteis ou pelo E-mail: licitacao@cocalinho.mt.gov.br até a data limite. O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município: https://www.cocalinho.mt.gov.br/sic-licitacoes/sic...

Cocalinho/MT, 29 de abril de 2025

CARLOS EDUARDO RODRIGUES ADORNO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 005/2025

A Prefeitura Municipal de Colider-MT, através do seu Prefeito Municipal, Sr. RODRIGO LUIZ BENASSI, comunica a quem possa interessar, que após a análise detalhada dos elementos constantes nos autos, **RATIFICOU**, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021 e alterações, a **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 005/2025** e **AUTORIZOU** a contratação da empresa **MÁXIMA VIRTUAL LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 11.021.593/0001-99, para o fornecimento de kits nutricionais contendo réplicas de alimentos e outros componentes para serem utilizados em palestras de educação alimentar de qualidade para os alunos das escolas municipais de Colíder/MT, perfazendo o valor total da contratação em **R$ 5.190,00** (cinco mil, cento e noventa reais).

Colider-MT, 29 de abril de 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUN. DE GABINETE, GOVERNO E COMUNICACAO
LEI Nº 3.423/2025

LEI Nº 3.423/2025

SÚMULA:ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º E ACRESCENTA PARAGRAFO ÚNICO NA LEI Nº 418/1994.

Excelentíssimo Senhor **RODRIGO LUIZ BENASSI**, *Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder aprovou e ele sanciona a seguinte lei:*

Art. 1º - O artigo 1º da Lei Municipal nº 418, de 15 de dezembro de 1.994, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. A partir do ano letivo de 1.995 torna-se obrigatório nas Escolas da Rede Municipal, o hasteamento das Bandeiras: Nacional, do Estado e do Município, de acordo com o calendário letivo das Unidades Escolares, bem como pelo menos uma vez por semana, proceder à execução do Hino Nacional e do Hino Municipal do Colíder-MT.

Parágrafo único. Os Hinos de que trata o caput deverão ser executados também nas cerimônias oficiais deste município, nos eventos públicos e sessões solenes.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Projeto de Lei n° 037/2025. Autoria: Ver. Ruam Batista.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 29 DE ABRIL DE 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

PREVILIDER
PORTARIA N.º 025/2025 "DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE, POR MOTIVO DE FALECIMENTO DO SR. MODESTO FREITAS BARBOSA".

A Diretora Executiva do PREVI-LIDER, Fundo de Previdência Social dos servidores Públicos Municipais de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal n.º 2.361/2010, de 08 de julho de 2010.

Resolve,

Art. 1º Cancelar o benefício de Aposentadoria por Idade, por motivo de falecimento do Sr. **MODESTO FREITAS BARBOSA**, aposentado no cargo de Serviços Gerais, Classe "A", Nível "01", conforme Acórdão TCE-MT n.º 1207/2010, processo do PREVI-LIDER n.º 132/2009, portaria do Previlíder nº 050/2009, Certidão de Óbito Matrícula n.º *146910 01 55 2024 4 00022 138 0007378 03.*

Art. 2º Considerando o art. 1º desta portaria e Certidão de Óbito Matrícula n.º *146910 01 55 2024 4 00022 138 0007378 03*, cancela-se definitivamente o pagamento do benefício de Aposentadoria Por Idade.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a data do óbito 11 de novembro de 2024.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder-MT, 25 de abril de 2025

MARIZA BERNARDES DA SILVA FINGOLO RASCADO

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS
DECRETO Nº. 77/2025

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2023 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR RODRIGO LUIZ BENASSI**, Prefeito do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 121, Inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Decreto nº 09/2024, que homologou o resultado final do Processo Seletivo Simplificado n° 02/2023;

CONSIDERANDO que as convocações dos candidatos classificados se darão em substituição aos servidores contratados temporariamente;

DECRETA:

Art. 1º- Convocar a candidata relacionada no **ANEXO I,** a **comparecer à Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas**, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Colíder-MT, no dia **05/05/2025**, munidos dos seguintes documentos:

I- Original e 2 (duas) cópias legíveis:

a. Certificado devidamente registrado, de conclusão de curso, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação ou a declaração de conclusão, para o cargo que se candidatou; b. Título de eleitor; c. Comprovante de quitação eleitoral; d. Comprovante de quitação militar, se do sexo masculino; e. Carteira de identidade (R.G.); f. Comprovante se estrangeiro na forma da Lei (naturalizado); g. Cartão do C.P. F; h. Certidão de nascimento ou casamento; i. Cartão do C.P.F. esposo (a), caso seja casado (a); j. CPF dos filhos menores de 21 anos; k. 02 foto 3x4 atual e colorida; l. Carteira de trabalho digital **(Anexo II)** m. Cartão ou comprovante n° PIS/PASEP; n. CNIS – INSS; o. Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos; p. Certidão de inexistência de antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da comarca em que o candidato residir ou for domiciliado (www.tjmt.jus.br); q. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável; r. Comprovante de residência; s. Carteira nacional de habilitação (se houver), t. Para o cargo de motorista (Carteira Nacional Habilitação D/E e Curso Especializado para condutores de veículos de transporte de escolares) u. -Declaração de bens; **(modelo anexo III) v.** -Declaração de não infringência ao inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal, e disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária; **(modelo anexo IV)** w. -Conta Corrente (Bradesco); x. -Atestado médico de capacidade física (emitidos por profissionais do SUS); y. -Atestado médico de sanidade mental (emitidos por profissionais do SUS); z. Carteira de vacinação atualizada;

Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará em desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Art. 2º - O candidato convocado será lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de 29/04/2025, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER (MT), AO 29° DIA DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI Prefeito Municipal

ANEXO I

Zelador (Zona Urbana)

P	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	CG	CE	PO	TI	MF
41	31400	ALZIRA MACHADO PEIXOTO CICCHETO	11/05/1970	15.000	36.000	51.000	0.000	51.000

ANEXO II

PASSO A PASSO

CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL

CLIQUE AQUI:

Após instalação e acesso, o candidato deverá exportar a carteira digital em pdf e encaminhar a impressão na entrega dos documentos.

EXPORTAR EM PDF

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, brasileiro (a), maior, portador (a) do RG nº _____SSP/_____ e inscrito (a) no CPF sob o nº _____, celular n°_____, email_____ residente e domiciliado na Rua/Av _____, n° _____, Bairro _____, na cidade de Colíder – MT, DECLARO, para os devidos fins de fato e de direito que ( )possuo ( )não possuo bens em meu nome até a presente data.

_____

_____

_____

_____

_____

E, por ser expressão da verdade, dato e assino.

Colíder - MT, _____de _____ de 2025.

_____

Nome:

CPF:

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), maior, portador (a) do RG nº _____SSP/_____ e inscrito (a) no CPF sob o nº _____, celular n°_____, email_____ residente e domiciliado na Rua/Av _____, n° _____, Bairro _____, na cidade de Colíder – MT, DECLARO, para os devidos fins de fato e de direito que:

1) Que ( ) possuo ( ) não possuo vínculo empregatício com outro Órgão Público, assim como declaro ter a disponibilidade de tempo para cumprimento de carga horária, sendo de 30 (trinta) horas semanais para o cargo de _____ no Município de Colíder - MT.

2) Que ( ) tenho ( ) não tenho relação familiar ou de parentesco consanguíneo em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, com autoridade nomeante, bem como, detentor de mandato eletivo municipal (vereadores e vice-prefeito) ou de servidor ocupante de direção, chefia ou assessoramento do respectivo órgão ao qual estou sendo nomeado (a).

3) Estar ciente de que pela inexatidão, omissão, ou qualquer outro vício na presente declaração estarei sujeito(a) aos procedimentos e cominações legais cabíveis à espécie.

Sendo expressão da verdade, firmo a presente para todos os efeitos legais de direito.

Colíder/MT, _____ de _____ de 2025.

_____

Nome:

CPF:

SECRETARIA MUN. DE GABINETE, GOVERNO E COMUNICACAO
LEI Nº 3.428/2025

LEI Nº 3.428/2025

SÚMULA:AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES, PARA ATENDER DESPESA COM REALIZAÇÃO DE ETAPA DO CIRCUITO MATO-GROSSENSE DE MOTOCROSS EM COLIDER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Excelentíssimo Senhor **RODRIGO LUIZ BENASSI**, *Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos*

termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito adicional suplementar no orçamento LOA/2025, sancionado pela Lei Municipal nº 3380/2024, o valor R$ 180.000,00(cento e oitenta mil reais), nos termos do Art. 41, inciso I, da Lei 4.320/64, na seguinte funcional programática:

04. Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

001. Departamento de Esportes

27. Desporto e Lazer

812. Desporto Comunitário

0003. Esporte, Cidadania, Lazer e Inclusão Social

1.017 – Apoio e Realização de Eventos Esportivos

335041.00(009) – Contribuiçoes. R$ 180.000,00

Total:..... .....R$ 180.000,00

Fonte de Recursos: 01.500.000 – Recursos não vinculados de Impostos

Art. 2º - O valor do Crédito Adicional Suplementar ora autorizado tem fulcro no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, proveniente de anulação nas seguintes funcionais programáticas.

Código Geral: 04.001.27.812.0003.2007 – Manutenção das Atividades Esportivas

3.39093.00 (261)-Indenizações e Restituições. R$ 25.000,00

3.39039.00(257)- Outros Serviços Pessoa Jurídica..... .....R$ 25.000,00

Fonte de Recursos: 01.50.000 – Recursos não vinculados de Impostos

Código Geral: 03.001.04.122.0002.2003 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

3.39030.00 (204)-Material de Consumo..... .....R$ 80.000,00

3.39039.00(208)- Outros Serviços Pessoa Jurídica..... .....R$ 50.000,00

Fonte de Recursos: 01.50.000 – Recursos não vinculados de Impostos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Projeto de Lei n° 042/2025. Autoria: Poder Executivo.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 29 DE ABRIL DE 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUN. DE GABINETE, GOVERNO E COMUNICACAO
LEI Nº 3.427/2025

LEI Nº 3.427/2025

SÚMULA:DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PARA CELEBRAR CONVÊNIO OU TERMO DE COOPERAÇÃO JUNTO A LIMMT - LIGA INDEPENDENTE DE MOTOCICLISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO, E CONCEDER APOIO FINANCEIRO VISANDO A REALIZAÇÃO DA 3ª ETAPA DO CIRCUITO MATOGROSSESNSE DE MOTOCROSS 2025 NO MUNICÍPIO DE COLÍDER NOS DIAS 17 E 18 DE MAIO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Excelentíssimo Senhor **RODRIGO LUIZ BENASSI**, *Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder aprovou e ele sanciona a seguinte lei:*

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio ou Termo de Cooperação junto a LIMMT - Liga Independente De Motociclismo Do Estado De Mato Grosso, com sede na Rua Teles Pires, nº 1207, Bairro: Centro, CEP: 78.500-000, na cidade de Colíder, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ 13.788.292/0001-10 , na forma de repasse financeiro a título de ajuda de custo, para contribuição na organização, manutenção e realização de evento denominado '3ª Etapa do Circuito Mato-grossense de Motocross 2025' a ser realizado no Município de Colíder nos dias 17 e 18 de maio de 2025, e demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único. O auxílio financeiro a ser prestado pelo Poder Executivo Municipal à entidade indicada no caput, caracterizar-se-á pela ajuda de custo no valor líquido de até R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), pagos diretamente à beneficiária, na forma do plano de trabalho de atividade cultural do município a ser apresentado pela referida entidade e o respectivo instrumento de convênio a ser celebrado entre as partes.

Art. 2º - A celebração do Convênio ou do Termo de Cooperação autorizado por esta Lei, assim como a concessão do auxílio financeiro, destinam-se a contribuir na organização, manutenção e realização do evento denominado '3ª Etapa do Circuito Mato-grossense de Motocross 2025' a ser realizado no Município de Colíder nos dias 17 e 18 de maio de 2025.

Art. 3º - O Convênio ou o Termo de Cooperação de que trata esta Lei, reger-se-á pelas disposições constantes do instrumento que será firmado pelos partícipes, ficando sua confecção a cargo da Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos, que deverá exercer a fiscalização e o cumprimento das cláusulas que regulamentarão o referido ajuste.

Parágrafo único. No prazo de 60 (sessenta) dias contados da aplicação total dos recursos, a entidade deverá prestar contas na forma disposta no Convênio ou no Termo de Cooperação que será firmado oportunamente.

Art. 4º - Para atender despesas de que trata este Projeto de Lei, serão utilizados recursos provenientes de dotação orçamentária, vinculados à seguinte conta:

ORGÃO 04 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

UNIDADE 001 – Departamento de Cultura **FUNÇÃO 27** - Desporto e Lazer **SUBFUNÇÃO 812** – Desporto Comunitário

PROGRAMA 0003 – Esporte, Cidadania, Lazer E Inclusão Social **AÇÃO 1.007** – Apoio e Realização de Eventos Esportivos **REDUZIDO -** 009

Elemento de Despesa 335041.00 Contribuições

FONTE DE RECURSO - 01.500.000 – Recursos não vinculados de Impostos

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Projeto de Lei n° 041/2025. Autoria: Poder Executivo.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 29 DE ABRIL DE 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUN. DE GABINETE, GOVERNO E COMUNICACAO
DECRETO Nº 076/2025

DECRETO Nº 076/2025

SÚMULA: REVOGA O DECRETO 072/2025 QUE DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLÍDER/MT NO DIA 2 DE MAIO DE 2025 (SEXTA-FEIRA).

O Excelentíssimo Senhor **RODRIGO LUIZ BENASSI**, Prefeito do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 121, Inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o decreto 072/2025 que dispõe sobre o **ponto facultativo** nas repartições públicas da Administração do Município de Colíder/MT no dia 2 de maio de 2025 (sexta-feira).

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 29 DE ABRIL DE 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUN. DE GABINETE, GOVERNO E COMUNICACAO
LEI Nº 3.425/2025

LEI Nº 3.425/2025

SÚMULA:DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA "SEMANA PRÓ-VIDA" NO MUNICÍPIO DE COLÍDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Excelentíssimo Senhor **RODRIGO LUIZ BENASSI**, *Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder aprovou e ele sanciona a seguinte lei:*

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito do Município de Colíder, a "Semana Pró-Vida", a ser celebrada, anualmente, iniciando dia 02 de outubro e encerrando dia 08 de outubro, que é o dia do nascituro.

Art. 2º - A iniciativa visa a valorização e a defesa da vida desde a concepção até seu fim natural, destacando a importância da conscientização sobre os direitos do nascituro e o respeito à dignidade humana em todas as fases da vida. Além disso, busca incentivar políticas públicas que combatam o aborto e a eutanásia, garantindo assistência integral à mulher durante a gestação, o parto e o puerpério, bem como o amparo a pessoas em situação de vulnerabilidade, fortalecendo redes de apoio e ações voltadas à saúde, inclusão social e promoção da vida

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Projeto de Lei n° 039/2025. Autoria: Ver. Marcelo Canova.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 29 DE ABRIL DE 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUN. DE GABINETE, GOVERNO E COMUNICACAO
LEI Nº 3.426/2025

LEI Nº 3.426/2025

SÚMULA:ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº. 2361/2010 DE 08 DE JULHO DE 2010 inclui o pagamento de JETON DE PRESENÇA pela participação dos Conselhos Curador e Conselhos Fiscal do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Colíder PREVI-LÍDER, e dá outras providencias.

Excelentíssimo Senhor **RODRIGO LUIZ BENASSI**, *Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder aprovou e ele sanciona a seguinte lei:*

Art. 1º - Esta Lei promove alterações na 2361/2010 de 08 de julho de 2010, e alterações posteriores, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Colíder/MT:

Art. 2º - O art. 66 da Lei 2361/2010 passa a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescidos os § 1º a 4º, nos seguintes termos:

Art. 66 - A organização administrativa do PREVI-LÍDER compreenderá os seguintes órgãos:

I - Conselho Curador, com funções de deliberação superior;

II - Conselho Fiscal, com função de fiscalização orçamentária de verificação de contas e de julgamento de recursos;

III - Comitê de Investimentos, órgão auxiliar e participativo do processo decisório para a execução da política de investimentos.

VI - Diretor Executivo, com função executiva de administração superior.

§ 1º O jeton de presença objetiva a permanente dedicação, capacitação e desempenho qualificado de suas funções pelos membros dos órgãos colegiados do RPPS.

§ 2º O pagamento do jeton de presença será efetuado no último dia útil do mês vigente, sendo que as despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da taxa de administração, prevista em dotações orçamentárias específicas na Lei Orçamentária Anual.

§ 3º Os valores correspondentes ao jeton de presença possuem natureza de verba indenizatória e não se incorporarão, para quaisquer efeitos, aos vencimentos dos servidores, ficando excluídos da base de cálculo do adicional por tempo de serviço, bem como de quaisquer outros percentuais incidentes sobre a remuneração, não sofrendo a incidência de contribuição previdenciária, nem sendo utilizados como base de cálculo para proventos de inatividade ou pensões.

§ 4º O pagamento do jeton de presença poderá ser regulamentado por decreto do Poder Executivo e pelo regimento interno dos respectivos Conselhos, observadas as disposições desta Lei.

Art. 3º - O Caput do Art. 68 da Lei Municipal nº 2.361 de 08 de julho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 68 - O Conselho Curador se reunirá sempre com pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) da totalidade de seus membros, pelo menos 12 (doze) vezes ao ano, em caráter ordinário e extraordinário, sempre que for convocado cabendo-lhe especificamente:

Art. 4º - Os arts. 70 e o § 3º do art. 71 da Lei Municipal nº 2.361, de 8 de julho de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 70 - Fica estabelecido que os membros do Conselho Curador receberão o valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a título de Jeton de Presença, o qual será reajustado anualmente pelo índice do IPCA.

Art. 71(...)

§ 3.º Fica estabelecido que os membros do Conselho Fiscal receberão o valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a título de Jeton de Presença, o qual será reajustado anualmente pelo índice do IPCA.

Art. 5º - O art. 99 da Lei Municipal nº 2.361 de 8 de julho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 99 - O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido, independentemente da idade, deverão submeter-se a exame médico, quando necessário, a critério do PREVI-LÍDER, sob pena de suspensão do benefício, exceto em casos de doenças irreversíveis.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Projeto de Lei n° 040/2025. Autoria: Poder Executivo.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 29 DE ABRIL DE 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

PREVILIDER
PORTARIA N.º 026/2025 "DISPÕE SOBRE O FERIADO NACIONAL DO DIA MUNDIAL DO TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Estabelece Ponto Facultativo No PREVI-LÍDER Fundo Municipal De Previdência Social De Colíder, na forma a seguir indicada.

A Diretora do PREVI-LÍDER Fundo Municipal de Previdência Municipal de Colíder, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o feriado nacional do Dia do Trabalho, comemorado em 1º de maio, conforme previsto na Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002;

CONSIDERANDO o Decreto estadual nº 1.183/2024 que divulga os dias de feriados e pontos facultativos nas repartições públicas do Estado do Mato Grosso no ano de 2025.

Resolve,

Art. 1º – Estabelece Ponto Facultativo no dia 2 de maio de 2025 (sexta-feira), no PREVI-LÍDER Fundo Municipal de Previdência Social de Colíder.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder-MT, 29 de abril de 2025

MARIZA BERNARDES DA SILVA FINGOLO RASCADO

Diretora Executiva

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS
PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _209/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre odeferimento de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE em favor do servidor"APARECIDO PEREIRA CANGUÇU".

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 94º da Lei nº 2408/2010.

Resolve,

Art. 1º DEFERIR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE em favor do servidor Sr. APARECIDO PEREIRA CANGUÇU, portador da matricula n. 7512, nomeado no cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, fundamentado na Perícia Médica do Município, com início em 28/04/2025 e término em 30/04/2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 28/04/2025, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 10/2025

SECRETARIA MUN. DE GABINETE, GOVERNO E COMUNICACAO
LEI Nº 3.424/2025

LEI Nº 3.424/2025

SÚMULA:RECONHECE O CORDÃO DE GIRASSOL COMO INSTRUMENTO DE ORIENTAÇÃO AUXILIAR DE PESSOAS COM DEFICIENCIAS OCULTAS NO MUNICIPIO DE COLIDER-MT.

Excelentíssimo Senhor **RODRIGO LUIZ BENASSI**, *Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder aprovou e ele sanciona a seguinte lei:*

Art. 1º - Fica reconhecido o cordão de girassol como instrumento de identificação de pessoas com deficiências ocultas no município de Colider-MT.

Parágrafo único. Consideram-se pessoas com deficiência oculta aquelas cuja condição não é prontamente identificável de forma visível.

Art. 2º - O uso do cordão de girassol é facultado aos indivíduos que tenham deficiências ocultas, bem como a seus acompanhantes e atendentes pessoais.

Parágrafo único. O uso do cordão de girassol não constitui fator condicionante para o gozo de direitos assegurados à pessoa com deficiência.

Art. 3º - Os estabelecimentos públicos e privados devem orientar seus funcionários e colaboradores quanto à identificação de pessoas com deficiências ocultas, a partir do uso do cordão de girassol, bem como sobre os procedimentos que possam ser adotados para qualificar o atendimento a estas pessoas.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Projeto de Lei n° 038/2025. Autoria: Ver. Ruam Batista.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 29 DE ABRIL DE 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO – PROCESSO SELETIVO 02/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N°: 00000000001/2025 **- REFERENTE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N°:** 00000000176/2024

Contratado: 923804 - ROSMARI APARECIDA DOS SANTOS FREITAS

Cargo: ZELADOR (EDUCAÇÃO)

Objeto: O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE ZELADOR (A), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.

Nova Vigência: 31/12/2025

Valor: 2.230,6000

Dotação: 79 06.002.12.361.0008.2028.3190040000.15401070000

Data da assinatura: 30/04/2025

Signatários: RODRIGO LUIZ BENASSI e ROSMARI APARECIDA DOS SANTOS FREITAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025 – SRP.

A Prefeitura Municipal de Colider - *MT, através de s*ua *Pregoeira*, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA** *sob o Nº 011/2025*; **TIPO**: Menor Preço por Item*;* ***OBJETO****:* Registro de preço para futura e eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as necessidades das diversas secretarias do município de Colider/MT*;* ***ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES****:* 1*5/05/*2025 às *14*h30min. (Horário de Brasília-DF); **REALIZAÇÃO**: Por meio do Site www.portaldecompraspublicas.com.br; **INTEGRA do EDITAL**: por meio do site: www.portaldecom-

praspublicas.com.br e no site da Prefeitura: www.*colider*.mt.gov.br para informações (Ícone: Licitação).

Colider-MT, em 29 de abril de 2025.

ANA PAULA ZAMONER

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 197/ADM/2025

PORTARIA Nº 197/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** ao servidor **JUVENIL LENO DA SILVA,** matricula nº 1929-2, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de **5 de maio a 30 de julho do ano 2025,** sendo que os **primeiros 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2012/2017**.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

LICITAÇÃO-CONTRATOS
CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO

Certifico que, conforme os registros do Processo Administrativo de nº 6.109/2024, o prazo para interposição de recurso, expirou no dia 25/04/2025, sem que tenha ocorrido o cumprimento da obrigação por parte da empresa DELTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 48.447.370/0001-06.

Nada mais havendo, lavro a presente certidão para os devidos fins.

Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

MAKAULLI GOMES DE SOUZA

Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial

Matrícula 7360-1

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 185/ADM/2025

PORTARIA Nº 185/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 30 (trinta) dias de **Férias** ao Servidor **EDINEY OLIVEIRA,** matricula nº 873-2, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de **12 de maio a 10 de junho do ano 2025,** sendo que os **primeiros 10 (dez)** *dias serão convertidos em abono pecuniário conforme art. 74 da Lei Municipal 499/2011, a férias ora concedida é referente ao período aquisitivo 2022/2023, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.*

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 201/ADM/2025

PORTARIA Nº 201/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** ao servidor **PABLO DE JESUS FERNANDES,** matricula nº 6446-4, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de **12 de maio a 9 de agosto do ano 2025,** sendo que os **últimos 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2018/2024**. (obs. este período contem a prorrogação de 1 ano e 7 meses de acordo com a Lei federal 173/2020)**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: HEIMDALLR CYBERSECURITY LTDA, inscrita no **CNPJ: 14.984.266/0001-20**, sediada na Avenida Haiti, Número 610, Centro Empresarial América, Sala 13, Esquina com Av. Caracas, CEP: 78.060. 618, Bairro Jardim das Americas, Cuiabá/MT. neste ato representada pelo Sr. Osvaldo Alves de Souza, devidamente inscrita no CPF Nº 862.XXX. XXX-34, portador da carteira de identidade Nº 11XXXXX8.

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO:

02.01. Este Termo de Contrato tem como objeto a **"IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE SOLUÇÕES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, INCLUINDO APPLIANCE E SOFTWARE, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE COLNIZA/MT."**

02.01.01- O presente Termo de Contrato é formalizado com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei n° 14.133/21, o qual autoriza a dispensa de licitação;

VALOR DO CONTRATO:R$ 59.904,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e quatro reais).

DATA DA EMISSÃO: 29/04/2025

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/04/2025

DATA DO VENCIMENTO:29/04/2026

JAINY ESTEFANY ARAUJO ROSA

GESTORA DE CONTRATOS

Portaria nº 008/GP/2025

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 183/ADM/2025

PORTARIA Nº 183/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 30 (trinta) dias de **Férias** ao Servidor **REGINALDO CORREA DE SOUZA,** matricula nº 7254-1, lotado no Gabinete do Prefeito, pelo período de **5 de maio a 3 de junho do ano 2025,** sendo que os **primeiros 10 (dez)** *dias serão convertidos em abono pecuniário conforme art. 74 da Lei Municipal 499/2011, a férias ora concedida é referente ao período aquisitivo 2021/2022, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.*

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 205/ADM/2025

PORTARIA Nº 205/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** a servidora **MARIA APARECIDA DOS SANTOS PEREIRA,** matricula nº 2352-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de **5 de maio a 30 de julho do ano 2025,** sendo que os **últimos 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2018/2025**. (obs. este período contem a prorrogação de 1 ano e 7 meses de acordo com a Lei federal 173/2020)**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 178/ADM/2025

PORTARIA Nº 178/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 30 (trinta) dias de **Férias** ao Servidor **IVO SIMOES PEREIRA,** matricula nº 1538-3, lotado na Secretária Municipal de Infraestru-

tura, pelo período de **5 de maio a 3 de junho do ano 2025,** a férias ora concedida é referente ao período aquisitivo 2021/2022, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 202/ADM/2025

PORTARIA Nº 202/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** ao servidor **ENOQUE ALBINO DE ABREU,** matricula nº 6666-2, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de **5 de maio a 30 de julho do ano 2025,** sendo que os **últimos 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2018/2024**. (obs. este período contem a prorrogação de 1 ano e 7 meses de acordo com a Lei federal 173/2020)**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 182/ADM/2025

PORTARIA Nº 182/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 30 (trinta) dias de **Férias** a Servidora **MARCILENE DOS SANTOS,** matricula nº 6346-4, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de **5 de maio a 3 de junho do ano 2025,** sendo que os **primeiros 10 (dez)** *dias serão convertidos em abono pecuniário conforme art. 74 da Lei Municipal 499/2011, a férias ora concedida é referente ao período aquisitivo 2023/2024, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.*

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 198/ADM/2025

PORTARIA Nº 198/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** a servidora **SOCORRO DUTRA SANTOS,** matricula nº 3282-3, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de **5 de maio a 30 de julho do ano 2025,** sendo que os **primeiros 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2013/2018**.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 188/ADM/2025

PORTARIA Nº 188/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** a servidora **GISLAINE BEZ, matricula nº 1362-1,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura pelo período de **5 de maio a 2 de agosto do ano 2025,** referente ao quinquênio 2018/2024**.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 179/ADM/2025

PORTARIA Nº 179/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 30 (trinta) dias de **Férias** ao Servidor **ALEX SANDRO MASCENO,** matricula nº 6676-1, lotado na Secretária Municipal de Desenvolvimento Rural, pelo período de **5 de maio a 3 de junho do ano 2025,** a férias ora concedida é referente ao período aquisitivo 2023/2024, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 180/ADM/2025

PORTARIA Nº 180/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 30 (trinta) dias de **Férias** a Servidora **FRANCIANY CORREA PEREIRA,** matricula nº 8200-2, lotada na Secretária Municipal de Planejamento, pelo período de **5 de maio a 3 de junho do ano 2025,** a férias ora concedida é referente ao período aquisitivo 2024/2025, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 203/ADM/2025

PORTARIA Nº 203/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** ao servidor **ELIZEU FIRMINO DA SILVA,** matricula nº 1049, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de **5 de maio a 30 de julho do ano 2025,** sendo que os **últimos 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2017/2024**. (obs. este período**

contem a prorrogação de 1 ano e 7 meses de acordo com a Lei federal 173/2020)

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 204/ADM/2025

PORTARIA Nº 204/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** a servidora **MARCIA GONCALVES CORREIA,** matricula nº 6325-6, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de **5 de maio a 30 de julho do ano 2025,** sendo que os **últimos 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2018/2023**.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT

AVISO DE LICITAÇÃO – CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2025

PROCESSO Nº 008/2025

A **Câmara Municipal de Colniza – MT** faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP, cujo objeto é o **"Registro de Preços visando a futura e eventual Aquisição de veículos automotor, zero quilometro, tipo caminhonete fechada - suv, capacidade mínima de 7 (sete) lugares, incluindo motorista, motor mínimo de 2.4 turbo diesel, mínimo de 190 cv, tração: 4x4 integral tecnologia de segurança avançada, câmbio automático mínimo de 6 marchas, bancos de couro, entregue emplacado e licenciado, ano/modelo do veículo 2025/2025 ou vigente."** Rege a presente licitação, a Lei nº. 14.133/21 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **14 de MAIO de 2025 às 07:30hm (horário de Brasília), através da Plataforma PORTAS DE COMPRAS PÚBLICAS,** no Departamento de Licitação da Câmara Municipal de Colniza – MT no endereço Av. do Contorno nº 153, Centro, Colniza - MT. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, solicitado pelo e-mail: licitacaocmccolniza@gmail.comno site do Portal de Compras www.portaldecompraspublicas.com.br. **O edital e seus anexos estarão disponíveis também no site www.colniza.mt.leg.br** Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571-1073.**

Para acessar o EDITAL no site, o licitante procurará por TRANSPARÊNCIA nas opções no lado esquerdo do site com os seguintes passos:

Passo 01: clicar em EDITAIS; Passo 02: clicar em EDITAIS 2025; Passo 03: clicar no pregão eletrônico 002/2025.

Colniza – MT, 29 de abril de 2025.

Poliana Cristina Guizzardi

Agente de Contratação/Pregoeira

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 187/ADM/2025

PORTARIA Nº 187/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** a servidora **LUCIENE CRISTINA DE MELO,** matricula nº 2146-5, lotada na Secretaria Municipal de Saúde pelo período de **02 de maio a 30 de julho do ano 2025,** referente ao quinquênio 2017/2022**.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA AO CONTRATO N° 036/2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE COLNIZA (1º OFÍCIO), CNPJ: 08.880.022/0001-03, localizado na Avenida Mato Grosso, nº 122, Bairro Centro, CEP: 78. 335-000, Colniza/MT, neste ato representada pela Sra. **Bianca de Oliveira Borges,** portadora do CPF n° 888.xxx.xxx-68.

CLAUSULA DO OBJETO:

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 036/2024 por mais 12 meses, a contar de 25/05/2025 até 25/05/2026, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2. A alteração do representante designado para este contrato observará o disposto na **Portaria TJMT/CGJ nº 182, de novembro de 2024**, conforme consta nos autos do processo nº 2937/2025.

VALOR: O Valor total do contrato permanece em R$ 66.000,00 (Sessenta e seis mil reais).

DATA DA EMISSÃO: 29/04/2025

DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/05/2025

DATA DO VENCIMENTO: 25/05/2026

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 189/ADM/2025

PORTARIA Nº 189/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** a servidora **CRISTIANE BATISTA DA CUNHA DALCIN,** matricula nº 6360-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de **05 de maio a 30 de julho do ano 2025,** sendo que os **primeiros 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2018/2024**. (obs. este período contem a prorrogação de 1 ano e 7 meses de acordo com a Lei federal 173/2020)**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 195/ADM/2025

PORTARIA Nº 195/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** ao servidor **JONATHAN UBIRAJARA OLEANO,** matricula nº 1731-2, lotado na Secretaria Municipal de Finanças & Fazenda, pelo período de **5 de maio a 30 de julho do ano 2025,** sendo que os **primeiros 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2018/2025**. (obs. este período contem a prorrogação de 1 ano e 7 meses de acordo com a Lei federal 173/2020)**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 190/ADM/2025

PORTARIA Nº 190/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** a servidora **ELANE CARDOSO DIAS,** matricula nº 950-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de **05 de maio a 30 de julho do ano 2025,** sendo que os **primeiros 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2018/2024**. (obs. este período contem a prorrogação de 1 ano e 7 meses de acordo com a Lei federal 173/2020)**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 206/ADM/2025

PORTARIA Nº 206/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** a servidora **RITA LISBOA SANTOS RODRIGUES,** matricula nº 2945-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de **14 de maio a 11 de agosto do ano 2025,** sendo que os **últimos 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2018/2025**. (obs. este período contem a prorrogação de 1 ano e 7 meses de acordo com a Lei federal 173/2020)**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 196/ADM/2025

PORTARIA Nº 196/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** ao servidor **ANDERSON SERGIO FACHIM,** matricula nº 6701-1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de **5 de maio a 30 de julho do ano 2025,** sendo que os **primeiros 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2018/2024**. (obs. este período contem a prorrogação de 1 ano e 7 meses de acordo com a Lei federal 173/2020)**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 191/ADM/2025

PORTARIA Nº 191/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** a servidora **MIKELE DA SILVA ABREU,** matricula nº 6367-4, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de **20 de maio a 17 de agosto do ano 2025,** sendo que os **primeiros 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2018/2024**. (obs. este período contem a prorrogação de 1 ano e 7 meses de acordo com a Lei federal 173/2020)**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 194/ADM/2025

PORTARIA Nº 194/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** ao servidor **WELINGTON APARECIDO DE OLIVEIRA,** matricula nº 6439-1, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de **5 de maio a 30 de julho do ano 2025,** sendo que os **últimos 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2018/2024**. (obs. este período contem a prorrogação de 1 ano e 7 meses de acordo com a Lei federal 173/2020)**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007-2025 - PERÍCIA MÉDICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007-2025

PERÍCIA MÉDICA

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011 Art. 110 e 111, e Lei Complementar nº 09/2020 Art. 110 e 111;

CONSIDERANDO: a apresentação de atestados médico dos servidores ao setor de Recursos Humanos;

CONSIDERANDO: o contrato nº 069/2023 celebrado entre a Prefeitura Municipal e a empresa CLINICA DO TRABALHADOR MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, onde serão realizadas as pericias medicas.

RESOLVE:

Art. 1° - Convocar os servidores relacionados abaixo para se apresentarem na **CLINICA DO TRABALHADOR** localizada na Avenida Sete de Setembro nº 192 – Bairro Centro - ao lado do Carlão Autopeça.

Art. 2º - Os servidores ora convocados deverão comparecer no dia **2 de maio de 2025** *no local supracitado e no horário especificado abaixo.*

Nº	Servidor(a)	Horário
01	ELIZETE FERREIRA DA SILVA	8:00
02	*CRISTIANE ALVES ROTHERMEL SILVA*	8:20
03	*ANADIR CRISTINA FRANCISCO DIAS*	8:40
04	*MARIA LUCIANA ANTUNES DE OLIVEIRA*	9:00
05	*MARIA DE LURDES DE LIMA*	9:20

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em de 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES
SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 192/ADM/2025

PORTARIA Nº 192/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** ao servidor **SIDNEY SANTANA DE ASSIS,** matricula nº 6688-1, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de **5 de maio a 30 de julho do ano 2025,** sendo que os **primeiros 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2018/2024**. (obs. este período contem a prorrogação de 1 ano e 7 meses de acordo com a Lei federal 173/2020)**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 181/ADM/2025

PORTARIA Nº 181/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 30 (trinta) dias de **Férias** a Servidora **ELIS REGINA DE ARAUJO SILVINO,** matricula nº 6857-2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de **5 de maio a 3 de junho do ano 2025,** sendo que os **primeiros 10 (dez)** *dias serão convertidos em abono pecuniário conforme art. 74 da Lei Municipal 499/2011, a férias ora concedida é referente ao período aquisitivo 2022/2023, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.*

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 193/ADM/2025

PORTARIA Nº 193/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** ao servidor **UNILTON FERREIRA DA COSTA,** matricula nº 3380-4, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de **5 de maio a 30 de julho do ano 2025,** sendo que os **primeiros 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2017/2023**. (obs. este período contem a prorrogação de 1 ano e 7 meses de acordo com a Lei federal 173/2020)**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 200/ADM/2025

PORTARIA Nº 200/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** ao servidor **CLAUDEMIR COELHO DOS SANTOS,** matricula nº 6915-4, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de **5 de maio a 30 de julho do ano 2025,** sendo que os **últimos 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2018/2025**.**

(obs. este período contem a prorrogação de 1 ano e 7 meses de acordo com a Lei federal 173/2020)

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 184/ADM/2025

PORTARIA Nº 184/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 30 (trinta) dias de **Férias** ao Servidor **VALMOR GERALDO CAMERA,** matricula nº 3451-1, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de **5 de maio a 3 de junho do ano 2025,** sendo que os **primeiros 10 (dez)** *dias serão convertidos em abono pecuniário conforme art. 74 da Lei Municipal 499/2011, a férias ora concedida é referente ao período aquisitivo 2023/2024, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.*

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

LICITAÇÃO-CONTRATOS
CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO

Certifico que, conforme os registros do Processo Administrativo de nº 6.848/2024, o prazo para interposição de recurso, expirou no dia 25/04/2025, sem que tenha ocorrido o cumprimento da obrigação por parte da empresa COMERCIAL DINÂMICA DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ: 23.821.956/0001-50.

Nada mais havendo, lavro a presente certidão para os devidos fins.

Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

MAKAULLI GOMES DE SOUZA

Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial

Matrícula 7360-1

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 199/ADM/2025

PORTARIA Nº 199/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio** a servidora **MARTA REGINA CAVALCANTI MELO,** matricula nº 2598-1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de **5 de maio a 30 de julho do ano 2025,** sendo que os **primeiros 60** (sessenta) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme Lei Municipal 989/2022. A Licença ora concedida é referente ao quinquênio 2018/2023**.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 186/ADM/2025

PORTARIA Nº 186/ADM/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 30 (trinta) dias de **Férias** ao Servidor **MARCOS ARNOLD,** matricula nº 7605-3, lotado no Gabinete do Prefeito, pelo período de **5 de maio a 3 de junho do ano 2025,** sendo que os **últimos 10 (dez)** *dias serão convertidos em abono pecuniário conforme art. 74 da Lei Municipal 499/2011, a férias ora concedida é referente ao período aquisitivo 2024/2025, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.*

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 29 de abril de 2025.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: Recursos Humanos

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

TERMO ADITIVO 073/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 073/2025 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 124/2023

DATA: 14/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: REFFRIAR REFRIGERACAO E CLIMATIZACAO LTDA

OBJETO:ADITIVO TRATA-SE DE REEQUILÍBRIO DO CONTRATO N° 124/2023, TENDO COMO OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIA DE CHAVE, SERVIÇOS GERAL DE CHAVES, FECHADURA, REFRIGERAÇÃO, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO, INCLUINDO RETIRADA E INSTALAÇÃO E TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES, **NO VALOR R$ 2.750,00** (DOIS MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS, CONSIDERANDO A TABELA ABAIXO:

01	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO SPLIT E/OU SPLIT INVERTER, HIGIENIZAÇÃO COMPLETA, CAPACIDADE TÉRMICA DE REFRIGERAÇÃO DE 7.000 BTUS A 11.999 BTUS, MARCAS DIVERSAS (INCLUSO PEÇAS A SEREM SUBSTITUIDAS)	**R$ 180,00**	**R$ 200,00**
02	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO/TROCA DE CAPACITOR DE AR CONDICIONADO SPLIT E/OU SPLIT INVERTER, CAPACIDADE TÉRMICA DE REFRIGERAÇÃO DE 7.000 BTUS A 11.999 BTUS, MARCAS DIVERSAS (INCLUSO PEÇAS A SEREM SUBSTITUIDAS).	**R$ 130,00**	**R$ 180,00**
04	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO SPLIT E/OU SPLIT INVERTER (RECARGA DE	**R$220,00**	**R$ 260,00**

	GÁS), CAPACIDADE TÉRMICA DE REFRIGERAÇÃO DE 7.000 BTUS A 11.999 BTUS, MARCAS DIVERSAS (INCLUSO PEÇAS A SEREM SUBSTITUIDAS).		
05	SERVIÇO DE RETIRADA E REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E/OU SPLIT INVERTER (EM USO), CAPACIDADE TÉRMICA DE REFRIGERAÇÃO DE 7.000 BTUS A 11.999 BTUS, MARCAS DIVERSAS (INCLUSO PEÇAS A SEREM SUBSTITUIDAS).	**R$220,00**	**R$ 280,00**
06	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E/OU SPLIT INVERTER (NOVO), CAPACIDADE TÉRMICA DE REFRIGERAÇÃO DE 7.000 BTUS A 11.999 BTUS, MARCAS DIVERSAS (INCLUSO PEÇAS A SEREM INSTALADAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO MANUAL DE INSTRUÇÕES DO FABRICANTE).	**R$350,00**	**R$ 420,00**
21	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO SPLIT E/OU SPLIT INVERTER, HIGIENIZAÇÃO COMPLETA, CAPACIDADE TÉRMICA DE REFRIGERAÇÃO DE 18.000 BTUS A 38.000 BTUS, MARCAS DIVERSAS (INCLUSO PEÇAS A SEREM SUBSTITUIDAS)	**R$280,00**	**R$ 350,00**
22	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO/TROCA DE CAPACITOR DE AR CONDICIONADO SPLIT E/OU SPLIT INVERTER, CAPACIDADE TÉRMICA DE REFRIGERAÇÃO DE 18.000 BTUS A 38.000 BTUS, MARCAS DIVERSAS (INCLUSO PEÇAS A SEREM SUBSTITUIDAS).	**R$ 100,00**	**R$ 180,00**
25	SERVIÇO DE RETIRADA E REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E/OU SPLIT INVERTER (EM USO), CAPACIDADE TÉRMICA DE REFRIGERAÇÃO DE 18.000 BTUS A 38.000 BTUS, MARCAS DIVERSAS (INCLUSO PEÇAS A SEREM SUBSTITUIDAS).	**R$230,00**	**R$ 280,00**
26	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E/OU SPLIT INVERTER (NOVO), CAPACIDADE TÉRMICA DE REFRIGERAÇÃO DE 18.000 BTUS A 38.000 BTUS, MARCAS DIVERSAS (INCLUSO PEÇAS A SEREM INSTALADAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO MANUAL DE INSTRUÇÕES DO FABRICANTE).	**R$480,00**	**R$ 600,00**

TERMO ADITIVO 072/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 072/2025 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 116/2024

DATA: 14/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: CONSTRUTORA EAC LTDA

OBJETO: ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE 24.76% DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 116/2024 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A CONCLUSÃO DO POSTO AVANÇADO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR NA CIDADE COMODORO-/MT, **VALOR NO VALOR DE R$ 75.013,33 (SETENTA E CINCO MIL TREZE REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS).**

DESPESA: 09.02.2.049.3.3.90.39.00.00.00.00 (2500)- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (1293) **R$ 75.013,33** (SETENTA E CINCO MIL TREZE REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS).

TERMO ADITIVO 071/2025

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 071/2025 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 083/2022

DATA: 19/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: MARIA JOSÉ AMORIM MARIANO 01340572109

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO É A **PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS DO CONTRATO N° 083/2022** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS E PRÉDIOS PÚBLICOS, PEDREIRO E AJUDANTE DE PEDREIRO, PINTURA PREDIAL E AJUDANTE DE PINTURA PREDIAL, CAPINA, ROÇADA E PODA DE ÁRVORES, ELETRICISTA, AJUDANTE DE ELETRICISTA, ENCANADOR E AJUDANTE DE ENCANADOR, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE COMODORO/MT, **VIGORANDO DO DIA 19/04/2025 Á 19/05/2025.**

TERMO ADITIVO 070/2025

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 070/2025 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 093/2022

DATA: 19/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: SOLANGE PERATO JORGE 00473733188

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO É A **PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS DO CONTRATO N° 093/2022** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS E PRÉDIOS PÚBLICOS, PEDREIRO E AJUDANTE DE PEDREIRO, PINTURA PREDIAL E AJUDANTE DE PINTURA PREDIAL, CAPINA, ROÇADA E PODA DE ÁRVORES, ELETRICISTA, AJUDANTE DE ELETRICISTA, ENCANADOR E AJUDANTE DE ENCANADOR, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE COMODORO/MT, **VIGORANDO DO DIA 18/04/2025 Á 18/05/2025.**

TERMO ADITIVO 069/2025

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 069/2025 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 097/2022

DATA: 11/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: MARIA APARECIDA MOTA DE PAULA 00282444190

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO É A **PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS DO CONTRATO N° 097/2022** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS E PRÉDIOS PÚBLICOS, PEDREIRO E AJUDANTE DE PEDREIRO, PINTURA PREDIAL E AJUDANTE DE PINTURA PREDIAL, CAPINA, ROÇADA E PODA DE ÁRVORES, ELETRICISTA, AJUDANTE DE ELETRICISTA, ENCANADOR E AJUDANTE DE ENCANADOR, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE COMODORO/MT, **VIGORANDO DO DIA 19/04/2025 Á 19/05/2025.**

TERMO ADITIVO 068/2025

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 068/2025 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 054/2022

DATA: 11/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: MARILANDE RIBEIRO ARAUJO 01459239164

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO É A **PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS DO CONTRATO N° 054/2022** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS E PRÉDIOS PÚBLICOS, PEDREIRO E AJUDANTE DE PEDREIRO, PINTURA PREDIAL E AJUDANTE DE PINTURA PREDIAL, CAPINA, ROÇADA E PODA DE ÁRVORES, ELETRICISTA, AJUDANTE DE ELETRICISTA, ENCANADOR E AJUDANTE DE ENCANADOR, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE COMODORO/MT, **VIGORANDO DO DIA 11/04/2025 Á 11/05/2025.**

TERMO ADITIVO 067/2025

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 067/2025 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 063/2022

DATA: 11/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ROSENI CARMO DE CASTRO 00876797109

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO É A **PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS DO CONTRATO N° 063/2022** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS E PRÉDIOS PÚBLICOS, PEDREIRO E AJUDANTE DE PEDREIRO, PINTURA PREDIAL E AJUDANTE DE PINTURA PREDIAL, CAPINA, ROÇADA E PODA DE ÁRVORES, ELETRICISTA, AJUDANTE DE ELETRICISTA, ENCANADOR E AJUDANTE DE ENCANADOR, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE COMODORO/MT, **VIGORANDO DO DIA 11/04/2025 Á 11/05/2025.**

TERMO ADITIVO 066/2025

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 066/2025 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 080/2022

DATA: 11/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: JANE DE ARAUJO TOLEDO 74135163220

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO É A **PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS DO CONTRATO N° 080/2022** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS E PRÉDIOS PÚBLICOS, PEDREIRO E AJUDANTE DE PEDREIRO, PINTURA PREDIAL E AJUDANTE DE PINTURA PREDIAL, CAPINA, ROÇADA E PODA DE ÁRVORES, ELETRICISTA, AJUDANTE DE ELETRICISTA, ENCANADOR E AJUDANTE DE ENCANADOR, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE COMODORO/MT, **VIGORANDO DO DIA 11/04/2025 Á 11/05/2025.**

TERMO ADITIVO 065/2025

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 065/2025 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 057/2022

DATA: 11/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: IANKA DE ALMEIDA PADILHA RAMOS 05818961141

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO É A **PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS DO CONTRATO N° 057/2022** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS E PRÉDIOS PÚBLICOS, PEDREIRO E AJUDANTE DE PEDREIRO, PINTURA PREDIAL E AJUDANTE DE PINTURA PREDIAL, CAPINA, ROÇADA E PODA DE ÁRVORES, ELETRICISTA, AJUDANTE DE ELETRICISTA, ENCANADOR E AJUDANTE DE ENCANADOR, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE COMODORO/MT, **VIGORANDO DO DIA 11/04/2025 Á 11/05/2025.**

TERMO ADITIVO 064/2025

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 064/2025 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 052/2022

DATA: 11/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: MARIA DE FÁTIMA BARCELOS TEODORO 00352761180

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO É A **PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS DO CONTRATO N° 052/2022** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS E PRÉDIOS PÚBLICOS, PEDREIRO E AJUDANTE DE PEDREIRO, PINTURA PREDIAL E AJUDANTE DE PINTURA PREDIAL, CAPINA, ROÇADA E PODA DE ÁRVORES, ELETRICISTA, AJUDANTE DE ELETRICISTA, ENCANADOR E AJUDANTE DE ENCANADOR, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE COMODORO/MT, **VIGORANDO DO DIA 11/04/2025 Á 11/05/2025.**

TERMO ADITIVO 063/2025

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 063/2025 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 056/2022

DATA: 11/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: EUDRE FILOMENA 63247828168

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO É A **PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS DO CONTRATO N° 056/2022** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS E PRÉDIOS PÚBLICOS, PEDREIRO E AJUDANTE DE PEDREIRO, PINTURA PREDIAL E AJUDANTE DE PINTURA PREDIAL, CAPINA, ROÇADA E PODA DE ÁRVORES, ELETRICISTA, AJUDANTE DE ELETRICISTA, ENCANADOR E AJUDANTE DE ENCANADOR, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE COMODORO/MT, **VIGORANDO DO DIA 11/04/2025 Á 11/05/2025.**

TERMO ADITIVO 062/2025

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 062/2025 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 055/2022

DATA: 11/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ADRIANA DA SILVA 02593002174

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO É A **PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS DO CONTRATO N° 055/2022** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS E PRÉDIOS PÚBLICOS, PEDREIRO E AJUDANTE DE PEDREIRO, PINTURA PREDIAL E AJUDANTE DE PINTURA PREDIAL, CAPINA, ROÇADA E PODA DE ÁRVORES, ELETRICISTA, AJUDANTE DE ELETRICISTA, ENCANADOR E AJUDANTE DE ENCANADOR, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE COMODORO/MT, **VIGORANDO DO DIA 11/04/2025 Á 11/05/2025.**

EDITAL N.º 030/2025 DE: 28.04.2025

EDITAL n.º 030/2025

De: 28.04.2025

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA,Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º. Convoca os candidatos abaixo relacionados classificados no **Processo Seletivo Simplificado n° 003/2024** da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração/Departamento de Recursos Humanos, a fim de apresentar os documentos exigidos para a contratação na função **abaixo relacionada,** em conformidade com o Edital de Abertura n.º 001, de 25 de novembro de 2024 e Decreto de Homologação n.º 006, de 10 de janeiro de 2025, conforme **Processo Virtual nº. 0002337/2025** para os cargos de:

CARGO: NUTRICIONISTA

Ord.	Insc.	Nome	Resultado
03	228	CELIANA FIZATO MELO	**Classificada**

Art. 2º. Conforme acordo entre as Secretarias de Educação e Secretaria de Saúde, a candidata hora convocada irá assumir a vaga para exercer suas atividades junto a Secretaria Municipal de Saúde, por meio de aproveitamento, conforme processo acima citado.

Art. 3º. Os documentos para a Contratação de cada candidato deverão ser apresentados conforme normas e instruções do Departamento de Recursos Humanos. Para esclarecimentos, entrar em contato pelo **WhatsApp nº. (65) 9 8147-8469 (somente mensagens).**

Art. 4º.O não comparecimento no prazo de 07 (sete) dias, implicará na desistência da vaga.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 28 dias do mês de abril de 2025.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

DOCUMENTO PARA QUEM NÃO TRABALHOU NA PREFEITURA NO ANO DE 2024

FOTOCÓPIAS LEGÍVEIS:

Cédula de Identidade **RG**;

Certificado de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física – **CPF/MF**

Titulo de eleitor;

Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso, ou, Declaração de União Estável se houver;

CPF e RG Esposa (o) quando houver (exigência TCE-MT);

Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (**para o sexo masculino**);

Comprovante de endereço atualizado;

Comprovante de titularidade de conta bancaria no Banco Bradesco **Agencia de Comodoro 1887-2;**

Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista) caso foi renovada;

Certidão de nascimento, RG e CPF dos filhos quando dependente;

Comprovante de escolaridade (**Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico**) de acordo com o nível exigido para o cargo;

DOCUMENTOS ORIGINAIS OBRIGATÓRIOS:

Certidão **Negativa de Débitos** junto ao Departamento de Tributação do Município de Comodoro/MT ou pelo site:

https://e-gov.betha.com.br/cdweb/03114-247/contrib...

Certidão de quitação eleitoral no **Cartório Eleitoral** ou pelo site:

https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-...

Certidão Negativa **Civil e Criminal** no site:

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

Declarações de **Bens Móveis e/ou Imóveis** (**se não houver, declarar de que não possui bens**);

Preencher Ficha Cadastral em anexo.

Exames por Cargo (Obrigatório para todos):

Nutricionista	Hemograma Completo

DOCUMENTO PARA QUEM TRABALHOU NA PREFEITURA NO ANO DE 2024:

CASO TENHA MUDADO ALGUM DOS DOCUMENTOS ABAIXO, TRAZER NOVA CÓPIA:

Cédula de Identidade **RG**;

Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso, ou, Declaração de União Estável se houver;

CPF e RG Esposa (o) quando houver (**exigência TCE-MT**);

Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (**para o sexo masculino**);

Comprovante de endereço atualizado;

Comprovante de titularidade de conta bancaria no Banco Bradesco **Agencia de Comodoro 1887-2;**

Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista) caso foi renovada;

DOCUMENTOS ORIGINAIS OBRIGATÓRIOS:

Certidão **Negativa de Débitos** junto ao Departamento de Tributação do Município de Comodoro/MT ou pelo site:

https://e-gov.betha.com.br/cdweb/03114-247/contrib...

Certidão de quitação eleitoral no **Cartório Eleitoral** ou pelo site:

https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-...

Certidão Negativa **Civil e Criminal** no site:

https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...

Declarações de **Bens Móveis e/ou Imóveis** (**se não houver, declarar de que não possui bens**);

Preencher Ficha Cadastral em anexo.

Exames por Cargo (Obrigatório para todos):

Nutricionista	Hemograma Completo

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO-MT	**FICHA CADASTRAL**

FOTO 3x4	**IDENTIFICAÇÃO PESSOAL**					
	1. Nome:					
	2. Sexo:	**3. Est. Civil:**			**4. Data nascimento:**	
	5. Local nascimento / UF:				**6. N°. CPF:**	
	7. N°. Identidade:		**8. Orgão e UF:**		**9. Data de emissão:**	
10. N°. Cart. Profissional de Trabalho:	**11. Série e UF:**	**12. Data emissão:**		**13. N°. Do titulo:**		
14. Zona eleitoral:	**15. Seção:**	**16. CNH:**	**17. Categoria:**	**18. Vencimento. CNH:**	**19. Data 1ª habilitação:**	
20. Data Emissão/UF CNH:	**21. Reservista:**	**22. Número do PIS/PASEP:**				
23. Nome do pai:		**24.CPF do Pai:**				
25. Nome da mãe:		**26. CPF da Mãe:**				
27. Nome do Conjugue/Companheiro (se houver)		**28. CPF do Conjugue/Companheiro**			**29. Data Casamento/União Est:**	
30. Raça	**31. Cor Olhos**	**32. Peso (KG)**	**33. Estatura (Metros)**	**34. Doador sangue:**	**35. Grupo Sangue:**	**36. Fator RH**

ENDEREÇO PESSOAL			
37. Rua:	**38. Número:**	**39. Bairro:**	
40. Complemento:	**41. Município:**	**42. UF:**	**43. CEP:**
44. Agencia Bradesco:	**45. Conta Bradesco:**	**46. Celular:**	**47. E-mail:**

CADASTRO DE DEPENDENTES					
NOME:	**SEXO:**	**DATA NASC.:**	**PARENTESCO:**	**CPF:**	**IRPF:**
	F M				
	F M				
	F M				
	F M				
	F M				
	F M				

TERMO ADITIVO 061/2025

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 061/2025 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 051/2022

DATA: 11/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ADILSON MOTA 84863196172

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO É A **PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS DO CONTRATO N° 051/2022** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS E PRÉDIOS PÚBLICOS, PEDREIRO E AJUDANTE DE PEDREIRO, PINTURA PREDIAL E AJUDANTE DE PINTURA PREDIAL, CAPINA, ROÇADA E PODA DE ÁRVORES, ELETRICISTA, AJUDANTE DE ELETRICISTA, ENCANADOR E AJUDANTE DE ENCANADOR, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE COMODORO/MT, **VIGORANDO DO DIA 11/04/2025 Á 11/05/2025.**

TERMO ADITIVO 060/2025

QUINTO TERMO ADITIVO Nº 060/2025 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 047/2022

DATA: 08/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C.H DONATONI - ME

OBJETO: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 12 (DOZE) MESES DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM – TIPO CASA DE APOIO (HOTEL) Nº 047/2022, REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM – TIPO CASA

DE APOIO (HOTEL), PARA ATENDER AOS PACIENTES QUE SE DESTINA A TRATAMENTO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT, COM FORNECIMENTO DE (03) REFEIÇÕES DIÁRIAS, (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E LANCHE) BALANCEADO SEGUNDO INSTRUÇÃO DE NUTRICIONISTA, TRANSPORTE DOS PACIENTE 24 HORAS TODOS OS DIAS DA SEMANA ENQUANTO ESTIVER EM TRATAMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICAS, **VIGORANDO DE 08/04/2025 Á 08/04/2026.**

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - MOÇÃO DE APOIO Nº 02/2025

MOÇÃO DE APOIO Nº 02/2025 DE 24/04/2025

Autoria: ***Paulo Sérgio Bezerra Presidente – Gestão 2025/2026 e demais Vereadores da Gestão 2025/2028.***

"Concede Moção De Apoio à Reativação do Centro Regional de Pesquisa e Transferência de Tecnologia da EMPAER em Cáceres.".

A Câmara Municipal de Comodoro/MT, no uso de suas atribuições, conforme permissivo legal, insculpido no art. 125 do Regimento Interno da Casa Legislativa, resolve apresentar a presente **MOÇÃO DE APOIO** à Reativação do Centro Regional de Pesquisa e Transferência de Tecnologia da EMPAER em Cáceres.

Considerando a Audiência Pública que foi realizada no dia 04 de abril de 2025, com o objetivo de discutir a reativação do Centro Regional de Pesquisa e Transferência de Tecnologia de Cáceres-MT, a Câmara Municipal de Comodoro, em amparo ao Poder Legislativo de Cáceres e ao Sindicato dos Trabalhadores da Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Pública de Mato Grosso – SINTERP-MT, vem por meio deste expediente promover apoio e articulação junto às instâncias governamentais para a reativação do Centro Regional de Pesquisa e Transferência de Tecnologia da EMPAER, localizado em Cáceres.

Notório que atualmente presenciamos excelentes decisões para fortalecer o desenvolvimento econômico da nossa região. Dentre elas, destacam-se a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Cáceres, juntamente com propostas de ações para combater as desigualdades regionais no estado, que é um dos mais ricos do país.

Além disso, neste ano, Mato Grosso possui o maior orçamento já destinado à Agricultura Familiar, reforçando o compromisso com o setor primário de nossa economia.

Contrariando esse cenário positivo, fomos surpreendidos pela decisão do Governo de Mato Grosso, em conjunto com a presidência da EMPAER, de desativar o Centro Regional de Pesquisa e Transferência de Tecnologia (CRPTT) da EMPAER em Cáceres.

Tal medida representa um retrocesso, pois o CRPTT tem sido fundamental para oferecer soluções tecnológicas adaptadas às nossas realidades locais, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável do setor agrícola e para a qualidade de vida dos nossos produtores rurais.

O CRPTT da EMPAER em Cáceres realiza ações essenciais, tais como a validação de cultivares e o aprimoramento de técnicas agronômicas para o cultivo de banana, feijão, mandioca, capineiras, plantas de cobertura, além da produção e fornecimento de mudas de diversas frutíferas. Essas atividades têm proporcionado aumento de produtividade, inovação tecnológica e fortalecimento da agricultura familiar, especialmente em municípios da nossa região, a exemplo de nosso vizinho, Campos de Júlio.

Diante do exposto, consideramos imprescindível e urgente a manutenção e o fortalecimento do Centro Regional de Pesquisa e Transferência de Tecnologia da EMPAER em Cáceres.

Assim, como representantes do Poder Legislativo do município de Comodoro, manifestamos nosso veemente posicionamento contrário à sua desativação, e solicitamos a reanálise deste intento para que possamos assegurar o desenvolvimento sustentável e a autonomia do setor agrícola de nossa região.

Contamos com a compreensão e o engajamento de todos para o fortalecimento e garantia de que as ações de pesquisa e transferência de tecnologia continuem a beneficiar nossos agricultores, suas famílias e toda a sociedade.

Que a presente Moção, após aprovada pelos senhores pares, seja encaminhada, como manifestação de nossa PREOCUPAÇÃO E APOIO, às autoridades competentes.

Plenário Comendador Luiz Grandi, aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

Paulo Sérgio Bezerra
Presidente – Biênio 2025/2026

Guiomar Cardoso Piovezan	***Antoninho Vardelei Camera***
Vice-Presidente Bancada PRD	1º Secretário Bancada União Brasil

Eliano Domingo José Bridi	***Nalberto Júlio da Silva***
2º Secretário Bancada PRD	3º Secretário Bancada União Brasil

Alan Sidney Viotto Silva	***João Alves da Silva***
4º Secretário Bancada União Brasil	Bancada PL

Josimar Almeida Miranda	***Ozimar Mota da Silva***
Bancada PSB	Bancada PT

Wender Bier de Souza	***Zacarias Gonçalves da Silva***
Bancada Republicanos	Bancada Republicanos

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - MOÇÃO DE APOIO Nº 01/2025

MOÇÃO DE APOIO Nº 01/2025 DE 24/04/2025

Autoria: ***Paulo Sérgio Bezerra. Presidente – Gestão 2025/2026 e demais Vereadores da Gestão 2025/2028.***

"Concede Moção De Apoio ao PDL 03/2025, que susta os efeitos da Resolução nº 258, de 23 de dezembro de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e ao PL 1904/2024, que visa impedir que o aborto seja reconhecido como direito, sem previsão de limite de tempo gestacional".

A Câmara Municipal de Comodoro/MT, no uso de suas atribuições, conforme permissivo legal, insculpido no art. 125 do Regimento Interno da Casa Legislativa, resolve apresentar a presente **MOÇÃO DE APOIO AO PDL 3/2025,** que susta os efeitos da Resolução nº 258, de 23 de dezembro de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e **ao PL 1904/2024,** que visa impedir que o aborto seja reconhecido como direito, sem previsão de limite de tempo gestacional.

Tem este expediente o intuito de destinar aos Gabinetes das Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para que se acolha esta moção como manifestação de vontade da maioria absoluta do Povo de Comodoro, mediante deliberação de seus representantes legitimamente eleitos.

Configurou-se, de modo especial a partir da segunda metade do século XX, um forte movimento mundial pela legalização do aborto. Práticas que até então eram vistas como crimes, pretenderam passar a ser reconhecidas como direitos humanos.

Mais recentemente passou-se a pretender estender o reconhecimento do aborto como direito até o momento do parto. Tal pretensão vai diretamente contra o sentido da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* que afirma que ***"todo ser humano tem direito à vida"***, independentemente da legislação positiva. Pretende-se solapar os princípios fundamentais da democracia moderna, entre os quais o principal é ser uma verdade auto evi-

dente que todo ser humano é dotado de direitos inalienáveis e, entre estes, o primeiro é o direito à vida. É o coração da *Declaração*.

Para que o direito de matar não venha a se estender, a Câmara de Comodoro/MT, vem apresentar esta Moção de Apoio a dois projetos em tramitação no Congresso Nacional, o PDL 03/2025 e o PL 1904/2024.

O aborto sempre foi definido pelos tratados de Medicina como ***"a interrupção clínica ou cirúrgica da gestação de um feto vivo ainda não viável"*** (Cunningham, F. G: Obstetrícia de Williams, C. 18, 24ª Edição, 2016).

A própria Organização Mundial da Saúde, até recentemente, também definia o aborto como ***"a interrupção da gestação antes das 20 semanas de gestação"***.

Eis que, no entanto, a mesma Organização Mundial da Saúde, a partir de 2022, passou a definir o aborto de um modo completamente diverso e inédito na história, indo na contramão dos Direitos Humanos. Com a entrada em vigor da 11ª Classificação Internacional de Doenças, sob o código JA00.1, desde 2022 a OMS passou a definir que

"O aborto provocado é a completa expulsão de um embrião ou um feto, independentemente do tempo gestacional, como consequência de uma interrupção deliberada de uma gestação em curso, por meios médicos ou cirúrgicos, com a intenção de não haver um nascimento com vida."

A partir desta nova e surpreendente definição, iniciou-se uma vasta movimentação, muito bem organizada, de inúmeras instituições que já promoviam a causa do aborto, para que a sua prática fosse estendida, como um direito, agora já durante todos os nove meses da gestação. Isto é, até o momento do parto. E quem sabe o que poderá vir depois, quando as novas leis tiverem se tornado costume? Já estamos assistindo a este novo ativismo e, nos próximos anos, deveremos vê-lo crescer ainda mais.

Entre as iniciativas que procuram promover o aborto durante todos os nove meses da gestação está a **Resolução 258 de 23 de dezembro de 2024 do CONANDA**, ou Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O CONANDA, do qual se falava pouco, é a instituição a quem cabe, entre outras atribuições, definir as diretrizes e o funcionamento dos Conselhos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares em todo o Brasil.

A Resolução 258/2024 do CONANDA estabelece que toda gestante menor de 14 anos deverá ser encaminhada a um órgão do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), entre os quais se incluem os Conselhos Tutelares, onde deverá ser orientada e encaminhada imediatamente para um serviço público de aborto, ***independentemente do conhecimento e da presença dos pais ou responsáveis*** (artigo 20). Toda gestação de menores de 14 anos deverá ser obrigatoriamente denunciada ao Conselho Tutelar (artigo 2º, XII; artigo 14), sendo irrelevante a análise sobre o consentimento da relação sexual (artigo 2º, IX). Os pais, se tiverem conhecimento da gestação de sua filha, ***não poderão manifestar-se contrariamente ao aborto*** (artigo 21), e não poderão exigir a sua presença durante o procedimento (artigo 23).

Ademais, segundo o artigo 32, o aborto deverá ser realizado ***"independentemente do tempo gestacional ou do peso fetal e sem previsão de limite de tempo gestacional para a realização do procedimento, segundo orientações da Organização Mundial da Saúde"***.

Diante da Resolução do CONANDA, os vereadores deste município vem manifestar o seu apoio ao Projeto de Decreto Legislativo 03/2025, que "susta os efeitos da Resolução nº 258, de 23 de dezembro de 2024". Entre as justificativas apresentadas por seus autores encontram-se as seguintes:

"A Resolução do Conanda ignora o artigo 4º do Código Civil, que considera absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de quatorze anos de idade, e institui uma autonomia decisória completa, que dispensa qualquer tipo de autorização dos pais ou responsáveis pela criança. Sendo assim, prevê, na prática, uma submissão quase compulsória ao procedimento do aborto.

Ademais, em sua disposição mais estarrecedora, a Resolução prevê que o procedimento de aborto poderá ser realizado independentemente de comunicação aos responsáveis legais, de modo que tais fatos não constituam 'obstáculos indevidos', e também prevê que o limite de tempo gestacional para o aborto não possuirá previsão legal e não deverá ser utilizado como instrumento de óbice para a realização do procedimento. Na prática, isto é dizer que bebês de até nove meses de gestação poderão ser mortos de maneira indiscriminada, a despeito de toda a literatura médica que há a respeito do assunto, e em total desconsideração aos fatos científicos e ao bom senso".

Manifestamos igualmente nosso apoio ao Projeto de Lei 1904/2024, de autoria de várias dezenas de deputados, que criminaliza quem matar um ser humano já viável, nos últimos meses da gestação, não com as penas do aborto, mas com as do homicídio. Pois é fato que tal procedimento nunca foi entendido como um aborto, a não ser, a partir de 2022, pela Organização Mundial da Saúde. E, por outro lado, sempre entendeu-se que "todo ser humano tem direito à vida". Ademais, nenhuma mulher, mesmo quando vítima de violência, precisa matar um ser humano já viável para se ver livre de uma gestação. Em todo caso ela deverá passar por um parto, mas terá que escolher entre dar à luz um bebê vivo ou um bebê morto. O bebê vivo poderá ser imediatamente adotado por uma família já está à espera de seu filho através das instituições do Judiciário. Seria nesta direção que os Conselhos Tutelares não só deveriam como poderiam orientar. ***Matar um ser humano já viável*** seria uma morte gratuita e nunca se considerou tal ato como um aborto. O aborto sempre foi entendido com referência a uma gestação de um feto ainda inviável. ***Matar um ser humano viável constitui homicídio.*** De fato, matar um ser humano é a própria definição de homicídio e os bebês prematuros nas maternidades sempre foram entendidos como seres humanos. E, neste caso, seria, ademais, ***um homicídio inútil***.

A importância da proposição do PL 1904/2024 deve ser vista dentro do quadro mais vasto, em que estamos entrando, especialmente desde 2022, de desconstrução dos direitos humanos como ***realidades inalienáveis que independem da legislação positiva.*** Assim é que, em março de 2024, o Conselho Federal de Medicina, fazendo uso de atribuições previstas em lei, publicou a Resolução 2.378/2024, em que proibia-se aos médicos a realização do procedimento de assistolia fetal. Trata-se do procedimento pelo qual provoca-se, nos últimos meses da gestação, a parada cardíaca de um nascituro ainda no útero, para poder ser depois retirado, já sem vida, do ventre materno. Ao proibir a prática da assistolia, o CFM, na prática, estava proibindo aos médicos a prática do aborto quando o nascituro já fosse viável, desde o quinto até o nono mês da gestação.

Não se passaram dois meses e, a pedido do PSOL, que para tanto ingressou no Supremo Tribunal Federal com a ADPF 1141, o Tribunal concedeu uma liminar que declarava inconstitucional a Resolução 2378 do CFM, sustentando a constitucionalidade dos procedimentos de aborto após a viabilidade fetal. Como justificativa, a liminar considerava que a Resolução 2378 estaria limitando a realização de um procedimento médico reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e recomendado para os últimos meses da gestação:

"O Conselho limitou a realização de procedimento médico reconhecido e recomendado pela Organização Mundial de Saúde, inclusive para interrupções de gestações ocorridas após as primeiras 20 semanas de gestação, afastando-se de padrões científicos compartilhados pela comunidade internacional".

A Resolução 258 do CONANDA, assim como várias outras iniciativas que proximamente se seguirão, nada mais são do que peças de um ativismo internacional que irá conduzir a um novo padrão de direitos humanos, os quais já não serão mais vistos como direitos inalienáveis, mas como concessões da legislação positiva.

Dada a importância dos valores envolvidos, pretende-se, por meio desta Moção, manifestar expresso apoio ao Excelentíssimo Presidente do Senado, Senador David Alcolumbre, ao Excelentíssimo Presidente da Câmara, Deputado Hugo Motta, realçando a defesa do direito à vida, inerente a todo ser humano, independentemente da lei positiva, com cuja derrocada destruiremos também os princípios fundamentais da democracia.

E não se pode, tampouco, desprezar a vontade popular. O parágrafo único do artigo 1º, da nossa atual Constituição, declara que todo poder emana do povo e é exercido por meio de seus representantes, de quem, portanto, esta Moção se faz voz.

Através de diversas pesquisas, realizadas por variados institutos, tem-se encontrado invariavelmente que a posição do povo brasileiro é majoritariamente, e também, crescentemente, contrária ao aborto.

Que a presente Moção, após aprovada pelos senhores pares, seja encaminhada, como manifestação de nossa mais veemente PREOCUPAÇÃO E APOIO, às seguintes autoridades, conforme seguem:

PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Senador David Alcolumbre

Senado Federal - Edifício Principal

Ala Antônio Carlos Magalhães, Gabinete nº 01

Praça dos Três Poderes, s/n

70165.900 Brasília DF

E-mail: presidente@senado.leg.br

senado.leg.br/e-protocolo

Telefone: (61) 3303-3000 a 3009

PRESIDENTE DA CÂMARA FEDERAL

Deputado Hugo Motta

Câmara dos Deputados, Edifício Principal

Pavimento Superior, Ala E

70160.900 Brasília, DF

E-mail: presidencia@camara.leg.br

Plenário Comendador Luiz Grandi, aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

Paulo Sérgio Bezerra
Presidente – Biênio 2025/2026

Guiomar Cardoso Piovezan	***Antoninho Vardelei Camera***
Vice-Presidente Bancada PRD	1º Secretário Bancada União Brasil

Eliano Domingo José Bridi	***Nalberto Júlio da Silva***
2º Secretário Bancada PRD	3º Secretário Bancada União Brasil

Alan Sidney Viotto Silva	***João Alves da Cruz***
4º Secretário Bancada União Brasil	Bancada PL

Josimar Almeida Miranda	***Ozimar Mota da Silva***
Bancada PSB	Bancada PT

Wender Bier de Souza	***Zacarias Gonçalves da Silva***
Bancada Republicanos	Bancada Republicanos

CAMARA MUNICIPAL DE COMODORO - EXTRATO DE PUBLICACAO DE EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2025

A Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Agente de Contratação **Silvana Pereira Simonete** torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO - **EDITAL n° 002/2025**, tendo como objeto: **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE APONTAMENTO PARA APURAÇÃO DE HORAS, GERENCIAMENTO E TRATAMENTO DE PONTO DE RELÓGIO ELETRÔNICO INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**, cuja abertura ocorrerá às **09:00** horas (horário local) do **dia 30/04/2025**, na sala de licitação, localizada na Rua Bahia, 600-N, Bairro São Francisco de Assis nesta cidade. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: https://www.comodoro.mt.leg.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Agente de Contratação das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 29 de Abril de 2025.

Silvana Pereira Simonete

Agente de Contratação

PORTARIA Nº. 359/2025 DE: 31.03.2025

PORTARIA Nº. 359/2025

DE: 31.03.2025

ANA CRISTINA RODRIGUES PEREIRA DA SILVA, Secretária Municipal de Saúde **Interina** de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei; e,

Considerandoo Decreto n°. 015/2025 de 26.02.2025, que Regulamenta a Lei Municipal n.º 1.933/2022, de 11.03.2022, dispondo sobre a desconcentração administrativa do Poder Executivo do Município de Comodoro-MT e dá outras providências.

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER a Gratificação por Incentivo ao Desempenho Gerencial a servidora efetiva **ELENICE ALVES PIO – Enfermeira,** matrícula 2784, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **no percentual de 10% (dez por cento),** de acordo com o art. 55, parágrafo 1°, inciso IV da Lei Municipal 1.328/2011 de 29/07/2011, conforme **Processo Virtual nº 0000878/2025,** nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos a 01/03/2025.**

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 31 dias do mês de março do ano de 2025.

Ana Cristina Rodrigues Pereira da Silva

Secretária Municipal de Saúde Interina

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 321/2025 DE: 21.03.2025

PORTARIA Nº. 321/2025

DE: 21.03.2025

CRISTIANA PREUSS, Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadaniade Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei; e,

Considerandoo Decreto n°. 015/2025 de 26.02.2025, que Regulamenta a Lei Municipal n.º 1.933/2022, de 11.03.2022, dispondo sobre a desconcentração administrativa do Poder Executivo do Município de Comodoro-MT e dá outras providências.

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR a Pedido, o servidor efetivo **MAILO SEGALA DE MOURA – Assistente Administrativo, Matrícula nº. 4857, conforme Processo Virtual nº. 1024.001.012.0000111,** nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos a 14/03/2025.**

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 21 dias do mês de março do ano de 2025.

Cristiana Preuss

Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

CONTRATO 25/2025

CONTRATODECOMPRAEVENDANº 025/2025 LEILÃO 001/2025

DATA: 24/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADO: 30.569.742 ELMA DE ARAUJO TOLEDO

OBJETO: ALIENAÇÃO DE IMÓVEL (LOTES URBANOS) DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE COMODORO-MTOQUALPOSSUIASEGUINTECARACTERÍSTICA:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
05	01	M²	LOTE 02 - QUADRA 04- BAIRRO SETOR INDUSTRIAL II, ÁREA: 750,00 M² AVALIO NO VALOR DE R 4.500,00 QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS.) SENDO R 6,00 (SEIS) REAIS O METRO QUADRADO. MATRICULA 3.560

CONTRATO 26/2025

CONTRATODECOMPRAEVENDANº 026/2025 LEILÃO 001/2025

DATA: 24/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADO: TORNEARIA COLORADO EIRELI

OBJETO: ALIENAÇÃO DE IMÓVEL (LOTES URBANOS) DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE COMODORO-MTOQUALPOSSUIASEGUINTECARACTERÍSTICA:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
01	01	M²	LOTE 01 A- QUADRA 06 - BAIRRO SETOR INDUSTRIAL II ÁREA DE 7.650,00 M². AVALIADO NO VALOR DE R$ 30. 600,00 (TRINTA MIL E SEISCENTOS REAIS.) SENDO R$ 4,00 (QUATRO) REAIS O METRO QUADRADO. MATRICULA 3.576

CONTRATO 27/2025

CONTRATODECOMPRAEVENDANº 027/2025 LEILÃO 001/2025

DATA: 24/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADO: ILMA VIEIRA MAFRA-ME

OBJETO: ALIENAÇÃO DE IMÓVEL (LOTES URBANOS) DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE COMODORO-MTOQUALPOSSUIASEGUINTECARACTERÍSTICA:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
03	01	M²	LOTE 01A QUADRA 13 BAIRRO SETOR INDUSTRIAL II- ÁREA DE 899,74 M² AVALIADO NO VALOR DE R 5.398,44 CINCO MIL, TREZENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS) SENDO R 6,00 (SEIS) REAIS O METRO QUADRADO. MATRICULA 3.624

CONTRATO 28/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 028/2025

DATA: 25/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADO: HERMANN PRODUCAO CULTURAL LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS MUSICAIS PARA A REALIZAÇÃO DE SHOWS MUSICAIS NAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS DO 39º ANIVERSÁRIO DE COMODORO", CONFORME SEGUE ABAIXO:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
03	01	CACHE	REALIZAÇÃO DE SHOW REGIONAL COM RICCO E LEO	R$ 90.000,00	R$ 90.000,00
VALOR TOTAL R$ 90.000,00					

DESPESA: 06.04.1.112.3.3.90.39.00.00.00.00. (2500)- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (502); 06.04.1.112.3.3.90.39.00.00.00.00 (2701)-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (1571)R$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS).

CONTRATO 29/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 029/2025

DATA: 25/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADO: LL VILAS EVENTOS LTDA

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS MUSICAIS PARA A REALIZAÇÃO DE SHOWS MUSICAIS NAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS DO 39º ANIVERSÁRIO DE COMODORO CONFORME SEGUE ABAIXO:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
02	01	CACHE	REALIZAÇÃO DE SHOW NACIONAL COM KAILANE FRAUCHES	R$ 110.000,00	R$ 110.000,00
VALOR TOTAL R$ 110.000,00					

CONTRATO 30/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 030/2025

DATA: 25/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADO: TA COMBINADO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS MUSICAIS PARA A REALIZAÇÃO DE SHOWS MUSICAIS NAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS DO 39º ANIVERSÁRIO DE COMODORO, CONFORME SEGUE ABAIXO:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
01	01	CACHE	REALIZAÇÃO DE SHOW NACIONAL COM JOÃO NETO E FREDERICO	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00
VALOR TOTAL R$ 250.000,00					

DESPESA: 06.04.1.112.3.3.90.39.00.00.00.00. (2500)- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (502)

R$ 62.815,00 (SESSENTA E DOIS MIL E OITOCENTOS E QUINZE REAIS); 06.04.1.112.3.3.90.39.00.00.00.00 (2701)- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (1571) R$187.185,00 (CENTO E OITENTA E SETE MIL E CENTO E OITENTA E CINCO REAIS).

TERMO ADITIVO DE VIGÊNCIA 075/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VIGÊNCIA Nº 075/2025 AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 008/2025

DATA: 25/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ALPHA PROJETOS EDUCACIONAIS - LTDA

OBJETO:O PRESENTE TERMO TEM COMO OBJETO O **ADITIVO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO N° 008/2025**, TENDO COMO OBJETO: "AQUISIÇÃO DE LIVROS DO PROJETO EDUCACIONAL "CAIXA LITERÁRIA – 0 A 3 ANOS", QUE IRÁ ATENDER AS EMEIS DA REDE DE ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE COMODORO-MT", **VIGORANDO POR MAIS 60 (SESSENTA) DIAS DE 27/04/2025 A 27/06/2025.**

TERMO ADITIVO 074/2025

SEXTO TERMO ADITIVO Nº 074/2025 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 100/2022

DATA: 25/04/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: VIRTUAL NET TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 100/2022, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE INTERNET POR MEIO DE IMPLANTAÇÃO DE LINK DE COMUNICAÇÃO DE DADOS USANDO INFRAESTRUTURA DE FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO, **NO VALOR A R$ 11.994,00** (ONZE MIL NOVECENTOS E QUARENTA REAIS), **VIGORANDO DE 27/04/2025 A 27/04/2026.**

DESPESA:06.2.037.3.3.90.40.00.00.00.00 (2500)- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (780) **R$5.997,00** (CINCO MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS); 06.02.2.019.3.3.90.40.00.00.00.00. (2500)- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (465) **R$5.997,00** (CINCO MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

LICITAÇÃO
PREVICON PORTARIA Nº 015/2025

_____

PREVICON

PORTARIA Nº 015/2025

ASSUNTO: CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO JUNTO AO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CONFRESA

O Diretor da Previdência Social dos Servidores de Confresa - PREVICON, no uso de suas atribuições CONVOCA OS MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS, a comparecerem à reunião, a ser realizada, no dia 30 DE ABRIL DE 2025 (quarta-feira), com início às 10:00, na nova sede do PREVICON, localizada na rua 13 de maio, 14a, quadra 26, Centro, CONFRESA-MT, para fins de deliberação dos investimentos a serem realizados no âmbito da PREVICON.

MEMBROS CONVOCADOS: Cássio Mesquita de Moraes, Hudson Kennedy de Sousa Silva, Etevaldo Vasco Soarese Cristina Moreira Tavares.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

_____

Norton Mussalan Ferreira

Diretor Executivo da PREVICON

PORTARIA N°492/2023 DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

Artigo. 5º, LEI COMPLEMENTAR 031 de 24 de dezembro de 2024.

Confresa – MT, 29 de abril de 2025.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
SEXTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 015/2025.

Apostilamento de Remanejamento de valor e item na Dotação Orçamentária ao Contrato nº 015/2025.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ricardo Aloisio Babinksi,** brasileiro, residente e domiciliado na Rua industrial, 240 Setor Industrial, cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG n° 0996534-3 SSP/MT e CPF n° 555.303.541-49.

CONTRATADA: W J SILVA LTDA, inscrita no CNPJ n° 26.780.122/0001-31.

OBJETO: Aquisição de Material de Consumo, sendo Material Gráfico, para atender as necessidades das Secretarias do Poder Executivo, Juntamente a Prefeitura Municipal de Confresa-MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento no **Contrato nº 015/2025,** tem o objetivo de Remanejamento de valor e item na Dotação Orçamentária, no **Processo Licitatório n°252/2023** e na modalidade de **Pregão Presencial n°060/2023,** Conforme Solicitação no **Oficio nº. 282/SMDST/2025.**

REDUZIR:

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNID: 01 – ATENÇÃO A CRIANÇA, ADOLESC. E ATIV. DO CONSELHO TUTELAR

AÇÃO.: 2022– MANUT. E ENCARGOS DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

FICHA: 357– APLICAÇOES DIRETAS

FONTE: 4.1.500.0.1.500.0-001 001

ELEMENTO: 3.3.90.00.00

VALOR R$ 1.170,00

REMANEJAMENTO:

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNID: 03 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ.ATIV.: 2018– MANUT. E ENCARGOS COM CREAS/PAEFI

FICHA: 406– APLICAÇOES DIRETAS

FONTE: 4.1.660.0.1.500.0-001 001

ELEMENTO: 3.3.90.00.00

VALOR R$ 1.170,00

ITEM	CÓD. COPLAN	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
88	7437	ADESIVO IMPRESSÃO DIGITAL PARA ENVELOPAMENTO	15	M²	R$ 78,00	**R$ 1.170,00**

FUNDAMENTO: Com base na **Lei nº 8.666/93**, realiza-se o presente Apostilamento. Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base na **Lei nº 8.666/93,** sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 28 de Abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ricardo Aloisio Babinksi

MUNICÍPIO DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2025 – AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Administração Pública do Município de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os princípios da transparência e participação popular, COMUNICA a população em geral, que a audiência pública a ser realizada de forma virtual, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do Município de Confresa no YouTube, no dia 23 de abril de 2025, às 14 horas, será adiada por motivos técnicos e remarcada para o dia 02/05/2025 ás 09:00 horas.

Objetivo: A audiência tem como finalidade a apresentação e discussão do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao segundo semestre de 2024 e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) referente ao primeiro bimestre de 2025, em atendimento às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A participação popular é fundamental para o fortalecimento da gestão pública e da cidadania. O link de acesso à transmissão será disponibilizado no site oficial e nas redes sociais do Município de Confresa com antecedência.

Confresa, 29 de abril de 2025

RICARDO ALOISIO BABINSKI

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 029/2025 DE 30 DE ABRIL DE 2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 029/2025 de 30 de abril de 2025

RICARDO ALOÍSIO BABINSKI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 282 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

CONVOCA:

Os (as) candidatos, (as) aprovados (as) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 001/2025, relacionados (as) nos anexos deste edital, que deverão comparecer até o dia 02/05/2025, a contar desta data, na Prefeitura Municipal de Confresa, junto ao Departamento de Recursos Humanos, no horário das 07h às 11h e das 13h às 16h30min para apresentação dos documentos exigidos para admissão, conforme anexo II.

O não comparecimento do (a) candidato (a) na atribuição da turma na Secretaria Municipal de Educação até o dia 02/05/2025, às 09h e a não apresentação da documentação prevista no edital do Processo Seletivo Simplificado - Edital 001/2025, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento da vaga do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 30 de abril de 2025

RICARDO ALOÍSIO BABINSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I CARGO/CANDIDATO

CARGO	CH	LOTAÇÃO/UNIDADE ESCOLAR	CANDIDATO(A)	CLAS
APOIO ADM EDUC/ NUTRIÇÃO ESCOLAR	30H	ESCOLAS URBANAS	LEYDIANE PEREIRA DA SILVA	37º
APOIO ADM EDUC/ MANUT INFRAESTRUTURA	30H	ESCOLAS URBANAS	ALDENICE DA LUZ REZENDE	48º
AUXILIAR EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	40H	ESCOLAS URBANAS	ESTHER ALMEIDA FARIAS	83º
AUXILIAR EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	40H	ESCOLAS URBANAS	JAQUELINE DE FREITAS REZENDE	84º
PNSE - ASSISTENCIA SOCIAL - 30 HORAS	30H	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	GYSELLY FERNANDES SILVA	5º
PNSE - PSICOLOGO - 30 HORAS	30H	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	DEBORAH TALLITA DE SOUZA LOPES	7º
PNSE - PSICOLOGO - 30 HORAS	30H	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	MARIA DE FATIMA MORAES	8º
PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	20H	ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES DE ARAUJO	ANA PAULA BERQUO DE LIMA ROCHA	7º

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS P/ADMISSÃO

O candidato deverá apresentar fotocópia das documentações, que comprove o que segue abaixo: 1 - Cédula de Identidade (RG) comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos. 2 – Cadastro de Pessoas Física (CPF). 3 - Título de Eleitor. 4 - Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou pela Internet. 5 - Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso. 6 - Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino). 7 - Comprovante de endereço atualizado (com dados completos, rua, bairro, cidade). 8 - CTPS - Carteira de Trabalho. 9 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista). 10 - Declarações de Bens (se não houver, emitir certidão de que não possui bens). 11 - Certidão de nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer cópia do cartão de vacina e se for de 08 a 14 anos trazer comprovante de frequência escolar junto com a certidão de nascimento). 12 - Comprovante de escolaridade e pré-requisitos de acordo com o estabelecido. 13 - Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico). 14 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada incluindo-se comprovante de quitação de anuidade referente ao calendário e certidão de regularidade 15 - Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (Setor de Tributação da Prefeitura de Confresa - MT). 16 - Certidão Negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado) 17 - Declaração negativa de acúmulo de cargos 18 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo 19 - Atestado de Saúde Ocupacional (pré-admissional) - Mediante encaminhamento Depto de Recursos Humanos. 20 - 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente. 21 - Conta Salário/Agência/Município - Banco Santander - Mediante encaminhamento Depto de Recursos Humanos. 22 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) e qualificação do cônjuge e dos pais. 23 - Telefone de contato (residencial e/ou celular). 24 - E-mail. 25 - PIS/PASEP. 26 - Os candidatos que concorrerão aos cargos PcD, deverão apresentar lardos médicos que comprova a deficiência do mesmo. **Observação:** ü Os documentos deverão ser cópia de boa qualidade, bem legível. ü Cada documento deverá ser tirado cópia independente um em cada folha formato retrato. ü Solicitamos a apresentação previa junto ao Depto de Recursos Humanos para conferencia e/ou orientação. Os exames médicos e laboratoriais para realização do exame admissional, solicitado no Item 19 serão de inteira responsabilidade do candidato e em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Confresa se

RESOLUÇÃO Nº 09/2025/CMAS.

RESOLUÇÃO Nº 09/2025/CMAS.

Dispõe do Plano de Ação para o Cofinanciamento Estadual FEAS-MT 2025.

A PLENÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011 - Lei Complementar Municipal nº 263 de 17 de maio de 2024.

Considerando a deliberação em reunião extraordinária dia 29 de abril de 2025, ata 07.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar o Plano de Ação para o Cofinanciamento Estadual – FEAS 2025, para serem utilizados conforme detalhado no Plano de Ação apresentado ao CMAS.

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CONS. ANTÔNIA DA SILVA RIOS

Presidente – CMAS

Resolução nº 05/2025/CMAS

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2025

PROCESSO LICITATÓRIO N°074/2025

ADESÃO ARP N°006/2025

OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2024 – CPL/PMFP DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2024 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2024 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO PIAUÍ – PI, SENDO AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN 21 LUGARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA – MT.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES – 29/04/2025 A 29/04/2026.

VALOR: **R$ 466.347,00 (QUATROCENTOS E SESSENTA E SEIS MIL TREZENTOS E QUARENTA E SETE REAIS),**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT,

CNPJ Nº 37.464.716/000150.

CONTRATADA: INOVATTO VEICULOS LTDA CNPJ:37.115.386/001-97

DATA: 29 DE ABRIL DE 2025.

FORO: PORTO ALEGRE DO NORTE – MT.

LICITAÇÃO
PREVICON - ERRATA - EXTRATO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO CPL N.º 003/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 003/2023 PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2023

PREVICON

ERRATA - EXTRATO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO CPL N.º 003/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 003/2023

PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2023

ERRATA: Fica alterado o valor mensal por extenso anteriormente publicado cujo valor constava o valor antigo de "vinte e seis mil reais"

para vinte três mil reais mensais, conforme avença celebrada entre as partes.

OBJETO: Fica prorrogado a vigência do contrato administrativo 003/2023 celebrado entre o FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CONFRESA – PREVICON e a empresa AGENDA ASSESSORIA PLANEJAMENTO E INFORMATICA, CNPJ.: 00.059.307/0001-68, END: RUA MIGUEL SUTIL. Nº 14199, BAIRRO CIDADE ALTA, CUIABÁ-MT, CEP.: 78015-200, FONE: (65) 3322-3400, E-MAIL: dicom@agendaassessoria.com.br, doravante denominado CONTRATADO por mais 12 (doze) meses, com fundamento no artigo 57, II, § 2º da Lei 8666/93[1], dada continuada dos serviços prestados.

Valor global da presente prorrogação é de R$ 276.000,00 (trezentos e doze mil reais), a serem pagos em parcelas mensais de 23.000,00 R$ (vinte três mil reais), conforme acordo amigável celebrado entre contratante e contratado.

VIGÊNCIA: A presente prorrogação tem como termo inicial o dia 28 de abril de 2025 e final o dia 28 de abril de 2026.

Ficam as demais cláusulas contratuais inalteradas, conforme celebrado inicialmente no bojo do contrato administrativo 003/2023, a exceçao do valor contratado, conforme acordo entre as partes.

CONTRATANTE: Fundo de Previdência Social dos Servidores de Confresa – PREVICON inscrito no CNPJ Nº 12.850.750/0001-31.

CONTRATADO: AGENDA ASSESSORIA PLANEJAMENTO E INFORMATICA.

FORO: da Comarca de Porto Alegre do Norte.

Confresa-MT, 29 de abril de 2025.

[1] [1] Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(...)

§ 2o Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

DECRETO MUNICIPAL N° 041/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025

DECRETO MUNICIPAL N° 041/2025, DE 29 DE ABRIL de 2025

REGULAMENTA O LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU DO EXERCÍCIO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ALOÍSIO BABINSKI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei: e

CONSIDERANDO as disposições dos artigos 26 a 31 da Lei Complementar nº 084/2012, de 20 de dezembro de 2012, Código Tributário Municipal;

D E C R E T A :

Art. 1º - O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do exercício de 2025, lançado por meio deste Decreto, terá o seu valor estabelecido em Unidade Padrão Fiscal do Município-UPFM e em Real, **com vencimento em 30.06.2025**.

Parágrafo único. Admitir-se-á o pagamento em cota única ou em até 06 (seis) parcelas mensais sucessivas, de acordo com as datas de vencimento consignadas no Anexo Único deste Decreto, não podendo o valor de cada parcela ser inferior a 0,5 (cinco décimos) de UPFM.

Art. 2º - Fica o contribuinte notificado do lançamento do IPTU/2025 na data da publicação deste Decreto no Diário Oficial do Município.

§ 1º O recolhimento do imposto deverá ocorrer mediante a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, no Departamento Municipal de Tributos ou sitio eletrônico do município (www.confresa.mt.gov.br), independentemente da postagem das guias de recolhimento pelos Correios.

§ 2º A Secretária Municipal de Finanças promoverá divulgação do lançamento do IPTU/2025 nos meios de comunicação, visando a dar amplo conhecimento aos contribuintes de sua obrigação tributária.

Art. 3º - O recolhimento do IPTU fora do prazo legal será atualizado pela UPFM, incidindo sobre seu valor os seguintes encargos:

I - juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês calendário ou fração; e

II - multa de mora diária de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento), obedecido o limite de 20% (vinte por cento).

Art. 4º - Para o pagamento do IPTU em cota única será adotado o seguinte critério de desconto, nos termos do que estabelece o Código Tributário Municipal:

I) 5% (cinco) por cento, para o imóvel com benfeitoria de calçada, construídas nos padrões estabelecidos no Código Municipal de Obras e que esteja em bom estado de conservação até a data do vencimento da cota única.

II) 15% (quinze) por cento, com pagamento em cota única até a data do vencimento;

III) 15% (quinze) por cento, como abono de adimplência com os tributos municipais até o vencimento da Cota Única;

Parágrafo único. Os descontos referidos neste artigo serão consignados no DAM, não sendo admitida a sua aplicação após a data de vencimento, inclusive nos casos de impugnação.

Art. 5º - O contribuinte poderá impugnar o IPTU/2025, observados os seguintes critérios:

I - a interposição da impugnação deverá ser efetuada até 18 de junho de 2025;

II - a impugnação decorrerá de matéria de fato ou de direito, admitindo-se o recolhimento parcial, em cota única, com o desconto previsto no art. 4º deste Decreto;

III - o recolhimento parcial, referido no inc. II, não poderá ser menor do que o valor do IPTU/2024, em UPFM, para que haja gozo do desconto em cota única;

IV - a diferença entre o valor total lançado e aquele recolhido em cota única será lançada, ficando suspensa a sua cobrança até decisão final em Processo Administrativo Fiscal estabelecido na legislação vigente;

V - não será aplicado o desconto sobre qualquer recolhimento efetuado após 30.06.2025; e

VI - recolhimentos efetuados após as datas de vencimentos dispostas no Anexo Único sofrerão incidência de encargos moratórios regulamentados no art. 3º deste Decreto.

Art. 6º - A decisão proferida quanto à impugnação tempestiva do lançamento do IPTU/2025 poderá ensejar os seguintes resultados:

I - na improcedência do pedido, o contribuinte deverá recolher o imposto ou a diferença devida, caso tenha realizado o recolhimento na forma disposta no inc. III do art. 5º, deste Decreto, corrigido monetariamente e com incidência de multa e juros de mora sobre as parcelas vencidas, em conformidade com as datas de vencimento previstas neste Decreto;

II - na procedência integral ou parcial do pedido:

a) promover-se-á a competente alteração cadastral e retificação do lançamento;

b) o contribuinte deverá recolher o imposto ou a diferença devida, caso tenha realizado o recolhimento na forma disposta no inc. III do art. 5º, corrigido monetariamente e com incidência de multa e juros de mora sobre as parcelas vencidas, em conformidade com as datas de vencimento previstas neste Decreto;

c) será creditado e registrado no histórico de recolhimento da matrícula do imóvel, a diferença do imposto recolhido a maior, se houver, podendo o valor creditado ser objeto de restituição, compensação ou aproveitado para lançamentos posteriores, conforme opção manifestada pelo sujeito passivo, observada a legislação municipal aplicável.

III - na procedência do pedido por ilegitimidade ativa ou passiva o lançamento será anulado e serão efetuados os procedimentos legais cabíveis.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus legais efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Paço Municipal, em 29 de abril de 2025.

RICARDO ALOÍSIO BABINSKI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CALENDÁRIO DE RECOLHIMENTO DO IPTU/2025

PARCELAS	DATA DO VENCIMENTO
Cota única	30.06.2025
1ª Parcela	30.06.2025
2ª Parcela	31.07.2025
3ª Parcela	29.08.2025
4ª Parcela	30.09.2025
5ª Parcela	31.10.2025
6ª Parcela	29.11.2025

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº011/2025

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2025

PREGÃO PRESENCIAL Nº011/2025

A Prefeitura Municipal de **CONFRESA/MT** torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2025,** conforme segue:

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE BUEIROS E BOCA DE LOBO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

ADJUDICADOS/HOMOLOGADOS:

LUCINEIA GUEDES SILVA 85542865100

CNPJ: 41.006.923/0001-38

END: RUA MN 01, Nº 32, BAIRRO MORADA NOVA, CEP:78.652-000

MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT

FONE: (66) 84420971

REPRESENTANTE LEGAL: LUCINEIA GUEDES SILVA

Vencedora em todos os itens do certame: no valor total de **R$225.013,03** (Duzentos e Vinte e Cinco Mil, Treze Reais e Três Centavos).

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

CONFRESA-MT, 29 de ABRIL de 2025.

_____

PALANNA OLIVEIRA BEZERRA

PREGOEIRA

PORTARIA 104/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 143/2025

O município de Conquista D'Oeste – MT, com sede na Av. dos Oitis, n° 1200, centro, inscrita no CNPJ sob n° 04.219.688/0001-56, neste ato, representado pelo seu Agente de Contratação, designado pela Portaria 059/2025, faz saber a quem possa interessar que fará realizar, o PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2025, sendo, Menor Preço por Item, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DO MUNICÍPIO.

O credenciamento, os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital e Anexos, deverão ser entregues ao Pregoeiro Sr. Fernando Roberto de Moraes, **no dia 14 de maio de 2025 até as 08:00 (oito) horas** no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT, situada na Avenida dos Oitis, nº. 1. 200, 78.254-000. Mais Informações: Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000 e e-mail: licitacao@conquistadoeste.mt.gov.br . O Edital poderá ser obtido através do site: www.conquistadoeste.mt.gov.br.

Conquista D'Oeste, 29 de abril de 2025

Fernando Roberto de Moraes

Agente de Contratação/Pregoeiro

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 178/2025

O município de Conquista D'Oeste – MT, com sede na Av. dos Oitis, n° 1200, centro, inscrita no CNPJ sob n° 04.219.688/0001-56, neste ato, representado pelo seu agente de Contratação, designado pela Portaria 059/2025, torna público, para conhecimento de todos os interessados que fará realizar, a CONCORRÊNCIA 07/2025 tipo ELETRÔNICA, sob o PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 178/2025, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo \"LICITANET\", constante da página eletrônica do LICITANET – Licitações On Line, no endereço https://licitanet.com.br, no dia **16/05/2025** às 09h00min (horário de Brasília), do tipo **Menor Preço por Lote**, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM (ULTRASSONOGRAFIA) DIVERSA, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONQUISTA D'OESTE/MT.

Para participar da presente Licitação Pública, formalizar consultas e edital acessar https://licitanet.com.br ou pelo Portal do Município no site www.conquistadoeste.mt.gov.br. Demais Informações: Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000 e e-mail: licitacao@conquistadoeste.mt.gov.br.

Conquista D'Oeste, 29 de abril de 2025

Fernando Roberto de Moraes

Agente de Contratação/Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO- RELATÓRIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA- 1° BIMESTRE DE 2025-



RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SIMPLIFICADO
VERSÃO: v13
VIGÊNCIA: 06/01/2025

Ente: 5103379 - Cotriguaçu/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10639 - Prefeitura Municipal de Cotriguaçu - MT
Exercício: 2025
Periodicidade: BIMESTRAL
Período: 1º bimestre

Grupo: Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário
Quadro: Receitas Orçamentárias
Rótulo: Padrão

Receitas Orçamentárias
Receitas Orçamentárias
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)
RECEITAS CORRENTES
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA
Impostos
Taxas
Contribuição de Melhoria
CONTRIBUIÇÕES
Contribuições Sociais
Contribuições Econômicas
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública
RECEITA PATRIMONIAL
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado
Valores Mobiliários
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença
Exploração de Recursos Naturais
Exploração do Patrimônio Intangível
Cessão de Direitos
Demais Receitas Patrimoniais
RECEITA AGROPECUÁRIA

RECEITA INDUSTRIAL
RECEITA DE SERVIÇOS
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte
Serviços e Atividades Referentes à Saúde
Serviços e Atividades Financeiras
Outros Serviços
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
Transferências da União e de suas Entidades
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades
Transferências dos Municípios e de suas Entidades
Transferências de Instituições Privadas
Transferências de Outras Instituições Públicas
Transferências do Exterior
Demais Transferências Correntes
OUTRAS RECEITAS CORRENTES
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital
Demais Receitas Correntes
RECEITAS DE CAPITAL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Operações de Crédito - Mercado Interno
Operações de Crédito - Mercado Externo
ALIENAÇÃO DE BENS
Alienação de Bens Móveis
Alienação de Bens Imóveis
Alienação de Bens Intangíveis
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
Transferências da União e de suas Entidades
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades
Transferências dos Municípios e de suas Entidades
Transferências de Instituições Privadas
Transferências de Outras Instituições Públicas
Transferências do Exterior
Demais Transferências de Capital
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL
Integralização do Capital Social
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro
Resgate de Títulos do Tesouro
Demais Receitas de Capital
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)
Operações de Crédito - Mercado Interno
Mobiliária
Contratual
Operações de Crédito - Mercado Externo
Mobiliária
Contratual
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)
DÉFICIT (VI)

TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais

Grupo: Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário
Quadro: Despesas Orçamentárias
Rótulo: Padrão
Despesas Orçamentárias
Despesas Orçamentárias
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
OUTRAS DESPESAS CORRENTES
DESPESAS DE CAPITAL
INVESTIMENTOS
INVERSÕES FINANCEIRAS
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
RESERVA DE CONTINGÊNCIA
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)
Amortização da Dívida Interna
Dívida Mobiliária
Dívida Contratual
Amortização da Dívida Externa
Dívida Mobiliária
Dívida Contratual
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)
SUPERÁVIT (XIII)
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)
RESERVA DO RPPS

Grupo: Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário
Quadro: Receitas Intra-Orçamentárias
Rótulo: Padrão
Receitas Intra-Orçamentárias
Receitas Intra-Orçamentárias
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)
RECEITAS CORRENTES
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

Impostos
Taxas
Contribuição de Melhoria
CONTRIBUIÇÕES
Contribuições Sociais
Contribuições Econômicas
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública
RECEITA PATRIMONIAL
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado
Valores Mobiliários
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença
Exploração de Recursos Naturais
Exploração do Patrimônio Intangível
Cessão de Direitos
Demais Receitas Patrimoniais
RECEITA AGROPECUÁRIA
RECEITA INDUSTRIAL
RECEITA DE SERVIÇOS
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte
Serviços e Atividades Referentes à Saúde
Serviços e Atividades Financeiras
Outros Serviços
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
Transferências da União e de suas Entidades
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades
Transferências dos Municípios e de suas Entidades
Transferências de Instituições Privadas
Transferências de Outras Instituições Públicas
Transferências do Exterior
Demais Transferências Correntes
OUTRAS RECEITAS CORRENTES
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital
Demais Receitas Correntes
RECEITAS DE CAPITAL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Operações de Crédito - Mercado Interno
Operações de Crédito - Mercado Externo
ALIENAÇÃO DE BENS
Alienação de Bens Móveis
Alienação de Bens Imóveis
Alienação de Bens Intangíveis
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
Transferências da União e de suas Entidades
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades
Transferências dos Municípios e de suas Entidades
Transferências de Instituições Privadas

Transferências de Outras Instituições Públicas
Transferências do Exterior
Demais Transferências de Capital
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL
Integralização do Capital Social
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro
Resgate de Títulos do Tesouro
Demais Receitas de Capital

Grupo: Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário
Quadro: Despesas Intra-Orçamentárias
Rótulo: Padrão

Despesas Intra-Orçamentárias
Despesas Intra-Orçamentárias
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)
DESPESAS CORRENTES
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
OUTRAS DESPESAS CORRENTES
DESPESAS DE CAPITAL
INVESTIMENTOS
INVERSÕES FINANCEIRAS
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Grupo: Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário
Quadro: Notas Explicativas
Rótulo: Padrão

Notas Explicativas
Notas Explicativas

Notas Explicativas

PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)
74.715.872,00	74.715.872,00
71.706.648,96	71.706.648,96
7.735.113,54	7.735.113,54
7.103.128,67	7.103.128,67
631.984,87	631.984,87
1.539.018,11	1.539.018,11
1.213.117,86	1.213.117,86
325.900,25	325.900,25
2.047.340,28	2.047.340,28
2.047.340,28	2.047.340,28

24.842,40	24.842,40
16.561,60	16.561,60
8.280,80	8.280,80
59.969.786,73	59.969.786,73
27.484.283,45	27.484.283,45
23.032.105,29	23.032.105,29
9.453.397,99	9.453.397,99
390.547,90	390.547,90
319.845,90	319.845,90
70.702,00	70.702,00
3.009.223,04	3.009.223,04
5.175,50	5.175,50
5.175,50	5.175,50
2.830.821,74	2.830.821,74
533.000,00	533.000,00
2.297.821,74	2.297.821,74
173.225,80	173.225,80
173.225,80	173.225,80
6.418.902,26	6.418.902,26
81.134.774,26	81.134.774,26
81.134.774,26	81.134.774,26

81.134.774,26	81.134.774,26
	724.491,00
	724.491,00

DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)
78.516.971,87	79.237.362,87
69.277.368,38	69.416.936,38
36.516.993,55	36.512.893,55
84.000,00	84.000,00
32.676.374,83	32.820.042,83
7.883.160,00	8.619.783,00
7.839.834,36	8.576.457,36
43.325,64	43.325,64
1.356.443,49	1.200.643,49
3.668.439,20	3.672.539,20
82.185.411,07	82.909.902,07
82.185.411,07	82.909.902,07
82.185.411,07	82.909.902,07
86.800,00	86.800,00

PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)
6.418.902,26	6.418.902,26
6.418.902,26	6.418.902,26

5.211.714,14	5.211.714,14
5.211.714,14	5.211.714,14
1.207.188,12	1.207.188,12
1.207.188,12	1.207.188,12

DOTAÇÃO INICIAL (d)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**
3.668.439,20	3.672.539,20
3.668.439,20	3.672.539,20
3.668.439,20	3.672.539,20

Valores
28/02/2025

Estágios da Receita Orçamentária	
RECEITAS REALIZADAS	
No Bimestre (b)	% (b/a)
13.592.353,59	18,19
13.349.284,66	18,62
1.484.334,60	19,19
1.406.139,33	19,80
78.195,27	12,37
246.295,57	16,00
170.749,36	14,08
75.546,21	23,18
146.236,40	7,14
146.236,40	7,14

28.540,00	114,88
28.540,00	172,33
	0,00
11.197.879,92	18,67
5.129.624,09	18,66
4.020.335,66	17,46
2.047.920,17	21,66
245.998,17	62,99
85.182,57	26,63
160.815,60	227,46
243.068,93	8,08
	0,00
	0,00
238.154,32	8,41
	0,00
238.154,32	10,36
4.914,61	2,84
4.914,61	2,84
395.034,20	6,15
13.987.387,79	17,24
13.987.387,79	17,24

13.987.387,79	17,24

DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)
15.478.770,51	15.478.770,51
14.506.018,25	14.506.018,25
5.120.051,78	5.120.051,78
25.070,26	25.070,26
9.360.896,21	9.360.896,21
972.752,26	972.752,26
963.666,74	963.666,74
9.085,52	9.085,52
670.202,77	670.202,77
16.148.973,28	16.148.973,28
16.148.973,28	16.148.973,28
16.148.973,28	16.148.973,28

Estágios da Receita Intra-Orçamentári	
RECEITAS REALIZADAS	
No Bimestre (b)	% (b/a)
395.034,20	6,15
395.034,20	6,15

385.226,67	7,39
385.226,67	7,39
9.807,53	0,81
9.807,53	0,81

DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)
670.202,77	670.202,77
670.202,77	670.202,77
670.202,77	670.202,77

Até o Bimestre (c)	% (c/a)
13.592.353,59	18,19
13.349.284,66	18,62
1.484.334,60	19,19
1.406.139,33	19,80
78.195,27	12,37
246.295,57	16,00
170.749,36	14,08
75.546,21	23,18
146.236,40	7,14
146.236,40	7,14

28.540,00	114,88
28.540,00	172,33
	0,00
11.197.879,92	18,67
5.129.624,09	18,66
4.020.335,66	17,46
2.047.920,17	21,66
245.998,17	62,99
85.182,57	26,63
160.815,60	227,46
243.068,93	8,08
0,00	0,00
0,00	0,00
	0,00
238.154,32	8,41
	0,00
238.154,32	10,36
4.914,61	2,84
4.914,61	2,84
395.034,20	6,15
13.987.387,79	17,24
13.987.387,79	17,24

13.987.387,79	17,24
724.491,00	
724.491,00	

Estágios da Despesa Orçamentária	
SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE
63.758.592,36	9.475.968,11
54.910.918,13	9.433.309,17
31.392.841,77	5.120.051,78
58.929,74	25.070,26
23.459.146,62	4.288.187,13
7.647.030,74	42.658,94
7.612.790,62	33.573,42
34.240,12	9.085,52
1.200.643,49	
3.002.336,43	670.202,77
66.760.928,79	10.146.170,88
66.760.928,79	10.146.170,88
	10.146.170,88
86.800,00	

a	
Até o Bimestre (c)	% (c/a)
395.034,20	6,15
395.034,20	6,15

385.226,67	7,39
385.226,67	7,39
9.807,53	0,81
9.807,53	0,81

Estágios da Despesa Intra-Orçamentária	
SALDO (g) = (e-f)	**DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE**
3.002.336,43	670.202,77
3.002.336,43	670.202,77
3.002.336,43	670.202,77

SALDO (a-c)
61.123.518,41
58.357.364,30
6.250.778,94
5.696.989,34
553.789,60
1.292.722,54
1.042.368,50
250.354,04
1.901.103,88
1.901.103,88

-3.697,60
-11.978,40
8.280,80
48.771.906,81
22.354.659,36
19.011.769,63
7.405.477,82
144.549,73
234.663,33
-90.113,60
2.766.154,11
5.175,50
5.175,50
2.592.667,42
533.000,00
2.059.667,42
168.311,19
168.311,19
6.023.868,06
67.147.386,47
67.147.386,47

DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)
9.475.968,11	69.761.394,76
9.433.309,17	59.983.627,21
5.120.051,78	31.392.841,77
25.070,26	58.929,74
4.288.187,13	28.531.855,70
42.658,94	8.577.124,06
33.573,42	8.542.883,94
9.085,52	34.240,12
	1.200.643,49
670.202,77	3.002.336,43
10.146.170,88	72.763.731,19
10.146.170,88	72.763.731,19
3.841.216,91	
13.987.387,79	
	86.800,00

SALDO (a-c)
6.023.868,06
6.023.868,06

4.826.487,47
4.826.487,47

1.197.380,59

1.197.380,59

DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)
670.202,77	3.002.336,43
670.202,77	3.002.336,43
670.202,77	3.002.336,43

DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
8.660.780,44	
8.648.554,02	
4.991.131,73	
25.070,26	
3.632.352,03	
12.226,42	
3.140,90	
9.085,52	
352.996,19	
9.013.776,63	
9.013.776,63	
4.973.611,16	
13.987.387,79	

DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
352.996,19	
352.996,19	
352.996,19	

TERMO DE FOMENTO N.º 005/2025

O objeto deste Termo de fomento 005/2025 tem como objetivo celebrar o Objeto: **TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA ARCO ÍRIS DE COTRIGUAÇU -MT, VISANDO A DISTRIBUIÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS MUNÍCIPES POR MEIO DE DIVULGAÇÕES DE AÇÕES EDUCATIVAS DE CUNHO SOCIAL E INFORMATIVAS NAS ÁREAS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E CULTURA, ESPECIALMENTE DE CIDADANIA DE MODO QUE CONTINUE A CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA PRESTADOS, COM REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PREÂMBULO

O Município De Cotriguaçu, Estado De Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 37.465.309/0001-67**,** com Sede Administrativa na Avenida 20 de Dezembro, n.º 725, Centro, no Município de Cotriguaçu-MT, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, **MOISES FERREIRA DE JESUS**, inscrito no CPF/MF sob o n.º ***.089.981-**, doravante denominado simplesmente de ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, e a **ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA ARCO ÍRIS DE COTRIGUAÇU -MT**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º**03.081.972/0001-46** com sede administrativa na Avenida Sete de Setembro, s/n.º, Lote 09, Bairro Centro, CEP 78.330-000, no Município de Cotriguaçu-MT, neste ato representado por sua Diretora Triênio Srº Sidineia Lubas Luges Balmant, inscrita sob CPF: ***.179.761-**, doravante denominado simplesmente de Associação Privada. O presente termo de fomento devidamente autorizado pela Lei Municipal n.º **1.327/2025**, e deferido pelo Despacho do Prefeito Municipal, datado em 15 de abril de 2025, RESOLVEM firmar o presente Termo FOMENTO n.º **005/2025**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar Federal n.º 101/2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei Federal n.º 13.019/2014, e Lei Municipal n.º **1.327/2025**, e, formalizado mediante o Procedimento em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo de FOMENTO, celebrado entre a administração pública municipal e a Associação Privada, tem como fundamento legal as disposições da Lei Federal n.º 13.204/2015, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua colaboração, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em diretrizes para a política de FOMENTAR, com organizações da sociedade civil; coo dispõe sobre autorização para celebrar Termo de FOMENTO, visando a distribuição de informações aos munícipes por meio de divulgações de ações educativas de cunho social e informativas nas áreas da Saúde, Educação, Assistência Social, Esporte, Lazer e Cultura, especialmente de cidadania de modo que continue a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do Município, através dos serviços de utilidade pública prestados, com repasse de recursos financeiros, e dá outras providências.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO OBJETO

O presente Termo de FOMENTO tem por objeto a transferência de recursos financeiros pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a ASSOCIAÇÃO PRIVADA, com a finalidade em especial, a distribuição de informações aos munícipes por meio de divulgações de ações educativas de cunho social e informativas nas áreas da Saúde, Educação, Assistência Social, Esporte, Lazer e Cultura, especialmente de cidadania de modo que continue a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do Município, através dos serviços de utilidade pública prestados, conforme estabelecido no Plano de Trabalho encaminhado pela Instituição, que segue no ANEXO ÚNICO, da presente Lei, que dessa passa a ser parte integrante.

Não poderão ser destinados recursos financeiros para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Município de Cotriguaçu-MT.

É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela ASSOCIAÇÃO PRIVADA;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do Plano de Trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos

objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do presente Termo de FOMENTO;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) viabilizar o acompanhamento pela *internet* dos processos de liberação de recursos;

g) manter, em seu sítio oficial na *internet*, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

h) divulgar pela *internet* os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

i) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria; e,

j) outras, previstas na Lei Federal n.º 13.019/2014, e suas alterações posteriores.

São obrigações da ASSOCIAÇÃO PRIVADA:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio do presente Termo de FOMENTO;

c) divulgar na *internet* e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no Parágrafo Único, do art. 11, da Lei Federal n.º 13.019/2014, e suas alterações posteriores;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária especifica, observado o disposto no art. 51, da Lei Federal n.º 13.019/2014, e suas alterações posteriores.

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei Federal n. º 13.019/2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de FOMENTO, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da Associação Privada em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) executar de forma plena o Plano de Trabalho, que segue no ANEXO ÚNICO, do presente Termo de FOMENTO;

i) disponibilizar ao cidadão, na sua página na *internet* ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de FOMENTO, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos; e,

j) outras, previstas na Lei Federal n.º 13.019/2014, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de FOMENTO com a Associação da Rádio Comunitária Arco Íris de Cotriguaçu -MT, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.081.972/0001-46 com sede administrativa na Avenida Sete de Setembro, s/n.º, Lote 09, Bairro Centro, CEP 78.330-000, no Município de Cotriguaçu-MT, com repasse de recursos financeiros para o Exercício de 2025, visando a distribuição de informações aos munícipes por meio de divulgações de ações educativas de cunho social e informativas nas áreas da Saúde, Educação, Assistência Social, Esporte, Lazer e Cultura, especialmente de cidadania de modo que continue a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do Município, através dos serviços de utilidade pública prestados.

CLÁUSULA QUINTA

DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Dispõe sobre autorização para celebrar Termo de Fomento com o Associação da Rádio Comunitária Arco Íris de Cotriguaçu -MT, visando a distribuição de informações aos munícipes por meio de divulgações de ações educativas de cunho social e informativas nas áreas da Saúde, Educação, Assistência Social, Esporte, Lazer e Cultura, especialmente de cidadania de modo que continue a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do Município, através dos serviços de utilidade pública prestados.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Fomento com a Associação da Rádio Comunitária Arco Íris de Cotriguaçu, Nome Fantasia: Arco, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.081.972/0001-46, com sede administrativa na Avenida Sete de Setembro, s/n.º, Lote 09, Bairro Centro, no Município de Cotriguaçu-MT, visando a distribuição de informações aos munícipes por meio de divulgações de ações educativas de cunho social e informativas nas áreas da Saúde, Educação, Assistência Social, Esporte, Lazer e Cultura, especialmente de Cidadania de modo que continue a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do Município, através dos serviços de utilidade pública prestados, com repasse de recursos financeiros, conforme estabelecido no Projeto encaminhado pela Instituição, que segue no ANEXO ÚNICO, da presente Lei, que dessa passa a ser parte integrante.

O repasse de recursos financeiros que trata o art. 1.º, da presente Lei, será no valor de até R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser efetuado em 02 (duas) parcelas mensais de igual valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), respectivamente, com vencimentos nas datas de 10.05.2025 e 10.10.2025.

Incumbe a Associação Beneficiária, apresentar a prestação de contas do valor das parcelas mensais repassadas, perante a Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do respectivo repasse, sob pena de bloqueio das parcelas remanescentes, sem prejuízo da obrigação de ressarcir o erário público, daquelas parcelas não aprovadas pelo Poder Executivo Municipal ou pendentes de prestação de contas.

Por ocasião da celebração do Termo de Fomentos a Associação da Rádio Comunitária de Cotriguaçu deverá apresentar:

I - certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União;

II - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT;

III - certificado de regularidade do FGTS;

IV - certidão negativa de débitos tributários e dívida ativa municipal;

V – cópia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, emitida pelo site da Secretaria da Receita Federal do Brasil; e,

VI - cópia da última ata de eleição que conste a direção atual da Associação Beneficiária, que comprove a sua regularidade jurídica.

A Associação da Rádio Comunitária Arco Íris de Cotriguaçu para firmar o Termo de Fomento, que trata a presente Lei, deverá estar previamente

credenciada pelo Poder Executivo Municipal, exceto se houver impossibilidade na efetivação do credenciamento.

Para a celebração, execução e fiscalização do Termo de Fomento, o Poder Executivo Municipal deverá observar todas as disposições da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho 2014, com as modificações introduzidas pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015, sob pena de responsabilidade.

Para a celebração do Termo de Fomento, fica dispensado o chamamento público, de acordo com os arts. 30, inciso VI, e 31, caput, e inciso II, da Lei Federal n.º 13.019/2014.

Para cobrir a despesa com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, autorizado a utilizar a dotação orçamentária já consignada no Orçamento Municipal para o Exercício Financeiro de 2025.

É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de FOMENTO, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a 01 (um) mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de FOMENTO ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

a) quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

b) quando não houver a prestação de contas das parcelas anteriormente recebidas, no prazo estabelecido;

c) quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da ASSOCIAÇÃO PRIVADA em relação a obrigações estabelecidas no Termo de FOMENTO;

d) quando a Associação Privada deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA SEXTA

DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Termo de FOMENTO deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ASSOCIAÇÃO PRIVADA para:

a) realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

b) finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

c) realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

d) realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

e) realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

f) repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos; e,

g) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo de FOMENTO vigerá a partir do primeiro dia seguinte ao de sua assinatura, ou publicação no Quadro de Avisos do Poder Executivo Municipal de Cotriguaçu-MT e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM. Sempre que necessário, mediante proposta da ASSOCIAÇÃO PRIVADA devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de FOMENTO.

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de FOMENTO, independentemente de proposta da ASSOCIAÇÃO PRIVADA, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por Termo de Aditamento ao presente Termo de FOMENTO, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de FOMENTO ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de Termo de Aditamento com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA OITAVA

DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

O Relatório Técnico a que se refere o art. 59, da Lei Federal n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho;

c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;

d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela Associação Privada na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de FOMENTO; e,

e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da Associação Privada, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

a) retomar os bens públicos em poder da Associação Privada parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens; e,

b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela Associação Privada até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA NONA

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pela Associação Privada, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

a) extrato da conta bancária específica;

b) notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da Associação Privada e número do instrumento da parceria;

c) comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

d) material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

e) relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e,

f) lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

A prestação de contas relativa à execução do Termo de FOMENTO dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no Plano de Trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

a) relatório de execução do objeto, elaborado pela Associação Privada, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados; e,

b) relatório de execução financeira do Termo de FOMENTO, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho.

A Administração Pública Municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

a) relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria; e,

b) relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de FOMENTO.

Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67, da Lei Federal n.º 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

a) os resultados já alcançados e seus benefícios;

b) os impactos econômicos ou sociais;

c) o grau de satisfação do público-alvo; e,

d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n.º 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

a) aprovação da prestação de contas;

b) aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou,

c) rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a ASSOCIAÇÃO PRIVADA sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O prazo referido no *caput* é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

PARÁGRAFO ÚNICO. O transcurso do prazo definido nos termos do *caput* sem que as contas tenham sido apreciadas:

a) não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

b) nos casos em que não for constatado dolo da ASSOCIAÇÃO PRIVADA ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

As prestações de contas serão avaliadas:

a) regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

b) regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário; ou,

c) irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

1. omissão no dever de prestar contas;

2. descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

3. danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

4. desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a Associação Privada poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo Plano de Trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de

FOMENTO e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do Plano de Trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a ASSOCIAÇÃO PRIVADA deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS ALTERAÇÕES

A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de Termo de Adiamento ao Termo de FOMENTO, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

Não é permitida a celebração de Termo de Aditamento do presente Termo de FOMENTO com alteração da natureza do objeto.

As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Assessoria Jurídica do Município, Órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e Parecer Jurídico.

É obrigatório o Termo de Aditamento do presente instrumento, sempre que se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de FOMENTO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, das disposições da Lei Federal n.º 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Associação Privada parceira as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Associação Privada ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “b”.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As sanções estabelecidas nas alíneas “b” e “c”, são de competência exclusiva do Secretário Municipal de Finanças, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 01 (dois) anos de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Da decisão do Secretário Municipal de Finanças cabe recurso ao Prefeito Municipal, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da ASSOCIAÇÃO PRIVADA, da decisão que impôs as penalidades.

Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Termo de FOMENTO poderá ser:

a) denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

b) rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

1. utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

2. inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

3. constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e,

4. verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

a) as comunicações relativas a este Termo de FOMENTO serão remetidas por correspondência, endereço de e-mail ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

b) as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias; e,

c) as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de FOMENTO, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DA PUBLICAÇÃO

Caberá a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL providenciar a publicação do extrato do presente Termo de FOMENTO, no Quadro de Avisos do Poder Executivo Municipal de Cotriguaçu-MT e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, da Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM, até o 5.º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, sob pena de ineficácia da celebração.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios emergentes ou remanescentes no que diz respeito ao presente Termo de FOMENTO, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e a ASSOCIAÇÃO PRIVADA elegem o Fórum da Comarca de Cotriguaçu-MT, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa de qualquer, outro, por mais privilegiado que seja.

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem assim havendo justo e concertado, foi mandado elaborar e digitar este Termo de FOMENTO, em 03 (três) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, juntamente com 2 (duas) testemunhas instrumentárias, para que surtas seus jurídicos e legais efeitos, revestindo o presente com eficácia de título executivo extrajudicial nos termos na Lei Civil e Processual Civil.

Cotriguaçu-MT, 28 de abril de 2025.

MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT **CNPJ/MF N. 37.465.309/0001-67** **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** **MOISES FERREIRA DE JESUS** **PREFEITO MUNICIPAL**	**ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA ARCO ÍRIS DE COTRIGUAÇU -MT** **CNPJ/MF 03.081.972/0001-46** **SIDINEIA LUBAS LUGES BALMANT** **REPRESENTANTE LEGAL/PRESIDENTE**

TESTEMUNHAS:

---------- ----------

CPF: CPF:

ORDEM DE SERVIÇO 001/2025

ÓRGÃO CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT

CONTRATADA: VMH CONSTRUCOES LTDA

CONTRATO Nº: 016/2025

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: 001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 006/2025

OBJETO DA OBRA: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA NA CRECHE TIPO B- ZONA HABITACIONAL ZH NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT"

DATA DE EMISSÃO: 28/04/2025

PRAZO DE EXECUÇÃO: 250 DIAS

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 785.909,86 (setecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e nove reais e oitenta e seis centavos)

AUTORIZAÇÃO

Pela presente Ordem de Serviço, fica autorizada a **VMH CONSTRUCOES LTDA CNPJ 15.329.805/0001-50** a iniciar os serviços referentes à obra supracitada, de acordo com as condições estabelecidas no contrato nº 016/2025.

Cotriguaçu, 28 de abril de 2025.

MOISÉS FERREIRA DE JESUS

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE DISPENSA 002/2025 PROCESSO 005/2025 – PREVI COTRI MODO DISPUTA ELETRÔNICA

O Instituto Municipal Previdência Social dos Servidores Públicos de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de dezembro, n° 725, centro, Cotriguaçu/MT, através do departamento de licitações e contratos, torna público que realizará dispensa eletrônica nº 001/2025 com critério de julgamento menor preço, na hipótese do Inciso II do Artigo 75 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

Objeto: Aquisição de um aparelho de ar condicionado para atender às necessidades do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Cotriguaçu.

. Conforme especificações descritas no edital de dispensa e seus anexos.

Data da início do envio das propostas: 09 de maio de 2025 08h00min (horário de Brasília).

Data Final do Envio das Propostas: 09 de maio de 2025 as 12h00mim (horário de Brasília)

Link: O processo será realizado exclusivamente através do portal do COMPRASBR no site https://comprasbr.com.br/.

Critério de Julgamento: menor preço

Para esclarecimentos ou dúvidas poderá ser solicitado de segunda a sexta-feira respeitando o horário de atendimento pelo e-mail previdenciacotriguacu@gmail.com ou pelo WhatsApp (66) 9913-6492.

Cotriguaçu-MT, 11 de março de 2025

Elizete Skura

Agente de Contratações do PREI COTRI

DEPARTAMENTO CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DECISÃO DA PREGOEIRA

Processo Administrativo n.º 038/2025;

Pregão Eletrônico n.º 006/2025;

Município de Cotriguaçu-MT;

FERNANDA F. PONTIN – ME.: Recorrente;

Prestação de serviços de publicações em jornais: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso D.O.E, Diário Oficial da União D.O.U e Jornal de grande circulação, para divulgação de atos da prefeitura municipal: Objeto;

Administração Pública Municipal: Interessada;

Recurso Administrativo: Assunto.

Vistos etc...

Trata-se de Recursos Administrativos interpostos nos autos acima mencionado pelas empresas, FERNANDA F. PONTIN - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.277.241/0001-36, contra a decisão da Pregoeira Designada que entendeu pela habilitação da empresa, GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES LTDA., mesmo supostamente a empresa ter ofertado proposta de preço inexequível.

A empresa Recorrente, no prazo legal, apresentou as Razões Recursais, e, a empresa GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES LTDA, muito embora devidamente notificada para apresentar a contrarrazão recursal, quedou-se silente.

É sucinto o relatório. Decido.

1. DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO:

A doutrina pátria aponta como pressupostos dessa espécie de recurso administrativo, manifestação do interesse recursal tempestiva, fundamentação recursal e pedido expresso quanto a reforma da decisão rechaçada, cujo preenchimento dos referidos pressupostos deve ser preliminarmente aferido.

Na esteira do Decreto Municipal n.º 1.601/2023, observa-se que o §§ 1.º e 2.º do art. 40, apresenta a seguinte redação:

Art. 40. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 1.º As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1.º, do art. 8.º, da presente Instrução Normativa, a contar da ata de julgamento.

§ 2.º Os demais licitantes ficarão intimados para, querendo, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

Do mesmo modo, referidos pressupostos recursais também estão previstos no Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 006/2025.

Com efeito, observada a plataforma do Pregão Eletrônico, que ora nos ocupamos, constata-se que no prazo legal, as empresas, FERNANDA F. PONTIN - ME., manifestaram expressamente no prazo legal, interesse recursal, razões recursais (fundamentação e motivação), bem como pedido expresso quanto a reforma da decisão atacada, portanto, com todas as formalidades e pressupostos legais exigidos, razão pela qual o Recurso Administrativo interposto devem serem CONHECIDO, haja vista que preenchem os requisitos de admissibilidade.

2. DA ANÁLISE DO MÉRITO:

Vencida a análise dos requisitos de admissibilidade recursal, passo a análise do mérito do recurso administrativo interposto pela empresas, FERNANDA F. PONTIN - ME., que sustentam que a empresa, GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES LTDA., apresentou proposta totalmente inexequível, tendo em vista que o pregão eletrônico trata-se de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES EM JORNAIS: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO D.O.E, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO D.O.U E JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, sendo vencedora dos itens 02 – PUBLICAÇÃO NO DOU e 03 – JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO, acontece que o licitante apresentou preços supostamente inexequíveis, visto que o preço cobrado pelo Diário Oficial da União, é fixado em R$ 42,67 (quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos), por centímetro de coluna, conforme estabelecido na Portaria IN/CC/PR n.º 024/2025, e o licitante ofereceu o preço de R$ 40,90 (quarenta reais e noventa centavos) por centímetro de coluna.

De plano, verifico que não assiste razão a empresa recorrente, no presente caso, uma vez que notadamente o preço ofertado pela empresa GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES LTDA, por meio de diligência está exequível, uma vez que ao receber a quantidade de volumes que irá publicar, conseguirá reduzir por meio de procedimentos específicos o tamanho do texto para posterior publicação no Diário Oficial da União.

Ademais, a Lei n.º 14.1333/21, estabelece em seu inciso III do Art. 59, o seguinte:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

(...)

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

(...)

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

Nesse sentido, pode-se dizer, em breve síntese, que o preço a ser estimado se submete, a um só tempo, a dois referenciais básicos um patamar máximo, a impedir a ocorrência de sobrepreço e/ou superfaturamento, e um mínimo, consistente no menor valor possível que preserve a viabilidade da execução do serviço. Assim, no caso dos autos, o preço ofertado, apesar de ser abaixo do preço de custo que terá com a publicação no Diário Oficial da União, qual seja, R$ 42,67 (quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos), é plenamente exequível, pois o valor que incidirá sobre os textos que a municipalidade enviar para publicação vai ser de R$ 40,90 (quarenta reais e noventa centavos) por centímetro de coluna. Após receber as solicitações, reduzirá consideravelmente o número de colunas, permitindo a realização da operação com lucro.

Por conseguinte, os precedentes jurisprudenciais do Tribunal de Contas da União revelam que não cabe ao pregoeiro ou à comissão de licitação declarar subjetivamente a inexequibilidade da proposta de licitante, mas facultar aos participantes do certame a possibilidade de comprovarem a exequibilidade das suas propostas. Essa orientação encontra respaldo desde a Súmula 262/TCU, editada sob a égide da antiga Lei nº 8.666/1993, que já reconhecia a necessidade de oportunizar ao licitante a demonstração da exequibilidade da proposta suspeita. Com a vigência da nova lei, o TCU reafirmou esse entendimento em diversas decisões relevantes.

O Tribunal ressaltou que uma leitura inflexível do dispositivo legal poderia restringir indevidamente a competitividade, ao desencorajar propostas com descontos mais agressivos. Além disso, apontou que o papel do Estado não é exercer tutela paternalista sobre os licitantes, mas sim assegurar que propostas exequíveis e vantajosas tenham a oportunidade de prevalecer, desde que o proponente consiga comprovar tecnicamente sua capacidade de execução. E mais recentemente, a jurisprudência foi reforçada com ainda mais clareza pelo Acórdão nº 214/2025 – Plenário do TCU, que deve ser considerado como o precedente mais atual e contundente sobre o tema. Nessa ponderação, o Tribunal reiterou que a Administração não pode desclassificar proposta com fundamento exclusivo no §4º do art. 59 da Lei 14.133/2021, sem antes oportunizar ao licitante a demonstração da exequibilidade por meio de diligência, sob pena de violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da busca pela proposta mais vantajosa.

O acórdão foi claro ao afirmar que a interpretação sistemática dos §§2º e 4º do art. 59 impõe a obrigatoriedade de diligência sempre que houver dúvidas sobre a exequibilidade da proposta. Com base nessa jurisprudência, a pregoeira e sua equipe de apoio realizaram diligência junto à recorrida, durante a qual foi apresentado o Contrato Administrativo n.º 182/2024, relativo à prestação de serviços de publicações, celebrado entre a recorrida e o Governo do Estado do Ceará - Casa Civil, gerando a Nota Fiscal n.º 25896/2025 referente ao serviço prestado. Assim, é possível constatar que a empresa consegue comprovar a exequibilidade da proposta apresentada, afirmando que tem condições de cumprir com o que foi proposto.

No caso em apreço, é plenamente possível verificar a possibilidade de margem de lucro obtida que conseguirá o licitante. A licitante recorrente ofereceu sua proposta no valor de R$ 46,00 (quarenta e seis reais) por centímetro de coluna. Se for considerar a margem de lucro com o custo que vai ter com a publicação de R$ 42,67 (quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos) por centímetro de coluna, obterá somente R$ 3,33 (três reais e trinta e três centavos) de lucro, multiplicado pela quantidade licitada de 2.800 centímetros por coluna, resultando em um lucro total de R$ 9. 324,00 (nove mil, trezentos e vinte e quatro reais), valor que não custeará os encargos com impostos e despesas ao longo de 1 (um) ano.

A Lei 14.133/21 autoriza uma presunção relativa (juris tantum) de inexequibilidade. Ou seja, a interpretação é no sentido de que subsiste a possibilidade de o licitante demonstrar a plena exequibilidade de sua proposta, ainda que o valor ofertado seja inferior ao limite mínimo de 50% do orçamento estimado pela Administração.

Percebe-se então, que a Administração Pública deve oportunizar ao licitante a demonstração da exequibilidade de sua proposta. Sobre o assunto, o TCU editou a Súmula 262, Vejamos:

SÚMULA Nº 262 – O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

Embora a Nova Lei de Licitações determine que sejam desclassificadas as propostas manifestamente inexequíveis, antes, o gestor deve dar oportunidade ao licitante de demonstrar a viabilidade de execução do contrato com os valores ofertados.

Em conclusão, não a que se falar em preço inexequível, sendo que a margem de lucro é medida pela quantidade de centímetro por coluna de texto que o município envia a empresa para publicação, e posterior redução dos centímetros por coluna para publicação no Diário Oficial da União.

3. DA DECISÃO:

ANTE O EXPOSTO, e com base nos fundamentos e fato e de direito registrados nas linhas acima e mais no que consta dos autos do Pregão Eletrônico SRP n.º 006/2025, CONHEÇO do recurso administrativo interposto pela empresa, FERNANDA F. PONTIN - ME., mas no mérito decido pelo IMPROVIMENTO, e, por consequência, ficam mantidas as deliberações constantes da Ata da Sessão do Pregão Eletrônico mencionado acima, principalmente, quanto a habilitação da empresa GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES LTDA para o Certame Licitatório.

Com efeito, não tendo sido reconsiderada a decisão anterior, em cumprimento ao que dispõe o § 2º, art. 165, da Lei Federal n.º 14.133/21, faço remessa destes autos, devidamente informados, ao Excelentíssimo Prefeito Municipal para Julgamento em última instância administrativa recursal, no prazo legal.

Cotriguaçu-MT, 25 de abril de 2025.

Registre-se.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

GISLAINE DE SOUZA SILVESTRE KRIESER

Pregoeira Designada

Poder Executivo – Cotriguaçu-MT

PORTARIA N.º 010/2025 - PREVI COTRI

"Dispõe sobre a extinção do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor da aposentada Sra. "OTMAR WALMOR LOHMANN".

*A Diretora Executiva do **PREVI-COTRI**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 32, § único e Art. 73, inciso "I", "VII", "X", da Lei Municipal Complementar n.º 692/2011, de 02 de maio de 2011.*

Resolve:

Art. 1º Extinguir o benefício de **aposentadoria** em favor do **Sr. OTMAR WALMOR LOHMANN**, portador do RG x.113.99x-x – SSP/MT, inscrito no CPF n.º xxx.260.119-xx do PREVI-COTRI – Fundo Municipal de Previdência Social do Servidores de Cotriguaçu– MT, portador da matricula 2162, em decorrência do seu falecimento, conforme Certidão de Óbito datada de 28 de abril de 2025 nº xxx250 01 55 2025 4 00004 xxx 0000613 xx.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a de 22 de abril de 2025, data do óbito do aposentado.

Registre, publique e cumpra-se.

Cotriguaçu - MT, 29 de abril de 2025.

Leocadia Gomes Padilha

Diretora Geral

Portaria 007/2021

HOMOLOGO:

Moises Ferreira de Jesus

Prefeito Municipal

SEC. GOVERNO
DECRETO N.º 1.782 ,DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre os Valores da Terra Nua – VTN, no âmbito do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, referente ao exercício financeiro de 2025, para fins de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, MOISES FERREIRA DE JESUS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município; e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 153 da Constituição Federal e, ainda, as disposições da Instrução Normativa RFB n.º 1877/2019, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as modificações introduzidas pelas Instruções Normativas RFB n.ºs 1939/2020 e 2018/2021,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam definidos os seguintes Valores da Terra Nua, por hectare - VTN/HA, no âmbito do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, referente ao exercício financeiro de 2025, para fins do cálculo do valor incidente para o recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, conforme a tabela demonstrativa abaixo:

VALORES DA TERRA NUA – VTN 2025*	
CLASSIFICAÇÃO	PREÇO MENOR/POR HECTARE
Lavoura - aptidão boa	R$ 4.233,00
Lavoura - aptidão regular	R$ 2.980,12
Lavoura - aptidão restrita	R$ 2.402,94
Pastagem Plantada	R$ 2.469,17
Silvicultura ou Pastagem Natural	R$ 1.746,74
Preservação da Fauna ou Flora	R$ 1.309,28

Art. 2.º Os valores da tabela acima objetivam complementar as informações à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para fins de atualização do Sistema de Preços de Terras – SIPT, da Receita Federal do Brasil – RFB.

Art. 3.º Para efeitos do presente Decreto, considera-se terra nua o imóvel que por natureza ou acessão natural, compreende o solo com sua superfície e a respectiva mata, floresta e pastagem nativa ou qualquer outra forma de vegetação natural.

Art. 4.º Os valores definidos são os preços mínimos, por hectare, considerados como referência para Valorização de Terra Nua – VTN, no Município de Cotriguaçu-MT, devendo ser observado como valor máximo aquele praticado pela valorização do mercado.

Art. 5.º Os valores definidos no presente Decreto não obrigam os contribuintes para fins de negociação no mercado.

Art. 6.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário

Cotriguaçu-MT, 29 de abril de 2025.

MOISES FERREIRA DE JESUS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

TERMO DE JULGAMENTO DO PREFEITO

Processo Administrativo n.º 038/2025;

Pregão Eletrônico n.º 006/2025;

Município de Cotriguaçu-MT;

FERNANDA F. PONTIN – ME.: Recorrente;

Prestação de serviços de publicações em jornais: diário oficial do Estado de Mato Grosso D.O.E, diário oficial da União D.O.U e jornal de grande circulação, para divulgação de atos da prefeitura municipal: Objeto;

Administração Pública Municipal: Interessada;

Recurso Administrativo: Assunto.

Vistos etc.

Cuida-se dos Recursos Administrativos interpostos nos autos acima mencionado pelas empresas, FERNANDA F. PONTIN - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.277.241/0001-36, contra a decisão da Pregoeira Designada que entendeu pela habilitação da empresa, GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES LTDA, mesmo supostamente a empresa ter ofertado proposta de preço inexequível.

A contrarrazão recursal não foi apresentada ao Recurso, pela empresa GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES LTDA, entretanto a pregoeira e equipe de apoio mediante realização de diligência, oferecendo ao licitante

a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Ocasião que a requerida apresentou documentos comprobatórios na qual presta o mesmo serviço licitado a outros municípios.

Desta feita, não havendo reconsideração da decisão pela Pregoeira Designada quanto ao Recurso interposto, os autos uma vez instruídos, foram encaminhados concluso ao Gabinete do Prefeito Municipal, com base no art. 165 § 2.°, da Lei Federal n.° 14.133/2021, c/c o art. 13.°, da Lei Federal n.° 10.024/2019, para efeitos de julgamento.

É sucinto o relatório.

Passo a analisar e julgar o Recurso interposto pela Recorrente.

Inicialmente, preenchidas as formalidades recursais exigidas, o recurso da empresa FERNANDA F. PONTIN - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.277.241/0001-36, deve ser admitido.

Em análise aos autos, verifica-se que a recorrente não assiste razão no presente caso. Notadamente, o preço ofertado pela empresa GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES LTDA, no qual a proposta apresentada se diz exequível e que vai honrar a proposta ofertada, apresenta valores compatíveis com a realidade da empresa. Considerando a quantidade de volumes que deverá publicar, a empresa conseguirá, por meio de procedimentos específicos, reduzir o tamanho do texto para posterior publicação no Diário Oficial da União.

Ainda neste sentido, colacionamos abaixo o entendimento do TCU, em acórdão perfeitamente enquadrado ao caso em apreço:

“De fato, a administração não poderia prescindir do menor preço, apresentado pela empresa vencedora, por mera questão formal, considerando que a exigência editalícia foi cumprida, embora de forma oblíqua, sem prejuízo à competitividade do certame. Sendo assim, aplica-se o princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas ainda as formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados, tudo de acordo com o art. 2º, § único, incisos VIII e IX, da Lei nº 9.784/1999. TCU - Acórdão 7334/2009 Primeira Câmara (Voto do Ministro Relator)”.

Não se pode olvidar que a licitação na modalidade pregão caracteriza-se pelo objetivo de imprimir celeridade e eficiência nas contratações públicas, por meio da simplificação das regras procedimentais, condicionada aos princípios básicos estabelecidos no art. 4º do Decreto Federal nº 3.555/2000:

“Art. 4º A licitação na modalidade de Pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação do objeto das propostas. Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.”

No mesmo sentido, a redação do art. 23 do Decreto Estadual nº 7.217/2006, que disciplina as aquisições de bens e serviços no Estado de Mato Grosso, afirma que:

“Art. 23. A licitação na modalidade de pregão será sempre interpretada em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não haja comprometimento da legalidade, o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.”

Na decisão deste Pregoeiro, foi observada a regra do parágrafo único do art. 4º do decreto nº 3.555/2000, ou seja, foi feita a interpretação das normas do edital em favor da ampliação da disputa e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, tendo em vista que foi habilitada a licitante que ofereceu o menor preço, neste caso a Recorrida.

O doutrinador Marçal Justen Filho orienta que:

“Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular. Essa comprovação poderá fazer-se em face da própria Administração.”

Nota-se que o Acordão do Tribunal de Contas da União n.º 214/2025 está em consonância com a doutrina, ao afirmar que a Administração deve dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Para Hely Lopes Meireles, a inexequibilidade se evidencia nas seguintes situações:

“A inexequibilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos ou excessivamente baixos, nos prazos impraticáveis de entrega e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros fatores, preexistentes ou supervenientes, verificados pela Administração.” (MEIRELLES, 2010, p. 202)

Dessa forma, é vedado à Administração Pública realizar ingerências na formação de preços da licitante, haja vista que a empresa, ao elaborar suas propostas, reflete sua realidade. Essa autonomia torna-se de exclusiva responsabilidade da licitante, que deve dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado, inclusive encargos trabalhistas, sociais e tributos incidentes, não podendo alegar posteriormente a inexequibilidade de sua proposta.

Importa consignar que a empresa Recorrida demonstrou boa condição econômica, através da evolução do patrimônio líquido no balanço patrimonial apresentado para fins de habilitação. Deve-se ter em mente que o risco de prejuízo, no que concerne à inexequibilidade das propostas ofertadas nos processos licitatórios, sempre existirá, cabendo à Administração agir com cautela a fim de evitá-lo. Contudo, isso não justifica a perda de uma boa contratação, pois a prevenção deve estar aliada à satisfação do interesse público, que reside na contratação da proposta menos onerosa.

Por derradeiro, deve-se repisar que a Recorrida é atual prestadora dos serviços ora licitados, nos termos do Contrato Administrativo n.º 182/2024 com o Governo do Estado do Ceará – Casa Civil. A própria Casa Civil, mediante diligência, relatou que a empresa presta um bom serviço de publicidade. Nota-se que, sendo conhecedora dos equipamentos e peculiaridades da execução dos serviços, a empresa possui condições de aferir os preços de acordo com a prestação do serviço (presunção juris et jure), fato que, concretamente, conduz a Administração Pública a chancelar a proposta ofertada no certame em questão.

Nesse sentido, Marçal Justen Filho afirma que:

“Não se afigura defensável, porém, transformar em absoluta a presunção do § 1º. Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular. Essa comprovação poderá ser pleiteada em face da própria Administração, solicitando a realização de diligência para tanto.”

Não há vedação legal à atuação por parte de empresas contratadas pela Administração Pública, sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa e não conduz, necessariamente, à inexecução da proposta.

A Administração, no procedimento licitatório, deve buscar a satisfação do interesse público, mediante a escolha da proposta mais vantajosa, sem deixar de lado a necessária moralidade e a indispensável segurança da igualdade entre os participantes. Vale mencionar que, mediante de diligência a empresa e no *cha*t da plataforma a empresa proferi que cumpriria a sua proposta. Inclusive a empresa apresentou documento comprobatório

que está prestando o mesmo serviço licitado para o Estado do Ceará. Por fim, certifica-se que as alegações da Recorrente não merecem guarida, estando o entendimento do Pregoeiro em perfeito equilíbrio entre os fatos e argumentos trazidos à sua consideração, à luz da melhor interpretação, com esteio nas regras do edital, na lei, doutrina e na jurisprudência.

ANTE O EXPOSTO, com base no entendimento da Pregoeira Designada, nos fundamentos de fato e de direito registrados nas linhas acima e no mais que constam dos autos do Pregão Eletrônico n.º 006/2025, IMPROVEJO os Recursos Administrativos interpostos pelas empresas, FERNANDA F. PONTIN - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.277.241/0001-36, e, consequentemente, mantenho a decisão da Pregoeira em manter a classificação da empresa Recorrida.

Por derradeiro, DETERMINO a remessa destes autos a Pregoeira Designada, para que sejam tomadas as providências posteriores, na forma da legislação vigente, em especial, a publicação do extrato resumido do presente Termo de Julgamento no Diário Oficial de Contas do TCE-MT e/ou no Diário Oficial da AMM Diário Oficial, bem como a notificação pessoal ou via e-mail do Representante Legal da empresa, FERNANDA F. PONTIN - ME, ora Recorrente, com cópia do inteiro teor do presente Termo.

DETERMINO, por fim, a Pregoeira Designada, que dê prosseguimento ao procedimento de licitação do Pregão Eletrônico n.º 006/2025 até seus posteriores termos, na forma da legislação vigorante.

Cotriguaçu-MT, 29 de abril de 2025.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

MOISÉS FERREIRA DE JESUS

Prefeito Municipal

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025 PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

CLASS.	INS	NOME	CARGO	DN	POR	NBC	LEM	ESP	SUBT	PRA	TIT	TOT
1º	63	GERCIANA BISPO GONÇALVES NASCIMENTO	101 - ASSISTENTE SOCIAL - SEDE	18/06/1993	4	10	8	27	49	X	0	49
1º	131	ELLEN CRISTINA BOREK LEIDENTZ	102 - ENFERMEIRO - SEDE	29/01/1998	6	12	10	24	52	X	1,25	53,25
2º	5	DENILDE ALMEIDA DE OLIVEIRA REIS RICARTE	102 - ENFERMEIRO - SEDE	05/03/1990	6	10	6	24	46	X	0	46
3º	2	ANA PAULA GOMES DA CRUZ	102 - ENFERMEIRO - SEDE	07/10/1983	4	10	8	24	46	X	0	46
1º	181	JIUCELE APARECIDA DOS SANTOS FONSECA	103 - ENFERMEIRO - NOVA UNIÃO	20/02/1980	8	12	4	18	42	X	0	42
2º	39	EVAIR MENDES BUFO DA SILVA	103 - ENFERMEIRO - NOVA UNIÃO	22/09/1983	2	10	4	18	34	X	1,25	35,25
1º	32	JUSILENE LUZIA DA SILVA	105 - ENFERMEIRO - NOVA ESPERANÇA	17/07/1974	4	6	4	30	44	X	0	44
1º	77	LUIZA BRONNER RODRIGUES	106 - ENFERMEIRO - LINHA GAÚCHA	07/05/1970	4	10	10	18	42	X	0	42
1º	24	ALINE DE SOUZA RODRIGUES	108 - FARMACÊUTICO - SEDE	03/02/1997	6	16	10	54	86	X	1,25	87,25
2º	197	NAILA MILENA DOS SANTOS SOUZA	108 - FARMACÊUTICO - SEDE	27/01/1998	4	14	6	45	69	X	0	69
1º	86	JAIANE MAIA OLIVEIRA	111 - ODONTÓLOGO - NOVA UNIÃO	11/07/1998	6	6	8	39	59	X	0	59
1º	84	RAPHAEL VINICIUS CARVALHO DA SILVA	113 - PSICÓLOGO – SEDE	14/03/1999	4	14	10	42	70	X	0	70
2º	118	WINGRID DE LIMA POGIAN	113 - PSICÓLOGO – SEDE	10/09/2002	4	8	8	36	56	X	0	56
1º	153	ROSIANE DOS SANTOS PEREIRA	114 - FISIOTERAPEUTA - SEDE	15/02/1995	6	6	4	33	49	X	0	49
1º	111	JUCELI STOPPEL	115 - TÉCNICO EM RADIOLOGIA - SEDE	20/11/1984	8	8	6	27	49	X	X	49
1º	112	SABRINA CUSTÓDIO PILAR	116 - TÉCNICO ENFERMAGEM - SEDE	14/02/2002	4	10	6	54	74	X	X	74
2º	113	SIRLENE APARECIDA MOURÃO PEREIRA	116 - TÉCNICO ENFERMAGEM - SEDE	28/02/1981	2	6	6	48	62	X	X	62
3º	125	ROZANE DE OLIVEIRA	116 - TÉCNICO ENFERMAGEM - SEDE	01/10/1973	0	12	4	42	58	X	X	58
4º	154	ANDREIA FELIX MARREIRA	116 - TÉCNICO ENFERMAGEM - SEDE	23/11/1993	2	8	2	45	57	X	X	57
5º	10	ANGELITA RIEDEL BEHLING	116 - TÉCNICO ENFERMAGEM – SEDE	18/03/1980	0	8	6	42	56	X	X	56
6º	156	SARAH LOUYZE BERNARDO FREIRE	116 - TÉCNICO ENFERMAGEM - SEDE	04/06/1981	2	6	8	39	55	X	X	55
7º	114	SOLANGE APARECIDA DE LIMA	116 - TÉCNICO ENFERMAGEM - SEDE	13/10/1971	0	6	4	39	49	X	X	49
1º	36	DANIELE HELENA DA SILVA	117 - TÉCNICO ENFERMAGEM - NOVA ESP.	30/09/1988	0	4	8	48	60	X	X	60
1º	78	ROSA REIS ALVES DE CARVALHO	118 - TÉCNICO ENFERMAGEM - NOVA UNIÃO	09/09/1981	6	6	4	45	61	X	X	61
2º	60	THAMARA GARRIDO MENDES	118 - TÉCNICO ENFERMAGEM - NOVA UNIÃO	01/04/2003	2	10	8	36	56	X	X	56
3º	14	ROSINEIDE RODRIGUES DA SILVA	118 - TÉCNICO ENFERMAGEM - NOVA UNIÃO	20/02/1973	4	6	6	27	43	X	X	43
1º	96	ANDREA JULIANE WIEDERKEHR	119 - TÉCNICO ENFERMAGEM - AGROVILA	07/03/1977	6	8	8	54	76	X	X	76
1º	27	ALESSANDRA MARIA DOS SANTOS	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	26/10/2001	10	8	4	60	82	X	X	82
2º	195	LAVÍNIA ALVES DE SOUZA	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	04/02/2006	8	8	4	51	71	X	X	71
3º	80	GIOVANNA DANIELA TAVARES	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	29/12/2005	4	14	8	45	71	X	X	71

4º	88	RUTE GLAUCIANE GUIMARÃES MICHELS	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	28/03/1994	6	8	8	48	70	X	X	70
5º	43	ANA CAROLINE RICHETTI MARTINS	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	11/04/2000	6	8	4	51	69	X	X	69
6º	155	MARIA EDUARDA DA SILVA LEITNER	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	27/09/2003	8	6	6	45	65	X	X	65
7º	166	BEATRIZ LEITE LOPES	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	27/04/2001	6	6	8	45	65	X	X	65
8º	91	ALYSON FERNANDO SILVA DE SOUZA	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	22/02/2005	2	6	8	48	64	X	X	64
9º	146	RAQUEL SILVA DOS SANTOS	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	07/05/1986	2	10	6	45	63	X	X	63
10º	190	AMANDA CAROLINE CORREA XAVIER	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	21/01/2008	4	8	4	45	61	X	X	61
11º	157	EMILYA DA SILVA DIAS	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	06/10/2005	2	8	6	45	61	X	X	61
12º	217	WELLISSON KAYLLO TEIXEIRA SILVA	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	06/08/2000	6	8	6	39	59	X	X	59
13º	122	EMILLI GABRIELLI RIPPLINGER BORBA	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	18/07/2005	6	10	4	39	59	X	X	59
14º	185	LUDMYLLA MACHADO ALVES	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	19/06/2006	2	10	4	42	58	X	X	58
15º	130	VANESSA SOUZA CARVALHO	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	14/08/2001	4	10	4	39	57	X	X	57
16º	23	AMANDA KAUANE CINTRA DOS SANTOS	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	07/03/2007	4	10	4	39	57	X	X	57
17º	116	EDIVAN KLITZKE DE SOUZA	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	13/11/2004	4	6	4	42	56	X	X	56
18º	192	EVELLYN SOARES MIRANDA	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	17/07/2006	8	8	4	36	56	X	X	56
19º	81	GRACIELE DA COSTA DE SOUZA	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	25/11/2001	4	10	2	39	55	X	X	55
20º	215	JOYCE FERNANDA MARTINS F. OLIVEIRA	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	01/04/2001	2	6	8	39	55	X	X	55
21º	170	TALITA RAFAELA DO NASCIMENTO ALVES	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	21/08/1997	6	4	4	39	53	X	X	53
22º	67	ANGELICA BEHLING	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	20/09/1998	0	6	4	42	52	X	X	52
23º	73	SARA RIBEIRO DE ALMEIDA	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	22/11/1998	2	8	4	36	50	X	X	50
24º	11	EVELYN DARIELLY DOS SANTOS CHARNESKI	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	27/03/2006	6	8	6	30	50	X	X	50
25º	90	CLERIA APARECIDA DOS S. CAVAL. BATISTA	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	21/09/1986	4	10	6	30	50	X	X	50
26º	194	ELIANE SOUZA RAMOS	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	28/11/1993	4	6	6	33	49	X	X	49
27º	16	VALÉRIA LUIZ DA SILVA LEMOS	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	12/06/1999	6	8	4	30	48	X	X	48
28º	216	MARIA DE JESUS RODRIGUES RIBEIRO	121 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	30/05/1980	4	8	4	27	43	X	X	43
1º	203	POLLYANY OLIVEIRA SERVALO	122 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - NOVA UN.	17/09/2006	6	12	4	54	76	X	X	76
2º	202	RAYANE OLIVEIRA FERREIRA DE ALMEIDA	122 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - NOVA UN.	19/09/1997	4	6	4	54	68	X	X	68
3º	206	JULIANA FERREIRA DA SILVA	122 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - NOVA UN.	19/08/1992	0	2	6	36	44	X	X	44
1º	41	MEIRI CRISTIANE SALVI BRUMADO	135 - TÉCNICO ADM. EDUC. - AGROVILA	12/09/1995	2	6	6	54	68	X	X	68
2º	199	DANIELLY LAZZAROTTO DOS SANTOS	135 - TÉCNICO ADM. EDUC. - AGROVILA	07/11/2003	0	8	6	39	53	X	X	53
3º	76	ANA CRISTINA G. DOS SANTOS VITORINO	135 - TÉCNICO ADM. EDUC. - AGROVILA	02/03/1993	6	8	4	33	51	X	X	51
4º	72	FERNANDO SCARDINI DUARTE	135 - TÉCNICO ADM. EDUC. - AGROVILA	10/08/2003	6	8	4	33	51	X	X	51
5º	188	SUZIMARA DIAS DE CARVALHO	135 - TÉCNICO ADM. EDUC. - AGROVILA	08/04/1986	4	6	6	33	49	X	X	49
1º	152	DINA MARA BONAVIGO	123 - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL - CENTRO	09/09/1989	4	6	4	39	53	X	X	53
2º	29	SIMONE BONRUQUE	123 - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL - CENTRO	07/04/1988	4	10	4	33	51	X	X	51
3º	42	ROSILENE MARIANO DA SILVA	123 - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL - CENTRO	17/04/1995	6	6	4	33	49	X	X	49
1º	4	JUCINAIDE ALMEIDA DA SILVA	125 - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL - NOVA AGROVILA	22/05/1982	2	10	6	36	54	X	X	54
1º	26	EVANILDE ALMEIDA DE O. REIS COSMO	126 - ORIENTADOR SOCIAL - SEDE	05/03/1990	4	10	4	18	36	X	X	36
1º	74	VALDENIR SOARES MIRANDA	127 – COND. DE AMBULÂNCIA - DE SEDE	03/12/1980	2	6	6	57	71	90	X	161
1º	212	WILLIAN CORDEIRO DE OLIVEIRA	129 – COND. DE AMBULÂNCIA - AGROVILA	15/11/1989	4	4	4	51	63	90	X	153
1º	165	LINDOMAR RIBEIRO SCHUMACHER	130 – COND. DE AMBULÂNCIA - NOVA ESP.	21/09/1979	0	6	4	57	67	90	X	157
2º	138	JORGE PAPIRTES DE JESUS	130 – COND. DE AMBULÂNCIA - NOVA ESP.	08/08/1956	4	12	2	48	66	90	X	156
1º	162	CLAUDINEI MACHADO DE AGUIAR	131 - MOTORISTA CAT. B - SEDE	27/06/1985	4	8	6	54	72	90	X	162
2º	132	WASLEY DE JESUS LIMA	131 - MOTORISTA CAT. B - SEDE	04/01/1993	0	8	4	51	63	90	X	153
1º	221	DELOSSANTOS VOGUEDO	132 - MOTORISTA CAT. D - SEDE	01/11/1982	6	10	6	45	67	90	X	157
1º	172	DANIEL MARCOS DA SILVA MARTINS	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	04/02/2001	10	18	6	39	73	X	0	73
2º	208	KEILA MARIA GONÇALVES BERGER	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	02/07/1987	6	14	10	39	69	X	0	69
3º	13	SILMARA DE JESUS PEREIRA	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	03/06/1992	6	10	4	45	65	X	0	65
4º	148	RAQUEL APARECIDA CORREA	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	17/03/1991	2	12	4	45	63	X	0	63
5º	159	KEILA ALEXANDRA TONET SCHMIDT	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	28/12/1999	6	12	6	39	63	X	0	63
6º	139	BRUNA GRAZIELE VAUROO COSTA	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	18/01/2001	6	14	4	39	63	X	0	63
7º	147	RENATA RITA DA SILVA	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	25/09/1999	4	14	6	39	63	X	0	63
8º	65	DIONE ANDRADE MIRANDA	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	16/11/1978	10	14	6	33	63	X	0	63
9º	164	LUCIANE ABRANTE WUNDER	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	06/08/1997	6	16	4	36	62	X	0	62

10º	59	CLEIDIANE PEREIRA BATISTA	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	04/08/1987	4	12	10	36	62	X	0	62
11º	134	ELENA RITA AGGENS	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	27/06/1969	4	16	4	36	60	X	1,25	61,25

12º	160	GISLAINE ERMISDORFF	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	30/07/1987	4	14	10	33	61	X	0	61
13º	141	ROSILEIDE BERGER SCHEREDER	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	25/05/1988	8	14	8	27	57	X	1,25	58,25
14º	186	TERESINHA SCHOFFEN	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	28/10/1978	4	12	6	36	58	X	0	58
15º	143	IRAILDE DA SILVA RIBEIRO	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	29/11/1987	4	10	8	36	58	X	0	58
16º	151	FRANCIELI ALESSIO BRAMBILA	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	12/06/1987	6	14	8	30	58	X	0	58
17º	110	ANA PAULA ROSIN SCHUSTER	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	08/07/1985	2	12	6	36	56	X	1,25	57,25
18º	58	DENISE PAVAN BRAMBILA	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	08/07/1976	6	10	8	33	57	X	0	57
19º	145	SOLANGE XAVIER MARTINS	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	02/09/1986	4	8	6	39	57	X	0	57
20º	198	TATIANE GEHM	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	07/01/1985	6	12	8	30	56	X	0	56
21º	191	ERICA TALITA WECKEWERTH MENDES	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	11/10/1993	6	8	8	33	55	X	0	55
22º	168	CLEIDE DITE DINIZ	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	03/02/1987	6	10	6	30	52	X	0	52
23º	61	ADRIANA GOMES DA SILVA	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	17/01/1987	2	12	6	30	50	X	0	50
24º	133	SUELI GONÇALINA LOPES	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	26/05/1980	4	6	6	30	46	X	1,25	47,25
25º	136	EDNA LIANE MACHADO	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	21/01/1982	4	12	2	27	45	X	1,25	46,25
26º	121	MARLICE MARIA RIPPLINGER	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	20/04/1974	8	6	6	24	44	X	0	44
27º	149	LIDIA DA ROCHA BEZERRA DOS SANTOS	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	09/03/1981	4	4	2	27	37	X	0	37
28º	83	ZELISE APARECIDA BUENO XAVIER	133 – PROF. LINC. EM PEDAGOGIA - CENTRO	01/11/1986	2	8	4	21	35	X	0	35
1º	44	ANGELA PAVAN BRAMBILA	134 – PROF. LICENCIADO OUTRAS LIC.- SEDE	30/08/2001	8	16	6	45	75	X	0	75
2º	107	ANDRE LUIS PAVAN BRAMBILA	134 – PROF. LICENCIADO OUTRAS LIC.- SEDE	12/02/1997	6	12	10	39	67	X	0	67
3º	34	PATRICIA ELIANE RODRIGUES DA SILVA	134 – PROF. LICENCIADO OUTRAS LIC.- SEDE	14/12/1988	4	16	2	39	61	X	1,25	62,25
4º	178	DEISE APARECIDA SOUSA BRAMBILA	134 – PROF. LICENCIADO OUTRAS LIC.- SEDE	03/01/1997	4	12	4	42	62	X	0	62
5º	79	ELIANE APARECIDA FERREIRA DE LANA	134 – PROF. LICENCIADO OUTRAS LIC.- SEDE	19/10/1978	4	12	4	36	56	X	0	56
6º	180	JOÃO MARTINS FERREIRA FILHO	134 – PROF. LICENCIADO OUTRAS LIC.- SEDE	12/07/1978	8	14	8	24	54	X	0	54
7º	167	ELOISA APARECIDA MATOS SCHERBACH	134 – PROF. LICENCIADO OUTRAS LIC.- SEDE	07/05/1990	4	8	4	36	52	X	0	52
8º	140	REGINA DE MATOS HRESKO	134 – PROF. LICENCIADO OUTRAS LIC.- SEDE	24/03/1996	4	14	4	30	52	X	0	52
9º	49	WILSON VIANA DE MORAIS	134 – PROF. LICENCIADO OUTRAS LIC.- SEDE	28/04/1965	4	8	6	33	51	X	0	51
1º	35	SIRLENE APARECIDA WEIAND RODRIGUES	136 - PROFESSOR NÍVEL MÉDIO - ALDEIA IND.	13/05/1995	8	10	10	33	61	X	0	61
2º	109	CILVANIA DE JESUS DO NASCIMENTO FLECK	136 - PROFESSOR NÍVEL MÉDIO - ALDEIA IND.	26/07/1983	6	8	4	36	54	X	0	54
3º	174	JOEL DE LIMA DOS SANTOS	136 - PROFESSOR NÍVEL MÉDIO - ALDEIA IND.	27/11/2001	4	8	8	33	53	X	0	53

4º	75	MARINETE ERIKBAKTSA NHAMBIQUARA	136 - PROFESSOR NÍVEL MÉDIO - ALDEIA IND.	20/02/1985	2	6	4	27	39	X	0	39
1º	47	AILTON VALERIO COSTA	139 - APOIO OPERACIONAL - NOVA ESPERANÇA	04/07/1984	8	16	8	39	71	80	X	151
2º	52	CLEIDIOMAR MARQUEZ MARCOLINO	139 - APOIO OPERACIONAL - NOVA ESPERANÇA	18/11/1996	6	12	10	39	67	80	X	147
1º	129	JOSMAR DA SILVA DOS REIS	140 - APOIO OPERACIONAL - LAMBARI	14/05/1981	4	14	8	36	62	80	X	142
2º	175	CLEBER DE SOUZA GOMES	140 - APOIO OPERACIONAL - LAMBARI	05/10/1975	0	4	6	21	31	80	X	111
1º	187	ENRIC BRAS FABIAN	141 - APOIO OPERACIONAL - LINHA GAÚCHA	02/02/1995	6	16	8	36	66	80	X	146
2º	119	ANDERSON FREITAS BARREIRO	141 - APOIO OPERACIONAL - LINHA GAÚCHA	06/05/1991	4	12	8	39	63	80	X	143

OBS.1: OS CANDIDATOS APROVADOS NAS PROVAS OBJETIVAS E INAPTOS NAS PROVAS PRÁTICAS NÃO APARECEM NA LISTA. OBS.2: PARA OS CARGOS “ENGENHEIRO CIVIL”, “BIOMÉDICO / BIOQUÍMICO” E “TÉCNICO SANITARISTA” NÃO HOUVE APROVADOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

GABINETE
DECRETO Nº 23 DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.639

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA
Rua Sao Bernardo, 523
04.217.647/0001-20 Exercício: 2025

DECRETO Nº 23 , DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.639

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O SENHOR JADILSON ALVES DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE CURVELANDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 59.274,34 distribuídos as seguintes dotações:

02 02 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				
24	04.122.0001.2268.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	6.780,00		
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1	1	500
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			
02 03 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
59	12.365.0041.1017.0000	EDUCAÇÃO INFANTIL COM QUALIDADE	13.584,57		
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1	1	500
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	200 000	EDUCAÇÃO			
02 04 01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
165	10.302.0003.2176.0000	QUALIDADE NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	30.903,41		
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1	1	500
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	300 000	SAÚDE			
189	10.304.0004.2067.0000	VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA TODOS	824,00		
	3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE	F.R.: 1	1	600
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	300 000	SAÚDE			
493	10.305.0004.2146.0000	VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA TODOS	1.364,02		
	3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE	F.R.: 1	1	604
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	300 000	SAÚDE			
116	10.301.0075.2051.0000	ATENÇÃO BÁSICA PARA TODOS	4.741,22		
	3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE	F.R.: 1	1	500
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	300 000	SAÚDE			
478	10.301.0075.2051.0000	ATENÇÃO BÁSICA PARA TODOS	730,53		
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1	1	605
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	300 000	SAÚDE			

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA

Rua Sao Bernardo, 523
04.217.647/0001-20 Exercício: 2025

DECRETO Nº 23 , DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.639

02 05 01 SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE

210	04.122.0001.2085.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	46,59	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 1	500
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
219	13.392.0055.2143.0000	DIFUSÃO DE CULTURA E TURISMO	300,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 1	500
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 02 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

25	04.122.0001.2268.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	-6.780,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 1	500
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

02 03 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

57	12.365.0041.1016.0000	EDUCAÇÃO INFANTIL COM QUALIDADE	-13.584,57	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 1	500
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 000	EDUCAÇÃO		

02 04 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

111	10.301.0075.2048.0000	ATENÇÃO BÁSICA PARA TODOS	-730,53	
	3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE OI	F.R. Grupo: 1 1	605
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
112	10.301.0075.2048.0000	ATENÇÃO BÁSICA PARA TODOS	-4.741,22	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 1	500
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
126	10.301.0075.2052.0000	ATENÇÃO BÁSICA PARA TODOS	-1.364,02	
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 1	604
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
130	10.301.0075.2054.0000	ATENÇÃO BÁSICA PARA TODOS	-30.903,41	
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 1	500
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
192	10.304.0004.2067.0000	VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA TODOS	-824,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 1	600
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		

02 05 01 SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E l

208	04.122.0001.2085.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	-300,00	
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 1	500

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA
Rua Sao Bernardo, 523
04.217.647/0001-20 Exercício: 2025

DECRETO Nº 23 , DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.639

02	05	01	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E l					
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			110 000	GERAL				
	209		04.122.0001.2085.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	-46,59			
			3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE OI F.R. Grupo:	1	1	500	
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			110 000	GERAL				

Artigo 3o.- Est entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelândia, 05 de março de 2025

JADILSON ALVES DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE
DECRETO Nº 25 DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.639

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA
Rua Sao Bernardo, 523
04.217.647/0001-20 Exercício: 2025

DECRETO Nº 25 , DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.639

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O SENHOR JADILSON ALVES DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE CURVELANDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 1.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

393	28.122.0001.2012.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	1.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 1 749
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso: **1.000,00**

Fontes de Recurso	
1 749	1.000,00

Artigo 3o.- Est entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelândia, 05 de março de 2025

JADILSON ALVES DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE
DECRETO Nº 24 DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.639

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA
Rua Sao Bernardo, 523
04.217.647/0001-20 Exercício: 2025

DECRETO Nº 24 , DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.639

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O SENHOR JADILSON ALVES DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE CURVELANDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 899.116,96 distribuídos as seguintes dotações:

02 03 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

394	12.122.0001.2045.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	6.780,00
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	200 000	EDUCAÇÃO	
395	12.361.0040.2023.0000	MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL	100.706,95
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	200 000	EDUCAÇÃO	
396	12.361.0040.2023.0000	MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL	4.512,54
	3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	200 000	EDUCAÇÃO	
436	12.361.0040.2014.0000	MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL	36.593,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 550
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	200 000	EDUCAÇÃO	
466	12.361.0040.2028.0000	MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL	104.353,80
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 576
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	200 000	EDUCAÇÃO	
482	12.361.0040.2028.0000	MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL	25.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 759
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	200 000	EDUCAÇÃO	
397	12.365.0041.2030.0000	EDUCAÇÃO INFANTIL COM QUALIDADE	9.278,77
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	200 000	EDUCAÇÃO	
456	12.365.0041.1016.0000	EDUCAÇÃO INFANTIL COM QUALIDADE	6.570,23
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 550
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	200 000	EDUCAÇÃO	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA
Rua Sao Bernardo, 523
04.217.647/0001-20 Exercício: 2025

DECRETO Nº 24 , DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.639

02 03 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

484	12.306.0041.2033.0000	EDUCAÇÃO INFANTIL COM QUALIDADE	1.304,13
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 552
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	200 003	PRÉ ESCOLA	
490	12.365.0041.2220.0000	EDUCAÇÃO INFANTIL COM QUALIDADE	4.257,90
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 569
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	200 000	EDUCAÇÃO	
496	12.365.0041.2024.0000	EDUCAÇÃO INFANTIL COM QUALIDADE	3.595,84
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 552
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	200 002	CRECHE	

02 04 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

452	10.304.0004.1148.0000	VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA TODOS	45.127,10
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 621
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	300 000	SAÚDE	
448	10.303.0075.2060.0000	ATENÇÃO BÁSICA PARA TODOS	12.010,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 600
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	300 000	SAÚDE	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA
Rua Sao Bernardo, 523
04.217.647/0001-20 Exercício: 2025

DECRETO Nº 24 , DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.639

02 05 01 SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE

408	04.122.0001.2085.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	4.205,96
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
409	04.122.0001.2085.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	438,35
	3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
410	04.122.0001.2266.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	6.780,00
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
411	27.812.0046.2141.0000	ESPORTE É VIDA	3.021,35
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
479	13.392.0055.2143.0000	DIFUSÃO DE CULTURA E TURISMO	2.014,23
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
492	13.392.0055.1132.0000	DIFUSÃO DE CULTURA E TURISMO	2.428,12
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 719
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
494	13.392.0055.1140.0000	DIFUSÃO DE CULTURA E TURISMO	10.000,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA
Rua Sao Bernardo, 523
04.217.647/0001-20 Exercício: 2025

DECRETO Nº 24 , DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.639

02 06 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

445	08.244.0081.2170.0000	QUALIDADE NA ASSISTENCIA SOCIAL	150,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2	665
	2	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
446	08.244.0081.2264.0000	QUALIDADE NA ASSISTENCIA SOCIAL	12.878,07	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2	661
	2	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
477	08.244.0081.2100.0000	QUALIDADE NA ASSISTENCIA SOCIAL	4.028,46	
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2	660
	2	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 025	IGD BF		
483	08.244.0081.2170.0000	QUALIDADE NA ASSISTENCIA SOCIAL	2.100,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2	660
	2	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
495	08.244.0081.2100.0000	QUALIDADE NA ASSISTENCIA SOCIAL	3.697,10	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2	660
	2	Recursos de Exercícios Anteriores		
	500 025	IGD BF		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA
Rua Sao Bernardo, 523
04.217.647/0001-20 Exercício: 2025

DECRETO Nº 24 , DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.639

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

467	04.122.0001.2147.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	10.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
472	04.122.0001.2147.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	51.316,02
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
473	04.122.0001.2147.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	6.019,80
	3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
474	04.122.0001.2206.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	6.780,00
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
486	17.512.0076.2083.0000	SANEAMENTO BASICO COM QUALIDADE	5.000,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 708
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
465	26.782.0088.2256.0000	TRANSPORTE RODOVIARIO COM QUALIDADE	67.262,19
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 759
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
498	26.782.0088.1032.0000	TRANSPORTE RODOVIARIO COM QUALIDADE	33.026,46
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
499	26.782.0088.1032.0000	TRANSPORTE RODOVIARIO COM QUALIDADE	125.413,19
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 700
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
500	26.782.0088.1032.0000	TRANSPORTE RODOVIARIO COM QUALIDADE	55.231,15
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 759
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA

Rua Sao Bernardo, 523
04.217.647/0001-20 Exercício: 2025

DECRETO Nº 24 , DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.639

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

431	20.606.0008.2271.0000	AGRICULTURA	6.780,00
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
475	20.606.0008.2081.0000	AGRICULTURA	517,25
	3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
480	20.606.0008.2081.0000	AGRICULTURA	10.290,00
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	

02 09 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

434	04.122.0001.2269.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	6.780,00
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
469	04.122.0001.2009.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	91.403,30
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	
470	04.122.0001.2009.0000	INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	11.465,70
	3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro: **899.116,96**

Fontes de Recurso	
2 500	382.116,68
2 550	43.163,23
2 552	4.899,97
2 569	4.257,90
2 576	104.353,80
2 600	12.010,00
2 621	45.127,10
2 660	9.825,56
2 661	12.878,07
2 665	150,00
2 700	125.413,19
2 708	5.000,00
2 719	2.428,12
2 759	147.493,34

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA
Rua Sao Bernardo, 523
04.217.647/0001-20 Exercício: 2025

DECRETO Nº 24 , DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.639

Artigo 3o.- Est entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelândia, 05 de março de 2025

JADILSON ALVES DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE
DECRETO Nº 26 DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.640

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA
Rua Sao Bernardo, 523
04.217.647/0001-20 Exercício: 2025

DECRETO Nº 26 , DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.640

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O SENHOR JADILSON ALVES DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE CURVELANDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 288.965,01 distribuídos as seguintes dotações:

02 03 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
63	12.365.0041.2019.0000	EDUCAÇÃO INFANTIL COM QUALIDADE	6.700,00	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 1	550
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 000	EDUCAÇÃO		
02 07 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			
338	26.782.0088.2080.0000	TRANSPORTE RODOVIARIO COM QUALIDADE	5.000,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 1	500
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
02 08 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			
497	20.606.0008.1019.0000	AGRICULTURA	277.265,01	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 1	700
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 03 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
30	12.306.0040.2029.0000	MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL	-5.000,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 1	552
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 001	FUNDAMENTAL		
42	12.361.0040.2014.0000	MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL	-6.700,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 1	550
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 000	EDUCAÇÃO		
02 07 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			
331	26.782.0088.1032.0000	TRANSPORTE RODOVIARIO COM QUALIDADE	-277.265,01	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 1	700
	1	Recursos do Exercício Corrente		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA
Rua Sao Bernardo, 523
04.217.647/0001-20 Exercício: 2025

DECRETO Nº 26 , DE 05 DE MARÇO DE 2025 - LEI N.640

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
110 000 GERAL

Artigo 3o.- Est entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelândia, 05 de março de 2025

_____
JADILSON ALVES DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DE MANUTENÇÃO NA ATUAÇÃO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DE MODO ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**G Z MENEGUSSO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 47.358.786/0001-87.

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 29 de abril de 2025.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DE MANUTENÇÃO NA ATUAÇÃO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DE MODO ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **PARAFUSOU COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 46.253.574/0001-72.

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 6.666,50 (seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 29 de abril de 2025.

SETOR RH
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 155/2024

CONTRATADO(a): DAGMA APARECIDA DE ALMEIDA DA SILVA

O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO AO CONTRATO DE SERVIDOR(a) TEMPORÁRIO Nº. 155/2024**, que teve como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - CONTRATO**, lotado (a) na **Secretaria Municipal de Educação**, com termino dia **30 de Abril de 2025.**

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 023/2025

MICHELLE GRAZIELA DE OLIVEIRA NOBILE, Secretária Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder nos termos da Lei 741/2010, conforme lhe faculta o artigo 1º, **Licença Maternidade**, de 180(cento e oitenta) dias à servidora **JENIFFER APARECIDA BARROS DA SILVA,** Matrícula Nº 6639-1, no cargo de Professora Educação Infantil - Contrato, Lotada na Secretaria de Educação, no período de 25 de Abril de 2025 a 21 de Outubro de 2025 - ***180 (cento e oitenta) dias.***

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 25 de Abril de 2025.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 29 de Abril de 2025.

MICHELLE GRAZIELA DE OLIVEIRA NOBILE

Secretária Municipal de Administração

Portaria nº 014/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DE MANUTENÇÃO NA ATUAÇÃO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DE MODO ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUCOES FERRAMENTAS E EPI S LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.853.101/0001-15.

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 105,00** (cento e cinco reais).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 29 de abril de 2025.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DE MANUTENÇÃO NA ATUAÇÃO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DE MODO ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **CARVALHO COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 51.136.111/0001-60.

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 678,89** (seiscentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 29 de abril de 2025.

SETOR RH
DECRETO Nº 152/2025 - PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL POR ANÁLISE CURRICULAR Nº 002/2025, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

FRANCISCO FERREIRA MENDES JÚNIOR, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL POR ANÁLISE CURRICULAR para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025.

CONVOCA:

Art. 1º - O candidato (a) no PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL POR ANÁLISE CURRICULAR, relacionado no anexo II deste Decreto, deverá comparecer no **Departamento de Recursos Humanos no dia 05 de Maio de 2025, no horário de 7h as 11h e 13h as 17h**, para assumir as

suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o anexo III, Edital nº 002/2025, citado no anexo I deste Decreto.

Art. 2º - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 29 Abril de 2025.

FRANCISCO FERREIRA MENDES JÚNIOR Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 152/2025

1. Ficha Funcional preenchida e assinada
2. 01 foto (tamanho 3x4) recente;
3. Registro Geral – RG:
4. Cadastro de pessoa física - CPF, caso a numeração conste no RG, não haverá obrigatoriedade de apresentá-lo;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de nascimento dos filhos menores;
7. Documento de quitação com o serviço militar ou certificado de desobrigação militar expedido pelo exército para homens com mais de 45 anos;
08. Folha de identificação da carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
09. PIS ou PASEP, com data e ano de emissão;
10. Título Eleitoral
11.Comprovante de endereço - (água, luz, telefone fixo, celular ou internet)
12. Diploma exigido no edital para comprovação do requisito de formação da área;
13. Conta Corrente ou Conta Salário em nome do contratado no banco conveniado com a Prefeitura Municipal de Diamantino (Banco Bradesco);
14. Atestado de sanidade física e mental original (Expedido por médico credenciado pela medicina do trabalho ou médico de família com registro no CRM, não superior a 30 dias);
15. Certidão de Quitação Eleitoral (Emissão não superior a 30 dias); https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-...
16. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais junto a Segurança Pública do Estado; https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...
17. Certidão Criminal e Civil da Justiça Estadual em primeiro e segundo grau; http://sec.tjmt.jus.br
18. Certidão Criminal e Cível da Justiça Federal (de MT e 1ª Região); https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca...
19. Certidão da Justiça Militar Federal; https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negat...
20. Certidão do Conselho Nacional de Justiça; https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_r...
21. Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, salvo as hipóteses previstas na Constituição Federal;
OBS – OS DOCUMENTOS NÃO APRECISAM SER AUTENTICADOS

ANEXO II DO DECRETO Nº 152/2025

Cargo: PROFESSOR(A) – ZONA URBANA	
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATO**
01º	LORENÇA FERREIRA DA SILVA AZEVEDO
02º	DEMILDE BARBOSA MESSIAS
03º	MARINA FELIX DE SOUSA
04º	LENICE DE SOUZA BARBOSA
05º	JUSCELI MARIA DA SILVA COSTA
06º	ALESSANDRA DE SENA ROTEIAS

Cargo: PROFESSOR(A) – ZONA URBANA - DECIOLÂNDIA	
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATO**
01º	JANE MARIA FALCÃO
02º	ROSANGELA MORAIS DE FREITAS
03º	GECIRA DA PENHA BORGES
04º	RAQUEL PARREIRA FELIPE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DE MANUTENÇÃO NA ATUAÇÃO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DE MODO ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **BARÃO DE PIRACICABA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.301.285/0002-01.

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 5.215,30 (cinco mil duzentos e quinze reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 29 de abril de 2025.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DE MANUTENÇÃO NA ATUAÇÃO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DE MODO ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **JANAINE FERNANDES DA SILVA, inscrita** no CNPJ sob o nº 48.637.675/0001-72.

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 2.330,30 (dois mil trezentos e trinta reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 29 de abril de 2025.

SETOR RH
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 326/2024

CONTRATADO(a): SUELY DUARTE DE ARRUDA MOURA

O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO AO CONTRATO DE SERVIDOR(a) TEMPORÁRIO Nº. 326/2024**, que teve como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – VIGIA - CONTRATO**, lotado (a) na **Secretaria Municipal de Educação**, com termino dia **23 de Abril de 2025.**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DE MANUTENÇÃO NA ATUAÇÃO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DE MODO ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **GUERREIRO MÁQUINAS FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.120.115/0001-52.

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 15.215,00 (quinze mil duzentos e quinze reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 29 de abril de 2025.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVI-**

DORES DE MANUTENÇÃO NA ATUAÇÃO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DE MODO ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: **BRAXPARK MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.366.168/0001-74.

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 3.559,00 (três mil quinhentos e cinquenta e nove reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 29 de abril de 2025.

PORTARIA GAB. Nº 285 /2025

FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR, Prefeito do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear o Senhor **OSVALDO RODRIGUES DE SOUZA,** portador do RG nº 17487271 SSP/MT, CPF nº 069.548.488-59,como **Fiscal de Contrato Número: 008/2025 –** Contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviço de transporte escolar, para atender os alunos da rede Municipal de ensino do Município de Diamantino/MT.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor no dia 29 de abril de 2025, revogado as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 29 de abril de 2025.

FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Agente de Contratação e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nº: 026/2025

Modalidade Nº: 014/2025

Classificação: Pregão Eletrônico

Data da Adjudicação: 29/04/2025

Data da Homologação: 29/04/2025

Objeto da licitação: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DE MANUTENÇÃO NA ATUAÇÃO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DE MODO ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT

141978 - CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUCOES FERRAMENTAS E EPI S LTDA

CNPJ: 37.853.101/0001-15

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
54921	CHAVE - CORRENTE PARA FILTRO DE OLEO, ACO DIN 17350 - 31 CRV3, NIQUELADA E CROMADA, 150MM	UNIDADE	WORKER	1,0000	105,0000	105,00

Total Fornecedor: R$ 105,00

1003357 - CARVALHO COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 51.136.111/0001-60

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
39440	JOGO DE CHAVE BIELA	JOGO	ACC	1,0000	289,8900	289,89
45996	JOGO DE CHAVE TIPO SOQUETE 1/2	UNIDADE	ACC	1,0000	389,0000	389,00

Total Fornecedor: R$ 678,89

1003692 - BARÃO DE PIRACICABA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 34.301.285/0002-01

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
5516	JOGO DE CHAVE FIXA 6 A 32MM	JOGO	WESTERN	2,0000	178,5000	357,00
15659	MARRETA - EM AÇO FORJADO E TEMPERADO, OITAVADA, PINTADA, COM FACE POLIDA, PESANDO 1KG, COM CABO DE MADEIRA	UNIDADE	TEKFUND	2,0000	40,0000	80,00
18766	CHAVE COMBINADA 19MM	UNIDADE	EDA DF	6,0000	14,5000	87,00
39442	JOGO CHAVE L	JOGO	EDA	12,0000	96,9000	1.162,80
54796	PARAFUSADEIRA - PARAFUSADEIRA SEM FIO LED, 48V, 2 BATERIAS 340W, 1550 RPM, TENSAO 110 ~ 240 V, TORQUE 15N, CAPACIDADE DE PERFURACAO: MADEIRA 50MM, ALUMINIO 30MM, ACO 20MM.	UNIDADE	VLX	7,0000	425,0000	2.975,00
54878	CHAVE DE FENDA - DE AÇO CARBONO, PONTA CHATA, COM ACABAMENTO NIQUELADO, MEDINDO (1/8 X 2¨), CABO INJETADO EM POLIPROPILENO	UNIDADE	WORKER	2,0000	7,8000	15,60

54913	ALICATE - PARA ANEIS INTERNOS, MEDINDO 7¨, COM CABO ISOLADO EM PVC, CROMADO, BICO RETO	UNIDADE	EDA	1,0000	49,5000	49,50
54998	CHAVE - ADAPTADOR SOQUETE REDUCAO 3/4 X 1/2	UNIDADE	WAFT	1,0000	79,9000	79,90
55000	ALICATE - PARA ANEIS INTERNOS, MEDINDO 7¨, COM CABO ISOLADO EM PVC, OXIDADO, BICO CURVO	UNIDADE	EDA	1,0000	49,5000	49,50
55001	ALICATE - PARA ANEIS EXTERNOS, MEDINDO 7¨, COM CABO ISOLADO EM PVC, OXIDADO, BICO CURVO	UNIDADE	EDA	1,0000	74,5000	74,50
55002	ALICATE - PARA ANEIS EXTERNOS, MEDINDO 7¨, COM CABO ISOLADO EM PVC, OXIDADO, BICO RETO	UNIDADE	EDA	1,0000	49,5000	49,50
55037	JOGO DE CHAVES TALHADEIRA PUNÇÃO E SACA PINO COM 8 PEÇAS, PRODUZIDO EM AÇO, USADO PARA QUEBRAR PEÇAS METALICAS, REMOVER PINOS, EXCESSO DE MATERIAIS, ABRIR FENDAS, CORTAR PISOS, CONCRETO, ARAMES, CHAPAS E OUTROS.	JOGO	EDEA	1,0000	235,0000	235,00

Total Fornecedor: R$ 5.215,30

1003693 - BRAXPARK MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 33.366.168/0001-74

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
4685	MACACO HIDRÁULICO 30 TONELADAS	UNIDADE	Noll	2,0000	852,0000	1.704,00
54929	CHAVE IMPACTO - PNEUMATICA LONGA 1 POLEGADA 345 KILOS PRO-190, TORQUE MAXIMO DE 3450 NM PARA ALTO DESEMPENHO EM APLICAÇOES INDUSTRIAIS.	UNIDADE	PDr	1,0000	1.855,0000	1.855,00

Total Fornecedor: R$ 3.559,00

1003694 - G Z MENEGUSSO LTDA

CNPJ: 47.358.786/0001-87

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
54805	MARTELETES - MARTELETE EM AÇO, TIPO TALHADEIRA, COM POTENCIA DE 800 WATTS, COM CAPACIDADE DE IMPACTO DE 0~4.500 POR MINUTO, NA VOLTAGEM 127 VOLTS, ACOMPANHA ADAPTADOR SDS PARA MANDRIL 1/2 E MANDRIL COM CHAVE, ACONDICIONADA DE FORMA ADEQUADA	UNIDADE	GAMMA	7,0000	650,0000	4.550,00

Total Fornecedor: R$ 4.550,00

1003695 - GUERREIRO MÁQUINAS FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 22.120.115/0001-52

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2874	CHAVE - INGLESA <REGULAVEL>, EM ACO CARBONO, NIQUELADA E CROMADA, COM ABERTURA DE 18¨	UNIDADE	nov/54	12,0000	135,0000	1.620,00
4280	JOGO DE CHAVE DE FENDA	JOGO	nov/54	12,0000	35,0000	420,00
4282	JOGO DE CHAVE ALLEN	JOGO	FERTAK	3,0000	65,0000	195,00
6122	MACACO DO TIPO HIDRAULICO, TIPO GARRAFA, 20 TONELADAS	UNIDADE	NAGANO	1,0000	399,0000	399,00
16490	CHAVE COMBINADA 15MM	UNIDADE	FERTAK	4,0000	15,0000	60,00
17679	TRENA EM AÇO COM DE 5M 16 COM TRAVA	UNIDADE	FERTAK	1,0000	22,0000	22,00
18765	CHAVE COMBINADA 17MM.	UNIDADE	ROBUST	6,0000	17,0000	102,00
18767	CHAVE COMBINADA 22MM.	UNIDADE	VONDER	6,0000	24,0000	144,00
18770	CHAVE DE FENDA 1/4X6	UNIDADE	FERTAK	5,0000	10,0000	50,00
18771	CHAVE DE FENDA 1/8X6	UNIDADE	FERTAK	2,0000	10,0000	20,00
18773	CHAVE DE FENDA 3/8X6.	UNIDADE	nov/54	2,0000	13,0000	26,00
18775	CHAVE PHILLIPS 1/4X6	UNIDADE	FERTAK	2,0000	12,0000	24,00
18777	CHAVE TESTE C/ FENDA	UNIDADE	FERTAK	5,0000	17,0000	85,00
18784	CHAVE DE GRIFO Nº 12	UNIDADE	FERTAK	4,0000	41,0000	164,00
18785	CHAVE DE GRIFO Nº 14	UNIDADE	FERTAK	4,0000	44,0000	176,00
18787	CHAVE DE GRIFO Nº 24	UNIDADE	FERTAK	8,0000	85,0000	680,00
18799	MARRETA 5 KG C/CABO	UNIDADE	TENACE	1,0000	155,0000	155,00
19629	CHAVE DE FENDA 3/16X4	UNIDADE	FERTAK	2,0000	8,0000	16,00
19787	SOQUETE SEXTAVADO DE 3/4 X 8MM	UNIDADE	rota	1,0000	33,0000	33,00
19788	SOQUETE - SOQUETE DE IMPACTO CURTO SEXTAVADO 3/4 33MM	UNIDADE	ROTA	1,0000	70,0000	70,00
19789	SOQUETE SEXTAVADO 3/4 24MM	UNIDADE	VONDER	1,0000	83,0000	83,00
39426	CHAVE DE IMPACTO - TIPO PNEUMATICA, MODELO REVERSIVEL, ENCAIXE QUADRADO DE 3/4	UNIDADE	CHAPERINI	1,0000	900,0000	900,00
39435	JOGO DE CHAVE TORQUE	JOGO	FERTAK	1,0000	34,0000	34,00
49991	PARAFUSADEIRA FURADEIRA COM IMPACTO PFV012	UNIDADE	EDA	1,0000	238,0000	238,00
51793	JOGO DE CHAVE DE FENDA/PHILIPS 7 PEÇAS, FENDA SIMPLES 1/8X3, 3/16X4, 1/4X5, 5/16X8, PHILIPS 3/16X3, 1/4X5, 5/16X8.JOGO DE CHAVE FENDA, PHILIPS EM AÇO CROMADO VANADIO, ACABAMENTO OXIDADO PRETO, COM CABO EMBORRACHADO, CONTENDO 07 PEÇAS, SENDO FENDA	JOGO	FERTAK	12,0000	52,0000	624,00
51906	SERRA COPO TUNGSTENIO, 33 AO 83 MMSERRA COPO TUNGSTENIO, 33 AO 83 MM, COM 09 PEÇAS. ACOMPANHA 07 SERRAS, 01 SUPORTE, 01 BROCA	UNIDADE	EDA	12,0000	230,0000	2.760,00
54779	JOGO DE CHAVE - TIPO CANHÃO, AÇO CROMO VANADIO, CROMADO, DE 3MM A 18MM, COM 12 PEÇAS	UNIDADE	LOTUS	12,0000	210,0000	2.520,00
54782	JOGO DE CHAVE - TIPO BOCA, DE FERRO, CROMADO, DE 6MM A 32MM, COM 12 PECAS	UNIDADE	ROBUST	12,0000	186,0000	2.232,00

54879	CHAVE DE FENDA - COM HASTE EM AÇO CROMO VANADIUM, MEDINDO 1/8¨ X 6¨, CABO EM POLIPROPILENO	UNIDADE	FERTAK	2,0000	8,0000	16,00
54881	CHAVE DE FENDA - COM HASTE EM AÇO CARBONO TEMPERADO, NIQUELADA, MEDINDO 3/8¨ X 8¨, CABO INJETADO EM POLIPROPILENO	UNIDADE	MAYLE	2,0000	19,0000	38,00
54900	MARRETA - EM AÇO FORJADO, PESANDO 0,5 KG,COM CABO COM DE FIBRA EM-BORRACHADO QUE ATENDA AS NORMAS TECNICAS DA ABNT.	UNIDADE	TENACE	1,0000	19,0000	19,00
54905	CHAVE - ALLEN, DE ACO, NIQUELADA E CROMADA, 14MM, LONGA	UNIDADE	KING TONY	1,0000	85,0000	85,00
54917	CHAVE - DE CANHAO DE 6MM	UNIDADE	FERTAK	2,0000	22,0000	44,00
54918	CHAVE - DE CANHAO DE 7MM	UNIDADE	FERTAK	2,0000	16,0000	32,00
54919	CHAVE - DE CANHAO DE 8MM	UNIDADE	FERTAK	2,0000	18,0000	36,00
54920	CHAVE - DE CANHAO DE 10MM	UNIDADE	FERTAK	2,0000	19,0000	38,00
54924	JOGO DE CHAVE - TIPO SOQUETE, DE ACO, NIQUELADA, DE 10 A 32MM, 1/2 PO-LEGADAS	UNIDADE	QBC	1,0000	299,0000	299,00
54930	TALHADEIRA - DE AÇO, MEDINDO 12 X 3/4, TIPO REDONDA	UNIDADE	TENACE	2,0000	33,0000	66,00
54934	CHAVE - CHAVE AJUSTAVEL, HASTE EM ACO CROMADO, NIQUELADA E CRO-MADA,12MM	UNIDADE	nov/54	1,0000	51,0000	51,00
54937	CHAVE - COMBINADA, EM AÇO, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 9/16 POLE-GADAS	UNIDADE	FERTAK	1,0000	14,0000	14,00
54997	CHAVE - ADAPTADOR SOQUETE REDUCAO 1 X 3/4	UNIDADE	FORTG	1,0000	62,0000	62,00
54999	CHAVE - ADAPTADOR SOQUETE REDUCAO 3/4 X 1	UNIDADE	KINGTONY	1,0000	80,0000	80,00
55005	JOGO DE CHAVE - TIPO ALLEN MM, DE ACO, CROMADO, DE 1,5 A 10, COM 09 PECAS	JOGO	MTX	1,0000	65,0000	65,00
55007	SOQUETE - SOQUETE DE IMPACTO CURTO SEXTAVADO 3/4 32MM	UNIDADE	ROTA	1,0000	65,0000	65,00
55008	SOQUETE DE IMPACTO LONGO DE 3/4¨ 27 MM	UNIDADE	ROTA	1,0000	55,0000	55,00
55041	JOGO DE SOQUETE - EM ACO, ESTRIADO, COM ACABAMENTO CROMADO E NI-QUELADO,ESTOJO DE FERRAMENTAS COM 22 PECAS,COMPOSTO DE 18 SO-QUETES MEDINDO 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 27, 30 E 32 MM,CATRACA REVERSIVEL 1/2 POL,CABO T 10 POL,	JOGO	QBC	1,0000	298,0000	298,00

Total Fornecedor: R$ 15.215,00

1003697 - JANAINE FERNANDES DA SILVA

CNPJ: 48.637.675/0001-72

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
15521	ALICATE DE PRESSÃO	UNIDADE	EDA	4,0000	41,0000	164,00
16236	ALICATE AMPERIMETRO DIGITAL	UNIDADE	EDA	12,0000	89,9900	1.079,88
18342	ALICATE DE CORTE DIAGONAL ISOLADO 6.	UNIDADE	EDA	1,0000	20,8500	20,85
18747	ALICATE DE BICO MEIA-CANA 6	UNIDADE	EDA	5,0000	20,8500	104,25
19242	ALICATE UNIVERSAL 8 1000 V	UNIDADE	EDA	5,0000	38,1200	190,60
39424	PAQUIMETRO PARA MEDIÇÃO	UNIDADE	EDA	1,0000	99,0000	99,00
39443	CHAVE DE IMPACTO PNEUMATICA, REVERSIVEL, COM ENCAIXE QUADRA-DO, DE 1/2¨	UNIDADE	EDA	1,0000	671,7200	671,72

Total Fornecedor: R$ 2.330,30

1003698 - PARAFUSOU COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA

CNPJ: 46.253.574/0001-72

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
5007	ESPATULA - DE AÇO FORJADO, PARA BORRACHARIA, NO TAMANHO 18 (CHATA)	UNIDADE	954	1,0000	53,0000	53,00
6124	CHAVE TUBO 24	UNIDADE	MTX	1,0000	135,0000	135,00
7761	CHAVE COMBINADA 26MM	UNIDADE	954	12,0000	40,0000	480,00
18762	CHAVE COMBINADA 10MM	UNIDADE	VONDER	2,0000	12,0000	24,00
18763	CHAVE COMBINADA 11MM	UNIDADE	954	2,0000	10,0000	20,00
18764	CHAVE COMBINADA 12MM	UNIDADE	954	2,0000	14,0000	28,00
18772	CHAVE DE FENDA 3/16X6	UNIDADE	954	4,0000	6,5000	26,00
18774	CHAVE DE FENDA 5/16X8.	UNIDADE	954	2,0000	15,0000	30,00
18776	CHAVE PHILLIPS 5/16X6	UNIDADE	954	4,0000	12,0000	48,00
18820	TRENA EMBORRACHDA C/ TRAVA 5MT	UNIDADE	FAMASTIL	5,0000	11,5000	57,50
18822	TRENA FIBRA DE VIDRO 50MT	UNIDADE	SPARTA	5,0000	50,0000	250,00
19284	CHAVE AJUSTAVEL 6	UNIDADE	MTX	5,0000	40,0000	200,00
19285	CHAVE AJUSTAVEL 10	UNIDADE	MTX	5,0000	49,0000	245,00
19801	CHAVE DE FENDA 1/8 X 5	UNIDADE	954	2,0000	5,0000	10,00
19820	CHAVE DE FENDA 3/16 X 6	UNIDADE	954	2,0000	9,0000	18,00
19866	CHAVE COMBINADA 13MM	UNIDADE	954	1,0000	13,0000	13,00
19867	CHAVE COMBINADA 14MM	UNIDADE	954	2,0000	17,0000	34,00
51625	ALICATE UNIVERSAL 8¨* ALICATE UNIVERSAL ESPECIAL. FABRICADO EM AÇO COM ACABAMENTO POLIDO. CABO EM BI MATERIAL ERGONÔNICO, ISOLADO E ANTIDESLIZANTE COM ABAS PROTETORES ARREDONDADAS PARA MAIOR CONFORTO.POSSUI ARTICULAÇÃO SUAVE PARA FACILITAR O USO	UNIDADE	MTX	2,0000	110,0000	220,00
54783	ALICATE - MULTIUSO PARA ELETRICISTA 06", PRODUZIDO EM AÇO CROMO VA-NADIO, ACABAMENTO OXIDADO, PARA PRENSAR TERMINAIS NA MANUTENÇÃO ELÉTRICA E CORTE DE FIOS E ARAMES MACIOS, COM O CABO ISOLADO 1000 V	UNIDADE	VONDER	11,0000	53,0000	583,00
54857	CAIXA DE FERRAMENTA - DO TIPO CAIXA SANFONADA	UNIDADE	VONDER	2,0000	270,0000	540,00
54925	PARAFUSADEIRA - PARAFUSADEIRA/FURADEIRA DE IMPACTO A BATERIA 20V MAX LI-ION 1/2 POL, COM CARREGADOR	UNIDADE	STANLEY	3,0000	800,0000	2.400,00

54931	TORNO - CORPO EM FERRO FUNDIDO, MANUAL, BANCADA FIXO NUMERO 8, MANUAL	UNIDADE	METALSUL	1,0000	480,0000	480,00
54936	CHAVE - COMBINADA, EM AÇO, NIQUELADA E CROMADA, MEDINDO 1/2 POLEGADAS	UNIDADE	MAYLE	1,0000	20,0000	20,00
54938	TALHADEIRA - DE AÇO, MEDINDO 10 X 3/4, TIPO REDONDA	UNIDADE	VONDER	1,0000	32,0000	32,00
55006	SOQUETE DE IMPACTO DE 3/4¨X 30 MM PDR	UNIDADE	VONDER	1,0000	110,0000	110,00
55009	TORNO - CORPO DE BANCADA FIXO NUMERO 6	UNIDADE	METALSUL	1,0000	325,0000	325,00
55039	CHAVE GRIFO DE AÇO CARBONO MEDINDO 36¨	UNIDADE	MTX	1,0000	285,0000	285,00

Total Fornecedor: R$ 6.666,50

1003699 - REIS PARAFUSOS LTDA

CNPJ: 21.753.221/0001-00

Código	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
18758	CHAVE ALLEN CURTA 1/4	UNIDADE	nove54	2,0000	15,8400	31,68
18821	TRENA - DE METAL, SIMPLES, DE 8 MT C/TRAVA	UNIDADE	nove54	5,0000	18,9800	94,90
54923	CHAVE DE IMPACTO - COM 1/2 POL., 18V COM 2 BATERIAS, M18 5,0 AH CARREGADOR M12/M18 220V E MALETA	UNIDADE	vonder	1,0000	1.527,2800	1.527,28

Total Fornecedor: R$ 1.653,86

Total Geral: R$ 39.973,85

DIAMANTINO, Terça-feira, 29 de abril de 2025.

_____

FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR

PREFEITO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO E ADEQUAÇÃO DOS PCCS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO E SUA LEGISLAÇÃO CONEXA.**

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE Nº 003/2025

PRAZO DE VIGÊNCIA: **12 (DOZE) MESES.**

VALOR TOTAL**:** R$ 49.000,00 (Quarenta e nove mil reais).

CONTRATADO: **ACADEMIA BRASILEIRA DE FORMACAO E PESQUISA ABFP LTDA** inscrita no CNPJ Nº 04.808.302.0001-41.

CONTRATANTE: **FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR – PREFEITO MUNICIPAL**

DIAMANTINO/MT, 28 DE ABRIL DE 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
RESULTADO FINAL - EDITAL 001/2025/GS/SME/MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CADASTRO EMERGENCIAL DE

PROFESSOR PEDAGOGO PARA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL

REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOM AQUINO-MT, neste ato representado pela senhora **ILZA BATISTA DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais;

Torna público o **RESULTADO do SELETIVO – CADASTRO EMERGIAL** composição do Cadastro Emergencial para o cargo **de professor Pedagogo para SALA DE RECURSOS DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL** deste município.

1. RESULTADO FINAL

INSCRITOS	Classificação
Maria José Cordeiro	**1º**
Maria do Carmo Souza de Oliveira	**2º**
Cristiane Rodrigues Mendes	**3º**
karla Patricia Rocha Silveira	**4º**
Marlúcia Borba Farias Vieira	**5º**
Ivani Lopes de Souza	**6º**
Cleonice Rodrigues de Souza de Carvalho	**7º**
Jeniffer de Oliveira Souza Silva	**8º**
Elza Machado	**9º**
Maria Lucia de Oliveira	**10º**
Cíntia Miranda Silva Ribeiro	**11º**
Élida Cristina Torres Amorim	**12º**
Marinezia Silva Oliveira	**13º**
Zeile Pereira Borges Silva	**14º**
Rita Rodrigues da Silva	**15º**
Elizabeth Meneses	**16º**
Ediane da Silva Gandes	**17º**
Eliane Miranda de Oliveira	**18º**
Ronilda da Silva Rosa	**19º**
Marionice Gomes Silva	**20º**
Erleide Vieira de Moraes	**21º**

2. Houve um total de 26 inscrições, das quais 5 foram canceladas devido à duplicidade, sendo considerada apenas a última inscrição de cada participante. **3.** O resultado acima está de acordo com as legislações vigentes, PUBLIQUE-SE

Dom Aquino-MT, 29 de abril de 2025.

_____

ILZA BATISTA DA SILVA

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I – CRONOGRAMA

Ordem	EVENTO/DESCRIÇÃO	DATA	LOCAL
01	Publicação do Edital de abertura do Cadastro Emergencial	23/04/2025	Site da Prefeitura/AMM
02	Período de Inscrição dos candidatos e envio dos documentos	24 e 25/04/2025 (Até às 17h)	Site da prefeitura pelo Link: https://forms.gle/ZPLdYrfxfm8eRDPB8
03	Análise dos documentos pela SME	28/04/2025	SME - Secretaria Municipal de Educação
04	Publicação do Resultado Final	29/04/2025	Site da Prefeitura/AMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

JURÍDICO
DECRETO MUNICIPAL Nº 026/2025

DATA: 29 DE ABRIL DE 2025

SÚMULA: DECLARA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, NO DIA 02 DE MAIO DE 2025, EXCETO PARA OS SERVIÇOS CONSIDERADOS ESSENCIAIS E IMPRESCINDÍVEIS À COMUNIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado Ponto Facultativo na Prefeitura Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no dia 02 de Maio de 2025, em virtude do feriado do dia do Trabalhador comemorado no dia 01 de Maio.

Parágrafo Único. Não estão incluídos no "*caput*" deste artigo os serviços considerados essenciais e imprescindíveis à comunidade, quais sejam, os serviços emergenciais de saúde, vigilância, vigias e os de limpeza pública (coleta de lixo).

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2025.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

JURÍDICO
TERMO DE FOMENTO Nº 005/2025

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL E A ASSOCIAÇÃO CLUBE DA 3ª IDADE ESPERANÇA VIVA.

Pelo presente Termo de Fomento, o **MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL**, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.614.088/0001-02, com sede na Avenida Maravilha, s/n, Praça da Bíblia, Centro, Feliz Natal - MT, CEP 78.885-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOSE ANTONIO DUBIELLA,** brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n° 3R/2286872 SSP/SC, inscrito no CPF sob o n° 692.338.109-68, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO,** e a **ASSOCIAÇÃO CLUBE DA 3ª IDADE ESPERANÇA VIVA**, associação civil, filantrópica, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 07.939.998/0001-33, com sede na Rua Dionísio Cerqueira, nº 946, Centro, Feliz Natal – MT, CEP 78.885-000, neste ato representada por sua Presidente Sra. **DALVA REGINA TREVISAN**, brasileira, autônoma, portadora da Cédula de Identidade RG nº 12603090-0, inscrita no CPF sob o nº 866.263.881-34, residente e domiciliada neste Município, doravante denominada de **ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL**, resolvem desenvolver Termo de Fomento a fim de REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS, objetivando prestar auxílio financeiro a instituição e, observadas as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 Custear parcialmente, com gastos na manutenção da sede de Lar dos Idosos Esperança Viva.

1.2 CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

2.1 O valor total do Termo de Fomento será de **R$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais)**, a serem repassados em parcela única.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 As despesas decorrentes deste ato, correrá à conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício, em Dotação Orçamentária própria, em conjunto com as Emendas Impositivas para o ano de 2025, qual seja:

05.001.08.241.0015.10056.3350410000.15000000750 CONTRIBUIÇÕES

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA:

4.1 A vigência deste Termo de Fomento será a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2025, sendo que o prazo máximo para a realização da prestação de contas é de até 6 (seis) meses do recebimento do repasse do presente recurso financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS SALDOS:

5.1 O valor fornecido pelo Município em favor da conveniada decorrente do presente Termo, será destinado exclusivamente para atender o objeto deste instrumento.

§ 1º - A prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada ao Executivo Municipal, instruída com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

b) Demonstrativo da receita e despesas do mês da prestação de contas;

c) Relação de pagamentos efetuados;

d) Cópia de 03 (três) orçamentos dos produtos adquiridos e/ou serviços contratados;

e) Cópia das notas fiscais contendo: Descrição do produto/serviço adquirido, com as quantidades unitárias e totais dos valores, vedadas as generalizações e abreviações que impeçam o conhecimento da natureza das despesas; atesto do recebimento dos bens/serviços pelo tomador; carimbo de recebimento dos valores pelo emitente da nota fiscal ou recibo, com assinatura identificável;

f) Cópias de cheques emitidos com os recursos recebidos ou das respectivas ordens bancárias;

g) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pela concedente, quando for o caso.

§ 2º - Na hipótese de não ser efetuada a prestação de contas, o caso será encaminhado ao órgão competente a fim de serem tomadas as medidas legais cabíveis.

§ 3º - Na prestação de contas só serão admitidos comprovantes originais de despesa, emitidos apenas em nome do partícipe, com data referente ao mês de recebimento dos recursos.

§ 4º - Somente serão aceitos comprovantes de despesa emitidos com clareza e contendo quantidades e discriminação dos materiais e serviços, além da perfeita identificação do emitente e seu domicílio.

CLÁUSULA SEXTA – DA EMISSÃO DOS DOCUMENTOS E DESPESAS:

6.1 Os documentos de despesas tais como, nota fiscal, fatura, ordens bancárias ou recibos, deverão ser emitidos em favor da ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS SALDOS NÃO UTILIZADOS NO MÊS:

7.1 Caso não sejam utilizados os recursos liberados no mês em sua totalidade, a ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL poderá utilizá-los no

mês seguinte, desde que seja para o mesmo fim objeto deste Termo de Fomento.

CLAÚSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DA ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL:

8.1 - COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Acompanhar a realização deste Fomento através da Prefeitura/ Diretoria de Convênios e Prestações de Contas, com objetivos de fiscalização e avaliação para cumprimento do objeto deste Termo de Fomento;

b) Liberar os recursos após a apresentação da prestação de contas da parcela anteriormente recebida;

c) Não alterar a autorização de débito, cancelar ou interromper unilateralmente sem aquiescência expressa da ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL;

d) Não atrasar ou deixar de repassar o recurso estipulado na Cláusula Segunda deste Termo de Fomento sem notificar a ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL previamente;

e) Receber a prestação de contas que será submetida ao Tribunal de Contas do Estado.

8.2 - COMPETE À ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL:

a) Aplicar o recurso financeiro dentro do objetivo proposto a que se refere à Cláusula Primeira;

b) Apresentar à Prefeitura Municipal de Feliz Natal, a prestação de contas do recurso recebido em até 6 (seis) meses do recebimento do repasse;

c) Devolver ao MUNICÍPIO a parcela ou saldo de parcelas recebidas que porventura não foram utilizadas no objetivo proposto, devidamente atualizada;

d) Facilitar a supervisão e a fiscalização do MUNICÍPIO, permitindo-lhe efetuar acompanhamento dos serviços, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação e aos contratos;

e) Manter sob sua guarda os documentos de despesas.

PARÁGRAFO ÚNICO - As faturas, recibos, e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL, devidamente identificados com número do documento e mantidos em arquivos, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, a disposição dos órgãos de controle interno e externo, no prazo de 05 (cinco) anos contados da aprovação da prestação ou tomada de contas do MUNICÍPIO, relativos ao exercício da concessão.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

9.1 Objetivando garantir o permanente e contínuo acompanhamento das ações originárias dos objetivos deste Termo de Fomento, a fiscalização por parte do MUNICÍPIO ocorrerá pelo Setor de Convênios e Prestação de Contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO:

10.1 O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante a:

I - Utilização, pela ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL, dos recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO em desacordo com os objetivos e condições estabelecidos neste instrumento de Termo de Fomento;

II - Falta de apresentação, pela ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL, da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

11.1 Será objeto de termo aditivo qualquer alteração necessária pelos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Feliz Natal - MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Fomento.

E assim, por estarem de acordo e contratados assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Feliz Natal - MT, 29 de abril de 2025.

MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

ASSOCIAÇÃO CLUBE DA 3ª IDADE ESPERANÇA VIVA

DALVA REGINA TREVISAN

PRESIDENTE DA ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025

EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025

Órgão Aderente: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Feliz Natal/MT

Órgão Gerenciador: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Peixoto de Azevedo/MT

Ata de Registro de Preços: nº 001/2024

Pregão Presencial: nº 001/2024

Empresa Contratada: ROCHA E OLIVEIRA ASSESSORIA E SOLUÇÕES LTDA

CNPJ: 51.620.306/0001-81

Objeto: Prestação de serviços de planejamento e execução censo previdenciário cadastral, funcional e financeiro dos servidores ativos do RPPS de Feliz Natal/MT.

Valor Total: R$ 29.273,40

Data da Autorização: 28/04/2025.

Base Legal: Artigo 86, da Lei nº 14.133/2021

Autoridade: Daniela D. Scariot – Diretora Executiva

Feliz Natal/MT, 29/04/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

EXTRATO CONTRATO 23/2025

EXTRATO CONTRATO 23/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 019/2025 INEXIGIBILIDADE 010/2025

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: HOMERO AMILCAR NEDEL

OBJETO:LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DA FUNAI

VALOR: R$: 18.216,00 (DEZOITO MIL DUZENTOS E DESSESEIS).

DATA:10 DE ABRIL DE 2025.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 10 DE ABRIL DE 2026.

Ari do Prado

PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATO 24/2025

EXTRATO CONTRATO 24/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 026/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2025

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: MADEREIRA SCHMIDT LTDA

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA A MANUTENÇÃO E REFORMA DA PONTE SOBRE O RIO CURISEVO

VALOR: R$: 61.236,00 (Sessenta e um mil, duzentos e trinta e seis reais).

DATA:11 DE ABRIL DE 2025.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 11 DE ABRIL DE 2026.

Ari do Prado

PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATO 19/2025

EXTRATO CONTRATO 29/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 38 /2025 ARP 005/2025

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: AUTENTICA COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

OBJETO:SAQUISIÇÃO DE PAPEL A4 PARA SECRETARIA DE SAÚDE

VALOR: R$: 55.802,50 (CINQUENTA E CINCO MIL OITOCENTOS E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

DATA: 28 DE ABRIL DE 2025.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 28 DE ABRIL DE 2026.

Ari do Prado

PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATO 19/2025

EXTRATO CONTRATO 19/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2025 INEXIGIBILIDADE 012/2025

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: OSVANILDA PEREIRA MACIEL

OBJETO:SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM CASA DE APOIO EM ÁGUA BOA

VALOR: R$: 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos).

DATA:08 DE ABRIL DE 2025.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 08 DE ABRIL DE 2026.

Ari do Prado

PREFEITO MUNICIPAL.

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 005/2025. PROCESSO N°. 038/2025.

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 005/2025. PROCESSO N°. 038/2025.

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preço n°0022/2025 da Prefeitura de Municipal de Santo Antônio de Leverger -MT, para registro de preço para aquisição de papel a4, que atenderá a necessidade das secretarias municipais saúde administração e finanças da Prefeitura de Gaúcha do Norte – MT. ATA DE REGISTRO DE PREÇO: N° 022/2025 PREGÃO ELETRONICO: Nº 004/2025 BASE LEGAL: Art. 86, § 3º II da Lei 14.133/2021 ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger -MT CNPJ: 03.xxx.145/0001-69 EMPRESA CONTRATADA: autêntica comercio e distribuidora LTDA CNPJ: 47.146.145/0001-69 VALOR DO CONTRATO: R$ 238.388,28 (duzentos e trinta e oito mil trezentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos).

Gaúcha do Norte, 28 de Abril de 2025.

ARI DO PRADO

Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO 28/2025

EXTRATO CONTRATO 28/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 027/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2025

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: GEOQI CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DO DIAGNOSTICO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E IMPLANTAÇÃO DO B. I.DIGITAL.

VALOR: R$: 97.200,00 (noventa e sete mil e duzentos reais).

DATA: 25 DE ABRIL DE 2025.

VIGÊNCIA DO CONTRATO:25 DE ABRIL DE 2026.

Ari do Prado

PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATO 27/2025

EXTRATO CONTRATO 27/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 033/2025 INEXIGIBILIDADE 014/2025

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: PROTECNA MANUTENÇÕES LTDA

OBJETO:ONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA O EQUIPAMENTO SX-260.

VALOR: R$: 14.930,00 (QUATORZE MIL NOVECENTOS E TRINTA REAIS).

DATA:25 DE ABRIL DE 2025.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 25 DE ABRIL DE 2026.

Ari do Prado

PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATO 26/2025

EXTRATO CONTRATO 26/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 029/2025 INEXIGIBILIDADE 013/2025

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: EXTRA MAQUINAS S/A

OBJETO:ONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA O EQUIPAMENTO SX-260.

VALOR: R$: 151.500,00 (CENTO E CINQUENTA E UM MIL E QUINHENTOS REAIS).

DATA:22 DE ABRIL DE 2025.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 22 DE ABRIL DE 2026.

Ari do Prado

PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DECRETO Nº 037/2025 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

DECRETO Nº 037/2025 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

"Decreta ponto facultativo no âmbito do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em decorrência da comemoração do Dia do Trabalhador."

O Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, Sr. **JOÃO FILHO MARQUES RODRIGUES**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei, e:

CONSIDERANDO, que a data da comemoração, no ano em curso, recai em dia útil;

CONSIDERANDO por fim, a necessidade de se decretar ponto facultativo por ato oficial, para que se cumpram antecipadamente as formalidades necessárias nas repartições/órgãos e entidades públicas, instituições financeiras e comércio no âmbito do município de General Carneiro/MT.

DECRETA:

Art. 1° - Fica decretado **PONTO FACULTATIVO no dia 02 de maio de 2025,** no âmbito do Poder Executivo da Administração Pública Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em decorrência do feriado do Dia do Trabalhador no dia 01 de maio de 2025.

Parágrafo Único – O expediente nas repartições públicas do Município deverá retornar ao funcionamento normal no dia 05/05/2025 (segunda-feira), às 07h:00min.

Art. 2° - Para todos os efeitos, o Ponto Facultativo que trata o artigo anterior não será aplicado para:

I – os serviços essenciais, tais como aqueles pertinentes às áreas de saúde, área de obras, limpeza urbana, coleta de lixo e outros que se fizerem necessários, que exercerão as suas funções conforme determinação das Secretarias Municipais pertinentes; e,

II – as Unidades Educacionais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura que deverão seguir a programação constante do Calendário Escolar próprio.

Art. 3° - Fica a critério da Administração Municipal, a qualquer momento, através de ato do Chefe do Poder Executivo Municipal ou do Secretário Municipal da respectiva pasta, se necessário for, convocar todos ou parte dos/as servidores/as municipais para executarem tarefas consideradas inadiáveis e indispensáveis diante do interesse público, utilizando-se da jornada normal de trabalho.

Art. 4° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

General Carneiro - MT, 29 de abril de 2025.

João Filho Marques Rodrigues

PREFEITO MUNICIPAL

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 01 CHAMAMENTO PUBLICO 07/2024

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 01

CHAMAMENTO PUBLICO 07/2024

PROCESSO LICITATÓRIO: 013/2024

Que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO** e a empresa **SAN CRISTO COLETA DE RESIDUOS LTDA**, na forma abaixo.

Pelo presente Instrumento Particular ao 1º Termo Aditivo de que entre si fazem a que fazem, de um lado, o **Município de GENERAL CARNEIRO**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Delson Rodrigues, s;nº. Centro – General Carneiro MT – CEP: 78620-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 03. 503.612/0001-95, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo **Prefeito Municipal Senhor JOÃO FILHO MARQUES RODRIGUES**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa **SAN CRISTO COLETA DE RESIDUOS LTDA**, CNPJ nº **14.147.098/0001-19**, representada neste ato por seu(a) representante legal o(a) Sr(a). **EVELYN ALVES DE QUEIROZ RODRIGUES**, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO nos termos do processo Licitatório n° 013/2024 realizado na modalidade de Chamamento publico para credenciamento Nº 07/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, e, aplica-se a Lei nº. 14.133/2021, estando em vigor e ainda, de acordo com as cláusulas e condições abaixo:

PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência previsto na CLÁUSULA QUINTA do Contrato original, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, começando a vigorar a partir da data de 29 de Abril de 2025, com base art. 105 da Lei nº 14.133/2021

SEGUNDA - Considerando que a vigência deste 1° Termo Aditivo, tem seu termino em 29 de Abril de 2026.

TERCEIRA - As demais cláusulas e condições do contrato original, que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo.

General Carneiro – MT**,** 29 de Abril de 2025.

_____

JOÃO FILHO MARQUES RODRIGUES

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

_____

SAN CRISTO COLETA DE RESIDUOS LTDA

CNPJ nº 14.147.098/0001-19

CREDENCIADO

EXTRATO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2024 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024

EXTRATO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2024

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024

A Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, com fundamento no art. 90, § 2º e 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que realizou, em 25 de abril de 2025, a convocação formal da empresa remanescente classificada em 2º lugar, por meio eletrônico(e-mail), através do oficio de Convocação 001/2025, em razão da rescisão unilateral do Contrato Administrativo nº 013/2024.

O objeto da futura contratação refere-se à execução de obras de construção de 44 (quarenta e quatro) unidades habitacionais, no âmbito do Convênio nº 2057/2023 –Programa "Ser Família".

Foi fixado o prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do ofício, para que a empresa manifeste formalmente seu interesse e apresente a documentação exigida, sob pena de perda do direito à contratação.

General Carneiro – MT, 25 de abril de 2025.

JOÃO FILHO MARQUES RODRIGUES

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 03 CHAMAMENTO PUBLICO 02/2024

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 03

CHAMAMENTO PUBLICO 02/2024

PROCESSO LICITATÓRIO: 05/2024

Que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO** e a empresa **SARAH BEATRIZ LIMA DE ARAUJO**, na forma abaixo.

Pelo presente Instrumento Particular ao 1º Termo Aditivo de que entre si fazem a que fazem, de um lado, o **Município de GENERAL CARNEIRO**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Delson Rodrigues, s;nº. Centro – General Carneiro MT – CEP: 78620-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 03.503.612/0001-95, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo **Prefeito Municipal Senhor JOÃO FILHO MARQUES RODRIGUES**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa **SARAH BEATRIZ LIMA DE ARAUJO**, CNPJ nº **54.122.167/0001-54**, representada neste ato por seu(a) representante legal o(a) Sr(a). **SARAH BEATRIZ LIMA DE ARAUJO**, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO nos termos do processo Licitatório n° 05/2024 realizado na modalidade de Chamamento publico para credenciamento Nº 02/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, e, aplica-se a Lei nº. 14.133/2021, estando em vigor e ainda, de acordo com as cláusulas e condições abaixo:

PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência previsto na CLÁUSULA QUINTA do Contrato original, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, começando a vigorar a partir da data de 29 de Abril de 2025, com base art. 105 da Lei nº 14.133/2021

SEGUNDA - Considerando que a vigência deste 1° Termo Aditivo, tem seu termino em 29 de Abril de 2026.

TERCEIRA - As demais cláusulas e condições do contrato original, que não se incompatibilizarem com o presente aditivo permanecerão inalteradas e devidamente ratificadas pelo presente Termo.

General Carneiro – MT**,** 29 de Abril de 2025.

_____

JOÃO FILHO MARQUES RODRIGUES

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

_____

SARAH BEATRIZ LIMA DE ARAUJO

CNPJ nº 54.122.167/0001-54

CREDENCIADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 23 DE ABRIL DE 2025 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GLÓRIA D`OESTE/MT.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GLORIA D`OESTE/MT**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 766 de 18 de outubro de 2024.

CONSIDERANDO a convocação da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, fixando prazo para realização das etapas municipais no período de 31 de março a 11 de julho de 2025.

CONSIDERANDO deliberação do pleno do CMAS do dia 23 de abril de 2025, registrada em ata nº 13.

RESOLVE:

Art. 1° - CONVOCAR a 11ª Conferência Municipal de Assistência Social, com a atribuição de avaliar a Política Municipal de Assistência Social de Glória D`Oeste/MT e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 2° - A 11ª Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema central "20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência".

Art. 3º - A 11ª Conferência Municipal de Assistência Social abordará 5 (cinco) Eixos:

I. EIXO 1 - Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e Respeito às diversidades;

II. EIXO 2 - Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: Inovação, Gestão Descentralizada e valorização profissional.

III. EIXO 3 – Integração de Benefícios e Serviços Socioassistenciais: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e a Inclusão Social no SUAS.

IV. EIXO 4 – Gestão Democrática, informação e comunicação transparente: fortalecendo a participação social no SUAS.

V. EIXO 5 – – Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS.

Art. 4º - A 11ª Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se de forma presencial em Glória D`Oeste/MT, no dia 28 de maio de 2025.

Art. 5 º A Comissão Organizadora será composta por:

II – Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), incluído:

Presidente – Debora Ferreira Lemes

Vice-Presidente – Silvia Martins de Almeida

Membros: Suely Cristina dos Anjos, Silvana Perez Martins, Erica Domingues de Lima Motta, Erica Nogueira Saroa.

II – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo:

Kedman de Carvalho

Etieli Martins Moraes

III – Outros membros convidados, conforme a necessidade, indicados pelo CMAS.

Daniele Silva Zeviane Ramos, Ulisse Aparecido Palermo.

Art. 6° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Glória D`Oeste - MT, 23 de abril de 2025.

Debora Ferreira Lemes

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

PORTARIA N.º 086 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

"DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2025 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 07/2025".

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Artigo 1º - **CONVOCAR** os senhores abaixo relacionados, de acordo com a classificação divulgada pelo Resultado do processo Seletivo Simplificado n. º 02/2025 sendo:

NOME	FUNÇÃO
5º - ANNA CLARA JESUS MEDEIROS	BOLSISTA

Artigo 2º - Os convocados terão o prazo máximo de 05 (cinco) dias para atender a presente Portaria de Convocação, a contar da data de sua publicação.

Artigo 3º - Se os convocados deixarem de atender a presente Portaria de Convocação no prazo estipulado, perderá o direito à vaga, sendo convocada a seguinte na ordem de classificação.

Artigo 4º - No ato da contratação, deverá os convocados, comprovar que atendia, por ocasião da realização do teste Seletivo Simplificado, os requisitos estabelecidos no Edital mediante apresentação dos documentos descritos no item 7, para provimento do cargo, sob pena de ser considerado inabilitado.

DOCUMENTOS ORIGINAIS E CÓPIA:

Idade Mínima de 18 anos;

Ser brasileiro nato ou naturalizado ou português;

Declaração de Antecedentes Criminais;

Declaração de não ter sido demitido nos últimos 5 anos do serviço público por intermédio de Processo Administrativo Disciplinar;

Declaração de não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos;

Declaração de ter disponibilidade para cumprir a carga horaria prevista no presente edital.

Atestado para comprovar aptidão física e mental;

Apresentar número de Conta Corrente ou Salário.

FOTOCÓPIAS: - (01 via de cada)

Cédula de Identidade/RG;

Cadastro de Pessoas Físicas/CPF;

Título de Eleitor;

Último comprovante de votação;

Reservista ou alistamento militar (sexo masculino);

Pis ou Pasep

Comprovante de Matrícula;

Documentos de escolaridade conforme a exigência do cargo;

Comprovante de residência.

Artigo 5º - para efeito de admissão, fica os candidatos convocados sujeitos a aprovação em exame médico, conforme item 7

Artigo 6º - A inexatidão da informação ou a constatação, mesmo posterior irregularidade, em documentos ou nas provas eliminará os candidatos classificados.

Artigo 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando –se as disposições em contrário.

REGISTRE – SE,

PUBLIQUE – SE,

CUMPRA – SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 29 DE ABRIL DE 2025.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT

PORTARIA N.º 085 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

"DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025, EDITAL COMPLEMENTAR Nº 05/2025".

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Artigo 1º - **CONVOCAR** os senhores abaixo relacionados, de acordo com a classificação divulgada pelo Resultado do processo Seletivo Simplificado n. º 01/2025 e, 02/2025 sendo:

NOME	FUNÇÃO
4º - NATÁLIA APARECIDADAS FLORES DOURADO	MONITORA ESCOLAR

NOME	FUNÇÃO
4º - JANETE PIRES SANTANA	Prof.ª CLASSE "B" PEDAGOGIA

Artigo 2º - Os convocados terão o prazo máximo de 05 (cinco) dias para atender a presente Portaria de Convocação, a contar da data de sua publicação.

Artigo 3º - Se os convocados deixarem de atender a presente Portaria de Convocação no prazo estipulado, perderá o direito à vaga, sendo convocada a seguinte na ordem de classificação.

Artigo 4º - No ato da contratação, deverá os convocados, comprovar que atendia, por ocasião da realização do teste Seletivo Simplificado, os requisitos estabelecidos no Edital mediante apresentação dos documentos descritos no item 7, para provimento do cargo, sob pena de ser considerado inabilitado.

DOCUMENTOS ORIGINAIS E CÓPIA:

Idade Mínima de 18 anos;

Ser brasileiro nato ou naturalizado ou português;

Declaração de Antecedentes Criminais;

Declaração de não ter sido demitido nos últimos 5 anos do serviço público por intermédio de Processo Administrativo Disciplinar;

Declaração de não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos;

Declaração de ter disponibilidade para cumprir a carga horaria prevista no presente edital.

Atestado para comprovar aptidão física e mental;

Apresentar número de Conta Corrente ou Salário.

FOTOCÓPIAS: - (01 via de cada)

Cédula de Identidade/RG;

Cadastro de Pessoas Físicas/CPF;

Título de Eleitor;

Último comprovante de votação;

Reservista ou alistamento militar (sexo masculino);

Pis ou Pasep

Comprovante de Matrícula;

Documentos de escolaridade conforme a exigência do cargo;

Comprovante de residência.

Artigo 5º - para efeito de admissão, fica os candidatos convocados sujeitos a aprovação em exame médico, conforme item 7

Artigo 6º - A inexatidão da informação ou a constatação, mesmo posterior irregularidade, em documentos ou nas provas eliminará os candidatos classificados.

Artigo 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando –se as disposições em contrário.

REGISTRE – SE,

PUBLIQUE – SE,

CUMPRA – SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 29 DE ABRIL DE 2025.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT

DECRETO N.º 1.187 DE 29 DE ABRIL DE 2025

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO

NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D' OESTE-

MT, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

A Excelentíssima Senhora GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D' OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, conforme artigo 84, inciso IX da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o feriado do Dia do Trabalho 1º de maio de 2025 será em uma quinta-feira, no dia posterior ao feriado do Dia do Trabalho.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica estabelecido **Ponto Facultativo** na Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, após o feriado do Dia do Trabalho.

I – 01 DE MAIO DE 2025 (Quinta-Feira) —Feriado

II- 02 DE MAIO DE 2025 (Sexta- Feira) - Ponto Facultativo

Art. 2º - Durante o período decretado ponto facultativo conforme previsto no artigo anterior, não haverá expediente nas repartições públicas da Prefeitura Municipal, ressalvado o disposto seguinte.

Art. 3º – Estarão excluídos do recesso estabelecido neste Decreto, os serviços essenciais, tais como: limpeza pública, coleta de lixo e serviços de emergência do Setor de Saúde, que terão atendimentos normais ou especiais, a critério do Chefe do Setor.

Art. 4º – Os servidores que estiverem em gozo de folga em razão do recesso estabelecido neste Decreto, poderão ser convocados a retornar ao trabalho imediatamente, por motivo de necessidade imperiosa ou relevante interesse público, casos fortuitos ou de força maior.

Art. 5º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE,

ESTADO DE MATO GROSSO, 29 DE ABRIL DE 2025.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE - MT - ERRATA DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – PRESENCIAL

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE/MT**, torna público para conhecimento dos interessados **ERRATA DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – PRESENCIAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025** em função de erro material no tocante as informações que correspondem a data da sessão, conforme segue:

ONDE SE LÊ: "DATA DA SESSÃO:30/04/2025 – Até as 13h00min"

LEIA – SE: "DATA DA SESSÃO:06/05/2025 – Até as 10h00min"

Glória D'Oeste – MT, 28 de Abril de 2025.

JOSÉ RODRIGUES

Presidente da Câmara Municipal de Glória D`Oeste-MT

DECRETO N° 1.186, DE 23 DE ABRIL DE 2025.

Convoca a 11ª Conferência Municipal de Assistência Social do

município de Glória D`Oeste – MT.

A Prefeita Municipal de Glória D`Oeste, no uso de suas atribuições, tendo em vista o dispositivo no Artigo 84, inciso IX da Lei Orgânica do município, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, e,

Considerando os dispostos estabelecidos pela Resolução CNAS/MDS Nº 174, de 14 de novembro de 2024, que dispõe sobre a convocação da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social;

Considerando a Portaria Conjunta MDS/CNAS nº 31, de 26 de dezembro de 2024, que orienta sobre a convocação da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social; e,

Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para implementação da Política de Assistência Social no município.

Resolve:

Art. 1º - Fica convocada a 11ª Conferencia Municipal de Assistência Social do município de Glória D `Oeste – Estado de Mato Grosso, a ser realizada no dia 28 de maio de 2025, tendo o tema central "20 ANOS DO SUAS: CONSTRUÇÃO, PROTEÇÃO SOCIAL E RESISTÊNCIA".

Art. 2º - As despesas decorrentes da realização da Conferencia de assistência Social, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 3º - A 11ª Conferencia Municipal de Assistência Social abordará 5(cinco)

Eixos:

I. Eixo 1 – Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e Respeito às Diversidades;

II. Eixo 2 – Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS; Inovação, Gestão Descentralizada Valorização Profissional;

III. Eixo 3 – Integração de Benefício e Serviços Socioassistenciais: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e a Inclusão Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

IV. Eixo 4 – Gestão Democrática, informação no SUAS e comunicação transparente: fortalecendo a participação social no SUAS;

V. Eixo 5 – Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS:

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Glória D`Oeste - MT, 23 de abril de 2025.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D`Oeste

Debora Ferreira Leme

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025

PROCESSO DE COMPRA Nº 27/2025

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação vigente, especialmente com fundamento no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando o regular processamento do **Chamamento Público nº 002/2025**, que tem por objeto o **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRODUÇÃO, PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DE UM PROJETO TÉCNICO PROFISSIONAL VISANDO DAR CONDIÇÕES PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PROMOVER A CONTRATAÇÃO DE TODA A ESTRUTURA INTERNA QUE ENVOLVE A ORGANIZAÇÃO DE EVENTO CÍVICO E CULTURAL DE ANIVERSÁRIO DA CIDADE E REALIZAÇÃO DE EVENTO CULTURAL DE RODEIO NO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE – MT**, com base na análise constante nos autos e no julgamento promovido pela Comissão de Licitação.

ADJUDICO o objeto do certame à empresa:

FERRI EVENTOS LTDA

CNPJ: 44.721.747/0001-04

E, em consequência,

HOMOLOGO o presente procedimento licitatório, para que surta os efeitos legais e administrativos pertinentes, autorizando-se, a partir desta data, os trâmites necessários à formalização do contrato.

Publique-se.

Cumpra-se.

Guarantã do Norte – MT, 29 de abril de 2025.

Alberto Márcio Gonçalves

Prefeito Municipal

RESULTADO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte – MT, por intermédio da Comissão de Licitação, torna público o **resultado do Chamamento Público nº 002/2025**, cujo objeto é o Chamamento público para credenciamento de pessoa jurídica para produção, planejamento e elaboração de um projeto técnico profissional visando dar condições para a administração municipal promover a contratação de toda a estrutura interna que envolve a organização de evento cívico e cultural de aniversário da cidade e realização de evento cultural de rodeio no município de Guarantã do Norte – MT**.**

A empresa **FERRI EVENTOS LTDA,** inscrita no **CNPJ sob o nº 44.721.747/0001-04**, foi considerada **habilitada e apta** à execução do objeto do presente credenciamento, por ter apresentado toda a documentação exigida e projeto técnico compatível com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

Guarantã do Norte – MT, 29 de abril de 2025.

Juliana Akemi Kobayashi

Agente de Contratação

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2025

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, comunica a todos os interessados que realizou o CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NACIONAL POR MEIO DE SEU EMPRESÁRIO EXCLUSIVO DO SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR “LUAN PEREIRA”, onde se contratou a Empresa LP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.274.931/0001-16**,** com um valor total estimado de R$ R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais). O processo tem Fundamentos Legais no art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. Guarantã do Norte – MT, 29 de Abril de 2025. Juliana Akemi Kobayashi - Agente de Contratação.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2025

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, comunica a todos os interessados que realizou o CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NACIONAL POR MEIO DE SEU EMPRESÁRIO EXCLUSIVO DO SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA “MATHEUS E KAUAN”, onde se contratou a Empresa MUNDO PARALELO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº 18.495.289/0001-22**,** com um valor total estimado de R$ R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais). O processo tem Fundamentos Legais no art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. Guarantã do Norte – MT, 29 de Abril de 2025. Juliana Akemi Kobayashi - Agente de Contratação.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 020/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE – MT

CONTRATADA: MUNDO PARALELO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NACIONAL POR MEIO DE SEU EMPRESÁRIO EXCLUSIVO DO SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA “MATHEUS E KAUAN”.

VALOR TOTAL: R$ R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais)**.**

DATA:29/04/2025

FUNDAMENTAÇÃO: Artigo 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021

Guarantã do Norte, 29 de Abril de 2025.

ALBERTO MÁRCIO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO

CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

PROCESSO Nº 27/2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte – MT

CNPJ: 03.239.019/0001-83

Representante: Prefeito Sr. Alberto Márcio Gonçalves

Contratada: FERRI EVENTOS LTDA

CNPJ: 44.721.747/0001-04

Representante: Marlon André Ferreira Rodrigues

Objeto: Chamamento público para credenciamento de pessoa jurídica para produção, planejamento e elaboração de um projeto técnico profissional visando dar condições para a administração municipal promover a contratação de toda a estrutura interna que envolve a organização de evento cí-

vico e cultural de aniversário da cidade e realização de evento cultural de rodeio no município de Guarantã do Norte – MT.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021

Vigência: 01 (um) ano, contado de sua publicação

Data da assinatura: 29 de abril de 2025

Guarantã do Norte – MT, 29 de abril de 2025.

Alberto Márcio Gonçalves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 021/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE – MT.

CONTRATADA: LP PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NACIONAL POR MEIO DE SEU EMPRESÁRIO EXCLUSIVO DO SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR "LUAN PEREIRA".

VALOR TOTAL: R$ R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)**.**

DATA:29/04/2025

FUNDAMENTAÇÃO: Artigo 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021

Guarantã do Norte, 29 de Abril de 2025.

ALBERTO MÁRCIO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEX 017-2025

INEXIGIBILIDADE N.º 017/2025

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, de acordo ao estabelecido no Art. 71 da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, ADJUDICA E HOMOLOGA o Processo Inexigibilidade n.º 97/2025, acolhendo o parecer jurídico, levando em consideração a abertura e julgamento do presente Processo Licitatório, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei para que surta os seus efeitos jurídicos e legais, para contratação da empresa: **P.H. DA C. FERREIRA - ASSESSORIA PUBLICA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.517.508/0001-36,** no valor de R$ 8.700 (Oito mil e setecentos reais) para "**CONTRTAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDO ATUARIAL PARA IMPLANTAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA PREVISTA EM EMENDA CONTITUCIONAL N. 103/2019, COM INTUITO DE VERIFICAÇÃO DE VIABILIDADE DE FUNCIONAMENTO DO REGIME DE PREVIDENCIA SOCIAL, PARA ALTERAÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS E BUSCA DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL CONFORME ATA 001/2025, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CHEFE DE GABINETE**" , de acordo com o art. 74, I da Lei 14.133/2021.

Guiratinga, 29 de abril de 2025.

WALDECI BARGA ROSA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 016-2025

INEXIGIBILIDADE N.º 016/2025

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, de acordo ao estabelecido no Art. 71 da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, ADJUDICA E HOMOLOGA o Processo Inexigibilidade n.º 016/2025, acolhendo o parecer jurídico, levando em consideração a abertura e julgamento do presente Processo Licitatório, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei para que surta os seus efeitos jurídicos e legais, para contratação da empresa: **LOOP INFINITO PRODUCOES ARTISTICAS E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.009.148/0001-71,** no valor de R$ 85.000,00 (Oitenta e cinco mil reais para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRODUÇÕES ARTÍSTICA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW NACIONAL DO GÊNERO SERTANEJO PARA O EVENTO DENOMINADO RODEIO NOSSA SENHORA APARECIDA, QUE ACONTECERÁ NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2025 (SEXTA-FEIRA) COM DURAÇÃO DE NO MÍNIMO 1H30MIN NO MUNICÍPIO DE GUIRATINGA/MT**, **CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO** de acordo com o art. 74, II da Lei 14.133/2021.

Guiratinga, 29 de abril de 2025.

Waldeci Barga Rosa

Prefeito Municipal

DECRETO DE CRÉDITOS ADICIONAIS

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

Decreto n.º 00021/2025, de 07 de Abril de 2025

Abre crédito adicional Suplementar no valor de R$ 814.342,85 (oitocentos e quatorze mil e trezentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), em dotações constantes do orçamento em vigor, de acordo com a Lei Federal n° 4.320/1964.

, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

D E C R E T A:

Art. 1º. - Fica aberto, no Orçamento do corrente exercício, conforme autoriza a Lei nº 01848/2024, de 10/12/2024, um crédito adicional Suplementar às seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade: 05.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Ficha: 0825 - Funcional: 10.303.0023-1.028		
3.3.90.32 - 2706 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃ(	R$	488.522,85
Ficha: 0829 - Funcional: 10.301.0019-1.018		
3.3.90.30 - 2710 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	80.000,00
Ficha: 0832 - Funcional: 10.302.0024-1.029		
3.3.90.30 - 2706 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	245.820,00
Total do Recurso	R$	814.342,85
Total da Suplementação	**R$**	**814.342,85**

Art. 2º. - Constitui recurso ao crédito adicional Suplementar autorizado no artigo 1º, o superávit financeiro, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II e § 3º, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, no valor de R$ 814.342,85 (oitocentos e quatorze mil e trezentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), sendo R$ 734.342,85 fonte 2706 Transferência Especial da União e R$ 80.000,00 Transferência Especial do Estado.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

MUNICíPIO DE GUIRATINGA, 07 de Abril de 2025.

WALDECI BARGA ROSA
PREFEITO

Av. Rotary Internacional, 944 - Bairro Santa Maria Bertila Fone (66) 3431-1441 - Guiratinga/MT - Cep.78.760-000 Site: www.guiratinga.mt.gov.br

DECRETO DE CRÉDITOS ADICIONAIS

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

Decreto n.º 00012/2025, de 13 de Fevereiro de 2025

Abre crédito adicional Suplementar no valor de R$ 329.458,50 (trezentos e vinte e nove mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos), em dotações constantes do orçamento em vigor, de acordo com a Lei Federal n° 4.320/1964.

, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

D E C R E T A:

Art. 1º. - Fica aberto, no Orçamento do corrente exercício, conforme autoriza a Lei nº 01848/2024, de 10/12/2024, um crédito adicional Suplementar às seguintes dotações orçamentárias:

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO		
Unidade: 10.001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - DMAEG		
Ficha: 0597 - Funcional: 17.512.0038-1.085		
4.4.90.51 - 1500 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$	14.300,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade: 14.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Ficha: 0688 - Funcional: 08.482.0061-1.150		
4.4.90.51 - 1501 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$	7.200,00
Unidade: 14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Ficha: 0746 - Funcional: 08.241.0057-1.138		
3.3.50.43 - 1500 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R$	21.100,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade: 06.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Ficha: 0310 - Funcional: 12.365.0027-1.051		
3.3.90.36 - 1500 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSIC.	R$	59.350,50
Ficha: 0330 - Funcional: 12.364.0028-1.058		
3.3.50.43 - 1500 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R$	20.000,00
Unidade: 06.003 - FUNDO DE MAN. E DENS. DA ED. BÁSICA - FUNDEB		
Ficha: 0820 - Funcional: 12.365.0030-1.068		
3.3.90.36 - 1540 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSIC.	R$	43.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade: 05.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Ficha: 0817 - Funcional: 10.302.0024-1.029		
3.1.90.11 - 1600 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	R$	37.000,00
Ficha: 0818 - Funcional: 10.302.0024-1.029		
3.1.90.16 - 1600 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R$	86.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Unidade: 07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Ficha: 0411 - Funcional: 15.452.0033-1.071		
3.3.90.39 - 1500 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍI	R$	41.508,00
Total do Recurso	R$	329.458,50

Av. Rotary Internacional, 944 - Bairro Santa Maria Bertila Fone (66) 3431-1441 - Guiratinga/MT - Cep.78.760-000 Site: www.guiratinga.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

Total da Suplementação	**R$**	**329.458,50**

Art. 2º. - Constitui recurso ao crédito pelo artigo 1º, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO		
Unidade: 10.001 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - DMAEG		
Ficha: 0601 - Funcional: 17.512.0038-1.155		
4.4.90.51 - 1500 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$	14.300,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade: 02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Ficha: 0035 - Funcional: 04.126.0018-1.010		
4.4.90.52 - 1500 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$	20.000,00
Ficha: 0039 - Funcional: 04.331.0012-1.013		
3.3.90.47 - 1501 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$	7.200,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade: 14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Ficha: 0755 - Funcional: 08.244.0054-1.165		
4.4.90.51 - 1500 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$	21.100,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade: 06.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Ficha: 0301 - Funcional: 12.365.0027-1.051		
3.1.90.11 - 1500 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	R$	59.350,50
Unidade: 06.003 - FUNDO DE MAN. E DENS. DA ED. BÁSICA - FUNDEB		
Ficha: 0383 - Funcional: 12.365.0030-1.068		
3.1.90.11 - 1540 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	R$	43.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade: 05.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Ficha: 0190 - Funcional: 10.302.0024-1.032		
3.3.90.39 - 1600 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍ	R$	23.000,00
Ficha: 0234 - Funcional: 10.302.0024-1.174		
3.1.90.11 - 1600 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	R$	100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Unidade: 07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Ficha: 0466 - Funcional: 15.451.0033-1.169		
4.4.90.51 - 1500 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$	41.508,00
Total da Anulação	**R$**	**329.458,50**

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

MUNICíPIO DE GUIRATINGA, 13 de Fevereiro de 2025.

PREFEITO

Av. Rotary Internacional, 944 - Bairro Santa Maria Bertila Fone (66) 3431-1441 - Guiratinga/MT - Cep.78.760-000 Site: www.guiratinga.mt.gov.br

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL - PREGÃO ELETRÔNICO 025-2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 025/2025

Nos termos do Art. 71, inciso IV da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro Oficial e da Assessoria Jurídica, levando em consideração a abertu-

ra e julgamento do presente Processo Licitatório, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, **ADJUDICA** e **HOMOLOGA o objeto da Licitação supracitada, cuja modalidade é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, DESTINADO AOS ALUNOS RESIDENTES NA ZONA RURAL, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS ADEQUADOS, MOTORISTAS QUALIFICADOS E A EXECUÇÃO DE ROTAS DEFINIDAS, GARANTINDO UM TRANSPORTE SEGURO E EFICIENTE ATÉ SUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO..** Conforme anexo VI do termo de referência**,** e tem como vencedor os licitantes abaixo mencionados:

ITEM: 01 – JAIRO AVELINO DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº 25.058.061/0001-30, com o valor total de **R$ 346.800,00 (trezentos e quarenta e seis mil e oitocentos reais).**

ITENS: 02; 03 – ENILDO AVELINO DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº 46.193.865/0001-12, com o valor total de **R$ 432.750,00 (quatrocentos e trinta e dois mil e setecentos e cinquenta reais).**

ITEM: 04 – ALECSSANDRO NUNES DE SOUZA 00006607101, inscrita no CNPJ sob o nº 46.466.712/0001-00, com o valor total de **R$ 175. 500,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais).**

ITEM: 05 – SAMUEL DA SILVA SANTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.168.592/0001-83, com o valor total de **R$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais).**

ITEM: 06 – DAYANNE NOGUEIRA CAJANGO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.688.059/0001-52, com o valor total de **R$ 203.000,00 (duzentos e três mil reais).**

ITEM: 07 – GUSTAVO E. R. MARTINS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.023.564/0001-15, com o valor total de **R$ 226.800,00 (duzentos e vinte e seis mil e oitocentos reais).**

ITENS: 08; 10 – HELIO CARLOS JESUS MENDES, inscrita no CNPJ sob o nº 45.426.828/0001-44, com o valor total de **R$ 449.300,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil e trezentos reais).**

ITEM: 11 – WALTER DOMINGOS MIRANDA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.924.786/0001-60, com o valor total de **R$ 141.700,00 (cento e quarenta e um mil e setecentos reais).**

ITEM: 12 – BRUNO NUNES DE SOUZA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.413.326/001-77, com o valor total de **R$ 201.950,00 (duzentos e um mil e novecentos e cinquenta reais).**

ITENS: 13; 14; 15 – O. DE A. NOVAES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.574.628/0001-85, com o valor total de **R$ 1.094.600,00 (um milhão e noventa e quatro mil e seiscentos reais).**

VALOR TOTAL HOMOLOGADO R$ 3.587.400,00 (três milhões e quinhentos e oitenta e sete mil e quatrocentos reais).

ITENS FRACASSADOS E/OU DESERTOS: 00.

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Guiratinga/MT, 29 de abril de 2025.

WALDECI BARGA ROSA

Prefeito Municipal

DECRETO DE CRÉDITOS ADICIONAIS

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

Decreto n.º 00004/2025, de 15 de Janeiro de 2025

Abre crédito adicional Suplementar no valor de R$ 2.717.954,83 (dois milhões e setecentos e dezessete mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos), em dotações constantes do orçamento em vigor, de acordo com a Lei Federal n° 4.320/1964.

, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

D E C R E T A:

Art. 1º. - Fica aberto, no Orçamento do corrente exercício, conforme autoriza a Lei nº 01848/2024, de 10/12/2024, um crédito adicional Suplementar às seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade: 14.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Ficha: 0798 - Funcional: 08.482.0061-1.150		
4.4.90.51 - 2701 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$	41.143,30
Unidade: 14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Ficha: 0792 - Funcional: 08.244.0054-1.113		
4.4.90.52 - 2710 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$	115.126,20
Ficha: 0799 - Funcional: 08.244.0055-1.116		
4.4.90.52 - 2660 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$	4.654,00
Ficha: 0812 - Funcional: 08.244.0054-1.113		
3.3.90.36 - 2500 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSIC.	R$	82.170,00
Unidade: 14.003 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		
Ficha: 0813 - Funcional: 08.243.0058-1.121		
3.3.90.39 - 2669 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍI	R$	24.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
Unidade: 09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
Ficha: 0784 - Funcional: 13.392.0040-1.148		
3.3.90.93 - 2749 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R$	34.117,76
Ficha: 0803 - Funcional: 13.392.0041-1.088		
3.3.90.39 - 2500 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍI	R$	400.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade: 06.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Ficha: 0809 - Funcional: 12.361.0028-1.057		
3.3.90.39 - 2571 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍI	R$	29.198,00
Ficha: 0810 - Funcional: 12.361.0028-1.057		
3.3.90.39 - 2576 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍI	R$	21.634,00
Unidade: 06.002 - FUNDO MUNICIPAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO		
Ficha: 0788 - Funcional: 12.361.0029-1.059		
3.3.90.30 - 2550 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	84.000,00
Unidade: 06.003 - FUNDO DE MAN. E DENS. DA ED. BÁSICA - FUNDEB		
Ficha: 0816 - Funcional: 12.361.0030-1.060		
3.1.90.11 - 2540 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL C	R$	55.622,86

Av. Rotary Internacional, 944 - Bairro Santa Maria Bertila Fone (66) 3431-1441 - Guiratinga/MT - Cep.78.760-000 Site: www.guiratinga.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade: 11.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		
Ficha: 0797 - Funcional: 27.122.0045-1.098		
3.3.90.93 - 2701 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R$	50.395,46
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade: 05.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Ficha: 0777 - Funcional: 10.302.0024-1.030		
3.3.71.70 - 2621 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚB	R$	11.433,75
Ficha: 0778 - Funcional: 10.301.0019-1.018		
3.3.90.30 - 2621 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	180.000,00
Ficha: 0779 - Funcional: 10.301.0019-1.018		
3.3.90.39 - 2621 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍI	R$	210.000,00
Ficha: 0780 - Funcional: 10.302.0024-1.035		
3.3.90.30 - 2621 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	100.000,00
Ficha: 0781 - Funcional: 10.302.0024-1.035		
3.3.90.39 - 2621 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍI	R$	200.000,00
Ficha: 0782 - Funcional: 10.302.0024-1.029		
3.3.90.30 - 2621 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	200.000,00
Ficha: 0783 - Funcional: 10.301.0019-1.018		
3.3.90.32 - 2621 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃ(	R$	46.944,00
Ficha: 0785 - Funcional: 10.301.0019-1.050		
3.3.90.30 - 2621 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
Ficha: 0787 - Funcional: 10.301.0019-1.022		
4.4.90.52 - 2710 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$	98.250,00
Ficha: 0789 - Funcional: 10.303.0023-1.028		
3.3.90.32 - 2621 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃ(	R$	400.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Unidade: 07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Ficha: 0819 - Funcional: 26.782.0035-1.077		
3.3.90.92 - 2500 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R$	318.765,50
Total do Recurso	R$	2.717.954,83
Total da Suplementação	**R$**	**2.717.954,83**

Art. 2º. - Constitui recurso ao crédito adicional Suplementar autorizado no artigo 1º, o superávit financeiro, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II e § 3º, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, no valor de R$ 2.717.954,83 (dois milhões e setecentos e dezessete mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos), sendo as fontes: 2500 - Recursos não Vinculados de Impostos R$ 800.000,00; 2540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos R$ 55.622,86; 2550 - Transferência do Salário Educação R$ 84.000,00; 2571 - Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação R$ 29.198,00; 2576 - Recursos dos Estados para programas de educação R$ 21.634,00; 2621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual R$ 1.358.377,75; 2660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R$ 4.654; 2669 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social R$ 24.500,00; 2701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados R$ 91.538,76; 2710 - Transferência Especial do Estado R$ 213.376,20 e 2749 - Outras vinculações de transferências R$ 34.117,76.

Av. Rotary Internacional, 944 - Bairro Santa Maria Bertila Fone (66) 3431-1441 - Guiratinga/MT - Cep.78.760-000 Site: www.guiratinga.mt.gov.br

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

MUNICíPIO DE GUIRATINGA, 15 de Janeiro de 2025.

WALDECI BARGA ROSA
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO DE PORTARIA N° 174/2025

RETIFICAÇÃO DE PORTARIA N° 174/2025

Fica retificado a publicação da Portaria N° 174/2025, divulgada na Edição do Diário Oficial da AMM, ANO XX| N° 4.719, na data de 17 de abril de 2025, página 359 a 360.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Conceder aos servidores mencionados abaixo, suas férias conforme seguem:

Nome	Mat.	Período Aquisitivo	Período de Gozo		Quant Dias
			Inicio	Fim	
ALBERTO LUIS KANIESKI	**1228**	16/08/2023 A 15/08/2024	**27/04/2025**	**06/05/2025**	10
ALICE BRITO BATISTA	**1103**	04/03/2024 A 03/03/2025	**12/04/2025**	**21/04/2025**	10
CAMILA BRUNA MORESCO	**1593**	04/01/2023 A 03/01/2024	**22/04/2025**	**29/04/2025**	10
CLEISE REGINA POLETTO DOS SANTOS	**1406**	24/12/2023 A 23/12/2024	**01/04/2025**	**15/04/2025**	15
ELOIR JOSÉ SALVIAN	**1036**	16/10/2023 A 15/10/2024	**23/04/2025**	**02/05/2025**	10
GENI DAGOSTIN MACHADO	**2017**	10/01/2024 A 09/01/2025	**01/04/2025**	**20/04/2025**	20
IGNACIA MARTINES	**1997**	02/10/2023 A 01/10/2024	**07/04/2025**	**26/04/2025**	20
JEFERSON DA SILVA SANTOS	**1191**	27/07/2023 A 26/07/2024	**22/04/2025**	**01/05/2025**	10
NAIR PIRES DOPP HAYASHI	**1996**	02/10/2023 A 01/10/2024	**09/04/2025**	**08/05/2025**	30
NEIMAR DA SILVA	**1568**	04/05/2023 A 03/05/2024	**02/04/2025**	**11/04/2025**	10
RENATA TEREZA ZINI	**461**	27/11/2023 A 26/11/2024	**08/04/2025**	**17/04/2025**	10
ROSALY SOARES DOS SANTOS SALVIAN	**868**	11/01/2023 A 10/01/2024	**22/04/2025**	**01/05/2025**	10
ABONO PECUNIÁRIO					
GENI DAGOSTIN MACHADO	**2017**	10/01/2024 A 09/01/2025	**21/04/2025**	**30/04/2025**	10
IGNACIA MARTINES	**1997**	02/10/2023 A 01/10/2024	**27/04/2025**	**06/05/2025**	10
NEIMAR DA SILVA	**1568**	04/05/2023 A 03/05/2024	**12/04/2025**	**21/05/2025**	10
RENATA TEREZA ZINI	**461**	27/11/2023 A 26/11/2024	**18/04/2025**	**27/04/2025**	10

LEIA-SÊ:

Art. 1º Conceder aos servidores mencionados abaixo, suas férias conforme seguem:

Nome	Mat.	Período Aquisitivo	Período de Gozo		Quant Dias
			Inicio	Fim	
ALBERTO LUIS KANIESKI	1228	16/08/2023 A 15/08/2024	27/04/2025	06/05/2025	10
ALICE BRITO BATISTA	1103	04/03/2024 A 03/03/2025	12/04/2025	21/04/2025	10
CAMILA BRUNA MORESCO	1593	04/01/2023 A 03/01/2024	22/04/2025	29/04/2025	10
CLEISE REGINA POLETTO DOS SANTOS	1406	24/12/2023 A 23/12/2024	01/04/2025	15/04/2025	15
ELOIR JOSÉ SALVIAN	1036	16/10/2023 A 15/10/2024	23/04/2025	02/05/2025	10
GENI DAGOSTIN MACHADO	2017	10/01/2024 A 09/01/2025	01/04/2025	20/04/2025	20
IGNACIA MARTINES	1997	02/10/2023 A 01/10/2024	07/04/2025	26/04/2025	20
JEFERSON DA SILVA SANTOS	1191	27/07/2023 A 26/07/2024	22/04/2025	01/05/2025	10
JOICE FONTANA BACH	1050	23/11/2019 A 22/11/2020	28/04/2025	02/05/2025	05
NAIR PIRES DOPP HAYASHI	1996	02/10/2023 A 01/10/2024	09/04/2025	08/05/2025	30
NEIMAR DA SILVA	1568	04/05/2023 A 03/05/2024	02/04/2025	11/04/2025	10
RENATA TEREZA ZINI	461	27/11/2023 A 26/11/2024	08/04/2025	17/04/2025	10
ROSALY SOARES DOS SANTOS SALVIAN	868	11/01/2023 A 10/01/2024	22/04/2025	01/05/2025	10
ABONO PECUNIÁRIO					
GENI DAGOSTIN MACHADO	2017	10/01/2024 A 09/01/2025	21/04/2025	30/04/2025	10
IGNACIA MARTINES	1997	02/10/2023 A 01/10/2024	27/04/2025	06/05/2025	10
NEIMAR DA SILVA	1568	04/05/2023 A 03/05/2024	12/04/2025	21/05/2025	10
RENATA TEREZA ZINI	461	27/11/2023 A 26/11/2024	18/04/2025	27/04/2025	10

EMERSON SABATINE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

PORTARIA Nº 231/2025

SÚMULA: "NOMEIA SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO MUNICIPIO DE ITAÚBA-MT".

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO SR. ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Designar os servidores abaixo relacionados, como gestores e fiscais de Ata de Registro de Preços, para responderem pela gestão no acompanhamento, orientação, fiscalização e avaliação da execução do objeto da Ata de Registro de Preços em epígrafe.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: N° 010/2025	**UNIDADE GESTORA:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA/MT
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA SER UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM OPERAÇÃO TAPA BURACO EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ITAÚBA/MT.	
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº: 085/2025	
DATA DE ASSINATURA: 29/04/2025	**VIGÊNCIA:** 29/04/2026
DETENTORA DA ATA: JW INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CORTINAS E PERSIANAS LTDA	
VALOR: R$ 186.890,00 (cento e oitenta e seis mil, oitocentos e noventa reais).	
GESTORES (AS) DA ATA	
GESTOR (A): ANDERSON TIAGO STRAPAZZON	**MATRÍCULA:** 1528
FISCAIS / SUPLENTES DA ATA	
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E SANEAMENTO BÁSICO:	
FISCAL TITULAR: MAURO BATISTA DOS SANTOS	**MATRÍCULA:** 648
FISCAL SUPLENTE: ALEXANDRE APARECIDO CREMONEZZI	**MATRÍCULA:** 1567

ARTIGO 2º: A designação como gestores e fiscais da Ata de Registro de Preços dos servidores acima citados, os torna representantes da Admi-

nistração Municipal perante a empresa DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria.

ARTIGO 3º: Caberá a(os) fiscal(is) da contratação, verificar se os itens, objeto da Ata de Registro de Preços ou Contrato atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

ARTIGO 4º: O fiscal da Ata/Contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

ARTIGO 5º: Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal da Ata/Contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

ARTIGO 6º: As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto da Ata/Contrato, serão registradas, pela PREFEITURA, no livro de ocorrências, constituindo tais registros, documentos legais.

Fiscalização Técnica

ARTIGO 7º: O fiscal técnico da ata/contrato será responsável por acompanhar a execução da ata/contrato. Ele deverá assegurar que todas as condições estabelecidas na ata/contrato sejam cumpridas, visando garantir os melhores resultados para a Administração.

ARTIGO 8º: Caberá ao fiscal técnico da ata/contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor da ata/contrato com informações pertinentes às suas competências;

II - anotar no histórico de gerenciamento da ata/contrato todas as ocorrências relacionadas à execução da ata/contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - informar ao gestor da ata/contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - comunicar imediatamente ao gestor da ata/contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução da ata/contrato nas datas estabelecidas;

VI - fiscalizar a execução da ata/contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de ata/contrato para ratificação;

VII - comunicar ao gestor da ata/contrato, em tempo hábil, o término da ata/contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VIII - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão da ata/contrato;

IX - auxiliar o gestor da ata/contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

X - realizar o recebimento provisório do objeto da ata/contrato referido no art. 24 do decreto Municipal nº 012/2024, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

Gestor da Ata/Contrato

ARTIGO 9º: Caberá ao gestor da ata/contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica;

II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais da ata/contrato das ocorrências relacionadas à execução da ata/contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização da ata/contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da ata/contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

V - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do **caput** do art. 19 do Decreto Municipal nº 012/2024;

VI - elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

VII - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão da ata/contrato, com apoio dos fiscais técnico;

VIII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

IX - realizar o recebimento definitivo do objeto da ata/contrato referido no art. 24 do Decreto Municipal nº 012/2024, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

X - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

ARTIGO 10º: Caberá ao fiscal e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam suas designações, bem como, as atribuições incumbidas ao Gestor do Contrato, todas devidamente estabelecidas no Decreto Municipal nº 012/2024, em caso de ausência ou incompatibilidade de pessoal.

Gabinete do Prefeito de Itaúba/MT, 29 de Abril de 2025.

ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS: Os servidores designados como gestores, fiscais e suplentes acima descritos declaram estar cientes da designação ora atribuída e das funções que lhes são inerentes em razão da função.

_____

ANDERSON TIAGO STRAPAZZON

GESTOR

_____-_____ **MAURO BATISTA DOS SANTOS** **Fiscal Titular**	**_____** **ALEXANDRE APARECIDO CREMONEZZI Fiscal Suplente**

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO **DE 29/04/2025 a 2905/2025.**

EXTRATO ATA SRP Nº 085/2025

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Itaúba – MT.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de concreto betuminoso usinado a quente (cbuq) para ser utilizados na manutenção de pavimentação asfáltica com operação tapa buraco em diversas ruas e avenidas do perímetro urbano do município de Itaúba/MT.

Data de Assinatura: 29/04/2025 até 29/04/2026

Detentora do Registro de Preços: RENOVA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E ASFALTICO LTDA

Valor: R$ 492.050,00 (quatrocentos e noventa e dois mil e cinquenta reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

COORDENADORIA DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 021/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 021/2025

Data assinatura: 22/04/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT, CNPJ: 03. 370.251/0001-56

Adjudicatária: **ISAIAS LOPES DE OLIVEIRA, CNPJ nº 12.520.836/ 0001-04**

Valor Global: R$ 344.288,00 (trezentos e quarenta e quatro mil e duzentos e oitenta e oito reais)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CARGAS DE GASES MEDICINAIS POR MEIO DE CILINDROS EM COMODATO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Data da vigência: 22/04/2026

Pregão Eletrônico nº 003/2025

COORDENADORIA DE COMPRAS
INSTRUMENTO CONTRATUAL: NOTA DE EMPENHO Nº 5859/2025

COMPRAS E SERVIÇOS DE PRONTO PAGAMENTO Nº 048/2025

Empenho nº 5859/2025 – Autorização de Fornecimento nº 1562/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, por meio da Coordenadora de Compras, torna público que realizou a contratação de CONTTRAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS PARA CAMPANHA DIA 18 DE MAIO "DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES", no que consiste a prestação de serviços de pronto pagamento com fundamento no art. 95, § 2º da Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 042/2024, contratando a empresa PEDRO ROSA RODRIGUES DA SILVA, devidamente inscrita no CNPJ sob n° 07.773.619/0001-88, com o valor total de R$ 12.480,00 (doze mil e quatrocentos e oitenta reais).

Itiquira/MT, em 29 de abril de 2025.

ROSANGELA EVANGELISTA DOS SANTOS

Coordenadora de Compras Públicas

COORDENADORIA DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 022/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 022/2025

Data assinatura: 22/04/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT, CNPJ: 03. 370.251/0001-56

Adjudicatária: **HIPERDENTAL COMERCIO E REP. DE PROD. ODONTO E MED HOSP. LTDA EPP, CNPJ nº 13.994.852/0001-93**

Valor Global: R$ 54.850,00 (cinquenta e quatro ml e oitocentos e cinquenta reais)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CARGAS DE GASES MEDICINAIS POR MEIO DE CILINDROS EM COMODATO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Data da vigência: 22/04/2026

Pregão Eletrônico nº 003/2025

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 039, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

"Dispõe sobre a homologação do Laudo Simplificado de Avaliação do Valor da Terra Nua (VTN) do Município de Itiquira/MT para fins de lançamento, fiscalização e cobrança do Imposto Territorial Rural – ITR e, dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itiquira e;

CONSIDERANDO o Laudo Simplificado de Avaliação do Valor da Terra Nua (VTN), expedido pelo Responsável Técnico, Eng.º Agrônomo Danilo Marques Higino – CREA/MT: 025175, expedido em 29 de abril de 2025, ART de Obra/Serviço 1220250084453;

CONSIDERANDO a necessidade de aplicação de valores para fins de lançamento, fiscalização e cobrança do Imposto Territorial Rural - ITR.

DECRETA:

Art. 1º Fica Homologado o Laudo Simplificado de Avaliação do Valor da Terra Nua (VTN) do Município de Itiquira, Estado de Mato Grosso, expedido em 29 de abril de 2025.

Art. 2º Ficam estabelecidos os valores da Avaliação do Valor da Terra Nua (VTN) aos imóveis rurais do Município de Itiquira/MT, para fins de lançamento, fiscalização e cobrança do Imposto Territorial Rural – ITR, conforme segue:

ANO	LAVOURA – APTIDÃO BOA	LAVOURA – APTIDÃO REGULAR	LAVOURA – APTIDÃO RESTRITA	PASTAGEM PLANTADA	SILVICULTURA OU PASTAGEM NATURAL	PRESERVAÇÃO DA FAUNA OU FLORA
2025	R$ 25.413,47	R$ 15.084,05	R$ 11.428,57	R$ 8.532,37	R$ 4.433,21	R$ 3.780,89

Art. 3º Os valores descritos no art. 2º, bem como as demais informações, conceitos e características correlatas estão devidamente descritas no Laudo Simplificado de Avaliação do Valor da Terra Nua (VTN), referente ao ITR - Ano Base 2025, assinado por Responsável Técnico competente, que segue anexo, fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira, aos 29 de abril de 2025.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

EXTRATO CONTRATO Nº 050/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: HUSSAM LAURA RAFAELLA VASCONCELOS REIS , OBJETO: "Credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para realizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município de Jaciara".** PRAZO: 12 (doze) meses; **VALOR GLOBAL R$ 42.000,00 (**Quarenta e dois mil reais). ASSINATURA: 28/04/2025.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Secretário de Saúde de Jaciara-MT

EXTRATO CONTRATO Nº 036/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA;CESTEIRO DE ALIMENTOS LTDA; OBJETO: "REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDIMENTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS, UMEI'S E CMEI DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT".** PRAZO: 2 (dois) meses; **VALOR GLOBALR$ 856.423,92 (**Oitocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e três reais e noventa e dois centavos**).**ASSINATURA: 10/04/2025.

MARCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Jaciara/MT

EXTRATO CONTRATO Nº 041/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA; AGROINDUSTRIA BITENCOURT SANTO LTDA; OBJETO: "REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDIMENTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS, UMEI'S E CMEI DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT".** PRAZO: 2 (dois) meses; **VALOR GLOBAL R$** 19.188,00 (Dezenove mil, cento e oitenta e oito reais). ASSINATURA: 10/04/2025.

MARCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Jaciara/MT

EXTRATO CONTRATO Nº 056/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA:NATHALIA ARAUJO SANTOS, OBJETO: "Credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para realizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município de Jaciara".** PRAZO: 12 (doze) meses;**VALOR R R$ 180.000,00** (Cento e oitenta mil reais). .ASSINATURA: 28/04/2025.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Secretário de Saúde de Jaciara-MT

PORTARIA N.º 240, DE 28 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA N.º 240, DE 28 DE ABRIL DE 2025

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. **REVOGAR NOMEAÇÃO** do (a) servidor (a) **GISLAINE SANTOS DE ALMEIDA**, designada pela Portaria nº 232/2025, para exercer o cargo de Assessor II – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Idoso - SCFV, lotado (a) na Secretária Municipal de Assistência social, a partir de 14 de Março de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 28 de abril de 2025.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2025 a 2028

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

EXTRATO CONTRATO Nº 042/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA; COMERCIAL LUAR EIRELI; OBJETO: "REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDIMENTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS, UMEI'S E CMEI DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT".** PRAZO: 2 (dois) meses; **VALOR GLOBALR$ 305.743,35** (**Trezentos e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais e trinta e cinco centavos). ASSINATURA: 10/04/2025.**

MARCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Jaciara/MT

EXTRATO CONTRATO Nº 051/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: DONIZETTI WELLINGTON BRANDANI GONÇALVES LTDA, OBJETO: "Credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para realizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município**

de Jaciara". PRAZO: 12 (doze) meses; **VALOR GLOBAL R$ 546.000,00 (**Quinhentos e quarenta e seis mil reais). ASSINATURA: 28/04/2025.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Secretário de Saúde de Jaciara-MT

EXTRATO CONTRATO Nº 038/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA; TREVO DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA; OBJETO: "REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDIMENTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS, UMEI'S E CMEI DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT".** PRAZO: 2 (dois) meses; **VALOR GLOBALR$** 7.990,00 (Sete mil, novecentos e noventa reais). ASSINATURA: 10/04/2025.

MARCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Jaciara/MT

EXTRATO CONTRATO Nº 049/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: HUSSAM SALAH EL DIN FARAH OBJETO: "Credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para realizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município de Jaciara".** PRAZO: 12 (doze) meses; **VALOR GLOBAL** R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais). ASSINATURA: 28/04/2025.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretário de Saúde de Jaciara-MT

PORTARIA N.º 238, DE 28 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA N.º 238, DE 28 DE ABRIL DE 2025

A PREFEITA MUNICIPAL DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ANDREIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. **NOMEAR**, o (a) servidor (a) **EURIPEDES MENDES DE VASCONCELLOS JUNIOR,** para exercer a função de Diretor do Programa Siseduca (Sistema da Educação), lotado (a) na Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 01 de Abril de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 28 de Abril de 2025.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2025 a 2028

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

EXTRATO CONTRATO Nº 044/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA; JEAN C. R. SILVA COMERCIO - ME; OBJETO: "REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDIMENTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS, UMEI'S E CMEI DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT".** PRAZO: 2 (dois) meses; **VALOR GLOBAL**R$ 1.707.193,00 (Um milhão, setecentos e sete mil, cento e noventa e três reais.**). ASSINATURA: 10/04/2025.**

MARCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Jaciara/MT

EXTRATO CONTRATO Nº 045/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA; VICKYTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA, OBJETO: "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE UNIFORMES E ACESSÓRIOS ESCOLARES PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JACIARA – MT".** PRAZO: 12 (doze) meses, **VALOR GLOBALR$ 132.230,00(Cento e trinta e dois mil e duzentos e trinta reais). ASSINATURA: 11/04/2025**

MARCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Jaciara/MT

PORTARIA N.º 241, DE 28 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA N.º 241, DE 28 DE ABRIL DE 2025

A PREFEITA MUNICIPAL DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**, ao servidor (a) **PRICILA RUSSI ZANELLA,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde – PSF 07, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, referente ao quinquênio 2015/2020, a partir de 22 de abril de 2025 a 09 de maio de 2025, 18(dezoito) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 28 de Abril de 2025.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2025 a 2028

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

EXTRATO CONTRATO Nº 046/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA; RICARDO CORTES GUIMARÃES, OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS HIDROGEOLÓGICOS AMBIENTAL E SERVIÇOS GEOTÉCNICOS PARA REGULARIZAÇÃO DO CEMITÉRIO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE JACIARA/MT".** PRAZO: 1 (un) meses**R$ 35.200,00 (Trinta oito mil e quatrocentos reais)**. **ASSINATURA:**11/04/2026

STALLONE VIEIRA MOURA

Secretário Municipal de Turismo, meio ambiente e Desenvolvimento Econômico

EXTRATO CONTRATO Nº 049/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: HUSSAM SALAH EL DIN FARAH OBJETO: "Credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para rea-**

lizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município de Jaciara". PRAZO: 12 (doze) meses; **VALOR GLOBAL** R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais). ASSINATURA: 28/04/2025.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretário de Saúde de Jaciara-MT

PORTARIA N.º 242, DE 28 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA N.º 242, DE 28 DE ABRIL DE 2025

A PREFEITA MUNICIPAL DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. **EXONERAR,** o (a) servidor (a) **CRISTIANE PEREIRA DA SILVA,** do cargo de Coordenador (a) III – Secretária Municipal de Meio Ambiente, a partir de 04 de Abril de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra retroage seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 28 de Abril de 2025.

.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2025 a 2028

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PORTARIA N.º 236, DE 28 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA N.º 236, DE 28 DE ABRIL DE 2025

A PREFEITA MUNICIPAL DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**, ao servidor (a) **ESTER SHUENQUENER,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde – PSF 07, no cargo de Apoio Administrativo Educacional, referente ao quinquênio 2019/2024, a partir de 01 de maio de 2025 a 05 de julho de 2025, 66(sessenta e seis) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 28 de Abril de 2025.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2025 a 2028

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

EXTRATO ATA Nº. 046/2025

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: AMENDOLA & AMENDOLA SOFTWARE LTDA; OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE COMPUTADOR, E SUPORTE TÉCNICO, PELO PERIODO DE 12 MESES, PODENDO SER PRORROGADO NA FORMA DA LEI PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, CÂMARA MUNICIPAL E FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS - MUNICIPIO DE JACIARA/MTPRAZO:** 12(doze) meses.**VALOR GLOBAL R$ 733.200,00 (setecentos e trinta e três mil e duzentos reais).ASSINATURA: 14/04/2025**

WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOSSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE JACIARA-MT

EXTRATO CONTRATO Nº 047/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: DANIELLE CARDOSO DA SILVA LTDA, OBJETO: "Credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para realizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município de Jaciara".** PRAZO: 12 (doze) meses; **VALOR GLOBAL R$ 312.500,00** (trezentos e doze mil e quinhentos reais).ASSINATURA: 15/04/2025.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN

Secretário de Saúde de Jaciara-MT

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 018/2025

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Agente de Contratação nomeado, torna público que devido a um erro de formalidade **RETIFICA** a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, ao **MENOR PREÇO POR ITEM,** tendo por objeto o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA MANUTENÇÃO DAS UMEI´S, ESCOLAS MUNICIPAIS, CMEI E DEMAIS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER DE JACIARA/MT, TAIS COMO: MATERIAIS DE EXPEDIENTE, MATERIAIS DE LIMPEZA, CAFÉ, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E BRINQUEDOS A SEREM ADQUIRIDOS COM RECURSOS PRÓPRIOS E RECURSOS DE CONVÊNIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO"**, nos termos da Lei 14.133/21, a realizar-se no dia **19 DE MAIO DE 2025 – 09:00 h – (horário de Brasília –DF), site:** http://intranet.jaciara.mt.gov.br:5656/comprasedit.... Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 ás 17:00 horas. Informações: tel. (0**66) 9.8109-1222.

Jaciara, 29 de Abril de 2025.

João Luiz dos Santos Dall'Oglio

Agente de Contratação – Prefeitura Municipal de Jaciara

EXTRATO CONTRATO Nº 048/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: MARCOS AUGUSTO DOS SANTOS LTDA, OBJETO: "Credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para realizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município de Jaciara".** PRAZO: 12 (doze) meses; **VALOR GLOBALR$ 72.460,80** (Setenta e dois mil quatrocentos e sessenta reais e oitenta centavos).ASSINATURA: 28/04/2025.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Secretário de Saúde de Jaciara-MT

EXTRATO CONTRATO Nº 043/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA; J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA MÁXIMO LTDA; OBJETO: "REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDIMENTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS, UMEI'S E CMEI DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT".** PRAZO: 2 (dois) meses; **VALOR GLOBALR$ 648. 845,77** (Seiscentos e quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e setenta e sete centavos**). ASSINATURA: 10/04/2025.**

MARCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Jaciara/MT

EXTRATO CONTRATO Nº 055/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA:RIC SERVIÇOS MEDICOS LTDA, OBJETO: "Credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para realizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município de Jaciara".** PRAZO: 12 (doze) meses;**VALOR R$ 273.000,00 (**Cento e setenta e oito mil e novecentos reais)..ASSINATURA: 28/04/2025.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Secretário de Saúde de Jaciara-MT

EXTRATO CONTRATO Nº 040/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA; MARIA JOSÉ DOS REIS NETO - ME; OBJETO: "REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDIMENTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS, UMEI'S E CMEI DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT".** PRAZO: 2 (dois) meses; **VALOR GLOBALR$ 224.501,26** (Duzentos e vinte e quatro mil, quinhentos e um reais e vinte e seis centavos). ASSINATURA: 10/04/2025.

MARCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Jaciara/MT

EXTRATO CONTRATO Nº 053/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: A. DECESARO LTDA, OBJETO: "Credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para realizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município de Jaciara".** PRAZO: 12 (doze) meses;**VALOR R$ 258.500,00 (** Duzentos e cinqüenta e oito mil e quinhentos reais).

ASSINATURA: 28/04/2025.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Secretário de Saúde de Jaciara-MT

EXTRATO CONTRATO Nº 052/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: DONIZETTI WELLINGTON BRANDANI GONÇALVES LTDA, OBJETO: "Credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para realizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município de Jaciara".** PRAZO: 12 (doze) meses; **VALOR R$ 1.205.000,00 (**Um milhão, duzentos e cinco mil reais).

ASSINATURA: 28/04/2025.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Secretário de Saúde de Jaciara-MT

EXTRATO CONTRATO Nº 037/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA; ATACADO DAS CESTAS LTDA; OBJETO: "REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDIMENTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS, UMEI'S E CMEI DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT".** PRAZO: 2 (dois) meses; **VALOR GLOBALR$** 2.593.193,98 (Dois milhões, quinhentos e noventa e três mil, cento e noventa e três reais e noventa e oito centavos). ASSINATURA: 10/04/2025.

MARCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Jaciara/MT

PORTARIA N.º 239, DE 28 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA N.º 239, DE 28 DE ABRIL DE 2025

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. **CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA** para tratar de interesses particulares por 02 (dois) anos, conforme art. 117 da Lei nº. 1.208/2009, sem remuneração, no período de 02 de Maio de 2025 a 01 de Maio de 2027, a servidora JACQUELYNNE CARNAÚBA FREITAS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 28 de Abril de 2025.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2025 a 2028

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

EXTRATO CONTRATO Nº 054/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA:M ROSTELLO SERVIÇOS MEDICOS LTDA, OBJETO: "Credenciamento de Pessoas Jurídicas na Prestação de Serviços Médicos Especializados para realizações de plantões diurno e noturno, presencial e sobreaviso, visitador, retaguarda, direção e Responsável Técnico e demais profissionais da saúde de nível superior e técnico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do município de Jaciara".** PRAZO: 12 (doze) meses;**VALOR R$ 178.900,00 (**Cento e setenta e oito mil e novecentos reais).ASSINATURA: 28/04/2025.

FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN Secretário de Saúde de Jaciara-MT

EXTRATO CONTRATO Nº 039/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA; NABELLA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI; OBJETO: "REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDIMENTO AS ESCOLAS MUNICIPAIS, UMEI'S E CMEI DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT".** PRAZO: 2 (dois) meses; **VALOR GLOBALR$ 261.681,80** (Duzentos e sessenta e um mil, seiscentos e oitenta e um reais e oitenta centavos.). ASSINATURA: 10/04/2025.

MARCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDO Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Jaciara/MT

EXTRATO ATA Nº. 047/2025

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: H M CUNHA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, OBJETO:" REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, EMBALAGENS, PARA ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT". 7 (sete)**meses.**VALOR GLOBAL R$ 33.278,70 (trinta e três mil duzentos e setenta e oito reais e setenta centavos). ASSINATURA: 23/04/2025**

MARCIA CRISTINA FERREIRA FARIAS GERALDOSecretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Jaciara/MT

PORTARIA N.º 237, DE 28 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA N.º 237, DE 28 DE ABRIL DE 2025

A PREFEITA MUNICIPAL DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**, ao servidor (a) **SOUZENI MARTINS DE SOUZA,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no cargo de Professora, referente ao quinquênio 2012/2027, a partir de 22 de abril de 2025 a 21 de maio de 2025, 30(trinta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 28 de Abril de 2025.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2025 a 2028

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

CONVENIOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 059/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 059/2024

PROCESSO: PREGÃO ELETRONICO 006/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO MÓDULO 06, NO MUNICIPIO DE JUÍNA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PROJETOS BASE E MEMORIAL DESCRITIVO

Prorrogação de prazo de execução e vigência

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133/2021;

CONTRATANTE: Município de Juína-MT;

CONTRATADA: ANTONIO G. DE SOUZA ME

PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 DIAS;

DATA DA ASSINATURA: 04/04/2025.

Leila Campos Fiscal do Contrato Poder Executivo – Juína-MT

CONVENIOS
EXTRATO DO QUARTO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 363/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

EXTRATO DO QUARTO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 363/2023

PROCESSO: TOMADA DE PREÇO Nº 028/2023;

OBJETO: Prorrogação prazo de vigência

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133/201;

CONTRATANTE: Município de Juína-MT;

CONTRATADA: Bedin Construtora LTDA

PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO: 90 dias;

VENCIMENTO: 06/07/2025;

DATA DA ASSINATURA: 04/04/2025

LEILA CAMPOS Fiscal do Contrato Poder Executivo – Juína-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

LEI Nº. 1.785, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ACRESCENTA PROGRAMA NO PPA – PLANO PLURIANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2022 A 2025, NA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2025 E NA LOA – LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DE 2025 E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R$ 41.000,00 (QUARENTA E UM MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ela Sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, por anulação de dotação no valor de R$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais).

ARTIGO 2º. Fica alterado o PPA – Plano Plurianual do Município de Juruena, aprovado pela Lei nº. 1.367, de 30 de novembro 2021, abrangendo o período de 2022 a 2025, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº. 1.730 de 11 de dezembro de 2024 e na LOA - Lei Orçamentária Anual - Lei nº. 1.731, de 11 de dezembro de 2024, para o exercício financeiro de 2025.

ARTIGO 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964.

ARTIGO 4º. O crédito especial referido no artigo 1º será desdobrado ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação e recurso, através de decreto municipal, no orçamento programa, para o exercício financeiro de 2025, do Município de Juruena/MT, nas seguintes dotações:

04-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001-COORDENADORIA DE AGRICULTURA

Projeto Atividade: 2546 EMENDA IMPOSITIVA –Vereadora Elizangela Kniess – para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Imigrantes, CNPJ nº. 05.771.022/0001-79

04.001.20.606.0011.2546.3.3.90.41.00-CONTRIBUIÇÕES.....R$ 20.000,00

Fonte de Recursos: 1.5.00.000000-Recursos não vinculados de Impostos

04-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001-COORDENADORIA DE AGRICULTURA

Projeto Atividade: 1327 EMENDA IMPOSITIVA –Vereadora Elizangela Kniess– MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

04.001.20.606.0011.1327.4.4.90.52-Equipamento e Material Permanente.....R$ 21.000,00

Fonte de Recursos: 1.5.00.000000-Recursos não vinculados de Impostos

ARTIGO 5º. Para cobertura do crédito suplementar anular-se da seguinte dotação abaixo;

03 – SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

122-Administrativo Geral

0005- Administrativo Geral

Projeto Atividade: 2286 – Emenda Impositiva

48-03.001.04.122.005.2286.3.3.90.30.00-Material de Consumo……..…….R$ 41.000,00

Fonte de Recursos: 1.5.00.000000-Recursos não vinculados de Impostos

ARTIGO 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Juruena/MT, 29 de Abril de 2.025.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

LEI Nº. 1.782, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ACRESCENTA PROGRAMA NO PPA – PLANO PLURIANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2022 A 2025, NA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2025 E NA LOA – LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DE 2025 E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R$ 1.945,17 (UM MIL NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E DEZESSETE CENTAVOS) E POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R$ 41.054,83 (QUARENTA E UM MIL, CINQUENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ela Sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, por superávit financeiro do exercício anterior no valor de R$ 1.945,17 (um mil, novecentos e quarenta e cinco reais e dezessete centavos) e por excesso de arrecadação no valor de R$ 41.054,83 (quarenta e um mil, cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos).

ARTIGO 2º. Fica alterado o PPA – Plano Plurianual do Município de Juruena, aprovado pela Lei nº. 1.367, de 30 de novembro 2021, abrangendo o período de 2022 a 2025, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº. 1.730 de 11 de dezembro de 2024 e na LOA - Lei Orçamentária Anual - Lei nº. 1.731, de 11 de dezembro de 2024, para o exercício financeiro de 2025.

ARTIGO 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, referente a devolução de Convênio nº. 1095/2023/SEAF.

ARTIGO 4º. O crédito especial referido no artigo 1º será desdobrado ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação e recurso, através de decreto municipal, no orçamento programa, para o exercício financeiro de 2025, do Município de Juruena/MT, nas seguintes dotações:

CONTA: 40049-1 – BB/Tanque de Encolhimento

04-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001-COORDENADORIA DE AGRICULTURA

Projeto Atividade: 2547 – DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO 1095/2023

04.001.20.606.0011.2498. 3.3.90.93.00- Indenizações e Restituições.....R$ 43.000,00

1.5.00.000000-Recursos não vinculados de Impostos.....R$ 476,87

1.710.3210000-Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais.....R$ 1.468,30

2.710.3210000-Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais.....R$ 10.802,22

2.755.0000000-Recursos de Alienação de Bens/Ativos – Administração Direta..R$ 30.252,61

ARTIGO 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Juruena/MT, 29 de Abril de 2.025.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

DECRETO Nº 3.615, DE 16 DE ABRIL DE 2025

INSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito do Município de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto nos artigos 156 a 159 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

ART. 1º Fica instituída, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, a Comissão Permanente de Análise e Aplicação de Sanções Administrativas, com a finalidade de instruir e emitir parecer nos processos administrativos de apuração de infrações contratuais, nos termos da Lei nº 14.133/2021. ART. 2º A Comissão será designada por Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal e será composta por três servidores efetivos, preferencialmente com formação ou experiência nas áreas jurídica, administrativa ou de controle interno.

§1º Os membros exercerão suas funções **sem prejuízo de suas atribuições originárias**, podendo ser convocados sempre que necessário, conforme demanda dos processos administrativos.

§2º A presidência da Comissão será definida pelos próprios membros, por meio de escolha interna, para cada processo instaurado, podendo haver rodízio entre os integrantes.

ART. 3º Compete à Comissão:

I – Realizar a análise técnica e jurídica dos fatos constantes em processos que apurem o descumprimento de obrigações contratuais por parte de contratados da Administração Municipal;

II – Assegurar ao interessado o **contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal**, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e da Lei nº 14.133/2021;

III – Propor, de forma motivada, a aplicação das sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que incluem:

a) advertência; b) multa; c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos; d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, conforme competência do ente federado;

IV – Elaborar parecer técnico conclusivo e encaminhá-lo à autoridade competente para deliberação final;

V – Sugerir, se necessário, a comunicação de ilícitos a outros órgãos competentes, quando verificada a possível ocorrência de infrações penais, civis ou administrativas.

ART. 4º O procedimento para apuração e aplicação de sanções observará as seguintes etapas:

I – Instauração formal do processo administrativo, com indicação clara dos fatos e da infração contratual;

II – Notificação do contratado, com prazo mínimo de 0**5 (cinco) dias úteis** para apresentação de defesa, nos termos do §1º do art. 158 da Lei nº 14. 133/2021;

III – Instrução do processo, com produção de provas, se necessário;

IV – Elaboração de relatório final e proposta de sanção ou arquivamento;

V – Decisão pela autoridade competente, conforme §3º do art. 158 da referida lei.

ART. 5º A autoridade competente para aplicação das sanções será o ordenador de despesas ou outra autoridade administrativa que tenha celebrado o contrato, nos termos do §3º do art. 158 da Lei nº 14.133/ 2021. ART. 6º A atuação da Comissão será orientada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa. ART. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juruena – MT, em 16 de Abril de 2025.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena/MT

RESOLUÇÃO Nº 006/2025/CMAS.

Dispõe sobre a regulamentação dos critérios e prazos para a concessão dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do município de Juruena – MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPAL DE JURUENA – MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Municipal nº 1.740, 16 de janeiro de março de 2025, que dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do município de Juruena e dá outras providencias;

CONSIDERANDO sua função de Controle Social e disposição de acompanhamento de execução das ações da Política Municipal de Assistência Social do Município de Juruena – MT e a aplicação dos recursos afins que devem ser submetidos ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), para análise e deliberação;

CONSIDERANDO os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê o art. 22, §1º, da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Art.34 e Art. 44 da Lei Municipal nº 1.740, de 16 de janeiro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar critérios e prazos para concessão dos Benefícios Eventuais no município de Juruena – MT, no âmbito da Política de Assistência Social.

§ 1º Fica estabelecido um valor máximo de R$1.000,00 (mil reais), para a concessão do Benefício Eventual de Auxilio Funeral, seguindo as análises técnicas e instrumentais utilizadas pelos profissionais de nível superior que compõem as equipes de referência do SUAS.

Art. 2º - Será concedido na forma de cesta alimentação em caráter de emergência, às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, residentes no município, seguindo as análises técnicas e instrumentais utilizadas pelos profissionais de nível superior que compõem as equipes de referência do SUAS.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data da deliberação da plenária, revogando-se as disposições em contrário.

Juruena/MT, 23 de março de 2025.

Isabel Lorenzetti

Presidente do CMAS

Decreto nº 3314/2023

RESOLUÇÃO Nº 009/2025/CMAS.

Dispõe sobre Aprovação do Plano de Ação Co-Financimento do Governo do Estado de Mato Grosso 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPAL DE JURUENA – MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Municipal nº 1.740, de 16 janeiro de 2025, capítulo IV, em reunião extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2025, registro em ata nº 05,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar as informações prestadas pelo Município de Juruena-=MT, sobre o Plano de Ação do Cofinanciamento do Estado de Mato Grosso 2024 – FEAS.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Juruena/MT, 28 de abril de 2025.

Isabel Lorenzetti

Presidente do CMAS

Decreto nº 3314/2023

DECRETO N°. 3619, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, usando as atribuições que lhe confere a Lei Municipal n°. 1.313, de 24 de março de 2021,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. Nomeia os membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB, sem ônus para os cofres públicos, como segue:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular – Denise Aparecida Perin – CPF nº 922.012.531-53

Titular – Raquel dos Santos – CPF nº 045.891.661-78

Suplente – Tatiana Teles Barreto Brito Nenevê – CPF nº 907.997.981-34

Suplente – Elzimar Batista Cassiano – CPF nº 010.810.771-07

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular – Sirlei Barqueiros dos Santos Cardoso, CPF nº 621.099.441-53

Suplente – Patricia Kolling, CPF n° 028.113.411-10

REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular – Alessandra Levertina Almeida de Oliveira, CPF 858.385.271-53

Suplente – Solange Aparecida Schimitt CPF 797.044.501-25

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular – Geovanna Brandão Pereira de Lima CPF 054.006.711-36

Suplente – Thais Alves Trindade CPF – 058.844.581-93

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular – Natacha Jady da Silva Muniz – CPF 030.537.641-13

Titular – Sirlei de Souza Machado CPF – 943.676.121-04

Suplente – Hiaponyra Esther Almeida Oliveira Guth CPF 062.022.671-43

Suplente – Ilisangela Bressan de Castro CPF nº 030.806.661-86

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME)

Titular – Ednei Martins Pereira, CPF 876.500.021-87

Suplente – Cristhiane Fabiana Kava CPF – 991.412.481-04

REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Titular – Edna Rodrigues de Lima – CPF 071.526.856-22

Suplente – Cassia Garcia Simas Pombal – CPF 014.708.981-60

REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Titular – Josefa Sales do Nascimento – CPF 420.181.701-63

Titular – Elizabete da Silva Pires – CPF 007.666.121-04

Suplente – Jocileia Gomes da Costa – CPF – 014.035.181-73

Suplente – Amanda Sales Mota – CPF 071.518.431-50

REPRESENTANTE DAS ESCOLAS DO CAMPO

Titular – Edirley Martins Pereira – CPF 676.305.292-87

Suplente – Apoliana Stoco Gonçalves dos Santos CPF – 006.758.021-13

ARTIGO 2º. Os membros do Conselho do FUNDEB, ora nomeados, terão mandato até 31/12/2026, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 1.313/2021.

ARTIGO 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº. **3265, DE 14 DE MARÇO DE 2023.**

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 29 de Abril de 2025.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

LEI Nº. 1.784 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

"QUE DISPOE SOBRE A CRIACAO DA VERBA IDENIZATORIA NO AMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE JURUENA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ART. 1º - A verba indenizatória será paga mensalmente ao Contador e Assessor Jurídico, para custeio de atividades externa, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, exceto fora do Município, passagens e ajuda de transporte, dentre outras despesas inerentes ao exercício do cargo e relativos a:

I – Locomoção Contador e Assessor Jurídico, em viagens até 200 Km (duzentos quilômetros) de distância da Sede do município, compreendendo passagens, hospedagem e locação de meio de transporte. "

ART. 2º - A verba indenizatória no âmbito do Poder Legislativo municipal será concedida no valor de R$ 2.307,00 (dois mil trezentos e sete reais), aos titulares dos cargos de contador e assessor jurídico.

ART. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão por conta de dotações orçamentárias específicas.

ART. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juruena-MT, 29 de Abril de 2025.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena/MT

DECRETO Nº. 3.618, 29 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PRIVACIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA/MT.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, considerando as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD;

DECRETA:

ART. 1º Fica instituída a Política de Privacidade da Prefeitura Municipal de Juruena, doravante denominada "Política de Privacidade", com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, e demais legislações aplicáveis, observadas as diretrizes da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

ART. 2º Esta Política de Privacidade tem como objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e procedimentos para o tratamento de dados pessoais realizado pela Prefeitura Municipal de Juruena, garantindo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade dos titulares dos dados.

ART. 3º A Prefeitura Municipal de Juruena inscrita no CNPJ 24.950.461/0001-93, com sede na Avenida 04 de Julho, 360, Centro, CEP: 78.340-000, compromete-se a tratar os dados pessoais de forma lícita, leal e transparente, com respeito aos direitos dos titulares, conforme os princípios da LGPD.

ART. 4º O tratamento de dados pessoais pela Prefeitura Municipal de Juruena obedecerá aos seguintes princípios:

I. Licitude: O tratamento de dados pessoais somente será realizado com base em fundamento legal previsto na LGPD;

II. Legitimidade: O tratamento de dados pessoais será realizado com finalidades específicas, explícitas e legítimas, informadas previamente ao titular;

III. Necessidade: Os dados pessoais tratados serão os estritamente necessários para as finalidades informadas;

IV. Adequação: Os dados pessoais tratados serão adequados, pertinentes e limitados ao necessário para as finalidades informadas;

V. Minimização: Os dados pessoais serão tratados de forma a minimizar os riscos de violações de dados;

VI. Segurança: Os dados pessoais serão protegidos contra acessos não autorizados, usos indevidos e alterações não autorizadas;

VII. Transparência: A Prefeitura Municipal de Juruena será transparente quanto às suas práticas de tratamento de dados pessoais, disponibilizando informações claras e acessíveis aos titulares.

ART. 5º A pessoa Encarregada pelo tratamento de dados pessoais da Prefeitura Municipal de Juruena poderá ser contatada através do e-mail: lgpd@juruena.mt.gov.br.

ART. 6º A Prefeitura Municipal de Juruena adotará as medidas de segurança necessárias para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, usos indevidos, perda, destruição ou alteração, em conformidade com a LGPD e as normas da ANPD.

ART. 7º A Prefeitura Municipal de Juruena manterá um registro de atividades de tratamento de dados pessoais, contendo informações sobre as finalidades do tratamento, os tipos de dados tratados, os destinatários dos dados e as medidas de segurança adotadas.

ART. 8º A Prefeitura Municipal de Juruena garantirá aos titulares dos dados pessoais o exercício dos seus direitos, previstos na LGPD, tais como:

I. Confirmação da existência de tratamento;

II. Acesso aos dados;

III. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV. Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários ou excessivos;

V. Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto;

VI. Eliminação dos dados pessoais tratados com consentimento;

VII. Revogação do consentimento;

VIII. Oposição ao tratamento;

IX. Direito de não ser sujeito a decisões automatizadas.

ART. 9º A Prefeitura Municipal de Juruena designará um canal específico para atendimento de solicitações dos titulares de dados pessoais, conforme previsto na LGPD e ART. 5° deste decreto.

ART. 10. Esta Política de Privacidade será revisada periodicamente, para garantir sua adequação à legislação vigente e às melhores práticas de proteção de dados.

ART. 11. As disposições deste Decreto entram em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

LEI Nº. 1.783 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

"DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO DO DÉCIMO TERCEIRO AO PREFEITO, VICE- PREFEITO E VEREADORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ele Sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica assegurado ao Prefeito e ao Vice-Prefeito e Vereadores de Juruena o recebimento do décimo terceiro.

§1° O décimo terceiro será pago até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano e corresponderá a 1/12 (um doze avos) do subsídio a que fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício, do ano correspondente.

§2° A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do caput deste artigo.

§3° O agente político que tiver o seu mandato extinto perceberá de imediato o décimo terceiro subsidio proporcional aos meses de exercício, calculado sobre o subsídio do mês correspondente.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão por conta de dotações orçamentárias específicas.

ARTIGO 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Juruena/MT, 29 de Abril de 2025.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO CONTRATO 021/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA – CNPJ: 15.023.955/0001-31 e RICARDO GONÇALVES ROMAO – LTDA – EPP – CNPJ: 44.228.987/0001-71

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA DE PONTES EM MADEIRA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO"

VALOR: R$ 87.000,00

PORTARIA Nº 283/2025, DE 24 DE ABRIL DE 2025

INSTITUI E COMPÕE O COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA SER FAMÍLIA, DEFINE DIRETRIZES GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE RUSSI, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei:

CONSIDERANDO a lei municipal nº 1.527/2024, de 27 de março de 2024, que dispõe sobre o sistema único de assistência social- SUAS do município de Juscimeira/MT, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa SER Família e a Lei 11.222, Lei 12.013 que altera e acrescenta dispositivo e dá outras providências**;**

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n° 219 de 04 de abril de 2023 da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania-SETASC:

RESOLVE:

Art. 1º. - Instituir o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família que terá as seguintes competências:

I- Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, regulamentando suas competências, composição e funcionamento;

II- Analisar e aprovar a lista de famílias encaminhadas pela equipe de referência do município e, após, encaminhar ao Comitê Gestor Estadual para a análise e aprovação;

III- Aprovar e acompanhar o cumprimento do Pacto SER Família firma do pelo município;

IV- Apreciar relatório trimestral de evolução das famílias do Programa sob a responsabilidade do município, elaborado pela equipe técnica de referência e encaminhar à coordenação estadual do Programa SER Família;

V- Integrar e apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas na esfera municipal;

VI- Articular a rede de proteção do município e dinamizar a oferta de serviços, destinados às famílias participantes;

VII- O Comitê Gestor Municipal deverá encaminhar à Gestão Estadual, em forma de planilha, as informações referentes às famílias beneficiárias a serem substituídas e das famílias que serão inseridas, o motivo da substituição e o instrumento hábil a aprovação da medida.

Art. 2º Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, com competências disciplinadas no artigo 1º desta portaria, os seguintes membros:

I- Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretário: José Carlos Souza Costa
Suplente	Geys Dayanny Alves Costa Coimbra

II- **Representando a Secretaria Municipal de Educação**.

Secretaria Municipal de Educação	Secretário: Carlos José de Oliveira
Suplente	Neidemar Santos de Oliveira

III- Representando a Secretaria Municipal de Municipal de Saúde.

Secretaria Municipal de Saúde	Secretário: Nassim Farah
Suplente	Bruna Rafaella Fontaneli E Silva

IV- Conselho Municipal de Assistência Social.

Conselho Municipal de Assistência Social	Presidente do conselho Municipal de Assistência Social: João Pedro Marinho da Silva
Suplente	Maria Dalva Carvalho Reis

V- Outras Secretarias Municipais que a gestão municipal entender pertinentes ao cumprimento do Pacto SER família; VI-

Art. 4º O Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família será convocado, sempre que necessário, pelo Secretário Municipal, com antecedência, mínima de 2 (dois) dias úteis.

§ 1º. As deliberações se darão por votação e as aprovações ou reprovações por maioria do voto, dos membros presentes nas reuniões.

§ 2º. O Comitê Gestor Municipal do Programa contará com uma Secretária Executiva, designada por ato de seu Presidente.

§ 3º - O(A) Presidente do Comitê Gestor Municipal, dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, em 24 de Abril de 2025.

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA Nº 005/2025

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
CNPJ: 15.023.955/0001-31
JUSCIMEIRA - MT, AV. JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000011/2025
Modalidade Nr.: 00000005/2025
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO
Classificação: Dispensa de licitação para compras e serviços
Processo Nr.: 00000263/2025
Data da Adjudicação: 28/04/2025
Data da Homologação: 29/04/2025
Objeto da Licitação: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA PARA REFORMA DE PONTES EM MADEIRA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO".

Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)	Detalhamento	Marca	Unid. Forn.	Qtd.	Vlr. Unitário	Total
107180 - RICARDO GONCALVES ROMAO LTDA						
CNPJ: 44.228.987/0001-71						
47097	REFORMA DE PONTES EM MADEIRA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO.	ENGENHARIA ROMÃO	UNIDADE	1,0000	87.000,0000	87.000,00
Total Itens: 1					**Total Fornecedor:**	87.000,0000
					Total Geral:	87.000,0000

JUSCIMEIRA, Terça-feira, 29 de Abril de 2025

_____

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, situada a Avenida Joaquim Miguel Dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus – JUSCIMEIRA – MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, conforme Lei n° 14.133/2021 o RESULTADO do Processo Administrativo nº 013/2025, Pregão Presencial nº 006/2025, conforme proposta da qual fol vencedora a empresa; **BIAZI TELECOMUNICAÇÕES PRIMAVERA LTDA – EPP – CNPJ: 10.628.596/0001-22,** com os itens 47094 e 47095, com o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

JUSCIMEIRA/ MT, 29 DE ABRIL 2.025

ALEXANDRE RUSSI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 48, DE 17 DE ABRIL DE 2025 - LEI N. 871

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 48 , DE 17 DE ABRIL DE 2025 - LEI N.871

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$290.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **290.000,00**

01 01 01 CAMARA MUNICIPAL

8	01.031.0001.2001.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO MUNICI	50.000,00	
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R.: 1 1	500
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
9	01.031.0001.2001.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO MUNICI	70.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 1	500
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
12	01.031.0001.2001.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO MUNICI	170.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 1	500
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

36	04.122.0003.2005.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEIT	-90.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 1 1	500
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

02 07 04 DPTO AGUA E ESGOTO

443	17.512.0076.2068.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS COM SISTEMA DE ABASTECIME	-100.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 1 1	500
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

02 09 02 DEPARTAMENTO DE FINANCAS

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 48 , DE 17 DE ABRIL DE 2025 - LEI N.871

02 09 02	DEPARTAMENTO DE FINANCAS			
493	99.999.0003.2075.0000	RESERVA CONTIGENCIA	-34.000,00	
	9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	F.R. Grupo: 1 1 500	
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
02 12 01	DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO			
543	13.392.0046.2059.0000	REALIZACAO DO CARNAVAL	-66.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 1 1 500	
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

-290.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
PREFEITO
721.393.741-34

DECRETO N.º 49/2025, DE 23 DE ABRIL DE 2025

DECRETO N.º 49/2025, DE 23 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre o período de **CONCILIAÇÃO TRIBUTÁRIA do EXERCÍCIO DE 2024**, no Município de Lambari D'Oeste / MT para fins de cobrança e fiscalização e dá outras providências".

O Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI**, Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em específico do que consta no art. 62, incisos III e VI, combinado com o art. 90, inciso I, letra "i" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 798/2022;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica instituído para o período de 05 de maio de 2025 a 05 de junho de 2025, para realização do **Primeiro mês de Conciliação Tributária do Exercício de 2024**, no âmbito do Município de Lambari D'Oeste / MT, em estrita observância ao estabelecido na Lei Municipal n° 798/2022.

Art. 2º - O prazo para adesão a concessão dos benefícios será até o dia 05 de junho de 2025, condicionada esta data como prazo final para pagamento da primeira parcela ou parcela única.

Art. 3º - Aos contribuintes que estiverem em débito com a Fazenda Municipal, serão concedidos descontos de multas e juros nos seguintes termos:

a) Pagamento a vista: 90% (noventa por cento) de desconto; b) Pagamento em 02 (duas) parcelas: 80% (oitenta por cento) de desconto; c) Pagamento em 03 (três) parcelas: 70% (setenta por cento) de desconto; d) Pagamento em 04 (quatro) parcelas: 60% (sessenta por cento) de desconto; e) Pagamento em 05 (cinco) parcelas: 50% (cinquenta por cento) de desconto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA - MT

A Prefeitura Municipal de Luciara-MT, por meio do setor responsável, torna público que o **Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2025**, referente ao **Processo Licitatório nº 009/2025**, cujo objeto é O **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS, IMPRESSOS PERSONALIZADOS, AQUISIÇÃO E CONFECÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS, DE IDENTIFICAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS E PLACAS E MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LUCIARA-MT**, sofreu **retificação** quanto à **data de abertura do certame, envio de propostas e apresentação dos documentos de habilitação**.

A **nova data de abertura da sessão pública será no dia 19 de maio de 2025, às 9h (horário de Brasília)**, em substituição à data anteriormente prevista de 06 de maio de 2025.

Os **demais termos, condições e especificações do Edital permanecem inalterados**.

Critério de Julgamento: Menor preço por item.

Modo de disputa: Aberto.

Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM.

O edital completo está disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: https://www.luciara.mt.gov.br/sic.

Maiores informações podem ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Luciara - MT, localizado na Avenida Lucio Pereira Luz, 450, Centro – Luciara – Mato Grosso – CEP 78.660-000.

Data de publicação: 29 de Abril de 2025.

Luciara-MT, 29 de Abril de 2025.

_____

STEFFANY GALVÃO BARROS KAJKWYJ KANELA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2025

O Sr. Celso Luiz Padovani, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, comunica a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, **RATIFICOU**, conforme disposto no art. 74, inc. I da Lei 14.133/21, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2025,** a favor da empresa **DUMATTO PRODUÇOES LTDA**, cadastrada no CNPJ nº **10.578.033/0001-77**, objetivando a **Contratação de Empresa para prestar serviço de show Artístico com apresentação da banda DUMATTO no 39º Aniversário do município de Marcelândia-MT. Referente aos dias 10 á 13/05/2025 de festividade juntamente com o festival de música de Marcelândia-FESMMAR 2025.** perfazendo o valor total de **R$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais).**

Tal contratação justifica-se em virtude de o serviço prestado pela referida empresa se enquadrar no art. 74, inciso 2, § 1° da lei 14.133/21, mais especificamente enquadrado em serviços de natureza singular e exclusiva, sendo inviável a abertura de um processo licitatório e impossibilita a competitividade.

Marcelândia/MT, 29 de abril de 2025.

CELSO LUIZ PADOVANI

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2025 PARA NOMEAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025.

O Exmo. Senhor **Celso Luiz Padovani**, Prefeito do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado nos termos do Edital 001/2025 e homologado pelo Decreto de nº 039/2025 de 24 de abril de 2025, convoca pelo presente Edital os candidatos Classificados, para preenchimento de vagas existentes no momento, conforme relação abaixo:

Quadro 1

Nº Insc	Candidato	Cargo	Carga Horária	Classificação
97	CLEONICE REZENDE	Técnico em Enfermagem	40 horas	1ª
91	FERNANDA KESTERING DE LIMA	Técnico em Enfermagem	40 horas	2ª
138	ANA MARIA BUENO BARBOSA DOS SANTOS	Médico Veterinário	40 horas	1ª
44	ALAIDE ROBERTO DE SALE	Assistente Social	30 horas	1ª
7	JESSICA CRISTINA DO NASCIMENTO PINHEIRO	Psicólogo	40 horas	1ª
127	GRACIELI BARBOZA TONON NUNES	Psicólogo	40 horas	2ª
75	NATALIA CRISTINA SILVA DA CONCEIÇÃO	Fisioterapeuta	40 horas	1ª
92	LARA CAROLINE RODRIGUES ROSA	Fisioterapeuta	40 horas	2ª
49	BRUNA WELIM DE SOUZA PINHEIRO	Nutricionista	40 horas	1ª

55	ISABELA MARIANA PONTES BORIN	Enfermeiro	40 horas	1ª
20	DONIZETE MONTEIRO	Enfermeiro	40 horas	2ª
79	MIRLENE DE SOUZA CORREIA	Fiscal Sanitário	40 horas	1ª
60	JOSE FRANCISCO NERI	Motorista	40 horas	1º
9	CLAUDIO DA SILVA MORAIS	Motorista	40 horas	2º
95	ROBERTO FERREIRA BRAGA	Motorista	40 horas	3º
58	JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	Motorista	40 horas	4º
102	LUIZ CARLOS MATIAS	Motorista	40 horas	5º
99	VALDETE LEMES PEREIRA	Motorista	40 horas	6º
70	RAIMUNDO COSTA DA SILVA	Motorista	40 horas	7º
152	JOEL MOREIRA DOS SANTOS	Motorista	40 horas	8º
80	ROGERIO NAVARRO	Motorista	40 horas	9º
3	FRANCISCA MAGALHÃES DIAS	Zelador	40 horas	1ª
2	NEIDE SIMPLICIO FILHO	Zelador	40 horas	2ª
8	SILVANA APARECIDA DE SOUZA FERRAZ	Zelador	40 horas	3ª
4	REGIANE DE FARIAS GODOI	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	1º
77	MARCIA DOS SANTOS SOUZA ROMANINI	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	2º
29	GLEINE MAIRA SILVA DE LIMA	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	3º
123	TCHARLA CORDEIRO HARRES	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	4º
96	JHEYME KELLY DA SILVA PINHEIRO DOS SANTOS	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	5º
74	IVAN DOS SANTOS	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	6º
11	CLAUDIO BERNARDO DE ANDRADE MENDONÇA	Operador de PC 200	40 horas	1º
141	MAURA GALINA PEREIRA	Coletor de Lixo	40 horas	1ª
65	YATAWADE KAIABI	Coletor de Lixo	40 horas	2º
16	LARISSA ÉLLEN ATILIO	Professor Educação Física	30 horas	1ª
62	CAMILA GOMES SANTANA	Auxiliar de Serviços Gerais - Analândia	40 horas	1ª
129	MILENE CAMILA DA MOTTA XAVIER GALINA	Auxiliar de Serviços Gerais – Analândia	40 horas	2ª
66	YURI RAMIRO DE SOUZA ZCHORNAK	Auxiliar de Serviços Gerais – Analândia	40 horas	3º
35	VALDECIR TEODORO SOARES	Motorista - Analândia	40 horas	1º
36	NEINOLESMAR OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO	Motorista - Analândia	40 horas	2º
69	ANDREIA REGINA DOS SANTOS	Motorista - Analândia	40 horas	3ª
37	EDSON GHIRALDI DA SILVA	Motorista – Analândia	40 horas	4º
39	VALDINEI DA SILVA	Motorista – Bom Jaguar	40 horas	1º
122	MARIA MARGARIDA BUENO DE SOUZA	Professor Pedagogo – Faz. Vitória	30 horas	1ª
120	CLEONICE DA VEIGA SILVA	Merendeira – Faz. Xingu	40 horas	1ª
121	DENNIS ANDRADE DE LIMA	Professor Pedagogo – Faz. Xingu	30 horas	1ª

Os candidatos convocados por este Edital terão o prazo de até 10 (dez) dias a contar desta data, 29 de abril de 2025, para entrega de documentos do referido cargo.

Os candidatos convocados deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munido dos documentos constantes do Anexo I.

Os Candidatos convocados que não apresentarem as documentações no prazo estabelecido, serão considerados eliminados do Processo Seletivo Simplificado.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos/funções.

Marcelândia MT, em 29 de abril de 2025.

Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

Alvaneu Navarro

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

DOS DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO

Documento de Identidade (original) e I (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais; Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia); Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia); RG e CPF do cônjuge; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia). Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista) CPF dos Pais (cópia) Certidão de nascimento dos filhos (dependentes) (original) e 1 (cópia); CPF dos Filhos, (cópia); Carteira de Vacina dos filhos menores de 14 anos, (cópia); Declaração do filho em idade escolar menores de 14 anos;	**ORIGINAL** 01 Fotos 3x4; Atestado Médico de Sanidade Física e Mental (Médico do Trabalho do Município); Certidão negativa da Justiça 1° e 2° grau (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos; Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes; Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio; Declaração dos Dependentes de IRRF; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 009/2025 PARA NOMEAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2024.

O Exmo. Senhor **Celso Luiz Padovani**, Prefeito do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado nos termos do Edital 001/2024 e homologado pelo Decreto de nº 037/2024 de 02 de maio de 2024, prorrogado pelo Decreto nº 097/2024 de 02 de dezembro de 2024, convoca pelo presente Edital os candidatos Classificados, para preenchimento de vagas existentes no momento, conforme relação abaixo:

Quadro 1

Nº Insc	Candidato	Cargo	Carga Horária	Classificação
59	Raylla Fernanda Gonçalves Silva	Zeladora	40 horas	**39º Classificada**
71	Luzenir da Silva Moreira	Zeladora	40 horas	**40º Classificada**

Os candidatos convocados por este Edital terão o prazo de até 10 (dez) dias a contar desta data, 29 de abril de 2025, para entrega de documentos do referido cargo.

Os candidatos convocados deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munido dos documentos constantes do Anexo I.

Os Candidatos convocados que não apresentarem as documentações no prazo estabelecido, serão considerados eliminados do Processo Seletivo Simplificado.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos/funções.

Marcelândia MT, em 29 de abril de 2025.

Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

Alvaneu Navarro

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

DOS DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO

Documento de Identidade (original) e I (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais; Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia); Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia); RG e CPF do cônjuge; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia). Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista) CPF dos Pais (cópia) Certidão de nascimento dos filhos (dependentes) (original) e 1 (cópia); CPF dos Filhos, (cópia); Carteira de Vacina dos filhos menores de 14 anos, (cópia); Declaração do filho em idade escolar menores de 14 anos;	**ORIGINAL** 01 Fotos 3x4; Atestado Médico de Sanidade Física e Mental (Médico do Trabalho do Município); Certidão negativa da Justiça 1° e 2° grau (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos; Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes; Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio; Declaração dos Dependentes de IRRF; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 012/2025 PARA NOMEAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2023.

O Exmo. Senhor **Celso Luiz Padovani**, Prefeito do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado nos termos do Edital 002/2023 e homologado pelo Decreto de nº 102/2023 de 12 de dezembro de 2023, prorrogado pelo Decreto nº 098/2024 de 02 de dezembro de 2024 convoca pelo presente Edital os candidatos Classificados, para preenchimento de vaga existente no momento, conforme relação abaixo:

Quadro 1

Nº Insc	Candidato	Cargo	Carga Horária	Classificação
376	ANA LUCIA FERNANDES MARQUES	Professora Pedagoga	30 horas	1ª Final da Fila
59	VERA LUCIA MOREIRA DIAS	Professora Pedagoga	30 horas	2ª Final da Fila
122	MARIA CONCEICAO SOARES FERREIRA	Professora Pedagoga	30 horas	3ª Final da Fila
278	CRISTIANA RODRIGUES LAZZERI	Professora Pedagoga	30 horas	4ª Final da Fila
313	ALINE DIAS FIGUEIREDO	Professora Pedagoga Bom Jaguar	30 horas	4ª Classificada
50	CATIALINE DA SILVA USANOVICH	Vigia	40 horas	9ª Classificada

Os candidatos convocados por este Edital terão o prazo de até 10 (dez) dias a contar desta data, 29 de abril de 2025, para entrega de documentos do referido cargo.

Os candidatos convocados deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munido dos documentos constantes do Anexo I.

Os Candidatos convocados que não apresentarem as documentações no prazo estabelecido, serão considerados eliminados do Processo Seletivo Simplificado.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos/funções.

Marcelândia MT, em 29 de abril de 2025.

Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

Alvaneu Navarro

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

DOS DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO

Documento de Identidade (original) e I (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais; Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia); Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia); RG e CPF do cônjuge; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia). Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista) CPF dos Pais (cópia) Certidão de nascimento dos filhos (dependentes) (original) e 1 (cópia); CPF dos Filhos, (cópia); Carteira de Vacina dos filhos menores de 14 anos, (cópia); Declaração do filho em idade escolar menores de 14 anos;	**ORIGINAL** 01 Fotos 3x4; Atestado Médico de Sanidade Física e Mental (Médico do Trabalho do Município); Certidão negativa da Justiça 1° e 2° grau (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos; Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes; Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio; Declaração dos Dependentes de IRRF; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 5375 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2024 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ – MT".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 002/2024, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 02/01/2025;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2024, para o Cargo constante na relação do Anexo I, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Rua 03, nº 723, Bairro – Jardim das Flores, Matupá – MT, fone: (66) 99205-7259, no prazo de **03 (três) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 15:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2024 e relacionados nos Anexos do presente Decreto, acarretará o não cumprimento da exigência contida no artigo anterior.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

Registre-se;

Publique-se.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

CARGO: MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR – ZONA RURAL

INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
360	AGNALDO BORGES LIMA	21	9°	CLASSIFICADO

CARGO: PSICÓLOGO 40H - GTE– ZONA URBANA

INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
1009	**MARIA CECILIA SANTOS MINETTO**	**26**	1º	APROVADO

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO II

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

O candidato, quando convocado além de atender aos pré-requisitos exigidos para o cargo, deverá apresentar, obrigatoriamente, o original e a cópia (legível e sem rasuras) dos seguintes documentos.

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); ou pode ser retirado comprovante pelo site **www.receita.fazenda.gov.br**;

3. Certidão de Nascimento ou Casamento;

4. Título de Eleitor;

5. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

6. Carteira Nacional de Habilitação – CNH; (quando for requisito do cargo)

7. Carteira de Trabalho (constando número e data de emissão);

8. Cartão do PIS/PASEP;

9. 01 (uma) foto 3x4, atualizada;

10. Endereço de E-mail e Telefone para Contato; **(obrigatório)**

11. Conta no Banco do Brasil;

12. Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado)**;

13. Certidão de Nascimento e CPF dos filhos dependentes, (menores de 21 anos);

14. Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as);

15. Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo ***Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos***, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), tiradas no Fórum ou pelo site **www.tjmt.jus.br;**

16. Certidão de Regularidade Eleitoral tirada pelo site **www.tse.jus.br**;

17. Certidão de Antecedentes Criminais tirada pelo site

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pages/criminal/certidaoHome.seam;

18. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse **(tirar na prefeitura);**

19. Comprovante de **Escolaridade**, por meio de *Histórico Escola e Diploma/Certificado*, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20. Registro no conselho da respectiva categoria, com cópia da carteirinha devidamente em dia e autenticada quando se tratar de **profissão regulamentada**, incluindo comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade Administrativa e Financeira;

21. Comprovante de Endereço residencial ou caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada;

22. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

23. Declaração de Bens do candidato no ato da posse;

24. Declaração negativa de atuação como administrador de sociedade privada;

25. Declaração de Dependentes;

26. Declarações citadas acima devem ser assinadas e datadas no momento da entrega dos documentos que constam nesse Decreto;

27. Cópia do CPF e RG do cônjuge;

28. Curso de condutores de veículo *Transporte Escolar* assinado pelo órgão Competente;

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 5376, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO, a Lei Ordinária nº 1.450/2024 que institui a Política Municipal de Assistência Social, dispõe sobre as normas operacionais e gerenciais do sistema único de assistência social no município de Matupá/MT, e dá outras providências.

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para a composição do **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS** de acordo com Lei Municipal 1.450/2024.

I - Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Lucélia de Oliveira Castro

Suplente: Ana Paula Couto

II - **Representando a Secretaria Municipal de Educação**

Titular: Ana Paula Liesenfeld

Suplente: Gislaine da Silva Alves do Carmo

III - **representando a Secretaria Municipal de Saúde**

Titular: Rosicléia Alves de Souza

Suplente: Célia Aparecida Matos da Silva

IV - Representando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE:

Titular: Iolanda Lazarotto Jarosesky

Suplente: Maria da Conceição da Silva Coronheiro

V - Representando os Usuários da Assistência Social

Titular: Terezinha Aparecida Crosara

Suplente: Maria Elsa Barbosa Kersck

VI - Representando os Trabalhadores da Assistência Social

Titular: Rosa Maria Surubi da Silva

Suplente: Erika Nobre Carneiro

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5246 de 07 de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

Registre-se;

Publique-se.

Bruno Santos Mena

Prefeito de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 019/2025

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 16 de maio de 2025 às 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br o "PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EVENTOS (PRODUÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO E FORNECIMENTO DA INFRAESTRUTURA) PARA AS FESTIVIDADES DA JORNADA DA FÉ, NOITE GOSPEL E DESFILE MISS MATUPÁ E CONTRATAÇÃO DA DECORAÇÃO DO EVENTO MISS MATUPÁ". Maiores informações através do Edital nº. 030/2025, que estará disponível no site https://www.gp.srv.br/transparencia_matupa/servlet... e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00-min às 11h00min. Matupá – MT, 29 de abril de 2025. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 014/2025

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizou por meio do site www.bllcompras.org.br o **PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTICIOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE MATUPÁ**, aonde consagrou-se vencedor o Licitante: SCARPIN EMBALAGENS E ARTIGOS DE FESTA com valor total de R$ 548.982,00, e R C MACCARI-EPP com valor total de R$ 691.762,18 - Matupá/MT, 29 de Abril 2025.ALEXSANDRA TOSTA BATISTA- Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº. 5374 DE 29 DE ABRIL DE 2025

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ANÁLISE DE CURRÍCULOS Nº 001/2025 DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ – MT".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Homologado o **Processo Seletivo Simplificado de Análise de Currículos Nº 001/2025**, apresentado pela Comissão Organizadora para preenchimento de cargos de provimentos de vagas temporárias da Prefeitura Municipal de Matupá, consagrando-se como exatos e definitivos os resultados das listagens do Relatório de Conclusão em anexo.

Art. 2° - As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Matupá, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente **Processo Seletivo Simplificado de Análise de Currículos Nº 001/2025**, serão preenchidas, mediante convocação, nos termos do Edital, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

Publique-se;

Registre-se.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ANÁLISE DE CURRÍCULOS Nº 001/2025

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007/2025

APRESENTA AHOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ANÁLISE DE CURRÍCULOS Nº 001/2025DOS APROVADOS, CLASSIFICADOS E CADASTRO RESERVA EM ORDEM DECRESCENTE

Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado de Análise de Currículos Nº 001/2025 da Prefeitura Municipal de Matupá/MT, nomeada pelo Decreto nº 5334 de 11 de março de 2025 - através do presente instrumento apresenta a **HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ANÁLISE DE CURRÍCULOS Nº 001/2025 DOS APROVADOS, CLASSIFICADOS E CADASTRO RESERVA EM ORDEM DECRESCENTE.**

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado de Análise de Currículos Nº 001/2025 da Prefeitura Municipal de Matupá, Estado de Mato Grosso torna público o que segue.

Resolve:

I- Apresentar a Homologação do Processo Seletivo Simplificado de Análise de Currículos Nº 001/2025.

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DA PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
05	LUIS ROBERTO LEIVAS PORTELLA	**31**	**1º**	**APROVADO(A)**
03	LESTER FACHIN	**11**	**2º**	**CADASTRO RESERVA**
11	RAFAELA LETICIA CASTIGLIONI DAVI	**10**	**3º**	**CADASTRO RESERVA**
10	CLEITON FERNANDO DA SILVA	**6**	**4º**	**CADASTRO RESERVA**

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	TOTAL DA PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
01	LIDIA SIQUEIRA DA CRUZ	**37**	**1º**	CADASTRO RESERVA
09	FABIO DAMIÃO DE OLIVEIRA BOTTER	**37**	**2º**	CADASTRO RESERVA
14	RITA MARTINS SILVA	**29**	**3º**	CADASTRO RESERVA
12	HELLEN AMANDA SILVA DA SILVA	**23**	**4º**	CADASTRO RESERVA
13	MARIA JULIA DE SOUZA MARTINS	**21**	**5º**	CADASTRO RESERVA
08	ROSIMERE DANTAS DA SILVA	**13**	**6º**	CADASTRO RESERVA
02	JAQUELINE FELICIA CAVALCANTE	**10**	**7º**	CADASTRO RESERVA
04	RAIMUNDA NONATA DE SOUSA	**05**	**8º**	CADASTRO RESERVA
07	LUCIANA RODRIGUES GOMES	**03**	**9º**	CADASTRO RESERVA
06	KAUANE CARNHIELETO DE AVILA	**03**	**10º**	CADASTRO RESERVA

Matupá – MT, 29 de abril de 2025.

_____

MARYLAINE DE LIMA SANTANA

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado de Análise de Currículos nº 001/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) N.º 21-U – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2024

FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) N.º 21-U – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2024. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.**A Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste/MT informa aos(às) interessados(as) que, considerando o julgamento e homologação do Pregão Eletrônico n.º 18/2024, bem como o DEFERIMENTO do PEDIDO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS, FORMALIZOU a Ata de Registro de Preços n.º 21-U, com vigência até 06/05/2025, tendo como fornecedor a empresa L P ARAUJO VIEIRA COMÉRCIO E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ 45.949.604/0001-17, referente ao Item 245 que passou de R$ 21,24 para R$ 30,68 por unidade, Item 246 que passou de R$ 27,86 para R$ 30,99 e Item 247 que passou de R$ 21,26 para R$ 30,68.**Héctor Alvares Bezerra – Prefeito Municipal**. Mirassol d'Oeste, 29/04/2025.**

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 004 DE 29 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

RESOLUÇÃO Nº 004 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre a análise e aprovação da Prestação de Contas *do Cofinanciamento do Governo Estadual – FEAS ano 2024.*

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS em reunião extraordinária iniciada às 08h10 horas do dia 29 de abril de 2025, conforme Ata nº 004/2025,

RESOLVE:

Artigo 1º – Aprovar por maioria absoluta a Prestação de Contas do Cofinanciamento Governo Estadual – FEAS - Ano 2024 desenvolvido e apresentado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Mirassol d'Oeste;

Artigo 2º- Apresentado a Prestação de contas com os valores (Ata 004/2025) e os seguintes tópicos: Dados Cadastrais; Execução Física; Previsão de Financiamento – Piso Mato-Grossense; Previsão de Financiamento - Piso de Benefício Eventual; Recursos próprios; e Resumo de Execução Financeira.

Artigo 3º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mirassol D'Oeste MT, 29 de abril de 2025.

Igor Eduardo Del Moura Trindade

Presidente do CMAS

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ATA N.º 004/2025 EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

ATA N.º 004/2025 EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte cinco, na sede da Secretaria Municipal Desenvolvimento Social, às oito horas e dez minutos, a pedido do Presidente do CMAS, Igor Eduardo Del Moura Trindade foi feito a oração universal e em seguida a deliberação da pauta única: **- Prestação de Contas Cofinanciamento Estadual – FEAS/MT 2024.** . Na sequência**,** oCoordenador Administrativo, Fábio Silveira apresentou no Data Show a Execução Física e Financeira Piso Mato-Grossense com receitas e despesas no ano de 2024. O Conselho analisou e aprovou a execução física com os Serviços de Proteção Social Básica – PSB (PAIF, PCD e SCFV); Serviços Social Especial – PSE (PAEFI, PCD, Idosos, Usuários, Pessoas em situação de rua e Benefícios Eventuais). O Conselho analisou e aprovou a Execução Financeira Piso Matogrossense no valor da receita de R$ 269.795,40 (duzentos sessenta nove mil, setecentos noventa cinco reais e quarenta centavos), sendo recebido do Governo Estadual de Mato Grosso em 2024 o valor de R$ 154.007,52 (cento e cinquenta quatro mil, sete reais e cinquenta dois centavos), o Saldo financeiro da conta do Cofinanciamento Estadual no valor de R$ 105.738,67 (cento cinco mil, setecentos trinta oito reais e sesse centavos) para apoiar as ações socioassistenciais e realizadas pela Secretaria e seus departamentos *(CRAS e CREAS). O Conselho analisou e aprovou o saldo financeiro do ano 2023 para reprogramação em 2024 no valor de R$ 20. 200,16 (vinte mil, duzentos reais e dezesseis centavos)*. Os Conselheiros analisaram e aprovaram a Execução Financeira Piso de Benefício Eventual no valor da receita de R$ 245.043,51 (duzentos e quarenta cinco mil, quarenta três reais e cinquenta um centavos) e as despesas custeadas com Cofinanciamento Estadual – Piso de Benefício Eventual em 2024 de R$ 153.837,01 (cento cinquenta três mil, oitocentos trinta sete reais e um centavo). Os conselheiros analisaram e aprovaram o saldo financeiro passível de Reprogramação para serem utilizados em 2025 no valor de R$ 91.206,50 (noventa um mil, duzentos e seis reais e cinquenta centavos). O Resumo da Execução Financeira, bem como o total de Receita do Cofinanciamento Estadual – FEAS-MT no exercício fiscal de 2024 o valor de 514.838,91 (quinhentos quatorze mil, oitocentos trinta oito reais e noventa um centavos) sendo analisados e aprovados pelos membros presentes; o total de despesas custeadas com o Cofinanciamento Estadual no valor de 403.432,25 (quatrocentos três mil, quatrocentos trinta dois reais e vinte cinco centavos). Os conselheiros analisaram e aprovaram saldo passível de reprogramação total do Cofinanciamento Estadual para serem utilizados em 2025 no valor de 111.406,66 (cento onze mil, quatrocentos seis reais e sessenta seis centavos). Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada as 9h eu, Márcia de Freitas Sippel Souza, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

Márcia de Freitas Sippel Souza

Igor Eduardo Del Moura Trindade

Taciana Beatriz Kreulich Bezerra

Fábio Silveira

Vanderlei Carneiro

Vitor Hugo Martins de Oliveira

Aristides Nunes da Conceição

Roselaine de O. Alexandre

Maria Aparecida de Macedo

Irmã Fernanda A. Ilidio

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 018 DE 28 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 018 DE 28 DE ABRIL DE 2025.

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE FÉRIAS DE FUNCIONÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LÍRIA SIMONE ESSI, Diretora Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Prefeito Samuel Greve, no uso e gozo de suas legais atribuições de acordo com a Lei Municipal 127/2013 (Lei criação Fundação), pela presente portaria,

RESOLVE

I – REVOGAR, as férias da servidora Luana Raiane Linhares de Freitas, referente ao período aquisitivo de 09/06/2023 a 08/06/2024, concedida através da portaria nº 15/2025, a partir de 29/04/2025, restando 15 (quinze) dias para gozo em data oportuna.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

LÍRIA SIMONE ESSI

Diretora Presidente

RH
EDITAL Nº 066/2025

EDITAL Nº 066/2025

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2024 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 4.952 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2024 E

DECRETO Nº 4.976 DE 10 DE JANEIRO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação conforme comunicados internos nº 36176/2025 e 36629/2025, convoca osaprovados no *Processo Seletivo Simplificado Edital 001/2024*.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 , considerando o caráter de urgência da contratação temporária, em até 15 (quinze) dias a contar da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste/MT convocar o (s) imediatamente posterior (es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 29 de Abril de 2025.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2024 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 4.952 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2024 E

DECRETO Nº 4.976 DE 10 DE JANEIRO DE 2025.

ANEXO ÚNICO EDITAL

PROFESSOR DE PEDAGOGIA	
NOME	**RESULTADO**
MAURIZIA CARMO DA SILVA	79º COLOCADO (A)
ANGELITA ZAMBON DE ALMEIDA	80º COLOCADO (A)

MOTORISTA – PAIF/PAEFI	
NOME	**RESULTADO**
CLEVIS SOARES DA SILVA	7º COLOCADO (A)

Mirassol D'Oeste/MT, 29 de Abril de 2025.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 401/2025

PORTARIA Nº 401 DE 28 DE ABRIL DE 2025.

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO MUNICIPAL EM RAZÃO DE POSSE EM OUTRO CARGO NÃO ACUMULÁVEL.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições:

CONSIDERANDO o requerimento protocolo n° 1255/2025 da servidora pública, ANA CAROLINE DO NASCIMENTO PMENTA, matrícula nº 28389, no exercício do cargo de PROFESSOR HISTÓRIA;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar, a partir de 05 de maio de 2025, a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSOR HISTÓRIA D-01, ocupado pela servidora ANA CAROLINE DO NASCIMENTO PIMENTA, matrícula nº 28389, em razão de posse em outro cargo não acumulável, nos termos do art. 24, inciso V da Lei Complementar nº 157/2016.

Art. 2º - A vacância de que trata o artigo 1° desta Portaria será pelo prazo de 03 (três) anos, ou antes, desde que a pedido da servidora, a partir da data em que assumir o outro cargo.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho", em 28 de abril de 2025.

HECTOR ALVARES BEZRRA

Prefeito Municipal

HAB/vl

RH
EDITAL Nº 065/2025

EDITAL Nº 065/2025

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 4.171/2022 DE 10/02/2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, conforme Lista de Classificação 059/2025, **convoca,** osaprovados no Processo de Seleção de Estagiário conforme Decreto 4.171/2022.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único deverão comparecer à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310, em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (os) imediatamente posterior (es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 29 de Abril de 2025.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 4.171/ 2022 DE 10/02/2022.

ANEXO ÚNICO - LISTA DE CLASSIFICAÇÃO 059/2025

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
NOME
ANTÔNIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO DA COSTA

Mirassol D'Oeste, 29 de Abril de 2025.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 22/2025

AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 22/2025 – Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS (GED) - NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.** O Município de Mirassol d'Oeste torna público a suspensão da sessão de abertura do presente processo licitatório que havia sido designada para a data 30/04/2025, em razão da necessidade de alterações no termo de referência, sendo necessário a retificação do Edital. Fabio Henrique da Silva – Pregoeiro. Mirassol d'Oeste, 30/04/2025.

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°002/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°002/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES JURÍDICAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INTERNOS DO SAEMI, REPRESENTAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS, EMISSÃO DE PARECER, IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES, ACOMPANHAMENTO, ORIENTAÇÃO, ELABORAÇÃO DE NORMATIVAS E DECRETOS RELATIVOS A LEI 14.133/2021.

O SAEMI – SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE/MT, situada na Rua: Ricardo Druzian Gallo nº 167 – Bairro: Mirassol II – Mirassol D´Oeste – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 07.745.657/0001-27, neste ato representado pelo Diretor **Sr. JOÃO LUCIANO DE OLIVEIRA,** brasileiro, **portador** da Cédula de Identidade **RG 0511003-3, CPF Nº 326.139.381-53**, residente e domiciliado nesta cidade, doravante determinado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **REGINA SABIONI** Av. São Paulo, n°975, Bairro Centro, São Jose dos Quatro Marcos-MT**, CNPJ: 37.283.70/0001-28.** O presente **CONTRATO** rege-se pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, decorrente do **INEXIGIBILIDADE N°001/2023** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO, OBJETO E DO VALOR.

1.1. O objeto do presente **CONTRATO** é a **Prestação de serviços jurídicos para administração pública, acompanhamento das ações jurídicas e processos administrativos internos do SAEMI, representações internas e externas, emissão de parecer, implantação da nova Lei de Licitações, acompanhamento, orientação, elaboração de normativas e decretos relativos a lei 14.133/2021.**

1.2. O presente **CONTRATO,** fundamenta-se no **INEXIGIBILIDADE N°001/2023,** que são parte integrante deste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	EMPRESA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	**Prestação de serviços jurídicos para administração pública, acompanhamento das ações jurídicas e processos administrativos internos SAEMI, representações internas e externas, emissão de parecer, implantação da nova Lei de Licitações, acompanhamento, orientação, elaboração de normativas e decretos relativos a lei 14.133/ 2021.**	**12 meses**	**REGINA SABIONI**	R$5. 500,00	**R$66. 000,00**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 O presente contrato tem por objeto a **Prestação de serviços jurídicos para administração pública, acompanhamento das ações jurídicas e processos administrativos internos SAEMI, representações internas e externas, emissão de parecer, implantação da nova Lei de Licitações, acompanhamento, orientação, elaboração de normativas e decretos relativos a lei 14.133/2021.,** conforme especificações e quantidades discriminadas acima.

2.2 Este contrato está vinculado ao Termo de Referência deste processo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O presente **CONTRATO** vigorará a partir da data de sua assinatura, ficando adstrito à existência dos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado em conformidade com o artigo 57 da Lei 8.666/93.

A validade é do dia 17/03/2025 a 17/03/2026.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.2.1.Proporcionar condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, da proposta e, especialmente, deste Termo de Referência;

4.2.2.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

4.2.3.Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

4.2.4.Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos contratada em relação ao objeto do Contrato;

4.2.5.Realizar o pagamento à Contratada diante da apresentação de nota fiscal, no valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

4.2.6.Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do contrato, se não abordadas no Termo de Referência;

4.2.7.Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de inexigibilidade;

4.2.8.Aplicar à contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1.1.Executar todas as providências necessárias;

5.1.2.Prestar esclarecimentos caso seja solicitado pela Contratante;

5.1.3. Cumprir os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

5.1.4.Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao SAEMI**;**

5.1.5.Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

5.1.6.Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Administração;

5.1.7.Relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

5.1.8.Manter durante toda a vigência do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.9.Apresentar, logo após a assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um funcionário com plenos poderes para representá-la, assim como para decidir acerca de questões relativas ao contrato, bem como para atender aos chamados do gestor e do fiscal de contrato, principalmente em situações de urgência, com base em contato feito por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;

5.1.10.Fornecer números telefônicos, e-mail ou outros meios igualmente eficazes para contato;

5.1.11. Devendo a contratada prestar atendimento especializado presencial semanalmente e atendimento remeto, com a disponibilidade de 3 (três) profissionais advogados;

5.1.12. Assinar o Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR CONTRATUAL

6.1. Valor total de R$66.000,00 (sessenta e seis mil), valor bruto, a serem pagos mensalmente, distribuído por todo o Contrato, em 12 (doze) parcelas de R$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

7.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

DESPESA	**33.90.39**	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA Saldo da Dotação Orçamentária exercício 2025.**

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada por um servidor designado pelo órgão **CONTRATANTE**.

8.1.1 O preço proposto constantes da proposta não poderão ter reajuste durante 1 ano, se reajustado não poderá ultrapassar os **25%** de acordo com a Lei 8.666/93.

8.2. Nenhum pagamento será efetuado a **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

8.3. O pagamento pelos serviços executados poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da **CONTRATADA** em conta corrente mantida em agência bancária de titularidade da mesma.

8.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal/INSS, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

8.5. O não cumprimento do previsto no CONTRATO permitirá à **CONTRATANTE** a retenção do valor da fatura até que seja sanada a irregularidade.

8.6. A empresa **CONTRATADA** arcará com todos os custos referentes à mão-de-obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários à realização dos serviços objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1.O CONTRATO deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas enumeradas na **Lei Federal n.º 8.666/93**, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. A execução do objeto compreenderá as seguintes obrigações:

a) Iniciar os serviços conforme descrito na cláusula segunda deste instrumento contratual, na forma e condições previstas no termo de referência deste instrumento, da **CONTRATANTE** e proposta apresentada pela **CONTRATADA**, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias a partir da solicitação;**

b) Aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

c) Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

d) Responsabilizar-se pela execução dos serviços inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor.

e) Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os vícios resultantes da má execução do objeto deste contrato.

f) Arcar com todos os ônus necessários à completa realização dos serviços objeto deste contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento.

g) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos serviços, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho.

h) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**.

i) Responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao **SAEMI** de Mirassol D'Oeste - MT ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

j) A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos nos itens acima, não transfere à Administração da **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

k) Comunicar ao **SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE-SAEMI**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, em especial ao descumprimento da entrega do serviço solicitado.

l) Manter contato com a **CONTRATANTE** sobre quaisquer assuntos relativos ao fornecimento dos serviços objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização dos serviços será exercida por um representante da **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (**art. 67 da Lei nº 8.666/93**).

10.2. A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (**art. 70 da Lei nº 8.666/93**).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8. 666/93 e alterações posteriores.

11.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da Administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Atraso por parte da **CONTRATADA** na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas **a, b e c do Item 8.4 do Contrato**, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no **art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93**, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o **SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE-SAEMI** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

12.2.1. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o **SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE-SAEMI**, por prazo de até 2 (dois) anos, e,

12.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.2.3. A licitante, adjudicatária ou **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o **SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE-SAEMI** pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.3. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber do **SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE-SAEMI**, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do **SAEMI**, podendo, ainda o **SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE-SAEMI** proceder à cobrança judicial da multa.

12.4. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar o **SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE-SAEMI**.

12.5. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da **Lei n.º 8.666/93.**

12.6. As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o **SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE-SAEMI**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

12.7. A multa prevista nos itens anteriores tem caráter de sanção e serão cobradas por compensação financeira dos créditos que a **CONTRATADA** estiver a receber.

12.8. Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no **art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;**

b) Representação o **SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE-SAEMI**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da Decisão do **SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE-SAEMI** nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VALIDADE E EFICÁCIA.

13.1. Incumbirá a **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos no "Diário Oficial", que é condição indispensável para sua eficácia, sendo efetuada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Mirassol D'Oeste, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente. E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, mutuamente assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor para todos os efeitos legais.

Mirassol D'Oeste – MT, 17 de março de 2025.

_____

JOÃO LUCIANO DE OLIVEIRA

DIRETOR DO SAEMI

_____

REGINA SABIONI

CNPJ: 11.834.039/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
EXTRATO ATAS PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 09/2025

EXTRATO ATAS PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 09/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 29/2025

Modalidade:	Pregão Eletrônico
Número/Ano:	09/2025
Objeto da licitação:	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, POR PERIODO DE 12 MESES.

N° ATA	Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor

70	FORTES BAMBIL LTDA	46.805.312/0001-73	R$ 607.182,52
71	IMPERIO FRUTAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	40.812.830/0001-38	R$ 95.366,49
72	AHS COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI	37.152.127/0001-36	R$ 140.860,06
73	COMERCIAL LUAR EIRELI - EPP	02.545.557/0001-33	R$ 54.961,40
74	G M EMBALAGENS LTDA	52.505.574/0001-15	R$ 99.246,37
75	DELTA COMERCIO E SERVICOS LTDA	48.447.370/0001-06	R$ 199.278,89
76	MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA	20.847.096/0001-35	R$ 135.248,22
77	JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA	43.614.059/0001-82	R$ 110.169,60
78	SBORCHIA FABRICA DE PAPEIS LTDA	10.199.538/0001-20	R$ 154.041,16
79	CBA FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E FARMACEUTICOS LTDA	07.944.844/0001-30	R$ 9.980,00

ASSINATURAS: 25 de abril de 2025.

Validade da ata: de 25/04/2025 até 25/04/2026

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei nº 14.133/2021

Prefeito Municipal: Jose Domingos Fraga Filho

SECRETARIA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2025

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2025

"Dispõe sobre Ponto Facultativo e dá outras providências"

O Vereador **Flávio Vinicius Rondon Mayer**, Presidente da Câmara Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que:

Art. 1º - Fica decretado **PONTO FACULTATIVO** no dia 02/05/2025 (sexta-feira), em virtude das festividades culturais em comemoração ao aniversário do município.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 29 de abril de 2025.

Flávio Vinicius Rondon Mayer

Presidente Mesa Diretora

Biênio 2025/2026

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 24/2025

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através do Pregoeiro Sr. Benjamim da Silva Queiroz, nomeado pela portaria 50/2025, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 24/2025**, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PREPARADAS DO TIPO SELF-SERVICE, MARMITEX, COFFE BREAK, CALDOS E EMBALAGEM PARA REFEIÇÃO, NA ZONA URBANA, NO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT.** Inicio de Recebimento das Propostas: 30/04/2025 a partir das 14h00min. Fim de Recebimento das Propostas: 20/05/2025 até as 08h40min. **Início da Disputa**: As 09h do dia 20/05/2025. **Local:** www.bnc.org.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Informações Complementares: Os esclarecimentos referentes à especificação deverão ser solicitados via plataforma ou obtidos no horário das 07h às 13h, pelo telefone: (65) 99251-9403, deverão ser devidamente protocolados na plataforma. O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no portal www.bnc.org.br, ou através do site https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-eletronico/.

Nobres, 29 de abril de 2025.

Benjamim da Silva Queiroz

Pregoeiro

PORTARIA MUNICIPAL Nº 03 DE 28 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA MUNICIPAL Nº 03 DE 28 DE ABRIL DE 2025

Institui o Grupo Condutor Municipal da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com o objetivo de implementar e articular os pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde, em NOBRES/MT e define sua composição e atribuições.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAÚDE **ITAMAR MARTINS BONFIM** no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO a Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que entre outras providências, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO a Lei Nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, que regulamenta o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS);

CONSIDERANDO a Portaria Nº GM/MS Nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a importância de implementar medidas que garantam a ampliação do acesso, a cobertura e a qualidade da assistência às pessoas com transtornos mentais e dependência de álcool e outras drogas.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Grupo Condutor Municipal da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em NOBRES/MT.

Art. 2º O Grupo Condutor Municipal terá como atribuição no âmbito do Sistema Único de Saúde local:

I - mobilizar os dirigentes políticos do SUS em cada fase;

II - apoiar a organização dos processos de trabalho voltados a implantação/implementação da rede;

III - identificar e apoiar a solução de possíveis pontos críticos em cada fase;

IV - monitorar e avaliar o processo de implantação/implementação da rede; e

V – apoiar a contratualização dos Pontos de Atenção.

Art. 3º O Grupo Condutor Estadual da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) será integrado pelos representantes das instituições abaixo indicadas:

TITULAR- MARCEL KARLLAY ALBUES SANTIAGO

SUPLENTE- BÁRBARA MARIA ANTUNES BARROSO

Art. 4º – Disposições Finais

I. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

II. Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, DIVULGUE-SE E CUMPRA-SE.

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento de Nobres

PREVI-NOBRES
PORTARIA 017/2025

Estabelece a suspensão do expediente no ponto facultativo no âmbito do Fundo Municipal De Previdência Social Dos Servidores Públicos De Nobres – PREVI-NOBRES.

A Diretora Executiva do **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NOBRES – PREVI-NOBRES** de Nobres, Estado de Mato Grosso, Senhora **EDILMAN CONCEIÇÃO RONDON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender o expediente no âmbito do *Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Nobres* – ***PREVI-NOBRES***, em virtude do Feriado do dia 1º de Maio (Festividades do aniversário do nosso município) no dia:

I - 02 de maio de 2025 - (sexta-feira) – **Ponto Facultativo**.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Nobres - MT, 29 de Abril de 2025.

EDILMAN CONCEIÇÃO RONDON

Diretora Executiva Previ-Nobres

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 22/2025

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através do Pregoeiro Sr. Benjamim da Silva Queiroz, nomeado pela portaria 50/2025, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 22/2025**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BRINDES PERSONALIZADOS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT.** Inicio de Recebimento das Propostas: 30/04/2025 a partir das 14h00min. Fim de Recebimento das Propostas: 16/05/2025 até as 08h40min. **Início da Disputa**: As 09h do dia 16/05/2025. **Local:** www.bnc.org.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Informações Complementares: Os esclarecimentos referentes à especificação deverão ser solicitados via plataforma ou obtidos no horário das 07h às 13h, pelo telefone: (65) 99251-9403, deverão ser devidamente protocolados na plataforma. O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no portal www.bnc.org.br, ou através do site https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-eletronico/.

Nobres, 29 de abril de 2025.

Benjamim da Silva Queiroz

Pregoeiro

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 21/2025

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através do Pregoeiro Sr. Benjamim da Silva Queiroz, nomeado pela portaria 50/2025, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 21/2025**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA FORMAÇÃO DE BANDA MUSICO/MARCIAL NO DISTRITO DE COQUEIRAL EM NOBRES/MT, ATENDENDO AO CONVENIO N. 1640/2024/SECEL/MT, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.** Inicio de Recebimento das Propostas: 30/04/2025 a partir das 14h00min. Fim de Recebimento das Propostas: 14/05/2025 até as 08h40min. **Início da Disputa**: As 09h do dia 14/05/2025. **Local:** www.bnc.org.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Informações Complementares: Os esclarecimentos referentes à especificação deverão ser solicitados via plataforma ou obtidos no horário das 07h às 13h, pelo telefone: (65) 99251-9403, deverão ser devidamente protocolados na plataforma. O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no portal www.bnc.org.br, ou através do site https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-eletronico/.

Nobres, 29 de abril de 2025.

Benjamim da Silva Queiroz

Pregoeiro

DECRETO Nº. 059/2025

DECRETO Nº. 059/2025

"Dispõe sobre a criação da Comissão Municipal dos Processos Seletivos Simplificados da Secretaria Municipal de Educação e Cultura em razão do vencimento do decreto n. 169/2023".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **JOSE DOMINGOS FRAGA FILHO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e tendo em vista o cumprimento da Lei Municipal n°. 1.197/2011.

Considerando a necessidade de provimento temporário de cargos em substituição de Professor e demais cargos vagos nas unidades de ensino da Rede Municipal de Ensino;

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Municipal dos Processos Seletivos Simplificados da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEEC.

Art. 2º Ficam nomeados os seguintes membros, para formação da Comissão Municipal dos Processos Seletivos Simplificados da Secretaria Municipal de Educação – SEEC, para o provimento de cargos vagos e em substituição nas unidades de ensino da Rede Municipal de Ensino de Nobres, para um mandato de um ano a contar da data de publicação:

Rafaela Vitoria Mendes Volcov

CPF: 010.xxx.xx1-60

Elizângela Aleixo Barbosa

CPF: 117.xxx.xx8-81

Paschoal Sasso Neto

CPF: 017.xxx.xx1-47

Joaquim de Araujo Faúla Neto

CPF: 784.xxx.xx1-30

Art. 3º A Comissão ora nomeada deverá auxiliar na apuração da pontuação e conferência da documentação anexada às inscrições dos interessados em concorrer a cargos vagos e em substituição nos Processos Seletivos Simplificados que venham a ser realizados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura durante o período do seu mandato, bem como acompanhar todos os atos referentes aos respectivos certames.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, aos 28 de abril de 2025.

José Domingos Fraga Filho

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO ATAS PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 03/2025

EXTRATO ATAS PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 03/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 09/2025			
Modalidade:	Pregão Eletrônico		
Número/Ano:	03/2025		
Objeto da licitação:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, POR KM RODADO, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DE SAUDE E ESPORTE E LAZER.		
N° ATA	**Licitante**	**CNPJ/CPF**	**Total do vencedor**
69	OESTE AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	81.516.429/0001-38	R$ 666.000,00

ASSINATURAS: 16 de abril de 2025.

Validade da ata: de 16/04/2025 até 16/04/2026

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei nº 14.133/2021

Prefeito Municipal: Jose Domingos Fraga Filho

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 03.425.170/0001-06, com sede na Avenida Diamantino, nº 1601, nesta cidade de Nortelândia/MT, neste ato devidamente representada pelo Prefeito **MARIANO GOMES MIRANDA**, brasileiro, casado, inscrito no RG nº 977104 SSP/MT e CPF nº 651.904.241-20, residente à Rua Pedro Araújo Ramos, S/N, Bairro da Ponte, nesta cidade, doravante denominada de **CONTRATANTE** e a empresa **RAFAEL TOGNINI PEREIRA EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº 26.770.119/0001-37, com sede a Rua da Assembleia, nº 310, Cidade Jardim, Campo Grande/MS, CEP: 79.040-620, daqui por diante denominado **CONTRATADO**, celebram o presente aditivo, mediante as condições estabelecidas nas Cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - Este aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo de vigência e valor do contrato administrativo nº 018/2021, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ASSENTAMENTO RAIMUNDO DA ROCHA, NO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT", conforme especificações técnicas constantes nos autos. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

2.1 - Fica prorrogado **o prazo de vigência** do contrato por mais 66(sessenta e seis) dias, iniciando-se em **12/04/2025 encerrando-se em 16/06/2025.**

2.2 – Aditivo do **valor de 14.623,40**(Quatorze mil. Seiscentos e vinte e três reais e quarenta centavos)

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL 3.1 - O termo aditivo de prazo de execução do Contrato nº 018/2021 se dá com base no requerimento/pedido da contratada, parecer técnico do Departamento de Engenharia e Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica constantes nos autos. 3.2 - O fundamento legal para a presente prorrogação de prazo está previsto nos artigos 57 e 65 da Lei n.º 8.666/93. CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Nortelândia – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

4.3 – E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE e CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nortelândia/MT, 11 de abril de 2025.

MARIANO GOMES MIRANDA

PREFEITO MUNICIPAL

RAFAEL TOGININI PEREIRA EIRELI

CNPJ SOB O Nº 26.770.119/0001-37

CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
RESOLUÇÃO N° 10/2025 DE 28 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO 1º, 2º e 3º RDQA DO ANO DE 2024 E RAG DO ANO DE 2024 DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA– MT.

O Conselho Municipal de saúde criado pela lei federal de N° 8.689/93 e lei municipal de nº 188/2010 situado na rua Presidente Dutra, nº 1655, novo horizonte, Nortelândia –MT.

CONSIDERANDO o que dispõem o artigo 3° da Lei N° 188/2010 que cria e regulamenta o Conselho Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO os documentos e as justificativas apresentados e analisados por este colegiado;

CONSIDERANDO o entendimento democrático e livre nas decisões de cada conselheiro e na manifestação do Usuário do SUS que participou dessa reunião, onde foi explanado a necessidade de leitura e aprovação do conselho, após entendimento, e este foram unânimes em aprovação;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade o **1º, 2º e 3º RDQA (RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR) DO ANO DE 2024, e RAG (RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO) DO ANO DE 2024.**

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.

Nortelândia – MT, 28 de ABRIL de 2025.

Eva Benedita da Costa

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo: **Thais Oliveira de Almeida Souza**

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Básico

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
RESOLUÇÃO N° 009/2025 DE 28 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PLANO DE EXECUÇÃO REFERENTE A PROPOSTA DE EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL nº 177/2025 REFERENTE 01 MINIVAN PARA O MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA– MT.

O Conselho Municipal de saúde criado pela lei federal de N° 8.689/93 e lei municipal de nº 188/2010 situado na rua Presidente Dutra, nº 1655, novo horizonte, Nortelândia –MT.

CONSIDERANDO o que dispõem o artigo 3° da Lei N° 188/2010 que cria e regulamenta o Conselho Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO os documentos e as justificativas apresentados e analisados por este colegiado;

CONSIDERANDO o entendimento democrático e livre nas decisões de cada conselheiro e na manifestação do Usuário do SUS que participou dessa reunião, onde foi explanado a necessidade de leitura e aprovação do conselho, após entendimento, e este foram unânimes em aprovação;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o **Plano de Execução do Recurso Financeiro no valor de** R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), **destinado** a aquisição **de 01 MINIVAN** para o transporte de pacientes, referente a Emenda Estadual nº 177/2025, de autoria do Deputado **Fábio Tardin-Fabinho.**

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Nortelândia – MT, 28 de ABRIL de 2025.

Eva Benedita da Costa

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo: **Thais Oliveira de Almeida Souza**

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Básico

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO RESOLUÇÃO N° 008/2025 DE 28 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PLANO DE EXECUÇÃO REFERENTE A PROPOSTA DE EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL nº 158/2025 REFERENTE 01 VAN PARA O MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA– MT.

O Conselho Municipal de saúde criado pela lei federal de N° 8.689/93 e lei municipal de nº 188/2010 situado na rua Presidente Dutra, nº 1655, novo horizonte, Nortelândia –MT.

CONSIDERANDO o que dispõem o artigo 3° da Lei N° 188/2010 que cria e regulamenta o Conselho Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO os documentos e as justificativas apresentados e analisados por este colegiado;

CONSIDERANDO o entendimento democrático e livre nas decisões de cada conselheiro e na manifestação do Usuário do SUS que participou dessa reunião, onde foi explanado a necessidade de leitura e aprovação do conselho, após entendimento, e este foram unânimes em aprovação;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o **Plano de Execução do Recurso Financeiro no valor de** R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), **destinado** a aquisição **de 01 VAN** para o transporte de pacientes, referente a Emenda Estadual nº 158/2025, de autoria do Deputado **Eduardo Botelho**.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nortelândia – MT, 28 de ABRIL de 2025.

Eva Benedita da Costa

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo: **Thais Oliveira de Almeida Souza**

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Básico

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO RESOLUÇÃO N° 007/2025 DE 28 DE ABRIL DE 2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PLANO DE EXECUÇÃO REFERENTE A PROPOSTA DE EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL nº 134/2025 REFERENTE A CUSTEIO DA SAÚDE PARA SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE PARA O MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA– MT.

O Conselho Municipal de saúde criado pela lei federal de N° 8.689/93 e lei municipal de nº 188/2010 situado na rua Presidente Dutra, nº 1655, novo horizonte, Nortelândia –MT.

CONSIDERANDO o que dispõem o artigo 3° da Lei N° 188/2010 que cria e regulamenta o Conselho Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO os documentos e as justificativas apresentados e analisados por este colegiado;

CONSIDERANDO o entendimento democrático e livre nas decisões de cada conselheiro e na manifestação do Usuário do SUS que participou dessa reunião, onde foi explanado a necessidade de leitura e aprovação do conselho, após entendimento, e este foram unânimes em aprovação;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o **Plano de Execução do Recurso Financeiro no valor de** R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) , **destinado a custeio da saúde para serviços de média e alta complexidade,** visando atender de forma integral a população usuária do SUS, referente a Emenda Estadual nº 134/2025, de autoria do **Deputado Lúdio Cabral.**

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nortelândia – MT, 28 de ABRIL de 2025.

Eva Benedita da Costa

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo: **Thais Oliveira de Almeida Souza**

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Básico

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

NOTIFICAÇÃO - NOTIFICADA: EMPRESA FARMÁCIA POPULAR MENDONÇA LTDA, INSCRITA NO CNPJ 19.651.628/0001-85.

Nossa Senhora do livramento, 28 de abril de 2025

Notificação

NOTIFICANTE: Município de Nossa Senhora do Livramento através do Fiscal Responsável.

NOTIFICADA: Empresa Farmácia Popular Mendonça LTDA, inscrita no **CNPJ** 19.651.628/0001-85.

REFERENTE: A Ata de Registro de Preços de n° 30/2025, referente à aquisição de dietas, suplemento alimentares e fórmulas infantis.

O **MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO**, inscrito no CNPJ n.º 03.507.514/0001-26, através da Secretaria Municipal de Saúde, vem **NOTIFICAR** a Empresa **Farmácia Popular Mendonça LTDA**, inscrita no **CNPJ** 19.651.628/0001-85, quanto ao descumprimento das exigências referente a quanto ao descumprimento das exigências do item 10.1, referente ao prazo para entrega do objeto da Ata de Registro de Preços de n° 30/2025.

Diante do exposto, identifica-se que a Ordem de Fornecimento nº **391/2025**, direcionada à empresa **Farmácia Popular Mendonça LTDA** através do endereço eletrônico fiscalultrapopular@terra.com.br, conforme disponibilizado na respectiva Ata, em 02 de abril de 2025, não foi atendida nos termos definidos. Considera-se que a empresa tem, de acordo com o item 10.1 d a Ata, o prazo de 10 dias úteis para entregar o pedido – ou seja, até o dia 16 de abril de 2025. Visto que a empresa não retornou o e-mail encaminhado e, na tentativa de contato com a empresa através dos telefones dispostos na Ata, não obtivemos sucesso. Portanto, a entrega do pedido é incompreensível dado que o fornecido é de caráter essencial para a suplementação alimentar de pacientes.

Consequentemente evidencia-se que o descumprimento do prazo de entrega acordado, prejudica significativamente a disponibilidade de suplementos essenciais à população livramentense.

Atenciosamente,

Shyrley Mendes da Silva

Fiscal da Ata de Registro de Preços de n° 30/2025

NOTIFICAÇÃO - NOTIFICADA: EMPRESA A2XR COMERCIAL LTDA, INSCRITA NO CNPJ 50.591.089/0001-86.

Nossa Senhora do livramento, 28 de abril de 2025

Notificação

NOTIFICANTE: Município de Nossa Senhora do Livramento através do Fiscal Responsável.

NOTIFICADA: Empresa A2XR Comercial LTDA, inscrita no **CNPJ 50. 591.089/0001-86**.

REFERENTE: A Ata de Registro de Preços de n° 07/2025, referente à aquisição de insumos odontológicos.

O **MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO**, inscrito no CNPJ n.º 03.507.514/0001-26, através da Secretaria Municipal de Saúde, vem **NOTIFICAR** a Empresa **A2XR Comercial LTDA**, inscrita no **CNPJ 50.591.089/0001-86**, quanto ao descumprimento das exigências referente a quanto ao descumprimento das exigências do item 4.1.1, referente ao prazo para entrega do objeto da Ata de Registro de Preços de n° 07/2025.

Diante do exposto, identifica-se que a Ordem de Fornecimento nº **432/ 2025**, direcionada à empresa **A2XR Comercial LTDA** através do endereço eletrônico a2xr.comercial@gmail.com, conforme disponibilizado na respectiva Ata, em 27 de março de 2025, não foi atendida nos termos definidos. Considera-se que a empresa tem, de acordo com o item 4.1.1 da Ata, o prazo de 10 dias úteis para entregar o pedido – ou seja, até o dia 10 de abril de 2025. A empresa acusou recebimento do e-mail e solicitou reajuste de preço somente do item agulha gengival 30 g curta, que, por sua vez, está sendo realizado o trâmite legal. Os demais itens que poderiam ser entregues dentro do prazo, não chegaram à secretaria de saúde até o momento. Visto que o pedido é de extrema importância dado que os mesmos são para atender às necessidades das equipes de odontologia do município.

Consequentemente evidencia-se que o descumprimento do prazo de entrega acordado, prejudica significativamente a disponibilidade de insumos odontológicos essenciais à população livramentense.

Atenciosamente,

Giseli S. Silva Almeida

Fiscal da Ata de Registro de Preços de n° 20/2025

TERMO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO ADESÃO Nº 03/2025

TERMO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO ADESÃO Nº 03/2025

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2024

Correspondente ao Pregão Eletrônico nº 008/2024, Processo Administrativo nº 0000008/2024, Processo Licitatório nº 0010/2024

Órgão responsável: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONIMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO CUIABA/MT

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT formaliza a adesão à Ata de Registro de Preços nº 16/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 08/2024, Processo Administrativo nº 08/2024, realizado pelo CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO CUIABA/MT

Objeto: Registro de preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ITENS DE CONSUMO FUNGÍVEIS COM TECNOLOGIAS DE PROTEÇÃO CLIMÁTICA DE MANUFATURA CUSTOMIZADA, PARA USO INDIVIDUAL, INCLUINDO ACESSORIOS. E que servirá com esta Adesão para atender a Secretaria municipal de Educação e Esporte do município de Nossa Senhora do Livramento/MT com a aquisição dos Itens 109 e 113 do lote 15 e os itens 122, 123 e 124 do lote 17 de acordo descrito neste Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme descrito no Termo de Referência nº 053/2025 – Processo nº 23638/2025

A empresa vencedora do certame foi CB NEWS COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ: 08.934.170/0001-55, com a seguinte tabela de itens:

APLIC	DESCRIÇÃO	UNID MEDIDA	QTDA.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
LOTE 15- ITENS 109 E 113					
00068151	CAMISETA ESCOLAR	UND (Cód.:1)	2.000	R$ 26,00	R$ 52. 000,00
00068152	BERMUDA ESCOLAR BERMUDA NA COR AZUL MARINHO PANTONE 193920 TCX CONFORME FIGURA 8, CONFECCIONADA EM TECIDO CONFORME A TABELA 10. NAS LATERAIS DA BERMUDA DEVEM SER COSTURADOS DOIS BOLSOS REDONDOS EMBUTIDOS PREGADOS EPESPONTADOS EM MAQUINA RETA 1 AGULHA NA COR DO CORPO E COM FORRO DO MESMO TECIDO E COR DO CORPO. NA CINTURA DEVERA SER COSTURADO ELASTICO DE 4,0 CM DE LARGURA PREGADA EM MAQUINA OVERLOQUE E REBATIDA EM MAQUINA CATRACA QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE PARA TODOS OS TAMANHOS. AS BAINHAS DA BARRA DEVERÃO SER COSTURADAS COM 2,0 CM PRONTO COSTURADO EM MAQUINA GALONEIRA DUAS AGULHAS LARGAS. AS COSTURAS DO ENTRE PERNAS, LATERAIS E GANCHOS DA PEÇA DEVEM SER COSTURADOS EM MAQUINA OVERLOQUE. PARA CONFECÇÃO DESTA PEÇA DEVERA SER UTILIZADA A LINHA EM 100 POLIESTER, N120, NA COR DO TECIDO. A PEÇA DEVE ESTAR LIMPA E INTEGRA, ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO. ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO A ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DEVE SER DE TECIDO BRANCO, AFEXADA EM CARATER PERMANENTE E INDELEVEL NA	UND (Cód.:1)	2.000	R$ 39,00	R$ 78. 000,00
LOTE 17- ITENS 122, 123 E 124					
00069281	MOCHILA INFANTIL I DESCRIÇÃO EM TECIDO COM ANALISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA AATCC 202021 E AATCC 20A2021 DE POLIESTER 90,80 E POLIAMIDA 9,20 , COM GRAMATURA ABNT NBR 105912008 DE 396,80 G/M², ESPESSURA ABNT 133712005 DE 0,38 MM, PILLING ISSO 1294512020 NOTA 5, DENSIDADE ABNT 105882015 NA TRAMA DE 30,32 FIOS/CM E NO URDUME DE 43,68 FIOS/CM, A ESTRUTURA ABNT NBR 129961993 E ABNT NBR 125462017 MAQUINETADO DERIVADO DE TELA COM EFEITO RIP STOP, COM TITULO DO FIO ABNT NBR 132161994 NA TRAMA DE 23,71 TEX, NA TRAMA RIP STOP DE 18,04 TEX, NO URDUME DE 8,66 TEX, A RESISTENCIA A TRAÇÃO E ALONGAMENTO ABNT NBR 119122016 NA TRAMA DE 97,28 KGF E 33,80 E NO URDUME DE 59,47 KGF E 28,38, RESISTENCIA AO RASGO ASTM D 14242019 NA TRAMA DE 4.58 KGF E NO URDUME DE 1.64 KGF. COR AZUL MARINHO. ISENTO DE FTALATOS E METAIS PESADOS CONFORME NORMA ABNT. RESULTADOS OBTIDOS ATRAVES DE RELATORIO DE ENSAIO REALIZA-	UND (Cód.:1)	600	R$ 122,00	R$ 73. 200,00

	DOS EM LABORATORIOS, COM OS REFERIDOS ENSAIOS CONTENDO O SELO DE ACREDITAÇÃO DO INMETRO.				
00087214	MOCHILA FUNDAMENTAL I DESCRIÇÃO EM TECIDO COM ANALISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA AATCC 202021 E AATCC 20A2021 DE POLIESTER 90,80 E POLIAMIDA 9,20 , COM GRAMATURA ABNT NBR 105912008 DE 396,80 G/M², ESPESSURA ABNT NBR 133712005 DE 0,38 MM, PILLING ISSO 1294512020 NOTA 5, DENSIDADE ABNT NBR 105882015 NA TRAMA DE 30,32 FIOS/CM E NO URDUME DE 43,68 FIOS/CM, A ESTRUTURA ABNT NBR 129961993 E ABNT NBR 125462017 MAQUINETADO DERIVADO DE TELA COM EFEITO RIP STOP, COM TITULO DO FIO ABNT NBR 132161994 NA TRAMA DE 23,71 TEX, NA TRAMA RIP STOP DE 18,04 TEX, NO URDUME DE 8,66 TEX, A RESISTENCIA A TRAÇÃO E ALONGAMENTO ABNT NBR 119122016 NA TRAMA DE 97,28 KGF E 33,80 E NO URDUME DE 59,47 KGF E 28,38, RESISTENCIA AO RASGO ASTM D 14242019 NA TRAMA DE 4.58 KGF E NO URDUME DE 1.64 KGF. COR AZUL MARINHO. ISENTO DE FTALATOS E MATAIS PESADOS CONFORME NORMA ABNT. RESULTADOS OBTIDOS ATRAVES DE RELATORIO DE ENSAIO REALIZADOS EM LABORATORIO, COM OS REFERIDOS ENASIOS CONTENDO O SELO DE ACREDITAÇÃO DO INMETRO.	UND (Cód.:1)	2.000	R$ 95,00	R$ 190.000,00
00073159	ESTOJOS I DESCRIÇÃO EM TECIDO COM ANALISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA AATCC 202021 E AATCC 20A2021 DE POLIESTER 90,80 E POLIAMIDA 9,20 , COM GRAMATURA ABNT NBR 105912008 DE 396,80 G/M², ESPESSURA ABNT NBR 133712005 DE 0,38 MM, PILLING ISSO 1294512020 NOTA 5, DENSIDADE ABNT NBR 105882015 NA TRAMA DE 30,32 FIOS/CM E NO URDUME DE 43,68 FIOS/CM, A ESTRUTURA ABNT NBR 129961993 E ABNT NBR 125462017 MAQUINETADO DERIVADO DE TELA COM EFEITO RIP STOP, COM TITULO DO FIO ABNT NBR 1321161994 NA TRAMA DE 23,72 TEX, NA TRAMA RIP STOP DE 18,04 TEX, NO URDUME DE 8,66 TEX, A RESISTENCIA A TRAÇÃO E ALONGAMENTO ABNT NBR 119122016 NA TRAMA DE 97,28 KGF E 33,80 E NO URDUME DE 59,47 KGF E 28,38, RESISTENCIA AO RASGO ASTM D 14242019 NA TRAMA DE 4,58 KGF E NO URDUME DE 1.64 KHF. COR AZUL MARINHO. ISENTO DE FTALATOS E METAIS PESADOS CONFORME NORMA ABNT. RESULTADOS OBTIDOS ATRAVES DE RELATORIOS DE ENSINO REALIZADOS EM LABORATIO, COM OS REFERIDOS ENSAIOS CONTENDO O SELO DE ACREDITAÇÃO DO INMETRO. MEDINDO 20.	UND (Cód.:1)	2.600	R$ 28,00	R$ 72.800,00
TOTAL GERAL: R$ 466.000,00					

Após análise jurídica, fundamentada na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 004/2024, a adesão foi adjudicada e homologada pelo Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Thiago Gonçalo Lunguinho de Almeida, conforme parecer jurídico nº 095/2025, datado de 29 de abril de 2025.

Publica-se e homologa-se o procedimento.

Nossa Senhora do Livramento, MT, 29 de Abril de 2025.

Thiago Gonçalo Lunguinho de Almeida

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO - NOTIFICADA: EMPRESA MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS – EIRELI - EPP, INSCRITA NO CNPJ 27.105.456/0001-72.

Nossa Senhora do livramento, 28 de abril de 2025

Notificação

NOTIFICANTE: Município de Nossa Senhora do Livramento através do Fiscal Responsável.

NOTIFICADA: Empresa Medicentro Comercio de Medicamentos – Eireli - EPP, inscrita no **CNPJ** 27.105.456/0001-72.

REFERENTE: A Ata de Registro de Preços de n° 20/2025, referente à aquisição de insumos odontológicos.

O **MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO**, inscrito no CNPJ n.º 03.507.514/0001-26, através da Secretaria Municipal de Saúde, vem **NOTIFICAR** a Empresa **Medicentro Comercio de Medicamentos – Eireli - EPP**, inscrita no **CNPJ 27.105.456/0001-72**, quanto ao descumprimento das exigências referente a quanto ao descumprimento das exigências do item 4.1.1, referente ao prazo para entrega do objeto da Ata de Registro de Preços de n° 20/2025.

Diante do exposto, identifica-se que a Ordem de Fornecimento nº **480/2025**, direcionada à empresa **Medicentro Comercio de Medicamentos** através do endereço eletrônico medicentrodistribuidora@hotmail.com, conforme disponibilizado na respectiva Ata, em 02 de abril de 2025, não foi atendida nos termos definidos. Considera-se que a empresa tem, de acordo com o item 4.1.1 da Ata, o prazo de 10 dias úteis para entregar o pedido – ou seja, até o dia 16 de abril de 2025. A empresa acusou recebimento do e-mail e solicitou reajuste de preços somente do item Filme Radiográfico que, por sua vez, está sendo realizados os trâmites legais. Os demais itens que poderiam ser entregues dentro do prazo, não chegaram à secretaria de saúde até o momento. Visto que o pedido é de extrema importância dado que os mesmos são para atender às necessidades das equipes de odontologia do município.

Consequentemente evidencia-se que o descumprimento do prazo de entrega acordado, prejudica significativamente a disponibilidade de insumos odontológicos essenciais à população livramentense.

Atenciosamente,

Giseli S. Silva Almeida

Fiscal da Ata de Registro de Preços de n° 20/2025

AVISO ADESAO Nº 03.2025

AVISO ADESAO Nº 03.2025

Adesão à Ata de Registro de Preços N° 016/2024

Correspondente ao Pregão Eletrônico nº 008/2024, Processo Administrativo nº 0000008/2024, Processo Licitatório nº 0010/2024.

Órgão responsável: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO CUIABA/MT.

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT formaliza a Adesão à Ata de Registro de Preços N°. 016/2024, correspondente ao Processo Licitatório nº 0010/2024, Processo Administrativo 000008/2024, realizado pelo CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONIMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO CUIABA/MT.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ITENS DE CONSUMO FUNGÍVEIS COM TECNOLOGIAS DE PROTEÇÃO CLIMÁTICA DE MANUFATURA CUSTOMIZADA, PARA USO INDIVIDUAL, INCLUINDO ACESSORIOS". E que servirá com esta Adesão para atender a Secretaria municipal de Educação e Esporte do município de Nossa Senhora do Livramento/MT com a aquisição dos Itens 109 e 113 do lote 15 e os itens 122, 123 e 124 do lote 17 de acordo descrito neste Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme descrito no Termo de Referência nº 053/2025 – Processo nº 23638/2025.

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Adesão correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Educação	Próprio	2045 - Manutenção e Encargos da Educação	120	33.90.30	1.500	R$ 466.000,00
TOTAL R$ 466.000,00						

Nossa Senhora do Livramento, MT 29 de Abril de 2025

Edevige Maria Faria de Freitas

Agente de Contratação

Portaria 014/2025

Valquiria Ana de Campos

Agente de Contratação

Portaria 014/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, **JOÃO ROGERIO DE SOUZA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

ADJUDICAR/HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Modalidade Nr.: 012/2025

Processo Administrativo Nr.: 062/2025

Classificação: Inexigibilidade de licitação

Data da Adjudicação: 28/04/2025

Data da Homologação: 28/04/2025

Objeto da licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, PARA PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL VISANDO COMPELIR A UNIÃO A EFETUAR O REPASSE DA QUOTA PARTE DO MUNICÍPIO NO FPM CONSIDERANDO O TOTAL DOS INGRESSOS COM ORIGEM NO IPI E NO IR, SEJA QUAL FOR A MODALIDADE DE QUITAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO OU A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS, BEM COMO A DEVOLUÇÃO DA QUANTIA NÃO REPASSADA NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS**, conforme especificações constantes no Termo de Referência, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Empresa: **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CNPJ n° **35.542.612/0001-90.**

Para a execução do referido objeto, deverá ser pago a título de honorários o valor máximo de até R$ 0,20 (vinte centavos de real) para cada R$ 1,00 (um real) efetivamente recuperado ou resguardado aos Cofres Municipais, sendo o valor total apurado no procedimento de Cumprimento de Sentença.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência desta prefeitura, para fins de

publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021 e Lei Municipal n° 458/2006.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Bandeirantes, MT, 29 de abril de 2025.

_____

João Rogerio de Souza

Prefeito Municipal.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 158/2025

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO FERIADO DO DIA DO TRABALHADOR, NO ÂMBITO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o feriado nacional do Dia do Trabalhador, celebrado em 1º de maio, recairá no ano de 2025 em uma quinta-feira;

CONSIDERANDO que a transferência da comemoração para o dia 02 de maio de 2025 (sexta-feira), permitirá a junção com o final de semana, levando em consideração o costume da compensação de feriados em datas próximas ao final de semana;

CONSIDERANDO que a medida busca também otimizar o funcionamento da administração pública, evitando a descontinuidade dos serviços em um único dia útil entre feriado e fim de semana, a fim de minimizar impactos nos atendimentos.

DECRETA:

Art. 1º Fica transferida, exclusivamente no âmbito das repartições públicas municipais de Nova Bandeirantes – MT, a comemoração do feriado nacional do Dia do Trabalhador, do dia 01 de maio de 2025 (quinta-feira) para o dia 02 de maio de 2025 (sexta-feira).

Art. 2º Em razão do feriado de 01 de maio (quinta-feira) e do ponto facultativo estadual de 02 de maio de 2025 (sexta-feira), não haverá aulas na Rede Municipal de Ensino, conforme previsto no calendário escolar vigente.

Art. 3º Os serviços públicos essenciais e de urgência, cujas atividades não possam sofrer interrupções, deverão funcionar normalmente, conforme escalas e plantões previamente estabelecidos pelos respectivos responsáveis.

Art. 4º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão organizar-se para garantir a continuidade dos serviços essenciais durante o período mencionado no artigo 1º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes/MT, 29 de abril de 2025.

JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 031/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal **Sr. JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento Licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 031/2025, Processo Licitatório n° 051/2025, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS NATALIDADES PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A GESTANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, CONFORME PREVISTO NOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no (**ANEXO I**), Termo de Referência.

EMPRESA: D S J CONFECCOES LTDA

CNPJ: 48.911.914/0001-30

VALOR TOTAL: R$ 10.900,00 (Dez Mil e novecentos reais)

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes – MT, 29 de abril de 2025.

_____

JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 080/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 080/2025

"O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 029/2025, PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 017/2025, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e dá outras Tprovidências"

ÒRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** inscrita no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. João Rogério de Souza**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Bandeirantes/MT, portador da Cédula de Identidade nº. 09283641 SSP/MT e CPF nº. 621.323.851.49, em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2025, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **PRIME CONSULTORIA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ 05.340.639/0001-30, estabelecida a Calçada Canopo, 11 – 2º andar – sala 03 – Centro de Apoio II – Alphaville, antana de Parnaíba-SP, Cep: 06502-160, e-mail: licitacao@primebeneficios.com.br, Telefone: (19) 3518-7021, representada neste ato pelo Sra. **Renata Nunes Ferreira**, residente na Rua Açu, nº 47, Loteamento Alphaville Empresarial – Campinas/SP – CEP: 13098-335, Portadora do CPF nº: 371.237.288-40 e RG nº: 48.537.010-4de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência ao disposto no Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei nº. 14.133/21 e a Lei Municipal nº. 458/2006 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e o Diário Oficial AMM, como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OPERADORA DE CARTÕES MAGNÉTICOS VIA *WEB* OU SISTEMA INFORMATIZADO VIA *WEB*, PARA O GERENCIAMENTO E CONTROLE DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO ORIGINAIS OU SIMILARES DE PRIMEIRA LINHA, VISANDO A MANUTENÇÃO DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital com as características descritas no (ANEXO I), Termo de Referência. Este instrumento não obriga o Município de Nova Bandeirantes/MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2 O Objeto, preço, quantidade, fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

GLOBAL	SUB ITEM	DESCRIÇÃO	UNI. FORN.	VALOR MENSAL	VALOR EST. ANUAL
01	1.1	SERVIÇOS CONTINUADOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO EM REDE DE POSTOS CREDENCIADOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS EM GERAL, LUBRIFICANTES, ADITIVOS E OLEOS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, GERADORES MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT INCLUÍDOS AQUELES LOCADOS, CEDIDOS E PRÓPRIOS.	R$/ MÊS	R$ 42. 500,00	R$ 510. 000,00
	1.2	SERVIÇOS CONTINUADOS DE ADMINISTRAÇÃO, COM IMPLANTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO POR MEIO DE SISTEMA INFORMATIZADO, PROCESSADO DE GERENCIAMENTO EM REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS ORIGINAIS, GENUÍNOS OU SIMILARES, FORNECIMENTO DE PNEUS, CAMARAS DE AR, PROTETORES; SERVIÇO DE BORRACHARIA EM GERAL; SERVIÇOS	R$/MÊS	R$ 528. 333,00	R$ 6. 340. 000,00

		DE RETIFICA DE MOTORES LEVES E PESADOS; SERVIÇOS DE BOMBA E BICO; SERVIÇOS DE REVISÃO DE ROTINA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA INTERNA E LAVAGEM EXTERNA, LUBRIFICAÇÃO E SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL, TORNO E SOLDA, PARA VEICULOS LEVES E PESADOS INCLUINDO FUNILARIA, PINTURA, ELETRICA, AR CONDICIONADO, ÓLEO E FILTROS, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E REPAROS. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS VEÍCULOS, GERADORES, MÁQUINAS, MOTOS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES -MT INCLUÍDOS AQUELES LOCADOS, CEDIDOS E PRÓPRIOS.				
VALOR ESTIMADO					**R$ 6.850.000,00**	
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO					**-17,00%**	
VALOR OFERTADO COM TAXA					**R$ 5.685.500,00**	

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da(s) Secretaria(s) Municipal solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

2.2. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

2.3. O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital conforme abaixo:

ÓRGÃO: 02 - GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE: 001 – ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 034 – GESTÃO PARA RESULTADOS
PROJETO/ATIVIDADE:2002 – Manutenção e Encargos com o Gabinete do Prefeito
9 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 -Material de Consumo
13 – Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
Unidade: 001- ADM GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Sub - Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0003 – Modernização e Gestão Administrativa
Projeto/Atividade: 2 005 – Manutenção do Gabinete Secretario de Administração
52 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 -Material de Consumo
58 – Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 001- GABINETE DA SECRETARIA
Função:12 – EDUCACAO
Sub - Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 012 – Manutenção e Encargos Secretaria de Educação
135 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 -Material de Consumo
140 - Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
Função:12 – EDUCACAO
Sub - Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 110 – TRANSPORTE ESCOLAR SEDUC
156 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 -Material de Consumo
158 - Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
Função:12 – EDUCACAO
Sub - Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 116 – TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS PRÓPRIOS
159 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 -Material de Consumo
161 - Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
Função:12 – EDUCACAO
Sub - Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 117 – MANUTENÇÃO DO PNATE
162 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 -Material de Consumo
164 - Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 002 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
Função:12 – EDUCACAO
Sub - Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:0006 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Projeto/Atividade: 2 149– TRANSPORTE ESCOLAR FETHAB
165 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 -Material de Consumo
167 - Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
Unidade: 001 – FMS – GESTÃO DO SUS
Função:10 - SAUDE
Sub - Função: 301-ATENÇAO BASICA
Programa: 0005- Atenção à saúde publica
Projeto/Atividade: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
246 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
253 – Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 002 – FMS – ATENÇÃO BASICA
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
PROGRAMA: 0020 - Atenção à Saúde – Atenção Básica
PROJETO/ATIVIDADE: 2 122 – CUSTEIO – ATENÇÃO BÁSICA
271 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
275 – Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAÚDE
UNIDADE: 003 – FMS – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 – SAÚDE
SUB-FUNÇÃO: 302 - ASSITENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
PROGRAMA: 0021 - Atenção à Saúde - Média e Alta Complexidade
PROJETO/ATIVIDADE: 2 123 – CUSTEIO - MAC - MANUTENÇÃO DO HM
304 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
308 – Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica
Órgão: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 – ADM GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
Função: 20 - AGRICULTURA
Sub - Função: 608 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA
Programa: 0007 - Agricultura Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 025 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
371 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
375 – Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERV. TERCEIRO P. JURÍDICA
Órgão:08 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Função: 26 – TRANSPORTES
Subfunção: 782 – TRANSPORTES RODOVIARIO
Programa: 0013 - MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
Projeto/Atividade: 2 073 - MANUTENÇÃO E ENGARGOS DA INFRAESTRUTURA
475 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
480 - Natureza da Despesa: 3390.39.00.00.00 – OUTROS SERV. TERCEIRO P. JURÍDICA.
Órgão:08 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 – ADM. GERAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Função: 15 – URBANISMO
Subfunção: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
Programa: 0032 – ADMINISTRAÇÃO COM RECURSOS DO FETHAB
Projeto/Atividade: 2 146 - MANUTENÇÃO E DO FETHAB
461 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
462 - Natureza da Despesa: 3390.39.00.00.00 – OUTROS SERV. TERCEIRO P. JURÍDICA.
Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 – FMAS – GESTÃO SUAS
Função: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL
Sub - Função: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011 – Compromisso Social
Projeto/Atividade: 2 009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA
508 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
513 – Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

ÓRGÃO: 13 – SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
UNIDADE: 001 – ADM. DA SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES
Função: 15 - URBANISMO
SUB-FUNÇÃO: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA

PROGRAMA: 0013 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 217 – MANUTENÇÃO DA SEC. DE URBANISMO E CIDADES
589 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
592 – Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

2.4. A dotação orçamentária que o saldo não for suficiente, será suplementada à conta dos recursos discriminados nos incisos do parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964, até o limite de 20% (vinte) por cento do total da despesa fixada, mediante Decreto, em conformidade com o artigo 27, parágrafo único da Lei das Diretrizes Orçamentárias n° 1592 e Lei Municipal 1629/2025 Artigo 1º.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por centro) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida;

4.2. Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

4.3. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

4.4. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

4.5. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza

4.7. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

4.8. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

4.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por este Município;

4.11. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.12. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

4.13. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatórias do certame, em especial a fiscal;

4.14. Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

4.15. Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

4.16. Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

4.17. A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

4.18. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR;

DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

4.19 A contagem do prazo de 10 (dez) dias corridos para a implantação do sistema no setor de controle de frotas da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, inicia-se a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) por e-mail, obrigatoriamente acompanhada da relação dos veículos/ motoristas e servidores reposansaveis.

4.20 Os serviços prestados em desacordo com as especificações do edital e seus anexos e das respectivas propostas estão sujeitas a notificação formal e deverão ser sanados conforme prazos apresentados.

4.21 Atendimento às solicitações pós implantação do sistema O atendimento deverá ocorrer nos prazos a seguir, contados a partir da notificação: **a)** Emissão de 2ª via de cartões magnéticos via *web* ou sistema informatizado via *web*: **ATÉ 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS**; **b)** Adequações de relatórios: **ATÉ 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**; **c)** Solução de problemas técnicos no sistema da Contratada ou atender solicitações dos(as) Fiscais via ofício ou por meio do próprio sistema: **ATÉ 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**; e **d)** Prover alteração, inclusão e exclusão de cadastro de bem, usuário, quantidade e endereços: **ATÉ 1 (UM) DIA CORRIDO.** 4.21.1 A contratada quando não for possível atender os prazos definidos no item anterior, deverá apresentar justificativa e solicitação de dilatação de prazo por escrito, quando for o caso, a ser analisado pelo(a) Gestor(a) do Contrato.

a) A CONTRATADA deverá considerar no valor da proposta, todas as despesas pertinentes supracitadas, inclusive impostos, encargos, taxas, deslocamentos, hospedagem, alimentação, combustível, impressão, papel, e demais custos, ficando sob seu ônus as referidas despesas.

b) Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, todo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus colaboradores, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente objeto.

A CONTRATADA deverá obedecer a todas as normas regulamentadoras vigente, inclusive a legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho CLT, normas de Segurança do Trabalho, entre outras; devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus funcionários;

c) Assumir ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços;

d) A CONTRATANTE deterá o direito de propriedade intelectual dos serviços desenvolvidos, assim como, de toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa desta Autarquia;

e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação e afins;

f) Trabalhar segundo as normas técnicas, com qualidade, com produtividade, com higiene e preservação ambiental;

g) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência;

h) Acatar as ordens da CONTRATANTE efetuando os serviços nos locais indicados na ordem de serviço;

i) Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa venha ocorrer no cumprimento deste Termo de Referência, direto ou indiretamente, provocar, a administração ou a terceiros;

j) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE em qualquer momento que seja solicitado.

k) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE;

l) Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

m) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações;

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

5.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

5.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

5.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

5.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

5.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

5.3. DAR RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

5.4. DAR RECEBIMENTO DEFINITIVO pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

5.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

5.6. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

5.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e Ata de Registro de Preços homologada;

5.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

5.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

5.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da **NOTA FISCAL** devidamente atestada pelo responsável;

6.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital.

6.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

6.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

6.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

6.4. O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;

c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

6.5. A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA.

6.6. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

6.7. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscais pertinente e vigente;

6.8. A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e conseqüentemente, lançado na ata de registro de preço;

6.9. O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

6.10. A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato;

6.10.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso;

6.11. Não haverá pagamento parcial da nota.

6.12. Dados bancários da(s) empresa(s) detentora dos preços registrados:

6.12.1. Banco: 001, Agência: 2857-6, Conta corrente: 86151-0

7. DA REVISÃO DA ATA E REAJUSTE DE PREÇO

7.1. O gesto responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços práticos para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no 7.1.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, **SEGUINDO O RITO**:

7.2.1. O fornecedor encaminhará juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória, tais como, **NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO**, **DE TRANSPORTE, PLANILHA DE CUSTOS**, entre outros documentos pertinentes, demonstrando o custo no ato de formalização da proposta e o do momento do pleito, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 A Administração realizara uma pesquisa de preços de mercado para verificação dos valores que serão anexados no processo de pedido de reequilíbrio;

7.2.4. Após a pesquisa de preço, será realizado consulta a todo cadastro de reserva objetivando manter o preço adjudicado, ou ao próprio preço, desde que o próprio preço seja mais vantajoso do que o solicitado através do processo de reequilíbrio.

7.2.5. Caso não se obtenham êxito com a consulta prevista na clausula anterior, será realizado negociação com os fornecedores do cadastro de reversa.

7.2.6. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

8.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

8.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

8.2. Por iniciativa do Município de Nova Bandeirantes/MT, o registro será cancelado quando o proponente:

8.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

8.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

8.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.5. O Município de Nova Bandeirantes/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **d) Multa:**

1- *moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*

***2-** O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.*

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

10 - DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 É parte integrante desta Ata o **RELATÓRIO DE CADASTRO DE RESERVA** constante do Anexo VIII, assumindo todas as responsabilidades desta ata.

10.2. As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital.

11 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

11.1 O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **Pregão Eletrônico nº. 017/2025** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

12. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4. Foi Designado através de Portaria especifica o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor da Ata de Registro de Prelos indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Sec. Administração	DEBORA CRISTINA SILVA DOS SANTOS	155/2025

13.5. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo ser o gestor do contrato indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Sec. Administração	AMIBSON EVANGELISTA DE ARRUDA	155/2025

13. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços;

II. Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira;

13.2. A critério exclusivo do Município de Nova Bandeirantes/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021.

14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca Nova Monte Verde/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem de acordo o Município de Nova Bandeirantes/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Bandeirantes/MT, 15 de abril de 2025.

_____

JOAO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

PRIME CONSULTORIA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

CNPJ: 05.340.639/0001-30

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Aline Groff Pit Nome: Eriane Custodio da Silva

C.P.F.: 060.335.461-05 C.P.F.: 005.712.201-69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, **JOÃO ROGERIO DE SOUZA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

ADJUDICAR/HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Modalidade Nr.: 013/2025

Processo Administrativo Nr.: 063/2025

Classificação: Inexigibilidade de licitação

Data da Adjudicação: 28/04/2025

Data da Homologação: 28/04/2025

Objeto da licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA, VISANDO À PROPOSITURA E ACOMPANHAMENTO, ATÉ ÚLTIMA INSTÂNCIA OU FINAL DECISÃO, DE DEMANDA JUDICIAL E/OU ADMINISTRATIVA, NO INTUITO DE REAVER AS DIFERENÇAS EXISTENTES EM RAZÃO DA DESATUALIZAÇÃO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO SUS, DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALARES PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE,** conforme especificações constantes no Termo de Referência, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Empresa: **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CNPJ n° **35.542.612/0001-90.**

Para a execução do referido objeto, deverá ser pago a título de honorários o valor máximo de até R$ 0,20 (vinte centavos de real) para cada R$ 1,00 (um real) efetivamente recuperado ou resguardado aos Cofres Municipais, cujo montante será calculado sobre o benefício alcançado em decisão judicial.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência desta prefeitura, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021 e Lei Municipal n° 458/2006.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Bandeirantes, MT, 29 de abril de 2025.

_____

João Rogerio de Souza

Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 015/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 015/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 061/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES (MT).

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLÍNICO GERAL QUE ATENDA AS NORMAS PRECONIZADAS PELO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, PARA ATENDER AO PRONTO ATENDIMENTO DE 40 HORAS SEMANAL NA UNIDADE DE SAÚDE – JOÃO BATISTA DA SILVA – PSF VI, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.**

S. P. SERVIÇOS MÉDICOS LTDA,

CNPJ Nº 40.270.385/0001-21

VALOR TOTAL **R$ 43.000,00** (quarenta três mil reais), que serão pagos em 02 (duas) parcelas mensais no valor de R$ 21.500,00 (vinte um mil e quinhentos reais) cada.

PSF VI – JOÃO BATISTA DA SILVA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLÍNICO GERAL QUE ATENDA AS NORMAS PRECONIZADAS PELO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARA ATENDIMENTO DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAL NA UNIDADE DE SAÚDE JOÃO BATISTA DA SILVA – PSF VI	MÊS	02	R$ 21.500,00	R$ 43.000,00
VALOR TOTAL					**R$ 43.000,00**

Dispensa de Licitação: VIII, Art. 75 da Lei n**º** 14.133/2021.

Nova Bandeirantes - MT, 29 de abril de 2025.

_____

Regina de Souza Mendonça

Agente de Contratação (Portaria n° 119/2025)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

Nos termos do Art. 74, inciso III, da Lei n°. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Inexigibilidade de Licitação nº. 013/2025, Processo Administrativo n° 063/2025, para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA, VISANDO À PROPOSITURA E ACOMPANHAMENTO, ATÉ ÚLTIMA INSTÂNCIA OU FINAL DECISÃO, DE DEMANDA JUDICIAL E/OU ADMINISTRATIVA, NO INTUITO DE REAVER AS DIFERENÇAS EXISTENTES EM RAZÃO DA DESATUALIZAÇÃO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO SUS, DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALARES PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE,** conforme especificações constantes no Termo de Referência, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Empresa: **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CNPJ n° **35.542.612/0001-90.**

O Agente de contratação informa que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 29 de abril de 2025.

_____

João Rogério de Souza

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 031/2025

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Eletrônico n.º **031/2025**, Processo Licitatório n° **051/2025**, tendo como objetoo**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS NATALIDADES PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A GESTANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, CONFORME PREVISTO NOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA POLÍTICA**

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no (**ANEXO I**), Termo de Referência.

SAGROU-SE vencedora da presente licitação a empresa:

EMPRESA: D S J CONFECCOES LTDA

CNPJ: 48.911.914/0001-30

VALOR TOTAL: R$ 10.900,00 (Dez Mil e novecentos reais)

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Nova Bandeirantes – MT, 29 de abril de 2025.

_____

João Rogério de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 015/2025

Nos termos do art. 75 da Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº. 015/2025, Processo Licitatório n° 061/2025, cujo objeto e a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLÍNICO GERAL QUE ATENDA AS NORMAS PRECONIZADAS PELO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, PARA ATENDER AO PRONTO ATENDIMENTO DE 40 HORAS SEMANAL NA UNIDADE DE SAÚDE – JOÃO BATISTA DA SILVA – PSF VI, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.**

S. P. SERVIÇOS MÉDICOS LTDA,

CNPJ Nº 40.270.385/0001-21

VALOR TOTAL **R$ 43.000,00** (quarenta três mil reais), que serão pagos em 02 (duas) parcelas mensais no valor de R$ 21.500,00 (vinte um mil e quinhentos reais) cada.

O Agente de contratação informa que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 29 de abril de 2025.

_____

JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2025 - PROCESSO LICITATORIO Nº 061/2025

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, no uso de suas atribuições legais e considerando que a Agente de Contratação Regina de Souza Mendonça, nomeada pela Portaria n° 119/2025 cumpriu todo o procedimento de Dispensa de Licitação nº 015/2025, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLÍNICO GERAL QUE ATENDA AS NORMAS PRECONIZADAS PELO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, PARA ATENDER AO PRONTO ATENDIMENTO DE 40 HORAS SEMANAL NA UNIDADE DE SAÚDE – JOÃO BATISTA DA SILVA – PSF VI, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** vem **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** o presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 015/2025, para que produza os devidos efeitos legais e jurídicos.

Assim no termo da legislação vigente, fica o presente processo ADJUDICADO E HOMOLOGADO em favor da empresa:

S. P. SERVIÇOS MÉDICOS LTDA,

CNPJ Nº 40.270.385/0001-21

VALOR TOTAL R$ 43.000,00 (quarenta três mil reais), que serão pagos em 02 (duas) parcelas mensais no valor de R$ 21.500,00 (vinte um mil e quinhentos reais) cada.

Nova Bandeirantes – MT, 29 de abril de 2025.

_____

JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

Nos termos do Art. 74, inciso III, da Lei n°. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Inexigibilidade de Licitação nº. 012/2025, Processo Administrativo n° 062/2025, para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, PARA PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL VISANDO COMPELIR A UNIÃO A EFETUAR O REPASSE DA QUOTA PARTE DO MUNICÍPIO NO FPM CONSIDERANDO O TOTAL DOS INGRESSOS COM ORIGEM NO IPI E NO IR, SEJA QUAL FOR A MODALIDADE DE QUITAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO OU A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS, BEM COMO A DEVOLUÇÃO DA QUANTIA NÃO REPASSADA NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS**, conforme especificações constantes no Termo de Referência, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Empresa: **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

CNPJ n° **35.542.612/0001-90.**

O Agente de contratação informa que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 29 de abril de 2025.

_____

João Rogério de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DA ADESÃO N°. 009/2025 - PROCESSO: Nº.025/2025
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA/MT

ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.044/2024 CONCORRENCIA Nº.017//2024 DO PROCESSO N°. 090/2024 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA /MT.

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

CNPJ: Nº. 15.023.963/0001-88

CONTRATADO: **EXITO EMPREENDIMENTOS LTDA**

CNPJ: N°. 25.993.540/0001-44

OBJETO: adesão a ATA de Registro de Preços nº. 044/2024, regida pela Concorrência Eletrônica nº 017/2024, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS

PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E LICENÇAS AMBIENTAIS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório, para atender a Secretaria Municipal de Infra Estrutura da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT.

VALOR: R$ 249.750,00 (Duzentos e Quarenta e Nove Mil, Setecentos e Cinquenta Reais)

DATA DA ADESAO:30/04/2025

ORGÃO GERENCIADOR DA ATA: **PREFEITURA MUNICIPALDE CANARANA/MT.**

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 14.133/2021.

José Antônio Domingos Cardoso

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

SETOR DE CONVENIOS
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Nova Guarita – MT, 28 de abril de 2025.

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº. 03/2025 REF. CONTRATO Nº 27/2024/SMA/PMNG

Departamento de Engenharia Civil e Urbanismo

Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT

Objeto: AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEQUENO PRÍNCIPE NO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA-MT.

Eu, Caio Vinicius Oliveira Marques, Engenheiro Civil, CREA-MT Nº 041.258, na função e Fiscal do Contrato Nº 27/2024/SMA/PMNG, Portaria de Nomeação Nº 212/2024/GP/PMNG, por parte da contratante, o **Município de Nova Guarita** – MT, inscrito no **CNPJ nº 37.465.598/0001-02**, sito à Av. dos Migrantes, SN, Centro, deste município;

Venho por meio do presente, na qualidade de fiscal do **Contrato Nº 27/2024/SMA/PMGN**, **NOTIFICAR** a empresa **FERNANDES COMERCIO E CONSTRUCOES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado e inscrita no CNPJ nº 36.211.135/0001-43 neste ato representada pela sua sócia proprietária a Srª. Ana Alice Batista da Silva, que:

Regularize a execução física da obra em relação ao cronograma físico-financeiro, visto que o prazo contratual já transcorreu e o prazo de execução concedido no 1º, no 2º e no 3º Aditivos de Prazo e, a contratada, até a presente data, não concluiu a execução dos serviços contratados. Destaca-se a ausência de justificativas para o referido atraso, mesmo sem a existência de impedimentos ou motivos para sua execução. Concedo o prazo de 3 (três) dias úteis a contar da presente notificação para que a empresa tome as providências cabíveis e necessárias para a conclusão dos serviços. Sem prejuízo de posterior realização de diligências para a verificação e adequação do quanto aqui requisitado. **Em caso de dúvidas, entrar em contato com este fiscal;**

No caso de não acatamento do quanto aqui disposto, a empresa ficará sujeita as penalidades contratualmente previstas.

Caio Vinicius Oliveira Marques

Fiscal do Contrato – Portaria Nº 212/2024

FERNANDES COMERCIO E CONSTRUCOES LTDA

CNPJ nº 36.211.135/0001-43

SETOR DE CONVENIOS
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

9°Termo Aditivo ao Contrato Nº. 013/2023/SMA/PMNG

Processo Nº.1100/2022

Contratada: MTSUL CONSTRUCOES LTDA

CNPJ n.º 06.232.484/0001-80

Aditamento: Fica aditada também, nos termos da Cláusula Quinta, o **Prazo de Vigência** do Contrato de Prestação de Serviços nº.013/2023/SMA/PMNG, que passa a vigorar pelo período compreendido entre os dias **28 de abril de 2025 e 31 de dezembro de 2025**

Justificativa: Este aditivo ao contrato original é necessário para viabilizar a continuidade e a adequada execução dos trâmites previstos no escopo contratual. Ele contempla ajustes técnicos na obra, reprogramação de atividades e a conclusão dos serviços especificados na planilha orçamentária aprovada. Sua formalização tem como objetivo assegurar a conformidade com os critérios de qualidade estabelecidos, bem como garantir o cumprimento integral do objeto contratual dentro do prazo estipulado, prevenindo atrasos na entrega e eventuais prejuízos à Administração Pública.

Data: 25/04/2025.

SAAE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1° TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 15/2024, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 02/2024.

Contratado: INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA

Adiantamento: O valor unitário registrado do item abaixo relacionado passará a ter o seguinte reajuste a partir do dia 29/04/2025:

- Sulfato Alumínio Isento de Ferro, Granulado, de R$ 3,48 para R$ 4,14.

Data: 29/04/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001-2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 001-2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2025

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, nos termos do disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025, para atender as necessidades da Secretária Municipal de Educação, e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado, conforme homologação do resultado final no Decreto 001/2025 de 20 de fevereiro de 2025, **CONVOCA** os candidatos conforme **ANEXO I** para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sito a Rua 16 de julho, 815, Bairro Centro, **munidos de cópias dos documentos abaixo relacionados:**

1. Carteira de Identidade – RG;

2. Cartão de Cadastro no Ministério da Fazenda – CPF;

3. Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, ou seja, comprovante de votação das eleições 2022;

4. Cartão que identifique o número de cadastro no PIS/PASEP, caso possua;

5. Carteira de Trabalho;

6. Título Eleitoral;

7. Comprovante de Residência atualizado;

8. Certidão de Nascimento e/ou Casamento (no caso de Certidão de Casamento deverão entregar RG e CPF do cônjuge);

9. Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos (acompanhado de Cartão de Vacina para os menores de 06 anos e Comprovante de matrícula para que tem acima de 07 anos);

10. Prova de estar em dia com o serviço militar, no caso do sexo masculino;

11. Declaração de não acúmulo de cargos;

12. Declaração de Bens;

13. Uma foto 3x4;

14. Documento que comprove o grau de escolaridade exigida (histórico e certificado e ou diploma);

15. Conta salário ou corrente– cópia do cartão ou documento que comprove o número da conta ou agência corretamente;

16. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por Médico do Trabalho contratado pela Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT;

17. Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade (se for o caso);

18. CNH (se for o caso); e,

19. Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado.

20. Não receber proventos de aposentadoria ou benefícios juntos ao INSS;

Será impedido de assinar o contrato o candidato que deixar de cumprir qualquer uma das exigências deste Edital normativo.

A convocação será feita através de Edital publicado oficialmente, ao qual o candidato classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para entrega de documentação exigida acima e exercer a função, a não apresentação no período implicará na perda do direito à vaga.

Nova Lacerda – MT, aos 30 dias do mês de abril de 2025.

Airton Justino do Nascimento

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 001-2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2025

ANEXO I

APROVADOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO001/2025

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL ZONA URBANA -CIÊNCIAS

CLASS.	INSCR.	CANDIDATO	AVALIAÇAO DE TÍTULO
4	03/25	LUCIANA DE LARA BORGES DE CAMPOS	10,83
5	06/25	ILZA APARECIDA BINDA	10,26
6	10/25	GLAUCIMEIRE TEODORO SILVA SANTOS	9,78
7	05/25	NILCEIA MACHADO ZANRÉ	9,35

Nova Lacerda - MT, em 30 de fevereiro de 2025.

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 218/2025

PORTARIA Nº 218/2025

"Dispõe sobre o afastamento, por permuta, do servidor que menciona, e dá outras providências". .

AIRTON JUSTINO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando as disposições da Lei Complementar nº 183/2025

RESOLVE:

Art. 1º Afastar, em razão de permuta, a servidora GIANE APARECIDA DA SILVA AMORIM, matrícula nº 170-11, pertencente ao Quadro de Pessoal do Secretaria Municipal de Educação, para exercer as atividades de seu cargo efetivo junto ao MUNICIPIO DE CONQUISTA D' OESTE/MT, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pelo prazo de 02 (dois anos).

Art. 2º A servidora permutada terá o prazo de até **5 (cinco) dias** para se apresentar a Administração Publica do MUNICIPIO DE CONQUISTA D' OESTE/MT, sob pena de ter tornado sem efeito a Permuta.

Art. 3º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

Registre-se!

Publique-se!

Cumpra-se!

Nova Lacerda/MT, 23 de abril de 2025.

AIRTON JUSTINO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO - CREDENCIAMENTO 005/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUM DE MÃO DE OBRA COMO PEDREIRO, PINTOR, JARDINEIRO E ELETRICISTA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT.

Data da Sessão pública: 29/04/2025

Empresas Credenciadas:

A) 27.394.561 JOILSON SOARES ALVES, CNPJ Nº 27.394.561/0001-79;

B) FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS 73165158487, CNPJ Nº 45. 359.207/0001-95;

C) 22.980.282 EDSON RODRIGUES DA SILVA, CNPJ Nº 22.980.282/ 0001-73;

D) 37.334.674 LEANDRO FULTON DE OLIVEIRA, CNPJ Nº 37.334.674/ 0001-32;

E) SOLANGE ALVES SILVA 56764065187, CNPJ Nº 28.226.665/0001-37;

F) ADILSON DE ARRUDA 71023976153, CNPJ Nº 30.636.184/0001-41;

G) 24.038.931 WILSON DE SOUZA, CNPJ Nº 24.038.931/0001-47;

H) 54.607.919 RIAN MARCELO SOARES MANOEL, CNPJ Nº 54.607.919/ 0001-77

Nova Marilândia - MT, 29 de abril de 2025.

ANDREI JUNIO P. DE MORAES

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 133/2025

PORTARIA MUNICIPAL Nº 133/2025

Data: 29 de abril de 2025.

EMENTA: EXONERA O SERVIDOR SR.º. **LINDEMAR ALVES DA COSTA**DO CARGO COMISSIONADO DE **CHEFE DE SETOR DE SERVIÇOS GERAIS** DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 30 de abril de 2025 o (a) Sr.º. (a) **LINDEMAR ALVES DA COSTA**, portador (a) do RG – CPF Nº 651.XXX. XXX-04,do Cargo Comissionado **CHEFE DE SETOR DE SERVIÇOS GERAIS**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Planejamento e Saneamento do Município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2° - Os direitos decorrentes da exoneração, serão pagos a cargo dos cofres públicos deste Município.

Art. 3º - O (a) exonerado (a) deixará o cargo a partir da data de sua exoneração, fazendo entrega de todos os documentos que estão sobre sua responsabilidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO. 29/04/2025.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

Prefeito Municipal de Nova Marilândia – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 134/2025

PORTARIA MUNICIPAL Nº 134/2025

Data: 29 de abril de 2025.

EMENTA: EXONERA O SERVIDOR SR.º. **JEANDSON FAVALESSA DE OLIVEIRA**DO CARGO COMISSIONADO DE **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO** DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 30 de abril de 2025 o (a) Sr.º. (a) **JEANDSON FAVALESSA DE OLIVEIRA**, portador (a) do RG – CPF Nº 972. XXX.XXX-53,do Cargo Comissionado **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2° - Os direitos decorrentes da exoneração, serão pagos a cargo dos cofres públicos deste Município.

Art. 3º - O (a) exonerado (a) deixará o cargo a partir da data de sua exoneração, fazendo entrega de todos os documentos que estão sobre sua responsabilidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO. 29/04/2025.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

Prefeito Municipal de Nova Marilândia – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 015/2025

EMENTA: FICA DECRETADO PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA O DIA 02 DE MAIO DE 2025 (SEXTA FEIRA) QUE PRECEDE O FERIADO NACIONAL DO DIA 1º DE MAIO (QUINTA FEIRA) - DIA DO TRABALHADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que o dia 1º de maio, é um feriado nacional (estabelecido pela Lei Federal 662/1949), sendo data dedicada internacionalmente a todos os trabalhadores.

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar a prestação dos serviços públicos com os demais entes da Federação em detrimento dos princípios da eficiência e da economicidade.

D E C R E T A:

Art. 1°. Fica decretado ponto facultativo no município de Nova Marilândia o dia 02 (dois) de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco) em adesão ao ponto facultativo Nacional e Estadual.

Art. 2º. O ponto facultativo ora decretados se destinarão aos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal exceto aos serviços de coleta de lixo que funcionarão sem interrupção de forma normal enquanto que os demais serviços essenciais estarão atendendo na forma de plantões, com escala a ser estabelecido por ato dos Secretários dos respectivos órgãos;

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia, aos 29 (vinte e nove) dias de abril de 2025 (dois mil e cinco).

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA – MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 135/2025

PORTARIA MUNICIPAL Nº 135/2025

DATA: 29 de abril de 2025

EMENTA: CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL AOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL DESCRITOS ABAIXO.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder Progressão Vertical aos Servidores Público descritos abaixo, em conformidade com o Art. 99 da Lei Municipal Nº 725/2016, de 14 de março de 2016.

NOME	CPF	CARGO	PROGRESSÃO CLASSE/NÍVEL	LOTAÇÃO
JHON KLEITON NATAL GONÇALVES	031.XXX.XXX-89	AGENTE ADMINISTRATIVO	B - 03	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
ROSALVA IZIDORIO SILQUEIRA MULINARIO	227.XXX.XXX-91	AGENTE ADINISTRATIVO	C - 08	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – 29/04/2025.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 132/2025

PORTARIA MUNICIPAL Nº 132/2025

DATA: 29 de abril de 2025.

EMENTA: DISPÕE SOBRE ACONCESSÃO DE AFASTAMENTO PARA O BENEFICIO DE AUXÍLIO DOENÇA POR 15 (QUINZE) DIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL SR.ª. **DEVACI ALVES DA SILVA.**

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º – Conceder 15 (quinze) dias de afastamento para o **Benefício Auxílio Doença**, a Servidora Pública Municipal Sr.ª. **DEVACI ALVES DA SILVA,** cadastrado (a) no CPF - RG n.º **975.XXX.XXX-15**, servidor(a) público (a) municipal Contratado (a), no cargo de **PROFESSOR PEDAGOGIA,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Nova Marilândia-MT, iniciado a partir de 19/03/2025 até 02/04/2025, retornando as atividades dia 03/04/2025, conforme atestado médico protocolado no Departamento de Recursos Humanos.

Art. **2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO – 29/04/2025.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE 3ª RETIFICAÇÃO DO PLANO DE COMPRAS 2025

O Município de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Prefeita **Ana Maria Urquiza Casagrande,** comunica aos interessados que a 3ª RETIFICAÇÃO DO PLANO DE COMPRAS 2025 encontra-se disponível no Site https://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes-e-Contratos/Plano-anual-de-contratacoes-publicas/

Nova Maringá – MT, 28 de abril de 2025.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.340 DE 29 DE ABRIL DE 2025

LEI MUNICIPAL Nº 1.340 DE 29 DE ABRIL DE 2025

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR O INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL, AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) E AOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, prefeito do município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e

ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara aprova e, sanciono a seguinte Lei;

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate às Endemias (ACE), vinculados as equipes de Estratégias de Saúde de Família - ESF's e de controle de Zoonoses, a parcela denominada Incentivo Financeiro Adicional, recebida anualmente do Governo Federal - Ministério da Saúde, conforme Lei Federal nº 12.994, alterada pela Lei nº 13.708/2018, visando estimular os profissionais que trabalham nos programas estratégicos da Política Nacional de Atenção Básica e o fortalecimento de políticas afetas à atuação de ACS e de ACE.

Art. 2° O repasse do Incentivo Financeiro Adicional será efetuado uma vez por ano, preferencialmente até trinta dias após o crédito da parcela adicional na conta do Poder Executivo recebida em dezembro, em parcela única e individualiza entre os ACS e ACE:

§1º Farão jus ao Incentivo Financeiro Adicional previsto nesta Lei, todos os ACS e ACE que se encontrem em pleno exercício de suas funções e, estejam desenvolvendo participação efetiva de todas as atividades de fortalecimento e estímulo das práticas de prevenção e promoção da saúde, em prol da coletividade.

§2º Acarretará a perda do direito ao Incentivo Financeiro Adicional o servidor que:

I - Tenha sofrido 30 (dias) de faltas injustificadas ou mais durante o ano;

II – no período tiver uma ou mais advertência por escrito ou sindicância e/ou processo administrativo disciplinar em andamento;

III - estiver exercendo cargo comissionado na administração pública municipal; e

IV - no curso do período esteve afastado por mais de 30 dias, com exceção nos casos de licença maternidade, licença prêmio.

Art. 3º O repasse da parcela Incentivo Financeiro Adicional regulado por esta Lei aos ACS e ACE estará estritamente vinculado e persistirá enquanto houver o repasse do Governo Federal - Ministério da Saúde ao Município de Nova Monte Verde, conforme legislação federal.

Parágrafo único. O valor será atualizado conforme os instrumentos normativos subsequentes publicados pelo Ministério da Saúde, referentes ao Incentivo Financeiro Adicional efetivamente repassado ao Município.

Art. 4º O valor repassado por meio da presente tem natureza de Verba indenizatória e não salarial e não se incorporará à remuneração dos ACS e ACE, não servindo de base de cálculo para o recebimento de qualquer outra vantagem funcional.

Parágrafo único. Não haverá incidência de quaisquer encargos sociais, previdenciários ou imposto de renda sobre o valor de Incentivo Financeiro Adicional de que trata esta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta dos recursos repassados pela União, referentes ao Incentivo Financeiro para Fortalecimento de políticas efetivas na atuação dos ACS e ACE.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente as Leis 1016/2019 e 1042/2019, e demais disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 29 de abril de 2025.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA MONTE VERDE - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, de 29 de Abril de 2025.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
DANILO BATISTI	021.891.061-41	0119/00031/2025
VILMAR JOSE DE OLIVEIRA	012.712.391-16	0119/00043/2025
ILDO ZANETE	227.719.800-53	0119/00045/2025
MARIA LUCIA DE MORAES REVERENDO VIDAL	035.621.888-03	0119/00103/2025
JHONNY VICENTE CALIXTO	997.163.991-20	0119/00158/2025
PEDRO DO NASCIMENTO CASTUERA	178.309.581-49	0119/00160/2025
JOEL RUBIN	961.927.041-04	0119/00164/2025
VALENTINA ROSSO ACORDI	336.902.519-15	0119/00168/2025

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA MONTE VERDE - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, de 29 de Abril de 2025.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
DANILO BATISTI	021.891.061-41	0119/00031/2025
VILMAR JOSE DE OLIVEIRA	012.712.391-16	0119/00043/2025
ILDO ZANETE	227.719.800-53	0119/00045/2025
MARIA LUCIA DE MORAES REVERENDO VIDAL	035.621.888-03	0119/00103/2025
JHONNY VICENTE CALIXTO	997.163.991-20	0119/00158/2025

PEDRO DO NASCIMENTO CASTUERA	178.309.581-49	0119/00160/2025
JOEL RUBIN	961.927.041-04	0119/00164/2025
VALENTINA ROSSO ACORDI	336.902.519-15	0119/00168/2025

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 086, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

DECRETO Nº 086, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: NOMEIA A SRA. **ANGELICA NATALI CORDIOLI,** PARA O CARGO **DE ASSESSORA JURÍDICA**, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

ARTIGO 1º - Nomeia a Sra. **ANGELICA NATALI CORDIOLI**, para o cargo de **Assessora Jurídica**, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 29 de abril de 2025.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.341 DE 29 DE ABRIL DE 2025

LEI MUNICIPAL Nº 1.341 DE 29 DE ABRIL DE 2025

SÚMULA:" DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO MUNICIPAL."

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, prefeito do município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara aprova e, sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre abertura de crédito adicional especial nos termos do inciso V do art. 167 da Constituição Federal conjugado com os artigos 40, 41, 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, ao orçamento anual aprovado pela Lei Municipal nº 1.317/2024.

Art. 2º. Fica aberto crédito adicional especial no valor de até R$ 705.065,00 (setecentos e cinco mil e sessenta e cinco reais) ao orçamento municipal de 2025, aprovado pela Lei Municipal nº 1.317, de 10 de dezembro de 2024.

Art. 3º. Nos termos do art. 43 da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, o crédito especial será para incluir a dotação orçamentária a seguir descrita, na execução do orçamento.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.		
Unidade: 005 – Fundo Municipal de Transportes - FMT		
Função: 26 – Transporte		
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário		
Programa: 0037 – Segurança e Fluidez Viária		
Atividade: 2130 – Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Transportes		
Fonte de Recursos: 759.0000702 – Auxílio financeiro aos municípios para compensação de perdas (Fethab Diesel)		
Natureza da Despesa:		
3.3.90.30 – Material de Consumo	R$	200.000,00
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$	500.000,00
4.4.90.51 – Obras e Instalações	R$	1.000,00
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	R$	4.065,00
TOTAL DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	**R$**	**705.065,00**

Art. 4º. Nos termos do art. 43 da Lei nº 4.320/64, à cobertura do crédito adicional especial a que se refere o art. 2º desta lei, se fará através de a anulação parcial ou total da dotação orçamentária que apresenta recursos disponíveis, conforme abaixo descrita.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.		
Unidade: 002 – Departamento de Obras e Transportes		
Função: 26 – Transporte		
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário		
Programa: 0037 – Segurança e Fluidez Viária		
Atividade: 2100 – Manutenção do FETHAB		
Fonte de Recursos: 759.0000700 – Identificação dos recursos provenientes do FETHAB		
Natureza da Despesa:		
3.3.90.30 – Material de Consumo	R$	705.065,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES	**R$**	**705.065,00**

Art. 5º - Havendo necessidade de reprogramação por repriorização das ações durante execução, fica o Poder Executivo Autorizado Mediante Decreto, Transpor, Remanejar e Transferir, até o Limite de 20% (vinte por cento) do valor total consignado no art. 2º desta Lei, de acordo com os artigos 40 à 43 e 66 da Lei 4.320/64.

Parágrafo único. As alterações orçamentárias envolvendo unidades orçamentárias distintas serão computadas no limite fixado no caput deste artigo.

Art. 6º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder abertura de Créditos Adicionais Suplementares, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei 4.320/64, observados os limites e as condições estabelecidas neste artigo:

I - Suplementar as respectivas dotações, com recursos do excesso de arrecadação, até o limite verificado na respectiva fonte de recurso, nos termos previstos no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

II - Suplementar as respectivas dotações, com recursos do excesso de arrecadação por tendência, nos termos previstos no inciso II, do § 1º e no § 3º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

III - Suplementar as respectivas dotações, com recursos de operação de crédito, nos termos previstos no inciso IV, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

Art. 7º - *Fica igualmente autorizado a atualização na Lei Municipal n° 1.312/2024 - LDO 2025, Lei Municipal nº 1.317/2024 – LOA 2025 e Lei Municipal nº 1.137/2021 - PPA 2022/2025, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.*

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na dada de sua publicação.

Nova Monte Verde - MT, 29 de abril de 2025.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PORTARIA/RH - Nº 085 DE 28 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA/RH - Nº 085 DE 28 DE ABRIL DE 2025.

"Dispõe sobre concessão de licença maternidade à servidora em cargo comissionado* RAYRES DA SILVA LUZ*".

O Sr. **Reginaldo Martins Del Colle**, Prefeito do Município de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDDO o atestado médico expedido em 28 de Abril de 2025.

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à Srª **RAYRES DA SILVA LUZ,** inscrita no CPF sob o n° **069.XXX.XXX-10**, no cargo de **GERENTE DO DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE E ASSESSORIA DE IMPRESA,** lotada na Secretaria de Administração.

Art. 2° - O período concedido de Licença Maternidade tem início no dia 27 de Abril de 2025 e término no dia 23 de Outubro de 2025. Após esse período a servidora citada no Art. 1°, deverá retornar a sua função na secretaria lotada.

Art. 3° - Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a partir do dia 27/04/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Nova Nazaré-MT, aos 28 de Abril de 2025.

REGINALDO MARTINS DEL COLLE

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA/RH - Nº 086 DE 28 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA/RH - Nº 086 DE 28 DE ABRIL DE 2025.

"Dispõe sobre concessão de LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA à servidora* CENIRA MARGARIDA DA CRUZ*".

O Sr. **Reginaldo Martins Del Colle**, Prefeito do Município de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, DE 30 (TRINTA) DIASà Srª **CENIRA MARGARIDA DA CRUZ,** inscrita no CPF sob o n° **902.XXX.XXX-20**, no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL,** lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2° - O período concedido de Licença Maternidade tem início no dia 28 de Abril de 2025 e término no dia 27 de Maio de 2025. Após esse período a servidora citada no Art. 1°, deverá retornar a sua função na secretaria lotada.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Nova Nazaré-MT, aos 28 de Abril de 2025.

REGINALDO MARTINS DEL COLLE

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DIPENSA Nº002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 004/2025

A Agente de contratação designada pela portaria nº 010/2025, de 15 de janeiro de 2025, comunica aos interessados que a licitação referente a Dispensa nº 002/2025, objetivando a *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, MANUTENÇÃO E* GERENCIAMENTO *DO ADMINISTRADOR WEBSITE, WEBMAIL OFICIAL, SUPORTE TÉCNICO, HOSPEDAGEM, SISTEMAS DE OUVIDORIA ONLINE, CARTA DE SERVIÇO AO USUÁRIO, SIC (SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO) E PÁGINA LGPD, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ-MT***,** conforme Edital e anexos e Termo de Referência, está **REVOGADA** em conformidade a Justificativa de Revogação emitida pelo Gestor da Câmara Municipal de Nova Nazaré-MT, com os fundamentos nas Súmulas 346 e 473 do STF e Art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

Nova Nazaré-MT, 29 de abril de 2025.

BRUNA ANTÔNIA BARBOSA GIACOMOLLI

Agente de Contratação

Portaria nº 10/2025

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2025

REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, torna público que na sessão realizada em **25/04/2025** na modalidade de **Pregão Presencial nº 003/2025**, menor preço por item, foi declarada vencedora e **HABILITADA** a empresa **DENTECK LTDA,** com os itens **01 e 2 conforme ata.**

Nova Nazaré-MT, 29 de abril de 2025.

NUBIA MATILDE DE CARVALHO

Pregoeira Oficial

DECRETO Nº. 4493 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

DECRETO Nº. 4493 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação do Responsável do Fundo Municipal Dos Direitos da Pessoa Idosa de Nova Nazaré-MT.

O Prefeito Municipal de Nova Nazaré estado de Mato Grosso senhor ***REGINALDO MARTINS DEL COLLE,*** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Responsáveis pelo Fundo Municipal dos *Direitos da Pessoa Idosa,* na condição de presidente a Sra. **Cleide Aparecida Tatto, CPF 907.681.241-15**, e na condição de tesoureiro o Sr. **Jefferson Batista Santos, CPF 033.973.261-09**, como responsável financeiro pelas contas bancaria do ***Fundo Municipal Dos Direitos da Pessoa Idosa de*** Nova Nazaré-MT sob o CNPJ: 39.239.774/0001-05**.**

Art. 2º - Fica o Presidente e o Tesoureiro do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, autorizado fazer os atos abaixo descritos:

1 - Emitir Cheques; 2 - Abrir Contas De Deposito; 3 - Autorizar Cobrança; 4 - Utilizar O Credito Aberto Na Forma E Condições; 5 - Receber, Passar Recibo E Dar Quitação; 6 - Solicitar Saldos, Extratos E Comprovantes; 7 - Requisitar Talonários De Cheques; 8 - Autorizar Debito Em Conta Relativo A Operações; 9 - Retirar Cheques Devolvidos; 10 - Endossar Cheque; 11 - Requisitar Cartão Eletrônico 12 - Movimentar Conta Corrente Com Cartão Eletrônico 13 - Sustar/Contraordenar Cheques 14 - Cancelar Cheques 15 - Baixar Cheques 16 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras 17 - Cadastrar, Alterar E Desbloquear Senhas 18 - Efetuar Pagamentos Por Meio Eletrônico 19 - Efetuar Transferências Por Meio Eletrônico 20 - Efetuar Movimentação Financeira No RPG 21 - Consultar Contas/Aplic. Programas Repasse Recursos 22 - Liberar Arquivos De Pagamentos No Ger. Financeiro 23 - Solicitar Saldos/Extratos, Exceto Investimento 24 - Solicitar Saldos/Extratos De Investimentos 25 - Solicitar Saldos/Extratos De Operações De Credito 26 - Emitir Comprovantes 27 - Efetuar Transferência P/ Mesma Titularidade- 28 - Encerrar Contas De Deposito

Art. 3º. –Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário, em especial ao Decreto de n° **3.000 de 15 de setembro de 2.020.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré – MT aos vinte nove dias do mês de abril de 2.025.

REGINALDO MARTINS DEL COLLE

Prefeito Municipal

DECRETO Nº4492, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

DECRETO Nº4492, de 29 de Abril de 2025.

Convoca a II Conferência Municipal Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

O Prefeito Municipal de Nova Nazaré, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a ampliação e garantia de direitos da Política Social no município, RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a 2º Conferência Municipal Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no(s) dia(s) 27 de Maio de 2025, tendo como tema central: "Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação".

Art. 2º As despesas decorrentes da realização da Conferência de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, correrão a conta das dotações orçamentárias consignadas a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Nazaré 29 de Abril de 2025.

Reginaldo Martins Del Colle Jefferson Batista Santos

Prefeito Municipal de Nova Nazaré – MT Presidente do CMDDPI

Nova Nazaré - MT

DECRETO Nº. 4494 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

DECRETO Nº. 4494 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação do Responsável do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Nova Nazaré-MT.

O Prefeito Municipal de Nova Nazaré estado de Mato Grosso senhor ***REGINALDO MARTINS DEL COLLE,*** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Responsáveis pelo Fundo Municipal*da Criança e Adolescente,* na condição de presidente a Sra. **Cleide Aparecida Tatto, CPF 907.681.241-15**, e na condição de tesoureiro o Sr. **Antônio Vilmar de Lara, CPF 650.594.841-49**, como responsáveis financeiro pelas contas bancaria do ***Fundo Municipal da Criança e do Adolescente*** *de-Nova Nazaré-MT* sob o CNPJ: 19.068.307/0001-52**.**

Art. 2º - Fica o Presidente e o Tesoureiro do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, autorizado fazer os atos abaixo descritos:

1 - Emitir Cheques; 2 - Abrir Contas De Deposito; 3 - Autorizar Cobrança; 4 - Utilizar O Credito Aberto Na Forma E Condições; 5 - Receber, Passar Recibo E Dar Quitação; 6 - Solicitar Saldos, Extratos E Comprovantes; 7 - Requisitar Talonários De Cheques; 8 - Autorizar Debito Em Conta Relativo A Operações; 9 - Retirar Cheques Devolvidos; 10 - Endossar Cheque; 11 - Requisitar Cartão Eletrônico 12 - Movimentar Conta Corrente Com Cartão Eletrônico 13 - Sustar/Contraordenar Cheques 14 - Cancelar Cheques 15 - Baixar Cheques 16 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras 17 - Cadastrar, Alterar E Desbloquear Senhas 18 - Efetuar Pagamentos Por Meio Eletrônico 19 - Efetuar Transferências Por Meio Eletrônico 20 - Efetuar Movimentação Financeira No RPG 21 - Consultar Contas/Aplic. Programas Repasse Recursos 22 - Liberar Arquivos De Pagamentos No Ger. Financeiro 23 - Solicitar Saldos/Extratos, Exceto Investimento 24 - Solicitar Saldos/Extratos De Investimentos 25 - Solicitar Saldos/Extratos De Operações De Credito 26 - Emitir Comprovantes 27 - Efetuar Transferência P/ Mesma Titularidade- 28 - Encerrar Contas De Deposito

Art. 3º. –Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário**.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré – MT aos vinte nove dias do mês de abril de 2.025.

REGINALDO MARTINS DEL COLLE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 83, DE 29 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA Nº 83, DE 29 DE ABRIL DE 2025

"Institui Comissão De Avaliação De Imóveis Para Fins De Aquisição, Alienação, Locação E Uso Pela Prefeitura De Nova Nazaré/MT"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica,

RESOLVE

Art. 1º - Fica criada a Comissão de Avaliação de Imóveis que terá por objetivo avaliar, mediante procedimentos aqui fixados, o valor de imóveis de interesse direto ou indireto a Administração Pública Municipal.

§ 1º - Para cumprir os objetivos fixados no caput deste artigo, a Comissão de Avaliação de imóveis levará em consideração os seguintes critérios e fontes normativas.

I – o preço praticado pelo mercado imobiliário, mediante pesquisas, avaliadores e demais profissionais idôneos;

II – a localização do imóvel e o estado de conservação de suas edificações e benfeitorias;

III – a finalidade e respectiva dimensão da atividade a ser desempenhada no local;

Art. 2º - A Comissão será composta por 03 (três) membros, sendo o Presidente e 02 (dois) membros, servidores efetivos ou comissionados com as atribuições fixadas desta Portaria, conforme a seguir:

Presidente: ANDRÉ PEREIRA DIAS – Engenheiro de Obras e Reforma de Prédios Públicos;

Membro I : ÉDER PEREIRA DA SILVA – Agente Administrativo da Secretaria de Obras e Serviços urbanos;

Membro II : GABRIEL DA SILVA TEODORO – Auditor de Tributos;

Art. 3º - Os membros da Comissão exercerão seus mandatos de forma gratuita e sem prejuízo das funções normais do cargo ocupado na Administração Municipal, sendo o exercício da função considerado na avaliação de desempenho do servidor.

Art. 4º - São atribuições da Comissão de Avaliação de Imóveis:

I – avaliar os imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal, passíveis de alienação, doação ou permuta;

II – avaliar os imóveis particulares para todas as formas de aquisição pelo Poder Público Municipal;

III – avaliar as áreas remanescentes de obra pública ou resultante de modificação de alinhamento;

IV – verificar a compatibilidade do valor locatício pretendido pelo proprietário em relação ao mercado imobiliário local, tratando-se de locação de imóveis particulares pelo Poder Público, bem como em suas revisões;

V – avaliar os bens públicos em geral, passíveis de licitação por leilão ou para doação a outro ente federado ou às entidades de assistência social;

VI – elaborar laudo de avaliação, detalhado e conclusivo do imóvel, objetivando respaldar o Poder Executivo de dados suficientes e inequívocos acerca do real valor do bem;

Parágrafo Único - No laudo de avaliação, além do valor, deverá constar detalhadamente as condições e características do imóvel;

Art. 5º - A Comissão de Avaliação de Imóveis é competente para avaliar:

I – Imóveis próprios do Município de Nova Nazaré para fins mencionados desta Portaria;

II – Imóveis de terceiros quando a finalidade e a destinação forem públicas;

Parágrafo Único – Não compete a Comissão de Avaliação de Imóveis de que trata esta Portaria, a elaboração da Planta Genérica de Valores.

Art. 6º - Em caso de interesse ou necessidade pública o Chefe do Executivo poderá criar uma comissão especial de avaliação de imóvel para atender situações específicas.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso.

Reginaldo Martins Del Colle

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROC. ADM. -Nº 023/2025/DL/PMNO

TIPO: CONTRATAÇÃO DIRETA- INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2025/DL/PMNO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL AO VIVO, COM A DUPLA" **JOÃO NETO E FREDERICO**" COM DURAÇÃO 1h 30 MINUTOS, (uma hora e trinta minutos), EM COMEMORAÇÃO AOS 39º ANIVERSÁRIO DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 11 DE MAIO 2025, COM INICIO APROXIMADAMENTE 23 HORAS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA- MT **-** CNPJ. n. º 03.238.920/0001-30.

CONTRATADA: TA COMBINADO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA CNPJ: 45.484.775/0001-18

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 72. I-VIII 74, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

VALOR TOTAL DO DESEMBOLSO: R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO- PORT. MUNICIPAL Nº 117/2025.

Nova Olímpia-MT, 29 de abril de 2025

GIVALDO VALERIO DOS SANTOS FILHO

PRESIDENTE

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO- port. 117/2025

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE ATA DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROC. ADM. -Nº 0023/2025/DL/PMNO

TIPO: INEXIGIBILIDADE Nº 006/2025/DL/PMNO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL AO VIVO, COM A DUPLA" **JOÃO NETO E FREDERICO**" COM DURAÇÃO 1h 30 MINUTOS, (uma hora e trinta minutos), EM COMEMORAÇÃO AOS 39º ANIVERSÁRIO DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 11 DE MAIO 2025, COM INICIO APROXIMADAMENTE 23 HORAS.

ORGAO PROMOTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT

CNPJ: N. º 03.238.920/0001-30.

LICITANTE VENCEDOR: TA COMBINADO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA CNPJ: 45.484.775/0001-18

VALOR: R$260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).

Nova Olímpia-MT, 29 de abril de 2025

Givaldo Valerio dos Santos

Presidente Comissão de contratação

PORTARIA MUNICIPAL Nº 117/2025

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO, SENDO ESTE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO N° 046/2022/PMNO

, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N. º 018/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 088/2022/PMNO.

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT** CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30.

CONTRATADA:A.D. CIRIACO DA SILVA TELECOMUNICAÇÕES, inscrita no CNPJ sob o nº 32.001.575/0001-15. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET POR PONTO VIA FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE 750 Mbps FULL COM IP VALIDO DESTINADO AOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.**

Fundamentado na Lei nº 8.666/93, Art. 57 incisos II § 2º e suas alterações e das demais normas legais aplicáveis.

MOTIVO: A prorrogação do prazo tem como objetivo garantir a continuidade dos serviços públicos. Tendo em vista que a conectividade é fator determinante para o funcionamento de sistemas administrativos, educacionais, de saúde, segurança e demais setores da gestão pública, é imprescindível que haja respaldo contratual atualizado e compatível com as necessidades atuais da administração. O aditamento do contrato visa assegurar que o fornecimento do serviço continue sendo feito com qualidade, dentro dos parâmetros técnicos exigidos, e em conformidade com a legislação vigente, respeitando os princípios da administração pública, como legalidade, eficiência e economicidade.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

03030010412200032021339039000001500000000000

VIGÊNCIA: 04/05/2025 ATÉ 03/05/2026.

NOVA OLIMPIA – MT, de 28 de abril de 2025.

ARI CANDIDO BATISATA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA/MT.

PEDRO ROSA NETO

OAB:9823

ASSESSOR JURIDICO.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO, SENDO ESTE DE PRAZO AO CONTRATO Nº 044/2022/PMNO,

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2022/PMNO. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2022/PMNO. CONTRATANTE**: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30. **CONTRATADA DURA-LEX SISTEMAS DE GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 86.952.587/0001-54**, OBJETO: **SERVIÇOS DE SOFTWARE DO MÓDULO ASSINADOR-LEX PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS COM IMAGEM DE ASSINATURA PESSOAL VISTOS E/OU POR CERTIFI-**

CADO DIGITAL PARA A CONTABILIDADE ORCA-LEX DE TESOURARIA TESO-LEX E GED-LEX PARA ASSINATURA DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS E FINANCEIROS. FUNDAMENTADO NA **LEI Nº 8.666/93, ART. 57 INCISOS II §. MOTIVO:** Este serviço é essencial, pois contempla a funcionalidade da contabilidade Orca-Lex, tesouraria Teso-Lex e Ged-Lex. Essa ferramenta proporciona agilidade, segurança, controle e conformidade legal na assinatura de documentos na contabilidade e tesouraria da organização.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

03.030.0.1.04.122.0003.2021.3.3.90.40.00.00.15000000000

VIGENCIA CONTRATUAL: 04/05/2025 ATÉ 03/05/2026.

NOVA OLÍMPIA/MT, 28 de abril de 2025.

ARI CANDIDO BATISTA.

PREFEITO MUNICIPAL, DE NOVA OLÍMPIA/MT.

PEDRO ROSA NETO

OAB: 9823

ASSESSOR JURIDICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 0692024

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 0692024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT.

CONTRATADO:CONSTRUTORA LINEAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.420.526/0001-23

OBJETO: "**Contratação de empresa para execução de Serviço de Capa Asfáltica em Tratamento Duplo (TSD) em Diversas Ruas no Município de Nova Santa Helena/MT.**"

TERMO ADITIVADO: ADITIVO DE VALOR.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 24/04/2025.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007 E 008/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2025
VALIDADE: ATÉ 29/04/2026

"Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de peças de reposição para manutenção dos instrumentos musicais da Fanfarra Municipal do Município de Nova Santa Helena/MT".

EMPRESA VENCEDORA: ALESSANDRA B. TONIETTI INSTRUMENTOS MUSICAIS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.047.657/0001-70						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**MODELO**	**MARCA/FABRICANTE**	**QTDE**	**VL. UNIT.**	**VL TOTAL**
002	BAQUETAS PARA CAIXA	vanguarda baqueta	vanguarda baqueta	30 PAR	7,70	231,00
003	BAQUETAS PARA SURDO	combat 4080	combat 4080	30 UNID	6,80	204,00
004	NAPA CURVIN (CORO)	jc decor	jc decor	30 M	15,90	477,00
005	PALHETAS, 1.1/5 PARA SAX ALTO	alto 1,5	riyin	15 CX 10	125,00	1.875,00
006	PALHETAS, 1.1/5 PARA SAX SOPRANO (RETO)	riyin sop 1,5	riyin sop 1,5	15 CX 10	135,00	2.025,00
007	PALHETAS, 1.1/5 PARA SAX TENOR	riyin tenor 1,5	riyin tenor 1,5	15 CX 10	155,00	2.325,00
008	PELE BUMBO_16 POLEGADAS	vanguarda 16``	vanguarda 16``	15 UNID	16,90	253,50
009	PELE LEITOSA SURDO_14 POLEGADAS	luen 12007	luen 12007	30 UNID	13,70	411,00
010	PELE PARA BOMBO_20 POLEGADAS	vanguarda 20``	vanguarda 20``	15 UNID	33,90	508,50
VALOR TOTAL R$						**8.310,00**

Nova Santa Helena – MT, 29 abril de 2025.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2025
VALIDADE: ATÉ 29/04/2026

"Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de peças de reposição para manutenção dos instrumentos musicais da Fanfarra Municipal do Município de Nova Santa Helena/MT".

EMPRESA VENCEDORA: R. R. LOPES EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.548.304/0001-20						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**MODELO**	**MARCA/FABRICANTE**	**QTDE**	**VL. UNIT.**	**VL TOTAL**
001	BAQUETAS (MAÇANETAS) PARA BUMBOS PONTA DE FELTRO	TM40	PRINCE	30 PAR	100,00	3.000,00
011	PELE POROSA -10 POLEGADAS	DH-60-10B	PRINCE	15 UNID	30,00	450,00
012	PELE POROSA -12 POLEGADAS	DH-60-12B	PRINCE	15 UNID	35,00	525,00
013	PELE POROSA -13 POLEGADAS	DH-60-13B	PRINCE	15 UNID	36,00	540,00
014	PELE POROSA -6 POLEGADAS	6POROSA	SPANKING	15 UNID	29,00	435,00
015	PELE POROSA -8 POLEGADAS	DH-60-08B	PRINCE	15 UNID	26,00	390,00
016	PELE POROSA LEITOSA CAIXA TENOR_14 POLEGADAS	POROSA	SPANKING	30 UNID	34,00	1.020,00
VALOR TOTAL R$						**6.360,00**

Nova Santa Helena – MT, 29 abril de 2025.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 006/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2025

A Autoridade Competente do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, torna público a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICOU o processo de Adesão de Ata de Registro de Preços nº 006/2025 a favor da contratação da empresa **M DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **07.811.058/0001-54**, para a Aquisição de um caminhão basculante para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos do município de Nova Santa Helena/MT, perfazendo o valor total de **R$ 650.000,00 (Seiscentos e Cinquenta Mil Reais**). A referida contratação será dada através de Adesão a Ata de Registro de Preços nº 001/2023, proveniente do Pregão Eletrônico nº 001/2023 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC.

Adjudico e Homologo.

Nova Santa Helena/MT, 29 de abril de 2025.

DOUGLAS MOURA

Autoridade Competente

P U B L I Q U E – S E

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PORTARIA Nº 276/2025

PORTARIA Nº 276/2025

DATA: 29 DE ABRIL DE 2025

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL Á SERVIDORA EFETIVA SRA. ROSIMERE DE ALMEIDA ZULIM FEIJÓ".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1° CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ROSIMERE DE ALMEIDA ZULIM FEIJÓ**, efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSORA.**

Art. 2º Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSORA III – PÓS GRADUADA – A – 02.

Art. 3º Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, EM 29 DE ABRIL DE 2025.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

VAGNER MARTINS DOS REIS

Secretário Municipal de Planejamento e Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 03/2025

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 03/2025

A Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, através da Secretaria de Meio Ambiente, vem por meio deste comunicar que foi iniciado no dia 06 de janeiro de 2025 o levantamento dos lotes baldios do nosso município que necessitam de limpeza.

Sendo assim, solicitamos aos proprietários que possuem terrenos no perímetro urbano de Nova Ubiratã, que realizem a limpeza de seus lotes.

Os Proprietários tem o prazo improrrogável de 15 dias após a data da publicação deste edital, para que seja feita a limpeza, caso contrário, a mesma executará o serviço e será cobrado um valor extra junto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), conforme os termos do art. 1°, da Lei Complementar Nº 158/2023 e nos termos do capítulo II, art.4 da Lei Ordinária Nº 1120/2023.

Após o proprietário realizar a limpeza, o mesmo deverá protocolar junto a Secretaria sua defesa com foto do lote limpo.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente destaca a extrema importância de manter o seu lote limpo para evitar a proliferação de vetores de doenças. Uma cidade limpa é dever de todos, e essencial para a saúde pública.

Segue em anexo, lista dos lotes.

Nova Ubiratã-MT, 29 de abril de 2025.

_____

Josafá Lima de Oliveira

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Decreto Nº: 12/2025

BAIRRO: CENTRO

QUADRA	LOTE	PROPRIETARIO	BAIRRO
05	02	LUIZ CLAUDINO ROMAN ROSS	CENTRO
05	03	LUIZ CLAUDINO ROMAN ROSS	CENTRO
05	04	CLAUDIA MARIA KRONBAUER BORDIN DE SENA	CENTRO
08	01	ROBERTO JOSE DE SOUZA	CENTRO
08	09	MARIA JANETE VIEIRA	CENTRO
10	06	SUELLIN BRITO HALAS	CENTRO
17	06	INEZ NEGRI	CENTRO
18	03	FABIO LUIZ BRATZ	CENTRO
18	04	FABIO LUIZ BRATZ	CENTRO
25	06	VILMAR VEDANA	CENTRO
30	09	NAIR PETRY DIAS	CENTRO
31	02	NOVA UBIRATÃ EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA	CENTRO
31	07	NOVA UBIRATÃ EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA	CENTRO
33	04	IRENO BOTTEGA	CENTRO
33	05	IRENO BOTTEGA	CENTRO
36	02	ELMA CORREIA DANELLI	CENTRO
49	09	AMARILDO JOSE PRADO	CENTRO
59	09	NELSI TEREZINHA SETTER PREDIGER	CENTRO
61	02	ANDERSON JOSE RODRIGUES	CENTRO
66	02	SILVANDRO LUIS MATIASSO BIFFI	CENTRO
67	09	ANTONIO CELESTINO	CENTRO
68	11	ODILA LUZIA FRACALOSSI LOPES	CENTRO
69	04	CELEIRO PRÉ-MOLDADOS LTDA	CENTRO
69	05	CELEIRO PRÉ-MOLDADOS LTDA	CENTRO
69	06	CELEIRO PRÉ-MOLDADOS LTDA	CENTRO
69	09	CELEIRO PRÉ-MOLDADOS LTDA	CENTRO
69	10	CELEIRO PRÉ-MOLDADOS LTDA	CENTRO
69	11	CELEIRO PRÉ-MOLDADOS LTDA	CENTRO
69	12	CELEIRO PRÉ-MOLDADOS LTDA	CENTRO
69	13	CELEIRO PRÉ-MOLDADOS LTDA	CENTRO
69	14	CELEIRO PRÉ-MOLDADOS LTDA	CENTRO
69	15	CELEIRO PRÉ-MOLDADOS LTDA	CENTRO
69	16	CELEIRO PRÉ-MOLDADOS LTDA	CENTRO
69	17	CELEIRO PRÉ-MOLDADOS LTDA	CENTRO
69	18	CELEIRO PRÉ-MOLDADOS LTDA	CENTRO
71	01	JOSIVAN ZANCHET	CENTRO
71	11	FRANCISCO ANTONIO WARTHA	CENTRO
71	12	JONAS KOTLEWSKI	CENTRO
72	04	GELMIR RUDIMAR DORN	CENTRO
72	05	NELSON FRAGA DE BITTENCOURT	CENTRO
73	11	VANESSA GRENZEL GOI JACOBS	CENTRO
74	02	ALINE MESSIAS CARVALHO	CENTRO
74	03	JONES MAURO FERRONATO	CENTRO
74	04	JONES MAURO FERRONATO	CENTRO
74	05	JONES MAURO FERRONATO	CENTRO
76	02	NELSON DONIZETTI BITTENCOURT	CENTRO
76	06	FRANCISCO RENIDIO SCHENKEL	CENTRO
76	10	REGINALDO PEREIRA	CENTRO

76	12	VAGNER GERALDINI RUIZ	CENTRO
76	13	AMILTO RIBEIRO	CENTRO
77	03	JOSE ROBERTO RICHERT MACHRY	CENTRO
77	09	IVONE DAVID RODRIGUES DE OLIVEIRA	CENTRO
81	13	DANIELI HARTMANN BRATZ	CENTRO
81	14	DANIELI HARTMANN BRATZ	CENTRO
83	01	FRANCIELLE RODRIGUES DE ABREU CARVALHO	CENTRO
83	09-B	FABIO LUIZ BRATZ	CENTRO
85	01	ELAINE CRISTINA TEIXEIRA	CENTRO
86	09	NEIVA ROMAN ROSS ANDRADE	CENTRO
86	13	PATRIC SLOVINSKI E ESPOSA	CENTRO
87	14	EDSON BALDUINO DE ANDRADE	CENTRO
92	03	JAIR FRASSON	CENTRO
92	06	COMIPIL COMERCIO DE IMOVEIS PINHEIRO LTDA	CENTRO
92	07	NOVA UBIRATÃ EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA	CENTRO
92	08	NEIVA DALLA VALLE	CENTRO
93	08-B	ARVINO SILVEIRA BORGES	CENTRO
100	08	EMANUEL PETRI SOLETI	CENTRO
100	09	VANUSA GRENZEL GOI	CENTRO
100	10	VANUSA GRENZEL GOI	CENTRO
100	08	EMANUEL PETRI SOLETI	CENTRO
100	12	ELEANDRO BARIVIERA E OUTRA	CENTRO
100	01-A	NOVA UBIRATÃ EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA	CENTRO
100	01-B	NOVA UBIRATÃ EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA	CENTRO
100	02-A	NOVA UBIRATÃ EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA	CENTRO
100	02-B	NOVA UBIRATÃ EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA	CENTRO
100	04	NOVA UBIRATÃ EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA	CENTRO
100	13	NOVA UBIRATÃ EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA	CENTRO
104	01	COMIPIL COMERCIO DE IMOVEIS PINHEIRO LTDA	CENTRO

BAIRRO: JARDIM SANTA HELENA

QUADRA	LOTE	PROPRIETARIO	BAIRRO
01	09	MARCOS COUTINHO MULLHER	JARDIM SANTA HELENA
01	10	SAMEUEL GIMENES DOS SANTOS	JARDIM SANTA HELENA
01	11	CLARICE RODRIGUES DE OLIVEIRA	JARDIM SANTA HELENA
01	12	JOCELIA BRIZOLA DE VARGAS	JARDIM SANTA HELENA
01	18 A	NOVA UBIRATÃ EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA	JARDIM SANTA HELENA
01	18 B	NOVA UBIRATÃ EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA	JARDIM SANTA HELENA
03	05	CRITIANE LAZARIN FEIJÓ TEODORO	JARDIM SANTA HELENA
03	11	LUZIANE DA SILVA MIRANDA	JARDIM SANTA HELENA
03	17	IVONES ROMAN ROS	JARDIM SANTA HELENA
03	18	GELMIR RUDIMAR DORN	JARDIM SANTA HELENA
03	19	DILVANIA CLAUDETE FERRARI	JARDIM SANTA HELENA
03	20	SUELEN ABREU JACOBS	JARDIM SANTA HELENA
03	21	ALTAIR UMBERTO MAIER	JARDIM SANTA HELENA
03	22	JOSE APARECIDO SCHIMIDT	JARDIM SANTA HELENA
03	24	NOVA UBIRATÃ EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA	JARDIM SANTA HELENA
05	01	VANUBIA GALVÃO DA SILVA	JARDIM SANTA HELENA
05	04	ANDREIA DA SILVA FERNANDES	JARDIM SANTA HELENA
05	10	LOIRI NICOLAI	JARDIM SANTA HELENA
06	14	JOÃO PAULO MARIN SICHIERI	JARDIM SANTA HELENA
06	15	ELIANE MARILENE MARIN SICHIERI	JARDIM SANTA HELENA
09	13	ALEXSSANDRO DA SILVA RIBEIRO	JARDIM SANTA HELENA
11	03	ANDRESSA ACCORSI	JARDIM SANTA HELENA
13	02	LETICIA ANGELICA KOCH	JARDIM SANTA HELENA
13	06	LAURICE PAES DE ARRUDA	JARDIM SANTA HELENA
13	15	ELIO BATISTA DE FARIAS	JARDIM SANTA HELENA
14	02	ANGELA APARECIDA SPAK DUARTE	JARDIM SANTA HELENA
14	10	WELLINTON DALBER AMORIM DE OLIVEIRA	JARDIM SANTA HELENA

Nova Ubiratã-MT, 29 de abril de 2025.

_____

Josafá Lima de Oliveira

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Decreto Nº: 12/2025

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº. 016/2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2024

Edital de convocação e posse nº. 016/2025

Processo seletivo simplificado 002/2024

DATA: 29 de Abril de 2025

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Nova Ubiratã Sr. Edegar José Bernardi, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2024;

RESOLVE:

ART. 1º. CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2024 para comparecerem junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã-MT no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, munidos dos documentos pessoais e profissionais, **OS EXAMES MÉDICOS OBRIGATÓRIOS DEVERÃO SER SOLICITADOS NO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS APÓS A ENTREGA DE TODOS OS DOCUMENTOS DO ANEXO I** conforme o referido Edital, para fins de nomeação, posse e exercício.

ART. 2º. Os candidatos aprovados e classificados que estão sendo convocados terão 07 (sete) dias úteis contados da publicação deste edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo, conforme o Edital.

9 - TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC - Sede			
Nº	**NOME**	**PONTUAÇÃO FINAL**	**RESULTADO**
77	ANAILDE COELHO DOS SANTOS	7,0	CLASSIFICADO
78	ANTONIA VANUZA ELVA MATIAS	7,0	CLASSIFICADO

3 - ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL - Sede			
Nº	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
27	FRANCISCA GUIMARAES DA SILVA	3,5	CLASSIFICADO

7 - PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA - Sede			
Nº	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
29	MARIA KEYLA JAPPE	6,0	CLASSIFICADO

32 - ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL - Distrito Entre Rios			
Nº	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
2	SUELY OLIVEIRA DANTAS	7,5	CLASSIFICADO

8 - TEC ADM ED SECRETARIO ESCOLAR NIVEL MEDIO - Sede			
Nº	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
2	ANGÉLICA GONÇALVES MEDINA	9,0	CLASSIFICADO

38 - TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC - Distrito Entre Rios			
Nº	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
7	LORRAINY ALESSANDRA LEONI CORREA	7,0	CLASSIFICADO

115 - ZELADORA - Sede			
Nº	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
18	RAIMUNDA DA SILVA	4,5	CLASSIFICADO
19	VANDERLENA APARECIDA OLIVEIRA LOPES	3,5	CLASSIFICADO

95 - MOTORISTA - Sede			
Nº	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
3	JAIR SANTANA RODRIGUES	9,5	CLASSIFICADO
4	CLAUDINEI BENEDITO DA FONSECA	8,5	CLASSIFICADO

Nova Ubiratã, MT – 29 de Abril de 2025

EDEGAR JOSE BERNARDI

Prefeito Municipal

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA POSSE PROCESSO SELETIVO

ANEXO I CÓPIAS E ORIGINAIS

ÿ *Declaração de Bens e Valores.*

ÿ *Declaração de que não exerce outro cargo, emprego ou função pública inacumulável.*

ÿ *Qualificação Social – (Procedimento no RH, e-social)*

ÿ *Cédula de Identidade (RG);*

ÿ *Cadastro de Pessoa Física (CPF);*

ÿ *Certidão de Nascimento ou Casamento (Se casado cópia do CPF do Cônjuge);*

ÿ *Certidão de Nascimento e CPF dos Filhos Dependentes;*

ÿ *Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 06 (seis) anos;*

ÿ *Comprovante de Endereço (Água, luz, etc.)*

ÿ *Carteira de PIS ou PASEP e Carteira de Trabalho CTPS;*

ÿ *Título de Eleitor;*

ÿ *Comprovante de votação da última eleição*

ÿ *Documento Militar (Se homem);*

ÿ *Documento Escolar,*

ÿ Certidões negativas dos ofícios de distribuição na(s) cidade(s) na(s) qual(is) o candidato reside e/ou residiu nos últimos cinco anos, abrangendo os feitos cíveis e criminais (https://sec.tjmt.jus.br/)

ÿ Certidões negativas cíveis e criminais da Justiça Federal na(s) cidade(s) na(s) qual(is) o candidato reside e/ou residiu nos últimos cinco anos; (https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitacao)

ÿ *01 Foto 3x4*

ÿ *Telefone*

ÿ *E-mail*

ÿ *Nº. Conta Corrente no Banco do Brasil; AG:_____ C/C _____*

ÿ *Documento Profissional (Habilitação, CREA, CREF, ETC, caso seja necessário)*

3. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, bem como o número do telefone para contato.

3.1 O candidato deverá solicitar o *Atestado de Saúde Ocupacional - ASO,* ***NO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.***

3.2. O não atendimento dentro do prazo estipulado na convocação ou a manifestação por escrito de desistência implicará a exclusão definitiva do candidato deste Teste Seletivo, sem qualquer alegação de direitos futuros.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, nomeada pelo Município de Nova Ubiratã, havendo necessidade pela Procuradoria Jurídica do Município, tornando a decisão de caráter público.

MODELO I

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **********inscrito (a) no CPF sob o n° **********, declaro para devidos fins e efeitos legais sob as penas da lei que, **NÃO** possuo acumulo de cargo público, com cargo incompatível entre as funções exercidas.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2025.

****

MODELO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. ********** inscrito (a) no CPF sob o n° **********, residente e domiciliado neste município de Nova Ubiratã/MT, em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº. 8.429 de 2 de junho de 1992, em seu Artigo 13, § 1º, DECLARA que:

? Descrever o Bens e valores e se não tiver bens descrever “Não possuo bens em meu nome”

DECLARAÇÃO.

Por ser verdade e para que surta os efeitos legais, firmo a presente

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2025.

****

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 6.375, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

Decreto Nº 6375, de 29 de abril de 2025.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2824/2024, de 11 de Dezembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 700.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - SAÚDE
07.001.10.302.15.1022-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$700.000,00
2.706.0000000 (SF) - Transferência Especial da União 700.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$700.000,00
2.706.0000000 (SF) - Transferência Especial da União 700.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 29 de abril de 2025.

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: PamelaRodrigues. Emissão: 29/04/2025, às 16:59:13. Protocolo: 578e8b0d-a466-423d-bfb6-10f306c1608a

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 540/2025

PORTARIA Nº 540/2025

*Dispõe sobre a exoneração de **Sirlene Dias Soares**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.335, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) público(a) municipal **Sirlene Dias Soares**, Assistente Administrativo, matrícula funcional 4540, da função gratificada de **Chefe da Divisão de Patrimônio – GF**, junto a Contabilidade Geral.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1328/2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no dia 30/4/2025.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 29 de abril de 2025.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2.025

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de sua Pregoeira Oficial, vem a público divulgar a HOMOLOGAÇÃO da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 010/2.025, o qual teve por Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DO TIPO, TAMPAS E ANÉIS, PARA A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA SANITÁRIO DAS 50 UNIDADES HABITACIONAIS DO PROGRAMA “SER FAMÍLIA HABITAÇÃO” NO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT, CONFORME PROPOSTA DE CONVÊNIO N° 0085-2023. Empresas habilitadas e vencedoras/detentoras: GALICE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA CONTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 45156970000119, com o valor global de R$ 13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais). VALDIMAR CARVALHO DA SILVA LTDA, inscrita no CNPJ nº 59542121000108, com o valor global de R$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais).

Nova Xavantina – MT, 29 de abril de 2.025.

Marina Angélica Marca

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013/2025

DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, Sr. **Agenor Evangelista da silva Júnior**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, **CONVOCA** a candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023 realizado em 25 de Fevereiro de 2024, para comparecer no prazo de **15 (QUINZE) DIAS** contados a partir da publicação deste edital, na Sede da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT no horário de 7:00h as 13:00h, apresentando os documentos de habilitação relacionados no Anexo I deste edital, a fim de serem nomeados no respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
165	JAINE APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	PROFESSORA	21º CLASSIFICADA

Para a realização dos exames médico admissional os candidatos classificados, conforme listam acima, deverão comparecer na secretaria de administração para retirar autorização de exame na Mestra (Medicina e Segurança do Trabalho LTDA) em Juara-MT.

Será considerado desistente perdendo a vaga respectiva, a não apresentação no prazo fixado por este edital; não apresentação para posse no prazo fixado; não comprovação dos requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, convocar o (a) candidato (a) classificado (a) na colocação subsequente.

Novo Horizonte do Norte/MT, em 29 de abril de 2025.

AGENOR EVANGELISTA DA SILVA JÚNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N°156/2025

Concede Férias ao servidor lotado na área da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado do Mato Grosso, **Sr. Agenor Evangelista da Silva Júnior,** no uso de suas atribuições que, confere-lhe o Art.45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor **ERIVELTON JOSE DE SA,** brasileiro, maior, portador da matrícula nº 1319, lotado na **Secretaria Municipal de Infraestrutura,** no cargo de **Motorista,** referente ao período aquisitivo de 2023/2024, a partir do dia 29/04/2025 à 28/05/2025, com retorno aos trabalhos no dia 29/05/2025.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data 29 de abril de 2025, revogando-se as disposições em contrários.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT, 29 de abril de 2025.

Agenor Evangelista da Silva Júnior

PrefeitoMunicipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 012/2025

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT**, através de seu Agente de Contratações, nomeado pela Portaria n° 041/2025, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de **Concorrência Eletrônica**, do tipo **menor preço**, regime de **empreitada Global**, regida pela Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, Lei Municipal 1. 471/2024, Decretos Municipais 011/2024 e 050/2024 e demais legislação aplicáveis, cujo objeto é a **Contratação de empresa de engenharia civil para execução de obra de construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) - Porte I, com área total construída de 285,35 m²**, conforme especificado no projeto executivo e termo de referência. A sessão pública será no dia **15/05/2025** às **09h00min (horário de Brasília - DF)**, através do Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital completo está disponível no site oficial deste município www.novohorizontedonorte.mt.gov.br**,** pode ainda ser solicitado por e-mail licitacao@novohorizontedonorte.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 98414-0060.

Novo Horizonte do Norte - MT, 29 de abril de 2025.

JULIANO GAMBA

Agente de Contratações

LEI MUNICIPAL Nº 1.539, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT - REFIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituído o programa de Recuperação Fiscal do Município de Novo Horizonte do Norte - MT, (REFIS), pelo Poder Executivo, que estabelece medidas para a recuperação de créditos fiscais. Parágrafo primeiro – O Poder Executivo poderá firmar cooperação técnica com o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso para estabelecer medidas conciliatórias para a recuperação de créditos fiscais. Parágrafo segundo – Não obstante o perdão das penalidades, os créditos serão corrigidos monetariamente através do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM ou Índice Geral Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, de acordo com a natureza tributária. Parágrafo terceiro – A fruição dos benefícios previstos nesta Lei fica condicionada ao pagamento do débito, à vista ou parcelado, exclusivamente, em moeda nacional, sendo vedada a utilização de quaisquer outras modalidades de extinção. CAPÍTULO II DA ADESÃO AO REFIS

Art. 2º – A adesão aos benefícios desta Lei deverá se dar por meio da assinatura do Termo de Confissão e Parcelamento de Débitos e implicará no reconhecimento irretratável e irrevogável dos débitos nele indicados, bem como renúncia ou desistência a quaisquer meios de defesa ou impugnações judiciais e administrativas.

Parágrafo primeiro - O Termo de Confissão deverá conter:

I - qualificação das partes, indicação do crédito e Certidão de Dívida Ativa objeto do acordo, data, local e assinatura dos envolvidos;

II - a modalidade de pagamento elegida, as concessões aplicáveis, com a advertência de que, em caso de descumprimento do acordo, os valores originários da dívida serão restabelecidos, com a perda dos benefícios aplicados;

III - declaração de confissão, renúncia e desistência;

Art. 3º - A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela.

Parágrafo primeiro - O pagamento será realizado por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

Parágrafo segundo - O devedor deverá efetuar o pagamento do Documento de Arrecadação, referente ao pagamento à vista, ou à primeira parcela, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da assinatura do Termo de Conciliação, Confissão e Parcelamento de Débitos, sendo a sua efetivação, condição essencial para o requerimento da suspensão da respectiva ação judicial, bem como para a concessão de anuência para o cancelamento de eventuais protestos e/ou negativações em bancos de dados e fornecimento, conforme o caso, de certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa.

Parágrafo terceiro - Na hipótese de parcelamento, ressalvada a primeira parcela, o pagamento das demais parcelas será realizado mensal e sucessivo, respeitando sempre o intervalo de 30 (trinta) dias, a contar da celebração do acordo, sendo corrigidas em conformidade com os encargos previstos na legislação de regência do respectivo crédito, observado o valor mínimo de cada parcela fixado nos termos desta Lei.

Parágrafo quarto - O parcelamento decorrente da transação prestar-se-á à suspensão da execução fiscal, quando o débito estiver ajuizado.

Parágrafo quinto - A adesão aos benefícios previstos nesta Lei não desobriga o interessado de promover, às suas expensas, o cancelamento do respectivo instrumento de protesto ou de efetuar o pagamento das custas e emolumentos para formalização da desistência dos apontamentos a protesto, em relação aos títulos já encaminhados para o Cartório de Protesto, até o momento da assinatura do Termo de Conciliação, Confissão e Parcelamento de Débitos, assim como não o exonera do pagamento das custas processuais remanescentes arbitradas judicialmente e ou extrajudicialmente, as quais deverão ser recolhidas junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Parágrafo sexto - O Poder Executivo Municipal autorizará à exclusão dos protestos dos créditos tributários dos contribuintes, mediante a aprovação do parcelamento e a devida comprovação da quitação da primeira parcela, bem como das despesas descritas no parágrafo quinto deste artigo, ficando o contribuinte responsável pelo recolhimento dos emolumentos e custas de cartório.

Art. 3º - O valor de cada parcela não poderá ser inferior a:

I - R$ 50,00 (cinquenta reais) para as pessoas físicas e empreendedor individual;

II - R$ 100,00 (cem reais) para microempresas e empresas de pequeno porte;

III - R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para as demais pessoas jurídicas.

Art. 4º - Será admitida a fruição dos benefícios previstos nesta Lei quando o valor do crédito estiver garantido por bloqueio ou penhora em dinheiro, nos autos de execução fiscal ou ação judicial, hipótese em que será observado o que segue:

I - o valor bloqueado ou penhorado será utilizado, na integralidade, para pagamento do débito e, em havendo saldo devedor remanescente favorável à Fazenda Pública, poderá ser quitado à vista ou em prestações, na forma e condições estabelecidas nesta Lei.

II - o saldo favorável ao executado deverá ser restituído.

CAPÍTULO III DO INADIMPLEMENTO DO ACORDO DE CONCILIAÇÃO

Art 5º - O acordo extrajudicial celebrado por meio do Termo de Confissão e Parcelamento de Débito de que trata esta Lei será considerado descumprido e sujeito à denúncia por ato da autoridade administrativa quando, alternativamente:

I - ocorrer a inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - for constatado atraso no pagamento de 02 (duas) parcelas, sucessivas, ou não.

III- no caso do descumprimento do acordo do parcelamento Refis o contribuinte fica impossibilitado de realizar um novo acordo.

Parágrafo único. Verificada a ocorrência de descumprimento, perderá o contribuinte os benefícios concedidos nesta Lei, sendo restabelecidos, em relação ao acordo, os valores originários do crédito fiscal, implicando na exigibilidade imediata da totalidade dos créditos confessados, prosseguindo-se na cobrança do saldo remanescente, com acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, sujeitando o crédito a protesto, com a adoção dos atos necessários à execução do valor, com a distribuição de execução fiscal ou retomada de execução fiscal em curso, conforme o caso.

CAPÍTULO IV DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ENÃO TRIBUTÁRIOS EM GERAL

Art. 6º - Os créditos tributários e não tributários, vencidos até 31 de dezembro do exercício anterior ao exercício da conciliação, inscritos em dívida ativa, podem ser liquidados nas seguintes condições:

I - para pagamento à vista: desconto de 90% (Noventa por cento) sobre o valor dos juros de mora e sobre o valor da multa moratória;

II - para pagamento parcelado de 2 a 05 meses: desconto de 80% (oitenta por cento) sobre o valor dos juros de mora e sobre o valor da multa moratória;

III - para pagamento parcelado de 06 a 12 meses: desconto de 50% (sessenta por cento) sobre o valor dos juros de mora e sobre o valor da multa moratória;

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º - O período para ser realizado o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) será regulamentado por ato do Poder Executivo, mediante a oportunidade e conveniência administrativa.

Art. 8º - Fica vedada a concessão do benefício de que trata esta Lei àqueles contribuintes envolvidos em dolo, fraudes, ou simulação tributárias não atingidas pelos institutos da decadência e prescrição.

Art. 9º - O disposto nesta lei não autoriza a devolução, restituição ou compensação de importância já paga ou compensada.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, em 29 de Abril de 2025.

AGENOR EVANGELISTA DA SILVA JUNIOR.

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 041/2025

"ESTABELECE TABELA DE AVALIAÇÃO DE VALOR DE TERRA NUA (VTN) POR HECTARE DE TERRA E POR APTIDÃO EM ÁREAS RURAIS DO MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, PARA FINS DE LANÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL."

AGENOR EVANGELISTA DA SILVA JUNIOR, o Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º. Ficam estabelecidos os valores da avaliação do Valor da Terra Nua (VTN) por hectare e aptidão (capacidade potencial de terra/qualificação do solo), aos imóveis rurais do Município de Novo Horizonte do Norte-Mato Grosso, para fins de lançamentos, fiscalização e cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), conforme segue:

LAUDODEAVALIAÇÃODE TERRA NUA NBR 14.653-3:2019 – ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE - MT VTN MÉDIO PARA O ANO BASE DE 2025	
Incisos do art. 3°, IN 1.877/2019	**Valores por hectare**
I – Lavoura - aptidão boa	R$ 11.389,23
II – Lavoura – aptidão regular	R$ 10.819,77
III – Lavoura – aptidão restrita	R$ 8.541,92
IV – Pastagem plantada	R$ 6.264,08
V – Silvicultura ou pastagem natural	R$ 5.694,62
VI – Preservação da fauna ou flora	R$ 3.416,77

Art. 2º. Os valores constantes da tabela referida no artigo primeiro deverão ser remetidos à Receita Federal do Brasil para armazenamento do Sistema de Preços de Terra – SIPT.

Art. 3º. Os valores descritos no art. 1º, bem como demais informações, conceitos e características correlatas estão devidamente descritas no Laudo de Avaliação para Determinação dos Valores de Terra Nua, referente ITR ano base 2025, assinado por responsável técnico competente, fazendo parte constante do presente Decreto, em anexo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, em 29 de abril de 2025.

AGENOR EVANGELISTA DA SILVA JUNIOR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N° 1.537, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Novo Horizonte do Norte, a abrir credito especial na Lei Municipal nº 1.511 de 19 de dezembro de 2024 - que dispõe sobre o orçamento para o exercício de 2025.

AGENOR EVANGELISTA DA SILVA JUNIOR, Prefeito do Município de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Novo Horizonte, Estado de Mato Grosso, autorizado a abrir crédito especial junto a Lei Municipal nº 1.511 de 19 de dezembro de 2024, no valor de **R$ 1.881.388,00 (HUM MILHÃO, OITOCENTOS E E OITENTA E UM MIL, TRESENTOS E OITENTA E OITO REAIS)**, na dotação abaixo discriminada:

08.002	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10.302.0122	Novo Horizontinos com Saúde
10.302.0122.1209 44.90.51.00	Const. De uma Unidade Básica Saúde - UBS Obras E instalações R$ 1.881.388,00

Art. 2º As despesas decorrentes do crédito suplementar de que trata o artigo 1º correão por repasse do MINISTERIO DA SAUDE, através da PORTARIA GM/MS Nº 3.617, DE 23 DE ABRIL DE 2024, no valor de R$ 1.881.388,00 (HIM MILHÃO, OITOCENTOS E OITENTA E UM MIL, TREZENTOS E OITENTA E OITO REAIS) em conformidade com artigos 42 e 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964.

Artigo 2º - Fica autorizado à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigido pela Lei Complementar nº 101/2000, na Lei Municipal nº 1.357/2021 de 06 de dezembro de 2021, que trata do Plano Plurianual, período de 2022 a 2025 e suas alterações, na Lei Municipal nº 1.501/2024, de 09 de julho de 2024, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, e Lei Municipal nº 1.511, de 19 de dezembro de 2024, que trata da Lei Orçamentária para o exercício de 2025.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte do Norte (MT), 29 de abril de 2025.

Agenor Evangelista da Silva Junior

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.538 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: **AITERA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.521 DE 19 DE MARÇO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

AGENOR EVANGELISTA DA SILVA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal aprova e Ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º- O Art. 9º, Inciso VII, da Lei Complementar nº 1.521, de 19 de março de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

“VII- As dimensões mínimas dos lotes para a finalidade proposta serão de no mínimo 2.000,00M2 (dois mil metros quadrados), os usos e ocupações, deverão obedecer ao estipulado na legislação municipal de parcelamento, uso e ocupação do solo”.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 29 de abril de 2025.

AGENOR EVANGELISTA DA SILVA JÚNIOR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
REGULAMENTO DO 3º TORNEIO DE VÔLEI DE AREIA DE NOVO MUNDO/MT

REGULAMENTO DO 3º TORNEIO DE VÔLEI DE AREIA DE NOVO MUNDO/MT

CAPITULO I – DO TORNEIO

Art. 1º - O TORNEIO MUNICIPAL DE VÔLEI DE AREIA 2025 de Novo Mundo MT seguirá o seguinte cronograma;

	ETAPAS	PERÍODO
01	Publicação do edital	29/04/2025
02	Período de inscrição	30/04/2025
03	Encerramento da inscrição	10/05/2025
04	Início do torneio	17/05/2025
05	Término do torneio	18/05/2025

CAPITULO II – DA FINALIDADE

Art. 2º - A referida competição é promovida e realizada pela Prefeitura Municipal de Novo Mundo, através da Secretaria Municipal de Educação e Departamento de Esportes e Lazer.

Art. 3º - O Torneio Municipal de Vôlei de areia tem por objetivos e atribuições:

a) Promover a prática esportiva e a integração social por meio da realização de um torneio de vôlei de areia, incentivando a participação da comunidade, a valorização do esporte e o desenvolvimento de habilidades físicas e sociais.

CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - O evento a que se refere o presente edital será organizado e executado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, através do **Departamento de Esporte e Lazer.**

CAPÍTULO IV – DA COMPETIÇÃO

Art. 5º - A competição de Vôlei de Areia será realizada de acordo com as Regras Oficiais da CBV e os critérios e normas do evento, estabelecidas neste regulamento.

Art. 6º - Todos os jogos serão realizados com apenas um set de 21 pontos.

Apenas nas semifinais e finais os jogos serão realizados em melhor de três sets vencedores. O formato do torneio será em dupla e divididos em duas categorias, masculino e feminino.

Art. 7º - Para classificação das equipes à final, será observada a seguinte pontuação:

a) Vitória – 3 pontos;

b) Derrota – 0 ponto;

c) W x O – Eliminado;

Em caso de desistência (ausência) W x O, para efeito de contagem será conferido o seguinte resultado de 1x0 em parciais de 21x00. A equipe desistente receberá 00 (zero) ponto na classificação.

Art. 8º - Os critérios de desempate adotados para critério de classificação, entre duas ou mais equipes, serão os seguintes:

a) Confronto direto;

b) Pontos average;

c) Saldo de pontos;

d) Menor número de Cartões Amarelos;

e) Sorteio.

Art. 9º - O sistema de competição será o processo combinado, de acordo com a quantidades com as equipes jogando entre si, classificando para a próxima fase, as melhores equipes de cada chave.

Art. 10º. Os árbitros definidos pela Comissão Organizadora serão responsáveis pela direção dos jogos.

Art. 11º. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

CAPÍTULO V – DAS INSCRIÇÕES

Art. 12º - A taxa de inscrição será de R$ 50,00 (cinquenta reais) para as duplas da categoria adulta e gratuita para as duplas da categoria juvenil (até 17 anos).

Art. 13º - A ficha de inscrição deverá ser retirada na Secretaria Municipal de Educação e devolvida devidamente preenchida, acompanhada de cópia do título de eleitor.

Parágrafo primeiro: Para participar do torneio de vôlei, o atleta deve possuir título de eleitor do município de Novo Mundo – MT. No caso de menores de idade, **será aceito o título de eleitor do responsável legal**, desde que este também seja residente no município.

CAPÍTULO VI– DA PREMIAÇÃO

Art. 14º – Serão premiadas as equipes classificadas em primeiro, segundo e terceiro lugar com:

Categoria Masculino:

1° Lugar – (Primeiro Lugar) Uma quantia de R$ 500,00;

2º Lugar – (Segundo Lugar) Uma quantia de R$ 300,00;

3° Lugar – (Terceiro Lugar) Uma quantia de R$ 200,00.

Categoria Feminino:

1° Lugar – (Primeiro Lugar) Uma quantia de R$ 500,00;

2º Lugar – (Segundo Lugar) Uma quantia de R$ 300,00;

3° Lugar – (Terceiro Lugar) Uma quantia de R$ 200,00.

Categoria Juvenil Masculino:

1° Lugar – (Primeiro Lugar) Uma quantia de R$ 200,00;

2° Lugar – (Segundo Lugar) Uma quantia de R$ 150,00;

3° Lugar – (Terceiro Lugar) Uma quantia de R$ 100,00.

Categoria Juvenil Feminino:

1° Lugar – (Primeiro Lugar) Uma quantia de R$ 200,00;

2° Lugar – (Segundo Lugar) Uma quantia de R$ 150,00;

3° Lugar – (Terceiro Lugar) Uma quantia de R$ 100,00.

Art. 15º - A dotação orçamentária, fonte do recurso que será utilizado para pagamento das premiações será a seguinte:

330.05.007.27.812.0030.1157.3.3.90.31

Parágrafo Primeiro: A Premiação será realizada ao término dos jogos, após o Departamento de Esporte e Lazer apresentar tabela de jogos e vencedores;

Parágrafo Segundo: A Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT terá o prazo o de 30 dias, após a publicação dos resultados em Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios mato Grosso.

CAPÍTULO VII– DOS DIREITOS AUTORAIS E DE IMAGEM

Art. 16º - - Pela adesão à presente convocatória, os participantes inscritos autorizam os organizadores do Torneio Municipal de Vôlei de Areia 2025, a utilizar as imagens das obras inscritas nos seguintes meios, sem ônus:

I – Site e edição impressa / digital da Prefeitura Municipal por tempo indeterminado;

II–Exposições e Projeções em eventos próprios ou parceiros, a qualquer tempo;

III- Mídias, imprensas e/ou eletrônicas, exclusivamente para divulgação a qualquer tempo;

IV – Ficam os participantes cientes da utilização acima prevista no momento da inscrição. Parágrafo Único: A utilização das fotografias da Torneio Municipal de Vôlei de Areia 2025, não implica de nenhuma maneira em perda dos direitos autorais ou morais sobre as mesmas.

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º - A Comissão Julgadora é soberana e a ela compete avaliar e resolver os casos omissos neste Edital, não cabendo recurso.

Art. 18º -O não cumprimento de qualquer regra deste edital poderá causar, a critério da organização do Torneio Municipal de Vôlei de Areia 2025, a desqualificação da equipe inscrita;

Art. 19º - O ato de inscrição neste campeonato implica na aceitação e concordância com todos os itens deste edital.

Art. 20º - Os participantes declaram, desde já, serem responsáveis pela autoria das informações encaminhadas.

Art. 21º - A informação de dados falsos ou o envio de fotos de outros documentos implica em eliminação do time do campeonato.

Art. 22º - Serão sumariamente desclassificados os participantes que cometerem qualquer tipo de fraude comprovada.

Art. 23º - A Prefeitura Municipal e a Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer reservam-se o direito de publicação e divulgação das fotografias, bem como a cessão de uso dos trabalhos a terceiros, sem qualquer tipo de ônus e sem a necessidade de notificação aos participantes, assegurada a divulgação da autoria e o reconhecimento dos devidos créditos, na forma do Art. 28º e seus incisos c/com Art. 79, §1o e 2o ambos da Lei 9.610/98(Leide Direitos Autorais).

Art. 24º - A íntegra do Edital encontra-se no site do Município: www.novomundo.mt.gov.br/ Portal da Transparência e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios- Mato Grosso;

Art. 25º - Maiores informações no edital e via local de inscrição em “Consultar dados”.

NOVO MUNDO/MT, 25 de abril de 2025.

Daniela Fernandes Lima

Coordenadora de Esportes

Portaria 144/2025

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 267/2025

De 25 de abril de 2025.

“Dispõe Sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências”.

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, a Senhora **ANDREIA PEREIRA RODRIGUES**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18****** SSP/MT e CPF nº 038.772.***-**, para o cargo de **COORDENADORA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA**, de provimento em comissão, símbolo DAS II, lotado na Secretaria de Saúde, criado pela Lei Complementar nº 069/2019

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 07 de abril de 2025.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 25 de abril de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 266/2025

De 25 de abril de 2025.

“Dispõe Sobre Exoneração de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências”.

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAÇÃO, a Senhora **ANDREIA PEREIRA RODRIGUES**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18****** SSP/MT e CPF nº 038.772.***-**, para o cargo de **COORDENADOR ADMINISTRATIVO**, de provimento em comissão, símbolo DAS II, lotado na Secretaria de Saúde, criado pela Lei Complementar nº 069/2019

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 07 de abril de 2025.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 25 de abril de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 269/2025

De 28 de abril de 2025.

“Dispõe sobre a Exoneração a pedido de Servidor em Cargo de Comissão, e dá outras providências.”

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado De Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR a pedido do servidor, o Senhor **DANIEL ALVES DOS SANTOS BATISTA**, portador da Cédula de Identidade RG n.º 23****** SSP/MT, CPF n.º 045.440.***-** e OAB/MT n.º 23392/O, para o cargo de **PROCURADOR GERAL**, criado pela Lei Complementar nº 059/2017, c/c. Lei nº 418/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor em 30 de abril de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 28 de abril de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 268/2025

De 28 de abril de 2025.

"Dispõe Sobre Nomeação de Servidor em Cargo de Comissão, e dá Outras Providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, a Senhora **IRACEMA FERREIRA LIMA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 12****** SSP/MT e CPF nº 942.535.***-**, para o cargo de **COORDENADORA DE LIMPEZA**, de provimento em comissão, símbolo DAS III, lotado na Secretaria de Assistência Social, criado pela Lei Complementar nº 069/2019

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2025.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 28 de abril de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL 021-2025 - CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO POR CONTAGEM DE PONTOS 008-2025 - SECRETARIA DE SAÚDE

de 29 de abril de 2025.

Processo Seletivo Por Contagem de Pontos nº 008/2025

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

Considerando o Processo Seletivo Por Contagem de Pontos nº 008/2025-realizado no dia 15 de abril de 2025, Edital Complementar n.º 002/2025 dispondo sobre o Resultado Final e Edital de Homologação n.º 007/2025 de 25 de abril de 2025.

CONVOCA:

Os candidatos aprovados abaixo descrito, para se apresentar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Novo Mundo, em um prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data deste edital, munidos da documentação de que trata o item 8 do respectivo Edital, para os procedimentos de contratação:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM -SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Nome	Posição	Resultado
Josiane da Costa Pires	1°	Aprovada
Maria Edilene Ramos de Araújo	2º	Aprovada

RECEPCIONISTA -SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Nome	Posição	Resultado
Cleide Evangelista Barbosa	1°	Aprovada
Aline dos Santos da Silva	2º	Aprovada

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo MT, 29 de abril de 2025.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2025

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.

CONTRATADA:ANA LUCIA VIEIRA BARROS

CNPJ/CPF: XXX.XXX.231-20

VALOR TOTAL: R$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais)

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMOVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER DO MUNICIPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 11/04/2025 A 11/04/2026.

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, EM 11 DE ABRIL DE 2025.

CLEOMENES JUNIOR DIAS COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 05, DE 24 DE ABRIL DE 2025

RESOLUÇÃO CMAS Nº 05, DE 24 DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobre a Convocação da 8ª Conferência Municipal de Assistência Social de 2025 e Institui a Comissão Organizadora da Conferência Municipal do Município de Novo São Joaquim/MT.

A Plenária do **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)**, do município de Novo São Joaquim/MT, em reunião ordinária realizada no dia 24 de abril de 2025, no uso da competência que lhe conferem a Lei Federal nº12435, de 06 de julho de 2011, que altera a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e Lei municipal nº 988/2025, de 18 de fevereiro de 2025; e

CONSIDERANDO deliberação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, presentes na Reunião Ordinária realizada no dia 23 de abril de 2025, conforme Ata nº004/2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar ordinariamente a **8ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, com a atribuição de avaliar a Política Nacional e Municipal de Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social- SUAS.

Art. 2º - A 8ª Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema central: ***"20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência"***.

Art. 3º - Os eixos abordados na 8ª Conferência Nacional serão:

EIXO 01: Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e Respeito às Diversidades;

EIXO 02: Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: Inovação, Gestão Descentralizada e Valorização Profissional;

EIXO 03: Integração de Benefícios e Serviços Socioassistenciais: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e a Inclusão Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

EIXO 04: Gestão Democrática, informação no SUAS e comunicação transparente: fortalecendo a participação social no SUAS;

EIXO 05: Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS;

Art. 4º - A 8ª Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á de forma presencial em Novo São Joaquim/MT, no dia 24 de junho de 2025, horário 13h as 17h, no Auditório do Centro de Multiplo Uso, localizado na Av. Triel Pereira, Snº, Qd.25, Lt.42, Residencial Maria Dolores.

Art. 5º - Instituir a Comissão Organizadora da 8ª Conferência Municipal de Assistênia Social de 2025.

§ 1º - A Comissão Organizadora da 8ª Conferência Municipal de Assistência Social contará com a participação dos conselheiros e equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme abaixo:

I – Vilma Soares da Silva Santos Souza

II – Mônica Damassena Marçal Mariano

III – Gercilene Sousa Martins Santos

IV – Viviane Leal Santos

§ 2º - A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará o apoio administrativo necessário para a Comissão Organizadora da 8º Conferência Municipal.

Art. 6º - A Comissão Organizadora ora constituída, terá em sua composição 02 (dois) membros da equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social, para a realização da 8º Conferência Municipal de 2025, no município de Novo São Joaquim/MT.

Art. 7º - A Comissão Organizadora poderá contar com colaboradores eventuais para auxiliar na realização da 8ª Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Consideram - se colaboradores eventuais conselheiros, instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da Administração Pública ou da iniciativa privada, prestadoras de serviços referentes a política de Assistência Social, bem como consultores e convidados.

Art. 8° - Compete a Comissão Organizadora da 8ª Conferência Municipal definir:

I – O Coordenador Geral;

II – A Secretaria Executiva;

III – O Relator;

IV – Os Coordenadores dos Grupos de Trabalho;

V - O responsável pela divulgação e a inscrição:

VI – O responsável pela infraestrutura;

VII – O responsável pelos recursos materiais e humanos;

VIII – O responsável pelo cerimonial.

Art. 9º – A referida Comissão se organizará para cumprimento das funções acima elencadas, bem como elaborar o Regimento Interno da Conferência e o submeter a plenária da Conferência, que após será aprovado.

Art. 10º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Novo São Joaquim – MT, 24 de abril de 2025.

Vilma Soares da Silva Santos Souza

Presidente do CMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI MUNICIPAL 993/2025

LEI MUNICIPAL 993/2025

02 DE ABRIL DE 2025

(Projeto de Lei nº 08/2025)

"Dispõe sobre autorização para firmar convênio e/ou termo de cooperação técnica e financeira com o Centro Social Alvorada e dá outras providências"

Excelentíssimo Senhor LEONARDO FARIA ZAMPA, Prefeito Municipal de NOVO SÃO JOAQUIM, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em consonância ao art. 230 da Constituição Federal, Lei Federal nº 10741/2003, e inciso I item "26" do art. 7º c/c inciso IV do art. 35 da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Novo São Joaquim/MT., por meio de seu Prefeito Municipal autorizado a firmar convênio e/ou termo de cooperação técnica e financeira com repasse **financeiro no valor de R$: 15.000.00 (quinze mil)** reais em parcela única ao CENTRO SOCIAL ALVORADA (INTERNATO), inscrito no CNPJ sob o nº 05.470.867/0001-24, com Unidade Sede na Chácara Dom Bosco, Centro de Novo São Joaquim- MT, para auxilio de aquisição de materiais, manutenção e pessoal para apresentação Teatral de Encenação da Paixão de Cristo no dia 18/04/2025, na Av. Manoel Pereira Brito, Centro de Novo São Joaquim- MT, cujos valores serão depositados em conta corrente 0154805-1, Banco Bradesco Agência 668, beneficiário CENTRO SOCIAL ALVORADA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.470.867/0001-24.

Art. 2º Para a celebração do termo de convênio e ou cooperação técnica citado no art. 1°, o CENTRO SOCIAL ALVORADA (INTERNATO), inscrito no CNPJ sob o nº 05.470.867/0001-24, deverá, sempre que solicitado, prestar contas ao Poder Executivo concedente e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Parágrafo Único: O termo de convênio e ou cooperação técnica citado no art. 1°, poderá ser prorrogado por interesses das partes, bem como rescindido ou suspenso caso forem descumpridas as suas clausulas ou por conveniência e interesse público, sempre atendido o contraditório e ampla defesa.

Art. 3º Para a cobertura das despesas decorrentes desta Lei serão utilizadas dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal vigente, possibilitada a transferência financeira por meio de contribuição.

Art.4º Fica autorizada a inclusão do Projeto/Atividade, discriminado nesta lei no PPA - Plano Plurianual, e LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes ao correspondente exercício.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei nos casos omissos, obscuros ou pendentes de fatos e ocorrências ulteriores para sua melhor execução e interpretação, bem como suplementar legislações estaduais e federais no que couber na previsão do inciso II do art. 7º c/c inciso II do art. 63 ambos da Lei Orgânica Municipal

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Novo São Joaquim/MT., aos dois dias do mês de abril de 2025.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI MUNICIPAL 992/2025

LEI MUNICIPAL 992/2025

01ABRIL DE 2025

(Projeto de Lei nº 06/2025)

"Estabelece o valor mínimo para o ajuizamento de execuções fiscais no Município de Novo São Joaquim- MT e dá outras providências."

LEONARDO FARIA ZAMPA, Prefeito do Município de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara legislativa municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica estabelecido o valor mínimo de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o ajuizamento de ações de execução fiscal promovidas pelo Município de Novo São Joaquim- MT, abrangendo débitos de qualquer natureza inscritos em dívida ativa.

§ 1º - O valor referido no caput deste artigo deverá ser calculado considerando o montante consolidado do débito, incluindo o valor principal, atualização monetária, juros de mora, multas e demais encargos legais, apurados na data da inscrição em dívida ativa.

§ 2º - Esta limitação não se aplica aos débitos:

I - Decorrentes de decisões do Tribunal de Contas;

II - Originados de obrigações de fazer ou não fazer;

Art. 2º - Os débitos de valor consolidado igual ou inferior ao estabelecido no art. 1º deverão, obrigatoriamente, ser submetidos à inscrição em protesto extrajudicial, como forma de cobrança administrativa, em conformidade com a legislação vigente.

§ 1º - A inscrição em protesto deverá ser promovida pelo Setor de Tributos, Procuradoria Geral do Município ou órgão equivalente, observando os prazos e procedimentos previstos na legislação aplicável.

§ 2º - O protesto extrajudicial dos débitos mencionados no caput não exclui a possibilidade de cobrança administrativa complementar ou de novas medidas legais, caso o valor do débito venha a superar o limite estabelecido para o ajuizamento de execuções fiscais.

§ 3º - As despesas decorrentes da inscrição em protesto, incluídas aquelas relativas a emolumentos e custas cartorárias, serão acrescidas ao valor do débito e cobradas do devedor.

§ 4º - O Município poderá celebrar convênios ou parcerias com instituições responsáveis pelo protesto de títulos, com vistas à eficiência e à celeridade na cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa.

Art. 3º - Fica autorizada a Procuradoria Geral do Município ou órgão equivalente a promover a desistência ou extinção, sem renúncia do crédito, das ações de execução fiscal já ajuizadas cujo valor consolidado seja igual ou inferior ao limite estabelecido no art. 1º, desde que tenham sido esgotadas todas as medidas expropriatórias previstas em lei, observando-se as seguintes condições:

I - Requerimento das medidas expropriatórias de praxe, incluindo:

a) Penhora de bens móveis e imóveis do devedor;

b) Penhora de dinheiro em contas bancárias ou aplicações financeiras, por meio do Sistema BacenJud (ou sistema equivalente);

c) Penhora de faturamento, se aplicável;

d) Inclusão do devedor nos cadastros de inadimplentes, como protesto extrajudicial e sistemas de proteção ao crédito;

e) Pesquisa e bloqueio de veículos por meio do Sistema Renajud;

f) Busca de bens e direitos do devedor em registros públicos, como imóveis e ativos financeiros.

II - Comprovação da inexistência de bens ou direitos penhoráveis suficientes para a satisfação do crédito;

III - Decurso de prazo razoável para tentativa de citação e localização do devedor, mediante diligências efetivas;

IV - Observância das normas de prescrição e decadência, com avaliação prévia da viabilidade de prosseguimento da cobrança.

§ 1º - A extinção ou desistência da execução fiscal não implicará remissão ou perdão do crédito tributário, que permanecerá inscrito em dívida ativa e poderá ser cobrado por outros meios administrativos, conforme previsto nesta Lei.

§ 2º - A Procuradoria Geral do Município deverá justificar, em cada caso, a inviabilidade da continuidade da execução, anexando relatório detalhado das diligências realizadas e das razões que fundamentam a desistência ou extinção.

§ 3º - Caberá à Procuradoria Geral do Município regulamentar os procedimentos e critérios específicos para a aplicação do disposto neste artigo, visando assegurar a eficiência e transparência da gestão fiscal.

Art. 4º - Os débitos inscritos em dívida ativa, cuja cobrança seja inviável por meio judicial em virtude dos limites estabelecidos nesta Lei, deverão ser objeto de monitoramento administrativo contínuo, observando-se as seguintes diretrizes:

I - Atualização periódica do valor consolidado dos débitos, incluindo correção monetária, juros e encargos legais, para avaliação de eventual superação do limite estabelecido para ajuizamento;

II - Inscrição obrigatória dos débitos em protesto extrajudicial, nos termos do art. 2º desta Lei;

III - Promoção de medidas administrativas, tais como campanhas de regularização fiscal, notificações extrajudiciais e parcelamentos, visando à recuperação do crédito tributário;

IV - Registro detalhado de todas as tentativas de cobrança, com vistas à transparência e ao controle interno e externo da administração tributária.

§ 1º - O saldo positivo de débitos não cobrados judicialmente deverá ser reavaliado anualmente para verificação de sua viabilidade econômica, podendo ser objeto de novos encaminhamentos administrativos ou judiciais.

§ 2º - A aplicação das diretrizes previstas neste artigo será regulamentada por ato do Executivo Municipal, visando à eficiência e à transparência na gestão da dívida ativa.

§ 3º - O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei nos casos omissos, obscuros ou pendentes de fatos e ocorrências ulteriores para sua melhor execução e interpretação, bem como suplementar legislações estaduais e federais no que couber na previsão do inciso II do art. 7º c/c inciso II do art. 63, ambos da Lei Orgânica Municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Novo São Joaquim -MT, 01 de abril de 2025.

Leonardo Farias Zampa

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI MUNICIPAL 994/2025

LEI MUNICIPAL 994/2025

17 DE ABRIL DE 2025

(Projeto de Lei nº 09/2025)

ERRATA A LEI Nº 983/2024 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024

ALTERA A LEI Nº 983/2024 DE 26/12/2024, A QUAL AUTORIZA O PODER EXECUTIVO, ABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAL NO VALOR DE R$ 390.000,00 (TREZENTOS E NOVENTA MIL REAIS) NO ORÇAMENTO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Leonardo Faria Zampa, Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, considerando o disposto pelo § 3º, do Art.

167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei Federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:

Onde se lê:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, créditos adicionais especiais no valor de R$ 390.000,00 (Trezentos e Noventa mil Reais) no orçamento de 2024 no seguinte órgão e fonte de recursos.

Leia-se:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, créditos adicionais especiais no valor de R$ 390.000,00 (Trezentos e Noventa mil Reais) no orçamento de 2024 no seguinte órgão e fonte de recursos.

05 05.001	Secretaria Municipal de Educação e Cultura FUNDEB	
Código	Especificação	Valor
12 12.361 12.361.0019 12.361.0019.2014	Educação Ensino Fundamental Manutenção das atividades do FUNDEB MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 70%	
3.1.90.91	Sentenças Judiciais Fonte de Recurso: 1.540.10700	R$ 390.000,00
	Total da Ação	R$ 390.000,00

Art. 2º Os demais artigos desta lei permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Novo São Joaquim – MT, 17 de abril de 2025.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2024

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2024

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 027/2025

DE 29 DE ABRIL DE 2025.

CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim-MT, Senhor Leonardo Farias Zampa, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando a Publicação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 02/2024, no dia 07 de janeiro de 2025, no mural da Prefeitura Municipal, no site: www.novosaojoaquim.mt.gov.br e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ano XX, edição nº. 4.648, páginas 609 a 615, do dia 07 de janeiro de 2025;

Considerando a Homologação do Processo Seletivo Simplificado 02/2024, através do Decreto Municipal nº. 02/2025 de 07 de janeiro de 2025.

Convoca:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 02/2024 da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, para os cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, situado na Rua Cachoeira da Fumaça, nº 77, Jardim das Palmeiras, Novo São Joaquim-MT, no período de **30/04/2025 a 14/05/2025,** no horário de 07hs00min as 11hs00min e das 13hs00min às 17hs00min.

NOME	FUNÇÃO
ELIZABETH G. A. F. DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS AG3

Art. 2º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superiora 18 (dezoito) anos;
02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);
03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;
04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);
05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
07 - Cartão do PIS/PASEP
08 – Certidão de Quitação Eleitoral (QUITE) (**internet**);
09 - Título de Eleitor;
10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (**internet)** da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);
11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;
12 - Atestado de Saúde Física e Mental - ASO (Pré-Admissional) expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;
13 - 01 (uma) foto 3X4 colorida e recente;
14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;
15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);
17 - Declaração contendo endereço residencial;
18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;
19 - Declaração de Bens;
20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;
21 – Xerox da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) páginas de identificação (se CTPS DIGITAL trazer cópia dos DADOS CADASTRAIS)
22 – Conta Corrente Banco do Brasil
23 – Carteira Nacional de Habilitação CNH categoria “D” (Motorista)
Art. 3º - Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação no prazo estabelecido por este Edital, será considerado **DESISTENTE** do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado 002/2024 da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT.
Art. 4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.
Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.
Novo São Joaquim-MT, aos vinte e nove dias do mês de abril de 2025.
LEONARDO FARIA ZAMPA
Pref. Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 028/2025, EM 29 DE ABRIL DE 2025

DECRETO Nº 028/2025, EM 29 DE ABRIL DE 2025

“Dispõe sobre a Convocação Ordinária da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências”.

O prefeito Municipal de Novo São Joaquim/MT, **Sr. LEONARDO FARIA ZAMPA**, em conjunto com o(a) Presidente do Conselho Municipal do Idoso, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política Municipal do Idoso no município,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada a 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 11 de junho de 2025, tendo como tema central: “**Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação**”.

Art. 2º - As despesas decorrentes da realização da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Novo São Joaquim/MT, 29 de abril de 2025.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Leonardo Faria Zampa

Prefeito Municipal

Ingrhd Janaina Campos Fernandes da Silva

Presidente do Conselho Municipal do Idoso

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 027/2025, EM 24 DE ABRIL DE 2025

DECRETO Nº 027/2025, EM 24 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a Convocação Ordinária da 8ª Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências".

O prefeito Municipal de Novo São Joaquim/MT, **Sr. LEONARDO FARIA ZAMPA**, em conjunto com o(a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no município,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada a 8ª Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 24 de junho de 2025, tendo como tema central: "**20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência**".

Art. 2º - As despesas decorrentes da realização da 8ª Conferência Municipal de Assistência Social, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Novo São Joaquim/MT, 24 de abril de 2025.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Leonardo Faria Zampa

Prefeito Municipal

Vilma Soares da Silva Santos Sousa

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 07/2025.

Pregão Eletrônico nº. 07/2025.

Processo Administrativo nº. 18/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Objeto: o Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Dedetização, em Atendimento das Demandas das Secretarias Solicitantes do Município de Paranatinga -MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Portaria nº. 328 de 31 de março de 2025, o Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, Sr. Antônio Marcos Thomazini, no uso e gozo das suas atribuições legais: Resolve: I - NOMEAR/DESIGNAR os Fiscais de Aquisições, Compras e Serviços das Secretarias do Município de Paranatinga - MT, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.

Do prazo: 16/04/2025 até o dia 16/04/2026.

Das empresas vencedoras, sequencia, código, descrição, unidade, quantidade, valor unitário e valor total:

Empresa: GLOBAL COMERCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM RECARGAS DE EXTINTORES LTDA - CNPJ: 22.871.544/0001-61.							
VALOR GLOBAL R$ 9.971,00 (nove mil, novecentos e setenta e um reais).							
Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/ Espec.
1	997834	SERVICO DE CONTROLE DE PRAGAS - SERVIÇO DE DEDETIZACAO	M2	15.730	R$ 0,1100	R$ 1.730,3000	Serviço
1	997858	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO - A. BOA VISTA - POSTO DE SAÚDE	M2	420	R$ 0,1700	R$ 71,4000	Serviço
1	997851	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO - A. COLORADO - POSTO DE SAÚDE	M2	420	R$ 0,3400	R$ 142,8000	Serviço
1	997861	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO - A. PONTAL DO PIRANHA - POSTO DE SAÚDE	M2	420	R$ 0,2200	R$ 92,4000	Serviço
1	997856	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO - SALTO DA ALEGRIA - POSTO DE SAÚDE	M2	420	R$ 0,3900	R$ 163,8000	Serviço
1	997854	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO - SANTIAGO DO NORTE - POSTO DE SAÚDE	M2	420	R$ 0,3400	R$ 142,8000	Serviço
1	997893	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO E.M. C. ALCIDES VISONI	M2	13.340	R$ 0,1000	R$ 1.334,0000	Serviço
1	997896	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO E.M. C. EUZÉBIO DE QUEIROZ	M2	6.100	R$ 0,1000	R$ 610,0000	Serviço
1	997901	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO - E.M. C. VALTER RIBEIRO DE SOUZA	M2	2.200	R$ 0,1200	R$ 264,0000	Serviço
1	997905	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO E.M.I. JOSÉ PIRES ULUKO	M2	6.100	R$ 0,1200	R$ 732,0000	Serviço
1	997910	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO - E.M. I. OTÁVIO KUREWE	M2	1.310	R$ 0,1000	R$ 131,0000	Serviço
1	997920	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO - E.M. I. - JOSÉ PIRES ULUKO - SALA ANEXA VICENTE KAIAWA	M2	780	R$ 0,3900	R$ 304,2000	Serviço
1	997927	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO - E.M. I. JOSÉ PIRES ULUKO - SALA ANEXA PAIKUM	M2	650	R$ 0,3900	R$ 253,5000	Serviço
1	997943	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO - E.M. I. - NOVO PROGRESSO	M2	1.190	R$ 0,3900	R$ 464,1000	Serviço
1	997951	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO - E.M. I - CEREMECE CEREPSE	M2	1.770	R$ 0,1100	R$ 194,7000	Serviço
1	997956	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO - E.M. I. - ARIMATÉIA	M2	3.890	R$ 0,1200	R$ 466,8000	Serviço
1	997898	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO E.M. C. GERALDO JOSÉ DELAI	M2	6.340	R$ 0,2500	R$ 1.585,0000	Serviço
1	997899	SERVIÇO DE LIMPEZA DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO E.M. C. LUCIO CATARINO VALVERDE	M2	6.780	R$ 0,1900	R$ 1.288,2000	Serviço

Empresa: QUASAR SERVICOS E DEDETIZACAO LTDA - CNPJ: 13.255.330/0001-70.							
VALOR GLOBAL R$ 3.924,00 (três mil, novecentos e vinte e quatro reais).							
Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/ Espec.
1	997964	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO - ESCOLAS URBANAS	M2	43.600	R$ 0,0900	R$ 3.924,0000	Serviço

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga - MT, em 16 de abril de 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
PARECER: PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL N.º 012/2025

Aos vinte e nove (29) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às 13:20 horas, em uma das Salas da Estratégia da Saúde da Família - ESF III, Rua Apolônio Bouret de Melo S/n.º, Centro, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria n.º 164/2025, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Larissa Torres de Oliveira: Secretária e Camila Premoli de Oliveira: Membro, para deliberar sobre o **Processo Administrativo Sanitário Fiscal n.º 012/2025,** referente ao estabelecimento: Mercado Barateiro, Razão Social E R LOPES, do responsável/proprietário Esmael Rufino Lopes, CNPJ n.º 08.656.178.0001/05, situado à Rua Treze de Maio, n.º 726, Centro, Paranatinga-MT, CEP: 78870-000, e aplicar punição ou multa cabível nos termos e determinações das Leis Municipais n.º 003/2002, Código Sanitário do Município e suas alterações, Lei n.º 1068/2013, Lei n.º 1069/2014, Código Tributário do Município - Lei n.º 098/2004, Código de Postura do Município - Lei n.º 1063/2013 e Decreto Federal n.º 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe do Processo Administrativo Fiscal e dá outras providências, bem como o Código de Processo Civil e o Código de Defesa do Consumidor: Ofício n.º 07/2025/VISA de 24/01/2025, recebido em 28/01/2025; Termo de Notificação n.º D-347 de 22/01/2025; Auto de Infração n.º D-348 de 22/01/2025; Termo de Apreensão n.º D-340 de 22/01/2025; Relatório Técnico de Inspeção Sanitária n.º 27230.1222.2025.

CONCLUSÃO: PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL N.º 012/2025

A Comissão processante opina pela aplicação da penalidade de MULTA ao proprietário ou responsável do estabelecimento, conforme a Lei Municipal n.º 003/2002 capítulo XVI, sessão I, II e III; e Lei n.º 1069/2013, ficando assim, determinado MULTA de **1.200 UPF/UPM-Paranatinga**. Com relação aos órgãos que se faz necessário ter conhecimento, será encaminhado cópia do Parecer para o Departamento Tributário/Financeiro da Prefeitura Municipal de Paranatinga, Vigilância Sanitária, Sistema de Informação da Secretaria de Saúde para inserir dados no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS e Secretaria Municipal de Saúde. Ante ao exposto, a comissão publica o Parecer notificando de quem é de interesse saber a respeito da decisão, após, a Comissão Processante procederá com o arquivamento do presente Processo e encaminhará copia a Secretaria Municipal de Saúde. Por fim, que seja publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. Para constar, lavrou-se a presente.

Paranatinga-MT, 29 de abril de 2025.

ADRIANA A. DE O. SALAZAR - Presidente

LARISSA TORRES DE OLIVEIRA - Secretária

CAMILA PREMOLI DE OLIVEIRA - Membro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
CERTIDÃO: PROCESSO CPPASF N.º 012/2025

Aos vinte e nove (29) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às 13:20 horas, em uma das Salas da Estratégia da Saúde da Família - ESF III, Rua Apolônio Bouret de Melo S/n.º, Centro, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria n.º 164/2025, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Larissa Torres de Oliveira: Secretária e Camila Premoli de Oliveira: Membro, para deliberar sobre o **Processo Administrativo Sanitário Fiscal n.º 012/2025,** referente ao estabelecimento: Mercado Barateiro, Razão Social E R LOPES, do responsável/proprietário Esmael Rufino Lopes, CNPJ n.º 08.656.178.0001/05, situado à Rua Treze de Maio, n.º 726, Centro, Paranatinga-MT, CEP: 78870-000, onde consta nos autos que o (a) Responsável teve ciência. **CERTIFICO** e dou fé para os devidos fins que o (a) responsável pelo estabelecimento **NÃO APRESENTOU** defesa.

para constar, lavrou-se a presente certidão.

Paranatinga-MT, 29/04/2025.

ADRIANA A. DE O. SALAZAR - Presidente

LARISSA TORRES DE OLIVEIRA - Secretária

CAMILA PREMOLI DE OLIVEIRA - Membro

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 04 DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº. 15/2023.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA - MT CNPJ Nº. 15.023.971/0001-24.

CONTRATADA: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. CNPJ Nº. 03.467.321/0001-99.

01. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. Contratação de Empresa Especializada para **Fornecimento de Energia Elétrica de acordo com as normas regularizadoras da ANEEL, suprindo as necessidades da Iluminação Pública** a pedido da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 24, Inciso XXII da Lei 8.666/93.

02. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E VINCULAÇÃO:

2.1. O prazo estabelecido para este Termo Aditivo é dentro do seguinte período de 08 (oito) meses, do dia **30 de abril de 2025** até o dia **30 de dezembro de 2025**, vincula-se este termo ao processo de dispensa de licitação nº. 07/2023.

03. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:

3.1. O preço certo e ajustado para o presente termo é o valor mensal de **R$ 203.639,71 (duzentos e três mil, seiscentos e trinta e nove reais e setenta e um reais)**, e o valor total de **R$ 1.629.117,68 (um milhão seiscentos e vinte e nove mil, cento e dezessete reais e sessenta e oito centavos)**, que será pago até o 20º dia do mês subsequente, conforme a entrega dos itens, mediante apresentação da nota fiscal devidamente discriminada e atestada por servidor designado, comprovando o fornecimento do objeto deste contrato.

Ordem	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	998982	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA ILUMINACAO PUBLICA - SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	Mês	08	R$ 203.639,71	R$ 1.629.117,68

Departamento de Licitações e Contratos.

Em 30 de abril de 2025.

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2536/2025 DE 03/03/2025

Decreto nº 2536/2025 de 03/03/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da

outras providências.

O Prefeito Municipal de PARANATINGA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2846/2024 de 12/11/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 2.372.200,00 (dois milhões trezentos e setenta e dois mil duzentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO

02.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.000.0000.0.000. Administração

02.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

02.001.04.122.0001.0.000. GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

02.001.04.122.0001.1.008. Aquisicao de Equip. Veiculos e Mat. Permanentes -

1 - 4.4.90.52.00.00

150000000

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

402.000,00

02.000.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO PREFEITO		
02.005.00.000.0000.0.000.	OUVIDORIA MUNICIPAL		
02.005.04.000.0000.0.000.	Administração		
02.005.04.122.0000.0.000.	Administração Geral		
02.005.04.122.0001.0.000.	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
02.005.04.122.0001.2.008.	Manutencao e Encargos com a Ouvidoria Municipal		
39 - 3.3.90.14.00.00 150000000 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL 2.000,00			
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS		
03.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO SECRETARIO		
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração		
03.001.04.123.0000.0.000.	Administração Financeira		
03.001.04.123.0001.0.000.	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
03.001.04.123.0001.2.013.	Manutencao Ativ. da Sec. de Financas e Departament		
66 - 3.3.90.39.00.00	150000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	110.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMEN		
04.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO SECRETARIO		
04.001.04.000.0000.0.000.	Administração		
04.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral		
04.001.04.122.0001.0.000.	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		

04.001.04.122.0001.2.010. Manutencao das Atividades da Sec. de Administracao

92 - 3.3.90.39.00.00

150000000

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

46.000,00

05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral
05.001.10.122.0010.0.000.	GESTAO DO SUS
05.001.10.122.0010.2.058.	Manutencao e encargos com Gestao da Saude

125 - 3.1.90.11.00.00

16050000

VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

40.000,00

05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS		
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde		
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica		
05.001.10.301.0011.0.000.	ATENCAO BASICA		
05.001.10.301.0011.2.062.	Manutencao e Encargos com a Atencao Basica		
190 - 3.3.90.39.00.00 150010020 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			556.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA		
06.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA		
06.001.12.000.0000.0.000.	Educação		
06.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral		
06.001.12.122.0001.0.000.	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
06.001.12.122.0001.2.017.	Manutencao das Atividades da Sec de Educacao		
361 - 3.1.90.11.00.00 150010010 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			250.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO SECRETARIO		
08.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		
08.001.08.122.0000.0.000.	Administração Geral		
08.001.08.122.0001.0.000.	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
08.001.08.122.0001.2.015.	Manutencao das Atividades da Sec de Assist. Social		
628 - 3.3.90.36.00.00	150000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	26.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		
08.003.08.241.0000.0.000.	Assistência ao Idoso		
08.003.08.241.0015.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
08.003.08.241.0015.2.086.	Manutenção da Lar do Idoso		
660 - 3.3.90.39.00.00	150000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		
08.003.08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente		
08.003.08.243.0016.0.000.	BLOCO PSB - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		

08.003.08.243.0016.2.132. Manutenção e custeio p/ os serviços da PSB

691 - 3.3.90.39.00.00	166000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.200,00
692 - 3.3.90.39.00.00	166100000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	19.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		
08.003.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária		
08.003.08.244.0015.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
08.003.08.244.0015.1.286.	Manutenção da Casa Lar - Lafayette Eust. De Souza		
707 - 3.3.90.39.00.00	150000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		
08.003.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária		
08.003.08.244.0015.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
08.003.08.244.0015.1.363.	FEAS PISO MATOGROSSENSE		
710 - 3.3.90.39.00.00	166100000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		
08.003.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária		
08.003.08.244.0015.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
08.003.08.244.0015.2.129.	Manutenção dos serviços da PSE - MAC		

733 - 3.3.90.39.00.00	166000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		
08.003.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária		
08.003.08.244.0016.0.000.	BLOCO PSB - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
08.003.08.244.0016.2.090.	Manut. E cust. Do Cad.único/ Progr. Bolsa Familia		
749 - 3.3.90.39.00.00	166000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.004.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTES		
08.004.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		
08.004.08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente		
08.004.08.243.0001.0.000.	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
08.004.08.243.0001.2.016.	Manutencao das Atividades da Conselho Tutelar		
776 - 3.3.90.39.00.00	150000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.004.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTES		
08.004.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		

08.004.08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente		
08.004.08.243.0015.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
08.004.08.243.0015.2.088.	Apoio Integral a Crianca e Adolescente		
784 - 3.3.90.14.00.00	150000000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
09.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO SECRETARIO		
09.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo		
09.001.15.122.0000.0.000.	Administração Geral		
09.001.15.122.0001.0.000.	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
09.001.15.122.0001.1.023.	Aquisicao de Veiculos e Equip. para Sec. de Obras		
795 - 4.4.90.52.00.00	150000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	170.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
09.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
09.002.15.000.0000.0.000.	Urbanismo		
09.002.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos		
09.002.15.452.0003.0.000.	INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVICOS URBANOS COM QUALIDADE		
09.002.15.452.0003.2.019.	Manutencao das Atividades do dep. De Serviços Urba		
842 - 3.3.90.39.00.00	150000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	560.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. AGRICULTURA		
10.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
10.002.20.000.0000.0.000.	Agricultura		
10.002.20.608.0000.0.000.	Promoção da Produção Agropecuária		
10.002.20.608.0009.0.000.	AGRICULTURA FAMILIAR		
10.002.20.608.0009.1.132.	Fomento as ampliação da produção das cadeias produ		

883 - 3.3.71.70.00.00

150000000

RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO

12.000,00

11.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
11.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO SECRETARIO
11.001.04.000.0000.0.000.	Administração
11.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral
11.001.04.122.0001.0.000.	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
11.001.04.122.0001.2.020.	Manut. das Atividades da Sec. Meio Ambiente e Turi
903 - 3.3.90.39.00.00 150000000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
13.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
13.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO SECRETARIO
13.001.26.000.0000.0.000.	Transporte
13.001.26.122.0000.0.000.	Administração Geral
13.001.26.122.0001.0.000.	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
13.001.26.122.0001.2.022.	Manutencao das Atividades da Sec. de Transportes
939 - 3.1.90.13.00.00 150000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	

29.000,00

30.000,00

Total Suplementação: 2.372.200,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

02.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO

02.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.000.0000.0.000. Administração

02.001.04.122.0000.0.000. Administração Geral

02.001.04.122.0001.0.000. GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

02.001.04.122.0001.2.003. Encargos com Festividades e Eventos em Geral

7 - 3.3.90.39.00.00

150000000

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

2.000,00

03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

03.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO SECRETARIO

03.001.04.000.0000.0.000. Administração

03.001.04.123.0000.0.000. Administração Financeira

03.001.04.123.0001.0.000. GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

03.001.04.123.0001.1.017. Aquis. De Veículo e Equip. e Mat. Permanente - Sec

55 - 4.4.90.52.00.00

150000000

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

30.000,00

03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

03.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO SECRETARIO

03.001.04.000.0000.0.000. Administração

03.001.04.123.0000.0.000. Administração Financeira

03.001.04.123.0001.0.000. GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

03.001.04.123.0001.2.013. Manutencao Ativ. da Sec. de Financas e Departament

62 - 3.3.90.30.00.00

150000000

MATERIAL DE CONSUMO

14.000,00

03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

03.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO ECONOMICO E FINANCEIRO

03.002.04.000.0000.0.000. Administração 03.002.04.125.0000.0.000. Normatização e Fiscalização

03.002.04.125.0001.0.000. GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

03.002.04.125.0001.1.015. Reforma e Atualizacao das Legislacoes Tributarias

73 - 3.3.90.39.00.00

150000000

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

9.000,00

03.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

03.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO ECONOMICO E FINANCEIRO

03.002.04.000.0000.0.000. Administração 03.002.04.125.0000.0.000. Normatização e Fiscalização

03.002.04.125.0001.0.000. GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

03.002.04.125.0001.2.012. Execucao de Acoes de Fiscalizacao e arrecadacao

74 - 3.3.90.31.00.00

150000000

PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS

10.000,00

03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS		
03.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO ECONOMICO E FINANCEIRO		
03.002.04.000.0000.0.000.	Administração		
03.002.04.125.0000.0.000.	Normatização e Fiscalização		
03.002.04.125.0001.0.000.	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
03.002.04.125.0001.2.012.	Execucao de Acoes de Fiscalizacao e arrecadacao		
76 - 3.3.90.39.00.00	150000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMEN		
04.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO		
04.002.04.000.0000.0.000.	Administração		
04.002.04.122.0000.0.000.	Administração Geral		
04.002.04.122.0001.0.000.	GESTAO E MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
04.002.04.122.0001.1.014.	Realizacao de Concurso Publico e ou Processo Selet		
100 - 3.3.90.39.00.00	150000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
05.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS		
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde		
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
05.001.10.302.0012.0.000.	ATENDIMENTO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
05.001.10.302.0012.2.071.	Manutencao e Encargos com o Hospital Municipal		

290 - 3.3.90.39.00.00

150010020

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

556.000,00

05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
05.001.10.302.0012.0.000.	ATENDIMENTO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
05.001.10.302.0012.2.186.	PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM
322 - 3.1.90.04.00.00 16050000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
06.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO
06.002.12.000.0000.0.000.	Educação
06.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental
06.002.12.361.0005.0.000.	EDUCACAO: RESPONSABILIDADE DE TODOS
06.002.12.361.0005.2.041.	Manutencao do Ensino Fundamental - 25%
407 - 3.1.90.04.00.00 150010010 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA
06.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE EDUCACAO
06.002.12.000.0000.0.000.	Educação
06.002.12.364.0000.0.000.	Ensino Superior
06.002.12.364.0005.0.000.	EDUCACAO: RESPONSABILIDADE DE TODOS
06.002.12.364.0005.1.096.	Parcerias e Auxilios ao Ensino Superior

40.000,00

250.000,00

423 - 3.3.90.39.00.00

150000000

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

402.000,00

07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER		
07.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER		
07.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer		
07.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário		
07.002.27.812.0007.0.000.	ESPORTE PARA TODOS		
07.002.27.812.0007.1.114.	Realização de eventos esportivos		
606 - 3.3.90.39.00.00	150000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	32.000,00

08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		
08.003.08.241.0000.0.000.	Assistência ao Idoso		
08.003.08.241.0015.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
08.003.08.241.0015.2.086.	Manutenção da Lar do Idoso		
651 - 3.1.90.04.00.00	150000000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	50.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		
08.003.08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente		
08.003.08.243.0016.0.000.	BLOCO PSB - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
08.003.08.243.0016.1.291.	Implantação do Programa Cesta Verde agricultura fa		

665 - 3.3.90.30.00.00

166100000

MATERIAL DE CONSUMO

10.000,00

08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social
08.003.08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente
08.003.08.243.0016.0.000.	BLOCO PSB - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
08.003.08.243.0016.2.108.	Custeio do Indice de Gestao Descentralizada SUAS
674 - 3.3.90.39.00.00 166000000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social
08.003.08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente
08.003.08.243.0016.0.000.	BLOCO PSB - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
08.003.08.243.0016.2.132.	Manutenção e custeio p/ os serviços da PSB
676 - 3.1.90.04.00.00 166000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social
08.003.08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente
08.003.08.243.0016.0.000.	BLOCO PSB - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
08.003.08.243.0016.2.132.	Manutenção e custeio p/ os serviços da PSB
683 - 3.3.90.30.00.00 150000000 MATERIAL DE CONSUMO	

16.000,00

13.000,00

20.000,00

685 - 3.3.90.30.00.00

166100000

MATERIAL DE CONSUMO

1.000,00

08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		
08.003.08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente		
08.003.08.243.0016.0.000.	BLOCO PSB - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
08.003.08.243.0016.2.132.	Manutenção e custeio p/ os serviços da PSB		
690 - 3.3.90.39.00.00	150000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		
08.003.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária		
08.003.08.244.0015.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
08.003.08.244.0015.1.363.	FEAS PISO MATOGROSSENSE		
709 - 3.3.90.30.00.00	166100000	MATERIAL DE CONSUMO	17.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		

08.003.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária		
08.003.08.244.0015.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
08.003.08.244.0015.2.129.	Manutenção dos serviços da PSE - MAC		
716 - 3.1.90.04.00.00	150000000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	90.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		
08.003.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária		
08.003.08.244.0016.0.000.	BLOCO PSB - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
08.003.08.244.0016.2.090.	Manut. E cust. Do Cad.único/ Progr. Bolsa Familia		

747 - 3.3.90.30.00.00

166000000

MATERIAL DE CONSUMO

11.200,00

08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social
08.003.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária
08.003.08.244.0016.0.000.	BLOCO PSB - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
08.003.08.244.0016.2.090.	Manut. E cust. Do Cad.único/ Progr. Bolsa Familia
750 - 4.4.90.52.00.00 166000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social
08.003.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária
08.003.08.244.0016.0.000.	BLOCO PSB - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
08.003.08.244.0016.2.094.	Manutencao e Encargos com o FMAS

5.000,00

754 - 3.1.90.04.00.00

150000000

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

20.000,00

08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.003.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		
08.003.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária		
08.003.08.244.0016.0.000.	BLOCO PSB - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
08.003.08.244.0016.2.094.	Manutencao e Encargos com o FMAS		
765 - 4.4.90.52.00.00	150000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00

08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.004.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTES		
08.004.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		
08.004.08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente		
08.004.08.243.0015.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
08.004.08.243.0015.2.088.	Apoio Integral a Crianca e Adolescente		
778 - 3.1.90.04.00.00	150000000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	50.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL		
08.004.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTES		
08.004.08.000.0000.0.000.	Assistência Social		
08.004.08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente		
08.004.08.243.0015.0.000.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
08.004.08.243.0015.2.088.	Apoio Integral a Crianca e Adolescente		
788 - 4.4.90.52.00.00	150000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
09.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
09.002.15.000.0000.0.000.	Urbanismo		
09.002.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana		
09.002.15.451.0003.0.000.	INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVICOS URBANOS COM QUALIDADE		
09.002.15.451.0003.1.038.	Construção de casas populares		
827 - 4.4.90.51.00.00	170000000	OBRAS E INSTALAÇÕES	26.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
09.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
09.002.15.000.0000.0.000.	Urbanismo		

09.002.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana		
09.002.15.451.0003.0.000.	INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVICOS URBANOS COM QUALIDADE		
09.002.15.451.0003.1.039.	Construção e Revitalização da Praças		
828 - 4.4.90.51.00.00	150000000	OBRAS E INSTALAÇÕES	25.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
09.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
09.002.15.000.0000.0.000.	Urbanismo		
09.002.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos		
09.002.15.452.0003.0.000.	INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVICOS URBANOS COM QUALIDADE		
09.002.15.452.0003.2.019.	Manutencao das Atividades do dep. De Serviços Urba		

839 - 3.3.90.30.00.00	150000000	MATERIAL DE CONSUMO	170.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
09.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
09.002.15.000.0000.0.000.	Urbanismo		
09.002.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos		
09.002.15.452.0003.0.000.	INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVICOS URBANOS COM QUALIDADE		
09.002.15.452.0003.2.019.	Manutencao das Atividades do dep. De Serviços Urba		
844 - 3.3.90.93.00.00	150000000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. AGRICULTURA		
10.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
10.002.20.000.0000.0.000.	Agricultura		
10.002.20.608.0000.0.000.	Promoção da Produção Agropecuária		
10.002.20.608.0009.0.000.	AGRICULTURA FAMILIAR		
10.002.20.608.0009.1.130.	Manutenção do SIM		

879 - 3.3.90.30.00.00

150000000

MATERIAL DE CONSUMO

25.000,00

10.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. AGRICULTURA
10.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
10.002.20.000.0000.0.000.	Agricultura
10.002.20.608.0000.0.000.	Promoção da Produção Agropecuária
10.002.20.608.0009.0.000.	AGRICULTURA FAMILIAR
10.002.20.608.0009.1.130.	Manutenção do SIM

881 - 3.3.90.39.00.00

150000000

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

15.000,00

10.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. AGRICULTURA
10.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
10.002.20.000.0000.0.000.	Agricultura
10.002.20.608.0000.0.000.	Promoção da Produção Agropecuária
10.002.20.608.0009.0.000.	AGRICULTURA FAMILIAR
10.002.20.608.0009.1.132.	Fomento as ampliação da produção das cadeias produ
885 - 3.3.90.32.00.00 150000000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
10.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. AGRICULTURA
10.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
10.002.20.000.0000.0.000.	Agricultura
10.002.20.608.0000.0.000.	Promoção da Produção Agropecuária
10.002.20.608.0009.0.000.	AGRICULTURA FAMILIAR
10.002.20.608.0009.2.055.	Manutencao do Viveiro municipal e distribuicao de
887 - 3.3.90.30.00.00 150000000 MATERIAL DE CONSUMO	
10.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. AGRICULTURA
10.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
10.002.20.000.0000.0.000.	Agricultura
10.002.20.608.0000.0.000.	Promoção da Produção Agropecuária
10.002.20.608.0009.0.000.	AGRICULTURA FAMILIAR
10.002.20.608.0009.2.055.	Manutencao do Viveiro municipal e distribuicao de

5.000,00

5.000,00

888 - 3.3.90.32.00.00

150000000

MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

5.000,00

10.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. AGRICULTURA
10.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
10.002.20.000.0000.0.000.	Agricultura
10.002.20.608.0000.0.000.	Promoção da Produção Agropecuária
10.002.20.608.0009.0.000.	AGRICULTURA FAMILIAR
10.002.20.608.0009.2.055.	Manutencao do Viveiro municipal e distribuicao de

889 - 3.3.90.36.00.00

150000000

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

5.000,00

10.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. AGRICULTURA
10.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
10.002.20.000.0000.0.000.	Agricultura
10.002.20.608.0000.0.000.	Promoção da Produção Agropecuária
10.002.20.608.0009.0.000.	AGRICULTURA FAMILIAR
10.002.20.608.0009.2.055.	Manutencao do Viveiro municipal e distribuicao de

890 - 3.3.90.39.00.00

150000000

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

5.000,00

10.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. AGRICULTURA
10.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
10.002.20.000.0000.0.000.	Agricultura
10.002.20.608.0000.0.000.	Promoção da Produção Agropecuária
10.002.20.608.0009.0.000.	AGRICULTURA FAMILIAR
10.002.20.608.0009.2.055.	Manutencao do Viveiro municipal e distribuicao de
891 - 4.4.90.52.00.00 150000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
11.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
11.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE MEIO E TURISMO, COM. E REG. FUNDIA
11.002.18.000.0000.0.000.	Gestão Ambiental
11.002.18.125.0000.0.000.	Normatização e Fiscalização
11.002.18.125.0008.0.000.	INTEGRAÇÃO - HOMEM NATUREZA
11.002.18.125.0008.1.120.	Atualização de Legislações de uso e ocupação do so
907 - 3.3.90.39.00.00 150000000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
11.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
11.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE MEIO E TURISMO, COM. E REG. FUNDIA
11.002.18.000.0000.0.000.	Gestão Ambiental
11.002.18.541.0000.0.000.	Preservação e Conservação Ambiental
11.002.18.541.0008.0.000.	INTEGRAÇÃO - HOMEM NATUREZA
11.002.18.541.0008.1.055.	ELABORAÇÃO E IMPLENTAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL D
908 - 3.3.90.30.00.00 150000000 MATERIAL DE CONSUMO	
11.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
11.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE MEIO E TURISMO, COM. E REG. FUNDIA
11.002.18.000.0000.0.000.	Gestão Ambiental
11.002.18.541.0000.0.000.	Preservação e Conservação Ambiental
11.002.18.541.0008.0.000.	INTEGRAÇÃO - HOMEM NATUREZA
11.002.18.541.0008.1.055.	ELABORAÇÃO E IMPLENTAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL D

5.000,00

10.000,00

5.000,00

11.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
11.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE MEIO E TURISMO, COM. E REG. FUNDIA		
11.002.18.000.0000.0.000.	Gestão Ambiental		
11.002.18.541.0000.0.000.	Preservação e Conservação Ambiental		
11.002.18.541.0008.0.000.	INTEGRAÇÃO - HOMEM NATUREZA		
11.002.18.541.0008.1.055.	ELABORAÇÃO E IMPLENTAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL D		
910 - 3.3.90.39.00.00	150000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	5.000,00

		JURÍDICA	
11.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
11.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE MEIO E TURISMO, COM. E REG. FUNDIA		
11.002.18.000.0000.0.000.	Gestão Ambiental		
11.002.18.541.0000.0.000.	Preservação e Conservação Ambiental		
11.002.18.541.0008.0.000.	INTEGRAÇÃO - HOMEM NATUREZA		
11.002.18.541.0008.1.061.	IMPLANTAÇÃO DE COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIA		
912 - 3.3.90.30.00.00	150000000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
11.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE MEIO E TURISMO, COM. E REG. FUNDIA		
11.002.18.000.0000.0.000.	Gestão Ambiental		
11.002.18.541.0000.0.000.	Preservação e Conservação Ambiental		
11.002.18.541.0008.0.000.	INTEGRAÇÃO - HOMEM NATUREZA		
11.002.18.541.0008.1.061.	IMPLANTAÇÃO DE COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIA		
913 - 3.3.90.39.00.00	150000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
11.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE MEIO E TURISMO, COM. E REG. FUNDIA		
11.002.18.000.0000.0.000.	Gestão Ambiental		
11.002.18.543.0000.0.000.	Recuperação de Áreas Degradadas		
11.002.18.543.0008.0.000.	INTEGRAÇÃO - HOMEM NATUREZA		
11.002.18.543.0008.1.166.	Recuperação de Corregos e APPS		

924 - 4.4.90.51.00.00

150000000

OBRAS E INSTALAÇÕES

10.000,00

13.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
13.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO SECRETARIO
13.001.26.000.0000.0.000.	Transporte
13.001.26.122.0000.0.000.	Administração Geral
13.001.26.122.0004.0.000.	ESTRADA PARA TODOS
13.001.26.122.0004.1.045.	Construção e Ampliação da sede da secretaria de tr
951 - 4.4.90.51.00.00 150000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	
13.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
13.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO SECRETARIO
13.001.26.000.0000.0.000.	Transporte
13.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário
13.001.26.782.0004.0.000.	ESTRADA PARA TODOS
13.001.26.782.0004.1.074.	Mantenção e Ativ. dos Recursos do FETHAB (Capital)

10.000,00

13.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
13.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO SECRETARIO
13.001.26.000.0000.0.000.	Transporte
13.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário
13.001.26.782.0004.0.000.	ESTRADA PARA TODOS
13.001.26.782.0004.2.029.	Manutencao de pontes, pontilhoes e canalizacao plu
956 - 3.3.90.30.00.00 150000000 MATERIAL DE CONSUMO	
13.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
13.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO SECRETARIO
13.001.26.000.0000.0.000.	Transporte
13.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário
13.001.26.782.0004.0.000.	ESTRADA PARA TODOS
13.001.26.782.0004.2.029.	Manutencao de pontes, pontilhoes e canalizacao plu

10.000,00

957 - 3.3.90.39.00.00

150000000

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10.000,00

13.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

13.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DO SECRETARIO
13.001.26.000.0000.0.000.	Transporte
13.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário
13.001.26.782.0004.0.000.	ESTRADA PARA TODOS
13.001.26.782.0004.2.029.	Manutencao de pontes, pontilhoes e canalizacao plu

958 - 4.4.90.51.00.00

150000000

OBRAS E INSTALAÇÕES

10.000,00

Total Redução: 2.372.200,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de PARANATINGA ,

Estado do Mato Grosso, em 03/03/2025.

ANTONIO MARCOS THOMAZINI PREFEITO

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2541/2025 DE 17/03/2025

Decreto nº 2541/2025 de 17/03/2025

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PARANATINGA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2881/2025 de 17/03/2025.

Decreta: Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

13.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

13.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO SECRETARIO

13.001.26.000.0000.0.000. Transporte

13.001.26.782.0000.0.000. Transporte Rodoviário 13.001.26.782.0004.0.000. ESTRADA PARA TODOS

13.001.26.782.0004.1.295. PISO DE BENEFICIOS EVENTUAIS

1101 - 3.3.90.92.00.00

175900000

MANUT. E ATIVIDADES DOS REC. FETHAB-CUSTEIO

5.000,00

Total Suplementação: 5.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

13.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

13.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO SECRETARIO

13.001.26.000.0000.0.000. Transporte

13.001.26.782.0000.0.000. Transporte Rodoviário 13.001.26.782.0004.0.000. ESTRADA PARA TODOS

13.001.26.782.0004.2.031. Mantenção e Ativ. dos Recursos do FETHAB (Custeio)

961 - 3.3.90.39.00.00

175900000

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

5.000,00

Total Redução: 5.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de PARANATINGA ,

Estado do Mato Grosso, em 17/03/2025.

ANTONIO MARCOS THOMAZINI PREFEITO

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 01 AO CONTRATO Nº. 22/2024

Processo de Pregão Eletrônico nº 09/2024.

Processo Administrativo nº 23/2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA - MT CNPJ nº. 15.023.971/0001-24.

CONTRATADA: FABIO P. WERNER & SADI WERNER LTDA CNPJ nº. 54.432.462/0001-07.

01. CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I.

02. CLAUSULA SEGUNDA - DA BASE LEGAL:

2.1. DO APOSTILAMENTO O estatuto de licitações e Contrato, quando define os preceitos de contratação pela administração Pública, determina que eventos dessa natureza sejam precedidos de “simples apostila”. Para se utilizar dessa exceção, a lei exige que o objeto a ser apostilado esteja enquadrado nas permissões previstas na legislação.

a) art. 136 – IV – Lei Federal nº 14.133/2021.

03. CLAUSULA TERCEIRA- ALTERAÇÃO:

3.1. ALTERAÇÃO/EXCLUIR/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;

06.002.12.361.0005.2.039. - Manutenção do Transporte Escolar.

Reduzido (402) - 17590007 - 3.3.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Valor da Anulação R$ 113.498,00 (cento e treze mil, quatrocentos e noventa e oito reais).

3.2. ALTERAÇÃO/INCLUIR/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;

06.002.12.361.0005.2.039. Manutenção do Transporte Escolar.

Reduzido (399) - 15001001 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Valor para empenhar R$ 113.498,00 (cento e treze mil, quatrocentos e noventa e oito reais).

04. CLÁUSULA QUARTA - DA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS:

1	999766	LINHA 24 - FAZ. GMB/FAZ. PREZOTTO / MT 242 - E.M. C. ALCIDES VISONI / 20 LUGARES / MATUTINO.	KM	14.740	R$ 7,70	R$ 113.498,00

05. CLAUSULA QUINTA - DA JUSTIFIVATIVA:

5.1.DA JUSTIFICATIVA Em conformidade com o interesse público, para o custeio das despesa conforme previsão orçamentária decorrente o objeto do presente Contrato, conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital, mediante este **Termo de Apostilamento nº 1**, da clausula contratual – DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA – **(CONTRATO Nº 22/2024)**, passam a ter a inclusão da nova dotação orçamentária descriminada neste processo, para custeio das despesas conforme objeto para atendimentos da demanda fins.

06. CLAUSULA SEXTA - DO EMPENHO E VALOR:

6.1.O valor do presente termo referente ao saldo do contrato citado a ser empenhado na rubrica orçamentaria inclusa – **Cód. Red. (399),** será realizado na mesma data do cancelamento do saldo do empenho da dotação orçamentaria – Cód. Red. (402), de igual teor de valor empenhado e cancelado, na data da publicação deste TERMO DE APOSTILAMENTO.

07. CLAUSULA SÉTIMA - DO PRAZO:

7.1.A vigência deste Termo refere-se da data da publicação do 1º TERMO DE APOSTILAMENTO até a data de vigência **13/06/2025 -** em caso de renovação do contrato conforme solicitação e de interesse público, mediante termo aditivo mantem se vinculado a dotação inclusa vinculado aos **(CONTRATO Nº 22/2024).**

08. CLAUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO:

8.1. As demais clausulas constantes no **(CONTRATO Nº 22/2024) - Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 09/2024,** permanecem inalterados. O disposto no presente Primeiro Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante vinculado ao Contrato acima mencionado.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga - MT, em 28 de abril de 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO N.º 01 CPPASF - REFERENTE AO PROCESSO N.º 016/2025

Aos vinte e nove (29) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às 14:40 horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, constituída por Presidente e Membros, respectivamente designados na Portaria n.º 164 de 2025, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Larissa Torres de Oliveira: Secretária e Camila Premoli de Oliveira: Membro, para a ABERTURA do Processo Administrativo Sanitário Fiscal, com relação ao **Termo de Notificação n.º D-3268, Termo de Apreensão n.º D-3272, Auto de Infração n.º D-3274, Relatório Técnico de Inspeção Sanitária n.º 168240.7651.2025**,referente ao estabelecimento: SUPERMERCADO PARANAENSE razão social SUPERMERCADO PARANAENSE LTDA do (a) responsável/proprietário Fabio Junior dos Santos, CNPJ n.º 47.896.377/0001-34, situado à MT 130 KM 160, S/N, Santiago do Norte, Paranatinga-MT, CEP: 78870-000. O autuado terá quinze (15) dias, a contar da data da publicação deste, para apresentar sua defesa junto a esta Comissão, conforme artigo 22 da Lei n.º 6.437/77. A Ata na integra, consta em anexo ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal n.º **016/2025.**

Paranatinga-MT, 29 de abril de 2025.

ADRIANA A. DE O. SALAZAR - Presidente

LARISSA TORRES DE OLIVEIRA - Secretária

CAMILA PREMOLI DE OLIVEIRA - Membro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO N.º 01 CPPASF - REFERENTE AO PROCESSO N.º 015/2025

Aos vinte e nove (29) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às 14:28 horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, constituída por Presidente e Membros, respectivamente designados na Portaria n.º 164 de 2025, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Larissa Torres de Oliveira: Secretária e Camila Premoli de Oliveira: Membro, para a ABERTURA do Processo Administrativo Sanitário Fiscal, com relação ao **Termo de Notificação n.º D-3394, Auto de Infração n.º D-3435, Relatório Técnico de Inspeção Sanitária n.º 168339.7653.2025**,referente ao estabelecimento: RESTAURANTE PARADA DOS CAMINHONEIROS ra-

zão social RESTAURANTE PARADA DOS CAMINHONEIROS LTDA do (a) responsável/proprietário Rosangela Ferreira de Araújo Vieira, CNPJ n.º 47.756.946/0001-46, situado à Rua das Rosas, S/N, Santiago do Norte, Paranatinga-MT, CEP: 78870-000. O autuado terá quinze (15) dias, a contar da data da publicação deste, para apresentar sua defesa junto a esta Comissão, conforme artigo 22 da Lei n.º 6.437/77. A Ata na integra, consta em anexo ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal n.º **015/2025.**

Paranatinga-MT, 29 de abril de 2025.

ADRIANA A. DE O. SALAZAR - Presidente

LARISSA TORRES DE OLIVEIRA - Secretária

CAMILA PREMOLI DE OLIVEIRA - Membro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
ATA DE DELIBERAÇÃO N.º 01 CPPASF - REFERENTE AO PROCESSO N.º 014/2025

Aos vinte e nove (29) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às 14:10 horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, constituída por Presidente e Membros, respectivamente designados na Portaria n.º 164 de 2025, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Larissa Torres de Oliveira: Secretária e Camila Premoli de Oliveira: Membro, para a ABERTURA do Processo Administrativo Sanitário Fiscal, com relação ao **Termo de Notificação n.º D-3346, Auto de Infração n.º D-3407, Relatório Técnico de Inspeção Sanitária n.º 72481.7652.2025**,referente ao estabelecimento: RESTAURANTE CAIPIRÃO razão social Claudiana Cestari do (a) responsável/proprietário Claudiana Cestari, CNPJ n.º 10.574.258/0001-55, situado à Avenida Brasil, n.º 3, Rodovia MT 130, Santiago do Norte, Paranatinga-MT, CEP: 78870-000. O autuado terá quinze (15) dias, a contar da data da publicação deste, para apresentar sua defesa junto a esta Comissão, conforme artigo 22 da Lei n.º 6.437/77. A Ata na integra, consta em anexo ao Processo Administrativo Sanitário Fiscal n.º **014/2025.**

Paranatinga-MT, 29 de abril de 2025.

ADRIANA A. DE O. SALAZAR - Presidente

LARISSA TORRES DE OLIVEIRA - Secretária

CAMILA PREMOLI DE OLIVEIRA - Membro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
PARECER: PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL N.º 013/2025

Aos vinte e nove (29) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às 13:40 horas, em uma das Salas da Estratégia da Saúde da Família - ESF III, Rua Apolônio Bouret de Melo S/n.º, Centro, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria n.º 164/2025, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Larissa Torres de Oliveira: Secretária e Camila Premoli de Oliveira: Membro, para deliberar sobre o **Processo Administrativo Sanitário Fiscal n.º 013/2025,** referente ao estabelecimento: : POSTO DE SAUDE DO SANTIAGO DO NORTE razão social Prefeitura Municipal de Paranatinga do (a) responsável/proprietário Leandro Pereira Peres, CNPJ n.º 15.023.971/0001-24, situado à Rua Rondônia, S/N, Santiago do Norte, Paranatinga-MT, CEP: 78870-000, e aplicar punição ou multa cabível nos termos e determinações das Leis Municipais n.º 003/2002, Código Sanitário do Município e suas alterações, Lei n.º 1068/2013, Lei n.º 1069/2014, Código Tributário do Município - Lei n.º 098/2004, Código de Postura do Município - Lei n.º 1063/2013 e Decreto Federal n.º 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe do Processo Administrativo Fiscal e dá outras providências, bem como o Código de Processo Civil e o Código de Defesa do Consumidor: Ofício n.º 10/2025/VISA de 03/02/2025, recebido em 03/02/2025; Termo de Notificação n.º D-584 de 28/01/2025; Auto de Infração n.º D-654 de 28/01/2025; Relatório Técnico de Inspeção Sanitária n.º 298199.1786.2025; Programação de Inspeção Sanitária.

CONCLUSÃO: PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL N.º 013/2025

A Comissão processante opina pela aplicação da penalidade de MULTA ao proprietário ou responsável do estabelecimento, conforme a Lei Municipal n.º 003/2002 capítulo XVI, sessão I, II e III; e Lei n.º 1069/2013, ficando assim, determinado **advertência** ao proprietário. Com relação aos órgãos que se faz necessário ter conhecimento, será encaminhado cópia do Parecer para o Departamento Tributário/Financeiro da Prefeitura Municipal de Paranatinga, Vigilância Sanitária, Sistema de Informação da Secretaria de Saúde para inserir dados no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS e Secretaria Municipal de Saúde. Ante ao exposto, a comissão publica o Parecer notificando de quem é de interesse saber a respeito da decisão, após, a Comissão Processante procederá com o arquivamento do presente Processo e encaminhará copia a Secretaria Municipal de Saúde. Por fim, que seja publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. Para constar, lavrou-se a presente.

Paranatinga-MT, 29 de abril de 2025.

ADRIANA A. DE O. SALAZAR - Presidente

LARISSA TORRES DE OLIVEIRA - Secretária

CAMILA PREMOLI DE OLIVEIRA - Membro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO FISCAL
CERTIDÃO: PROCESSO CPPASF N.º 013/2025

Aos vinte e nove (29) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às 13:40 horas, em uma das Salas da Estratégia da Saúde da Família - ESF III, Rua Apolônio Bouret de Melo S/n.º, Centro, reuniu-se a Comissão de Processo Administrativo Sanitário Fiscal, nomeada através da Portaria n.º 164/2025, composta por Adriana Alves de Oliveira Salazar: Presidente; Larissa Torres de Oliveira: Secretária e Camila Premoli de Oliveira: Membro, para deliberar sobre o **Processo Administrativo Sanitário Fiscal n.º 013/2025,** referente ao estabelecimento: : POSTO DE SAUDE DO SANTIAGO DO NORTE razão social Prefeitura Municipal de Paranatinga do (a) responsável/proprietário Leandro Pereira Peres, CNPJ n.º 15.023.971/0001-24, situado à Rua Rondônia, S/N, Santiago do Norte, Paranatinga-MT, CEP: 78870-000, onde consta nos autos que o (a) Responsável teve ciência. **CERTIFICO** e dou fé para os devidos fins que o (a) responsável pelo estabelecimento **NÃO APRESENTOU** defesa.

Para constar, lavrou-se a presente certidão.

Paranatinga-MT, 29/04/2025.

ADRIANA A. DE O. SALAZAR - Presidente

LARISSA TORRES DE OLIVEIRA - Secretária

CAMILA PREMOLI DE OLIVEIRA - Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA - RH
FUNCIONARIOS CONTRATADOS MÊS ABRIL

MATRICULA	NOME	ADMISSAO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	ATO

8796	CAROLAINE MATOS DA COSTA	01/04/2025	PROFESSOR	131	282
8797	GISLAINE SALETE NEIS DOS SANTOS	02/04/2025	AAE -I VIGIA	25	283
8798	LAURINDA RODRIGUES DA SILVA	02/04/2025	AA E - TDI	113	284
8800	ILMA ARRUDA DE AZEVEDO ASSUNÇAO	03/04/2025	PROFESSOR B - LEI 2714/ 2024	132	286
8801	SELMA AUGUSTA DE OLIVEIRA	02/04/2025	AA E - TDI	107	287
8802	CRISTIANE MARTINS DE ALMEIDA	03/04/2025	AA E - TDI	111	288
8805	KATIA DA SILVA ALVES	07/04/2025	AAE I - MERENDEIRA	27	289
8814	MARILENE ROSA LAZARO NARDO	22/04/2025	AAE I - MERENDEIRA	02	290
8817	LUCINEIA SANTOS GUIMARAES	22/04/2025	PROFESSOR B - LEI 2714/ 2024	138	292
8818	MARIA JOSE DOS SANTOS SILVA	22/04/2025	AA E - TDI	117	293
8819	ANA MARIA ALVES BUENO	22/04/2025	PROFESSOR B - LEI 2714/ 2024	136	294
8820	MARIA DE FATIMA DE LIMA SANTOS	22/04/2025	AA E - TDI	116	295
8821	MARLI DIONISIA TAQUES	25/04/2025	MAESTRO REGENTE	02	296

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA - RH
PORTARIA N° 334 DE 03 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA N° 334 DE 03 DE ABRIL DE 2025.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **ANTONIO MARCOS THOMAZINI**, no uso e gozo das suas atribuições legais,

RESOLVE:

1 – Fazer a promoção de carreira dos servidores abaixo especificados, de acordo com o Estatuto do Servidor Público Municipal Lei 024/1997, Lei 035/ 2003 e Lei 533/2008;

Matrícula	*Nome*	*Cargo*			
857	ANTONIO MARCOS DE LIMA	MOTORISTA VEICULO PESADO			
		Faixa Anterior:	C-06	*Nova Faixa:*	C-07
1795	DANIELA VACA QUIRINO SILVA DE LIMA	ENFERMEIRO PADRAO			
		Faixa Anterior:	C-05	*Nova Faixa:*	C-06
5693	DELMA PAENWA CARDOSO	AAE I - MERENDEIRA (D)			
		Faixa Anterior:	A-03	*Nova Faixa:*	A-04
29	EDMILSON DE MATOS	AGENTE DE FISCALIZACAO TRIBUTARIA II			
		Faixa Anterior:	C-09	*Nova Faixa:*	C-10
58	JAIR CARNEIRO RIBAS	AGENTE DE FISCALIZACAO TRIBUTARIA II			
		Faixa Anterior:	C-09	*Nova Faixa:*	C-10
5677	JOSE CARLOS DOS SANTOS	AGENTE DE FISCALIZACAO TRIBUTARIA II			
		Faixa Anterior:	C-03	*Nova Faixa:*	C-04
68	JOSIAS IVAN PERUCHINI	MOTORISTA VEICULO PESADO			
		Faixa Anterior:	C-09	*Nova Faixa:*	C-10
4221	REGINALDO MENDES DE ARAUJO	VIGIA			
		Faixa Anterior:	C-03	*Nova Faixa:*	C-04
4667	TERESINHA DE JESUS SIQUEIRA MARTINS DE SOUSA	TECNICO EM ENFERMAGEM			
		Faixa Anterior:	C-04	*Nova Faixa:*	C-05
132	VOLMIR COLUSSI	MOTORISTA VEICULO PESADO			
		Faixa Anterior:	C-09	*Nova Faixa:*	C-10

2 – Conceder férias aos servidores abaixo relacionados conforme período especificado:

Matrícula	*Nome*	*Cargo*	*Data Início*	*Data Fim*
2	ADMILSON FERREIRA SILVA	AAE I - VIGIA (D)	01/05/2025	30/05/2025
3	AFONSO VIOLA NETO	AG SERVICOS GERAIS	01/05/2025	30/05/2025
1791	AMANDA COLTRE BERTECHINI	ENFERMEIRO PADRAO	26/05/2025	14/06/2025
3914	DARLENE ANTONIA FARIA ARRUDA	ENFERMEIRO PADRAO	12/05/2025	10/06/2025
5385	DEVENILSON DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO I	01/05/2025	20/05/2025
		Pecúnia:	21/05/2025	30/05/2025
2132	EDELSON STEFANI	AGENTE ADMINISTRATIVO I	02/05/2025	31/05/2025
3770	EDIVAIR GONCALVES DE ARAUJO	AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA II	05/05/2025	03/06/2025
3810	EMERSON CESAR MORETTO	OPERADOR MAQUINAS RODOVIARIAS	01/05/2025	30/05/2025
5476	ERVANIA DE SOUZA	AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE	05/05/2025	03/06/2025
2312	EUZEBINA ALVES DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE	12/05/2025	10/06/2025
46	GERACINO MARTINS VIEIRA	PINTOR	05/05/2025	03/06/2025
888	GRACIELA AZEVEDO OLIVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO I	01/05/2025	30/05/2025

4060	JONILSON DE CAMPOS	TECNICO EM RAIO X	06/05/2025	25/05/2025
61	JOSE ALVES DE LIMA	PINTOR	05/05/2025	03/06/2025
71	JUSCINEIDE ALVES NASCIMENTO	AAE I - AG SERV GERAIS (D)	05/05/2025	03/06/2025
1290	KELY RIBEIRO DA SILVA	AAE I - AG SERV GERAIS (D)	05/05/2025	03/06/2025
876	LORIVAL FERREIRA PEREIRA	MOTORISTA VEICULO PESADO	02/05/2025	31/05/2025
7922	Luciene Pereira de Abreu	CONSELHEIRO TUTELAR	05/05/2025	03/06/2025
3883	LUZINALVA ALVES DE BRITO	VIGIA	01/05/2025	30/05/2025
3772	MANOEL LAZARO DE BRITO	AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA I	05/05/2025	03/06/2025
3761	MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS	AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA I	05/05/2025	03/06/2025
94	MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA	AAE I - AG SERV GERAIS (D)	02/05/2025	31/05/2025
5012	MARIA HELENA RIBEIRO DE SOUZA PEREIRA	TECNICO EM ENFERMAGEM	02/05/2025	31/05/2025
3802	MARIA REJANE DE SOUZA	AG SERVICOS GERAIS	01/05/2025	30/05/2025
3796	MARILENE DE SOUZA MAGALHAES	AG SERVICOS GERAIS	05/05/2025	03/06/2025
2324	MARINES RIBEIRO DE SOUZA	AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE	05/05/2025	03/06/2025
109	MILTON RODRIGUES BARBOSA	AAE I - AG SERV GERAIS (D)	01/05/2025	30/05/2025
3756	NATALIA PINTO DA SILVA PELEGRINE	AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA I	05/05/2025	03/06/2025
5387	ORLANDO PEREIRA DE FREITAS	AGENTE ADMINISTRATIVO I	02/05/2025	31/05/2025
4213	SIVALDO PEREIRA DOS SANTOS	BACHAREL EM CIENCIAS CONTABEIS	01/05/2025	20/05/2025
		Pecúnia:	21/05/2025	30/05/2025
5675	VITOR CEZAR DA SILVA ANFILOFEV	AGENTE ADMINISTRATIVO II	01/05/2025	20/05/2025
		Pecúnia:	21/05/2025	30/05/2025

3 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 03 de abril de 2025.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 03 de abril de 2025.

ANTONIO MARCOS THOMAZINI

Prefeito Municipal

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2550 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

DECRETO Nº 2550 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

"**DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NO DIA 02 DE MAIO DE 2025 EM RAZÃO DO DIA DO TRABALHADOR – DIA 01 DE MAIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAIS**."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

D E C R E T A:

Art. 1º. – Em razão do dia 1º de maio de 2025 ser feriado pelo Dia do Trabalhador (1º/05/2025) fica decretado ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais da Administração Direta e das Autarquias, com a suspensão automática do expediente relativo ao dia **02 de maio de 2025 (sexta-feira)**.

Art. 2º - O disposto neste Decreto não se aplica às Repartições em que, por sua natureza, houver necessidade de funcionamento ininterrupto e às atividades de caráter essenciais de saúde e de interesse público, que deverão funcionar mediante escala e plantão.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 29 de abril de 2025.

ANTONIO MARCOS THOMAZINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 62, DE 28 DE ABRIL DE 2025
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2023

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 006, de 2023.

CONSIDERANDO o oficio nº 91/2025/SMAMA

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2023 realizada por meio do Decreto nº 05/2024, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2023,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

AGENTE ADMINISTRATIVO – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0000340	CAMILLA SOUSA FERNANDES	45º

Justificativa: Faz-se necessário a convocação para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, considerando pedido de exoneração da servidora Arielly Moura.

Pedra Preta, 28 de abril de 2025.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 63, DE 28 DE ABRIL DE 2025
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2023

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 006, de 2023.

CONSIDERANDOo oficio nº 251/2025/SME

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2023 realizada por meio do Decreto nº 05/2024, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2023,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATOS CONVOCADOS:

MONITOR - SEDE

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0000080	ANA CAROLINA GONÇALVES DIAS	127º
0004660	TAINÁ SANTOS DE ALMEIDA SANTIAGO	128º
0004830	MILENA DE JESUS PEREIRA	129º

Justificativa: Considerando a necessidade de atender a educação exclusiva, necessita-se contratar monitores para auxiliar no desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas e no cuidado da alimentação, higiene e locomoção dos alunos com necessidades especiais, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, considerando que os candidatos convocados anteriormente por meio do Edital de convocação nº 57/2025, não compareceram no prazo estipulado pelo edital, faz-se necessário a convocação.

Pedra Preta, 28 de abril de 2025.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 64, DE 28 DE ABRIL DE 2025
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2023

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 006, de 2023.

CONSIDERANDOo oficio nº 252/2025/SME

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2023 realizada por meio do Decreto nº 05/2024, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2023,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATOS CONVOCADOS:

MONITOR - SEDE

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0011530	MONICK GRAZIELLY ALVES DOS SANTOS	130º

Justificativa: 1 Vaga para atuar nas linhas de transporte escolar rural. Considerando necessidade para atuar nas linhas de transporte escolar rural, necessita-se contratar monitores para auxiliar na segurança dos alunos no momento de embarque e do desembarque, acomodar os alunos com os respectivos cintos de segurança, bem como utiliza-lo quando em serviço, ajudar os alunos a subir e descer as escadas dos veículos escolares, verificar se todos os alunos estão assentados adequadamente dentro do veículo do transporte escolar, conferir se todos os alunos frequentes no dia estão retornando aos seus lares, considerando que os candidato convocado anteriormente por meio do Edital de convocação nº 58/2025, não compareceu no prazo estipulado pelo edital.

Pedra Preta, 28 de abril de 2025.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 105, DE 2025 - ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DE 28 DE ABRIL DE 2025.

Altera a composição da **Comissão Municipal de Regularização Fundiária**, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 86, de 16 de outubro de 2017.

A PREFEITA MUNICIPIAL DE PEDRA PRETA-MT, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art.1º Fica alterado a composição da **Comissão Municipal de Regularização Fundiária**, instituído pelo Decreto nº 280 de 26 de outubro de 2023, a qual passa a ter a seguinte composição.

Presidente: Hernane Carneiro Gomes

Membro: Jucicreia das Chagas Leite

Membro: Odines Antonio Julio

Membro: Levino José de Oliveira

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 28 de abril de 2025.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

CONTRATO Nº 017/2025

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: THALITA SOUZA VIEIRA – CNPJ Nº 25.328.945/0001-68.	
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2025	**DATA:** 29/04/2025
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Aquisição de 300 unidades de Ovos de páscoa para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência em anexo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos. Valor Homologado: R$ 6.000,00(seis mil reais).	

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste termo de contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua assinatura, devendo ser observada a existência de créditos orçamentários.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2025.

Processo Administrativo nº 06/2025

Pregão Eletrônico nº 04/2025

O MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº 940, Centro, Pedra Preta/MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.942/0001-09, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Planejamento e Governo, **Sr. TIAGO AMÂNCIO SIMÃO**, brasileiro, casado, inscrito no RG sob o n° 96915480110 SSP/MT e no CPF 969.xxx.801-10, residente e domiciliado na Rua Arnaldo Estevão, nº 460 – Bairro Centro – Pedra Preta – MT, CEP 78795-000, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa relacionada, quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada ITEM, atendendo às condições, às especificações técnicas e às propostas ofertadas na licitação regulamentada pelo Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 04/2025, Processo Administrativo nº 06/2025, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA:	**GELO TREVO E EVENTOS LTDA**
CNPJ:	**11.706.784/0001-94**
ENDEREÇO:	**RUA JOAQUIM FACINI S/Nº, QDRA 06, LOTE 09, BAIRRO CENTRO, CEP: 78.795-000 – CIDADE DE PEDRA PRETA/MT.**
REPRESENTANTE:	**NOME: ADRIANO NUNES DE OLIVEIRA** **CPF: 630.XXX.791-20** **IDENTIDADE: 952821IDAMP/MT.**
CONTATO:	**Telefone** : (66) 9962-4026 - **Whatsapp** : (66) 99624-0268 - **E-mail** : j.gelotrevo@gmail.com

Sujeitam-se as partes à Constituição Federal, a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Complementar nº 123/2006, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

1. OBJETO

1.1. Esta Ata possui o objetivo de registrar preços dos itens abaixo relacionados, para Futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviço (com fornecimento de materiais, equipamentos) de locação de tendas, incluso transporte, montagem e desmontagem para atender as demandas das secretarias municipais, conforme condições e especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço.

Item	128356 Código	GELO TREVO E EVENTOS LTDA CNPJ: 11.706.784/0001-94 AV FREI SERVACIO, 137 ******** - CENTRO, PEDRA PRETA - MT, CEP: 78795-000 Telefone: (66) 9638-2112 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	006.203.412	TENDA PIRAMIDAL 5X5 BRANCA SEM CALHAS. CARACTERÍSTICAS: LONAS COM LAMINADO DE PVC CALANDRADO COM REFORÇO DE TECIDO POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, COM BLOQUEADOR SOLAR, TRATAMENTO QUIMÍCO CONTRA MOFO, FUNGO, RAIOS UV/IV, AUTO-EXTINGUÍVEL, CERTIFICADO DE FLAMABILIDADE IPEI. ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA ANTIFERRUGEM. PÉ DIREITO DE NO MÍNIMO 3,0M. INCLUI ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO NO CHÃO, NCLUSO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM.	DIA	655	390,00	255.450,00
2	006.203.413	TENDA PIRAMIDAL 10X10 BRANCA SEM CALHAS. CARACTERÍSTICAS: LONAS COM LAMINADO DE PVC CALANDRADO COM REFORÇO DE TECIDO POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, COM BLOQUEADOR SOLAR, TRATAMENTO QUIMÍCO CONTRA MOFO, FUNGO, RAIOS UV/IV, AUTO-EXTINGUÍVEL, CERTIFICADO DE FLAMABILIDADE IPEI. ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA ANTIFERRUGEM. PÉ DIREITO DE NO MÍNIMO 3,0M. INCLUI ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO NO CHÃO, NCLUSO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM.	DIA	410	1.000,00	410.000,00
		Total do Proponente				**R$ 665.450,00**

Valor Homologado: R$ 665.450,00(seiscentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta reais)

1.2.O preço unitário de cada ITEM englobará todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, seguros, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste Registro, e não será considerada nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços.

2. EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

2.1. Esta Ata de Registro de Preço não gera a obrigação aos Órgãos e Entidades participantes do Registro de Preços, de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

3. FORMA DE EXECUÇÃO

3.1.A empresa detentora do Registro deverá prestar o(s) serviço(s) para atender as necessidades dos Órgãos adesos conforme especificado no Edital e seus anexos, no Termo de Referência e na proposta de preços.

3.2. Após a publicação desta Ata no Diário Oficial dos Municípios, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pelos Órgãos participantes, além de manter as condições de habilitação durante todo o período de vigência da Ata.

4. GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.O gerenciamento desta Ata caberá ao gerenciador, que exercerá as competências dispostas na Lei 14.133/21, competindo-lhe, ainda:

4.1.1. Promover a publicação desta Ata no Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente do gerenciador;

5.1.1. 4.1.2. Arquivar a Ata de Registro de Preços em autos próprios e disponibilizá-la em meio eletrônico;

4.1.3. Conduzir procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

4.1.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

4.2. Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços.

5. VIGÊNCIA

5.1.O prazo de vigência desta Ata será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso, nos termos Da Lei 14.133/21.

6. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Lei n° 14.770/2023, desde que observadas as disposições abaixo:

a) O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida;

b) É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal;

c) Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor;

d) Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional licitacao@pedrapreta.mt.gov.br, no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão;

6.2. O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 86, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

6.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes;

7. ALTERAÇÕES DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14. 133/2021, sem prejuízos da possibilidade de remanejamento entre os participantes.

7.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, de acordo com pesquisa de preços, mantendo-se pelo menos a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8. REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação formal do contratado, acompanhada de memorial do cálculo.

8.3. Os contratos firmados após a concessão do reajustamento desta ata de registro de preços deverão ser firmados com o novo preço registrado e somente poderão ser reajustados novamente com o decurso de 12 (doze) meses daquela data-base.

8.4. Não há preclusão automática ao direito de reajuste na prorrogação da ARP.

8.5. O órgão gerenciador pode negociar com o particular com o propósito de obter condições mais vantajosas ao Município.

9. CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1.A empresa registrada terá o seu registro cancelado, nas seguintes situações:

9.1.1. Quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Quando não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.3. Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a reduzi-los;

9.1.4. Quando a empresa for declarada inidônea ou impedida do direito de contratar e licitar com a Administração.

9.2.O cancelamento de Registros nas hipóteses previstas nos subitens10.1.1,10.1.2 e 10.1.4 será formalizado por decisão d**o gerenciador, assegurado** o contraditório e a ampla defesa.

9.3. O cancelamento do Registro de Preços será comunicado mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios AMM.

9.3.1. Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica do(s) serviço(s) executado(s), anteriormente ao cancelamento.

9.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovado e justificado, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

9.5. O direito ao contraditório e ampla defesa antes do cancelamento do registro não impede a suspensão do registro até a decisão da autoridade competente.

10. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

10.1. As contratações serão formalizadas pelos Órgãos e Entidades participantes ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, observadas as disposições constantes na minuta de contrato, anexo do Edital.

10.2. Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos Órgãos e Entidade aderentes, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nos respectivos contratos, observadas as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços.

10.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato administrativo decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da autoridade competente.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.2. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

11.2.1. a) Atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da nota de empenho se for prestação de serviço única e sobre o valor do contrato e for prestação de serviço parcelada/mensal;

11.2.2. b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 10° (décimo) dia útil, multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia útil de atraso.

11.3. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

11.3.1.11.3.1. Advertência na hipótese em que a inexecução parcial não implique em prejuízos ou dano à Administração;

11.3.2. 11.3.2. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor registrado, e corrigido monetariamente, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

11.3.3. 11.3.3. Impedimento de participar em licitação e de contratar com o órgão Municipal, pelo prazo de até 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.3.4. 11.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de qualquer ente da Federação, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.4. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.5. As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa contratada ou cobradas administrativa ou judicialmente.

11.6. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

11.6.1. a) A sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

11.6.2. b)Não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

11.6.3. c) As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

11.7. O descumprimento da Ata de Registro de Preços e dos contratos decorrentes será apurado pelo gerenciador.

12. NULIDADE DA ATA

12.1. Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade insanável em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

12.1.1. Ao pronunciar a nulidade do processo licitatório, a autoridade competente indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, devendo respeitar o disposto no art. 21 da LINDB.

13. CASOS OMISSOS

13.1. As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 04/2025e seus anexos, bem como aquelas previstas na minuta do contrato.

13.2. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

Pedra Preta MT, 29 de abril de 2025.

_____	_____

TIAGO AMÂNCIO SIMÃO **SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.** **E GOVERNO** **(PORTARIA Nº 279/2024)** CONTRATANTE	**GELO TREVO E EVENTOS LTDA** **CNPJ: 11.706.784/0001-94** **ADRIANO NUNES DE OLIVEIRA** **CPF: 630.XXX.791-20** **CONTRATADA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2025

Processo Administrativo nº 04/2025

Pregão eletrônico nº 02/2025

O MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº 940, Centro, Pedra Preta/MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.942/0001-09, neste ato representado pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, **Srª. JÉSSICA DAMACENA**, brasileira, casada, inscrita no RG sob o n° 1563490-6 SSP/MT e no CPF 004.xxx.911-69, residente e domiciliada na Rua Presidente Médice, n° 1430 – Centro – Pedra Preta – MT, CEP 78795-000, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da empresa relacionada, quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada ITEM, atendendo às condições, às especificações técnicas e às propostas ofertadas na licitação regulamentada pelo Edital e anexos do Pregão Eletrônico SRP nº 02/2025, Processo Administrativo nº 04/2025, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA:	**CENTROESTE SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**
CNPJ:	**51.672.829/0001-71**
ENDEREÇO:	**RUA ABEL ADRIANO FERREIRA Nº 651 – BAIRRO: JARDIM MARIA TEREZA – CEP: 78.745-623 – CIDADE DE RONDONÓPOLIS/MT.**
REPRESENTANTE:	**NOME:DIEGO ROSSIGNOLO FRANCISCATO** **CPF: 329.XXX.458-50** **IDENTIDADE: 3228XXX04 SSP/SP.**
CONTATO:	Telefone: (66) 3024-6097 - **Whatsapp** : (66) 99996-2203 - **E-mail** : diego.franciscato@centroesteambiental.com

Sujeitam-se as partes à Constituição Federal, a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Complementar nº 123/2006, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

1. OBJETO

1.1. Esta Ata possui o objetivo de registrar preços dos itens abaixo relacionados, para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde do Hospital Municipal Luciana Martins Amorim e de todas as unidades geradoras no município de Pedra Preta-MT, conforme condições e especificações constantes nesta Ata de Registro de Preços.

Item	**204732 Código**	**CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA** **CNPJ: 51.672.829/0001-71** **ABEL ADRIANO FERREIRA, 651 - JARDIM MARIA TEREZA, RONDONOPOLIS - MT, CEP: 78745-623** **Telefone: 6692101585** **Descrição do Produto/Serviço**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	006.203.409	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO HOSPITAL MUNICIPAL "LUCIANA MARTINS AMORIM" E DE TODAS AS UNIDADES GERADORAS NO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA-MT. Marca: SERVIÃO	KG	40000	3,05	122.000,00
		Total do Proponente				**R$ 122.000,00**

Valor Homologado: R$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais)

1.2.O preço unitário de cada ITEM englobará todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, seguros, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste Registro, e não será considerada nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços.

2. EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

2.1. Esta Ata de Registro de Preço não gera a obrigação aos Órgãos e Entidades participantes do Registro de Preços, de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

3. FORMA DE EXECUÇÃO

3.1.A empresa detentora do Registro deverá prestar o(s) serviço(s) para atender as necessidades dos Órgãos adesos conforme especificado no Edital e seus anexos, no Termo de Referência e na proposta de preços.

3.2. Após a publicação desta Ata no Diário Oficial dos Municípios, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pelos Órgãos participantes, além de manter as condições de habilitação durante todo o período de vigência da Ata.

4. GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.O gerenciamento desta Ata caberá ao gerenciador, que exercerá as competências dispostas na Lei 14.133/21, competindo-lhe, ainda:

5.1.1. 4.1.1. Promover a publicação desta Ata no Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente do gerenciador;

5.1.2. 4.1.2. Arquivar a Ata de Registro de Preços em autos próprios e disponibilizá-la em meio eletrônico;

4.1.3. Conduzir procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

4.1.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

4.2. Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços.

5. VIGÊNCIA

5.1.O prazo de vigência desta Ata será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso, nos termos Da Lei 14.133/21.

6. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Lei n° 14.770/2023, desde que observadas as disposições abaixo: a) O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida; b) É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal; c) Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor; d) Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional licitacao@pedrapreta.mt.gov.br, no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão; **6.2.** O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 86, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021). **6.3.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes;

7. ALTERAÇÕES DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14. 133/2021, sem prejuízos da possibilidade de remanejamento entre os participantes.

7.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, de acordo com pesquisa de preços, mantendo-se pelo menos a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8. REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação formal do contratado, acompanhada de memorial do cálculo.

8.3. Os contratos firmados após a concessão do reajustamento desta ata de registro de preços deverão ser firmados com o novo preço registrado e somente poderão ser reajustados novamente com o decurso de 12 (doze) meses daquela data-base.

8.4. Não há preclusão automática ao direito de reajuste na prorrogação da ARP.

8.5. O órgão gerenciador pode negociar com o particular com o propósito de obter condições mais vantajosas ao Município.

9. CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1.A empresa registrada terá o seu registro cancelado, nas seguintes situações:

9.1.1. Quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Quando não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.3. Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a reduzi-los;

9.1.4. Quando a empresa for declarada inidônea ou impedida do direito de contratar e licitar com a Administração.

9.2.O cancelamento de Registros nas hipóteses previstas nos subitens10.1.1,10.1.2 e 10.1.4 será formalizado por decisão do gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.3. O cancelamento do Registro de Preços será comunicado mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios AMM.

9.3.1. Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica do(s) serviço(s) executado(s), anteriormente ao cancelamento.

9.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovado e justificado, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

9.5. O direito ao contraditório e ampla defesa antes do cancelamento do registro não impede a suspensão do registro até a decisão da autoridade competente.

10. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

10.1. As contratações serão formalizadas pelos Órgãos e Entidades participantes ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, observadas as disposições constantes na minuta de contrato, anexo do Edital.

10.2. Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos Órgãos e Entidade aderentes, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nos respectivos contratos, observadas as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços.

10.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato administrativo decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da autoridade competente.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.2. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

11.2.1. a) Atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da nota de empenho se for prestação de serviço única e sobre o valor do contrato e for prestação de serviço parcelada/mensal;

11.2.2. b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 10° (décimo) dia útil, multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia útil de atraso.

11.3. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

11.3.1.a) Advertência na hipótese em que a inexecução parcial não implique em prejuízos ou dano à Administração;

11.3.2.b) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor registrado, e corrigido monetariamente, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

11.3.3.c) Impedimento de participar em licitação e de contratar com o órgão Municipal, pelo prazo de até 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.3.4.d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de qualquer ente da Federação, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.4. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.5. As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa contratada ou cobradas administrativa ou judicialmente.

11.6. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

11.6.1.a) A sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

11.6.2.b) Não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

11.6.3.c) As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

11.7. O descumprimento da Ata de Registro de Preços e dos contratos decorrentes será apurado pelo gerenciador.

12. NULIDADE DA ATA

12.1. Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade insanável em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

12.1.1. Ao pronunciar a nulidade do processo licitatório, a autoridade competente indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, devendo respeitar o disposto no art. 21 da LINDB.

13. CASOS OMISSOS

13.1. As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 02/2025e seus anexos, bem como aquelas previstas na minuta do contrato.

13.2. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

Pedra Preta MT, 29 de abril de 2025.

JESSICA DAMACENA **SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE** **(PORTARIA Nº 184/2023)** **CONTRATANTE**	**CENTROESTE SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA** **CNPJ: Nº 51.672.829/0001-71** **DIEGO ROSSIGNOLO FRANCISCATO** **CPF: 329.XXX.458-50** **CONTRATADA**

3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 28/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: ***JUSCICLEY DUARTE DE SOUZA, CNPJ/MF. Nº. 589.649/0001-55.***	
MODALIDADE ***PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2021***	**DATA: 28/04/2025**

OBJETO: Prestação de Serviços de Borracharia nos Veículos de Pequeno, Médio e Grande Porte e Maquinários, da Frota do Município de Pedra Preta/MT, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **FICHA: 110 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Licitação :**000006/25 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 04/2025.**

Aberta em 07/04/2025

Resumo do Objeto:

A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO, SOLICITA A ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE TENDAS PARA ATENDER AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEDRA PRETA – MT, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM.

Comunicamos a Vossa Senhoria que resultante da análise das propostas apresentadas a licitação acima especificada, o Secretário Municipal de Planejamento e Governo **HOMOLOGOU** em favor da empresa **GELO TREVO E EVENTOS LTDA**, o objeto da licitação, no valor de R$ 665.450,00, conforme Relação em Anexo.

Item	128356 Código	GELO TREVO E EVENTOS LTDA CNPJ: 11.706.784/0001-94 AV FREI SERVACIO, 137 ******** - CENTRO, PEDRA PRETA - MT, CEP: 78795-000 Telefone: (66) 9638-2112 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	006.203.412	TENDA PIRAMIDAL 5X5 BRANCA SEM CALHAS. CARACTERÍSTICAS: LONAS COM LAMINADO DE PVC CALANDRADO COM REFORÇO DE TECIDO POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, COM BLOQUEADOR SOLAR, TRATAMENTO QUIMICO CONTRA MOFO, FUNGO, RAIOS UV/IV, AUTOEXTINGUÍVEL, CERTIFICADO DE FLAMABILIDADE IPEI. ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA ANTIFERRUGEM. PÉ DIREITO DE NO MÍNIMO 3,0M. INCLUI ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO NO CHÃO, NCLUSO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. Marca: SERVIÃO	DIA	655	390,00	255.450,00
2	006.203.413	TENDA PIRAMIDAL 10X10 BRANCA SEM CALHAS. CARACTERÍSTICAS: LONAS COM LAMINADO DE PVC CALANDRADO COM REFORÇO DE TECIDO POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, COM BLOQUEADOR SOLAR, TRATAMENTO QUIMICO CONTRA MOFO, FUNGO, RAIOS UV/IV, AUTOEXTINGUÍVEL, CERTIFICADO DE FLAMABILIDADE IPEI. ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA ANTIFERRUGEM. PÉ DIREITO DE NO MÍNIMO 3,0M. INCLUI ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO NO CHÃO, NCLUSO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. Marca: SERVIÃO	DIA	410	1.000,00	410.000,00
		Total do Proponente				**R$ 665.450,00**

Valor Homologado: R$ 665.450,00(seiscentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta reais)

PEDRA PRETA, 29 de abril de 2025.

_____

TIAGO AMÂNCIO SIMÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

PORTARIA Nº 279/2024

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 05/2025

O Município de Pedra Preta MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.773.942/0001-09, com sede na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, por intermédio da **Agente de Contratação a Sr.ª CRISTIANE VALERIA DA SILVA**, designada pela Portaria nº 245/2023 de 26 de Abril de 2023, torna público para conhecimento dos interessados que esta licitação é regida subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 14.133/21, Lei Municipal n° 999/2017 de 19 de Julho de 2017 ,Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto Municipal nº 79/2023, Decreto Municipal nº 20/2023, Decreto Municipal nº 81/2023, Decreto Municipal nº 82/2023, Decreto Municipal nº 83/2023 e Decreto Municipal nº 84/2023 e demais normas pertinentes ao procedimento licitatório e objeto licitado, a sessão será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) do Município, para tanto nomeados Comissão de Contratação designada pela Portaria nº 24/2025 de 13 de Janeiro de 2025, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 05/2025** na seguinte data:

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO (Horário de Brasília - DF):

Recebimento das propostas: **A partir da publicação;**

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 14/05/2025 ÀS 08H00MIN HORÁRIO DE CUIABÁ/MT (09H00MIN NO HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO DA SESSÃO PÚBLICA: https:/www.licitanet.com.br.

Respectivamente para o seguinte objeto**: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Kits de Material Escolar para distribuição aos alunos regularmente matriculados no Sistema de Ensino Público do Município de Pedra Preta MT.** Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site https://www.pedrapreta.mt.gov.br/, ou solicitando através do E-mail: licitacao@pedrapreta.mt.gov.br, telefone para contato (66) 3486- 4400 Departamento de Licitação e Contratos.

Pedra Preta MT, 29 de abril de 2025.

RITHYENE GOMES DA SILVA

Agente de Contratação

(Portaria 186/2023)

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Licitação :**000006/25 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 04/2025.**

Aberta em 07/04/2025

Resumo do Objeto:

A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GOVERNO, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO, SOLICITA A ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE TENDAS PARA ATENDER AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEDRA PRETA – MT, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM.

Comunicamos a Vossa Senhoria que resultante da análise das propostas apresentadas a licitação acima especificada, o Secretário Municipal de Planejamento e Governo **ADJUDICOU** em favor da empresa **GELO TREVO E EVENTOS LTDA**, o objeto da licitação, no valor de R$ 665.450,00, conforme Relação em Anexo.

Item	128356 Código	GELO TREVO E EVENTOS LTDA CNPJ: 11.706.784/0001-94 AV FREI SERVACIO, 137 ******** - CENTRO, PEDRA PRETA - MT, CEP: 78795-000 Telefone: (66) 9638-2112 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	006.203.412	TENDA PIRAMIDAL 5X5 BRANCA SEM CALHAS. CARACTERÍSTICAS: LONAS COM LAMINADO DE PVC CALANDRADO COM REFORÇO DE TECIDO POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, COM BLOQUEADOR SOLAR, TRATAMENTO QUIMICO CONTRA MOFO, FUNGO, RAIOS UV/IV, AUTOEXTINGUIVEL, CERTIFICADO DE FLAMABILIDADE IPEI. ESTRUTURA METALICA GALVANIZADA ANTIFERRUGEM. PÉ DIREITO DE NO MÍNIMO 3,0M. INCLUI ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO NO CHÃO, NCLUSO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. Marca: SERVIÃO	DIA	655	390,00	255.450,00
2	006.203.413	TENDA PIRAMIDAL 10X10 BRANCA SEM CALHAS. CARACTERÍSTICAS: LONAS COM LAMINADO DE PVC CALANDRADO COM REFORÇO DE TECIDO POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, COM BLOQUEADOR SOLAR, TRATAMENTO QUIMICO CONTRA MOFO, FUNGO, RAIOS UV/IV, AUTOEXTINGUIVEL, CERTIFICADO DE FLAMABILIDADE IPEI. ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA ANTIFERRUGEM. PÉ DIREITO DE NO MÍNIMO 3,0M. INCLUI ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO NO CHÃO, NCLUSO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. Marca: SERVIÃO	DIA	410	1.000,00	410.000,00
		Total do Proponente				**R$ 665.450,00**

Valor Adjudicado: R$ 665.450,00(seiscentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta reais)

PEDRA PRETA, 29 de abril de 2025.

_____

TIAGO AMÂNCIO SIMÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GOVERNO

PORTARIA Nº 279/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2025

Licitação :**000004/25 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2025.**

Aberta em 25/04/2025

Resumo do Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO HOSPITAL MUNICIPAL "LUCIANA MARTINS AMORIM" E DE TODAS AS UNIDADES GERADORAS NO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA-MT, COM FUNDAMENTO NO ART. 74 DA LEI N° 14.133/2021.

Comunicamos a Vossa Senhoria que resultante da análise das propostas apresentadas a licitação acima especificada, a Secretária Municipal de Saúde **ADJUDICOU** em favor desta empresa **CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA** o objeto da licitação, no valor de R$ 122.000,00, conforme Relação em Anexo.

Item	204732 Código	CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA CNPJ: 51.672.829/0001-71 ABEL ADRIANO FERREIRA, 651 - JARDIM MARIA TEREZA, RONDONOPOLIS - MT, CEP: 78745-623 Telefone: 6692101585 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	006.203.409	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO HOSPITAL MUNICIPAL "LUCIANA MARTINS AMORIM" E DE TODAS AS UNIDADES GERADORAS NO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA-MT. Marca: SERVIÃO	KG	40000	3,05	122.000,00
		Total do Proponente				R$ 122.000,00

Valor Adjudicado: R$ 122.000,00(cento e vinte e dois mil reais)

PEDRA PRETA, 28 de abril de 2025

_____

JÉSSICA DAMACENA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 184/2023

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2025

Às **09:02:41 horas do dia 07 de Abril de 2025** reuniram-se no site ***www.licitanet.com.br***, o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviço (com fornecimento de materiais, equipamentos) de locação de tendas, incluso transporte, montagem e desmontagem para atender as demandas das secretarias municipais.**.

O(a) Pregoeiro(a) conduziu a sessão de PREGÃO ELETRÔNICO , conforme disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21; na Lei Complementar nº 123/06; e pelas disposições fixadas no edital e anexos, realizar os procedimentos relativos ao aludido processo.

Iniciando os trabalhos o(a) Pregoeiro(a) abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Fornecedor(es) participante(s)

Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
TS ENGENHARIA & SERVICOS LTDA	50.653.188/0001-45	**Microempresa**
EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA	04.433.214/0001-02	**Grande Porte**
GELO TREVO E EVENTOS LTDA	11.706.784/0001-94	**Microempresa**
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	**Microempresa**
CLIMAR LOCACOES LTDA	14.887.904/0001-95	**Microempresa**
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	**Microempresa**
ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699	13.660.382/0001-21	**Microempresa**

Propostas

A participação na presente disputa do(s) lote(s)ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irretratavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: **"DECLARO QUE TENHO PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL"**.

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 1							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
9784	TS ENGENHARIA & SERVICOS LTDA	50653188000145	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 490,00	**Classificada**	--
79431	EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA	04433214000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 526,00	**Classificada**	--
38116	GELO TREVO E EVENTOS LTDA	11706784000194	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 526,00	**Classificada**	--
54079	KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55169738000179	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 450,00	**Classificada**	--
32806	CLIMAR LOCACOES LTDA	14887904000195	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 526,80	**Classificada**	--
61714	WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58320998000191	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 266,50	**Classificada**	--
18642	ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699	13660382000121	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 465,00	**Classificada**	--

Lances do Item 1				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
CLIMAR LOCACOES LTDA	14.887.904/0001-95	R$ 526,80	04/04/2025 17:58:03	Classificado
EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA	04.433.214/0001-02	R$ 526,00	04/04/2025 09:26:09	Classificado
GELO TREVO E EVENTOS LTDA	11.706.784/0001-94	R$ 526,00	04/04/2025 10:05:07	Classificado
GELO TREVO E EVENTOS LTDA	11.706.784/0001-94	R$ 525,00	07/04/2025 09:07:36	Intermediario
GELO TREVO E EVENTOS LTDA	11.706.784/0001-94	R$ 520,00	07/04/2025 09:07:57	Intermediario
TS ENGENHARIA & SERVICOS LTDA	50.653.188/0001-45	R$ 490,00	27/03/2025 08:07:09	Classificado
EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA	04.433.214/0001-02	R$ 480,00	07/04/2025 09:06:37	Intermediario
ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699	13.660.382/0001-21	R$ 465,00	07/04/2025 04:01:02	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 450,00	07/04/2025 08:51:43	Fornecedor Inabilitado
ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699	13.660.382/0001-21	R$ 445,00	07/04/2025 09:03:38	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 430,00	07/04/2025 09:03:48	Fornecedor Inabilitado
ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699	13.660.382/0001-21	R$ 420,00	07/04/2025 09:04:15	Fornecedor Inabilitado
ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699	13.660.382/0001-21	R$ 400,00	07/04/2025 09:08:23	Fornecedor Inabilitado
GELO TREVO E EVENTOS LTDA	11.706.784/0001-94	R$ 390,00	07/04/2025 09:09:31	Intermediario
ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699	13.660.382/0001-21	R$ 380,00	07/04/2025 09:09:44	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 266,50	06/04/2025 18:21:57	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 250,00	07/04/2025 09:04:37	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 245,00	07/04/2025 09:04:38	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 244,00	07/04/2025 09:04:56	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 239,00	07/04/2025 09:04:56	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 238,00	07/04/2025 09:05:03	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 233,00	07/04/2025 09:05:03	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 232,00	07/04/2025 09:05:13	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 227,00	07/04/2025 09:05:13	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 226,00	07/04/2025 09:05:23	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 221,00	07/04/2025 09:05:23	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 220,00	07/04/2025 09:05:33	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 215,00	07/04/2025 09:05:33	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 214,00	07/04/2025 09:05:40	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 209,00	07/04/2025 09:05:40	Fornecedor Inabilitado

Lances do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R	$ Data/Hora	Tipo
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 205,00	07/04/2025 09:05:53	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 200,00	07/04/2025 09:05:53	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 199,00	07/04/2025 09:05:59	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 194,00	07/04/2025 09:05:59	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 180,00	07/04/2025 09:06:12	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 175,00	07/04/2025 09:06:13	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 165,00	07/04/2025 09:06:34	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 160,00	07/04/2025 09:06:34	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 155,00	07/04/2025 09:09:55	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 150,00	07/04/2025 09:10:05	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 149,00	07/04/2025 09:10:20	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 144,00	07/04/2025 09:10:20	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 140,00	07/04/2025 09:11:27	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 135,00	07/04/2025 09:11:27	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 130,00	07/04/2025 09:12:06	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 129,00	07/04/2025 09:12:52	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 128,00	07/04/2025 09:13:06	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 125,00	07/04/2025 09:12:06	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 124,00	07/04/2025 09:13:21	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 119,00	07/04/2025 09:13:21	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 118,90	07/04/2025 09:20:37	Fornecedor Inabilitado

Mensagens do Item 1		
Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	07/04/2025 09:02:58	O **ITEM 1** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	07/04/2025 09:03:28	O **ITEM 1** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 1** será encerrado automaticamente!
	07/04/2025 09:13:36	A etapa de envio de lances do **ITEM 1** foi prorrogada automaticamente e será de **02 (dois) minutos**. Boa sorte!
	07/04/2025 09:15:49	A prorrogação automática do **ITEM 1** está encerrada.
	07/04/2025 09:18:27	O **ITEM 1** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.

Mensagens do Item 1

Usuário Data/Hora	Mensagem
07/04/2025 09:20:37	ITEM 1 negociado no valor de **R$ 118,90** pelo fornecedor ID: 61714 - Data Prop.: 06/04/2025 18:21:57
07/04/2025 09:28:28	O tempo de negociação está **encerrado**.
07/04/2025 09:28:55	A proposta do fornecedor **WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA** do **ITEM - 1**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$118,90**.
07/04/2025 11:36:10	Empresa: **WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA** - 58320998000191, **INABILITADA** por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: **EMPRESA WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA CNPJ: Nº 11.706.784/0001-94, INABILITADA por não apresentar os documentos de Habilitação conforme Item 10. HABILITAÇÃO.!**
07/04/2025 11:36:11	A proposta do fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** do **ITEM - 1**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$124,00**.
07/04/2025 14:42:36	Empresa: **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** - 55169738000179, **INABILITADA** por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: **A Empresa KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA CNPJ: Nº 55.169.738/0001-79 está inabilitada por não cumprir os seguintes itens do Edital, conforme segue abaixo discriminado: 10.5.3. Relativos à Qualificação Econômico- Financeira: 10.5.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme segue: 10.5.3.1.1. Empresas regidas pela Lei nº 6.404/1976 (sociedade anônima): - publicados em Diário Oficial; ou - publicados em jornal de grande circulação; ou - por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante. 10.5.3.1.2. Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Eireli, Sociedades Simples e Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte: - cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, extraídos do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o Termo de Autenticação da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante; ou - cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante. 10.5.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis por fotocópia do balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes. 10.5.3.3. Os documentos referentes ao Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. 10.5.3.4. O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados por administrador da empresa e por contador legalmente habilitado. 10.5.3.5. Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 2003/2021 da RFB e alterações, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital Sped na seguinte forma: 10.5.3.5.1. Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital Sped, nos termos do Decreto nº 8.683/2016, desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências. 10.5.3.5.2. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital Sped. 10.5.3.5.3. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital Sped. 10.5.3.6. A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da**

	aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos Balanços Patrimoniais, relativos aos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultados superiores a 1 (um) nos 02 (dois) exercícios exigidos: Ativo Circulante Realizável a Longo Prazo LG =---------- Passivo Circulante Exigível a Longo Prazo Ativo Total SG = ---------- Passivo Circulante Exigível a Longo Prazo Ativo Circulante LC = ---------- ---------- Passivo Circulante 10.5.3.6.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5 do valor total estimado da contratação. 10.5.3.7. Todas as formas societárias deverão apresentar Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou extrajudicial, no CNPJ da matriz, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante; 10.5.3.7.1. Caso a certidão exigida acima seja emitida na forma POSITIVA para recuperação judicial, o licitante deverá comprovar, por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juiz, e que está sendo cumprido regularmente, demonstrando que a empresa está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório. 10.5.3.7.2. Se o documento exigido neste item não contiver indicação de data de validade, será considerada válida a certidão expedida em até 60 (sessenta) dias antes da data de abertura da licitação. 10.5.5.3. Caso o Pregoeiro (a) entenda necessário, a licitante, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual do contratante e local em que foram executados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência. !
07/04/2025 14:42:37	A proposta do fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** do **ITEM - 1**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$380,00**.

Mensagens do Item 1

Usuário Data/Hora	Mensagem
07/04/2025 17:01:01	Empresa: **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** - 13660382000121, **INABILITADA** por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: **A Empresa ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CNPJ: Nº 13.660.382/0001-21 está inabilitada por não cumprir os seguintes itens do Edital, conforme segue abaixo discriminado: 10.5.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira: 10.5.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme segue: 10.5.3.1.2. Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Eireli, Sociedades Simples e Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte: - cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, extraídos do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o Termo de Autenticação da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante; ou - cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante. !**
07/04/2025 17:01:02	A proposta do fornecedor **GELO TREVO E EVENTOS LTDA** do **ITEM - 1**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$390,00**.
07/04/2025 17:04:40	BOA TARDE, O BALANÇO PATRIMONIAL E DRE DOS ULTIMOS 2 EXERCICIOS FORAM APRESENTADOS EM CONFORMIDADE COM A LEI E REGISTRADO NA JUCEMG.....
08/04/2025 09:28:40	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **GELO TREVO E EVENTOS LTDA-11.706.784/0001-94** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **GELO TREVO E EVENTOS LTDA -11.706.784/0001-94** venceu o **ITEM -1** pelo valor de **R$390,00.**
08/04/2025 09:28:54	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
08/04/2025 09:29:27	O fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
08/04/2025 09:29:57	O fornecedor **EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
08/04/2025 09:32:21	O fornecedor **WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
08/04/2025 09:38:56	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
08/04/2025 09:45:13	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** foi recebida pelo seguinte motivo: *ADMITIMOS A INTENÇÃO DE RECURSO DE TODAS AS EMPRESAS E AGUARDAMOS RAZÕES E CONTRARAZÕES.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **11/04/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **16/04/2025**.
08/04/2025 09:45:13	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *ADMITIMOS A INTENÇÃO DE RECURSO DE TODAS AS EMPRESAS E AGUARDAMOS RAZÕES E CONTRARAZÕES.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **11/04/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **16/04/2025**.
08/04/2025 09:45:13	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *ADMITIMOS A INTENÇÃO DE RECURSO DE TODAS AS EMPRESAS E AGUARDAMOS RAZÕES E CONTRARAZÕES.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **11/04/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **16/04/2025**.
10/04/2025 10:59:20	O fornecedor **EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_eventual_pref_de_pedra_preta_dilgencia_no_atestado_1744293560.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
11/04/2025 16:30:00	O fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_conexao_pontal_pedra_preta_assinado_1_1744399800.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
11/04/2025 16:30:00	O fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** acabou **ENVIAR** o arquivo unificado_1744399800.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
16/04/2025 09:16:28	O fornecedor **GELO TREVO E EVENTOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_contra_razao_pregao_004_2025_gelo_trevo_1744805788.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de contra razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
29/04/2025 09:38:28	O Recurso/Reconsideração do **EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *SEGUE EM ANEXO, DECISÃO DA PREGOEIRA E COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO JUNTAMENTE COM A DECISÃO DA PREFEITA.*.
29/04/2025 09:45:41	O Recurso/Reconsideração do **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** foi indeferido pelo seguinte motivo: *SEGUE EM ANEXO, DECISÃO DA PREGOEIRA E COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, JUNTAMENTE COM A DECISÃO DA PREFEITA, HAJÁ VISTA QUE A MESMA APRESENTOU APENAS DOCUMENTOS JÁ EXISTENTES NOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, SEM A PEÇA RECURSAL.* .

Mensagens do Item 1

Usuário Data/Hora	Mensagem
29/04/2025 09:50:45	O Recurso/Reconsideração do **WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *SEGUE EM ANEXO, DECISÃO DA PREGOEIRA E COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, JUNTAMENTE COM A DECISÃO DA PREFEITA, NADA MANIFESTOU.*.
29/04/2025 10:01:23	A disputa do **ITEM 1** está encerrada. **Despacho:** *DECLARAMOS ENCERRADA A PRESENTE SESSÃO.*.

Classificação Final do Item 1			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	GELO TREVO E EVENTOS LTDA	11.706.784/0001-94	R$ 390,00
2º	EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA	04.433.214/0001-02	R$ 480,00
3º	TS ENGENHARIA & SERVICOS LTDA	50.653.188/0001-45	R$ 490,00
4º	CLIMAR LOCACOES LTDA	14.887.904/0001-95	R$ 526,80

Recursos do Item 1					
Fornecedor	**CNPJ**	**Data/Hora**	**Declaração**	**Decisão**	**Tipo**
ADRIANO FERREIRA DA	13660382000121	08/04/2025		SEGUE EM ANEXO, DECISÃO DA PREGOEIRA E COMISSÃO DE	Indeferido
SILVA - CPF 07527343699		09:29:27		CONTRATAÇÃO, JUNTAMENTE COM A DECISÃO DA PREFEITA,	
				HAJA VISTA QUE A MESMA APRESENTOU APENAS DOCUMENTOS	
				JÁ EXISTENTES NOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, SEM A	
				PEÇA RECURSAL.	
EVENTUAL LIVE	04433214000102	08/04/2025		SEGUE EM ANEXO, DECISÃO DA PREGOEIRA E COMISSÃO DE	Indeferido
MARKETING LTDA		09:29:57		CONTRATAÇÃO JUNTAMENTE COM A DECISÃO DA PREFEITA.	
WR EMPREENDIMENTOS	58320998000191	08/04/2025		SEGUE EM ANEXO, DECISÃO DA PREGOEIRA E COMISSÃO DE	Indeferido
DE RONDONOPOLIS LTDA		09:32:21		CONTRATAÇÃO, JUNTAMENTE COM A DECISÃO DA PREFEITA,	
				NADA MANIFESTOU.	

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 2							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
48819	TS ENGENHARIA & SERVICOS LTDA	50653188000145	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.500,00	**Classificada**	--
28642	EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA	04433214000102	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.513,00	**Classificada**	--
52430	GELO TREVO E EVENTOS LTDA	11706784000194	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.513,00	**Classificada**	--
73390	KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55169738000179	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.280,00	**Classificada**	--
84896	CLIMAR LOCACOES LTDA	14887904000195	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.513,80	**Classificada**	--
16674	WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58320998000191	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 764,99	**Classificada**	--
64984	ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699	13660382000121	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.350,00	**Classificada**	--

Lances do Item 2				
Fornecedor	**CNPJ**	**Valor Lance R$**	**Data/Hora**	**Tipo**
CLIMAR LOCACOES LTDA	14.887.904/0001-95	R$ 1.513,80	04/04/2025 17:58:03	Fornecedor Inabilitado
EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA	04.433.214/0001-02	R$ 1.513,00	04/04/2025 09:26:09	Classificado

Lances do Item 2

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
GELO TREVO E EVENTOS LTDA	11.706.784/0001-94	R$ 1.513,00	04/04/2025 10:05:07	Classificado
TS ENGENHARIA & SERVICOS LTDA	50.653.188/0001-45	R$ 1.500,00	27/03/2025 08:07:09	Classificado
ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699	13.660.382/0001-21	R$ 1.350,00	07/04/2025 04:01:02	Fornecedor Inabilitado
EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA	04.433.214/0001-02	R$ 1.300,00	07/04/2025 09:06:43	Intermediario
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 1.280,00	07/04/2025 08:51:43	Fornecedor Inabilitado
ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699	13.660.382/0001-21	R$ 1.250,00	07/04/2025 09:03:56	Fornecedor Inabilitado
ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699	13.660.382/0001-21	R$ 1.150,00	07/04/2025 09:08:32	Fornecedor Inabilitado
GELO TREVO E EVENTOS LTDA	11.706.784/0001-94	R$ 1.140,00	07/04/2025 09:10:25	Intermediario
ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699	13.660.382/0001-21	R$ 1.120,00	07/04/2025 09:10:51	Fornecedor Inabilitado
GELO TREVO E EVENTOS LTDA	11.706.784/0001-94	R$ 1.100,00	07/04/2025 09:12:06	Intermediario
ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699	13.660.382/0001-21	R$ 1.090,00	07/04/2025 09:12:47	Fornecedor Inabilitado
ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699	13.660.382/0001-21	R$ 1.050,00	07/04/2025 09:13:00	Fornecedor Inabilitado
GELO TREVO E EVENTOS LTDA	11.706.784/0001-94	R$ 1.000,00	07/04/2025 09:13:54	Intermediario
ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699	13.660.382/0001-21	R$ 990,00	07/04/2025 09:14:44	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 764,99	06/04/2025 18:21:57	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 750,00	07/04/2025 09:04:19	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 745,00	07/04/2025 09:04:19	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 744,00	07/04/2025 09:04:48	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 739,00	07/04/2025 09:04:48	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 738,00	07/04/2025 09:05:07	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 733,00	07/04/2025 09:05:07	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 732,00	07/04/2025 09:05:18	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 727,00	07/04/2025 09:05:18	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 726,00	07/04/2025 09:05:27	Fornecedor Inabilitado

WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 721,00	07/04/2025 09:05:27	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 720,00	07/04/2025 09:05:46	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 715,00	07/04/2025 09:05:46	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 710,00	07/04/2025 09:06:06	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 705,00	07/04/2025 09:06:06	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 650,00	07/04/2025 09:06:22	Fornecedor Inabilitado

Lances do Item 2

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R	$ Data/Hora	Tipo
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 645,00	07/04/2025 09:06:22	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 640,00	07/04/2025 09:06:52	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 635,00	07/04/2025 09:06:52	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 600,00	07/04/2025 09:07:17	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 595,00	07/04/2025 09:07:17	Fornecedor Inabilitado
CLIMAR LOCACOES LTDA	14.887.904/0001-95	R$ 580,00	07/04/2025 09:07:29	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 575,00	07/04/2025 09:07:30	Fornecedor Inabilitado
CLIMAR LOCACOES LTDA	14.887.904/0001-95	R$ 500,00	07/04/2025 09:07:42	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 495,00	07/04/2025 09:07:42	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 490,00	07/04/2025 09:11:04	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 485,00	07/04/2025 09:11:04	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 450,00	07/04/2025 09:11:39	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 445,00	07/04/2025 09:11:39	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 440,00	07/04/2025 09:12:16	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 435,00	07/04/2025 09:12:16	Fornecedor Inabilitado
KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA	55.169.738/0001-79	R$ 432,00	07/04/2025 09:12:31	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 427,00	07/04/2025 09:12:31	Fornecedor Inabilitado
WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA	58.320.998/0001-91	R$ 426,90	07/04/2025 09:20:47	Fornecedor Inabilitado

Mensagens do Item 2

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	07/04/2025 09:02:58	O **ITEM 2** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	07/04/2025 09:03:28	O **ITEM 2** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos **02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 2** será encerrado automaticamente!
	07/04/2025 09:13:36	A etapa de envio de lances do **ITEM 2** foi prorrogada automaticamente e será de **02 (dois) minutos**. Boa sorte!
	07/04/2025 09:16:51	A prorrogação automática do **ITEM 2** está encerrada.
	07/04/2025 09:18:27	O **ITEM 2** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	07/04/2025 09:20:47	ITEM 2 negociado no valor de **R$ 426,90** pelo fornecedor ID: 16674 - Data Prop.: 06/04/2025 18:21:57
	07/04/2025 09:28:28	O tempo de negociação está **encerrado**.
	07/04/2025 09:28:55	A proposta do fornecedor **WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA** do **ITEM - 2**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$426,90**.

Mensagens do Item 2

Usuário Data/Hora	Mensagem
07/04/2025 11:36:10	Empresa: **WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA** - 58320998000191, **INABILITADA** por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: **EMPRESA WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA CNPJ: Nº 11.706.784/0001-94, INABILITADA por não apresentar os documentos de Habilitação conforme Item 10. HABILITAÇÃO.!**
07/04/2025 11:36:11	A proposta do fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** do **ITEM - 2**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$432,00**.
07/04/2025 14:42:36	Empresa: **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** - 55169738000179, **INABILITADA** por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: **A Empresa KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA CNPJ: Nº 55.169.738/0001-79 está inabilitada por não cumprir os seguintes itens do Edital, conforme segue abaixo discriminado: 10.5.3. Relativos à Qualificação Econômico- Financeira: 10.5.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme segue: 10.5.3.1.1. Empresas regidas pela Lei nº 6.404/1976 (sociedade anônima): - publicados em Diário Oficial; ou - publicados em jornal de grande circulação; ou - por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante. 10.5.3.1.2. Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Eireli, Sociedades Simples e Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte: - cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, extraídos do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o Termo de Autenticação da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante; ou - cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante. 10.5.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis por fotocópia do balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes. 10.5.3.3. Os documentos referentes ao Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. 10.5.3.4. O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados por administrador da empresa e por contador legalmente habilitado. 10.5.3.5. Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital ECD, consoante disposi-**

	ções contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 2003/2021 da RFB e alterações, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital Sped na seguinte forma: 10.5.3.5.1. Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital Sped, nos termos do Decreto nº 8.683/2016, desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências. 10.5.3.5.2. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital Sped. 10.5.3.5.3. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital Sped. 10.5.3.6. A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos Balanços Patrimoniais, relativos aos 02 (dois) últimos exercícios, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultados superiores a 1 (um) nos 02 (dois) exercícios exigidos: Ativo Circulante Realizável a Longo Prazo LG =---------- Passivo Circulante Exigível a Longo Prazo Ativo **Total SG = ---------- Passivo Circulante Exigível a Longo Prazo Ativo Circulante LC = ----------** **---------- Passivo Circulante 10.5.3.6.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5 do valor total estimado da contratação. 10.5.3.7. Todas as formas societárias deverão apresentar Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou extrajudicial, no CNPJ da matriz, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante; 10.5.3.7.1. Caso a certidão exigida acima seja emitida na forma POSITIVA para recuperação judicial, o licitante deverá comprovar, por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juiz, e que está sendo cumprido regularmente, demonstrando que a empresa está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório. 10.5.3.7.2. Se o documento exigido neste item não contiver indicação de data de validade, será considerada válida a certidão expedida em até 60 (sessenta) dias antes da data de abertura da licitação. 10.5.5.3. Caso o Pregoeiro (a) entenda necessário, a licitante, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual do contratante e local em que foram executados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência. !**
07/04/2025 14:42:37	A proposta do fornecedor **CLIMAR LOCACOES LTDA** do **ITEM - 2**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$500,00**.
07/04/2025 17:05:15	Empresa: **CLIMAR LOCACOES LTDA** - 14887904000195, **INABILITADA** por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: **EMPRESA CLIMAR LOCACOES LTDA - CNPJ: Nº 14.887.904/0001-95, INABILITADA por não apresentar os documentos de Habilitação conforme Item 10. HABILITAÇÃO.!**
07/04/2025 17:05:16	A proposta do fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** do **ITEM - 2**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$990,00**.

Mensagens do Item 2

Usuário Data/Hora	Mensagem
08/04/2025 08:11:39	Empresa: **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** - 13660382000121, **INABILITADA** por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: **A Empresa ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CNPJ: Nº 13.660.382/0001-21 está inabilitada por não cumprir os seguintes itens do Edital, conforme segue abaixo discriminado: 10.5.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira: 10.5.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme segue: 10.5.3.1.2. Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Eireli, Sociedades Simples e Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte: - cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, extraídos do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o Termo de Autenticação da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante; ou - cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado dos 02 (dois) últimos exercícios DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio do licitante. NÃO APRESENTO O TERMO DE ABERTURA E ENCERRAMENTO, DRE E INDICES DE LIQUIDEZ REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL. !**
08/04/2025 08:11:40	A proposta do fornecedor **GELO TREVO E EVENTOS LTDA** do **ITEM - 2**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$1.000,00**.
08/04/2025 09:28:40	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **GELO TREVO E EVENTOS LTDA-11.706.784/0001-94** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor **GELO TREVO E EVENTOS LTDA -11.706.784/0001-94** venceu o **ITEM -2** pelo valor de **R$1.000,00.**
08/04/2025 09:28:54	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
08/04/2025 09:29:27	O fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
08/04/2025 09:29:57	O fornecedor **EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
08/04/2025 09:32:21	O fornecedor **WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA** manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
08/04/2025 09:38:56	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
08/04/2025 09:45:13	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** foi recebida pelo seguinte motivo: *ADMITIMOS A INTENÇÃO DE RECURSO DE TODAS AS EMPRESAS E AGUARDAMOS RAZÕES E CONTRARAZÕES.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **11/04/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **16/04/2025**.
08/04/2025 09:45:13	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *ADMITIMOS A INTENÇÃO DE RECURSO DE TODAS AS EMPRESAS E AGUARDAMOS RAZÕES E CONTRARAZÕES.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **11/04/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **16/04/2025**.
08/04/2025 09:45:13	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: *ADMITIMOS A INTENÇÃO DE RECURSO DE TODAS AS EMPRESAS E AGUARDAMOS RAZÕES E CONTRARAZÕES.*. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **11/04/2025** e os outros interessados envie as contrarrazões até **16/04/2025**.
10/04/2025 10:59:20	O fornecedor **EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_administrativo_eventual_pref_de_pedra_preta_dilgencia_no_atestado_1744293560.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
11/04/2025 16:30:00	O fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_conexao_pontal_pedra_preta_assinado_1_1744399800.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
11/04/2025 16:30:00	O fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** acabou **ENVIAR** o arquivo unificado_1744399800.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
29/04/2025 09:38:28	O Recurso/Reconsideração do **EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *SEGUE EM ANEXO, DECISÃO DA PREGOEIRA E COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO JUNTAMENTE COM A DECISÃO DA PREFEITA.*.

29/04/2025 09:45:41	O Recurso/Reconsideração do **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** foi indeferido pelo seguinte motivo: *SEGUE EM ANEXO, DECISÃO DA PREGOEIRA E COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, JUNTAMENTE COM A DECISÃO DA PREFEITA, HAJA VISTA QUE A MESMA APRESENTOU APENAS DOCUMENTOS JÁ EXISTENTES NOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, SEM A PEÇA RECURSAL.* .
29/04/2025 09:50:45	O Recurso/Reconsideração do **WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA** foi indeferido pelo seguinte motivo: *SEGUE EM ANEXO, DECISÃO DA PREGOEIRA E COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, JUNTAMENTE COM A DECISÃO DA PREFEITA, NADA MANIFESTOU.*.
29/04/2025 10:01:23	A disputa do **ITEM 2** está encerrada. **Despacho:** *DECLARAMOS ENCERRADA A PRESENTE SESSÃO.*.

Classificação Final do Item 2			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	GELO TREVO E EVENTOS LTDA	11.706.784/0001-94	R$ 1.000,00
2º	EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA	04.433.214/0001-02	R$ 1.300,00
3º	TS ENGENHARIA & SERVICOS LTDA	50.653.188/0001-45	R$ 1.500,00

Recursos do Item 2					
Fornecedor	**CNPJ**	**Data/Hora**	**Declaração**	**Decisão**	**Tipo**
ADRIANO FERREIRA DA	13660382000121	08/04/2025		SEGUE EM ANEXO, DECISÃO DA PREGOEIRA E COMISSÃO DE	Indeferido
SILVA - CPF 07527343699		09:29:27		CONTRATAÇÃO, JUNTAMENTE COM A DECISÃO DA PREFEITA,	
				HAJA VISTA QUE A MESMA APRESENTOU APENAS DOCUMENTOS	
				JÁ EXISTENTES NOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, SEM A	
				PEÇA RECURSAL.	
EVENTUAL LIVE	04433214000102	08/04/2025		SEGUE EM ANEXO, DECISÃO DA PREGOEIRA E COMISSÃO DE	Indeferido
MARKETING LTDA		09:29:57		CONTRATAÇÃO JUNTAMENTE COM A DECISÃO DA PREFEITA.	
WR EMPREENDIMENTOS	58320998000191	08/04/2025		SEGUE EM ANEXO, DECISÃO DA PREGOEIRA E COMISSÃO DE	Indeferido
DE RONDONOPOLIS LTDA		09:32:21		CONTRATAÇÃO, JUNTAMENTE COM A DECISÃO DA PREFEITA,	
				NADA MANIFESTOU.	

Mensagens Geral

Usuário	**Data/Hora**	**Mensagem**
	07/04/2025 09:02:41	Bom dia a todos os licitantes presentes, estamos iniciando a sessão do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2025 para Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviço (com fornecimento de materiais, equipamentos) de locação de tendas para atender as demandas das secretarias municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Boa sorte a todos os licitantes participantes!!!!
	07/04/2025 09:03:28	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **1, 2** às **09:03:28**
	07/04/2025 09:04:09	Está aberto o prazo para os lances, boa sorte a todos.
	07/04/2025	Informo a todos os licitantes presentes que iremos solicitar documentos que comprovem exequibilidade dos itens, por favor se atentem aos
	09:06:12	valores oferecidos.
	07/04/2025 09:19:05	ESTÁ ABERTO O PRAZO PARA NEGOCIAÇÃO, SE ALGUÉM QUISER NEGOCIAR ESSA É A HORA.
	07/04/2025	LEMBRANDO QUE IREMOS SOLICITAR DOCUMENTO DE EXEQUIBILIDADE PARA MAIOR SEGURANÇA E TRANSPARÊNCIA DO
	09:26:07	CERTAME.
	07/04/2025	O prazo para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares, estará disponível através do módulo - **HABILITANET** no rol de
	09:33:43	menus da Sala de Disputa, do dia **07/04/2025 09:33:00hs** até o dia **07/04/2025 11:33:00hs** para o(s) fornecedor(es):
		WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA .
	07/04/2025	O prazo para envio da proposta final, estará disponível através do módulo - **PROPOSTA FINAL** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia
	09:34:22	**07/04/2025 09:33:00hs** até o dia **07/04/2025 11:33:00hs** para o(s) fornecedor(es):
		WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA .
	07/04/2025	SENHOR LICITANTE, ESTÁ ABERTO O PRAZO PARA ENVIO DAS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO E TAMBÉM O PRAZO PARA
	09:40:48	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINAL, JUNTAMENTE COM DOCUMENTO QUE COMPROVE O VALOR OFERECIDO NOS ITENS
		(EXEQUIBILIDADE), CONFORME ITEM 10.5.5.3. DO EDITAL.
	07/04/2025	SOLICITAMOS QUE A EMPRESA WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA, SE ATENTE AO PRAZO DA PLATAFORMA
	10:38:44	PARAQ ANEXAR DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA ADEQUADA E COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE.
	07/04/2025	O prazo para o fornecedor **WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA** enviar os documentos habilitatórios e/ou
	11:33:01	complementares está **encerrado**.
	07/04/2025 11:33:01	O prazo para o fornecedor **WR EMPREENDIMENTOS DE RONDONOPOLIS LTDA** enviar a proposta final está **encerrado**.

Usuário Data/Hora Mensagem

07/04/2025	O prazo para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares, estará disponível através do módulo - **HABILITANET** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **07/04/2025 11:36:00hs** até o dia **07/04/2025 13:36:00hs** para o(s) fornecedor(es):

11:37:09	KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA.
07/04/2025 11:37:35	O prazo para envio da proposta final, estará disponível através do módulo - **PROPOSTA FINAL** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **07/04/2025 11:37:00hs** até o dia **07/04/2025 13:37:00hs** para o(s) fornecedor(es): KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA.
07/04/2025 11:38:36	SENHOR LICITANTE, ESTÁ ABERTO O PRAZO PARA ENVIO DAS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO E TAMBÉM O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINAL, JUNTAMENTE COM DOCUMENTO QUE COMPROVE O VALOR OFERECIDO NOS ITENS (EXEQUIBILIDADE), CONFORME ITEM 10.5.5.3. DO EDITAL.
07/04/2025 11:39:46	SOLICITAMOS QUE A EMPRESA KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA, SE ATENTE AO PRAZO DA PLATAFORMA PARA ANEXAR DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA ADEQUADA E COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE.
07/04/2025 11:45:14	O fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** certidao_sefaz_1744037114.pdf no habilitanet.
07/04/2025 11:45:14	O fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** certidao_conjunta_de_tributos_federais_divida_ativa_da_uniao_e_previdenciaria_1744037114.pdf no habilitanet.
07/04/2025 11:45:14	O fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** consulta_regularidade_do_empregador_fgts_1744037114.pdf no habilitanet.
07/04/2025 11:45:14	O fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** certidao_trabalhista_1744037114.pdf no habilitanet.
07/04/2025 11:45:15	O fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** cartao_do_cnpj_1744037114.pdf no habilitanet.
07/04/2025 11:45:15	O fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** atestado_capacidade_tecnica_rotary_1744037114.pdf no habilitanet.
07/04/2025 11:45:15	O fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** certidao_negativa_municipal_1744037114.pdf no habilitanet.
07/04/2025 11:45:15	O fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** declaracao_que_nao_possui_de_menor_1744037115.pdf no habilitanet.
07/04/2025 11:45:15	O fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** declaracao_1744037115.pdf no habilitanet.
07/04/2025 11:45:15	O fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** anexo_iii_declaracao_me_1744037115.pdf no habilitanet.
07/04/2025 11:45:15	O fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** anexo_ii_dclaracao_1744037115.pdf no habilitanet.
07/04/2025 11:45:15	O fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** certidao_simplificada_1744037115.pdf no habilitanet.
07/04/2025 11:45:15	O fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** documento_de_identificacao_1744037115.pdf no habilitanet.
07/04/2025 11:45:15	O fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** alvara_1744037115.pdf no habilitanet.
07/04/2025 11:45:15	O fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** contrato_social_1744037115.pdf no habilitanet.
07/04/2025 11:55:40	O fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** licitanet_proposta_final_fornecedor_assinado_1744037740.pdf no proposta final.
07/04/2025 13:36:02	O prazo para o fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** enviar os documentos habilitatórios e/ou complementares está **encerrado**.
07/04/2025 13:37:02	O prazo para o fornecedor **KATRICK TOP FEST PRODUCOES E EVENTOS LTDA** enviar a proposta final está **encerrado**.
07/04/2025 14:44:23	O prazo para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares, estará disponível através do módulo - **HABILITANET** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **07/04/2025 14:44:00hs** até o dia **07/04/2025 16:44:00hs** para o(s) fornecedor(es):

CLIMAR LOCACOES LTDA

ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699.

Usuário Data/Hora Mensagem

07/04/2025 14:44:42	O prazo para envio da proposta final, estará disponível através do módulo - **PROPOSTA FINAL** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **07/04/2025 14:44:00hs** até o dia **07/04/2025 16:44:00hs** para o(s) fornecedor(es): CLIMAR LOCACOES LTDA ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699.
07/04/2025 14:46:30	SENHORES LICITANTES, ESTÁ ABERTO O PRAZO PARA ENVIO DAS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO E TAMBÉM O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINAL, JUNTAMENTE COM DOCUMENTO QUE COMPROVE O VALOR OFERECIDO NO ITENS 02(DOIS) (EXEQUIBILIDADE), CONFORME ITEM 10.5.5.3. DO EDITAL.
07/04/2025 14:47:35	SOLICITAMOS QUE AS EMPRESAS PARA QUE SE ATENTE AO PRAZO DA PLATAFORMA PARA ANEXAR DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA ADEQUADA E COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE PARA O GANHADOR DO ITEM 02(DOIS).
07/04/2025 14:54:48	O fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** acabou de **ENVIAR** pedra_preta_tendas_1744048487.zip no habilitanet.
07/04/2025	O fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** acabou de **ENVIAR** licitanet_proposta_final_fornecedor_1744048539.pdf no proposta final.

14:55:40	
07/04/2025 15:09:55	SOLICITAMOS AO LICITANTE ADRIANO FERREIRA DA SILVA, QUE ENCAMINHE A PROPOSTA ADEQUADA CONFORME ANEXO I DO EDITAL.
07/04/2025 15:31:16	O fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** acabou de **ENVIAR** proposta_de_precos_pedra_preta_1744050676.pdf no proposta final.
07/04/2025 15:53:26	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi **DESBLOQUEADO** pelo condutor do processo!
07/04/2025 16:06:05	O fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** acabou de **ENVIAR** d_r_e_2023_1744052765.pdf no habilitanet.
07/04/2025 16:06:05	O fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** acabou de **ENVIAR** d_r_e_2023assinado_1744052765.pdf no habilitanet.
07/04/2025 16:06:05	O fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** acabou de **ENVIAR** d_r_e_2024_1744052765.pdf no habilitanet.
07/04/2025 16:06:05	O fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** acabou de **ENVIAR** d_r_e_2024assinado_1744052765.pdf no habilitanet.
07/04/2025 16:44:01	O prazo para o fornecedor **CLIMAR LOCACOES LTDA** enviar os documentos habilitatórios e/ou complementares está **encerrado**.
07/04/2025 16:44:01	O prazo para o fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** enviar os documentos habilitatórios e/ou complementares está **encerrado**.
07/04/2025 16:44:02	O prazo para o fornecedor **CLIMAR LOCACOES LTDA** enviar a proposta final está **encerrado**.
07/04/2025 16:44:02	O prazo para o fornecedor **ADRIANO FERREIRA DA SILVA - CPF 07527343699** enviar a proposta final está **encerrado**.
07/04/2025 17:05:27	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi **BLOQUEADO** pelo condutor do processo!
07/04/2025 17:17:32	CONFORME PROCURADORA JURÍDICA E ASSESSORIA DA CONTADORA O DRE, ÍNDICES DE LIQUIDEZ E TERMO DE ABERTURA E ENCERRAMENTO TEM QUE ESTAR REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL.
07/04/2025 17:25:50	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 04/2025 foi **SUSPENSO**. Motivo: FINAL DE EXPEDIENTE.. A **REABERTURA** será no dia 08/04/2025 08:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
08/04/2025 08:01:37	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 04/2025 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
08/04/2025 08:06:01	Bom dia a todos os licitantes presentes, a partir deste momento iremos dar continuidade ao nosso certame.
08/04/2025 08:13:08	O prazo para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares, estará disponível através do módulo - **HABILITANET** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **08/04/2025 08:12:00hs** até o dia **08/04/2025 10:12:00hs** para o(s) fornecedor(es): GELO TREVO E EVENTOS LTDA.

Usuário Data/Hora Mensagem

08/04/2025 08:13:35	O prazo para envio da proposta final, estará disponível através do módulo - **PROPOSTA FINAL** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **08/04/2025 08:13:00hs** até o dia **08/04/2025 10:13:00hs** para o(s) fornecedor(es): GELO TREVO E EVENTOS LTDA.
08/04/2025 08:14:38	SENHOR LICITANTE, ESTÁ ABERTO O PRAZO PARA ENVIO DAS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO E TAMBÉM O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINAL.
08/04/2025 08:15:39	SOLICITAMOS QUE A LICITANTE SE ATENTE AO PRAZO DA PLATAFORMA.
08/04/2025 08:26:24	O fornecedor **GELO TREVO E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** habilitacao_04_2025_pedra_preta_1744111584.rar no habilitanet.
08/04/2025 08:27:06	O fornecedor **GELO TREVO E EVENTOS LTDA** acabou de **ENVIAR** proposta_1744111626.pdf no proposta final.
08/04/2025 09:02:35	ESTAREMOS EM CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E RETORNAREMOS EM BREVE.
08/04/2025 09:25:54	O prazo do Habilitanet para o fornecedor **GELO TREVO E EVENTOS LTDA** foi *encerrado* pelo motivo:**JÁ ENVIOU TODOS OS DOCUMENTOS.** pelo **Pregoeiro(a)**!.
08/04/2025 09:28:16	O prazo de envio da proposta final para o fornecedor **GELO TREVO E EVENTOS LTDA** foi *encerrado* pelo motivo:**JÁ ENVIOU A PROPOSTA ADEQUADA/REALINHADA.** pelo **Pregoeiro(a)**!.
08/04/2025 09:48:27	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 04/2025 foi **SUSPENSO**. Motivo: AGUARDANDO RAZÕES, CONTRARAZÕES E DECISÃO DOS RECURSOS.. A **REABERTURA** será no dia 30/04/2025 14:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
08/04/2025 13:32:35	O fornecedor **GELO TREVO E EVENTOS LTDA** acabou de **ASSINAR** sua Proposta Final.

28/04/2025 09:19:10	REABERTURA DA SESSÃO NO DIA 29/04/2025. Sr(s). Fornecedor(es), INFORMO A TODOS OS LICITANTES QUE A REABERTURA DA SESSÃO FOI ANTECIPADA PARA O DIA 29/04/2025 ÀS 9:30HRS(HORÁRIO DE BRASÍLIA). Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
29/04/2025 09:31:50	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 04/2025 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
29/04/2025 09:32:20	BOM DIA A TODOS OS LICITANTES PRESENTES!!!
29/04/2025 09:32:39	A PARTIR DESTE MOMENTO DAREMOS CONTINUIDADE AO NOSSO CERTAME.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **10:01:23 horas do dia 29 de Abril de 2025** cuja ata foi lavrada pelo(a) Pregoeiro(a) .

Cristiane Valeria da Silva

Pregoeiro(a) Oficial

Antonio Wezelle Brito de Sa

Equipe de Apoio

Yalles Moraes da Silva

Equipe de Apoio

Autenticação: 532DAAA1045E46E54B01FDDEE59766CB

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2025.

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através de sua Comissão de Contratação, torna público, que após a análise e julgamento do Processo Licitatório modalidade**: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2025**, Objeto: **"Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviço (com fornecimento de materiais, equipamentos) de locação de tendas para atender as demandas das secretarias municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos",** conforme quadro de preço abaixo descrito, refere-se ao resultado do processo licitatório**: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2025**, devidamente homologado pelo Sr. Secretário Municipal de Planejamento e Governo, declara que se sagrou vencedor do respectivo processo, a empresa:

Item	128356 Código	GELO TREVO E EVENTOS LTDA CNPJ: 11.706.784/0001-94 AV FREI SERVACIO, 137 ******** - CENTRO, PEDRA PRETA - MT, CEP: 78795-000 Telefone: (66) 9638-2112 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	006.203.412	TENDA PIRAMIDAL 5X5 BRANCA SEM CALHAS. CARACTERÍSTICAS: LONAS COM LAMINADO DE PVC CALANDRADO COM REFORÇO DE TECIDO POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, COM BLOQUEADOR SOLAR, TRATAMENTO QUIMICO CONTRA MOFO, FUNGO, RAIOS UV/IV, AUTOEXTINGUÍVEL, CERTIFICADO DE FLAMABILIDADE IPEI. ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA ANTIFERRUGEM. PÉ DIREITO DE NO MÍNIMO 3,0M. INCLUI ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO NO CHÃO, NCLUSO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM.	DIA	655	390,00	255.450,00
2	006.203.413	TENDA PIRAMIDAL 10X10 BRANCA SEM CALHAS. CARACTERÍSTICAS: LONAS COM LAMINADO DE PVC CALANDRADO COM REFORÇO DE TECIDO POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, COM BLOQUEADOR SOLAR, TRATAMENTO QUIMICO CONTRA MOFO, FUNGO, RAIOS UV/IV, AUTOEXTINGUÍVEL, CERTIFICADO DE FLAMABILIDADE IPEI. ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA ANTIFERRUGEM. PÉ DIREITO DE NO MÍNIMO 3,0M. INCLUI ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO NO CHÃO, NCLUSO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM.	DIA	410	1.000,00	410.000,00
		Total do Proponente				**R$ 665.450,00**

Valor Homologado: R$ 665.450,00(seiscentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta reais)

Pedra Preta/MT, 29 de abril de 2025.

CRISTIANE VALERIA DA SILVA

Pregoeira – Portaria nº 247/2023

PORTARIA Nº 202, DE 2025 - ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES DE ITBI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DE 28 DE ABRIL DE 2025

Altera a composição da **comissão de valores de ITBI**, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Altera a composição da **comissão de valores de ITBI**, que estabelecerá valores a bens Imóveis no Município de Pedra Preta – MT, instituída

pela Portaria nº 496 de 26 de outubro de 2023, a qual passa a ter a seguinte composição.

Presidente: Jucicreia das Chagas Leite

Membro: Hernane Carneiro Gomes

Membro: Odines Antonio Julio

Membro: Levino José de Oliveira

Art.2º Os serviços prestados pela Comissão serão gratuitos sendo considerados como relevantes Serviços prestados á municipalidade.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 28 de abril de 2025.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

PORTARIA Nº 203, DE 2025 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR ADALTO MACEDO DA SILVA DOS REIS.

DE 28 DE ABRIL DE 2025.

Conceder férias regulares ao servidor Adalto Macedo da Silva dos Reis.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **1/4/2023 à 31/3/2024.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Adalto Macedo da Silva dos Reis,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, a serem usufruídas no período de **2/5/2025 à 31/5/2025.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 28 de abril de 2025.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial da AMM.

DECRETO Nº 106, DE 2025 - DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ART. 1º DO DECRETO Nº 75, DE 28 DE MARÇO DE 2025, REFERENTE O CALENDÁRIO TRIBUTÁRIO DE PAGAMENTO DO IPTU MUNICIPAIS E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

DE 28 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre alteração do art. 1º do Decreto nº 75, de 28 de março de 2025, referente o calendário tributário de pagamento do IPTU municipais e obrigações acessórias para o exercício de 2025, e dá outras providências.

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº 267, de 27 de dezembro de 2001; CONSIDERANDO as alterações promovidas na Lei nº 267, de 27 de dezembro de 2001, pela Lei nº 1267, de 8 de abril de 2021;

CONSIDERANDO a solicitação de alteração por meio do oficio nº 272/2025/PMPP/SMF.

A PREFEITA MUNICIPIAL DE PEDRA PRETA-MT, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1° Fica alterado o art 1º do decreto nº 75, de 28 de março de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 1° Fica instituído calendário fiscal para a cobrança do IPTU do Município de Pedra Preta - MT, com os respectivos prazos e condições para pagamento das obrigações tributarias a seguir especificadas:

I – Cota única até o dia 7 de julho de 2025;

II – De forma parcelada com a primeira parcela até o dia 7 do mês de julho de 2025, e as demais com vencimento nos meses subsequentes;

§1º O contribuinte poderá optar pelas seguintes formas de pagamento:

a) Cota Única, com desconto de 20% (Vinte por cento);

b) Parcelado em até 6 (seis) vezes pelo valor sem desconto;

§2º O limite mínimo para o valor da parcela será de R$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 2°- Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação

Pedra Preta, 28 de abril de 2025.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025

Às **09:02:42 horas do dia 25 de Abril de 2025** reuniram-se no site ***www.licitanet.com.br***, o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **Futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde do Hospital Municipal "Luciana Martins Amorim" e de todas as unidades geradoras no município de Pedra Preta-MT.**.

O(a) Pregoeiro(a) conduziu a sessão de PREGÃO ELETRÔNICO , conforme disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21; na Lei Complementar nº 123/06; e pelas disposições fixadas no edital e anexos, realizar os procedimentos relativos ao aludido processo.

Iniciando os trabalhos o(a) Pregoeiro(a) abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Fornecedor(es) participante(s)

Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	51.672.829/0001-71	Microempresa

MAXIMA AMBIENTAL SERVICOS GERAIS E PARTICIPACOES LTDA	07.657.198/0001-20	**Grande Porte**

Propostas

A participação na presente disputa do(s) lote(s)ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irretratavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: **"DECLARO QUE TENHO PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL"**.

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
65521	CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	51672829000171	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 3,12	**Classificada**	--
60396	MAXIMA AMBIENTAL SERVICOS GERAIS E PARTICIPACOES LTDA	07657198000120	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 5,00	**Classificada**	--

Lances do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R$	Data/Hora	Tipo
MAXIMA AMBIENTAL SERVICOS GERAIS E PARTICIPACOES LTDA	07.657.198/0001-20	R$ 5,00	24/04/2025 10:15:59	Classificado
CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	51.672.829/0001-71	R$ 3,12	23/04/2025 18:44:21	Classificado
CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	51.672.829/0001-71	R$ 3,10	25/04/2025 09:13:30	Manual
CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	51.672.829/0001-71	R$ 3,09	25/04/2025 09:21:01	Negociacao
CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	51.672.829/0001-71	R$ 3,07	25/04/2025 09:25:51	Negociacao
CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	51.672.829/0001-71	R$ 3,05	25/04/2025 09:26:57	Negociacao

Mensagens do Item 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	25/04/2025 09:04:16	O **ITEM 1** foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	25/04/2025	O **ITEM 1** está na fase competitiva e sua disputa durará **10 (dez) minutos**. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos
	09:04:30	**02 (dois) minutos** da fase competitiva o **ITEM 1** será encerrado automaticamente!
	25/04/2025 09:14:38	A etapa de envio de lances do **ITEM 1** foi prorrogada automaticamente e será de **02 (dois) minutos**. Boa sorte!
	25/04/2025 09:17:23	A prorrogação automática do **ITEM 1** está encerrada.
	25/04/2025 09:17:43	O **ITEM 1** está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de **10 minutos**.
	25/04/2025 09:21:01	ITEM 1 negociado no valor de **R$ 3,09** pelo fornecedor ID: 65521 - Data Prop.: 23/04/2025 18:44:21
	25/04/2025 09:25:51	ITEM 1 negociado no valor de **R$ 3,07** pelo fornecedor ID: 65521 - Data Prop.: 23/04/2025 18:44:21
	25/04/2025 09:26:57	ITEM 1 negociado no valor de **R$ 3,05** pelo fornecedor ID: 65521 - Data Prop.: 23/04/2025 18:44:21
	25/04/2025 09:27:43	O tempo de negociação está **encerrado**.
	25/04/2025 09:29:19	A proposta do fornecedor **CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA** do **ITEM - 1**, foi **ACEITA** pelo valor de **R$3,05**.
	28/04/2025 14:48:43	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, **HABILITAR** o fornecedor **CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA-51.672.829/0001-71** , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório.
		O fornecedor **CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA -51.672.829/0001-71** venceu o **ITEM -1** pelo valor de **R$3,05.**
	28/04/2025	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de **10 minutos** para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer
	14:49:04	esse o momento para se manifestar.
	28/04/2025	**Despacho:** *Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer*
	14:59:06	*administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.*
	28/04/2025 15:01:05	A disputa do **ITEM 1** está encerrada. **Despacho:** *DECLARAMOS ENCERRADA A PRESENTE LICITAÇÃO.*.

Classificação Final do Item 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	51.672.829/0001-71	R$ 3,05
2º	MAXIMA AMBIENTAL SERVICOS GERAIS E PARTICIPACOES LTDA	07.657.198/0001-20	R$ 5,00

Mensagens Geral

Usuário	Data/Hora	Mensagem

	25/04/2025 09:02:42	Bom dia a todos os licitantes presentes, estamos iniciando a sessão do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2025 para Futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde do Hospital Municipal Luciana Martins Amorim e de todas as unidades geradoras no município de Pedra Preta-MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Boa sorte a todos os licitantes presentes!!!!
	25/04/2025 09:04:06	A partir deste momento daremos início ao nosso certame. Se atentem aos lances a serem ofertados pois não serão feitos reequilíbrio.
	25/04/2025 09:04:30	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): **1** às **09:04:30**

Usuário Data/Hora Mensagem

25/04/2025 09:06:09	Senhores licitantes estamos abertos a lances, sabemos que os licitantes tem condições de melhorar os valores!!
25/04/2025 09:13:07	Estamos nos momentos finais dos nosso lances...vamos melhorar este valor senhores licitantes.
25/04/2025 09:18:26	A partir deste momento estamos abertos a negociação, pois será os 10 minutos finais para apresentar seu lance final.
25/04/2025 09:26:29	Ultimos instantes para negociação senhor licitante!!
25/04/2025 09:30:14	O prazo para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares, estará disponível através do módulo - **HABILITANET** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **25/04/2025 09:29:00hs** até o dia **25/04/2025 11:29:00hs** para o(s) fornecedor(es): CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA.
25/04/2025 09:30:36	O prazo para envio da proposta final, estará disponível através do módulo - **PROPOSTA FINAL** no rol de menus da Sala de Disputa, do dia **25/04/2025 09:30:00hs** até o dia **25/04/2025 11:30:00hs** para o(s) fornecedor(es): CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA.
25/04/2025 09:31:54	Senhor licitante por favor se atente o prazo para envio de documentos de habilitação e proposta adequada conforme solicitado em Edital. Está aberto o prazo para envio de ambos.
25/04/2025 10:34:07	SENHOR LICITANTE SE ATENDE AO PRAZO ESTIPULADO PELA PLATAFORMA, ESTAMOS NO AGUARDO DA DOCUMENTAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS MESMOS.
25/04/2025 10:48:53	O fornecedor **CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA** acabou de **ENVIAR** documentos_de_habilitacao_pregao_pedra_preta_1745588932.rar no habilitanet.
25/04/2025 11:29:01	O prazo para o fornecedor **CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA** enviar os documentos habilitatórios e/ou complementares está **encerrado**.
25/04/2025 11:30:01	O prazo para o fornecedor **CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA** enviar a proposta final está **encerrado**.
25/04/2025 11:42:15	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 02/2025 foi **SUSPENSO**. Motivo: CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.. A **REABERTURA** será no dia 25/04/2025 15:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
25/04/2025 16:19:15	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 02/2025 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
25/04/2025 16:22:39	Boa tarde senhores licitantes, devido ter enviado a qualificação técnica para a Secretaria Municipal de Saúde atestar que está correta as Licenças e demais documentos solicitados em Edital, a sessão será suspensa até na segunda feira as 13:30hrs (horário de Brasília) para que a Secretaria de Saúde possa nos responder.
25/04/2025 16:23:40	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 02/2025 foi **SUSPENSO**. Motivo: Aguardando resposta ao Ofício nº 143/2025. Qualificação Técnica.. A **REABERTURA** será no dia 28/04/2025 13:30 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
28/04/2025 13:32:33	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 02/2025 foi **REABERTO**, para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
28/04/2025 13:33:25	Boa tarde a todos os licitantes presentes, estamos no aguardo do Ofício da Secretaria de Saúde para darmos sequência em nosso certame.
28/04/2025 13:34:32	Já entreiem contato com a secretaria e a resposta já está pronta e assim que voltar do horário do almoço já vbai nos enviar.
28/04/2025 13:35:08	Solicitomais uns 40 minutos de paciência para darmos sequência a licitação.
28/04/2025 14:42:31	Boa tarde...a partir deste momento daremos continuidade ao nosso certame.
28/04/2025 14:48:24	O **CONDUTOR DO PROCESSO** acabou **ENVIAR** o arquivo oficio_n_362_2025_smspp_lixo_hospitalar_1745862504.pdf do processo, o mesmo fica disponível para ser baixado através da opção 'Baixar Documentos' ao lado esquerdo no menu 'Documentos'.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **15:01:05 horas do dia 28 de Abril de 2025** cuja ata foi lavrada pelo(a) Pregoeiro(a) .

Cristiane Valeria da Silva

Pregoeiro(a) Oficial

Antonio Wezelle Brito de Sa

Equipe de Apoio

Yalles Moraes da Silva

Equipe de Apoio

Autenticação: 0CFAEBC175EADF18E941D89C80399C78

PORTARIA Nº 204, DE 2025 - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA LIDIANE DE OLIVEIRA TELES.

DE 28 DE ABRIL DE 2025

Concede licença prêmio a servidora Lidiane de Oliveira Teles.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de licença prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **5/3/2020 à 4/3/2025.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença prêmio a servidora **Lidiane de Oliveira Teles,** lotadana Secretaria Municipal de Saúde, concursada no cargo de Enfermeira, a serem usufruídas no período de **7/5/2025 à 4/8/2025.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 28 de abril de 2025.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

PORTARIA Nº 200, DE 2025 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR PABLO RIET CORREA RIVERO.

DE 28 DE ABRIL DE 2025.

Conceder férias regulares ao servidor Pablo Riet Correa Rivero.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **11/5/2024 à 11/5/2025.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Pablo Riet Correa Rivero,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância, a serem usufruídas no período de **12/5/2025 à 10/6/2025.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 28 de abril de 2025.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial da AMM.

PORTARIA Nº 205, DE 2025 - CONCEDER FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA MARLENE MARTINS DOS SANTOS.

DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Conceder férias regulares a servidora Marlene Martins dos Santos.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **17/1/2024 à 17/1/2025.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares a servidora **Marlene Martins dos Santos,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de técnica de enfermagem, a serem usufruídas no período de **3/5/2025 à 1/6/2025.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 29 de abril de 2025.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2025.

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através de sua Comissão de Contratação, torna público, que após a análise e julgamento do Processo Licitatório modalidade**: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2025**, Objeto: **"Registro de Preços para 2.1. Futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde do Hospital Municipal Luciana Martins Amorim e de todas as unidades geradoras no município de Pedra Preta-MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos",** conforme quadro de preço abaixo descrito, refere-se ao resultado do processo licitatório**: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2025**, devidamente homologado pelo Sr. Secretário Municipal de Saúde, declara que se sagrou vencedor do respectivo processo, a empresa:

Item	204732 Código	CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA CNPJ: 51.672.829/0001-71 ABEL ADRIANO FERREIRA, 651 - JARDIM MARIA TEREZA, RONDONOPOLIS - MT, CEP: 78745-623 Telefone: 6692101585 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	006.203.409	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE	KG	40000	3,05	122.000,00

		SAÚDE DO HOSPITAL MUNICIPAL "LUCIANA MARTINS AMORIM" E DE TODAS AS UNIDADES GERADORAS NO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA-MT. Marca: SERVIÃO				
		Total do Proponente				**R$ 122. 000,00**

Valor Homologado: R$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais)

Pedra Preta/MT, 28 de abril de 2025.

CRISTIANE VALERIA DA SILVA

Pregoeira – Portaria nº 247/2023

RECURSOS EVENTUALMENTE APRESENTADOS PELOS LICITANTES

RECURSOS EVENTUALMENTE APRESENTADOS PELOS

LICITANTES

Unidade Gestora: **Prefeitura Municipal de Pedra Preta**

A Pregoeira – Portaria nº 247/2023 Srª. **CRISTIANE VALERIA DA SILVA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, Lei Nº 14.133/21.

De acordo com o Art. 165 - Lei 14.133/21, Inc. I e II, § 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, na fase recursal sendo no ato de habilitação ou inabilitação do licitante.

Na sessão do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2025**, Objeto: "Registro de preços para "Futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde do Hospital Municipal Luciana Martins Amorim e de todas as unidades geradoras no município de Pedra Preta-MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos", **NENHUMA empresa manifestou interesse em apresentar RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO.**

Pedra Preta-MT, 28 de abril de 2025.

CRISTIANE VALERIA DA SILVA

Pregoeira

Portaria nº 247/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2025.

Licitação :**000004/25 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2025.**

Aberta em 25/04/2025

Resumo do Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO HOSPITAL MUNICIPAL "LUCIANA MARTINS AMORIM" E DE TODAS AS UNIDADES GERADORAS NO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA-MT, COM FUNDAMENTO NO ART. 74 DA LEI N° 14.133/2021.

Comunicamos a Vossa Senhoria que resultante da análise das propostas apresentadas a licitação acima especificada, a Secretária Municipal de Saúde **HOMOLOGOU** em favor desta empresa **CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA** o objeto da licitação, no valor de R$ 122. 000,00, conforme Relação em Anexo.

Item	204732 Código	CENTROESTE SERVICOS E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA CNPJ: 51.672.829/0001-71 ABEL ADRIANO FERREIRA, 651 - JARDIM MARIA TEREZA, RONDONOPOLIS - MT, CEP: 78745-623 Telefone: 6692101585 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	006. 203. 409	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO HOSPITAL MUNICIPAL "LUCIANA MARTINS AMORIM" E DE TODAS AS UNIDADES GERADORAS NO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA-MT. Marca: SERVIÃO	KG	40000	3,05	122. 000,00
		Total do Proponente				**R$ 122. 000,00**

Valor Homologado: R$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais)

PEDRA PRETA, 28 de abril de 2025.

_____

JÉSSICA DAMACENA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 184/2023

EDITAL 003/2025 CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – PLANO PLURIANUAL (PPA)

A Prefeita do Município de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, torna pública a convocação de Audiências Públicas com o objetivo de discutir a elaboração do Plano Plurianual – PPA para os próximos exercícios.

As audiências serão realizadas nas seguintes datas e locais:

Dia 7 de maio de 2025, às 15 horas, no Plenário da Câmara Municipal, localizado na Rua Noda Guenko, nº 338.

Dia 8 de maio de 2025, às 18 horas, na Escola Ari Grisang, situada na Vila Garça Branca,

Pedra Preta – MT, 29 de abril de 2025.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 61, DE 28 DE ABRIL DE 2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2023

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 006, de 2023.

CONSIDERANDO o oficio nº 92/2025/SMAMA

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2023 realizada por meio do Decreto nº 05/2024, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2023,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

AGENTE ADMINISTRATIVO – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0001680	ALEXANDRE SANTOS DASILVA	44º

Justificativa: Faz-se necessário a convocação para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, para auxiliar nas atividades da Empaer juntamente com a secretaria, de acordo com Termo de Cooperação.

Pedra Preta, 28 de abril de 2025.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 201, DE 2025 - ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DE 28 DE ABRIL DE 2025

Altera a composição da **comissão de avaliação de imóveis**, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Alterar a composição da **comissão de avaliação de imóveis** na área urbana do Município de Pedra Preta, instituída pela Portaria nº 495 de 26 de outubro de 2023, a qual passa a ter a seguinte composição.

Presidente: Jucicreia das Chagas Leite

Membro: Hernane Carneiro Gomes

Membro: Odines Antonio Julio

Membro: Levino José de Oliveira

Art.2º Caberá a comissão avaliar os imóveis localizados na área urbana do município de Pedra Preta-MT.

Art.3º Os serviços prestados pela Comissão serão gratuitos sendo considerados como relevantes serviços prestados á municipalidade.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 28 de abril de 2025.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 03/2025

ADJUDICAR E HOMOLOGAR o ato da Comissão de Contratação por INEXIGIBILIDADE com fundamento no art. 74, inciso II da Lei 14.133/21, para a Contratação de atração artística OPEN FARRA para apresentação na 26º Mika Preta**,** através da empresa **ZANGRANDI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 17.278.190/0001-06**, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), atendendo a solicitação da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Pedra Preta MT, 29 de abril de 2025.

VANDERLEI ROBERTO SARTORI

Secretário Municipal de Cultura,

Esportes e Lazer

(Portaria nº 626/2024)

INEXIGIBILIDADE 03/2025 - ATA DA DECISÃO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Ata de reunião da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta MT. Em 29 de abril de 2025, às 14h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta MT, reuniram-se os membros da Comissão de Contratação nomeados através da portaria nº 24 de 13 de janeiro de 2025, RITHYENE GOMES DA SILVA, ANTONIO WÉZELLE BRITO DE SÁ e YALLES MORAES DA SILVA, para deliberar sobre o processo de Inexigibilidade de Licitação nº 03/2025. **Objeto: Contratação de atração artística Open Farra para apresentação na 26º Mika Preta, em apresentação de no mínimo 1h30min, através da empresa ZANGRANDI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, INSCRITA NO CNPJ/MF. SOB Nº 17.278. 190/0001-06**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Padre Atílio, nº 628, bairro: Jardim Belvedere, Município de Araras SP. Iniciados os trabalhos, e após análise detalhada da solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, esporte e Lazer, autorização do Secretário de Administração e do parecer jurídico nº 28/2025, concluíram que a contratação dos serviços, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), possui fundamentação legal, constante do art. 74, Inciso II da Lei Federal 14.133/21, na forma de Dispensa de Licitação, por Inexigibilidade e decidiram pela continuação do processo, procedendo-se aos demais atos para sua efetivação. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião, da qual lavrou-se esta ata que vai assinada, e levada ao conhecimento do Secretário Municipal de Cultura, Esportes e Lazer para a devida Homologação.

RITHYENE GOMES DA SILVA

Agente de Contratação

(Portaria nº 186/2023)

ANTONIO WÉZELLE BRITO DE SÁ

Membro da Comissão de Contratação

(Portaria nº 24/2025)

YALLES MORAES DA SILVA

Membro da Comissão de Contratação

(Portaria nº 24/2025)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 042/2025.

DECRETO Nº 042, DE 28 DE ABRIL DE 2025.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO PARA O BIÊNIO 2025/2026, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA**, NO USO DE SUAS ATRIBUÍÇÕES LEGAIS, E

Considerando as disposições legais do artigo 4º da Lei 470, de 19 de dezembro de 2003, que alterou a Lei nº 274, de 03 de junho de 1997 que criou o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS **de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso;**

Considerando C.I nº 125, de 25 de abril de 225, da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio;

D E C R E T A:

Art.1º - Compõem o **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso,** para cumprimento do mandato de 02 anos do biênio 2025/2026, composto **por 11 (onze) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir:**

I.	**Representantes da Secretaria Mun. de Agricultura, Indústria e Comércio**	
	Presidente	**Clovis Luiz de Moraes Manica**
	Secretário	**Eduarda Alessandra de Jesus Silva**
II.	**Representantes da Câmara Municipal**	
	Titular	**Tawê Rodrigues Dorta**
	Suplente	**Gleison Noleto Lopes**
III.	**Representantes da EMPAER-MT**	
	Titular	**Clodomir Antônio Zolett**
	Suplente	**Célia Calixto de Oliveira**
IV.	**Representantes do INDEA-MT**	
	Titular	**Davis Prestides Lima Silva**
	Suplente	**Joranir Jose Soares**
V.	**Representantes da Caixa Econômica Federal**	
	Titular	Dário Almada Junior
	Suplente	Fabiane da Cruz Coenga
VI.	**Representantes da Associação AGRIFISAS**	
	Titular	**Edina Fátima Farias**
	Suplente	**Francisco Sena Ribeiro**
VII.	**Representantes da Associação AGRIPAC**	
	Titular	Fátima Sirlene Moraes Rasch
	Suplente	Eliege Krugl
VIII.	**representantes da Associação dos Moradores do Assentamento Vida Nova - ASSOCIVIDA**	
	Titular	Idê Carmo Vieira
	Suplente	Erinaldo Alves Rosado
IX.	**representantes da Colônia de Pescadores Z-21**	
	Titular	Luiz Alves de Lima e Silva
	Suplente	Jose Gomes Pessoa
X.	**representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Peixoto de Azevedo - STR**	
	Titular	Francisca da Silva Ribeiro
	Suplente	Deusimar Nava Soares
XI.	**Representantes Associação Cultural Indígena Kapot-Jarinã**	
	Titular	Betikre Tapayuna Metuktire
	Suplente	Neokonkaire Metuktire

Art. 2º -Ficam **nomeados** os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, de acordo com a estrutura representativa composta no artigo 1º deste Decreto e **empossados** os membros titulares, para cumprimento do mandato correspondente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 28 dias de abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1065, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1065, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de apoio à Saúde,** ao Servidor **JHONATA PALMER FARIAS,** matrícula funcional nº 6996, admitido em 02 de Setembro de 2013, ocupante do cargo efetivo de ASS Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "C/12"** para **Classe "D/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso, por ter concluído Ensino Fundamental Completo, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, d) Classe D, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1064, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1064, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** ao Servidor **FRANCIO FAUSTINO DOS SANTOS,** matrícula funcional nº 6831, admitido em 14 de janeiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de ASS Agente de Combate a Endemias, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação, por ter concluído Curso Superior em Ciências Biológicas, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, e) Classe E, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1069, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1069, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Técnico em Saúde,** ao Servidor **LEONARDO SOUSA DE MORAIS,** matrícula funcional nº 6824, admitido em 11 de Janeiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de TS Assistente Técnico Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação, por ter concluído Curso de Especialização em Administração e Auditoria em Serviços de Saúde, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, IV, e) Classe E, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1063, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1063, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio a Administração,** a Servidora **DAIARA MELO DE SOUSA,** matrícula funcional nº 6907, admitida em 08 de Fevereiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de Vigia, lotada na Secretaria Municipal de Transportes Rodoviário de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos por ter concluído Ensino Médio Completo, horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 49/2015 e Lei Complementar nº 002/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1070, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1070, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **RAFAELA ALMEIDA DOS SANTOS,** matrícula funcional nº 6841, admitida em 11 de Janeiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de ASS Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso por ter concluído Ensino Médio Completo, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, e) Classe E, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1062, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1062, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio A ADMINISTRAÇÃO,** a Servidora **ANTONIA ALAÍDE SAMPAIO BATISTA,** matrícula funcional nº 6868, admitida em 17 de Janeiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos por ter concluído Ensino Médio Completo, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 49/2015 e Lei Complementar nº 02/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1061, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1061, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio a Administração,** ao Servidor **FLAVIO DEVIDE RIBEIRO,** matrí-

cula funcional nº 6889, admitido em 08 de Fevereiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos por ter concluído Ensino Médio Completo, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 49/2015 e Lei Complementar nº 02/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1060, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1060, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio aAdministração,** ao Servidor **JOHNANTAN SOARES DE OLIVEIRA,** matrícula funcional nº 6909, admitido em 08 de Fevereiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Transportes Rodoviário de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos por ter concluído o Ensino Médio Completo, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 49/2015 e Lei Complementar nº 002/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1059, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1059, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio a Administração,** ao Servidor **ADERSIO GOMES,** matrícula funcional nº 6961, admitido em 1º de Março de 2013, ocupante do cargo efetivo de Eletricista de Auto, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos por ter concluído Ensino Médio Completo, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 49/2015 e Lei Complementar nº 002/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1058, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1058, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio aAdministração,** a Servidora **VALERIA DE JESUS SANTOS,** matrícula funcional nº 6900, admitida em 08 de Fevereiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos por ter concluído Ensino Médio Completo, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 49/2015 e Lei Complementar nº 02/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 890, DE 01 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 890, DE 01 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

R E S O L V E:

Art.1º- **Revogar**, a Portaria nº 461, de 13 de fevereiro de 2025.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 01 dia de abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1057, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1057, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio a Administração,** ao Servidor **ALEXANDRO DOS SANTOS SILVA,** matrícula funcional nº 6916, admitido em 08 de Fevereiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos por ter concluído Ensino Médio Completo, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 49/2015 e Lei Complementar nº 002/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT PARA 2025 RETIFICAÇÃO III.

1. APRESENTAÇÃO

O presente Plano Anual de Aquisições corresponde à relação de bens/serviços de uso contínuo que a Gestão Municipal planeja comprar ou contratar durante o ano civil de 2025.

O objetivo principal é ampliar os instrumentos gerenciais, visando a padronização o e planejamento dos procedimentos e racionalização das aquisições/contratações, atendendo de forma eficiente ás necessidades de uso comum das Secretarias que integram a gestão municipal.

De posse do Plano Anual de Aquisições, as Secretarias Municipais poderão planejar e direcionar suas tomadas de decisões, estabelecendo a finalidade adequada para suas ações e demandas.

Pretende-se ainda, que o Plano Anual de Aquisições se constitua em uma ferramenta de apoio na Gestão para o exercício de 2025, servindo de documento informativo aos potenciais fornecedores, de modo que estes se organizem com relação aos prazos que serão apresentados para a aquisição de cada tipo de bens/serviços, o que poderá possibilitar uma participação mais efetiva para atendimento das demandas municipais.

Assim, as informações aqui inseridas, deverão ser incorporadas ao cotidiano de todos os agentes públicos que atuam nos processos de aquisições, propiciando condições para fortalecimento do poder de compras no âmbito desta municipalidade.

2. OBJETIVOS

Como demonstrado, o Plano Anual de Aquisições é instrumento essencial para um planejamento adequado de Gestão.

Aos agentes públicos, cabe o dever de buscar sempre a opção mais benéfica e vantajosa, encontrando a melhor solução entre custo/benefício para atender a finalidade para qual a aquisição se destina.

A necessidade da existência contínua deste Plano, com frequentes atualizações e adaptações a cada ano, é o que garantirá que os objetivos sejam gradativamente alcançados e aperfeiçoados.

Pode-se destacar como principais objetivos:

• Planejar a aquisição de bens/serviços, tornando-as mais assertivas e eficientes, realizando as estimativas mais próximas da realidade de consumo;

• Estabelecer os parâmetros que nortearão os Processos Licitatórios realizados de uso comum para as secretarias municipais;

• Promover a normatização e aperfeiçoamento dos processos de aquisições;

• Prever com antecedência a demanda das diversas secretarias, permitindo evitar o desabastecimento, garantindo a prestação de serviços, bem como a qualidade e segurança das aquisições, reduzindo as compras emergenciais;

• Aperfeiçoar, intensificar e ampliar o processo de divulgação relativo ás expectativas das compras públicas do município para o mercado fornecedor, contribuindo para estimular a participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas aquisições públicas, conforme Lei Complementar nº 123/2006;

3. DIRETRIZES, METODOLOGIAS E VANTAGENS

Para a execução do Plano Anual de Aquisições, serão adotadas diretrizes como a disponibilidade orçamentaria e financeira para as aquisições pretendidas e a estimativa do consumo médio dos últimos 12 (doze) meses.

Os dados serão consolidados, com a verificação das especificações comuns, de utilização rotineira, estabelecendo-se uma previsão de consumo para duração de 12 (doze) meses.

Há que se ressaltar que, somente constam neste Plano, os bens/serviços para atendimento comum a todas as secretarias, de uso rotineiro e continuado e alguns certames específicos de cada Secretaria, mas que são necessários de forma contínua.

Desta forma, o Plano Anual de Aquisições orienta quais serão as expetativas de compras pelo município, com adequado planejamento e orientação de modo a aperfeiçoar a eficiência da Gestão.

Entre as vantagens, esta possibilidade de mapeamento de consumo, com tendência a se obter um maior controle de preços e maior qualidade nas aquisições pretendidas.

Assim, o adequado planejamento permitirá o emprego de recursos de forma mais equilibrada, eficiente e transparente.

O Plano Anual de Aquisições é um documento que orienta o planejamento das secretarias municipais e estará disponível no portal da Prefeitura Municipal, com acesso para todo o público-alvo, oportunizando também aos empresários conhecer e desta forma, planejar sua participação nos processos licitatórios desta municipalidade.

O presente documento está sujeito a alterações e adequações, e irá nortear o planejamento das aquisições públicas, com correto controle de seus gastos, melhorando a eficiência na gestão.

4. DO CRONOGRAMA DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

O Cronograma apresenta a descrição sucinta dos objetos a serem licitados, a modalidade que será adotada para cada um, bem como o prazo de vigência da atual licitação e o prazo previsto para realização do novo certame. Para os processos licitatórios de uso especifico de cada Secretaria, as mesmas deverão se programar e cumprir o cronograma apresentado, de forma a não ocorrer desabastecimento de produtos ou prestação de serviços necessários ao andamento de suas atribuições. **4.1 PROCESSOS LICITATÓRIOS DE USO COMUM POR TODAS AS SECRETARIAS:**

Descrição do Objeto	Modalidade à ser adotada:	Licitaçãovigenteaté:	Previsão de Realização:	Estimativa de Gastos Anuais
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PAPEL SULFITE A4 EM ATENDIMENTOS AS NECESSIDADES DA MUNICIPALIDADE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	RP – PREGA= O	31/12/2024	ABRIL	250. 000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS, MATERIAIS GRÁFICOS E CARIMBOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.	RP - PREGÃO	NÃO HA VIGENTE	MARÇO	210. 350,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ESCRITÓRIO E COPA E COZINHA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.	RP - PREGÃO	NÃO HA VIGENTE	JUNHO	260. 000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO/PERMANENTE DE INFORMÁTICA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT	RP - PREGÃO	NÃO HA VIGENTE	MARÇO	958. 800,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTE PARA MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.	RP PREGÃO	NÃO HA VIGENTE	MARÇO	110. 000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DECORAÇÃO DE AMBIENTE EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS	RP PREGÃO	NÃO HA VIGENTE	FEVEREIRO	180. 000,00
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ARTESANATO, TECIDO E AVIAMENTO EM GERAL EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT	RP - PREGÃO	18/12/2025	NOVEMBRO	294. 900,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO GERAL, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA DE ÁGUA, LIMPEZA E DEDETIZAÇÃO DE FORRO E ÁREAS COM NINHOS, LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA, LIMPEZA DE FOSSA, DESENTUPIMENTO DE ESGOTO, PIAS E VASOS DESRATIZAÇÃO EM GERAL.	**RP - PREGÃO**	NÃO HA VIGENTE	MAIO	190. 000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIADAPARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU TECNOLOGIA SIMILAR PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA EM GERAL E GENEROS ALIMENTICIOS, ATRAVÉ DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO MT.	RP – PREGÃO	15/05/2025	JUNHO	1.500. 000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT	RP PREGÃO	NÃO HA VIGENTE	ABRIL	200. 000,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA LIMPEZA, ROÇADA E CAPINA, PODA DE ÁRVORES E PLANTIO DE GRAMAS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT.	RP PREGÃO	NÃO HA VIGENTE	JUNHO	160. 000,00
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAS ESPORTIVOS PERMANENTES E CONSUMO E UNIFORMES PADRONIZADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO- MT.	RP - PREGÃO	NÃO HA VIGENTE	JULHO	285. 000,00
AQUISIÇA= O DE EXTINTORES PREDIAIS E VEICULARES, MATERIAIS DE SINALIZA-CA=O E PRESTAÇA=O DE SERVIÇOS DE RECARGA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT.	RP – PREGA= O	NÃO HA VIGENTE	AGOSTO	54. 000,00
CONTRATAÇA= O DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PLANTAS PARA PAISAGISMO, VASOS E ACESSOI RIOS, INCLUINDO PLANTIO E MANUTENÇA= O	RP - PREGA= O	NÃO HA VIGENTE	MAIO	50. 000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS	RP – PREGA= O	NÃO HA VIGENTE	ABRIL	579. 458,00
CONTRATAÇA=O DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇA=O DE SERVIÇOS DE CONFECÇAO DE CÓPIAS DE CHAVES E SERVIÇOS DE CHAVEIRO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS	RP – PREGA= O	NÃO HA VIGENTE	MAIO	15. 000,00
AQUISIÇA= O DE PNEUS, CAMARAS DE AR E PROTETORES DE ARO	RP – PREGA= O	NÃO HA VIGENTE	JUNHO	133. 500,00
CONTRATAÇA= O DE EMPRESA ESPECIALIZA NA PRESTAÇA= O DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE DIVISOI RIAS, FORROS E VIDROS COM INSTALAÇA= O, MONTAGEM E DESMONTAGEM	RP - PREGÃO	NAO HA VIGENTE	ABRIL	350. 000,00
CONTRATAÇA= O DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇA= O DE SERVIÇOS DE MANUTENÇA= O CORRETIVA E/OU PREVENTIVA, A SER REALIZADA EM REFRIGERADOR, FREEZER E BEBEDOURO, MAQUINAS DE LAVAR E OUTROS ELETRODOMESTICOS INSTALADOS NAS DEPENDED NCIAS DOS PREI DIOS PUI BLICOS	RP - PREGÃO	NAO HA VIGENTE	SETEMBRO	140. 000,00
AQUISIÇA= O DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MAQUINAS DE USO DIVERSOS	RP – PREGA= O	NÃO HA VIGENTE	MARÇO	68. 000,00
CONTRATAÇA= O DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇA= O DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA EM GERAL (CONFECÇA= O DE PORTO= ES, CORRIMA= O, ALAMBRADOS, GRELHAS, MASTRO DE VOLEIBOL, SOLDAS EM GERAL, ETC...), INCLUINDO MONTAGEM, ACABAMENTO, INSTALAÇA= O, PINTURA E FORNECIMENTO	RP - PREGÃO	NAO HA VIGENTE	ABRIL	490. 000,00

CONTRATAÇA= O DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇA= O DE SERVIÇOS DE CONFECÇO= ES E INSTALAÇO= ES DE CALHAS, RUFOS, PINGADEIRAS, EXAUSTORES, COIFAS, CHAMINEI S, BEM COMO, LIMPEZA DE CALHAS E CHAMINEI S	RP – PREGA= O	NÃO HA VIGENTE	MARÇO	30. 000,00
CONTRATAÇA= O DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇA= O DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, DUPLAGEM E RECAPAGEM PARA CONSERTO DE PNEUS DOS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL	RP - PREGA= O	NÃO HA VIGENTE	JUNHO	12. 500,00
AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DE PREDIOS PUBLICOS DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT	RP – PREGA= O	NÃO HÃ VIGENCIA	ABRIL	43. 200,00
CONTRATAÇA= O DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇA= O DE SERVIÇOS DE INSTALAÇA= O DE PERSIANAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	RP – PREGA= O	NÃO HA VIGENTE	ABRIL	60. 000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE PARA ADMINISTRAÇÃO COM AUTO GESTÃO DA FROTA PARA ABASTECIMENTO VIA CARTÃO MAGNÉTICO E/OU SIMILAR (INCLUSO TODOS OS COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES ARLA 32, ADITIVOS E DERIVADOS EM GERAL) E MANUTENÇÃO OPERACIONAL PREVENTIVA E CORRETIVA INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, ACESSÓRIOS, EQUIPAMENTOS, VIDRAÇARIA, CAPOTARIA, TAPEÇARIA, BORRACHARIA, SOCORRO MECÂNICO, LAVAGEM/HIGIENIZAÇÃO E PARTES ELÉTRICAS DE TODA A FROTA DE VEÍCULOS, TRATORES, MÁQUINAS AGRÍCOLAS, GERADORES, ROÇADEIRAS, CORTADORES E MAQUINÁRIOS, RASTREAMENTO VEICULAR E SEGURO TOTAL, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT, COM COBERTURA E ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, 07 (SETE) DIAS POR SEMANA, CONFORME DESCRIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESSE TERMO DE REFERÊNCIA, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E ANEXOS DO EDITAL"; AO QUE REFERE A SEGUIR.	RP - PREGÃO	07/02/2025	MARÇO	13.000. 000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS E ECONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA REALIZAR MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE IMPRESSORA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA"	RP PREGÃO	16/02/2025	MAIO	R$ 230. 000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA (LIMPEZA GERAL) E MANUTENÇÃO CORRETIVA DE AR CONDICIONADO (COM EMPREGO DE MATERIAL) ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME PMOC	RP- PREGÃO	24/03/2025	ABRIL	R$ 400. 069,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA VIA SISTEMA, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT	RP - PREGÃO	29/07/2025	AGOSTO	R$ 12. 080. 000,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE COMPRAS DE MÁTERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, ATRAVÉS DE SISTEMA INFORMATIZADO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PAGAMENTO, E/OU ACESSO A AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS ATRAVÉS DE PROCESSO SISTÊMICO E COM AS DEVIDAS TRAVAS DE SEGURANÇA, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.	RP- PREGÃO	NÃO HA VIGENTE	ABRIL	R$ 2.500. 000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGA EM BOTIJÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP P13, ÁGUA MINERAL EM GARRAFÃO DE 20 LITROS E OUTROS PRODUTOS RELACIONADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS	RP- PREGÃO	01/02/2025	EM ANDAMENTO	R$ 435. 000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MARMITEX N 09, E REFEIÇÃO EXECUTIVA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO – CONFORME TERMO DE REFERENCIA	RP PREGÃO	NÃO HA VIGENTE	FEVEREIRO	R$ 350. 000,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOTELARIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO.	PREGÃO	NÃO HA VIGENTE	ABRIL	R$ 200. 000,00

4.2 PROCESSOS LICITATÓRIOS ESPECÍFICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, MINEIRAÇÃO E TURISMO.

Descrição do Objeto	Modalidade à ser adotada:	Licitaçãovigente até:	Previsão de Realização:	Estimativa de Gastos Anuais
CONTRATAÇA= O DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE MOTO BOMBA, SERVICOS DE MANUTENÇA= O PREVENTIVA E CORRETIVA BEM COMO AQUISIÇA= O DE PEÇAS.	RP – PREGA= O	NÃO VIGENTE	MAIO	R$ 20. 000,00
AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO MOTOCICLETA 0 KM, DEVIDAMENTE PLAQUEADA	RP – PREGA= O	NÃO VIGENTE	ABRIL	R$ 21. 000,00
AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS DE COLETA SELETIVA	RP –PREGAO	NÃO VIGENTE	MARÇO	R$ 30. 000,00
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA DE UNIÃO DO NORTE	RP- PREGÃO	NÃO VIGENTE	MARÇO	R$ 130. 000,00
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO COM EMPRESA ESPECIALIZADANA IMPLANTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE TURISMO E NO INVENTARIO MUICIPAL DE TURISMO.	CONVENIO COM O SENAR	NÃO VIGENTE	JUNHO	R$ 40. 000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S) EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.	RP- PREGÃO	NÃO VIGENTE	MAIO	R$ 4. 000,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DE CERCAS PARA CONSTRUIR CERCAS NAS AREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)	RP- PREGÃO	NÃO VIGENTE	JULHO	R$ 60. 000,00
FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MAQUINAS PARA FORNECER UM TRITURADOR DE RESIDOS SOLIDOS.	RP- PREGÃO	NÃO VIGENTE	AGOSTO	R$ 30. 000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS PARA DESINFECÇÃO E TRATAMENTO DA ÁGUA DISTRIBUIDA NO DISTRITO DE UNÃO DO NORTE, HIPOCLORITO DE CALCIO – GRANULADO, COM NO MINIMO 65% DE CLOROATIVO, ANTI-SEPTICO, FORNECIDO POR KG.	RP- PREGÃO	07/02/2025	MARÇO	R$ 63. 000,00

4.3 PROCESSOS LICITATÓRIOS ESPECÍFICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO.

Descrição do Objeto	Modalidade à ser adotada:	Licitaçãovigente até:	Previsão de Realização:	Estimativa de Gastos Anuais
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO E REPAROS DE APARELHO E EQUIPAMENTOS MEDICOS, HOSPITALARES E ODONTOLOGICO CORRETIVA E PREVENTIVA, COM MONITORAMENTO DE APARELHOS, EQUIPAMENTOS MEDICOS, HOSPITALARES	RP- PREGÃO	NAO HA VIGENTE	AGOSTO	R$ 200.000,00
AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INJETAVEIS E INSUMOS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DAS UBS E RAS-REDE DE ATENÇÃO A SAUDE	RP- PREGÃO	NAO HA VIGENTE	MARÇO	R$ 1.875.000,00
AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS ODONTOLOGICOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS UBS	RP- PREGÃO	18/12/2025	NOVEMBRO	R$ 180.000,00
AQUISIÇÃO DE INSUMOS E REAGENTES PARA O LABORATORIO MUNICIPAL	RP- PREGÃO	NAO HA VIGENTE	JUNHO	R$ 300.000,00
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ASSISTENCIA PARA UBS	RP- PREGÃO	NAO HA VIGENTE	ABRIL	R$ 80.000,00
AQUISIÇAO DE GASES MEDICINAIS, INDUSTRIAIS E AFINS COM CESSA O DE CILINDROS EM FORMA DE COMODATO	RP- PREGÃO	NAO HA VIGENTE	JULHO	R$ 200.000,00
				R$ 200.000,00
AQUISIÇAO DE MATERIAIS PERMANENTES – VIGILANCIA EM SAUDE CAPS LABORATÓRIO ACADEMIA DA SAUDE	RP- PREGÃO	NAO HA VIGENTE	ABRIL	
AQUISIÇA= O DE MATERIAIS PERMANENTES – UDR	RP- PREGÃO	NAO HA VIGENTE	MARÇO	R$ 33.000,00
AQUISIÇA= O DE MATERIAIS PERMANENTES – UDR	RP- PREGÃO	NAO HA VIGENTE	MAIO	R$ 50.000,00
AQUISIÇAO DE VEICULO AMBULANCIA	RP- PREGÃO	NAO HA VIGENTE	FEVEREIRO	R$ 300.000,00
CONTRATAÇA= O DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇA= O DE SERVIÇOS DE LOCAÇA= O DE AMBULANCIA	PREGÃO	NAO HA VIGENTE	MAIO	R$ 30.000,00
AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO	PREGÃO	NÃO HÁ VIGENTE	MARÇO	R$ 60.000,00
CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL DE FISIOTERIA PESSOA JURIDICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT.	CHAMADA PUBLICA/CREDENCIAMENTO	NÃO HA VIGENTE	JUNHO	R$ 43.019,76
REGISTRO DE PREÇOS (SRP) PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE VIA WEB/APP INTEGRADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA EM SAÚDE, COM GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO EM REDE CREDENCIADA DE MEDICAMENTOS EM GERAL, INSUMOS MEDICOS, HOSPITALARES E CORRELATOS, SERVIÇOS EM MONITORAMENTO, CONTROLE DE ESTOQUES DE MEDICAMENTOS, INSUMOS HOSPITALARES E DISPENSAÇÃO, EM MANUTENÇÃO E REPAROS DE APARELHO E EQUIPAMENTOS MEDICOS, HOSPITALARES E ODONTOLOGICO CORRETIVA E PREVENTIVA, COM MONITORAMENTO DE APARELHOS, EQUIPAMENTOS MEDICOS, HOSPITALARES E SOLICITAÇÕES DE EXAMES E CONSULTAS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT	RP- PREGÃO	03/03/2025	MAIO	R$ 9.730.000,00
CREDENCIMENTO DE EMPRESA,DO RAMO PARA PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS COMO: CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, MÉDICOS ESPECIALISTAS, MÉDICOS CLINICO GERAL, EXAMES DE DIAGNÓSTICOS, MÉDICOS PLANTONISTAS E MÉDICOS PLANTONISTAS PARA REMOÇÃO DE PACIENTES, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO	CHAMADA PUBLICA/CREDENCIAMENTO	NÃO HA VIGENTE	MAIO	R$5.678.000,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE UM GRUPO DE GERADOR DE ENERGIA	DISPENSA DE LICITAÇÃO	NÃO HA VIGENTE	MAIO	R$ 80.000,00

4.4 PROCESSOS LICITATÓRIOS ESPECÍFICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA.

Descrição do Objeto	Modalidade à ser adotada:	Licitaçãovigente até:	Previsão de Realização:	Estimativa de Gastos Anuais
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL EM CARÁTER SUPLEMENTAR/COMPLEMENTAR E ENVIO DE INFORMAÇÕES ELETRÔNICAS AO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS	RP – PREGA= O	11/06/2025	JUNHO	R$ 78.000,00
LOCAÇÃO DE UM IMOVEL URBANO, CONSTITUIDO POR UM SALÃO COMERCIAL DE 250 M2 DE AREA CONSTRUIDA, NO PISO INFERIOR	DISPENSA DE LICITAÇÃO	24/03/2025	ABRIL	R$ 96.000,00
CONTRATAÇÃO DE EMEPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ORÇAMENTARIA, CONTÁBIL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DE GESTÃO PÚBLICA	INEXIGIBILIDADE	NÃO HÁ VIGENTE	ABRIL	R$ 109.296,00

4.5 PROCESSOS LICITATÓRIOS ESPECÍFICOS DO GABINETE DO PREFEITO.

Descrição do Objeto	Modalidade à ser adotada:	Licitaçãovigente até:	Previsão de Realização:	Estimativa de Gastos Anuais
LOCAÇÃO DE IMOVEL PARA FUNCIONAMENTO DA SUBPREFEITURA DO DISTRITO UNIÃO DO NORTE	INEXIGIBILIDADE	NÃO HA VIGENTE	ABRIL	R$145.728,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA PARA ACOMPANHAMENTO DA TRAMITAÇÃO DE PROJETOS, CONVÊNIOS E DEMAIS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT	RP – PREGÃO	NÃO HÁ VIGENTE	ABRIL	R$ 55.000,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO ADMINISTRATIVA	INEXIGIBILIDADE	NÃO HÁ VIGENTE	ABRIL	R$ 120.000,00

4.6 PROCESSOS LICITATÓRIOS ESPECÍFICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA.

Descrição do Objeto	Modalidade à ser adotada:	Licitaçãovigente até:	Previsão de Realização:	Estimativa de Gastos Anuais

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXÍLIO FUNERAL EM ATENDIMENTO EMERGENCIAL AS FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E DISTRITO UNIÃO DO NORTE, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	PREGÃO	06/03/2025	ABRIL	R$ 180.000,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO E EXCECUÇÃO DE PEÇAS TEATRAIS E PALESTRAS TEMATICAS A FIM DE ATENDER OS PROGRAMAS SOCIAIS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.	PREGÃO	NÃO HÁ VIGENCIA	MARÇO	R$ 40.000,00
AQUISIÇA= O DE KITS DE BEBED S	RP – PREGA=O	NÃO HÁ VIGENCIA	MARÇO	R$ 10.000,00
AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DO TIPO LEITE COM FORMULA PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 MESES E DE 6 MESES A 01 ANO.	RP – PREGÃO	09/02/2024	MARÇO	R$ 3.000,00
AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ESPECIFICOS DE PANIFICAÇÃO PARA CONFECÇÃO DE PAES, BOLOS E SALGADOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.	RP – PREGA=O	30/05/2024	ABRIL	R$ 75.000,00
AQUISIÇÃO DE TENDAS PIRAMIDES 10X10 E 5X5 EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	RP- PREGÃO	NÃO HÁ VIGENTE	JULHO	R$ 20.000,00
CONTRATATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTÃÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.	PREGAO	NÃO HÁ VIGENTE	JULHO	R$ 2.000,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CURSOS A FIM DE ATENDER AS FAMILIAS DOS PROGRAMAS SOCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.	PREGÃO	NÃO HA VIGENTE	MAIO	R$45.000,00

4.7 PROCESSOS LICITATÓRIOS ESPECÍFICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Descrição do Objeto	Modalidade à ser adotada:	Licitaçãovigente até:	Previsão de Realização:	Estimativa de Gastos Anuais
“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE ADUELAS, NAS ESTRADAS VICINAIS DO DISTRITO UNIÃO DO NORTE, MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVETO/MT.”	CONCORRÊNCIA	NÃO HÁ VIGENTE	JANEIRO	R$ 1.200.000,00
CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NA EXECUÇÃO DE MEIO FIO E SARJETAS CONJUGADAS DE CONCRETO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.	RP- PREGÃO	NÃO HÁ VIGENCIA	JANEIRO	R$ 600.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA TIPO RR2C, CM-30, RL1C, RC1C-E, CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO – CAP 30/45 E IMPRIMAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.	RP- PREGÃO	NÃO HÁ VIGENCIA	JANEIRO	R$ 6.000.000,00
REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MOTOBOMBA SUBMERSA MONOFÁSICA 254V 3.0CV 2.2KW COM PAINEL MONOFÁSICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.	RP- PREGÃO	NÃO HÁ VIGENCIA	JANEIRO	R$ 60.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE COMPRA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO, VIA SISTEMA VIA WEB INFORMATIZADO, PARA ATENDER ÁS NECESSIDADES DO MUNCIÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	RP- PREGÃO	01/06/2025	JULHO	R$ 9.000.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA PARA SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO DE PONTES DE MADEIRA E DEMAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.	RP – PREGA= O	NÃO HA VIGENTE	FEVEREIRO	R$ 3.200.000,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA (EXECUÇÃO, MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS, REPAROS NAS REDES DE: DRENAGEM, ÁGUA E ESGOTO, ASSIM COMO DE SEUS DISPOSITIVOS, EXECUÇÃO E REPAROS DE CALÇADAS ETC.)	PREGÃO	NÃO HÁ VIGENTE	ABRIL	R$ 8.216.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, SOB DEMANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E REFORMA PREDIAL PREVENTIVA (VISTA PERIÓDICA) E CORRETIVA (EVENTUAIS), COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA	PREGÃO	NÃO HÁ VIGENTE	ABRIL	R$ 5.500.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO E DISTRITO DE UNIÃO DO NORTE	PREGÃO	NÃO HÁ VIGENTE	MAIO	R$ 2.500.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO MUNCK E CAMINHÃO CESTO AÉREO LINHA VIVA, COM MOTORISTA (OPERADOR) E ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO APTO AO TRABALHO COM REDES ENERGIZADAS	PREGÃO	NÃO HÁ VIGENTE	ABRIL	R$ 614.995,00

4.8 PROCESSOS LICITATÓRIOS ESPECÍFICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

Descrição do Objeto	Modalidade à ser adotada:	Licitaçãovigente até:	Previsão de Realização:	Estimativa de Gastos Anuais
AQUISIÇÃO DE GRAMA PARA O CAMPO DA VILA OLIMPICA E OUTRAS PRAÇAS ESPORTIVAS, PARA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	RP- PREGÃO	NÃO HA VIGENTE	FEVEREIRO	R$ 100.000,00
COSNTRUÇÃO DE BANHEIROS E VESTIARIOS NO CAMPO SINTETICO DO BAIRRO NOVA ESPERANÇA, - CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS E ORÇAMENTO DO SETOR DE ENGENHARIA).	RP – PREGA=O	NÃO HA VIGENTE	FEVEREIRO	R$ 100.000,00
CONSTRUÇÃO DE CAMPOS SINTETICOS EM PEIXOTO DE AZEVEDO E NO DISTRITO UNIÃO DO NORTE - CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS E ORÇAMENTO DO SETOR DE ENGENHARIA).	RP – PREGA=O	NÃO HA VIGENTE	MARÇO	R$ 450.000,00
REFORMA DE BANHEIROS, VESTIARIOS,PINTURAS, PISOS, ILUMINAÇÃO, ALAMBRADOS, VILA OLIMPICA, GINÁSIO DA MÃE DE DEUS E ESTÁDIO MORADA DO OURO, PISTA DE ATLETISMO DA VILA OLIMPICA EM PEIXOTO DE AZEVEDO - CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS E ORÇAMENTO DO SETOR DE ENGENHARIA).	RP – PREGA=O	NÃO HA VIGENTE	MARÇO	R$ 200.000,00
AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA OS FUNCIONARIOS E GINCANA E UNIFORMES DAS ESCOLINHAS DE BASE E ADULTO PARA SEREM UTILIZADOS EM EVENTOS, CAMPANHAS E PROJETOS ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER.	RP – PREGA=O	NÃO HA VIGENTE	ABRIL	R$ 50.000,00

AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO DE TABELA DE BASQUETE MOVEL, ELETRICA, COM MOTOR 2CV, 1720 RPM, 220V, COM VIDROS TEMPERADOS, ARO RETRATIL, CONFORME TERMO DE REFERENCIA PARA AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.	RP – PREGA=O	NÃO HÁ VIGENCIA	MAIO	R$ 60.000,00
AQUISIÇÃO DE PLAÇARES ELETRONICOS PARA O GINÁSIO DO DISTRITO UNIÃO DO NORTE E GINASIO DA MÃE DE DEUS CONFORME	RP – PREGA=O	NÃO HÁ VIGENCIA	JUNHO	R$ 30.000,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM EVENTOS ESPORTIVOS – CORRIDA DE RUA, CORRIDA DE BICICLETA, MOTOGROSS, JOGO DAS ESTRELAS E OUTROS	PREGÃO	NÃO HA VIGENCIA	MAIO	R$ 200.000,00

4.9 PROCESSOS LICITATÓRIOS ESPECÍFICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Descrição do Objeto	Modalidade à ser adotada:	Licitação vigente até:	Previsão de Realização:	Estimativa de Gastos Anuais
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA A FIM DE REALIZAR SERVIÇO CONTÁBIL (GEFIP/SEFIP, DCTF, RAIS E ECF), PARA ATENDER AS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS, BEM COMO ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PREGÃO	16/01/2025	JANEIRO	R$ 30.000,00
AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NOS SEGUINTES PROGRAMAS: PNAEP, PNAEF, PNAEC, PNAEAEE, PANEI, REF. AS ESCOLAS MUNICIPAIS DA ZONA URBANA E ZONA RURAL. SEC. DE EDUCAÇÃO	CHAMADA PUBLICA/CREDENCIAMENTO	01/02/2025	FEVEREIRO	R$ 2.200.000,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL LUCIENE CARDOSO DE OLIVEIRA PELO CONVENIO Nº 0901-2020.	CONCORRÊNCIA	01/11/2024		R$ 5.969.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET (VIA RADIO, BANDA LARGA COM IP PÚBLICO E FIXO) VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA (DISTRITO UNIÃO	PREGÃO	26/07/2025	JULHO	R$ 50.000,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SOFTWARES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, ACADÊMICA, PEDAGÓGICA E ESTATÍSTICA EDUCACIONAL COM TECNOLOGIA HÍBRIDA (ON/OFF LINE) PARA LICENÇA DE USO, INCLUINDO CONVERSÃO	PREGÃO	20/08/2021	AGOSTO	R$ 261.000,00
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE LIMPEZA DE FORRO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	PREGÃO	NÃO HA VIGENTE	**JULHO**	R$ 70.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO", PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO- MT".	RP- PREGÃO	NAO HA VIGENTE	MAIO	R$ 505.100,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESTRUTURA COMPLETA DE RODEIO PARA O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO. SEC. DE EDUCAÇÃO. DEPART. DE CULTURA	RP- PREGÃO	NAO HA VIGENTE	MAIO	R$ 282.000,00
CONTRATAÇÃO DA EMPRESA , ESPEC. EM PRODUÇÃO MUSICAL, E COMERCIALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT	INEXIGIBILIDADE	NAO HA VIGENTE	JULHO	R$ 950.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS,	RP- PREGÃO	NAO HA VIGENTE	AGOSTO	R$ 369.000,00
REGISTRO DE PREÇOS DE ESTRUTURA FÍSICAS PADRONIZADAS, MATERIAIS (BENS) E EQUIPAMENTOS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	RP- PREGÃO	NÃO HA VIGENTE	SETEMBRO	R$ 238.500,00
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE INSTRUTOR DE BALLET, CURSO DE VIOLÃO, CURSO DE TEATRO E CURSO DE INSTRUMENTO DE SOPRO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT- Centro cultural	CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO	NÃO A VIGENTE	MARÇO	R$ 126.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM VIGILÂNCIA ELETRONICA PARA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE CAMERAS DE VIGILANCIA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.	RP- PREGÃO	NAO HÁ VIGENTE	ABRIL	R$ 550.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CURSOS DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES , PALESTRAS.	DISPENSA	NÃO HÁ VIGENTE	MARÇO	R$ 50.000,00
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E MUSICAIS ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CUTURA	RP- PREGÃO	NÃO HÁ VIGENTE	ABRIL	R$ 40.000,00
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TELHAS TERMO ACUSTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CUTURA	RP- PREGÃO	NÃO HÁ VIGENTE	MAIO	R$ 300.000,00
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PORTAS E JANELAS DE VIDRO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CUTURA	RP- PREGÃO	NÃO HÁ VIGENTE	MAIO	R$ 50.000,00
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.	RP- PREGÃO	NÃO HÁ VIGENTE	JUNHO	R$ 100.000,00

4.10. PROCESSOS LICITATÓRIOS ESPECÍFICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Descrição do Objeto	Modalidade à ser adotada:	Licitação vigente até:	Previsão de Realização:	Estimativa de Gastos Anuais
VEICULACAO DE PUBLICACAO OFICIAL DO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT NO DIARIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA	RP- PREGÃO	22/04/2025	ABRIL	R$ 65.000,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E NO DIRECIONAMENTO JURIDICO TECNICO DA MUNICIPALIDADE.	INEXIGIBILIDADE	NÃO HA VIGENTE	MAIO	R$ 84.000,00

AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE TRÊS BANDEIRAS CONFECCIONADAS EM TECIDO NYLON 100% POLIESTER EM ESTAMPA DIGITAL DA MAIS ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA, DUPLA FACE COM REFORÇOS ANTI DESFIAMENTO E ILHOSES DE METAL PARA HASTEAR SENDO BRASIL, ESTADO E MUNICIPIO NOS TAMANHOS OFICIAIS CONFORME NORMAS DA ABNT 1,12X60 METROS (2.5 PANOS) ESTAMPADA E REFORÇADA.	DISPENSA DE LICITAÇÃO	NÃO HA VIGENTE	MAIO	R$ 14.500,00

5. CONCLUSÃO

Pretende-se com a elaboração e publicação do Plano Anual de Aquisições, proporcionar maior transparência nos processos licitatórios, de forma a possibilitar maior participação das empresas locais, tendo em vista que as mesmas poderão se antecipar ao planejamento necessário, e se prepararem para atendimento ás demandas do município.

Objetiva-se também melhorar o atendimento ás necessidades dos usuários, considerando a antecipação no planejamento para melhoria das aquisições pretendidas, minimizando os problemas decorrentes de aquisições ineficientes.

Busca-se o fortalecimento e aprimoramento das aquisições públicas, disponibilizando o presente documento no Portal da Prefeitura Municipal, para acesso ao público-alvo, oportunizando a todos o planejamento das compras para o ano corrente.

O presente documento está sujeito a adequação e alterações, e servirá com um instrumento norteador para aperfeiçoamento das aquisições desta municipalidade.

Peixoto de Azevedo - MT, 29 de abril de 2025.

NILMAR NUNES DE MIRANDA

PREFEITO MUNICIPAL

GREICY DAYANE WAIANDT DA SILVA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 041/2025.

DECRETO Nº 041, DE 28 DE ABRIL DE 2025.

"DECLARA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, O DIA QUE MENCIONA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando o Feriado Nacional do dia 1º de maio de 2025 (quinta-feira) consagrado a "*Dia do Trabalho*";

Considerando que o dia 02 de maio será sexta-feira próxima, entre o feriado nacional de 1º de maio "*Dia do Trabalho*" e o sábado.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado **Ponto Facultativo**, nos Órgãos da Administração Pública Municipal, o dia 02 de maio de 2025 (sexta-feira), com suspensão automática dos expedientes.

Art. 2º - O disposto no artigo anterior não se aplicará aos setores que prestam serviços essenciais, que manterão equipes permanentes de atendimento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 28 dias de abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1056, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1056, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio a Administração,** ao Servidor **ANTONIO JOSÉ ARAÚJO DOS SANTOS,** matrícula funcional nº 7425, admitido em 1º de Novembro de 2015, ocupante do cargo efetivo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "C/10"** para **Classe "D/10"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos por ter concluído 120 (cento e vinte) horas de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, I, "d", da Lei Complementar nº 49/2015 e Lei Complementar nº 002/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1055, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1055, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio A ADMINISTRAÇÃO,** a Servidora **MIRIAN DA CONCEIÇÃO SOUZA OLIVEIRA,** matrícula funcional nº 6869, admitida em 17 de Janeiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos por ter concluído Ensino Médio Completo, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 49/2015 e Lei Complementar nº 02/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1054, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1054, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio aAdministração,** ao Servidor **RAFAEL SILVA SANTOS,** matrícula funcional nº 6918, admitido em 08 de Fevereiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos, por ter concluído Ensino Médio Completo, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 49/2015 e Lei Complementar nº 02/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1053, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1053, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio a Administração,** a Servidora **CLEONIRA LOPES DE OLIVEIRA SOUSA FERREIRA,** matrícula funcional nº 7416, admitida em 1º de Setembro de 2015, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "C/10"** para **Classe "D/10"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos, por ter concluído 120 (cento e vinte) horas de cursos de aperfeiçoamento e qualificação, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, I, "d", da Lei Complementar nº 49/2015 e Lei Complementar nº 002/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1071, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1071, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Especialista em Saúde,** a Servidora **SILVIA REGINA LISBOA DO VALE,** matrícula funcional nº 6846, admitida em 11 de Janeiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de ES Enfermeiro 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de curso na área de sua atuação ou correlata a esta, por ter concluído Mestrado em Promoção de Saúde, Desenvolvimento Humano e Sociedade, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, V, e) Classe E, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1087, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1087, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio aAdministração,** ao Servidor **LUIZ CARLOS DE SOUZA,** matrícula funcional nº 6891, admitido em 08 de fevereiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos por ter concluído Ensino Médio Completo, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 49/2015 e Lei Complementar nº 02/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1052, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1052, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de ESPECIALISTA DA ADMINISTRAÇÃO,** ao Servidor **MARCOS ALEX DA SILVA ARAUJO,** matrícula funcional nº 7028, admitido em 10 de Janeiro de 2014, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social 40 Horas, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "C/11"** para **Classe "D/11"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos por ter concluído 02 (duas) Especialização de aperfeiçoamento e qualificação em Políticas Públicas e Serviço Social, em Gestão de Projetos Sociais com Famílias, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, IV, "d", da Lei Complementar nº 49/2015 e Lei Complementar nº 002/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1051, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1051, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de TÉCNICO DA ADMINISTRAÇÃO,** a Servidora **REGIANE MATOS DAVI,** matrícula funcional nº 6931, admitida em 19 de Fevereiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de cursos, por ter concluído Curso de Especialização em Administração Pública e Recursos Humanos, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, III, "e", da Lei Complementar nº 49/2015 e Lei Complementar nº 002/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1050, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1050, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de TÉCNICO DA ADMINISTRAÇÃO,** a Servidora **JULIANE SEMENSATE SILVA,** matrícula funcional nº 6930, admitida em 19 de Fevereiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos por ter concluído Curso de Especialização em Gestão e Administração Pública, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, III, "e", da Lei Complementar nº 49/2015 e Lei Complementar nº 002/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1088, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1088, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio a Administração,** ao Servidor **FRANCISCO SOARES FERREIRA,** matrícula funcional nº 6923, admitido em 08 de Fevereiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Cursos por ter concluído Ensino Médio Completo, nos termos do disposto no artigo 11, I, c/c § 1º e artigo 12, caput. c/c § 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 19/2015 e Lei Complementar nº 02/2005, que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 860, DE 27 DE MARÇO DE 2025.

PORTARIA Nº 860, DE 27 DE MARÇO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Adicional de 20,00 (vinte) Horas Aulas Excedentes,** aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, nos termos do disposto no artigo 144, parágrafo 7º, da Lei Complementar nº 16, de 11 de Maio de 2011.

Matricula	Nome	Cargo	Escola Municipal
9106	Adailson Silva	Professor	Vida e Esperança
8846	Angela Carbone	Professor	Vida e Esperança
8804	Daniela Costa Ferreira	Professor	Jardim das Flores
8794	Divaldina Mendes Ferreira	Professor	Dom Helder Câmara
8863	Ellis Vithoria de Souza	Professor	Creche Lucy Agner Gallo

9141	Gislaine da Cruz Dias	Professor	Dom Helder Câmara
5460	Joseana pereira Silva Muniz	Professor	Jardim das Flores
7130	Maria Aparecida da Silva	Professor	Cecilia Meireles
6882	Maria das Dores Costa Henrique	Professor	Cecilia Meireles
8800	Maria dos Reis de Sousa	Professor	Dom Helder Câmara
8837	Monalisa Juliane Mendes Guimaraes	Professor	Vida e Esperança
8812	Poliana Pereira da Silva	Professor	Jardim das Flores
6950	Reginaldo Leandro dos Santos	Professor	Vida e Esperança
9066	Rosimeire da Silva dos Santos	Professor	Paulo Freire
5482	Rosilene dos Santos Rodrigues	Professor	São Luiz
6631	Tania Regina Fernandes Bernardo Passos	Professor	Cecilia Meireles
6951	Tania Mara Ferreira Brandao Santos	Professor	Cecilia Meireles
8972	Vanderleia Ferreira da Rocha	Professor	Cecilia Meireles

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 27 de Março de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1109, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1109, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe,** a Servidora **CAROLINA RAFAELA VIEIRA DOS SANTOS,** matrícula funcional nº 7057, admitida em 22 de Abril de 2014, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ciências, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "C/4"** para **Classe "D/4"**, em virtude da obtenção de nova habilitação, por ter concluído o curso de Mestrado em Ciências Ambientais, promovida pela Universidade de Cuiabá do Estado de Mato Grosso - UNIC, alienada pela servidora e devidamente comprovada, nos termos do disposto no Artigo 72 da Lei Complementar 16, de 11 de Maio de 2011, que dispõe sobre a Restruturação do Estatuto, Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Básica Pública do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1° de abril de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025

No uso das atribuições legais a mim conferidas e em conformidade com o disposto no art. 75, Inciso II, da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 111, de 14 de dezembro de 2023 e demais normas aplicáveis, RATIFICO os atos da Dispensa de Licitação nº 004/2025.

OBJETO: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANENCIA PARASENHORA ALZIRA DOS SANTOS CAVALCANTE EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

CONTRATADA: Organização Amigos do meio Ambiente e do Ser Humano – OAMASH, inscrita no CNPJ nº 09.591.166/0001-02.

VALOR TOTAL: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Peixoto de Azevedo-MT, 28 de abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal, de Peixoto de Azevedo-MT

PORTARIA Nº 1115, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1115, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira Apoio a Saúde,** a Servidora **VILMA MOSCARDO DA SILVA,** matrícula funcional nº 1423, admitida em 02 de Setembro de 2002, ocupante do cargo efetivo de ASS Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "C/23"** para **Classe "D/23"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de curso, por ter concluído Ensino Fundamental Completo, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, d) Classe D, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 859, DE 27 DE MARÇO DE 2025.

PORTARIA Nº 859, DE 27 DE MARÇO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando o artigo 67, §1º e §2º da Lei complementar nº 03, de 26 de agosto de 2005;

Considerando o NR 16 Laudo de Periculosidade homologado através do Decreto nº 062, de 17 de julho de 2023, referente ao cargo Vigia, seus dados técnicos, bem como os ambientes e os riscos ocupacionais aos quais os empregados deste cargo estão expostos, previsto na página 16 do referido laudo.

R E S O L V E:

Art.1º. Conceder adicional de periculosidade**,** ao servidor ocupante do cargo de Vigia, pertencente a Secretaria Municipal de Assistencia Social, Trabalho e Cidadania e vinculado a Lei Complementar nº 02, de 26 de agosto de 2005, nos termos do disposto no artigo 67, §1º e §2º da Lei Complementar nº 03, de 26 de agosto de 2005, Decreto nº 062/2023 e página 16 do NR 16 Laudo de Periculosidade, abaixo a seguir:

Matrícula Funcional	Nome
7260	GEFERSON PEREIRA

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 25 de fevereiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 27 de Março de 2025.

NILMAR NUNES DE MIRANDA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 857, DE 27 DE MARÇO DE 2025.

PORTARIA Nº 857, DE 27 DE MARÇO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Relotar, o Servidor **ACASSIO CAVALCANTE,** matrícula funcional nº 7579, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração para Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em virtude de redistribuição de cargo para ajustamento de lotação em atendimento das necessidades dos serviços, nos termos do artigo 36, da Lei Complementar 003, de 26 de agosto de 2005, que dispõe, na forma da Constituição Federal, sobre alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de março de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 27 de Março de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 844, DE 25 DE MARÇO DE 2025.

PORTARIA Nº 844, DE 25 DE MARÇO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Relotar, o Servidor **ANDERLEI ALTMAYER,** matrícula funcional nº 7569, ocupante do cargo efetivo de Operador de Trator de Pneu, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio para Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em virtude de redistribuição de cargo para ajustamento de lotação em atendimento das necessidades dos serviços, nos termos do artigo 36, da Lei Complementar 003, de 26 de agosto de 2005, que dispõe, na forma da Constituição Federal, sobre alteração no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07 de março de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 25 de Março de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1067, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1067, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Apoio à Saúde,** a Servidora **ORISVANIA DE SOUSA BRANDAO BANHOS,** matrícula funcional nº 6845, admitida em 11 de Janeiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de ASS Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação de Curso, por ter concluído Ensino Médio Completo, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, II, e) Classe E, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2025 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA, CONF. ESPEC. NO TERMO DE REFERENCIA PARA SEREM UTILIZADOS M FUTURAS E EVENTUAIS EXECUÇÕES DOS SERVIÇOS NO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT, SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**". Sagrou-se vencedora a empresa ACPMF7 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.749.684/0001-60, com valor total de R$ 2.330.000,00 (Dois milhões, trezentos e trinta mil reais). Na fase de habilitação a concorrente atendeu ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão.

Peixoto de Azevedo-MT, 29 de abril de 2025.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro

PORTARIA Nº 1068, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1068, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Técnico em Saúde,** a Servidora **ARETUZA DE AQUINO MARQUES,** matrícula funcional nº 6813, admitida em 11 de Janeiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de TS Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "D/12"** para **Classe "E/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação, por ter concluído Curso Especialização em Nefrologia e Unidade de Terapia Intensiva, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, IV, e) Classe E, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril

de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1066, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 1066, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **NILMAR NUNES DE MIRANDA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - **Conceder Promoção de Classe dos Cargos da Carreira de Técnico em Saúde,** a Servidora **VANESSA PEREIRA DOS SANTOS,** matrícula funcional nº 6840, admitida em 11 de Janeiro de 2013, ocupante do cargo efetivo de TS Assistente Técnico Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, da **Classe "C/12"** para **Classe "D/12"**, em virtude da obtenção de nova habilitação, por ter concluído Curso Superior em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, alienada pela servidora e devidamente comprovada, nos termos do disposto no Capitulo III, Artigo 11, IV, d) Classe D, da Lei Complementar nº 19, de 05 de Abril de 2012, que dispõe sobre a Instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.292/2025.

LEI MUNICIPAL Nº 1.292, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recurso financeiro a Associação dos Acadêmicos de Peixoto de Azevedo - AAPA e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR NILMAR NUNES DE MIRANDA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º -Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar mensalmente a Associação dos Acadêmicos de Peixoto de Azevedo - AAPA, com CNPJ nº 27.350.349.0001-00, mediante convênio, recurso financeiro no valor de R$ 40.140,00 (quarenta mil e cento e quarenta reais), a fim de ser utilizado no transporte de acadêmicos que residem neste Munícipio até a instituição de ensino superior UNIFAMA, sediada na cidade de Guarantã do Norte-MT.

§1º - Apenas haverá o repasse, após a lavratura do respectivo instrumento, mediante aprovação do Plano de Trabalho.

§2º - A autorização do caput, limita-se ao repasse de 08 (oito) parcelas mensais durante o ano de 2025.

§3º - Caso não haja o atendimento pela associação dos acadêmicos que residam no Distrito de União do Norte, os repasses deverão ser imediatamente cancelados, sem possibilidade de repasse retroativos após a regularização.

§4º - A AAPA (Associação do Acadêmicos de Peixoto de Azevedo/MT), deverá prestar contas junto a Secretaria Municipal de Educação, após o último repasse.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 24 dias de abril de 2025.

Nilmar Nunes de Miranda

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

AVISO DE RESULTADO- PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 008-2025- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2025.

O Município de P. da Serra- MT, através da sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação **PE ELETRÔNICO nº 008/2025**, aberta no dia **09/04/2025** às **09:00** horas (Horário de Brasília). Sagraram-se vencedoras e habilitadas no certame as empresas,**GM EMBALAGENS LTDA,** CNPJ 52.505.574/0001-15,Valor total **R$ 44.462,12**(quarenta quatro mil quatrocentos sessenta dois reais e doze centavos),**CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUCOES FERRAMENTAS E EPI S LTDA**, CNPJ .37.853.101/0001-15, Valor total **R$11. 752,33**(onze mil setecentos cinquenta dois reais e trinta três centavos) e **SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA,** CNPJ 08.711.005/0001-34,Valor total **R$ 3.096,00** (três mil e noventa seis reais). **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO:** R$59.310,45**. ANNIELY OLIVEIRA DOS SANTOS MARQUES-PREGOEIRA.**

DECRETO Nº 019/2.025

Decreto nº 019/2.025

"Dispõe sobre a Concessão de Progressão Horizontal aos servidores municipais em conformidade com Lei no 399/2.012."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA, Estado de Mato de Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando os termos do art. 41, da Lei no 399/2012 que instituiu o Plano de Cargos e Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO ainda os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a PROGRESSÃO DE CLASSE para os servidores públicos municipais, conforme disposto abaixo:

MAT	SERVIDOR	CARGO	NIVEL	EFEITO FINANCEIRO
63	MARIA DIVINA SILVERIA DE ARAÚJO MELO	TÉCNICA DE ENFERMAGEM	C	01/04/2025
212	ETEVALDO PEREIRA DE MELO	VIGIA	E	01/04/2025

Art. 3o Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Planalto da Serra - MT, 25 de abril de 2025.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito de Planalto da Serra

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT AVISO DE LICITAÇÕES- PREGÃO ELETRÔNICO P/ REGISTRO DE PREÇOS. PROCESSO Nº 026/2025- PE 011/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

AVISO DE LICITAÇÕES- PREGÃO ELETRÔNICO P/ REGISTRO DE PREÇOS. PROCESSO Nº 026/2025- PE 011/2025.

O Município de P. da Serra- MT, torna público para conhecimento dos int., que fará Licitação na mod. de **PR ELETRÔNICO P/ REG. DE PREÇOS Nº 011/2025**, tendo como **OBJETO: REGISTRAR PREÇOSOBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A MANUTENÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE PLANALTO DA SERRA – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I,** parte integrante do edital, com realização prevista para**14/05/2025, ás 09:00 horas** (horário de Brasília). O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: **www.planaltodaserra.mt.gov.br e no site:** site: www.licitanet.com.br, sala de licitações, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, Tel: 66 3328-6101. **Email:** licitacao@planaltodaserra.mt.gov.br. **CLÁUDIA MÁRCIA S. RODRIGUES-AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

AVISO DE RESULTADO- PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009-2025- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2025.

O Município de P. da Serra- MT, através da sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação **PE ELETRÔNICO nº 009/2025**, aberta no dia **10/04/2025** às **09:00** horas (Horário de Brasília). Sagrou-se vencedora e habilitada no certame a empresa,**EMPREENDIMENTO DE TELECOMUNICAÇÃO BRASIL LTDA,** CNPJ .20. 184.489/0001-06,Valor total **R$ 32.000,00**(trinta dois mil reais). **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO:** R$ 32.000,00 **. ANNIELY OLIVEIRA DOS SANTOS MARQUES-PREGOEIRA.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 059/2025

CONTRATO N° 059/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 002/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

CNPJ: 33.000670/0001-67

CONTRATADA: EUCIONE RODRIGUES DA CUNHA

CNPJ: 40.866.943.0001-16

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R$ 300.010,20 (TREZENTOS MIL DEZ REAIS E VINTE CENTAVOS).

DATA DA ASSINATURA: 28 DE ABRIL DE 2025

VIGÊNCIA: 08/04/2025 A 31/12/2025

ADELCINO FRANCISCO LOPO

PREFEITO MUNICIPAL

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL N.º 1319/2025

LEI MUNICIPAL N.º 1319/2025 DE 29 DE ABRIL DE 2025

*"*Autoriza a doação de premiação de bingo de inauguração da Feira em praça próximo ao Parque Turístico dos Garimpeiros, e dá outras providências.*"*

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar os valores da premiação de bingo de inauguração da Feira na praça próximo ao Parque Turístico dos Garimpeiros em Pontal do Araguaia, com a participação de todos os presentes na Feira do dia 29 de abril de 2025, inclusive os feirantes:

Premiação de R$ 500,00 (quinhentos reais) para quem completar uma linha horizontal ou vertical da cartela;

Premiação de R$ 500,00 (quinhentos reais) para quem completar uma linha horizontal ou vertical da cartela;

Premiação de R$ 1.000, para quem completar uma linha horizontal ou vertical da cartela;

Premiação de R$ 1.000, para quem completar uma linha horizontal ou vertical da cartela;

Premiação de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para quem completar cartela fechada;

Total de premiação: R$ 5.000,00

Art. 2º - As despesas oriundas da presente Lei, serão cobertas pela dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Administração e Finanças: 04.01.04.123.5020.2006.3.3.90.41 – Contribuições.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia/MT, 29 de Abril de 2025.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 06/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 17/2025

Artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

O Sr. Clayton Parreira da Silva, Prefeito Municipal Interino no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO, AUDJUDICO E HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2025, nos termos descritos abaixo:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALISTA EM CONSULTORIA E ASSESSORIA NA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA E EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO SUS, em favor da empresa **K. V. MARTINS LTDA** devidamente inscrita no CNPJ sob nº **CNPJ sob nº 41.541.122/0001-72**, com valor total de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

A homologação da presente Dispensa de Licitação é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei n.º 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei.

A empresa fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação no Diário Oficial, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei n.º 14.133/2021.

Ponte Branca, 29 de abril de 2025.

_____

Clayton Parreira da Silva

Prefeito Municipal Interino

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE EXONERÇÃO

PORTARIA Nº 067/RH/2025.

"Exonera servidor e dá outras disposições.

O Senhor **CLAYTON PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Interino Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a Sr. ° **CAIRO ROBERTO DA SILVA, inscrito no CPF458.536.061-15ocupante** do cargo em comissão SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMISTRACAO no Município de Ponte Branca.

Art. 2º - Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, em 29 de abril de 2025.

CLAYTON PARREIRA DA SILVA

Prefeito Interino Municipal

de Ponte Branca - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 52 2025

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 52/2025 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMEMTO PUBLICO nº 01/2024-PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 161/2024 – NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO), que entre si celebram a Prefeitura de Porto Alegre do Norte/MT - CNPJ sob o nº 03.238.672/0001-28 e a pessoa física SALUSMÁRIO RODRIGUES GUIMARÃES DA SILVA, portador(a) do RG nº 16937058 expedida em SSP MT, CPF nº 006.676.701-65. OBJETO: AUDIO VISUAL – VIDEO CLIPE.

Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 10.000,00 (Dez mil reais).

O prazo de vigência do Contrato de 16/04/2025 até 31/10/2025.

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 53 2025

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 53/2025 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMEMTO PUBLICO nº 01/2024-PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 161/2024 – NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO), que entre si celebram a Prefeitura de Porto Alegre do Norte/MT - CNPJ sob o nº 03.238.672/0001-28 e a pessoa física JOYCE NASCIMENTO BRAGA, portador(a) do RG nº 4780827 expedida em DGPC-GO, CPF nº 014.769.331-46. OBJETO: DEMANDAS LIVRES.

Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 9.908,26 (Nove mil, novecentos e oito reais e vinte seis centavos).

O prazo de vigência do Contrato de 16/04/2025 até 31/10/2025.

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO – MT, torna público A RETIFICAÇÃO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 03/2025, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso página 557, edição 4.724 do dia 28 de Abril de 2025 e Jornal Diário do Estado do Mato Grosso, pagina 05, classificados do dia 26 de abril de 2025. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇÃO E FORNECER SISTEMA INFORMATIZADO PARA GESTÃO LABORATORIAL.Onde se lê: Data: 28/04/2025 a 30/04/2025.Leia-se: Data 02/05/2025 a 06/05/2025Porto Esperidião – MT, 29 de abril de 2025. Wolf F. de Campos Santos – Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO MUNICIPAL Nº028/2025 "DISPOE SOBRE REAJUSTE ANUAL DE TAXAS MUNICIPAL REFERENTES A SERVIÇO COM MAQUINAS PESADAS E PATRULHA MECANIZADA EM IMOVEIS DE PROPRIEDADES PARTICULARES.

MARCIO RODRIGUES DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o artigo 9° da lei 587/2017.;

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustada as taxas municipais referentes a serviço com maquinas pesadas e patrulha mecanizada em imóveis de propriedades particulares, autorizado através do artigo 9° da lei municipal 587/2017, anexo I e II, passando os novos valores conforme abaixo:

Paragrafo Único – Os valores atualizados através deste foram mediante a aplicação do percentual da infração do período de Janeiro 2024 a Dezembro de 2024, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, correspondente 4,767940 %.

ANEXO I

Tabela de Taxa (Atividades Especificas)

Atividades	Horas/Ano Até 5 horas	Limitação/ano-Horas/ Cargas
Suinocultura Avicultura Bovinocultura de Leite e/ou de Corte Piscicultura Ovinocultura Caprinos Equinos Apicultura	- Caminhão - Máquinas	R$86,87 R$86,87

ANEXO II

Tabela de Taxas de Horas-Máquinas e ou Serviços Executados Perímetro

URBANO e Zona RURAL – (exceto os casos especiais)

Maquinário ou serviço prestado	*Valor da Taxa*	*Unidade (1)*	*Limitação/ ano Horas/ Cargas*
Caminhão Basculante ``toco´´ - deslocamento até 10 km a partir do Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal.	*R$86,87*	*Carga*	*20*
Caminhão Basculante ``toco´´ - deslocamento até 10 km a partir do Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal.	*R$86,87*	*Carga*	*20*
Carregadeira	*R$144,79*	*Hora*	*20*
Cargas de brita – caminhão ``truck´.	*R$144,79*	*Carga*	*10*
Cargas de brita – caminhão ``toco´´.	*R$86,87*	*Carga*	*10*
Cargas de terra/cascalho - caminhão	*R$86,87*	*Carga*	*25*
Carga de terra/cascalho – caminhão ``truck´´	*R$86,87*	*Carga*	*25*
Deslocamento de caminhão basculante ``toco´´ e ``truck´´ - superior a 10km do Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal	*R$4,35*	*Km*	*-*
Escavadeira hidráulica	*R$289,58*	*Hora*	*20*
Motoniveladora	*R$144,79*	*Hora*	*20*
Retroescavadeira	*R$289,58*	*Hora*	*20*
Trator de esteira	*R$289,58*	*Hora*	*20*

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto Estrela –MT, 29 de Abril de 2025

MARCIO RODRIGUES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

Concorrência nº 001/2025.

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela - MT, através da Comissão de Contratação, com a autorização do Prefeito Municipal, faz saber a todos os interessados que a abertura da concorrência visando a contratação de empresa para retomada da construção de Escola Infantil Tipo C, considerando a Portaria nº 1.233/2024/GS/SEDUC/MT, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital, em consonância com a Lei Federal 14. 133/21, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, que aconteceria no dia 08 de maio de 2025, às 09:00h (horário de local), **em virtude da não observância do feriado do dia 01/05/2025 e ponto facultativo do dia 02/05/2025, fica adiado para acontecer no dia 13 de maio de 2025, às 09:00h (horário de local),** presencialmenteno Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Porto Estrela - MT, o edital completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtidas por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de expediente.

Porto Estrela – MT, 29 de Abril de 2025.

Vinícius Ignacio de Borja Santos

Presidente da Comissão de Contratação – Substituto

Portaria Nº 155/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 190/2025.

EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 190/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO: W.D SERVICOS TERRAPLANAGEM LTDA

CNPJ/CPF: Sob o n°.56.660.960/0001-32

OBJETO DO CONTRATO: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO HORAS MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E DE CAMINHÃO CAÇAMBA.

DATA DO CONTRATO: 29 de abril de 2025.

PUBLICAÇÃO: Abril de 2025.

PRAZO DO CONTRATO: 29 de abril de 2026.

VALOR DO CONTRATO: R$ 61.220,00 (Sessenta E Um Mil, Duzentos E Vinte Reais)

PROCESSO LICITATÓRIO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 027/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2025.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 29 de abril de 2025.

VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU

Prefeito Municipal

ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO

O MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS, estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob. o nº. 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke, 19, centro, neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**, portador do RG nº. 1173531-7 SSP/MT e CPF n.º 893.514.361-87, residente e domiciliado na Rua Minervino Cecilio dos Santos, s/n°, Centro, CEP 78. 560-000, município de Porto dos Gaúchos/MT, no uso de suas atribuições legais, expede:

Onde fica autorizada a Empresa **A.S. RODRIGUES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, CNPJ Sob n° 52.427.896/0001-93, representada pelo senhor Douglas Matos Mendes, conforme lhe fora adjudicado;

>>> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO MUNCK E CAMINHÃO CESTO AÉREO LINHA VIVA, COM MOTORISTA (OPERADOR) E ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO APTO TRABALHO COM REDES ENERGIZADAS.

>> Valor Total: R$: 614.995,00 (Seiscentos e quatorze mil, novecentos e noventa e cinco reais).

Referente ao Contrato nº. 180/2025, Processo Licitatório n°. 020/2025 – Dispensa de Licitação 035/2024, cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO MUNCK E CAMINHÃO CESTO AÉREO LINHA VIVA, COM MOTORISTA (OPERADOR) E ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO APTO TRABALHO COM REDES ENERGIZADAS,A DAR INÍCIO IMEDIATO** na execução do objeto do referido certame.

A presente Ordem de Serviço tem caráter legal e imediato de modo que a Lei e os interesses públicos devem ser efetivamente cumpridos, nos ter-

mos do referido Edital, consoante com as Leis Federais nº. 14.133/21 e n°. 10.520/02 com suas Alterações;

A expedição desta Ordem de Serviço é decorrente da adjudicação e homologação do mesmo certame;

Juntamente com esta Ordem de Serviço, será apresentado o empenho das despesas aqui ordenadas nos termos do referido Edital;

Por fim, a empresa deverá informar à fiscalização a data de início para o devido acompanhamento do objeto, tendo em vista a forma de pagamento sobre a prestação de serviços. O não informe à fiscalização quanto a data de início pode implicar na não aceitação do quantitativo de horas trabalhadas, bem como, o não pagamento destas;

Porto dos Gaúchos/MT, 28 de abril de 2025.

VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU **Prefeito Municipal** **CPF** 893.514.361.87	**A.S. RODRIGUES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA** Amanda Rodrigues Santana CNPJ n°. 52.427.896/0001-93

NOTIFICAÇÃO 001 CONTRATO 199/2024

NOTIFICAÇÃO 001

CONTRATO 199/2024

1. DO CONTRATANTE E CONTRATADA:

O MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS - MT, entidade de direito público, estabelecido com sede na Praça Leopoldina Wilke, nº 19, Centro, Porto dos Gaúchos - MT, neste ato presentado pelo fiscal de obra Sra. Erika Lilyan Guebara Campos, considerando visita técnica realizada em obra já finalizada em 12/08/2024, vem por meio desta **NOTIFICAR** a empresa **EDUARDO DA SILVA FERNANDES LTDA, CNPJ Sob o n°. 22.303.601/0001-06**, representada pelo senhor Eduardo da Silva Fernandes**,** inscrita no **CPF sob o nº. 887.558.945-34**, portador da **Cédula de Identidade** nº. 6683003 PC/PA, sediada Na Av Mirante Do Lago, Nº 290, Bairro Mirante Do Lago, No Município De Alta Floresta Estado De Mato De Grosso - MT, por inconsistências na execução da obra de Construção da Praça no bairro Jardim Amazonas, de Porto dos Gaúchos.

2. DAS INCONSITÊNCIAS:

Após vários meses de chuvas intensas no começo do ano de 2025 (janeiro, fevereiro e março), a terraplanagem foi entregue a empresa executora na data de 11 de abril de 2025. Foi avisado via telefone, assim como, comunicado pessoalmente para equipe da execução da obra ao lado, que é da mesma empresa (Vigilância em Saúde), que poderiam iniciar os serviços. O proprietário da obra assegurou que seriam enviados novos trabalhadores e que essa nova obra não reduziria a força de trabalho da obra em andamento. Entretanto, após quase 20 dias da liberado o canteiro, nenhum serviço foi inciado.

3. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Conforme o contrato administrativo em questão, **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DA OBRA:**

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - *Aceita a obra definitiva pela* ***CONTRATANTE****, a responsabilidade da* ***CONTRATADA*** *subsiste na forma do Art. 618 do Código Civil, ou seja, que o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais como do solo.*

4. DOS ANEXOS:

Imagem 1 – Imagem do dia que foi entregue, dia 11/04/25.	*Imagem 2 – Imagem do dia que foi entregue, dia 11/04/25.*
Imagem 3 – Imagem do dia que foi entregue, dia 11/04/25.	*Imagem 4 – Imagem do dia que foi entregue, dia 22/04/25.*
Imagem 5 – Imagem do dia que foi entregue, dia 29/04/25.	*Imagem 6 – Imagem do dia que foi entregue, dia 29/04/25.*

5. CONCLUSÃO:

Ante ao exposto, **solicita-se que a empresa justifique o motivo de ainda não ter inciado os serviços, bem como, não ter mandado nenhuma equipe para o canteiro.** Solicita-se também que, **a mesma informe a data para o início imediato dos serviços**, visando não prejudicar ainda mais o andamento da obra e conseguir recuperar o tempo do cronograma.

Porto dos Gaúchos, 29 de abril de 2024.

_____

ERIKA LILYAN GUEBARA CAMPOS

Eng. Civil e de Seg. do Trabalho - CREA MT 42161

Fiscal de Obras - Portaria nº 287-12/06/23.

EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 189/2025.

EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 189/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO: W.D SERVICOS TERRAPLANAGEM LTDA

CNPJ/CPF: Sob o n°.56.660.960/0001-32

OBJETO DO CONTRATO: **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE LOCAÇÃO DE UM TANQUE PARA ARMAZENAMENTO DE EMULSÃO ASFÁLTICA.**

DATA DO CONTRATO: 29 de abril de 2025.

PUBLICAÇÃO: Abril de 2025.

PRAZO DO CONTRATO: 29 de abril de 2026.

VALOR DO CONTRATO: R$ 62.700,00 (Sessenta E Dois Mil E Setecentos Reais)

PROCESSO LICITATÓRIO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2025 e DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/2025

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 29 de abril de 2025.

VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.258/2025

DE 29 de Abril de 2025

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências"

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, **PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT,** no uso de suas atribuições legais, e ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, com inclusão de fontes de recursos, por decreto até o valor total de R$ 362.900,00 (Trezentos e Sessenta e Dois Mil e Novecentos Reais), no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT no exercício de 2025.

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Assistência Social 06

UNIDADE: Secretaria Municipal de Assistência Social..... 001

FUNÇÃO: Assistência Social 08

SUB FUNÇÃO: Administração Geral..... 122

PROGRAMA: Apoio Administrativo Secretaria Municipal de Assistência Social..... 0024

PROJ/ATIV: Construção de Um Novo CRAS 2822

ELEMENTO DE DESPESA:

Obras e Instalações: 4490.51.00.00.00 red.321..... ..... R$ 362.900,00

Fonte de Recurso: 1.665.000000 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados à Assistência Social..... ..... R$ 362.900,00

TOTAL ADICIONADO..... .. R$ 362.900,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação na forma do art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4320/64.

Art. 3º As alterações constantes do art. 1º desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 939/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e suas alterações, e a Lei Municipal nº 1228/2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 - LDO.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 29 de Abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 054/2025

DE 29 de Abril de 2025

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências"

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, **PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT,** no uso de suas atribuições legais, e ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, com inclusão de fontes de recursos, por decreto até o valor total de R$ 362.900,00 (Trezentos e Sessenta e Dois Mil e Novecentos Reais), no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT no exercício de 2025.

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Assistência Social 06

UNIDADE: Secretaria Municipal de Assistência Social..... 001

FUNÇÃO: Assistência Social 08

SUB FUNÇÃO: Administração Geral..... 122

PROGRAMA: Apoio Administrativo Secretaria Municipal de Assistência Social..... 0024

PROJ/ATIV: Construção de Um Novo CRAS 2822

ELEMENTO DE DESPESA:

Obras e Instalações: 4490.51.00.00.00 red.321..... ..... R$ 362.900,00

Fonte de Recurso: 1.665.000000 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados à Assistência Social..... ..... R$ 362.900,00

TOTAL ADICIONADO..... .... R$ 362.900,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação na forma do art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4320/64.

Art. 3º As alterações constantes do art. 1º deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 939/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e suas alterações, e a Lei Municipal nº 1228/2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 - LDO.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito em, 29 de Abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 034

A Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT CONVOCA os candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2024, para comparecerem no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste edital, no Paço Municipal da Prefeitura de Porto dos Gaúchos - MT apresentando os documentos de habilitação relacionados no Anexo I, e realizar exame médico admissional, a fim de serem contratados nos respectivos cargos no prazo acima estabelecido:

Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato convocado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar os requisitos exigidos através da documentação solicitada e/ou considerado inapto no exame admissional, podendo a Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL "E" - AUXILIAR DE SALA

LOCAL: CRECHE MUNICIPAL PEQUENO PRINCIPE

INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO	TOTAL
249	ANA PAULA DOS SANTOS	CLASSIFICADO	74,0

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 29 de Abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO

v **(CÓPIA LEGÍVEL)**

Ø CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG).

Ø CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF).

Ø TÍTULO DE ELEITOR

Ø CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO

Ø CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF) DO CÔNJUGE

Ø CARTEIRA DE TRABALHO

Ø PIS OU PASEP

Ø COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE EXIGIDO PELA FUNÇÃO (HISTÓRICO ESCOLAR E CERTIFICADO/DIPLOMA)

Ø COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

Ø CERTIDÃO DE NASCIMENTO E CPF DOS DEPENDENTES

Ø FILHO MENOR DE 06 ANOS (CARTEIRA DE VACINA) E FILHO ENTRE 7 E 14 ANOS (DECLARAÇÃO DE FREQUENCIA ESCOLAR) PARA VALORES DENTRO DO LIMITE PARA SALARIO FAMILIA.

v **OBRIGATÓRIO PARA O SEXO MASCULINO**

Ø CERTIFICADO DE RESERVISTA – OU ALISTAMENTO MILITAR

v **OBRIGATÓRIO PARA O CARGO DE MOTORISTA E OPERADORES**

Ø CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO.

v **OBRIGATÓRIO PARA PROFISSIONAL LIBERAL.**

Ø CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA DO RESPECTIVO CONSELHO

Ø DOCUMENTO COMPROBATORIO DO RESPECTIVO CONSELHO

v **(ORIGINAIS)**

Ø CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS. (https://sec.tjmt.jus.br/) – 1º e 2º grau de todos estados que residiu nos últimos 05 (cinco)anos

Ø CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL (https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral)

Ø DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Ø DECLARAÇÃO DE NÂO ACUMULO DE CARGO PÚBLICO

Ø CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS MUNICIPAIS (setor de tributação de PORTO DOS GAUCHOS)

Ø ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL (agendar no RH da prefeitura de PORTO DOS GAUCHOS)

v **(INFORMAR)** Ø EMAIL Ø NUMERO DE TELEFONE PARA CONTATO Ø DADOS BANCARIOS/PIX

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

PROCESSO LICITATÓRIO N° 33/2025

REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2025

O Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.408.911/0001-40, com sede à Avenida Brasília, n.º 809, bairro Jardim das Américas, em Poxoréu/MT,CEP: 78.800-000,por intermédio da Secretaria Municipal De Administração, através de sua Agente de Contratação, designada pela portaria Nº 163, de 19 de fevereiro de 2024, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO ELETRONICO**, em conformidade com a Lei n.º 14.133/2021, a Lei n° 13.709 (Lei Geral De Proteção De Dados - LGPD), Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, o Decreto Municipal n.º 104, de 14 de dezembro de 2023, Decreto n° 109/2023, de 14 de dezembro de 2023 e demais atos normativos aplicáveis, e, ainda, de acordo com as disposições estabelecidas no Edital e em seus anexos, e tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, A FIM DE PRESTAR UMA SAÚDE QUALIFICADA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E AGENCIAMENTO DE EXAMES DE LABORATÓRIO PARA ATENDER O PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**

Data da abertura da sessão pública: 15 de maio de 2025

Horário: 09:00 horas – (horário de Brasília)

Endereço: LICITANET – Licitações On-line (www.licitanet.com.br)

Encaminhamento da proposta e anexos: a partir da data de divulgação do Edital na LICITANET – Licitações On-line, até a data e horário da abertura da sessão pública.

Poxoréu-MT, 29 de abril de 2025.

ANDRESSA SOARES BARBOSA

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 30/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 08/2025

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.**

CONTRATADA: **40.451.481 OLINDINA RODRIGUES DE MELO VIEIRA**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE TROFÉU PERSONALIZADO COM DESIGNER EXCLUSIVO DE MADEIRA E DETALHAMENTO EM SEMENTES COM FORMATO DE VIOLA MOLDADO NA MANDALA PARA ATENDER AO 21° ENCONTRO DE VIOLEIROS, DEMANDADO PELA SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO.

VALOR: R$ 10.000,00 (dez mil reais)

VIGÊNCIA: **12 meses**

DATA: **28 de abril de 2025**

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA

PREFEITO DE POXORÉU

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

CNPJ: 03.408.911/0001-40

CONTRATADA: BARANJAK PRESTACAO DE SERVICOS DE SOM E ILUMINACAO LTDA, inscrita no **CNPJ:** 33.672.940/0001-86

Ata De Registro De Preços N° 10/2025

VALOR GLOBAL REGISTRADO: R$ 164.940,00(cento e sessenta e quanto mil, novecentos e quarenta reais);

CONTRATADA: JOAO DONIZETE AUGUSTO FERREIRA, inscrita no CNPJ: 10.545.758/0001- 69

Ata De Registro De Preços N° 10/2025

VALOR GLOBAL REGISTRADO: R$ 20.790,00 (vinte mil, setecentos e noventa reais);

CONTRATADA: L R PIAZZA LTDA, inscrita no CNPJ: 23.378.084/0001-05

Ata De Registro De Preços N° 10/2025

VALOR GLOBAL REGISTRADO: R$ 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais);

CONTRATADA: ECOTUR CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ: 46.696.873/0001-81

Ata De Registro De Preços N° 10/2025

VALOR GLOBAL REGISTRADO: R$ 121.850,00 (cento e vinte e um mil, oitocentos e cinquenta reais);

OBJETO: FORNECIMENTO DE TODA A ESTRUTURA TÉCNICA NECESSÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO 21° ENCONTRO NACIONAL DE VIOLEIROS, SENDO A LICITAÇÃO ESPECÍFICA PARA ATENDER IN-

TEGRALMENTE À ESTRUTURA DO PALCO PRINCIPAL E DA CONCHA ACUSTICA. ESTÃO INCLUÍDOS NESTE ESCOPO OS SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL, FORNECIMENTO DE PAINEL DE LED, MONTAGEM DE PALCO COM COBERTURA, MÁSCARA, PÓRTICO, BARRICADAS DE CONTENÇÃO E TAPUMES, BEM COMO A ESTRUTURAÇÃO DE CAMARINS ADEQUADOS PARA OS ARTISTAS NACIONAIS, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS ESTABELECIDAS NOS RIDERS DOS CONTRATADOS.

DATA DA ASSINATURA: 29 de abril de 2025;

VALIDADE: 12 DE MESES.

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA

PREFEITO DE POXORÉU

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025

Homologo e Adjudico a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento Licitatório do Pregão Eletrônico Nº 10/2025, de 23 de abril 2025, com o resultado em favor da empresa: **BARANJAK PRESTACAO DE SERVICOS DE SOM E ILUMINACAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **33.672.940/0001-86** e **VALOR GLOBAL REGISTRADO: R$164.940,00** (cento e sessenta e quanto mil, novecentos e quarenta reais); **JOAO DONIZETE AUGUSTO FERREIRA**, inscrita no CNPJ sob nº **10.545.758/0001- 69** e **VALOR GLOBAL REGISTRADO: R$ 20.790,00** (vinte mil, setecentos e noventa reais); **L R PIAZZA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **23.378.084/0001-05** e **VALOR GLOBAL REGISTRADO: R$ 33.300,00** (trinta e três mil e trezentos reais); **ECOTUR CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **46.696.873/0001-81** e **VALOR GLOBAL REGISTRADO: R$ 121.850,00** (cento e vinte e um mil, oitocentos e cinquenta reais).

E autorizando a Coordenadoria de Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

Poxoréu-MT, 29 de abril de 2025.

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇAO Nº 08/2025

Homologo e Adjudico a licitação levada a efeito pela Comissão de Contratação de Licitação, referente ao procedimento Licitatório da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇAO Nº 02/2025, de 13 de fevereiro de 2025, com o resultado em favor da empresa: **40.451.481 OLINDINA RODRIGUES DE MELO VIEIRA,** inscrita no CNPJ Nº 40.451.481/0001-76, com a sua Proposta no valor Global de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

E autorizando a Coordenadoria Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXOREU, 28 de abril 2025.

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 315, DE 23 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 315, DE 23 DE ABRIL DE 2025.

Designa a servidora para a função de Fiscal de Contrato/Registro de Preços, na forma que menciona.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE POXOREU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 113, incisos II, alínea “c” da Lei Orgânica do Município e observando a Lei Federal 14.133/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a abertura de processo licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, para **Registro de Preços** visando à **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames laboratoriais**.

§1º O objetivo é atender às necessidades dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na promoção de uma saúde pública qualificada e eficiente.

§2º Os serviços contratados também atenderão a **demanda do Pronto Atendimento Municipal**, com prioridade para casos de **urgência** e situações emergenciais que requeiram agilidade nos diagnósticos laboratoriais.

Art. 2º A contratação abrangerá o **agenciamento de exames laboratoriais**, com abrangência conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que integrará o edital do Pregão Eletrônico.

Art. 3º A modalidade adotada será o **Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019, e subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, conforme legislação vigente.

Art. 4º Fica designada a servidora **Anna Paula de Oliveira Carvalho** com a matrícula 4767, com o Cargo de **ATENDENTE DE PSF**, lotada na Secretaria De Saúde, como **fiscal do contrato**, nos termos da legislação pertinente, para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, devendo atentar-se à fiel observância das cláusulas contratuais e ao interesse público.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 23 de Abril de 2025

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
DECRETO Nº. 2.931/2025 DE 14 DE ABRIL DE 2025.

Corrobora a Substituição dos membros do Conselho Municipal de Turismo de Querência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n° 1.366/2021, de 12 de julho de 2021.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam Substituídos os membros do Conselho Municipal do Turismo Querência, referente ao período 25 de Fevereiro de 2025 a 24 de Fevereiro de 2028, consoante membros abaixo relacionados:

Titular da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer:

Titular: Mônica Carrasco Tonollo

Suplente: Leandra Roberta Brum Stefanello

Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Eliézio Dias da Silva

Suplente: Daiane Rosa Machado

Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Tecnologia

Titular – Luana do Prado Wegner

Suplente: Cidalia Pollyana Abreu Pereira

Titular – Tavila Garcia de Oliveira

Suplente: Elaine Mendes Pereira

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Reforma Agrária

Titular – Willismar Lima Marques

Suplente: Luquezio de Oliveira

Aceq:

Titular – Rafael Yuri Mendes Soares

Suplente: Murilo Vieira Silva

Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Anajara Leilane da Costa Tolomini

Suplente: Edson Moreira Silva

Sindicato Rural

Titular: Arlene Araujo Lima

Suplente: Maria de Fatima Costa da Conceição

Parque Indígena:

Titular: Arakuni Kalapalo

Suplente: Sikan Kalapalo

CTG

Titular: José Antônio Santini

Suplente: Bruna Santini

ROTARY

Titular: Simone Pires Camargo

Suplente: Diovani Rosilei Fritzen

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TITULAR – Driana Capellesso

SUPLENTE – Claudia Aparecida Costa Santos

Art. 2°. As atribuições dos Membros nomeados, são as estabelecidas na Legislação Municipal pertinente em vigor, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as reuniões e de mais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Querência - MT, 14 de abril de 2025.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 08/2025

Processo Administrativo nº 52/2025

Torna-se público que Prefeitura Municipal de Querência – MT, por meio do Setor de Licitações, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicáveis.

Tipo: "MENOR PREÇO POR ITEM"

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de telefonia fixa, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

SESSÃO PÚBLICA

Dia: 07 de maio de 2025

Hora: 08:00 horas (Horário de Brasília – DF)

Site: www.licitanet.com.br

Início do recebimento das propostas: A partir da publicação

Fim de recebimento da proposta: 07:59h do dia 07 de maio de 2025.

LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL

Dias: Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente)

Horários: Das 07:00 às 13:00 – Horário local.

Local: Av. Cuiabá, 335, Setor C – Querência – MT (Sala do Setor de Licitações)

RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET

Retire o Edital acessando a página http://www.querencia.mt.gov.br, local "LICITAÇÕES" ou site www.licitanet.com.br

Querência-MT, 29 de abril de 2025

_____

Kamilla Vicente do Nascimento

Agente de Contratação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço Nº:	**22/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	GOMES COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA-ME 11607429000168
Valor Global:	**R$ 11.200,00**
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**
Ata de Registro de Preço Nº:	**23/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	M. VEZARO 10851981000134
Valor Global:	64.721,10
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**
Ata de Registro de Preço Nº:	**24/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	MSB COMERCIO E SERVICOS LTDA 08257279000103
Valor Global:	76.007,70
Modalidade:	**Pregão eletrônico 003/2025**
Ata de Registro de Preço Nº:	**25/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	**MATEUS ALBERTO DAMBROS LTDA**
CNPJ:	36662599000176
Valor Global:	141.728,00

Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**
Ata de Registro de Preço Nº:	**26/2025**

Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	**OLMI INFORMATICA LTDA**
Valor Global:	**R$ 145.851,00**
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**
Ata de Registro de Preço Nº:	**27/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	DELTA DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA 45853627000123
Valor Global:	8.456,00
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**
Ata de Registro de Preço Nº:	**28/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA 10210196000100
Valor Global:	104.373,00
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**
Ata de Registro de Preço Nº:	**29/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	EXCLUSIVE COMERCIO LTDA 47034949000176
Valor Global:	30.305,00
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**

Ata de Registro de Preço Nº:	**30/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	GADITA COMERCIO DE PRODUTOS PERMANENTES E DE CONSUMOS LTDA 35231746000190
Valor Global:	467,50
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**
Ata de Registro de Preço Nº:	**31/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	COMERCIAL H10 LTDA 29106685000137
Valor Global:	15.210,00
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**
Ata de Registro de Preço Nº:	**32/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	L N CASTAGNARO LTDA
Valor Global:	**R$ 37.903,00**
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**
Ata de Registro de Preço Nº:	**33/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	PERFIL DIGITAL COMERCIO E SERVICOS LTDA 12534895000123
Valor Global:	17.500,00
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**
Ata de Registro de Preço Nº:	**34/2025**

Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	PROSPER COMERCIO LTDA 51854742000115
Valor Global:	56.756,90
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**
Ata de Registro de Preço Nº:	**35/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	ORBE SOLUCOES LTDA 49814976000197
Valor Global:	86.415,00
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**
Ata de Registro de Preço Nº:	**36/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA 53867026000106
Valor Global:	107.800,00
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**

Ata de Registro de Preço Nº:	**37/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA 55935697000184
Valor Global:	48.740,00
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**
Ata de Registro de Preço Nº:	**38/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	RAVELLO INFORMATICA LTDA 55042855000177
Valor Global:	45.420,00
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**

Ata de Registro de Preço Nº:	**39/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	42.412.303 KETLEYN LORRAINE DIAS COSTA
Valor Global:	112.502,00
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**
Ata de Registro de Preço Nº:	**40/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	SEVENTEC COMERCIO LTDA 08784976000295
Valor Global:	8.020,00
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**

Ata de Registro de Preço Nº:	**41/2025**
Objeto:	**Pregão Eletrônico para o Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Equipamento de Informática e Periféricos, para uso das diversas Secretarias do Município de Querência – MT**
Contratada:	LAPTOP COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA 34770156000173
Valor Global:	5.680,00
Modalidade:	**Pregão eletrônico 004/2025**

Querência MT 29 de abril de 2025

Gilmar Reinoldo Wentz Prefeito Municipal

5º ADT AO CONTRATO Nº 48/2020

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 048/2020 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA E PELA EMPRESA ANALI CAVALCANTE DA SILVA, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS E ASSESSORIA NA ÁREA CONTÁBIL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO DE VALOR do Contrato firmado entre as partes em 13 de agosto de 2020, nos termos previstos em sua Cláusula Segunda.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS

3.1O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas, é R$ 22. 843,48 (vinte e dois mil oitocentos e quarenta e três reais e quarenta e oito centavos), que será pago em 04 (quatro) parcelas mensais no valor de R$ 5.710,87 **(cinco mil setecentos e dez reais e oitenta e sete centavos). Que correspondem ao acréscimo de 25%**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA

As despesas decorrentes deste Termo Aditivo contratual estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão: 05 - SEC.MUNIC.DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULTURA

Unidade: 001 - GAB.SEC.MUN.DE EDUCAÇÃO,DESPORTO, LAZER E CULTURA

Projeto: 04.122.0003.20099 FÓRUM MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Elemento de despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

Código reduzido: 119

Querência-MT, 28 de abril de 2025.

PREFEITO MUNICIPAL

GILMAR REINOLDO WENTZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
DECRETO Nº. 2.933/2025 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

PONTO FACULTATIVO

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1° - Ponto Facultativo, no dia 02 de maio de 2025, bem como a suspensão do atendimento na Sede da Prefeitura Municipal de Querência e nas Secretarias Municipais desta Municipalidade, ressalvados os serviços públicos essenciais e contínuos, cuja prestação não se admita interrupções.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Querência - MT, 29 de abril de 2025.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

Pregão Eletrônico Nº 04/2025

O Município de torna público o resultado do Julgamento da licitação supramencionada, julgada no dia 10 de Fevereiro 2025, com inicio às 08:00, tendo como objeto pregão eletrônico para o registro de preços para futura e fracionada aquisição de equipamento de informática e periféricos, para uso das diversas secretarias do município de querência – mt. Das quais foram vencedoras as empresas: Itens 66966, 75408, 75410, 75428, 80321, 80324, 80340, 80343, 80344, 80345, 80351, OLMI INFORMATICA LTDA inscrita no CNPJ sob o número 00.789.321/0001-17 no valor de R$ 145. 851,00; Itens 45095, 45145, 49576, 58474, 58475, 66794, 66947, 66981, 66986, 66992, 66994, 66995, 67000, 70651, 75401, 75407, 75411, 75412, 75419, 75421, 75422, 75423, 75424, 75426, 75427, 75429, 75430, 75447, 78683, 80320, 80336, 80339, 80341, MATEUS ALBERTO DAMBROS LTDA inscrita no CNPJ sob o número 36.662.599/0001-76 no valor de R$ 141.728,00; Itens 66973, 66983, 75402, 75403, 75405, 75413, 75417, 75420, 75425, 75449, 75450, 75463, 80342, M. VEZARO inscrita no CNPJ sob o número 10.851.981/0001-34 no valor de R$ 64.721,10; Itens 80319, EXCLUSIVE COMERCIO LTDA inscrita no CNPJ sob o número 47.034. 949/0001-76 no valor de R$ 30.305,00; Itens 75456, GADITA COMERCIO DE PRODUTOS PERMANENTES E DE CONSUMOS LTDA inscrita no CNPJ sob o número 35.231.746/0001-90 no valor de R$ 467,50; Itens 80353, 80354, 80355, 80356, COMERCIAL H10 LTDA inscrita no CNPJ sob o número 29.106.685/0001-37 no valor de R$ 15.210,00; Itens 63446, 66979, 75466, MSB COMERCIO E SERVICOS LTDA inscrita no CNPJ sob o número 08.257.279/0001-03 no valor de R$ 76.007,70; Itens 75414, 75415, 75416, 75418, 75448, 80322, 80346, L N CASTAGNARO LTDA inscrita no CNPJ sob o número 45.687.323/0001-33 no valor de R$ 37. 903,00; Itens 78677, PERFIL DIGITAL COMERCIO E SERVICOS LTDA inscrita no CNPJ sob o número 12.534.895/0001-23 no valor de R$ 17. 500,00; Itens 80352, GOMES COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA-ME inscrita no CNPJ sob o número 11.607.429/0001-68 no valor de R$ 11.200,00; Itens 45012, 66967, 66968, 75409, 75432, 80327, 80332, 80424, PROSPER COMERCIO LTDA inscrita no CNPJ sob o número 51.854.742/0001-15 no valor de R$ 56.756,90; Itens 75441, 75442, 80331, ORBE SOLUCOES LTDA inscrita no CNPJ sob o número 49.814. 976/0001-97 no valor de R$ 86.415,00; Itens 80330, 80333, LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA inscrita no CNPJ sob o número 53.867. 026/0001-06 no valor de R$ 107.800,00; Itens 397, 69145, 80335, FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA inscrita no CNPJ sob o número 55. 935.697/0001-84 no valor de R$ 48.740,00; Itens 80423, RAVELLO INFORMATICA LTDA inscrita no CNPJ sob o número 55.042.855/0001-77 no valor de R$ 45.420,00; Itens 66989, DELTA DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA inscrita no CNPJ sob o número 45.853.627/0001-23 no valor de R$ 8.456,00; Itens 63420, 80347, DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA inscrita no CNPJ sob o número 10.210.196/0001-00 no valor de R$ 104.373,00; Itens 63441, 66978, 80348, 80349, 80350, 42. 412.303 KETLEYN LORRAINE DIAS COSTA inscrita no CNPJ sob o número 42.412.303/0001- 61 no valor de R$ 112.502,00; Itens 66980, SEVENTEC COMERCIO LTDA inscrita no CNPJ sob o número 08.784.976/ 0002-95 no valor de R$ 8.020,00; Itens 80425, LAPTOP COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA inscrita no CNPJ sob o número 34. 770.156/0001-73 no valor de R$ 5.680,00.Foi fracassado o item 80323.

QUERÊNCIA - MT, 29 de Abril de 2025.

Kamilla Vicente do Nascimento

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
PORTARIA N° 408/2025 DE 16 DE ABRIL DE 2025.

*"Dispõe sobre a Nomeação do Fiscal de CONTRATO, para os Contratos n° **21 e 25/2025,** Processo Administrativo n° 32/2025, Credenciamento n° 004/2025."*

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei nº. 14.133/2021, Art. 117, **RESOLVE:**

Art. 1° - Designar a servidora **MARIZETE DO PRADO**, inscrita no CPF sob o nº ***.287.911-**, como Fiscal dos Contratos nº 21 e 25/2025, Processo Administrativo nº 32/2025, Credenciamento nº 004/2025.

Art. 2º - O Contrato mencionado tem como objeto o credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços bancários de arrecadação/recebimento de tributos/taxas e contas de serviços públicos, com código de barras- padrão FEBRAN, por um período de 12 (doze) meses.

Art. 3° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a partir do dia 24 de março de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 16 de abril de 2025.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
DECRETO Nº. 2.930/2025 DE 14 DE ABRIL DE 2025.

Corrobora a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº. 744/2013 de 15 de Julho de 2013, Alterada pela Lei Municipal 800 de 2014, de 08 de Abril de 2014;

CONSIDERANDO a lavratura da ATA n° 98 datada de 04 de abril de 2025 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, o chefe do Poder Executivo Municipal em cumprimento das exigências e formalidades legais em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º. Corroborar a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, referente ao período de 04 de abril de 2025 a 03 de abril de 2027, consoante membros abaixo relacionados:

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

TITULAR – Driana Capelesso

SUPLENTE – Meurivalda Rodrigues Ferreira

P. A. CANAÃ

TITULAR – Francisco Monteiro da Silva

SUPLENTE – Sueli Ferreira Gomes Silva

P. A. COUTINHO UNIÃO

TITULAR – Ildo Irineu Schropfer

SUPLENTE – Vilson Rogerio Rockenbach

P. A BRASIL NOVO

TITULAR – Deusdete Moreira Borges

SUPLENTE – Thiago Santa Catharina Junges

P. A. PINGOS D'ÁGUA

TITULAR: Andréa Paula Baggio Pires

SUPLENTE: Arezoli Silveira Lima

P. A. SÃO MANOEL

TITULAR: Celio Borges Machado

SUPLENTE: Divino Mesquita da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

TITULAR: Marcio R. Almeida.

SUPLENTE: Carla Aparecida Alves Ferreira

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

TITULAR: Anajara Leilane da Costa Tolomini

SUPLENTE: Edilene Ferreira de Souza

EMPAER

TITULAR: Vanilson Simões Lima.

SUPLENTE: Carla Sales Rodrigues Simões

INDEA

TITULAR: Fernando Alan Sommer

SUPLENTE: Gelson Burnier

COOPERATIVA SICREDI

TITULAR: João Vitor Cezar da Silva

SUPLENTE: Andreza da Costa Oliveira

ACEQ

TITULAR: Naiana de Campos

SUPLENTE :Jose Santini

BANCO DO BRASIL

TITULAR: Keila Rocha Silva Gelain

SUPLENTE: Vannucci Maik Nunes de Aquino

Art. 2°. As atribuições dos Membros nomeados, são as estabelecidas na Legislação Municipal pertinente em vigor, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as reuniões e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto nº 2.268/2021 de 23 de março de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Querência - MT, 14 de abril de 2025.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA
PORTARIA N° 409/2025 DE 16 DE ABRIL DE 2025.

*"Dispõe sobre a Nomeação do Fiscal de CONTRATO, para o Contrato nº **27/2025,** Processo Administrativo nº 42/2025, Dispensa de Licitação nº 005/2025."*

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei nº. 14.133/2021, Art. 117, **RESOLVE:**

Art. 1° - Designar o servidor **MARCO AURÉLIO MEIRELES RIBEIRO FILHO**, inscrito no CPF sob o nº ***.837.121-**, como Fiscal do Contrato nº 27/2025, Processo Administrativo nº 42/2025, Dispensa de Licitação nº 005/2025.

Art. 2º - O Contrato mencionado tem como objeto a contratação da empresa para aquisição de câmara de cinema 35 MM.

Art. 3° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a partir do dia 15 de abril de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 16 de abril de 2025.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2025

PROCESSO Nº 30/2025

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços operacionais com meios mecanizados e/ou de içamento, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Tendo em vista o Parecer Jurídico e o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, homologo o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Reserva do Cabaçal - MT, 29 de abril de 2025.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2025

PROCESSO Nº 30/2025

O Agente de contratação, no uso de suas atribuições legais, encaminha o Processo nº 30 de 2025 – Pregão Presencial nº 14 de 2025, com fulcro na lei 14.133/2021, com a finalidade de **Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços operacionais com meios mecanizados e/ou de içamento, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.**

ADJUDICA aos licitantes vencedores os itens, conforme indicado abaixo da Adjudicação**:**

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

Indicar o fornecedor: Nome AS RODRIGUES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 52.427.896/0001-93, item 1 E 2 no valor de R$ 1.035.300,00.

Reserva do Cabaçal - MT, 29 de abril de 2025

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2025

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 33/2025

Objeto: Contratação de show regional para apresentação na festa em comemoração ao dia das mães que será realizada no dia 06 de maio de 2025 no município de Reserva Do Cabaçal-MT.

CONTRATADO: 48.118.635 VANESSA INACIO DOS SANTOS

CNPJ Nº: 48.118.635/0001-14

ENDEREÇO: R PARAIBA, N° 525, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS-MT

Prazo de entrega: os serviços deverão ser prestados de forma imediata após emissão do pedido.

Prazo de vigência do contrato: 60 dias após assinatura do contrato.

Valor dos serviços a serem contratados: R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Fundamento legal: Art. 75, II da Lei nº 14.133/2021.

Tendo em vista o que consta dos autos, tudo ratifico e, por consequência lógica, determino a contratação direta da empresa, para que produza todos os efeitos legais.

Considerando o Parecer Jurídico favorável à contratação direta com fulcro no art. Art. 75, II da Lei nº 14.133/2021, cujo ao teor aderimos na íntegra;

RESOLVO,

RATIFICAR a justificativa apresentada, em cumprimento ao que dispõe o art. Art. 72, VIII da Lei nº 14.133/2021, determinando sua publicação na imprensa oficial como condição de sua eficácia.

Reserva do Cabaçal – MT, 29 de abril de 2025.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 21/2025 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

“CANCELA PONTO FACULTATIVO NA DATA ABAIXO RELACIONADO”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, Estado de Mato Grosso, Senhor JONAS CAMPOS VIEIRA, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica Cancelado ponto facultativo no Município de Reserva do Cabaçal - MT, no dia 02 de Maio de 2025.

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as

Disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal - MT, 29 de abril de 2025.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 261/2026 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

NOMEIA A Sra. DINAIR SILVA DE MENDONÇA COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 29/2025 REFERENTE A DISPENSA Nº 09/2025, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL E 48.118.635 VANESSA INACIO DOS SANTOS, CNPJº: 48.118.635/0001-14.

JONAS CAMPOS VIERA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o senhor **DINAIR SILVA DE MENDONÇA** cadastrado no CPF nº XXX.XXX.791-XX, responsável pela fiscalização do **Contrato nº 29/2025** que tem como objeto: **Contratação de show regional para apresentação na festa em comemoração ao dia das mães que será realizada no dia 06 de maio de 2025 no município de Reserva Do Cabaçal-MT.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 29 de abril de 2025.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 19/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

CONTRATADO: AS RODRIGUES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 52.427.896/0001-93

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços operacionais com meios mecanizados e/ou de içamento, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

VIGÊNCIA: 29/04/2025 À 29/04/2026

Reserva do Cabaçal-MT, 29 de abril de 2025.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

ARP Nº 08/2024

O Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso inscrito no C. N.P.J. sob nº. 01.367.788/0001-31, com sede na Prefeitura Municipal, sito à Av. Mato Grosso, nº. 221, neste ato representada por seu Prefeito, o Excelentíssimo Sr. **Jonas Campos Vieira** residente a Av. Cáceres, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1150597-4 SSP/MT, e a **JB RODEIOS LTDA**, INSCRITA NO CNPJ Nº **52.316.096/0001-03,**com sede naRUA CINCO, (LOT JD INDUSTRIAL II), N° 11, QUADRA N° 06, LOTE N°11, SALA A, BAIRRO JARDIM INDUSTRIÁRIO, CUIABÁ-MT, CEP 78.098-698, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) VANIA OLIVEIRA DA MATA, inscrito(a) no CPF sob o nº 706.013.301-10**,** resolvem aditar o contrato supracitado mediante os termos das cláusulas que se seguem;

1. Cláusula Primeira – Do prazo de vigência do contrato

1.1 – O prazo de vigência da ata de registro de preços nº. 08/2024, previsto em sua cláusula sexta, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses a contar de 08/05/2025.

2. Cláusula segunda – Do Objeto do Contrato

2.1 – O objeto do contrato permanece inalterado.

3. Cláusula Terceira – Do Valor do Contrato

3.1- Dá-se a esse termo aditivo o valor de R$ 133.717,50

4.0 – Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária

4.1 – As despesas oriundas deste aditamento contratual serão empenhadas nas dotações a seguir:

10 - Secretaria Mun. de Cultura e Lazer 001 – Gabinete do Secretário de Cultura e Lazer	Red. – 23.695.0013.2080 3.3.90.39 fonte 1.1.500.0
10 - Secretaria Mun. de Cultura e Lazer 002 – Divisão de Cultura	Red. – 13.392.0016.2084 3.3.90.39 fonte 1.1.500.0 Red. – 13.392.0016.2086 3.3.90.39 fonte 1.1.500.0

5.0 – Cláusula Quinta – Das disposições Gerais

5.1 – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento e 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

Paço Municipal da Prefeitura de Reserva do Cabaçal-MT, em 28 de abril de 2025.

CONTRATANTE CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL JONAS CAMPOS VIEIRA Prefeito Municipal	**JB RODEIOS LTDA** CNPJ 52.316.096/0001-03 Empresa CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGAO PRESENCIAL Nº 14/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 14/2025, destinado a **Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços operacionais com meios mecanizados e/ou de içamento, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.**

Teve como vencedor a empresa **AS RODRIGUES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ** 52.427.896/0001-93, com o valor total de R$ 1.035.000,00 (um milhão e trinta e cinco mil reais).

Reserva do Cabaçal-MT, 29 de abril de 2025.

_____

WALASSE RAMOS SOUZA

PREGOEIRO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADA: 48.118.635 VANESSA INACIO DOS SANTOS

CNPJ Nº: 48.118.635/0001-14

OBJETO: Contratação de show regional para apresentação na festa em comemoração ao dia das mães que será realizada no dia 06 de maio de 2025 no município de Reserva Do Cabaçal-MT

VIGÊNCIA: 29/04/2025 À 29/06/2026

VALOR GLOBAL: R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CREDENCIAMENTO 006/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 13/2024 CREDENCIAMENTO 02/2024

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica **FRIGO SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM LTDA CNPJ N°** 41.17********-98.

OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hotelaria/hospedagem de forma continua para atendimento da Prefeitura de Ribeirão Cascalheira-MT

DA VIGÊNCIA CLÁUSULA QUINTA; 12 MESES

ASSINAM: ELZA DIVINA BORGES GOMES – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa jurídica **FRIGO SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM LTDA CNPJ N°** 41.17********-98.

DATA DA ASSINATURA: 28/04/2025

Ribeirão cascalheira – MT, 28 de abril de 2025

Elza Divina Borges Gomes

Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT

SETOR DE LICITAÇÕES
ERRATA DO AVISO DE RESULTADO PUBLICADO DIA 25/04/2025

Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira, estado de Mato Grosso, tendo em vista o que consta no Processo Licitatórionº 29/2025, Inexigibilidade de Licitação nº 08/2025, tendo em vista a escrita erroneamente da data sendo 15 de março,o que na verdade deve se lê 22 de abril de 2025.

Ribeirão Cascalheira 29 de abril de 2025.

Uglenia Vieira Barros Bueno

Agente de contratação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CREDENCIAMENTO 005/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 13/2024 CREDENCIAMENTO 02/2024

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica **MARIA NUNES DE CARVALHO MACIEL CNPJ N°** 00.76********-70.

OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hotelaria/hospedagem de forma continua para atendimento da Prefeitura de Ribeirão Cascalheira-MT

DA VIGÊNCIA CLÁUSULA QUINTA; 12 MES

ASSINAM: ELZA DIVINA BORGES GOMES – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa jurídica **MARIA NUNES DE CARVALHO MACIEL CNPJ N°** 00.76********-70**.**

DATA DA ASSINATURA: 28/04/2025

Ribeirão cascalheira – MT, 28 de abril de 2025

Elza Divina Borges Gomes

Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 14/2025

PROCESSO LICITATÓRIO 28/2025 DISPENSA EMERGENCIAL 02/2025

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica MK CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA , CNPJ 52.60********-16.

OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços, de engenharia ambiental e obtenção de licenças ambientais junto a SEMA-MT do Cemitério Municipal do Município de Ribeirão Cascalheira-MT.

DA VIGÊNCIA CLÁUSULA SEGUNDA; 12 MESES

VALOR GLOBAL PARA CONTRATAÇÃO 70.000,00 (setenta mil reais)

ASSINAM: ELZA DIVINA BORGES GOMES – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa jurídica MK CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, CNPJ 52.60********16

DATA DA ASSINATURA: 23/04/2025

Ribeirão cascalheira – MT, 23 de abril de 2025

Elza Divina Borges Gomes

Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PORTARIA N.º 220 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 220 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 017/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Saúde, como Agente de Serviços Gerais.	
VIGÊNCIA: 05/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: 41.095.503 ADEANE MARTINS FERREIRA	
CPF OU CNPJ: 039.174.041-50	
VALOR DO CONTRATO: R$ 36.432,00 (TRINTA E SEIS MIL QUATROCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **KATIA ALVERTO DE FIGUEIRDO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a con-

formidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

KATIA A. DE FIGUEIRDOSIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

DECRETO 33/2025

DECRETO N.º 33/GP/25 DE 28 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre recesso, no âmbito da administração pública municipal, e dá outra providencias."

DANILO COELHO DOMINGOS, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais dispositivos de regência,

CONSIDERANDO os termos previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que estabelece a Administração Publica uma gestão fiscal com ações planejadas;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo nas repartições Públicas do Município de Ribeirãozinho-MT, o dia 02 de maio de 2025, em razão do feriado do dia anterior, 01 de maio dia do trabalho.

Art. 2º - As atividades normais da Administração Pública Municipal retornarão no dia 05 de maio de 2025 (segunda-feira), em horário regular.

Art. 3º - Durante o período de ponto facultativo e feriados, as atividades consideradas essenciais, tais como Serviços de Saúde, incluindo hospitais e unidades de emergenica; e Policiamento e segurança pública, permaneceram em funcionamento, garantindo o atendimento às necessidades da população.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-MT, 28 de abril de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

DANILO COELHO DOMINGOS

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 209, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 209, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 002/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: A CONTRATADA prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Finanças como Agente de Serviços Gerais.	
VIGÊNCIA: 02/01/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: ELIANA MARIA SIMÕES DE MOURA -MEI	
CPF OU CNPJ: 44.577.874/0001-81	
VALOR DO CONTRATO: R$ 18.216,00 (DEZOITO MIL DUZENTOS E DEZESSEIS REAIS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, "caput" da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **VALCILENE GOULART CARRIJO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Finanças**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º

14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **THIAGO BARBOSA VIANA**, lotado na **Secretaria Municipal de Finanças**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 DE ABRIL DE 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

VALCILENE GOULART CARRIJO THIAGO BARBOSA VIANA

CPF: 906.520.371-00 CPF: 993.478.221-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 210, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 210, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 003/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: A CONTRATADA prestará à CONTRATANTE, serviços como Gestora/Operadora Máster do programa Bolsa Família e Cadastradora do Sistema Integrado único, junto ao Fundo Municipal de Assistência Social.	
VIGÊNCIA: 02/01/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: LORRANIA PIRES DE OLIVEIRA	
CPF OU CNPJ: 029.561.711-00	
VALOR DO CONTRATO: R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **DELDIMAR RIBEIRO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Assistência Social**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **LEILIANE MENDONÇA OLIVEIRA**, lotado na **Secretaria Municipal de Assistência Social**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 DE ABRIL DE 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

DELDIMAR RIBEIRO LEILIANE MENDONÇA OLIVEIRA

CPF: 513.764.741-15 CPF: 014.197.771-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 211, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 211, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 005/ 2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: Processo para contratação de Profissional na especialidade de Psicologia para execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV/PAIF/CRAS, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.	
VIGÊNCIA: 02/01/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: WILMAR FERREIRA NEVES NETO	
CPF OU CNPJ: 060.069.461-57	
VALOR DO CONTRATO: R$ 45.600,00 (QUARENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS REAIS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **DELDIMAR RIBEIRO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Assistência Social**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **LEILIANE MENDONÇA OLIVEIRA**, lotado na **Secretaria Municipal de Assistência Social**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 DE ABRIL DE 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

DELDIMAR RIBEIRO LEILIANE MENDONÇA OLIVEIRA

CPF: 513.764.741-15 CPF: 014.197.771-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 212 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 212 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 006/ 2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: A CONTRATADAprestará à CONTRATANTE, serviços junto a Secretaria Municipal de Finanças, como Auxiliar Administrativo.	
VIGÊNCIA: 02/01/2025À 31/03/2025.	
NOME CONTRATADO: SAMILLE VIEIRA DA SILVA - MEI	
CPF OU CNPJ: 45.998.362/0001-51	
VALOR DO CONTRATO: R$ 7.800,00 (SETE MIL E OITOCENTOS REAIS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, "caput" da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **VALCILENE GOULART CARRIJO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Finanças**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **THIAGO BARBOSA VIANA**, lotado na **Secretaria Municipal de Finanças**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

VALCILENE GOULART CARRIJO THIAGO BARBOSA VIANA

CPF: 906.520.371-00 CPF: 993.478.221-91

FISCAL SUPLENTE

LEI MUNICIPAL Nº 899/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025

LEI MUNICIPAL Nº 899/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025

*"**EMENTA:** DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE LANÇAMENTO E COBRANÇA DAS TAXAS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO E/OU EXERCÍCIO REGULAR DO PODER DE POLÍCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - MT, Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS,** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 1º Esta lei define os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviço público e/ou exercício regular do poder de polícia em face aos atos administrativos praticados visando à análise das licenças ambientais de empreendimentos e atividades de impacto ambiental, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras em âmbito local.

Art. 2º Fica instituída a Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal - TLAM, tendo como fato gerador a prestação de serviço público e/ou exercício regular do poder de polícia em face aos atos administrativos praticados visando à análise de licenças ambientais de empreendimentos e atividades

utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar impacto ambiental de âmbito local, em especial aquelas descritas na Resolução do CONSEMA nº. 085/2014.

Parágrafo único A receita realizada em decorrência do disposto no caput constituirá o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA e será destinada para fazer frente às despesas de custeio e investimentos necessários à execução da Política Municipal do Meio Ambiente, bem como despesas de custeio e manutenção da prestação do serviço de análises de licenças ambientais de impacto de âmbito local pelo Município ou Consórcio Público.

Art. 3º Contribuinte é a pessoa natural ou jurídica que exerça as atividades elencadas como sujeitas ao licenciamento e controle ambiental.

Art. 4º Constitui fato gerador da TLAM, a utilização dos serviços públicos e o exercício do poder de polícia, constantes dos Anexos integrantes desta Lei.

Art. 5º A TLAM terá por base de cálculo o valor da Unidade Padrão Fiscal de Mato Grosso - UPFMT e demais critérios e parâmetros definidos nos Anexos da presente norma e será convertida pelo padrão monetário vigente à época da ocorrência do fato gerador.

§ 1º Para lançamento e cobrança das taxas referentes às atividades arroladas na Resolução do CONSEMA nº. 085/2014, será utilizada a classificação genérica resultante da conjugação do porte do empreendimento e potencial de poluição ambiental descritas nos Anexos I e II.

§ 2º Os empreendimentos serão classificados em função do parâmetro de avaliação que estabeleça o maior porte tomando-se por referência as informações contidas no Anexo I.

§ 3º Nas atividades elencadas no Anexo III da presente Lei, a TLAM devida será calculada pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com a fórmula de cálculo apresentada no citado Anexo, sendo o valor obtido multiplicado pelo fator de correção de 1,0 (um inteiro) em se tratando da Licença Prévia – LP; de 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos) para a Licença de Instalação; de 1,25 (um inteiro e vinte e cinco centésimos) para a Licença de Operação, Renovação de Licença de Operação e Licença de Operação Provisória.

Art. 6º Nos casos de renovação de Licença de Operação - LO, a TLAM será lançada e cobrada aplicando-se o fator de redução de 30% (trinta por cento) aos estabelecimentos e atividades que atendam pelo menos a um dos seguintes requisitos, desde que solicitado no requerimento padrão:

I - Utilize resíduos para reciclagem ou para geração de energia;

II - Reaproveite a água utilizada;

III - Disponha de certificação por órgão credenciado em qualidade ambiental;

IV - Desenvolva plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Relativamente ao disposto no caput, a comprovação de qualquer dos requisitos elencados será efetuada quando da realização de vistorias técnicas, cabendo ao empreendedor a manutenção da regularidade do aludido quesito, ensejando a emissão compulsória do lançamento da taxa residual ante a constatação de eventuais anomalias.

Art. 7º Ficam isentos do pagamento das taxas referenciadas na presente norma:

I - O microempreendedor individual, na forma do art. 4º, §3º da Lei Federal nº. 123/2006;

II - As associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

III - o licenciamento ambiental para implantação de unidades de saúde da rede pública ou filantrópicas;

IV - As atividades ou empreendimentos que comprovarem a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN na propriedade objeto do licenciamento, em percentual superior a 20% (vinte por cento) da área total, podendo incluir a área de reserva legal neste percentual.

Parágrafo único A isenção estabelecida por este artigo incidirá também nos casos de ampliação, modificação ou revalidação, desde que fique demonstrada a continuidade da condição geradora.

Art. 8º Poderá ser cobrada taxas de expediente ou inerente à prestação de serviço público, exclusivamente por meio da UPFMT, conforme o Anexo IX.

Seção II

Do Licenciamento e da Autorização Ambiental de Atividades Agro Silvopastoris

Art. 9º Os critérios para cálculo dos custos de análise de processos de licenciamento ambiental de atividades Agro silvopastoris previstas na Resolução do CONSEMA nº. 085/2014, seguirão os mesmos parâmetros estabelecidos no artigo 5º da presente Lei.

Art. 10 Caso a verificação das condições ambientais da atividade ou empreendimento sujeito a regularização e licenciamento ambiental exigir, a qualquer tempo, a realização de amostragens, de análises laboratoriais ou a adoção de medidas emergenciais para prevenção ou controle de efeitos nocivos a pessoas, ao meio ambiente ou ao patrimônio público ou de terceiros, caberá ao empreendedor arcar com os respectivos custos.

Art. 11 Os custos de análise para emissão de autorização ou licença ambiental para empreendimentos ou atividades Agro silvopastoris constantes na Resolução do CONSEMA nº. 085/2014, terão os valores reduzidos:

I - Em percentual de 30% (trinta por cento) no caso de redução de 30% (trinta por cento) a 39% (trinta e nove por cento) na taxa de aplicação de agrotóxicos;

II - Em percentual de 40% (quarenta por cento) nos casos de redução de 40% (quarenta por cento) a 49% (quarenta e nove por cento) na taxa de aplicação de agrotóxicos;

III - Em percentual de 50% (cinquenta por cento) no caso de redução de 50% (cinquenta por cento) ou mais na taxa de aplicação de agrotóxicos;

IV - Em percentual de 50% (cinquenta por cento) para os empreendimentos que comprovarem que se adequaram a outras práticas que resultem em balanço ambiental positivo;

V - Em percentual de 21% (vinte e um por cento) até o limite de 50% (cinquenta por cento), progressiva e proporcionalmente, para atividades ou empreendimentos que comprovarem a regularização da reserva legal acima do percentual mínimo exigido em lei.

§ 1º Para fazer jus às reduções a que se referem os incisos I a IV, o empreendedor deverá comprovar, por meio de Atestado do Ministério da Agricultura e Pecuária ou de seus órgãos vinculados, que aderiu e está cumprindo satisfatoriamente o Plano de Controle de Aplicação e Metas Progressivas de Redução da Taxa de Uso de Agrotóxicos, previsto em Resolução.

§ 2º A comprovação do requisito a que se refere o inciso V se dará por meio da apresentação de cópia do registro da Reserva Legal - RL do imóvel no Cadastro Ambiental Rural - CAR ativo ou da averbação da Reserva Legal à margem da inscrição da matrícula do imóvel no registro de imóveis, quando for o caso.

Seção III

Do Parcelamento

Art. 12. As taxas de licenciamento ambiental poderão ser parceladas, a pedido do interessado, da seguinte forma:

§ 1º. Para fazer jus ao parcelamento da taxa de licenciamento ambiental é obrigatório que o beneficiário do parcelamento esteja operando e requeira o licenciamento corretivo da atividade, solicitando a emissão das licenças prévia, de instalação e de operação no mesmo processo.

§2º. O parcelamento deve ser solicitado no requerimento padrão, no item 7, no campo da 'Descrição da Atividade".

§ 3º. O parcelamento poderá ser feito no máximo em 3 (três) parcelas:

I - A primeira parcela será referente ao valor da taxa da licença prévia;

II - A segunda parcela será referente ao valor da taxa de licença de Instalação;

III - A terceira parcela será referente ao valor da taxa de licença de Operação;

IV - O protocolo do processo de licenciamento ambiental somente será realizado após o pagamento da Licença Prévia e apresentação do respectivo comprovante;

V - A segunda parcela será emitida com vencimento no último dia do mês subsequente ao vencimento da parcela da licença prévia a ser emitido dentro do mês de vencimento, considerando a UPFMT do mês, sendo disponibilizado por e-mail e/ou a retirar na secretaria do órgão;

VI - A terceira parcela será emitida com vencimento no último dia do mês subsequente ao vencimento da parcela da licença de instalação a ser emitido dentro do mês de vencimento, considerando a UPFMT do mês, sendo disponibilizado por e-mail e/ou a retirar na secretaria do órgão.

§ 4º. Em caso de inadimplência:

I - Não será emitida a respectiva licença, ficando o empreendimento sujeito as sanções legais;

II - Não será emitido novo boleto, em caso de vencimento do parcelamento, devendo ser pago o boleto original com juros e correções monetárias;

III - Após 90 (noventa) dias de inadimplência, segue-se o rito do artigo 17 desta lei.

§ 5º A atividade/empreendimento só poderá ser beneficiado pelo parcelamento das taxas de licenciamento ambiental uma única vez.

Parágrafo único. As renovações das licenças prévia, de instalação ou de operação não estão sujeitas ao parcelamento.

Seção IV

Do Comunicado de Armazém e Silo

Art. 13. A apresentação do Comunicado previsto nesta Lei não exime o interessado do pagamento das taxas, referentes aos Armazéns e Silos localizados em propriedades rurais não licenciados anteriormente ao Decreto n°. 1964/2013, que ora seguem:

§1º. Nos Empreendimentos de Porte Mínimo a taxa corresponde ao valor de 7,5 (sete e meia) UPF/MT;

§2º. Nos Empreendimentos de Porte Pequeno a taxa corresponde ao valor de 21,5 (vinte e uma e meia) UPF/MT;

§3º. Nos Empreendimentos de Porte Médio a taxa corresponde ao valor de 93 (noventa e três) UPF/MT;

§4º. Nos Empreendimentos de Porte Grande a taxa corresponde ao valor de 263,5 (duzentos e sessenta e três e meia) UPF/MT;

§5º. Nos Empreendimentos de Porte Excepcional a taxa corresponde ao valor de 417,5 (quatrocentos e dezessete e meia) UPF/MT;

Parágrafo único: O critério de porte do empreendimento/atividade será auferido com base no anexo II da Lei n°. 11.179/2020.

Art. 14. A apresentação do Comunicado previsto nesta Lei não exime o interessado do pagamento das taxas, referentes aos Armazéns e Silos localizados em propriedades rurais que possuíam licença ambiental anteriormente ao Decreto n°. 1964/2013, que ora seguem:

§1º. Nos Empreendimentos de Porte Mínimo a taxa corresponde ao valor de 2,5 (duas e meia) UPF/MT;

§2º. Nos Empreendimentos de Porte Pequeno a taxa corresponde ao valor de 6 (seis) UPF/MT;

§3º. Nos Empreendimentos de Porte Médio a taxa corresponde ao valor de 24 (vinte e quatro) UPF/MT;

§4º. Nos Empreendimentos de Porte Grande a taxa corresponde ao valor de 66,5 (sessenta e seis e meia) UPF/MT;

§5º. Nos Empreendimentos de Porte Excepcional a taxa corresponde ao valor de 105 (cento e cinco) UPF/MT.

Parágrafo único: O critério de porte do empreendimento/atividade será auferido com base no anexo II da Lei n°. 11.179/2020.

CAPÍTULO II

DA MORA E DAS PENALIDADES

Art. 15 As infrações decorrentes da violação das regras inerentes a presente norma implicam a incidência de acréscimos e cominações, conforme abaixo:

I - Infração referente às taxas de licenciamentos ou de autorizações lançadas e não quitadas:

a) Juros de mora, calculados nos termos do Art. 44 da Lei 7.098, de 30 de dezembro de 1998; b) Multa de mora de 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos de inteiro por cento) ao dia, até o limite máximo de 10% (dez por cento), aplicável sobre o valor devido, se o recolhimento for efetuado, espontaneamente pelo contribuinte, antes de ser cientificado de qualquer ato expedido pela Administração Pública para o cumprimento da obrigação principal; c) Multa sancionatória correspondente a 25% (vinte e cinco) por cento, aplicável sobre o valor da taxa devida, quando o pagamento for efetuado após o contribuinte ter sido notificado pelo órgão competente para o cumprimento da obrigação principal.

Parágrafo único: A multa prevista na alínea "c" do inciso I, fica reduzida em 20% (vinte por cento), quando o sujeito passivo cumprir a obrigação espontaneamente, antes de ser cientificado de qualquer ato expedido pela Administração Pública para a exigência do cumprimento da mesma.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16 As obrigações, pendências, informações, complementações, esclarecimentos e demais exigências impostas pelo órgão ambiental estadual deverão ser atendidas em até 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado, a critério do analista, mediante solicitação e justificativa.

Parágrafo único: O não atendimento às exigências previstas no caput, no prazo definido pelo órgão ambiental, ensejará o indeferimento do requerimento.

Art. 17 Os projetos de licenciamento indeferidos pelo órgão ambiental serão arquivados, podendo os documentos ser desentranhados do processo administrativo, a pedido do requerente.

§ 1º Não serão arquivados os projetos indeferidos quando o empreendimento estiver instalado ou em operação, devendo ser realizada notificação, autuação e embargo, com o objetivo de instar o empreendedor a regularizar a situação.

§ 2º As taxas utilizadas no processo de licenciamento arquivado poderão ser reaproveitadas, por uma única vez, desde que não tenha ocorrido a análise pelo órgão ambiental.

Art. 18 Fica o Poder Executivo autorizado a conceder desconto, nos termos do regulamento, ao empreendedor que buscar a regularização ambiental do estabelecimento e/ou atividade dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar do efetivo vigor, observado os termos do art. 15 desta lei.

Art. 19 O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, por ato próprio, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 20 Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Taxa: o tributo cobrado em razão da utilização de um serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição;

II - Serviço Público: toda e qualquer atividade exercida pela administração pública, direta ou indireta, com o objetivo de atender à coletividade e garantir a proteção do meio ambiente;

III - Poder de Polícia: o conjunto de competências atribuídas ao Estado para limitar ou disciplinar direitos, garantias e interesses individuais, visando a proteção da coletividade e do meio ambiente.

Art. 21 Em obediência aos termos do art. 150, III, “c” da Constituição Federal, entrará em vigor esta lei, decorridos 90 (noventa) dias a partir de sua publicação.

Art. 22 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-MT, **29 de abril de 2025**.

Danilo Coelho Domingos

Prefeito Municipal

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SEGUNDO O PORTE

Porte do Empreendimento	Parâmetro de Avaliação			
	Área Construída (m2)	Investimento total (em UPFMT)	Número de Empregados	Transportadora (Número de veículos)
Mínimo	Até 500 e pequenos produtores	Até 1.000	Até 10	De 1 a 3
Pequeno	De 501 a 2.000	De 1.001 a 4.750	De 11 a 30	De 4 a 10
Médio	De 2.001 a 10.000	De 4.751 a 18.975	De 31 a 200	De 11 a 50
Grande	De 10.001 a 40.000	De 18.976 a 47.435	De 201 a 1.000	De 51 a 100
Excepcional	Acima de 40.001	Acima de 47.435	Acima de 1000	Acima de 100

ANEXO II

UNIDADE DE REFERÊNCIA PARA COBRANÇA DE TAXA DE LICENÇA EM UPFMT

Porte do Empreendimento	Mínimo			Pequeno			Médio			Grade			Excepcional		
Nível de Poluição e/ou Degradação.	P	M	G	P	M	G	P	M	G	P	M	G	P	M	G
Licença Prévia (LP) e Renovação.	0,5	1,5	2,5	3,5	7,5	14,5	21,5	31	50	64	70,5	90	102,5	127,5	161,5
Licença de Instalação (LI) e Renovação.	4,5	5,5	6,5	12	20	33,5	47,5	66,5	105	133	146,5	184,5	210	259,5	328
Licença de Operação (LO), Licença de Operação Provisória (LOP) e Renovação.	2,5	3,5	4,5	6	10	17	24	33,5	52,5	66,5	73	92,5	105	130	164

ANEXO III

CLASSIFICAÇÕES ESPECÍFICAS

Deverão ser aplicadas as seguintes fórmulas para o cálculo do valor da prestação de serviços de licenciamento, independente do potencial poluidor, para atividades classificadas como:

01 - Obras Civis e Infraestrutura;

1.1 Obras Civis e infraestrutura:

1.1 - Condomínios, edifícios residenciais, conjuntos habitacionais e centros comerciais:

Pr (UPF) = preço das licenças em UPF-MT

At = área total do terreno em hectare

Nº unid = número de unidades

1.2 - Loteamentos para fins residenciais, comerciais, distritos industriais e zonas

industriais:

Pr (UPF) = preço das licenças em UPF-MT

At = área total a ser loteada em hectare

ANEXO IV

ANÁLISE DE PROJETOS, PLANOS, VISTORIAS TÉCNICAS

A determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados será efetuada mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

1. Custo Total da Análise: CT = (ST + VT + CE + CA) x 0,50

2. Serviços Técnicos: ST = T x H x CH

3. Vistoria Técnica: VT = (T x D x CD) + (V x R x CK) x 0,50

4. Consultoria Externa: CE = CC x H

5. Custo Administrativo: CA = 0,05 x (ST + VT + CE)

Onde:

CT = Custo Total

ST = Serviços Técnicos

VT = Vistoria Técnica

CH = Custo da hora técnico (0,7 UPFMT/hora)

CD = Custos da diária (2 UPFMT/dia)

CK = Custo do quilometro rodado (0,02 UPFMT/km)

CC = Custo da hora consultoria (3 UPFMT/hora)

CE = Consultoria Externa

CA = Custo Administrativo

H = Número de Horas Trabalhadas

D = Número de dias Trabalhados

R= Total de quilômetros rodados

T= Número de técnicos

V= Número de veículos

UPF = Unidade Padrão Fiscal de Mato Grosso

ANEXO V

N DO ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TOTAL EM UPFMT
01	Emissão de certidões diversas ou de declaração de dispensa de licenciamento	0,50
02	Emissão de segunda via de licenças	0,50
03	Alteração Cadastral	0,50

PORTARIA N.º 213, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 213, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 007/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.

OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Administração, como Auxiliar Administrativo.
VIGÊNCIA: 02/01/2025À 31/03/2025.
NOME CONTRATADO: JHON CLEITON NUNES VIEIRA-ME
CPF OU CNPJ: 37.178.163/0001-79
VALOR DO CONTRATO: R$ 10.800,00 (DEZ MIL OITOCENTOS REAIS).

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **VALCILENE GOULART CARRIJO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Finanças**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **THIAGO BARBOSA VIANA**, lotado na **Secretaria Municipal de Finanças**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

VALCILENE GOULART CARRIJO THIAGO BARBOSA VIANA

CPF: 906.520.371-00 CPF: 993.478.221-91

FISCAL SUP

PORTARIA N.º 214, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 214, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 008/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Viação e Obras, como Encanador.	
VIGÊNCIA: 01/02/2025À 31/03/2025.	
NOME CONTRATADO: 54.967.306 LAESTE VIEIRA NEVES - MEI	
CPF OU CNPJ: 54.967.306/0001-40	
VALOR DO CONTRATO: R$ 6.242,38 (SEIS MIL DUZENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **CELESTINO DALCIN FILHO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Viação e Obras**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazi-

mento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **FLAVIA APARECIDA DOS SANTOS**, lotado na **Secretaria Municipal de Viação e Obras**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 14 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

CELESTINO DALCIN FILHO FLAVIA APARECIDA DOS SANTOS

CPF: 795.546.951-87 CPF: 072.802.106-43

FISCAL SUPLENTE

TERMO DE ADESÃO

Assunto: Adesão na Ata de Registro de Preços nº 178/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 - Prefeitura Municipal de TORIXORÉU/MT.

Objeto: Adesão a ata de Registro de Preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT, especificado(s) no Termo de Referência.

Considerando o aceite de adesão da Prefeitura Municipal de Torixoréu/MT, órgão gerenciador da ata a apoio e do parecer jurídico favorável à adesão do referido Pregão Eletrônico n. º 001/2025, cujo objeto é Registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT, especificado(s) no Termo de Referência, sendo vencedora a Empresa PEDRAGON AUTOS LTDA, CNPJ: 03.935.826/0001-30**.**

Autorizo a adesão à ata de registro de preços conforme descrito acima, nos termos referenciados do processo.

Ribeirãozinho/MT, 24 de abril de 2025.

Atenciosamente,

DANILO COELHO DOMINGOS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 215, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 215, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 010/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Saúde, como Agente Comunitário de Saúde.	
VIGÊNCIA: 05/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: ROSIANE FERREIRA RAMOS	
CPF OU CNPJ: 040.589.311-67	
VALOR DO CONTRATO: R$ 40.075,20 (QUARENTA MIL E SETENTA E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **KATIA ALVERTO DE FIGUEIRDO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i)

Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

KATIA A. DE FIGUEIRDOSIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

PORTARIA N.º 216, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 216, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 012/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Saúde, como Agente Comunitário de Saúde.	
VIGÊNCIA: 05/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: GABRIELLY CARRIJO RIBEIRO SILVA RAMOS	
CPF OU CNPJ: 702.250.121-11	
VALOR DO CONTRATO: R$ 40.075,20 (QUARENTA MIL E SETENTA E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **KATIA ALVERTO DE FIGUEIRDO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

KATIA A. DE FIGUEIRDOSIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 217, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 217, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 013/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Saúde, como Agente de Combate a Endemias.	
VIGÊNCIA: 05/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: JESSICA HELLEN FERREIRA	
CPF OU CNPJ: 043.232.591-31	
VALOR DO CONTRATO: R$ 36.432,00 (TRINTA E SEIS MIL QUATROCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **KATIA ALVERTO DE FIGUEIRDO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

KATIA A. DE FIGUEIRDOSIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENT

PORTARIA N.º 218, DE 15 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 218, DE 15 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 014/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Saúde, como Agente Vigilância Comunitária.	
VIGÊNCIA: 05/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: GABRIELY DOS SANTOS SOUSA NOBRE	
CPF OU CNPJ: 098.647.991-85	
VALOR DO CONTRATO: R$ 26.997,63 (VINTE E SEIS MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E SESSENTA E TRES CENTAVOS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **KATIA ALVERTO DE FIGUEIRDO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

KATIA A. DE FIGUEIRDOSIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUP

PORTARIA N.º 219, DE 15 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 219, DE 15 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 015/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Saúde, como Agente Vigilância Comunitária.	
VIGÊNCIA: 05/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: TANIA MARIA PEREIRA RAMALHO	
CPF OU CNPJ: 920.115.781-91	
VALOR DO CONTRATO: R$ 26.997,63 (VINTE E SEIS MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **KATIA ALVERTO DE FIGUEIRDO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Contro-

lar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

KATIA A. DE FIGUEIRDOSIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 221 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 221 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 017/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Saúde, como Agente de Serviços Gerais.	
VIGÊNCIA: 05/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: 41.095.503 ADEANE MARTINS FERREIRA	
CPF OU CNPJ: 039.174.041-50	
VALOR DO CONTRATO: R$ 36.432,00 (TRINTA E SEIS MIL QUATROCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **KATIA ALVERTO DE FIGUEIRDO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

KATIA A. DE FIGUEIRDOSIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 222 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 222 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 020/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: Constitui o objeto deste termo de referente à locação de imóvel comercial, destinado ao funcionamento da FARMACIA BASICA MUNICIPAL da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT .	
VIGÊNCIA: 20/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: CLAUDEIDES BENTO RODRIGUES	
CPF OU CNPJ: 329.228.921-15	
VALOR DO CONTRATO: R$ 15.180,00 (QUINZE MIL CENTO E OITENTA REAIS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **KATIA ALVERTO DE FIGUEIRDO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

KATIA A. DE FIGUEIRDOSIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 223 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 223 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 026/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Saúde, como Agente de Serviços Gerais.	
VIGÊNCIA: 01/03/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: VALDIRENE CARMO NAVES	
CPF OU CNPJ: 013.686.431-75	
VALOR DO CONTRATO: R$ 22.390,00 (VINTE E DOIS MIL TREZENTOS E NOVENTA REAIS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **KATIA ALVERTO DE FIGUEIRDO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

KATIA A. DE FIGUEIRDOSIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

ORTARIA N.º 224 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 224 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 027/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Saúde, como Agente de Serviços Gerais.	
VIGÊNCIA: 01/03/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: MARILDA OLIVEIRA SOARES SANTOS	
CPF OU CNPJ: 592.809.991-68	
VALOR DO CONTRATO: R$ 22.390,00 (VINTE E DOIS MIL TREZENTOS E NOVENTA REAIS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **KATIA ALVERTO DE FIGUEIRDO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Contro-

lar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

KATIA A. DE FIGUEIRDOSIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 225 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 225 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 028/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Saúde, como Agente de Serviços Gerais.	
VIGÊNCIA: 01/03/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: 59.624.414 MARIA DE ATIMA DOS SANTOS RESENDE	
CPF OU CNPJ: 59.924.414/0001-34	
VALOR DO CONTRATO: R$ 22.390,00 (VINTE E DOIS MIL TREZENTOS E NOVENTA REAIS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **KATIA ALVERTO DE FIGUEIRDO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

KATIA A. DE FIGUEIRDOSIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 226 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 226 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 029/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Saúde, como Agente de Serviços Gerais.	
VIGÊNCIA: 01/03/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: ELIANA LIMA FERNANDES	
CPF OU CNPJ: 015.820.021-77	
VALOR DO CONTRATO: R$ 22.390,00 (VINTE E DOIS MIL TREZENTOS E NOVENTA REAIS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **KATIA ALVERTO DE FIGUEIRDO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

KATIA A. DE FIGUEIRDOSIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 227 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 227 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 030/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Saúde, como Agente de Serviços Gerais.	
VIGÊNCIA: 01/03/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: 59.685.258 NELCI FURTADO	
CPF OU CNPJ: 59.685.258/0001-11	
VALOR DO CONTRATO: R$ 22.390,00 (VINTE E DOIS MIL TREZENTOS E NOVENTA REAIS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **KATIA ALVERTO DE FIGUEIRDO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

KATIA A. DE FIGUEIRDOSIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 228 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 228 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 031/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Saúde, como Agente de Serviços Gerais.	
VIGÊNCIA: 01/03/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: MARIA LUISA FERREIRA DE BRITO	
CPF OU CNPJ: 954.219.981-34	
VALOR DO CONTRATO: R$ 22.390,00 (VINTE E DOIS MIL TREZENTOS E NOVENTA REAIS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **KATIA ALVERTO DE FIGUEIRDO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Contro-

lar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

KATIA A. DE FIGUEIRDOSIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 229 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 229 , DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 032/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Saúde, como Agente de Serviços Gerais.	
VIGÊNCIA: 01/03/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: ANTONIA MARIA DA SILVA CRUZ	
CPF OU CNPJ: 023.455.243-32	
VALOR DO CONTRATO: R$ 22.390,00 (VINTE E DOIS MIL TREZENTOS E NOVENTA REAIS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **KATIA ALVERTO DE FIGUEIRDO**,Lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

KATIA A. DE FIGUEIRDOSIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 230, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 230, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 034/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: Tem por objetivo contratação de um Professor para atender a demanda do Ensino Fundamental na escola Municipal Paulo Freire da Secretaria Municipal de Educação.	
VIGÊNCIA: 03/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: SHYRLENE TAVARES ROLDÃO	
CPF OU CNPJ: 930.768.431-68	
VALOR DO CONTRATO: R$ 46.884,50 (QUARENTA E SEIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA**,Lotada na **Secretaria Municipal de Educação**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **KAMYLA RODRIGUES PERES**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

CRISTIANA R. VIEIRA KAMYLA RODRIGUES PERES

CPF: 880.759.401-30 CPF: 024.233.841-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 231, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 231, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 035/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: Tem por objetivo contratação de um Professor para atender a demanda do Ensino Fundamental na escola municipal Paulo Freire da Secretaria Municipal de Educação.	
VIGÊNCIA: 03/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: MORGANA MENDES BOA SORTE	
CPF OU CNPJ: 918.347.831-00	
VALOR DO CONTRATO: R$ 46.884,50 (QUARENTA E SEIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dis-

põe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA**,Lotada na **Secretaria Municipal de Educação**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **KAMYLA RODRIGUES PERES**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

CRISTIANA R. VIEIRA KAMYLA RODRIGUES PERES

CPF: 880.759.401-30 CPF: 024.233.841-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 232, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 232, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 036/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: Tem por objetivo contratação de um Professor para atender a demanda do Ensino Fundamental na escola municipal Paulo Freire da Secretaria Municipal de Educação.	
VIGÊNCIA: 03/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: CLEIRISMAR SOCORRO LOURENÇO	
CPF OU CNPJ: 015.590.701-88	
VALOR DO CONTRATO: R$ 46.884,50 (QUARENTA E SEIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA**,Lotada na **Secretaria Municipal de Educação**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao

contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **KAMYLA RODRIGUES PERES**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

CRISTIANA R. VIEIRA KAMYLA RODRIGUES PERES

CPF: 880.759.401-30 CPF: 024.233.841-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 233, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 233, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 037/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: Tem por objetivo contratação de um Professor para atender a demanda do Ensino Fundamental na escola municipal Paulo Freire da Secretaria Municipal de Educação.	
VIGÊNCIA: 03/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: ERICA RODRIGUES DE OLIVEIRA	
CPF OU CNPJ: 021.124.891.60	
VALOR DO CONTRATO: R$ 46.884,50 (QUARENTA E SEIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA**,Lotada na **Secretaria Municipal de Educação**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **KAMYLA RODRIGUES PERES**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

CRISTIANA R. VIEIRA KAMYLA RODRIGUES PERES

CPF: 880.759.401-30 CPF: 024.233.841-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 234, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 234, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 038/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: Tem por objetivo contratação de um Professor para atender a demanda do Ensino Fundamental na escola municipal Paulo Freire da Secretaria Municipal de Educação.	
VIGÊNCIA: 03/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: JUCILAINE MAGALHÃES BENTO BORGES	
CPF OU CNPJ: 947.394.551-53	
VALOR DO CONTRATO: R$ 46.884,50 (QUARENTA E SEIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA**,Lotada na **Secretaria Municipal de Educação**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **KAMYLA RODRIGUES PERES**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

CRISTIANA R. VIEIRA KAMYLA RODRIGUES PERES

CPF: 880.759.401-30 CPF: 024.233.841-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 235, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 235, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 039/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: A CONTRATADA prestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Educação como Monitora de Sala na Rede Municipal de Ensino de Ribeirãozinho.	
VIGÊNCIA: 03/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: ELIANE DOS SANTOS CASTRO	
CPF OU CNPJ: 941.113.591-91	
VALOR DO CONTRATO: R$ 46.884,50 (QUARENTA E SEIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA**,Lotada na **Secretaria Municipal de Educação**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **KAMYLA RODRIGUES PERES**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

CRISTIANA R. VIEIRA KAMYLA RODRIGUES PERES

CPF: 880.759.401-30 CPF: 024.233.841-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 236, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 236, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 040/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: Tem por objetivo contratação de um Professor para atender a demanda do Ensino Infantil na Escola Municipal Pequeno Polegar da Secretaria Municipal de Educação.	
VIGÊNCIA: 03/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: WELHIA DE PAULA ALVES	
CPF OU CNPJ: 036.415.671-65	
VALOR DO CONTRATO: R$ 46.884,50 (QUARENTA E SEIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA**,Lotada na **Secretaria Municipal de Educação**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os

serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **KAMYLA RODRIGUES PERES**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

CRISTIANA R. VIEIRA KAMYLA RODRIGUES PERES

CPF: 880.759.401-30 CPF: 024.233.841-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 237, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 237, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 041/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADOprestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Educação, como Motorista para o Transporte Escolar.	
VIGÊNCIA: 03/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: JULIO CESAR CARLOS RIBEIRO	
CPF OU CNPJ: 901.154.571-00	
VALOR DO CONTRATO: R$ 27.669,36 (VINTE E SETE MIL SEISCENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA**,Lotada na **Secretaria Municipal de Educação**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n. º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **KAMYLA RODRIGUES PERES**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato

com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

CRISTIANA R. VIEIRA KAMYLA RODRIGUES PERES

CPF: 880.759.401-30 CPF: 024.233.841-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 238, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 238, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 042/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O CONTRATADOprestará à CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Educação, como Motorista para o Transporte Escolar.	
VIGÊNCIA: 03/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: SILVIO ANTONIO PIMENTA	
CPF OU CNPJ: 076.478.878-74	
VALOR DO CONTRATO: R$ 27.669,36 (VINTE E SETE MIL SEISCENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA**,Lotada na **Secretaria Municipal de Educação**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **KAMYLA RODRIGUES PERES**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

CRISTIANA R. VIEIRA KAMYLA RODRIGUES PERES

CPF: 880.759.401-30 CPF: 024.233.841-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 239, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA N.º 239, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 043/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O objeto é a contratação de um professor de Educação Física para atender a demanda das Escolas municipal, junto a Secretária Municipal de Educação.	

VIGÊNCIA: 03/02/2025À 31/12/2025.
NOME CONTRATADO: GILDA APARECIDA FEITOSA DA SILVA
CPF OU CNPJ: 835.982.781-87
VALOR DO CONTRATO: R$ 46.884,50 (QUARENTA E SEIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, "caput" da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora **CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA**,Lotada na **Secretaria Municipal de Educação**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente a Senhora **KAMYLA RODRIGUES PERES**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 de abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

CRISTIANA R. VIEIRA KAMYLA RODRIGUES PERES

CPF: 880.759.401-30 CPF: 024.233.841-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 203, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0069/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Constitui objeto a contratação de profissionais especializados na prestação de serviços de Técnica de Enfermagem, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirãozinho/MT em todos os setores, conforme termo de referência.	
VIGÊNCIA: 02/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: RAIMUNDA DO NASCIMENTO SOUSA	
CPF OU CNPJ: 049.997.053-54	
VALOR DO CONTRATO: R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais),	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, "caput" da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se

apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____

KATIA A. DE FIGUEIREDO SIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 204, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0050/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Contratação de ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA – DIREITO PÚBLICO EM GERAL, DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL E APLICÁVEL A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência.	
VIGÊNCIA: 20/03/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: PAULO EMILIO MONTEIRO DE MAGALHAES SOCIEDADE UNIPESSOAL DE ADVOCACIA	
CPF OU CNPJ: 41.263.077/0001-31	
VALOR DO CONTRATO: R$ 62.725,00 (SESSENTA E DOIS MIL SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor VALCILENE GOULART CARRIJO**,** Lotado na **Secretaria Municipal de FINANÇAS**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **THIAGO BARBOSA VIANA**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____ **VAL-**

CILENE G. CARRIJO THIAGO B. VIANA

CPF: 906.520.371-00 CPF: 993.478.221-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 205, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0076/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: O objeto da presente Dispensa é a Contratação de CONSULTORIA E ASSESSORIA E PLANEJAMENTO DE PROJETOS SOCIAIS, SERVIÇOS PROCESSUAIS, GESTÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, BENEFÍCIOS PARA GESTÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL, RECURSOS DO FEAS, junto ao Fundo Municipal da Assistencial social	
VIGÊNCIA: 04/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: CLEIDE B. NERY	
CPF OU CNPJ: 49.006.672/0001-01	
VALOR DO CONTRATO: R$ 48.600,00 (quarenta e oito mil e seiscentos reais).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **DELDIMAR RIBEIRO,** Lotado na **Secretaria Municipal de ASSISTENCIA SOCIAL**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **LEILIANE MENDONÇA OLIVEIRA**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____

DELDIMAR RIBEIRO LEILIANE M. OLIVEIRA

CPF: 513.764741-15 CPF: 014.197.771-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 206, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0025/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Contratação de empresa para Confecção de Uniformes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Laser de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência.	
VIGÊNCIA: 14/03/2025À 14/06/2025.	
NOME CONTRATADO: TUBARÃO INDUSTRIA COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA	
CPF OU CNPJ: 32.953.905/0001-72	

VALOR DO CONTRATO: R$ 33.786,00 (TRINTA E TRES MIL SETECENTOS E OITENTA E SEIS REAIS)

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, "caput" da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA**,** Lotado na **Secretaria Municipal de ESPORTE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **KAMYLA PERES RODRIGUES**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____ CRISTIANA R. VIEIRA KAMYLA P. RODRIGUES

CPF: 880.759.401-30 CPF: 024.233.841-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 182, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0011/2025.	UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.
OBJETO: O objeto do presente contrato destina-se à Contratação de empresa de engenharia com profissional de engenharia com registro em classe para supervisão, fiscalização, orientação técnica, assessória, serviços técnicos, vistoria, avaliação, parecer técnico, medição e outras atribuições pertinentes ao cargo.	
VIGÊNCIA: 05/02/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: R. D. PLATERO	
CPF OU CNPJ: 59.051.294/0001-23	
VALOR DO CONTRATO: R$ 60.500,00 (SESSENTA MIL E QUINHENTOS REAIS)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, "caput" da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor CELESTINO DALCIN FILHO**,** Lotado na **Secretaria Municipal de Viação e Obras e Serviços Urbanos**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebi-

mento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **FLAVIA APARECIDA DOS SANTOS**, lotado na **Secretaria Municipal de Viação e Obras e Serviços Urbanos**.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 24 DE ABRIL DE 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____ **CELESTINO DALCIN FILHO**

FLAVIA APARECIDA DOS SANTOS

CPF: 795.546.951-87 CPF:072.802.106-43

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 183, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0074/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Constitui objeto a contratação de profissionais especializados na prestação de serviços de Fisioterapia, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirãozinho/MT em todos os setores, conforme termo de referência.	
VIGÊNCIA: 02/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: AMAURI RENATO BERGAMIN NETO	
CPF OU CNPJ: 010.315.471-00	
VALOR DO CONTRATO: R$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato

com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____

KATIA A. DE FIGUEIREDO SIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 184, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0072/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Constitui objeto a contratação de profissionais especializados na prestação de serviços Médicos Plantonistas, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirãozinho/MT em todos os setores, conforme termo de referência.	
VIGÊNCIA: 02/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: ANTENOR GONÇALVES FERREIRA NETO LTDA	
CPF OU CNPJ: 26.760.360/0001-85	
VALOR DO CONTRATO: R$ 170.100,00 (cento e setenta mil e cem reais)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____

KATIA A. DE FIGUEIREDO SIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 185, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0075/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Constitui objeto a contratação de profissionais especializados na prestação de serviços Médicos Plantonistas, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirãozinho/MT em todos os setores, conforme termo de referência.	
VIGÊNCIA: 02/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: C MACIEL FERREIRA CLINICA LTDA	
CPF OU CNPJ: 35.785.870/0001-06	
VALOR DO CONTRATO: R$ 170.100,00 (cento e setenta mil e cem reais)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, "caput" da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____

KATIA A. DE FIGUEIREDO SIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 186, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0070/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Constitui objeto a contratação de profissionais especializados na prestação de serviços de Técnica de Enfermagem, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirãozinho/MT em todos os setores, conforme termo de referência.	
VIGÊNCIA: 02/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: NILDMAN SEVERIANO CARRIJO	
CPF OU CNPJ: 007.287.611-57	
VALOR DO CONTRATO: R$ 27.000,00 (vinte e sete mil)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, "caput" da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanci-

ado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____

KATIA A. DE FIGUEIREDO SIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 187, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0021/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Contratação de empresa para realização de serviços de Buffet completo, mão de obra de decorações, aluguel de itens para realização de Evento "Festa das Mulheres", em comemoração ao Dia da Mulher.	
VIGÊNCIA: 11/03/2025À 11/05/2025.	
NOME CONTRATADO: GIOVANNA RIBEIRO MARQUES	
CPF OU CNPJ: 46.610.406/0001-97	
VALOR DO CONTRATO: R$ 55.000,00 (CINQUENTA E CINCO MIL REAIS)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, "caput" da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor DELDIMAR RIBEIRO**,** Lotado na **Secretaria Municipal de ASSISTENCIA SOCIAL**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **LEILIANE MENDONÇA OLIVEIRA**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____ **DELDIMAR RIBEIRO LEILIANE M. OLIVEIRA**

CPF: 513.764.741-15 CPF: 014.197.771-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 188, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0024/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2025, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 01/2025, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.	
VIGÊNCIA: 11/03/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: Lucilei Ribeiro Bento	
CPF OU CNPJ: 007.030.151- 41	
VALOR DO CONTRATO: R$ 15.400,00 (QUINZE MIL E QUATROCENTOS REAIS)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, "caput" da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA**,** Lotado na **Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **KAMYLA PERES RODRIGUES**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____ **CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA KAMYLA PERES RODRIGUES**

CPF: 880.759.401-30 CPF: 024.233.841-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 189, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0077/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Contratação de empresa de CONSULTORIA E ASSESSORIA NA AREA DE GESTÃO DE CONTRATOS E CONVENIOS, junto ao Fundo Municipal de Saúde.	
VIGÊNCIA: 04/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: GOVERNA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	
CPF OU CNPJ: 58.608.667/0001-51	
VALOR DO CONTRATO: R$ 27.000,00 (VINTE E SETE MIL)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, "caput" da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **KATIA ALBERTO FIGUEIREDO,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

KATIA A. FIGUEIREDO SIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 190, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0061/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Constitui objeto a contratação de profissionais especializados na prestação de serviços de Técnica de Enfermagem, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirãozinho/MT em todos os setores, conforme termo de referência.	
VIGÊNCIA: 02/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: EUZILENE LINA DA SILVA	
CPF OU CNPJ: 713.293.311-68	
VALOR DO CONTRATO: R$ 27.000,00 (vinte e sete mil)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das cer-

tidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____

KATIA A. DE FIGUEIREDO SIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 191, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0062/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Constitui objeto a contratação de profissionais especializados na prestação de serviços de Técnica de Enfermagem, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirãozinho/MT em todos os setores, conforme termo de referência.	
VIGÊNCIA: 02/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: GRACIELE DOS SANTOS RESENDE	
CPF OU CNPJ: 002.302.161-61	
VALOR DO CONTRATO: R$ 27.000,00 (vinte e sete mil)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____

KATIA A. DE FIGUEIREDO SIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 192, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0022/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Prestação de serviços continuados de apoio técnico administrativo na representação dos interesses da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirãozinho/MT junto a Central de Distribuição de Medicamentos da Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso, atuando na retirada e despacho de medicamentos de alto custo, medicamentos de campanhas (saúde da mulher, tabagismo, DSTs, COVID-19), e ainda, protocolar e acompanhar o trâmite de regulação, abertura e renovação de processos de solicitação de medicamentos diversos, bem como, protocolo e acompanhamento de exames oncológicos, testes do pezinho, entre outros assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde.	
VIGÊNCIA: 11/03/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: RAFAEL BARROS DOS REIS – RD PRIME ASSESSORIA E LOGÍSTIC	
CPF OU CNPJ: 43.170.857/0001-62	
VALOR DO CONTRATO: R$ 19.900,00 (DEZENOVE MIL E NOVECENTOS REAIS)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO**,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____ **KATIA A. DE FIGUEIREDO SIMIRANI F. C. FIGUEIREDO**

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 193, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0078/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços à municípios na área de planejamento governamental, elaboração e acompanhamento de projetos junto aos diferentes órgãos do Governo Federal e Governo do Estado de Mato Grosso	
VIGÊNCIA: 04/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: MDM ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	
CPF OU CNPJ: 41.112.345/0001-14	
VALOR DO CONTRATO: R$ 28.800,00 (VINTE E OITO E OITOCENTOS REAIS)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **ROSILDA OLIVEIRA SOARES,** Lotado na **Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO**, Fiscal do contrato acima men-

cionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **CARLA CRISTINA MACEDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

ROSILDA O. SOARES CARLA CRISTINA MACEDO

CPF: 592.703.221-49 CPF: 059.803.551-62

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 194, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0064/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Constitui objeto a contratação de profissionais especializados na prestação de serviços de Técnica de Enfermagem, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirãozinho/MT em todos os setores, conforme termo de referência.	
VIGÊNCIA: 02/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: JAKELINE ALVES DE PAIVA	
CPF OU CNPJ: 002.933.451-98	
VALOR DO CONTRATO: R$ 27.000,00 (vinte e sete mil)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à

Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____

KATIA A. DE FIGUEIREDO SIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 195, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0071/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Constitui objeto a contratação de profissionais especializados na prestação de serviços Médicos Plantonistas, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirãozinho/MT em todos os setores, conforme termo de referência.	
VIGÊNCIA: 02/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: L PORTILHO MENON LTDA	
CPF OU CNPJ: 44.585.202/0001-18	
VALOR DO CONTRATO: R$ 170.100,00 (cento e setenta mil e cem reais)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____

KATIA A. DE FIGUEIREDO SIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 196, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0081/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Contratação de empresa de Reforma e adequação de espaço para implantação do Projeto Cuidar, destinado ao atendimento de servidores públicos com serviços de apoio psicológico e nutricional, conforme edital e Projeto Básico.	
VIGÊNCIA: 14/04/2025À 16/06/2025.	
NOME CONTRATADO: IG DOS SANTOS LTDA	
CPF OU CNPJ: 40.853.895/0001-21	
VALOR DO CONTRATO: R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA,** Lotado na **Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **KAMYLA PERES RODRIGUES**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

CRISTIANA R. VIEIRA KAMYLA P. RODRIGUES

CPF: 880.759.401-30 CPF: 024.233.841-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 197, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0063/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Constitui objeto a contratação de profissionais especializados na prestação de serviços de Técnica de Enfermagem, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirãozinho/MT em todos os setores, conforme termo de referência.	
VIGÊNCIA: 02/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: HELENA DIAS RIBEIRO	
CPF OU CNPJ: 060.183.031-83	
VALOR DO CONTRATO: R$ 41.040,00 (quarenta e um mil e quarenta reais)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____

KATIA A. DE FIGUEIREDO SIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 198, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0023/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, exercício de 2025, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 01/2025, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.	
VIGÊNCIA: 11/03/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: Cooperativa Mista de Aragarças	
CPF OU CNPJ: 32.820.966/0001-61	
VALOR DO CONTRATO: R$ 40,000,00 (QUARENTA MIL REAIS REAIS)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA**,** Lotado na **Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da

contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **KAMYLA PERES RODRIGUES**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA KAMYLA PERES RODRIGUES

CPF: 880.759.401-30 CPF: 024.233.841-06

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 199, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0065/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Constitui objeto a contratação de profissionais especializados na prestação de serviços de Enfermeira, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirãozinho/MT em todos os setores, conforme termo de referência.	
VIGÊNCIA: 02/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: MARINA BENTO CARNEIRO NHAMBA	
CPF OU CNPJ: 027.101.221-89	
VALOR DO CONTRATO: R$ 58.320,00 (cinquenta e oito mil e trezentos e vinte reais)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____

KATIA A. DE FIGUEIREDO SIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 208, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0066/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Constitui objeto a contratação de profissionais especializados na prestação de serviços de Técnica de Enfermagem, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirãozinho/MT em todos os setores, conforme termo de referência.	
VIGÊNCIA: 02/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: NILMA GONÇALVES DE FARIA	
CPF OU CNPJ: 468.584.401-78	
VALOR DO CONTRATO: R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais),	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, "caput" da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____

KATIA A. DE FIGUEIREDO SIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 200, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0060/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Constitui objeto a contratação de profissionais especializados na prestação de serviços de Técnica de Enfermagem, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirãozinho/MT em todos os setores, conforme termo de referência.	
VIGÊNCIA: 02/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: EDILAINE GOMES DA SILVA CORREIA	
CPF OU CNPJ: 706.453.091-09	
VALOR DO CONTRATO: R$ 27.000,00 (vinte e sete mil)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, "caput" da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de

01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____

KATIA A. DE FIGUEIREDO SIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 201, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0067/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Constitui objeto a contratação de profissionais especializados na prestação de serviços de Técnica de Enfermagem, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirãozinho/MT em todos os setores, conforme termo de referência.	
VIGÊNCIA: 02/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: PALOMA OLIVEIRA ALMEIDA	
CPF OU CNPJ: 014.612.383-23	
VALOR DO CONTRATO: R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quan-

do for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____

KATIA A. DE FIGUEIREDO SIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 202, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0068/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Constitui objeto a contratação de profissionais especializados na prestação de serviços de Farmacêutico, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirãozinho/MT em todos os setores, conforme termo de referência.	
VIGÊNCIA: 02/04/2025À 31/12/2025.	
NOME CONTRATADO: PAULIANE BENTO	
CPF OU CNPJ: 025.134.441-08	
VALOR DO CONTRATO: R$ $ 42.120,00 (quarenta e dois mil cento e vinte reais)	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, “caput” da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **KATIA ALBERTO DE FIGUEIREDO,** Lotado na **Secretaria Municipal de SAUDE**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **SIMIRANI DE FATIMA COELHO FIGUEIREDO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____ _____

KATIA A. DE FIGUEIREDO SIMIRANI DE F. C. FIGUEIREDO

CPF: 030.354.571-23 CPF: 424.539.331-91

FISCAL SUPLENTE

PORTARIA N.º 207, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 0082/2025.	**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL.**
OBJETO: Contratação de empresa especializada em Limpeza e Impermeabilização dos pisos das Escolas Municipais.	
VIGÊNCIA: 16/04/2025À 16/06/2025.	
NOME CONTRATADO: Marcela Adriana Ramos de Oliveira	
CPF OU CNPJ: 56.910.855/0001-04	
VALOR DO CONTRATO: R$ 27.265,00 (vinte e sete mil e duzentos e sessenta e cinco reais).	

O Senhor **DANILO COELHO DOMINGOS**, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, "caput" da Lei Federal nº. 14. 133, de 2021, – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Servidor **CRISTIANA RODRIGUES VIEIRA,** Lotado na **Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO**, Fiscal do contrato acima mencionado, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria e Instrução Normativa Interna - SCL nº 001/2014, devendo ainda:

a) Acompanhar, fiscalizar e anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto no art. 117 da Lei nº14.133, de 01 abril de 2021; b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual; c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades; d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante; e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções; f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado; g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento; h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais; i) Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário; j) Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; k) Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS, CNDT e MUNICIPAL); l) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento; m) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração; n) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista; o) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual; p) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do Servidor supra designado, fica designado como Suplente o Senhor **KAMYLA PERES RODRIGUES**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Licitações, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido a Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho – MT- 24 de Abril de 2025.

DANILO COELHO DOMINGO

Prefeito Municipal

VANIA FRANCISO CARRIJO DA SILVA

Secretária de Administração

CIENTE:

_____

_____

CRISTIANA R. VIEIRA KAMYLA P. RODRIGUES

CPF: 880.759.401-30 CPF: 024.233.841-06

FISCAL SUPLENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025

(Processo Administrativo n.° 013/2025)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, sediada na Avenida Cerejeiras, n.° 90, Bairro Fidelândia, CEP n.º. 78. 275-000, na cidade de Rio Branco – MT, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a uma Dispensa de Licitação para aquisição de Postes e Luminárias, empresas interessadas podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Propostas deverão ser encaminhadas ao setor de licitação até o dia 08/05/2025, para o seguinte objeto: "AQUISIÇÃO DE POSTES E LUMINARIAS PARA ILUNINAÇÃO PUBLICA E ILUMINAÇÃO NO PORTAL DA CIDADE DE RIO BRANCO / MT."

Os interessados em apresentar proposta, entrar em contato com a comissão da contração, através do Telefone (65) 3257-1146/1197 ou pelo e-mail licitacao@riobranco.mt.gov.br em dias úteis, das 08h00 às 14h00 horas (Horário de Brasília – DF).

Rio Branco – MT, 29 de abril de 2025.

Pabollo Victor Batista Simam

Prefeito Municipal

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 002/2025 - CONTAS ANUAIS DE GESTÃO E AS CONTAS DE GOVERNO DE 2024 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 002/2025

O SENHOR **PABOLLO VICTOR BATISTA SIMAN**, PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO - MT, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES EM CUMPRIMENTO AO ARTIGO 31, § 3° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 209 DA CONSTITUIÇÃO ES-

TADUAL, COMUNICA QUE AS **CONTAS ANUAIS DE GESTÃO E AS CONTAS DE GOVERNO DE 2024** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO **–** MT, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024, ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO PARA APRECIAÇÃO DOS CIDADÃOS E INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE, OS QUAIS PODERÃO QUESTIONAR-LHES A LEGITIMIDADE.

INFORMO QUE TODOS OS ANEXOS DO BALANÇO GERAL DE 2024 SE ENCONTRA PUBLICADO NO LINK ABAIXO RELACIOLADO.

https://transparencia.riobranco.mt.gov.br:8040/transparencia/?AcessoIndividual=LnkBalanco

https://riobranco.mt.gov.br/transparencia/planejamento-e-prestacao-de-contas

RIO BRANDO – MT, 15 DE FEVEREIRO DE 2025.

PABOLLO VICTOR BATISTA SIMAN

Prefeito Municipal

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 280/2024 – REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024 GERENCIADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA – MT.

AVISO DE ADESÃO

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 280/2024 – REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024 GERENCIADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA – MT.

A Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT, torna público para conhecimento dos interessados que **ADERIU** a Ata de Registro de Preços nº 280/2024 – Referente ao Pregão Eletrônico nº 26/2024 cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA, VEICULOS, MOTOCICLETAS, E VAN PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA/MT**, que teve como vencedora a empresa: **BRESSAN, LAMONATTO & CIA.LTDA, CNPJ nº 03.512.021/0001-84, situada na RUA COLONIZADOR ENIO PIPINO, nº 3333, Bairro SETOR INDUSTRIAL, na cidade de SINOP – MT**, o município de Rio Branco pretende aderir o item da tabela abaixo:

Item	DESCRIÇÃO DO ITEM	Marca	Unid.	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
1	VEÍCULO MODELO SUV OU MINIVAN; NOVO, ZERO QUILÔMETRO; FABRICAÇÃO NACIONAL OU IMPORTADO; ANO DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR AO ANO DA REQUISIÇÃO; QUATRO PORTAS LATERAIS; CAPACIDADE PARA 7 LUGARES; MOTOR FLEX 1.8 OU SUPERIOR; CÂMBIO AUTOMÁTICO.	GM/CHEVROL ET SPIN LTZ 1.8 8V ECONO.FLEX 5P AUT. 7 L 24/25	Unid.	01	*R$ 139,900,00*	*R$ 139,900,00*

Rio Branco – MT, 29 de abril de 2025.

PABOLLO VICTOR BATISTA SIMAN

CNPJ/MF: 15.023.997/0001-72

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 028/2025

(Inc. I do Art. 75 da Lei 14.133/2021)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Agente de Contratação nomeada através do Decreto nº 329/GAB/PMR de 07 de Janeiro de 2025, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 028/2025**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 200/2025, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a **Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de manutenção Preventiva e Corretiva da Motoniveladora Caterpillar 120K ZZZ0005, para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**. A Proposta de Preço e toda documentação poderá ser encaminhada via e-mail institucional: *licitacao.rondolandia@gmail.com* no período de até 03 (três) dias úteis da publicação, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min.

Rondolândia - MT, 29 de Abril de 2025.

Keila Taiani Nascimento Freire

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 125 - 2025

PORTARIA Nº 125/2025, DE 28 DE ABRIL DE 2.025

“Nomeia membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT, O SR. MARIANO BALABAM, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável as seguintes pessoas:

I – Representantes da Secretária Municipal de Agricultura:

a) – Titular: EUDÉSIO DA SILVA

b) – Suplente: URBANO PIRES DE CAMARGO

II – Representante da Câmara Municipal:

a) – Titular: AMILSON CLAUDIO NEPONUCENO

b) – Suplente: JOSE GOMES DA SILVA

III – Representante do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – INDEA-MT:

a) – Titular: LADISLAU ANDRELINO DE SOUZA

b) – Suplente: NELSON MARTINS

IV – Representante da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência Extensão Rural do Estado de Mato Grosso – EMPAER/MT:

a) – Titular: ANTÔNIO ADÃO CORREA DE MORAES

b) – Suplente: NADYO HENRIQUE LOPES DE MIRANDA

V – Representante do Banco do Brasil S/A:

a) – Titular: MAURO SERGIO CORREA

b) – Suplente: JEAN CARLOS LIBARDI PINTO

VI – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosário Oeste-MT:

a) – Titular: CRISTIANE ANZIL DA SILVA

b) – Suplente: MEIRE CRISTINA MELO DUARTE

VII – Representante do Sindicato Patronal Rural de Rosário Oeste-MT:

a) – Titular: EUCLIDES MACIEL DA CRUZ

b) -Suplente: LIGIA CAROLINE RODRIGUES MICHELETTI MARIANO

Art. 2º - Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação ou sua afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Rosário Oeste (MT), 28 de abril de 2025.

MARIANO BALABAM

Prefeito Municipal

Dr. JÚLIO SILO DA CONCEIÇÃO FILHO

Assistente Jurídico do Município

CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE-MT

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 004/2025

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO PODER LEGISLATIVO DE ROSÁRIO OESTE-MT, O DIA 02/05/2025 (SEXTA-FEIRA).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o art. 75,3,II,a,1 do Regimento Interno da Câmara Municipal, Resolução 01/95, que determina a forma em que os atos do Presidente da Câmara de regulamentação dos serviços administrativos devem ser realizados,

Resolve:

I - Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, na Câmara Municipal de Rosário Oeste-Mt, o dia 02 de MAIO de 2025 (SEXTA-FEIRA).

II- O disposto neste Ato não se aplica aos que prestam serviços de Vigilante ou Guarda Patrimonial, no período noturno.

III - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Rosário Oeste-MT, em 29 de abril de 2025.

VER.AMILSON CLAUDIO NEPONOCENO

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

EXTRATO DE CONTRATO 58/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2025

Processo Administrativo Licitatório Nº 112/2025

OBJETO: FOMENTO COM ENTIDADE QUE PROMOVA O INCENTIVO À CULTURA NA MODALIDADE DE AULAS DE MÚSICA E DESENVOLVIMENTO DAS ARTES NO MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA CULTURAL CARMENSE (AACC)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM.

VALOR GLOBAL: R$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais)

DATA ASSINATURA: 25/04/2025.

VIGÊNCIA: 25/04/2025 A 31/12/2025.

Procurador Jurídico: Adriano Bulhões dos Santos

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2025

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2025

Processo Administrativo Licitatório Nº 137/2025

A Prefeitura Municipal de SANTA CARMEM, através da Pregoeira e equipe de apoio, nomeada através da portaria Nº 49/2025, torna público para conhecimento dos interessados, que na licitação modalidade de **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS EM ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO NOS ORGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS, E BUSCA DE PACIENTES ENCAMINHAMOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM/MT.**Com abertura marcada para o dia 23/04/2025 e homologada no dia 29/04/2025, teve como vencedor a empresa:

CUSTODIO ASSESSORARIA E CONSULTORIA LTDA-ME, cadastrada no CNPJ 30.507.973.0002-63, por apresentar o valor R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), sendo R$ 8.000,00 (oito mil reais) mensal

Santa Carmem, 29 de Abril de 2025

Marceli Salete Tafarel

Agente de Contratação - Pregoeira

Portaria nº 49/2025

PORTARIA Nº 218/2025

DATA: 29 de ABRIL de 2025.

SÚMULA: Nomeia FISCAIS e SUPLENTES da Ata de Registro de Preço nº 101/2024.

PABLO LIBERAL BORTOLAS, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores: Sec. Mun. Esporte, Lazer, Turismo e Juventude: Sec. Mun. Esporte, Lazer, Turismo e Juventude: **Sr.ª Laiza Rubim** como FISCAL e **Sr.ª Renata da Silva Freire Leivas** como SUPLENTE; da Ata de Registro de Preços nº 101/2024 firmada com a empresa **VANDERLEIA APARECIDA BORGES CHAVONI ELY**, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO PERÍMETRO URBANO E ESPAÇOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO, INCLUSO FORNECIMENTO DE MATERIAIS**, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital **PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2024 – SRP 43/2024.**

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 29 de ABRIL de 2025.

PABLO LIBERAL BORTOLAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 216/2025

DATA: 25 de abril de 2025.

SÚMULA: Nomeia novo FISCAL e SUPLENTE do contrato Nº 58/2025.

PABLO LIBERAL BORTOLAS, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores: **Srª Dirce Inês Niederle Menim**, **Sr. Marinaldo Batista Silva** e **Srª Paula Rejane Weber** como membros da Comissão de Monitoramento deste Contrato; do Contrato 58/2025, firmado com empresa **ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA CULTURAL CARMENSE (AACC),** cujo objeto é termo de parceria na modalidade Fomento com **entidade que promova o incentivo à cultura na modalidade de aulas de música e desenvolvimento das artes no município de Santa Carmem.** ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 25 de abril de 2025.

PABLO LIBERAL BORTOLAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 38/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2025 – SRP Nº 16/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 116/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA CARMEM/MT.

EMPRESA REGISTRADA: BRAVO COMÉRCIO E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

VALOR GLOBAL REGISTRADO EM ATA: R$ 34.224,04 (TRINTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E QUATRO CENTAVOS)

DATA DA ASSINATURA: 23/04/2025

VIGÊNCIA:23/04/2025 a 22/04/2026

PROCURADOR JURÍDICO: ADRIANO BULHOES DOS SANTOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 39/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2025 – SRP Nº 16/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 116/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA CARMEM/MT.

EMPRESA REGISTRADA: GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

VALOR GLOBAL REGISTRADO EM ATA: R$ 76.605,00 (SETENTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E CINCO REAIS)

DATA DA ASSINATURA: 23/04/2025

VIGÊNCIA:23/04/2025 a 22/04/2026

PROCURADOR JURÍDICO: ADRIANO BULHOES DOS SANTOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 40/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2025 – SRP Nº 16/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 116/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA CARMEM/MT.

EMPRESA REGISTRADA: ICOMEPS INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL ESPORTIVO LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

VALOR GLOBAL REGISTRADO EM ATA: R$ 6.290,00 (SEIS MIL, DUZENTOS E NOVENTA REAIS)

DATA DA ASSINATURA: 23/04/2025

VIGÊNCIA:23/04/2025 a 22/04/2026

PROCURADOR JURÍDICO: ADRIANO BULHOES DOS SANTOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 42/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2025 – SRP Nº 16/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 116/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA CARMEM/MT.

EMPRESA REGISTRADA: LCA INDUSTRIA E COMERCIO DE CORDAS E REDES ESPORTIVAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

VALOR GLOBAL REGISTRADO EM ATA: R$ 2.400,00 (DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS)

DATA DA ASSINATURA: 23/04/2025

VIGÊNCIA:23/04/2025 a 22/04/2026

PROCURADOR JURÍDICO: ADRIANO BULHOES DOS SANTOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 43/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2025 – SRP Nº 16/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 116/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA CARMEM/MT.

EMPRESA REGISTRADA: PARANA INDUSTRIA E COMERCIO DE REDES E CORDAS – LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

VALOR GLOBAL REGISTRADO EM ATA: R$ 16.340,00 (DEZESSEIS MIL, TREZENTOS E QUARENTA REAIS)

DATA DA ASSINATURA: 23/04/2025

VIGÊNCIA:23/04/2025 a 22/04/2026

PROCURADOR JURÍDICO: ADRIANO BULHOES DOS SANTOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 44/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2025 – SRP Nº 16/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 116/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA CARMEM/MT.

EMPRESA REGISTRADA: PLUS SPORT COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

VALOR GLOBAL REGISTRADO EM ATA: R$ 146.376,05 (CENTO E QUARENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E CINCO CENTAVOS)

DATA DA ASSINATURA: 23/04/2025

VIGÊNCIA:23/04/2025 a 22/04/2026

PROCURADOR JURÍDICO: ADRIANO BULHOES DOS SANTOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 45/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2025 – SRP Nº 16/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 116/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA CARMEM/MT.

EMPRESA REGISTRADA: RAMSIG LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

VALOR GLOBAL REGISTRADO EM ATA: R$ 4.720,00 (QUATRO MIL, SETECENTOS E VINTE REAIS)

DATA DA ASSINATURA: 23/04/2025

VIGÊNCIA:23/04/2025 a 22/04/2026

PROCURADOR JURÍDICO: ADRIANO BULHOES DOS SANTOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 46/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2025 – SRP Nº 16/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 116/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA CARMEM/MT.

EMPRESA REGISTRADA: ROSILENE TONATTO SPAZZINI EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

VALOR GLOBAL REGISTRADO EM ATA: R$ 11.280,00 (ONZE MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS)

DATA DA ASSINATURA: 23/04/2025

VIGÊNCIA:23/04/2025 a 22/04/2026

PROCURADOR JURÍDICO: ADRIANO BULHOES DOS SANTOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 48/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2025 – SRP Nº 16/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 116/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA CARMEM/MT.

EMPRESA REGISTRADA: SSC SOLUÇÕES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

VALOR GLOBAL REGISTRADO EM ATA: R$ 57.954,80 (CINQUENTA E SETE MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS)

DATA DA ASSINATURA: 23/04/2025

VIGÊNCIA:23/04/2025 a 22/04/2026

PROCURADOR JURÍDICO: ADRIANO BULHOES DOS SANTOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 49/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2025 – SRP Nº 16/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 116/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA CARMEM/MT.

EMPRESA REGISTRADA: TREVENZA SOLUCOES LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

VALOR GLOBAL REGISTRADO EM ATA: R$ 18.883,40 (DEZOITO MIL, OITOCENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

DATA DA ASSINATURA: 23/04/2025

VIGÊNCIA:23/04/2025 a 22/04/2026

PROCURADOR JURÍDICO: ADRIANO BULHOES DOS SANTOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 50/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2025 – SRP Nº 16/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 116/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA CARMEM/MT.

EMPRESA REGISTRADA: 55.797.870 VINICIUS MOREIRA DA SILVA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

VALOR GLOBAL REGISTRADO EM ATA: R$ 14.886,20 (QUATORZE MIL, OITOCENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS)

DATA DA ASSINATURA: 23/04/2025

VIGÊNCIA:23/04/2025 a 22/04/2026

PROCURADOR JURÍDICO: ADRIANO BULHOES DOS SANTOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 51/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2025 – SRP Nº 16/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 116/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA CARMEM/MT.

EMPRESA REGISTRADA: YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES – LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

VALOR GLOBAL REGISTRADO EM ATA: R$ 396,00 (TREZENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS)

DATA DA ASSINATURA: 23/04/2025

VIGÊNCIA:23/04/2025 a 22/04/2026

PROCURADOR JURÍDICO: ADRIANO BULHOES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 214/2025

DATA: 23 de abril de 2025.

SÚMULA: Nomeia novo FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro Nº 37/2025, Nº 38/2025, Nº 39/2025,

Nº 40/2025, Nº 41/2025, Nº 42/2025, Nº 43/2025, Nº 44/2025, Nº 45/2025, Nº 46/2025, Nº 47/2025, Nº 48/2025, Nº 49/2025, Nº 50/2025 e Nº 51/2025.

PABLO LIBERAL BORTOLAS, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores: Sec. Mun. Educação e Cultura: **Srª. Dirce Inês Niederle Menin** como FISCAL e **Srª. Renata da Silva Freire Leivas** como SUPLENTE; Sec. Mun. Assistência Social: **Srª. Flávia Macedo Lopes** como FISCAL e **Srª. Valéria Bortolas** como SUPLENTE; Sec. Mun. Saúde: **Srª. Pamela Chavoni Ely** como FISCAL e **Sr. Anderson de Pinho Ferreira** como SUPLENTE; Sec. Mun. Esporte, Lazer, Turismo e Juventude: **Sr.ª Laiza Rubim** como FISCAL e **Sr.ª Renata da Silva Freire Leivas** como SUPLENTE; da Ata de Registro Nº 37/2025, firmado com a empresa **ANTONIA DINAIR LIMA E SILVA ME**, da Ata de Registro Nº 38/2025, firmado com a empresa **BRAVO COMÉRCIO E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA,** da Ata de Registro Nº 39/2025, firmado com a empresa **GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA,** da Ata de Registro Nº 40/2025, firmado com a empresa **ICOMEPS INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL ESPORTIVO LTDA,** da Ata de Registro Nº 41/2025, firmado com a empresa **INDÚSTRIA FENIX CORTE A LASER LTDA,** da Ata de Registro Nº 42/2025, firmado com a empresa **LCA INDUSTRIA E COMERCIO DE CORDAS E REDES ESPORTIVAS LTDA,** da Ata de Registro Nº 43/2025, firmado com a empresa **PARANA INDUSTRIA E COMERCIO DE REDES E CORDAS - LTDA,** da Ata de Registro Nº 44/2025, firmado com a empresa **PLUS SPORT COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA,** da Ata de Registro Nº 45/2025, firmado com a empresa **RAMSIG LTDA,** da Ata de Registro Nº 46/2025, firmado com a empresa **ROSILENE TONATTO SPAZZINI EPP,** da Ata de Registro Nº 47/2025, firmado com a empresa **SANDRINI ATACADO E VAREJO LTDA,** da Ata de Registro Nº 48/2025, firmado com a empresa **SSC SOLUÇÕES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA,** da Ata de Registro Nº 49/2025, firmado com a empresa **TREVENZA SOLUCOES LTDA,** da Ata de Registro Nº 50/2025, firmado com a empresa **55.797.870 VINICIUS MOREIRA DA SILVA,** da Ata de Registro Nº 51/2025, firmado com a empresa **YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES – LTDA**, cujo objeto referente à **registro de preços para futura e eventual aquisição de material esportivo, em atendimento as necessidades das secretarias municipais de Santa Carmem/MT,** tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital **PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2025 – SRP 16/2025**.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 23 de abril de 2025.

PABLO LIBERAL BORTOLAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DISPENSA N° 015/2025

AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA

DISPENSA N° 015/2025

PROCESSO N.º 032/2025

O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU, ESTADO DE MATO GROSSO, torna público para conhecimento dos interessados que a **Dispensa de Licitação nº 015/2025**, destinada à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE 3 KITS STARLINK (TERMINAL DE USUÁRIO V3), COM INSTALAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E PAGAMENTO DE 12 MENSALIDADES, VISANDO GARANTIR CONECTIVIDADE VIA SATÉLITE ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS RICIERI BERTÉ - FUNDAMENTAL, RICIERI BERTÉ - INFANTIL E À CRECHE MUNICIPAL IVO DA SILVA CARVALHO, NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT.**, restou **fracassada**, tendo em vista a **inabilitação da empresa declarada vencedora**, por **ausência de certidões e atestado de capacidade técnica.**

Para mais informações, os interessados poderão entrar em contato pelo e-mail **licitacao@santacruzdoxingu.mt.gov.br** ou no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu/MT.

Santa Cruz do Xingu/MT, 29 de abril de 2025.

RAYANE RODRIGUES NASCIMENTO

Agente de Contratação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2025

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação Pregão Presencial n° 005/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LANCHES, SALGADOS E SIMILARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT. Modalidade Pregão n° 005/2025, na forma presencial, tipo: Menor Preço por Item. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 15 de maio de 2025. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 99255-9418, pelo e-mail: licitacao@santacruzdoxingu.mt.gov.br, pelo site: https://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br.Santa Cruz do Xingu – MT, 29 de abril de 2025.

RAYANE RODRIGUES NASCIMENTO

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0195/2025

DE 29 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NIVEL DOS SERVIDORES EFETIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Elevação de Nível dos servidores efetivos relacionados abaixo, conforme a Lei Complementar Municipal Nº 082/2018 de 11 de junho de 2018 e Lei Complementar Municipal 86/2018 de 26 de julho de 2018.

COD FUNC	SERVIDOR	CLASSE NIVEL/ ATUAL	CLASSE NIVEL/ NOVO
1252	DANIEL REUS SCHNEIDER	C-05	C-06
1255	ARTEMIO SYPERRECK	C-05	C-06
2438	ALAN REIS DE OLIVEIRA	B-02	B-03
2451	LEOMIR ORTEGA	A-02	A-03
2454	CAMILA TAQUES FERREIRA	B-02	B-03
2455	THAIGO GORATO NEVES	B-02	B-03
2462	RENATO PEREIRA SANTOS	B-02	B-03
627	SIMONE CARNEIRO DA SILVA	C-06	C-07
2447	SAULO BOMFIM DE OLIVEIRA	B-02	B-03
2449	MARCIA SABKA CASTAGNA	B-02	B-03
2464	ELIANA LEAL MENDES	B-02	B-03
2457	ELIANE DE FRANCA BARBOSA	A-02	A-03
2458	EDILSON DO CARMO CARNEIRO ARAGAO	B-02	B-03

Art. 2º. *A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 29 de abril de 2025.

VOLMIR BASSANI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.

DETENTORAS: MONTENEGRO BUSINESS PARTICIPACOES LTDA, inscrita no **CNPJ sob nº. 29.956.581/0001-11** e Inscrição Estadual nº0055313616, estabelecida Endereço: Av Dom Aquino S/N 1 ANDAR, CEP: 78480-000, Município: Rosário Oeste-MT**; NO VALOR TOTAL R$ 904.136,92 (novecentos e quatro mil e cento e trinta e seis reais e noventa e dois centavos)** VIGENCIA: 29/04/2025 ATÉ 29/04/2026. **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E LAZER - SMCEL.**

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0198/2025

29 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA THAUANY VALESKA DE FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede férias a servidora **THAUANY VALESKA DE FREITAS**, inscrita na matricula sob nº: 1941, no período de 05/05/2025 a 03/06/2025. Referente ao período aquisitivo de 13/04/2024 a 12/04/2025.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 29 DE ABRIL DE 2025.

VOLMIR BASSANI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2023 REFERENTE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, COM FINALIDADE DE INSTALAÇÃO DA ESCOLA DE ARTES MARCIAIS TAEKWONDO, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E O SR. DOMINGOS FERRON.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob nº 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VOLMIR BASSANI**, doravante denominado simplesmente **LOCATÁRIO**, e, de outro lado, o Sr. **DOMINGOS FERRON,** brasileiro, residente na Av. Flavio Luiz Esquina com a Rua Morocó, s/nº, Centro, na Cidade de Santa Rita do Trivelato - MT, doravante denominado simplesmente **LOCADOR**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo e valor ao **Contrato 037/2023**, que será regido pela Lei nº 8.666/93, e suas respectivas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência contratual e aditar o valor da locação, ambos do Contrato nº 037/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

2.1. A vigência do presente contrato fica prorrogada em **mais 12 (doze) meses**, passando a vigorar até **31 de maio de 2026**, podendo ser prorrogado por igual período caso haja interesse entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

3.1.O valor global do presente aditivo será de **R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais),** pago em 12 (doze) parcelas mensais, igual e sucessivas, no valor de **R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais)** cada, na forma inicialmente pactuada.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária especificada e consignada na peça orçamentária do exercício de 2025, e as despesas que incidirem apenas no ano seguinte serão empenhadas em dotação própria e específica do exercício 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

RED- 554- 11.001.27.812.0007.2084.3.3.90.36.1.500.0000000

CLÁUSULA QUINTA – DO AMPARO LEGAL:

5.1 O presente Termo Aditivo está amparado pela Lei Federal n 8.666/93, bem como na Lei Federal nº 8.245/91, no que diz respeito a vigência.

CLÁUSULA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1 Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes em 31/05/2023.

E, por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor, e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Santa Rita do Trivelato – MT, 30 de maio de 2025.

VOLMIR BASSANI

PREFEITO MUNICIPAL

LOCATÁRIO

DOMINGOS FERRON

LOCADOR

TESTEMUNHAS:

MARIA CILENE PEREIRA IGOR SILVA VIEIRA

CPF: 655.***.***-15 CPF: 051.***.***-40

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 PROCESSO ADM: Nº 015/2025

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 Processo Adm: Nº 015/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E LAZER - SMCEL

Empresas vencedoras valor total: R$ 904.136,92 (novecentos e quatro mil e cento e trinta e seis reais e noventa e dois centavos): **MONTENEGRO BUSINESS PARTICIPACOES LTDA** (29956581000111) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 no valor total de R$

904.136,92 (novecentos e quatro mil e cento e trinta e seis reais e noventa e dois centavos).

SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, 29 de abril de 2025

DIENIFFER MOURA DA SILVA CONDUTOR DE PROCESSOS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0201/2025

29 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JULIAN RICCO CARNELOCCI LARGURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede férias ao servidor **JULIAN RICCO CARNELOCCI LARGURA,** inscrito na matricula sob nº: 3043, no período de 05/05/2025 a 24/05/2025. Referente ao período aquisitivo de 24/01/2024 a 23/01/2025, sendo 10 (dez) dias gozados e 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 29 DE ABRIL DE 2025.

VOLMIR BASSANI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0202/2025

29 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ALEX REIS DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede férias ao servidor **ALEX REIS DE OLIVEIRA,** inscrito na matricula sob nº: 2499, no período de 05/05/2025 a 09/05/2025. Referente ao período aquisitivo de 05/07/2023 a 04/07/2024.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 29 DE ABRIL DE 2025.

VOLMIR BASSANI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0203/2025

29 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR HELCIO BRUNO NERIS DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede férias ao servidor **HELCIO BRUNO NERIS DE SOUZA,** inscrito na matricula sob nº: 3134, no período de 12/05/2025 a 30/05/2025. Referente ao período aquisitivo de 29/04/2024 a 28/04/2025.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 29 DE ABRIL DE 2025.

VOLMIR BASSANI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 PROCESSO ADM: Nº 015/2025 E TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 PROCESSO ADM: Nº 015/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 Processo Adm: Nº 015/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E LAZER – SMCEL

Empresas vencedoras valor total: R$ 904.136,92 (novecentos e quatro mil e cento e trinta e seis reais e noventa e dois centavos): MONTENEGRO BUSINESS PARTICIPACOES LTDA (29956581000111) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 no valor total de R$ 904.136,92 (novecentos e quatro mil e cento e trinta e seis reais e noventa e dois centavos).

SANTA RITA DO TRIVELATO (MT), terça-feira, 29 de abril de 2025

VOLMIR BASSANI AUTORIDADE DE PROMOTOR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 Processo Adm: Nº 015/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E LAZER - SMCEL

Empresas vencedoras valor total: R$ 904.136,92 (novecentos e quatro mil e cento e trinta e seis reais e noventa e dois centavos): MONTENEGRO BUSINESS PARTICIPACOES LTDA (29956581000111) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 no valor total de R$ 904.136,92 (novecentos e quatro mil e cento e trinta e seis reais e noventa e dois centavos).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) CONFORME EDITAL, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

SANTA RITA DO TRIVELATO (MT), terça-feira, 29 de abril de 2025

VOLMIR BASSANI AUTORIDADE COMPETENTE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0200/2025

29 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR LUIZ CARLOS FIDALSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede férias ao servidor **LUIZ CARLOS FIDALSKI**, inscrito na matricula sob nº: 48, no período de 05/05/2025 a 20/05/2025. Referente ao período aquisitivo de 05/02/2023 a 04/02/2024.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 29 DE ABRIL DE 2025.

VOLMIR BASSANI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0197/2025

29 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA SHIRLENE DO NASCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede férias a servidora **SHIRLENE DO NASCIMENTO**, inscrita na matricula sob nº: 2491, no período de 05/05/2025 a 09/05/2025. Referente ao período aquisitivo de 10/06/2023 a 09/06/2024.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 29 DE ABRIL DE 2025.

VOLMIR BASSANI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0196/2025

29 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA CAMILA TAQUES FERREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede férias a servidora **CAMILA TAQUES FERREIRA**, inscrita na matricula sob nº: 2454, no período de 05/05/2025 a 13/06/2025. Sendo 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 29/04/2021 a 28/04/2022 e 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 29/04/2022 a 28/04/2023.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 29 DE ABRIL DE 2025.

VOLMIR BASSANI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.008/2025

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato- MT, Sr.**VOLMIR BASSANI,** torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas nos autos, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com finalidade de **CONTRATAÇÃO DA BANDA STILLU'S PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NO TRIVELATO RODEIO SHOW, AGENDADO PARA O DIA 3 DE MAIO DE 2025, COM O OBJETIVO DE ATENDER À SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E LAZER (SMCEL), PROMOVENDO O INCENTIVO À CULTURA,** junto à empresa **29.795.819 JOSIMARIO SILVIO DE ALMEIDA**, com sede na **Rua:AVENIDA HUBERTO CASTELO BRANCO, nº SN, Bairro:COHAB VELHA, CEP:78.480-00,ROSARIO-OESTE MATO -GROSSO**, inscrita no CNPJ n°**29.795.819/0001-74**, neste ato representada pelo Representante Legal Sr. **JOSIMARIO SILVIO DE ALMEIDA**, portador do CPF sob o nº 797.***.***-87 no valor de **R$ 12.000,00 (doze mil reais),** a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com Art. 74, inciso II, da Lei Federal n°. 14.133/2021, **HOMOLOGA E ADJUDICA,** bem como **PUBLICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 72, da Lei nº. 14.133/2021.

Santa Rita do Trivelato – MT, 29 de abril de 2025.

VOLMIR BASSANI

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0199/2025

29 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA CLAUDECI MARIA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede férias a servidora **CLAUDECI MARIA DA SILVA**, inscrita na matricula sob nº: 25, no período de 05/05/2025 a 19/05/2025. Referente ao período aquisitivo de 03/05/2024 a 02/05/2025.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 29 DE ABRIL DE 2025.

VOLMIR BASSANI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 1870

DECRETO n° 1870/2025

DE 28 DE ABRIL DE 2025.

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA DATA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, no uso das atribuições que

lhe são conferidas pelo inciso IV do artigo 53 da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONSIDERANDO o feriado Nacional de 1º de maio, quinta-feira de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º. Ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 02 de maio de 2025 – (sexta-feira).

Art. 2°. Os serviços considerados essenciais funcionarão normalmente durante o período indicado no artigo 1º deste Decreto, sem qualquer pagamento adicional aos servidores lotados nestes órgãos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha-MT, 28 de abril de 2.025.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito do Município

Gestão: 2025-2028

PREFEITURA / CONTABILIDADE
RREO 1.º BIMESTRE 2025

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	62.147.209,19	62.147.209,19	8.049.195,55	12,95	8.049.195,55	12,95	54.098.013,64
RECEITAS CORRENTES	53.136.997,40	53.136.997,40	8.049.195,55	15,15	8.049.195,55	15,15	45.087.801,85
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.435.018,06	5.435.018,06	450.179,27	8,28	450.179,27	8,28	4.984.838,79
Impostos	5.208.366,83	5.208.366,83	390.411,96	7,50	390.411,96	7,50	4.817.954,87
Taxas	226.651,23	226.651,23	59.767,31	26,37	59.767,31	26,37	166.883,92
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	408.106,22	408.106,22	99.590,79	24,40	99.590,79	24,40	308.515,43
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	408.106,22	408.106,22	99.590,79	24,40	99.590,79	24,40	308.515,43
RECEITA PATRIMONIAL	989.515,81	989.515,81	55.810,08	5,64	55.810,08	5,64	933.705,73
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	989.515,81	989.515,81	55.810,08	5,64	55.810,08	5,64	933.705,73
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	284.194,06	284.194,06	21.804,69	7,67	21.804,69	7,67	262.389,37
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	284.194,06	284.194,06	21.804,69	7,67	21.804,69	7,67	262.389,37
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	45.954.429,74	45.954.429,74	7.421.810,72	16,15	7.421.810,72	16,15	38.532.619,02
Transferências da União e de suas Entidades	22.636.151,62	22.636.151,62	3.124.235,40	13,80	3.124.235,40	13,80	19.511.916,22
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	17.444.528,12	17.444.528,12	3.087.430,63	17,70	3.087.430,63	17,70	14.357.097,49
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.873.750,00	5.873.750,00	1.210.144,69	20,60	1.210.144,69	20,60	4.663.605,31
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	65.733,51	65.733,51	0,00	0,00	0,00	0,00	65.733,51
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	21.537,82	21.537,82	0,00	0,00	0,00	0,00	21.537,82
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	44.195,69	44.195,69	0,00	0,00	0,00	0,00	44.195,69
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							

Documento gerado em 15/04/2025 16:23:50

Página 1 de 34

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	9.010.211,79	9.010.211,79	0,00	0,00	0,00	0,00	9.010.211,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.010.211,79	9.010.211,79	0,00	0,00	0,00	0,00	9.010.211,79
Transferências da União e de suas Entidades	2.641.758,41	2.641.758,41	0,00	0,00	0,00	0,00	2.641.758,41
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.368.453,38	6.368.453,38	0,00	0,00	0,00	0,00	6.368.453,38
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	62.147.209,19	62.147.209,19	8.049.195,55	12,95	8.049.195,55	12,95	54.098.013,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	62.147.209,19	62.147.209,19	8.049.195,55	12,95	8.049.195,55	12,95	54.098.013,64
DÉFICIT (VI)					762.213,12		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	62.147.209,19	62.147.209,19	8.049.195,55	12,95	8.811.408,67	14,18	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	57.611.486,89	59.757.339,62	11.550.165,47	11.550.165,47	48.207.174,15	8.373.893,13	8.373.893,13	51.383.446,49	6.830.735,97	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	45.980.171,70	46.427.765,91	10.395.293,75	10.395.293,75	36.032.472,16	7.599.097,90	7.599.097,90	38.828.668,01	6.431.583,89	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.180.469,15	18.357.987,01	3.520.484,20	3.520.484,20	14.837.502,81	3.519.008,34	3.519.008,34	14.838.978,67	3.510.718,48	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	400.000,00	400.000,00			400.000,00			400.000,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.399.702,55	27.669.778,90	6.874.809,55	6.874.809,55	20.794.969,35	4.080.089,56	4.080.089,56	23.589.689,34	2.920.865,41	
DESPESAS DE CAPITAL	11.486.315,19	13.291.704,56	1.154.871,72	1.154.871,72	12.136.832,84	774.795,23	774.795,23	12.516.909,33	399.152,08	
INVESTIMENTOS	10.608.573,38	12.413.962,75	664.228,79	664.228,79	11.749.733,96	309.478,79	309.478,79	12.104.483,96	13.593,68	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	877.741,81	877.741,81	490.642,93	490.642,93	387.098,88	465.316,44	465.316,44	412.425,37	385.558,40	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	145.000,00	37.869,15			37.869,15			37.869,15		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.591.589,00	1.591.589,00	437.515,54	437.515,54	1.154.073,46	437.515,54	437.515,54	1.154.073,46		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	59.203.075,89	61.348.928,62	11.987.681,01	11.987.681,01	49.361.247,61	8.811.408,67	8.811.408,67	52.537.519,95	6.830.735,97	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	59.203.075,89	61.348.928,62	11.987.681,01	11.987.681,01	49.361.247,61	8.811.408,67	8.811.408,67	52.537.519,95	6.830.735,97	
SUPERÁVIT (XIII)									1.218.459,58	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	59.203.075,89	61.348.928,62	11.987.681,01	11.987.681,01		8.811.408,67	8.811.408,67		8.049.195,55	
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			0,00		0,00		
RECEITAS CORRENTES			0,00		0,00		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Demais Receitas de Capital						

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.591.589,00	1.591.589,00	437.515,54	437.515,54	1.154.073,46	437.515,54	437.515,54	1.154.073,46		
DESPESAS CORRENTES	1.591.589,00	1.591.589,00	437.515,54	437.515,54	1.154.073,46	437.515,54	437.515,54	1.154.073,46		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.591.589,00	1.591.589,00	437.515,54	437.515,54	1.154.073,46	437.515,54	437.515,54	1.154.073,46		
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL										
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	58.049.370,19	60.185.222,92	11.550.165,47	11.550.165,47	96,35	48.635.057,45	8.373.893,13	8.373.893,13	95,03	51.811.329,79	
Legislativa											
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	11.892.973,57	12.491.680,77	4.889.423,62	4.889.423,62	40,79	7.602.257,15	3.208.963,12	3.208.963,12	36,42	9.282.717,65	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	10.034.194,91	10.632.902,11	3.930.619,71	3.930.619,71	32,79	6.702.282,40	2.675.876,23	2.675.876,23	30,37	7.957.025,88	
Administração Financeira	1.858.778,66	1.858.778,66	958.803,91	958.803,91	8,00	899.974,75	533.086,89	533.086,89	6,05	1.325.691,77	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	27.000,00	27.000,00				27.000,00				27.000,00	
Policiamento	27.000,00	27.000,00				27.000,00				27.000,00	
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	1.921.419,38	1.921.419,38	316.857,11	316.857,11	2,64	1.604.562,27	207.111,67	207.111,67	2,35	1.714.307,71	
Assistência ao Idoso	37.322,30	37.322,30	250,00	250,00	0,00	37.072,30	250,00	250,00	0,00	37.072,30	
Assistência à Pessoa com Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	234.138,70	234.138,70	34.650,94	34.650,94	0,29	199.487,76	33.370,94	33.370,94	0,38	200.767,76	
Assistência Comunitária	699.255,13	699.255,13	113.612,38	113.612,38	0,95	585.642,75	20.812,47	20.812,47	0,24	678.442,66	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	950.703,25	950.703,25	168.343,79	168.343,79	1,40	782.359,46	152.678,26	152.678,26	1,73	798.024,99	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	17.131.166,72	17.531.166,72	3.012.252,30	3.012.252,30	25,13	14.518.914,42	1.963.078,78	1.963.078,78	22,28	15.568.087,94	
Atenção Básica	5.124.291,30	5.124.291,30	795.359,26	795.359,26	6,63	4.328.932,04	567.750,83	567.750,83	6,44	4.556.540,47	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.284.815,93	10.284.815,93	1.702.581,22	1.702.581,22	14,20	8.582.234,71	1.234.226,13	1.234.226,13	14,01	9.050.589,80	
Suporte Profilático e Terapêutico	446.333,65	446.333,65	6.570,60	6.570,60	0,05	439.763,05	6.570,60	6.570,60	0,07	439.763,05	
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	580.490,42	580.490,42	38.223,84	38.223,84	0,32	542.266,58	38.223,84	38.223,84	0,43	542.266,58	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	695.235,42	695.235,42	116.517,38	116.517,38	0,97	578.718,04	116.307,38	116.307,38	1,32	578.928,04	
FU10 - Demais Subfunções		400.000,00	353.000,00	353.000,00	2,94	47.000,00				400.000,00	
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	13.999.749,99	15.485.558,72	2.388.928,78	2.388.928,78	19,93	13.096.629,94	2.155.712,53	2.155.712,53	24,47	13.329.846,19	
Ensino Fundamental	8.237.458,54	8.342.858,54	1.461.773,30	1.461.773,30	12,19	6.881.085,24	1.259.582,65	1.259.582,65	14,29	7.083.275,89	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	4.271.624,71	5.652.033,44	650.354,14	650.354,14	5,43	5.001.679,30	634.310,14	634.310,14	7,20	5.017.723,30	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	332.690,24	332.690,24				332.690,24				332.690,24	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	872.836,75	872.836,75	236.977,14	236.977,14	1,98	635.859,61	221.995,54	221.995,54	2,52	650.841,21	
FU12 - Demais Subfunções	285.139,75	285.139,75	39.824,20	39.824,20	0,33	245.315,55	39.824,20	39.824,20	0,45	245.315,55	
Cultura	460.956,25	460.956,25	3.072,21	3.072,21	0,03	457.884,04	3.072,21	3.072,21	0,03	457.884,04	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	460.956,25	460.956,25	3.072,21	3.072,21	0,03	457.884,04	3.072,21	3.072,21	0,03	457.884,04	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	6.324.507,85	5.985.931,50	162.892,12	162.892,12	1,36	5.823.039,38	112.892,12	112.892,12	1,28	5.873.039,38	
Infra-Estrutura Urbana	4.289.966,95	4.109.890,60	103,03	103,03	0,00	4.109.787,57	103,03	103,03	0,00	4.109.787,57	
Serviços Urbanos	1.593.790,90	1.435.290,90	162.789,09	162.789,09	1,36	1.272.501,81	112.789,09	112.789,09	1,28	1.322.501,81	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções	440.750,00	440.750,00				440.750,00				440.750,00	
Habitação	152.500,00	122.500,00				122.500,00				122.500,00	
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	152.500,00	122.500,00				122.500,00				122.500,00	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	1.211.157,74	1.211.157,74	148.333,11	148.333,11	1,24	1.062.824,63	102.601,13	102.601,13	1,16	1.108.556,61	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	1.211.157,74	1.211.157,74	148.333,11	148.333,11	1,24	1.062.824,63	102.601,13	102.601,13	1,16	1.108.556,61	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	517.077,14	644.121,14	4.460,28	4.460,28	0,04	639.660,86	4.460,28	4.460,28	0,05	639.660,86	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	517.077,14	644.121,14	4.460,28	4.460,28	0,04	639.660,86	4.460,28	4.460,28	0,05	639.660,86	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	1.134.675,00	1.104.892,85	145.643,49	145.643,49	1,21	959.249,36	145.643,49	145.643,49	1,65	959.249,36	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	1.134.675,00	1.104.892,85	145.643,49	145.643,49	1,21	959.249,36	145.643,49	145.643,49	1,65	959.249,36	
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

Documento gerado em 15/04/2025 16:23:50

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	2.713.436,55	2.663.436,55	179.622,30	179.622,30	1,50	2.483.814,25	179.622,30	179.622,30	2,04	2.483.814,25	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	2.713.436,55	2.663.436,55	179.622,30	179.622,30	1,50	2.483.814,25	179.622,30	179.622,30	2,04	2.483.814,25	
Transporte Ferroviário											
Transporte Aquaviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	417.750,00	497.532,15	298.680,15	298.680,15	2,49	198.852,00	290.735,50	290.735,50	3,30	206.796,65	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	417.750,00	497.532,15	298.680,15	298.680,15	2,49	198.852,00	290.735,50	290.735,50	3,30	206.796,65	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	145.000,00	37.869,15				37.869,15				37.869,15	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.591.589,00	1.591.589,00	437.515,54	437.515,54	3,65	1.154.073,46	437.515,54	437.515,54	4,97	1.154.073,46	
TOTAL (III) = (I + II)	59.640.959,19	61.776.811,92	11.987.681,01	11.987.681,01	100,00	49.789.130,91	8.811.408,67	8.811.408,67	100,00	52.965.403,25	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.591.589,00	1.591.589,00	437.515,54	437.515,54	3,65	1.154.073,46	437.515,54	437.515,54	4,97	1.154.073,46	
Legislativa											
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	250.942,01	250.942,01	99.773,40	99.773,40	0,83	151.168,61	99.773,40	99.773,40	1,13	151.168,61	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	250.942,01	250.942,01	99.773,40	99.773,40	0,83	151.168,61	99.773,40	99.773,40	1,13	151.168,61	
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	66.000,00	66.000,00	15.208,68	15.208,68	0,13	50.791,32	15.208,68	15.208,68	0,17	50.791,32	
Assistência ao Idoso											
Assistência à Pessoa com Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral	65.000,00	65.000,00	15.208,68	15.208,68	0,13	49.791,32	15.208,68	15.208,68	0,17	49.791,32	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	576.285,13	576.285,13	143.440,78	143.440,78	1,20	432.844,35	143.440,78	143.440,78	1,63	432.844,35	
Atenção Básica	255.000,00	255.000,00	74.388,31	74.388,31	0,62	180.611,69	74.388,31	74.388,31	0,84	180.611,69	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	220.585,13	220.585,13	57.303,78	57.303,78	0,48	163.281,35	57.303,78	57.303,78	0,65	163.281,35	
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	80.000,00	80.000,00	5.969,86	5.969,86	0,05	74.030,14	5.969,86	5.969,86	0,07	74.030,14	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	20.700,00	20.700,00	5.778,83	5.778,83	0,05	14.921,17	5.778,83	5.778,83	0,07	14.921,17	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/a)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/a)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	698.361,86	698.361,86	179.092,68	179.092,68	1,49	519.269,18	179.092,68	179.092,68	2,03	519.269,18	
Ensino Fundamental	331.756,86	331.756,86	157.123,36	157.123,36	1,31	174.633,50	157.123,36	157.123,36	1,78	174.633,50	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	314.000,00	314.000,00	19.791,54	19.791,54	0,17	294.208,46	19.791,54	19.791,54	0,22	294.208,46	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	35.605,00	35.605,00				35.605,00				35.605,00	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	17.000,00	17.000,00	2.177,78	2.177,78	0,02	14.822,22	2.177,78	2.177,78	0,02	14.822,22	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/f) b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/f) d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Aquaviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/d)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2025
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	3,894,704.59	3,926,302.62	4,990,551.16	5,605,460.50	4,936,161.41	4,192,702.58	3,995,376.70	5,862,037.98	4,546,181.20	6,688,059.96	4,718,833.60	4,616,641.19	57,977,013.49	59,216,510.20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	199,215.80	303,969.49	237,886.59	224,719.83	332,596.41	361,174.01	273,135.80	293,548.37	240,452.70	473,827.58	201,270.98	248,906.29	3,390,615.85	5,435,018.06
IPTU	33,371.03	67,191.85	25,078.20	11,773.37	19,017.35	23,760.09	8,751.71	24,255.93	3,649.35	1,718.45	2,255.23	1,982.18	222,804.74	575,262.41
ISS	46,166.35	104,626.97	79,318.58	62,535.20	122,182.68	158,954.12	113,645.55	108,987.28	97,471.97	71,995.98	75,353.79	64,164.85	1,105,403.32	1,159,939.81
ITBI				24,542.33	50,844.09	69,653.12	33,827.70					2,003.94	180,871.18	1,881,771.88
IRRF	114,133.77	113,964.73	119,993.94	113,970.87	123,020.13	75,066.29	95,450.90	111,943.06	121,357.86	393,779.87	114,029.07	130,234.71	1,626,945.20	1,550,000.00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5,544.65	18,185.94	13,495.87	11,898.06	17,442.16	33,740.39	21,459.94	48,362.10	17,973.52	6,333.28	9,632.89	50,522.61	254,591.41	268,043.96
Contribuições	154,157.53	41,315.25	157,486.93	279,706.69	43,205.96	41,012.59	39,289.32	286,063.67	44,335.03	686,529.52	40,333.66	59,257.13	1,872,693.28	408,106.22
Receita Patrimonial	62,335.21	176,273.47	59,757.68	74,350.42	95,256.15	85,038.90	66,168.88	59,190.97	50,468.35	86,316.91	27,344.02	28,466.06	870,967.02	989,515.81
Rendimentos de Aplicação Financeira	62,335.21	176,273.47	59,757.68	74,350.42	95,256.15	85,038.90	66,168.88	59,190.97	50,468.35	86,316.91	27,344.02	28,466.06	870,967.02	989,515.81
Outras Receitas Patrimoniais														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	20,617.07	18,841.56	25,600.07	20,169.20	14,980.31	14,333.50	11,626.25	15,283.27	9,814.36	12,357.23	11,030.94	10,773.75	185,427.51	284,194.06
Transferências Correntes	3,457,200.40	3,201,424.61	4,509,819.89	5,006,489.37	4,441,712.58	3,691,143.58	3,597,156.45	5,206,440.94	4,201,110.76	5,429,028.72	4,438,854.00	4,269,235.96	51,449,617.26	52,033,942.54
Cota-Parte do FPM	931,411.88	976,914.86	1,136,515.90	1,220,428.60	1,222,438.26	1,034,507.57	1,077,294.85	901,140.32	1,153,500.76	1,860,749.04	1,172,453.90	1,544,762.11	14,332,118.05	14,781,166.00
Cota-Parte do ICMS	1,186,388.41	1,188,294.82	1,157,151.09	1,247,347.69	1,258,275.89	1,338,874.81	1,238,461.62	1,603,321.22	1,474,978.10	1,265,735.17	1,789,946.01	1,530,188.25	16,380,963.08	14,822,158.00
Cota-Parte do IPVA	27,705.46	25,160.79	110,314.04	65,070.62	36,857.26	30,090.88	20,900.86	15,601.61	13,182.26	14,889.44	31,468.85	51,822.22	443,064.29	545,850.00
Cota-Parte do ITR	37,425.13	30,861.24	22,076.55	21,124.96	60,098.80	45,399.75	42,097.55	1,356,189.74	383,325.86	522,867.40	201,336.67	132,859.85	2,855,567.50	1,006,890.00
Transferências da LC nº 61/1989	4,048.33	998.93	9,920.30		1,007.52	10,847.07	8,746.08	16,137.89	8,004.64	8,666.39	6,934.88	6,418.04	81,730.07	77,536.12
Transferências do FUNDEB	443,984.21	459,268.15	494,021.79	537,931.11	486,658.85	494,291.54	452,708.47	597,317.23	541,010.44	503,196.64	616,685.18	593,459.51	6,220,533.12	5,873,750.00
Outras Transferências Correntes	824,236.98	519,925.82	1,579,820.22	1,914,586.39	1,176,466.00	737,131.96	756,947.02	716,732.93	627,108.70	1,252,924.64	620,034.51	409,725.98	11,135,641.15	14,926,592.42
Outras Receitas Correntes	1,178.58	186,478.24		24.99	10,500.00		8,000.00	1,510.76					207,692.57	65,733.51
DEDUÇÕES (II)	577,869.66	590,313.41	627,866.56	774,656.31	478,622.58	519,200.31	459,303.28	1,051,593.24	639,362.18	1,330,098.50	634,352.91	651,926.33	8,335,165.27	6,079,512.80
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	117,358.79	5,423.61	118,445.09	240,949.54	3,870.06	3,126.57	2,320.58	248,006.16	5,512.66	649,721.40			1,394,734.46	
Compensações Financ. entre Regimes Previdência														
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	23,524.85	140,643.61	24,210.08	23,042.09	25,539.33	26,299.30	27,628.16	28,336.64	28,852.27	60,725.18			408,801.51	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	436,986.02	444,246.19	485,211.39	510,664.68	449,213.19	489,774.44	429,354.54	775,250.44	604,997.25	619,651.92	634,352.91	651,926.33	6,531,629.30	6,079,512.80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3,316,834.93	3,337,989.21	4,362,684.60	4,830,804.19	4,459,538.83	3,673,502.27	3,536,073.42	4,810,444.74	3,906,819.02	5,357,961.46	4,084,480.69	3,964,714.86	49,641,848.22	53,136,997.40
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3,316,834.93	3,337,989.21	4,362,684.60	4,830,804.19	4,459,538.83	3,673,502.27	3,536,073.42	4,810,444.74	3,906,819.02	5,357,961.46	4,084,480.69	3,964,714.86	49,641,848.22	53,136,997.40
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	3.316.834,93	3.337.989,21	4.362.684,60	4.830.804,19	4.459.538,83	3.673.502,27	3.536.073,42	4.810.444,74	3.906.819,02	5.357.961,46	4.084.480,69	3.964.714,86	49.641.848,22	53.136.997,40

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeira entre os Regimes		
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)					
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeira entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)					
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas da Administração - RPPS	-	-
RECEITAS CORRENTES		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)					
Pessoal e Encargos Sociais					
Demais Despesas Correntes					
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)					
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)					
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos - Administração do RPPS	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos - Administração do RPPS	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-
Contribuições dos Servidores		
Demais Receitas Previdenciárias		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-	-	-	-
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	53.136.997,40	8.049.195,55
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.435.018,06	450.179,27
IPTU	575.262,41	4.237,41
ISS	1.159.939,81	139.518,64
ITBI	1.881.771,88	2.003,94
IRRF	1.550.000,00	244.263,78
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	268.043,96	60.155,50
Contribuições	408.106,22	99.590,79
Receita Patrimonial	989.515,81	55.810,08
Aplicações Financeiras (II)	989.515,81	55.810,08
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	45.954.429,74	7.421.810,72
Cota-Parte do FPM	11.976.632,80	2.178.025,96
Cota-Parte do ICMS	11.857.726,40	2.656.107,45
Cota-Parte do IPVA	436.680,00	67.066,78
Cota-Parte do ITR	805.512,00	267.352,43
Transferências da LC nº 61/1989	77.536,12	13.352,92
Transferências do FUNDEB	5.873.750,00	1.210.144,69
Outras Transferências Correntes	14.926.592,42	1.029.760,49
Demais Receitas Correntes	349.927,57	21.804,69
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	349.927,57	21.804,69
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	52.147.481,59	7.993.385,47
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)		
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	9.010.211,79	
Operações de Crédito (VIII)		
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens		
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens		
Transferências de Capital	9.010.211,79	
Convênios	9.010.211,79	
Outras Transferências de Capital		
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	9.010.211,79	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	61.157.693,38	7.993.385,47
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	61.157.693,38	7.993.385,47

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	48.019.354,91	10.832.809,29	8.036.613,44	6.431.583,89	903.854,15	320.216,47	269.032,20
Pessoal e Encargos Sociais	19.949.576,01	3.957.999,74	3.956.523,88	3.510.718,48	449.500,99	3.133,97	1.253,57
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	400.000,00						
Outras Despesas Correntes	27.669.778,90	6.874.809,55	4.080.089,56	2.920.865,41	454.353,16	317.082,50	267.778,63
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	47.619.354,91	10.832.809,29	8.036.613,44	6.431.583,89	903.854,15	320.216,47	269.032,20
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	13.291.704,56	1.154.871,72	774.795,23	399.152,08	308.603,52	408.721,07	408.721,07
Investimentos	12.413.962,75	664.228,79	309.478,79	13.593,68	308.603,52	408.721,07	408.721,07
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	877.741,81	490.642,93	465.316,44	385.558,40			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))	12.413.962,75	664.228,79	309.478,79	13.593,68	308.603,52	408.721,07	408.721,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	37.869,15						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	60.071.186,81	11.497.038,08	8.346.092,23	6.445.177,57	1.212.457,67	728.937,54	677.753,27
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	60.071.186,81	11.497.038,08	8.346.092,23	6.445.177,57	1.212.457,67	728.937,54	677.753,27

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2025
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = (XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc))	-342.003,04
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = (XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc))	-342.003,04

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	11.159.760,38

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre / 2025
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	55.810,08
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2025
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-286.192,96

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2024 (a)	Até o Bimestre 2025 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	5.099.067,40	4.937.208,96
DEDUÇÕES (XL)	4.314.649,53	2.627.246,51
Disponibilidade de Caixa	4.314.649,53	2.627.246,51
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.650.149,63	6.819.689,92
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	2.437.918,77	3.257.318,07
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	897.581,33	935.125,34
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	784.417,87	2.309.962,45

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2025
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	-1.525.544,58

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	12.149.276,19

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre / 2025
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-1.687.403,02
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX))	-3.212.947,60

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2025
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-3.268.757,68

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2024 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2024 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	367.400,19	1.617.426,89	1.129.005,77		855.821,31	276.370,14	1.168.191,92	728.937,54	677.753,27		766.808,79	1.622.630,10
PODER EXECUTIVO	367.400,19	1.617.426,89	1.129.005,77		855.821,31	276.370,14	1.168.191,92	728.937,54	677.753,27		766.808,79	1.622.630,10
PODER LEGISLATIVO												
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		453.091,69	83.451,90		369.639,79							369.639,79
TOTAL (III) = (I + II)	367.400,19	2.070.518,58	1.212.457,67		1.225.461,10	276.370,14	1.168.191,92	728.937,54	677.753,27		766.808,79	1.992.269,89

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2024 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2024 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		453.091,69	83.451,90		369.639,79							369.639,79
PODER EXECUTIVO		453.091,69	83.451,90		369.639,79							369.639,79
PODER LEGISLATIVO												
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL ATÉ O BIMESTRE
Impactos das Contratações de PPP	-	-
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações Contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias Concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - Contratadas (II.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	62.147.209,19
Previsão Atualizada	62.147.209,19
Receitas Realizadas	8.049.195,55
Déficit Orçamentário	762.213,12
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	59.640.659,19
Dotação Atualizada	61.776.811,92
Despesas Empenhadas	11.987.681,01
Despesas Liquidadas	8.811.408,67
Despesas Pagas	6.830.735,97
Superávit Orçamentário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	11.987.681,01
Despesas Liquidadas	8.811.408,67

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	49.641.848,22
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	49.641.848,22
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	49.641.848,22

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha		-342.003,04	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		-1.525.544,58	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.437.918,77	0,00	1.191.602,23	1.246.316,54
Poder Executivo	2.437.918,77	0,00	1.191.602,23	1.246.316,54
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.444.562,06	0,00	677.753,27	766.808,79
Poder Executivo	1.444.562,06	0,00	677.753,27	766.808,79
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	3.882.480,83	0,00	1.869.355,50	2.013.125,33

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica			
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil (Indicador IEI)			
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO N.º 038/2024 CONTRATO QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA A EMPRESA: CONTRUTORA IMPERIO EIRELI- ME CNPJ SOB O Nº 18.363.482/0001-00.

TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO N.º038/2024

CONTRATO QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA A EMPRESA: CONTRUTORA IMPERIO EIRELI- ME CNPJ sob o nº 18.363.482/0001-00.

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram O Município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua 25 S/N , Centro, Santa Terezinha-MT, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 15.031.669/0001-18, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **Sr. THIAGO CASTELLAN RIBEIRO ,**brasileiro, servidor publico municipal, portador do RG sob nº 445076689 ssp/sp e inscrito no CPF/MF sob n.º 359.215.228-99 , residente e domiciliado à AV 05,S/N centro, no Município de Santa Terezinha/MT, e a empresa **CONTRUTORA IMPERIO EIRELI- ME** com sede e domicilio na Rua Laurindo dos santos s/n, vila nova , na cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, inscrito no CNPJ sob o nº **18.363.482/0001-00,** administrada por seu sócio MARCOS AURELIO SOARES COELHO, inscrito no CPF: 033.827.341-76 residente e domiciliado na rua vinte e nove de julho,s/n, qd 03, lt02, setor saúde, na cidade de Confresa-MT, CONTRATADA , conformidade com Esta adjudicação decorreu de licitação sob a modalidade de Concorrência Pública nº 005/2024, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei nº 14.333/21 e suas alterações, às cláusulas e condições aqui estabelecidas e às Normas vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

1.1. Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem prorrogar de 01 de janeiro 2025 á 31 de julho 2025,

1.2 - O objeto do presente contrato é a execução de obras e serviços de: ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE DRENAGEM PROFUNDA EM VIAS URBANAS NO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA-MT***, tudo conforme Projeto Básico – ANEXO – I:**Desenhos,**Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma de Execução.

CLÁUSULA SEGUNDA –DO VALOR

2.1 A reprogramação gerou um aditivo no valor contratado de R$ 120. 767,20 (cento e vinte mil e setecentos e sessenta e sete reais e vinte centavos) que corresponde a 24,76 %, sendo assim o contrato passa a ter valor de R$ 608.587,96 (seiscentos e oito mil e quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos).conforme justificativa em anexa devido alteração no projeto para melhorias do objeto, Com base na lei 14.133/21 Art. 124 inc I alínea a, b

CLÁUSULA TERCEIRA - INALTERAÇÃO

3.1 Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do contrato principal não alcançados pelo presente Termo Aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

CLAUSULA QUARTA DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial da dos municípios, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Vila Rica (MT), para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 14.133/21 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Santa Terezinha– MT, 02 de janeiro de 2025.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CONTRUTORA IMPERIO EIRELI- ME

CNPJ sob o nº 18.363.482/0001-00.

Contratado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 143

PORTARIA N.º 143/2025-GP

DE 28 DE ABRIL DE 2025.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Artigo 124 da Lei Municipal nº 093/90;

Considerando o disposto no Inciso XIX do Artigo 123 da Lei Orgânica do Município;

Considerando ainda o disposto na Lei Municipal 522/2010.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 120 (cento e vinte) dias de Licença Prêmio por Assiduidade, a servidora, **NATALIA FERNANDES** portador do CPF nº 322.154.948-24 matricula funcional **nº 439,** cargo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2025.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito do Município

Gestão: 2025-2028

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 149

PORTARIA N.º 149/2025-GP

DE 28 DE ABRIL DE 2025.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Artigo 124 da Lei Municipal nº 093/90;

Considerando o disposto no Inciso XIX do Artigo 123 da Lei Orgânica do Município;

Considerando ainda o disposto na Lei Municipal 522/2010.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio por Assiduidade, a servidora, **NATALIA FERNANDES** portador do CPF nº 322.154.948-24 matricula funcional **nº 439,** cargo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde período de gozo de 02 de maio a 29 de julho de 2025.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito do Município

Gestão: 2025-2028

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 097/2025

PORTARIA MUNICIPAL Nº 097/2025

EMENTA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS NO MÊS DE MARÇO DE 2025 A SERVIDORES EFETIVOS, COMISSIONADOS E CONTRATADOS DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O:

Art.1º - Ficou concedido férias à servidores efetivos, comissionados e contratados do quadro de servidores do município Santo Afonso-MT, conforme nomes e período de gozo relacionados ao Anexo Único desta Portaria referente ao mês de março de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 29 DE ABRIL DE 2025.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS, COMISSIONADOS E CONTRATADOS QUE USUFRUÍRAM DE FÉRIAS NO MÊS DE MARÇO DE 2025.

MARÇO

SERVIDORES VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

MATRÍCULA:357

NOME: ANGÉLICA DE ASSIS COUTO SILVA CARGO: AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS

FÉRIAS CONCEDIDAS: À PARTIR DE 10 DE MARÇO DE 2025 À 08 DE ABRIL DE 2025.

MATRÍCULA: 1109

NOME: BIANCA CAETANO DE CARVALHO CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

FÉRIAS CONCEDIDAS: 17 DE MARÇO DE 2025 À 15 DE ABRIL DE 2025.

MATRÍCULA: 1110

NOME: ELAINE APARECIDA PECHIM NEIVA CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

FÉRIAS CONCEDIDAS: À PARTIR DE 10 DE MARÇO DE 2025 À 24 DE MARÇO 2025 (15 DIAS).

MATRÍCULA:880

NOME: ELISEU DE OLIVEIRA SOUZA CARGO: MOTORISTA DE CNH C D e.E

FÉRIAS CONCEDIDAS: À PARTIR DE 03 DE MARÇO DE 2025 À 22 DE MARÇO 2025 (20 DIAS).

MATRÍCULA:880

NOME: ELISEU DE OLIVEIRA SOUZA CARGO: MOTORISTA DE CNH C D e.E

FÉRIAS CONCEDIDAS: À PARTIR DE 24 DE MARÇO DE 2025 À 02 DE ABRIL 2025 (10 DIAS).

SERVIDORES VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO:

MATRÍCULA: 860

NOME: KENNIA REGINA FABRICIO DOS SANTOS CARGO: SECRETÁRIO EXECUTIVO DE CONSELHOS MUNICIPAIS

FÉRIAS CONCEDIDAS: 03 DE MARÇO 2025 À 01 DE ABRIL DE 2025.

SERVIDORES VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

MATRÍCULA: 167

NOME:IRINEIA OLIVEIRA ARAUJO CARGO: AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS

FÉRIAS CONCEDIDAS: 05 MARÇO DE 2025 À 03 DE ABRIL DE 2025.

MATRÍCULA: 1266

NOME: IZEQUIEL SOARES PEÇANHA CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR

FÉRIAS CONCEDIDAS: 03 MARÇO DE 2025 À 01 DE ABRIL DE 2025.

SERVIDORES VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

MATRÍCULA: 30

NOME: MARIA NILDA VIEIRA DE FARIA NEIVA CARGO: SUPERVISOR ESCOLAR

FÉRIAS CONCEDIDAS: 05 MARÇO DE 2025 À 03 DE ABRIL DE 2025.

MATRÍCULA: 41

NOME: ELIONE MARIA CAETANO CARGO: AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS EDUCAÇÃO

FÉRIAS CONCEDIDAS: 03 DE MARÇO DE 2025 À 01 DE ABRIL DE 2025.

EXTRATO DE CONTRATO 12/2025

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

CONTRATO DERIVADO DE PROCESSO DE ADESÃO 003/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E COLARINHOS DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

CONTRATADO: BEIRA RIO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA

CNPJ: 27.331.125/0001-50

ASSINATURA: 15/04/2025

VENCIMENTO: 15/07/2025

VALOR TOTAL: R$ 334.566,00 (TREZENTOS E TRINTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS.)

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 096/2025

PORTARIA MUNICIPAL Nº 096/2025

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NÍVEL E CLASSE DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica concedida elevação de Nível e Classe aos servidores:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	NÍVEL	CLASSE
888	SEVERINO FERNANDO DE SANTANA	VIGIA	-	D
858	JOÃO RODRIGUES DA COSTA	MOTORISTA CNH C D e E	-	D
857	WENDERSON TAVARES DE MENEZES	AUXILIAR DE INFORMÁTICA	-	D
370	LUZENIR BATISTA DE SOUZA LEAL	MERENDEIRA	06	-
867	REJAINE COELHO FERREIRA	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	04	-
911	GEOVANE PASTORAL DA SILVA RODRIGUES	VIGIA	04	D
289	LILIAN DE ASSIS COUTO PECANHA	RECEPCIONISTA	07	-
281	VALDIVINO MARQUES DA COSTA MARQUES	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	-	C

Art. 2º - As elevações de Níveis e Classes dos servidores de que trata esta portaria são assegurados conforme a Lei Complementar N° 011 de 12 de Dezembro de 2011 e Lei Complementar N° 002 de 29 de outubro de 2007.

Art.3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 23 de abril de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 29 DE ABRIL DE 2025.

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 13/2025

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

CONTRATO DERIVADO DE INEXIGIBILIDADE 001/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE KITS DE REAGENTES E INSUMOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO AMBULATÓRIO MUNICIPAL, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: VALLEN DIAGNOSTICO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 18.849.143/0001-38

ASSINATURA: 16/04/2025

VENCIMENTO: 16/04/2026

VALOR TOTAL: R$ 85.192,00 (oitenta e cinco mil e cento e noventa dois reais)

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ADESÃO 005/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO - MT

Adesão à Ata de Registro de Preços N° 017/2024 do Pregão Eletrônico N° 001/2024 da Prefeitura Municipal de Luciara - MT **-**EMPRESA: PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA **-** DATA: **29/04/2025** - R$ 900.000,00 (NOVECENTOS MIL REAIS)**.- OBJETO:ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2024, VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E GERENCIAMENTO, ORÇAMENTAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE EXPEDIENTE, MATERIAL ESCOLAR, E MATERIAIS DE HIGIÊNE E LIMPEZA EM GERAL, ATRAVÉS DE CARTÃO MAGNÉTICO OU TECNOLOGIA SIMILAR, EM REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTO AFONSO – MT.**

SANTO AFONSO-MT, 29 de abril de 2025.

LUIS FERNANDO FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

PORTARIA 095/GP/2025

DESIGNAR O FISCAL DO PREGÃO PRESENCIAL N. 012/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 023/2025 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Ns. 013/2025 – CONTRATO 18/2025.

A PREFEITA **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES, no uso de suas atribuições legais;**

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **JEAN LUIZ DE ARRUDA**, CPF N. 522.XXX.741-04, designado pela Secretaria Municipal de Gestão para o encargo de Fiscal da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 013/2025 – CONTRATO 18/2025**, firmado pelo Município de Santo Antônio de Leverger-MT.

OBJETO: "O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER A FROTA DOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER/MT, CONFORME ANEXOS nas condições estabelecidas no Termo de Referência ".

FORNECEDOR: COMERCIAL VILLA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 02.XXX.520/0001-12, com sede na cidade de Santo Antônio de Leverger - MT, na Rodovia MT 631, KM 49, Esquina com Rua Alberto Topanotti, s/n, Porto de Fora**;**

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Santo Antônio de Leverger-MT, 23 de abril de 2025.

_____

Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 036/GP/2025

DECRETO N° 036/GP/2025

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL QUE DESCREVE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger, **Sra. FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica.

CONSIDERANDO que o fundamento axial da desapropriação é a supremacia do interesse público sobre o interesse individual.

CONSIDERANDO que a área desapropriada será destinada para Construção de Creche Tipo I – Pro-Infância.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para os fins de desapropriação, de conformidade com o artigo 5º. XXIV da Constituição Federal e nos termos do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, a se efetivar mediante acordo ou judicialmente, um imóvel com área de 4.790,41m², situada na Comunidade Agrovila das Palmeiras, no Município de Santo Antônio de Leverger-MT, devidamente registrado sob a Matrícula nº 3962, do 1º Ofício de Santo Antônio de Leverger-MT, de copropriedade de Allan Aparecido Batista Fernandes e Edna Maria Fernandes, conforme mapa e memorial descritivo anexo.

Art. 2º - O imóvel descrito no inciso II destina-se a Construção de Creche Tipo I – Pro-Infância, tendo sido fixado o valor total da área em R$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil) conforme Ata de Avaliação nº 09/2025, datado de 25 de Março de 2025, emitido pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão à conta de dotação orçamentária consignada sob o nº 12.361.0006.10004, Natureza de despesa: 33.90.93.00.00, Fonte: 15001001000;15000000000.

Art. 4º Fica, ainda, o Secretário Municipal de Finanças autorizado a promover os atos administrativos ou judiciais, pela via amigável ou judicial, sendo indenizado a quem de direito, nos termos do que dispõe o inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal, em caráter de urgência, necessário a efetivação da desapropriação, tratada no art. 1º, inclusive, devendo proceder com a liquidação e o pagamento da indenização, utilizando para tanto, os recursos próprios alocados, conforme dotação acima descrita.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio de Leverger-MT, 29 de Abril de 2025.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 034/GP/2025

DECRETO Nº 034/GP/2025

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS NO DIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, **Sra. FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 67, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o Decreto nº 002/GP/2025 de 06 de Janeiro de 2025, que divulga os dias de feriados nacional, estadual, municipal e ponto facultativo deste município no ano de 2025, em especial o dia 1º de maio (quinta-feira) Dia Mundial do Trabalho – Feriado nacional.

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarado Ponto Facultativo nos órgãos da Administração Pública Municipal, no dia 02 de Maio de 2025 – sexta - feira.

Parágrafo Único –O disposto neste artigo não se aplica nas Secretarias Municipais que exijam plantão permanente (Secretaria de Saúde - Hospital, Secretaria Municipal de Saneamento e Abastecimento de Água) e atividades essenciais como a Coleta de Lixo.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Santo Antônio de Leverger/MT, 28 de Maio de 2025.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 035/GP/2025

DECRETO N° 035/GP/2025

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OS IMÓVEIS QUE DESCREVE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger, **Sra. FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica.

CONSIDERANDO que o fundamento axial da desapropriação é a supremacia do interesse público sobre o interesse individual.

CONSIDERANDO que a área desapropriada será destinada para Construção de Escola de Ensino Fundamental em tempo integral.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para os fins de desapropriação, de conformidade com o artigo 5º. XXIV da Constituição Federal e nos termos do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, a se efetivar mediante acordo ou judicialmente, um imóvel com uma área de 3,5655 ha, situada no Bairro Altos do Leverger I, Município de Santo Antônio de Leverger-MT, devidamente registrado sob a Matrícula nº 250, do 1º Ofício de Santo Antônio de Leverger-MT, de copropriedade de Sueley Aparecida da Silva Souza, Nathália Gabrielle Figueiredo e Marília Gabrielle Figueiredo Fontes, conforme mapa e memorial descritivo anexo;

Art. 2º - O imóvel descrito destina-se a Construção de Escola de Ensino Fundamental em tempo integral tendo sido fixado o valor total da área em R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), conforme Ata de Avaliação nº 14/2025, datado de 24 de Abril de 2025, emitido pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão à conta de dotação orçamentária consignada sob o nº 12.361.0006. 10004, Natureza de despesa: 33.90.93.00.00, Fonte: 15001001000;15000000000.

Art. 4º Fica, ainda, o Secretário Municipal de Finanças autorizado a promover os atos administrativos ou judiciais, pela via amigável ou judicial, sendo indenizado a quem de direito, nos termos do que dispõe o inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal, em caráter de urgência, necessário a efetivação da desapropriação, tratada no art. 1º, inclusive, devendo proceder com a liquidação e o pagamento da indenização, utilizando para tanto, os recursos próprios alocados, conforme dotação acima descrita.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio de Leverger-MT, 29 de Abril de 2025.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 069/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA PREFEITA MUNICIPAL SENHORA FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES, TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO **SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 069/2023 PARA O SEGUINTE OBJETO:**

1.0 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente termo aditivo tem como objeto a **PRORROGAÇÃO** da vigência Contrato, firmado entre as partes, com prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses.

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT,** CGC/MF sob o n.º 03.507.555/0001-12.

CONTRATADA: **CRIARE ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 37.429.990/0001-98, com sede na Rua Sargento Benjamim Pedroso, nº 113, Quadra 19, Bairro: Centro, Santo Antônio de Leverger-MT, CEP: 78.180-000**.**

DATA DE ASSINATURA: 17/04/2025

DATA DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Santo Antônio de Leverger–MT, 17 de abril de 2025.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 102/GP/2025

DESIGNAR O FISCAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 004/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 025/2025 - ATAS DE REGISTRO DE PREÇO N. 022/2025

A PREFEITA FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **CLAUDIO HENRIQUE DA SILVA, CPF N. 061. XXX.871-94,** designado pela Secretaria Municipal de Gestão para o encargo de Fiscal das **ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 022/2025**, firmado pelo Município de Santo Antônio de Leverger-MT.

OBJETO: "O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PAPEL A4 QUE ATENDERÁ A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER/MT.".

FORNECEDOR: AUTENTICA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 47.XXX.145/0001-69, com sede Avenida Tenente-Coronel Duarte, nº 215, Bairro Centro-Norte, Cuiabá/MT, CEP 78005-500;

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Santo Antônio de Leverger-MT, 25 de abril de 2025.

_____

Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires

Prefeita Municipal

PORTARIA 099/GP/2025

DESIGNAR O FISCAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 002/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 008/2025 - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Ns. 019 a 021/2025 – CONTRATOS 15, 16 e 17/2025.

A PREFEITA **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES, no uso de suas atribuições legais;**

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. FABIANE PASSOS CORREIA NASCIMENTO, Nutricionista CRN N. 20892, designada pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer para o encargo de Fiscal das **ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N. 019, 020 e 021/2025 – CONTRATOS 15, 16 e 17/2025**, firmado pelo Município de Santo Antônio de Leverger-MT.

OBJETO: "O Registro de Preço, para futura e eventual Contratação de empresa no ramo de fornecimento de gêneros alimentícios para atender a merenda escolar, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer e a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger - MT, observado as especificações contidas deste Termo de Referência e demais anexos, para atender a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer ".

FORNECEDORES: IMPERIO FRUTAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ: 40.XXX.830/0001-38, com sede Rua Chico Belo (NUC HAB CPA I), Número 03, Quadra 4, Sala 03, Bairro Distrito Morada da Serra, município Cuiabá - MT, CEP 78.055-223**;**

COMERCIAL LUAR LTDA, CNPJ: 02.XXX.557/0001-33, com sede na Avenida Radialista Edson Luís da Silva, 1037, Bairro Tijucal Município Cuiabá - MT, CEP 78.088-000**;**

J M COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 35.XXX.897/0001-99, com sede na Rua Florentino Leite da Silva, 213, Bairro Coophamil, Fundo da Rua L, Cuiabá – MT, CEP 78.028-080

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Santo Antônio de Leverger-MT, 22 de abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

JURÍDICO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 108/2022

pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº14.133 de 1 de abril, resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito Sr. **Miguel José Brunetta** o, residente nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT,

CONTRATADA: empresa **ZELMIR JOSÉ KLIEMANN- ME, jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 14.852.646/0001-01,**estabelecida na Rua Goiás, nº 38, centro, município de Santo Antonio do Leste, Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Sr. Zelmir José Kliemann.

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº108/2023 de 27/09/2022 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de marcenaria, para confecção, instalação e manutenção corretiva, com fornecimento de materiais e mão de obra, visando atender as necessidades das secretarias

O presente termo aditivo de prorrogação de prazo do contrato nº 108/2022, ante os motivos de força maior alheio à vontade das partes, conforme segue.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

A prorrogação da vigência contratual, por mais 90 (noventa) dias a partir de 30 de abril de 2025 com término em 30 de julho de 2025

Em conformidade com a CLAÚSULA SÉTIMA – da vigência do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se a necessidade dos serviços prestados para atender as demandas, este aditivo em

contra seu fulcro legal baseado no Art. 105 e 107 da Lei 8.14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito.

Santo Antônio do Leste - MT, 16 de abril de 2025.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETA

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

ZELMIR JOSÉ KLIEMANN- ME

CNPJ N°14.852.646/0001-01

JURÍDICO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 021/23

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº8.666, de 1993 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito Sr. **Miguel José Brunetta** o, residente nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT,

CONTRATADA: H. A. FIGUEIRA - ME, jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 10.954.176/0001-36, estabelecida na R 02 de julho, Centro, Santo Antônio do Leste – MT, CEP: 78.628-000, neste ato representado pelo seu Proprietário o Sr. Hercules Alves Figueira,

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 021/2023 de 26/04/2023 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço em torno, solda e hidráulica, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste e suas secretarias

O presente termo aditivo de prorrogação de prazo do contrato nº 021/2023, ante os motivos de força maior alheio à vontade das partes, conforme segue.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

A prorrogação da vigência contratual, por mais 12 (doze) meses a partir de 27 de abril de 2025 com término em 27 de abril de 2026

Em conformidade com a CLAÚSULA SETIMA – da vigência do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se a necessidade dos serviços prestados para atender as demandas das secretarias para atender a frota desse município de este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 57 da Lei 8.666 de 1993

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito.

Santo Antônio do Leste - MT, 14 de abril de 2025.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETA

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

H. A. FIGUEIRA - ME

CNPJ nº 10.954.176/0001-36

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREF MUN DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - DEPTO. DE ADMIN. DE RECURSOS HUMANOS - WEDILA MARTINS SOUZA
EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 01/2025

Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia MT

Em face do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 01/2025, instaurado pela Portaria nº 201/2025, de 17 de Fevereiro de 2025, com publicação no Diário Oficial dos Municípios, e Mural do Paço Municipal em 20 de Fevereiro de 2025, em desfavor do Servidor Público Municipal Max Joaquim Pereira Hellebrandt, para apurar as infrações capituladas no artigo 133, inciso VIII, da Lei Complementar 036/2003, Regime Jurídico Unico do Município de São Felix do Araguaia MT.

COMUNIQUE-SE a todos os interessados que o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, originalmente previsto para 21 de abril de 2025, nos termos do artigo 161 Lei Complementar 036/2025, que permite a prorrogação, fica PRORROGADO para 21 de junho de 2025.

A data inicial de 30 dias de término dos trabalhos, findou em 20 de março de 2025 possibilitando sua prorrogação por mais 30 (trinta dias), com fulcro no artigo supracitado, vencido em 21 de abril de 2025.

Vencido os 60 dias acima mencionados, pode haver nova prorrogação de prazo por 60 dias como estatui o artigo 161 da Lei complementar 036/2025.

Art. 161 – O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida

JUSTIFICATIVA: A prorrogação do prazo se faz necessária em razão de inúmeras tentativas de citação do investigado, via citação pessoal, citação via whatsapp, citação por carta com Aviso de Recebimento AR, (todas infrutíferas) e por final citação por via editalícia.

Fica prorrogado os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar 01/2025, retroagindo os efeitos desta publicação ao dia anterior do vencimento da data da primeira prorrogação de prazo em 20 de março de 2025, ficando prorrogando o prazo vencido em 21 de abril de 2025, em mais 60 dias para término final dos trabalhos, a data de 20 de junho de 2025.

.....

Wueder Batista César da Silva

Presidente

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 02/2025

Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia MT

Em face do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 02/2025, instaurado pela Portaria nº 202/2025, de 17 de Fevereiro de 2025, com publicação no Diário Oficial dos Municípios, e Mural do Paço Municipal em 20 de fevereiro de 2025, em desfavor do Servidor Público Municipal Max Joaquim Pereira Hellebrandt, para apurar as infrações capituladas no artigo 133, inciso IX, da Lei Complementar 036/2003, Regime Jurídico Unico do Município de São Felix do Araguaia MT.

COMUNIQUE-SE a todos os interessados que o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, originalmente previsto para 21 de abril de 2025, nos termos do artigo 161 Lei Complementar 036/2025, que permite a prorrogação, fica PRORROGADO para 21 de junho de 2025.

A data inicial de 30 dias de término dos trabalhos, findou em 20 de março de 2025, possibilitando sua prorrogação por mais 30 (trinta dias), com fulcro no artigo supracitado, vencido em 21 de abril de 2025.

Vencido os 60 dias acima mencionados, pode haver nova prorrogação de prazo por 60 dias como estatui o artigo 161 da Lei complementar 036/2025.

Art. 161 – O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida

JUSTIFICATIVA: A prorrogação do prazo se faz necessária em razão de inúmeras tentativas de citação do investigado, via citação pessoal, citação via whatsapp, citação por carta com Aviso de Recebimento AR, (todas infrutíferas) e por final citação por via editalícia.

Fica prorrogado os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar 02/2025, retroagindo os efeitos desta publicação ao dia anterior ao vencimento da data da primeira prorrogação de prazo em 20 de março de 2025, ficando prorrogando o prazo vencido em 21 de abril de 2025, em mais 60 dias para término final dos trabalhos, a data de 20 de junho de 2025.

.....

Wueder Batista César da Silva

Presidente

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 03/2025

Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia MT

Em face do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 03/2025, instaurado pela Portaria nº 03/2025, de 17 de Fevereiro de 2025, com publicação no Diário Oficial dos Municípios, e Mural do Paço Municipal em 20 de fevereiro de 2025, em desfavor do Servidor Público Municipal Max Joaquim Pereira Hellebrandt, para apurar as infrações capituladas no artigo 133, inciso IX e XII, da Lei Complementar 036/2003, Regime Jurídico Unico do Município de São Felix do Araguaia MT..

COMUNIQUE-SE a todos os interessados que o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, originalmente previsto para 21 de abril de 2025, nos termos do artigo 161 da Lei Complementar 036/2025, que permite a prorrogação, fica PRORROGADO para 21 de junho de 2025.

A data inicial de 30 dias de término dos trabalhos, findou em 20 de março de 2025, possibilitando sua prorrogação por mais 30 (trinta dias), com fulcro no artigo supracitado, vencido em 21 de abril de 2025.

Vencido os 60 dias acima mencionados, pode haver nova prorrogação de prazo por 60 dias como estatui o artigo 161 da Lei complementar 036/2025.

Art. 161 – O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida

JUSTIFICATIVA: A prorrogação do prazo se faz necessária em razão de inúmeras tentativas de citação do investigado, via citação pessoal, citação via whatsapp, citação por carta com Aviso de Recebimento AR, (todas infrutíferas) e por final citação por via editalícia.

Fica prorrogado os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar 03/2025, retroagindo os efeitos desta publicação ao dia anterior do vencimento da data da primeira prorrogação de prazo em 20 de março de 2025, ficando prorrogando o prazo vencido em 21 de abril de 2025, em mais 60 dias para término final dos trabalhos, a data de 20 de junho de 2025.

.....

Wueder Batista César da Silva

Presidente

LICITAÇÃO - CONTRATOS - ERIKA SOUZA BARBOSA
A PUBLICAÇÃO ABAIXO TORNA SEM EFEITO E SUBSTITUI A PUBLICAÇÃO HAVIDA NESTE DIÁRIO OFICIAL, NA EDIÇÃO Nº 4.723, DE 25/04/2025, ANO XX, PÁGINAS 1237-1238, POR ERRO NO NÚMERO DA PORTARIA

A PUBLICAÇÃO ABAIXO TORNA SEM EFEITO E SUBSTITUI A PUBLICAÇÃO HAVIDA NESTE DIÁRIO OFICIAL, NA EDIÇÃO Nº 4.723, DE 25/04/2025, ANO XX, PÁGINAS 1237-1238, POR ERRO NO NÚMERO DA PORTARIA

"Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos para 10/01/2025"

PORTARIA Nº 148, 27 DE JANEIRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO SENHOR ABEL RODRIGUES PARENTE, PARA ACOMPANHAMENTO DO OBJETO PREVISTO NO CONTRATO 003/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhor **ACACIO ALVES DE SOUZA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 177 da Lei Federal n° 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal, brasileiro, portador do RG 2854590-7 SSP/MT, CPF nº 054.811.741-11, residente e domiciliado no Município de São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal: **CONTRATO Nº 003/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 007/2025 DISPENSA EMERGENCIAL N°004/2025**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT DE CARÁTER CONTÍNUO, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I, EDITAL E CONTRATO.

Art. 2º Fica determinado ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: **a)** à especificação do objeto; e **b)** ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: **a)**as condições de pagamento foram obedecidas; **b)**o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; **c)** a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; **d)**a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e **e)**os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: **a)**contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; **b)**a retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e **c)** o crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar eventual descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: **a)**Uma cópia para o departamento de Contratos; e **b)** Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia - MT, 27 DE JANEIRO DE 2025

ACÁCIO ALVES SOUZA.

Prefeito Municipal

PMSFA/MT.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - CONTROLADOR INTERNO JUCILIANO ROVANI BUDRYS
AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2025

Art. 74 inciso I, da Lei nº 14.133/21

(PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 003/2025)

AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

De: Gabinete da Presidência

Para: Departamento de Licitação

Senhor Agente de Contratação,

Estando devidamente cumpridas as formalidades de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, Autorizo a abertura da Inexigibilidade Nº 003/2025, para a "**Prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria pública, incluindo: Diagnóstico e levantamento dos problemas atuais em relação à Transparência Pública, Escolha de servidores responsáveis em cada setor, Capacitação dos servidores escolhidos, Assessoria completa para revisão e publicação de material exigido por lei, Relatórios mensais de acompanhamento e Adequação e/ou Implantação de toda a tecnologia necessária para publicação constante das informações obrigatórias, para atender a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e a Lei da Transparência (LC 131/2009), conforme exigências dos Tribunais de Contas, Ministério Público e outros**".

Atenciosamente,

São Félix do Araguaia - MT., 26 de Fevereiro de 2025

Cristiano dos Santos Milhomem

Presidente

LICITAÇÃO - CONTRATOS - ERIKA SOUZA BARBOSA
PORTARIA Nº 286, 01 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA Nº 286, 01 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO SENHOR MARKUS TULIO FERRO DE BRITO, PARA ACOMPANHAMENTO DO OBJETO PREVISTO NO CONTRATO 027/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhor **ACACIO ALVES DE SOUZA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 177 da Lei Federal n° 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal, brasileiro, casado portador do RG 3142476-1337335 SSP/GO, CPF nº 819.313.361-72, residente e domiciliado no Município de São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal: **CONTRATO Nº 027/2025 PROCESSO ADMINISRATIVO 028/2025 CONCORRENCIA PÚBLICA N°003/2025**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL – CONSTRUÇÃO DO CREAS, NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE FOME Nº 946338/2023/MDASCF/CAIXA.

Art. 2º Fica determinado ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: **a)** à especificação do objeto; e **b)** ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: **a)**as condições de pagamento foram obedecidas; **b)**o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; **c)** a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; **d)**a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e **e)**os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: **a)**contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; **b)**a retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e **c)** o crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar eventual descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: **a)**Uma cópia para o departamento de Contratos; e **b)** Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia - MT, 01 DE ABRIL DE 2025

ACÁCIO ALVES SOUZA.

Prefeito Municipal

PMSFA/MT.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - CONTROLADOR INTERNO JUCILIANO ROVANI BUDRYS
AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2025

Art. 74 inciso I, da Lei nº 14.133/21

(PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 003/2025)

AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

De: Gabinete da Presidência

Para: Departamento de Licitação

Senhor Agente de Contratação,

Estando devidamente cumpridas as formalidades de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, Autorizo a abertura da Inexigibilidade Nº 003/2025, para a "**Prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria pública, incluindo: Diagnóstico e levantamento dos problemas atuais em relação à Transparência Pública, Escolha de servidores responsáveis em cada setor, Capacitação dos servidores escolhidos, Assessoria completa para revisão e publicação de material exigido por lei, Relatórios mensais de acompanhamento e Adequação e/ou Implantação de toda a tecnologia necessária para publicação constante das informações obrigatórias, para atender a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e a Lei da Transparência (LC 131/2009), conforme exigências dos Tribunais de Contas, Ministério Público e outros**".

Atenciosamente,

São Félix do Araguaia - MT., 26 de Fevereiro de 2025

Cristiano dos Santos Milhomem

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
DECRETO Nº 23/2025, DE 29/04/2025 - PONTO FACULTATIVO EM 12/05/2025

DECRETO Nº 23, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 12/05/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, **considerando:**

I - a Lei Estadual nº 3.689, de 13 de maio de 1976, que emancipou o Município de São Félix do Araguaia (MT), desmembrando-o do Município de Barra do Garças (MT);

II - o dia 13 de maio, declarado como feriado municipal pela Lei Municipal nº 35, de 25 de abril de 1979;

III - que haverá eventos na segunda-feira, 12/05/2025, que exigirão a presença de servidores na sua organização; e

IV - que o ponto facultativo do expediente não trará qualquer prejuízo para a sociedade, uma vez que os serviços públicos essenciais serão preservados.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado **ponto facultativo** nas repartições públicas municipais, no dia **12 de maio de 2025.**

Art. 2º Ficam ressalvados os serviços que, por sua natureza, não possam sofrer paralisações, em especial os inerentes à saúde, coleta de lixo, limpeza pública urbana e as obrigações do Conselho Tutelar.

Art. 3º Durante o dia 12/05/2025, ponto facultativo, o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS's) da sede do Município e do Espigão do Leste obedecerá ao seguinte cronograma:

I - a UBS-III – Rural, situada na Avenida Dom Pedro Casaldáliga, em frente ao Ginásio de Esportes, atenderá a população em seu expediente normal; e

II - a UBS-IV, situada em Espigão do Leste, atenderá a população em seu expediente normal.

Parágrafo único. Durante o dia do ponto facultativo, a Unidade Básica de Saúde III (UBS-III) da sede do Município atenderá toda a população, incluindo os vinculados à UBS-I e à UBS-II.

Art. 4º Caberá aos chefes das repartições dos serviços considerados essenciais, determinar escala de trabalho e de plantões necessários, de sorte a evitar prejuízos aos cidadãos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), em 29 de abril de 2025.

Registre-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

ACÁCIO ALVES SOUZA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO - CONTRATOS - ERIKA SOUZA BARBOSA
A PUBLICAÇÃO ABAIXO TORNA SEM EFEITO E SUBSTITUI A PUBLICAÇÃO HAVIDA NESTE DIÁRIO OFICIAL, NA EDIÇÃO Nº 4.723, DE 25/04/2025, ANO XX, PÁGINAS 1237-1238, POR ERRO NO NÚMERO DA PORTARIA.

A PUBLICAÇÃO ABAIXO TORNA SEM EFEITO E SUBSTITUI A PUBLICAÇÃO HAVIDA NESTE DIÁRIO OFICIAL, NA EDIÇÃO Nº 4.723, DE 25/04/2025, ANO XX, PÁGINAS 1237-1238, POR ERRO NO NÚMERO DA PORTARIA.

"Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos para 10/01/2025"

PORTARIA Nº 131, 16 DE JANEIRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO SENHOR KELVYN DE ALMEIDA FERNANDES, PARA ACOMPANHAMENTO DO OBJETO PREVISTO NO CONTRATO 001/2025 E 002/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhor **ACACIO ALVES DE SOUZA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 177 da Lei Federal n° 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal, brasileiro, portador do RG 2854590-7 SSP/MT, CPF nº 054.811.741-11, residente e domiciliado no Município de São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal: **CONTRATO Nº 001/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 005/2025 DISPENSA N°003/2025 E CONTRATO N° 002/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 006/2025 INEXIBILIDADE N°002/2025**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS (TIPO MÉDIO PORTE) **SISTEMA DE SOM, PALCO ESTRUTURAL, ILUMINAÇÃO E GRUPO GERADOR DE ENERGIA MÓVEL; PARA A 48ª EDIÇÃO DOS FESTEJOS DE SÃO SEBASTIÃO, DISTRITO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, QUE OCORRERÁ NOS DIAS 18 e 19 DE JANEIRO DE 2025**.RECURSO PRÓPRIO

CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL PARA A REALIZAÇÃO DA FESTIVIDADE CARNAVALESCA EM SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT, RECURSOS PRÓPRIO. ARTISTA: BANDA VIROU BAHIA.

Art. 2º Fica determinado ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: **a)** à especificação do objeto; e **b)** ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: **a)**as condições de pagamento foram obedecidas; **b)**o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; **c)** a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; **d)**a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e **e)**os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: **a)**contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; **b)**a retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e **c)** o crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar eventual descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final,

sendo: **a)**Uma cópia para o departamento de Contratos; e **b)** Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia - MT, 16 DE JANEIRO DE 2025

ACÁCIO ALVES SOUZA.

Prefeito Municipal

PMSFA/MT.

PREF MUN DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - DEPTO. DE ADMIN. DE RECURSOS HUMANOS - WEDILA MARTINS SOUZA
EDITAL DE CITAÇÃO

Edital de Citação

Edital nº 01/2025

Prefeitura do Município de São Félix do Araguaia -Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – Processo Administrativo Disciplinar 01/2025.

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar da Prefeitura do Município de São Félix do Araguaia, designada pela Portaria nº 201/2025, em virtude da impossibilidade de citação pessoal em sua residência na sede do município e na propriedade rural do investigado, Max Joaquim Pereira de Almeida Hellembrandt, para apresentar defesa nos autos supramencionado, instaurado para apurar as infrações capituladas no artigo 133, inciso VIII, da Lei Complementar 036/2003, resolve efetuar a citação por edital, nos termos legais abaixo mencionado:

CITAÇÃO

Nos termos da Legislação vigente, Lei Complementar Municipal 036/2003, - Regime Jurídico dos Servidores Municipais de São Félix do Araguaia MT, conforme estipulado no caput dos artigos 165, como dispõe o artigo 170 § único, artigo 172 do mesmo diploma legal, para que, em querendo, ofereça a apresentação de defesa e arrolar as testemunhas, garantindo a livre defesa e o contraditório, no prazo de 15 (quinze dias) dias, como dispõe a legislação pertinente acima citada que abaixo transcreve

Art. 172 – Se achado o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por Edital, publicado no Diário Oficial e/ou em jornal de grande circulação no município de São Félix do Araguaia, para apresentar defesa, ou ainda por afixação na Prefeitura e Câmara Municipal. Parágrafo único – Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da publicação do edital.

Dessa forma considera -se citado, o Servidor Público Municipal Max Joaquim Pereira de Almeida Hellebrandt, a contar da publicação deste Edital, para apresentar defesa escrita, podendo juntar documentos e requerer a produção de outras provas que julgar necessárias à sua defesa, perante esta Comissão.

O investigado poderá constituir procurador para representá-lo no presente processo administrativo disciplinar.

Informa-se que o processo administrativo disciplinar encontra-se à disposição do investigado ou de seu procurador legalmente constituído para consulta na sede da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Av: Araguaia n.º 248 – centro São Félix do Araguaia MT], durante o horário de expediente das 08:00 (oito horas) as 17:00 (dezessete horas).

A ausência de defesa no prazo estipulado implicará na continuidade do processo administrativo disciplinar, com a designação de defensor dativo para apresentar defesa em favor do investigado.

E, para que chegue ao conhecimento do investigado e de quem mais interessar possa, é expedido o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial dos Municípios, Câmara Municipal de São Félix do Araguaia e afixado em local de costume na sede da Prefeitura Municipal.

São Félix do Araguaia (MT), 17 de abril de 2025

.....

Wueder Batista César da Silva

Presidente

Edital de Citação

Edital nº 02/2025

Prefeitura do Município de São Félix do Araguaia -Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – Processo Administrativo Disciplinar 02/2025.

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar da Prefeitura do Município de São Félix do Araguaia, designada pela Portaria nº 202/2025, em virtude da impossibilidade de citação pessoal em sua residência na sede do município e na propriedade rural do investigado, Max Joaquim Pereira de Almeida Hellembrandt, para apresentar defesa nos autos supramencionado, instaurado para apurar as infrações capituladas no artigo 133, inciso IX, da Lei Complementar 036/2003, resolve efetuar a citação por edital, nos termos legais abaixo mencionado:

CITAÇÃO

Nos termos da Legislação vigente, Lei Complementar Municipal 036/2003, - Regime Jurídico dos Servidores Municipais de São Félix do Araguaia MT, conforme estipulado no caput dos artigos 165, como dispõe o artigo 170 § único, artigo 172 do mesmo diploma legal, para que, em querendo, ofereça a apresentação de defesa e arrolar as testemunhas, garantindo a livre defesa e o contraditório, no prazo de 15 (quinze dias) dias, como dispõe a legislação pertinente acima citada que abaixo transcreve

Art. 172 – Se achado o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por Edital, publicado no Diário Oficial e/ou em jornal de grande circulação no município de São Félix do Araguaia, para apresentar defesa, ou ainda por afixação na Prefeitura e Câmara Municipal. Parágrafo único – Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da publicação do edital.

Dessa forma considera -se citado, o Servidor Público Municipal Max Joaquim Pereira de Almeida Hellebrandt, a contar da publicação deste Edital, para apresentar defesa escrita, podendo juntar documentos e requerer a produção de outras provas que julgar necessárias à sua defesa, perante esta Comissão.

O investigado poderá constituir procurador para representá-lo no presente processo administrativo disciplinar.

Informa-se que o processo administrativo disciplinar encontra-se à disposição do investigado ou de seu procurador legalmente constituído para consulta na sede da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Av: Araguaia n.º 248 – centro São Félix do Araguaia MT], durante o horário de expediente das 08:00 (oito horas) as 17:00 (dezessete horas).

A ausência de defesa no prazo estipulado implicará na continuidade do processo administrativo disciplinar, com a designação de defensor dativo para apresentar defesa em favor do investigado.

E, para que chegue ao conhecimento do investigado e de quem mais interessar possa, é expedido o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial dos Municípios, Câmara Municipal de São Félix do Araguaia e afixado em local de costume na sede da Prefeitura Municipal.

São Félix do Araguaia (MT), 17 de abril de 2025

.....

Wueder Batista César da Silva

Presidente

Edital de Citação

Edital nº 03/2025

Prefeitura do Município de São Félix do Araguaia -Comissão de Processo Administrativo Disciplinar – Processo Administrativo Disciplinar 03/2025.

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar da Prefeitura do Município de São Félix do Araguaia, designada pela Portaria nº 203/2025, em virtude da impossibilidade de citação pessoal em sua residência na sede do município e na propriedade rural do investigado, Max Joaquim Pereira de Almeida Hellembrandt, para apresentar defesa nos autos supramencionado, instaurado para apurar as infrações capituladas no artigo 133, inciso IX e XII, da Lei Complementar 036/2003, resolve efetuar a citação por edital, nos termos legais abaixo mencionado:

CITAÇÃO

Nos termos da Legislação vigente, Lei Complementar Municipal 036/2003, - Regime Jurídico dos Servidores Municipais de São Félix do Araguaia MT, conforme estipulado no caput dos artigos 165, como dispõe o artigo 170 § único, artigo 172 do mesmo diploma legal, para que, em querendo, ofereça a apresentação de defesa e arrolar as testemunhas, garantindo a livre defesa e o contraditório, no prazo de 15 (quinze dias) dias, como dispõe a legislação pertinente acima citada que abaixo transcreve

Art. 172 – Se achado o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por Edital, publicado no Diário Oficial e/ou em jornal de grande circulação no município de São Félix do Araguaia, para apresentar defesa, ou ainda por afixação na Prefeitura e Câmara Municipal. Parágrafo único – Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da publicação do edital.

Dessa forma considera -se citado, o Servidor Público Municipal Max Joaquim Pereira de Almeida Hellebrandt, a contar da publicação deste Edital, para apresentar defesa escrita, podendo juntar documentos e requerer a produção de outras provas que julgar necessárias à sua defesa, perante esta Comissão.

O investigado poderá constituir procurador para representá-lo no presente processo administrativo disciplinar.

Informa-se que o processo administrativo disciplinar encontra-se à disposição do investigado ou de seu procurador legalmente constituído para consulta na sede da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Av: Araguaia n.º 248 – centro São Félix do Araguaia MT], durante o horário de expediente das 08:00 (oito horas) as 17:00 (dezessete horas).

A ausência de defesa no prazo estipulado implicará na continuidade do processo administrativo disciplinar, com a designação de defensor dativo para apresentar defesa em favor do investigado.

E, para que chegue ao conhecimento do investigado e de quem mais interessar possa, é expedido o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial dos Municípios, Câmara Municipal de São Félix do Araguaia e afixado em local de costume na sede da Prefeitura Municipal.

São Félix do Araguaia (MT), 17 de abril de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
DECRETO Nº 22/2025, DE 29/04/2025 - PONTO FACULTATIVO EM 02/05/2025

DECRETO Nº 22, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 02/05/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, **considerando:**

I - o dia 1º de maio, declarado como feriado nacional pela Lei Federal nº 662, de 6 de abril de 1949;

II - que, neste ano de 2025, o dia 1º de maio ocorrerá em uma quinta-feira; e

III - que o ponto facultativo do expediente não trará qualquer prejuízo para a sociedade, uma vez que os serviços públicos essenciais serão preservados;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado **ponto facultativo** nas repartições públicas municipais, no dia **2 de maio de 2025.**

Art. 2º Ficam ressalvados os serviços que, por sua natureza, não possam sofrer paralisações, em especial os inerentes à saúde, coleta de lixo, limpeza pública urbana e as obrigações do Conselho Tutelar.

Art. 3º Durante o dia 02/05/2025, ponto facultativo, o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS's) da sede do Município e do Espigão do Leste obedecerá ao seguinte cronograma:

I - a UBS-II - Centro, situada na Avenida Araguaia, atenderá a população em seu expediente normal; e

II - a UBS-IV, situada em Espigão do Leste, atenderá a população em seu expediente normal.

Parágrafo único. Durante o dia do ponto facultativo, a Unidade Básica de Saúde II (UBS-II) da sede do Município atenderá toda a população, incluindo os vinculados à UBS-I e à UBS-III.

Art. 4º As licitações marcadas para o dia 2 de maio de 2025 ocorrerão normalmente, no horário e local divulgados em Edital.

Art. 5º Caberá aos chefes das repartições dos serviços considerados essenciais, determinar escala de trabalho e de plantões necessários, de sorte a evitar prejuízos aos cidadãos.

Art. 6º Os serviços deverão ser retomados em sua normalidade no dia 5 de maio de 2025 (segunda-feira).

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia - MT, 29 de abril de 2025.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

ACÁCIO ALVES SOUZA

Prefeito Municipal

PREF MUN DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - DEPTO. DE ADMIN. DE RECURSOS HUMANOS - WEDILA MARTINS SOUZA
PORTARIA N. 253, DE 13 DE MARÇO DE 2025

PORTARIA N. 253, DE 13 DE MARÇO DE 2025

Dispõe sobre a nova composição do Conselho Municipal de Educação – CME de São Félix do Araguaia-MT e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, usando os poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros do Conselho Municipal de educação (CME) de São Félix do Araguaia-MT, com a seguinte composição:

1.Presidente: Maria de Lourdes Jorge de Sousa **Vice-Presidente**: Aclécia Amorim Cavalcante **1º Secretária** : Ana Cristina Miranda de Melo **2ª Secretária**: Ediane Melo Vasconcelos

A)Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Adriana Ferreira Filho

RG: 1638038 SSP/MT.

CPF: 007.264.961-54

Suplente: Rosiane dos Santos Milhomem Pereira

RG: 3760253 SSP/GO

CPF: 707. 855.201-63

B) Representantes da Comissão de Educação na Câmara Municipal

Titular: Rita de Cássia Rodrigues Gomes

RG: 1649606-0

CPF:726.269.251-87

Suplente: Patrícia Paiva Alencar

RG:4217567DPGC/GO

CPF: 903677311-5

C) Representante de Diretores das Escolas Municipais

Titular: Cleide Marques da Silva

RG: 827218 SEJSP/MT

CPF: 536.337.411.00

Suplente: Valderina Carneiro dos Santos Brito

RG: 099.3449-9 SSP/MT

CPF: 628. 122.891.04

D) Representantes dos Diretores das Escolas Estaduais

Titular: Luiz Carlos Alves Araujo

RG: 834857 SSP/MT

CPF:545.880.301-91

Suplente: Mariuza Marinho Lopes

RG: 591478 SSP/MT

CPF406.388.391-49

E) Representantes do Sindicato dos Profissionais da Educação- SINTEP

Titular: Márcia Menezes Matos

RG: 131.5681-0- SSP/MT

CPF: 893.222.581.87

Suplente: Francisco Carlos Machado Alves

RG: 18.198.422-SSP/SP

CPF: 789.648.818-34

G) Representantes do Conselho de Controle e acompanhamento Social do FUNDEB

Titular: Maria de Lourdes Jorge de Sousa

RG: 8. 185.382 SSP/MG

CPF: 31789226104

Suplente: Aclécia Amorim Cavalcante

RG: 967.239 SSP/MT

CPF: 709.489.411-20

H) Representantes do Conselho da Alimentação Escolar -CAE

Titular: Ediane Melo Vasconcelos

RG: 164.9681-7 SSP/MT

CPF: 016.858.031.48

Suplente: Aérica Bezerra da Silva

RG: 162.15322-0 SSP/MT

CPF: 003.538.481-66

I)Representante da Sociedade Civil Organizada

Titular: Manoel da Silva Machado

RG: 269.866 SSP/MT

CPF: 240.570.101-49

Suplente: Paulo Rodrigues de Sousa

RG: 34646767070683 SSP/GO

CPF: 787.878.741-72

J) Representantes de professores, técnicos e apoios administrativos das escolas municipais da sede e do campo.

Titular: Ana Cristina Miranda de Melo Macedo

RG: M-3714783-SSP/MG

CPF: 668.739.246-87

Suplente: Ernandi Nogueira Barros

RG: 67455/DF

CPF: 267.624.551-15

L) Representantes de pais de alunos das Escolas Municipais sede e Campo

Titular: Edna Maria Gomes Braga

RG: 4861908 DGPC/GO

CPF: 704.394.781-20

Suplente: Andreia Araujo Alves

RG: 412760 SJSP/TO

CPF: 994.884.341-04

Art.2º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de março de 2025.

Registre-se,

Publique-se e

cumpra-se.

Gabinete do prefeito, 14 de março de 2025

ACÁCIO ALVES SOUZA

Prefeito Municipal de

LICITAÇÕES - MEUDRA PEREIRA DOS SANTOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 063/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SONDA PERFURATRIZ ROTOPNEUMATICA TIPO ER/150/3000 (MONTADA SOBRE REBOQUE DUPLO EIXO) DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES GERAIS ESTABELECIDAS NO ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA, EDITAL E MINUTA DE CONTRATO. POR DISPENSA DE LICITAÇÃO; realizado nos termos do Art. 75 inciso III alínea b da Lei Federal 14.133/21. **EMPRESA: EMPRESA: E.R MOLINA COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS LTDA – ME. CNPJ Nº 10.995.692/0001-09,** com seda a Rua Vitoria Regia, 695 - Estação, Franca - SP, 14.405-101– E-mail: ermolinaequipamentos@gmail.com (Enviar E-mail) Telefone(s):(16) 99462-3775 (Ligar) (Whatsapp)Representado pelo Senhor**: EDVAM DE CASTRO MARQUES MOLINA;** RG nº40.982.177-9 SSP/SP E CPF Nº 225.792.448-75; **VALOR GLOBAL** R$ 217.950,00(duzentos e dezessete mil e novecentos e cinquenta reais)**PRAZO DE VIGENCIA**: 180(cento e oitenta)dias;**FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, III da Lei Federal nº 14.133/21.**

São Félix do Araguaia - MT, em 30 de abril de 2025.

ACÁCIO ALVES SOUZA

Prefeito Municipal

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

A comissão interna de licitação da prefeitura municipal de São Jose do Povo-MT, no uso das atribuições legais atribuídas pela portaria 30/2024, comunicar aos interessados que o senhor Prefeito Municipal IVANILDO VILELA DA SILVA, homologou a Adesão de nº 01 2025 processo nº 024 referente a ata de registro de preços nº 121/2024 do município de Poconé/MT.

Objeto**:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamento de uso da Farmácia Básica em atendimento as necessidades da secretaria Municipal de Saúde de Poconé -MT.

Em favor da empresa: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI. CNPJ; 03.250.803/001-92**, endereço**, situado a Rua; Professor João Felix nº635 Bairro Lixeira, CEP **78008-435**, Cuiabá/MT., no valor total de R$409.467,50(Quatrocentos e Nove Mil, Quatrocentos e Sessenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos).

São Jose do Povo, 28 de abril de 2025.

IVANILDO VILELA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO N°51/2025

CONTRATO (A)-JOSÉ SILVA SANTANA, portador do C CPF nº 690.373.295-00

OBJETO –A contratação para o cargo de Agente de Limpeza Pública, com carga horaria de (40 horas) semanal, lotado na secretaria de Obras, conforme a Lei Municipal n°.517/2012, para atender à necessidade temporária e excepcional interesse público.

VALOR TOTAL- A contratante pagará a contratada o valor mensalmente de **R$ 1.518,00 (Um Mil, Quinhentos e Dezoito Reais)** cujo pagamento será juntamente com o dos demais servidores municipais.

DA VIGÊNCIA- O presente contrato tem vigência de 12 meses, tendo início no dia **22/04/2025 a 22/04/2026**, podendo ser prorrogado por igual período de acordo com edital do processo seletivo 01/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREVIMUNI
PORTARIA PREVIMUNI N.º 016/2025

"Dispõe sobre a concessão do Benefício **PENSÃO POR MORTE** em caráter vitalício ao **Sr. MUSSOLINO GRUNOV** ".

A Diretora do PREVIMUNI – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 7º, inciso II, e § 8º da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº41/2003, combinada com o artigo 23, §8º da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, e ainda artigos 7º, inciso I, 31, Inciso II e 32, inciso I da Lei Municipal nº 963 de 27 de junho de 2013, que rege a Previdência Municipal, *e ainda Anexo III-M da Lei Municipal nº 989/2014, de 21 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a Reestruturação do plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do quadro geral do poder executivo do Município de São José do Rio Claro – MT e dá outras providências*, *atualizado pela Lei alterado pela Lei nº 1.557 de 27 de janeiro de 2025.*

RESOLVE

Art. 1º Conceder o benefício de **PENSÃO POR MORTE**, em decorrência do falecimento da servidora ativa Sra. CLEIDE FERNANDES BUSCIOLI GRUNOV, com matricula RE **2270** matricula previdenciária nº 971, *portador do RG. nº. 534xxx.201-10 SSP/MT e CPF nº. 534.xxx.201-10*, com ***Proventos Integrais e direito ao reajuste do valor real***, a partir da data do seu falecimento (02/04/2025), de acordo com o processo administrativo, n.º 2025.07.00000001, ao beneficiário a seguir:

Nome	Parentesco	Rep. Legal	CPF	RG	Data de Nascimento	Data Fim	%
Mussolino Grunov	Cônjuge	Não é o caso	419.xxx.xxx-53	7XXXX-4 SSP/MT	17/01/1966	Vitalício	100

Art. 2º Com a extinção da quota do pensionista, extinta ficará também a pensão.

Art. 3º O beneficiário em epígrafe é o único quotista na equivalência de 100% do benefício.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data do óbito de 02 de abril de 2025, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

São José do Rio Claro- MT, 29 de abril de 2025.

CLEIDE DE LIMA SILVA

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
DECRETO Nº 052, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

DECRETO Nº 052, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 02 DE MAIO DE 2025, EM VIRTUDE DO FERIADO DO DIA DO TRABALHADOR, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 47, IV, da Lei Orgânica do município,

CONSIDERANDO o Decreto nº 008 de 31 de janeiro de 2025, que divulga os feriados e pontos facultativos no exercício de 2025;

CONSIDERANDO que é de competência do Poder Executivo estabelecer as datas de ponto facultativo;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 02 de maio de 2025, sexta-feira.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput às unidades e serviços considerados essenciais ou que por sua natureza não possam ser paralisados ou interrompidos, cabendo ao secretário titular da pasta estabelecer os critérios para continuidade dos serviços públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 29 de abril de 2025.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREVIMUNI
PORTARIA PREVIMUNI N.º 017/2025

"Dispõe sobre a retificação dos termos da Portaria nº 013/2025 referente a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade em favor de ANTONIA DE CARVALHO ADÃO".

A Diretora Executiva do PREVIMUNI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos do ***Art. 40, § 1º, inciso "III", alínea "b", combinado com o § 8º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, de 19 de Dezembro de 2003 combinado com o Art. 12, inciso III, alínea "a", da Lei Municipal n.º 963 de 27 de junho de 2013, que rege o Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Claro – MT e ainda Anexo III-A da Lei Municipal nº 989/2014, de 21 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a Reestruturação do plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do quadro geral do poder executivo do Município de São José do Rio Claro – MT e dá outras providências***, ***atualizado pela Lei alterado pela Lei nº 1.555 de 27 de janeiro de 2025.***

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria Por Idade, em favor de **ANTONIA DE CARVALHO ADÃO,** portador(a) do RG nº. 0785621-0 SESP-MT, inscrita no CPF nº. 571.158.501-00, servidora efetiva desta municipalidade, ocupante do cargo de **CUIDADOR SOCIAL**, Classe "B", Referência "02", lotada na Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, matrícula RE nº 2371 e matricula previdenciária nº 1033, referido (a) servidor (a) conta com 5.744 (cinco mil, setecentos e quarenta e quatro) dias trabalhados, ou seja, 15 anos, 8 meses e 29 dias.

.

Art. 2º. O benefício terá os Proventos Proporcionais ao Tempo Contribuição assegurado o reajustamento do benefício em caráter permanente para assegurar-lhe o valor real conforme critérios estabelecidos para os benefícios do RGPS, conforme o processo do PREVIMUNI n.º 2025.02.00000003.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Diretora do PREVIMUNI,

São José do Rio Claro-MT, 25 de abril de 2025.

CLEIDE DE LIMA SILVA

Diretora Executiva PREVIMUNI

HOMOLOGO:

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 264/2025/SECAD, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRA SUBSTITUTA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MIGUEL JUNIOR COSTA, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, o uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação de Pregoeiro Substituto, durante as férias da Titular;

CONSIDERANDO que, para garantir a continuidade do processo administrativo e licitatório no período de ausência da titular, é necessária a designação de um substituto em caráter temporário, conforme o princípio da eficiência e da continuidade da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora **THAMIRES LOPES MOREIRA**, matrícula funcional nº 2747, para exercer a função de **Pregoeira Substituta**, em caráter temporário, durante o gozo de férias da servidora **TATIANE ILMA GROLLI BAGGIO**, lotada no cargo de Agente de Contratação, no período compreendido entre os dias **28 de abril de 2025 a 10 de maio de 2025**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 28 de abril de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 29 de abril de 2025.

MIGUEL JUNIOR COSTA

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria Nº 009/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de São José dos Quatro Marcos-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público aos interessados o resultado do Processo de Licitação 065/2025 na Modalidade **Pregão Eletrônico 012/2025,** OBJETO: **"REFERENTE AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CARGO DE PEQUENO PORTE PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT, EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO Nº 0574/2020".**

Sendo a empresa vencedora:

Nº DA ARP	EMPRESAS	CNPJ	VALOR
12/2025	COMETA MATO GROSSO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	15.355.506/0003-52	R$ 190.000,00

Homologado em 22/04/2025. JAMIS SILVA BOLANDIN – Prefeito.

Jefferson Pereira Oliveira – Agente de Contratação/Pregoeiro (Portaria 467/2023).

PMSJQM, 28/04/2025.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório: nº 065/2025 – Pregão Eletrônico nº 012/2025

Data de Realização do Pregão Eletrônico 24/04/2025

Órgão responsável pelo registro: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos CNPJ: 15.024.029/0001-80

Objeto: ***"REFERENTE AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CARGO DE PEQUENO PORTE PARA***

SECRETARIA DE AGRICULTURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT, EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO Nº 0574/2020".

Nº DA ARP	EMPRESAS	CNPJ	VALOR
12/2025	COMETA MATO GROSSO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	15.355.506/0003-52	R$ 190.000,00

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 24 de abril de 2025.

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: http://www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório: nº 065/2025 – Pregão Eletrônico nº 012/2025

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Prefeito Municipal JAMIS SILVA BOLANDIN, HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é **"REFERENTE AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CARGO DE PEQUENO PORTE PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT, EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO Nº 0574/2020***"** .

SEQ.	EMPRESAS	CNPJ	VALOR
1	COMETA MATO GROSSO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	15.355.506/0003-52	R$ 190.000,00

TOTAL DE R$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais)

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

São José dos Quatro Marcos – MT, 28/04/2025.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS/MT comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 033/2024 referente à ***REFERENTE AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CARGO DE PEQUENO PORTE PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT, EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO Nº 0574/2020*** que ADJUDICA termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):

SEQ.	EMPRESAS	CNPJ	VALOR
1	COMETA MATO GROSSO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	15.355.506/0003-52	R$ 190.000,00

TOTAL DE R$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais)

São José dos Quatro Marcos - Mato Grosso, 28 de abril de 2025,

JAMIS SILVA BOLANDIN PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA
ACORDO DE COOPERAÇÃO

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS E A COOPERATIVA DE CRÉDITO COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO NOROESTE DE MATO GROSSO, ACRE E AMAZONAS – SICREDI BIOMAS

O município de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso pessoa jurídica de direito público interno, com sede Administrativa na Avenida Dr. Guilherme Pinto Cardoso, na cidade de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrito no CNPJ sob nº 15.024.029.0001-80, neste ato devidamente representado pelo prefeito **Municipal Jamis Silva Bolandin,** residente e domiciliado na **cidade de São José dos Quatro Marcos**, inscrito no CPF: 651.004.501-00 nos termos 8666/93 doravante denominado **MUNICÍPIO**; e

Cooperativa de Crédito Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas – Sicredi Biomas, inscrita no CNPJ nº. 33.022.690/0001-39, com endereço na Av. Castelo Branco, 194, Centro, Araputanga/MT, neste ato representado por seu Diretor Executivo **Ediano José Neves**, portador do CPF nº 770.239.191-04, qualificada como Organização da Sociedade Civil nos termos do item "b" do inciso I do artigo 2º da **Lei nº 13.019/2014**, modificada pela **Lei nº 13.204/2015**, e do inciso III do artigo 3º de seu Estatuto Social, neste ato representada conforme seu Estatuto Social, doravante denominada **COOPERATIVA**.

Pelo presente acordo, conforme as normas contidas na **Lei nº 13.019/2014** e no **Decreto nº 8.726/2016**, as partes acima mencionadas e qualificadas ajustam o presente Acordo de Cooperação mediante as seguintes cláusulas, termos e condições:

CLÁUSULA DO OBJETO

O presente **ACORDO** tem por objeto a implementação do Programa a União Faz a Vida, visando a implementação de metodologia de educação cooperativa baseada em projetos, para o desenvolvimento de princípios de cooperação e cidadania de responsabilidade social do **SICREDI**, com o objetivo de estabelecer a mútua cooperação entre o MUNICÍPIO e COOPERATIVA.

Parágrafo Primeiro: Integra-se ao objeto deste Acordo o **Anexo I - Plano de Trabalho**, elaborado pela **COOPERATIVA**, documento indissociável deste instrumento.

Parágrafo Segundo: As metas deste Acordo consistem na execução integral das atividades relacionadas no **Anexo I - Plano de Trabalho**, conforme os prazos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

As obrigações das partes são as seguintes:

I - DA COOPERATIVA: a) Executar satisfatória e regularmente o objeto deste Acordo; b) Observar as orientações do **MUNICÍPIO** no acompanhamento e supervisão das atividades; c) Permitir o livre acesso de agentes da administração pública e órgãos de controle aos documentos e locais de execução do objeto; d) Divulgar a parceria em seu sítio eletrônico ou em local visível de sua sede, informando dados essenciais, conforme o artigo 11 da **Lei nº 13.019/2014**; **II - DO MUNICÍPIO:** a) Aplicar a metodologia pedagógica e materiais fornecidos pela **COOPERATIVA**; b) Disponibilizar educadores para formação continuada; c) Garantir condições necessárias para o cumprimento do objeto; Divulgar as parcerias celebradas no sítio oficial, conforme o artigo 11 da **Lei nº 13.019/2014**;

I – RESPONSABILIDADE SOCIAMBIENTAL a) As Partes obrigam-se a cumprir todas as normas e exigências legais relativas à: a) política naci-

onal do meio ambiente, emanadas das esferas Federal, Estadual e Municipal; b) normas de segurança e Medicina no Trabalho; c) convenções e acordos trabalhistas. b) As Partes reconhecem a importância de práticas inclusivas e não discriminatórias negativas, obrigando-se a adotar políticas inclusivas, que promovam a diversidade e equidade, disseminando-as entre seus empregados e fornecedores. As partes se comprometem a implementar uma gestão ambiental eficaz, assegurando o uso sustentável de água e energia, bem como de matérias-primas que preservem o meio ambiente. Além disso, comprometem-se a gerir de forma responsável os resíduos, efluentes e emissões de gases de efeito estufa, conforme aplicável.

b) As Partes se comprometem a não contratar mão de obra que envolva exploração de trabalhos forçados ou infantil, exigindo a adoção desta prática também por seus fornecedores, bem como, devem manter todas as instalações onde serão prestados os Serviços em conformidade com as exigências e padrões mínimos estabelecidos pela legislação brasileira. c) As partes, quando aplicável, observarão: a) a adoção de política de sustentabilidade ou responsabilidade social, ambiental e climática, devidamente disseminada entre seus empregados e fornecedores; b) a adoção de uma gestão sustentável do seu negócio e de sua cadeia de fornecimento, primando por entregar produtos e serviços de qualidade com o menor impacto ambiental possível, utilizando os princípios da economia circular; a) a observância e contribuição, a partir de seu negócio, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. **II - ANTICORRUPÇÃO** a) As partes obrigam-se a observarem, cumprirem ou fazerem cumprir, por si, suas Afiliadas, Colaboradores e Prepostos, diretores, membros do conselho da administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviços, toda e qualquer lei Anticorrupção aplicável, em especial a Lei 12.846, inclusive no âmbito internacional, assim como se abster de praticar quaisquer atos de corrupção ou que violem a legislação mencionada. b) As partes obrigam-se a manter políticas e procedimentos internos que assegurem o cumprimento integral da legislação de prevenção à corrupção, disseminando estes documentos aos seus colaboradores e prepostos. c) As partes deverão comunicar imediatamente, qualquer situação envolvendo seus prepostos, caso venham a ser citados, envolvidos ou relacionados com os crimes financeiros amparados pela legislação mencionada, ou que tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole as normas referidas. d) A Cooperativa poderá rescindir o Contrato, sem incidência de quaisquer multas ou indenização, caso o Município, ou pessoa relacionada, seja cadastrada nas listas do Portal de Transparência do Governo Federal, quais sejam: (i) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); e (ii) Cadastro Nacional das Empresas Punidas (CNEP) ou tenha o envolvimento em qualquer situação mencionada na cláusula acima. **III - ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

A CONTRATADA deverá cumprir a Lei Federal nº 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de

Dados (“LGPD”), na execução do Contrato e em especial:

Adotar as melhores práticas de tecnologia e segurança da informação para garantir a segurança dos dados pessoais;

a) Não permitir ou facilitar o tratamento de dados pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja a de cumprir as obrigações previstas deste Contrato; b) Notificar o SICREDI em até 24 (vinte e quatro) horas após ciência de incidente envolvendo dados pessoais, apresentando, no mínimo, as informações elencadas no art. 48 da LGPD.

O Município isentará o Sicredi de qualquer demanda judicial ou extrajudicial relacionada ao descumprimento de suas obrigações legais e/ou contratuais no que se refere ao tratamento de dados pessoais.

CLÁUSULA DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não haverá transferência de recursos do **MUNICÍPIO** para a **COOPERATIVA**, sendo esta última responsável por todas as despesas necessárias.

CLÁUSULA DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

Este Acordo vigorará do primeiro dia útil após sua publicação até 31/12/2030. **Parágrafo Primeiro:** A vigência poderá ser prorrogada mediante Termo Aditivo. **Parágrafo Segundo:** Este Termo pode ser rescindido nos seguintes casos:

a) Por decurso de prazo; b) Por comum acordo, mediante Termo de Distrato; c) Por decisão unilateral com notificação prévia.

CLÁUSULA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A **COOPERATIVA** deverá apresentar **Relatório de Execução do Objeto**, contendo o cumprimento das metas estabelecidas, até 90 dias após o término da vigência, prorrogáveis por 30 dias mediante justificativa.

CLÁUSULA DO FORO

Fica eleito o foro da sede do **MUNICÍPIO** para dirimir eventuais controvérsias.

Parágrafo Primeiro: O **MUNICÍPIO** fornecerá manuais específicos à **COOPERATIVA** para orientar a prestação de contas.

Parágrafo Segundo: A análise de contas será classificada como regular, regular com ressalvas ou irregular, conforme critérios da **Lei nº 13.019/2014**.

Por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente Acordo em duas vias de igual teor.

São José dos Quatro Marcos, 24 de fevereiro de 2025.

São José dos Quatro Marcos -MT

Prefeito Jamis Silva Bolandin - CPF: 651.004.501-00

Cooperativa de Crédito Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas – Sicredi Biomas.

Testemunhas:

1) Luciana Sampaio da Silva CPF: 036.775.741-96 2) Tayane Regina Campanholi Santos CPF: 029.694.311-81

ANEXO I - PLANO DE TRABALHO

projetos, por meio da qual, educadores, crianças, adolescentes e comunidade vivem uma experiência colaborativa prioriza o diálogo, a troca de saberes, a expressão de dúvidas, a resolução de conflitos e a percepção das diferenças.

DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DO CONTRATO:

Promover a formação contínua dos educadores inscritos no Programa e o desenvolvimento de projetos, para que sejam multiplicadores da metodologia. A metodologia de educação cooperativa do Programa A União Faz a Vida é realizada por meio de projetos de aprendizagem para o desenvolvimento de princípios de cooperação e cidadania, os quais visam a melhorar e a modificar o processo de aprendizagem das crianças e adolescentes, bem como dos educadores e da comunidade, tornando cidadãos mais cooperativos, participativos e protagonistas de suas opiniões e decisões.

Esta forma de ensinar valoriza os saberes, os espaços comunitários, as atividades coletivas, a cooperação e o exercício da cidadania, sempre considerando como base o currículo escolar para construir os projetos educacionais, a mediação dos educadores, pais e comunidade em todo o processo de aprendizagem das crianças e jovens.

PÚBLICO-ALVO BENEFICIADO:

Professores da rede municipal de educação e estadual, alunos das unidades escolares e toda a comunidade em geral que contribui com o desenvolvimento das práticas escolares.

DESCRIÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS E MENSURÁVEIS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES/PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:

Ø Educação continuada de educadores já formados na metodologia específica do Programa; Ø Habilitação inicial para novos educadores participantes do Programa; Ø Formação com os gestores escolares e educacionais envolvidos no Programa; Ø Realizar assessorias pedagógicas durante a vigência do acordo de cooperação com todos os educadores inscritos no Programa de maneira física ou digital, conforme possibilidade de realização; Ø Promover ações aos educadores envolvidos no Programa e toda a rede de educação; Ø Cadastrame nto e acesso dos professores à plataforma digital do Programa para gestão e acesso a conteúdo e construção de seus respectivos projetos; Ø Promover os princípios da Cooperação e Cidadania por meio do desenvolvimento dos projetos.

FORMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES:

O departamento de educação de forma conjunta com as unidades escolares participantes e o Sicredi, definirão o planejamento das atividades, respeitando o calendário escolar e as normas internas do respectivo município.

Caixa de texto: METAS E FASES (CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO): O cronograma de execução apresenta as metas e fases e, ainda, os prazos – devendo as datas previstas serem FUTURAS, referentes às atividades A SEREM DESENVOLVIDAS DENTRO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO ACORDO, podendo sofrer alterações e reformulações de acordo com a necessidade e agenda das escolas, bem como a da assessora pedagógica.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (METAS, ETAPA OU FASE)

META

ETAPA/FASE

ESPECIFICAÇÃO

DURAÇÃO

Início Término

Certificação Camisetas

Ebook Digital

Semana Pedagógica - Palestra

Habilitação de Novos Educadores, Funcionários, Colaboradores, Conselheiros, Coordenadores de Núcleo, Copeira e Vigia

Oficinas

Formação de Gestores Escolares

Acompanhamento De Projetos Em Grupo (6 Pessoas)

Dia do Estudante

Encontro Regional - On-Line

Desenvolvimento Desenvolvimento

Desenvolvimento

Desenvolvimento

Realização

Realização

Realização

Realização

Desenvolvimento

Desenvolvimento

Certificados Digitais - Emissão Site

Uma camise ta para cada professor, membro da gestão escolar e profissional de apoio que desenvolver um projeto.

Projetos do site para ebook digital, com registro ISSN (identificador único para publicações)

Palestra para os Professores na Semana Pedagógica

For mação de Habilitação para novos professores

Fo rmação Continuada para os Professores

Formação Específica Para Diretores e Coordenadores Escolares

Assessoria Individual de Projetos para Professores

Projeto Ginc ana – Desenvolvendo temas como: Empreendedor ismo, solidariedade.

Palestra

20/01/2025

20/01/2025

20/01/2025

20/01/2025

01/05/2025

10/02/2025

01/03/2025

01/08/2025

01/07/2025

01/10/2025

31/12/2025

31/12/2025

31/12/2025

21/02/2025

30/11/2025

30/10/2025

30/07/2025

31/12/2025

30/09/2025

31/10/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

EXTRATO DO 2° ADITIVO DO TERMO DE FOMENTO N° 001/2024

PARTES:O MUNICÍPIO DE SAPEZAL – MT, INSCRITO SOB O CNPJ N° 01.614.225/0001-09 E ASSOCIAÇÃO DE ARTES MARCIAIS ESPORTIVA PENIEL - AAMEP, ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS, INSCRITA SOB O CNPJ N° 31.628.911/0001-91.

OBJETO: Acréscimo de Valor.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se o presente aditivo, para a prorrogação de prazo e acréscimo de valores descritos no novo plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, bem como fundamentado na solicitação encaminhada pela Secretaria de Esportes e Lazer que assim mencionou:

*"O valor total do aditivo é de **R$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais)**, este valor será repassado em uma única parcela, sendo o mesmo destinado para um torneio que acontecerá no dia 06 de junho de 2025.*

O acréscimo deste valor justifica-se devido a uma meta não prevista anteriormente no Plano de Trabalho, porém, após a análise da gestão e a solicitação através de Ofício pela OSC, demonstrou-se a viabilidade da ampliação de metas, para a realização de um torneio desportivo pela AAMEP.

A realização do torneio possibilitará o engajamento da modalidade esportiva, trazendo crianças e adolescentes para uma competição saudável e que promova o respeito pela arte marcial.

Contudo, a OSC encaminhou o Plano de Trabalho atualizado, que se encontra em anexo a este documento.

É relevante observar que o Plano de Trabalho foi devidamente analisado e aprovado pelo Secretário de Esporte e Lazer."

VALOR DO ADITIVO: R$ 15.000,00.

A vigência do aditivo permanece inalterada em relação ao 1° aditivo.

MODALIDADE: Inexigibilidade de Chamamento Público nº 001/2024.

SECRETARIA: Secretaria de Esporte e Lazer.

DECRETO Nº 043/2025

NOMEIAMEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE PARA O QUADRIÊNIO 2025-2029, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÁUDIO JOSÉ SCARIOTE, Prefeito Municipal de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficamnomeados os membros abaixo relacionados para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE para o quadriênio 2025-2029, composto conforme processo de eleição e indicação dos segmentos que compõem, nos termos da Lei Municipal nº 178 de 14 de março de 2001:

I. PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titular: Naiara Queiroz Cruz, CPF: 034.***.***-31;

Suplente: Clarice Lúcia Schneider, CPF: 601.***.***-87.

II. PAIS DE ALUNOS DAS

Titular: Wagner Santos Costa, CPF: 021.***.***-28;

Suplente: Maria Marta Dias da Rocha, CPF: 829.***.***-15;

Titular: Evandro do Espírito Santo, CPF: 897.***.***-04;

Suplente: Tamires Medeiros da Silva, CPF: 008.***.***-36.

III. TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO:

Titular: Irene Nunes Ferreira Joaquim, CPF: 419.***.***-53;

Suplente: Renata Cristina Gomes Azevedo, CPF: 049.***.***-55;

Titular: Marina de Oliveira Honório Ribeiro, CPF: 369.***.**-15;

Suplente: Lorena Wurmstich, CPF: 704.***.***.-47.

IV. SOCIEDADE CIVIL:

Titular: Ordalina Almeida de Sousa Silva, CPF: 420.***.***-04;

Suplente: Karina Alessandra Martins Pereira, CPF: 020.***.***-57.

Titular: Maria Margarete Noronha Valentin, CPF: 059.***.***-87;

Suplente: Claudenilson Nokazokemae, CPF: 046.***.***-00.

Parágrafo único. Os efeitos da nomeação terão vigência de 4 (quatro) anos, contados da publicação deste decreto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sapezal, 15 de abril de 2025.

CLÁUDIO JOSÉ SCARIOTE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 627/2025.

PORTARIA Nº 627/2025.

TORNAR PÚBLICA A VIGÉSIMA TERCEIRA CONVOCAÇÃO DOS SERVIDORES APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Artigo 059 da Lei Orgânica Municipal e com o Decreto 115/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os aprovados no Concurso Público 001/2023 abaixo relacionados, para, no prazo de 30 (trinta) dias apresentarem as documentações necessária para nomeação e posse, constante no Anexo Único da presente portaria:

PREGOEIRO

INSC. NOME NASC. CLASSIF.

278001334 ERIC RODRIGO PETTENAN 21/02/1986 4º

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, ao vigésimo nono dia do mês de abril de 2025.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO – DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PARA ADMISSÃO:

CÓPIAS:

- Cédula de identidade;

- Comprovante de inscrição no CPF;

- Título de eleitor;

- Cartão (nº) do PIS/PASEP;

- Certificado de reservista (se do sexo masculino);

- Certidão de casamento e/ou nascimento;

- CPF cônjuge (se casado ou em união estável)

- Certidão de nascimento e carteira de vacinação dos filhos menores de 15 anos;

- CPF e RG dos filhos até 21 anos;

- Comprovante de escolaridade (cópia autenticada ou cópia acompanhado do original);

- Carteira de Registro no órgão de Classe (na categoria do cargo pretendido);

- Carteira Nacional de Habilitação (para os motoristas de veículos Públicos);

ORIGINAIS:

- Atestado Médico Admissional, emitido por Médico do Trabalho (agendar junto RH);

- Certidão Negativa dos cartórios civil, criminal 1° e 2° Graus (no estado de domicílio).

- Certidão Negativa de Quitação Eleitoral no Cartório Eleitoral (domicílio eleitoral).

- 01 foto 3x4 recente;

- Declaração negativa de acumulação de cargo público;

- Declaração de bens;

- Declaração contendo endereço residencial, n° de conta bancária, banco e agência

(somente Conta salário no Banco Santander).

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGO PÚBLICO

EU,_____, portador(a) do CPF nº _____, admitido(a) no cargo de _____, declaro, sob as penas da lei, que não acumulo cargo público.

Sendo está a expressão da verdade, subscrevo a presente em ____/____/____.

_____

Assinatura do(a) servidor(a)

DECLARAÇÃO DE BENS:

Eu,

_____,

Admitido(a) no cargo de _____

atendendo ao artigo 13 da lei 8429/1992 art. 3º, declaro sob as penas da Lei que os bens de minha propriedade são os seguintes:

DESCRIÇÃO VALOR (R$)

Para que esta declaração surta os efeitos legais previstos em lei, dato e assino.

Sapezal - MT ____/____/____

_____

Assinatura do(a) servidor(a)

DECLARAÇÃO DE BENS:

Eu, _____,

Admitido no cargo de _____

atendendo ao artigo 13 da lei 8429/1992 art. 3º, declaro sob as penas da Lei que não há bens de minha propriedade.

Para que esta declaração surta os efeitos legais previstos em lei, dato e assino.

Sapezal - MT ____/____/____

_____

Assinatura do(a) servidor(a)

DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO

DO CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

ESTADO DE MATO GROSSO

Eu, _____, brasileiro(a), maior, portador(a) do RG nº _____, inscrito no CPF nº _____, DECLARO para os devidos fins e direito que fui convocado para assumir o concurso público de nº _____/_____, na qual fui aprovado para ocupar o cargo de:_____.

Sendo está a expressão da verdade, subscrevo a presente em _____/_____/_____

_____

Assinatura do Convocado(a)

DECLARAÇÃO

EU, _____,

portador(a) do CPF nº _____, declaro que:

Meu endereço residencial é: _____

_____.

Meu telefone celular/residencial é: _____.

Meu número de PIS/PASEP é: _____.

(caso não possua, anotar “NÃO POSSUO”).

Nº do cartão do SUS:_____

Estado Civil: _____.

Se casado CPF cônjuge:_____.

Minha Etnia/Raça(E-social) é: ( )Branca ( )Preta ( ) Parda

( ) Amarela ( ) Indígena

Minha conta bancária é (conta salário Santander):

Número:_____,

Operação:_____,

Agência:_____

Sendo está a expressão da verdade, subscrevo a presente

em ____/____/____.

_____

Assinatura

RESOLUÇÃO Nº 05/2025 - CMAS

Sapezal/MT, 24 de abril de 2025.

Dispõe sobre a composição da nova diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Sapezal para o biênio 2025/2027.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Sapezal, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Municipal Nº 1.779/2024, que trata sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Sapezal, e considerando a ata nº 006/2025 CMAS, que registrou o vencimento do biênio 2023/2025, o qual motivou a eleição para composição da nova diretoria para o biênio 2025/2027,

Resolve:

Art. 1º Fica definida a nova composição da diretoria do CMAS, conforme deliberação unânime dos conselheiros, realizada em reunião online no dia quatorze de abril de dois mil e vinte e cinco, com a seguinte composição:

• Presidente: Keise Rafaela dos Santos • Secretária: Sintia Tosta Lima • Tesoureira: Luciene de Jesus Souza

Art. 2º Esta composição substitui integralmente as disposições anteriores referentes à Mesa Executiva, consideradas as mudanças apontadas na reunião.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Keise Rafaela dos Santos

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Sapezal/MT

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO EDITAL Nº 005/2024

O Município de Sapezal, Através da Presidente da Comissão de Contratação a Sra. Maraiza Bento da Silva, designada através da portaria de nº 013/2025, do dia 02 de janeiro de 2025, no uso de suas atribuições torna público o CREDENCIAMENTO em conformidade com Art. 71 inciso IV da Lei 14.133/2021, torna público aos interessados que a Empresa RODNEY PEREIRA DO NASCIMENTO LTDA (EPP), devidamente inscrita no CNPJ: 13.166.450/0001-09, foi credenciada no processo – Chamada Pública, Edital: 005/2024, – cujo objeto é CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES E CONSULTAS ESPECIALIZADAS DE CARDIOLOGISTA E URO-

LOGISTA, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal-MT de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência - Anexo I. Assim, a empresa supracitada fica CREDENCIADA: no item 05 - SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICO – DO TIPO CONSULTA MÉDICA EM UROLOGIA, no valor com global para o item de R$ 121.955,00 (Cento e Vinte e Um Mil e Novecentos e Cinquenta e Cinco Reais), no valor unitário e quantidades estipuladas no Termo de Referência do presente edital.

Maraiza Bento da Silva

Presidente da Comissão de Contratação

Claudio Jose Scariote

Prefeito Municipal

1º TERMO DE REALINHAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2024 PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 012/2024

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SAPEZAL** e a empresa **PEDREIRA BRANDAO LTDA,** inscrita no **CNPJ: 38.264.992/0001-37,** devidamente qualificados na ARP em epígrafe, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Realinhamento, com fulcro no artigo 23, do Decreto Municipal nº 052/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA REVISÃO

1.1. O presente Instrumento tem por objeto revisar os valores iniciais dos seguintes itens da Ata de Registro de Preços nº 107/2024, nos termos da tabela abaixo:

ITEM	CÓD. MATERIAL	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR A SER REAJUSTADO
1	20866	T	PO DE PEDRA – PROVENIENTE DE ROCHA BASALTICA, PARA COMPOSIÇÃO DE USINADO PRE-MISTURADO A FRIO, PASSANDO 100% NA PENEIRA 1/8¨(3,17MM), TOTALMENTE LIVRE DE IMPUREZAS E ATENDENDO AS CARACTERISTICAS DISPOSTAS NAS NORMAS BRASILEIRAS NBR 5564, 7174 E 7211, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. **ITEM PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO.**	PEDREIRA BRANDAO LTDA	**R$ 163,34**
2	20866	T	PO DE PEDRA – PROVENIENTE DE ROCHA BASALTICA, PARA COMPOSIÇÃO DE USINADO PRE-MISTURADO A FRIO, PASSANDO 100% NA PENEIRA 1/8¨(3,17MM), TOTALMENTE LIVRE DE IMPUREZAS E ATENDENDO AS CARACTERISTICAS DISPOSTAS NAS NORMAS BRASILEIRAS NBR 5564, 7174 E 7211, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. **COTA DO ITEM 01 PARA ME E EPP (Art. 48, III da LC 147/2014).**	PEDREIRA BRANDAO LTDA	**R$ 163,34**
3	20864	T	PEDRA BRITADA – PARA SER UTILIZADA EM CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS, PONTIAGUDA, Nº 1, NUMERO MATERIAL QUE PASSA PELA PENEIRA 12,7MM (1/2¨) E ERETIDO NA PENEIRA 4,76MM (3/16¨), PROVENIENTE DE ROCHA DE BASALTO, TOTALMENTE LIVRE DE IMPUREZAS E ATENDENDO AS CARACTERÍSTICAS DISPOSTAS NAS NORMAS BRASILEIRAS NBR 5564, 7174 E 7211, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. **ITEM PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO.**	PEDREIRA BRANDAO LTDA	**R$ 150,36**
4	20864	T	PEDRA BRITADA – PARA SER UTILIZADA EM CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS, PONTIAGUDA, Nº 1, NUMERO MATERIAL QUE PASSA PELA PENEIRA 12,7MM (1/2¨) E ERETIDO NA PENEIRA 4,76MM (3/16¨), PROVENIENTE DE ROCHA DE BASALTO, TOTALMENTE LIVRE DE IMPUREZAS E ATENDENDO AS CARACTERÍSTICAS DISPOSTAS NAS NORMAS BRASILEIRAS NBR 5564, 7174 E 7211, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. **COTA DO ITEM 03 PARA ME E EPP (Art. 48, III da LC 147/2014).**	PEDREIRA BRANDAO LTDA	**R$ 150,36**

1.2. Os valores realinhados passarão a vigorar a partir da data da assinatura do presente termo. **CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA**

2.1. A empresa fornecedora alega como justificativa para solicitação do reajuste o aumento do custo dos itens, tendo juntado notas fiscais para comprovar o aumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento originário não alteradas por este termo.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1. Para dar eficácia a este Instrumento, o Município de Sapezal providenciará a sua publicação resumida no Diário Oficial do Município.

Sapezal - MT, 28 de abril de 2025.

MUNICÍPIO DE SAPEZAL – MT	PEDREIRA BRANDAO LTDA
Cláudio José Scariote	Jeferson Bispo Brandao
Gerenciador	Fornecedora

DECRETO Nº 045/2025

INSTITUI O NÚCLEO GESTOR PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR, DO MUNICÍPIO DE SAPEZAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÁUDIO JOSÉ SCARIOTE, Prefeito Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica constituído o Núcleo Gestor do Plano Diretor e do Plano de Mobilidade Urbana de Sapezal/MT, órgão colegiado, integrado por representantes do poder público e da sociedade civil, de natureza temporária, com caráter consultivo e deliberativo no âmbito de suas competências, integrante do processo de Revisão do Plano Diretor e do Plano de Mobilidade Urbana de Sapezal/MT.

Art. 2º Ao Núcleo Gestor compete:

I - Acompanhar todas as fases de revisão do Plano Diretor e do Plano de Mobilidade Urbana;

II - Garantir a efetiva participação da Sociedade Civil no processo de Revisão do Plano Diretor e do Plano de Mobilidade Urbana de modo a assegurar o atendimento das diretrizes estabelecidas;

III - Aprovar e propor alterações e/ou complementações nos documentos entregues pela equipe técnica ao longo das diversas etapas do processo;

IV - Promover a cooperação entre os representantes do poder público e da sociedade civil na discussão das propostas da Revisão do Plano Diretor;

V - Acompanhar a mobilização social, colaborando com a condução das audiências públicas;

VI - Atender o cumprimento das regras estabelecidas para as audiências públicas;

VII - Promover ampla divulgação de suas deliberações à população;

VIII - Mediar e fazer a interlocução entre o Poder Executivo Municipal e a consultoria durante o processo.

Art. 3º Ficam designadas as pessoas abaixo relacionadas para constituírem o Núcleo Gestor para participarem ao longo de todo o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal – PDM e do Plano de Mobilidade Urbana - PMU, sendo composta por representantes dispostos em titulares e suplentes:

I. REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

a) Secretaria de Administração e Planejamento:

Titular: Laércio Araújo Souza Neto, CPF: 859..-20

Suplente: Rimenes Silva Martins, CPF: 943..-34

Titular: Vivian Auxiliadora L. G. Rauber, CPF: 007..-90

Suplente: Angela Pereira Barros, CPF: 010..-70

Titular: José Aparecido de Oliveira Junior, CPF: 038..-64

Suplente: Nathalia Vitoria Schmeing da Silva, CPF: 066..-43

Titular: Charles Barbosa de Queiroz, CPF: 017...-84

Suplente: Eduardo Melo Fernandes, CPF: 021..-31

b) Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente:

Titular: Alexandre Roman Parada, CPF: 973..-97

Suplente: Vitor Barredo Makhoul, CPF: 818..-53

c) Secretaria de Finanças e Orçamento:

Titular: Daniani Vitorino da Silva Lima, CPF: 009..-43

Suplente: Adriana de Oliveira de Assis Carvalho, CPF: 939..-30

d) Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos:

Titular: Paulo Henrique Baldson da Silva, CPF: 035..-88

Suplente: José Gonçalves de Araújo, CPF: 572..-20

II. REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO

Titular: Ailton Monteiro, CPF: 030..-08

Suplente: André Pozzobom, CPF: 012..-17

III. REPRESENTANTES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

a) Conselho de Meio Ambiente:

Titular: Arthur Kind Maieski, CPF: 067..-81

Suplente: Luiza Timo Manfio, CPF: 002..-21

b) Conselho de Mobilidade Urbana:

Titular: Yuri Lanzarin, CPF: 018..-44

Suplente: Nilmar Gavilan Leal, CPF: 930..-20

c) Conselho Municipal de Habitação:

Titular: Rosani Garmatz, CPF: 016..-92

Suplente: Débora Duarte de Araújo Oliveira, CPF: 340..-06

d) Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

Titular: Jair José Gaspar, CPF: 103..-15

Suplente: Hermelides Maria Schneide, CPF: 799..-72

IV. REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

a) Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL:

Titular: Igor Novaes de Lima, CPF: 056..-27

Suplente: Hicaro Henrique dos Santos, CPF: 052..-25

b) Associação Comercial e Empresarial - ACISA:

Titular: Josineide Araújo Lopes, CPF: 881..-68

Suplente: Marco Mossini, CPF: 977..-04

c) Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA:

Titular: Diango da Silva Lopes, CPF: 556..-87

Suplente: Thomas Jefferson da Silva Nogueira, CPF: 023..-73

d) Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU:

Titular: Weverthon Foles Veras, CPF: 995..-87

Suplente: Rafael dos Santos Silva, CPF: 025..-95

e) Sindicato Rural de Sapezal:

Titular: Fernando Cesar Paim, CPF: 525..-53

Suplente: Diego José Dalmaso, CPF: 013..-67

Art. 4º Os membros titulares e suplentes do Núcleo Gestor exercerão seu mandato até o término da realização do plano diretor.

Art. 5º A Presidência do Núcleo Gestor será exercida pelo Secretário de Administração e Planejamento, ao qual compete:

I - Convocar e presidir as reuniões do Núcleo Gestor, determinando as datas de suas sessões;

II - Ordenar o uso da palavra ou definir quem o faça;

III - Zelar pelo cumprimento das disposições de

Art. 6º Nas reuniões do Núcleo Gestor os membros titulares terão direito a manifestação e, na ausência dele, seu suplente.

§1º Somente o membro titular terá direito a voto.

§2º No impedimento, vacância ou substituição do membro titular, o membro suplente tomará o seu lugar, desde que a alteração seja formalizada e encaminhada ao Presidente do Núcleo Gestor.

Art. 7º Os representantes do segmento do Poder Público e representantes dos segmentos da Sociedade Civil Organizada, que não se fizerem representar, sem justificativa, em três participações seguidas ou cinco alternadas, em reuniões do Núcleo Gestor, serão substituídos pelo órgão ou representante suplente.

Parágrafo único. As substituições dos representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada serão de responsabilidade de cada Órgão ou Instituição.

Art. 8º As funções dos membros do Núcleo Gestor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado serviço de interesse público.

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 028/2025.

Sapezal - MT, 25 de abril de 2025.

CLÁUDIO JOSÉ SCARIOTE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 626/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAIS DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO, que cabe ao Município, nos termos do disposto nos artigos 104, inciso III e 117 da Lei nº 14.133/2021, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;

CLÁUDIO JOSÉ SCARIOTE, Prefeito Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscais e gestor para o **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2025**, referente a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2025**, para acompanhar, gerir, fiscalizar a execução na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATO Nº:	**021/2025**
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO CULTURAL DO GRUPO DE DANÇA "OS DE FORA" PARA ANIMAÇÃO DA FESTA JUNINA COLETIVA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SAPEZAL – MT.
CONTRATADO:	**ASSOCIACAO CULTURAL ARTE E DANÇA - ACAD**
CNPJ Nº:	**49.149.717/0001-99**

GESTOR DO CONTRATO	
SERVIDOR:	IONARA MARIA LANZARIN PONTES
CARGO:	ANALISTA DE CONTRATOS
MATRÍCULA:	4998
LOTAÇÃO:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
FISCAL TITULAR	
SERVIDOR:	FERNANDO FABIO DA SILVA
CARGO:	PROFESSOR GRADUADO
MATRÍCULA:	2992
LOTAÇÃO:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FISCAL SUPLENTE	
SERVIDOR:	LUCIMAR FOLES VERAS
CARGO:	PROFESSOR GRADUADO
MATRÍCULA:	112
LOTAÇÃO:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Art. 2º São atribuições dos fiscais:

I. Prestar apoio técnico e operacional ao Gestor do Contrato e da Ata de Registro de Preços com informações pertinentes às suas competências;

II. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e das atas de registro de preços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV. Informar ao Gestor do Contrato e da Ata de Registro de Preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V. Comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato e da Ata de Registro de Preços quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato e das atas de registro de preços nas datas estabelecidas;

VI. Fiscalizar a execução do contrato e da ata de registro de preços para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VII. Comunicar ao Gestor do Contrato e da Ata de Registro de Preços, em tempo hábil, o término do contrato e da ata de registro de preço sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VIII. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de Gestão do Contrato e Ata de Registro de Preço, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 21 do Decreto nº 045/2023;

IX. Auxiliar o Gestor do Contrato e da Ata de Registro de Preços com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 21 do Decreto nº 045/2023;

X. Prestar apoio técnico e operacional ao Gestor do Contrato e Ata de Registro de Preço, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e ata de registro de preço e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

XI. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

XII. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, informar ao Gestor do Contrato e Ata de Registro de Preço;

XIII. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao Gestor do Contrato e Ata de Registro de Preço para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

XIV. Realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto do contrato referido no art. 23 do Decreto nº 045/2023, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento e atendimento das exigências de caráter administrativo e contratual.

Art. 3º Caberá ao Gestor do Contrato:

I. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica-administrativa, que trata do acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, além dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle da ata de registro de preços e contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

II. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais das ocorrências relacionadas à execução do contrato e da ata de registro de preços e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

III. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV. Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato e da ata de registro de preços, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

V. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 19;

VI. Elaborar o relatório final com as informações obtidas durante a execução do contrato, nos termos da alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021;

VII. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato e da ata de registro de preços, com apoio dos fiscais técnico-administrativos;

VIII. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico - administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações contratuais;

IX. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

Art. 4º Demais disposições e atribuições podem ser verificadas no Decreto Municipal nº 045/2023.

Art. 5º O serviço de fiscal de Contrato é considerado de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação na imprensa oficial do município, revogadas as disposições em contrário.

Sapezal/MT, 28 de abril de 2025.

CLÁUDIO JOSÉ SCARIOTE

Prefeito Municipal de Sapezal – MT

DECRETO Nº 046/2025

HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (CMDRSS).

CLÁUDIO JOSÉ SCARIOTE, Prefeito do Município de Sapezal-MT, no uso das atribuições lhe conferidas por lei, notadamente pelo artigo 23 da Lei Complementar municipal n° 02/2013,

DECRETA:

Art. 1º Homologa Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS), que faz parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sapezal-MT, 28 de abril de 2025.

CLÁUDIO JOSÉ SCARIOTE

Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - CMDRSS

Capítulo I – Da Natureza

Art. 1° O conselho municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRSS), criado pela Lei Municipal 1.815, de 11 de dezembro de 2024, reger-se-á por este regimento interno e pelas normas aplicáveis.

§1º O regimento interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS) regulamenta as atividades do conselho, como a forma de eleição dos membros, as reuniões e as decisões.

§2º O CMDRSS é um órgão de instância colegiada, de natureza permanente, consultiva, e vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Capítulo II – Da Organização e Estrutura

Art. 2° A estrutura organizacional do CMDRSS é composta por:

I - Plenário;

II – Presidência;

III - Vice-Presidência;

IV - Secretaria Executiva;

§1º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS)será paritário e composto por:

I - 50% (cinquenta por cento) de representantes do poder público, sendo:

a) Representante da Prefeitura Municipal;

b) Representante da Câmara Municipal;

c) Representante técnico na área relacionada ao CMDRSS do escritório local (quando houver) ou regional da EMPAER/MT;

d) Representante técnico na área relacionada ao CMDRSS de entidade estadual ligada à agricultura familiar (INDEA);

e) Representante técnico na área relacionada ao CMDRSS da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

II - 50% (cinquenta por cento) de representantes da sociedade civil, sendo:

a) Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais;

b) Representante do Sindicato Rural de Sapezal;

c) Representante de agência de crédito que opera o PRONAF;

d) Representante de Associação ou Cooperativa de Feirantes no município de Sapezal;

e) Representante de Associação ou Cooperativa do Produtores ligados à Agricultura Familiar no Município de Sapezal.

Art. 3° Compete ao Presidente:

I - Representar ao CMDRSS em todos os atos, ou designar representante;

II - Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do CMDRSS;

III – Assinar expedientes juntamente com o secretário;

IV – Encaminhar às instituições e aos membros, todos os atos e decisões aprovadas pelo CMDRSS;

V – Executar e fazer executar as deliberações tomadas em reuniões pelo CMDRSS;

VI - Elaborar o relatório anual de atividades do CMDRSS, submetendo-o à apreciação na última reunião ordinária do ano civil;

VII – Desempenhar outras atribuições inerentes ao seu cargo;

VII – Cumprir e fazer cumprir o regimento interno do CMDRSS.

Art. 4° Compete ao vice-presidente:

I- Substituir o Presidente em sua ausência;

II- Auxiliar o Presidente no exercício de suas funções;

III- Realizar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

Art. 5°Compete ao secretário:

I – Organizar e manter atualizado os arquivos do CMDRSS;

II – Redigir expedientes assinando-os juntamente com o presidente, redação das atas das reuniões, devendo ser assinada por todos os presentes na reunião que deu origem;

III – Preparar as pautas das reuniões e o material a ser distribuído aos conselheiros, realizar o arquivamento de todos os documentos do CMDRSS;

IV – Realizar com a devida antecedência, a convocação dos conselheiros para as reuniões do CMDRSS.

Capítulo III - DO FUNCIONAMENTO DO CMDRSS

Art. 6° O CMDRSS terá reuniões ordinárias trimestrais, reunir-se-á extraordinariamente, sempre que necessário, desde que convocada pelo(a) presidente, podendo ainda a presença e participação do conselheiro se dar de forma online, desde que o membro do conselho não esteja no município de Sapezal, ou de outra forma justificada.

§1º As pautas das reuniões deverão ser remetidas aos conselheiros com uma antecedência mínima de cinco dias, sendo o prazo mínimo citado também aplicável às pautas sugeridas à presidência pelos conselheiros.

§2º Os conselheiros poderão solicitar ao presidente a convocação de reunião extraordinária, por escrito, com justificativa e assinada por, no mínimo, um terço dos conselheiros.

§3º A convocação do conselheiro poderá ser realizada através de e-mail, mensagens SMS, whatsapp, ou outro meio similar.

§4º A duração dos mandatos do Presidente, Vice-Presidente e do Secretário Executivo será de dois anos, permitida uma única recondução após a aprovação da maioria simples dos membros.

Art. 7° As reuniões do CMDRSS somente poderão ser instaladas mediante a presença de, no mínimo cinquenta por cento de seus membros e as decisões serão tomadas por maioria simples.

Art. 8° Será deliberada, pelo CMDRSS, a exclusão do Conselheiro titular ou suplente que:

I - Deixar de comparecer a 03 (três) reuniões seguidas ou 04 (quatro) alternadas, sem justificativa;

II - tiver procedimento incompatível com a dignidade da função, ou auferindo vantagens ilícitas ou imorais no desempenho do mandato, ressalvado o contraditório e a ampla defesa. **§1º** Na hipótese de exclusão de Conselheiro titular ou suplente, a entidade por esta representada será comunicada por escrito que, em decorrência, providenciará uma nova indicação. **§2º** Em não apresentando nova indicação no prazo de 15 (quinze) dias a partir da data do recebimento da notificação, a entidade será desligada automaticamente.

§3º As reuniões do CMDRSS serão coordenadas pelo presidente, na sua ausência pelo vice-presidente, e na ausência de ambos, por um conselheiro indicado pelos demais conselheiros presentes.

Art. 9° Os conselheiros que faltarem a duas reuniões consecutivas ou quatro dentro de um mesmo ano civil, deverão ser substituídos pelas entidades que o indicaram ao CMDRSS.

Parágrafo único. Serão consideradas reuniões, para efeito de caput do artigo, tanto as ordinárias quanto as extraordinárias.

Art. 10. A operacionalização do CMDRSS será feita pela estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. O presidente do CMDRSS colocará o pedido para a apreciação dos conselheiros e, não havendo impedimento legal, se aprovada a entidade passará a compor o CMDRSS, devendo indicar seu conselheiro titular e suplente.

Capítulo III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art. 11. A aprovação, reforma ou alteração deste regimento interno dar-se-á por maioria absoluta dos conselheiros.

Art. 12. Os casos de omissão e dúvidas deste regimento interno serão resolvidos em reunião do CMDRSS.

Art. 13. Este regulamento interno entrará em vigor na data de sua aprovação, através de Decreto, assinado pelo Prefeito Municipal.

FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS

Presidente Conselho Municipal de Desenvolvimento

Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS)

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL C/SRP Nº 021/2025

O Município de Sapezal, por intermédio da Presidente da Comissão de Contratação a Sra. Maraiza Bento da Silva, designada pela Portaria nº 013/2025 do dia 02 de janeiro de 2025, no uso da suas atribuições torna público a abertura do procedimento de INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, com fulcro no artigo 86 da Lei nº 14.133/2021, do processo administrativo de licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL C/SRP N° 021/2025, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GELO, REFRIGERANTE, VASILHAME, ÁGUA MINERAL ACONDICIONADA EM COPO E GARRAFA PET E CAIXAS TÉRMICA, a fim de atender as necessidades das secretarias municipais de Sapezal – MT.

O prazo para os ORGÃOS e ENTIDADES manifestarem interesse será de 08 (oito) dias úteis.

Iniciando no dia 30/04/2025 as 07h:00min

Encerrando no dia 12/05/2025 as 17h:00min

ESTE AVISO NÃO É DESTINADO PARA EMPRESAS, MAS SOMENTE PARA ÓRGÃOS E ENTIDADES.

Os interessados em participar da respectiva ata de registro de preços, deverão entrar em contato com o setor de Licitação para verificar os itens e valores, bem como, oficializar seu interesse e quantidades necessárias para fazerem parte do processo administrativo de licitação. A manifestação inicial de intenção deverá seguir o modelo do Anexo I e os demais procedimentos serão orientados pelo respectivo setor do Órgão Gerenciador.

O contato deverá ser realizado no e-mail: licitacao@sapezal.mt.gov.br ou telefone/whatsapp (065) 3383-4595.

Maraiza Bento da Silva

Presidente da Comissão de Contratação

Anexo I – Modelo de ofício para Órgãos e Entidades manifestarem intenção de participar na licitação.

Ofício nº XXX/XXXX

Município/UF, data.

A/C Departamento de Licitação município de Sapezal - Órgão Gerenciador

Assunto: Manifestação da intenção de registro de preço – Órgão Participante

Cumprimentando-os cordialmente, venho por meio desse manifestar interesse em participar como Órgão Participante no processo PREGÃO PRESENCIAL C/SRP Nº 021/2025 cujo objeto é a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GELO, REFRIGERANTE, VASILHAME, ÁGUA MINERAL ACONDICIONADA EM COPO E GARRAFA PET E CAIXAS TÉRMICA, a fim de atender as necessidades das secretarias municipais de Sapezal – MT.

Destaco que a presente manifestação é tempestiva conforme prazo estipulado no aviso de intenção de registro de preço.

Assim, solicito que encaminhe Termo de Referência e Planilha de Quantitativo dos Itens para correta análise deste ente com ulterior envio dos itens, quantidades, local de entrega e fiscais.

Sendo o que tinha para o momento, despedimos reiterando votos de estima e consideração.

Nome e assinatura do responsável pelo órgão participante.

PORTARIA Nº 628/2025

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO E NOMEAÇÃO DE COMISSÃO.

CONSIDERANDO que o planejamento de contratação deverá ponderar premissas como a padronização dos objetos;

CONSIDERANDO o dispositivo do art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 4º, inciso II, do Decreto Municipal nº 026/2024;

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar o **Catálogo Eletrônico de Padronização nº 004/2025** a fim de realizar a padronização de item(ns) ligado(s) ao objeto **FRALDAS DESCARTÁVEIS (ADULTO E INFANTIL).**

Art. 2º Designar os membros abaixo especificados para compor a Comissão de Padronização do Catálogo Eletrônico de Padronização nº 004/2025.

I. ADRIANA LOPES ARAUJO, matrícula 2446;

II. CLAUDIA MARTINS MAGIO DE ARAUJO, matrícula 3245;

III. ELENICE MALAKOWSKI, matrícula 6192;

Parágrafo único. A Comissão que trata o caput terá a função de elaborar parecer técnico sobre FRALDAS DESCARTÁVEIS (ADULTO E INFANTIL), a serem incluídos no Catálogo Eletrônico de Padronização, considerando as especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia, se couber e indicação de marcas. Assim como indicação precisa dos produtos a fim do lançamento junto ao termo de referência do processo licitatório observando critérios: de qualidade; de rendimento; de compatibilidade; de durabilidade; de segurança.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 29 de abril de 2025

CLAUDIO JOSE SCARIOTE

Prefeito Municipal de Sapezal – MT

DECRETO Nº 047/2025

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NO DIA 02 DE MAIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a necessidade de pré-estabelecer os dias de funcionamento dos órgãos da administração pública municipal,

CONSIDERANDO que no dia 1º de maio de 2025 (quinta-feira) é comemorado o Dia do Trabalhador, sendo feriado nacional;

CLÁUDIO JOSÉ SCARIOTE, Prefeito Municipal de Sapezal-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 54, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Sapezal,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído ponto facultativo nas repartições públicas do Poder Executivo Municipal no **dia 02 de maio de 2025 (sexta-feira).**

Art. 2º A direção dos órgãos públicos que prestam serviços essenciais deverá escalar os servidores de acordo com a exigência, para que não ocorra interrupção e não comprometa a qualidade do serviço público.

Parágrafo único. O dirigente do órgão concederá, segundo critérios de conveniência e oportunidade ao serviço público, "folga" aos servidores que forem convocados para o trabalho na forma do *caput* deste artigo, observadas as disposições do Decreto nº 035/2023.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sapezal - MT, 29 de abril de 2025.

CLÁUDIO JOSÉ SCARIOTE

Prefeito Municipal de Sapezal – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2025

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados, que o resultado do Processo Licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025**,** para é "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO CARLOS MOURA NO MUNICÍPIO DE SERRA NOVA DOURADA – MT, CONFORME PREVISTO NO PLANO DE TRABALHO, EM ATENDIMENTO AO CONVENIO Nº 0967-2024/SEDUC-MT." C**uja abertura se deu às 09:00 horas do dia 01/04/2025, foi o que segue:

SAGROU-SE VENCEDORA A PESSOA JURÍDICA:

EMPRESA: ALANA AIRES AGUIAR

CNPJ: 41.798.932/0001-09

ENDEREÇO: R DOIS, S/N, LOJA 1A, BAIRRO: CENTRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT

CEP: 78.678-000

VALOR GLOBAL: R$ 3.294.800,00 (três milhões duzentos e noventa e quatro mil oitocentos reais).

Serra Nova Dourada – MT, 29 de abril de 2025.

JEAN EVERSON PEREIRA NASCIMENTO

PRESIDENTE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Portaria nº 012/2025

TERMO DE RETIFICAÇÃO AO TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2024, ADVINDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2024, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE BRASNORTE – MT.

Vem retificar o valor global deste documento com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Tendo em vista as informações constantes dos autos, referente à Adesão à Ata de Registro de Preços nº 017/2024, vinculada ao Pregão Presencial nº 004/2024-SRP, Processo Administrativo nº 036/2024, gerenciada pelo Município de Brasnorte – MT, para a **contratação de empresa especializada no fornecimento de palco, sonorização, iluminação e estruturas para realização de eventos no Município de Serra Nova Dourada – MT**, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, RATIFICO e HOMOLOGO o objeto, em favor da empresa **OPÇÃO LOCAÇÃO E COMÉRCIO DE SOM E LUZ LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **07.655.369/0001-81**, com sede na **Rua Um, Quadra Oito, Lote 4, nº 4, Bairro São José, Cuiabá – MT, CEP 78.080-530**, pelo valor global estimado de **R$ 1.408.116,48** (um milhão, quatrocentos e oito mil, cento e dezesseis reais e quarenta e oito centavos), com fundamento no artigo 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com o analise do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, e considerando os documentos que instruem o processo licitatório.

LEIA-SE:

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Tendo em vista as informações constantes dos autos, referente à Adesão à Ata de Registro de Preços nº 017/2024, vinculada ao Pregão Presencial nº 004/2024-SRP, Processo Administrativo nº 036/2024, gerenciada pelo Município de Brasnorte – MT, para a **contratação de empresa especializada no fornecimento de palco, sonorização, iluminação e estruturas para realização de eventos no Município de Serra Nova Dourada – MT**, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, RATIFICO e HOMOLOGO o objeto, em favor da empresa **OPÇÃO LOCAÇÃO E COMÉRCIO DE SOM E LUZ LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **07.655.369/0001-81**, com sede na **Rua Um, Quadra Oito, Lote 4, nº 4, Bairro São José, Cuiabá – MT, CEP 78.080-530**, pelo valor global de **R$ 1.325.615,00** (um milhão, trezentos e vinte e cinco mil, seiscentos e quinze reais), com funda-

mento no artigo 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com o analise do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, e considerando os documentos que instruem o processo licitatório.

Serra Nova Dourada – MT, 29 de abril de 2025.

ELSON FARIAS DE SOUSA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 068/2025- GAB.

"Retifica a Portaria nº 087/2023, de 1º de junho de 2023, que dispõe sobre a progressão de classe de servidora efetiva, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA - MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de corrigir a redação constante na Portaria nº 087/2023, datada de 1º de junho de 2023, referente à progressão funcional da servidora LILIA SOUZA GUIMARÃES,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 087/2023, de 1º de junho de 2023, exclusivamente para que:

I – Onde se lê:

"**Progressão da Classe A para a Classe B**", passe a constar: "**Progressão da Classe B para a Classe C**";

II – Onde se lê:

"**Art. 4º, § 1º, inciso II da Lei Complementar nº 05, de 01 de abril de 2010**",

passe a constar:

"**Art. 4º, § 1º, inciso III da Lei Complementar nº 05, de 01 de abril de 2010**".

Art. 2º As demais disposições constantes na Portaria nº 087/2023, permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data da publicação da Portaria nº 087/2023 - GAB.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Prefeito de Serra Nova Dourada-MT, aos 29 dias do mês de abril de 2025.

ELSON FARIAS DE SOUSA

Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada

DECRETO Nº 019/2025

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 02 DE MAIO

EM VIRTUDE DO FERIADO DIA DO TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ELSON FARIAS DE SOUSA, Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo no dia 02 de maio de 2025, sexta-feira, em virtude do feriado de quinta-feira, dia 01 de maio Dia do Trabalho.

Art. 2º - Em razão do disposto no artigo 1º, não deverão funcionar, no dia 02 de maio, os órgãos da Administração Pública Municipal. Retornará o expediente normal no dia 06 de maio a partir das 13hs.

Art. 3º - Ficam mantidos os serviços essenciais, tais como: atendimento à saúde, coleta de lixo urbano, distribuição de água potável.

Parágrafo Único – Os Secretários Municipais deverão definir a programação dos trabalhos de cada Secretaria, independente do definido no caput deste artigo, para que não ocorra descontinuidade dos trabalhos do dia a dia, nem prejuízo do funcionamento normal dos órgãos da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada – MT 28 de abril de 2025.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2025-2028

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 556, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025.

Nomeia para o cargo comissionado de Chefe de Departamento, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear **Amanda Luana Xavier Bezerra**, para o cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotada na Secretaria de Municipal de Cidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de fevereiro de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso em 18 de fevereiro de 2025.

Assinado digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

Obs. Republicada em virtude de conter erro no texto da portaria anteriormente publicada.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.181, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar Adaiane Banfi Braga (titular) e Aline Borrego Soares (substituto), fiscais do **TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 010/2025,** originado do processo de **INEXIGIBILIDADE Nº 010/2025** com a finalidade de **"CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SORRISO E SEUS DISTRITOS".**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 018 DA RETIFICAÇÃO DO EDITAL 017 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

EDITAL Nº 018 DA RETIFICAÇÃO DO EDITAL 017 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

O Prefeito Municipal de Sorriso-MT, através da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 818/2025, torna público as retificações a seguir elencadas do Edital 017 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação, permanecendo inalterados os demais itens nele expresso, para:

Onde se lê:

Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo	28/04/2025

Leia sê:

Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo	30/04/2025

Sorriso/MT, 28 de abril de 2025.

DANIELE MACIEL DOS SANTOS BONALDO

Presidente da Comissão Municipal de Elaboração e Execução do Processo Seletivo Simplificado Portaria nº 818/2025

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.678, DE 29 DE JULHO DE 2025

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior e dá outras providencias.

Alei Fernandes, prefeito municipal de Sorriso, estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por superávit financeiro do exercício anterior, nos termos do artigo 41, inciso II da Lei 4.320/64, no valor de até R$ 1.072.424,99 **(**um milhão e setenta e dois mil quatrocentos e vinte e quatro e noventa e nove centavos), para utilização do saldo financeiro existentes nas contas bancárias classificadas como Fontes 2, detalhadas no Anexo I - Demonstrativo de Saldos, que é parte integrante desta lei, para atender as seguintes dotações orçamentárias dispostas no orçamento vigente:

21 – AGER Sorriso

21.001 – Agencia Reguladora e Serviços Públicos Delegados

21.001.04 – Administração

21.001.04.130 – Administração de Concessões

21.001.04.130.0009 – Administração, Manutenção e Desenv. da AGER

21.001.04.130.0009.2122 – Manu. De Ativ. Ag. Reg. de Serv. Pub. AGER

3.1.90.11.0.000 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil..... R$ 170.000,00

3.1.90.13.0.000 Obrigações Patronais .....R$ 75.000,00

3.1.90.94.0.000 Indenizações e Restituições Trabalhistas.....R$ 50.000,00

3.3.90.14.0.000 Diárias Civil..... .....R$ 147.424,99

3.3.90.30.0.000 Material de Consumo.....R$ 170.000,00

3.3.90.39.0.000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica .....R$ 350.000,00

3.3.90.40.0.000 Serviços de Tecnologia da Informação.....R$ 1 00.000,00

3.3.90.46.0.000 Auxílio Alimentação .....R$ 5. 000,00

3.3.90.47.0.000 Obrigações Tributárias e Contributivas..... R$ 5. 000,00

2.500.000000 – Recursos Não Vinculados - Superávit Financeiro.....R$ 1.072.424,99

Art. 2º Para fazer face ao Crédito Autorizado no Artigo anterior desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de Superávit Financeiro do Exercício Anterior, devidamente consignados no Demonstrativo de Saldo com as Contas transferidas em fontes 2 e no Balanço Patrimonial em anexo, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64, conforme discriminadas, no art. 1º no montante de até R$ 1.072.424,99 (um milhão e setenta e dois mil e quatrocentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de abril de 2025.

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1041, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar para atuarem como fiscais para a **ATA Nº 061/2025** originada do processo da **PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2024** com a finalidade de **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS E LAUDOS EM ATENDIMENTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, BEM COMO ATENDIMENTOS CLÍNICOS E EMISSÃO DE ARQUIVO DIGITAL PARA ATENDIMENTO AO E-SOCIAL COM AS INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, COM FORNECIMENTO DE APLICATIVO DE COLETA DE DADOS ONLINE/OFFLINE E *SOFTWARE* DE GERENCIAMENTO DE DADOS EM SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO PARA REGISTRAR EMISSÃO DE RELATÓRIOS JUNTAMENTE COM *SOFTWARE BUSINESS INTELLIGENCE* PARA MONITORAMENTO DE INDICADORES EM TEMPO REAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTE NESTE TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO".**

Composta pelos seguintes servidores:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

TITULAR: ELLEN CARLA DA COSTA ZORZI

SUBSTITUTO: LEONICE FRANCIOSI

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO:

TITULAR: FRANCIELE FABIANA GONCALVES

SUBSTITUTO: VANESSA DOS SANTOS DALL AGNOL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

TITULAR: ADRIANA BUFFON RIBAS DE CAMPOS

SUBSTITUTO: LUANA GRAZIELE TRINDADE ZANDER

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data 02 de abril de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 16 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

(*) Republicado por ter saído no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, nº 4.720, de 22.04.2025, página 769, com incorreção no original.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 015 DA DIVULGAÇÃO ANALISE DE RECURSOS E DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EDITAL Nº 015 DA DIVULGAÇÃO ANALISE DE RECURSOS E DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

O Prefeito Municipal de Sorriso-MT, através da Comissão Municipal de Elaboração e Execução do Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 817/2025, torna público a divulgação dos recursos do resultado provisório final e o resultado final do processo seletivo simplificado nº 002/2025.

CANDIDATO	ASSUNTO	RESULTADO
ALLAN DECIAN CARVALHO	REVISÃO DA NOTA DOS TÍTULOS	RECURSO CONSIDERADO PROCEDENTE
ROBSON PIRES DE SOUZA	REVISÃO ENVIO DO PROJETO	RECURSO CONSIDERADO PROCEDENTE

INSTRUTOR DE FUTEBOL – 20 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO

N°	CANDIDATO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CONHEC. GERAIS	CONHEC. ESPECÍFICOS I	CONHEC. ESPECÍFICOS II	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	PROJETO	NOTA FINAL
1	ADILSON RODRIGO DOS SANTOS	INSTRUTOR DE FUTEBOL(20H)	0,4	0,6	0,8	1,2	1,4	4,4	2,5	1	7,9
2	ALLAN DECIAN CARVALHO	INSTRUTOR DE FUTEBOL(20H)	0,8	0,2	1	1,2	1,2	4,4	2,5	1	7,9
3	HENRIQUE AUGUSTO ALVES	INSTRUTOR DE FUTEBOL(20H)	0,4	0,6	1,2	1	1,2	4,4	2	1	7,4
4	BRUNO SOUZA GUEDES QUIRINO	INSTRUTOR DE FUTEBOL(20H)	0,4	0,2	1	1	1,2	3,8	2,5	1	7,3
5	ANTÔNIO JOSÉ MOLINA DE CASTRO	INSTRUTOR DE FUTEBOL(20H)	0,4	0,6	1	1	1	4	2	1	7
6	WELTON OLIVEIRA HORAS	INSTRUTOR DE FUTEBOL(20H)	0,4	0,2	1	1,2	1,4	4,2	1,5	1	6,7
7	CLAYTON ROBERTO DA SILVA PADILHA	INSTRUTOR DE FUTEBOL(20H)	0,2	0,2	1,2	1	0,8	3,4	2	1	6,4
8	RICARDO LUÍS DE SOUZA BORTOLUZZO	INSTRUTOR DE FUTEBOL(20H)	0,8	0,4	1,2	1	1,2	4,6	0	0	4,6
9	LAUCIDIO XAVIER DOS SANTOS	INSTRUTOR DE FUTEBOL(20H)	0,6	0,4	1,2	1	0,6	3,8	0	0	3,8
10	REINALDO DE SOUSA PEREIRA	INSTRUTOR DE FUTEBOL(20H)	0,4	0,2	0,4	1	0,6	2,6	0	0	2,6
11	ROSILDA SANTOS ALVES	INSTRUTOR DE FUTEBOL(20H)	0,2	0,2	0,6	1	0	2	0	0	2

INSTRUTOR DE MODALIDADE ESPORTIVA – ATLETISMO – 20 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO

N°	CANDIDATO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CONHEC. GERAIS	CONHEC. ESPECÍFICOS I	CONHEC. ESPECÍFICOS II	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	PROJETO	NOTA FINAL
1	MARCOS THIAGO STABILE DOS SANTOS	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - ATLETISMO(20H)	0,6	0,4	1,0	1,4	1,4	4,8	2	1	7,8
2	MAXWELL LUCAS CAMPOS DE OLIVEIRA	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - ATLETISMO(20H)	0,8	0,4	0,8	1,4	1,4	4,8	2	1	7,8
3	LETICIA FERREIRA CONTI	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - ATLETISMO(20H)	0,4	0,6	1,0	1,0	1,4	4,4	2	1	7,4
4	ALIANDRA BITTENCOURT SCHMITT	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - ATLETISMO(20H)	0,4	0,4	1,0	1,0	1,2	4	2	1	7
5	DANIELE DE SOUZA LUCIO	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - ATLETISMO(20H)	0,4	0,4	0,4	1,0	1,2	3,4	1	1	5,4

INSTRUTOR DE MODALIDADE ESPORTIVA – BASQUETEBOL – 20 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO

N°	CANDIDATO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CONHEC. GERAIS	CONHEC. ESPECÍFICOS I	CONHEC. ESPECÍFICOS II	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	PROJETO	NOTA FINAL
1	ESTELA KAMILA LORENZETTI LEMKE	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - BASQUETEBOL(20H)	0,8	0,8	1,2	1,2	1,4	5,4	1,5	1	7,9
2	PAULO CESAR DE CASTRO FRANÇA	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - BASQUETEBOL(20H)	0,4	0,8	0,8	1,0	1,4	4,4	1	1	6,4
3	PEDRO CLARO WALTER	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - BASQUETEBOL(20H)	0,6	0,4	0,4	1,0	1,2	3,6	0	1	4,6

INSTRUTOR DE MODALIDADE ESPORTIVA – BICICROSS – 20 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO

N°	CANDIDATO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CONHEC. GERAIS	CONHEC. ESPECÍFICOS I	CONHEC. ESPECÍFICOS II	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	PROJETO	NOTA FINAL
1	MARCELO NOVAIS DE OLIVEIRA	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - BICICROSS(20H)	0,4	0,2	0,4	0,6	1,0	2,6	0	0	2,6

INSTRUTOR DE MODALIDADE ESPORTIVA – FUTSAL – 20 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO

N°	CANDIDATO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CONHEC. GERAIS	CONHEC. ESPECÍFICOS I	CONHEC. ESPECÍFICOS II	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	PROJETO	NOTA FINAL
1	ANTÔNIO SIMÕES DE OLIVEIRA NETO	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - FUTSAL(20H)	0,6	0,8	1,2	1	1,2	4,8	2	1	7,8
2	JEBERSON CARLOS DE ALMEIDA MACIEL	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - FUTSAL(20H)	0,4	0,4	1	0,8	1,2	3,8	2,5	1	7,3
3	RICHARD KENNED SCHWAICERSKI	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - FUTSAL(20H)	0	0,2	0,6	0,8	1,2	2,8	2,5	1	6,3
4	ODIRLEI RODRIGO GEWINSKI	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - FUTSAL(20H)	0,8	0,4	1	1	0,8	4	1	1	6
5	CLEANE LIMA DO NASCIMENTO	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - FUTSAL(20H)	0,8	0,6	0,6	1,2	0,8	4	1	1	6
6	EDUARDO TEODORO RODRIGUES	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - FUTSAL(20H)	0,4	0,4	0,6	0,8	1	3,2	1,5	1	5,7
7	MAYCON JONHNE MARQUES	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - FUTSAL(20H)	0,6	0,6	0,8	1	1	4	0,5	1	5,5
8	PEDRO HENRIQUE SILVA SALUSTIANO	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - FUTSAL(20H)	1	0,4	0,6	1	0,8	3,8	0,5	1	5,3
9	VANDRESSA ZATTA	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - FUTSAL(20H)	0,6	0	0,8	0,8	1,2	3,4	0,5	1	4,9
10	GUILHERME HENRIQUE COLMAN	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - FUTSAL(20H)	0	0,2	0,8	0,8	0,6	2,4	1	1	4,4
11	ROBSON PIRES DE SOUZA	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - FUTSAL(20H)	0,4	0,4	0,4	1	1,2	3,4	0	1	4,4
12	PAULO ROBERTO AFONSO GOMES	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - FUTSAL(20H)	0,4	0,4	0,4	1,2	0,8	3,2	0	1	4,2
13	LEANDRO RODRIGUES DO NASCIMENTO	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - FUTSAL(20H)	0,2	0,2	0,4	0,8	1	2,6	0,5	1	4,1
14	ANILDO ALBINO KLEIN	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - FUTSAL(20H)	0,2	0,4	1	0,6	1,8	4	0	0	4

INSTRUTOR DE MODALIDADE ESPORTIVA – SKATE – 20 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO

N°	CANDIDATO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CONHEC. GERAIS	CONHEC. ESPECÍFICOS I	CONHEC. ESPECÍFICOS II	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	PROJETO	NOTA FINAL
1	JOAQUIM BORGES DE SOUZA	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - SKATE(20H)	0,8	0,6	1,0	1,0	1,4	4,8	1	1	6,8
2	FELIPE NUNES MIRANDA	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - SKATE(20H)	0,6	0,6	0,6	1,0	0,8	3,6	0	0	3,6

INSTRUTOR DE MODALIDADE ESPORTIVA – TÊNIS DE MESA - 20 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO

N°	CANDIDATO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CONHEC. GERAIS	CONHEC. ESPECÍFICOS I	CONHEC. ESPECÍFICOS II	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	PROJETO	NOTA FINAL
1	MARIO SERGIO RIBEIRO MALHEIROS	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - TÊNIS DE MESA(20H)	0,4	0,4	1,2	1,0	1,4	4,4	2,5	1	7,9
2	LARISSA BENICIO DE ALMEIDA SABOIA	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - TÊNIS DE MESA(20H)	0,4	0,2	0,8	1,0	1,0	3,4	2	1	6,4

3	LARISSA APARECIDA CABRAL SCHMIDT	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - TÊNIS DE MESA(20H)	0,2	0,4	1,2	0,8	0,6	3,2	2	1	6,2

INSTRUTOR DE MODALIDADE ESPORTIVA – VÔLEI DE PRAIA – 20 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO

Os candidatos não realizaram a prova objetiva

INSTRUTOR DE MODALIDADE ESPORTIVA – VOLEIBOL - 20 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO

N°	CANDIDATO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CONHEC. GERAIS	CONHEC. ESPECÍFICOS I	CONHEC. ESPECÍFICOS II	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	PROJETO	NOTA FINAL
1	MARIELI GÜNTZEL	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - VOLEIBOL(20H)	1,0	0,4	0,6	0,8	1,2	4	0	1	5
2	CARLOS ROBERTO PEDREIRO	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - VOLEIBOL(20H)	0,2	0,6	0,6	0,6	0,8	2,8	0,5	1	4,3
3	RICARDO MICHELS JUNIOR	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVA - VOLEIBOL(20H)	0,6	0,4	0,6	1,0	0,4	3	0	0	3

INSTRUTOR DE MODALIDADES ESPORTIVAS COLETIVAS – 20 HORAS – DISTRITO DE PRIMAVERA DO NORTE

N°	CANDIDATO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CONHEC. GERAIS	CONHEC. ESPECÍFICOS I	CONHEC. ESPECÍFICOS II	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	PROJETO	NOTA FINAL
1	ANILTON MORAIS BARBOSA	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVAS COLETIVAS(20H)	0,6	0,8	0,8	1,0	1,4	4,6	2,5	1	8,1

INSTRUTOR DE MODALIDADES ESPORTIVAS COLETIVAS – 20 HORAS – DISTRITO DE CARAVÁGIO

N°	CANDIDATO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CONHEC. GERAIS	CONHEC. ESPECÍFICOS I	CONHEC. ESPECÍFICOS II	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	PROJETO	NOTA FINAL
1	ALDRIA MARIA FRAGOSO GABANHA	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVAS COLETIVAS(20H) - C	0,6	0,2	1,2	1,0	1,4	4,4	2,5	1	7,9
2	ALDAIR SANTANA RODRIGUES	INSTRUTOR DE MOD. ESPORTIVAS COLETIVAS(20H) - C	0,2	0,4	0,8	0,8	1,2	3,4	0	0	3,4

MONITOR DE ARTES MARCIAIS - KARATÊ – 20 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO

N°	CANDIDATO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CONHEC. GERAIS	CONHEC. ESPECÍFICOS I	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	PROJETO	NOTA FINAL
1	CLEBER BUZO	MONITOR DE ARTES MARCIAIS - KARATÊ(20H)	0,6	0,8	0,6	2,2	4,2	0	0	4,2

MONITOR DE ARTES MARCIAIS - JUDÔ – 20 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO

Os candidatos não realizaram a prova objetiva

ORIENTADOR DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA – 20 HORAS – SEDE DO MUNICIPIO

N°	CANDIDATO	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CONHEC. GERAIS	CONHEC. ESPECÍFICOS I	CONHEC. ESPECÍFICOS II	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	PROJETO	NOTA FINAL
1	KAROLINE DE LIMA SANTOS	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,8	0,4	1	1,4	1	4,6	2,5	1	8,1
2	WILIAN FERNANDO TEZA	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,8	0,2	1,2	1,4	1,4	5	2	1	8
3	JOEL ROSA DE JESUS	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,4	0,6	1	1,4	1	4,4	2,5	1	7,9
4	GEANE SILVA SOUZA LIMA	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,6	0,2	1,2	1,4	1	4,4	2,5	1	7,9
5	ROBSON DE SOUZA FERREIRA	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,6	0,6	1	1,2	1,4	4,8	2	1	7,8
6	ALICE TREIN	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,6	0,4	1,2	1	0,8	4	2,5	1	7,5
7	PATRÍCIA DAMACENO MATARAN	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,4	0,2	1	1,2	0,6	3,4	2,5	1	6,9
8	SONIA REGINA DE OLIVEIRA	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,6	0,4	1,2	1	0,8	4	1	1	6
9	ERIC GUSTAVO DA SILVA	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,6	0,6	0,6	1	0,8	3,6	2	0	5,6
10	JOSÉ ANTÔNIO DE MATTOS NETO	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,6	0	0,4	1,2	1	3,2	0,5	1	4,7

11	RICHARD GABRIEL MENDES	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,4	0,2	1,2	1,2	1,2	4,2	0	0	4,2
12	EMERSON FERREIRA DA COSTA	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0	0,6	0,8	0,8	0,4	2,6	1,5	0	4,1
13	JULIO CESAR DA SILVA LIMA	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,8	0,2	0,8	1	1	3,8	0	0	3,8
14	ALESSANDRO SILVINO	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,6	0,6	0,6	1	0,8	3,6	0	0	3,6
15	FRANCIELE SANTOS LIMA	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,4	0,2	1	1	0,8	3,4	0	0	3,4
16	BEATRIZ DA SILVA SOUSA	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,6	0,2	0,6	1	0,8	3,2	0	0	3,2
17	JULIANA SARAH FURTADO	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,4	0,2	0,6	1	1	3,2	0	0	3,2
18	YASMIN DIAS SILVA	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,4	0,2	0,6	0,8	0,4	2,4	0	0	2,4
19	SOLANGE SILVEIRA ARBO	ORIENTADOR DE EXERC. E ATIVIDADE FÍSICA(20H)	0,6	0,2	0,2	0,6	0,6	2,2	0	0	2,2

Sorriso/MT, 29 de abril de 2025.

DANIELE MACIEL DOS SANTOS BONALDO

Presidente da Comissão Municipal de Elaboração e Execução do Processo Seletivo Simplificado Portaria nº 817/2025

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.675, DE 29 DE ABRIL DE 2025

Autoriza a abertura de crédito adicional especial e, dá outras providências.

Alei Fernandes, prefeito municipal de Sorriso, estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial destinado a inclusão de dotações a ser disponibilizada na Lei Orçamentária Anual, nos termos do artigo 41, inciso II da Lei 4.320/64, no valor de até R$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), para atender a atividade nominada à seguinte dotação:

15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.001.10 – Saúde

15.001.10.302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

15.001.10.302.0012 – Média e Alta Complexidade em Saúde

15.001.10.302.0012-1438- Const. de Centro de Aten. Psicossocial infantil CAPSI

449051.00 – Obras e Instalações.....R$ 1. 300.000,00

449052.00 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 100. 000,00

Total geral.....R$ 1.400. 000,00

Art. 2º Para fazer face ao crédito autorizado no artigo anterior desta Lei serão utilizados os recursos provenientes de anulação de saldo, devidamente consignado no orçamento anual, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64, à seguinte dotação:

07 – SEC. SAÚDE E SANEAMENTO

07.001.10.122.0010.2052 – Manutenção de Atividades da Secretaria Mun. de Saúde

339039.00 (277) – Outros Serviço de Terceiros - Pessoa Jurídica.....R$ 355.000,00

15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

15.001.10.301.0011.2089 – Manutenção de Atividades da Atenção Básica

339030.00 (603) – Material de Consumo.....R$ 390.000,00

339039.00 (607) – Outros Serviço de Terceiros - Pessoa Jurídica.....R$ 655.000,00

Total geral.....R$ 1. 400.000,00

Art. 3º Para atender a Ação/meta do projeto 1438 - Construção de Centro de Atenção Psicossocial infantil CAPSI, fica autorizado a inclusão na Lei nº 3.157, de 20 de setembro de 2021 que dispõe sobre o PPA 2022 a 2025 e Lei nº 3.619 de 13 de dezembro de 2024 que dispõe sobre a Compatibilização do Plano Plurianual, na Lei 3.604 de 11 de novembro de 2024 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias , e na Lei nº 3.628, de 26 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de abril de 2025.

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1180, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais Setoriais e Técnicos, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar para atuarem como fiscais do Contrato nº 017/2025, originado da dispensa de licitação nº 004/2025, com a finalidade de “Contratação emergencial de prestadora de serviços de mão de obra de apoio às

atividades operacionais subsidiárias para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Sorriso-MT", os servidores abaixo descritos:

Gestor de Contratos:

Carolina Alves Leal Olbermann – Portaria n° 167/2025.

Fiscal Técnico:

Titular: Diogo Martins da Silva – Matricula 9556

Substituto: Elisely da Silva Ramos – Matricula 15434

Fiscal Administrativo:

Valquiria Gehlen – Portaria nº 183/2025.

Fiscal Setorial da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**:**

MAT.	NOME	DEPARTAMENTO	SETOR
15573	Sebastião dos Santos Luiz	Depto.de Praças e Jardins	Praças e Jardins
15566	Ailton Heringer da Silva	Depto de Obras e Serviços Publicos	Manutenção de Ar Condicionado
15583	Djair dos Santos Lima	Depto de Obras e Serviços Públicos	Limpeza e Pintura de Meio fio
15521	Moacir Chaves Campos	Depto de Limpeza Publica	Coleta de Lixo Seco
15567	Juliano Loureiro Morais	Depto de Pavimentação	Patrulho do Asfalto
15468	Leandro Pereira Marques	Depto de Obras e Serviços Publicos	Pintura Predial
15464	Magno Santana da Silva	Depto de Iluminação Pública	Elétrica Predial/Iluminação Pública
6093	Júlio Cezar de Souza Gomes	Depto de Obras e Serviços Publicos	Coleta de Lixo Orgânico e Coleta Seletiva
15215	Pedro Koling	Depto de Obras e Serviços Publicos	Manutenção e Reparos predial
84	Gilderlan Fernandes Lima	Depto. de Pavimentação	Limpeza de Boca de Lobo e Drenagem
15426	Rosilene Reginato	Depto. de Obras e Serviços Publicos	Distrito de Primaverinha
15585	Jose Railson de Brito Bezerra	Depto. de Obras e Serviços Publicos	Limpeza Urbana
100	Ary Alexandre da Silva	Depto. de Pavimentação	Fiscalização
15603	Jose Carlos de Jesus Oliveira	Depto. de Obras Publica	Metalúrgica
12614	Rawena Aureliana de Oliveira	Depto. de Limpeza Publica	Coleta Seletiva / triagem ECO Sorriso
5179	Sergio da Silva Rocha	Depto. De Pavimentação	Terraplanagem
15473	Adriana Cristina Desordi	Depto. de Obras e Serviços Publicos	Compras
15597	Luiz Carlos Tercal	Depto. de Pavimentação	Drenagem
15466	Joao Raimundo Campos	Depto. de Obras e Serviços Públicos	Manutenção e Reparos prediais Saúde
14591	Miqueias Batista de Abreu	Depto. de Obras e Serviços Públicos	Almoxarifado

Parágrafo único. Os servidores deverão exercer as atividades de gestão e fiscalização conforme disposto na Instrução Normativa SGC n° 001/2022.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 1.171, de 28 de abril de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1° de março de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 460, DE 29 DE ABRIL DE 2025

Fica criado o §5°-A do art. 51, da Lei Complementar nº 134/2011, que dispõe sobre o PCCV- Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos servidores públicos da administração Geral do município de Sorriso - MT, e dá outras providências.

Alei Fernandes, prefeito municipal de Sorriso, estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o §5º-A do artigo 51, da Lei Complementar nº 134, de 28 de julho de 2011, com a seguinte redação:

"Art. 51. .....

.....

§ 5º-A - O estagiário contará ainda com o benefício de auxílio material didático no valor de R$ 220,00 (duzentos e vinte reais) mensais. " (AC)

Art. 2º No exercício de 2024 a contabilização do benefício será efetuada nos projetos atividades ao qual o estagiário esteja vinculado e no elemento de despesa 339036.00 – Outros Serviços Pessoa Física, sendo adotado o elemento 339018.00 –Auxílio Financeiro e Estudantes a partir do exercício de 2025 com a elaboração do PPA 2026-2029.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de abril de 2025.

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.073, DE 11 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar Mec-Uzaid Bezerra de Siqueira (titular) e Luciano Luiz Otowicz (substituto), fiscais da Secretaria Municipal de Administração, para as **ATAS Nº 373/2024 à 382/2024,** originadas do processo do **PREGÃO ELETRONICO Nº 046/2024** com a finalidade de **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E PRODUTOS DO SETOR DE TECNOLOGIA PARA ATENDER AS DEMANDAS E AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SORRISO- MT".**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data 23 de dezembro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 11 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1.267, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Estabelece equipe, datas de audiências públicas e condução de elaboração do PPA participativo 2026-2029 do município de Sorriso, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei e atendendo em especial ao art. 165, § 2º da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para conduzir os trabalhos de **ELABORAÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2026-2029** no município de Sorriso, os representantes de cada Secretaria, conforme segue:

Secretaria Municipal de Fazenda

Leandro Nunes

Elizandra Andreolla Bizante

Secretaria Municipal de Educação

Jairo Brizola

Rodolfo Peres Lessi

Secretaria Municipal de Cultura

Francisco Guimarães Ferreira Cordeiro

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Saneamento

Edivaldo Xavier Dos Santos

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Juliano Mezzalira

Simone Couto Rodrigues Gavasso

Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar

Ana Catarina Tibaldi Dos Reis

Secretaria Municipal de Assistência Social

Daniela Marsola Stel

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Rama Algaier Barella

Nelson Eduardo Pereira Da Costa

Secretaria Municipal de Administração

Eslen Parron Mendes

Secretaria Municipal de Governo

Ednilson De Lima Oliveira

Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

Douglas Rodrigues De Brito

Fabio Cesar Beltrame

Secretaria Municipal de Cidade

Jan Assad Lahham

Fabio Miguel dos Santos

Secretaria Municipal de Saúde

Ana Cláudia Ferraz

Secretaria Municipal de Segurança Publica, Transito e Defesa Civil

Ubirajara Rodrigues Dos Santos

Marluci Pereira Hoffman

Secretaria Municipal da Mulher e da Família

Ana Paula Carvalho Barros Duarte

Secretaria Municipal de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação

Claudio Cezar Oliveira

Edman Weverton Do Prado

Procuradoria Jurídica

Alex Sandro Monarin

Controladoria Municipal

Laercio Garcia

Parágrafo único. A equipe de apoio responsável pela condução, formalização e andamento dos trabalhos, será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria Municipal de Planejamento, Ciência, tecnologia e Inovação, e Secretaria Municipal de Administração e composta pelos servidores Claudio Cezar Oliveira, Flavio Dall'Agnol, Bruno Delgado, Tedy Puva, Elizandra Andreolla, Leandro Gamla e apoio da assessoria terceirizada.

Art. 2º A equipe nomeada terá como atribuições principais:

I - orientar as unidades administrativas quanto ao preenchimento dos formulários e elaboração dos programas;

II - fazer consulta a população em geral, associação de moradores, sindicatos, igrejas, entidades sociais, associações, sobre sugestões passíveis de serem introduzidas no PPA;

III - analisar as propostas de programas setoriais encaminhadas pelas Unidades Orçamentárias, com vistas a validação dos programas;

IV - consolidar os dados do PPA;

V - apresentar a proposta de PPA em Audiências Públicas, que serão realizadas de modo presencial com número limitado de representantes, face a Pandemia Covid-19 e transmitidas virtualmente, conforme calendário com datas a serem previamente divulgadas.

VI - elaborar o projeto de lei e respectivos anexos para ser encaminhado à Câmara Municipal, de acordo com as instruções contidas na Legislação Federal, Estadual e Municipal (Instrução Normativa) que dispõe sobre o assunto.

VII - acompanhar a tramitação do projeto de lei do PPA.

Art. 3º A equipe obedecerá às datas estabelecidas no Cronograma de Planejamento do PPA 2022-2025, que fará parte deste Decreto como Anexo I.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de Abril de 2021.

Assinado Eletronicamente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Assinado Eletronicamente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

Cronograma de trabalho para a elaboração do Plano Plurianual

20.03.2025 – Definição dos nomes dos técnicos das diversas Secretarias, que participarão de todo o processo de elaboração do PPA e metodologia de elaboração do mesmo.

07.04.2025– treinamento para os secretários e técnicos de todas as secretarias sobre como elaborar o Plano, entrega de formulários com base de dados anterior e instruções para preenchimento do ano de 2026 a 2029.

Até 30.04.2025 – entrega dos formulários solicitados em 07.04.2025 na Secretaria Municipal de Fazenda, devidamente preenchidos pelas Secretarias no email: planejamento.semfaz@sorriso.mt.gov.br, contabil.sorriso@hotmail.com, e protocolado em meio físico.

De 05.05.2025 a 30.05.2025 – discussão com a população e sociedade civil organizada, mediante audiências presenciais (convites limitados) sobre o PPA, a ser realizadas através de temáticas.

De 05/05/2025 a 30/05/2025 – digitação e preenchimento pela equipe da Secretaria Municipal de Fazenda dos dados entregues pelas Secretarias e de acordo com propostas das audiências publicas realizadas.

De 02/06/2025 a 16/06/2025 – Reavaliação dos programas, metas e ações propostas pela sociedade com as estabelecidas pela equipe interna das Secretarias em reuniões individuais/coletivas com cada equipe.

Até 30.06.2025– último prazo para a Equipe de Planejamento consolidar os dados do PPA.

Até 09.07.2025 – apresentação da proposta de PPA em audiência Pública final

Até 16.07.2025– último dia para a Equipe de Planejamento encaminhar o Projeto de Lei PPA 2026-2029 à Câmara Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.674, DE 29 DE ABRIL DE 2025

Autoriza a abertura de Credito Adicional Suplementar do Termo de Cooperação Técnica entre os Municípios de Sorriso e Boa Esperança do Norte, e dá outras providências.

Alei Fernandes, prefeito municipal de Sorriso, estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar destinado a reforço de dotações constantes na Lei Anual para 2025, nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 4.320/64, no valor de até **R$ 3.465.000,00** (três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias dispostas no orçamento vigente:

02 – GABINETE DO PREFEITO

02.002.12.361.0016.2171 – Man. Fundeb 70%- Ens Fund.-T.C. – Boa Esp. Norte

319011.00.00 (1000) – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... ..... R$ 960.000,00

319094.00.00 (1003) – Indenizações e Restituições Trabalhistas..... ..... R$ 70.000,00

339046.00.00 (1005) – Auxilio-Alimentação..... ..... R$ 78.000,00

Total..... R$ 1. 108.000,00

02.002.12.365.0016.2172 – Man. Fundeb 70%- Ens Inf.-T.C. – Boa Esp. Norte

319011.00.00 (1006) – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... ..... R$ 500.000,00

339046.00.00 (1011) – Auxilio-Alimentação..... ..... R$ 40.000,00

Total..... R$ 540. 000,00

02.003.04.122.0002.2170 – Manut. Ativ Termo Coop. – Boa Esp. Norte

319011.00.00 (985) – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... ..... R$ 40.000,00

339030.00.00 (991) – Material de Consumo..... ..... R$ 100.000,00

339037.00.00 (994) – Locação de Mão-de-obra..... ..... R$ 50.000,00

339039.00.00 (995) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... ..... R$ 40.000,00

449052.00.00 (999) – Equipamentos e Material Permanente..... ..... R$ 20.000,00

Total..... R$ 250. 000,00

02.003.10.301.0010.2174 – Manut. Ativ Atenção Básica – T. C. – Boa Esp. Norte

319011.00.00 (1028) – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... ..... R$ 600.000,00

319094.00.00 (1031) – Indenizações e Restituições Trabalhistas..... ..... R$ 35.000,00

339008.00.00 (1032) –Outros Benefícios Assist. do Servidor e do Militar..... ..... R$ 15.000,00

339034.00.00 (1035) –Outras Desp. de Pessoal Dec. de Cont. de Terceirizações..R$ 40.000,00

339037.00.00 (1037) – Locação de Mão de Obra..... ..... R$ 31.000,00

Total..... R$ 721. 000,00

02.003.12.361.0016.2173 – Manut. Ativ do Ens. Fund. – T. C. – Boa Esp. Norte

319011.00.00 (1013) – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... ..... R$ 180.000,00

339030.00.00 (1021) – Material de Consumo..... ..... R$ 350.000,00

339036.00.00 (1023) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física..... ..... R$ 250.000,00

339039.00.00 (1025) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... ..... R$ 50.000,00

339046.00.00 (1018) – Auxilio-Alimentação..... ..... R$ 16.000,00

Total..... R$ 846. 000,00

Total Geral..... R$ 3.465. 000,00

Art. 2º Para fazer face ao Crédito autorizado no Artigo anterior desta Lei serão utilizados os recursos provenientes de anulação de dotação prevista na lei orçamentaria atual, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso III da Lei 4. 320/64:

03 – SEC. FAZENDA

03.001.28.846.0002.2015 – Manutenção de Encargos Especiais - PASEP

339047.00.00 (51) – Obrigações Tributarias e Contribuíveis..... ..... R$ 250.000,00

Total..... R$ 250. 000,00

04 – SEC. EDUCAÇÃO

04.002.12.361.0016.2026 – Manutenção de Ativ. Do FUNDEB 70% - Ensino Fundam.

319113.00.00 (73) – Obrigações Patronais..... R$ 540.000,00

Total..... R$ 540.000,00

04.003.12.361.0016.1092 – Constr./Reforma/Ampl. de Cemeis/Playgr.-FUNDEB 30%

449051.00.00 (82) – Obras e Instalações..... R$ 1.108.000,00

Total..... R$ 1.108.000,00

04.003.12.361.0016.2031 – Manutenção de Ativ. Do FUNDEB 30% - Ensino Fundam.

339037.00.00 (94) – Locação de Mão-de-obra..... R$ 846.000,00

Total..... R$ 846.000,00

15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

15.001.10.302.0012.1066 – Construção e Estruturação Policlínica Região Leste

449051.00.00 (620) – Obras e Instalações..... R$ 321.000,00

Total..... R$ 321.000,00

15.001.10.302.0012.2099 – Manut. de Ativ. de Média e Alta Complex. - Renascer

339039.00.00 (702) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 400.000,00

Total..... R$ 400.000,00

Total Geral.....R$ 3.465.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de abril de 2025.

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.071, DE 11 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar Suzerley Stumpf (titular) e Leiliane Almeida dos Santos Natali (substituta), fiscais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Joni Roberto Bishoff (titulat) e Marli Rocha Fellis (substituto), das demais Secretarias Municipais, para as **ATAS Nº 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, todas do ano de 2024,** originadas do processo do **PREGÃO ELETRONICO Nº 052/2024** com a finalidade de **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ARTIGOS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO, PAPELARIA, MATERIAIS PARA ARTESANATO, DESTINADOS À EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRRISO – MT E SUAS UNIDADES VINCULADAS".**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data 16 de dezembro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 11 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.676, DE 29 DE ABRIL DE 2025

Estabelece o valor mínimo para o ajuizamento de execuções fiscais no Município de Sorriso, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Alei Fernandes, prefeito municipal de Sorriso, estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido o valor mínimo de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o ajuizamento de ações de execução fiscal promovidas pelo Município de Sorriso, abrangendo débitos de qualquer natureza inscritos em dívida ativa.

§ 1º O valor referido no caput deste artigo deverá ser calculado considerando o montante consolidado do débito, incluindo o valor principal, atualização monetária, juros de mora, multas e demais encargos legais, apurados na data da inscrição em dívida ativa.

§ 2º Esta limitação não se aplica aos débitos:

I - decorrentes de decisões do Tribunal de Contas;

II - originados de obrigações de fazer ou não fazer;

Art. 2º Os débitos de valor consolidado igual ou inferior ao estabelecido no art. 1º deverão, obrigatoriamente, ser submetidos à inscrição em protesto extrajudicial, como forma de cobrança administrativa, em conformidade com a legislação vigente.

§ 1º A inscrição em protesto deverá ser promovida pela Procuradoria Geral do Município ou órgão equivalente, observando os prazos e procedimentos previstos na legislação aplicável.

§ 2º O protesto extrajudicial dos débitos mencionados no caput não exclui a possibilidade de cobrança administrativa complementar ou de novas medidas legais, caso o valor do débito venha a superar o limite estabelecido para o ajuizamento de execuções fiscais.

§ 3º As despesas decorrentes da inscrição em protesto, incluídas aquelas relativas a emolumentos e custas cartorárias, serão acrescidas ao valor do débito e cobradas do devedor.

§ 4º O Município poderá celebrar convênios ou parcerias com instituições responsáveis pelo protesto de títulos, com vistas à eficiência e à celeridade na cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa.

Art. 3º Fica autorizada a Procuradoria Geral do Município ou órgão equivalente a promover a desistência ou extinção, sem renúncia do crédito, das ações de execução fiscal já ajuizadas cujo valor consolidado seja igual ou inferior ao limite estabelecido no art. 1º, desde que tenham sido esgotadas todas as medidas expropriatórias previstas em lei, observando-se as seguintes condições:

I - requerimento das medidas expropriatórias de praxe, incluindo:

a) penhora de bens móveis e imóveis do devedor;

b) penhora de dinheiro em contas bancárias ou aplicações financeiras, por meio do Sistema BacenJud (ou sistema equivalente);

c) penhora de faturamento, se aplicável;

d) inclusão do devedor nos cadastros de inadimplentes, como protesto extrajudicial e sistemas de proteção ao crédito;

e) pesquisa e bloqueio de veículos por meio do Sistema Renajud;

f) busca de bens e direitos do devedor em registros públicos, como imóveis e ativos financeiros.

II - comprovação da inexistência de bens ou direitos penhoráveis suficientes para a satisfação do crédito;

III - decurso de prazo razoável para tentativa de citação e localização do devedor, mediante diligências efetivas;

IV - observância das normas de prescrição e decadência, com avaliação prévia da viabilidade de prosseguimento da cobrança.

§ 1º A extinção ou desistência da execução fiscal não implicará remissão ou perdão do crédito tributário, que permanecerá inscrito em dívida ativa e poderá ser cobrado por outros meios administrativos, conforme previsto nesta Lei.

§ 2º A Procuradoria Geral do Município deverá justificar, em cada caso, a inviabilidade da continuidade da execução, anexando relatório detalhado das diligências realizadas e das razões que fundamentam a desistência ou extinção.

§ 3º Caberá à Procuradoria Geral do Município regulamentar os procedimentos e critérios específicos para a aplicação do disposto neste artigo, visando assegurar a eficiência e transparência da gestão fiscal.

Art. 4º Os débitos inscritos em dívida ativa, cuja cobrança seja inviável por meio judicial em virtude dos limites estabelecidos nesta Lei, deverão ser objeto de monitoramento administrativo contínuo, observando-se as seguintes diretrizes:

I - atualização periódica do valor consolidado dos débitos, incluindo correção monetária, juros e encargos legais, para avaliação de eventual superação do limite estabelecido para ajuizamento;

II - inscrição obrigatória dos débitos em protesto extrajudicial, nos termos do art. 2º desta Lei;

III - promoção de medidas administrativas, tais como campanhas de regularização fiscal, notificações extrajudiciais e parcelamentos, visando à recuperação do crédito tributário;

IV - registro detalhado de todas as tentativas de cobrança, com vistas à transparência e ao controle interno e externo da administração tributária.

§ 1º O saldo positivo de débitos não cobrados judicialmente deverá ser reavaliado anualmente para verificação de sua viabilidade econômica, podendo ser objeto de novos encaminhamentos administrativos ou judiciais.

§ 2º A aplicação das diretrizes previstas neste artigo será regulamentada por ato do Executivo Municipal, visando à eficiência e à transparência na gestão da dívida ativa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de abril de 2025.

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.677, DE 29 DE ABRIL DE 2025

Institui a gratuidade da tarifa junto ao Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros no âmbito do Município de Sorriso, e dá outras providências.

Alei Fernandes, prefeito municipal de Sorriso, estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a gratuidade aos usuários do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros - Tarifa Zero, no Município de Sorriso.

Art. 2º A gratuidade - Tarifa Zero, será executada diretamente pelo município, com o objetivo do fornecimento e prestação de serviços de transporte coletivo.

Art. 3º Fica autorizado a abertura de credito adicional especial, nos termos do art. 41, inciso I da Lei 4.320/64, no valor de até R$ 5.468.916,40 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta centavos), à seguinte dotação:

05 – Sec. Municipal de Infraestrutura, Transporte e Saneamento

05.001 – Sec. Municipal de Infraestrutura, Transporte e Saneamento

05.001.15 – Urbanismo

05.001.15.452 – Serviços Urbanos

05.001.15.452.0029 – Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana

05.001.15.452.0029.2.179– Manut do Transporte Coletivo por Gratuidade

33.90.30.00 – Material de Consumo.....R$ 1.300.000,00

33.90.37.00 – Locação de Mao de Obra.....R$ 1.500.000,00

33.90.39.00 – Outros Serviços Pessoa Jurídica..... R$ 2.668.916,40

Art. 4º Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior, será utilizado recursos de anulação da dotação orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64, no valor de até R$ R$ 5.468.916,40 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta centavos), à seguinte dotação:

20.001.06.181.0002.2151– Manut do Transporte Coletivo

33.90.30.00(864) – Material de Consumo.....R$ 600.000,00

33.90.37.00(865) – Locação de Mao de Obra.....R$ 1.155.916,40

33.90.39.00(866) – Outros Serviços Pessoa Jurídica..... R$ 3.713.000,00

Art. 5º Autoriza a inclusão de elemento de despesa na ação 2179 – Manut. do Transporte Coletivo por Gratuidade, ficando autorizado a inclusão na Lei nº 3.157, de 20 de setembro de 2021 que dispõe sobre o PPA 2022 a 2025 e Lei nº 3.619 de 13 de dezembro de 2024 que dispõe sobre a Compatibilização, na Lei 3.604 de 11 de dezembro de 2024 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de abril de 2025.

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.165, DE 28 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar fiscais para o **CONTRATO Nº 041/2025** originado do processo de **ADESÃO Nº 002/2025,** com a finalidade de **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO, PAINÉIS DE LED, SONORIZAÇÃO E ESTRUTURAS DE PRATICÁVEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SORRISO-MT".**

Composta pelos seguintes servidores:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

TITULAR: TONY DE SOUZA NEVES

SUBSTITUTO: RENATA FERREIRA DAMACENO PEDROSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA:

TITULAR: JOSE ANTONIO DE PAULA FERREIRA

SUBSTITUTO: ROBERSON VARIANI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE:

TITULAR: JULIO CESAR BATIUK DE CARVALHO

SUBSTITUTO: GILBERTO CABRAL GALLO

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data 11 de abril de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 28 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1.168, DE 28 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar fiscais para **CONTRATO Nº 043/2025** originado do processo de **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 010/2025,** com a finalidade de **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE STARLINK, A CONTRATAÇÃO DE PLANO MENSAL DE INTERNET, BEM COMO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS, PARA GARANTIR A CONTINUIDADE DA CONECTIVIDADE E O BOM FUNCIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS ADQUIRIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO".**

Composta pelos seguintes servidores:

GABINETE DO PREFEITO:

TITULAR: TIAGO RODRIGUES DA SILVA

SUBSTITUTO: ANTÔNIO MAZEI

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data 14 de abril de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 28 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1.072, DE 11 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar Wesley Faber Romão Siqueira (titular) e Janaína Cagnani Brasileiro (substituta), fiscais da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, para as **ATAS Nº 371/2024 e 372/2024,** originadas do processo do **PREGÃO ELETRONICO Nº 047/2024** com a finalidade de **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA HOSPITALAR PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO".**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data 16 de dezembro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 11 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1.074, DE 11 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar David Carvalho da Silveira Gomes (titular) e José Antônio de Paula Ferreira (substituto), fiscais da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Juventude, para as **ATAS Nº 359/2024,** originadas do processo do **PREGÃO ELETRONICO Nº 053/2024** com a finalidade de **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS E BRIGADISTAS PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS, VISANDO ATENDER AS AÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS (REVEILLON)".**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data 16 de dezembro de 2024.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 11 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

DCA 2024

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-AB | Balanço Patrimonial - Ativo e Passivo

Balanço Patrimonial	Valores
	31/12/2024
Ativo	-
Ativo	-
1.0.0.0.0.00.00 - Ativo	1.225.228.917,38
1.1.0.0.0.00.00 - Ativo Circulante	439.188.329,09
1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	48.640.218,57
1.1.1.1.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	48.640.105,37
1.1.1.1.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	48.640.105,37
1.1.1.1.2.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Intra OFSS	
1.1.1.2.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira	
1.1.1.2.1.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira - Consolidação	
1.1.1.3.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Valores Restituíveis e Vinculados	113,20
1.1.1.3.1.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Consolidação	113,20
1.1.1.3.2.00.00 - Valores Restituíveis - Intra OFSS	
1.1.2.0.0.00.00 - Créditos a Curto Prazo	0,00
1.1.2.1.0.00.00 - Créditos Tributários a Receber	0,00
1.1.2.1.1.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Consolidação	0,00
1.1.2.1.2.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Intra OFSS	0,00
1.1.2.1.3.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Inter OFSS - União	0,00
1.1.2.1.4.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Inter OFSS – Estado	
1.1.2.1.5.00.00 - Créditos Tributários a Receber - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.2.2.0.00.00 - Clientes	0,00
1.1.2.2.1.00.00 - Clientes - Consolidação	0,00
1.1.2.2.2.00.00 - Clientes - Intra OFSS	0,00
1.1.2.2.3.00.00 - Clientes - Inter OFSS - União	
1.1.2.2.4.00.00 - Clientes - Inter OFSS - Estado	
1.1.2.2.5.00.00 - Clientes - Inter OFSS - Município	
1.1.2.3.0.00.00 - Créditos de Transferências a Receber	
1.1.2.3.1.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Consolidação	
1.1.2.3.2.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Intra OFSS	
1.1.2.3.3.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Inter OFSS - União	
1.1.2.3.4.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Inter OFSS - Estado	
1.1.2.3.5.00.00 - Créditos de Transferências a Receber - Inter OFSS - Município	
1.1.2.4.0.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
1.1.2.4.1.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	
1.1.2.4.2.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Intra OFSS	
1.1.2.4.3.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - União	
1.1.2.4.4.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - Estado	
1.1.2.4.5.00.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - Município	
1.1.2.5.0.00.00 - Dívida Ativa Tributária	0,00
1.1.2.5.1.00.00 - Dívida Ativa Tributária - Consolidação	0,00
1.1.2.5.2.00.00 - Dívida Ativa Tributária - Intra OFSS	
1.1.2.5.3.00.00 - Dívida Ativa Tributária - Inter OFSS - União	
1.1.2.5.4.00.00 - Dívida Ativa Tributária - Inter OFSS - Estado	
1.1.2.5.5.00.00 - Dívida Ativa Tributária - Inter OFSS - Município	
1.1.2.6.0.00.00 - Dívida Ativa Não Tributária	
1.1.2.6.1.00.00 - Dívida Ativa Não Tributária - Consolidação	
1.1.2.6.2.00.00 - Dívida Ativa Não Tributária - Intra OFSS	
1.1.2.6.3.00.00 - Dívida Ativa Não Tributária - Inter OFSS - União	
1.1.2.6.4.00.00 - Dívida Ativa Não Tributária - Inter OFSS - Estado	
1.1.2.6.5.00.00 - Dívida Ativa Não Tributária - Inter OFSS - Município	
1.1.2.9.0.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	
1.1.2.9.1.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Consolidação	
1.1.2.9.2.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Intra OFSS	
1.1.2.9.3.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - União	
1.1.2.9.4.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	
1.1.2.9.5.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	
1.1.3.0.0.00.00 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.414.129,74
1.1.3.1.0.00.00 - Adiantamentos Concedidos	3.386,80
1.1.3.1.1.00.00 - Adiantamentos Concedidos - Consolidação	3.386,80
1.1.3.1.2.00.00 - Adiantamentos Concedidos - Intra OFSS	
1.1.3.1.3.00.00 - Adiantamentos Concedidos - Inter OFSS - União	
1.1.3.1.4.00.00 - Adiantamentos Concedidos - Inter OFSS - Estado	
1.1.3.1.5.00.00 - Adiantamentos Concedidos - Inter OFSS - Município	
1.1.3.2.0.00.00 - Tributos a Recuperar/Compensar	0,00
1.1.3.2.1.00.00 - Tributos a Recuperar/Compensar - Consolidação	0,00
1.1.3.2.2.00.00 - Tributos a Recuperar/Compensar - Intra OFSS	
1.1.3.2.3.00.00 - Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS - União	
1.1.3.2.4.00.00 - Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS - Estado	
1.1.3.2.5.00.00 - Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS - Município	
1.1.3.3.0.00.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	
1.1.3.3.1.00.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos - Consolidação	
1.1.3.3.2.00.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos - Intra OFSS	
1.1.3.3.3.00.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos - Inter OFSS - União	
1.1.3.3.4.00.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos - Inter OFSS - Estado	
1.1.3.3.5.00.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos - Inter OFSS - Município	
1.1.3.4.0.00.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio	
1.1.3.4.1.00.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio - Consolidação	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2024
1.1.3.4.2.00.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio - Intra OFSS	
1.1.3.4.3.00.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio - Inter OFSS - União	
1.1.3.4.4.00.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio - Inter OFSS - Estado	
1.1.3.4.5.00.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio - Inter OFSS - Município	
1.1.3.5.0.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - A Receber	
1.1.3.5.1.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Consolidação	
1.1.3.5.2.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Intra OFSS	
1.1.3.5.3.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Inter OFSS - União	
1.1.3.5.4.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Inter OFSS - Estado	
1.1.3.5.5.00.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Inter OFSS - Município	
1.1.3.6.0.00.00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo	1.410.742,94
1.1.3.6.1.00.00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo - Consolidação	
1.1.3.6.2.00.00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo - Intra OFSS	1.410.742,94
1.1.3.6.3.00.00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo - Inter OFSS - União	0,00
1.1.3.6.4.00.00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	0,00
1.1.3.6.5.00.00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0,00
1.1.3.8.0.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	0,00
1.1.3.8.1.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	0,00
1.1.3.8.2.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	
1.1.3.8.3.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS - União	
1.1.3.8.4.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	
1.1.3.8.5.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	
1.1.3.9.0.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	
1.1.3.9.1.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	
1.1.3.9.2.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	
1.1.3.9.3.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS - União	
1.1.3.9.4.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	
1.1.3.9.5.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	
1.1.4.0.0.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	386.822.672,97
1.1.4.1.0.00.00 - Títulos e Valores Mobiliários	45.441,91
1.1.4.1.1.00.00 - Títulos e Valores Mobiliários - Consolidação	45.441,91
1.1.4.2.0.00.00 - Aplicação Temporária em Metais Preciosos	
1.1.4.2.1.00.00 - Aplicação Temporária em Metais Preciosos - Consolidação	
1.1.4.3.0.00.00 - Aplicações em Segmento de Imóveis	
1.1.4.3.1.00.00 - Aplicações em Segmento de Imóveis - Consolidação	
1.1.4.4.0.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo - RPPS	386.777.231,06
1.1.4.4.1.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo do RPPS - Consolidação	386.777.231,06
1.1.4.9.0.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias	
1.1.4.9.1.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias - Consolidação	
1.1.5.0.0.00.00 - Estoques	2.305.954,51
1.1.5.1.0.00.00 - Mercadorias para Revenda ou Doação	
1.1.5.1.1.00.00 - Mercadorias para Revenda ou Doação - Consolidação	
1.1.5.2.0.00.00 - Produtos e Serviços Acabados	
1.1.5.2.1.00.00 - Produtos e Serviços Acabados - Consolidação	
1.1.5.3.0.00.00 - Produtos e Serviços em Elaboração	
1.1.5.3.1.00.00 - Produtos e Serviços em Elaboração - Consolidação	
1.1.5.4.0.00.00 - Matérias-Primas	
1.1.5.4.1.00.00 - Matérias-Primas - Consolidação	
1.1.5.5.0.00.00 - Materiais em Trânsito	
1.1.5.5.1.00.00 - Materiais em Trânsito - Consolidação	
1.1.5.6.0.00.00 - Almoxarifado	2.305.954,51
1.1.5.6.1.00.00 - Almoxarifado - Consolidação	2.305.954,51
1.1.5.8.0.00.00 - Outros Estoques	
1.1.5.8.1.00.00 - Outros Estoques - Consolidação	
1.1.5.9.0.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Estoques	
1.1.5.9.1.00.00 - (-) Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação	
1.1.6.0.0.00.00 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda	
1.1.6.1.0.00.00 - Investimento Mantido para Venda	
1.1.6.1.1.00.00 - Investimento Mantido para Venda - Consolidação	
1.1.6.1.2.00.00 - Investimento Mantido para Venda - Intra OFSS	
1.1.6.1.3.00.00 - Investimento Mantido para Venda - Inter OFSS - União	
1.1.6.1.4.00.00 - Investimento Mantido para Venda - Inter OFSS - Estado	
1.1.6.1.5.00.00 - Investimento Mantido para Venda - Inter OFSS - Município	
1.1.6.2.0.00.00 - Imobilizado Mantido para Venda	
1.1.6.2.1.00.00 - Imobilizado Mantido para Venda - Consolidação	
1.1.6.3.0.00.00 - Intangível Mantido para Venda	
1.1.6.3.1.00.00 - Intangível Mantido para Venda - Consolidação	
1.1.6.9.0.00.00 - (-) Redução a Valor Recuperável de Ativos Mantidos para Venda	
1.1.6.9.1.00.00 - (-) Redução a Valor Recuperável de Ativos Mantidos para Venda - Consolidação	
1.1.6.9.2.00.00 - (-) Redução a Valor Recuperável de Ativos Mantidos para Venda - Intra OFSS	
1.1.6.9.3.00.00 - (-) Redução a Valor Recuperável de Ativos Mantidos para Venda - Inter OFSS - União	
1.1.6.9.4.00.00 - (-) Redução a Valor Recuperável de Ativos Mantidos para Venda - Inter OFSS - Estado	
1.1.6.9.5.00.00 - (-) Redução a Valor Recuperável de Ativos Mantidos para Venda - Inter OFSS - Município	
1.1.7.0.0.00.00 - Ativo Biológico	
1.1.7.1.0.00.00 - Ativo Biológico	
1.1.7.1.1.00.00 - Ativo Biológico - Consolidação	
1.1.9.0.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	5.353,30
1.1.9.1.0.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar	3.020,00
1.1.9.1.1.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	3.020,00
1.1.9.1.2.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar - Intra OFSS	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2024
1.1.9.1.3.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar - Inter OFSS - União	
1.1.9.1.4.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar - Inter OFSS - Estado	
1.1.9.1.5.00.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar - Inter OFSS - Município	
1.1.9.2.0.00.00 - VPD Financeiras a Apropriar	
1.1.9.2.1.00.00 - VPD Financeiras a Apropriar - Consolidação	
1.1.9.2.2.00.00 - VPD Financeiras a Apropriar - Intra OFSS	
1.1.9.2.3.00.00 - VPD Financeiras a Apropriar - Inter OFSS - União	
1.1.9.2.4.00.00 - VPD Financeiras a Apropriar - Inter OFSS - Estado	
1.1.9.2.5.00.00 - VPD Financeiras a Apropriar - Inter OFSS - Município	
1.1.9.3.0.00.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar	2.333,30
1.1.9.3.1.00.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	2.333,30
1.1.9.3.2.00.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Intra OFSS	
1.1.9.3.3.00.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Inter OFSS - União	
1.1.9.3.4.00.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Inter OFSS - Estado	
1.1.9.3.5.00.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Inter OFSS - Município	
1.1.9.4.0.00.00 - Alugueis Pagos a Apropriar	
1.1.9.4.1.00.00 - Alugueis Pagos a Apropriar - Consolidação	
1.1.9.4.2.00.00 - Alugueis Pagos a Apropriar - Intra OFSS	
1.1.9.4.3.00.00 - Alugueis Pagos a Apropriar - Inter OFSS - União	
1.1.9.4.4.00.00 - Alugueis Pagos a Apropriar - Inter OFSS - Estado	
1.1.9.4.5.00.00 - Alugueis Pagos a Apropriar - Inter OFSS - Município	
1.1.9.5.0.00.00 - Tributos Pagos a Apropriar	
1.1.9.5.1.00.00 - Tributos Pagos a Apropriar - Consolidação	
1.1.9.5.2.00.00 - Tributos Pagos a Apropriar - Intra OFSS	
1.1.9.5.3.00.00 - Tributos Pagos a Apropriar - Inter OFSS - União	
1.1.9.5.4.00.00 - Tributos Pagos a Apropriar - Inter OFSS - Estado	
1.1.9.5.5.00.00 - Tributos Pagos a Apropriar - Inter OFSS - Município	
1.1.9.6.0.00.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar	
1.1.9.6.1.00.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar - Consolidação	
1.1.9.6.2.00.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar - Intra OFSS	
1.1.9.6.3.00.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar - Inter OFSS - União	
1.1.9.6.4.00.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar - Inter OFSS - Estado	
1.1.9.6.5.00.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar - Inter OFSS - Município	
1.1.9.7.0.00.00 - Benefícios a Pessoal a Apropriar	
1.1.9.7.1.00.00 - Benefícios a Pessoal a Apropriar - Consolidação	
1.1.9.7.2.00.00 - Benefícios a Pessoal a Apropriar - Intra OFSS	
1.1.9.7.3.00.00 - Benefícios a Pessoal a Apropriar - Inter OFSS - União	
1.1.9.7.4.00.00 - Benefícios a Pessoal a Apropriar - Inter OFSS - Estado	
1.1.9.7.5.00.00 - Benefícios a Pessoal a Apropriar - Inter OFSS - Município	
1.1.9.8.0.00.00 - Demais VPD a Apropriar	0,00
1.1.9.8.1.00.00 - Demais VPD a Apropriar - Consolidação	0,00
1.1.9.8.2.00.00 - Demais VPD a Apropriar - Intra OFSS	
1.1.9.8.3.00.00 - Demais VPD a Apropriar - Inter OFSS - União	
1.1.9.8.4.00.00 - Demais VPD a Apropriar - Inter OFSS - Estado	
1.1.9.8.5.00.00 - Demais VPD a Apropriar - Inter OFSS - Município	
1.1.9.9.0.00.00 - Locação de Mão de Obra a Apropriar	
1.1.9.9.1.00.00 - Locação de Mão de Obra a Apropriar - Consolidação	
1.1.9.9.2.00.00 - Locação de Mão de Obra a Apropriar - Intra OFSS	
1.1.9.9.3.00.00 - Locação de Mão de Obra a Apropriar - Inter OFSS - União	
1.1.9.9.4.00.00 - Locação de Mão de Obra a Apropriar - Inter OFSS - Estado	
1.1.9.9.5.00.00 - Locação de Mão de Obra a Apropriar - Inter OFSS - Município	
1.2.0.0.0.00.00 - Ativo não Circulante	786.040.588,29
1.2.1.0.0.00.00 - Ativo Realizável a Longo Prazo	249.374.184,48
1.2.1.1.0.00.00 - Créditos a Longo Prazo	249.374.184,48
1.2.1.1.1.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Consolidação	64.110.912,66
1.2.1.1.1.01.00 - Créditos Tributários a Receber	337.686,05
1.2.1.1.1.02.00 - Clientes	0,00
1.2.1.1.1.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
1.2.1.1.1.04.00 - Dívida Ativa Tributária	51.998.497,86
1.2.1.1.1.05.00 - Dívida Ativa Não Tributária	20.812.184,05
1.2.1.1.1.06.00 - Créditos Previdenciários do RPPS	
1.2.1.1.1.07.00 - Créditos de Transferências a Receber a Longo Prazo	
1.2.1.1.1.97.00 - Outros Créditos a Longo Prazo	
1.2.1.1.1.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	9.037.455,30
1.2.1.1.2.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Intra OFSS	185.263.271,82
1.2.1.1.2.01.00 - Créditos Tributários a Receber	
1.2.1.1.2.02.00 - Clientes	
1.2.1.1.2.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
1.2.1.1.2.04.00 - Dívida Ativa Tributária	
1.2.1.1.2.05.00 - Dívida Ativa Não Tributária	
1.2.1.1.2.06.00 - Créditos Previdenciários do RPPS	
1.2.1.1.2.07.00 - Créditos de Transferências a Receber a Longo Prazo	
1.2.1.1.2.08.00 - Créditos para Amortização de Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização - Intra OFSS	185.263.271,82
1.2.1.1.2.97.00 - Outros Créditos a Longo Prazo	
1.2.1.1.2.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	
1.2.1.1.3.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - União	
1.2.1.1.3.01.00 - Créditos Tributários a Receber	
1.2.1.1.3.02.00 - Clientes	
1.2.1.1.3.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
1.2.1.1.3.04.00 - Dívida Ativa Tributária	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores
	31/12/2024
1.2.1.1.3.05.00 - Dívida Ativa Não Tributária	
1.2.1.1.3.06.00 - Créditos Previdenciários do RPPS	
1.2.1.1.3.07.00 - Créditos de Transferências a Receber a Longo Prazo	
1.2.1.1.3.97.00 - Outros Créditos a Longo Prazo	
1.2.1.1.3.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	
1.2.1.1.4.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	
1.2.1.1.4.01.00 - Créditos Tributários a Receber	
1.2.1.1.4.02.00 - Clientes	
1.2.1.1.4.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
1.2.1.1.4.04.00 - Dívida Ativa Tributária	
1.2.1.1.4.05.00 - Dívida Ativa Não Tributária	
1.2.1.1.4.06.00 - Créditos Previdenciários do RPPS	
1.2.1.1.4.07.00 - Créditos de Transferências a Receber a Longo Prazo	
1.2.1.1.4.97.00 - Outros Créditos a Longo Prazo	
1.2.1.1.4.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	
1.2.1.1.5.00.00 - Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	
1.2.1.1.5.01.00 - Créditos Tributários a Receber	
1.2.1.1.5.02.00 - Clientes	
1.2.1.1.5.03.00 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
1.2.1.1.5.04.00 - Dívida Ativa Tributária	
1.2.1.1.5.05.00 - Dívida Ativa Não Tributária	
1.2.1.1.5.06.00 - Créditos Previdenciários do RPPS	
1.2.1.1.5.07.00 - Créditos de Transferências a Receber a Longo Prazo	
1.2.1.1.5.97.00 - Outros Créditos a Longo Prazo	
1.2.1.1.5.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	
1.2.1.2.0.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	
1.2.1.2.1.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação	
1.2.1.2.1.01.00 - Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	
1.2.1.2.1.02.00 - Tributos a Recuperar/Compensar	
1.2.1.2.1.03.00 - Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	
1.2.1.2.1.04.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio Provenientes de Créditos Administrativos	
1.2.1.2.1.05.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Tomada de Contas Especial	
1.2.1.2.1.06.00 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	
1.2.1.2.1.07.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Processos Judiciais	
1.2.1.2.1.09.00 - Consignações	
1.2.1.2.1.98.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	
1.2.1.2.1.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	
1.2.1.2.2.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Intra OFSS	
1.2.1.2.3.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Inter OFSS - União	
1.2.1.2.4.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	
1.2.1.2.5.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	
1.2.1.3.0.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	
1.2.1.3.1.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo - Consolidação	
1.2.1.3.1.01.00 - Títulos e Valores Mobiliários	
1.2.1.3.1.02.00 - Aplicação Temporária em Metais Preciosos	
1.2.1.3.1.03.00 - Aplicações em Segmento de Imóveis	
1.2.1.3.1.04.00 - Fundos Avaliados a Valor de Mercado	
1.2.1.3.1.08.00 - Aplicações do RPPS em Títulos do Tesouro Nacional Marcados na Curva	
1.2.1.3.1.98.00 - Outros Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	
1.2.1.3.1.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	
1.2.1.4.0.00.00 - Estoques	
1.2.1.4.1.00.00 - Estoques - Consolidação	
1.2.1.4.1.01.00 - Mercadorias para Revenda	
1.2.1.4.1.02.00 - Produtos e Serviços Acabados	
1.2.1.4.1.03.00 - Produtos e Serviços em Elaboração	
1.2.1.4.1.04.00 - Matérias-Primas	
1.2.1.4.1.05.00 - Materiais em Trânsito	
1.2.1.4.1.06.00 - Almoxarifado	
1.2.1.4.1.07.00 - Adiantamentos a Fornecedores	
1.2.1.4.1.98.00 - Outros Estoques	
1.2.1.4.1.99.00 - (-) Ajuste de Perdas de Estoques	
1.2.1.5.0.00.00 - Ativo Biológico	
1.2.1.5.1.00.00 - Ativo Biológico - Consolidação	
1.2.1.9.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	
1.2.1.9.1.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Consolidação	
1.2.1.9.1.01.00 - Prêmios de Seguros a Apropriar	
1.2.1.9.1.02.00 - VPD Financeiras a Apropriar	
1.2.1.9.1.03.00 - Assinaturas e Anuidades a Apropriar	
1.2.1.9.1.04.00 - Aluguéis Pagos a Apropriar	
1.2.1.9.1.05.00 - Tributos Pagos a Apropriar	
1.2.1.9.1.06.00 - Contribuições Confederativas a Apropriar	
1.2.1.9.1.07.00 - Benefícios a Apropriar	
1.2.1.9.1.99.00 - Demais VPD a Apropriar	
1.2.1.9.2.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Intra OFSS	
1.2.1.9.3.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Inter OFSS - União	
1.2.1.9.4.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Inter OFSS - Estado	
1.2.1.9.5.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Inter OFSS - Município	
1.2.2.0.0.00.00 - Investimentos	3.349.042,90
1.2.2.1.0.00.00 - Participações Permanentes	3.349.042,90
1.2.2.1.1.00.00 - Participações Permanentes - Consolidação	3.349.042,90

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores
	31/12/2024
1.2.2.1.1.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	3.349.042,90
1.2.2.1.1.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo	
1.2.2.1.2.00.00 - Participações Permanentes - Intra OFSS	
1.2.2.1.2.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	
1.2.2.1.2.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo	
1.2.2.1.3.00.00 - Participações Permanentes - Inter OFSS - União	
1.2.2.1.3.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	
1.2.2.1.3.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo	
1.2.2.1.4.00.00 - Participações Permanentes - Inter OFSS - Estado	
1.2.2.1.4.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	
1.2.2.1.4.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo	
1.2.2.1.5.00.00 - Participações Permanentes - Inter OFSS - Município	
1.2.2.1.5.01.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	
1.2.2.1.5.02.00 - Participações Avaliadas pelo Método de Custo	
1.2.2.2.0.00.00 - Propriedades para Investimento	
1.2.2.2.1.00.00 - Propriedades para Investimento - Consolidação	
1.2.2.3.0.00.00 - Investimentos do RPPS de Longo Prazo	
1.2.2.3.1.00.00 - Investimentos do RPPS de Longo Prazo - Consolidação	
1.2.2.7.0.00.00 - Demais Investimentos Permanentes	
1.2.2.7.1.00.00 - Demais Investimentos Permanentes - Consolidação	
1.2.2.8.0.00.00 - (-) Depreciação Acumulada de Investimentos	
1.2.2.8.1.00.00 - (-) Depreciação Acumulada de Investimentos - Consolidação	
1.2.2.8.1.01.00 - (-) Depreciação Acumulada de Investimentos - Consolidação - Propriedades para Investimento	
1.2.2.8.1.99.00 - (-) Depreciação Acumulada de Outros Investimentos	
1.2.2.9.0.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	
1.2.2.9.1.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Consolidação	
1.2.2.9.1.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes	
1.2.2.9.1.02.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Propriedades para Investimento	
1.2.2.9.1.03.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS - Fundo em Capitalização	
1.2.2.9.1.05.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS - Fundo em Repartição	
1.2.2.9.1.99.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes	
1.2.2.9.2.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Intra OFSS	
1.2.2.9.2.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes	
1.2.2.9.2.99.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes	
1.2.2.9.3.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - União	
1.2.2.9.3.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes	
1.2.2.9.3.99.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes	
1.2.2.9.4.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Estado	
1.2.2.9.4.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes	
1.2.2.9.4.99.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes	
1.2.2.9.5.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Município	
1.2.2.9.5.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Participações Permanentes	
1.2.2.9.5.99.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos - Demais Investimentos Permanentes	
1.2.3.0.0.00.00 - Imobilizado	533.307.637,21
1.2.3.1.0.00.00 - Bens Moveis	195.882.793,52
1.2.3.1.1.00.00 - Bens Móveis - Consolidação	195.882.793,52
1.2.3.2.0.00.00 - Bens Imóveis	371.158.423,30
1.2.3.2.1.00.00 - Bens Imóveis - Consolidação	371.158.423,30
1.2.3.7.0.00.00 – (-) Subvenção Governamental para Investimentos	
1.2.3.7.1.00.00 – (-) Subvenção Governamental para Investimentos – Consolidação	
1.2.3.7.2.00.00 – (-) Subvenção Governamental para Investimentos – Intra OFSS	
1.2.3.7.3.00.00 – (-) Subvenção Governamental para Investimentos - Inter OFSS – União	
1.2.3.7.4.00.00 – (-) Subvenção Governamental para Investimentos – Inter OFSS – Estado	
1.2.3.7.5.00.00 – (-) Subvenção Governamental para Investimentos – Inter OFSS – Município	
1.2.3.8.0.00.00 - (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	33.733.579,61
1.2.3.8.1.00.00 - (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas - Consolidação	33.733.579,61
1.2.3.8.1.01.00 - (-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	33.384.932,81
1.2.3.8.1.02.00 - (-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	348.646,80
1.2.3.8.1.03.00 - (-) Exaustão Acumulada - Bens Móveis	
1.2.3.8.1.04.00 - (-) Exaustão Acumulada - Bens Imóveis	
1.2.3.8.1.05.00 - (-) Amortização Acumulada - Bens Móveis	
1.2.3.8.1.06.00 - (-) Amortização Acumulada - Bens Imóveis	
1.2.3.8.1.07.00 - (-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis - Ativos de Concessão	
1.2.3.8.1.08.00 - (-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis - Ativos de Concessão	
1.2.3.8.1.09.00 - (-) Exaustão Acumulada - Bens Móveis - Ativos de Concessão	
1.2.3.8.1.10.00 - (-) Exaustão Acumulada - Bens Imóveis - Ativos de Concessão	
1.2.3.8.1.11.00 - (-) Amortização Acumulada - Bens Móveis - Ativos de Concessão	
1.2.3.8.1.12.00 - (-) Amortização Acumulada - Bens Imóveis - Ativos de Concessão	
1.2.3.9.0.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	
1.2.3.9.1.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	
1.2.3.9.1.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Moveis	
1.2.3.9.1.02.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Imóveis	
1.2.3.9.1.03.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Móveis - Ativos de Concessão	
1.2.3.9.1.04.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Imóveis - Ativos de Concessão	
1.2.4.0.0.00.00 - Intangível	9.723,70
1.2.4.1.0.00.00 - Softwares	17.578,00
1.2.4.1.1.00.00 - Softwares - Consolidação	17.578,00
1.2.4.2.0.00.00 - Marcas, Direitos e Patentes Industriais	
1.2.4.2.1.00.00 - Marcas, Direitos e Patentes Industriais - Consolidação	
1.2.4.3.0.00.00 - Direito de Uso de Imóveis	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2024
1.2.4.3.1.00.00 - Direito de Uso de Imóveis - Consolidação	
1.2.4.4.0.00.00 - Patrimônio Cultural Intangível	
1.2.4.4.1.00.00 - Patrimônio Cultural Intangível - Consolidação	
1.2.4.8.0.00.00 - (-) Amortização Acumulada	7.854,30
1.2.4.8.1.00.00 - (-) Amortização Acumulada - Consolidação	7.854,30
1.2.4.8.1.01.00 - (-) Amortização Acumulada - Softwares	
1.2.4.8.1.02.00 - (-) Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	
1.2.4.8.1.03.00 - (-) Amortização Acumulada - Direito de Uso de Imóveis	
1.2.4.8.1.04.00 - (-) Amortização Acumulada - Patrimônio Cultural Intangível	
1.2.4.8.1.99.00 - (-) Outras Amortizações Acumuladas	7.854,30
1.2.4.9.0.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível	
1.2.4.9.1.00.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Consolidação	
1.2.4.9.1.01.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Softwares	
1.2.4.9.1.02.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Marcas, Direitos e Patentes	
1.2.4.9.1.03.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Direito de Uso	
1.2.4.9.1.04.00 - (-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Patrimônio Cultural Intangível	
1.2.4.9.1.99.00 - (-) Outras Reduções ao Valor Recuperável de Intangível	
1.2.5.0.0.00.00 - Diferido	
1.2.5.1.0.00.00 - Gastos de Implantação e Pré-Operacionais	
1.2.5.1.1.00.00 - Gastos de Implantação e Pré-Operacionais - Consolidação	
1.2.5.2.0.00.00 - Gastos de Reorganização	
1.2.5.2.1.00.00 - Gastos de Reorganização - Consolidação	
1.2.5.9.0.00.00 - (-) Amortização Acumulada	
1.2.5.9.1.00.00 - (-) Amortização Acumulada - Consolidação	
1.2.5.9.1.01.00 - (-) Amortização Acumulada - Gastos de Implantação e Pré-Operacionais	
1.2.5.9.1.02.00 - (-) Amortização Acumulada - Gastos de Reorganização	
Passivo e Patrimônio Líquido	-
Passivo e Patrimônio Líquido	-
2.0.0.0.0.00.00 - Passivo e Patrimônio Liquido	1.225.228.917,38
2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante	20.149.053,10
2.1.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	617.610,06
2.1.1.1.0.00.00 - Pessoal a Pagar	595.576,83
2.1.1.1.1.00.00 - Pessoal a Pagar - Consolidação	595.576,83
2.1.1.2.0.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar	7.631,66
2.1.1.2.1.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	7.631,66
2.1.1.2.2.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Intra OFSS	0,00
2.1.1.2.3.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - União	
2.1.1.2.4.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - Estado	
2.1.1.2.5.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - Município	0,00
2.1.1.3.0.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar	4.547,08
2.1.1.3.1.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar - Consolidação	4.547,08
2.1.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar	9.854,49
2.1.1.4.1.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Consolidação	1.186,00
2.1.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	0,00
2.1.1.4.3.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	8.668,49
2.1.1.4.4.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.1.4.5.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - Município	
2.1.1.9.0.00.00 - Outros Benefícios Assistenciais e Trabalhistas a Pagar	
2.1.1.9.1.00.00 - Outros Benefícios Assistenciais e Trabalhistas a Pagar - Consolidação	
2.1.1.9.2.00.00 - Outros Benefícios Assistenciais e Trabalhistas a Pagar - Intra OFSS	
2.1.2.0.0.00.00 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	
2.1.2.1.0.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno	
2.1.2.1.1.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo – Interno - Consolidação	
2.1.2.1.2.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo – Interno - Intra OFSS	
2.1.2.1.3.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo – Interno - Inter OFSS - União	
2.1.2.1.4.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	
2.1.2.1.5.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	
2.1.2.2.0.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Externo	
2.1.2.2.1.00.00 - Empréstimos a Curto Prazo - Externo Consolidação	
2.1.2.3.0.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno	
2.1.2.3.1.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo- Interno - Consolidação	
2.1.2.3.2.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo- Interno - Intra OFSS	
2.1.2.3.3.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	
2.1.2.3.4.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	
2.1.2.3.5.00.00 - Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	
2.1.2.4.0.00.00 - Financiamento a Curto Prazo - Externo	
2.1.2.4.1.00.00 - Financiamento a Curto Prazo - Externo - Consolidação	
2.1.2.5.0.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno	
2.1.2.5.1.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Consolidação	
2.1.2.5.2.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Intra OFSS	
2.1.2.5.3.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	
2.1.2.5.4.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	
2.1.2.5.5.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	
2.1.2.6.0.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Externo	
2.1.2.6.1.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - Externo - Consolidação	
2.1.2.8.0.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	
2.1.2.8.1.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Consolidação	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2024
2.1.2.8.2.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Intra OFSS	
2.1.2.8.3.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - União	
2.1.2.8.4.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - Estado	
2.1.2.8.5.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - Município	
2.1.2.9.0.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	
2.1.2.9.1.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar- Consolidação	
2.1.3.0.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	13.320.448,23
2.1.3.1.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	13.320.448,23
2.1.3.1.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	13.320.448,23
2.1.3.1.2.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Intra OFSS	
2.1.3.1.3.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - União	
2.1.3.1.4.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.1.3.1.5.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	
2.1.3.2.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	
2.1.3.2.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.4.0.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo	124.609,98
2.1.4.1.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	124.609,98
2.1.4.1.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Consolidação	124.609,98
2.1.4.1.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Intra OFSS	
2.1.4.1.3.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS - União	
2.1.4.2.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados	
2.1.4.2.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados - Consolidação	
2.1.4.2.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados - Intra OFSS	
2.1.4.2.4.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados - Inter OFSS - Estado	
2.1.4.3.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	
2.1.4.3.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Consolidação	
2.1.4.3.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Intra OFSS	
2.1.4.3.5.00.00 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Inter OFSS - Município	
2.1.5.0.0.00.00 - Transferências Fiscais a Curto Prazo	0,00
2.1.5.1.0.00.00 - Transferências Constitucionais a Pagar	
2.1.5.1.3.00.00 - Transferências Constitucionais a Pagar - Inter OFSS - União	
2.1.5.1.4.00.00 - Transferências Constitucionais a Pagar - Inter OFSS - Estado	
2.1.5.1.5.00.00 - Transferências Constitucionais a Pagar - Inter OFSS - Município	
2.1.5.2.0.00.00 - Transferências Legais a Pagar	
2.1.5.2.1.00.00 - Transferências Legais a Pagar - Consolidação	
2.1.5.2.3.00.00 - Transferências Legais a Pagar - Inter OFSS - União	
2.1.5.2.4.00.00 - Transferências Legais a Pagar - Inter OFSS - Estado	
2.1.5.2.5.00.00 - Transferências Legais a Pagar - Inter OFSS - Município	
2.1.5.3.0.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar	0,00
2.1.5.3.1.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar - Consolidação	0,00
2.1.5.3.3.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar - Inter OFSS - União	
2.1.5.3.4.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar - Inter OFSS - Estado	
2.1.5.3.5.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar - Inter OFSS - Município	
2.1.5.4.0.00.00 - Transferências de Recursos para Execução Orçamentária a Pagar	
2.1.5.4.2.00.00 - Transferências de Recursos para Execução Orçamentária a Pagar - Intra OFSS	
2.1.5.9.0.00.00 - Demais Transferências a Pagar	
2.1.5.9.1.00.00 - Demais Transferências a Pagar - Consolidação	
2.1.5.9.3.00.00 - Demais Transferências a Pagar - Inter OFSS - União	
2.1.5.9.4.00.00 - Demais Transferências a Pagar - Inter OFSS - Estado	
2.1.5.9.5.00.00 - Demais Transferências a Pagar - Inter OFSS - Município	
2.1.7.0.0.00.00 - Provisões a Curto Prazo	
2.1.7.1.0.00.00 - Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	
2.1.7.1.1.00.00 - Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.7.2.0.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Curto Prazo	
2.1.7.2.1.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.7.3.0.00.00 - Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo	
2.1.7.3.1.00.00 - Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.7.3.2.00.00 - Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Intra OFSS	
2.1.7.3.3.00.00 - Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Inter OFSS - União	
2.1.7.3.4.00.00 - Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.1.7.3.5.00.00 - Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	
2.1.7.4.0.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	
2.1.7.4.1.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.7.4.2.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Intra OFSS	
2.1.7.4.3.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Inter OFSS - União	
2.1.7.4.4.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.1.7.4.5.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	
2.1.7.5.0.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo	
2.1.7.5.1.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.7.5.2.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Intra OFSS	
2.1.7.5.3.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - União	
2.1.7.5.4.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.1.7.5.5.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	
2.1.7.6.0.00.00 - Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Curto Prazo	
2.1.7.6.1.00.00 - Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.7.7.0.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Curto Prazo	
2.1.7.7.1.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.7.7.2.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Curto Prazo - Intra OFSS	
2.1.7.7.3.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Curto Prazo - Inter OFSS - União	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores
	31/12/2024
2.1.7.7.4.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.1.7.7.5.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	
2.1.7.9.0.00.00 - Outras Provisões a Curto Prazo	
2.1.7.9.1.00.00 - Outras Provisões a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.7.9.2.00.00 - Outras Provisões a Curto Prazo - Intra OFSS	
2.1.7.9.3.00.00 - Outras Provisões a Curto Prazo - Inter OFSS - União	
2.1.7.9.4.00.00 - Outras Provisões a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.1.7.9.5.00.00 - Outras Provisões a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	
2.1.8.0.0.00.00 - Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo	6.086.384,83
2.1.8.1.0.00.00 - Adiantamentos de Clientes	
2.1.8.1.1.00.00 - Adiantamentos de Clientes - Consolidação	
2.1.8.1.2.00.00 - Adiantamentos de Clientes - Intra OFSS	
2.1.8.1.3.00.00 - Adiantamentos de Clientes - Inter OFSS - União	
2.1.8.1.4.00.00 - Adiantamentos de Clientes - Inter OFSS - Estado	
2.1.8.1.5.00.00 - Adiantamentos de Clientes - Inter OFSS - Município	
2.1.8.2.0.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros	
2.1.8.2.1.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros - Consolidação	
2.1.8.2.2.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros - Intra OFSS	
2.1.8.2.3.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros - Inter OFSS - União	
2.1.8.2.4.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros - Inter OFSS - Estado	
2.1.8.2.5.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros - Inter OFSS - Município	
2.1.8.3.0.00.00 - Arrendamento Operacional a Pagar	
2.1.8.3.1.00.00 - Arrendamento Operacional a Pagar - Consolidação	
2.1.8.3.2.00.00 - Arrendamento Operacional a Pagar - Intra OFSS	
2.1.8.3.3.00.00 - Arrendamento Operacional a Pagar - Inter OFSS - União	
2.1.8.3.4.00.00 - Arrendamento Operacional a Pagar - Inter OFSS - Estado	
2.1.8.3.5.00.00 - Arrendamento Operacional a Pagar - Inter OFSS - Município	
2.1.8.4.0.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo	
2.1.8.4.1.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo - Consolidação	
2.1.8.4.2.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo - Intra OFSS	
2.1.8.4.3.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo - Inter OFSS - União	
2.1.8.4.4.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.1.8.4.5.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	
2.1.8.5.0.00.00 - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	
2.1.8.5.1.00.00 - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar - Consolidação	
2.1.8.5.2.00.00 - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar - Intra OFSS	
2.1.8.5.3.00.00 - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar - Inter OFSS - União	
2.1.8.5.4.00.00 - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar - Inter OFSS - Estado	
2.1.8.5.5.00.00 - Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar - Inter OFSS - Município	
2.1.8.6.0.00.00 - Obrigações Decorrentes de Contratos De PPP	
2.1.8.6.1.00.00 - Obrigações Decorrentes de Contratos De PPP - Consolidação	
2.1.8.7.0.00.00 - Depósitos de Instituições Autorizadas a Operar pelo BACEN	
2.1.8.7.1.00.00 - Depósitos de Instituições Autorizadas a Operar pelo BACEN - Consolidação	
2.1.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis	282.357,07
2.1.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	265.427,76
2.1.8.8.2.00.00 - Valores Restituíveis - Intra OFSS	11.618,45
2.1.8.8.3.00.00 - Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	5.310,86
2.1.8.8.4.00.00 - Valores Restituíveis - Inter OFSS - Estado	0,00
2.1.8.8.5.00.00 - Valores Restituíveis - Inter OFSS - Município	
2.1.8.9.0.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo	5.804.027,76
2.1.8.9.1.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	5.755.248,00
2.1.8.9.2.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra OFSS	48.779,76
2.1.8.9.3.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - União	
2.1.8.9.4.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.1.8.9.5.00.00 - Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	
2.2.0.0.0.00.00 - Passivo Não-Circulante	857.433.827,02
2.2.1.0.0.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	
2.2.1.1.0.00.00 - Pessoal a Pagar	
2.2.1.1.1.00.00 - Pessoal a Pagar - Consolidação	
2.2.1.2.0.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar	
2.2.1.2.1.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	
2.2.1.2.2.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Intra OFSS	
2.2.1.2.3.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - União	
2.2.1.2.4.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - Estado	
2.2.1.2.5.00.00 - Benefícios Previdenciários a Pagar - Inter OFSS - Município	
2.2.1.3.0.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar	
2.2.1.3.1.00.00 - Benefícios Assistenciais a Pagar - Consolidação	
2.2.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar	
2.2.1.4.1.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Consolidação	
2.2.1.4.2.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	
2.2.1.4.3.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	
2.2.1.4.4.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - Estado	
2.2.1.4.5.00.00 - Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - Município	
2.2.1.9.0.00.00 - Outros Benefícios Assistenciais e Trabalhistas a Pagar	
2.2.1.9.1.00.00 - Outros Benefícios Assistenciais e Trabalhistas a Pagar - Consolidação	
2.2.1.9.2.00.00 - Outros Benefícios Assistenciais e Trabalhistas a Pagar - Intra OFSS	
2.2.2.0.0.00.00 - Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	
2.2.2.1.0.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores
	31/12/2024
2.2.2.1.1.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	
2.2.2.1.2.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo – Interno - Intra OFSS	
2.2.2.1.3.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	
2.2.2.1.4.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	
2.2.2.1.5.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	
2.2.2.2.0.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Externo	
2.2.2.2.1.00.00 - Empréstimos a Longo Prazo - Externo Consolidação	
2.2.2.3.0.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno	
2.2.2.3.1.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	
2.2.2.3.3.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	
2.2.2.3.4.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	
2.2.2.3.5.00.00 - Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	
2.2.2.4.0.00.00 - Financiamento a Longo Prazo - Externo	
2.2.2.4.1.00.00 - Financiamento a Longo Prazo - Externo - Consolidação	
2.2.2.5.0.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno	
2.2.2.5.1.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	
2.2.2.5.2.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Intra OFSS	
2.2.2.5.3.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	
2.2.2.5.4.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Estado	
2.2.2.5.5.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - Município	
2.2.2.6.0.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Externo	
2.2.2.6.1.00.00 - Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Externo - Consolidação	
2.2.2.8.0.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	
2.2.2.8.1.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Consolidação	
2.2.2.8.2.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Intra OFSS	
2.2.2.8.3.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - União	
2.2.2.8.4.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - Estado	
2.2.2.8.5.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno - Inter OFSS - Município	
2.2.2.9.0.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	
2.2.2.9.1.00.00 - (-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo - Consolidação	
2.2.3.0.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00
2.2.3.1.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo	0,00
2.2.3.1.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo - Consolidação	0,00
2.2.3.1.2.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo - Intra OFSS	
2.2.3.1.3.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo - Inter OFSS - União	
2.2.3.1.4.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.2.3.1.5.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	
2.2.3.2.0.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Longo Prazo	
2.2.3.2.1.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.4.0.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo	
2.2.4.1.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	
2.2.4.1.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Consolidação	
2.2.4.1.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Intra OFSS	
2.2.4.1.3.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS - União	
2.2.4.2.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados	
2.2.4.2.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados - Consolidação	
2.2.4.2.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados - Intra OFSS	
2.2.4.2.4.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Estados - Inter OFSS - Estado	
2.2.4.3.0.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios	
2.2.4.3.1.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Consolidação	
2.2.4.3.2.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Intra OFSS	
2.2.4.3.5.00.00 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Inter OFSS - Município	
2.2.5.0.0.00.00 - Transferências Fiscais a Longo Prazo	
2.2.5.1.0.00.00 - Transferências Constitucionais a Pagar	
2.2.5.1.3.00.00 - Transferências Constitucionais a Pagar - Inter OFSS - União	
2.2.5.1.4.00.00 - Transferências Constitucionais a Pagar - Inter OFSS - Estado	
2.2.5.1.5.00.00 - Transferências Constitucionais a Pagar - Inter OFSS - Município	
2.2.5.2.0.00.00 - Transferências Legais a Pagar	
2.2.5.2.1.00.00 - Transferências Legais a Pagar - Consolidação	
2.2.5.2.3.00.00 - Transferências Legais a Pagar - Inter OFSS - União	
2.2.5.2.4.00.00 - Transferências Legais a Pagar - Inter OFSS - Estado	
2.2.5.2.5.00.00 - Transferências Legais a Pagar - Inter OFSS - Município	
2.2.5.3.0.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar	
2.2.5.3.1.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar - Consolidação	
2.2.5.3.3.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar - Inter OFSS - União	
2.2.5.3.4.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar - Inter OFSS - Estado	
2.2.5.3.5.00.00 - Transferências Discricionárias a Pagar - Inter OFSS - Município	
2.2.5.4.0.00.00 - Transferências de Recursos para Execução Orçamentária a Pagar	
2.2.5.4.2.00.00 - Transferências de Recursos para Execução Orçamentária a Pagar - Intra OFSS	
2.2.5.9.0.00.00 - Demais Transferências a Pagar	
2.2.5.9.1.00.00 - Demais Transferências a Pagar - Consolidação	
2.2.5.9.3.00.00 - Demais Transferências a Pagar - Inter OFSS - União	
2.2.5.9.4.00.00 - Demais Transferências a Pagar - Inter OFSS - Estado	
2.2.5.9.5.00.00 - Demais Transferências a Pagar - Inter OFSS - Município	
2.2.7.0.0.00.00 - Provisões a Longo Prazo	857.433.827,02
2.2.7.1.0.00.00 - Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	
2.2.7.1.1.00.00 - Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo - Consolidação	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2024
2.2.7.2.0.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	672.170.555,20
2.2.7.2.1.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	672.170.555,20
2.2.7.2.1.01.00 - Fundo em Repartição - Provisões de Benefícios Concedidos	
2.2.7.2.1.02.00 - Fundo em Repartição - Provisões de Benefícios a Conceder	0,00
2.2.7.2.1.03.00 - Fundo em Capitalização - Provisões de Benefícios Concedidos	258.491.248,33
2.2.7.2.1.04.00 - Fundo em Capitalização - Provisões de Benefícios a Conceder	413.679.306,87
2.2.7.2.1.08.00 - SPSM - Provisões de Benefícios Concedidos	
2.2.7.2.1.09.00 - Demais Regimes - Provisões de Benefícios Concedidos	
2.2.7.2.2.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Intra OFSS	
2.2.7.2.2.01.00 - Fundo em Repartição - Provisões de Benefícios Concedidos	
2.2.7.2.2.02.00 - Fundo em Repartição - Provisões de Benefícios a Conceder	
2.2.7.2.2.05.00 - Obrigação Atual de Cobertura de Insuficiência Financeira - Fundo em Repartição - Intra OFSS	
2.2.7.3.0.00.00 - Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo	
2.2.7.3.1.00.00 - Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.7.3.2.00.00 - Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo - Intra OFSS	
2.2.7.3.3.00.00 - Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo - Inter OFSS - União	
2.2.7.3.4.00.00 - Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.2.7.3.5.00.00 - Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	
2.2.7.4.0.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo	
2.2.7.4.1.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.7.4.2.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Intra OFSS	
2.2.7.4.3.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Inter OFSS - União	
2.2.7.4.4.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.2.7.4.5.00.00 - Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	
2.2.7.5.0.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo	
2.2.7.5.1.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.7.5.2.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Intra OFSS	
2.2.7.5.3.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - União	
2.2.7.5.4.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.2.7.5.5.00.00 - Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	
2.2.7.6.0.00.00 - Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Longo Prazo	
2.2.7.6.1.00.00 - Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.7.7.0.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Longo Prazo	
2.2.7.7.1.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.7.7.2.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Longo Prazo - Intra OFSS	
2.2.7.7.3.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Longo Prazo - Inter OFSS - União	
2.2.7.7.4.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.2.7.7.5.00.00 - Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	
2.2.7.9.0.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo	185.263.271,82
2.2.7.9.1.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.7.9.2.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo - Intra OFSS	185.263.271,82
2.2.7.9.3.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo - Inter OFSS - União	
2.2.7.9.4.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.2.7.9.5.00.00 - Outras Provisões a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	
2.2.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Longo Prazo	
2.2.8.1.0.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	
2.2.8.1.1.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.8.1.2.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo - Intra OFSS	
2.2.8.1.3.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo - Inter OFSS - União	
2.2.8.1.4.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.2.8.1.5.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	
2.2.8.2.0.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo	
2.2.8.2.1.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.8.2.2.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo - Intra OFSS	
2.2.8.2.3.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo - Inter OFSS - União	
2.2.8.2.4.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.2.8.2.5.00.00 - Obrigações por Danos a Terceiros a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	
2.2.8.3.0.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo	
2.2.8.3.1.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.8.3.2.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo - Intra OFSS	
2.2.8.3.3.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo - Inter OFSS - União	
2.2.8.3.4.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.2.8.3.5.00.00 - Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Longo Prazo -Inter OFSS - Município	
2.2.8.4.0.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	
2.2.8.4.1.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Consolidação	
2.2.8.4.2.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Intra OFSS	
2.2.8.4.3.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - União	
2.2.8.4.4.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - Estado	
2.2.8.4.5.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - Município	
2.2.8.6.0.00.00 - Obrigações Decorrentes de Contratos de PPP - Longo Prazo	
2.2.8.6.1.00.00 - Obrigações Decorrentes de Contratos de PPP - Longo Prazo - Consolidação	
2.2.8.8.0.00.00 - Valores Restituíveis	
2.2.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	
2.2.8.8.2.00.00 - Valores Restituíveis - Intra OFSS	
2.2.8.8.3.00.00 - Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	
2.2.8.8.4.00.00 - Valores Restituíveis - Inter OFSS - Estado	
2.2.8.8.5.00.00 - Valores Restituíveis - Inter OFSS - Município	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2024
2.2.8.9.0.00.00 - Outras Obrigações a Longo Prazo	
2.2.8.9.1.00.00 - Outras Obrigações a Longo Prazo - Consolidação	
2.2.8.9.2.00.00 - Outras Obrigações a Longo Prazo - Intra OFSS	
2.2.8.9.3.00.00 - Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS - União	
2.2.8.9.4.00.00 - Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	
2.2.8.9.5.00.00 - Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	
2.2.9.0.0.00.00 - Resultado Diferido	
2.2.9.1.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) Diferida	
2.2.9.1.1.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	
2.2.9.1.2.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Intra OFSS	
2.2.9.1.3.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Inter OFSS - União	
2.2.9.1.4.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Inter OFSS - Estado	
2.2.9.1.5.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Inter OFSS - Município	
2.2.9.2.0.00.00 - (-) Custo Diferido	
2.2.9.2.1.00.00 - (-) Custo Diferido - Consolidação	
2.2.9.2.2.00.00 - (-) Custo Diferido - Intra OFSS	
2.2.9.2.3.00.00 - (-) Custo Diferido - Inter OFSS - União	
2.2.9.2.4.00.00 - (-) Custo Diferido - Inter OFSS - Estado	
2.2.9.2.5.00.00 - (-) Custo Diferido - Inter OFSS - Município	
2.3.0.0.0.00.00 - Patrimônio Líquido	347.646.037,26
2.3.1.0.0.00.00 - Patrimônio Social e Capital Social	
2.3.1.1.0.00.00 - Patrimônio Social	
2.3.1.1.1.00.00 - Patrimônio Social - Consolidação	
2.3.1.1.2.00.00 - Patrimônio Social - Intra OFSS	
2.3.1.1.3.00.00 - Patrimônio Social - Inter OFSS - União	
2.3.1.1.4.00.00 - Patrimônio Social - Inter OFSS - Estado	
2.3.1.1.5.00.00 - Patrimônio Social - Inter OFSS - Município	
2.3.1.2.0.00.00 - Capital Social Realizado	
2.3.1.2.1.00.00 - Capital Social Realizado - Consolidação	
2.3.1.2.2.00.00 - Capital Social Realizado - Intra OFSS	
2.3.1.2.3.00.00 - Capital Social Realizado - Inter OFSS - União	
2.3.1.2.4.00.00 - Capital Social Realizado - Inter OFSS - Estado	
2.3.1.2.5.00.00 - Capital Social Realizado - Inter OFSS - Município	
2.3.2.0.0.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	
2.3.2.1.0.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	
2.3.2.1.1.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Consolidação	
2.3.2.1.2.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Intra OFSS	
2.3.2.1.3.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - União	
2.3.2.1.4.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - Estado	
2.3.2.1.5.00.00 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Inter OFSS - Município	
2.3.3.0.0.00.00 - Reservas de Capital	
2.3.3.1.0.00.00 - Ágio na Emissão de Ações	
2.3.3.1.1.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Consolidação	
2.3.3.1.2.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Intra OFSS	
2.3.3.1.3.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Inter OFSS - União	
2.3.3.1.4.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Inter OFSS - Estado	
2.3.3.1.5.00.00 - Ágio na Emissão de Ações - Inter OFSS - Município	
2.3.3.2.0.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias	
2.3.3.2.1.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias - Consolidação	
2.3.3.2.2.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias - Intra OFSS	
2.3.3.2.3.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias - Inter OFSS - União	
2.3.3.2.4.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias - Inter OFSS - Estado	
2.3.3.2.5.00.00 - Alienação de Partes Beneficiarias - Inter OFSS - Município	
2.3.3.3.0.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição	
2.3.3.3.1.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Consolidação	
2.3.3.3.2.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Intra OFSS	
2.3.3.3.3.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Inter OFSS - União	
2.3.3.3.4.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Inter OFSS - Estado	
2.3.3.3.5.00.00 - Alienação de Bônus de Subscrição - Inter OFSS - Município	
2.3.3.4.0.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado	
2.3.3.4.1.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Consolidação	
2.3.3.4.2.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Intra OFSS	
2.3.3.4.3.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Inter OFSS - União	
2.3.3.4.4.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Inter OFSS - Estado	
2.3.3.4.5.00.00 - Correção Monetária do Capital Realizado - Inter OFSS - Município	
2.3.3.9.0.00.00 - Outras Reservas de Capital	
2.3.3.9.1.00.00 - Outras Reservas de Capital - Consolidação	
2.3.3.9.2.00.00 - Outras Reservas de Capital - Intra OFSS	
2.3.3.9.3.00.00 - Outras Reservas de Capital - Inter OFSS - União	
2.3.3.9.4.00.00 - Outras Reservas de Capital - Inter OFSS - Estado	
2.3.3.9.5.00.00 - Outras Reservas de Capital - Inter OFSS - Município	
2.3.4.0.0.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial	
2.3.4.1.0.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos	
2.3.4.1.1.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos - Consolidação	
2.3.4.1.2.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos - Intra OFSS	
2.3.4.1.3.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos - Inter OFSS - União	
2.3.4.1.4.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos - Inter OFSS - Estado	
2.3.4.1.5.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos - Inter OFSS - Município	
2.3.4.2.0.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos	
2.3.4.2.1.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos - Consolidação	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores
	31/12/2024
2.3.4.2.2.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos - Intra OFSS	
2.3.4.2.3.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos - Inter OFSS - União	
2.3.4.2.4.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos - Inter OFSS - Estado	
2.3.4.2.5.00.00 - Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos - Inter OFSS - Município	
2.3.5.0.0.00.00 - Reservas de Lucros	
2.3.5.1.0.00.00 - Reserva Legal	
2.3.5.1.1.00.00 - Reserva Legal - Consolidação	
2.3.5.1.2.00.00 - Reserva Legal - Intra OFSS	
2.3.5.1.3.00.00 - Reserva Legal - Inter OFSS - União	
2.3.5.1.4.00.00 - Reserva Legal - Inter OFSS - Estado	
2.3.5.1.5.00.00 - Reserva Legal - Inter OFSS - Município	
2.3.5.2.0.00.00 - Reservas Estatutárias	
2.3.5.2.1.00.00 - Reservas Estatutárias - Consolidação	
2.3.5.2.2.00.00 - Reservas Estatutárias - Intra OFSS	
2.3.5.2.3.00.00 - Reservas Estatutárias - Inter OFSS - União	
2.3.5.2.4.00.00 - Reservas Estatutárias - Inter OFSS - Estado	
2.3.5.2.5.00.00 - Reservas Estatutárias - Inter OFSS - Município	
2.3.5.3.0.00.00 - Reserva para Contingencias	
2.3.5.3.1.00.00 - Reserva para Contingencias - Consolidação	
2.3.5.3.2.00.00 - Reserva para Contingencias - Intra OFSS	
2.3.5.3.3.00.00 - Reserva para Contingencias - Inter OFSS - União	
2.3.5.3.4.00.00 - Reserva para Contingencias - Inter OFSS - Estado	
2.3.5.3.5.00.00 - Reserva para Contingencias - Inter OFSS - Município	
2.3.5.4.0.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais	
2.3.5.4.1.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Consolidação	
2.3.5.4.2.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Intra OFSS	
2.3.5.4.3.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Inter OFSS - União	
2.3.5.4.4.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Inter OFSS - Estado	
2.3.5.4.5.00.00 - Reserva de Incentivos Fiscais - Inter OFSS - Município	
2.3.5.5.0.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão	
2.3.5.5.1.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Consolidação	
2.3.5.5.2.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Intra OFSS	
2.3.5.5.3.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Inter OFSS - União	
2.3.5.5.4.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Inter OFSS –Estado	
2.3.5.5.5.00.00 - Reservas de Lucros para Expansão - Inter OFSS - Município	
2.3.5.6.0.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar	
2.3.5.6.1.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar- Consolidação	
2.3.5.6.2.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar- Intra OFSS	
2.3.5.6.3.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar- Inter OFSS - União	
2.3.5.6.4.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar- Inter OFSS - Estado	
2.3.5.6.5.00.00 - Reserva de Lucros a Realizar- Inter OFSS - Município	
2.3.5.7.0.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures	
2.3.5.7.1.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Consolidação	
2.3.5.7.2.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Intra OFSS	
2.3.5.7.3.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Inter OFSS - União	
2.3.5.7.4.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Inter OFSS - Estado	
2.3.5.7.5.00.00 - Reserva de Retenção de Premio na Emissão de Debêntures - Inter OFSS - Município	
2.3.5.8.0.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído	
2.3.5.8.1.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Consolidação	
2.3.5.8.2.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Intra OFSS	
2.3.5.8.3.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Inter OFSS - União	
2.3.5.8.4.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Inter OFSS - Estado	
2.3.5.8.5.00.00 - Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído - Inter OFSS - Município	
2.3.5.9.0.00.00 - Outras Reservas de Lucro	
2.3.5.9.1.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Consolidação	
2.3.5.9.2.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Intra OFSS	
2.3.5.9.3.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Inter OFSS - União	
2.3.5.9.4.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Inter OFSS - Estado	
2.3.5.9.5.00.00 - Outras Reservas de Lucro - Inter OFSS - Município	
2.3.6.0.0.00.00 - Demais Reservas	0,00
2.3.6.1.0.00.00 - Reserva de Reavaliação	
2.3.6.1.1.00.00 - Reserva de Reavaliação - Consolidação	
2.3.6.1.2.00.00 - Reserva de Reavaliação - Intra OFSS	
2.3.6.1.3.00.00 - Reserva de Reavaliação - Inter OFSS - União	
2.3.6.1.4.00.00 - Reserva de Reavaliação - Inter OFSS - Estado	
2.3.6.1.5.00.00 - Reserva de Reavaliação - Inter OFSS - Município	
2.3.6.2.0.00.00 - Reservas Atuariais	0,00
2.3.6.2.1.00.00 - Reserva Atuarial - Consolidação	0,00
2.3.6.9.0.00.00 - Outras Reservas	
2.3.6.9.1.00.00 - Outras Reservas - Consolidação	
2.3.6.9.2.00.00 - Outras Reservas - Intra OFSS	
2.3.6.9.3.00.00 - Outras Reservas - Inter OFSS - União	
2.3.6.9.4.00.00 - Outras Reservas - Inter OFSS - Estado	
2.3.6.9.5.00.00 - Outras Reservas - Inter OFSS - Município	
2.3.7.0.0.00.00 - Resultados Acumulados	347.646.037,26
2.3.7.1.0.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados	347.646.037,26
2.3.7.1.1.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação	-1.578.390.322,21
2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	-508.953.250,94
2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-1.069.437.071,27
2.3.7.1.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores 31/12/2024
2.3.7.1.1.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.1.2.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS	-242.055.911,36
2.3.7.1.2.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	22.173.137,85
2.3.7.1.2.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-264.229.049,21
2.3.7.1.2.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.1.2.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.1.3.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União	645.251.194,18
2.3.7.1.3.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	140.777.514,43
2.3.7.1.3.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	504.473.679,75
2.3.7.1.3.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.1.3.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.1.4.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	1.633.849.801,37
2.3.7.1.4.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	363.046.891,96
2.3.7.1.4.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	1.270.802.909,41
2.3.7.1.4.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.1.4.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.1.5.00.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Município	-111.008.724,72
2.3.7.1.5.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	-26.807.665,72
2.3.7.1.5.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-84.201.059,00
2.3.7.1.5.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.1.5.04.00 - Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.2.0.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados	
2.3.7.2.1.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Consolidação	
2.3.7.2.1.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	
2.3.7.2.1.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.1.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.1.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.1.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.2.2.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Intra OFSS	
2.3.7.2.2.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	
2.3.7.2.2.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.2.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.2.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.2.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.2.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.2.3.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União	
2.3.7.2.3.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	
2.3.7.2.3.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.3.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.3.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.3.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.3.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.2.4.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado	
2.3.7.2.4.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	
2.3.7.2.4.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.4.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.4.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.4.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.4.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.7.2.5.00.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município	
2.3.7.2.5.01.00 - Lucros e Prejuízos do Exercício	
2.3.7.2.5.02.00 - Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.5.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.5.04.00 - Lucros a Destinar do Exercício	
2.3.7.2.5.05.00 - Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	
2.3.7.2.5.06.00 - Resultados Apurados por Extinção, Fusão e Cisão	
2.3.9.0.0.00.00 - (-) Ações/Cotas em Tesouraria	
2.3.9.1.0.00.00 - (-) Ações em Tesouraria	
2.3.9.1.1.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Consolidação	
2.3.9.1.2.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Intra OFSS	
2.3.9.1.3.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - União	
2.3.9.1.4.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - Estado	
2.3.9.1.5.00.00 - (-) Ações em Tesouraria - Inter OFSS - Município	
2.3.9.2.0.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria	
2.3.9.2.1.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Consolidação	
2.3.9.2.2.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Intra OFSS	
2.3.9.2.3.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - União	
2.3.9.2.4.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Estado	
2.3.9.2.5.00.00 - (-) Cotas em Tesouraria - Inter OFSS - Município	
Apuração do Saldo Patrimonial	-
Apuração do Saldo Patrimonial	-
Ativo Financeiro	418.476.286,61
1.1.0.0.0.00.00 - Ativo Circulante - Financeiro	418.476.286,61
1.2.0.0.0.00.00 - Ativo Não Circulante - Financeiro	
Ativo Permanente	806.017.553,78
1.1.0.0.0.00.00 - Ativo Circulante - Permanente	19.976.965,49
1.2.0.0.0.00.00 - Ativo Não Circulante - Permanente	786.040.588,29
Passivo Financeiro	26.878.641,64
2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante - Financeiro	15.121.946,51

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Balanço Patrimonial	Valores
	31/12/2024
2.2.0.0.0.00.00 - Passivo Não Circulante - Financeiro	
6.3.1.1.0.00.00 - RP Não Processados a Liquidar	67.341,66
6.3.1.7.1.00.00 - RP Não Processados a Liquidar- Inscrição no Exercício	11.689.353,47
Passivo Permanente	862.460.933,61
2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante - Permanente	5.027.106,59
2.2.0.0.0.00.00 - Passivo Não Circulante - Permanente	857.433.827,02
Saldo Patrimonial	335.154.265,14
Contas de Compensação	-
Contas de Compensação	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Executar	
Direitos Contratuais a Executar	
Demandas Judiciais a Executar	
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	
Execução dos Atos Potenciais Passivos	
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Executar	
Obrigações Contratuais a Executar	
Demandas Judiciais a Executar	
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	

DCA-Anexo I-AB | Balanço Patrimonial - Ativo e Passivo

Notas Explicativas Patrimoniais	Valores
	31/12/2024
Notas Explicativas Patrimoniais	-
Notas Explicativas	

DCA-Anexo I-C | Balanço Orçamentário - Receitas Orçamentárias

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	896.869.752,86		69.520.679,61	9.404.907,56
1.0.0.0.00.0.0 - Receitas Correntes	873.807.505,85		69.520.679,61	9.404.907,56
1.1.0.0.00.0.0 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	246.575.959,28			9.285.599,15
1.1.1.0.00.0.0 - Impostos	227.686.976,24			9.091.054,31
1.1.1.1.00.0.0 - Impostos sobre o Comércio Exterior				
1.1.1.1.01.0.0 - Imposto sobre a Importação				
1.1.1.1.02.0.0 - Imposto sobre a Exportação				
1.1.1.2.00.0.0 - Impostos sobre o Patrimônio	64.183.629,79			8.631.587,43
1.1.1.2.01.0.0 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural				
1.1.1.2.50.0.0 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	39.996.725,42			8.504.945,34
1.1.1.2.51.0.0 - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores				
1.1.1.2.52.0.0 - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos				
1.1.1.2.53.0.0 - Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	24.186.904,37			126.642,09
1.1.1.3.00.0.0 - Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	37.207.460,97			16.684,86
1.1.1.3.01.0.0 - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF				
1.1.1.3.02.0.0 - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos				
1.1.1.3.03.0.0 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	37.207.460,97			16.684,86
1.1.1.3.03.1.0 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	17.686.169,25			
1.1.1.3.03.2.0 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital				
1.1.1.3.03.3.0 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior				
1.1.1.3.03.4.0 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	19.521.291,72			16.684,86
1.1.1.4.00.0.0 - Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e Serviços	126.295.885,48			442.782,02
1.1.1.4.01.0.0 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI				
1.1.1.4.01.1.0 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo				
1.1.1.4.01.2.0 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI- Bebidas				
1.1.1.4.01.3.0 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis				
1.1.1.4.01.4.0 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação				
1.1.1.4.01.5.0 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos				
1.1.1.4.50.0.0 - Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e Serviços				
1.1.1.4.50.1.0 - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação				
1.1.1.4.50.2.0 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza				
1.1.1.4.51.0.0 - Impostos sobre Serviços	126.295.885,48			442.782,02
1.1.1.4.51.1.0 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	126.295.885,48			442.782,02
1.1.1.4.51.2.0 - Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate à Pobreza				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.1.1.4.52.0.0 - Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (IVVC)				
1.1.1.5.00.0.0 - Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários				
1.1.1.5.01.0.0 - Imposto sobre Operações Financeiras Incidente sobre o Ouro - IOF-Ouro				
1.1.1.5.02.0.0 - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações				
1.1.1.9.00.0.0 - Outros Impostos				
1.1.2.0.00.0.0 - Taxas	18.888.983,04			194.544,84
1.1.2.1.00.0.0 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	10.826.342,00			71.093,38
1.1.2.1.01.0.0 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	10.559.037,91			60.573,31
1.1.2.1.02.0.0 - Taxas de Fiscalização das Telecomunicações				
1.1.2.1.02.1.0 - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais				
1.1.2.1.02.2.0 - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais				
1.1.2.1.02.3.0 - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais				
1.1.2.1.02.4.0 - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais				
1.1.2.1.03.0.0 - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos				
1.1.2.1.04.0.0 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	267.304,09			10.520,07
1.1.2.1.05.0.0 - Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura				
1.1.2.1.06.0.0 - Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX				
1.1.2.1.07.0.0 - Taxa de Utilização do Mercante - TUM				
1.1.2.1.50.0.0 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária				
1.1.2.1.51.0.0 - Taxa de Saúde Suplementar				
1.1.2.2.00.0.0 - Taxas pela Prestação de Serviços	8.062.641,04			123.451,46
1.1.2.2.01.0.0 - Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	8.062.641,04			123.451,46
1.1.2.2.02.0.0 - Emolumentos e Custas Judiciais				
1.1.2.2.50.0.0 - Taxas Judiciais				
1.1.2.2.51.0.0 - Taxas Extrajudiciais				
1.1.2.2.52.0.0 - Taxa de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)				
1.1.2.2.53.0.0 - Taxa pela Prestação de Serviços de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos				
1.1.3.0.00.0.0 - Contribuição de Melhoria				
1.1.3.1.00.0.0 - Contribuição de Melhoria				
1.1.3.1.50.0.0 - Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário				
1.1.3.1.51.0.0 - Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade				
1.1.3.1.52.0.0 - Contribuição de Melhoria para Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural				
1.1.3.1.53.0.0 - Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares				
1.1.3.1.99.0.0 - Outras Contribuições de Melhoria				
1.2.0.0.00.0.0 - Contribuições	28.522.089,70			
1.2.1.0.00.0.0 - Contribuições Sociais	22.794.642,66			
1.2.1.1.00.0.0 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS				
1.2.1.1.01.0.0 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional				
1.2.1.1.02.0.0 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - SIMPLES				
1.2.1.1.49.0.0 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o Faturamento - Parcelamentos				
1.2.1.2.00.0.0 - Contribuição para o Programa de Integração Social e para Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP				
1.2.1.2.01.0.0 - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional				
1.2.1.2.02.0.0 - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo Simples Nacional				
1.2.1.2.49.0.0 - Contribuição para o PIS/PASEP - Parcelamentos				
1.2.1.3.00.0.0 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL				
1.2.1.3.01.0.0 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional				
1.2.1.3.02.0.0 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo Simples Nacional				
1.2.1.3.49.0.0 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos				
1.2.1.4.00.0.0 - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS				
1.2.1.4.01.0.0 - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado				
1.2.1.4.02.0.0 - Contribuição Previdenciária do Segurado				
1.2.1.4.49.0.0 - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Parcelamentos				
1.2.1.5.00.0.0 - Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	22.789.091,71			
1.2.1.5.01.0.0 - Contribuição do Servidor Civil	22.789.091,71			
1.2.1.5.01.1.0 - Contribuição do Servidor Civil Ativo	22.566.619,22			
1.2.1.5.01.2.0 - Contribuição do Servidor Civil Inativo	209.360,69			
1.2.1.5.01.3.0 -Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas	13.111,80			
1.2.1.5.01.4.0 - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.2.1.5.01.5.0 - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo				
1.2.1.5.01.6.0 - Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas				
1.2.1.5.02.0.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil				
1.2.1.5.02.1.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo				
1.2.1.5.02.2.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo				
1.2.1.5.03.0.0 - Contribuição do Servidor Civil - Parcelamentos				
1.2.1.5.04.0.0 - Contribuição para o Custeio das Pensões e/ou da Inatividade dos Militares				
1.2.1.5.04.1.0 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas				
1.2.1.5.04.2.0 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal				
1.2.1.5.04.3.0 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal				
1.2.1.5.50.0.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Inativo e Pensionistas				
1.2.1.5.50.1.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil - Inativo				
1.2.1.5.50.2.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil - Pensionistas				
1.2.1.5.50.3.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo				
1.2.1.5.50.4.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas				
1.2.1.5.51.0.0 - Contribuição Patronal - Parcelamentos				
1.2.1.5.51.1.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos				
1.2.1.5.51.2.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Inativo - Parcelamentos				
1.2.1.5.51.3.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil - Pensionistas - Parcelamentos				
1.2.1.5.52.0.0 - Contribuição do Militar para o Sistema de Proteção Social dos Militares				
1.2.1.5.52.1.0 - Contribuição do Militar Ativo				
1.2.1.5.52.2.0 - Contribuição do Militar Inativo				
1.2.1.5.52.3.0 - Contribuição dos Pensionistas Militares				
1.2.1.5.53.0.0 - Contribuição Patronal para o Sistema de Proteção Social dos Militares				
1.2.1.5.53.1.0 - Contribuição Patronal - Militar Ativo				
1.2.1.5.53.2.0 - Contribuição Patronal - Militar Inativo				
1.2.1.5.53.3.0 - Contribuição Patronal - Pensionistas Militares				
1.2.1.5.53.4.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Militar Ativo				
1.2.1.5.53.5.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Militar Inativo				
1.2.1.5.53.6.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Pensionistas Militares				
1.2.1.5.54.0.0 - Contribuição Patronal para o Sistema de Proteção Social dos Militares - Parcelamentos				
1.2.1.5.54.1.0 - Contribuição Patronal - Militar Ativo - Parcelamentos				
1.2.1.5.54.2.0 - Contribuição Patronal - Militar Inativo - Parcelamentos				
1.2.1.5.54.3.0 - Contribuição Patronal - Pensionistas Militares - Parcelamentos				
1.2.1.5.55.0.0 - Contribuição do Militar para o Sistema de Proteção Social dos Militares - Parcelamentos				
1.2.1.5.55.1.0 -Contribuição do Militar Ativo - Parcelamentos				
1.2.1.5.55.2.0 - Contribuição do Militar Inativo - Parcelamentos				
1.2.1.5.55.3.0 - Contribuição dos Pensionistas Militares - Parcelamentos				
1.2.1.5.56.0.0 - Contribuição do Militar para o Sistema de Proteção Social dos Militares, Oriunda de Sentenças Judiciais				
1.2.1.5.56.1.0 - Contribuição do Militar Oriunda de Sentenças Judiciais - Militar Ativo				
1.2.1.5.56.2.0 - Contribuição do Militar Oriunda de Sentenças Judiciais - Militar Inativo				
1.2.1.5.56.3.0 - Contribuição do Militar Oriunda de Sentenças Judiciais - Pensionistas Militares				
1.2.1.6.00.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social				
1.2.1.6.01.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares				
1.2.1.6.01.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares				
1.2.1.6.01.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Parcelamentos				
1.2.1.6.02.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares				
1.2.1.6.02.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares				
1.2.1.6.02.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Parcelamentos				
1.2.1.6.03.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Civis				
1.2.1.6.03.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Civis				
1.2.1.6.03.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Civis - Parcelamentos				
1.2.1.6.05.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.2.1.6.05.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas				
1.2.1.6.05.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Parcelamentos				
1.2.1.6.99.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários				
1.2.1.6.99.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários				
1.2.1.6.99.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários - Parcelamentos				
1.2.1.7.00.0.0 - Contribuições sobre Concursos de Prognósticos e Sorteios				
1.2.1.7.01.0.0 - Contribuição sobre a Loteria Federal				
1.2.1.7.01.1.0 - Contribuição sobre a Loteria Federal				
1.2.1.7.01.2.0 - Contribuição sobre a Loteria Federal - Parcelamentos				
1.2.1.7.02.0.0 - Contribuição sobre Loterias Esportivas				
1.2.1.7.02.1.0 - Contribuição sobre Loterias Esportivas				
1.2.1.7.02.2.0 - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Parcelamentos				
1.2.1.7.03.0.0 - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas				
1.2.1.7.03.1.0 - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas				
1.2.1.7.03.2.0 - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Parcelamentos				
1.2.1.7.04.0.0 - Contribuição sobre Loterias de Números				
1.2.1.7.04.1.0 - Contribuição sobre Loterias de Números				
1.2.1.7.04.2.0 - Contribuição sobre Loterias de Números - Parcelamentos				
1.2.1.7.05.0.0 - Contribuição sobre a Loteria Instantânea				
1.2.1.7.05.1.0 - Contribuição sobre a Loteria Instantânea				
1.2.1.7.05.2.0 - Contribuição sobre a Loteria Instantânea - Parcelamentos				
1.2.1.7.06.0.0 - Contribuição sobre Concursos de Prognósticos - Modalidade Futebol				
1.2.1.7.06.1.0 - Contribuição sobre Concursos de Prognósticos - Modalidade Futebol				
1.2.1.7.06.2.0 - Contribuição sobre Concursos de Prognósticos - Modalidade Futebol - Parcelamentos				
1.2.1.7.07.0.0 - Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa				
1.2.1.7.07.1.0 - Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa				
1.2.1.7.07.2.0 - Contribuição sobre Loteria de Apostas de Quota Fixa - Parcelamentos				
1.2.1.9.00.0.0 - Outras Contribuições Sociais	5.550,95			
1.2.1.9.01.0.0 - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas				
1.2.1.9.01.1.0 - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas				
1.2.1.9.01.2.0 - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Parcelamentos				
1.2.1.9.02.0.0 - Cota-Parte da Contribuição Sindical				
1.2.1.9.02.1.0 - Cota-Parte da Contribuição Sindical				
1.2.1.9.02.2.0 - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Parcelamentos				
1.2.1.9.03.0.0 - Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS				
1.2.1.9.03.1.0 - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa				
1.2.1.9.03.2.0 - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador				
1.2.1.9.03.3.0 - Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - Parcelamentos				
1.2.1.9.04.0.0 - Contribuição Social do Salário-Educação				
1.2.1.9.04.1.0 - Contribuição Social do Salário-Educação				
1.2.1.9.04.2.0 - Contribuição Social do Salário-Educação - Parcelamentos				
1.2.1.9.05.0.0 - Contribuição para o Ensino Aeroviário				
1.2.1.9.05.1.0 - Contribuição para o Ensino Aeroviário				
1.2.1.9.05.2.0 - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Parcelamentos				
1.2.1.9.06.0.0 - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo				
1.2.1.9.06.1.0 - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo				
1.2.1.9.06.2.0 - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Parcelamentos				
1.2.1.9.07.0.0 - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais				
1.2.1.9.07.1.0 - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais				
1.2.1.9.07.2.0 - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Parcelamentos				
1.2.1.9.10.0.0 - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira				
1.2.1.9.10.1.0 - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira				
1.2.1.9.10.2.0 - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Parcelamentos				
1.2.1.9.50.0.0 - Outras Contribuições Previdenciárias	5.550,95			
1.2.1.9.50.1.0 - Contribuições Previdenciárias de Benefícios Mantidos pelo Tesouro				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.2.1.9.50.9.0 - Demais Contribuições Previdenciárias	5.550,95			
1.2.1.9.99.0.0 - Demais Contribuições Sociais				
1.2.1.9.99.1.0 - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB				
1.2.1.9.99.2.0 - Demais Contribuições Sociais Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Parcelamentos				
1.2.1.9.99.3.0 - Demais Contribuições Sociais - Arrecadadas e Projetadas pela RFB				
1.2.1.9.99.4.0 - Demais Contribuições Sociais - Arrecadadas e Projetadas pela RFB - Parcelamentos				
1.2.2.0.00.0.0 - Contribuições Econômicas				
1.2.2.1.00.0.0 - Contribuições Econômicas				
1.2.2.1.01.0.0 - Contribuições para o Programa de Integração Nacional - PIN e para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA				
1.2.2.1.01.1.0 - Contribuição para o Programa de Integração Nacional - PIN				
1.2.2.1.01.2.0 - Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA				
1.2.2.1.02.0.0 - Contribuição de Lojas Francas, Entrepostos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários				
1.2.2.1.03.0.0 - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas				
1.2.2.1.04.0.0 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE				
1.2.2.1.05.0.0 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM				
1.2.2.1.06.0.0 - Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica				
1.2.2.1.07.0.0 - Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior				
1.2.2.1.08.0.0 - Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante - CIDE Combustíveis				
1.2.2.1.08.1.0 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação				
1.2.2.1.08.2.0 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização				
1.2.2.1.09.0.0 - Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações				
1.2.2.1.09.1.0 - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações				
1.2.2.1.09.2.0 - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações				
1.2.2.1.10.0.0 - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública				
1.2.2.1.11.0.0 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática				
1.2.2.1.12.0.0 - Contribuições Relativas às Atividades Rurais e Industriais Rurais				
1.2.2.1.13.0.0 - Adicional à Contribuição Previdenciária sobre a Folha - CIDE Reforma Agrária				
1.2.2.1.50.0.0 - Contribuições Econômicas sobre Commodities				
1.2.2.1.99.0.0 - Outras Contribuições Econômicas				
1.2.3.0.00.0.0 - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional				
1.2.4.0.00.0.0 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	5.727.447,04			
1.3.0.0.00.0.0 - Receita Patrimonial	8.864.943,44			
1.3.1.0.00.0.0 - Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	31.014,60			
1.3.1.1.00.0.0 - Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	31.014,60			
1.3.1.1.01.0.0 - Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação				
1.3.1.1.01.1.0 - Aluguéis e Arrendamentos				
1.3.1.1.01.2.0 - Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação				
1.3.1.1.02.0.0 - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	31.014,60			
1.3.1.1.99.0.0 - Outras Receitas Imobiliárias				
1.3.2.0.00.0.0 - Valores Mobiliários	8.833.928,84			
1.3.2.1.00.0.0 - Juros e Correções Monetárias	8.833.928,84			
1.3.2.1.01.0.0 - Remuneração de Depósitos Bancários	5.287.311,55			
1.3.2.1.02.0.0 - Remuneração de Depósitos Especiais				
1.3.2.1.03.0.0 - Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados				
1.3.2.1.04.0.0 - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	3.546.617,29			
1.3.2.1.05.0.0 - Juros de Títulos de Renda				
1.3.2.1.06.0.0 - Juros sobre o Capital Próprio				
1.3.2.2.00.0.0 - Dividendos				
1.3.2.3.00.0.0 - Participações				
1.3.2.9.00.0.0 - Outros Valores Mobiliários				
1.3.3.0.00.0.0 - Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença				
1.3.3.1.00.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte				
1.3.3.1.01.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário				
1.3.3.1.02.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário				
1.3.3.1.03.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.3.3.1.04.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário				
1.3.3.1.05.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroviário				
1.3.3.2.00.0.0 - Delegação dos Serviços de Infraestrutura				
1.3.3.2.01.0.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário				
1.3.3.2.01.1.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado				
1.3.3.2.01.2.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios				
1.3.3.2.02.0.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário				
1.3.3.2.03.0.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário				
1.3.3.2.04.0.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária				
1.3.3.3.00.0.0 - Delegação dos Serviços de Telecomunicação				
1.3.3.3.01.0.0 - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público				
1.3.3.3.02.0.0 - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Atividade Ordenadora no Regime Privado				
1.3.3.3.03.0.0 - Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens				
1.3.3.3.04.0.0 - Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência				
1.3.3.3.05.0.0 - Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro				
1.3.3.3.06.0.0 - Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência				
1.3.3.3.07.0.0 - Concessão de Licenças e Autorizações da Agência Espacial Brasileira				
1.3.3.3.99.0.0 - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação				
1.3.3.4.00.0.0 - Concessão para Prestação de Serviços de Energia Elétrica				
1.3.3.4.01.0.0 - Concessão dos Serviços de Geração, Transmissão ou Distribuição de Energia Elétrica				
1.3.3.9.00.0.0 - Demais Delegações de Serviços Públicos				
1.3.4.0.00.0.0 - Exploração de Recursos Naturais				
1.3.4.1.00.0.0 - Petróleo - Regime de Concessão				
1.3.4.1.01.0.0 - Outorga de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Concessão				
1.3.4.1.01.1.0 - Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão				
1.3.4.1.01.2.0 - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção				
1.3.4.1.02.0.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão				
1.3.4.1.02.1.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão				
1.3.4.1.02.2.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal				
1.3.4.1.02.3.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações				
1.3.4.1.02.4.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação				
1.3.4.1.03.0.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão				
1.3.4.1.03.1.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão				
1.3.4.1.03.2.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal				
1.3.4.1.03.3.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações				
1.3.4.1.03.4.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação				
1.3.4.1.04.0.0 - Participação Especial pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão				
1.3.4.1.04.1.0 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão				
1.3.4.1.04.2.0 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal				
1.3.4.1.04.3.0 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações				
1.3.4.1.04.4.0 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação				
1.3.4.1.05.0.0 - Participação do Proprietário da Terra – Contrato de Concessão				
1.3.4.2.00.0.0 - Petróleo - Regime de Cessão Onerosa				
1.3.4.2.02.0.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012				
1.3.4.2.02.1.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012				
1.3.4.2.02.4.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.3.4.2.03.0.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012				
1.3.4.2.03.1.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012				
1.3.4.2.03.4.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012				
1.3.4.3.00.0.0 - Petróleo - Regime de Partilha de Produção				
1.3.4.3.01.0.0 - Outorga dos Serviços de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Partilha de Produção				
1.3.4.3.01.1.0 - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da União				
1.3.4.3.01.2.0 - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela do Fundo Social				
1.3.4.3.01.3.0 - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da Empresa Gestora do Contrato				
1.3.4.3.01.4.0 - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela de Estados e Municípios				
1.3.4.3.02.0.0 - Royalties pela Produção de Petróleo - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012				
1.3.4.3.02.1.0 - Royalties pela Produção de Petróleo em Terra - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012				
1.3.4.3.02.4.0 - Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012				
1.3.4.4.00.0.0 - Exploração de Recursos Minerais				
1.3.4.4.01.0.0 - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral				
1.3.4.4.02.0.0 - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais				
1.3.4.5.00.0.0 - Exploração de Recursos Hídricos				
1.3.4.5.01.0.0 - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos				
1.3.4.5.02.0.0 - Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica				
1.3.4.5.03.0.0 - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos				
1.3.4.5.03.1.0 - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu				
1.3.4.5.03.2.0 - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas				
1.3.4.5.03.3.0 - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Prorrogação de Outorga				
1.3.4.6.00.0.0 - Exploração de Recursos Florestais				
1.3.4.6.01.0.0 - Concessão de Florestas Nacionais				
1.3.4.6.01.1.0 - Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo				
1.3.4.6.01.2.0 - Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores				
1.3.4.6.02.0.0 - Concessão de Florestas Não Catalogadas como “Florestas Nacionais”				
1.3.4.6.02.1.0 - Concessão de Florestas Não Catalogadas como “Florestas Nacionais” - Valor Mínimo				
1.3.4.6.02.2.0 - Concessão de Florestas Não Catalogadas como “Florestas Nacionais” - Demais Valores				
1.3.4.6.03.0.0 - Custos de Edital de Concessão Florestal				
1.3.4.6.04.0.0 - Contratos de Transição de Concessão Florestal				
1.3.4.6.99.0.0 - Demais Receitas de Exploração de Recursos Florestais				
1.3.4.9.00.0.0 - Exploração de Outros Recursos Naturais				
1.3.4.9.01.0.0 - Compensações Ambientais				
1.3.4.9.99.0.0 - Outras Delegações para Exploração de Recursos Naturais				
1.3.5.0.00.0.0 - Exploração do Patrimônio Intangível				
1.3.5.1.00.0.0 - Exploração do Patrimônio Intangível				
1.3.5.1.01.0.0 - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica				
1.3.5.1.02.0.0 - Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial				
1.3.5.1.03.0.0 - Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético ou Conhecimento Tradicional Associado				
1.3.5.1.04.0.0 - Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida				
1.3.6.0.00.0.0 - Cessão de Direitos				
1.3.6.1.00.0.0 - Cessão de Direitos				
1.3.6.1.01.0.0 - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos				
1.3.6.1.01.1.0 - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poderes Executivo e Legislativo				
1.3.6.1.01.2.0 - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário				
1.3.9.0.00.0.0 - Demais Receitas Patrimoniais				
1.4.0.0.00.0.0 - Receita Agropecuária				
1.5.0.0.00.0.0 - Receita Industrial				
1.6.0.0.00.0.0 - Receita de Serviços	1.694.029,10			16.053,87
1.6.1.0.00.0.0 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
1.6.1.1.00.0.0 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
1.6.1.1.01.0.0 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral				
1.6.1.1.02.0.0 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos				
1.6.1.1.03.0.0 - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização				
1.6.1.1.04.0.0 - Serviços de Informação e Tecnologia				
1.6.1.1.05.0.0 - Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações				
1.6.1.1.50.0.0 - Serviços de Administração Previdenciária				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.6.2.0.00.0.0 - Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	998.720,53			
1.6.2.1.00.0.0 - Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	998.720,53			
1.6.2.1.01.0.0 - Serviços de Navegação				
1.6.2.1.01.1.0 - Serviços de Navegação Aérea				
1.6.2.1.01.2.0 - Serviços de Navegação Naval				
1.6.2.1.02.0.0 - Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias	998.720,53			
1.6.2.1.03.0.0 - Serviços Portuários				
1.6.2.1.04.0.0 - Serviços Aeroportuários				
1.6.2.1.04.1.0 - Tarifa Aeroportuária				
1.6.2.1.04.2.0 - Adicional sobre Tarifa Aeroportuária				
1.6.2.1.04.3.0 - Parcela da Tarifa de Embarque Internacional				
1.6.3.0.00.0.0 - Serviços e Atividades Referentes à Saúde	18.701,53			
1.6.3.1.00.0.0 - Serviços de Atendimento à Saúde	18.701,53			
1.6.3.1.01.0.0 - Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal				
1.6.3.1.50.0.0 - Serviços Hospitalares	18.701,53			
1.6.3.1.51.0.0 - Serviços de Registro, Análise e Controle da Saúde				
1.6.3.1.52.0.0 - Serviços Radiológicos e Laboratoriais				
1.6.3.1.53.0.0 - Serviços Ambulatoriais				
1.6.3.1.99.0.0 - Outros Serviços de Atendimento à Saúde				
1.6.3.2.00.0.0 - Serviços de Assistência à Saúde de Servidores Civis e Militares				
1.6.3.2.01.0.0 -Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Civis				
1.6.4.0.00.0.0 - Serviços e Atividades Financeiras				
1.6.4.1.00.0.0 - Serviços e Atividades Financeiras				
1.6.4.1.01.0.0 - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros				
1.6.4.1.02.0.0 - Concessão de Avais, Garantias e Seguros				
1.6.4.1.03.0.0 - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico				
1.6.9.0.00.0.0 - Outros Serviços	676.607,04			16.053,87
1.7.0.0.00.0.0 - Transferências Correntes	574.658.600,37		69.520.679,61	11.360,68
1.7.1.0.00.0.0 - Transferências da União e de suas Entidades	142.937.594,08		15.285.319,14	
1.7.1.1.00.0.0 - Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	83.517.136,20		15.285.319,14	
1.7.1.1.50.0.0 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE				
1.7.1.1.51.0.0 -Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	75.773.815,53		13.736.655,17	
1.7.1.1.51.1.0 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	68.683.278,07		13.736.655,17	
1.7.1.1.51.2.0 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias	7.090.537,46			
1.7.1.1.52.0.0 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	7.743.320,67		1.548.663,97	
1.7.1.1.53.0.0 - Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores de Produtos Industrializados				
1.7.1.1.54.0.0 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico				
1.7.1.1.55.0.0 - Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro				
1.7.1.1.56.0.0 - Repasse da União para Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação				
1.7.1.1.98.0.0 - Transferências Decorrentes de Participação em Outras Receitas de Impostos da União				
1.7.1.2.00.0.0 -Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	2.234.593,70			
1.7.1.2.50.0.0 - Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos	648.524,82			
1.7.1.2.51.0.0 -Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	223.872,95			
1.7.1.2.52.0.0 - Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	1.362.195,93			
1.7.1.2.52.1.0 - Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – Lei nº 7.990/89	1.362.195,93			
1.7.1.2.52.2.0 - Cota-parte pelo Excedente da Produção do Petróleo – Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II				
1.7.1.2.52.3.0 - Cota-parte pela Participação Especial – Lei nº 9.478/97, artigo 50				
1.7.1.2.52.4.0 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP				
1.7.1.2.53.0.0 - Cota-parte do bônus de assinatura de contrato de partilha de produção				
1.7.1.2.99.0.0 - Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais				
1.7.1.3.00.0.0 -Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	32.888.863,13			
1.7.1.3.50.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	32.848.038,13			
1.7.1.3.50.1.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária	20.415.954,16			
1.7.1.3.50.2.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Especializada	10.099.386,43			
1.7.1.3.50.3.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde	1.369.823,42			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.7.1.3.50.4.0 -Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Assistência Farmacêutica	962.874,12			
1.7.1.3.50.5.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS				
1.7.1.3.50.9.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Outros Programas				
1.7.1.3.51.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	40.825,00			
1.7.1.3.51.1.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária	40.825,00			
1.7.1.3.51.2.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada				
1.7.1.3.51.3.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde				
1.7.1.3.51.4.0 -Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica				
1.7.1.3.51.5.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS				
1.7.1.3.51.9.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas				
1.7.1.3.99.0.0 - Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS				
1.7.1.4.00.0.0 -Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	13.143.013,85			
1.7.1.4.50.0.0 - Transferências do Salário-Educação	8.998.393,85			
1.7.1.4.51.0.0 - Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE				
1.7.1.4.52.0.0 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	2.730.560,00			
1.7.1.4.53.0.0 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	269.356,26			
1.7.1.4.54.0.0 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem				
1.7.1.4.54.1.0 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano				
1.7.1.4.54.2.0 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Campo				
1.7.1.4.55.0.0 - Transferências referentes ao Programa Brasil Alfabetizado - PBA				
1.7.1.4.56.0.0 -Transferências referentes ao Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA				
1.7.1.4.57.0.0 - Transferências referentes ao Programa Nacional de Saúde do Escolar - PNSE				
1.7.1.4.58.0.0 - Transferências referentes ao Programa de Apoio a Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Ensino Fundamental				
1.7.1.4.59.0.0 - Transferências referentes ao Programa de Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica - REESTFISICA				
1.7.1.4.99.0.0 - Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.144.703,74			
1.7.1.5.00.0.0 - Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	2.688.196,28			
1.7.1.6.00.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	644.634,49			
1.7.1.7.00.0.0 - Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades				
1.7.1.7.50.0.0 - Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS				
1.7.1.7.51.0.0 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação				
1.7.1.7.52.0.0 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social				
1.7.1.7.53.0.0 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Combate à Fome				
1.7.1.7.54.0.0 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Saneamento Básico				
1.7.1.7.99.0.0 - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades				
1.7.1.9.00.0.0 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	7.821.156,43			
1.7.1.9.52.0.0 - Transferências da União a Consórcios Públicos				
1.7.1.9.53.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN				
1.7.1.9.54.0.0 -Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP				
1.7.1.9.55.0.0 - Outras Transferências para Segurança Pública				
1.7.1.9.56.0.0 - Transferências Decorrentes de Decisão Judicial (precatórios) Relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF				
1.7.1.9.57.0.0 - Transferência Especial da União				
1.7.1.9.58.0.0 - Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020				
1.7.1.9.59.0.0 - Transferência de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT				
1.7.1.9.60.0.0 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022				
1.7.1.9.61.0.0 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022				
1.7.1.9.62.0.0 - Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS- Art. 3º, §4º, LC 194/2022				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.7.1.9.63.0.0 - Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS referente à apropriação da parcela da CFEM devida à União - Art. 3º, §5º, LC 194/2022				
1.7.1.9.99.0.0 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	7.821.156,43			
1.7.2.0.00.0.0 - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	286.536.178,18		54.235.360,47	11.360,68
1.7.2.1.00.0.0 - Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	276.402.077,48		54.235.360,47	
1.7.2.1.50.0.0 - Cota-Parte do ICMS	230.462.885,57		46.092.519,65	
1.7.2.1.51.0.0 - Cota-Parte do IPVA	40.714.209,31		8.142.840,82	
1.7.2.1.52.0.0 - Cota-Parte do IPI - Municípios	1.554.575,39			
1.7.2.1.53.0.0 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	240.806,30			
1.7.2.1.98.0.0 -Transferências Decorrentes de Participação em Outras Receitas de Impostos dos Estados e do Distrito Federal	3.429.600,91			
1.7.2.2.00.0.0 - Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	174.831,43			
1.7.2.2.50.0.0 - Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos				
1.7.2.2.51.0.0 - Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM				
1.7.2.2.52.0.0 - Cota-parte Royalties – Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	174.831,43			
1.7.2.2.53.0.0 - Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras				
1.7.2.3.00.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	7.032.990,07			11.360,68
1.7.2.4.00.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	1.841.071,00			
1.7.2.4.01.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União				
1.7.2.4.50.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados e DF para o Sistema Único de Saúde – SUS				
1.7.2.4.51.0.0 -Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação	1.841.071,00			
1.7.2.4.99.0.0 - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades				
1.7.2.9.00.0.0 - Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	1.085.208,20			
1.7.2.9.50.0.0 - Transferências de Estados a Consórcios Públicos				
1.7.2.9.51.0.0 - Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	465.214,62			
1.7.2.9.52.0.0 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação				
1.7.2.9.53.0.0 - Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022	5.992,44			
1.7.2.9.99.0.0 - Outras Transferências dos Estados e DF	614.001,14			
1.7.3.0.00.0.0 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades				
1.7.3.1.00.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS				
1.7.3.1.50.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS				
1.7.3.2.00.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades				
1.7.3.2.01.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União				
1.7.3.2.50.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios para o Sistema Único de Saúde – SUS				
1.7.3.2.51.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação				
1.7.3.2.99.0.0 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades				
1.7.3.9.00.0.0 - Outras Transferências dos Municípios				
1.7.3.9.50.0.0 - Transferências de Municípios a Consórcios Públicos				
1.7.3.9.99.0.0 - Outras Transferências dos Municípios				
1.7.4.0.00.0.0 - Transferências de Instituições Privadas				
1.7.4.1.00.0.0 - Transferências de Instituições Privadas				
1.7.4.1.01.0.0 - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União				
1.7.4.1.50.0.0 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas para Programas de Saúde				
1.7.4.1.51.0.0 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas para Programas de Educação				
1.7.4.1.99.0.0 - Outras Transferências de Instituições Privadas				
1.7.5.0.00.0.0 - Transferências de Outras Instituições Públicas	145.184.828,11			
1.7.5.1.00.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	145.184.828,11			
1.7.5.9.00.0.0 - Demais Transferências de Outras Instituições Públicas				
1.7.6.0.00.0.0 - Transferências do Exterior				
1.7.6.1.00.0.0 - Transferências do Exterior				
1.7.6.1.01.0.0 - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União				
1.7.6.1.50.0.0 - Transferências de Convênios do Exterior - Programas de Saúde				
1.7.6.1.51.0.0 - Transferências de Convênios do Exterior - Programas de Educação				
1.7.6.1.99.0.0 - Outras Transferências do Exterior				
1.7.9.0.00.0.0 - Demais Transferências Correntes				
1.7.9.1.00.0.0 - Transferências de Pessoas Físicas				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
1.7.9.1.01.0.0 - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União				
1.7.9.1.50.0.0 - Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde				
1.7.9.1.51.0.0 - Transferências de Pessoas Físicas - - Programas de Educação				
1.7.9.1.99.0.0 - Outras Transferências de Pessoas Físicas				
1.7.9.2.00.0.0 - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados				
1.7.9.9.00.0.0 - Outras Transferências Correntes				
1.9.0.0.00.0.0 - Outras Receitas Correntes	13.491.883,96			91.893,86
1.9.1.0.00.0.0 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3.974.612,01			86.511,43
1.9.1.1.00.0.0 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3.974.612,01			86.511,43
1.9.1.1.01.0.0 - Multas Previstas em Legislação Específica	3.803.047,93			82.903,68
1.9.1.1.02.0.0 - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações				
1.9.1.1.03.0.0 - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial				
1.9.1.1.04.0.0 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos				
1.9.1.1.05.0.0 - Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica				
1.9.1.1.06.0.0 - Multas por Danos Ambientais	171.564,08			3.607,75
1.9.1.1.06.1.0 - Multas Administrativas por Danos Ambientais	171.564,08			3.607,75
1.9.1.1.06.2.0 - Multas Judiciais por Danos Ambientais				
1.9.1.1.07.0.0 - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas				
1.9.1.1.08.0.0 - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais				
1.9.1.1.09.0.0 - Multas e Juros Previstos em Contratos				
1.9.1.1.10.0.0 - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar				
1.9.1.1.11.0.0 - Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória				
1.9.1.1.12.0.0 - Multas Previstas na Legislação Antidrogas				
1.9.1.1.13.0.0 - Multas Previstas na Legislação Anticorrupção.				
1.9.1.1.13.1.0 - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização.				
1.9.1.1.13.2.0 - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência				
1.9.1.1.14.0.0 - Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB				
1.9.2.0.00.0.0 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	4.749.783,00			5.382,43
1.9.2.1.00.0.0 - Indenizações				
1.9.2.1.01.0.0 - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público				
1.9.2.1.02.0.0 - Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos				
1.9.2.1.03.0.0 - Indenização por Sinistro				
1.9.2.1.04.0.0 - Indenização pela Assistência Médico-Hospitalar				
1.9.2.1.99.0.0 - Outras Indenizações				
1.9.2.2.00.0.0 - Restituições	4.749.783,00			5.382,43
1.9.2.2.01.0.0 - Restituição de Convênios				
1.9.2.2.01.1.0 - Restituição de Convênios - Primárias				
1.9.2.2.01.2.0 - Restituição de Convênios - Financeiras				
1.9.2.2.02.0.0 - Restituição de Benefícios Não Desembolsados				
1.9.2.2.03.0.0 - Restituição de Benefícios Previdenciários				
1.9.2.2.04.0.0 - Restituição de Benefícios Assistenciais				
1.9.2.2.05.0.0 - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares				
1.9.2.2.06.0.0 - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores				
1.9.2.2.06.1.0 - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores				
1.9.2.2.06.3.0 - Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores				
1.9.2.2.06.4.0 - Restituição de Despesas Financeiras de Exercícios Anteriores				
1.9.2.2.07.0.0 - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente				
1.9.2.2.08.0.0 - Restituição de Garantias Prestadas				
1.9.2.2.09.0.0 - Restituição de Recursos de Fomento e de Subvenções Financeiras				
1.9.2.2.10.0.0 - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais				
1.9.2.2.10.1.0 - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet				
1.9.2.2.10.2.0 - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual				
1.9.2.2.11.0.0 - Restituição Decorrente da Aplicação Irregular de Recursos Eleitorais				
1.9.2.2.12.0.0 - Restituição de Depósitos de Setenças Judiciais não Sacados				
1.9.2.2.13.0.0 - Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público				
1.9.2.2.14.0.0 - Restituição de Recursos Transferidos				
1.9.2.2.50.0.0 - Restituição de Recursos Recebidos do SUS				
1.9.2.2.51.0.0 - Restituição de Recursos do FUNDEB				
1.9.2.2.99.0.0 - Outras Restituições	4.749.783,00			5.382,43
1.9.2.3.00.0.0 - Ressarcimentos				
1.9.2.3.01.0.0 - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde				
1.9.2.3.02.0.0 - Ressarcimento de Custos				
1.9.2.3.03.0.0 - Reversão de Garantias				
1.9.2.3.04.0.0 - Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social -				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
RGPS				
1.9.2.3.05.0.0 - Ressarcimento por Danos Causados por Usurpação de Recursos Minerais por Lavra Ilegal				
1.9.2.3.99.0.0 - Outros Ressarcimentos				
1.9.3.0.00.0.0 - Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
1.9.3.1.00.0.0 - Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
1.9.3.1.01.0.0 - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Comuns				
1.9.3.1.02.0.0 - Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos por Infrações à Legislação Aduaneira				
1.9.3.1.03.0.0 - Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor)				
1.9.3.1.04.0.0 - Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos				
1.9.3.1.05.0.0 - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos				
1.9.3.1.06.0.0 - Bens, Direitos e Valores Objeto de Renúncia Voluntária em Acordo de Não Persecução Penal				
1.9.3.1.07.0.0 - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor da União em Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores				
1.9.3.1.08.0.0 - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público em Crimes Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes ou Drogas Afins				
1.9.3.1.09.0.0 - Recursos dos Patrimônios Acumulados do PIS/PASEP não Reclamados por Prazo Superior a 20 anos				
1.9.3.1.99.0.0 - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público por Demais Infrações ou Crimes Previstos em Legislação Especial				
1.9.4.0.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital				
1.9.4.1.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Móveis				
1.9.4.1.01.0.0 - Multas e Juros de Mora de Títulos Mobiliários				
1.9.4.1.02.0.0 - Multas e Juros de Mora de Alienação de Estoques				
1.9.4.1.02.1.0 - Multas e Juros de Mora de Alienação de Estoques - Política de Garantia de Preços Mínimos				
1.9.4.1.02.2.0 - Multas e Juros de Mora de Alienação de Estoques - Destinados a Programas Sociais				
1.9.4.1.02.3.0 - Multas e Juros de Mora de Alienação de Estoques - Programa de Aquisição de Alimentos				
1.9.4.1.02.4.0 - Multas e Juros de Mora de Alienação de Estoques - Funcafé				
1.9.4.1.03.0.0 - Multas e Juros de Mora de Alienação de Bens Móveis e Semoventes				
1.9.4.1.99.0.0 - Outras Multas e Juros de Mora de Alienações de Bens Móveis				
1.9.4.2.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis				
1.9.4.2.01.0.0 - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis em Geral				
1.9.4.2.02.0.0 - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária				
1.9.4.2.03.0.0 - Multas e Juros de Mora do Adicional sobre Alienações de Bens Imóveis				
1.9.4.2.99.0.0 - Outras Multas e Juros de Mora de Alienações de Bens Imóveis				
1.9.4.3.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Intangíveis				
1.9.4.3.01.0.0 - Multas e Juros da Alienação de Bens Intangíveis				
1.9.4.4.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Amortizações de Empréstimos				
1.9.4.4.01.0.0 - Multas e Juros de Amortização de Empréstimos - BEA/BIB				
1.9.4.4.02.0.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito				
1.9.4.4.03.0.0- Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios				
1.9.4.4.04.0.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo				
1.9.4.4.05.0.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito				
1.9.4.4.06.0.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Empréstimos Contratuais				
1.9.4.4.07.0.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamentos				
1.9.4.4.07.1.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamentos em Geral				
1.9.4.4.07.2.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES				
1.9.4.4.07.3.0 - Multas e Juros de Mora de Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor				
1.9.4.9.00.0.0 - Multas e Juros de Mora de Outras Receitas de Capital				
1.9.4.9.99.0.0 - Multas e Juros de Outras Receitas de Capital				
1.9.9.0.00.0.0 - Demais Receitas Correntes	4.767.488,95			
1.9.9.9.00.0.0 - Outras Receitas Correntes	4.767.488,95			
1.9.9.9.01.0.0 - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social				
1.9.9.9.02.0.0 - Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS				
1.9.9.9.03.0.0 - Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência	1.515.138,76			
1.9.9.9.04.0.0 - Contribuição ao Montepio Civil				
1.9.9.9.05.0.0 - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior				
1.9.9.9.06.0.0 - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios				
1.9.9.9.07.0.0 - Disponibilidades de Recursos do Fundo Social				
1.9.9.9.08.0.0 - Receitas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT				
1.9.9.9.08.1.0 Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT				
1.9.9.9.08.2.0 - Reversão da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT				
1.9.9.9.09.0.0 - Prestação de Contas Eleitorais				
1.9.9.9.10.0.0 - Reserva Global de Reversão				
1.9.9.9.11.0.0 - Variação Cambial				
1.9.9.9.12.0.0 - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência				
1.9.9.9.12.1.0 - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa				
1.9.9.9.12.2.0 - Ônus de Sucumbência				
1.9.9.9.13.0.0 - Recursos Recebidos de Órgãos, Entidades ou Fundos, por Força de Determinação Constitucional ou Legal				
1.9.9.9.15.0.0 - Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB				
1.9.9.9.16.0.0 - Títulos Executivos Extrajudiciais				
1.9.9.9.17.0.0 - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM				
1.9.9.9.18.0.0 - Demais Créditos Decorrentes da Revisão de Contratos de Concessão				
1.9.9.9.19.0.0 - Receitas de Subvenções				
1.9.9.9.20.0.0 - Retribuição pela Tributação, Fiscalização, Arrecadação, Cobrança e Recolhimento das Contribuições Sociais de Terceiros				
1.9.9.9.21.0.0 - Resultado Positivo das Operações de Comercialização de Energia no Âmbito da CCEE				
1.9.9.9.99.0.0 - Outras Receitas	3.252.350,19			
1.9.9.9.99.1.0 - Outras Receitas Administradas pela RFB				
1.9.9.9.99.2.0 - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias				
1.9.9.9.99.3.0 - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras	3.252.350,19			
2.0.0.0.00.0.0 - Receitas de Capital	23.062.247,01			
2.1.0.0.00.0.0 - Operações de Crédito				
2.1.1.0.00.0.0 - Operações de Crédito - Mercado Interno				
2.1.1.1.00.0.0 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno				
2.1.1.1.01.0.0 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno, Exceto Refinanciamento da Dívida Pública				
2.1.1.1.02.0.0 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno				
2.1.1.1.03.0.0 - Títulos da Dívida Agrária - TDA				
2.1.1.2.00.0.0 - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno				
2.1.1.2.01.0.0 - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno				
2.1.1.2.50.0.0 - Operações de Crédito Internas para Programas de Educação				
2.1.1.2.51.0.0 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde				
2.1.1.2.52.0.0 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento				
2.1.1.2.53.0.0 - Operações de Crédito Internas para Programas de Meio Ambiente				
2.1.1.2.54.0.0 - Operações de Crédito Internas para Programas de Modernização da Administração Pública				
2.1.1.2.55.0.0 - Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual				
2.1.1.2.56.0.0 - Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular				
2.1.1.3.00.0.0 - Empréstimos Compulsórios				
2.1.1.9.00.0.0 - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno				
2.1.2.0.00.0.0 - Operações de Crédito - Mercado Externo				
2.1.2.1.00.0.0 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo				
2.1.2.1.01.0.0 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Exceto Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo				
2.1.2.1.02.0.0 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo				
2.1.2.2.00.0.0 - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo				
2.1.2.2.01.0.0 - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo				
2.1.2.2.50.0.0 - Operações de Crédito Externas para Programas de Educação				
2.1.2.2.51.0.0 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde				
2.1.2.2.52.0.0 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saneamento				
2.1.2.2.53.0.0 - Operações de Crédito Externas para Programas de Meio Ambiente				
2.1.2.2.54.0.0 - Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública				
2.1.2.2.55.0.0 - Operações de Crédito Externas para Refinanciamento da Dívida Contratual				
2.1.2.9.00.0.0 - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo				
2.2.0.0.00.0.0 - Alienação de Bens				
2.2.1.0.00.0.0 - Alienação de Bens Móveis				
2.2.1.1.00.0.0 - Alienação de Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Congêneres				
2.2.1.2.00.0.0 - Alienação de Estoques				
2.2.1.2.01.0.0 - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
Mínimos - PGPM				
2.2.1.2.02.0.0 - Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais				
2.2.1.2.03.0.0 - Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA				
2.2.1.2.04.0.0 - Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ				
2.2.1.3.00.0.0 - Alienação de Bens Móveis e Semoventes				
2.2.2.0.00.0.0 - Alienação de Bens Imóveis				
2.2.3.0.00.0.0 - Alienação de Bens Intangíveis				
2.3.0.0.00.0.0 - Amortização de Empréstimos				
2.3.1.0.00.0.0 - Amortização de Empréstimos				
2.3.1.1.00.0.0 - Amortização de Empréstimos				
2.3.1.1.01.0.0 - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB				
2.3.1.1.02.0.0 - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito				
2.3.1.1.03.0.0 - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios				
2.3.1.1.04.0.0 - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo				
2.3.1.1.05.0.0 - Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito				
2.3.1.1.06.0.0 - Amortização de Empréstimos Contratuais				
2.3.1.1.07.0.0 - Amortização de Financiamentos				
2.4.0.0.00.0.0 - Transferências de Capital	23.062.247,01			
2.4.1.0.00.0.0 - Transferências da União e de suas Entidades	13.000.000,00			
2.4.1.1.00.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS				
2.4.1.1.50.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde				
2.4.1.1.50.1.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária				
2.4.1.1.50.2.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Especializada				
2.4.1.1.50.3.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde				
2.4.1.1.50.4.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Assistência Farmacêutica				
2.4.1.1.50.5.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS				
2.4.1.1.50.9.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Outros Programas				
2.4.1.1.51.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde				
2.4.1.1.51.1.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária				
2.4.1.1.51.2.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada				
2.4.1.1.51.3.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica				
2.4.1.1.51.4.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde				
2.4.1.1.51.5.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS				
2.4.1.1.51.9.0 - Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas				
2.4.1.1.99.0.0 - Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS				
2.4.1.2.00.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE				
2.4.1.2.50.0.0 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação				
2.4.1.2.50.1.0 - Transferências para o Programa de Apoio ao Transporte Escolar para Educação Básica - CAMINHO DA ESCOLA				
2.4.1.2.50.2.0 - Transferências para o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância				
2.4.1.2.50.9.0 - Outras transferências destinadas a Programas de Educação				
2.4.1.3.00.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS				
2.4.1.3.50.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS				
2.4.1.4.00.0.0 - Transferências de Convênios da União e de suas Entidades				
2.4.1.4.50.0.0 - Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde – SUS				
2.4.1.4.51.0.0 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Educação				
2.4.1.4.52.0.0 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico				
2.4.1.4.53.0.0 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente				
2.4.1.4.54.0.0 - Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte				
2.4.1.4.99.0.0 - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades				
2.4.1.9.00.0.0 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	13.000.000,00			
2.4.1.9.50.0.0 - Transferências da União a Consórcios Públicos				
2.4.1.9.51.0.0 - Transferência Especial da União				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
2.4.1.9.53.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN				
2.4.1.9.54.0.0 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP				
2.4.1.9.59.0.0 - Transferência de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT				
2.4.1.9.99.0.0 - Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entidades	13.000.000,00			
2.4.2.0.00.0.0 - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	10.062.247,01			
2.4.2.1.00.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS dos Estados e DF				
2.4.2.1.50.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS				
2.4.2.2.00.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	10.062.247,01			
2.4.2.2.01.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União				
2.4.2.2.50.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS				
2.4.2.2.51.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação				
2.4.2.2.52.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Saneamento Básico				
2.4.2.2.53.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Meio Ambiente				
2.4.2.2.54.0.0 - Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte				
2.4.2.2.99.0.0 - Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	10.062.247,01			
2.4.2.9.00.0.0 - Outras Transferências de Recursos dos Estados				
2.4.2.9.50.0.0 - Transferências dos Estados e Distrito Federal a Consórcios Públicos				
2.4.2.9.51.0.0 - Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação				
2.4.2.9.99.0.0 - Outras Transferências de Recursos dos Estados				
2.4.3.0.00.0.0 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades				
2.4.3.1.00.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS dos Municípios				
2.4.3.1.50.0.0 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS dos Municípios				
2.4.3.2.00.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades				
2.4.3.2.01.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades para Órgãos e Entidades da União				
2.4.3.2.50.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios destinados a Programas de Saúde				
2.4.3.2.51.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Educação				
2.4.3.2.52.0.0 - Transferências de Convênios dos Municípios destinadas a Programas de Saneamento				
2.4.3.2.99.0.0 - Outras Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades				
2.4.3.9.00.0.0 - Outras Transferências dos Municípios				
2.4.3.9.50.0.0 - Transferências de Municípios a Consórcios Públicos				
2.4.3.9.99.0.0 -Outras Transferências dos Municípios				
2.4.4.0.00.0.0 - Transferências de Instituições Privadas				
2.4.4.1.00.0.0 - Transferências de Instituições Privadas				
2.4.4.1.01.0.0 - Transferências de Instituições Privadas para Órgãos e Entidades da União				
2.4.4.1.50.0.0 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Saúde				
2.4.4.1.51.0.0 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas Destinados a Programas de Educação				
2.4.4.1.99.0.0 - Outras Transferências de Instituições Privadas				
2.4.5.0.00.0.0 - Transferências de Outras Instituições Públicas				
2.4.5.1.00.0.0 - Transferências de Outras Instituições Públicas				
2.4.6.0.00.0.0 - Transferências do Exterior				
2.4.6.1.00.0.0 - Transferências do Exterior				
2.4.6.1.01.0.0 - Transferências do Exterior para Órgãos e Entidades da União				
2.4.6.1.50.0.0 - Transferências do Exterior para Programas de Saúde				
2.4.6.1.51.0.0 - Transferências do Exterior para Programas de Educação				
2.4.6.1.99.0.0 - Outras Transferências do Exterior				
2.4.9.0.00.0.0 - Demais Transferências de Capital				
2.4.9.1.00.0.0 - Transferências de Pessoas Físicas				
2.4.9.1.01.0.0 - Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União				
2.4.9.1.50.0.0 - Transferências de Pessoas Físicas para Programas de Saúde				
2.4.9.1.51.0.0 - Transferências de Pessoas Físicas para Programas de Educação				
2.4.9.1.99.0.0 - Outras Transferências de Pessoas Físicas				
2.4.9.2.00.0.0 - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados				
2.4.9.9.00.0.0 - Outras Transferências de Capital				
2.9.0.0.00.0.0 - Outras Receitas de Capital				
2.9.1.0.00.0.0 - Integralização de Capital Social				
2.9.2.0.00.0.0 - Resultado do Banco Central				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
2.9.2.1.00.0.0 - Resultado do Banco Central				
2.9.2.1.01.0.0 - Resultado do Banco Central - Operações com Reservas e Derivativos Cambiais				
2.9.2.1.02.0.0 - Resultado do Banco Central - Demais Operações				
2.9.3.0.00.0.0 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro				
2.9.4.0.00.0.0 - Resgate de Títulos do Tesouro				
2.9.9.0.00.0.0 - Demais Receitas de Capital				
2.9.9.9.00.0.0 - Outras Receitas de Capital				
2.9.9.9.50.0.0 - Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC				
2.9.9.9.99.0.0 - Outras Receitas de Capital				
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	33.272.525,20			
7.0.0.0.00.0.0 - Receitas Correntes	33.272.525,20			
7.1.0.0.00.0.0 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				
7.2.0.0.00.0.0 - Contribuições	26.272.525,12			
7.2.1.0.00.0.0 - Contribuições Sociais	26.272.525,12			
7.2.1.1.00.0.0 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS				
7.2.1.2.00.0.0 - Contribuição para o Programa de Integração Social e para Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP				
7.2.1.3.00.0.0 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL				
7.2.1.4.00.0.0 - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS				
7.2.1.4.01.0.0 - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado				
7.2.1.4.02.0.0 - Contribuição Previdenciária do Segurado				
7.2.1.4.49.0.0 - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Parcelamentos				
7.2.1.5.00.0.0 - Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	26.272.525,12			
7.2.1.5.01.0.0 - Contribuição do Servidor Civil				
7.2.1.5.02.0.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil	26.272.525,12			
7.2.1.5.02.1.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	26.272.525,12			
7.2.1.5.02.2.0 -Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo				
7.2.1.5.03.0.0 - Contribuição do Servidor Civil - Parcelamentos				
7.2.1.5.04.0.0 - Contribuição para o Custeio das Pensões e/ou da Inatividade dos Militares				
7.2.1.5.04.1.0 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas				
7.2.1.5.04.2.0 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade da Polícia Militar do Distrito Federal				
7.2.1.5.04.3.0 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e da Inatividade do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal				
7.2.1.5.50.0.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Inativo e Pensionistas				
7.2.1.5.50.1.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil - Inativo				
7.2.1.5.50.2.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil - Pensionistas				
7.2.1.5.50.3.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo				
7.2.1.5.50.4.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil - Pensionistas				
7.2.1.5.51.0.0 - Contribuição Patronal - Parcelamentos				
7.2.1.5.51.1.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos				
7.2.1.5.51.2.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil Inativo - Parcelamentos				
7.2.1.5.51.3.0 - Contribuição Patronal - Servidor Civil - Pensionistas - Parcelamentos				
7.2.1.5.52.0.0 - Contribuição do Militar para o Sistema de Proteção Social dos Militares				
7.2.1.5.53.0.0 - Contribuição Patronal para o Sistema de Proteção Social dos Militares				
7.2.1.5.53.1.0 - Contribuição Patronal - Militar Ativo				
7.2.1.5.53.2.0 - Contribuição Patronal - Militar Inativo				
7.2.1.5.53.3.0 - Contribuição Patronal - Pensionistas Militares				
7.2.1.5.53.4.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Militar Ativo				
7.2.1.5.53.5.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Militar Inativo				
7.2.1.5.53.6.0 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais - Pensionistas Militares				
7.2.1.5.54.0.0 - Contribuição Patronal para o Sistema de Proteção Social dos Militares - Parcelamentos				
7.2.1.5.54.1.0 - Contribuição Patronal - Militar Ativo - Parcelamentos				
7.2.1.5.54.2.0 - Contribuição Patronal - Militar Inativo - Parcelamentos				
7.2.1.5.54.3.0 - Contribuição Patronal - Pensionistas Militares - Parcelamentos				
7.2.1.5.55.0.0 - Contribuição do Militar para o Sistema de Proteção Social dos Militares - Parcelamentos				
7.2.1.5.56.0.0 - Contribuição do Militar para o Sistema de Proteção Social dos Militares, Oriunda de Sentenças Judiciais				
7.2.1.5.56.1.0 - Contribuição do Militar Oriunda de Sentenças Judiciais - Militar Ativo				
7.2.1.5.56.2.0 - Contribuição do Militar Oriunda de Sentenças Judiciais - Militar Inativo				
7.2.1.5.56.3.0 - Contribuição do Militar Oriunda de Sentenças Judiciais - Pensionistas Militares				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
7.2.1.6.00.0.0 -Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social				
7.2.1.6.01.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares				
7.2.1.6.01.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares				
7.2.1.6.01.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Parcelamentos				
7.2.1.6.02.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares				
7.2.1.6.02.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares				
7.2.1.6.02.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Parcelamentos				
7.2.1.6.03.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Civis				
7.2.1.6.03.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Civis				
7.2.1.6.03.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Civis - Parcelamentos				
7.2.1.6.05.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas				
7.2.1.6.05.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas				
7.2.1.6.05.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas - Parcelamentos				
7.2.1.6.99.0.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários				
7.2.1.6.99.1.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários				
7.2.1.6.99.2.0 - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários - Parcelamentos				
7.2.1.7.00.0.0 - Contribuições sobre Concursos de Prognósticos e Sorteios				
7.2.1.9.00.0.0 - Outras Contribuições Sociais				
7.2.2.0.00.0.0 - Contribuições Econômicas				
7.2.3.0.00.0.0 - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional				
7.2.4.0.00.0.0 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública				
7.3.0.0.00.0.0 - Receita Patrimonial				
7.3.1.0.00.0.0 - Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
7.3.1.1.00.0.0 - Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
7.3.1.1.01.0.0 - Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação				
7.3.1.1.02.0.0 - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos				
7.3.1.1.99.0.0 - Outras Receitas Imobiliárias				
7.3.2.0.00.0.0 - Valores Mobiliários				
7.3.2.1.00.0.0 - Juros e Correções Monetárias				
7.3.2.2.00.0.0 - Dividendos				
7.3.2.3.00.0.0 - Participações				
7.3.2.9.00.0.0 - Outros Valores Mobiliários				
7.3.3.0.00.0.0 - Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença				
7.3.3.1.00.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte				
7.3.3.1.01.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário				
7.3.3.1.02.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário				
7.3.3.1.03.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário				
7.3.3.1.04.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário				
7.3.3.1.05.0.0 - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroviário				
7.3.3.2.00.0.0 - Delegação dos Serviços de Infraestrutura				
7.3.3.2.01.0.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário				
7.3.3.2.02.0.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário				
7.3.3.2.03.0.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário				
7.3.3.2.04.0.0 - Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária				
7.3.3.3.00.0.0 - Delegação dos Serviços de Telecomunicação				
7.3.3.4.00.0.0 - Concessão para Prestação de Serviços de Energia Elétrica				
7.3.3.9.00.0.0 - Demais Delegações de Serviços Públicos				
7.3.4.0.00.0.0 - Exploração de Recursos Naturais				
7.3.4.1.00.0.0 - Petróleo - Regime de Concessão				
7.3.4.1.01.0.0 - Outorga de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Concessão				
7.3.4.1.02.0.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão				
7.3.4.1.03.0.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão				
7.3.4.1.04.0.0 - Participação Especial pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão				
7.3.4.1.05.0.0 - Participação do Proprietário da Terra – Contrato de Concessão				
7.3.4.2.00.0.0 - Petróleo - Regime de Cessão Onerosa				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
7.3.4.2.02.0.0 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012				
7.3.4.2.03.0.0 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012				
7.3.4.3.00.0.0 - Petróleo - Regime de Partilha de Produção				
7.3.4.3.01.0.0 - Outorga dos Serviços de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Partilha de Produção				
7.3.4.3.02.0.0 - Royalties pela Produção de Petróleo - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012				
7.3.4.4.00.0.0 - Exploração de Recursos Minerais				
7.3.4.4.01.0.0 - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral				
7.3.4.4.02.0.0 - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais				
7.3.4.5.00.0.0 - Exploração de Recursos Hídricos				
7.3.4.5.01.0.0 - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos				
7.3.4.5.02.0.0 - Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica				
7.3.4.5.03.0.0 - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos				
7.3.4.6.00.0.0 - Exploração de Recursos Florestais				
7.3.4.6.01.0.0 - Concessão de Florestas Nacionais				
7.3.4.6.02.0.0 - Concessão de Florestas Não Catalogadas como "Florestas Nacionais"				
7.3.4.6.03.0.0 - Custos de Edital de Concessão Florestal				
7.3.4.6.04.0.0 - Contratos de Transição de Concessão Florestal				
7.3.4.6.99.0.0 - Demais Receitas de Exploração de Recursos Florestais				
7.3.4.9.00.0.0 - Exploração de Outros Recursos Naturais				
7.3.4.9.01.0.0 - Compensações Ambientais				
7.3.4.9.99.0.0 - Outras Delegações para Exploração de Recursos Naturais				
7.3.5.0.00.0.0 - Exploração do Patrimônio Intangível				
7.3.5.1.00.0.0 - Exploração do Patrimônio Intangível				
7.3.5.1.01.0.0 - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica				
7.3.5.1.02.0.0 - Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial				
7.3.5.1.03.0.0 - Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético ou Conhecimento Tradicional Associado				
7.3.5.1.04.0.0 - Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida				
7.3.6.0.00.0.0 - Cessão de Direitos				
7.3.6.1.00.0.0 - Cessão de Direitos				
7.3.6.1.01.0.0 - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos				
7.3.9.0.00.0.0 - Demais Receitas Patrimoniais				
7.4.0.0.00.0.0 - Receita Agropecuária				
7.5.0.0.00.0.0 - Receita Industrial				
7.6.0.0.00.0.0 - Receita de Serviços				
7.6.1.0.00.0.0 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
7.6.1.1.00.0.0 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
7.6.1.1.01.0.0 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais Prestados por Entidades e Órgãos Públicos em Geral				
7.6.1.1.02.0.0 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos				
7.6.1.1.03.0.0 - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização				
7.6.1.1.04.0.0 - Serviços de Informação e Tecnologia				
7.6.1.1.05.0.0 - Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações				
7.6.1.1.50.0.0 - Serviços de Administração Previdenciária				
7.6.2.0.00.0.0 - Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
7.6.2.1.00.0.0 - Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
7.6.2.1.01.0.0 - Serviços de Navegação				
7.6.2.1.02.0.0 - Serviços de Transporte de Passageiros ou Mercadorias				
7.6.2.1.03.0.0 - Serviços Portuários				
7.6.2.1.04.0.0 - Serviços Aeroportuários				
7.6.3.0.00.0.0 - Serviços e Atividades Referentes à Saúde				
7.6.3.1.00.0.0 - Serviços de Atendimento à Saúde				
7.6.3.1.01.0.0 - Serviços de Atendimento à Saúde em Unidades do Governo Federal				
7.6.3.1.50.0.0 - Serviços Hospitalares				
7.6.3.1.51.0.0 - Serviços de Registro, Análise e Controle da Saúde				
7.6.3.1.52.0.0 - Serviços Radiológicos e Laboratoriais				
7.6.3.1.53.0.0 - Serviços Ambulatoriais				
7.6.3.1.99.0.0 - Outros Serviços de Atendimento à Saúde				
7.6.3.2.00.0.0 - Serviços de Assistência à Saúde de Servidores Civis e Militares				
7.6.3.2.01.0.0 -Serviços de Assistência à Saúde Suplementar de Servidores Civis				
7.6.4.0.00.0.0 - Serviços e Atividades Financeiras				
7.6.4.1.00.0.0 - Serviços e Atividades Financeiras				
7.6.4.1.01.0.0 - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros				
7.6.4.1.02.0.0 - Concessão de Avais, Garantias e Seguros				
7.6.4.1.03.0.0 - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico				
7.6.9.0.00.0.0 - Outros Serviços				
7.7.0.0.00.0.0 - Transferências Correntes				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Receitas Orçamentárias	Execução da Receita			
	Receitas Brutas Realizadas	Deduções - Transferências Constitucionais	Deduções - FUNDEB	Outras Deduções da Receita
7.7.1.0.00.0.0 - Transferências da União e de suas Entidades				
7.7.2.0.00.0.0 - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades				
7.7.3.0.00.0.0 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades				
7.7.4.0.00.0.0 - Transferências de Instituições Privadas				
7.7.5.0.00.0.0 - Transferências de Outras Instituições Públicas				
7.7.6.0.00.0.0 - Transferências do Exterior				
7.7.9.0.00.0.0 - Demais Transferências Correntes				
7.9.0.0.00.0.0 - Outras Receitas Correntes	7.000.000,08			
7.9.1.0.00.0.0 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
7.9.2.0.00.0.0 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
7.9.3.0.00.0.0 - Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
7.9.4.0.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital				
7.9.4.1.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Móveis				
7.9.4.2.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Imóveis				
7.9.4.3.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Alienações de Bens Intangíveis				
7.9.4.4.00.0.0 - Multas e Juros de Mora das Amortizações de Empréstimos				
7.9.4.9.00.0.0 - Multas e Juros de Mora de Outras Receitas de Capital				
7.9.9.0.00.0.0 - Demais Receitas Correntes	7.000.000,08			
7.9.9.9.00.0.0 - Outras Receitas Correntes	7.000.000,08			
7.9.9.9.01.0.0 - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	7.000.000,08			
7.9.9.9.02.0.0 - Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS				
7.9.9.9.03.0.0 - Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência				
7.9.9.9.04.0.0 - Contribuição ao Montepio Civil				
7.9.9.9.05.0.0 - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior				
7.9.9.9.06.0.0 - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios				
7.9.9.9.07.0.0 - Disponibilidades de Recursos do Fundo Social				
7.9.9.9.08.0.0 - Receitas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT				
7.9.9.9.09.0.0 - Prestação de Contas Eleitorais				
7.9.9.9.10.0.0 - Reserva Global de Reversão				
7.9.9.9.11.0.0 - Variação Cambial				
7.9.9.9.12.0.0 - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência				
7.9.9.9.13.0.0 - Recursos Recebidos de Órgãos, Entidades ou Fundos, por Força de Determinação Constitucional ou Legal				
7.9.9.9.15.0.0 - Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB				
7.9.9.9.16.0.0 - Títulos Executivos Extrajudiciais				
7.9.9.9.17.0.0 - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM				
7.9.9.9.18.0.0 - Demais Créditos Decorrentes da Revisão de Contratos de Concessão				
7.9.9.9.19.0.0 - Receitas de Subvenções				
7.9.9.9.20.0.0 - Retribuição pela Tributação, Fiscalização, Arrecadação, Cobrança e Recolhimento das Contribuições Sociais de Terceiros				
7.9.9.9.21.0.0 - Resultado Positivo das Operações de Comercialização de Energia no Âmbito da CCEE				
7.9.9.9.99.0.0 - Outras Receitas				
7.9.9.9.99.1.0 - Outras Receitas Administradas pela RFB				
7.9.9.9.99.2.0 - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias				
7.9.9.9.99.3.0 - Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Financeiras				
8.0.0.0.00.0.0 - Receitas de Capital				
8.1.0.0.00.0.0 - Operações de Crédito				
8.1.1.0.00.0.0 - Operações de Crédito - Mercado Interno				
8.1.2.0.00.0.0 - Operações de Crédito - Mercado Externo				
8.2.0.0.00.0.0 - Alienação de Bens				
8.2.1.0.00.0.0 - Alienação de Bens Móveis				
8.2.2.0.00.0.0 - Alienação de Bens Imóveis				
8.2.3.0.00.0.0 - Alienação de Bens Intangíveis				
8.3.0.0.00.0.0 - Amortização de Empréstimos				
8.4.0.0.00.0.0 - Transferências de Capital				
8.4.1.0.00.0.0 - Transferências da União e de suas Entidades				
8.4.2.0.00.0.0 - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades				
8.4.3.0.00.0.0 - Transferências dos Municípios e de suas Entidades				
8.4.4.0.00.0.0 - Transferências de Instituições Privadas				
8.4.5.0.00.0.0 - Transferências de Outras Instituições Públicas				
8.4.6.0.00.0.0 - Transferências do Exterior				
8.4.9.0.00.0.0 - Demais Transferências de Capital				
8.9.0.0.00.0.0 - Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	930.142.278,06		69.520.679,61	9.404.907,56

DCA-Anexo I-C | Balanço Orçamentário - Receitas Orçamentárias

Notas Explicativas - Receitas Orçamentárias	Valores
	31/12/2024
Notas Explicativas - Receitas Orçamentárias	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Balanço Anual (DCA)**
	Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: Período único (anual)

Notas Explicativas - Receitas Orçamentárias	Valores
	31/12/2024
Notas Explicativas - Demonstrativo de Receitas Orçamentárias	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-D | Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-
Total Geral da Despesa	823.774.044,04	811.943.190,57	797.245.101,13	11.830.853,47	14.698.089,44
3.0.00.00.00 - Despesas Correntes	737.074.386,44	726.510.407,41	712.797.712,42	10.563.979,03	13.712.694,99
3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	315.264.989,51	313.753.382,50	313.735.569,85	1.511.607,01	17.812,65
3.1.20.00.00 - Transferências à União					
3.1.22.00.00 - Execução orçamentária delegada à União					
3.1.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal					
3.1.31.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - fundo a fundo					
3.1.32.00.00 - Execução orçamentária delegada a Estados e ao Distrito Federal					
3.1.35.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados					
3.1.36.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores					
3.1.40.00.00 - Transferências a Municípios					
3.1.41.00.00 - Transferências a Municípios - fundo a fundo					
3.1.42.00.00 - Execução orçamentária delegada a Municípios					
3.1.45.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados					
3.1.46.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores					
3.1.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos					
3.1.60.00.00 - Transferências a instituições privadas com fins lucrativos					
3.1.67.00.00 - Execução de contrato de Parceria Público-Privada - PPP					
3.1.70.00.00 - Transferência a instituições multigovernamentais					
3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio					
3.1.72.00.00 - Execução orçamentária delegada a Consórcios Públicos					
3.1.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
3.1.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
3.1.75.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados					
3.1.76.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores					
3.1.80.00.00 - Transferências ao Exterior					
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	287.582.882,88	287.480.182,84	287.462.370,19	102.700,04	17.812,65
3.1.90.01.00 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	19.837.674,40	19.837.674,40	19.837.674,40		
3.1.90.03.00 - Pensões do RPPS e do Militar	2.423.397,39	2.423.397,39	2.423.397,39		
3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado					
3.1.90.07.00 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência					
3.1.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar					
3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	247.395.482,59	247.395.482,59	247.395.482,59		
3.1.90.12.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar					
3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	5.118.792,91	5.118.792,91	5.100.980,26		17.812,65

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
3.1.90.13.01 - FGTS					
3.1.90.13.02 - Contribuições Previdenciárias - INSS	5.118.792,91	5.118.792,91	5.100.980,26		17.812,65
3.1.90.13.04 - Contribuição de salário-educação					
3.1.90.13.07 - Contrato por Tempo Determinado					
3.1.90.13.08 - Contribuições Previdenciárias - RPPS - Pessoal Ativo	0,00				
3.1.90.13.09 - Seguros de acidentes do trabalho					
3.1.90.13.10 - Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal inativo					
3.1.90.13.11 - FGTS - PDV					
3.1.90.13.18 - Contribuição para o PIS/PASEP s/ folha Pagto.					
3.1.90.13.40 - Encargos de pessoal requisitado de outros Entes					
3.1.90.13.99 - Outras Obrigações Patronais					
3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil					
3.1.90.17.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar					
3.1.90.67.00 - Depósitos Compulsórios					
3.1.90.86.00 - Compensações a Regimes de Previdência					
3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais	242.962,12	242.962,12	242.962,12		
3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores					
3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	12.564.573,47	12.461.873,43	12.461.873,43	102.700,04	
3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado					
3.1.90.99.00 - A Classificar					
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	27.682.106,63	26.273.199,66	26.273.199,66	1.408.906,97	
3.1.91.04.00 - Contratação por Tempo Determinado					
3.1.91.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar					
3.1.91.13.00 - Contribuições Patronais	27.682.106,63	26.273.199,66	26.273.199,66	1.408.906,97	
3.1.91.13.02 - Contribuições previdenciárias - INSS	1.474.058,02	1.042.252,68	1.042.252,68	431.805,34	
3.1.91.13.04 - Contribuição de salário-educação					
3.1.91.13.08 - Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal ativo - plano previdenciário	25.573.472,87	24.596.371,24	24.596.371,24	977.101,63	
3.1.91.13.09 - Seguros de acidentes do trabalho					
3.1.91.13.10 - Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal inativo e pensionista - plano previdenciário					
3.1.91.13.11 - Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal ativo - plano financeiro					
3.1.91.13.12 - Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal inativo e pensionista - plano financeiro					
3.1.91.13.20 - Alíquota suplementar de contribuição previdenciária - pessoal ativo - plano previdenciário					
3.1.91.13.21 - Alíquota suplementar de contribuição previdenciária - pessoal inativo e pensionista - plano previdenciário					
3.1.91.13.22 - Alíquota suplementar de contribuição previdenciária - pessoal ativo - plano financeiro					
3.1.91.13.23 - Alíquota suplementar de contribuição previdenciária - pessoal inativo e pensionista - plano financeiro					
3.1.91.13.99 - Outras Obrigações Patronais - Intraorçamentária	634.575,74	634.575,74	634.575,74		
3.1.91.86.00 - Compensações a Regimes de Previdência					
3.1.91.91.00 - Sentenças Judiciais					
3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores					
3.1.91.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
3.1.91.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado					
3.1.91.99.00 - A Classificar					
3.1.92.00.00 - Aplicação Direta de Recursos Recebidos de Outros Entes					
3.1.93.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com Consórcio Público do qual o Ente participe					
3.1.94.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com Consórcio Público do qual o Ente não participe					
3.1.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
3.1.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
3.1.99.00.00 - A Definir					
3.2.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	58.302,39	58.302,39	58.302,39		
3.2.20.00.00 - Transferências à União					
3.2.22.00.00 - Execução orçamentária delegada à União					
3.2.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal					
3.2.31.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - fundo a fundo					
3.2.32.00.00 - Execução orçamentária delegada a Estados e ao Distrito Federal					
3.2.35.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012					
3.2.36.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012					
3.2.40.00.00 - Transferências a Municípios					
3.2.41.00.00 - Transferências a Municípios - fundo a fundo					
3.2.42.00.00 - Execução orçamentária delegada a Municípios					
3.2.45.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012					
3.2.46.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012					
3.2.50.00.00 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos					
3.2.60.00.00 - Transferências a instituições privadas com fins lucrativos					
3.2.67.00.00 - Execução de contrato de Parceria Público-Privada - PPP					
3.2.70.00.00 - Transferência a instituições multigovernamentais					
3.2.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio					
3.2.72.00.00 - Execução orçamentária delegada a Consórcios Públicos					
3.2.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012					
3.2.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012					
3.2.75.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012					
3.2.76.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012					
3.2.80.00.00 - Transferências ao exterior					
3.2.90.00.00 - Aplicações Diretas	58.302,39	58.302,39	58.302,39		
3.2.90.21.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato	58.302,39	58.302,39	58.302,39		
3.2.90.22.00 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato					
3.2.90.23.00 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
3.2.90.24.00 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária					
3.2.90.25.00 - Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita					
3.2.90.26.00 - Obrigações Decorrentes de Política Monetária					
3.2.90.91.00 - Sentenças Judiciais					
3.2.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores					
3.2.90.93.00 - Indenizações e Restituições					
3.2.90.99.00 - A Classificar					
3.2.91.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação entre Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS					
3.2.92.00.00 - Aplicação Direta de Recursos Recebidos de Outros Entes					
3.2.93.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com Consórcio Público do qual o Ente participe					
3.2.94.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com Consórcio Público do qual o Ente não participe					
3.2.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
3.2.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
3.2.99.00.00 - A Definir					
3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	421.751.094,54	412.698.722,52	399.003.840,18	9.052.372,02	13.694.882,34
3.3.20.00.00 - Transferências à União					
3.3.22.00.00 - Execução Orçamentária Delegada à União					
3.3.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal					
3.3.30.41.00 - Contribuições					
3.3.30.81.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas					
3.3.30.92.00 - Despesas de exercícios anteriores					
3.3.30.93.00 - Indenizações e restituições					
3.3.30.99.00 - A Classificar					
3.3.31.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo					
3.3.32.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal					
3.3.35.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
3.3.36.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
3.3.40.00.00 - Transferências a Municípios					
3.3.40.41.00 - Contribuições					
3.3.40.81.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas					
3.3.40.91.00 - Sentenças judiciais					
3.3.40.92.00 - Despesas de exercícios anteriores					
3.3.40.93.00 - Indenizações e restituições					
3.3.40.99.00 - A Classificar					
3.3.41.00.00 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo					
3.3.42.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios					
3.3.45.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
3.3.46.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	6.173.476,00	6.173.476,00	6.173.476,00		
3.3.60.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos					
3.3.67.00.00 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP					
3.3.70.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais	7.074.090,26	6.954.090,26	6.954.090,26	120.000,00	
3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	10.567.797,23	10.426.297,23	10.426.297,23	141.500,00	
3.3.72.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos					
3.3.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
3.3.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
3.3.75.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
3.3.76.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
3.3.80.00.00 - Transferências ao Exterior					
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	390.935.730,97	382.144.858,95	368.449.976,61	8.790.872,02	13.694.882,34
3.3.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado					
3.3.90.06.00 - Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso					
3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	3.968.329,01	3.968.329,01	3.968.329,01		
3.3.90.10.00 - Seguro Desemprego e Abono Salarial					
3.3.90.14.00 - Diárias - Civil	1.985.319,95	1.985.319,95	1.985.319,95		
3.3.90.15.00 - Diárias - Militar					
3.3.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes					
3.3.90.19.00 - Auxílio-Fardamento					
3.3.90.20.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores					
3.3.90.27.00 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares					
3.3.90.28.00 - Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos					
3.3.90.29.00 - Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes					
3.3.90.30.00 - Material de Consumo	67.244.822,35	64.769.106,70	63.949.542,62	2.475.715,65	819.564,08
3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	9.465,00	9.465,00	9.465,00		
3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.504,00	859,00	859,00	645,00	
3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	509.015,63	509.015,63	509.015,63		
3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	46.501.847,71	46.501.847,71	46.501.847,71		
3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria	25.279,22	25.279,22	25.279,22		
3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	23.265.660,88	23.169.104,64	23.155.104,64	96.556,24	14.000,00
3.3.90.37.00 - Locação de Mão-de-Obra	91.189.435,93	90.266.334,37	80.389.050,78	923.101,56	9.877.283,59
3.3.90.38.00 - Arrendamento Mercantil					
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	119.574.874,72	114.880.206,72	112.587.602,10	4.694.668,00	2.292.604,62
3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	8.219.439,98	7.932.349,84	7.366.715,77	287.090,14	565.634,07
3.3.90.41.00 - Contribuições					
3.3.90.45.00 - Subvenções Econômicas					
3.3.90.46.00 - Auxílio-Alimentação	13.705.675,36	13.705.675,36	13.705.675,36		
3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	8.147.940,50	7.834.845,07	7.709.049,09	313.095,43	125.795,98
3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	472.495,30	472.495,30	472.495,30		
3.3.90.49.00 - Auxílio-Transporte					
3.3.90.53.00 - Aposentadorias do RGPS - Área Rural					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
3.3.90.54.00 - Aposentadorias do RGPS - Área Urbana					
3.3.90.55.00 - Pensões do RGPS - Área Rural					
3.3.90.56.00 - Pensões do RGPS - Área Urbana					
3.3.90.57.00 - Outros Benefícios do RGPS - Área Rural					
3.3.90.58.00 - Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana					
3.3.90.59.00 - Pensões Especiais					
3.3.90.62.00 - Aquisição de Produtos para Revenda					
3.3.90.67.00 - Depósitos Compulsórios					
3.3.90.81.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas					
3.3.90.86.00 - Compensações a Regimes de Previdência	114.491,51	114.491,51	114.491,51		
3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais	2.807.470,67	2.807.470,67	2.807.470,67		
3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	47.390,99	47.390,99	47.390,99		
3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições	3.145.272,26	3.145.272,26	3.145.272,26		
3.3.90.95.00 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo					
3.3.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado					
3.3.90.98.00 - Despesa do Orçamento de Investimento					
3.3.90.99.00 - A Classificar					
3.3.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	7.000.000,08	7.000.000,08	7.000.000,08		
3.3.92.00.00 - Aplicação Direta de Recursos Recebidos de Outros Entes da Federação Decorrentes de Delegação ou Descentralização					
3.3.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe					
3.3.94.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe					
3.3.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
3.3.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
3.3.99.00.00 - A Definir					
4.0.00.00.00 - Despesas de Capital	86.699.657,60	85.432.783,16	84.447.388,71	1.266.874,44	985.394,45
4.4.00.00.00 - Investimentos	86.032.442,72	84.765.568,28	83.780.173,83	1.266.874,44	985.394,45
4.4.20.00.00 - Transferências à União					
4.4.22.00.00 - Execução Orçamentária Delegada à União					
4.4.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal					
4.4.31.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo					
4.4.32.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal					
4.4.35.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.4.36.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.4.40.00.00 - Transferências a Municípios					
4.4.41.00.00 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo					
4.4.42.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios					
4.4.45.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.4.46.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.4.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos					
4.4.60.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos					
4.4.67.00.00 - Execução de contrato de Parceria Público-Privada					
4.4.70.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais					
4.4.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio					
4.4.72.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos					
4.4.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.4.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.4.75.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.4.76.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.4.80.00.00 - Transferências ao Exterior					
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	86.032.442,72	84.765.568,28	83.780.173,83	1.266.874,44	985.394,45
4.4.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado					
4.4.90.14.00 - Diárias - Civil					
4.4.90.15.00 - Diárias - Militar					
4.4.90.17.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar					
4.4.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes					
4.4.90.20.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores					
4.4.90.30.00 - Material de Consumo	3.238.087,74	5.857.016,73	5.809.316,73	385.848,68	47.700,00
4.4.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção					
4.4.90.35.00 - Serviços de Consultoria					
4.4.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física					
4.4.90.37.00 - Locação de Mão-de-Obra					
4.4.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.590.048,96	655.065,29	614.514,36		
4.4.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica					
4.4.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas					
4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	63.059.065,36	62.340.172,62	61.500.198,47	718.892,74	839.974,15
4.4.90.51.80 - Estudos e projetos					
4.4.90.51.91 - Obras em Andamento	61.610.273,18	61.132.714,24	60.292.740,09	477.558,94	839.974,15
4.4.90.51.99 - Outras Obras e Instalações	1.448.792,18	1.207.458,38	1.207.458,38	241.333,80	
4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	10.145.240,66	15.913.313,64	15.856.144,27	162.133,02	97.720,30
4.4.90.61.00 - Aquisição de Imóveis					
4.4.90.91.00 - Sentenças Judiciais					
4.4.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores					
4.4.90.93.00 - Indenizações e Restituições					
4.4.90.95.00 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo					
4.4.90.99.00 - A Classificar					
4.4.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
4.4.92.00.00 - Aplicação Direta de Recursos de Outros Entes da Federação Decorrentes de Delegação ou Descentralização					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
4.4.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe					
4.4.94.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe					
4.4.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.4.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.4.99.00.00 - A Definir					
4.5.00.00.00 - Inversões Financeiras					
4.5.20.00.00 - Transferências à União					
4.5.22.00.00 - Execução orçamentária delegada à União					
4.5.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal					
4.5.31.00.00 - Transferências a Estados e DF - Fundo a Fundo					
4.5.32.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal					
4.5.35.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados					
4.5.36.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores					
4.5.40.00.00 - Transferências a Municípios					
4.5.41.00.00 - Transferências a Municípios - fundo a fundo					
4.5.42.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios					
4.5.45.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados					
4.5.46.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores					
4.5.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos					
4.5.60.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos					
4.5.67.00.00 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP					
4.5.70.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais					
4.5.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio					
4.5.72.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos					
4.5.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.5.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.5.75.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.5.76.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012					
4.5.80.00.00 - Transferências ao Exterior					
4.5.90.00.00 - Aplicações Diretas					
4.5.90.27.00 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares					
4.5.90.61.00 - Aquisição de Imóveis					
4.5.90.62.00 - Aquisição de Produtos para Revenda					
4.5.90.63.00 - Aquisição de Títulos de Crédito					
4.5.90.64.00 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado					

Documento gerado em 29/04/2025 16:28:39

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
4.5.90.65.00 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas					
4.5.90.66.00 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos					
4.5.90.67.00 - Depósitos Compulsórios					
4.5.90.84.00 - Despesas Decorrentes da Participação em Fundos, Organismos ou Entidades Assemelhadas, Nacionais e Internacionais					
4.5.90.91.00 - Sentenças Judiciais					
4.5.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores					
4.5.90.93.00 - Indenizações e Restituições					
4.5.90.99.00 - A Classificar					
4.5.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
4.5.92.00.00 - Aplicação Direta de Recursos Recebidos de Outros Entes					
4.5.93.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe					
4.5.94.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com consórcio público do qual o ente não participe					
4.5.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.5.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.5.99.00.00 - A Definir					
4.6.00.00.00 - Amortização da Dívida	667.214,88	667.214,88	667.214,88		
4.6.20.00.00 - Transferências à união					
4.6.22.00.00 - Execução orçamentária delegada à União					
4.6.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal					
4.6.31.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - fundo a fundo					
4.6.32.00.00 - Execução orçamentária delegada a Estados e ao Distrito Federal					
4.6.35.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados					
4.6.36.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores					
4.6.40.00.00 - Transferências a Municípios					
4.6.41.00.00 - Transferências a Municípios - fundo a fundo					
4.6.42.00.00 - Execução orçamentária delegada a Municípios					
4.6.45.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados					
4.6.46.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores					
4.6.50.00.00 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos					
4.6.60.00.00 - Transferências a instituições privadas com fins lucrativos					
4.6.67.00.00 - Execução de contrato de Parceria Público-Privada - PPP					
4.6.70.00.00 - Transferências às instituições multigovernamentais					
4.6.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio					
4.6.72.00.00 - Execução orçamentária delegada a consórcios públicos					
4.6.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012					
4.6.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012					
4.6.75.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012					
4.6.76.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012					
4.6.80.00.00 - Transferências ao exterior					
4.6.90.00.00 - Aplicações Diretas	667.214,88	667.214,88	667.214,88		
4.6.90.26.00 - Obrigações Decorrentes de Política Monetária					
4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	667.214,88	667.214,88	667.214,88		
4.6.90.72.00 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado					
4.6.90.73.00 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada					
4.6.90.74.00 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada					
4.6.90.75.00 - Correção Monetária da Dívida de Operações de Crédito por Antecipação da Receita					
4.6.90.76.00 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado					
4.6.90.77.00 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado					
4.6.90.91.00 - Sentenças Judiciais					
4.6.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores					
4.6.90.93.00 - Indenizações e Restituições					
4.6.90.99.00 - A Classificar					
4.6.91.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS					
4.6.93.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe					
4.6.94.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com consórcio público do qual o ente não participe					
4.6.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.6.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012					
4.6.99.00.00 - A Definir					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Balanço Anual (DCA)**
	Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-D | Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias

Notas Explicativas - Despesas Orçamentárias	Valores
	31/12/2024
Notas Explicativas - Despesas Orçamentárias	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-E | Balanço Orçamentário - Despesas por Função | Total Geral da Despesa por Função

Despesas por Função	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
Despesas Exceto Intraorçamentárias	789.091.937,33	778.669.990,83	763.971.901,39	10.421.946,50	14.698.089,44
01 - Legislativa	17.269.200,97	17.010.462,57	17.010.462,57	258.738,40	
01.031 - Ação Legislativa	5.552.677,32	5.508.747,10	5.508.747,10	43.930,22	
01.032 - Controle Externo					
01.122 - Administração Geral	9.969.905,75	9.941.293,90	9.941.293,90	28.611,85	
FU01 - Demais Subfunções	1.746.617,90	1.560.421,57	1.560.421,57	186.196,33	
02 - Judiciária	2.046.728,44	2.041.249,70	2.040.954,70	5.478,74	295,00
02.061 - Ação Judiciária	2.046.728,44	2.041.249,70	2.040.954,70	5.478,74	295,00
02.062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					
02.122 - Administração Geral					
FU02 - Demais Subfunções					
03 - Essencial à Justiça					
03.091 - Defesa da Ordem Jurídica					
03.092 - Representação Judicial e Extrajudicial					
03.122 - Administração Geral					
FU03 - Demais Subfunções					
04 - Administração	107.016.916,42	104.775.742,14	100.662.846,75	2.241.174,28	4.112.895,39
04.121 - Planejamento e Orçamento					
04.122 - Administração Geral	92.304.929,25	90.223.710,19	86.362.315,44	2.081.219,06	3.861.394,75
04.123 - Administração Financeira	12.145.365,73	11.993.410,51	11.752.144,85	151.955,22	241.265,66
04.124 - Controle Interno	1.485.414,27	1.477.414,27	1.477.414,27	8.000,00	
04.125 - Normatização e Fiscalização					
04.126 - Tecnologia da Informação					
04.127 - Ordenamento Territorial					
04.128 - Formação de Recursos Humanos	1.980,00	1.980,00	1.980,00		
04.129 - Administração de Receitas					
04.130 - Administração de Concessões	1.079.227,17	1.079.227,17	1.068.992,19		10.234,98
04.131 - Comunicação Social					
FU04 - Demais Subfunções					
05 - Defesa Nacional					
05.151 - Defesa Aérea					
05.152 - Defesa Naval					
05.153 - Defesa Terrestre					
05.122 - Administração Geral					
FU05 - Demais Subfunções					
06 - Segurança Pública	28.279.710,12	27.463.990,48	26.269.591,63	815.719,64	1.194.398,85
06.181 - Policiamento	23.743.068,52	23.238.526,46	22.151.257,90	504.542,06	1.087.268,56
06.182 - Defesa Civil	4.536.641,60	4.225.464,02	4.118.333,73	311.177,58	107.130,29
06.183 - Informação e Inteligência					
06.122 - Administração Geral					
FU06 - Demais Subfunções					
07 - Relações Exteriores					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
07.211 - Relações Diplomáticas					
07.212 - Cooperação Internacional					
07.122 - Administração Geral					
FU07 - Demais Subfunções					
08 - Assistência Social	29.929.796,43	29.642.311,64	29.454.302,28	287.484,79	188.009,36
08.241 - Assistência ao Idoso	1.538.156,25	1.520.887,79	1.520.581,85	17.268,46	305,94
08.242 - Assistência à Pessoa com Deficiência					
08.243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	4.633.364,32	4.630.061,32	4.629.755,38	3.303,00	305,94
08.244 - Assistência Comunitária	23.758.275,86	23.491.362,53	23.303.965,05	266.913,33	187.397,48
08.122 - Administração Geral					
FU08 - Demais Subfunções					
09 - Previdência Social	25.826.217,40	25.825.967,50	25.692.593,85	249,90	133.373,65
09.271 - Previdência Básica					
09.272 - Previdência do Regime Estatutário	25.826.217,40	25.825.967,50	25.692.593,85	249,90	133.373,65
09.273 - Previdência Complementar					
09.274 - Previdência Especial					
09.122 - Administração Geral					
FU09 - Demais Subfunções					
10 - Saúde	181.581.254,35	179.451.114,85	176.920.690,88	2.130.139,50	2.530.423,97
10.301 - Atenção Básica	76.060.096,44	75.364.337,17	74.125.771,41	695.759,27	1.238.565,76
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	67.384.236,64	66.305.220,18	65.841.202,73	1.079.016,46	464.017,45
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	9.490.939,74	9.466.475,79	9.187.898,02	24.463,95	278.577,77
10.304 - Vigilância Sanitária	6.054.845,71	6.014.754,04	6.012.185,41	40.091,67	2.568,63
10.305 - Vigilância Epidemiológica	1.038.899,68	1.034.766,08	1.034.766,08	4.133,60	
10.306 - Alimentação e Nutrição					
10.122 - Administração Geral	21.552.236,14	21.265.561,59	20.718.867,23	286.674,55	546.694,36
FU10 - Demais Subfunções					
11 - Trabalho					
11.331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador					
11.332 - Relações de Trabalho					
11.333 - Empregabilidade					
11.334 - Fomento ao Trabalho					
11.122 - Administração Geral					
FU11 - Demais Subfunções					
12 - Educação	256.484.578,62	255.562.674,18	252.350.166,06	921.904,44	3.212.508,12
12.361 - Ensino Fundamental	144.999.703,78	144.733.997,04	142.834.619,20	265.706,74	1.899.377,84
12.362 - Ensino Médio	424.079,03	423.492,69	423.492,69	586,34	
12.363 - Ensino Profissional					
12.364 - Ensino Superior	920.000,00	920.000,00	920.000,00		
12.365 - Educação Infantil	59.484.190,13	59.161.010,84	58.622.804,71	323.179,29	538.206,13
12.366 - Educação de Jovens e Adultos					
12.367 - Educação Especial	3.166.136,65	3.166.136,65	3.166.136,65		
12.368 - Educação Básica					
12.122 - Administração Geral	35.574.465,07	35.242.033,00	34.509.811,82	332.432,07	732.221,18
FU12 - Demais Subfunções	11.916.003,96	11.916.003,96	11.873.300,99		42.702,97

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
13 - Cultura	8.587.688,79	8.396.846,34	8.251.070,36	190.842,45	145.775,98
13.391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico					
13.392 - Difusão Cultural	8.587.688,79	8.396.846,34	8.251.070,36	190.842,45	145.775,98
13.122 - Administração Geral					
FU13 - Demais Subfunções					
14 - Direitos da Cidadania	909.451,24	909.451,24	909.001,24		450,00
14.421 - Custódia e Reintegração Social					
14.422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	909.451,24	909.451,24	909.001,24		450,00
14.423 - Assistência aos Povos Indígenas					
14.122 - Administração Geral					
FU14 - Demais Subfunções					
15 - Urbanismo	42.380.094,44	40.749.850,02	39.481.807,18	1.630.244,42	1.268.042,84
15.451 - Infraestrutura Urbana	16.959.285,47	16.319.527,13	16.271.827,13	639.758,34	47.700,00
15.452 - Serviços Urbanos	19.215.492,15	18.259.312,17	17.050.729,31	956.179,98	1.208.582,86
15.453 - Transportes Coletivos Urbanos	384.366,12	384.366,12	384.366,12		
15.122 - Administração Geral	5.820.950,70	5.786.644,60	5.774.884,62	34.306,10	11.759,98
FU15 - Demais Subfunções					
16 - Habitação					
16.481 - Habitação Rural					
16.482 - Habitação Urbana					
16.122 - Administração Geral					
FU16 - Demais Subfunções					
17 - Saneamento					
17.511 - Saneamento Básico Rural					
17.512 - Saneamento Básico Urbano					
17.122 - Administração Geral					
FU17 - Demais Subfunções					
18 - Gestão Ambiental	4.763.004,62	4.457.904,62	4.299.593,66	305.100,00	158.310,96
18.541 - Preservação e Conservação Ambiental	4.763.004,62	4.457.904,62	4.299.593,66	305.100,00	158.310,96
18.542 - Controle Ambiental					
18.543 - Recuperação de Áreas Degradadas					
18.544 - Recursos Hídricos					
18.545 - Meteorologia					
18.122 - Administração Geral					
FU18 - Demais Subfunções					
19 - Ciência e Tecnologia					
19.571 - Desenvolvimento Científico					
19.572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					
19.573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					
19.122 - Administração Geral					
FU19 - Demais Subfunções					
20 - Agricultura	3.385.701,55	3.132.248,32	3.016.754,01	253.453,23	115.494,31
20.605 - Abastecimento					
20.606 - Extensão Rural	796.122,44	796.122,44	769.623,36		26.499,08
20.607 - Irrigação					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
20.608 - Promoção da Produção Agropecuária					
20.609 - Defesa Agropecuária					
20.122 - Administração Geral					
FU20 - Demais Subfunções	2.589.579,11	2.336.125,88	2.247.130,65	253.453,23	88.995,23
21 - Organização Agrária					
21.631 - Reforma Agrária					
21.632 - Colonização					
21.122 - Administração Geral					
FU21 - Demais Subfunções					
22 - Indústria					
22.661 - Promoção Industrial					
22.662 - Produção Industrial					
22.663 - Mineração					
22.664 - Propriedade Industrial					
22.665 - Normalização e Qualidade					
22.122 - Administração Geral					
FU22 - Demais Subfunções					
23 - Comércio e Serviços	12.999.163,32	12.583.556,54	12.532.829,47	415.606,78	50.727,07
23.691 - Promoção Comercial	5.510.045,63	5.491.816,04	5.441.088,97	18.229,59	50.727,07
23.692 - Comercialização					
23.693 - Comércio Exterior					
23.694 - Serviços Financeiros					
23.695 - Turismo	7.489.117,69	7.091.740,50	7.091.740,50	397.377,19	
23.122 - Administração Geral					
FU23 - Demais Subfunções					
24 - Comunicações					
24.721 - Comunicações Postais					
24.722 - Telecomunicações					
24.122 - Administração Geral					
FU24 - Demais Subfunções					
25 - Energia	258.918,89	257.938,89	257.938,89	980,00	
25.751 - Conservação de Energia					
25.752 - Energia Elétrica	258.918,89	257.938,89	257.938,89	980,00	
25.753 - Combustíveis Minerais					
25.754 - Biocombustíveis					
25.122 - Administração Geral					
FU25 - Demais Subfunções					
26 - Transporte	25.881.633,24	25.442.377,72	24.994.313,32	439.255,52	448.064,40
26.781 - Transporte Aéreo					
26.782 - Transporte Rodoviário	25.881.633,24	25.442.377,72	24.994.313,32	439.255,52	448.064,40
26.783 - Transporte Ferroviário					
26.784 - Transporte Aquaviário					
26.785 - Transportes Especiais					
26.122 - Administração Geral					
FU26 - Demais Subfunções					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
27 - Desporto e Lazer	30.435.466,97	30.222.987,99	29.083.668,45	212.478,98	1.139.319,54
27.811 - Desporto de Rendimento					
27.812 - Desporto Comunitário	30.435.466,97	30.222.987,99	29.083.668,45	212.478,98	1.139.319,54
27.813 - Lazer					
27.122 - Administração Geral					
FU27 - Demais Subfunções					
28 - Encargos Especiais	11.056.411,52	10.743.316,09	10.743.316,09	313.095,43	
28.841 - Refinanciamento da Dívida Interna					
28.842 - Refinanciamento da Dívida Externa					
28.843 - Serviço da Dívida Interna	725.517,27	725.517,27	725.517,27		
28.844 - Serviço da Dívida Externa					
28.845 - Outras Transferências					
28.846 - Outros Encargos Especiais	10.330.894,25	10.017.798,82	10.017.798,82	313.095,43	
28.847 - Transferências para a Educação Básica					
FU28 - Demais Subfunções					
Despesas Intraorçamentárias	34.682.106,71	33.273.199,74	33.273.199,74	1.408.906,97	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Balanço Anual (DCA)**
	Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-E | Balanço Orçamentário - Despesas por Função

Notas Explicativas - Despesas por Função	Valores
	31/12/2024
Notas Explicativas - Despesas por Função	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-F | Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Despesas		28.322.353,36	20.530.777,04	20.530.777,04	7.724.234,66		4.537.787,18	4.537.357,18	680,00
3.0.00.00.00 - Despesas Correntes		20.887.087,10	14.057.126,77	14.057.126,77	6.829.960,33		4.223.562,24	4.223.132,24	680,00
3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais		2.066,46	999,96	999,96	1.066,50		88.387,82	88.387,82	
3.1.20.00.00 - Transferências à União									
3.1.22.00.00 - Execução orçamentária delegada à União									
3.1.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal									
3.1.31.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - fundo a fundo									
3.1.32.00.00 - Execução orçamentária delegada a Estados e ao Distrito Federal									
3.1.35.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados									
3.1.36.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores									
3.1.40.00.00 - Transferências a Municípios									
3.1.41.00.00 - Transferências a Municípios - fundo a fundo									
3.1.42.00.00 - Execução orçamentária delegada a Municípios									
3.1.45.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados									
3.1.46.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores									
3.1.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos									
3.1.60.00.00 - Transferências a instituições privadas com fins lucrativos									
3.1.67.00.00 - Execução de contrato de Parceria Público-Privada - PPP									
3.1.70.00.00 - Transferência a instituições multigovernamentais									
3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio									
3.1.72.00.00 - Execução orçamentária delegada a Consórcios Públicos									
3.1.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
3.1.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
3.1.75.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados									
3.1.76.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores									
3.1.80.00.00 - Transferências ao Exterior									
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas		2.066,46	999,96	999,96	1.066,50		88.387,82	88.387,82	
3.1.90.01.00 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares									
3.1.90.03.00 - Pensões do RPPS e do Militar									
3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado									
3.1.90.07.00 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência									
3.1.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil							42.885,66	42.885,66	
3.1.90.12.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar									
3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais							6.435,36	6.435,36	
3.1.90.13.01 - FGTS									
3.1.90.13.02 - Contribuições Previdenciárias - INSS							6.435,36	6.435,36	
3.1.90.13.04 - Contribuição de salário-educação									
3.1.90.13.07 - Contrato por Tempo Determinado									
3.1.90.13.08 - Contribuições Previdenciárias - RPPS - Pessoal Ativo									
3.1.90.13.09 - Seguros de acidentes do trabalho									
3.1.90.13.10 - Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal inativo									
3.1.90.13.11 - FGTS - PDV									
3.1.90.13.18 - Contribuição para o PIS/PASEP s/ folha Pagto.									
3.1.90.13.40 - Encargos de pessoal requisitado de outros Entes									
3.1.90.13.99 - Outras Obrigações Patronais									
3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil									
3.1.90.17.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar									
3.1.90.67.00 - Depósitos Compulsórios									
3.1.90.86.00 - Compensações a Regimes de Previdência									
3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais									
3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores									
3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas		2.066,46	999,96	999,96	1.066,50		39.066,80	39.066,80	
3.1.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado									
3.1.90.99.00 - A Classificar									
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social									
3.1.91.04.00 - Contratação por Tempo Determinado									
3.1.91.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar									
3.1.91.13.00 - Contribuições Patronais									
3.1.91.13.02 - Contribuições previdenciárias - INSS									
3.1.91.13.04 - Contribuição de salário-educação									
3.1.91.13.08 - Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal ativo - plano previdenciário									
3.1.91.13.09 - Seguros de acidentes do trabalho									
3.1.91.13.10 - Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal inativo e pensionista - plano previdenciário									
3.1.91.13.11 - Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal ativo - plano financeiro									
3.1.91.13.12 - Contribuições previdenciárias - RPPS - pessoal inativo e pensionista - plano financeiro									
3.1.91.13.20 - Alíquota suplementar de contribuição previdenciária - pessoal ativo - plano previdenciário									
3.1.91.13.21 - Alíquota suplementar de contribuição previdenciária - pessoal inativo e pensionista - plano previdenciário									
3.1.91.13.22 - Alíquota suplementar de contribuição previdenciária - pessoal ativo - plano financeiro									
3.1.91.13.23 - Alíquota suplementar de contribuição previdenciária - pessoal inativo e pensionista - plano financeiro									
3.1.91.13.99 - Outras Obrigações Patronais - Intraorçamentária									
3.1.91.86.00 - Compensações a Regimes de Previdência									
3.1.91.91.00 - Sentenças Judiciais									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
3.1.91.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores									
3.1.91.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas									
3.1.91.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado									
3.1.91.99.00 - A Classificar									
3.1.92.00.00 - Aplicação Direta de Recursos Recebidos de Outros Entes									
3.1.93.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com Consórcio Público do qual o Ente participe									
3.1.94.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com Consórcio Público do qual o Ente não participe									
3.1.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
3.1.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
3.1.99.00.00 - A Definir									
3.2.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida									
3.2.20.00.00 - Transferências à União									
3.2.22.00.00 - Execução orçamentária delegada à União									
3.2.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal									
3.2.31.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - fundo a fundo									
3.2.32.00.00 - Execução orçamentária delegada a Estados e ao Distrito Federal									
3.2.35.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012									
3.2.36.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012									
3.2.40.00.00 - Transferências a Municípios									
3.2.41.00.00 - Transferências a Municípios - fundo a fundo									
3.2.42.00.00 - Execução orçamentária delegada a Municípios									
3.2.45.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012									
3.2.46.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012									
3.2.50.00.00 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos									
3.2.60.00.00 - Transferências a instituições privadas com fins lucrativos									
3.2.67.00.00 - Execução de contrato de Parceria Público-Privada - PPP									
3.2.70.00.00 - Transferência a instituições multigovernamentais									
3.2.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio									
3.2.72.00.00 - Execução orçamentária delegada a Consórcios Públicos									
3.2.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012									
3.2.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012									
3.2.75.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012									
3.2.76.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012									
3.2.80.00.00 - Transferências ao exterior									
3.2.90.00.00 - Aplicações Diretas									
3.2.90.21.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato									
3.2.90.22.00 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
3.2.90.23.00 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária									
3.2.90.24.00 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária									
3.2.90.25.00 - Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita									
3.2.90.26.00 - Obrigações Decorrentes de Política Monetária									
3.2.90.91.00 - Sentenças Judiciais									
3.2.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores									
3.2.90.93.00 - Indenizações e Restituições									
3.2.90.99.00 - A Classificar									
3.2.91.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação entre Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS									
3.2.92.00.00 - Aplicação Direta de Recursos Recebidos de Outros Entes									
3.2.93.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com Consórcio Público do qual o Ente participe									
3.2.94.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de Órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com Consórcio Público do qual o Ente não participe									
3.2.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
3.2.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
3.2.99.00.00 - A Definir									
3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes		20.885.020,64	14.056.126,81	14.056.126,81	6.828.893,83		4.135.174,42	4.134.744,42	680,00
3.3.20.00.00 - Transferências à União									
3.3.22.00.00 - Execução Orçamentária Delegada à União									
3.3.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal									
3.3.30.41.00 - Contribuições									
3.3.30.81.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas									
3.3.30.92.00 - Despesas de exercícios anteriores									
3.3.30.93.00 - Indenizações e restituições									
3.3.30.99.00 - A Classificar									
3.3.31.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo									
3.3.32.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal									
3.3.35.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
3.3.36.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
3.3.40.00.00 - Transferências a Municípios									
3.3.40.41.00 - Contribuições									
3.3.40.81.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas									
3.3.40.91.00 - Sentenças judiciais									
3.3.40.92.00 - Despesas de exercícios anteriores									
3.3.40.93.00 - Indenizações e restituições									
3.3.40.99.00 - A Classificar									
3.3.41.00.00 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo									
3.3.42.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios									
3.3.45.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
3.3.46.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
3.3.60.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos									
3.3.67.00.00 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP									
3.3.70.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais		826.025,04	802.653,84	802.653,84	23.371,20				
3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio		126.750,00	126.750,00	126.750,00	2.000,00				
3.3.72.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos									
3.3.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
3.3.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
3.3.75.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
3.3.76.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
3.3.80.00.00 - Transferências ao Exterior									
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		19.932.245,60	13.126.722,97	13.126.722,97	6.803.522,63		4.135.174,42	4.134.744,42	680,00
3.3.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado									
3.3.90.06.00 - Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso									
3.3.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar									
3.3.90.10.00 - Seguro Desemprego e Abono Salarial									
3.3.90.14.00 - Diárias - Civil		0,00			175,00		0,00		250,00
3.3.90.15.00 - Diárias - Militar									
3.3.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes									
3.3.90.19.00 - Auxílio-Fardamento									
3.3.90.20.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores									
3.3.90.27.00 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares									
3.3.90.28.00 - Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos									
3.3.90.29.00 - Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes									
3.3.90.30.00 - Material de Consumo		9.186.770,81	6.390.791,31	6.390.791,31	1.641.823,71		1.999.657,62	1.999.657,62	
3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras									
3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita									
3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção							10.340,00	10.340,00	
3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização									
3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria									
3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		131.439,38	55.457,34	55.457,34	91.601,69		101.000,00	101.000,00	
3.3.90.37.00 - Locação de Mão-de-Obra		2.387.804,07	1.847.594,51	1.847.594,51	687.383,33		561.220,88	561.220,88	
3.3.90.38.00 - Arrendamento Mercantil									
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		7.453.117,91	4.158.452,81	4.158.452,81	4.268.483,74		1.281.713,78	1.281.713,78	
3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica		725.240,33	627.385,92	627.385,92	113.223,14		71.780,70	71.780,70	
3.3.90.41.00 - Contribuições									
3.3.90.45.00 - Subvenções Econômicas									
3.3.90.46.00 - Auxílio-Alimentação									
3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas		39.940,10	39.940,10	39.940,10			109.031,44	109.031,44	
3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas									
3.3.90.49.00 - Auxílio-Transporte									
3.3.90.53.00 - Aposentadorias do RGPS - Área Rural									
3.3.90.54.00 - Aposentadorias do RGPS - Área Urbana									
3.3.90.55.00 - Pensões do RGPS - Área Rural									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
3.3.90.56.00 - Pensões do RGPS - Área Urbana									
3.3.90.57.00 - Outros Benefícios do RGPS - Área Rural									
3.3.90.58.00 - Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana									
3.3.90.59.00 - Pensões Especiais									
3.3.90.62.00 - Aquisição de Produtos para Revenda									
3.3.90.67.00 - Depósitos Compulsórios									
3.3.90.81.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas									
3.3.90.86.00 - Compensações a Regimes de Previdência									
3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais		7.933,00	7.100,98	7.100,98	832,02				
3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores									
3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições							430,00		430,00
3.3.90.95.00 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo									
3.3.90.96.00 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado									
3.3.90.98.00 - Despesa do Orçamento de Investimento									
3.3.90.99.00 - A Classificar									
3.3.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social									
3.3.92.00.00 - Aplicação Direta de Recursos Recebidos de Outros Entes da Federação Decorrentes de Delegação ou Descentralização									
3.3.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe									
3.3.94.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe									
3.3.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
3.3.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
3.3.99.00.00 - A Definir									
4.0.00.00.00 - Despesas de Capital		7.435.266,26	6.473.650,27	6.473.650,27	894.274,33		314.224,94	314.224,94	
4.4.00.00.00 - Investimentos		7.435.266,26	6.473.650,27	6.473.650,27	894.274,33		314.224,94	314.224,94	
4.4.20.00.00 - Transferências à União									
4.4.22.00.00 - Execução Orçamentária Delegada à União									
4.4.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal									
4.4.31.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo									
4.4.32.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal									
4.4.35.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.4.36.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.4.40.00.00 - Transferências a Municípios									
4.4.41.00.00 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo									
4.4.42.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios									
4.4.45.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.4.46.00.00 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.4.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos									
4.4.60.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
4.4.67.00.00 - Execução de contrato de Parceria Público-Privada									
4.4.70.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais									
4.4.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio									
4.4.72.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos									
4.4.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.4.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.4.75.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.4.76.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.4.80.00.00 - Transferências ao Exterior									
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		7.435.266,26	6.473.650,27	6.473.650,27	894.274,33		314.224,94	314.224,94	
4.4.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado									
4.4.90.14.00 - Diárias - Civil									
4.4.90.15.00 - Diárias - Militar									
4.4.90.17.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar									
4.4.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes									
4.4.90.20.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores									
4.4.90.30.00 - Material de Consumo		0,00	169.917,30	169.917,30	163.693,53				
4.4.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção									
4.4.90.35.00 - Serviços de Consultoria									
4.4.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física									
4.4.90.37.00 - Locação de Mão-de-Obra									
4.4.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		1.962.003,77	1.279.134,62	1.277.123,63	43.793,63		205.697,87	205.697,87	
4.4.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica									
4.4.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas									
4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		3.655.978,68	2.927.339,42	2.927.339,42	155.190,32		854,10	854,10	
4.4.90.51.80 - Estudos e projetos									
4.4.90.51.91 - Obras em Andamento		3.655.978,68	2.927.339,42	2.927.339,42	155.190,32		854,10	854,10	
4.4.90.51.99 - Outras Obras e Instalações									
4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente		1.817.283,81	2.097.258,93	2.099.269,92	531.596,85		107.672,97	107.672,97	
4.4.90.61.00 - Aquisição de Imóveis									
4.4.90.91.00 - Sentenças Judiciais									
4.4.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores									
4.4.90.93.00 - Indenizações e Restituições									
4.4.90.95.00 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo									
4.4.90.99.00 - A Classificar									
4.4.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social									
4.4.92.00.00 - Aplicação Direta de Recursos de Outros Entes da Federação Decorrentes de Delegação ou Descentralização									
4.4.93.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe									
4.4.94.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
4.4.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.4.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.4.99.00.00 - A Definir									
4.5.00.00.00 - Inversões Financeiras									
4.5.20.00.00 - Transferências à União									
4.5.22.00.00 - Execução orçamentária delegada à União									
4.5.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal									
4.5.31.00.00 - Transferências a Estados e DF - Fundo a Fundo									
4.5.32.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal									
4.5.35.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados									
4.5.36.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores									
4.5.40.00.00 - Transferências a Municípios									
4.5.41.00.00 - Transferências a Municípios - fundo a fundo									
4.5.42.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios									
4.5.45.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados									
4.5.46.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores									
4.5.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos									
4.5.60.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos									
4.5.67.00.00 - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP									
4.5.70.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais									
4.5.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio									
4.5.72.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos									
4.5.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.5.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.5.75.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.5.76.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012									
4.5.80.00.00 - Transferências ao Exterior									
4.5.90.00.00 - Aplicações Diretas									
4.5.90.27.00 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares									
4.5.90.61.00 - Aquisição de Imóveis									
4.5.90.62.00 - Aquisição de Produtos para Revenda									
4.5.90.63.00 - Aquisição de Títulos de Crédito									
4.5.90.64.00 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado									
4.5.90.65.00 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas									
4.5.90.66.00 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos									
4.5.90.67.00 - Depósitos Compulsórios									
4.5.90.84.00 - Despesas Decorrentes da Participação em Fundos, Organismos ou									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
Entidades Assemelhadas, Nacionais e Internacionais									
4.5.90.91.00 - Sentenças Judiciais									
4.5.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores									
4.5.90.93.00 - Indenizações e Restituições									
4.5.90.99.00 - A Classificar									
4.5.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social									
4.5.92.00.00 - Aplicação Direta de Recursos Recebidos de Outros Entes									
4.5.93.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe									
4.5.94.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com consórcio público do qual o ente não participe									
4.5.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.5.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.5.99.00.00 - A Definir									
4.6.00.00.00 - Amortização da Dívida									
4.6.20.00.00 - Transferências à união									
4.6.22.00.00 - Execução orçamentária delegada à União									
4.6.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal									
4.6.31.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - fundo a fundo									
4.6.32.00.00 - Execução orçamentária delegada a Estados e ao Distrito Federal									
4.6.35.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados									
4.6.36.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores									
4.6.40.00.00 - Transferências a Municípios									
4.6.41.00.00 - Transferências a Municípios - fundo a fundo									
4.6.42.00.00 - Execução orçamentária delegada a Municípios									
4.6.45.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - Restos a Pagar Cancelados									
4.6.46.00.00 - Transferências fundo a fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - diferença do mínimo não aplicado em exercícios anteriores									
4.6.50.00.00 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos									
4.6.60.00.00 - Transferências a instituições privadas com fins lucrativos									
4.6.67.00.00 - Execução de contrato de Parceria Público-Privada - PPP									
4.6.70.00.00 - Transferências às instituições multigovernamentais									
4.6.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio									
4.6.72.00.00 - Execução orçamentária delegada a consórcios públicos									
4.6.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012									
4.6.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012									
4.6.75.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012									
4.6.76.00.00 - Transferências a instituições multigovernamentais à conta de recursos de que trata o Art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
4.6.80.00.00 - Transferências ao exterior									
4.6.90.00.00 - Aplicações Diretas									
4.6.90.26.00 - Obrigações Decorrentes de Política Monetária									
4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado									
4.6.90.72.00 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado									
4.6.90.73.00 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada									
4.6.90.74.00 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada									
4.6.90.75.00 - Correção Monetária da Dívida de Operações de Crédito por Antecipação da Receita									
4.6.90.76.00 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado									
4.6.90.77.00 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado									
4.6.90.91.00 - Sentenças Judiciais									
4.6.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores									
4.6.90.93.00 - Indenizações e Restituições									
4.6.90.99.00 - A Classificar									
4.6.91.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS									
4.6.93.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe									
4.6.94.00.00 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos OFSS com consórcio público do qual o ente não participe									
4.6.95.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.6.96.00.00 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Nº 141, de 2012									
4.6.99.00.00 - A Definir									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Balanço Anual (DCA)**
	Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2024
	Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-F | Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar

Notas Explicativas - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução de Restos a Pagar	Valores
	31/12/2024
Notas Explicativas - Despesas Orçamentárias - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-G | Balanço Orçamentário - Despesas por Função - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar | Total Geral da Despesa por Função

Despesas por Função	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
Despesas Exceto Intraorçamentárias		28.322.353,36	20.530.777,04	20.530.777,04	7.724.234,66		4.537.787,18	4.537.357,18	680,00
01 - Legislativa		85.399,25	85.399,25	85.399,25			10.340,00	10.340,00	
01.031 - Ação Legislativa									
01.032 - Controle Externo									
01.122 - Administração Geral		14.923,15	14.923,15	14.923,15			10.340,00	10.340,00	
FU01 - Demais Subfunções		70.476,10	70.476,10	70.476,10					
02 - Judiciária		2.390,87	1.695,46	1.695,46	695,41				
02.061 - Ação Judiciária		2.390,87	1.695,46	1.695,46	695,41				
02.062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário									
02.122 - Administração Geral									
FU02 - Demais Subfunções									
03 - Essencial à Justiça									
03.091 - Defesa da Ordem Jurídica									
03.092 - Representação Judicial e Extrajudicial									
03.122 - Administração Geral									
FU03 - Demais Subfunções									
04 - Administração		12.215.907,73	7.804.594,15	7.804.594,15	1.911.678,83		1.434.718,38	1.434.288,38	430,00
04.121 - Planejamento e Orçamento									
04.122 - Administração Geral		11.927.585,93	7.666.989,66	7.666.989,66	1.760.961,52		1.341.996,74	1.341.996,74	
04.123 - Administração Financeira		281.584,70	134.860,62	134.860,62	146.724,08		91.614,57	91.184,57	430,00
04.124 - Controle Interno		6.566,12	2.572,89	2.572,89	3.993,23				
04.125 - Normatização e Fiscalização									
04.126 - Tecnologia da Informação									
04.127 - Ordenamento Territorial									
04.128 - Formação de Recursos Humanos									
04.129 - Administração de Receitas									
04.130 - Administração de Concessões		170,98	170,98	170,98			1.107,07	1.107,07	
04.131 - Comunicação Social									
FU04 - Demais Subfunções									
05 - Defesa Nacional									
05.151 - Defesa Aérea									
05.152 - Defesa Naval									
05.153 - Defesa Terrestre									
05.122 - Administração Geral									
FU05 - Demais Subfunções									
06 - Segurança Pública		1.288.152,59	1.121.562,58	1.121.562,58	166.590,01		77.479,90	77.479,90	
06.181 - Policiamento		647.594,38	492.703,74	492.703,74	154.890,64		73.962,90	73.962,90	
06.182 - Defesa Civil		640.558,21	628.858,84	628.858,84	11.699,37		3.517,00	3.517,00	
06.183 - Informação e Inteligência									
06.122 - Administração Geral									
FU06 - Demais Subfunções									
07 - Relações Exteriores									
07.211 - Relações Diplomáticas									
07.212 - Cooperação Internacional									
07.122 - Administração Geral									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
FU07 - Demais Subfunções									
08 - Assistência Social		2.260.244,49	1.845.082,04	1.845.082,04	415.162,45		465.401,73	465.401,73	
08.241 - Assistência ao Idoso		73.272,73	59.272,02	59.272,02	14.000,71		31.906,74	31.906,74	
08.242 - Assistência à Pessoa com Deficiência		140,00			140,00				
08.243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		810.022,11	777.374,81	777.374,81	32.647,30		22.638,30	22.638,30	
08.244 - Assistência Comunitária		1.376.809,65	1.008.435,21	1.008.435,21	368.374,44		410.856,69	410.856,69	
08.122 - Administração Geral									
FU08 - Demais Subfunções									
09 - Previdência Social		174,90	174,90	174,90			115.559,73	115.559,73	
09.271 - Previdência Básica									
09.272 - Previdência do Regime Estatutário		174,90	174,90	174,90			115.559,73	115.559,73	
09.273 - Previdência Complementar									
09.274 - Previdência Especial									
09.122 - Administração Geral									
FU09 - Demais Subfunções									
10 - Saúde		2.746.068,97	2.628.626,42	2.628.626,42	2.113.649,62		652.287,96	652.287,96	250,00
10.301 - Atenção Básica		521.869,66	429.657,20	429.657,20	912.838,08		407.923,78	407.923,78	250,00
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		1.915.278,87	2.010.555,80	2.010.555,80	741.609,61		107.428,87	107.428,87	
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico		0,00	27.062,15	27.062,15	105.831,82		72.864,00	72.864,00	
10.304 - Vigilância Sanitária		0,00	10.857,96	10.857,96	55.094,32		0,00	0,00	
10.305 - Vigilância Epidemiológica		0,00	891,16	891,16	3.830,66		0,00	0,00	
10.306 - Alimentação e Nutrição									
10.122 - Administração Geral		308.920,44	149.602,15	149.602,15	294.445,13		64.071,31	64.071,31	
FU10 - Demais Subfunções									
11 - Trabalho									
11.331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador									
11.332 - Relações de Trabalho									
11.333 - Empregabilidade									
11.334 - Fomento ao Trabalho									
11.122 - Administração Geral									
FU11 - Demais Subfunções									
12 - Educação		1.428.597,71	1.285.725,63	1.285.725,63	578.958,10		152.205,00	152.205,00	
12.361 - Ensino Fundamental		1.027.942,93	849.182,64	849.182,64	262.513,48		0,00	0,00	
12.362 - Ensino Médio									
12.363 - Ensino Profissional									
12.364 - Ensino Superior									
12.365 - Educação Infantil		299.413,77	319.495,12	319.495,12	142.908,87		152.205,00	152.205,00	
12.366 - Educação de Jovens e Adultos									
12.367 - Educação Especial									
12.368 - Educação Básica									
12.122 - Administração Geral		101.241,01	117.047,87	117.047,87	172.000,47		0,00	0,00	
FU12 - Demais Subfunções		0,00			1.535,28				
13 - Cultura		241.037,54	172.987,53	172.987,53	68.050,01		368.144,20	368.144,20	
13.391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico									
13.392 - Difusão Cultural		241.037,54	172.987,53	172.987,53	68.050,01		368.144,20	368.144,20	
13.122 - Administração Geral									
FU13 - Demais Subfunções									
14 - Direitos da Cidadania		16.356,14			16.356,14				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
14.421 - Custódia e Reintegração Social									
14.422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		16.356,14			16.356,14				
14.423 - Assistência aos Povos Indígenas									
14.122 - Administração Geral									
FU14 - Demais Subfunções									
15 - Urbanismo		2.520.774,44	2.220.340,26	2.220.340,26	300.434,18		116.136,67	116.136,67	
15.451 - Infraestrutura Urbana		1.619.239,48	1.407.519,50	1.407.519,50	211.719,98		41.985,40	41.985,40	
15.452 - Serviços Urbanos		549.388,56	549.388,14	549.388,14	0,42				
15.453 - Transportes Coletivos Urbanos		279.139,85	222.399,47	222.399,47	56.740,38				
15.122 - Administração Geral		73.006,55	41.033,15	41.033,15	31.973,40		74.151,27	74.151,27	
FU15 - Demais Subfunções									
16 - Habitação									
16.481 - Habitação Rural									
16.482 - Habitação Urbana									
16.122 - Administração Geral									
FU16 - Demais Subfunções									
17 - Saneamento									
17.511 - Saneamento Básico Rural									
17.512 - Saneamento Básico Urbano									
17.122 - Administração Geral									
FU17 - Demais Subfunções									
18 - Gestão Ambiental		115.672,91	95.636,04	95.636,04	20.036,87		197.732,72	197.732,72	
18.541 - Preservação e Conservação Ambiental		115.672,91	95.636,04	95.636,04	20.036,87		197.732,72	197.732,72	
18.542 - Controle Ambiental									
18.543 - Recuperação de Áreas Degradadas									
18.544 - Recursos Hídricos									
18.545 - Meteorologia									
18.122 - Administração Geral									
FU18 - Demais Subfunções									
19 - Ciência e Tecnologia									
19.571 - Desenvolvimento Científico									
19.572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia									
19.573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico									
19.122 - Administração Geral									
FU19 - Demais Subfunções									
20 - Agricultura		1.776.855,37	1.348.696,76	1.348.696,76	428.158,61		79.103,72	79.103,72	
20.605 - Abastecimento									
20.606 - Extensão Rural		1.556.117,90	1.316.737,07	1.316.737,07	239.380,83		25.146,22	25.146,22	
20.607 - Irrigação									
20.608 - Promoção da Produção Agropecuária									
20.609 - Defesa Agropecuária									
20.122 - Administração Geral									
FU20 - Demais Subfunções		220.737,47	31.959,69	31.959,69	188.777,78		53.957,50	53.957,50	
21 - Organização Agrária									
21.631 - Reforma Agrária									
21.632 - Colonização									
21.122 - Administração Geral									
FU21 - Demais Subfunções									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
22 - Indústria									
22.661 - Promoção Industrial									
22.662 - Produção Industrial									
22.663 - Mineração									
22.664 - Propriedade Industrial									
22.665 - Normalização e Qualidade									
22.122 - Administração Geral									
FU22 - Demais Subfunções									
23 - Comércio e Serviços		697.556,93	253.238,01	253.238,01	444.318,92		117.665,07	117.665,07	
23.691 - Promoção Comercial		682.131,14	246.823,46	246.823,46	435.307,68		60.595,98	60.595,98	
23.692 - Comercialização									
23.693 - Comércio Exterior									
23.694 - Serviços Financeiros									
23.695 - Turismo		15.425,79	6.414,55	6.414,55	9.011,24		57.069,09	57.069,09	
23.122 - Administração Geral									
FU23 - Demais Subfunções									
24 - Comunicações									
24.721 - Comunicações Postais									
24.722 - Telecomunicações									
24.122 - Administração Geral									
FU24 - Demais Subfunções									
25 - Energia									
25.751 - Conservação de Energia									
25.752 - Energia Elétrica									
25.753 - Combustíveis Minerais									
25.754 - Biocombustíveis									
25.122 - Administração Geral									
FU25 - Demais Subfunções									
26 - Transporte		1.869.454,81	1.086.384,37	1.086.384,37	783.070,44		39.328,19	39.328,19	
26.781 - Transporte Aéreo									
26.782 - Transporte Rodoviário		1.869.454,81	1.086.384,37	1.086.384,37	783.070,44		39.328,19	39.328,19	
26.783 - Transporte Ferroviário									
26.784 - Transporte Aquaviário									
26.785 - Transportes Especiais									
26.122 - Administração Geral									
FU26 - Demais Subfunções									
27 - Desporto e Lazer		1.009.835,61	533.592,56	533.592,56	476.243,05		711.683,91	711.683,91	
27.811 - Desporto de Rendimento									
27.812 - Desporto Comunitário		1.009.835,61	533.592,56	533.592,56	476.243,05		711.683,91	711.683,91	
27.813 - Lazer									
27.122 - Administração Geral									
FU27 - Demais Subfunções									
28 - Encargos Especiais		47.873,10	47.041,08	47.041,08	832,02				
28.841 - Refinanciamento da Dívida Interna									
28.842 - Refinanciamento da Dívida Externa									
28.843 - Serviço da Dívida Interna									
28.844 - Serviço da Dívida Externa									
28.845 - Outras Transferências									

Documento gerado em 29/04/2025 16:28:39

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Despesas por Função	Execução da Despesa								
	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Não Processados Liquidados	Restos a Pagar Não Processados Pagos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Inscritos em Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Processados Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Restos a Pagar Processados Pagos	Restos a Pagar Processados Cancelados
28.846 - Outros Encargos Especiais		47.873,10	47.041,08	47.041,08	832,02				
28.847 - Transferências para a Educação Básica									
FU28 - Demais Subfunções									
Despesas Intraorçamentárias									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-G | Balanço Orçamentário - Despesas por Função - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar

Notas Explicativas - Despesas por Função - Sub Quadro - Execução de Restos a Pagar	Valores
	31/12/2024
Notas Explicativas - Despesas por Função - Sub Quadro - Execução dos Restos a Pagar	-
Notas Explicativas	

DCA-Anexo I-HI | Demonstrativo das Variações Patrimoniais Quantitativas e Resultado Patrimonial do Período

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores
	31/12/2024
Variação Patrimonial Diminutiva	-
Variação Patrimonial Diminutiva	-
3.0.0.0.0.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva	1.263.091.799,19
3.1.0.0.0.00.00 - Pessoal e Encargos	292.047.623,73
3.1.1.0.0.00.00 - Remuneração a Pessoal	260.159.320,56
3.1.1.1.0.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RPPS	35.853.673,62
3.1.1.1.1.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	35.853.673,62
3.1.1.1.2.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RPPS - Intra OFSS	
3.1.1.2.0.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS	224.305.646,94
3.1.1.2.1.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação	224.305.646,94
3.1.1.3.0.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Militar	
3.1.1.3.1.00.00 - Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Consolidação	
3.1.2.0.0.00.00 - Encargos Patronais	31.444.212,43
3.1.2.1.0.00.00 - Encargos Patronais - RPPS	25.230.946,98
3.1.2.1.2.00.00 - Encargos Patronais - RPPS - Intra OFSS	773.465,15
3.1.2.1.3.00.00 - Encargos Patronais - RPPS - Inter OFSS - União	
3.1.2.1.4.00.00 - Encargos Patronais - RPPS - Inter OFSS - Estado	
3.1.2.1.5.00.00 - Encargos Patronais - RPPS - Inter OFSS - Município	24.457.481,83
3.1.2.2.0.00.00 - Encargos Patronais - RGPS	797.340,20
3.1.2.2.1.00.00 - Encargos Patronais - RGPS - Consolidação	140.348,19
3.1.2.2.2.00.00 - Encargos Patronais - RGPS - Intra OFSS	
3.1.2.2.3.00.00 - Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União	656.992,01
3.1.2.3.0.00.00 - Encargos Patronais - FGTS	
3.1.2.3.1.00.00 - Encargos Patronais - FGTS - Consolidação	
3.1.2.4.0.00.00 - Contribuições Sociais Gerais	5.415.925,25
3.1.2.4.1.00.00 - Contribuições Sociais Gerais - Consolidação	5.415.925,25
3.1.2.4.2.00.00 - Contribuições Sociais Gerais - Intra OFSS	
3.1.2.4.3.00.00 - Contribuições Sociais Gerais - Inter OFSS - União	
3.1.2.4.4.00.00 - Contribuições Sociais Gerais - Inter OFSS - Estado	
3.1.2.4.5.00.00 - Contribuições Sociais Gerais - Inter OFSS - Município	
3.1.2.5.0.00.00 - Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	
3.1.2.5.1.00.00 - Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Consolidação	
3.1.2.5.4.00.00 - Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Inter OFSS - Estado	
3.1.2.9.0.00.00 - Outros Encargos Patronais	
3.1.2.9.1.00.00 - Outros Encargos Patronais - Consolidação	
3.1.2.9.2.00.00 - Outros Encargos Patronais - Intra OFSS	
3.1.2.9.3.00.00 - Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - União	
3.1.2.9.4.00.00 - Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Estado	
3.1.2.9.5.00.00 - Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Município	
3.1.3.0.0.00.00 - Benefícios a Pessoal	444.090,74
3.1.3.1.0.00.00 - Benefícios a Pessoal - RPPS	187.608,03
3.1.3.1.1.00.00 - Benefícios a Pessoal - RPPS - Consolidação	187.608,03
3.1.3.2.0.00.00 - Benefícios a Pessoal - RGPS	256.482,71
3.1.3.2.1.00.00 - Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação	256.482,71
3.1.3.3.0.00.00 - Benefícios a Pessoal - Militar	
3.1.3.3.1.00.00 - Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação	
3.1.9.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	
3.1.9.1.0.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
3.1.9.1.1.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação	
3.1.9.2.0.00.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes	
3.1.9.2.1.00.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Consolidação	
3.1.9.2.2.00.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Intra OFSS	
3.1.9.2.3.00.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Inter OFSS - União	
3.1.9.2.4.00.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Inter OFSS - Estado	
3.1.9.2.5.00.00 - Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes - Inter OFSS - Município	
3.1.9.9.0.00.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos	
3.1.9.9.1.00.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos - Consolidação	
3.1.9.9.2.00.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos - Intra OFSS	
3.1.9.9.3.00.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos - Inter OFSS - União	
3.1.9.9.4.00.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos - Inter OFSS - Estado	
3.1.9.9.5.00.00 - Outras VPD de Pessoal e Encargos - Inter OFSS - Município	
3.2.0.0.0.00.00 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais	26.470.606,17
3.2.1.0.0.00.00 - Aposentadorias e Reformas	20.078.879,77
3.2.1.1.0.00.00 - Aposentadorias - RPPS	20.078.879,77
3.2.1.1.1.00.00 - Aposentadorias - RPPS - Consolidação	20.078.879,77
3.2.1.2.0.00.00 - Aposentadorias - RGPS	
3.2.1.2.1.00.00 - Aposentadorias - RGPS - Consolidação	
3.2.1.3.0.00.00 - Reserva Remunerada - Pessoal Militar	
3.2.1.3.1.00.00 - Reserva Remunerada - Pessoal Militar - Consolidação	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2024
3.2.1.4.0.00.00 - Reforma - Pessoal Militar	
3.2.1.4.1.00.00 - Reforma - Pessoal Militar - Consolidação	
3.2.1.9.0.00.00 - Outras Aposentadorias	
3.2.1.9.1.00.00 - Outras Aposentadorias - Consolidação	
3.2.2.0.0.00.00 - Pensões	2.423.397,39
3.2.2.1.0.00.00 - Pensões - RPPS	2.423.397,39
3.2.2.1.1.00.00 - Pensões - RPPS - Consolidação	2.423.397,39
3.2.2.2.0.00.00 - Pensões - RGPS	
3.2.2.2.1.00.00 - Pensões - RGPS - Consolidação	
3.2.2.3.0.00.00 - Pensões - Pessoal Militar	
3.2.2.3.1.00.00 - Pensões - Pessoal Militar - Consolidação	
3.2.2.9.0.00.00 - Outras Pensões	
3.2.2.9.1.00.00 - Outras Pensões - Consolidação	
3.2.3.0.0.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada	
3.2.3.1.0.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada ao Idoso	
3.2.3.1.1.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada ao Idoso - Consolidação	
3.2.3.2.0.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada ao Portador de Deficiência	
3.2.3.2.1.00.00 - Benefícios de Prestação Continuada ao Portador de Deficiência - Consolidação	
3.2.3.9.0.00.00 - Outros Benefícios de Prestação Continuada	
3.2.3.9.1.00.00 - Outros Benefícios de Prestação Continuada - Consolidação	
3.2.4.0.0.00.00 - Benefícios Eventuais	1.107.973,91
3.2.4.1.0.00.00 - Auxílio por Natalidade	1.106.515,15
3.2.4.1.1.00.00 - Auxílio por Natalidade - Consolidação	1.106.515,15
3.2.4.2.0.00.00 - Auxílio por Morte	1.458,76
3.2.4.2.1.00.00 - Auxílio por Morte - Consolidação	1.458,76
3.2.4.3.0.00.00 - Benefícios Eventuais por Situações de Vulnerabilidade Temporária	
3.2.4.3.1.00.00 - Benefícios Eventuais por Situações de Vulnerabilidade Temporária - Consolidação	
3.2.4.4.0.00.00 - Benefícios Eventuais em Caso de Calamidade Pública	
3.2.4.4.1.00.00 - Benefícios Eventuais em Caso de Calamidade Pública - Consolidação	
3.2.5.0.0.00.00 - Políticas Públicas de Transferência de Renda	
3.2.5.1.0.00.00 - Políticas Públicas de Transferência de Renda	
3.2.5.1.1.00.00 - Políticas Públicas de Transferência de Renda - Consolidação	
3.2.9.0.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.860.355,10
3.2.9.1.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Servidor Civil	2.860.355,10
3.2.9.1.1.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Servidor Civil - Consolidação	2.860.355,10
3.2.9.1.2.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Servidor Civil - Intra - OFSS	
3.2.9.2.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - RGPS	
3.2.9.2.1.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - RGPS - Consolidação	
3.2.9.3.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Militar	
3.2.9.3.1.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Militar - Consolidação	
3.2.9.9.0.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	
3.2.9.9.1.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Consolidação	
3.2.9.9.2.00.00 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Intra OFSS	
3.3.0.0.0.00.00 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	390.419.531,98
3.3.1.0.0.00.00 - Uso de Material de Consumo	91.352.937,90
3.3.1.1.0.00.00 - Consumo de Material	78.126.890,28
3.3.1.1.1.00.00 - Consumo de Material - Consolidação	78.126.890,28
3.3.1.2.0.00.00 - Distribuição de Material Gratuito	13.226.047,62
3.3.1.2.1.00.00 - Distribuição de Material Gratuito - Consolidação	13.226.047,62
3.3.1.2.2.00.00 - Distribuição de Material Gratuito - Intra OFSS	
3.3.1.2.3.00.00 - Distribuição de Material Gratuito - Inter OFSS - União	
3.3.1.2.4.00.00 - Distribuição de Material Gratuito - Inter OFSS - Estado	
3.3.1.2.5.00.00 - Distribuição de Material Gratuito - Inter OFSS - Município	
3.3.2.0.0.00.00 - Serviços	293.401.473,70
3.3.2.1.0.00.00 - Diárias	1.985.319,95
3.3.2.1.1.00.00 - Diárias - Consolidação	1.985.319,95
3.3.2.2.0.00.00 - Serviços Terceiros - PF	23.934.365,15
3.3.2.2.1.00.00 - Serviços Terceiros - PF - Consolidação	23.934.365,15
3.3.2.3.0.00.00 - Serviços Terceiros - PJ	228.071.879,79
3.3.2.3.1.00.00 - Serviços Terceiros - PJ - Consolidação	228.071.879,79
3.3.2.3.2.00.00 - Serviços Terceiros - PJ - Intra OFSS	
3.3.2.3.3.00.00 - Serviços Terceiros - PJ - Inter OFSS - União	
3.3.2.3.4.00.00 - Serviços Terceiros - PJ - Inter OFSS - Estado	
3.3.2.3.5.00.00 - Serviços Terceiros - PJ - Inter OFSS - Município	
3.3.2.4.0.00.00 - Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra – Art. 18 § 1, LC 101/00	39.409.908,81
3.3.2.4.1.00.00 - Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra - Art. 18 § 1, LC 101/00 - Consolidação	39.409.908,81
3.3.2.4.2.00.00 - Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra - Art. 18 § 1, LC 101/00 - Intra OFSS	
3.3.2.4.3.00.00 - Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra - Art. 18 § 1, LC 101/00 - Inter OFSS - União	
3.3.2.4.4.00.00 - Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra - Art. 18 § 1, LC 101/00 - Inter OFSS - Estado	
3.3.2.4.5.00.00 - Contrato de Terceirização por Substituição de mão de Obra - Art. 18 § 1, LC 101/00 - Inter OFSS - Município	
3.3.3.0.0.00.00 - Depreciação, Amortização e Exaustão	5.665.120,38
3.3.3.1.0.00.00 - Depreciação	5.661.993,69
3.3.3.1.1.00.00 - Depreciação - Consolidação	5.661.993,69
3.3.3.2.0.00.00 - Amortização	3.126,69
3.3.3.2.1.00.00 - Amortização - Consolidação	3.126,69
3.3.3.3.0.00.00 - Exaustão	
3.3.3.3.1.00.00 - Exaustão - Consolidação	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2024
3.4.0.0.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	
3.4.1.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	
3.4.1.1.0.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna	
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	
3.4.1.1.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Intra OFSS	
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União	
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - Estado	
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - Município	
3.4.1.2.0.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa	
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	
3.4.1.3.0.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária	
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	
3.4.1.3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Intra OFSS	
3.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Inter OFSS - União	
3.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Inter OFSS - Estado	
3.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Inter OFSS - Município	
3.4.1.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária	
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária - Consolidação	
3.4.1.8.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos	
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Consolidação	
3.4.1.8.2.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Intra OFSS	
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter OFSS - União	
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter OFSS - Estado	
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter OFSS - Município	
3.4.1.9.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos	
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	
3.4.2.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora	
3.4.2.1.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos	
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	
3.4.2.1.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Intra OFSS	
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter OFSS - União	
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter OFSS - Estado	
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter OFSS - Município	
3.4.2.2.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos	
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	
3.4.2.3.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços	
3.4.2.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação	
3.4.2.3.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Intra OFSS	
3.4.2.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Inter OFSS - União	
3.4.2.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Inter OFSS - Estado	
3.4.2.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Inter OFSS - Município	
3.4.2.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	
3.4.2.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação	
3.4.2.4.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Intra OFSS	
3.4.2.4.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - União	
3.4.2.4.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - Estado	
3.4.2.4.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - Município	
3.4.2.5.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Previdenciárias	
3.4.2.5.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Previdenciárias - Consolidação	
3.4.2.5.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Previdenciárias - Intra OFSS	
3.4.2.5.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Previdenciárias - Inter OFSS - União	
3.4.2.5.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Previdenciárias - Inter OFSS - Estado	
3.4.2.5.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Obrigações Previdenciárias - Inter OFSS - Município	
3.4.2.6.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
3.4.2.6.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	
3.4.2.6.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Intra OFSS	
3.4.2.6.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - União	
3.4.2.6.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - Estado	
3.4.2.6.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - Municipio	
3.4.2.9.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora	
3.4.2.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	
3.4.2.9.2.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Intra OFSS	
3.4.2.9.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Inter OFSS - União	
3.4.2.9.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Inter OFSS - Estado	
3.4.2.9.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Inter OFSS - Município	
3.4.3.0.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais	
3.4.3.1.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna	
3.4.3.1.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação	
3.4.3.1.2.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Intra OFSS	
3.4.3.1.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União	
3.4.3.1.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - Estado	
3.4.3.1.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - Município	
3.4.3.2.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa	
3.4.3.2.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação	
3.4.3.3.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Interna	
3.4.3.3.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Interna - Consolidação	
3.4.3.3.2.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Interna - Intra OFSS	
3.4.3.3.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Interna - Inter OFSS - União	
3.4.3.3.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Interna - Inter OFSS - Estado	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2024
3.4.3.3.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Interna - Inter OFSS - Município	
3.4.3.4.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Externa	
3.4.3.4.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária Externa - Consolidação	
3.4.3.5.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
3.4.3.5.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	
3.4.3.5.2.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos - Intra OFSS	
3.4.3.5.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos - Inter OFSS- União	
3.4.3.5.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos - Inter OFSS - Estado	
3.4.3.5.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos - Inter OFSS- Município	
3.4.3.9.0.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais	
3.4.3.9.1.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	
3.4.3.9.2.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Intra OFSS	
3.4.3.9.3.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	
3.4.3.9.4.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Estado	
3.4.3.9.5.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Município	
3.4.4.0.0.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos	
3.4.4.1.0.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos	
3.4.4.1.1.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação	
3.4.4.1.2.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos - Intra OFSS	
3.4.4.1.3.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos - Inter OFSS - União	
3.4.4.1.4.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos - Inter OFSS - Estado	
3.4.4.1.5.00.00 - Descontos Financeiros Concedidos - Inter OFSS - Município	
3.4.5.0.0.00.00 - Remuneração Negativa de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	
3.4.5.1.0.00.00 - Remuneração Negativa de Depósitos Bancários	
3.4.5.1.1.00.00 - Remuneração Negativa de Depósitos Bancários - Consolidação	
3.4.5.2.0.00.00 - Remuneração Negativa de Aplicações Financeiras	
3.4.5.2.1.00.00 - Remuneração Negativa de Aplicações Financeiras - Consolidação	
3.4.6.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
3.4.6.1.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
3.4.6.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	
3.4.6.1.2.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Intra OFSS	
3.4.6.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - União	
3.4.6.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - Estado	
3.4.6.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Inter OFSS - Municipio	
3.4.8.0.0.00.00 - Aportes ao Banco Central	
3.4.8.1.0.00.00 - Resultado Negativo do Banco Central	
3.4.8.1.1.00.00 - Resultado Negativo do Banco Central - Consolidação	
3.4.8.2.0.00.00 - Manutenção da Carteira de Títulos	
3.4.8.2.1.00.00 - Manutenção da Carteira de Títulos - Consolidação	
3.4.9.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	
3.4.9.1.0.00.00 - Juros e Encargos em Sentenças Judiciais	
3.4.9.1.1.00.00 - Juros e Encargos em Sentenças Judiciais - Consolidação	
3.4.9.1.2.00.00 - Juros e Encargos em Sentenças Judiciais - Intra OFSS	
3.4.9.1.3.00.00 - Juros e Encargos em Sentenças Judiciais - Inter OFSS - União	
3.4.9.1.4.00.00 - Juros e Encargos em Sentenças Judiciais - Inter OFSS - Estado	
3.4.9.1.5.00.00 - Juros e Encargos em Sentenças Judiciais - Inter OFSS - Município	
3.4.9.2.0.00.00 - Juros e Encargos em Indenizações e Restituições	
3.4.9.2.1.00.00 - Juros e Encargos em Indenizações e Restituições - Consolidação	
3.4.9.2.2.00.00 - Juros e Encargos em Indenizações e Restituições - Intra OFSS	
3.4.9.2.3.00.00 - Juros e Encargos em Indenizações e Restituições - Inter OFSS - União	
3.4.9.2.4.00.00 - Juros e Encargos em Indenizações e Restituições - Inter OFSS - Estado	
3.4.9.2.5.00.00 - Juros e Encargos em Indenizações e Restituições - Inter OFSS - Município	
3.4.9.9.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	
3.4.9.9.1.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras - Consolidação	
3.4.9.9.2.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras - Intra OFSS	
3.4.9.9.3.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras - Inter OFSS - União	
3.4.9.9.4.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras - Inter OFSS - Estado	
3.4.9.9.5.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras - Inter OFSS - Município	
3.5.0.0.0.00.00 - Transferências e Delegações Concedidas	137.068.291,61
3.5.1.0.0.00.00 - Transferências Intragovernamentais	37.168.779,84
3.5.1.1.0.00.00 - Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	30.168.779,76
3.5.1.1.2.00.00 - Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	30.168.779,76
3.5.1.2.0.00.00 - Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária	
3.5.1.2.2.00.00 - Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	
3.5.1.3.0.00.00 - Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	7.000.000,08
3.5.1.3.2.00.00 - Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS – Intra OFSS	7.000.000,08
3.5.1.4.0.00.00 - Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RGPS	
3.5.1.4.2.00.00 - Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RGPS – Intra OFSS	
3.5.1.5.0.00.00 - Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	
3.5.1.5.2.00.00 - Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) - Intra OFSS	
3.5.2.0.0.00.00 - Transferências Inter Governamentais	72.086.679,61
3.5.2.1.0.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	
3.5.2.1.1.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Consolidação	
3.5.2.1.3.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas – Inter OFSS - União	
3.5.2.1.4.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas – Inter OFSS - Estado	
3.5.2.1.5.00.00 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas – Inter OFSS - Município	
3.5.2.2.0.00.00 - Transferências ao FUNDEB	69.520.679,61
3.5.2.2.4.00.00 - Transferências ao FUNDEB - Inter OFSS - Estado	69.520.679,61
3.5.2.3.0.00.00 - Transferências Voluntárias	2.566.000,00
3.5.2.3.1.00.00 - Transferências Voluntárias - Consolidação	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2024
3.5.2.3.3.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	
3.5.2.3.4.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Estado	
3.5.2.3.5.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	2.566.000,00
3.5.2.4.0.00.00 - Outras Transferências	
3.5.2.4.1.00.00 - Outras Transferências - Consolidação	
3.5.2.4.3.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - União	
3.5.2.4.4.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - Estado	
3.5.2.4.5.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - Município	
3.5.3.0.0.00.00 - Transferências a Instituições Privadas	11.463.428,80
3.5.3.1.0.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	11.463.428,80
3.5.3.1.1.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	11.463.428,80
3.5.3.2.0.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	
3.5.3.2.1.00.00 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	
3.5.4.0.0.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais	
3.5.4.1.0.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais	
3.5.4.1.1.00.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais - Consolidação	
3.5.5.0.0.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos	16.349.403,36
3.5.5.1.0.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos	16.349.403,36
3.5.5.1.1.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos - Consolidação	16.349.403,36
3.5.6.0.0.00.00 - Transferências ao Exterior	
3.5.6.1.0.00.00 - Transferências ao Exterior	
3.5.6.1.1.00.00 - Transferências ao Exterior - Consolidação	
3.5.7.0.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada	
3.5.7.1.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Entes	
3.5.7.1.3.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Entes – Inter OFSS - União	
3.5.7.1.4.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Entes – Inter OFSS - Estado	
3.5.7.1.5.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Entes – Inter OFSS - Município	
3.5.7.2.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios	
3.5.7.2.1.00.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios - Consolidação	
3.5.9.0.0.00.00 - Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00
3.5.9.1.0.00.00 - Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00
3.5.9.1.1.00.00 - Outras Transferências e Delegações Concedidas - Consolidação	0,00
3.5.9.1.2.00.00 - Outras Transferências Concedidas - Intra OFSS	
3.5.9.1.3.00.00 - Outras Transferências Concedidas - Inter OFSS - União	
3.5.9.1.4.00.00 - Outras Transferências Concedidas - Inter OFSS - Estado	
3.5.9.1.5.00.00 - Outras Transferências Concedidas - Inter OFSS - Município	
3.6.0.0.0.00.00 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	73.007.827,03
3.6.1.0.0.00.00 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	25.418.674,12
3.6.1.1.0.00.00 - Reavaliação de Imobilizado	
3.6.1.1.1.00.00 - Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	
3.6.1.2.0.00.00 - Reavaliação de Intangíveis	
3.6.1.2.1.00.00 - Reavaliação de Intangíveis - Consolidação	
3.6.1.3.0.00.00 - Reavaliação de Outros Ativos	
3.6.1.3.1.00.00 - Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação	
3.6.1.4.0.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos	5.558.890,22
3.6.1.4.1.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Consolidação	5.558.890,22
3.6.1.4.2.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Intra OFSS	
3.6.1.4.3.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - União	
3.6.1.4.4.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Estado	
3.6.1.4.5.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Município	
3.6.1.5.0.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	
3.6.1.5.1.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	
3.6.1.6.0.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Intangíveis	
3.6.1.6.1.00.00 - Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação	
3.6.1.7.0.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários	19.859.783,90
3.6.1.7.1.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários - Consolidação	19.859.783,90
3.6.1.7.2.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários - Intra OFSS	
3.6.1.7.3.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários - Inter OFSS - União	
3.6.1.7.4.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários - Inter OFSS - Estado	
3.6.1.7.5.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários - Inter OFSS - Município	
3.6.1.8.0.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Estoques	
3.6.1.8.1.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação	
3.6.2.0.0.00.00 - Perdas com Alienação	
3.6.2.1.0.00.00 - Perdas com Alienação de Investimentos	
3.6.2.1.1.00.00 - Perdas com Alienação de Investimentos - Consolidação	
3.6.2.1.2.00.00 - Perdas com Alienação de Investimentos - Intra OFSS	
3.6.2.1.3.00.00 - Perdas com Alienação de Investimentos - Inter OFSS - União	
3.6.2.1.4.00.00 - Perdas com Alienação de Investimentos - Inter OFSS - Estado	
3.6.2.1.5.00.00 - Perdas com Alienação de Investimentos - Inter OFSS - Município	
3.6.2.2.0.00.00 - Perdas com Alienação de Imobilizado	
3.6.2.2.1.00.00 - Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação	
3.6.2.3.0.00.00 - Perdas com Alienação de Intangíveis	
3.6.2.3.1.00.00 - Perdas com Alienação de Intangíveis - Consolidação	
3.6.2.9.0.00.00 - Perdas com Alienação de Demais Ativos	
3.6.2.9.1.00.00 - Perdas com Alienação de Demais Ativos - Consolidação	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2024
3.6.2.9.2.00.00 - Perdas com Alienação de Demais Ativos - Intra OFSS	
3.6.2.9.3.00.00 - Perdas com Alienação de Demais Ativos - Inter OFSS - União	
3.6.2.9.4.00.00 - Perdas com Alienação de Demais Ativos - Inter OFSS - Estado	
3.6.2.9.5.00.00 - Perdas com Alienação de Demais Ativos - Inter OFSS - Município	
3.6.3.0.0.00.00 - Perdas Involuntárias	9.908,14
3.6.3.1.0.00.00 - Perdas Involuntárias com Imobilizado	9.908,14
3.6.3.1.1.00.00 - Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação	9.908,14
3.6.3.2.0.00.00 - Perdas Involuntárias com Intangíveis	
3.6.3.2.1.00.00 - Perdas Involuntárias com Intangíveis - Consolidação	
3.6.3.3.0.00.00 - Perdas Involuntárias com Estoques	
3.6.3.3.1.00.00 - Perdas Involuntárias com Estoques - Consolidação	
3.6.3.9.0.00.00 - Outras Perdas Involuntárias	
3.6.3.9.1.00.00 - Outras Perdas Involuntárias - Consolidação	
3.6.4.0.0.00.00 - Incorporação de Passivos	58.301,39
3.6.4.1.0.00.00 - Incorporação de Passivos	58.301,39
3.6.4.1.1.00.00 - Incorporação de Passivos - Consolidação	58.301,39
3.6.4.1.2.00.00 - Incorporação de Passivos - Intra OFSS	
3.6.4.1.3.00.00 - Incorporação de Passivos - Inter OFSS - União	
3.6.4.1.4.00.00 - Incorporação de Passivos - Inter OFSS - Estado	
3.6.4.1.5.00.00 - Incorporação de Passivos - Inter OFSS - Município	
3.6.5.0.0.00.00 - Desincorporação de Ativos	47.520.943,38
3.6.5.1.0.00.00 - Desincorporação de Ativos	47.520.943,38
3.6.5.1.1.00.00 - Desincorporação de Ativos - Consolidação	47.520.943,38
3.6.5.1.2.00.00 - Desincorporação de Ativos - Intra OFSS	
3.6.5.1.3.00.00 - Desincorporação de Ativos - Inter OFSS - União	
3.6.5.1.4.00.00 - Desincorporação de Ativos - Inter OFSS - Estado	
3.6.5.1.5.00.00 - Desincorporação de Ativos - Inter OFSS - Município	
3.7.0.0.0.00.00 - Tributárias	7.874.785,17
3.7.1.0.0.00.00 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	560,00
3.7.1.1.0.00.00 - Impostos	
3.7.1.1.1.00.00 - Impostos- Consolidação	
3.7.1.1.2.00.00 - Impostos- Intra OFSS	
3.7.1.1.3.00.00 - Impostos - Inter OFSS - União	
3.7.1.1.4.00.00 - Impostos - Inter OFSS - Estado	
3.7.1.1.5.00.00 - Impostos - Inter OFSS - Município	
3.7.1.2.0.00.00 - Taxas	560,00
3.7.1.2.1.00.00 - Taxas - Consolidação	
3.7.1.2.2.00.00 - Taxas - Intra OFSS	
3.7.1.2.3.00.00 - Taxas - Inter OFSS - União	
3.7.1.2.4.00.00 - Taxas - Inter OFSS - Estado	560,00
3.7.1.2.5.00.00 - Taxas - Inter OFSS - Município	
3.7.1.3.0.00.00 - Contribuições de Melhoria	
3.7.1.3.1.00.00 - Contribuições de Melhoria - Consolidação	
3.7.1.3.2.00.00 - Contribuições de Melhoria - Intra OFSS	
3.7.1.3.3.00.00 - Contribuições de Melhoria - Inter OFSS - União	
3.7.1.3.4.00.00 - Contribuições de Melhoria - Inter OFSS - Estado	
3.7.1.3.5.00.00 - Contribuições de Melhoria - Inter OFSS - Município	
3.7.2.0.0.00.00 - Contribuições	7.874.225,17
3.7.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	7.752.558,34
3.7.2.1.1.00.00 - Contribuições Sociais - Consolidação	7.633.161,17
3.7.2.1.2.00.00 - Contribuições Sociais - Intra OFSS	
3.7.2.1.3.00.00 - Contribuições Sociais - Inter OFSS - União	119.397,17
3.7.2.1.4.00.00 - Contribuições Sociais - Inter OFSS - Estado	
3.7.2.1.5.00.00 - Contribuições Sociais - Inter OFSS - Município	
3.7.2.2.0.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	
3.7.2.2.1.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Consolidação	
3.7.2.2.2.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Intra OFSS	
3.7.2.2.3.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Inter OFSS - União	
3.7.2.2.4.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Inter OFSS - Estado	
3.7.2.2.5.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Inter OFSS - Município	
3.7.2.3.0.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip	
3.7.2.3.1.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip - Consolidação	
3.7.2.3.2.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip - Intra OFSS	
3.7.2.3.3.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip - Inter OFSS - União	
3.7.2.3.4.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip - Inter OFSS - Estado	
3.7.2.3.5.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip - Inter OFSS - Município	
3.7.2.9.0.00.00 - Outras Contribuições	121.666,83
3.7.2.9.1.00.00 - Outras Contribuições - Consolidação	121.666,83
3.7.2.9.2.00.00 - Outras Contribuições - Intra OFSS	
3.7.2.9.3.00.00 - Outras Contribuições - Inter OFSS - União	
3.7.2.9.4.00.00 - Outras Contribuições - Inter OFSS - Estado	
3.7.2.9.5.00.00 - Outras Contribuições - Inter OFSS - Município	
3.8.0.0.0.00.00 - Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	
3.8.1.0.0.00.00 - Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	
3.8.1.1.0.00.00 - Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	
3.8.1.1.1.00.00 - CMV - Consolidação	
3.8.1.1.2.00.00 - CMV - Intra OFSS	
3.8.1.1.3.00.00 - CMV - Inter OFSS - União	
3.8.1.1.4.00.00 - CMV - Inter OFSS - Estado	
3.8.1.1.5.00.00 - CMV - Inter OFSS - Município	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2024
3.8.2.0.0.00.00 - Custo dos Produtos Vendidos - CPV	
3.8.2.1.0.00.00 - Custo dos Produtos Vendidos - CPV	
3.8.2.1.1.00.00 - CPV - Consolidação	
3.8.2.1.2.00.00 - CPV - Intra OFSS	
3.8.2.1.3.00.00 - CPV - Inter OFSS - União	
3.8.2.1.4.00.00 - CPV - Inter OFSS - Estado	
3.8.2.1.5.00.00 - CPV - Inter OFSS - Município	
3.8.3.0.0.00.00 - Custo dos Serviços Prestados - CSP	
3.8.3.1.0.00.00 - Custo dos Serviços Prestados - CSP	
3.8.3.1.1.00.00 - CSP - Consolidação	
3.8.3.1.2.00.00 - CSP - Intra OFSS	
3.8.3.1.3.00.00 - CSP - Inter OFSS - União	
3.8.3.1.4.00.00 - CSP - Inter OFSS - Estado	
3.8.3.1.5.00.00 - CSP - Inter OFSS - Município	
3.9.0.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	336.203.133,50
3.9.1.0.0.00.00 - Premiações	9.465,00
3.9.1.1.0.00.00 - Premiações Culturais	
3.9.1.1.1.00.00 - Premiações Culturais - Consolidação	
3.9.1.1.2.00.00 - Premiações Culturais - Intra OFSS	
3.9.1.1.3.00.00 - Premiações Culturais - Inter OFSS - União	
3.9.1.1.4.00.00 - Premiações Culturais - Inter OFSS - Estado	
3.9.1.1.5.00.00 - Premiações Culturais - Inter OFSS - Município	
3.9.1.2.0.00.00 - Premiações Artísticas	
3.9.1.2.1.00.00 - Premiações Artísticas - Consolidação	
3.9.1.2.2.00.00 - Premiações Artísticas - Intra OFSS	
3.9.1.2.3.00.00 - Premiações Artísticas - Inter OFSS - União	
3.9.1.2.4.00.00 - Premiações Artísticas - Inter OFSS - Estado	
3.9.1.2.5.00.00 - Premiações Artísticas - Inter OFSS - Município	
3.9.1.3.0.00.00 - Premiações Cientificas	
3.9.1.3.1.00.00 - Premiações Cientificas - Consolidação	
3.9.1.3.2.00.00 - Premiações Cientificas - Intra OFSS	
3.9.1.3.3.00.00 - Premiações Cientificas - Inter OFSS - União	
3.9.1.3.4.00.00 - Premiações Cientificas - Inter OFSS - Estado	
3.9.1.3.5.00.00 - Premiações Cientificas - Inter OFSS - Município	
3.9.1.4.0.00.00 - Premiações Desportivas	
3.9.1.4.1.00.00 - Premiações Desportivas - Consolidação	
3.9.1.4.2.00.00 - Premiações Desportivas - Intra OFSS	
3.9.1.4.3.00.00 - Premiações Desportivas - Inter OFSS - União	
3.9.1.4.4.00.00 - Premiações Desportivas - Inter OFSS - Estado	
3.9.1.4.5.00.00 - Premiações Desportivas - Inter OFSS - Município	
3.9.1.5.0.00.00 - Ordens Honorificas	9.465,00
3.9.1.5.1.00.00 - Ordens Honorificas - Consolidação	9.465,00
3.9.1.5.2.00.00 - Ordens Honorificas - Intra OFSS	
3.9.1.5.3.00.00 - Ordens Honorificas - Inter OFSS - União	
3.9.1.5.4.00.00 - Ordens Honorificas - Inter OFSS - Estado	
3.9.1.5.5.00.00 - Ordens Honorificas - Inter OFSS - Município	
3.9.1.9.0.00.00 - Outras Premiações	
3.9.1.9.1.00.00 - Outras Premiações - Consolidação	
3.9.1.9.2.00.00 - Outras Premiações - Intra OFSS	
3.9.1.9.3.00.00 - Outras Premiações - Inter OFSS - União	
3.9.1.9.4.00.00 - Outras Premiações - Inter OFSS - Estado	
3.9.1.9.5.00.00 - Outras Premiações - Inter OFSS - Município	
3.9.2.0.0.00.00 - Resultado Negativo de Participações	
3.9.2.1.0.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	
3.9.2.1.1.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	
3.9.2.1.2.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	
3.9.2.1.3.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - União	
3.9.2.1.4.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - Estado	
3.9.2.1.5.00.00 - Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - Município	
3.9.3.0.0.00.00 - Operações da Autoridade Monetária	
3.9.3.1.0.00.00 - Juros	
3.9.3.1.1.00.00 - Juros - Consolidação	
3.9.3.2.0.00.00 - Posição de Negociação	
3.9.3.2.1.00.00 - Posição de Negociação - Consolidação	
3.9.3.3.0.00.00 - Posição de Investimentos	
3.9.3.3.1.00.00 - Posição de Investimentos - Consolidação	
3.9.3.4.0.00.00 - Correção Cambial	
3.9.3.4.1.00.00 - Correção Cambial - Consolidação	
3.9.3.9.0.00.00 - Outras VPD de Operações da Autoridade Monetária	
3.9.3.9.1.00.00 - Outras VPD de Operações da Autoridade Monetária - Consolidação	
3.9.4.0.0.00.00 - Incentivos	472.495,30
3.9.4.1.0.00.00 - Incentivos a Educação	
3.9.4.1.1.00.00 - Incentivos a Educação - Consolidação	
3.9.4.2.0.00.00 - Incentivos a Ciência	
3.9.4.2.1.00.00 - Incentivos a Ciência - Consolidação	
3.9.4.3.0.00.00 - Incentivos a Cultura	
3.9.4.3.1.00.00 - Incentivos a Cultura - Consolidação	
3.9.4.3.2.00.00 - Incentivos a Cultura - Intra OFSS	
3.9.4.3.3.00.00 - Incentivos a Cultura - Inter OFSS - União	
3.9.4.3.4.00.00 - Incentivos a Cultura - Inter OFSS - Estado	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2024
3.9.4.3.5.00.00 - Incentivos a Cultura - Inter OFSS - Município	
3.9.4.4.0.00.00 - Incentivos ao Esporte	472.495,30
3.9.4.4.1.00.00 - Incentivos ao Esporte - Consolidação	472.495,30
3.9.4.4.2.00.00 - Incentivos ao Esporte - Intra OFSS	
3.9.4.4.3.00.00 - Incentivos ao Esporte - Inter OFSS - União	
3.9.4.4.4.00.00 - Incentivos ao Esporte - Inter OFSS - Estado	
3.9.4.4.5.00.00 - Incentivos ao Esporte - Inter OFSS - Município	
3.9.4.9.0.00.00 - Outros Incentivos	
3.9.4.9.1.00.00 - Outros Incentivos - Consolidação	
3.9.4.9.2.00.00 - Outros Incentivos - Intra OFSS	
3.9.4.9.3.00.00 - Outros Incentivos - Inter OFSS - União	
3.9.4.9.4.00.00 - Outros Incentivos - Inter OFSS - Estado	
3.9.4.9.5.00.00 - Outros Incentivos - Inter OFSS - Município	
3.9.5.0.0.00.00 - Subvenções Econômicas	
3.9.5.1.0.00.00 - Subvenções Econômicas	
3.9.5.1.1.00.00 - Subvenções Econômicas - Consolidação	
3.9.5.1.2.00.00 - Subvenções Econômicas - Intra OFSS	
3.9.5.1.3.00.00 - Subvenções Econômicas - Inter OFSS - União	
3.9.5.1.4.00.00 - Subvenções Econômicas - Inter OFSS - Estado	
3.9.5.1.5.00.00 - Subvenções Econômicas - Inter OFSS - Município	
3.9.6.0.0.00.00 - Participações e Contribuições	
3.9.6.1.0.00.00 - Participações de Debêntures	
3.9.6.1.1.00.00 - Participações de Debêntures - Consolidação	
3.9.6.1.2.00.00 - Participações de Debêntures - Intra OFSS	
3.9.6.1.3.00.00 - Participações de Debêntures - Inter OFSS - União	
3.9.6.1.4.00.00 - Participações de Debêntures - Inter OFSS - Estado	
3.9.6.1.5.00.00 - Participações de Debêntures - Inter OFSS - Município	
3.9.6.2.0.00.00 - Participações de Empregados	
3.9.6.2.1.00.00 - Participações de Empregados - Consolidação	
3.9.6.3.0.00.00 - Participações de Administradores	
3.9.6.3.1.00.00 - Participações de Administradores - Consolidação	
3.9.6.4.0.00.00 - Participações de Partes Beneficiarias	
3.9.6.4.1.00.00 - Participações de Partes Beneficiarias - Consolidação	
3.9.6.4.2.00.00 - Participações de Partes Beneficiarias - Intra OFSS	
3.9.6.4.3.00.00 - Participações de Partes Beneficiarias - Inter OFSS - União	
3.9.6.4.4.00.00 - Participações de Partes Beneficiarias - Inter OFSS - Estado	
3.9.6.4.5.00.00 - Participações de Partes Beneficiarias - Inter OFSS - Município	
3.9.6.5.0.00.00 - Participações de Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados	
3.9.6.5.1.00.00 - Participações de Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados - Consolidação	
3.9.6.5.2.00.00 - Participações de Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados - Intra OFSS	
3.9.6.5.3.00.00 - Participações de Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados - Inter OFSS - União	
3.9.6.5.4.00.00 - Participações de Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados - Inter OFSS - Estado	
3.9.6.5.5.00.00 - Participações de Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados - Inter OFSS - Município	
3.9.7.0.0.00.00 - VPD de Constituição de Provisões	329.631.354,41
3.9.7.1.0.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas	
3.9.7.1.1.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Consolidação	
3.9.7.1.2.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Intra OFSS	
3.9.7.1.3.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Inter OFSS - União	
3.9.7.1.4.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Inter OFSS - Estado	
3.9.7.1.5.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Inter OFSS - Município	
3.9.7.2.0.00.00 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	329.631.354,41
3.9.7.2.1.00.00 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	329.631.354,41
3.9.7.2.2.00.00 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Intra OFSS	
3.9.7.2.3.00.00 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Inter OFSS - União	
3.9.7.2.4.00.00 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Inter OFSS - Estado	
3.9.7.2.5.00.00 - VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	
3.9.7.3.0.00.00 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais	
3.9.7.3.1.00.00 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais – Consolidação	
3.9.7.3.2.00.00 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais – Intra OFSS	
3.9.7.3.3.00.00 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais – Inter OFSS - União	
3.9.7.3.4.00.00 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais – Inter OFSS - Estado	
3.9.7.3.5.00.00 - VPD de Provisões para Riscos Fiscais – Inter OFSS - Município	
3.9.7.4.0.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Cíveis	
3.9.7.4.1.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Cíveis – Consolidação	
3.9.7.4.2.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Cíveis – Intra OFSS	
3.9.7.4.3.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Cíveis – Inter OFSS - União	
3.9.7.4.4.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Cíveis – Inter OFSS - Estado	
3.9.7.4.5.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Cíveis – Inter OFSS - Município	
3.9.7.5.0.00.00 - VPD de Provisão para Repartição de Créditos	
3.9.7.5.3.00.00 - VPD de Provisão para Repartição de Créditos - Inter OFSS - União	
3.9.7.5.4.00.00 - VPD de Provisão para Repartição de Créditos - Inter OFSS - Estados	
3.9.7.5.5.00.00 - VPD de Provisão para Repartição de Créditos - Inter OFSS - Município	
3.9.7.6.0.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP	
3.9.7.6.1.00.00 - VPD de Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP - Consolidação	
3.9.7.7.0.00.00 - VPD de Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental	
3.9.7.7.1.00.00 - VPD de Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental - Consolidação	
3.9.7.7.2.00.00 - VPD de Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental - Intra OFSS	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2024
3.9.7.7.3.00.00 - VPD de Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental - Inter OFSS - União	
3.9.7.7.4.00.00 - VPD de Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental - Inter OFSS - Estado	
3.9.7.7.5.00.00 - VPD de Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental - Inter OFSS - Município	
3.9.7.9.0.00.00 - VPD de Outras Provisões	
3.9.7.9.1.00.00 - VPD de Outras Provisões - Consolidação	
3.9.7.9.2.00.00 - VPD de Outras Provisões - Intra OFSS	
3.9.7.9.3.00.00 - VPD de Outras Provisões - Inter OFSS - União	
3.9.7.9.4.00.00 - VPD de Outras Provisões - Inter OFSS - Estado	
3.9.7.9.5.00.00 - VPD de Outras Provisões - Inter OFSS - Município	
3.9.9.0.0.00.00 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6.089.818,79
3.9.9.1.0.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	
3.9.9.1.2.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Intra OFSS	
3.9.9.1.3.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	
3.9.9.1.4.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - Estado	
3.9.9.1.5.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - Município	
3.9.9.2.0.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios	114.491,51
3.9.9.2.3.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - União	
3.9.9.2.4.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - Estado	
3.9.9.2.5.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - Município	114.491,51
3.9.9.3.0.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Bonificações	
3.9.9.3.1.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Bonificações - Consolidação	
3.9.9.3.2.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Bonificações - Intra OFSS	
3.9.9.3.3.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Bonificações - Inter OFSS - União	
3.9.9.3.4.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Bonificações - Inter OFSS - Estado	
3.9.9.3.5.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva com Bonificações - Inter OFSS - Município	
3.9.9.4.0.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos	
3.9.9.4.1.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Consolidação	
3.9.9.4.2.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Intra OFSS	
3.9.9.4.3.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Inter OFSS - União	
3.9.9.4.4.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Inter OFSS - Estado	
3.9.9.4.5.00.00 - Amortização de Ágio em Investimentos - Inter OFSS - Município	
3.9.9.5.0.00.00 - Multas Administrativas	
3.9.9.5.1.00.00 - Multas Administrativas - Consolidação	
3.9.9.5.2.00.00 - Multas Administrativas - Intra OFSS	
3.9.9.5.3.00.00 - Multas Administrativas - Inter OFSS - União	
3.9.9.5.4.00.00 - Multas Administrativas - Inter OFSS - Estado	
3.9.9.5.5.00.00 - Multas Administrativas - Inter OFSS - Município	
3.9.9.6.0.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.959.843,91
3.9.9.6.1.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Consolidação	5.959.843,91
3.9.9.6.2.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Intra OFSS	
3.9.9.6.3.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Inter OFSS - União	
3.9.9.6.4.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Inter OFSS - Estado	
3.9.9.6.5.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Inter OFSS - Município	
3.9.9.7.0.00.00 - Compensações ao RGPS	
3.9.9.7.1.00.00 - Compensações ao RGPS - Consolidação	
3.9.9.7.2.00.00 - Compensações ao RGPS - Intra OFSS	
3.9.9.7.3.00.00 - Compensações ao RGPS - Inter OFSS - União	
3.9.9.9.0.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	15.483,37
3.9.9.9.1.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	15.483,37
3.9.9.9.2.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Intra OFSS	
3.9.9.9.3.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS - União	
3.9.9.9.4.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS - Estado	
3.9.9.9.5.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS - Município	
Variação Patrimonial Aumentativa	-
Variação Patrimonial Aumentativa	-
4.0.0.0.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa	1.253.260.430,17
4.1.0.0.0.00.00 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	248.134.181,78
4.1.1.0.0.00.00 - Impostos	229.735.467,32
4.1.1.1.0.00.00 - Impostos sobre Comercio Exterior	
4.1.1.1.1.00.00 - Impostos sobre Comercio Exterior - Consolidação	
4.1.1.1.2.00.00 - Impostos sobre Comercio Exterior - Intra OFSS	
4.1.1.1.3.00.00 - Impostos sobre Comercio Exterior - Inter OFSS - União	
4.1.1.1.4.00.00 - Impostos sobre Comercio Exterior - Inter OFSS - Estado	
4.1.1.1.5.00.00 - Impostos sobre Comercio Exterior - Inter OFSS - Município	
4.1.1.2.0.00.00 - Impostos sobre Patrimônio e a Renda	229.488.476,61
4.1.1.2.1.00.00 - Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Consolidação	229.488.476,61
4.1.1.2.2.00.00 - Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Intra OFSS	
4.1.1.2.3.00.00 - Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Inter OFSS - União	
4.1.1.2.4.00.00 - Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Inter OFSS - Estado	
4.1.1.2.5.00.00 - Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Inter OFSS - Município	
4.1.1.3.0.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação	246.990,71
4.1.1.3.1.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação - Consolidação	246.990,71
4.1.1.3.2.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação - Intra OFSS	
4.1.1.3.3.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação - Inter OFSS - União	
4.1.1.3.4.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação - Inter OFSS - Estado	
4.1.1.3.5.00.00 - Impostos sobre a Produção e a Circulação - Inter OFSS - Município	
4.1.1.4.0.00.00 - Impostos Extraordinários	
4.1.1.4.1.00.00 - Impostos Extraordinários - Consolidação	
4.1.1.4.2.00.00 - Impostos Extraordinários - Intra OFSS	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2024
4.1.1.4.3.00.00 - Impostos Extraordinários - Inter OFSS - União	
4.1.1.4.4.00.00 - Impostos Extraordinários - Inter OFSS - Estado	
4.1.1.4.5.00.00 - Impostos Extraordinários - Inter OFSS - Município	
4.1.1.9.0.00.00 - Outros Impostos	
4.1.1.9.1.00.00 - Outros Impostos - Consolidação	
4.1.1.9.2.00.00 - Outros Impostos - Intra OFSS	
4.1.1.9.3.00.00 - Outros Impostos - Inter OFSS - União	
4.1.1.9.4.00.00 - Outros Impostos - Inter OFSS - Estado	
4.1.1.9.5.00.00 - Outros Impostos - Inter OFSS - Município	
4.1.2.0.0.00.00 - Taxas	18.398.714,46
4.1.2.1.0.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	15.386.302,74
4.1.2.1.1.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação	15.386.302,74
4.1.2.1.2.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Intra OFSS	
4.1.2.1.3.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Inter OFSS - União	
4.1.2.1.4.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Inter OFSS - Estado	
4.1.2.1.5.00.00 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Inter OFSS - Município	
4.1.2.2.0.00.00 - Taxas Pela Prestação de Serviços	3.012.411,72
4.1.2.2.1.00.00 - Taxas Pela Prestação de Serviços - Consolidação	3.012.411,72
4.1.2.2.2.00.00 - Taxas Pela Prestação de Serviços - Intra OFSS	
4.1.2.2.3.00.00 - Taxas Pela Prestação de Serviços - Inter OFSS - União	
4.1.2.2.4.00.00 - Taxas Pela Prestação de Serviços - Inter OFSS - Estado	
4.1.2.2.5.00.00 - Taxas Pela Prestação de Serviços - Inter OFSS - Município	
4.1.3.0.0.00.00 - Contribuições de Melhoria	
4.1.3.1.0.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário	
4.1.3.1.1.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário - Consolidação	
4.1.3.1.2.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário - Intra OFSS	
4.1.3.1.3.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário - Inter OFSS - União	
4.1.3.1.4.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário - Inter OFSS - Estado	
4.1.3.1.5.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário - Inter OFSS - Município	
4.1.3.2.0.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade	
4.1.3.2.1.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Consolidação	
4.1.3.2.2.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Intra OFSS	
4.1.3.2.3.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Inter OFSS - União	
4.1.3.2.4.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Inter OFSS - Estado	
4.1.3.2.5.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade - Inter OFSS - Município	
4.1.3.3.0.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural	
4.1.3.3.1.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural - Consolidação	
4.1.3.3.2.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural - Intra OFSS	
4.1.3.3.3.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural - Inter OFSS - União	
4.1.3.3.4.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural - Inter OFSS - Estado	
4.1.3.3.5.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural - Inter OFSS - Município	
4.1.3.4.0.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação e Obras Complementares	
4.1.3.4.1.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação e Obras Complementares - Consolidação	
4.1.3.4.2.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação e Obras Complementares - Intra OFSS	
4.1.3.4.3.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação e Obras Complementares - Inter OFSS - União	
4.1.3.4.4.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação e Obras Complementares - Inter OFSS - Estado	
4.1.3.4.5.00.00 - Contribuição de Melhoria Pela Pavimentação e Obras Complementares - Inter OFSS - Município	
4.1.3.9.0.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria	
4.1.3.9.1.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria - Consolidação	
4.1.3.9.2.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria - Intra OFSS	
4.1.3.9.3.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria - Inter OFSS - União	
4.1.3.9.4.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria - Inter OFSS - Estado	
4.1.3.9.5.00.00 - Outras Contribuições de Melhoria - Inter OFSS - Município	
4.2.0.0.0.00.00 - Contribuições	63.202.964,31
4.2.1.0.0.00.00 - Contribuições Sociais	57.478.188,30
4.2.1.1.0.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS e Militares	57.477.910,80
4.2.1.1.1.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS e Militares - Consolidação	29.796.099,58
4.2.1.1.1.02.00 - Contribuição do Segurado ao RPPS	22.790.548,55
4.2.1.1.1.03.00 - Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial	7.000.000,08
4.2.1.1.1.04.00 - Contribuições para Custeio das Pensões e Inatividade Militares	
4.2.1.1.1.97.00 - (-) Deduções	
4.2.1.1.1.99.00 - Outras Contribuições Sociais - RPPS	5.550,95
4.2.1.1.2.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS e Militares - Intra OFSS	27.681.811,22
4.2.1.1.3.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS - Inter OFSS – União	
4.2.1.1.4.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS - Inter OFSS - Estado	
4.2.1.1.5.00.00 - Contribuições Sociais - RPPS - Inter OFSS - Município	
4.2.1.2.0.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS	
4.2.1.2.1.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Consolidação	
4.2.1.2.2.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Intra OFSS	
4.2.1.2.3.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Inter OFSS - União	
4.2.1.2.4.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Inter OFSS - Estado	
4.2.1.2.5.00.00 - Contribuições Sociais - RGPS - Inter OFSS - Município	
4.2.1.3.0.00.00 - Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento	
4.2.1.3.1.00.00 - Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento - Consolidação	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2024
4.2.1.3.2.00.00 - Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento - Intra OFSS	
4.2.1.3.3.00.00 - Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento - Inter OFSS - União	
4.2.1.3.4.00.00 - Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento - Inter OFSS - Estado	
4.2.1.3.5.00.00 - Contribuição sobre a Receita ou o Faturamento - Inter OFSS - Município	
4.2.1.4.0.00.00 - Contribuição sobre o Lucro	
4.2.1.4.1.00.00 - Contribuição sobre o Lucro - Consolidação	
4.2.1.4.2.00.00 - Contribuição sobre o Lucro - Intra OFSS	
4.2.1.4.3.00.00 - Contribuição sobre o Lucro - Inter OFSS - União	
4.2.1.4.4.00.00 - Contribuição sobre o Lucro - Inter OFSS - Estado	
4.2.1.4.5.00.00 - Contribuição sobre o Lucro - Inter OFSS - Município	
4.2.1.5.0.00.00 - Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognostico	277,50
4.2.1.5.1.00.00 - Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognostico - Consolidação	
4.2.1.5.2.00.00 - Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognostico - Intra OFSS	
4.2.1.5.3.00.00 - Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognostico - Inter OFSS - União	277,50
4.2.1.5.4.00.00 - Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognostico - Inter OFSS - Estado	
4.2.1.5.5.00.00 - Contribuição sobre Receita de Concurso de Prognostico - Inter OFSS - Município	
4.2.1.6.0.00.00 - Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior	
4.2.1.6.1.00.00 - Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior - Consolidação	
4.2.1.6.2.00.00 - Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior - Intra OFSS	
4.2.1.6.3.00.00 - Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior - Inter OFSS - União	
4.2.1.6.4.00.00 - Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior - Inter OFSS - Estado	
4.2.1.6.5.00.00 - Contribuição do Importador de Bens ou Serviços do Exterior - Inter OFSS - Município	
4.2.1.9.0.00.00 - Outras Contribuições Sociais	
4.2.1.9.1.00.00 - Outras Contribuições Sociais - Consolidação	
4.2.1.9.2.00.00 - Outras Contribuições Sociais - Intra OFSS	
4.2.1.9.3.00.00 - Outras Contribuições Sociais - Inter OFSS - União	
4.2.1.9.4.00.00 - Outras Contribuições Sociais - Inter OFSS - Estado	
4.2.1.9.5.00.00 - Outras Contribuições Sociais - Inter OFSS - Município	
4.2.2.0.0.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	
4.2.2.1.0.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	
4.2.2.1.1.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Consolidação	
4.2.2.1.2.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Intra OFSS	
4.2.2.1.3.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Inter OFSS - União	
4.2.2.1.4.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Inter OFSS - Estado	
4.2.2.1.5.00.00 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - Inter OFSS - Município	
4.2.3.0.0.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública	5.724.776,01
4.2.3.1.0.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública	5.724.776,01
4.2.3.1.1.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública - Consolidação	5.724.776,01
4.2.3.1.2.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública - Intra OFSS	
4.2.3.1.5.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública - Inter OFSS - Município	
4.2.4.0.0.00.00 - Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	
4.2.4.1.0.00.00 - Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	
4.2.4.1.1.00.00 - Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais - Consolidação	
4.2.4.1.2.00.00 - Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais - Intra OFSS	
4.2.4.1.3.00.00 - Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais - Inter OFSS - União	
4.3.0.0.0.00.00 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.188.963,66
4.3.1.0.0.00.00 - Venda de Mercadorias	
4.3.1.1.0.00.00 - Venda Bruta de Mercadorias	
4.3.1.1.1.00.00 - Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	
4.3.1.1.2.00.00 - Venda Bruta de Mercadorias - Intra OFSS	
4.3.1.1.3.00.00 - Venda Bruta de Mercadorias - Inter OFSS - União	
4.3.1.1.4.00.00 - Venda Bruta de Mercadorias - Inter OFSS - Estado	
4.3.1.1.5.00.00 - Venda Bruta de Mercadorias - Inter OFSS - Município	
4.3.1.9.0.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias	
4.3.1.9.1.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	
4.3.1.9.2.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias - Intra OFSS	
4.3.1.9.3.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias - Inter OFSS - União	
4.3.1.9.4.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias - Inter OFSS - Estado	
4.3.1.9.5.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Mercadorias - Inter OFSS - Município	
4.3.2.0.0.00.00 - Venda de Produtos	
4.3.2.1.0.00.00 - Venda Bruta de Produtos	
4.3.2.1.1.00.00 - Venda Bruta de Produtos - Consolidação	
4.3.2.1.2.00.00 - Venda Bruta de Produtos - Intra OFSS	
4.3.2.1.3.00.00 - Venda Bruta de Produtos - Inter OFSS - União	
4.3.2.1.4.00.00 - Venda Bruta de Produtos - Inter OFSS - Estado	
4.3.2.1.5.00.00 - Venda Bruta de Produtos - Inter OFSS - Município	
4.3.2.9.0.00.00 - (-) Deduções de Venda Bruta de Produtos	
4.3.2.9.1.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Produtos - Consolidação	
4.3.2.9.2.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Produtos - Intra OFSS	
4.3.2.9.3.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Produtos - Inter OFSS - União	
4.3.2.9.4.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Produtos - Inter OFSS - Estado	
4.3.2.9.5.00.00 - (-) Deduções da Venda Bruta de Produtos - Inter OFSS - Município	
4.3.3.0.0.00.00 - Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	2.188.963,66
4.3.3.1.0.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	2.188.963,66
4.3.3.1.1.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	2.188.963,66
4.3.3.1.2.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Intra OFSS	
4.3.3.1.3.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Inter OFSS - União	
4.3.3.1.4.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Inter OFSS - Estado	
4.3.3.1.5.00.00 - Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Inter OFSS - Município	
4.3.3.9.0.00.00 - (-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2024
4.3.3.9.1.00.00 - (-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	
4.3.3.9.2.00.00 - (-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Intra OFSS	
4.3.3.9.3.00.00 - (-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Inter OFSS - União	
4.3.3.9.4.00.00 - (-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Inter OFSS - Estado	
4.3.3.9.5.00.00 - (-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Inter OFSS - Município	
4.4.0.0.0.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	18.305.378,43
4.4.1.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
4.4.1.1.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos	
4.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Consolidação	
4.4.1.1.2.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Intra OFSS	
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - União	
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município	
4.4.1.2.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos	
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Consolidação	
4.4.1.2.2.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Intra OFSS	
4.4.1.2.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Inter OFSS - União	
4.4.1.2.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.1.2.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Inter OFSS - Município	
4.4.1.3.0.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	
4.4.1.3.2.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Intra OFSS	
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - União	
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município	
4.4.1.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos	
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	
4.4.2.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora	9.201.883,49
4.4.2.1.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos	
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	
4.4.2.1.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Intra OFSS	
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - União	
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município	
4.4.2.2.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos	
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	
4.4.2.3.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços	74.344,13
4.4.2.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Consolidação	74.344,13
4.4.2.3.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Intra OFSS	
4.4.2.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Inter OFSS - União	
4.4.2.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Inter OFSS - Estado	
4.4.2.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Inter OFSS - Município	
4.4.2.4.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários	9.127.539,36
4.4.2.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários - Consolidação	9.127.539,36
4.4.2.4.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários - Intra OFSS	
4.4.2.4.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários - Inter OFSS - União	
4.4.2.4.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários - Inter OFSS - Estado	
4.4.2.4.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários - Inter OFSS - Município	
4.4.2.5.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Previdenciários	
4.4.2.5.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Previdenciários - Consolidação	
4.4.2.5.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Previdenciários - Intra OFSS	
4.4.2.5.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Previdenciários - Inter OFSS - União	
4.4.2.5.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Previdenciários - Inter OFSS - Estado	
4.4.2.5.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Previdenciários - Inter OFSS - Município	
4.4.2.6.0.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	
4.4.2.6.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Consolidação	
4.4.2.6.2.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Intra OFSS	
4.4.2.6.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - União	
4.4.2.6.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.2.6.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Municipio	
4.4.2.9.0.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora	
4.4.2.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	
4.4.2.9.2.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Intra OFSS	
4.4.2.9.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Inter OFSS - União	
4.4.2.9.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Inter OFSS - Estado	
4.4.2.9.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Mora - Inter OFSS - Município	
4.4.3.0.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais	359.979,18
4.4.3.1.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos	
4.4.3.1.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Consolidação	
4.4.3.1.2.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Intra OFSS	
4.4.3.1.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - União	
4.4.3.1.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.3.1.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município	
4.4.3.2.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Externos Concedidos	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2024
4.4.3.2.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Externos Concedidos - Consolidação	
4.4.3.3.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos	
4.4.3.3.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	
4.4.3.3.2.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Intra OFSS	
4.4.3.3.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - União	
4.4.3.3.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.3.3.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Inter OFSS - Município	
4.4.3.4.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Externos Concedidos	
4.4.3.4.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	
4.4.3.5.0.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	
4.4.3.5.1.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Consolidação	
4.4.3.5.1.01.00 - Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Consolidação	
4.4.3.5.1.02.00 - Variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Consolidação	
4.4.3.5.2.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Intra OFSS	
4.4.3.5.2.01.00 - Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Intra OFSS	
4.4.3.5.2.02.00 - Variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Intra OFSS	
4.4.3.5.3.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - União	
4.4.3.5.3.01.00 - Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - União	
4.4.3.5.3.02.00 - Variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - União	
4.4.3.5.4.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.3.5.4.01.00 - Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.3.5.4.02.00 - Variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.3.5.5.00.00 - Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Municipio	
4.4.3.5.5.01.00 - Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Municipio	
4.4.3.5.5.02.00 - Variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Municipio	
4.4.3.9.0.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais	359.979,18
4.4.3.9.1.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	359.979,18
4.4.3.9.2.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Intra OFSS	
4.4.3.9.3.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	
4.4.3.9.4.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Estado	
4.4.3.9.5.00.00 - Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Município	
4.4.4.0.0.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos	
4.4.4.1.0.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos	
4.4.4.1.1.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos - Consolidação	
4.4.4.1.2.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos - Intra OFSS	
4.4.4.1.3.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos - Inter OFSS - União	
4.4.4.1.4.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.4.1.5.00.00 - Descontos Financeiros Obtidos - Inter OFSS - Município	
4.4.5.0.0.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	8.743.515,76
4.4.5.1.0.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários	277,38
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	277,38
4.4.5.2.0.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras	8.743.238,38
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	8.743.238,38
4.4.5.2.2.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Intra OFSS	
4.4.6.0.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	
4.4.6.1.0.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos	
4.4.6.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos - Consolidação	
4.4.6.1.2.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos - Intra - OFSS	
4.4.6.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos - Inter OFSS - União	
4.4.6.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.6.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos - Inter OFSS - Município	
4.4.6.2.0.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Obtidos	
4.4.6.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Obtidos - Consolidação	
4.4.6.2.2.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Obtidos - Intra - OFSS	
4.4.6.2.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - União	
4.4.6.2.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Estado	
4.4.6.2.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Obtidos - Inter OFSS - Município	
4.4.8.0.0.00.00 - Aportes do Banco Central	
4.4.8.1.0.00.00 - Resultado Positivo do Banco Central	
4.4.8.1.1.00.00 - Resultado Positivo do Banco Central - Consolidação	
4.4.9.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	
4.4.9.1.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	
4.4.9.1.1.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras - Consolidação	
4.4.9.1.2.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras - Intra OFSS	
4.4.9.1.3.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras - Inter OFSS - União	
4.4.9.1.4.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras - Inter OFSS - Estado	
4.4.9.1.5.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras - Inter OFSS - Município	
4.5.0.0.0.00.00 - Transferências e Delegações Recebidas	630.769.081,86
4.5.1.0.0.00.00 - Transferências Intragovernamentais	30.120.000,00
4.5.1.1.0.00.00 - Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	30.120.000,00
4.5.1.1.2.00.00 - Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	30.120.000,00
4.5.1.2.0.00.00 - Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	
4.5.1.2.2.00.00 - Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	
4.5.1.3.0.00.00 - Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	
4.5.1.3.2.00.00 - Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS – Intra OFSS	
4.5.1.4.0.00.00 - Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS	
4.5.1.4.2.00.00 - Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS – Intra OFSS	
4.5.1.5.0.00.00 - Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	
4.5.1.5.2.00.00 - Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) - Intra OFSS	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2024
4.5.2.0.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	600.649.081,86
4.5.2.1.0.00.00 - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas	424.944.504,98
4.5.2.1.1.00.00 - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Consolidação	
4.5.2.1.3.00.00 - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS – União	140.249.397,80
4.5.2.1.4.00.00 - Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS - Estado	284.695.107,18
4.5.2.2.0.00.00 - Transferências do FUNDEB	147.873.024,39
4.5.2.2.3.00.00 - Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - União	
4.5.2.2.4.00.00 - Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - Estado	147.873.024,39
4.5.2.3.0.00.00 - Transferências Voluntárias	24.904.447,91
4.5.2.3.1.00.00 - Transferências Voluntárias - Consolidação	24.904.447,91
4.5.2.3.3.00.00 - Transferências Voluntárias – Inter OFSS - União	
4.5.2.3.4.00.00 - Transferências Voluntárias – Inter OFSS - Estado	
4.5.2.3.5.00.00 - Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	
4.5.2.4.0.00.00 - Outras Transferências	2.927.104,58
4.5.2.4.1.00.00 - Outras Transferências - Consolidação	2.927.104,58
4.5.2.4.3.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - União	
4.5.2.4.4.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - Estado	
4.5.2.4.5.00.00 - Outras Transferências – Inter OFSS - Município	
4.5.3.0.0.00.00 - Transferências das Instituições Privadas	
4.5.3.1.0.00.00 - Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
4.5.3.1.1.00.00 - Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	
4.5.3.2.0.00.00 - Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos	
4.5.3.2.1.00.00 - Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	
4.5.4.0.0.00.00 - Transferências das Instituições Multigovernamentais	
4.5.4.1.0.00.00 - Transferências das Instituições Multigovernamentais	
4.5.4.1.1.00.00 - Transferências das Instituições Multigovernamentais - Consolidação	
4.5.5.0.0.00.00 - Transferências de Consórcios Públicos	
4.5.5.1.0.00.00 - Transferências de Consórcios Públicos	
4.5.5.1.1.00.00 - Transferências de Consórcios Públicos - Consolidação	
4.5.6.0.0.00.00 - Transferências do Exterior	
4.5.6.1.0.00.00 - Transferências do Exterior	
4.5.6.1.1.00.00 - Transferências do Exterior - Consolidação	
4.5.7.0.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada	
4.5.7.1.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Entes	
4.5.7.1.3.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Entes – Inter OFSS - União	
4.5.7.1.4.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Entes – Inter OFSS - Estado	
4.5.7.1.5.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Entes – Inter OFSS - Município	
4.5.7.2.0.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Consórcios	
4.5.7.2.1.00.00 - Execução Orçamentária Delegada de Consórcios - Consolidação	
4.5.8.0.0.00.00 - Transferências de Pessoas Físicas	
4.5.8.1.0.00.00 - Transferências de Pessoas Físicas	
4.5.8.1.1.00.00 - Transferências de Pessoas Físicas - Consolidação	
4.5.9.0.0.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas	
4.5.9.1.0.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas	
4.5.9.1.1.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas - Consolidação	
4.5.9.1.2.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas - Intra OFSS	
4.5.9.1.3.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas - Inter OFSS - União	
4.5.9.1.4.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas - Inter OFSS - Estado	
4.5.9.1.5.00.00 - Outras Transferências e Delegações Recebidas - Inter OFSS - Município	
4.6.0.0.0.00.00 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	70.750.496,38
4.6.1.0.0.00.00 - Reavaliação de Ativos	58.045.092,82
4.6.1.1.0.00.00 - Reavaliação de Imobilizado	35.215.002,31
4.6.1.1.1.00.00 - Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	35.215.002,31
4.6.1.2.0.00.00 - Reavaliação de Intangíveis	
4.6.1.2.1.00.00 - Reavaliação de Intangíveis - Consolidação	
4.6.1.7.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Ajuste de Ganhos de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários	22.830.090,51
4.6.1.7.1.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Ajuste de Ganhos de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporários - Consolidação	22.830.090,51
4.6.1.9.0.00.00 - Reavaliação de Outros Ativos	
4.6.1.9.1.00.00 - Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação	
4.6.2.0.0.00.00 - Ganhos com Alienação	
4.6.2.1.0.00.00 - Ganhos com Alienação de Investimentos	
4.6.2.1.1.00.00 - Ganhos com Alienação de Investimentos - Consolidação	
4.6.2.1.2.00.00 - Ganhos com Alienação de Investimentos - Intra OFSS	
4.6.2.2.0.00.00 - Ganhos com Alienação de Imobilizado	
4.6.2.2.1.00.00 - Ganhos com Alienação de Imobilizado - Consolidação	
4.6.2.3.0.00.00 - Ganhos com Alienação de Intangíveis	
4.6.2.3.1.00.00 - Ganhos com Alienação de Intangíveis - Consolidação	
4.6.2.9.0.00.00 - Ganhos com Alienação de Demais Ativos	
4.6.2.9.1.00.00 - Ganhos com Alienação de Demais Ativos - Consolidação	
4.6.3.0.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos	12.704.723,56
4.6.3.1.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas	
4.6.3.1.1.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas - Consolidação	
4.6.3.2.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos	
4.6.3.2.1.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos - Consolidação	
4.6.3.3.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos Apreendidos	
4.6.3.3.1.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos Apreendidos - Consolidação	
4.6.3.4.0.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos Por Produção	
4.6.3.4.1.00.00 - Ganhos com Incorporação de Ativos Por Produção - Consolidação	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2024
4.6.3.9.0.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	12.704.723,56
4.6.3.9.1.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Consolidação	12.704.723,56
4.6.3.9.2.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Intra OFSS	
4.6.3.9.3.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Inter OFSS - União	
4.6.3.9.4.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Inter OFSS - Estado	
4.6.3.9.5.00.00 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Inter OFSS - Município	
4.6.4.0.0.00.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos	680,00
4.6.4.1.0.00.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos	680,00
4.6.4.1.1.00.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos - Consolidação	680,00
4.6.4.1.2.00.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos - Intra OFSS	
4.6.4.1.3.00.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos - Inter OFSS - União	
4.6.4.1.4.00.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos - Inter OFSS - Estado	
4.6.4.1.5.00.00 - Ganhos com Desincorporação de Passivos - Inter OFSS - Município	
4.6.5.0.0.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável	
4.6.5.1.0.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos	
4.6.5.1.1.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Consolidação	
4.6.5.1.2.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Intra OFSS	
4.6.5.1.3.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - União	
4.6.5.1.4.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Estado	
4.6.5.1.5.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Investimentos - Inter OFSS - Município	
4.6.5.2.0.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	
4.6.5.2.1.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	
4.6.5.3.0.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Intangíveis	
4.6.5.3.1.00.00 - Reversão de Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação	
4.6.6.0.0.00.00 - Reversão de Reavaliação	
4.6.6.1.0.00.00 - Reversão de Reavaliação de Imobilizado	
4.6.6.1.1.00.00 - Reversão de Reavaliação de Imobilizado – Consolidação	
4.9.0.0.0.00.00 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	219.909.363,75
4.9.1.0.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	3.411.680,64
4.9.1.1.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	3.411.680,64
4.9.1.1.1.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar - Consolidação	3.411.680,64
4.9.1.1.2.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar - Intra OFSS	
4.9.1.1.3.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar - Inter OFSS - União	
4.9.1.1.4.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar - Inter OFSS - Estado	
4.9.1.1.5.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar - Inter OFSS - Município	
4.9.2.0.0.00.00 - Resultado Positivo de Participações	
4.9.2.1.0.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	
4.9.2.1.1.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	
4.9.2.1.2.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	
4.9.2.1.3.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - União	
4.9.2.1.4.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - Estado	
4.9.2.1.5.00.00 - Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Inter OFSS - Município	
4.9.2.2.0.00.00 - Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos	
4.9.2.2.1.00.00 - Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Consolidação	
4.9.2.2.2.00.00 - Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Intra OFSS	
4.9.2.2.3.00.00 - Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Inter OFSS - União	
4.9.2.2.4.00.00 - Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Inter OFSS - Estado	
4.9.2.2.5.00.00 - Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Inter OFSS - Município	
4.9.3.0.0.00.00 - Operações da Autoridade Monetária	
4.9.3.1.0.00.00 - Juros	
4.9.3.1.1.00.00 - Juros - Consolidação	
4.9.3.2.0.00.00 - Posição de Negociação	
4.9.3.2.1.00.00 - Posição de Negociação - Consolidação	
4.9.3.3.0.00.00 - Posição de Investimentos	
4.9.3.3.1.00.00 - Posição de Investimentos - Consolidação	
4.9.3.4.0.00.00 - Correção Cambial	
4.9.3.4.1.00.00 - Correção Cambial - Consolidação	
4.9.3.9.0.00.00 - Outras VPD de Operações da Autoridade Monetária	
4.9.3.9.1.00.00 - Outras VPD de Operações da Autoridade Monetária - Consolidação	
4.9.5.0.0.00.00 - Subvenções Econômicas	
4.9.5.1.0.00.00 - Subvenções Econômicas	
4.9.5.1.1.00.00 - Subvenções Econômicas - Consolidação	
4.9.5.1.2.00.00 - Subvenções Econômicas - Intra OFSS	
4.9.5.1.3.00.00 - Subvenções Econômicas - Inter OFSS - União	
4.9.5.1.4.00.00 - Subvenções Econômicas - Inter OFSS - Estado	
4.9.5.1.5.00.00 - Subvenções Econômicas - Inter OFSS - Município	
4.9.7.0.0.00.00 - Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	196.690.249,01
4.9.7.1.0.00.00 - Reversão de Provisões	194.376.677,39
4.9.7.1.1.00.00 - Reversão de Provisões – Consolidação	194.376.677,39
4.9.7.1.2.00.00 - Reversão de Provisões – Intra OFSS	
4.9.7.1.3.00.00 - Reversão de Provisões – Inter OFSS - União	
4.9.7.1.4.00.00 - Reversão de Provisões – Inter OFSS - Estados	
4.9.7.1.5.00.00 - Reversão de Provisões – Inter OFSS - Municípios	
4.9.7.2.0.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas	2.313.571,62
4.9.7.2.1.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas – Consolidação	
4.9.7.2.2.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas - Intra OFSS	2.313.571,62
4.9.7.2.3.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas –Inter OFSS – União	
4.9.7.2.4.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas –Inter OFSS – Estado	
4.9.7.2.5.00.00 - Reversão de Ajustes de Perdas –Inter OFSS - Município	
4.9.9.0.0.00.00 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	19.807.434,10

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Balanço Anual (DCA)
Prefeitura Municipal de Sorriso - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2024
Período de referência: Período único (anual)

Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial	Valores 31/12/2024
4.9.9.1.0.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	1.184.831,14
4.9.9.1.2.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Intra OFSS	
4.9.9.1.3.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	1.184.831,14
4.9.9.1.4.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - Estado	
4.9.9.1.5.00.00 - Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - Município	0,00
4.9.9.2.0.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios	330.307,62
4.9.9.2.3.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - União	
4.9.9.2.4.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - Estado	
4.9.9.2.5.00.00 - Compensação Financeira entre Regimes Próprios - Inter OFSS - Município	330.307,62
4.9.9.3.0.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Bonificações	
4.9.9.3.1.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Bonificações - Consolidação	
4.9.9.3.2.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Bonificações - Intra OFSS	
4.9.9.3.3.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Bonificações - Inter OFSS - União	
4.9.9.3.4.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Bonificações - Inter OFSS - Estado	
4.9.9.3.5.00.00 - Variação Patrimonial Aumentativa com Bonificações - Inter OFSS - Município	
4.9.9.4.0.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos	
4.9.9.4.1.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Consolidação	
4.9.9.4.2.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Intra OFSS	
4.9.9.4.3.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Inter OFSS - União	
4.9.9.4.4.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Inter OFSS - Estado	
4.9.9.4.5.00.00 - Amortização de Deságio em Investimentos - Inter OFSS - Município	
4.9.9.5.0.00.00 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	8.954.486,94
4.9.9.5.1.00.00 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Consolidação	8.954.486,94
4.9.9.5.2.00.00 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Intra OFSS	
4.9.9.5.3.00.00 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Inter OFSS - União	
4.9.9.5.4.00.00 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Inter OFSS - Estado	
4.9.9.5.5.00.00 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Inter OFSS - Município	
4.9.9.6.0.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	9.323.954,70
4.9.9.6.1.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Consolidação	9.323.954,70
4.9.9.6.2.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Intra OFSS	
4.9.9.6.3.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Inter OFSS - União	
4.9.9.6.4.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Inter OFSS - Estado	
4.9.9.6.5.00.00 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Inter OFSS - Município	
4.9.9.8.0.00.00 - Créditos para Amortização de Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização	
4.9.9.8.2.00.00 - Créditos para Amortização de Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização - Intra OFSS	
4.9.9.9.0.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	13.853,70
4.9.9.9.1.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	
4.9.9.9.2.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Intra OFSS	13.853,70
4.9.9.9.3.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS - União	
4.9.9.9.4.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS - Estado	
4.9.9.9.5.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Inter OFSS - Município	
Resultado Patrimonial do Período	-
Resultado Patrimonial do Período	-
Resultado Patrimonial do Período	-9.831.369,02

DCA-Anexo I-HI | Demonstrativo das Variações Patrimoniais Quantitativas e Resultado Patrimonial do Período

Notas Explicativas Variações Patrimoniais	Valores 31/12/2024
Notas Explicativas Variações Patrimoniais	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE POR CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2025

A Administração Pública Municipal de Sorriso, no uso de suas atribuições legais, propõe a celebração com a *ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE*, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida Organização da Sociedade Civil - (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração, no valor total de R$ 90. 000,00 (noventa mil reais).

DA JUSTIFICATIVA

No que tange às parcerias, o Estado busca “por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal”.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS –APAE de Sorriso é a única organização instalada neste Município que trabalha com o atendimento de pessoas com deficiência intelectual, múltipla (deficiência intelectual associada à outra deficiência) e/ou transtorno global do desenvolvimento, que necessitam de apoio;

O recurso financeiro para esta Inexigibilidade de Chamamento Público é oriundo de emendas parlamentares impositiva – EI 06 e EI 46 – dos vereadores Marlon Zanella, Rodrigo Machado e Acácio Ambrosini, observada no orçamento público previsto na Lei Municipal nº 3.628/2024, observada no orçamento público previsto na Lei Municipal nº 3.628/2024, que deverá ser utilizado em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/14, e as prescrições contidas no decreto Municipal nº 186/2017 e demais normas vigentes.

Nesse sentido, a APAE de Sorriso-MT desenvolve suas ações desde 1989. Conforme estabelecido em seu estatuto, trata-se de uma associação civil beneficente que realiza atividades voltadas para educação, prevenção, defesa e garantia de direitos, saúde e assistência social. A mesma está credenciada pelo órgão gestor da respectiva política pública e tem como MISSÃO: "Promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços e apoio à família, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual e múltipla (deficiência intelectual associada a outra deficiência) e construir uma sociedade justa e solidária."

Atendendo a capacidade técnica e operacional da Instituição, onde dispõe no seu quadro de funcionários as especialidades: fisioterapia, psicologia, assistência social, fonoaudiologia, pedagogia, e outros colaboradores para manutenção e cumprimento de sua finalidade.

Tendo em conta que a OSC realiza os atendimentos em acordo com as diretrizes Curriculares Nacionais e com as normas da Secretaria Municipal de Educação. Com isso se observa, que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da APAE, ora avaliado, são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho, existindo a reciprocidade de interesse das partes (Administração Pública e APAE) na realização, em mútua cooperação, desta parceria.

O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada. Observa pelo Plano apresentado, com descrição da infraestrutura e da equipe de profissionais, a viabilidade de sua execução. Para tanto compõem o mesmo o cronograma de desembolso dos recursos, que está dentro de valores de mercado.

O presente Termo de Colaboração se faz necessário, pois possibilita ao município contornar as falhas e preencher as lacunas que eventualmente inviabilizam o correto atendimento dos anseios sociais pela administração, como possibilita a continuidade e a ampliação das atividades desenvolvidas pela associação, beneficiando diretamente o público atendido. As aulas de capoeira, além de contribuírem para o desenvolvimento físico, promovem valores como disciplina, respeito e integração social.

A Comissão de Avaliação e Monitoramento se utilizará dos meios disponíveis para fiscalização da execução do presente Termo de Colaboração, contando com o auxílio dos demais profissionais das diversas áreas do Município, procurando obter o fiel cumprimento da execução das metas e objetivos propostos no Plano de Trabalho apresentado.

Por todo o acima exposto, e conforme o parecer técnico apresentado e toda a documentação juntada, foram atendidos aos preceitos do art. 31, inciso II, da Lei nº 13.019/2014; Decreto Municipal nº 186/2017 e demais Normas Vigentes, assim, **Justifico e Autorizo** a celebração por Inexigibilidade de Chamamento Público e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração.

Sorriso - MT, 29 de abril de 2025.

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.182, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar Gerson Candido Ribeiro (titular) e Ademir Francisco de Freitas (substituto), fiscais do **TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 022/2024,** originado do processo de **INEXIGIBILIDADE Nº 022/2024** com a finalidade de **"CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS SOLICITANTES".**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 28 de abril de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

GABINETE
LEI ORDINÁRIA Nº 1.492, DE 30 DE ABRIL DE 2025.

´´AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER DESCONTO E PARCELAMENTO NO PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO NO EXERCÍCIO DE 2025´´.

O Sr. Carlos Eduardo Borchardt, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica definido como data de vencimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU para o exercício de 2025 o dia 30 de maio de 2025.

Art. 2º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU do município de Tabaporã/MT para o exercício do ano de 2025, poderá ser pago em cota única ou em até 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas.

Art. 3º O pagamento em cota única terá desconto de 45% (quarenta e cinco por cento).

Art. 4º O contribuinte que não realizar o pagamento do IPTU/2025 em cota única poderá dividir o pagamento do tributo em até 06 (seis) prestações mensais e consecutivas, conforme tabela abaixo:

IPTU 2025	
Forma de Pagamento	Vencimento
Cota única (45% desconto)	30/05/2025
1ª Parcela	30/05/2025
2ª Parcela	30/06/2025
3ª Parcela	30/07/2025
4ª Parcela	30/08/2025
5ª Parcela	30/09/2025
6ª Parcela	30/10/2025

Art. 5º O lançamento do imposto deverá observar as disposições da Lei Complementar Municipal nº 20/2019 alterada pela Lei Complementar Municipal nº 22/2022.

Art. 6º Nos termos da disposição do art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 22/2022 que alterou a redação do art. 115, §1º, inciso III do Código Tributário Municipal incidirá o REDUTOR de 30% no cálculo do valor da edificação.

Art. 7º Nos termos da disposição do art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 22/2022 que alterou a redação a redação do art. 115, §2º, inciso III incidirá o REDUTOR de 50% no cálculo do valor do terreno.

Art. 8º Está Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 30 de abril de 2025.

Carlos Eduardo Borchardt

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI ORDINÁRIA Nº 1.493, DE 30 DE ABRIL DE 2025.

*"*Atualiza e adequa a Lei nº 1.454 de 26 de junho de 2024, que regulamenta a organização, a gestão, o financiamento, a articulação e o controle social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Município de Tabaporã – MT, em conformidade com a Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), com a NOB/SUAS, e com a Resolução CNAS nº 100, de 20 de abril de 2023".

O Sr. Carlos Eduardo Borchardt, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Revoga os §§ 1º, 2º e 3º do Art. 6º, da Lei nº 1.454 de 26 de junho de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º. O Município Tabaporã atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

§ 1º. (Revogado).

§ 2º. (Revogado).

§ 3º. (Revogado)."

Art. 2º. Altera a redação aos parágrafos §3º e §5º, do Art. 19 da Lei nº 1. 454 de 26 de junho de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º. Fica impedido de representar o segmento dos trabalhadores na composição dos conselhos e no processo de conferências o profissional que estiver no exercício em cargo de designação, função de confiança, cargo em comissão ou de direção na gestão da Rede Socioassistencial Pública ou de Organizações da Sociedade Civil.

"§ 5º. Deve-se observar, ao término de cada mandato de 2 (dois) anos do Conselho, a alternância entre a representação do governo e da sociedade civil, no exercício da função de presidente e vice-presidente."

Art. 3º. Acresce os parágrafos § 9º, 10 e 11 ao Art. 19, da Lei nº 1.454 de 26 de junho de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. (...)

§ 9º. Os representantes do Poder Público Municipal serão indicados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os quais detenham efetivo poder de representação e decisão no âmbito da Administração Pública.

§ 10. Os Conselheiros representantes da sociedade civil e entidades não governamentais assim como de representação do Poder Público serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e empossados pelo Titular da Pasta da Política de Assistência Social em prazo adequado e suficiente para não existir descontinuidade em sua representação.

§ 11. O CMAS terá no FMAS uma rubrica orçamentária própria para custeio da sua manutenção e funcionamento permanente, inclusive para pagamento de despesas referentes às passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições."

Art. 4º. Altera a redação do *caput* do Art. 23, da Lei nº 1.454 de 26 de junho de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social, além daquelas previstas na Lei Orgânica da Assistência Social, Norma Operacional Básica - NOBSUAS e Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social:"

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 30 de abril de 2025.

Carlos Eduardo Borchardt

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

PORTARIA Nº 636 DE 28 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora realizado sob o número de protocolo 4.729/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a partir de 29/04/2025 a servidora **LEICY DAIANE SOUZA MARÇAL**, registrada sob o nº 111864, admitida em 03/01/2023, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, do cargo comissionado de CHEFE DA CENTRAL MUNICIPAL DE REGULAÇÃO, nomeada mediante Portaria nº 005/2023 de 02 de Janeiro de 2023.

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

ANGELA XAVIER BELIZÁRIO

Secretária Municipal de Saúde em Exercício

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL REALIZADO EM ABRIL DE 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PESSOAL

EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL REALIZADO EM ABRIL DE 2025, PELOS ORDENADORES DE DESPESAS DAS RESPECTIVAS SECRETARIAS ABAIXO.

Contrato de Pessoal n°. 086/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: HADJANINY VALERYE DE FRANÇA SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender a necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº 001/2023, amparado na Lei nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei nº 5869/2022 alterada pela 5899/2022. O CONTRATADO, classificado em 22º lugar conforme o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 013/2023, publicado em 05/06/2023 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XVIII nº. 4248 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 05/06/2023 ano 12 nº 2993, convocado através do Edital Complementar 011/2025, Processo Seletivo nº 001/2023, prestará serviços no cargo 1333 – AUXILIAR DE FARMÁCIA, com carga horária de 40 horas semanais, a contratação justifica-se em substituição à rescisão da servidora Camilli Lima Mateus da Silva, pela necessidade de manter a continuidade dos atendimentos e ordem da Farmácia Central, considerando

que não há concurso público vigente para convocação de servidor efetivo, conforme Memorando nº 9.745/2025 da Secretaria Municipal de Saúde.

Cargo: 1333 – AUXILIAR DE FARMÁCIA

Carga Horária: com carga horária de 40 horas semanais

Valor: pela jornada de trabalho de 40 horas semanais o valor mensal de R$ 1.586,52 (Um mil quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) e adicional de insalubridade de 30% (trinta por cento) para Grau Médio, conforme Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP, homologado via Decreto nº 429 de 06 de Setembro de 2023, conforme Memorando nº 9.745/2025 da Secretaria Municipal de Saúde.

Dotação: 01. Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 02. Poder Executivo 03. Secretaria Municipal de Saúde 02. Fundo Municipal de Saúde 10. Saúde 303. Suporte Profilático e Terapêutico 0017. Assistência Farmacêutica 2320. Gestão das Farmácias Municipais – Ficha: 527 3.1.90.04.00 3.1.500.1002000.030-000 – Contratação por Tempo Determinado Ficha: 529 3.1.90.13.00 3.1.500.1002000.030-000– Obrigações Patronais – Unidade Orçamentária: 033536 – Manutenção das Farmácias Municipais – Contratado – Fonte: 3.1.500.1002000-030.000, Local de Trabalho: Farmácia Central, conforme Memorando nº 9.745/2025 da Secretaria Municipal de Saúde.

Vigência: O presente contrato terá vigência no período de 01/04/2025 à 31/03/2026, conforme Memorando nº 9.745/2025 da Secretaria Municipal de Saúde.

Secretaria: SAÚDE

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO; HADJANINY VALERYE DE FRANÇA SILVA.

Contrato de Pessoal n°. 087/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: GISELE APARECIDA TEIXEIRA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender a necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº 001/2024, amparado na Lei nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei nº 2653/2006. O CONTRATADO, classificado em 11º lugar conforme o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 012/2024, publicado em 26/06/2024 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XIX nº. 4513, convocado através do Edital Complementar 046/2025, Processo Seletivo nº 001/2024, prestará serviços no cargo 380 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM - USF, com carga horária de 40 horas semanais, a contratação justifica-se em substituição à rescisão da servidora Mariana Gomes Ferreira, pela necessidade de manter a continuidade dos atendimentos e ordem da Atenção Básica, considerando que não há concurso público vigente para convocação de servidor efetivo, conforme Memorando nº 9.743/2025 da Secretaria Municipal de Saúde.

Cargo: 380 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM - USF

Carga Horária: com carga horária de 40 horas semanais

Valor: pela jornada de trabalho de 40 horas semanais o valor mensal de R$ 2.089,62 (Dois mil e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos) e adicional de insalubridade de 30% (trinta por cento) para Grau Médio, conforme Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP, homologado via Decreto nº 429 de 06 de Setembro de 2023, conforme Memorando nº 9.743/2025 da Secretaria Municipal de Saúde.

Dotação: 01. Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 02. Poder Executivo 03. Secretaria Municipal de Saúde 02. Fundo Municipal de Saúde 10. Saúde 301. Atenção Básica 0013. Atenção Primária em Saúde 2304. Manutenção da Atenção Primária em Saúde – Ficha: 1002060 3.1.90.04.00 3.1.500.1002000-030.000 – Contratação por Tempo Determinado Ficha: 1002061 3.1.90.13.00 3.1.500.1002000-030.000 – Obrigações Patronais – Unidade Orçamentária: 033291 – Manutenção da Atenção Primária – Contratado – Fonte: 3.1.501.002.00-030.000, Local de Trabalho: USF Goiânia, conforme Memorando nº 9.743/2025 da Secretaria Municipal de Saúde.

Vigência: O presente contrato terá vigência no período de 01/04/2025 à 31/03/2026, conforme Memorando nº 9.743/2025 da Secretaria Municipal de Saúde.

Secretaria: SAÚDE

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO; GISELE APARECIDA TEIXEIRA.

Contrato de Pessoal n°. 088/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LUIS OTAVIO MARQUES DE OLIVEIRA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender a necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Assistência Social, Regulamentada a contratação dos profissionais através do Processo Seletivo nº 001/2024, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº 291/2023. O CONTRATADO, classificado em 7º lugar conforme o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº 012/2024, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024, publicado em 26/06/2024, no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XIX nº 4.513, e Diário Oficial de Tangará da Serra em 26/06/2024 nº 216/2024, convocado através do Edital Complementar nº 047/2025, Processo Seletivo Nº 001/2024, prestará serviços no cargo 1345 – PSICÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais. A referida solicitação de contratação se justifica pelo fato da necessidade de profissional de Psicólogo na unidade do Serviço de Acolhimento CASA DA CRIANÇA em substituição a vaga ocupada pela servidora Sra. DIENE FIALHO CANDIDO que solicitou exoneração do cargo mediante o Protocolo Servidor 1.906/2025 – Solicitação de exoneração (DIENE FIALHO CANDIDO), conforme Memorando nº 6.943/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Cargo: 1345 – PSICÓLOGO

Carga Horária: com carga horária de 40 horas semanais

Valor: a importância mensal de R$ 6.168,10 (Seis mil cento e sessenta e oito reais e dez centavos) pelo cumprimento das 40 horas semanais, conforme Memorando nº 6.943/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Dotação: 01. Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 02. Poder Executivo 08. Secretaria Municipal de Assistência Social 0802. Fundo Municipal de Assistência Social 08. Assistência Social 243. Assistência à Criança e ao Adolescente 0008. Promoção da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade 2817. Ações para Atender a Criança e o Adolescente Ficha: 1002253 – 3.1.90.04.00.00 1.1.500.000000-000000 Contratação por Tempo Determinado Ficha: 1002255 – 3.1.90.13.00.00 1.1.500.0000000-000000 -Obrigações Patronais - Unidade Orçamentária: 088267 – Ações para Atender a Criança e o Adolescente – Contratado, Local de Trabalho: Serviço de Acolhimento Casa da Criança, conforme Memorando nº 6.943/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Vigência: O presente contrato terá vigência no período de 01/04/2025 à 31/03/2026, conforme Memorando nº 6.943/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Secretaria: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARCIA REGINA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOSO; LUIS OTAVIO MARQUES DE OLIVEIRA.

Contrato de Pessoal n°. 089/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: VANESSA DE ALMEIDA FERNANDES

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender a necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Assistência Social, Regulamentada a contratação dos profissionais através do Processo Seletivo nº 001/2024, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº 4056/2013. O CONTRATADO, classificado em 1º lugar conforme o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº 012/2024, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024, publicado em 26/06/2024, no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XIX nº 4.513, e Diário Oficial de Tangará da Serra em 26/06/2024 nº 216/2024, convocado através do Edital Complementar nº 050/2025, Processo Seletivo Nº 001/2024, prestará serviços no cargo 0880 – GERENTE DO PROGRAMA ACESSUAS – TRABALHO PRONATEC, com carga horária de 40 horas semanais. A referida solicitação de contratação se justifica pela necessidade de contratar o profissional Gerente do Programa Acessuas em substituição a vaga da servidora Sra. SILVIA FERREIRA RODRIGUES DE OLIVEIRA, onde o contrato vencerá dia 13/04/2025 e não permitirá prorrogação, conforme Memorando nº 10.757/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Cargo: 0880 – GERENTE DO PROGRAMA ACESSUAS – TRABALHO PRONATEC

Carga Horária: com carga horária de 40 horas semanais

Valor: a importância mensal de R$ 5.407,17 (Cinco mil quatrocentos e sete reais e dezessete centavos) pelo cumprimento das 40 horas semanais, conforme Memorando nº 10.757/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Dotação: 01. Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 02. Poder Executivo 08. Secretaria Municipal de Assistência Social 0802. Fundo Municipal de Assistência Social 08. Assistência Social 244. Assistência Comunitária 0007. Promoção da Proteção Social Básica 2812. Manutenção do Convênio Acessuas Ficha: 1002558 – 3.1.90.04.00.00 1.1.500.000000 000 000 Contratação por Tempo Determinado Ficha: 1001554 – 3.1.90.13.00.00 1.1.500.0000000 000 000 -Obrigações Patronais - Unidade Orçamentária: 088266 – Manutenção do Convênio Acessuas – Contratado, Local de Trabalho: CRAS Setor 3 – Jardim Rio Preto, conforme Memorando nº 10.757/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Vigência: O presente contrato terá vigência no período de 14/04/2025 à 13/04/2026, conforme Memorando nº 10.757/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Secretaria: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARCIA REGINA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOSO; VANESSA DE ALMEIDA FERNANDES.

Contrato de Pessoal n°. 090/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARCOS AURELIO BORGES SABINO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter Emergencial Temporário, nos termos do §1º da Lei Complementar nº. 103/2006 de 09/03/2006 e Lei Municipal nº 4.447, de 22 de agosto de 2015, que autoriza a contratação temporária emergencial e dá outras providências, em atenção ao Memorando nº 12.228/2025 da Secretaria Municipal de Saúde. O CONTRATADO prestará serviços no cargo 1073 – PLANTONISTA – MÉDICO CLÍNICO GERAL, LEI Nº 4.447/2015, na Secretaria Municipal de Saúde, com plantão de 12 horas, a contratação justifica-se com base no Impacto Orçamentário 002/2025, pela necessidade de manter a continuidade dos atendimentos na UPA, e deliberação no Despacho 5 - 8.962/2025, conforme Memorando nº 12.228/2025 da Secretaria Municipal de Saúde.

Cargo: 1073 – PLANTONISTA – MÉDICO CLÍNICO GERAL, LEI Nº 4.447/2015

Carga Horária: com plantão de 12 horas

Valor: o vencimento mensal por plantões de 12 horas realizados de segunda a sexta-feira o valor de R$ 1.531,28 (Um mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e oito centavos) e trabalhados durante sábados, domingos e feriados o valor de R$ 1.842,74 (Um mil oitocentos e quarenta e dois reais e setenta e quatro centavos), adicional de insalubridade de 30% (trinta por cento) para Grau Médio, conforme Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP, homologado via Decreto nº 429 de 06 de Setembro de 2023 e Adicional Noturno conforme Art. 191 da LCM 006/1994, Lei Municipal nº 4.447, de 22 de agosto de 2015 e Memorando nº 12.228/2025 da Secretaria Municipal de Saúde.

Dotação: **01. Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 02. Poder Executivo 03. Secretaria Municipal de Saúde 02. Fundo Municipal de Saúde 10. Saúde 302. Assistência Hospitalar e Ambulatorial 0015. Atenção de Média e Alta Complexidade 2305 – Manutenção da UPA – Unidade de Pronto Atendimento – Ficha: 2830 – 3.1.90.04.00 3.2.500.1002000.030.000 - Contratação por Tempo Determinado – Ficha: 2831 – 3.1.90.13.00 3.2.500.1002000.030.000- Obrigações Patronais - Unidade Orçamentária: 033515 – Manutenção da UPA – Contratado – Fonte: 3.2.500.1002000.030.000** - Local de Trabalho – UPA, conforme Memorando nº 12.228/2025 da Secretaria Municipal de Saúde.

Vigência: O presente contrato terá vigência no período de 29/04/2025 à 26/10/2025, a contratação será feita por até seis meses, podendo ser prorrogada por igual período conforme Lei nº 103/2006 e posteriores alterações e Memorando nº 12.228/2025 da Secretaria Municipal de Saúde.

Secretaria: SAÚDE

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO; MARCOS AURELIO BORGES SABINO.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Tangará da Serra, 29 de abril de 2025.

Marcelo dos Santos Ferro

Secretário Municipal de Administração

Joyce Keilly Gonçalves Marli Mott Boligon Vieira

Chefe de Pessoal Agente Administrativo II

EXTRATO DE PORTARIAS DE PESSOAL – 578 À 634 – REALIZADAS EM ABRIL DE 2025 E AUTORIZADAS PELOS ORDENADORES DE DESPESAS DAS RESPECTIVAS SECRETARIAS ABAIXO – PARTE 3

PORTARIA Nº 578 DE 22 DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 que prevê o plano de cargo carreira dos servidores públicos desta municipalidade, em atenção ao Art.11 ao 18 e Art.33.

"[…] Art. 11 Dar-se-á o enquadramento e nomeação:

I - aos servidores que ingressarem no serviço público mediante nomeação, após classificação em concurso público, será efetuado o enquadramento no cargo referente ao seu grupo ocupacional, sendo sua progressão após o término do estágio probatório;

II - os atuais servidores estáveis e efetivos do Município de Tangará da Serra, serão enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos, de acordo com seu tempo de serviço público, na letra correspondente ao período temporal da Tabela de Progressão em classe no seu grupo ocupacional, sem acréscimo salarial;

[…]"

Art. 12 O desenvolvimento do servidor municipal nas carreiras far-se-à através da progressão.

Parágrafo único. Progressão é a elevação do servidor de classe e nível imediatamente superior, dentro da mesma carreira e dependerá, cumulativamente, de: **Nível e Classe.**

Art. 14 Os percentuais de incorporação no vencimento base, de acordo com a tabela de progressão, serão definidos no Anexo V. Art. 15 A contagem do período de interstício será feita data a data, a contar da vigência da presente lei, sem qualquer redução, sendo interrompida nos casos de afastamento do servidor em decorrência de:

Art. 33 Decorrido o interstício de 05 (cinco) anos e o servidor não for avaliado, de acordo com o Anexo III e IV da presente Lei, a progressão em classe será realizada automaticamente com percentual máximo, conforme Anexo V desta Lei.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a Progressão e a elevação do servidor em classe conforme a Lei Municipal 2875/2008, após (05) anos de efetivo exercício, conforme a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 e anexo da Lei Municipal 6.768/2025 de 13/03/2025, do servidor abaixo relacionado:

a) Servidor efetivo no **Grupo Ocupacional I – Base R$ 1.547,75** com a progressão de elevação em classe, **após 05 anos de efetivo exercício, com aplicação na folha de pagamento de Abril de 2025.**

Dados da Admissão			**De**			**Para**		
Nome/Servidor	**Cargo**	**Data de Admissão**	**Referência atual**	**Vencto atual**	**Período Quinquênio**	**Referência novo quinquênio**	**Vencto com quinquênio**	**Período do Quinquênio**
JAIRTON FERREIRA BARBOSA	GARI	16/05/2002	Classe: D – Nível: 03 – Grupo: OCUPACIONAL I	**R$ 2.476,40**	02/02/2015 a 02/02/2020	**Classe: E – Nível: 03 – Grupo: OCUPACIONAL I**	**R$ 2.631,18**	**02/02/2020 a 02/02/2025**

Art. 2º A Progressão em Classe do servidor acima relacionado será aplicada na folha de pagamento de Abril/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 579 DE 22 DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 que prevê o plano de cargo carreira dos servidores públicos desta municipalidade, em atenção ao Art.11 ao 18 e Art.33.

"[…] Art. 11 Dar-se-á o enquadramento e nomeação:

I - aos servidores que ingressarem no serviço público mediante nomeação, após classificação em concurso público, será efetuado o enquadramento no cargo referente ao seu grupo ocupacional, sendo sua progressão após o término do estágio probatório;

II - os atuais servidores estáveis e efetivos do Município de Tangará da Serra, serão enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos, de acordo com seu tempo de serviço público, na letra correspondente ao período temporal da Tabela de Progressão em classe no seu grupo ocupacional, sem acréscimo salarial;

[…]"

Art. 12 O desenvolvimento do servidor municipal nas carreiras far-se-à através da progressão.

Parágrafo único. Progressão é a elevação do servidor de classe e nível imediatamente superior, dentro da mesma carreira e dependerá, cumulativamente, de: **Nível e Classe.**

Art. 14 Os percentuais de incorporação no vencimento base, de acordo com a tabela de progressão, serão definidos no Anexo V. Art. 15 A contagem do período de interstício será feita data a data, a contar da vigência da presente lei, sem qualquer redução, sendo interrompida nos casos de afastamento do servidor em decorrência de:

Art. 33 Decorrido o interstício de 05 (cinco) anos e o servidor não for avaliado, de acordo com o Anexo III e IV da presente Lei, a progressão em classe será realizada automaticamente com percentual máximo, conforme Anexo V desta Lei.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a Progressão e a elevação da servidora em classe conforme a Lei Municipal 2875/2008, após (05) anos de efetivo exercício, conforme a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 e anexo da Lei Municipal 6.768/2025 de 13/03/2025, da servidora abaixo relacionada:

a) Servidora efetiva no **Grupo Ocupacional I – Base R$ 1.547,75** com a progressão de elevação em classe, **após 05 anos de efetivo exercício, com aplicação na folha de pagamento de Abril de 2025.**

Dados da Admissão			De			Para		
Nome/Servidor	**Cargo**	**Data de Admissão**	**Referência atual**	**Vencto atual**	**Período Quinquênio**	**Referência novo quinquênio**	**Vencto com quinquênio**	**Período do Quinquênio**
TERESINHA PEREIRA CHAVES	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	09/07/2001	Classe: C – Nível: 03 – Grupo: OCUPACIONAL I	**R$ 2.321,63**	10/04/2008 a 09/04/2013	**Classe: D – Nível: 03 – Grupo: OCUPACIONAL I**	**–**	**10/04/2013 a 10/04/2018**
TERESINHA PEREIRA CHAVES	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	09/07/2001	Classe: D – Nível: 03 – Grupo: OCUPACIONAL I	**–**	10/04/2013 a 10/04/2018	**Classe: E – Nível: 03 – Grupo: OCUPACIONAL I**	**R$ 2.631,18**	**10/04/2018 a 10/04/2023**

Art. 2º As Progressões em Classe da servidora acima relacionada será aplicada na folha de pagamento de Abril/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 580 DE 22 DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 que prevê o plano de cargo carreira dos servidores públicos desta municipalidade, em atenção ao Art.11 ao 18 e Art.33.

"[…] Art. 11 Dar-se-á o enquadramento e nomeação:

I - aos servidores que ingressarem no serviço público mediante nomeação, após classificação em concurso público, será efetuado o enquadramento no cargo referente ao seu grupo ocupacional, sendo sua progressão após o término do estágio probatório;

II - os atuais servidores estáveis e efetivos do Município de Tangará da Serra, serão enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos, de acordo com seu tempo de serviço público, na letra correspondente ao período temporal da Tabela de Progressão em classe no seu grupo ocupacional, sem acréscimo salarial;

[…]"

Art. 12 O desenvolvimento do servidor municipal nas carreiras far-se-à através da progressão.

Parágrafo único. Progressão é a elevação do servidor de classe e nível imediatamente superior, dentro da mesma carreira e dependerá, cumulativamente, de: **Nível e Classe.**

Art. 14 Os percentuais de incorporação no vencimento base, de acordo com a tabela de progressão, serão definidos no Anexo V. Art. 15 A contagem do período de interstício será feita data a data, a contar da vigência da presente lei, sem qualquer redução, sendo interrompida nos casos de afastamento do servidor em decorrência de:

Art. 33 Decorrido o interstício de 05 (cinco) anos e o servidor não for avaliado, de acordo com o Anexo III e IV da presente Lei, a progressão em classe será realizada automaticamente com percentual máximo, conforme Anexo V desta Lei.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a Progressão e a elevação do servidor em classe conforme a Lei Municipal 2875/2008, após (05) anos de efetivo exercício, conforme a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 e anexo da Lei Municipal 6.768/2025 de 13/03/2025, do servidor abaixo relacionado:

a) Servidor efetivo no **Grupo Ocupacional I – Base R$ 1.547,75** com a progressão de elevação em classe, **após 05 anos de efetivo exercício, com aplicação na folha de pagamento de Abril de 2025.**

Dados da Admissão			De			Para		
Nome/Servidor	**Cargo**	**Data de Admissão**	**Referência atual**	**Vencto atual**	**Período Quinquênio**	**Referência novo quinquênio**	**Vencto com quinquênio**	**Período do Quinquênio**
VALDIR DE CARVALHO	VIGIA	01/04/2003	Classe: D – Nível: 03 – Grupo: OCUPACIONAL I	**R$ 2.476,40**	24/02/2015 a 23/02/2020	**Classe: E – Nível: 03 – Grupo: OCUPACIONAL I**	**R$ 2.631,18**	**24/02/2020 a 24/02/2025**

Art. 2º A Progressão em Classe do servidor acima relacionado será aplicada na folha de pagamento de Abril/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº581 DE 22DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor através do Protocolo nº 3554/2025;

CONSIDERANDO o Art. 78 da Lei Complementar nº. 163/2012 de 16/02/2012, que dispõe sobre a Lei de carreira dos Profissionais da Educação de deste Município estabelece que:

O Profissional da Educação poderá obter licença por motivo de doença em pessoa de sua família, desde que prove ser indispensável sua assistência ao doente e que esta não possa ser prestada concomitantemente com o exercício das atribuições de seu cargo.

§ 1º Consideram-se pertencente à família, o cônjuge ou companheiro, o pai, a mãe, filhos, irmãos, avós, filho adotivo, tutelado, padrasto, madrasta.

§ 2º A comprovação da doença e da necessidade de assistência será feita por laudo médico oficial, por declaração do servidor e avaliação de uma Assistente Social do Município.

§ 3º A Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família não poderá ultrapassar a 90 dias.

§ 4º A licença de que trata o “caput”deste artigo é concedida:

I – com remuneração integral, por até três meses;

II – com 2/3 da remuneração, quando exceder a três meses e não ultrapassar doze meses;

III – com 1/3 da remuneração, quando exceder a doze meses e não ultrapassar vinte e quatro meses.

§ 5º É considerada nova licença a concedida para acompanhar:

I – outro membro da família, o qual não motivou a primeira concessão;

II – o mesmo ente familiar, o qual motivou a primeira concessão, em razão de nova doença.

§ 6º Não é exigido do servidor interstício para a concessão de nova licença nos casos previstos no parágrafo anterior.

§ 7º Em razão de mesma doença no mesmo ente familiar, é exigido do servidor igual período de exercício, a contar do término da licença anterior, para a concessão de outra de mesma natureza e, não se cumprindo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a licença concedida é considerada como prorrogação.

§ 8º Excedendo-se os prazos de que tratam os incisos, I, II e III do § 2º deste artigo, a licença pode ser prorrogada por período indeterminado, sem remuneração.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDERlicença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do artigo 78 da Lei Complementar n° 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012 ao servidor lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

Nº	Protocolo	Registro	Servidor (a)	Cargo	Pessoa Acompanhada	Período De Licença		Total
						Início	Fim	Dias
1	3554	002457	Everaldo Fernandes Barbosa	Professor	Mãe: Maria	02/04/2025	30/06/2025	90

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 582 DE 22ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO os requerimentos dos servidores referente ao mês de Abril/2025;

CONSIDERANDO o Art. 78 da Lei Complementar nº. 163/2012 de 16/02/2012, que dispõe sobre a Lei de carreira dos Profissionais da Educação de deste Município estabelece que:

O Profissional da Educação poderá obter licença por motivo de doença em pessoa de sua família, desde que prove ser indispensável sua assistência ao doente e que esta não possa ser prestada concomitantemente com o exercício das atribuições de seu cargo.

§ 1º Consideram-se pertencente à família, o cônjuge ou companheiro, o pai, a mãe, filhos, irmãos, avós, filho adotivo, tutelado, padrasto, madrasta.

§ 2º A comprovação da doença e da necessidade de assistência será feita por laudo médico oficial, por declaração do servidor e avaliação de uma Assistente Social do Município.

§ 3º A Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família não poderá ultrapassar a 90 dias.

§ 4º A licença de que trata o “caput”deste artigo é concedida:

I – com remuneração integral, por até três meses;

II – com 2/3 da remuneração, quando exceder a três meses e não ultrapassar doze meses;

III – com 1/3 da remuneração, quando exceder a doze meses e não ultrapassar vinte e quatro meses.

§ 5º É considerada nova licença a concedida para acompanhar:

I – outro membro da família, o qual não motivou a primeira concessão;

II – o mesmo ente familiar, o qual motivou a primeira concessão, em razão de nova doença.

§ 6º Não é exigido do servidor interstício para a concessão de nova licença nos casos previstos no parágrafo anterior.

§ 7º Em razão de mesma doença no mesmo ente familiar, é exigido do servidor igual período de exercício, a contar do término da licença anterior, para a concessão de outra de mesma natureza e, não se cumprindo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a licença concedida é considerada como prorrogação.

§ 8º Excedendo-se os prazos de que tratam os incisos, I, II e III do § 2º deste artigo, a licença pode ser prorrogada por período indeterminado, sem remuneração.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDERlicença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do artigo 78 da Lei Complementar n° 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012 aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

Nº	Protocolo	Registro	Servidor (a)	Cargo	Pessoa Acompanhada	Período De Licença		Total
						Início	Fim	Dias
1	3598	107597	Ana Cláudia Arantes Moura	Técnico de apoio infantil	Filho: Felipe	03/04/2025	03/04/2025	1h
2	3820	004325	Bianca Cheila Fermino Ferreira Maia	Aux. desenvolvimento infantil	Filho: Davi	07/04/2025	07/04/2025	1
3	4152	108674	Claudiane Dias Barbosa dos Santos	Técnico de apoio infantil	Filho: Rafael	14/04/2025	14/04/2025	1
4	3736	107481	Cristian Oliveira de Freitas	Técnico administ. Educacional	Mãe: Áurea	04/04/2025	04/04/2025	1
5	3565	003950	Daniela Nogueira Lampert da Silva	Professora	Filho: Arthur	02/04/2025	02/04/2025	½
6	3321	110005	Enedir de Carvalho Mendes	Técnica de apoio infantil	Filha: Elisa	01/04/2025	01/04/2025	1
7	4298	107724	Franciele do Nascimento Soares	Professora	Filha: Mariah	16/04/2025	16/04/2025	½
8	3864	107723	Izabella Roman Faria Colontoni	Professora	Filho: Davi	07/04/2025	16/04/2025	10
	4320					17/04/2025	17/04/2025	1
9	3563	111081	Juciele Sindiamara de Souza	Professora	Filho: Miguel	02/04/2025	02/04/2025	1
10	4233	111377	Janaína Oliveira Pedroso de Sales	Técnica de apoio infantil	Filho: Davi	14/04/2025	14/04/2025	1
11	4114	111739	Laudicéia Siqueira Campos	Apoio administ. Educacional	Filhos: Daniel e Nícolas	13/04/2025	15/04/2025	3
	4201					16/04/2025	18/04/2025	3
12	4151	107652	Lidiane Ramos dos Santos Silva	Professora	Filho: Gabriel	15/04/2025	15/04/2025	1
13	4051	002761	Neusa de Oliveira Ranzula	Professora	Cônjuge: Ailton	11/04/2025	11/04/2025	1
14	4117	104692	Noemi Cristina de Lima Barbosa Gomes	Técnica de apoio infantil	Filho: Nícolas	14/04/2025	14/04/2025	1
15	3544	111365	Patricia Quintino da Silva Santos	Técnico de apoio infantil	Filha: Laura	02/04/2025	02/04/2025	1
16	3896	006421	Paula Correia Franchini Brito	Professora	Cônjuge: Airon	07/04/2025	18/04/2025	12
17	3586	111347	Rafaela da Cruz Carvalho	Técnico de apoio infantil	Filho: Gael	01/04/2025	04/04/2025	4
18	4199	111525	Sandra Zatar Pereira	Professora	Pai: João	14/04/2025	14/04/2025	1
19	3663	111203	Sejaine Aparecida Dos Santos	Apoio administ. Educacional	Filho: Daniel	02/04/2025	02/04/2025	1
20	3968	103296	Sirlei Mendonca Garcez	Professora	Filho: Leonardo	07/04/2025	07/04/2025	1
21	3548	103295	Thais Cristina Darini da Silva	Professora	Filha: Helena	01/04/2025	01/04/2025	1
22	3577	111151	Vanderleia Pereira da Silva Jorge	Técnico administ. Educacional	Filha: Heloá	01/04/2025	02/04/2025	2
23	2972	004009	Vanilde Fernandes de Oliveira Freitas	Professora	Pai: João	01/04/2025	19/04/2025	19
24	4077	104648	Vera Regina da Silva	Professora	Irmã: Carmelita	14/04/2025	14/04/2025	1
25	3897	109850	Vilma Lopes Relvão Freitas	Técnico de apoio infantil	Filho: Noah	08/04/2025	08/04/2025	½

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48ºAniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 583 DE 22DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO os requerimentos dos servidores através dos Protocolos referente Abril/2025;

CONSIDERANDO o Art. 90 da Lei Complementar nº. 006/1994 de 21/06/1994, que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos do município de Tangará da Serra:

Poderá ser concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo, ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação por junta médica oficial.

§ 1º – A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestado simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado através de acompanhamento social.

§ 2º – A licença será concedida sem prejuízo de remuneração do cargo de carreira até 60(sessenta) dias ao ano, podendo ser prorrogada por até 30(trinta) dias, mediante parecer de perícia médica e excedendo estes prazos, sem remuneração.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDERlicença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do artigo 90 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 aos servidores a baixo, conforme segue:

Nº	Protocolo	Registro	Secretaria	Servidor (a)	Cargo	Pessoa Acompanhada	Período De Licença		Total
							Início	Fim	Dias
1	3726	101320	GAB	Nicole Venâncio Cezário	Recepcionista	Filha: Lavínia	04/04/2025	04/04/2025	1
	4276						16/04/2025	17/04/2025	2
2	3743	111858	SAD	Antônio Zacarias da Silva Júnior	Recepcionista	Pai: Antônio	04/04/2025	04/04/2025	1
3	4136	111520	SAD	Marcela de Souza Meireles	Ajudante de serviços gerais	Filha: Júlia	14/04/2025	14/04/2025	1
4	3354	103561	SAD	Sueli Maria de Souza	Ajudante de serviços gerais	Filha: Eloá	01/04/2025	04/04/2025	4
	4211						14/04/2025	14/04/2025	1
5	3406	101387	SAD	Uiara Leice da Silva de Oliveira Moraes	Assistente Social	Mãe: Lucileide	01/04/2025	04/04/2025	4
	3865					Filha: Aurora	08/04/2025	08/04/2025	1
6	3120	103729	SEFAZ	Márcio José Trettel	Fiscal de tributos	Mãe: Vânia	01/04/2025	02/04/2025	2
7	3561	113129	SEMAS	Geissimara Liborio Tetzlaff	Orientadora social	Filha: Yasmin	01/04/2025	01/04/2025	1
8	4158	111432	SEPLAN	Josiane Farias Araújo	Fiscal municipal	Avó: Antônia	14/04/2025	14/04/2025	1
9	3673	109145	SEMMEA	Eric Augusto Galeazzi	Fiscal Municipal	Tio: Edson	03/04/2025	03/04/2025	1
10	3529	110315	SEMMEA	Cílcio Glória dos Santos	Ajudante de serviços gerais	Cônjuge: Francisca	01/04/2025	02/04/2025	2
11	3835	108694	SMS	Ana Carolina Ribeiro Silva de Paula	Médica	Filho: Felipe	07/04/2025	07/04/2025	½
12	3672	111485	SMS	Bruna Fagundes de Souza	Recepcionista	Filha: Gabriela	03/04/2025	03/04/2025	1
13	4259	103855	SMS	Clarinda Matos Herrera	Agente de combate endemias	Mãe: Lucinda	16/04/2025	16/04/2025	1
14	3484	103594	SMS	Cleidiane Ferreira de Melo	Téc. enfermagem	Cônjuge: Aprísio	01/04/2025	12/04/2025	12
15	3645	110134	SMS	Cleonice Zucão	Coordenadora vigilância ambiental	Pai: Antônio	03/04/2025	03/04/2025	½
16	4214	112316	SMS	Cibele Souza da Costa	Ajudante de serviços gerais	Filho: Derick	15/04/2025	15/04/2025	1
17	4037	004360	SMS	Cristina Seibert	Téc. enfermagem	Pai: Norberto	11/04/2025	11/04/2025	1
18	4239	108970	SMS	Erica Alves Severo	Téc. enfermagem	Filho: Jhonatan	07/04/2025	20/04/2025	14
19	4031	101555	SMS	Fábio Aparecido Mucuta	Téc. enfermagem	Mãe: Maria	09/04/2025	09/04/2025	1
20	4324	103802	SMS	Fátima Rodrigues Moreira	Agente comunitário de saúde	Mãe: Cicera	17/04/2025	17/04/2025	½
21	4068	103698	SMS	Felipe Aguiar Ribeiro	Enfermeiro	Filha: Ana Júlia	09/04/2025	09/04/2025	1
	4191						11/04/2025	11/04/2025	½
22	3967	102154	SMS	Flávia Borges Ferreira	Téc. enfermagem	Filho: Gael	10/04/2025	10/04/2025	1
23	4025	113489	SMS	Gilmara Gragel dos Santos Oliveira	Téc. enfermagem	Filho: Davi	11/04/2025	11/04/2025	1
24	3640	101622	SMS	Jeane Pinheiro Caetano	Enfermeira	Filho: Isaque	03/04/2025	04/02/2025	2
	4265						15/04/2025	15/04/2025	1
25	3911	113680	SMS	Jéssica Ramos	Farmacêutica	Filho: Noah	08/04/2025	08/04/2025	1
26	4213	112258	SMS	Larissa Salvador Moraes	Recepcionista	Mãe: Solange	15/04/2025	15/04/2025	1
27	3738	113082	SMS	Leidiane Alves Teixeira	Técnica de enfermagem	Filha: Brenda	06/04/2025	07/04/2025	2
28	3752	103860	SMS	Leidiane Aparecida Pacheco	Agente de combate endemias	Filha: Júlia	03/04/2025	03/04/2025	½
29	4036	103918	SMS	Maria Aparecida da Silva	Agente de combate endemias	Esposo: Messias	10/04/2025	11/04/2025	2
30	4127	113593	SMS	Maria de Fátima da Silva Souza	Téc. enfermagem	Filho: Gabriel	13/04/2025	14/04/2025	2
31	3597	101723	SMS	Micheli Walker Keller Mucuta	Téc. enfermagem	Pai: Miguel	01/04/2025	01/04/2025	1
32	3893	103600	SMS	Oneida May Nascimento de Oliveira	Recepcionista	Filha: Mariana	08/04/2025	08/04/2025	1
33	3989	103378	SMS	Patricia Aparecida da Silva Francisco	Téc. enfermagem	Coônjuge: Valdeir	10/04/2025	10/04/2025	1
34	3815	103897	SMS	Patricia de Oliveira Teixeira	Agente de combate endemias	Filha: Júlia	07/04/2025	07/04/2025	½
35	4153	102822	SMS	Regiane Aparecida Amaro da Silva Brondani	Técnica de enfermagem	Mãe: Regina	14/04/2025	14/04/2025	1
36	4200	103772	SMS	Reginaldo Burgos de Araújo	Agente comunitário de saúde	Mãe: Marlene	15/04/2025	17/04/2025	3

37	3980	103767	SMS	Rosiran de Lima dos Santos	Agente comunitário de saúde	Esposo: Agustavio	08/04/2025	08/04/2025	1
	4232						14/04/2025	17/04/2025	4
38	3701	103656	SMS	Silnéia Amelia de Orlando Ribeiro	Técnica de enfermagem	Filho: Edson	03/04/2025	03/04/2025	1
39	3778	113679	SMS	Valeria Aparecida Oliveira Silva	Auxiliar de farmácia	Filho: Igor	04/04/2025	04/04/2025	1
40	3852	113424	SMS	Yhara Cristhyna Couto Pereira	Técnica de enfermagem	Filha: Valentina	08/04/2025	08/04/2025	1
41	4358	112172	SMS	Valdirene Pereira Alves	Técnica de enfermagem	Filha: Valentina	17/04/2025	17/04/2025	1
	4359						19/04/2025	19/04/2025	1
42	3952	103900	SMS	Valquíria Silírio dos Santos	Agente de combate endemias	Filho: Ricardo	09/04/2025	09/04/2025	39 min
43	3735	112701	SEMEC	Carla Graicy Lima de Oliveira	Professora	Filha: Ana Vitória	07/04/2025	07/04/2025	1
44	3976	102112	SEMEC	Cleonice Alves Cordeiro	Ajudante de serviços gerais	Esposo: Jesus	10/04/2025	10/04/2025	1
45	3850	109934	SEMEC	Cleonice Rosa da Silva	Ajudante de serviços gerais	Filho: Davi	07/04/2025	07/04/2025	½
46	3829	113552	SEMEC	Danielli de Lima Oliveira	Aux. desenvolvimento infantil	Filha: Ana Lívia	08/04/2025	08/04/2025	1
47	3935	112444	SEMEC	Deisivânia de Araújo	Aux. desenvolvimento infantil	Filho: Jheimes	07/04/2025	07/04/2025	½
48	3717	113175	SEMEC	Edna Maria da Silva	Professora	Filho: Jorge	03/04/2025	03/04/2025	1
49	3779	112632	SEMEC	Helena Grigoletti de Medeiros	Aux. desenvolvimento infantil	Irmão: Sílvio	04/04/2025	04/04/2025	1
50	4112	112887	SEMEC	Hugo Henrique Donato Ribeiro	Vigia	Esposa: Jackeline	14/04/2025	14/04/2025	1
51	3970	112499	SEMEC	Gislaine Neponuceno de Oliveira	Ajudante de serviços gerais	Filho: Vithenzo	10/04/2025	10/04/2025	1h10min
52	4018	113229	SEMEC	Jucimara Matos Leite Santos	Professora	Filho: Davi	10/04/2025	10/04/2025	1
53	3668	111810	SEMEC	Juliana dos Santos	Coordenadora pedagogica	Filha: Elisa	03/04/2025	03/04/2025	½
54	3553	113557	SEMEC	Juliana Santos da Silva	Aux. desenvolvimento infantil	Filha: Stephanny	02/04/2025	02/04/2025	½
55	3524	101760	SEMEC	Juscélia Aparecida de Souza	Ajudante de serviços gerais	Filha: Beatriz	01/04/2025	01/04/2025	½
	4240						15/04/2025	15/04/2025	1
56	3966	112904	SEMEC	Katiane dos Santos Pletsch	Aux. desenvolvimento infantil	Filha; Maria Flor	08/04/2025	08/04/2025	1
57	3602	112731	SEMEC	Izabela Freitas Louzada Hilgenberg	Professora	Filho: Eduardo	02/04/2025	02/04/2025	½
	3705						03/04/2025	03/04/2025	1h30min
	3853						07/04/2025	07/04/2025	1h
	4328						16/04/2025	16/04/2025	½
58	4033	112513	SEMEC	Luciene Rodrigues de Abreu	Aux. desenvolvimento infantil	Filho: Ruan	10/04/2025	10/04/2025	½
59	3442	112747	SEMEC	Miriam Vitorino	Professora	Filha: Lavínia	01/04/2025	01/04/2025	1
	3456						02/04/2025	04/04/2025	3
60	3522	113596	SEMEC	Mônica Silva Oliveira De Almeida	Coordenadora	Filho: Emanuel	01/04/2025	01/04/2025	1
61	4121	112399	SEMEC	Natercia Pimentel Goncalves	Ajudante de serviços gerais	Filho: Rhavi	14/04/2025	14/04/2025	1
62	3900	112377	SEMEC	Rosely Santos de Oliveira	Ajudante de serviços gerais	Filha: Júlia	08/04/2025	08/04/2025	½
	4131						14/04/2025	14/04/2025	1h30min
63	3681	113660	SEMEC	Rozeni Martins de Oliveira	Motorista	Esposo: Jorge	01/04/2025	10/04/2025	10
64	3943	004472	SEMEC	Rosirene dos Santos Rodrigues e Santa Helena	Ajudante de serviços gerais	Filha: Mariany	10/04/2025	10/04/2025	½
65	3813	112476	SEMEC	Taina de Souza Nascimento	Ajudante de serviços gerais	Filho: José	07/04/2025	07/04/2025	½
66	3661	112851	SEMEC	Thaiani Jaqueline Pereira Alves	Aux. desenvolvimento infantil	Filha: Antonella	01/04/2025	01/04/2025	1
67	3748	112452	SEMEC	Thaiza Dos Santos Belém	Aux. desenvolvimento infantil	Filho: Gustavo	04/04/2025	04/04/2025	1
68	3759	110037	SEMEC	Vanessa Pereira Nunes	Ajudante de serviços gerais	Filho: Kauã	01/04/2025	05/04/2025	5
	4054					Filho: Lucas	07/04/2025	13/04/2025	7
69	4012	112787	SEMEC	Wislaine Cristina da Silva	Professora	Filha: Ana Claudia	10/04/2025	10/04/2025	1

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48ºAniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 584DE 22ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO os requerimentos dos servidores referente ao mês de Março/2025;

CONSIDERANDO o Art. 78 da Lei Complementar nº. 163/2012 de 16/02/2012, que dispõe sobre a Lei de carreira dos Profissionais da Educação de deste Município estabelece que:

O Profissional da Educação poderá obter licença por motivo de doença em pessoa de sua família, desde que prove ser indispensável sua assistência ao doente e que esta não possa ser prestada concomitantemente com o exercício das atribuições de seu cargo.

§ 1º Consideram-se pertencente à família, o cônjuge ou companheiro, o pai, a mãe, filhos, irmãos, avós, filho adotivo, tutelado, padrasto, madrasta.

§ 2º A comprovação da doença e da necessidade de assistência será feita por laudo médico oficial, por declaração do servidor e avaliação de uma Assistente Social do Município.

§ 3º A Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família não poderá ultrapassar a 90 dias.

§ 4º A licença de que trata o “caput”deste artigo é concedida:

I – com remuneração integral, por até três meses;

II – com 2/3 da remuneração, quando exceder a três meses e não ultrapassar doze meses;

III – com 1/3 da remuneração, quando exceder a doze meses e não ultrapassar vinte e quatro meses.

§ 5º É considerada nova licença a concedida para acompanhar:

I – outro membro da família, o qual não motivou a primeira concessão;

II – o mesmo ente familiar, o qual motivou a primeira concessão, em razão de nova doença.

§ 6º Não é exigido do servidor interstício para a concessão de nova licença nos casos previstos no parágrafo anterior.

§ 7º Em razão de mesma doença no mesmo ente familiar, é exigido do servidor igual período de exercício, a contar do término da licença anterior, para a concessão de outra de mesma natureza e, não se cumprindo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a licença concedida é considerada como prorrogação.

§ 8º Excedendo-se os prazos de que tratam os incisos, I, II e III do § 2º deste artigo, a licença pode ser prorrogada por período indeterminado, sem remuneração.

RESOLVE:

Art. 1º REGULARIZARlicença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do artigo 78 da Lei Complementar n° 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012 aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

Nº	Protocolo	Registro	Servidor (a)	Cargo	Pessoa Acompanhada	Período De Licença		Total
						Início	Fim	Dias
1	3147	111734	Adriane Cristina Rodrigues Salvo	Técnico de apoio infantil	Filho: João Pedro	25/03/2025	25/03/2025	1
2	3179	109835	Alessandra da Silva Cavalcante	Técnico de apoio infantil	Filho: Lucas	26/03/2025	26/03/2025	1
3	3395	110648	Ana Paula Silva Apolinário	Professora	Filha: Heloísa	31/03/2025	31/03/2025	1
4	3197	111080	Catiane Scotini do Nascimento	Professora	Filho: Otávio	25/03/2025	25/03/2025	1
5	3337	111727	Cibele Pereira dos Santos	Técnico administ. Educacional	Filho: Davi	28/03/2025	28/03/2025	1
	3635					31/03/2025	31/03/2025	3h
6	3100	107570	Elizângela Avelino Porfírio	Apoio administ. Educacional	Mãe: Marli	25/03/2025	25/03/2025	1
7	2980	110005	Enedir de Carvalho Mendes	Técnica de apoio infantil	Filha: Elisa	18/03/2025	21/03/2025	4
	3321					28/03/2025	31/03/2025	4
8	2818	103637	Gedson Ferreira Vieira	Técnico de apoio infantil	Filho: Joaquim	17/03/2025	17/03/2025	1
9	3333	107904	Giseli Cristina Sutero Lançone	Professora	Filho: Leonardo	26/03/2025	26/03/2025	½
10	3557	107996	Gislaine Aparecida Rodrigues	Técnico de apoio infantil	Filha: Manuela	31/03/2025	31/03/2025	1
11	3319	106196	Holiana Maria Ferreira Leite	Professora	Filha: Ayla	27/03/2025	27/03/2025	1
12	3017	109607	Jaqueline Soares Batista de Almeida	Professora	Filho: Enzo	21/03/2025	21/03/2025	1
13	3163	111371	Joselaine Viana dos Santos	Apoio administ. Educacional	Filha: Lívia	26/03/2025	26/03/2025	1
14	3018	103338	Kelen Cristina Alves Pereira Andrade	Professora	Filha: Amely	23/03/2025	26/03/2025	4
15	3262	109614	Meirivane Viviane dos Santos	Professora	Filha: Weslayne	26/03/2025	26/03/2025	½
16	2883	111983	Mariceia Santana Amorim	Professora	Filha: Lívia	17/03/2025	19/03/2025	3
17	3161	111770	Neuliane Alves da Silva	Professora	Filha: Anna Beatriz	25/03/2025	25/03/2025	½
18	3380	111365	Patricia Quintino da Silva Santos	Técnico de apoio infantil	Filha: Laura	31/03/2025	31/03/2025	1
19	3586	111347	Rafaela da Cruz Carvalho	Técnico de apoio infantil	Filho: Gael	26/03/2025	31/03/2025	6
20	3037	108680	Rafael Rauber	Técnico de apoio infantil	Esposa: Jéssica	21/03/2025	21/03/2025	1
21	3335	107699	Simony Maria Pereira de Medeiros	Professora	Filho: Miguel	26/03/2025	26/03/2025	1
	3336					27/03/2025	28/03/2025	3
22	3548	103295	Thais Cristina Darini da Silva	Professora	Filha: Helena	31/03/2025	31/03/2025	1
23	2896	111151	Vanderleia Pereira da Silva Jorge	Apoio administ. Educacional	Filha: Heloá	19/03/2025	21/03/2025	3

24	2972	004009	Vanilde Fernandes de Oliveira Freitas	Professora	Pai: João	21/03/2025	31/03/2025	11
25	3034	111401	Vanyely Marcela da Silva	Técnico de apoio infantil	Filha: Malu	24/03/2025	24/03/2025	1

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48ºAniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 585DE 22DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO os requerimentos dos servidores através dos Protocolos referente Março/2025;

CONSIDERANDO o Art. 90 da Lei Complementar nº. 006/1994 de 21/06/1994, que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos do município de Tangará da Serra:

Poderá ser concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo, ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação por junta médica oficial.

§ 1º – A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestado simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado através de acompanhamento social.

§ 2º – A licença será concedida sem prejuízo de remuneração do cargo de carreira até 60(sessenta) dias ao ano, podendo ser prorrogada por até 30(trinta) dias, mediante parecer de perícia médica e excedendo estes prazos, sem remuneração.

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZARlicença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do artigo 90 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 aos servidores a baixo, conforme segue:

Nº	Protocolo	Registro	Secretaria	Servidor (a)	Cargo	Pessoa Acompanhada	Período De Licença		Total
							Início	Fim	Dias
1	3403	101320	GAB	Nicole Venâncio Cezário	Recepcionista	Filha: Lavínia	31/03/2025	31/03/2025	1
2	2907	101831	SAD	Eliane Ramos da Costa	Recepcionista	Filho: Gabriel	17/03/2025	17/03/2025	6h
3	3013	109206	SAD	Flávio Eduardo Barbosa Matias	Chefe protocolo	Filho: Arthur	21/03/2025	21/03/2025	1
4	3249	103469	SAD	Juliana Conceição Mesquita Lemos	Agente administrativo II	Filho: Eduardo	27/03/2025	27/03/2025	1h
	3369						31/03/2025	31/03/2025	2h
5	3354	103561	SAD	Sueli Maria de Souza	Ajudante de serviços gerais	Filha: Eloá	28/03/2025	31/03/2025	4
6	3029	101387	SAD	Uiara Leice da Silva de Oliveira Moraes	Assistente Social	Mãe: Lucileide	21/03/2025	21/03/2025	1
	3406						31/03/2025	31/03/2025	1
7	3053	103726	SAD	Veralice Maria Costa	Agente administrativo II	Mãe: Maria	18/03/2025	21/03/2025	4
8	2960	111299	SECULTUR	Izolete Klotz Santin	Agente administrativo II	Pai: Antônio	20/03/2025	20/03/2025	1
9	3252	112099	SEFAZ	Izabela Talita Silva Gomes	Agente administrativo II	Filha: Maria Helena	24/03/2025	24/03/2025	½
							25/03/2025	25/03/2025	½
10	3120	103729	SEFAZ	Márcio José Trettel	Fiscal de tributos	Mãe: Vânia	24/03/2025	31/03/2025	8
11	3248	001982	SEFAZ	Roseli Gomes de Assis	Agente administrativo II	Mãe: Berlamina	27/03/2025	27/03/2025	½
12	3345	113767	SEMAS	Claudineia Aparecida Morales	Entrevistador social	Filha: Laura	28/03/2025	28/03/2025	1
13	3025	113443	SEMAS	Eliane Aparecida da Silva Bordon	Assistente Social	Filha: Mariana	19/03/2025	21/03/2025	3
14	3058	113377	SEMAS	Maycon Júnior Oliveira	Entrevistador social	Mãe: Marli	20/03/2025	20/03/2025	1
							21/03/2025	21/03/2025	1
15	2999	107374	SEMMEA	Jéssika Suellem da Silva	Agente administrativo II	Filha: Aylla	18/03/2025	18/03/2025	1
16	3086	108023	SEMMEA	Leonardo Leite Fialho Junior	Engenheiro Florestal	Filho: Bento	24/03/2025	24/03/2025	1
17	2942	111991	SEPLAN	Letícia Basílio da Silva	Coordenadora de projetos	Esposo: Vinícius	20/03/2025	20/03/2025	1
18	3329	108015	SEPLAN	Sabrina Steffany Solda	Arquiteta	Filha: Lilian	28/03/2025	28/03/2025	½
19	3297	110027	SINFRA	Ângela Aparecida Silva	Trabalhador Braçal	Neto: Anthony	27/03/2025	27/03/2025	1

20	3411	110122	SINFRA	Magda dos Santos Pires	Encarregado de serviço	Mãe: Cícera	31/03/2025	31/03/2025	1
21	3048	112133	SINFRA	Rafael Neres da Silva Correa	Trabalhador Braçal	Pai: Benedito	21/03/2025	21/03/2025	1
22	3171	113842	SMS	Alanis Lucas Pauferro	Radio operadora	Filha: Maria Helena	17/03/2025	21/03/2025	5
23	2295	103826	SMS	Berenice Martins Cassemiro de Oliveira	Agente comunitário de saúde	Mãe: Madalena	06/03/2025	06/03/2025	1
24	3484	103594	SMS	Cleidiane Ferreira de Melo	Téc. enfermagem	Conjuge: Aprísio	30/03/2025	31/03/2025	2
25	3236	113256	SMS	Cleydinilce Nascimento Trindade Camargo	Médica	Filho: Samuel	24/03/2025	28/03/2025	5
26	2912	113448	SMS	Cinária Batista Coimbra	Téc. enfermagem	Filha: Rebeca	18/03/2025	18/03/2025	1
27	2668	004360	SMS	Cristina Seibert	Téc. enfermagem	Pai: Norbeto	14/03/2025	14/03/2025	1
28	3396	113764	SMS	Daiane Daniele Vasconcelos Lourenco Matos	Enfermeira	Filha: Antonella	28/03/2025	30/03/2025	3
29	2939	113686	SMS	Elidiorraine De Moura	Téc. enfermagem	Filho: Davi	19/03/2025	19/03/2025	½
30	2728	108970	SMS	Erica Alves Severo	Téc. enfermagem	Filho: Jhonatan	14/03/2025	14/03/2025	1
	2876						17/03/2025	17/03/2025	1
	3046						19/03/2025	24/03/2025	6
31	3313	101557	SMS	Euller Jamison Lopes Sacramento	Psicólogo	Filha: Alice	26/03/2025	26/03/2025	1
32	3232	109531	SMS	Flávio Camargo de Arruda	Médico	Filho: Samuel	24/03/2025	26/03/2025	3
33	3378	001960	SMS	Ilidia Silva Santos da Silva	Téc. enfermagem	Mãe: Maria	28/03/2025	28/03/2025	1
34	2798	101622	SMS	Jeane Pinheiro Caetano	Efermeira	Filho: Isaque	17/03/2025	18/03/2025	2
35	2941	107371	SMS	Júnior Paulo da Silva	Agente administrativo II	Mãe: Maria	20/03/2025	20/03/2025	1
36	2825	103860	SMS	Leidiane Aparecida Pacheco	Agente de combate endemias	Filha: Júlia	18/03/2025	18/03/2025	½
	3266						27/03/2025	27/03/2025	½
37	2997	103918	SMS	Maria Aparecida da Silva	Agente de combate endemias	Esposo: Messias	20/03/2025	21/03/2025	2
38	3061	001497	SMS	Maria Daise Pires Garcia	Auxiliar cirurgião dentista	Esposo: Plínio	19/03/2025	19/03/2025	½
							20/03/2025	20/03/2025	1
							26/03/2025	26/03/2025	1
39	3241	113749	SMS	Marcelo Verno Schabarum	Psicólogo	Conjuge: Leidiane	26/03/2025	26/03/2025	1
40	3597	101723	SMS	Micheli Walker Keller Mucuta	Téc. enfermagem	Pai: Miguel	31/03/2025	31/03/2025	1
41	3044	102822	SMS	Regiane Aparecida Amaro da Silva Brondani	Téc. enfermagem	Filho: Rafael	24/03/2025	24/03/2025	1
	3231						25/03/2025	25/03/2025	½
	3328						28/03/2025	28/03/2025	½
42	2816	103772	SMS	Reginaldo Burgos de Araujo	Agente comunitário de saúde	Mãe: Marlene	18/03/2025	18/03/2025	½
43	2627	113650/113824	SMS	Robson Pablo Queiroz Silva	Médico	Filha: Sarah	12/03/2025	12/03/2025	1
44	3251	107383	SMS	Rosana Ribeiro dos Santos	Ajudante de serviços gerais	Filha: Emanuelly	26/03/2025	26/03/2025	1
45	3317	103767	SMS	Rosiran de Lima dos Santos	Agente comunitário de saúde	Esposo: Agustavio	26/03/2025	26/03/2025	1
	3318						27/03/2025	27/03/2025	1
46	2964	104246	SMS	Sandrelia Gomes Machado Saueressig	Agente comunitário de saúde	Filho: Andrey	19/03/2025	19/03/2025	1
47	3228	109532	SMS	Tatiane Ferreira Borges	Auxiliar de farmácia	Filha: Heloisa	26/03/2025	26/03/2025	1
48	3151	102224	SMS	Valdineide Maria Silva dos Santos	Técnica de enfermagem	Filha: Aylla	26/03/2025	26/03/2025	½
49	3489	113551	SEMEC	Aline Leal Nascimento Macedo	Aux. desenvolvimento infantil	Filha: Emanuelly	28/03/2025	28/03/2025	1h
50	3213	113844	SEMEC	Bruna Aguilar Rodrigues Teixeira	Ajudante de serviços gerais	Filho: Heitor	26/03/2025	26/03/2025	1
51	3308	107386	SEMEC	Bruna Aparecida Ferreira	Ajudante de serviços gerais	Filha: Maria Helena	27/03/2025	27/03/2025	1
52	2933	102112	SEMEC	Cleonice Alves Cordeiro	Ajudante de serviços gerais	Esposo: Jesus	20/03/2025	20/03/2025	1
	3243						27/03/2025	27/03/2025	1
53	3101	112497	SEMEC	Cirlei Vieira de Souza	Ajudante de serviços gerais	Filha: Yasmin	25/03/2025	25/03/2025	1

54	3124	112444	SEMEC	Deisivania de Araujo	Aux. desenvolvimento infantil	Filho: Jheimes	24/03/2025	24/03/2025	½
	3549						31/03/2025	31/03/2025	½
55	2953	001976	SEMEC	Ivanilde Alves Correa	Ajudante de serviços gerais	Irmão: Arlindo	21/03/2025	21/03/2025	1
	3208						26/03/2025	26/03/2025	1
56	2640	112854	SEMEC	Luciana da Silva Santos	Professora	Filha: Heloísa	13/03/2025	14/03/2025	2
57	2951	109914	SEMEC	Michele Rosa de Jesus	Ajudante de serviços gerais	Mãe: Alvina	18/03/2025	18/03/2025	1
58	3442	112747	SEMEC	Miriam Vitorino	Professora	Filha: Lavínia	27/03/2025	31/03/2025	5
59	3000	112698	SEMEC	Patricia Jaqueline Silva Fernandes	Professora	Filha: Maria Luiza	21/03/2025	21/03/2025	1
60	3429	112774	SEMEC	Quezia Soares Raimundo	Professora	Filho: Lucas	26/03/2025	26/03/2025	1
61	3365	112753	SEMEC	Rodrigo Chaves Soares	Professor	Filha: Olívia	31/03/2025	31/03/2025	1
62	2897	004472	SEMEC	Rosirene dos Santos Rodrigues e Santa Helena	Ajudante de serviços gerais	Filha: Mariany	20/03/2025	20/03/2025	½
	3027						24/03/2025	24/03/2025	½
	3237						27/03/2025	27/03/2025	½
63	3166	112476	SEMEC	Taina de Souza Nascimento	Ajudante de serviços gerais	Filho: José	24/03/2025	24/03/2025	1

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48ºAniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 586 DE 22 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.017/2025/1Doc da Procuradoria Geral do Município;

CONSIDERANDO o Processo Judicial n° 1004539-09.2021.8.11.0055 da 4ª Vara Cível de Tangará da Serra – MT;

RESOLVE

Art. 1° CUMPRIR a sentença de nulidade do Processo Administrativo Disciplinar PADSUM/003/2017 relativo ao processo n° 1004539-09.2021.8.11.0055 da 4ª Vara Cível de Tangará da Serra – MT, a qual determina a reintegração da senhora **LUCILEIA OLIVEIRA RODRIGUES**, inscrita sob o CPF n° 000…...-.., tornando sem efeito a Portaria nº 106/2021 de 07 de Janeiro de 2021 e o Processo Administrativo n° PADSUM/003/2017, sendo lotada na Secretaria Municipal de Saúde, servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de **ENFERMEIRO**, admitida em 19/07/2011:

a) DETERMINA a reintegração de LUCILEIA OLIVEIRA RODRIGUES ao cargo de Enfermeira do Município de Tangará da Serra, no mesmo nível e classe que ocupava antes da exoneração, observadas eventuais progressões que deveriam ter ocorrido durante o período de afastamento.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 14/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48° aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 587 DE 22 DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

O Senhor Secretário Municipal de Administração de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **MARCELO DOS SANTOS FERRO,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 019 de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020 de 22 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO os Atestados de Doação de Sangue Protocolados pelos servidores;

CONSIDERANDO a Lei Nº 1075 de 27 de março 1950;

CONSIDERANDO o Art. 113 da Lei Complementar nº 06 de 21 de Junho de 1994;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 268 de 25 de fevereiro 2022;

CONSIDERANDO que a folha de pagamento do mês de MARÇO/2025 (01/03/2025 à 30/03/2025) já havia sido finalizada;

CONSIDERANDO que os atestados de doação de sangue abaixo relacionados foram protocolados após a data de 21/03/2025, não foram incluídos o lançamento na folha mensal 03/2025 no SIP7, em virtude do fechamento da folha de MARÇO/2025 com prazo para inclusão até o dia 21/03/2025;

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZARa concessão de um dia, para doação de sangue sem qualquer prejuízo, dos servidores relacionados abaixo:

Nº	NOME COMPLETO	PROTOCOLO	DATA PROTOCOLO	INÍCIO	FIM	DIA
1	ANA LUCIA LEMES DE SOUZA	2893/2025	20/03/25	20/03/25	20/03/25	1D
2	ANGELO GABRIEL DA SILVA MADEIRA	3253/2025	27/03/25	27/03/25	27/03/25	1D
3	BRUNO ALVES MARTINS	3158/2025	26/03/25	26/03/25	26/03/25	1D
4	DAVID JONNY MANOEL DE ARRUDA	3188/2025	26/03/25	26/03/25	26/03/25	1D
5	GABRIEL CHEUBAH BARREIRA	3356/2025	31/03/25	31/03/25	31/03/25	1D
6	LARISSA KAROLINA DA SILVA ZANARDI COSTA	3264/2025	27/03/25	27/03/25	27/03/25	1D
7	LUANA SABRINA DE SOUZA	3081/2025	25/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
8	MARLY HELENA DA SILVA MOTA	3270/2025	28/03/25	28/03/25	28/03/25	1D
9	MAYSSA VIVIAN BORSATO XAVIER	2858/2025	19/03/25	18/03/25	18/03/25	1D
10	ROSA MARTINS DE LANA SCALCO	3221/2025	27/03/25	27/03/25	27/03/25	1D
11	ROSIMEIRE FEITOZA	33472025	31/03/25	31/03/25	31/03/25	1D
12						

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48ºAniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 588 DE 22 DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

O Senhor Secretário Municipal de Administração de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **MARCELO DOS SANTOS FERRO,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 019 de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020 de 22 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO os Atestados de Doação de Sangue Protocolados pelos servidores;

CONSIDERANDO a Lei Nº 1075 de 27 de março 1950;

CONSIDERANDO o Art. 113 da Lei Complementar nº 06 de 21 de Junho de 1994;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 268 de 25 de fevereiro 2022;

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZARa concessão de um dia, para doação de sangue sem qualquer prejuízo, dos servidores relacionados abaixo:

Nº	NOME COMPLETO	PROTOCOLO	DATA PROTOCOLO	INÍCIO	FIM	DIA
1	ADEMAR PEREIRA SOBRINHO	3934/2025	10/04/25	10/04/25	10/04/25	1D
2	ALBINO CORDEIRO FRANÇA	4293/2025	17/04/25	17/04/25	17/04/25	1D
3	DANIEL DE OLIVEIRA DE SOUZA	3995/2025	11/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
4	DIONATAN ARAUJO SARABIA	3693/2025	04/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
5	EDILANE CARDOSO DE ARAUJO	3511/2025	02/04/25	02/04/25	02/04/25	1D
6	EDNA MARIA GOMES PEREIRA GRANVILLE	4303/2025	17/04/25	17/04/25	17/04/25	1D
7	ELD RODRIGUES BRANDAO	4383/20025	22/04/25	22/04/25	22/04/25	1D
8	GENECI DOS SANTOS	4034/2025	11/04/25	09/04/25	09/04/25	1D
9	ISABEL VICENCIA DO NASCIMENTO	4256/2025	16/04/25	16/04/25	16/04/25	1D
10	LEONICE GOMES CORDEIRO	3872/2025	09/04/25	09/04/25	09/04/25	1D
11	MANOELA MARGARIDA TOMICHA GOMES	4190/2025	15/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
12	MARILEIDE DA SILVA	3694/2025	04/04/25	04/04/25	04/04/25	1D

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48ºAniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.b

PORTARIA Nº 589 DE 22 DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei e

O Senhor Secretário Municipal de Administração de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **MARCELO DOS SANTOS FERRO,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 019 de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020 de 22 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO os Atestados e Declarações de Comparecimento de até sete dias Protocolados pelos servidores;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 268 de 25 de fevereiro 2022;

CONSIDERANDO que a folha de pagamento do mês de Fevereiro/2025 (01/02/2025 à 28/02/2025) já havia sido finalizada;

CONSIDERANDO que os atestados médico abaixo relacionados foram protocolados após a data de 21/03/2025, não foram incluídos o lançamento na folha mensal 03/2025 no SIP7, em virtude do fechamento da folha de MARÇO/2025 com prazo para inclusão até o dia 21/03/2025;

CONSIDERANDO o Art. 75 da Lei Complementar nº 06 de 21 de Junho de 1994;

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZARa concessão do afastamento por incapacidade ao trabalho dos servidores relacionados abaixo:

Nº	NOME COMPLETO	PROTOCOLO	DATA PROTOCOLO	INÍCIO	FIM	DIAS/HORAS
1	ADAO DA SILVA LOPES	3595/2025	03/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
2	ADRIANA DE OLIVEIRA TEODORO	3300/2025	28/03/25	27/03/25	27/03/25	½ D
3	ADRIANA JORGE DE MATOS	3045/2025	24/03/05	24/03/25	28/03/25	5D
4	ADRIANA SOUZA ANDRADE DE ASSIS	3420/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
5	ALANNA DOS SANTOS FRONHA	2840/2025	19/03/25	18/03/25	18/03/25	1H
6	ALANNA DOS SANTOS FRONHA	3294/2025	28/03/25	27/03/25	27/03/25	2H
7	ALCINIRA DE OLIVEIRA CAMPOS	2764/2025	17/03/25	14/03/25	14/03/25	1D
8	ALCINIRA DE OLIVEIRA CAMPOS	3176/2025	26/03/25	24/03/25	26/03/25	3D
9	ALEXANDRO DANTAS	2311/2025	07/03/25	07/03/25	07/03/25	1D
10	ALICE CRISTINA BAGGIO	2873/2025	19/03/25	19/03/25	21/03/25	3D
11	ALINE LEAL NASCIMENTO MACEDO	2836/2025	19/03/25	18/03/25	18/03/25	1D
12	ALINE MIKAELLY DE ALMEIDA CAMPOS	3281/2025	28/23/25	26/03/25	26/03/25	1D
13	ALINE PEREIRA DE ARAUJO	2974/2025	21/03/25	20/03/25	23/03/25	4D
14	ALINE REGINA DOS REIS	3143/2025	26/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
15	ALINE SILVA COSSOLIN	3407/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
16	ALLANE VITORIA ILARIO DA CRUZ	2784/2025	18/03/25	18/03/25	18/03/25	1H
17	ALLANE VITORIA ILARIO DA CRUZ	2890/2025	20/03/25	20/03/25	20/03/25	1H10M
18	ALLANE VITORIA ILARIO DA CRUZ	3219/2025	27/03/25	27/03/25	27/03/25	1H15M
19	ALZIRA FERREIRA SILVA	3062/2025	24/03/25	20/03/25	20/03/25	½ D
20	ALZIRA FERREIRA SILVA	3199/2025	26/03/25	26/03/25	26/03/25	½ D
21	AMAURI DA SILVA SALVADOR	3254/2025	27/03/25	27/03/25	28/03/25	2D
22	ANA CAROLINA CARNEIRO DA SILVA GUIMARÃES	3309/2025	28/23/25	28/03/25	28/03/25	2H
23	ANA CAROLINA DE LIMA CORDEIRO	3504/2025	02/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
24	ANA CAROLINA RIBEIRO SILVA DE PAULA	3259/2025	27/03/25	24/03/25	25/03/25	2D
25	ANA CLAUDIA ARANTES MOURA	2801/2025	18/03/25	18/03/25	18/03/25	1H
26	ANA CLAUDIA ARANTES MOURA	3230/2025	27/03/25	24/03/25	24/03/25	½ D
27	ANA CLAUDIA PEREIRA DO NASCIMENTO	3083/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
28	ANA PAULA DE MORAES SILVA	2973/2025	21/03/25	19/03/25	19/03/25	1D
29	ANA PAULA DOS SANTOS	2930/2025	20/03/25	19/03/25	19/03/25	3D
30	ANA PAULA OLIVEIRA	3382/2025	31/03/25	27/03/25	27/03/25	½ D
31	ANDREA KAROLINE ZUCONELLI	3125/2025	25/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
32	ANDREIA RITA DE OLIVEIRA SANTOS	2869/2025	19/03/25	19/03/25	19/03/25	1H39M
33	ANDRESSA RAFAELA CARDOSO DE LIMA	3083/2025	25/03/25	24/03/25	25/03/25	2D
34	ANEIDE MACHADO	3109/2025	25/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
35	ANEIDE MACHADO	3246/2025	27/03/25	25/03/25	28/03/25	4D
36	ANGELICA MASSAROLLI	3202/2025	26/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
37	ANNA CAROLINE ARMILIATO DA CUNHA	2780/2025	18/03/25	17/03/25	17/03/25	½D
38	ANTONIO FRANCISCO DE AMORIM	3430/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
39	ANTONIO GERALDO SCHWAAB	3311/2025	28/03/25	28/03/25	31/03/25	4D
40	ANTONIO MARCOS FONSECA DE SOUZA	3157/2025	26/03/25	24/03/25	25/03/25	2D
41	APARECIDA MARIA DA LUZ	3377/2025	31/03/25	28/03/25	28/03/25	½ D
42	APARECIDA MARIA DA LUZ	3133/2025	27/03/25	26/03/25	26/03/25	2H
43	ARIANI SCHEIBNER QUIRINO	3152/2025	26/03/25	25/03/25	25/03/25	2H15M
44	ARIANI SCHEIBNER QUIRINO	3169/2025	26/03/25	26/03/25	26/03/25	2H50M
45	BENEDITA JOSEFINA	2879/2025	19/03/25	18/03/25	19/03/25	2D
46	BENEDITA MARIA DE BOMFIM E LIMA	2871/2025	19/03/25	17/03/25	17/03/25	1D
47	BENEDITA SEBASTIANA DA SILVA	2833/2025	19/03/25	17/03/25	17/03/25	1D
48	BERENICE MARTINS CASSEMIRO DE OLIVEIRA	2785/2025	18/03/25	16/03/25	17/0325	2D
49	BERENICE MARTINS CASSEMIRO DE OLIVEIRA	2923/2025	20/03/25	18/03/25	21/03/25	4D
50	BETINA PINTO SANTOS	3075/2025	25/03/25	24/03/25	28/03/25	5D
51	BETINA PINTO SANTOS	3558/2025	02/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
52	BRUNA BATISTA LIBERATO	2755/2025	17/03/25	14/03/25	14/03/25	½D
53	BRUNA BATISTA LIBERATO	2874/2025	19/03/25	17/03/25	19/03/25	3D
54	CAMILA ALVES FONSECA	3432/2025	01/04/25	30/03/25	31/03/25	2D
55	CAMILA ALVES FONSECA	3448/2025	01/04/25	30/03/25	31/03/25	2D
56	CAROLINE ANTUNES AGOSTINHO DE ABREU	3276/2025	28/23/25	27/03/25	27/03/25	1D
57	CAROLINE OLIVEIRA LIMA	3320/2025	28/03/25	26/03/25	27/03/25	2D
58	CATIANE SCOTINI DO NASCIMENTO	2819/2025	18/03/25	17/03/25	17/03/25	1D
59	CELI PEREIRA PINHEIRO	3390/2025	31/03/25	25/03/25	30/03/25	6D
60	CELIA REGINA BEDNARCZUK	2919/2025	20/03/25	19/03/25	19/03/25	3H40M
61	CICERO SIDNEI LIRA	3312/2025	28/03/25	27/03/25	27/03/25	½ D
62	CLARICE ALVES DE ALMEIDA	3274/2025	28/23/25	28/03/25	28/03/25	1D
63	CLARINDA MATOS HERRERA	3218/2025	27/03/25	27/03/25	27/03/25	1H
64	CLAUDETE BARBOSA LEITE	3114/2025	25/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
65	CLAUDETE BARBOSA LEITE	3250/2025	27/03/25	26/03/25	28/03/25	3D
66	CLAUDETE CARDOSO MOREIRA	2823/2025	19/03/25	17/03/25	18/03/25	2D

67	CLAUDIA BARROSO DA SILVA	2925/2025	20/03/25	20/03/25	21/03/25	2D
68	CLAUDIANE DIAS BARBOSA DOS SANTOS	3112/2025	25/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
69	CLAUDINA BISPO DE FIGUEIREDO	3293/2025	28/03/25	27/03/25	27/03/25	1D
70	CLAUDINEIA CALIXTO DA SILVA	3304/2025	28/03/25	28/03/25	28/03/25	½ D
71	CLAUDINEIA DA SILVA MERCHOL	3344/2025	31/03/25	28/03/25	28/03/25	1D
72	CLAUDINEIA DA SILVA MERCHOL	3454/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	½ D
73	CLAUDINEIA SANTOS LEMES DE PASSOS	2911/2025	20/03/25	17/03/25	17/03/25	1D
74	CLEONICE ZUCAO	3323/2025	29/03/25	26/03/25	26/03/25	1D
75	CREONISSIA ROSA CALIXTO	3393/2025	31/03/25	29/03/25	31/03/25	3D
76	CRISTIANA SOUSA	3234/2025	27/03/25	26/03/25	26/03/25	1H
77	CRISTIANE BUENO	2846/2025	19/03/25	18/03/25	19/03/25	2D
78	CUSTODIO ROBERTO DE OLIVEIRA	3297/2025	28/03/25	27/03/25	27/03/25	1D
79	DAIANE LIMA DA SILVA	3212/2025	27/03/25	26/03/25	26/03/25	1D
80	DAIANE CRISTINA RODRIGUES PEREIRA	3528/2025	02/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
81	DANIEL FERNANDES TEIXEIRA	3047/2025	24/03/25	24/03/25	25/03/25	2D
82	DANIEL GALANTE ROMANINI	3324/2025	29/03/25	28/03/25	28/03/25	1D
83	DANIELA APARECIDA SILVA DE OLIVEIRA	2921/2025	20/03/25	20/03/25	20/03/25	1H
84	DANIELA APARECIDA SILVA DE OLIVEIRA	3401/2025	31/03/25	28/03/25	28/03/25	1D
85	DANIELA FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA	3359/2025	31/03/25	28/03/25	28/03/25	1D
86	DANIELE FERNANDA DA SILVA SANTOS	2992/2025	22/03/25	21/03/25	21/03/25	1D
87	DAYANE RIBEIRO DO NASCIMENTO	2962/2025	21/03/25	20/03/25	20/03/25	½ D
88	DEBORA AMANDA XAVIER PELEGRINI	3093/2025	25/03/25	23/03/25	24/03/25	2D
89	DEBORA AMANDA XAVIER PELEGRINI	3093/2025	25/03/25	25/03/25	27/03/25	3D
90	DEBORA CARLA DE OLIVEIRA NUNES GONÇALVES	3162/2025	26/03/25	24/03/25	25/03/25	2D
91	DEBORA STEFFANI PEREIRA	3092/2025	25/03/25	24/03/25	24/03/25	½ D
92	DEBORAH WESLAYNE SOUZA NASCIMENTO	3268/2025	28/03/25	26/03/25	26/03/25	1H
93	DEISE APARECIDA DE BARROS SOUZA	3485/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	½ D
94	DEISIVANIA DE ARAUJO	2995/2025	22/03/25	20/03/25	20/03/25	1D
95	DEONILIA MARAISA DE OLIVEIRA MOREIRA	2944/2025	21/03/25	20/03/25	20/03/25	½ D
96	DEONILIA MARAISA DE OLIVEIRA MOREIRA	3286/2025	01/04/25	26/03/25	26/03/25	1H53M
97	DEVANIRA LOPES DE CARVALHO	2977/2025	21/03/25	21/03/25	21/03/25	½ D
98	DIELLI JACINTHO DA SILVA OLIVEIRA	3301/2025	28/03/25	28/03/25	28/03/25	1D
99	DURLENE CARNEIRO DE SOUZA	2935/2025	20/03/25	19/03/25	19/03/25	1D
100	EDILAINE DE MORAES FRANCA	3412/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	2H
101	EDILAINE PEREIRA DOS SANTOS	3258/2025	27/03/25	27/03/25	27/03/25	1D
102	EDINOR DE ASSIS GRACA	2756/2025	17/03/25	16/03/25	20/03/25	5D
103	EDITE COELHO GONCALVES GOULART	2895/2025	20/03/25	20/03/25	21/02/25	2D
104	EDNA MARIA ALVES BATISTA	2969/2025	21/03/25	20/03/25	20/03/25	½ D
105	EDNA PRINA ARQUAZ	3210/2025	27/03/25	25/03/25	26/03/25	2D
106	EDNEIA AMARAL FRANCO NUNES	3295/2025	28/03/25	27/03/25	27/03/25	1D
107	EDSON CESAR CASTOLDI	3178/2025	26/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
108	EDUARDO PAULO DE OLIVEIRA	3193/2025	26/03/25	26/03/25	26/03/25	1D
109	ELANIA MARIA GOMES FERREIRA SILVA	3065/2025	24/03/25	21/03/25	25/03/25	5D
110	ELENITA DE MELO ALVES	3043/2025	24/03/25	20/03/25	20/03/25	1D
111	ELENITA DE MELO ALVES	3043/2025	24/03/25	21/03/25	21/03/25	1D
112	ELIANE APARECIDA STEIGER	3338/2025	30/01/25	28/03/25	28/03/25	02:30H
113	ELIANE PEREIRA DE FIGUEIREDO MOREIRA	2888/2025	20/03/25	18/03/25	19/03/25	2D
114	ELIANE RAMOS DA COSTA	2946/2025	21/03/25	21/03/25	21/03/25	01:00 H
115	ELIETE RAMOS ALVES	2828/2025	19/03/25	18/03/25	19/03/25	2D
116	ELIONAI BARBOSA MOREIRA DOS SANTOS CARVALHO	3136/2025	26/03/25	26/03/25	27/03/25	2D
117	ELISANGELA MARIA DOS SANTOS	3204/2025	27/03/25	25/03/25	25/03/25	½ D
118	ELISSAMA TEODORO GALEAZZI	2937/2025	20/03/25	20/03/25	21/03/25	2D
119	ELIZETE RAMOS DA SILVA	3610/2025	03/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
120	ELZI FEGUEREDO DA SILVA	3019/2025	24/03/25	21/03/25	21/03/25	2D
121	ELZI FEGUEREDO DA SILVA	3376/2025	31/03/25	31/03/25	31/03/25	2H
122	ERIKA VITORIA TEIXEIRA LIRA	3265/2025	27/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
123	EULLER JAMISON LOPES SACRAMENTO	3469/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
124	EVANILDA MOREIRA SABARRETE	3154/2025	26/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
125	FABIANA FUSCO ROCHA	3148/2025	26/03/25	26/03/25	26/03/25	½ D
126	FAGNER SILVA BRITO	3400/2025	31/03/25	31/03/25	31/03/25	1D
127	FELIPE BRAGA BORGES MOTA	3024/2025	24/03/25	24/03/25	25/03/25	2D
128	FERNANDA SOARES DE LIMA	3446/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
129	FRANCISCA APARECIDA DE ALMEIDA	2773/2025	17/03/25	17/03/25	17/03/25	1D
130	FRANCISCA APARECIDA DE ALMEIDA	3095/2025	25/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
131	FRANCISCA JANAINA FREIRE RODRIGUES	2736/2025	17/03/25	14/03/25	14/03/25	1D
132	GABRIEL CHAUBAH BARREIRA	2754/2025	17/03/25	14/03/25	14/03/25	1D
133	GEAN CARLOS DOS ANJOS MACHADO	2957/2025	21/03/25	21/03/25	21/03/25	1D
134	GICELLY MARIA LORENZI ZANATTA SOUSA	2849/2025	19/03/25	18/03/25	18/03/25	1D
135	GISLAINE APARECIDA RODRIGUES	3207/2025	27/03/25	24/03/25	25/03/25	2D
136	GISLAINE JUSTINO DOS SANTOS CARINHANHA	3200/2025	26/03/25	25/03/25	27/03/25	3D
137	GISLAINE JUSTINO DOS SANTOS CARINHANHA	3409/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	½ D
138	GLAUCIA DE CASSIA MONTANINI	3452/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
139	GLAUCIA DE CASSIA MONTANINI	3453/2025	01/04/25	28/03/25	28/03/25	½ D
140	GRIZELDA DA SILVA	3341/2025	31/03/25	28/03/25	28/03/25	1D
141	HALINE TURINO	2854/2025	19/03/25	18/03/25	18/03/25	1D
142	HALINE TURINO	3130/2025	25/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
143	HELENA CRISTINA JACINTO	2979/2025	21/03/25	21/03/25	21/03/25	1D

144	HUGO VINICIUS FORTUNATO DUARTE	3572/2025	03/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
145	IARA MARIA FERREIRA DO NASCIMENTO SILVA	2920/2025	20/03/25	20/03/25	21/03/25	2D
146	IDALINY MARIA SOARES BRAGA	3172/2025	26/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
147	INNGLEDY FABRICIA DEL MAZZO TAVARES	2986/2025	21/03/25	18/03/25	18/03/25	1D
148	IONI BARBOSA NAKASAWA	3346/2025	31/03/25	31/03/25	31/03/25	1D
149	IVONE DOS SANTOS	3186/2025	26/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
150	IZABEL CRISTINA GOMES	3450/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
151	JACKELINE MORAIS MACHADO	2820/2025	18/03/25	14/03/25	14/03/25	½D
152	JACKELINE MORAIS MACHADO	2821/2025	18/03/25	14/03/25	14/03/25	½D
153	JACKELINE MORAIS MACHADO	3010/2025	23/03/25	19/03/25	19/03/25	1D
154	JACQUELINE APARECIDA FRANCO	2987/2025	21/03/25	18/03/25	18/03/25	1D
155	JAINE FELIX SANTOS	3437/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
156	JANAINA OLIVEIRA PEDROSO DE SALES	2948/2025	21/03/25	19/03/25	19/03/25	1D
157	JANAINA OLIVEIRA PEDROSO DE SALES	2882/2025	20/03/25	18/03/25	18/03/25	1D
158	JAQUELINE OLIVEIRA DA SILVA	3012/2025	23/03/25	21/03/25	21/03/25	1D
159	JAQUELINE VIER	3128/2025	25/03/25	25/03/25	26/03/25	2D
160	JESSICA APARECIDA MATIAS ALVES	3357/2025	31/03/25	31/03/25	31/03/25	1D
161	JESSICA DA SILVA ALMEIDA	2989/2025	22/03/25	20/03/25	24/05/25	5D
162	JESSICA DA SILVA ALMEIDA	3235/2025	27/03/25	27/03/25	27/03/25	1D
163	JESSICA TAMILA GONCALVES	2903/2025	20/03/25	18/03/25	19/03/25	2D
164	JESSIKA SUELLEM DA SILVA	2998/2025	22/03/25	17/03/25	17/03/25	1D
165	JOAO GABRIEL RAMOS DOS SANTOS	2924/2025	20/03/25	20/03/25	20/03/25	01:00 H
166	JOAO GABRIEL RAMOS DOS SANTOS	3476/2025	01/04/25	27/03/25	27/03/25	1H
167	JOELI DO SOCORRO APARECIDA SIQUEIRA MILHORANCA	3165/2025	26/03/25	24/03/25	27/03/25	4D
168	JOELMA RAMIRA DA SILVA	2766/2025	17/03/25	17/03/25	21/03/25	5D
169	JOSE MANOEL DA SILVA	3049/2025	24/03/25	21/03/25	22/03/25	2D
170	JOSE ONIAS DOS REIS	3192/2025	26/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
171	JOSIANE BARBOSA DOS SANTOS	2760/2025	17/03/25	14/03/25	14/03/25	1D
172	JOSIANE CAZZUNI GONCALVES	2945/2025	21/03/25	20/03/25	20/03/25	1D
173	JOSIANE MACHADO DE CARVALHO	3449/2025	01/04/25	30/03/25	31/03/25	2D
174	JULIA GRACIELA TELLES DE SOUZA	3164/2025	26/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
175	JULIA MAGRO MACHADO	2815/2025	18/03/25	13/03/25	13/03/25	½D
176	JULIA MAGRO MACHADO	3491/2025	02/04/25	28/03/25	28/03/25	1H
177	JULIANA APARECIDA BATISTA	3310/2025	28/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
178	JULIANA GARCIA CHAVES GOMES	3122/2025	25/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
179	JULIANA GARCIA CHAVES GOMES	3189/2025	26/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
180	JULIANA GARCIA CHAVES GOMES	3189/2025	26/03/25	26/03/25	26/03/25	1D
181	JULIANA PAULA LOUZICH COELHO VACCARI	3088/2025	25/03/25	20/03/25	20/03/25	1D
182	JULIANA SANTOS DA SILVA	3370/2025	31/03/25	31/03/25	31/03/25	1D
183	JULIANA VIEIRA NUNES NETA	2932/2025	20/03/25	20/03/25	21/03/25	2D
184	KAREN RAQUEL DE OLIVEIRA COSTA	3618/2025	03/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
185	KAREN RAQUEL DE OLIVEIRA COSTA	2565/2025	12/03/25	10/03/25	10/03/25	1D
186	KAREN RAQUEL DE OLIVEIRA COSTA	2565/2025	12/03/25	11/03/25	11/03/25	1D
187	KARINA DOS SANTOS SILVA	2877/2025	19/03/25	19/03/25	21/03/25	3D
188	KARINE QUITERIA RODRIGUES DA SILVA	3314/2025	28/03/25	27/03/25	28/03/25	2D
189	KARLLA JESSYCA FRANCO DE FREITAS	3371/2025	31/03/25	28/03/25	28/03/25	1D
190	KAROLINE DE ANDRADE DA LUZ	3106/2025	27/03/25	26/03/25	26/03/25	1D
191	KATIANE DOS SANTOS PLETSCH	3474/2025	01/04/25	28/03/25	28/03/25	1D
192	KATIANE DOS SANTOS PLETSCH	3475/2025	01/04/25	27/03/25	27/03/25	1D
193	KAUANY DEODATO	3244/2025	27/03/25	26/03/25	26/03/25	½ D
194	KELLEN CRISTINA VENTURA DA SILVA	2822/2025	18/03/25	17/03/25	21/03/25	5D
195	KELLY MIRANDA DE OLIVEIRA	2844/2025	19/03/25	18/03/25	21/03/25	4D
196	KIMBERLY DA SILVA SANTOS	3488/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
197	LARYSSA GABRIELLY FERREIRA DE SOUZA	3201/2025	26/03/25	24/03/25	24/03/25	½ D
198	LAUDICEIA SIQUEIRA CAMPOS	3160/2025	26/03/25	25/03/25	25/03/25	½ D
199	LAUDICEIA SIQUEIRA CAMPOS	3315/2025	28/03/25	27/03/25	27/03/25	1H
200	LAURA CRISTINA MIRANDA LUZ	2776/2025	17/03/25	17/03/25	17/03/25	1D
201	LAURA CRISTINA MIRANDA LUZ	3366/2025	31/03/25	31/03/25	31/03/25	1D
202	LEANDRA MARIA DA SILVA FRANCISCO	2993/2025	22/03/25	21/03/25	21/03/25	1D
203	LEILA FRANCISCA DE LIMA	2795/2025	18/03/25	18/03/25	18/03/25	1D
204	LEILIANE FREIRE DE ANDRADE	2881/2025	20/03/25	20/03/25	21/03/25	2D
205	LENIN LUCIANO GUIMARAES DA SILVA	2783/2025	18/03/25	14/03/25	14/03/25	1D
206	LENISE CARLINA DE CAMPOS	3040/2025	24/03/25	20/03/25	21/03/25	2D
207	LENISE CARLINA DE CAMPOS	3364/2025	31/03/25	28/03/25	28/03/25	1D
208	LEONARDO RODRIGUES DE FREITAS	3267/2025	28/03/25	26/03/25	27/03/25	2D
209	LEONICE FERNANDES DA SILVA	3103/2025	25/06/25	24/03/25	24/03/25	1D
210	LEONICE INACIO DA SILVA	3239/2025	27/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
211	LETICIA BASILIO DA SILVA	3209/2025	27/03/25	26/03/25	26/03/25	½ D
212	LETICIA DA SILVA	2863/2025	19/03/25	18/03/25	19/03/25	2D
213	LOUISI CRISTINI LOPES CARVALHO	3033/2025	24/03/25	21/03/25	21/03/25	1D
214	LUCIANA COSTA DE LIMA GONCALVES	2976/2025	21/03/25	21/03/25	21/03/25	½
215	LUCIANA DA SILVA SANTOS	2641/2025	13/03/25	11/03/25	11/03/25	1D
216	LUCIANA LEMES DA SILVA	2867/2025	19/03/25	19/03/25	25/03/25	7D
217	LUCIANE DOS SANTOS ROSA	3067/2025	24/03/25	24/03/25	25/03/25	2D
218	LUCIANE DOS SANTOS ROSA	3205/2025	27/03/25	24/03/25	25/03/25	2D
219	LUCIENE APARECIDA CARDOSO ADRIANO	3223/2025	27/03/25	26/03/25	26/03/25	1H30M
220	LUCILENE MENDES NERES	2922/2025	20/03/25	19/03/25	19/03/25	1D

221	LUCIVANY ROCHA BEZERRA	2950/2025	21/03/25	21/03/25	21/03/25	½ D
222	LUCIVANY ROCHA BEZERRA	2928/2025	20/03/25	20/03/25	20/03/25	02:30 H
223	LUCIVANY ROCHA BEZERRA	2926/2025	20/03/25	19/03/25	19/03/25	½ D
224	LUIZA ALEIXO ALBERTIN	2837/2025	19/03/25	17/03/25	17/03/25	1D
225	LUZIA APARECIDA BAPTISTA	3428/2025	01/04/25	30/03/25	30/03/25	1D
226	LUZIA BIZ DA SILVA	2988/2025	22/03/25	20/03/25	21/02/25	2D
227	MAGALI PINTO MACHADO	3245/2025	27/03/25	27/03/25	27/03/25	1D
228	MAIARA SILVA DE OLIVEIRA	3167/2025	26/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
229	MAISE PECHIM NEIVA	2952/2025	21/03/25	20/03/25	21/03/25	2D
230	MAISE PECHIM NEIVA	3496/2025	02/04/25	28/03/25	28/03/25	1D
231	MANOELA MARGARIDA TOMICHA GOMES	3257/2025	27/03/25	25/03/25	26/03/25	2D
232	MARCIA GOMES FREIRE	2791/2025	18/03/25	17/03/25	17/03/25	1D
233	MARCIA GOMES FREIRE	2956/2025	21/03/25	19/03/25	19/03/25	1D
234	MARCIA OLIVEIRA DE SOUZA	3383/2025	31/03/25	28/03/25	28/03/25	1D
235	MARCIA VIVIANE REICHERT	3008/2025	23/03/25	21/03/25	21/03/25	½ D
236	MARCIELA ALVES SILVA	2940/2025	21/03/25	20/03/25	20/03/25	1D
237	MARGARETH LOPES RICARDO	2762/2025	17/03/25	17/03/25	20/03/25	4D
238	MARIA ANTONIA MIRANDA RUDES	3332/2025	30/01/25	28/03/25	28/03/25	1D
239	MARIA CLARA VITO DA SILVA	3084/2025	25/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
240	MARIA DAS DORES PINTO	2910/2025	20/03/25	20/03/25	20/03/25	1D
241	MARIA DAS MERCES RAMOS	2839/2025	19/03/25	17/03/25	21/03/25	5D
242	MARIA DE FATIMA DA SILVA SOUZA	2758/2025	17/03/25	14/03/25	15/03/25	2D
243	MARIA DE LOURDES FREITAS	3518/2025	02/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
244	MARIA DE LOURDES VITORINO	3215/2025	27/03/25	27/03/25	28/03/25	2D
245	MARIA DIVINA DE OLIVEIRA	3198/2025	26/03/25	26/03/25	27/03/25	2D
246	MARIA JOSE DE MELO ALVARENGA	3363/2025	31/03/25	31/03/25	31/03/25	1D
247	MARIA JOSE FERREIRA DE SOUZA	2862/2025	19/03/25	19/03/25	19/03/25	½ D
248	MARIA JOSE LOPES DA SILVA FILHA	2908/2025	20/03/25	19/03/25	21/03/25	3D
249	MARIA LUCIA PEREIRA DE AZEVEDO	2929/2025	20/03/25	19/03/25	19/03/25	1D
250	MARIA LUCIA PEREIRA DE AZEVEDO	3462/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
251	MARILDA SOARES DA SILVA	3282/2025	28/23/25	28/03/25	28/03/25	1D
252	MARILENE GONCALVES SOUZA	2782/2025	18/03/25	17/03/25	17/03/25	1H30M
253	MARILENE GONCALVES SOUZA	2891/2025	20/03/25	19/03/25	19/03/25	2H30M
254	MARILENE GONCALVES SOUZA	3089/2025	25/03/25	24/03/25	24/03/25	2H30M
255	MARILENE GONCALVES SOUZA	3196/2025	26/03/25	26/03/25	28/03/25	3D
256	MARILENE GONCALVES SOUZA	3405/2025	31/03/25	31/03/25	31/03/25	1H30M
257	MARILENE ROSA DE OLIVEIRA DA SILVA	3060/2025	24/03/25	24/03/25	30/03/25	7D
258	MARILENE VIEIRA DE JESUS MATTUELLA	2887/2025	20/03/25	19/03/25	21/03/25	3D
259	MARINALVA OLIVEIRA SANTOS	3381/2025	31/03/25	27/03/25	28/03/25	2D
260	MARINETE MARQUES DA SILVA GUIA	2775/2025	17/05/25	14/03/25	14/03/25	1D
261	MARIZA ALVES SCHMEIER	2984/2025	21/03/25	21/03/25	21/03/25	1D
262	MARLENE VIEIRA LEITE BATISTA	2983/2025	21/03/25	20/03/25	21/03/25	2D
263	MARLY HELENA DA SILVA MOTA	3381/2025	31/03/25	31/03/25	31/03/25	½ D
264	MARTA ARRUDA PEREIRA	2958/2025	21/03/25	21/03/25	21/03/25	½ D
265	MAURO ROMAO	3302/2025	28/03/25	28/03/25	30/03/25	3D
266	MAYARA DA SILVA RODRIGUES	2797/2025	18/03/25	17/03/25	17/03/25	1D
267	MAYCON SOTO SIMPLICIO	2805/2025	18/03/25	17/03/25	21/03/25	5D
268	MERCIA GERALDO PEREIRA	3216/2025	27/03/25	26/03/25	26/03/25	1D
269	MICHELLE ALVES DE OLIVEIRA	3113/2025	25/03/25	25/03/25	25/03/25	½ D
270	MICHELLI STUCHI DE SOUZA	3285/2025	28/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
271	MIKAELY NEVES DE CALDAS	2899/2025	20/03/25	17/03/*25	17/03/25	½ D
272	MIRIAM VITORINO	3456/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
273	MOACIR ALBINO BENTO	2981/2025	21/03/25	20/03/25	20/03/25	1D
274	MOACIR ALBINO BENTO	3271/2025	28/23/25	28/03/25	28/03/25	½ D
275	MYRELA GONCALVES PINHEIRO	3091/2025	25/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
276	NATALINA DE ARAUJO AFFONSO	2826/2025	19/03/25	17/03/25	18/03/25	2D
277	NEIVA APARECIDA DOS SANTOS	3272/2025	28/23/25	27/03/25	27/03/25	1D
278	NELSI HOFFMANN CASSEMIRO	3263/2025	27/03/25	25/03/25	28/03/25	4D
279	NEUZA MARIA DOS SANTOS	3015/2025	24/03/25	21/03/25	21/03/25	1D
280	NILCA MARIA SIMAO	3056/2025	24/03/25	21/03/25	21/03/25	1D
281	NILZA BATISTA DE SOUZA	3055/2025	24/03/25	24/03/25	24/03/25	½ D
282	NILZA BATISTA DE SOUZA	2931/2025	20/03/25	20/03/25	21/03/25	2D
283	NOELI KUNZ ACKERMANN SOUZA	3150/2025	26/03/25	25/03/25	26/03/25	2D
284	NOEMI CRISTINA DE LIMA BARBOSA GOMES	3003/2025	23/03/25	21/03/25	21/03/25	1D
285	OTATIANI CRISTINA TEODORO CORREA	3144/2025	26/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
286	PAMELA DOS REIS	2866/2025	19/03/25	18/03/25	18/03/25	½ D
287	PAMELA DOS REIS	3064/2025	24/03/25	21/03/25	21/03/25	1D
288	PATRICIA ALVES LORIN	3039/2025	24/03/25	20/03/25	20/03/25	1D
289	PATRICIA JAQUELINE SILVA FERNANDES	3066/2025	24/03/25	24/03/25	25/03/25	2D
290	PATRICIA LUCIANA BARBOSA	3464/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	½ D
291	RAFAELA FERREIRA DOS SANTOS	2811/2025	18/03/25	17/03/25	17/03/25	1D
292	RALLINI DIANI DA SILVA RODRIGUES	2470/2025	11/03/25	10/03/25	10/03/25	1D
293	RAQUEL CARDOSO DE SOUZA	3069/2025	25/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
294	RAQUEL DIAS PAIVA	2757/2025	17/03/25	17/03/25	18/03/25	2D
295	ROBSON PABLO QUEIROZ SILVA	3392/2025	31/03/25	28/03/25	28/03/25	½ D
296	ROSA MARIA DE LANA SCALCO	3362/2025	31/03/25	31/03/25	31/03/25	1D
297	ROSANA FELIX FRANCISCO	3187/2025	26/03/25	25/03/25	28/03/25	4D

298	ROSANE BERTUOLI	3035/2025	24/03/25	24/03/25	25/03/25	2D
299	ROSANE DE SOUZA SILVA COSTA	2991/2025	22/03/25	21/03/25	21/03/25	1D
300	ROSELI FERREIRA DA CRUZ	3291/2025	28/03/25	28/03/25	28/03/25	1D
301	ROSELI FERREIRA DA CRUZ	3108/2025	25/03/25	24/03/25	25/03/25	2D
302	ROSELI GOMES DE ASSIS	2978/2025	21/03/25	19/03/25	19/03/25	1D
303	ROSELI GOMES DE ASSIS	3096/2025	25/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
304	ROSELI GOMES DE ASSIS	3419/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	½ D
305	ROSENA URBINA GARCIA	3443/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
306	ROSENEIDE RODRIGUES SANTOS DA SILVA	3099/2025	25/03/25	24/03/25	25/03/25	2D
307	ROSILAINE DE FATIMA LEANDRO MOURA	2713/2025	15/03/25	13/03/25	14/03/25	2D
308	ROSILAINE DE FATIMA LEANDRO MOURA	3175/2025	26/03/25	26/03/25	26/03/25	1D
309	ROSILENE DA PENHA DE JESUS	3077/2025	25/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
310	ROSIMAR DE SOUZA SANTOS	2809/2025	18/03/25	17/03/25	18/03/25	2D
311	ROSIMEIRE GIMENEZ PEREIRA DOS SANTOS	2841/2025	19/03/25	18/03/25	19/03/25	2D
312	ROSIMEIRE LUZIA DE SOUSA	3404/2025	31/03/25	31/03/25	31/03/25	1D
313	ROSINEI CALSAVARA	2884/2025	20/03/25	19/03/25	19/03/25	1D
314	ROSINEIDE BEZERRA DA CRUZ	3063/2025	24/03/25	24/03/25	25/03/25	2D
315	ROSINEILA DIAS VIEIRA	3331/2025	30/01/25	28/03/25	28/03/25	1D
316	ROSIRENE DOMINGAS CELADA DE SIQUEIRA	3132/2025	26/0325	24/03/25	24/03/25	2H
317	ROZELY TAVARES NEPOMUCENO CHAVES	3214/2025	27/03/25	25/03/25	28/03/25	4D
318	RUBENS EDUARDO KLOECKNER	3076/2025	25/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
319	SALETE MARIA CAMPELO PINHEIRO	2792/2025	1803825	18/03/25	18/03/25	1D
320	SALETE MARIA CAMPELO PINHEIRO	2870/2025	19/03/25	19/03/25	20/03/25	2D
321	SAMILA STEFANIA DE SOUZA GONÇALVES	3227/2025	27/03/25	25/03/25	26/03/25	2D
322	SANDRA REGINA TOMICHA GOMES	3306/2025	28/23/25	28/03/25	28/03/25	½ D
323	SCARLLET SANTOS FERREIRA BARBOZA	2807/2025	18/03/25	18/03/25	18/03/25	½D
324	SHEILA REGINA DANTAS MAZOTTI	2852/2025	19/03/25	17/03/25	18/03/25	2D
325	SHEILA REGINA DANTAS MAZOTTI	2852/2025	19/03/25	18/03/25	20/03/05	3D
326	SILVANIA APARECIDA MANARIN FERREIRA	2943/2025	21/03/25	20/03/25	20/03/25	1D
327	SILVIA ANUNCIACAO YOSHITAKE	3011/2025	23/03/25	21/03/25	21/03/25	1D
328	SIMONE FERREIRA DA SILVA LIRA	2778/2025	18/03/25	17/03/25	18/03/25	2D
329	SIMONE FERREIRA DA SILVA LIRA	2906/2025	20/03/25	20/03/25	21/03/25	2D
330	SIMONI WEBER DOS SANTOS	3106/2025	25/03/25	24/03/25	26/03/25	3D
331	SIMONI WEBER DOS SANTOS	2875/2025	19/03/25	17/03/25	17/03/25	1D
332	SOLANGE LUIZA DE OLIVEIRA	3389/2025	31/03/25	28/03/25	28/03/25	1D
333	SOLANGE MARTINS DOS SANTOS	2813/2025	18/03/25	14/03/25	14/03/25	1H
334	SOLANGE MARTINS DOS SANTOS	2813/2025	18/03/25	17/03/25	17/03/25	1H
335	SONIA APARECIDA DA CRUZ	3129/2025	25/03/25	25/03/25	27/03/25	3D
336	SONIA APARECIDA NOGUEIRA DE OLIVEIRA	2803/2025	18/03/25	17/03/25	17/03/25	1D
337	SONIA CRISTINA RODRIGUES RISSI	3439/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
338	SONIA MARIA AVELINA FURTADO	2456/2025	11/03/25	07/03/25	07/03/25	1D
339	STEFFANY GABRIELLY NERI DE OLIVEIRA E OLIVEIRA	3016/2025	24/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
340	STEFFANY GABRIELLY NERI DE OLIVEIRA E OLIVEIRA	2971/2025	21/03/25	21/03/25	21/03/25	1D
341	SUELI MARIA DE SOUZA	3352/2025	21/03/25	27/03/25	27/03/25	1D
342	SUZIELY CRISTINI SOARES SEABRA ARFELLI	3155/2025	26/03/25	26/03/25	26/03/25	½ D
343	SUZIELY CRISTINI SOARES SEABRA ARFELLI	3299/2025	28/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
344	TAINA DE SOUZA NASCIMENTO	2774/2025	17/03/25	17/03/25	17/03/25	1D
345	TALITA CUENCA PINA MOREIRA RAMOS	2799/2025	18/03/25	17/03/25	17/03/25	1D
346	TAMARA AUGUSTA FRANÇA	3135/2025	26/06/25	25/03/25	25/03/25	1D
347	TAMARA AUGUSTA FRANÇA	3367/2025	31/03/25	28/03/25	28/03/25	1D
348	TATYANE ERICA VIEIRA GUIMARAES	3090/2025	25/05/25	24/03/25	24/03/25	1D
349	TAYSE MIRELLA DE ALMEIDA CARDOSO	3322/2025	29/03/25	27/03/25	28/03/25	2D
350	THAIS CRISTINA DARINI DA SILVA	3142/2025	26/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
351	THALYSSA MARYS SUEZA TAYANO SILVA	2902/2025	20/03/25	18/03/25	18/13/25	½ D
352	TICIANE STEDILE	3225/2025	29/03/25	27/03/25	27/03/25	1D
353	UELIGTON FRANCISCO DA SILVA CORDEIRO	2781/2025	18/03/25	17/03/25	17/03/25	½D
354	VALDEIR FRANCISCO	3170/2025	26/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
355	VALERIA FERREIRA DA SILVA	3512/2025	03/04/25	31/03/25	31/03/25	½ D
356	VALMIRIA VIEIRA DE SOUZA OENNING	2990/2025	22/03/25	20/03/25	20/05/25	1D
357	VANDERLEIA PEREIRA DA SILVA JORGE	3014/2025	24/03/25	23/03/25	25/03/25	3D
358	VANDERLEIA PEREIRA DA SILVA JORGE	2894/2025	20/03/25	18/03/25	18/03/25	1D
359	VANDERLIZE LEITE DA SILVA	3082/2025	25/03/25	24/03/25	24/03/25	1D
360	VANESSA BARROS DE OLIVEIRA	3141/2025	26/03/25	25/03/25	25/03/25	1D
361	VANESSA GLAUDIANE RAMOS DOS SANTOS	3031/2025	24/03/25	20/03/25	20/03/25	1D
362	VANIA PAULA DOS REIS SANTOS	2865/2025	19/03/25	19/03/25	20/03/25	2D
363	VANYELY MARCELA DA SILVA	3278/2025	28/23/25	28/03/25	28/03/25	1D
364	VERA REGINA DA SILVA	3343/2025	31/03/25	28/03/25	28/03/25	1D
365	VILMA LOPES RELVAO FREITAS	3006/2025	23/03/25	20/03/25	20/03/25	1D
366	VILMA LOPES RELVAO FREITAS	3327/2025	29/03/25	27/03/25	28/03/25	2D
367	VITOR OLIVEIRA TOLDA	3203/2025	26/03/25	26/03/25	26/03/25	1D
368	VIVIANE LUCIA DE QUADROS	2963/2025	21/03/25	20/03/25	20/03/25	1D
369	WANESSA HOFFMANN	2982/2025	21/03/25	20/03/25	21/03/25	2D
370	WANESSA HOFFMANN	2845/2025	19/03/25	17/03/25	19/03/25	3D
371	WILKER CHRISTI CORREA	2814/2025	18/03/25	14/03/25	14/03/25	1D
372	WNEISER DE OLIVEIRA GONCALVES	3426/2025	01/04/25	31/03/25	31/03/25	1D
373	YASMIM LUÁ ALVES SOUZA	2864/2025	19/03/25	19/03/25	19/03/25	½ D
374	ZULEIDE APARECIDA MATIAS	3137/2025	26/03/25	25/03/25	25/03/25	1D

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48ºAniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 590 DE 22DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei e

O Senhor Secretário Municipal de Administração de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **MARCELO DOS SANTOS FERRO**no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 019 de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020 de 22 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO os Atestados e Declarações de Comparecimento de até sete dias Protocolados pelos servidores;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 268 de 25 de fevereiro 2022;

CONSIDERANDO o Art. 75 da Lei Complementar nº 06 de 21 de Junho de 1994;

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZARa concessão do afastamento por incapacidade ao trabalho dos servidores relacionados abaixo:

Nº	NOME COMPLETO	PROTOCOLO	DATA PROTOCOLO	INÍCIO	FIM	DIAS/HORAS
1	ABNER ALCANTARA DOS SANTOS	4299/2025	17/04/25	15/04/25	15/04/25	½ D
2	ADAO DA SILVA LOPES	3595/2025	03/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
3	ADAO DA SILVA LOPES	3596/2025	03/04/02	02/04/25	02/04/25	1D
4	ADATHIA KLISTHIAM COSTA	3521/2025	02/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
5	ADAUTO STEINBACH	4237/2025	16/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
6	ADRIANA CAJADO SABINO	4216/2025	16/04/25	15/04/25	15/04/25	½ D
7	ADRIANA CORREIA MATOS	4041/2025	12/04/25	10/04/05	11/04/25	2D
8	ADRIANE CRISTINA RODRIGUES SALVO	3682/2025	04/04/25	04/04/25	04/04/25	1H
9	ADRIANE CRISTINA RODRIGUES SALVO	3936/2025	10/04/25	08/04/25	08/04/25	2H
10	AILTON ROCHA DE SOUZA	3990/2025	11/04/25	10/04/25	11/04/25	2D
11	ALANNA DOS SANTOS FRONHA	4119/2025	15/04/25	14/04/25	14/04/25	2H
12	ALDA SIMONE TENUTES	3997/2025	11/04/25	10/04/25	10/04/25	1D
13	ALINE SILVA COSSOLIN	3899/2025	09/04/25	04/04/25	04/04/25	½ D
14	ALINE SILVA COSSOLIN	4056/2025	14/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
15	ALLANE VITORIA ILARIO DA CRUZ	3451/2025	01/04/25	01/04/25	01/04/25	1H15M
16	ALLANE VITORIA ILARIO DA CRUZ	3575/2025	03/04/02	03/04/25	03/04/25	1H15M
17	ALLANE VITORIA ILARIO DA CRUZ	3926/2025	10/04/25	10/04/25	10/04/25	1H10M
18	ALLANE VITORIA ILARIO DA CRUZ	4132/2025	15/04/25	15/04/25	15/04/25	1H15M
19	ALZIRA FERREIRA SILVA	3520/2025	02/04/25	02/04/25	02/04/25	1D
20	AMANDA FERNANDA NUNES FERREIRA	4355/2025	19/04/25	17/04/25	17/04/25	1D
21	AMANDA VARELIO DOS SANTOS	3656/2025	04/04/25	03/04/25	04/04/25	2D
22	ANA CAROLINA DE LIMA CORDEIRO	3918/2025	10/04/25	08/04/25	10/04/25	3D
23	ANA CLAUDIA ARANTES MOURA	4238/2025	16/04/25	16/04/25	16/04/25	1D
24	ANA MARIA DE JESUS	3683/2025	04/04/25	03/04/25	04/04/25	2D
25	ANA PAULA DE MORAES SILVA	3876/2025	09/07/25	07/04/25	07/04/25	½ D
26	ANA PAULA DE MORAES SILVA	3877/2025	09/04/25	08/04/25	09/04/25	2D
27	ANA PAULA DOS SANTOS	4166/2025	15/04/25	14/04/25	15/04/25	2D
28	ANA PAULA SANDIS DOS SANTOS	3757/2025	07/04/25	07/04/25	11/04/25	5D
29	ANADILZA CAROLINO VIANA MONTEIRO	3768/2025	07/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
30	ANADILZA CAROLINO VIANA MONTEIRO	4052/2025	13/04/25	10/04/05	11/04/25	2D
31	ANADILZA CAROLINO VIANA MONTEIRO	4322/2025	17/04/25	15/04/25	15/04/25	1D
32	ANDREIA ESPINOSA SAQUETE	4366/2025	21/04/25	17/04/25	17/04/25	1D
33	ANDREIA RITA DE OLIVEIRA SANTOS	3949/2025	10/04/25	10/04/25	10/04/25	½ D
34	ANDREINA DE ARAUJO COSTA	4215/2025	16/04/25	14/04/25	17/04/25	4D
35	ANDRESSA MILANEZE DE LIMA	4009/2025	11/04/25	07/04/25	11/04/25	5D
36	ANDRESSA RAFAELA CARDOSO DE LIMA	3856/2025	09/04/25	08/04/25	08/01/25	1D
37	ANGELA APARECIDA SILVA	4160/2025	15/04/25	15/04/25	17/04/25	3D
38	ANGELICA MASSAROLLI	3963/2025	10/04/25	09/04/25	09/04/25	1D
39	ANGELICA MASSAROLLI	4245/2025	16/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
40	ANTONIA APARECIDA KEMPF	3845/2025	08/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
41	ANTONIO FRANCISCO DE AMORIM	3430/2025	01/04/25	01/04/25	02/04/25	2D
42	ANTONIO FRANCISCO DE AMORIM	3662/2025	04/04/25	03/04/25	03/04/25	1D
43	ANTONIO GERALDO SCHWAAB	3311/2025	28/03/25	01/04/25	01/04/25	1D
44	APARECIDA DE SA ANGELINO	3881/2025	09/09/25	09/04/25	12/04/25	4D
45	APARECIDA FERREIRA DA SILVA	4017/2025	11/04/25	10/04/25	10/04/25	1D
46	APARECIDA MARIA DA LUZ	3745/2025	07/04/25	04/04/25	04/04/25	½ D
47	APARECIDA MARIA DA LUZ	3886/2025	09/04/25	08/04/25	08/04/25	3H
48	APARECIDA SOLANGE DOS SANTOS	3755/2025	07/04/25	07/04/25	09/04/25	3D
49	ARIANI SCHEIBNER QUIRINO	4078/2025	14/04/25	14/04/25	14/04/25	2H
50	BEATRIZ AMORIM DE FREITAS	3678/2025	04/04/25	03/04/25	05/04/25	3D
51	BEATRIZ AMORIM DE FREITAS	3678/2025	04/04/02	03/04/25	05/04/25	3D
52	BEATRIZ MENDES RODRIGUES	4113/2025	14/04/25	12/04/25	12/04/25	1D

53	BENEDITA JOSEFINA DA SILVA	3556/2025	02/03/25	01/04/25	03/04/25	3D
54	BETINA PINTO SANTOS	3558/2025	02/04/25	01/04/25	04/04/25	4D
55	BRUNA BATISTA LIBERATO	3782/2025	08/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
56	BRUNA FAGUNDES DE SOUZA	4291/2025	17/04/25	15/04/25	16/04/25	2D
57	CARINE FIUZA BAHR	4206/2025	16/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
58	CARINE FIUZA BAHR	4310/2025	17/04/25	17/04/25	17/04/25	1D
59	CARLA CRISTINA SEGURA	3834/2025	08/04/25	08/04/25	08/04/25	1D
60	CAROLINE OLIVEIRA LIMA	4045/2025	12/04/25	09/04/25	10/04/25	2D
61	CATIELE MOREIRA DA SILVA	3634/2025	03/04/25	03/04/25	04/03/25	2D
62	CATIELE MOREIRA DA SILVA	3947/2025	10/04/25	10/04/25	10/04/25	1D
63	CELESTE COSTA SOUZA	3942/2025	10/04/25	07/04/25	08/04/25	2D
64	CELESTE COSTA SOUZA	4247/2025	16/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
65	CELMA CECILIA DA SILVA	3455/2025	01/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
66	CINTIA GRACIELE DA SILVA	3585/2025	03/04/02	02/04/25	04/04/25	3D
67	CINTYA PINHEIRO DE ANDRADE GRIEBELER	3578/2025	03/04/02	02/04/25	02/04/25	½ D
68	CLAIRTON JOSE WEBER	3859/2025	09/04/25	08/04/25	08/01/25	1D
69	CLARICE ALVES DE ALMEIDA	3468/2025	01/04/25	01/04/25	03/04/25	3D
70	CLARICE ALVES DE ALMEIDA	4254/2025	16/04/25	15/04/25	15/04/25	1D
71	CLARINDA MATOS HERRERA	3652/2025	04/04/25	02/04/25	02/04/25	1H
72	CLARINDA MATOS HERRERA	3784/2025	08/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
73	CLARINDA MATOS HERRERA	4365/2025	21/04/25	17/04/25	17/04/25	1D
74	CLAUDIA FATIMA VILELA	3712/2025	05/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
75	CLAUDINEIA DA SILVA MERCHOL	3868/2025	09/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
76	CLEONICE ALVES CORDEIRO	3576/2025	03/04/02	03/04/25	03/04/25	½ D
77	CLEONICE DIAS REGO	3985/2025	11/04/25	09/04/25	09/04/25	1D
78	CLEONICE DIAS REGO	3985/2025	11/04/25	10/04/25	11/04/25	2D
79	CRISTIANA SOUSA	3601/2025	03/04/25	02/04/25	02/04/25	1H
80	CRISTIANA SOUSA	3723/2025	06/04/25	04/04/25	04/04/25	½ D
81	CRISTIANA SOUZA	4274/2025	17/04/25	16/04/25	16/04/25	1H
82	CRISTINA SEIBERT	3467/2025	01/04/25	01/04/25	04/04/25	4D
83	CUSTODIO ROBERTO DE OLIVEIRA	3955/2025	10/04/25	09/04/25	09/04/25	1D
84	DANIEL DE OLIVEIRA DE SOUZA	3996/2025	11/04/25	09/07/25	09/04/25	1D
85	DANIEL FERNANDES TEIXEIRA	4058/2025	14/04/25	13/04/25	14/04/25	2D
86	DANIELA APARECIDA SILVA DE OLIVEIRA	3547/2025	02/04/25	01/04/25	01/04/25	1H20M
87	DANIELE ALBINO DA SILVA	3761/2025	07/04/25	05/04/02	05/04/25	1D
88	DANIELI CRISTINA SCHIRMER	4325/2025	17/04/25	17/04/25	17/04/25	1D
89	DANIELLY MAYARA DA SILVA	3692/2025	04/04/25	04/04/25	04/04/25	½ D
90	DANIELLY MAYARA DA SILVA	4104/2025	14/04/25	14/04/25	14/04/25	1H
91	DARAH LINE SOUZA ALVES	3503/2025	02/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
92	DARAH LINE SOUZA ALVES	3503/2025	02/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
93	DARAH LINE SOUZA ALVES	3704/2025	04/04/25	02/04/25	03/04/25	2D
94	DARAH LINE SOUZA ALVES	3704/2025	04/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
95	DARAH LINE SOUZA ALVES	3975/2025	10/04/25	08/04/25	08/04/25	1D
96	DARCIONY VIRIATO RODRIGUES	3798/2025	08/04/25	07/04/25	11/04/25	5D
97	DAYANE DOS SANTOS CARDOSO FEITOSA	3903/2025	09/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
98	DAYANE RIBEIRO DO NASCIMENTO	3962/2025	10/04/25	10/04/25	11/04/25	2D
99	DEBORA CARLA DE OLIVEIRA NUNES GONÇALVES	3951/2025	10/04/25	07/04/25	08/04/25	2d
100	DEBORAH WESLAYNE SOUZA NASCIMENTO	3604/2025	03/04/25	01/04/25	01/04/25	½ D
101	DEIVIANE CABRAL DE OLIVEIRA SENNA	4109/2025	14/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
102	DENISE GOMES SANTAMARIA	3639/2025	03/04/25	03/04/25	04/04/25	2D
103	DEONILIA MARAISA DE OLIVEIRA MOREIRA	3546/2025	02/04/25	01/04/25	01/04/25	2H30M
104	DEUSENY DA SILVA SAMPAIO	4126/2025	15/04/25	14/04/25	14/04/25	½ D
105	DIDIMO AZEVEDO PAULA	3747/2025	07/04/25	07/04/25	09/04/25	3D
106	DINAMAR LEMOS DA SILVA DUARTE	3799/2025	08/04/25	07/04/25	09/04/25	3D
107	DINAMAR LEMOS DA SILVA DUARTE	4004/2025	11/04/25	10/04/25	11/04/25	2D
108	DJEISSY LARISSA SAMPAIO DOS SANTOS	4373/2025	22/04/25	15/04/25	15/04/25	1D
109	DJEISSY LARISSA SAMPAIO DOS SANTOS	4373/2025	22/04/25	16/04/25	16/04/25	1D
110	EDER SILVA DE OLIVEIRA	3888/2025	09/04/25	07/04/25	08/04/25	2D
111	EDER SILVA DE OLIVEIRA	4001/2025	11/04/25	09/04/25	10/04/25	2D
112	EDILAINE DE MORAES FRANCA	3791/2025	08/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
113	EDILENE COSTA DOS SANTOS	3878/2025	09/04/25	09/04/25	10/04/25	2D
114	EDILEUZA CERQUEIRA SILVA	4055/2025	14/04/25	11/04/25	11/04/25	½ D
115	EDISON ROQUE CORREIA	3473/2025	01/04/25	01/04/25	01/04/25	½ D
116	EDISON ROQUE CORREIA	4023/2025	11/04/25	11/04/25	11/04/25	½ D
117	EDNA RIBEIRO	3505/2025	02/04/25	02/04/25	04/04/25	3D
118	ELAINE CRISTINA ESTEVAO PONTES	3525/2025	02/04/25	02/04/25	03/04/25	2D
119	ELENITA DE MELO ALVES	3490/2025	02/04/25	01/04/25	03/04/25	3D
120	ELENITA JANAINA MARTINS PEREIRA	3728/2025	07/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
121	ELIANE PESSOA RODRIGUES	3574/2025	03/04/02	02/04/25	04/04/25	3D
122	ELIANE RAMOS DA COSTA	3789/2025	04/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
123	ELIETE RAMOS ALVES	3600/2025	03/04/25	02/04/25	03/04/25	2D
124	ELISANGELA PIRES	3624/2025	03/04/25	03/04/25	03/04/25	1D
125	ELISSAMA TEODORO GALEAZZI	4006/2025	11/04/25	10/04/25	11/04/25	2D
126	ELIZABET BARBOSA MOREIRA DOS SANTOS	3626/2025	03/04/25	03/04/25	04/04/25	2D
127	ELIZANGELA LACERDA DA SILVA	3702/2025	04/04/25	01/04/25	01/04/25	½ D
128	ELIZETE RAMOS DA SILVA	3612/2025	03/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
129	ELOISA PEREIRA DOS SANTOS	3599/2025	03/04/25	02/04/25	02/04/25	½ D

130	ELZA JACINTA DE OLIVEIRA	4181/2025	15/04/25	15/04/25	17/04/25	3D
131	ELZI FEGUEREDO DA SILVA	4250/2025	16/04/25	15/04/25	17/04/25	3D
132	ENY SANTOS OLIVEIRA HANAUER	4163/2025	15/04/25	14/04/25	15/04/25	2D
133	ERENICE DIAS DOS SANTOS	3515/2025	02/04/25	02/04/25	02/04/25	1D
134	ERIC AUGUSTO GALEAZZI	3772/2025	07/04/25	04/04/25	04/04/25	½ D
135	ERICA ALVES SEVERO	3710/2025	05/04/25	03/04/25	04/03/25	2D
136	ERICA WOLF RITT	4093/2025	14/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
137	ERIKA VITORIA TEIXEIRA LIRA	3703/2025	04/04/25	03/04/25	03/04/25	1D
138	ERISMAR APARECIDA DE SOUZA PLETSCH	3677/2025	04/04/25	03/04/25	03/04/25	½ D
139	ERLETE BRAMBILA	3956/2025	10/04/25	09/04/25	09/04/25	1D
140	ESLAINE PEREIRA DA SILVA	3906/2025	09/04/25	09/04/25	09/04/25	1D
141	EULLER JAMISON LOPES SACRAMENTO	4101/2025	14/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
142	EVANILDA MOREIRA SABARRETE	3959/2025	10/04/25	10/04/25	10/04/25	1D
143	EVANILDA MOREIRA SABARRETE	4269/2025	16/04/25	15/04/25	15/04/25	1D
144	FAGNER SILVA BRITO	3400/2025	31/03/25	01/04/25	02/04/25	2D
145	FERNANDA ALEXANDRE	3620/2025	03/04/25	01/04/25	01/04/25	½ D
146	FERNANDA ALEXANDRE	3621/2025	03/04/25	02/04/25	03/04/25	2D
147	FLAVIA SILVA MONTEIRO EMIDIO	4066/2025	14/04/25	11/04/25	12/04/25	2D
148	GABRIELA LURDES CHAVES	4349/2025	19/04/25	17/04/25	17/04/25	½ D
149	GENY MARIA ALVES FELIX	4227/2025	16/04/25	15/04/25	15/04/25	1D
150	GERUZA DE SOUZA SILVA	3908/2025	09/04/25	08/04/25	09/04/25	2D
151	GICELLY MARIA LORENZI ZANATTA SOUSA	4224/2025	16/04/25	16/04/25	16/04/25	1D
152	GILEIDE MARIA DA SILVA	3690/2025	04/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
153	GILVANIA DA SILVA VIEIRA	3709/2025	07/04/25	03/04/25	03/04/25	1D
154	GISELE APARECIDA TEIXEIRA	4175/2025	15/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
155	GISLAINE FRANCISCO DOS SANTOS	3840/2025	08/04/25	03/04/25	03/04/25	1H30M
156	GISLAINE FRANCISCO DOS SANTOS	3842/2025	08/04/25	08/04/25	08/04/25	2H30M
157	GISLAINE JUSTINO DOS SANTOS CARINHANHA	3555/2025	02/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
158	GISLAINE JUSTINO DOS SANTOS CARINHANHA	3646/2025	04/04/25	03/04/25	03/04/25	1D
159	GLADSTON FERREIRA NEVES	3708/2025	04/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
160	GLAUCE KELLY GRIGGI	3998/2025	11/04/25	10/04/25	11/04/25	2D
161	GLAUCIA DE CASSIA MONTANINI	3533/2025	02/04/25	02/04/25	02/04/25	1D
162	GLORILENE DA CONCEIÇÃO SOUZA ARRUDA	4197/2025	15/04/25	15/04/25	15/04/25	1D
163	GRACYANE DI MARTINI LANDIM	4389/2025	22/04/25	22/0425	22/04/25	1D
164	GREICIELLE GONCALVES DA CUNHA	3584/2025	03/04/02	03/04/25	03/04/25	1D
165	HADJANINY VALERYE DE FRANCA SILVA	4327/2025	17/04/25	15/04/25	16/04/25	2D
166	HALINE TURINO	3559/2025	03/04/02	02/04/25	02/04/25	1D
167	HELEN CRISTINA FRANÇA CAMPOS	4129/2025	15/04/25	14/04/25	18/04/25	5D
168	HELIJANE RIBEIRO DOS REIS	3950/2025	10/04/25	10/04/05	11/04/25	2D
169	IDE FERREIRA DA SILVA	4248/2025	16/04/25	15/04/25	17/04/25	3D
170	ILIDIA SILVA SANTOS DA SILVA	3687/2025	04/04/25	03/04/25	03/04/25	1D
171	IRENILDA DOS SANTOS SILVA COSSOLIN	4372/2025	22/04/25	17/04/25	17/04/25	1D
172	IVANETE MEZOMO DA SILVA	4236/2025	16/04/25	15/04/25	15/04/25	1D
173	IVONE DOS SANTOS	3971/2025	10/04/25	10/0425	10/04/25	1D
174	JACKELINE BATISTA DOS SANTOS COSTA	4273/2025	16/24/25	16/04/25	16/04/25	1D
175	JACKELINE MORAIS MACHADO	4111/2025	14/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
176	JAINE FELIX SANTOS	3437/2025	01/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
177	JAINNY DA SILVA SANTOS MACENO	3838/2025	08/04/25	07/04/25	11/04/25	5D
178	JAQUELINE RODRIGUES DA SILVA	4364/2025	21/04/25	15/04/25	19/04/25	5D
179	JAYANE DE SOUZA	4135/2025	15/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
180	JEANE GOMES DA CRUZ	4182/2025	15/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
181	JEFFERSON MANOEL FIGUEIREDO DE MORAIS	4258/2025	16/04/25	15/04/25	15/04/25	1H
182	JESSE KALEBE SOARES ANDRADE	4094/2025	14/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
183	JESSICA NEPOMUCENO DE OLIVEIRA	3848/2025	08/04/25	08/04/25	09/04/25	2D
184	JESSICA ROSA MENDONCA	3676/2025	04/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
185	JHENY ALVES QUEROBIM	4097/2025	14/04/25	13/04/25	17/04/25	5D
186	JOANITA MARIA MENDES DA SILVA	4008/2025	11/04/25	10/04/25	10/04/25	1D
187	JOAO GABRIEL RAMOS DOS SANTOS	3492/2025	02/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
188	JOAO GABRIEL RAMOS DOS SANTOS	3594/2025	03/04/02	03/04/25	03/04/25	1H
189	JOAO GABRIEL RAMOS DOS SANTOS	3830/2025	08/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
190	JOAO GABRIEL RAMOS DOS SANTOS	4145/2025	15/04/25	10/04/25	15/04/25	1H
191	JOAO GABRIEL RAMOS DOS SANTOS	4326/2025	17/04/25	17/04/25	17/04/25	1H
192	JOCENEIA ORMOND SAMPAIO	3427/2025	01/04/25	01/04/25	07/04/25	7D
193	JOSE AMANCIO DE BARROS	3587/2025	03/04/02	03/04/25	03/04/25	2H30M
194	JOSE AMANCIO DE BARROS	3939/2025	10/04/25	10/04/25	10/04/25	1H30M
195	JOSE AMANCIO DE BARROS	3992/2025	11/04/25	11/04/25	11/04/25	½ D
196	JOSE CUSTODIO SILVEIRA LEDO	3991/2025	11/04/25	10/04/25	11/04/25	2D
197	JOSEFA DA CONCEICAO DOS SANTOS	3847/2025	08/04/25	08/04/25	08/04/25	½ D
198	JOSIANE FARIAS ARAUJO	3983/2025	11/04/25	09/04/25	09/04/25	1H
199	JUCELIA PEREIRA DE AZEVEDO	4134/2025	15/04/25	14/04/25	16/04/25	3D
200	JULHA ALVES DE SOUZA	3715/2025	07/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
201	JULIA GRACIELA TELLES DE SOUZA	4120/2025	15/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
202	JULIANA APARECIDA BATISTA	3513/2025	02/04/25	02/04/25	02/04/25	1D
203	JULIETE SANTOS DA SILVA	4306/2025	17/04/25	17/04/25	17/04/25	1D
204	JUSCIMARA CRISTINA DA SILVA	4075/2025	14/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
205	KAREN RAQUEL DE OLIVEIRA COSTA	3618/2025	03/04/25	01/04/25	04/04/25	4D
206	KARINA DA SILVA LEITE OLIVEIRA	3828/2025	08/04/25	08/04/25	08/04/25	1D

207	KARINE NEVES GOMES	3767/2025	07/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
208	KELLY CRISTINA DA SILVA	3831/2025	08/04/25	07/04/25	11/04/25	5D
209	KELLY MIRANDA DE OLIVEIRA	3920/2025	10/04/25	09/04/25	09/04/25	1D
210	KIMBERLY DA SILVA SANTOS	3824/2025	08/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
211	LAFAIETE PAUKA LOYOLA NETTO	3679/2025	04/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
212	LARYSSA GABRIELLY FERREIRA DE SOUZA	4337/2025	19/04/25	16/04/25	16/04/25	½ D
213	LARYSSA GABRIELLY FERREIRA DE SOUZA	4348/2025	19/04/25	15/04/25	15/04/25	½ D
214	LAUDICEIA SIQUEIRA CAMPOS	3680/2025	04/04/25	03/04/25	05/04/25	3D
215	LAURA CRISTINA MIRANDA LUZ	3366/2025	31/03/25	01/04/25	04/04/25	4D
216	LEILA FRANCISCA DE LIMA	3654/2025	04/04/25	03/04/25	04/04/25	2D
217	LENICE BATISTA DOS SANTOS	3982/2025	11/04/25	10/04/25	11/04/25	2D
218	LENISE CARLINA DE CAMPOS	3675/2025	04/04/25	03/04/25	03/04/25	1D
219	LENISE CARLINA DE CAMPOS	4235/2025	16/04/25	14/04/25	15/04/25	2D
220	LETICIA BASILIO DA SILVA	3564/2025	03/04/25	02/04/25	02/04/25	½ D
221	LETICIA DA SILVA	4187/2025	15/04/25	14/04/25	18/04/25	4D
222	LETICIA DA SILVA	4243/2025	16/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
223	LETICIA FERREIRA AGUIAR	3721/2025	06/04/25	04/04/25	04/04/25	½ D
224	LIDIOMAR BATISTA DOS SANTOS	3817/2025	08/04/25	07/04/25	07/04/25	½ D
225	LIDIOMAR BATISTA DOS SANTOS	4205/2025	15/04/25	14/04/25	15/04/25	2D
226	LILIA CARLA DA SILVA	3913/2025	09/04/25	09/04/25	09/04/25	½ D
227	LILIAN REBECCA PEREIRA	3487/2025	01/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
228	LOUISI CRISTINI LOPES CARVALHO	3627/2025	03/04/25	03/04/25	03/04/25	½ D
229	LOUISI CRISTINI LOPES CARVALHO	4370/2025	22/04/25	17/04/25	17/04/25	½ D
230	LUANA DOS SANTOS BROSCOSQUE MACHADO	3902/2025	09/04/25	07/04/25	07/04/25	3H10M
231	LUANA FERREIRA DA SILVA	4202/2025	15/04/25	15/04/25	15/04/25	2H
232	LUANA SILVA DE OLIVEIRA	4019/2025	11/04/25	10/04/25	12/04/25	3D
233	LUCIA DE FATIMA SOUZA ALVES DE MELLO	3957/2025	10/04/25	10/04/25	12/04/25	3D
234	LUCIANA FERREIRA DOS SANTOS	4070/2025	14/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
235	LUCIANE PEREIRA	3941/2025	10/04/25	09/04/25	09/04/25	½ D
236	LUCIENE RODRIGUES DE ABREU	3722/2025	06/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
237	LUCIMARA MARTINS EVANGELISTA	3674/2025	04/04/25	03/04/25	05/04/25	3D
238	LUIZ CARLOS DE ASSIS JUNIOR	3684/2025	04/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
239	LUZIA APARECIDA BAPTISTA	4116/2025	15/04/25	14/04/25	15/04/25	2D
240	LUZIA SANCHES VICENTE	4067/2025	14/04/25	13/04/25	13/04/25	1D
241	LUZIA SANCHES VICENTE	4069/2025	14/04/25	14/04/25	15/04/25	2D
242	MAELLE DOS SANTOS OLIVEIRA DA SILVA	3898/2025	09/04/25	07/04/25	09/04/25	3D
243	MAELLE DOS SANTOS OLIVEIRA DA SILVA	4053/2025	13/04/25	10/04/25	12/04/25	3D
244	MAGALI PINTO MACHADO	4242/2025	16/04/25	16/04/25	18/04/25	3d
245	MAGDA ARAGOSO MASSON DA SILVA	4064/2025	14/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
246	MAGDA ARAGOSO MASSON DA SILVA	4147/2025	15/04/25	15/04/25	15/04/25	1D
247	MARCELA DE SOUZA MEIRELES	3822/2025	08/04/25	08/04/25	08/04/25	½ D
248	MARCELO PINHEIRO MARTINS	4305/2025	17/04/25	17/04/25	17/04/25	½ D
249	MARCIA OLIVEIRA DE SOUZA	3882/2025	09/04/25	08/04/25	08/04/25	1D
250	MARCIA REGINA DA SILVA	4231/2025	16/04/25	15/04/25	16/04/25	2D
251	MARCOS AURELIO BORGES SABINO	3632/2025	03/04/25	03/04/25	04/04/25	2D
252	MARCUS VINICIUS DE AMORIM	3879/2025	09/04/25	09/04/25	10/04/25	2D
253	MARIA APARECIDA ALVES	3633/2025	03/04/25	03/04/25	04/04/25	2D
254	MARIA APARECIDA OLIVEIRA MACHADO	3550/2025	02/04/25	02/04/25	02/04/25	1D
255	MARIA APARECIDA OLIVEIRA MACHADO	3866/2025	09/04/25	09/04/25	10/04/25	2D
256	MARIA APARECIDA SILVA DOS SANTOS	3465/2025	01/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
257	MARIA CLARA FERREIRA DOS REIS OSORIO	4271/2025	16/04/25	16/04/25	16/04/25	1D
258	MARIA DA PENHA ALVES DOS SANTOS DE PAULA	4292/2025	17/04/25	15/04/25	15/04/25	55M
259	MARIA DE FATIMA DA SILVA SOUZA	3804/2025	08/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
260	MARIA DE LOURDE SOARES DE MELO	3582/2025	03/04/02	02/04/25	02/04/25	½ D
261	MARIA DE LOURDE SOARES DE MELO	3699/2025	04/04/25	03/04/25	03/04/25	1D
262	MARIA DE LOURDE SOARES DE MELO	3919/2025	10/04/25	08/04/25	08/04/25	1D
263	MARIA DE LOURDES DA CRUZ	4322/2025	17/04/25	17/04/25	17/04/25	1D
264	MARIA DE LOURDES FREITAS	3518/2025	02/04/25	01/04/25	02/04/25	2D
265	MARIA DE LOURDES FREITAS	4110/2025	14/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
266	MARIA DE LOURDES VITORINO	4315/2025	17/04/25	17/04/25	17/04/25	1D
267	MARIA FERREIRA SOARES	4079/2025	14/04/25	09/04/25	10/04/25	2D
268	MARIA INEZ FERNANDES DE MORAES	3929/2025	10/04/25	09/04/25	09/04/25	1D
269	MARIA JOSE DE MELO ALVARENGA	3363/2025	31/03/25	01/04/25	04/04/25	4D
270	MARIA JOSE DOS SANTOS SILVA	4015/2025	11/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
271	MARIA LUCIA PEREIRA DE AZEVEDO	3462/2025	01/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
272	MARIA REGINA PEREIRA MARCELO	3780/2025	07/04/25	06/04/25	08/04/25	3D
273	MARIA REGINA PEREIRA MARCELO	4029/2025	11/04/25	09/04/25	10/04/25	2D
274	MARIA RODRIGUES BARBOSA	4118/2025	15/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
275	MARIA ROZENI SANTANA LOBO	4208/2025	16/04/25	15/04/25	15/04/25	1D
276	MARILENE GONCALVES SOUZA	3781/2025	07/07/25	07/04/25	07/04/25	1H30M
277	MARILENE GONCALVES SOUZA	3954/2025	10/04/25	09/04/25	09/04/25	1H30M
278	MARILENE GONCALVES SOUZA	4035/2025	11/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
279	MARILENE GONCALVES SOUZA	4159/2025	15/04/25	14/04/25	14/04/25	½ D
280	MARILIA SANTOS ROSSI	3986/2025	10/04/25	09/04/25	10/04/25	2D
281	MARILSA CONSUELITA TEODORO	3984/2025	11/04/25	10/04/25	10/04/25	½ D
282	MARIZA DE MELLO	3706/2025	04/04/25	02/04/25	02/04/25	1H10M
283	MARTA FURQUIM DE OLIVEIRA	3916/2025	10/04/25	08/04/25	08/04/25	1D

284	MARYA EDUARDA SILVA	3977/2025	10/04/25	08/04/25	09/04/25	2D
285	MARYSSOL GOMES GONCALVES	4189/2025	15/04/25	15/04/25	16/04/25	2D
286	MAYCON DAVID BATISTA CAETANO	3551/2022	02/04/25	01/04/25	02/04/25	2D
287	MAYCON DAVID BATISTA CAETANO	3707/2025	04/04/25	03/04/25	04/04/25	2D
288	MERCIA GERALDO PEREIRA	4026/2025	11/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
289	MERIELE DA SILVA FRANCISCO	3841/2025	08/04/25	08/04/25	08/04/25	1D
290	MICHELE ROSA DE JESUS	3642/2025	04/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
291	MICHELE ROSA DE JESUS	4176/2025	19/04/25	12/04/25	18/04/25	7D
292	MICHELI WALKER KELLER MUCUTA	4032/2025	11/04/25	10/04/05	11/04/25	2D
293	MILTON JUNIOR DE OLIVEIRA	3440/2025	01/04/25	01/04/25	01/04/25	1 D
294	MIRIAM PONCIANO DA SILVA	4062/2025	14/04/25	14/04/25	16/04/25	3D
295	MIRIAN CRISTINA GAZANA	3661/2025	04/04/25	03/04/25	03/04/25	1D
296	MIRIAN PEREIRA DA SILVA	4168/2025	15/04/25	13/04/25	13/04/25	1D
297	MOACIR ALBINO BENTO	3431/2025	01/04/25	01/04/25	01/04/25	½ D
298	MOACIR ALBINO BENTO	3871/2025	09/04/25	09/04/25	09/04/25	1D
299	NAARA REGINA DOS SANTOS ANDRADE	3713/2025	06/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
300	NAIARA DE ALMEIDA SANTOS	4266/2025	16/04/25	15/04/25	17/04/25	3D
301	NALVA DA CRUZ GARCIA	4173/2025	15/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
302	NAYARA FERNANDA PRESTES	4275/2025	17/04/25	15/04/25	16/04/25	2D
303	NEUZI APARECIDA MARTINS	3494/2025	02/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
304	NILMA LIMA GUIMARAES SIMI	3628/2025	03/04/25	02/04/25	08/04/25	7D
305	NILSELEIA NEPOMUCENO DA SILVA	3458/2025	01/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
306	NILSELEIA NEPOMUCENO DA SILVA	3664/2025	04/04/25	03/04/25	04/04/25	2D
307	NILTA AMERICO AMANCIO	3421/2025	01/04/25	01/04/25	02/04/25	2D
308	NILVA MARIA DE SOUZA NEPOMUCENO	3802/2025	08/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
309	NILVANDA VIEIRA DE MELO	3657/2025	04/04/25	03/04/25	03/04/25	1D
310	NILZA PEREIRA DA SILVA IDALGO	4220/2025	16/04/25	15/04/25	17/04/25	3D
311	NINNA DE ALMEIDA	4057/2025	14/04/25	11/04/25	11/04/25	½ D
312	NOEMI CRISTINA DE LIMA BARBOSA GOMES	3643/2025	04/04/25	03/04/25	03/04/25	1D
313	NUBIA VIEIRA DOS SANTOS	3711/2025	05/04/25	02/04/25	02/04/25	1D
314	OLAURINDA BARBOSA DE SOUZA	3507/2025	02/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
315	PABLO RENATO DA SILVA MUNIZ	3441/2025	01/04/25	01/04/25	02/04/25	2D
316	PATRICIA JAQUELINE SILVA FERNANDES	4311/2025	17/04/25	16/04/25	16/04/25	1D
317	PATRICIA JAQUELINE SILVA FERNANDES	4309/2025	17/04/25	15/04/25	15/04/25	1D
318	PATRICIA MENDONÇA DA SILVA GUIMARAES	4210/2025	16/04/25	15/04/25	15/04/25	1D
319	PATRICIA REGINA OLIVEIRA BERNARDINO	3545/2025	02/04/25	02/04/25	02/04/25	½ D
320	PAULA SILVA BATISTA	4272/2025	16/04/25	16/04/25	18/04/25	3D
321	PERLA MARGARIDA CHIEREGATTO	3788/2025	08/04/25	07/04/25	08/04/25	2D
322	RAFAELA DA SILVA ALMEIDA MATIAS	4073/2025	14/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
323	RANIERI ADDARIO JUNIOR	3466/2025	01/04/25	01/04/25	01/04/25	½ D
324	RAQUEL CARDOSO DE SOUZA	4241/2025	16/04/25	15/04/25	15/04/25	½ D
325	RAQUEL CARDOSO DE SOUZA	4357/2025	19/04/25	17/04/25	18/04/25	2D
326	RAQUEL CARDOSO DE SOUZA	4367/2025	21/04/25	21/04/25	23/04/25	3D
327	RAYRA PATRICIA DE SOUZA OENNING	3671/2025	04/04/25	02/04/25	03/04/25	2D
328	REGINA FERNANDA WEISSHEIMER	4379/2025	22/04/25	22/0425	22/04/25	1D
329	REGINA RODRIGUES DA SILVA	4011/2025	11/04/25	08/04/25	08/04/25	1D
330	ROBSON PABLO QUEIROZ SILVA	4207/2025	16/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
331	ROCIO RAQUEL DIAS	3940/2025	10/04/25	08/04/25	08/04/25	½ D
332	ROSANA GONÇALVES AFONSO	4016/2025	11/04/25	10/04/25	11/04/25	2D
333	ROSANA GONÇALVES AFONSO	4125/2025	15/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
334	ROSANGELA ALVES DE OLIVEIRA	3974/2025	10/04/25	10/04/25	10/04/25	1D
335	ROSEANE VICENTE DA SILVA	3810/2025	08/04/25	08/04/25	10/04/25	3D
336	ROSELAINE MEZZ	3741/2025	07/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
337	ROSELI FERREIRA DA CRUZ	3514/2025	02/04/25	01/04/25	01/04/25	½ D
338	ROSELI FERREIRA DA CRUZ	4300/2025	17/04/25	16/04/25	17/04/25	2D
339	ROSELI GOMES DE ASSIS	3994/2025	11/04/25	10/04/25	10/04/25	1H
340	ROSEMEIRE CARDOSO DE LIMA	4180/2025	15/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
341	ROSENA URBINA GARCIA	3443/2025	01/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
342	ROSIANA DA SILVA OLIVEIRA	3538/2025	02/04/25	02/04/25	04/04/25	3D
343	ROSILAINE DE FATIMA LEANDRO MOURA	3519/2025	02/04/25	01/04/25	07/04/25	7D
344	ROSILENE APARECIDA CASTELÃO	4290/2025	17/04/25	16/04/25	17/04/25	2D
345	ROSILENE SANTANA	4288/2025	17/04/25	17/04/25	17/04/25	1D
346	ROSINEI VALERIO DA SILVA	3832/2025	08/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
347	ROSINETE FERNANDES DA SILVA	4083/2025	14/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
348	SABRINA STEFFANY SOLDA	3566/2025	03/04/02	01/04/25	01/04/25	½ D
349	SAMILA STEFANIA DE SOUZA GONÇALVES	3884/2025	09/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
350	SANDRA REGINA TOMICHA GOMES	4377/2025	22/04/25	15/04/25	15/04/25	25M
351	SANDRA REGINA TOMICHA GOMES	4377/2025	22/04/25	17/04/25	17/04/25	2H30M
352	SAULO SCHMIDT DA SILVA	3972/2025	10/04/25	10/04/25	10/04/25	2H10M
353	SCARLLET SANTOS FERREIRA BARBOZA	3477/2025	01/04/25	01/04/25	07/04/05	7D
354	SELMA REGINA ALVES VENANCIO LUNDQUIST DE SOUZA	3790/2025	08/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
355	SHEILA REGINA DANTAS MAZOTTI	3844/2025	08/04/25	04/04/25	08/04/25	5D
356	SIDINEIS APARECIDO DE SOUZA	4128/2025	15/04/25	14/04/25	20/04/25	7D
357	SILNEIA AMELIA DE ORLANDO RIBEIRO	3698/2025	04/04/25	01/04/25	01/04/25	½ D
358	SILVANA NASCIMENTO DE OLIVEIRA DA SILVA	4061/2025	14/04/25	11/04/25	13/04/25	3D
359	SILVANA REGINA DE SOUZA	4280/2025	17/04/25	16/04/25	16/04/25	1D
360	SILVANETE RIBEIRO DE SOUZA	4387/2025	22/04/25	16/04/25	17/04/25	2D

361	SILVANI CARDOSO DE ARAUJO	3809/2025	08/04/25	07/04/25	08/04/25	2D
362	SIMONE DOS SANTOS ARANTES	4040/2025	12/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
363	SIMONE DUDA MENEZES	3774/2025	07/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
364	SIMONE DUDA MENEZES	3777/2025	07/04/25	06/04/25	08/04/25	3D
365	SIOLI DE JESUS PALHANA	4313/2025	17/04/25	17/04/25	17/04/25	1D
366	SIRLEI MARCELINO DIAS	3862/2025	09/04/25	08/04/25	08/01/25	1D
367	SIRLEI ROCHA DE CARVALHO	3611/2025	03/04/25	03/04/25	09/04/25	7D
368	SOLANGE MARTINS DOS SANTOS	3638/2025	03/04/25	02/04/25	02/04/25	1D
369	SONIA CRISTINA RODRIGUES RISSI	3439/2025	01/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
370	SONIA MARIA AVELINA FURTADO	4100/2025	14/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
371	STEFANY DA SILVA VIEIRA CAETANO	3486/2025	01/04/25	01/04/25	02/04/25	2D
372	STEFANY DA SILVA VIEIRA CAETANO	3486/2025	01/04/25	01/04/25	02/04/25	2D
373	STEFFANY DA SILVA TAVARES	4020/2025	11/04/25	10/04/25	10/014/25	½ D
374	SUELI IZIDORO DA SILVA MACEDO	3917/2025	10/04/25	08/04/25	09/04/25	2D
375	SUELI IZIDORO DA SILVA MACEDO	4042/2025	12/04/25	10/04/05	11/04/25	2D
376	SUELI IZIDORO DA SILVA MACEDO	4084/2025	14/04/25	14/04/25	17/04/25	4D
377	SUELLEN BRESOLIN BENA	4294/2025	17/04/25	17/04/25	17/04/25	1D
378	SUELY CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA SILVA	3771/2025	07/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
379	TAINA AQUINO DOS SANTOS	3744/2025	07/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
380	TAINA AQUINO DOS SANTOS	3846/2025	08/04/02	08/04/25	09/04/25	2D
381	TANIA CRISTINA DA SILVA	4304/2025	17/04/25	17/04/25	17/04/25	1D
382	TEREZINHA APARECIDA BERNARDO	3758/2025	07/04/25	04/04/25	04/04/25	2H
383	TEREZINHA APARECIDA BERNARDO	4340/2025	18/04/25	16/04/25	17/04/25	2D
384	THAIS ARCANJO DE MATOS	4351/2025	19/04/25	16/04/25	16/04/25	½ D
385	TIAGO ARNO SALDANHA KLOECKNER	4123/2025	15/04/25	14/04/25	14/04/25	1D
386	TUANNE DE ALMEIDA PEREIRA	4295/2025	17/04/25	16/04/25	16/04/25	1D
387	VALERIA APARECIDA OLIVEIRA SILVA	3910/2025	09/04/25	09/04/25	09/04/25	1D
388	VALERIA FERREIRA DA SILVA	4021/2025	11/04/25	09/04/25	11/04/25	3D
389	VALMIRIA VIEIRA DE SOUZA OENNING	3891/2025	09/04/25	08/04/25	09/04/25	2D
390	VANDERLEIA PEREIRA DA SILVA JORGE	4384/2025	22/04/25	22/0425	22/04/25	½ D
391	VANESCA APARECIDA LOPES RELVAO AZEVEDO	3803/2025	08/08/25	07/04/25	07/04/25	1D
392	VANESSA APARECIDA XAVIER BRAZIL	3787/2025	08/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
393	VANILDA COSTA MOREIRA BARBOSA	3801/2025	08/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
394	VANILZA CONCEICAO DE FREITAS	4098/2025	14/04/25	14/04/25	16/04/25	3D
395	VANUSA DE OLIVEIRA SILVA	3909/2025	09/04/25	07/04/25	07/04/25	1D
396	VILMA LOPES RELVAO FREITAS	3653/2025	04/04/25	03/04/25	03/04/25	1D
397	VILMA LOPES RELVAO FREITAS	4343/2025	18/04/25	16/04/25	16/04/25	½ D
398	VILMA LOPES RELVAO FREITAS	4344/2025	18/04/25	17/04/25	17/04/25	1D
399	VIVIAN LOPES RELVAO GUIMARAES	4044/2025	12/04/25	11/04/25	11/04/25	1D
400	VIVIANE CARLA DE SOUZA	3725/2025	07/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
401	VIVIANE LUCIA DE QUADROS	4302/2025	17/04/25	15/04/25	15/04/25	1D
402	VIVIANNY KLAUDIA FIGUEIREDO DE ANDRADE	3700/2025	04/04/25	04/04/25	04/04/25	1D
403	WEYD COSTA CALADO	4346/2025	19/04/25	17/04/25	18/04/25	2D
404	WNEISER DE OLIVEIRA GONCALVES	3426/2025	01/04/25	01/04/25	01/04/25	1D
405	YASMIM LUÁ ALVES SOUZA	3993/2025	11/04/25	10/04/25	11/04/25	2D
406	YSLA KAUANE PAULINO	4329/2025	17/04/25	15/04/25	15/04/25	1D
407	ZULEIDE APARECIDA MATIAS	3666/2025	04/04/25	03/04/25	04/04/25	2D

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48ºAniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 591 DE 22 DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 que prevê o plano de cargo carreira dos servidores públicos desta municipalidade, em atenção ao Art.11 ao 18 e Art.33.

"[…] Art. 11 Dar-se-á o enquadramento e nomeação:

I - aos servidores que ingressarem no serviço público mediante nomeação, após classificação em concurso público, será efetuado o enquadramento no cargo referente ao seu grupo ocupacional, sendo sua progressão após o término do estágio probatório;

II - os atuais servidores estáveis e efetivos do Município de Tangará da Serra, serão enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos, de acordo com seu tempo de serviço público, na letra correspondente ao período temporal da Tabela de Progressão em classe no seu grupo ocupacional, sem acréscimo salarial;

[…]"

Art. 12 O desenvolvimento do servidor municipal nas carreiras far-se- à através da progressão.

Parágrafo único. Progressão é a elevação do servidor de classe e nível imediatamente superior, dentro da mesma carreira e dependerá, cumulativamente, de: **Nível e Classe.**

Art. 14 Os percentuais de incorporação no vencimento base, de acordo com a tabela de progressão, serão definidos no Anexo V. Art. 15 A contagem do período de interstício será feita data a data, a contar da vigência da presente lei, sem qualquer redução, sendo interrompida nos casos de afastamento do servidor em decorrência de:

Art. 33 Decorrido o interstício de 05 (cinco) anos e o servidor não for avaliado, de acordo com o Anexo III e IV da presente Lei, a progressão em classe será realizada automaticamente com percentual máximo, conforme Anexo V desta Lei.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a Progressão e a elevação do servidor em classe conforme a Lei Municipal 2875/2008, após (05) anos de efetivo exercício, conforme a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 e anexo da Lei Municipal 6.768/2025 de 13/03/2025, dos servidores abaixo relacionados:

a) Servidores efetivos no **Grupo Ocupacional I – Base R$ 1.547,75** com a progressão de elevação em classe, **após 05 anos de efetivo exercício, com aplicação na folha de pagamento de Abril de 2025.**

Dados da Admissão			De			Para		
Nome/Servidor	**Cargo**	**Data de Admissão**	**Referência atual**	**Vencto atual**	**Período Quinquênio**	**Referência novo quinquênio**	**Vencto com quinquênio**	**Período do Quinquênio**
ROSILENE DE ASSUNÇÃO RIBEIRO	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	13/04/2015	Classe: B10 – Nível: 04 – Grupo: OCUPACIONAL I	**R$ 2.863,34**	13/04/2015 a 12/04/2020	**Classe: C10 – Nível: 04 – Grupo: OCUPACIONAL I**	**R$ 3.018,12**	**13/04/2020 a 13/04/2025**
SÉRGIO ALVES CABRAL	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	14/04/2015	Classe: B10 – Nível: 03 – Grupo: OCUPACIONAL I	**R$ 2.321,63**	14/04/2015 a 13/04/2020	**Classe: C10 – Nível: 03 – Grupo: OCUPACIONAL I**	**R$ 2.476,40**	**14/04/2020 a 14/04/2025**

b) Servidores efetivos no **Grupo Ocupacional II – Base R$ 1.634,09** com a progressão de elevação em classe, **após 05 anos de efetivo exercício, com aplicação na folha de pagamento de Abril de 2025.**

Dados da Admissão			De			Para		
Nome/servidor	**Cargo**	**Data de Admissão**	**Referência atual**	**Vencto atual**	**Período Quinquênio**	**Referência novo quinquênio**	**Vencto com quinquênio**	**Período do Quinquênio**
DANIEL DE OLIVEIRA DE SOUZA	MOTORISTA	13/04/2015	Classe: B10 – Nível: 03 – Grupo: OCUPACIONAL II	**R$ 2.042,62**	13/04/2015 a 12/04/2020	**Classe: C10 – Nível: 03 – Grupo: OCUPACIONAL II**	**R$ 2.206,02**	**13/04/2020 a 13/04/2025**
JEAN CARLOS PEREIRA SANTANA	MOTORISTA	01/04/2015	Classe: B10 – Nível: 03 – Grupo: OCUPACIONAL II	**R$ 2.042,62**	01/04/2015 a 31/03/2020	**Classe: C10 – Nível: 03 – Grupo: OCUPACIONAL II**	**R$ 2.206,02**	**01/04/2020 a 01/04/2025**
RUBEM CARLOS LIMA	MOTORISTA	17/04/2015	Classe: B10 – Nível: 05 – Grupo: OCUPACIONAL II	**R$ 3.023,06**	17/04/2015 a 16/04/2020	**Classe: C10 – Nível: 05 – Grupo: OCUPACIONAL II**	**R$ 3.186,48**	**17/04/2020 a 17/04/2025**

c) Servidora efetiva no **Grupo Ocupacional IV – Base R$ 6.229,74** com a progressão de elevação em classe, **após 05 anos de efetivo exercício, com aplicação na folha de pagamento de Abril de 2025.**

Dados da Admissão			De			Para		
Nome/servidor	**Cargo**	**Data de Admissão**	**Referência atual**	**Vencto atual**	**Período Quinquênio**	**Referência novo quinquênio**	**Vencto com quinquênio**	**Período do Quinquênio**
ADRIANA SOUZA ANDRADE DE ASSIS	PSICÓLOGO	06/04/2015	Classe: B10 – Nível: 05 – Grupo: OCUPACIONAL IV	**R$ 7.787,18**	06/04/2015 a 06/04/2020	**Classe: C10 – Nível: 05 – Grupo: OCUPACIONAL IV**	**R$ 8.410,15**	**06/04/2020 a 06/04/2025**

d) Servidora efetiva no **Grupo Ocupacional IV – 30H – Base R$ 4.672,30** com a progressão de elevação em classe, **após 05 anos de efetivo exercício, com aplicação na folha de pagamento de Abril de 2025.**

Dados da Admissão			De			Para		
Nome/servidor	**Cargo**	**Data de Admissão**	**Referência atual**	**Vencto atual**	**Período Quinquênio**	**Referência novo quinquênio**	**Vencto com quinquênio**	**Período do Quinquênio**
NATHALIA CHRISTINA DA SILVA CIRINO	ASSISTENTE SOCIAL – 30 HORAS	16/04/2020	Classe: A – Nível: 05 – Grupo: – IV – 30H	**R$ 5.373,15**	-	**Classe: B10 – Nível: 05 – Grupo: – IV-30H**	**R$ 5.840,38**	**16/04/2020 a 16/04/2025**

Art. 2º As Progressões em Classe dos 07 (sete) servidores acima relacionados será aplicada na folha de pagamento de Abril/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 592DE 22 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.822/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 163/2012 de 16 de Fevereiro2012 que prevê o plano de cargo carreira dos Profissionais da Educação de Tangará da Serra.

Art. 6º A série de níveis dos Técnicos e Apoio Educacionais estrutura-se em linha vertical de acesso;

§ 1º Os níveis são estruturados segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo, da seguinte forma:

I – Técnico em Gestão Escolar:

a) Nível IV – habilitação específica de ensino médio e profissionalização específica;

b) Nível V – habilitação em grau superior, em nível de graduação e profissionalização específica;

c) Nível VI – habilitação em grau superior, com curso de especialização na área de atuação ou correlata e profissionalização específica;

II – Técnico em Multimeios Didáticos:

a) Nível IV – habilitação específica de ensino médio e profissionalização específica;

b) Nível V – habilitação em grau superior, em nível de graduação e profissionalização específica;

c) Nível VI – habilitação em grau superior, com curso de especialização na área de atuação ou correlata e profissionalização específica.

III – Apoio em Alimentação Escolar:

a) Nível II – habilitação em ensino fundamental completo;

b) Nível III – habilitação em ensino médio completo;

c) Nível IV – habilitação em ensino médio e profissionalização específica;

d) Nível V – habilitação em grau superior, em nível de graduação e profissionalização específica;

e) Nível VI – habilitação em grau superior, com curso de especialização na área de atuação ou correlata e profissionalização específica.

IV – Apoio em Meio Ambiente e Manutenção da Infraestrutura Escolar.

a) Nível II – habilitação em ensino fundamental completo;

b) Nível III – habilitação em ensino médio completo;

c) Nível IV – habilitação em ensino médio e profissionalização específica;

d) Nível V – habilitação em grau superior, em nível de graduação e profissionalização específica;

e) Nível VI – habilitação em grau superior, com curso de especialização na área de atuação ou correlata e profissionalização específica.

§ 2º Cada nível desdobra-se em classes indicados por letras que vão de "A" a "H," que constituem a linha horizontal de progressão.

§ 3º A elevação de nível dar-se mediante apresentação de documento comprobatório de habilitação ou pós-graduação, observando-se o interstício de 03 (três) anos, e será concedida mediante requerimento do profissional da educação.

Art. 46 A movimentação funcional do Profissional da Educação dar-se-á em duas modalidades:

I – Por promoção de Nível;

II – Por progressão funcional de classe.[…]".

RESOLVE

Art. 1° CONCEDER a elevação de nível aos servidores pertencente a Tabela de Progressão – Nível Fundamental, de acordo a legislação prevista nos art. 6 e anexo I da Lei Municipal 163/2012 de 16/02/2012, e considerando a Lei Municipal 6.768/2025 de 13/03/2025.

TABELA DE PROGRESSÃO – NÍVEL FUNDAMENTAL – BASE R$ 1.634,08 – LEI 6.738 DE 13/03/2025										
NÍVEL		CLASSE								
			A	B	C	D	E	F	G	H
			1	1,1	1,2	1,3	1,4	1,5	1,6	1,7
FUNDAMENTAL	II	BASE	1.634,08	1.797,49	1.960,90	2.124,31	2.287,72	2.451,12	2.614,53	2.777,94
MÉDIO	III	15%	1.879,20	2.067,11	2.255,03	2.442,95	2.630,87	2.818,79	3.006,71	3.194,63
MÉDIO TÉCNICO	IV	20%	1.960,90	2.156,99	2.353,08	2.549,17	2.745,26	2.941,35	3.137,44	3.333,53
SUPERIOR	V	25%	2.042,60	2.246,86	2.451,12	2.655,38	2.859,64	3.063,90	3.268,17	3.472,43
ESPECIALIZAÇÃO	VI	35%	2.206,01	2.426,61	2.647,21	2.867,82	3.088,42	3.309,02	3.529,62	3.750,22
MESTRADO	VII	45%	2.369,42	2.606,36	2.843,30	3.080,25	3.317,19	3.554,13	3.791,07	4.028,01
			Até 5 anos	+ de 5 anos	+ de 10 anos	+ de 15 anos	+ de 20 anos	+ de 25 anos	+ de 30 anos	+ de 35 anos

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL	
12/03/2025 – Protocolo nº 7913/2025	107571	Samila Stefania de Souza Gonçalves	Apoio Administrativo Educacional – Apoio em Alimentação Escolar	22/07/2019	Classe B – Nível II	Classe B – Nível III Médio Ensino Médio (Credenciamento: 127/2010 – D.O.: 10/06/2010) pela E.E. Patriarca da Independência, Tangará da Serra/MT
DE: Classe: B – Nível: II – Grupo: NÍVEL FUNDAMENTAL			PARA: Classe: B – Nível: III – Grupo: NÍVEL FUNDAMENTAL			

Art. 2º Esta Portaria possui efeito retroativo a data do protocolo do servidor.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 593 DE 22 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.822/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 163/2012 de 16 de Fevereiro2012 que prevê o plano de cargo carreira dos Profissionais da Educação de Tangará da Serra.

"[…] Art. 6 A série de níveis dos Técnicos e Apoio Educacionais estrutura-se em linha vertical de acesso;

§ 1º Os níveis são estruturados segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo, da seguinte forma:

I – Técnico em Gestão Escolar:

a) Nível IV – habilitação específica de ensino médio e profissionalização específica;

b) Nível V – habilitação em grau superior, em nível de graduação e profissionalização específica;

c) Nível VI – habilitação em grau superior, com curso de especialização na área de atuação ou correlata e profissionalização específica;

II – Técnico em Multimeios Didáticos:

a) Nível IV – habilitação específica de ensino médio e profissionalização específica;

b) Nível V – habilitação em grau superior, em nível de graduação e profissionalização específica;

c) Nível VI – habilitação em grau superior, com curso de especialização na área de atuação ou correlata e profissionalização específica.

[…]

Art. 10 A série de níveis dos Técnicos de Apoio Infantil estrutura-se em linha vertical de acesso, da seguinte forma, identificada por algarismos romanos:

§ 1º Os níveis são estruturados segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo, da seguinte forma:

a) Nível IV – habilitação específica de ensino médio e profissionalização específica;

b) Nível V – habilitação em grau superior, em nível de graduação e profissionalização específica;

c) Nível VI – habilitação em grau superior, com curso de especialização na área de atuação ou correlata e profissionalização específica.

[…]

§ 2º Cada nível desdobra-se em classes indicados por letras que vão de "A" a "H," que constituem a linha horizontal de progressão.

§ 3º A elevação de nível dar-se mediante apresentação de documento comprobatório de habilitação ou pós-graduação, observando-se o interstício de 03 (três) anos, e será concedida mediante requerimento do profissional da educação.

Art. 46 A movimentação funcional do Profissional da Educação dar-se-á em duas modalidades:

I – Por promoção de Nível;

II – Por progressão funcional de classe.[…]".

RESOLVE

Art. 1° CONCEDER a elevação de nível aos servidores pertencente a **Tabela de Progressão – Nível Médio Técnico**, de acordo a legislação prevista nos art. 6 e art. 10 e anexo I da Lei Municipal 163/2012 de 16/02/2012, e considerando a Lei Municipal 6.768/2025 de 13/03/2025.

TABELA DE PROGRESSÃO – NÍVEL MÉDIO TÉCNICO – Anexo I – da Lei 163/2012

TABELA DE PROGRESSÃO – NÍVEL MÉDIO TÉCNICO – BASE R$ 2.344,54 – LEI 6.768 DE 13/03/2025										
NÍVEL		CLASSE								
			A	B	C	D	E	F	G	H
			1	1,1	1,2	1,3	1,4	1,5	1,6	1,7
MÉDIO TÉCNICO	IV	BASE	2.344,54	2.578,99	2.813,45	3.047,90	3.282,35	3.516,81	3.751,26	3.985,72
SUPERIOR	V	15%	2.696,22	2.965,84	3.235,46	3.505,09	3.774,71	4.044,33	4.313,95	4.583,57
ESPECIALIZAÇÃO	VI	25%	2.930,67	3.223,74	3.516,81	3.809,88	4.102,94	4.396,01	4.689,08	4.982,15
MESTRADO	VII	35%	3.165,13	3.481,64	3.798,15	4.114,67	4.431,18	4.747,69	5.064,20	5.380,72
DOUTORADO	VIII	45%	3.399,58	3.739,54	4.079,50	4.419,46	4.759,41	5.099,37	5.439,33	5.779,29
			Até 5 anos	+ de 5 anos	+ de 10 anos	+ de 15 anos	+ de 20 anos	+ de 25 anos	+ de 30 anos	+ de 35 anos

Art. 2° APLICAR o art. 1° desta Portaria aos servidores abaixo relacionado com efeito retroativo a data de conclusão do estágio probatório de cada servidor.

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL	
04/03/2025 – Protocolo nº 2153/2025	107597	Ana Claudia Arantes Moura	Técnico de Apoio Infantil	22/07/2019	Classe B – Nível IV	Classe B – Nível VI Especialização Especialização em Ensino da Educação Especial e Educação Infantil pela Faculdade Venda Nova do Imigrante, Venda Nova do Imigrante/ES
DE: Classe: B – Nível: IV – Grupo: NÍVEL MÉDIO TÉCNICO			PARA: Classe: B – Nível: VI – Grupo: NÍVEL MÉDIO TÉCNICO			

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL	
08/04/2025 – Protocolo nº 3807/2025	110882	Elaine Cristina Da Silva	Técnico de Apoio Infantil	16/02/2022	Classe A – Nível IV	Classe A – Nível VI Especialização Especialização em Alfabetização e Letramento pela FASUL Educacional de São Lourenço/MG
DE: Classe: A – Nível: IV – Grupo: NÍVEL MÉDIO TÉCNICO			**PARA: Classe: A – Nível: VI – Grupo: NÍVEL MÉDIO TÉCNICO**			

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL	
09/09/2024 – Protocolo nº 13534/2025	109989	Sandra Regina de Oliveira Mendes Silva	Técnico Administrativo Educacional – Técnico em Gestão Educacional	16/02/2022	Classe A – Nível IV	Classe A – Nível VI Especialização Especialização em Gestão Escolar pela Universidade Positivo de Curitiba/PR
DE: Classe: A – Nível: IV – Grupo: NÍVEL MÉDIO TÉCNICO			**PARA: Classe: A – Nível: VI – Grupo: NÍVEL MÉDIO TÉCNICO**			

Art. 3° APLICAR o Art. 1° desta Portaria aos servidores abaixo relacionado com efeito retroativo a data do protocolo de cada servidor.

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL	
24/03/2025 – Protocolo nº 3032/2025	109835	Alessandra da Silva Cavalcante	Técnico de Apoio Infantil	14/07/2021	Classe A – Nível IV	Classe A – Nível VI Especialização Especialização em Psicopedagogia com Ênfase em Educação Especial pela Faculdade de Educação São Luís de Jaboticabal/SP
DE: Classe: A – Nível: IV – Grupo: NÍVEL MÉDIO TÉCNICO			**PARA: Classe: A – Nível: VI – Grupo: NÍVEL MÉDIO TÉCNICO**			

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL	
13/03/2025 – Protocolo nº 2633/2025	109458	Fabiano Hilario Ramires	Técnico Administrativo Educacional – Técnico em Gestão Educacional	15/03/2021	Classe A – Nível IV	Classe A – Nível VI Especialização Especialização em Gestão Educacional pela Faculdade IMES de Governador Valadares/MG
DE: Classe: A – Nível: IV – Grupo: NÍVEL MÉDIO TÉCNICO			**PARA: Classe: A – Nível: VI – Grupo: NÍVEL MÉDIO TÉCNICO**			

Art. 4° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48° aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 594 DE 22DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora protocolado sob o n° 4.155/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a partir de 15/04/2025 a senhora **ROSENEIDE RODRIGUES SANTOS DA SILVA**, registrada sob o nº 113559, admitida em 24/09/2024, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, do cargo comissionado de **ENCARREGADO DE SERVIÇO II – SEMAS**, nomeada mediante Portaria nº 1486/2024 de 23 de Setembro de 2024.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 15/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCIA REGINA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOSO, Secretária Municipal de Assistência Social; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 595DE 22 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 12.398/2025/1Doc – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra – SERRAPREV;

CONSIDERANDO a Portaria n° 25/SERRAPREV/2025 – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra – SERRAPREV,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a partir de 30/04/2025 o benefício de aposentadoria por Tempo de Contribuição e **EXONERAÇÃO** ao servidor **ADALTON LUIZ CASAGRANDE**, efetivo no cargo de MOTORISTA,Classe “G”, Nível “III”, com carga horária de 40 horas semanais, devidamente matriculado sob n.° 734-1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, totalizando com 12.814 dias, correspondendo há 35 (trinta e cinco) anos, 01 (um) mês e 09 (nove) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais, com base na última remuneração do cargo efetivo**, conforme processo administrativo do SERRAPREV, **nº 2025.04.00016P**.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 596DE 22 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 12.398/2025/1Doc – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra – SERRAPREV;

CONSIDERANDO a Portaria n° 18/SERRAPREV/2025 – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra – SERRAPREV,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a partir de 30/04/2025 o benefício de aposentadoria por Tempo de Contribuição e **EXONERAÇÃO** ao servidor **DELVINO MARTINS DE SOUZA**, efetivo no cargo de MOTORISTA,Classe “G”, Nível “II”, com carga horária de 40 horas semanais, devidamente matriculado sob n.° 000829, lotado na Secretaria Municipal de Educação, totalizando com 12.825 dias, correspondendo há 35 (trinta e cinco) anos, 01 (um) mês e 20 (vinte) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais, com base na última remuneração do cargo efetivo**, conforme processo administrativo do SERRAPREV, **n° 2025.04.00012P**.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 597DE 22 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 12.398/2025/1Doc – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra – SERRAPREV;

CONSIDERANDO a Portaria n° 28/SERRAPREV/2025 – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra – SERRAPREV,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a partir de 30/04/2025 o benefício de aposentadoria por Idade e **EXONERAÇÃO** ao servidor **JOSE ONIAS DOS REIS**, efetivo no cargo de VIGIA,Classe “E”, Nível “I”, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, matriculado sob nº 429-2, totalizando com 11.920 dias, correspondendo há 32 (trinta e dois) anos e 08 (oito) meses de tempo de contribuição, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, conforme processo administrativo do SERRAPREV, **nº 2025.02.00015P**.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 598DE 22 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 12.398/2025/1Doc – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra – SERRAPREV;

CONSIDERANDO a Portaria n° 22/SERRAPREV/2025 – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra – SERRAPREV,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a partir de 30/04/2025 o benefício de aposentadoria por Tempo de Contribuição e **EXONERAÇÃO** a servidora **ALCINIRA DE OLIVEIRA CAMPOS**, efetiva no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, Classe “E10”, Nível “V”, com carga horária de 40 horas semanais, matriculada sob o n° 5167-1, lotada na Secretaria Municipal de Administração, totalizando com 10.963 dias, correspondendo há **30 (trinta) anos e 13 (treze) dias de tempo de contribuição, com proventos integrais, com base na última remuneração do cargo efetivo**, conforme processo administrativo do SERRAPREV, **nº 2025.04.00014P**.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 599 DE 22 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Secretário Municipal de Administração de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **MARCELO DOS SANTOS FERRO,** no exercício da competência que lhe é atribuída por delegação de competência prevista na Lei Orgânica Municipal, e no Decreto nº 019, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020, de 22 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO: O artigo 71, Lei Complementar 006 de 21 de junho de 1.994, alterado pela Redação dada pela Lei Complementar n.º 237, de 07/02/2019 o qual estabelece o que o Servidor fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

CONSIDERANDO o Decreto nº 407, de 26 de novembro de 2018, que dispõe sobre a regulamentação da escala de férias anuais dos servidores públicos do poder executivo municipal e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto nº 376, de 19 de agosto de 2020, que dispõe sobre férias e regulamentação da escala de férias anuais dos servidores públicos do poder executivo municipal e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria nº 463/2025 de 01/04/2025 que dispõe sobre a Escala Anual de Férias para o exercício de 2025 e posteriores alterações.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER o pagamento das férias acrescidas de 1/3 de férias na Folha de Férias de Abril de 2025 e usufruto nos períodos abaixo, aos servidores relacionados:

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO USUFRUTO	FÉRIAS/ABONO
2632-2	ADRIANA SUSAN DE FRANÇA	06/01/2021 - 05/01/2022	04/04/2025 - 03/05/2025	30/0
11173-2	ALLAN BOREAN	01/06/2023 - 31/05/2024	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
11808-1	ALZIRENE DE MELO MACHADO	21/08/2023 - 20/08/2024	14/04/2025 - 13/05/2025	30/0
17267-2	AMILTON SEVERINO DE FREITAS	01/04/2024 - 31/03/2025	03/04/2025 - 02/05/2025	30/0
17578-2	ANA CLAUDIA FURTUNATO DE SOUZA	14/12/2022 - 13/12/2023	10/04/2025 - 29/04/2025	20/0
3041-2	ANA PAULA OLIVEIRA	06/01/2024 - 05/01/2025	02/04/2025 - 21/04/2025	20/0
15841-4	ANDRE FELIPE FERNANDES VIEIRA	20/03/2024 - 19/03/2025	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
11155-1	ANDREIA MICHELI SOARES	01/02/2024 - 31/07/2024	22/04/2025 - 11/05/2025	20/0
17173-2	ANTONIO MARCOS FONSECA	01/03/2024 - 28/02/2025	14/04/2025 - 13/05/2025	30/0
15681-2	AUREA CRISTINA DA SILVA PEREIRA	21/02/2024 - 20/02/2025	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
1735-1	BENICIA FERREIRA DE SOUZA	18/03/2024 - 17/03/2025	03/04/2025 - 17/04/2025	15/0
2622-7	BENVINDA DO NASCIMENTO	06/02/2024 - 05/02/2025	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
19218-1	BIANKA VENANCIO LAHR	24/04/2023 - 23/04/2024	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
19535-2	BRUNA RODRIGUES ANJOS DA SILVA	30/04/2024 - 29/04/2025	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
18913-1	CAMILLA STEFANY GONÇALVES	09/02/2024 - 08/02/2025	07/04/2025 - 16/04/2025	10/0
15825-1	CARINE FIUZA BAHR	17/11/2023 - 16/11/2024	29/04/2025 - 28/05/2025	30/0
2441-2	CARLOS CESAR ACHAVAL RIVERO	03/02/2024 - 02/02/2025	14/04/2025 - 23/04/2025	10/0
20583-1	CESTENIO DE OLIVEIRA MAGALHAES	14/03/2024 - 13/03/2025	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
12867-1	CHARLES BERTA	17/02/2023 - 16/02/2024	14/04/2025 - 23/04/2025	10/0
11059-2	CLAYTON PELISAO FOLADOR	11/08/2023 - 10/08/2024	16/04/2025 - 30/04/2025	15/0
18086-1	CRYSTIANE DE OLIVEIRA COSTA	25/03/2024 - 24/03/2025	14/04/2025 - 28/04/2025	15/0
3289-1	CYNTIA PEREZ MONTERO OLIVEIRA	02/01/2023 - 01/01/2024	01/04/2025 - 15/04/2025	15/0
2201-6	DILVANA VIEIRA DE ACHAVAL	07/03/2024 - 06/03/2025	14/04/2025 - 23/04/2025	10/0
13137-3	EDILSON CASSIANO SOBRINHO	12/12/2023 - 11/12/2024	16/04/2025 - 30/04/2025	15/0
5173-2	EDMAR ALVES BATISTA	11/02/2021 - 10/02/2022	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
1510-1	ELAYNE MENDES DE MATOS	09/07/2023 - 08/07/2024	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
15694-4	ELENA OLIVEIRA DA SILVA	06/02/2024 - 05/02/2025	15/04/2025 - 14/05/2025	30/0
13811-2	ELIANE DA SILVA MORAIS	06/12/2023 - 05/12/2024	14/04/2025 - 13/05/2025	30/0
16895-1	ELIANE SIMONE CRISTALINO	01/10/2023 - 30/09/2024	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
767-2	ELIAS IZIDORIO RODRIGUES	16/06/2023 - 15/06/2024	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
1680-1	ELZA PEREIRA DA PAZ	18/03/2024 - 17/03/2025	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
18467-1	ERICA PEREIRA DA SILVA	02/08/2023 - 01/08/2024	22/04/2025 - 06/05/2025	15/0
16836-3	ERICK LEMES PEREIRA	08/12/2023 - 07/12/2024	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
13536-3	EVERSON EDGARD DOS SANTOS	20/01/2024 - 19/01/2025	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
12285-1	EVERTON TRETTEL LADEIA	15/07/2023 - 14/07/2024	18/04/2025 - 27/04/2025	10/10
11649-1	FABIANE COSTA DOS ANJOS PORTO	16/01/2022 - 15/01/2025	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
14234-1	FABRICIO SANTOS QUEIROZ	16/07/2023 - 15/07/2024	07/04/2025 - 06/05/2025	30/0
13232-3	FERNANDO RODRIGUES DA SILVA	15/12/2023 - 14/12/2024	22/04/2025 - 21/05/2025	30/0
16797-1	GABRIELA MASSON DE SOUZA	19/08/2023 - 18/08/2024	23/04/2025 - 02/05/2025	10/0
20826-1	GEISSIMARA LIBORIO TETZLAFF	11/04/2024 - 10/04/2025	22/04/2025 - 21/05/2025	30/0
2076-1	GENALDO FERREIRA DOS SANTOS	14/11/2023 - 13/11/2024	01/04/2025 - 15/04/2025	15/0
17715-1	GESSIKA DIOGO ARRUDA	16/02/2024 - 15/02/2025	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
2600-1	GILSON ALVES DOS SANTOS	01/04/2024 - 31/03/2025	08/04/2025 - 17/04/2025	10/0
3638-3	GISELI PEREIRA DO NASCIMENTO	06/01/2024 - 05/01/2025	08/04/2025 - 17/04/2025	10/0
18826-1	GLAUDISTON ALVES DA SILVA	05/01/2024 - 04/01/2025	03/04/2025 - 17/04/2025	15/0
14302-1	GRACIELE PONSONI	22/07/2023 - 21/07/2024	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
18151-1	GUSTAVO LEONNE DE SOUZA	18/04/2023 - 17/04/2024	07/04/2025 - 11/04/2025	5/10
16406-1	HANS DE PAULA MARTINS	01/01/2024 - 31/12/2024	01/04/2025 - 20/04/2025	20/10
3480-5	HELOISA CAMPOS DE ARAUJO	17/05/2023 - 16/05/2024	28/04/2025 - 07/05/2025	10/0
11915-4	IRACILDA VENTURA GONÇALVES	01/08/2023 - 31/07/2024	08/04/2025 - 17/04/2025	10/0
14327-1	ISAIAS PEREIRA SOARES	22/07/2023 - 21/07/2024	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
13105-3	IZABELA TALITA SILVA GOMES	05/05/2023 - 04/05/2024	22/04/2025 - 09/05/2025	18/0

12964-10	JERRY DA SILVA MOTA	01/03/2024 - 28/02/2025	20/04/2025 - 19/05/2025	30/0
17128-1	JOAO GABRIEL RAMOS DOS SANTOS	03/12/2023 - 02/12/2024	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
16842-1	JOAO PAULO DE SOUZA VOLTOLINI	20/09/2023 - 19/09/2024	01/04/2025 - 15/04/2025	15/0
1661-1	JOSE CARLOS DA SILVA	02/01/2024 - 01/01/2025	11/04/2025 - 30/04/2025	20/10
10723-2	JOSELIA REBOUCAS DA SILVA	06/01/2024 - 05/01/2025	01/04/2025 - 20/04/2025	20/0
10722-2	JOSILAINE CRISTINA DA SILVA	10/03/2023 - 09/03/2024	07/04/2025 - 16/04/2025	10/0
15004-1	JULIA MAGRO MACHADO	07/11/2022 - 06/11/2023	09/04/2025 - 26/04/2025	18/0
18844-1	JULIANA COCCO	04/01/2024 - 03/01/2025	25/04/2025 - 14/05/2025	20/0
18526-1	KARINE NEVES GOMES	02/09/2023 - 01/09/2024	08/04/2025 - 17/04/2025	10/0
18821-1	KENJI TANAKA ORITA	03/01/2024 - 02/01/2025	07/04/2025 - 17/04/2025	11/0
16282-2	KETHERINE CAROLINY BRISCHILIARI	11/02/2024 - 10/02/2025	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
1534-1	LEANDRO MEGA	09/07/2023 - 08/07/2024	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
16902-1	LETICIA CAMARGO DE MOURA	13/10/2023 - 12/10/2024	17/04/2025 - 17/04/2025	1/10
9008-2	LIANI GOERCK	05/04/2024 - 04/04/2025	22/04/2025 - 01/05/2025	10/10
15658-1	LUCAS FERNANDES DA SILVA	18/06/2023 - 17/06/2024	04/04/2025 - 18/04/2025	15/0
1942-1	LUCINEIDE FERNANDES DE OLIVEIRA	16/05/2023 - 15/05/2024	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
12010-3	LUIZA ALEIXO ALBERTIN	20/10/2023 - 19/10/2024	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
2235-1	LUZIA CELIA SILVA	22/04/2024 - 21/04/2025	08/04/2025 - 17/04/2025	10/10
3052-2	MAGALI PINTO MACHADO	17/10/2023 - 16/10/2024	01/04/2025 - 15/04/2025	15/0
15824-1	MAIARA SOARES DE SOUZA	17/11/2023 - 16/11/2024	07/04/2025 - 06/05/2025	30/0
13324-3	MAINA FIGUEIREDO FURLANETTO	13/03/2024 - 12/03/2025	07/04/2025 - 16/04/2025	10/0
16982-2	MARCELA DE CARVALHO BELTRAMINI	01/12/2023 - 30/11/2024	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
2648-8	MARCO ANTONIO GONCALVES	10/03/2024 - 09/03/2025	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
20783-1	MARIA CAROLINA KAWACHI	05/04/2024 - 04/04/2025	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
2103-1	MARIA DE FATIMA ALVES DE BRITO	01/01/2024 - 31/12/2024	01/04/2025 - 10/04/2025	10/0
2094-1	MARIA DO SOCORRO	05/02/2024 - 04/02/2025	01/04/2025 - 15/04/2025	15/0
20460-1	MARINA MALACO	05/03/2024 - 04/03/2025	03/04/2025 - 17/04/2025	15/0
16475-1	MICHEL MARTINS GARCIA	01/01/2024 - 31/12/2024	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
18118-2	NAILSON PEREIRA DA SILVA	09/02/2024 - 08/02/2025	01/04/2025 - 10/04/2025	10/0
15617-1	NATHALIA CHRISTINA DA SILVA	16/04/2024 - 15/04/2025	08/04/2025 - 17/04/2025	10/0
11103-1	NELSI HOFFMANN CASSEMIRO	19/07/2023 - 18/07/2024	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
13493-5	NIEDJA ALVES DE SOUZA	20/03/2024 - 19/03/2025	15/04/2025 - 14/05/2025	30/0
1265-1	NIVALDO BERTON	12/08/2023 - 11/08/2024	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
20569-1	NOEMIA BARBOSA	20/03/2024 - 19/03/2025	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
15894-3	PATRICIA DE SOUZA	09/10/2023 - 08/10/2024	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
10705-2	PRISCILA CRISTINA FERNANDES	21/06/2022 - 20/06/2023	02/04/2025 - 11/04/2025	10/0
19366-1	RAFAEL NERES DA SILVA CORREA	19/06/2023 - 18/06/2024	07/04/2025 - 06/05/2025	30/0
18731-1	RALLINI DIANI DA SILVA RODRIGUES	01/12/2023 - 30/11/2024	07/04/2025 - 06/05/2025	30/0
18852-1	RENATA LOPES DE SOUZA	17/01/2024 - 16/01/2025	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
18513-1	RICARDO OENNING LUZ	01/09/2023 - 31/08/2024	01/04/2025 - 10/04/2025	10/10
17034-1	ROBIN HOOD RODRIGUES DA SILVA	16/11/2023 - 15/11/2024	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
18491-1	ROQUE RODRIGUES JUNIOR	18/08/2023 - 17/08/2024	22/04/2025 - 09/05/2025	18/0
16791-1	ROSEMEIRE CARDOSO DE LIMA	16/08/2023 - 15/08/2024	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
17160-1	ROSENI ROCHA DOS SANTOS	13/01/2024 - 12/01/2025	03/04/2025 - 17/04/2025	15/0
12336-4	RUBIA MOREIRA DE CAMPOS	16/07/2023 - 15/07/2024	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
13258-3	SABRINA PAULA DA SILVA	16/07/2023 - 15/07/2024	03/04/2025 - 17/04/2025	15/0
12954-3	SABRINA STEFFANY SOLDA	08/10/2023 - 07/10/2024	08/04/2025 - 17/04/2025	10/0
12065-10	SANDRA ELIANE BUREI	09/04/2024 - 08/04/2025	15/04/2025 - 14/05/2025	30/0
371-2	SERGIO VICENTE DA SILVA	01/04/2024 - 31/03/2025	01/04/2025 - 30/04/2025	30/0
14414-1	STELLA AMANDA OLIVEIRA	01/01/2024 - 31/12/2024	07/04/2025 - 16/04/2025	10/0
2437-2	STELLA GIANSANTE	01/06/2023 - 31/05/2024	21/04/2025 - 30/04/2025	10/0
12287-2	TASSYANE MONTEIRO	23/03/2024 - 22/03/2025	22/04/2025 - 06/05/2025	15/0
10795-2	TATIANE FERREIRA BORGES	03/05/2023 - 02/05/2024	03/04/2025 - 02/05/2025	30/0
18458-2	THAIS LARA PINTO DE ARRUDA	11/04/2024 - 10/04/2025	01/04/2025 - 10/04/2025	10/0
12349-1	THIARA MARIA DE MOURA	10/11/2023 - 09/11/2024	02/04/2025 - 11/04/2025	10/0
13075-2	VANESSA MELATO DA SILVA	22/07/2023 - 21/07/2024	22/04/2025 - 01/05/2025	10/0
1709-1	VANIA APARECIDA DE SOUZA RAMOS	18/03/2024 - 17/03/2025	14/04/2025 - 13/05/2025	30/0
2725-2	VIVIANE LUCIA DE QUADROS	17/04/2024 - 16/04/2025	22/04/2025 - 11/05/2025	20/0
19207-1	WILLIAM FROES DE MORAES	18/04/2024 - 17/04/2025	21/04/2025 - 20/05/2025	30/0
11089-1	WILSON ALBERTO LUCCHESI VERTA	21/02/2024 - 20/02/2025	07/04/2025 - 16/04/2025	10/0
18361-1	WILSON ELIAS ABDALLA FILHO	09/06/2023 - 08/06/2024	14/04/2025 - 23/04/2025	10/0

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 600DE 22 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 12.398/2025/1Doc – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra – SERRAPREV;

CONSIDERANDO a Portaria n° 24/SERRAPREV/2025 – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra – SERRAPREV,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a partir de 30/04/2025 o benefício de aposentadoria por Tempo de Contribuição e **EXONERAÇÃO** a servidora **MARIA PAULINA DE SOUSA CAMACHO**, efetiva no cargo de ATENDENTE DE ENFERMAGEM (EM EXTINÇÃO) LM 5641/2022, Classe "F", Nível "V", com carga horária de 40 horas semanais, devidamente matriculada sob n° 001094 lotada na Secretaria Municipal de Saúde, totalizando com 15.172 dias, correspondendo há 41 (quarenta e um) anos, 06 (seis) meses e 27 (vinte e sete) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais, com base na última remuneração do cargo efetivo**, conforme processo administrativo do SERRAPREV, **n.º 2025.04.00013P**.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 601 DE 23 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal em Exercício de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO os Atestados a superiores a 07 (três) dias ou atestados sequentes Protocolados pelos servidores comissionados e contratados;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 268 de 25 de fevereiro de 2022;

CONSIDERANDO o Art. 80 da Lei Complementar nº 268/2022 "A licença para tratamento de saúde será concedida ao servidor, que se encontrar incapacitado temporariamente para o trabalho, a pedido mediante apresentação de atestado médico e com base em perícia médica oficial realizada a expensas do órgão ou da entidade da administração a que é vinculado, ou na sua falta, quem este indicar, quando o afastamento for superior a 07 (sete) dias, passar por perícia, mediante sistema de amostragem."

CONSIDERANDO que os servidores abaixo relacionados estão vinculados ao regime de Previdência Geral – INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e auxílio-doença previsto no art. 59 da Lei 8213 de 24/07/1991;

CONSIDERANDO Portaria do INSS nº 1.194 de 25 de novembro de 2020;

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZARa concessão do afastamento por incapacidade ao trabalho dos servidores contratados e comissionados relacionados abaixo:

PERÍCIA MÉDICA – ATESTADO				
Nº	**NOME COMPLETO – SERVIDORES**	**INÍCIO**	**FIM**	**DIAS**
1	BRUNA GABRIELA FIGUEIREDO	24/03/25	31/03/25	8
2	BRUNA GABRIELA FIGUEIREDO	01/04/25	22/04/25	22
3	CARLA CRISTINA SEGURA	17/04/25	26/04/25	10
4	CARLA CRISTINA SEGURA	17/04/25	26/04/25	10
5	LEILA FRANCISCA DE LIMA	08/04/25	21/04/25	14
6	LUCILENE MENDES NERES	24/03/25	31/03/25	8
7	LUCILENE MENDES NERES	01/04/25	22/04/25	22
8	MADALENA DA SILVA PEREIRA	30/03/25	28/05/25	60
9	MARCILENE APARECIDA DE JESUS	07/04/25	05/06/25	60
10	SIRLENE RODRIGUES	01/04/25	14/04/25	15
11	VANILDA COSTA MOREIRA BARBOSA	10/04/25	24/05/25	45

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e tres dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48ºAniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 602 DE 23 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO os Atestados a partir de 07 (dias) dias e os atestados sequentes Protocolados pelos servidores efetivos;

CONSIDERANDO o Art. 1º altera da Lei Complementar nº 268/2022 dispositivos da Lei Complementar nº 06 de 21 de Junho de 1994;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 268 de 25 de fevereiro de 2022;

CONSIDERANDO o Art. 80 Lei Complementar nº 268/2022 "A licença para tratamento de saúde será concedida ao servidor, que se encontrar incapacitado temporariamente para o trabalho, a pedido mediante apresentação de atestado médico e com base em perícia médica oficial realizada a expensas do órgão ou da entidade da administração a que é vinculado, ou na sua falta, quem este indicar, quando o afastamento for superior a 07 (sete) dias passar por perícia, mediante sistema de amostragem;"

CONSIDERANDO o Art. 81 da Lei Complementar nº 268/2022 "Em caso de licença para tratamento de saúde superior a 60 (sessenta) dias, o servidor será submetido a perícia médico a cada 60 (sessenta) dias, até o término do afastamento conforme Lei Complementar nº 268 de 25/02/2022;

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZARa concessão do afastamento por incapacidade ao trabalho dos servidores dos provimentos efetivos relacionados abaixo:

PERÍCIA MÉDICA E PERÍCIA PERIÓDICA				
Nº	**SERVIDOR**	**INÍCIO**	**FIM**	**DIAS**
1	AGNALDO EUGENIO GALDINO	01/04/25	07/04/25	7
2	ALDILENE COSTA VIEIRA	11/04/25	13/04/25	3
3	ALDILENE COSTA VIEIRA	15/04/25	13/05/25	30
4	ANDRIELY ROCHA PEDROSO	01/04/25	15/04/25	15
5	ANDRIELY ROCHA PEDROSO	17/04/25	15/06/25	60
6	ANTONIO GESUAR SIMON	01/04/25	24/05/25	54
7	BENEDITA DE ARAUJO SILVA	01/04/25	27/05/25	57
8	CARLA DE FATIMA LINO SOARES DE ALFENAS	16/04/25	14/06/25	60
9	CARLA RUBIA PINHEIRO	01/04/25	31/05/25	61
10	CASSIA ALINE DE CARVALHO NEVES	14/04/25	23/04/25	10
11	CASSIA ALINE DE CARVALHO NEVES	04/04/25	13/04/25	10
12	CLEIDINEIA FERREIRA DA SILVA	07/04/25	06/05/25	30
13	DALILA CRISTIAN FERNANDES DA PAZ	10/04/20	24/04/25	15
14	DANIELLE GEROLIN RIBEIRO	11/04/25	09/06/25	60
15	DEBORA CARLA DE OLIVEIRA NUNES GONÇALVES	15/04/25	28/04/25	14
16	DEBORA SCHIRMER	01/04/25	23/05/25	53
17	EDSON GOMES DE SOUZA	10/04/25	31/05/25	52
18	ELENICE MARIA THOMAZ	08/04/25	06/06/25	60
19	FABIULA ANSELMO DESZCZYNSKI	16/04/25	14/06/25	60
20	FELIPE BASSO	08/04/25	06/06/25	60
21	GERALDO ANDRE BORGES DE OLIVEIRA	16/04/25	30/04/25	15
22	GRACIELA APARECIDA DAL SOTTO	01/04/25	11/05/25	41
23	INES PEREIRA DE SOUZA	09/04/25	07/06/25	60
24	IZAIAS FERREIRA REZENDE	02/04/25	31/05/25	60
25	JACINTO PAULO PEREIRA	01/04/25	24/05/25	54
26	JANETE TEIXEIRA DOS SANTOS ARAUJO	15/04/25	03/05/25	19
27	JUSCELIA PASCHOAL CARDOSO SILVA	06/04/25	09/04/25	4
28	JUSCELIA PASCHOAL CARDOSO SILVA	10/04/25	11/04/25	2
29	JUSCELIA PASCHOAL CARDOSO SILVA	13/04/25	17/04/25	5
30	JUSCILENIA PINHEIRO DE JESUS ALVES	13/04/25	11/06/25	60
31	KEILA SOARES DE SOUSA ANGOLA	19/04/25	12/05/25	42
32	KENIA JOANA NEVES SANTANA	01/04/25	09/04/25	9
33	LUCIA DE FATIMA SOUZA ALVES DE MELLO	15/04/25	14/05/25	30
34	LUCIANA LEMES DA SILVA	01/04/25	04/04/25	4
35	LUCIANA LEMES DA SILVA	07/04/25	11/04/25	5
36	LUZIA BIZ DA SILVA	09/04/25	07/06/25	60
37	MADALENA DA SILVA PEREIRA	30/03/25	28/05/25	60
38	MARIA ESTELA ALVES DE ASSIS	22/04/25	20/06/25	60
39	MARIA NILZA GOMES FERREIRA	01/04/25	26/05/25	56
40	MARILDA GALDINO SOUZA	15/04/25	13/06/25	60
41	MARILDA SOARES DA SILVA	16/04/25	25/04/25	10
42	MARISLANI MARTINELLO	16/04/25	14/06/25	60
43	MARLENE RODRIGUES DOS SANTOS	06/04/25	31/05/25	56
44	MARTA CRISTINA NESSO LOURENCO	01/04/25	29/05/25	59
45	NAYARA RAMOS BATISTA	19/04/25	13/06/25	56
46	NILZA APARECIDA BENA DE SOUZA	05/04/25	03/06/25	60
47	ONIVALDO MARQUES	07/04/25	18/05/25	42
48	PAULA JESSICA MEDRADO DA SILVA	14/04/25	13/05/25	30
49	RENATO LOURENCO FERREIRA	07/04/25	05/06/25	60
50	RICARDO NABOR VESPUCIO	02/04/25	26/05/25	55
51	ROBSON NUNES MARINHO	12/04/25	09/05/25	28
52	ROSIVETE OLIVEIRA DA SILVA	19/04/25	16/06/25	59
53	ROSIVETE OLIVEIRA DA SILVA	01/04/25	18/04/25	18
54	SERGIO EDUARDO COUTINHO	20/04/25	06/06/25	48
55	SERGIO JOSE BOTH	13/04/25	12/05/25	30
56	SIDENILDA LUIZ FERNANDES	01/04/25	26/04/25	26
57	TACIANA APARECIDA DE ALMEIDA	15/04/25	14/06/25	60
58	TEREZINHA DA COSTA SOUSA	13/04/25	11/06/25	60
59	VALDEIR FRANCISCO	01/04/25	14/04/25	14
60	VALMIRIA VIEIRA DE SOUZA OENNING	01/04/25	07/04/25	7
61	ZILMA PIROSELI SPENGLER	08/04/25	07/05/25	30

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e tres dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48ºAniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 603 DE 23 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei e;

O Senhor Secretário Municipal de Administração de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **MARCELO DOS SANTOS FERRO,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 019 de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020 de 22 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO os Atestados e Declarações de Comparecimento de acima de sete dias Protocolados pelos servidores;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 268 de 25 de fevereiro 2022;

CONSIDERANDO que a folha de pagamento do mês de fevereiro /2025 (01/02/2025 a 28/02/2025) e perícias médicas, periódica já haviam sido finalizadas lançadas e creditada em 28/02/2025;

CONSIDERANDO que os atestados médico abaixo relacionados foram protocolados após a data de 21/03/2025, não foram incluídos o lançamento na folha mensal 03/2025 no SIP7, em virtude do fechamento da folha de 03/2025 com prazo para inclusão até o dia 21/03/2025;

CONSIDERANDO o Art. 75 da Lei Complementar nº 06 de 21 de Junho de 1994;

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZARa concessão do afastamento por incapacidade ao trabalho dos servidores relacionados abaixo data do referido atestado médico inicial até a data 31/03/2025:

Nº	Nome Completo	Início Do Atestado	Atestado Até 31/03/2025	Dias	Efetivo Comissionado Contratado
1	AGNALDO EUGENIO GALDINO	29/03/25	31/03/25	3	EFETIVO/SEMEC
2	ANDRIELY ROCHA PEDROSO	27/03/25	31/03/25	5	ESTAGIARIO/SEMEC
3	ANTONIO GERALDO SCHWAAB	09/03/25	22/03/25	14	EFETIVO/SEMEC
4	DEBORA SCHIRMER	25/03/25	31/03/25	7	EFETIVO/SEMEC
5	GRACIELA APARECIDA DAL SOTTO	13/03/25	31/03/25	19	EFETIVO/SEMEC
6	JUCINEIDE GOMES DOS SANTOS	20/03/25	29/03/25	10	EFETIVO/SEMEC
7	KENIA JOANA NEVES SANTANA	31/03/25	31/03/25	1	EFETIVO/SEMEC
8	LUCIANA LEMES DA SILVA	26/03/25	31/03/25	6	EFETIVO/SMS
9	LUCIANA LEMES DA SILVA	26/03/25	31/03/25	6	EFETIVO/SMS
10	MARIA NILZA GOMES FERREIRA	28/03/25	31/03/25	4	EFETIVO/SEMEC
11	SIRLENE RODRIGUES	31/03/25	31/03/25	1	COMISSIONADO/GAB
12	VALMIRIA VIEIRA DE SOUZA OENNING	31/03/25	31/03/25	1	EFETIVO/SEMEC

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e tres dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48ºAniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 604 DE 23DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei e

O Senhor Secretário Municipal de Administração de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **MARCELO DOS SANTOS FERRO**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 019 de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020 de 22 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO os Atestados e Declarações Protocolados pelos servidores que levaram à realização de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT);

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 268 de 25 de fevereiro 2022;

CONSIDERANDO que a folha de pagamento do mês Março/2025 já havia sido finalizada;

CONSIDERANDO que os atestados médico abaixo relacionados foram protocolados após a data de 21/03/2025, não foram incluídos o lançamento na folha mensal 03/2025 no SIP7, em virtude do fechamento da folha de com prazo para inclusão até o dia 21/03/2025;

CONSIDERANDO o Art. 75 da Lei Complementar nº 06 de 21 de Junho de 1994;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a concessão do afastamento por incapacidade ao trabalho aos servidores relacionados abaixo que levaram à realização de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT);

ATESTADOS MÉDICOS E DECLARAÇÕES QUE LEVARAM À REALIZAÇÃO DE CAT					
Nº	NOME COMPLETO	Nº DA CAT	INÍCIO	FIM	DIAS
1	EDINEIA MACEDO DE ALMEIDA	323/2022 REABERTURA	25/03/25	31/03/25	7
2	CLAUDIANO FREIRE BEZERRA	1.1.00000000315118162 81	24/03/25	31/03/25	8

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48ºAniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 605 DE 23DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO os Atestados e Declarações Protocolados pelos servidores que levaram à realização de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) no INSS;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 268 de 25 de fevereiro 2022;

CONSIDERANDO o Art. 80 A licença para tratamento de saúde será concedida ao servidor, que se encontrar incapacitado temporariamente para o trabalho, a pedido mediante apresentação de atestado médico e com base em perícia médica oficial realizada a expensas do órgão ou da entidade da administração a que é vinculado, ou na sua falta, quem este indicar, quando o afastamento for superior a 07 (sete) dias, e de forma imediata quanto se tratar de acidente de trabalho, facultada a Administração Pública a convocação do servidor a passar por perícia, mediante sistema de amostragem, conforme Lei Complementar nº 268 de 25/02/2022;

CONSIDERANDO os Art. 75; inciso I e art. 77 da Lei Complementar nº 06 de 21 de Junho de 1994.

CONSIDERANDO que os servidores abaixo relacionados estão vinculados ao regime de Previdência Geral – INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e auxílio-doença previsto no art. 59 da Lei 8213 de 24/07/1991;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER o afastamento por incapacidade ao trabalho **aos servidores de provimentos contratados** relacionados abaixo que levaram à realização de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT);

ATESTADOS MÉDICOS E DECLARAÇÕES QUE LEVARAM À REALIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO (CAT) DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS)					
Nº	NOME COMPLETO	Nº DA CAT	INÍCIO	FIM	DIAS
1	REGIANE PEDROSO DA SILVA	1.1.0000000025953776401	12/04/25	10/06/25	60

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48ºAniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 606 DE 23DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO os Atestados e Declarações Protocolados pelos servidores que levaram à realização de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT);

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 268 de 25 de fevereiro 2022;

CONSIDERANDO o Art. 80 A licença para tratamento de saúde será concedida ao servidor, que se encontrar incapacitado temporariamente para o trabalho, a pedido mediante apresentação de atestado médico e com base em perícia médica oficial realizada a expensas do órgão ou da entidade da administração a que é vinculado, ou na sua falta, quem este indicar, quando o afastamento for superior a 07 (sete) dias, e de forma imediata quanto se tratar de acidente de trabalho, facultada a Administração Pública a convocação do servidor a passar por perícia, mediante sistema de amostragem, conforme Lei Complementar nº 268 de 25/02/2022;

CONSIDERANDO o Art. 75 da Lei Complementar nº 06 de 21 de Junho de 1994;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a concessão do afastamento por incapacidade ao trabalho **aos servidores de provimentos efetivos** relacionados abaixo que levaram à realização de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT);

ATESTADOS MÉDICOS E DECLARAÇÕES QUE LEVARAM À REALIZAÇÃO DE CAT					
Nº	**NOME COMPLETO**	**Nº DA CAT**	**INÍCIO**	**FIM**	**DIAS**
1	ROSAMARIA FREIRE DA SILVA	1.1.00000000244921607	12/04/25	10/06/25	60
2	LUCAS ARMENDO FORTUNATO DE SOUZA	309/2022 REABERTURA	09/04/25	09/05/25	31
3	EDINEIA MACEDO DE ALMEIDA	323/2022 REABERTURA	01/04/25	23/05/25	53
4	CLAUDIANO FREIRE BEZERRA	1.1.0000000031511816281	01/04/25	07/04/25	7
5	CLAUDIANO FREIRE BEZERRA	1.1.0000000031511816281	08/04/25	07/05/25	30

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48ºAniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 607 DE 23 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Certidão de Óbito apresentada pela servidora e protocolada sob o nº 4.401/2025/1Doc,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER afastamento de 08 (oito) dias consecutivos a servidora **STELLA AMANDA OLIVEIRA DE CARVALHO**, efetiva no cargo de SECRETARIO ESCOLAR, admitida em 22/07/2019, registrada sob o nº 107607 e lotada na Secretaria Municipal de Educação, em razão de falecimento de pessoa da família, conforme Certidão de óbito apresentada, nos termos do artigo 66, inciso V, alínea "b" da Lei Complementar n° 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012, **no período de 20/04/2025 a 27/04/2025**.

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a 20/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 608 DE 23 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o requerimento sob o Protocolo Servidor nº 2.447/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a senhora **ANA CARLA MARTINELI**, admitida em 05/09/2019, registrada sob o nº 107815, efetiva no cargo de TÉCNICO DE APOIO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR**, sem remuneração, nos termos do art. 77 da Lei Complementar n° 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012, conforme requerimento próprio, com usufruto iniciando **em 09/04/2025 a 08/04/2027**.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 09/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 609 DE 23 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o artigo 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 "Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor estável fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, a ser gozada com a remuneração do cargo, pago nos meses de licença";

CONSIDERANDO o Memorando nº 6.479/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDOo Termo de Constatação nº 018/RH/SAÚDE/2025 e Decisão nº 018/RH/SMS/2025;

CONSIDERANDO o Parecer nº 225/PGM/2021 quanto as remunerações e vencimentos;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDERao servidor **FABRICIO SANTOS QUEIROZ**, efetivo no cargo de **ENFERMEIRO**, admitido em 16/07/2019, registrado sob o nº 107427 e lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **Licença-prêmio por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **16/07/2019 à 15/07/2024**, nos termos do §2 do artigo 103 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de:

Período Aquisitivo	Usufruto	Descrição
16/07/2019 à 15/07/2024	06/03/2025 a 04/04/2025	30 (trinta) dias Pago a partir da referência de 01/04/2025 a 30/04/2025
	01/10/2025 a 31/10/2025	1 (um) mês
	01/12/2025 a 31/12/2025	1 (um) mês

Art. 2º SUSPENDER o Adicional de Insalubridade de 40% concedido mediante Portaria nº 1284 de 19/08/2024, durante o período de usufruto da Licença–prêmio.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 610 DE 23 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito em exercício de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.705/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

RESOLVE

Art. 1° RELOTAR o servidor **RENAN WASCHINGTON COSTA CARDOSO**, registrado sob o n° 111086, admitido em 04/03/2022, no cargo comissionado de ENCARREGADO DE SERVIÇO I e lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, nos termos do art. 104, inciso II, alínea “b”, da Lei Orgânica Municipal do Município de Tangará da Serra, conforme segue:

De	Para	Local de Trabalho
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Infraestrutura	SINFRA/Manutenção

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48° aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; VINICIUS LANÇONE DOS SANTOS, Secretário Municipal de Meio Ambiente; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 611 DE 23 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o art. 33 da Lei Complementar Municipal nº. 268/2022 que trata do procedimento de readaptação para melhor atendimento do interesse público;

CONSIDERANDO o Atestado Médico apresentado sob o Protocolo Servidor nº 1.149/2025/1Doc;

CONSIDERANDO o Parecer Médico emitido pelo médico do trabalho Dr. Renato Gonçalves Vaccari – CRM/MT 4478;

CONSIDERANDO o Despacho nº 7 – 1.149/2025/1Doc inserido no Protocolo Servidor nº 1.149/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação, enviado ao Departamento Pessoal no dia 17/04/2025;

CONSIDERANDO a possibilidade de readaptação de funções de atribuições afins, bem como a existência de laudo pericial conclusivo quanto à readaptação;

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZAR a readaptação nos termos do artigo 33 da Lei Complementar n° 268 de 25 de fevereiro de 2022, a servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação, relacionado a seguir:

Registro	Nome	Cargo	Funções a desempenhar ao cargo	Local de Trabalho	Período do Atestado
102145	Silvana Ribeiro	Ajudante de Serviços Gerais	Ajudante de Serviços Gerais	C.M.E. Antenor Soares	11/02/2025 à 11/05/2025 (90 dias)
Descrição da Função a Desempenhar					
A servidora laborará no horário estabelecido das 6h às 10h e das 12h às 16h, perfazendo jornada semanal corresponde a 40h, de forma a realizar o atendimento ao público interno e externo ao ambiente escolar nos períodos matutino e vespertino, auxiliando na recepção dos pais e educandos, orientando-os e conduzindo-os aos locais desejados, ou à coordenação escolar quando necessário; Abrir as salas, anterior ao início das aulas, para ligar os condicionadores de ar e garantir a boa climatização dos ambientes; Realizar a higienização da sala e banheiro de uso coletivo dos professores; Realizar a manutenção na reposição de material de uso contínuo como álcool, papel higiênico e papel toalha nos locais necessários; Receber e conferir material e mercadorias recebidas pela unidade escolar através da Secretaria Municipal de Educação, bem como demais auxílios aos servidores lotados na unidade escolar, se necessário e, com orientações prévias.					

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a 11/02/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 612 DE 23 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 12.757/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR a partir desta data, a senhora **DAMARIS RIBAS MORAIS ZANETI**, portadora do CPF 046……..-.., para exercer o cargo comissionado de **CHEFE DE CONTROLE, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE**,símbolo DAI – I de acordo com a Lei n° 4.877/2017 de 23 de novembro de 2017, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político-administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, na presença do Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, senhor **VANDER ALBERTO MASSON**, compareceu a senhora**DAMARIS RIBAS MORAIS ZANETI**, portadora do CPF 046……..-.., para exercer o cargo comissionado de **CHEFE DE CONTROLE, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE**,símbolo DAI – I de acordo com a Lei n° 4.877/2017 de 23 de novembro de 2017, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeada mediante a Portaria nº 612/2025, a qual, declarada Empossada com início do exercício em **23/04/2025**, comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao **Cargo de Chefe de Controle, Monitoramento e Avaliação dos Indicadores de Saúde**.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário **SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; DAMARIS RIBAS MORAIS ZANETI, Chefe de Controle, Monitoramento e Avaliação dos Indicadores de Saúde.**

PORTARIA Nº 613 DE 25 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito em exercício de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o requerimento da servidora protocolado sob o nº 3.353/2025/1Doc;

CONSIDERANDO a Portaria nº 658/2024 de 29 de Abril de 2024 que concedeu a Licença de Interesse Particular;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER oretorno da Licença para tratar de Interesse Particular concedida a senhora**DENISE FERREIRA MARQUES GOMES**, servidora efetiva no cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H, admitida em 23/07/2019, registrada sob o nº 107619 elotada na Secretaria Municipal de Educação, **havendo usufruído de 377 (trezentos e setenta e sete) dias ou 1 (um) ano, 1 (uma) semana e 5 (cinco) dias** da referida licença concedida por meio da Portaria n° 658 de 29/04/2024 e com retorno ao trabalho após a realização de Atestado de Saúde Admissional, nos termos do art. 77 da Lei Complementar n° 163/2012 de 16/02/2012.

Art. 2º Esta Portaria possui efeito retroativo a **14/04/2025**.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 614DE 25DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei.

CONSIDERANDO o Art. 78 da Lei Complementar nº. 163/2012 de 16/02/2012, que dispõe sobre a Lei de carreira dos Profissionais da Educação de deste Município estabelece que:

O Profissional da Educação poderá obter licença por motivo de doença em pessoa de sua família, desde que prove ser indispensável sua assistência ao doente e que esta não possa ser prestada concomitantemente com o exercício das atribuições de seu cargo.

§ 1º Consideram-se pertencente à família, o cônjuge ou companheiro, o pai, a mãe, filhos, irmãos, avós, filho adotivo, tutelado, padrasto, madrasta.

§ 2º A comprovação da doença e da necessidade de assistência será feita por laudo médico oficial, por declaração do servidor e avaliação de uma Assistente Social do Município.

§ 3º A Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família não poderá ultrapassar a 90 dias.

§ 4º A licença de que trata o “caput”deste artigo é concedida:

I – com remuneração integral, por até três meses;

II – com 2/3 da remuneração, quando exceder a três meses e não ultrapassar doze meses;

III – com 1/3 da remuneração, quando exceder a doze meses e não ultrapassar vinte e quatro meses.

§ 5º É considerada nova licença a concedida para acompanhar:

I – outro membro da família, o qual não motivou a primeira concessão;

II – o mesmo ente familiar, o qual motivou a primeira concessão, em razão de nova doença.

§ 6º Não é exigido do servidor interstício para a concessão de nova licença nos casos previstos no parágrafo anterior.

§ 7º Em razão de mesma doença no mesmo ente familiar, é exigido do servidor igual período de exercício, a contar do término da licença anterior, para a concessão de outra de mesma natureza e, não se cumprindo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a licença concedida é considerada como prorrogação.

§ 8º Excedendo-se os prazos de que tratam os incisos, I, II e III do § 2º deste artigo, a licença pode ser prorrogada por período indeterminado, sem remuneração.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDERlicença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do artigo 78 da Lei Complementar n° 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012 a servidora **Divina Natalice Fernandes Martins**, matricula nº. 110714 lotada na Secretaria Municipal de Educação, a aplicabilidade do § 3º A Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família não poderá ultrapassar a 90 dias. III – com 1/3 da remuneração, quando exceder a doze meses e não ultrapassar vinte e quatro meses.

Nº	Protocolo	Registro	Servidor (a)	Cargo	Pessoa Acompanhada	Período De Licença		Total
						Início	Fim	Dias
1	003510	110714	Divina Natalice Fernandes martins	Professora	Filha: Helena	31/03/2025	07/04/2025	8

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48ºAniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 615 DE 25 DE ABRIL DE 2025

O Secretário Municipal de Administração de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **MARCELO DOS SANTOS FERRO**, no exercício da competência que lhe é atribuída por delegação de competência prevista na Lei Orgânica Municipal, e no Decreto 019, de 23 de Janeiro de 2017, alterado pelo Decreto 020, de 22 de Janeiro de 2018.

CONSIDERANDO o disposto no §2º do art. 2º do Decreto nº 407, de 26 de novembro de 2018 e Decreto nº 376, de 19 de agosto de 2020, que dispõe sobre a regulamentação da escala de férias anuais dos servidores públicos do poder executivo municipal e dá outras providências;

CONSIDERANDO os Memorandos: 10262/2025, 42107/2024, 11447/2025, 12713/2025;

CONSIDERANDO os Protocolos: 2182/2025, 16765/2024, 3229/2025, 4065/2025, 4183/2025, 4195/2025;

RESOLVE

Art. 1º Alterar a Escala de Férias Anual – EFA/2025, aprovada pela Portaria n.º 463, de 01 de abril de 2025, em seus Anexos, dos servidores abaixo relacionados das Secretarias abaixo especificadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – ANEXO I					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
109769	SHEIELLEN OLIVEIRA VIEDA	21/06/2023	20/06/2024	02/01/2026	16/01/2026
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA – ANEXO II					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
109927	LARIELLI CIRILO TEIXEIRA	02/08/2023	01/08/2024	16/07/2025	30/07/2025
111210	LENILSON RODRIGUES CHAVES	18/03/2024	17/03/2025	03/07/2025	01/08/2025
111818	REGINALDO CARLOS SANTOS	03/02/2024	02/02/2025	11/12/2025	30/12/2025
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ANEXO III					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
110865	GUILHERME TOMAS DE SANTANA	01/01/2024	31/12/2024	23/06/2025 21/11/2025 14/12/2025	02/07/2025 30/11/2025 23/12/2025
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – ANEXO IV					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
1574	TEREZINHA DAUFENBACH MARTINS	10/09/2023	09/09/2024	04/08/2025	18/08/2025
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – ANEXO V					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
107509	LUCLECIO FERREIRA DE ARAUJO	22/07/2022	21/07/2023	13/10/2025	22/10/2025
103294	MONICA DEBO	01/01/2024	31/12/2024	14/07/2025	28/07/2025
111515	ROGERIO MEIATO GONÇALVES	23/06/2023	22/06/2024	15/09/2025	14/10/2025
SECRETARIA DE FAZENDA – ANEXO VI					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
103738	DANIELLE GEROLIN RIBEIRO	18/11/2023	17/11/2024	10/07/2025	24/07/2025
112099	IZABELA TALITA SILVA GOMES	05/05/2024	04/05/2025	05/01/2026	24/01/2026
109973	RANIERI OLIVEIRA QUIRINO COSTA	09/08/2023	08/08/2024	09/07/2025	18/07/2025

104486	ROSINEI CALSAVARA	16/07/2023	15/07/2024	02/06/2025	01/07/2025
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – ANEXO VII					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
4221	ALEX CAMPOS FERNANDES	17/04/2024	16/04/2025	14/07/2025	23/07/2025
				06/10/2025	15/10/2025
				05/01/2026	14/01/2026
1525	LUCIANE VERONESE ANDRADE	09/07/2023	08/07/2024	18/08/2025	27/08/2025
103566	MAYARA DENISE LORIN	06/07/2023	05/07/2024	15/09/2025	14/10/2025
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO – ANEXO VIII					
REGISTRO	**NOME DO SERVIDOR**	**PERÍODO AQUISITIVO**		**PERÍODO DE USUFRUTO**	
112285	VITOR HENRIQUE PEREIRA DE OLIVEIRA	16/10/2023	15/10/2024	16/06/2025	30/06/2025

Art. 2º Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; MAGNO CÉSAR FERREIRA, Secretário Municipal de Infraestrutura; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCIA REGINA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOSO, Secretária Municipal de Assistência Social; LAURA PEREIRA, Secretária Municipal de Fazenda; ADÃO LEITE FILHO, Secretário Municipal de Coordenação, Planejamento Urbano e Inovação; WELINGTON MACHADO RONDON, Secretário Municipal de Cultura e Turismo.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 616 DE 25 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDERALBERTOMASSON,**no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDOa Lei Complementar nº 125/2007 de 10 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 304/2023 de 29 de Setembro de 2023;

CONSIDERANDO a Lei n° 14.133 de 01 de Abril de 2021;

CONSIDERANDOo Memorando nº 10.180/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Administração;

CONSIDERANDOa Portaria nº 307 de 21 de Fevereiro de 2025 que alterou a comissão Permanente de Licitações para as Contratações em geral do Município de Tangará da Serra – MT;

RESOLVE

Art. 1º ALTERAR a Comissão Permanente De Licitações para as contratações em geral do município de Tangará Da Serra-MT, composta pelos servidores descritos abaixo, em conformidade com o disposto no artigo art. 51, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, na Lei 14.133/2021, artigo 9º do Decreto Municipal n.º 110, de 31 de março de 2023 e a Lei Complementar n° 304/2023, de 29 de setembro de 2023, a Comissão Permanente de Licitação de Compras em geral, serviços, obras e serviços de engenharia do Município de Tangará da Serra – MT, com a finalidade de dirigir e julgar os procedimentos licitatórios, adesões, registros cadastrais e demais ações congêneres, as quais passam a vigorar com a seguinte composição:

AGENTES DE CONTRATAÇÃO PRESIDENTE DA CPL			
REGISTRO	**NOME**	**RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA**	**FUNÇÃO**
111271	Gustavo Leonne de Souza	Todas as Secretarias	Agente de Contratação Presidente da CPL
104688	Katia Waleria Carvalho Couto	Todas as Secretarias	Agente de Contratação Presidente da CPL

AGENTES DE CONTRATAÇÃO PREGOEIRO			
REGISTRO	**NOME**	**RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA**	**FUNÇÃO**
003235	**Dalila Cristian Fernandes da Paz**	Todas as Secretarias	Agente de Contratação Pregoeiro
103742	Franciane Oliveira Pereira Macedo	Todas as Secretarias	Agente de Contratação Pregoeiro
102115	**Márcia Dourado Ferreira**	Todas as Secretarias	Agente de Contratação Pregoeiro
001511	**Márcio de Oliveira Lopes**	Todas as Secretarias	Agente de Contratação Pregoeiro
101466	**Marlon Diego Alves De Souza**	Todas as Secretarias	Agente de Contratação Pregoeiro
006564	Tatiana Avila Grigoletti	Todas as Secretarias	Agente de Contratação Pregoeiro

MEMBROS-TÉCNICOS		
REGISTRO	**NOME**	**FUNÇÃO**
004221	Alex Campos Fernandes	Membro
107416	Douglas Pinheiro da Silva	Membro
004374	Elaine Cristina Sena Moraes	Membro
109821	Eliseu Cunha Gonçalves	Membro
102247	Iluska Flavia De Carvalho Dias	Membro
MEMBROS-ADMINISTRATIVOS		

REGISTRO	NOME	FUNÇÃO
000634	Aguinaldo Vicente Segura	Membro
002097	Alcinira De Oliveira Campos	Membro
112036	Bianka Venancio Lahr	Membro
101735	Lenice Batista Dos Santos	Membro
105313	Olaurinda Barbosa De Souza	Membro
004316	**Sandra Aparecida dos Santos Caparroz**	**Membro**
001574	Terezinha Daufenbach Martins	Membro
MEMBROS – SERVIÇOSELEMENTARESEAUXILIARES		
REGISTRO	**NOME**	**FUNÇÃO**
001225	Águida Aparecida Gomes Pereira	Membro
MEMBROS – NÚCLEO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS		
REGISTRO	**NOME**	**FUNÇÃO**
192931	Asis Wébio Hernandes Júnior	Membro
101638	Gilson da Silva Ramos	Membro
111732	Gilmar Pereira da Costa	Membro
104485	Lindomar da Silva Pohu	Membro

§2ºO chefe do Departamento de Licitações e Contratos, desempenhará todas as atribuições inerentes a esse cargo, nos termos da Lei Complementar nº 2.432/2005.

Art. 6º Para efeito do disposto no artigo 3º, da Lei Complementar 125, de 10 de dezembro de 2007, atualizado pela Lei Complementar nº 304 de 29 de Setembro de 2023, mantém-se designado, para assessorar o Departamento de Licitações e Contratos, incluindo-o na Comissão Permanente de Licitações e Contratos, Dr. **LUAN VANZETTO**, OAB/MT 27160/O, titular do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município, fazendo jus ao adicional de responsabilidade previsto no inciso III, do artigo 5º da Lei Complementar nº 304/2023.

Art.7º Em qualquer caso será devido um único adicional de responsabilidade específico ao servidor que estiver designado para compor a Comissão Permanente de Licitações ou a Equipe de Pregoeiros, o qual não se incorpora aos seus vencimentos, sendo paga o de maior valor.

Art. 8º Fica o Chefe do Departamento de Licitações e Contratos do Município de Tangará da Serra, responsável por proceder aos trâmites necessários para o fiel cumprimento da presente Portaria.

Art.9º REVOGARa Portaria nº 307 de 21 de Fevereiro de 2025.

Art.10º Esta portaria possui efeito retroativo a **04/04/2025**.

Art.11º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 617 DE 25 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDERALBERTOMASSON,**no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDOa Lei Complementar nº 125/2007 de 10 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 304/2023 de 29 de Setembro de 2023;

CONSIDERANDO a Lei n° 14.133 de 01 de Abril de 2021;

CONSIDERANDOo Memorando nº 10.180/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Administração;

CONSIDERANDOa Portaria nº 616 de 25 de Abril de 2025 que alterou a comissão Permanente de Licitações para as Contratações em geral do Município de Tangará da Serra – MT;

RESOLVE

Art. 1º ALTERAR a Comissão Permanente de Licitações para as contratações em geral do município de Tangará Da Serra-MT, composta pelos servidores descritos abaixo, em conformidade com o disposto no artigo art. 51, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, na Lei 14.133/2021, artigo 9º do Decreto Municipal n.º 110, de 31 de março de 2023 e a Lei Complementar n° 304/2023, de 29 de setembro de 2023, a Comissão Permanente de Licitação de Compras em geral, serviços, obras e serviços de engenharia do Município de Tangará da Serra – MT, com a finalidade de dirigir e julgar os procedimentos licitatórios, adesões, registros cadastrais e demais ações congêneres, as quais passam a vigorar com a seguinte composição:

AGENTES DE CONTRATAÇÃO PRESIDENTE DA CPL			
REGISTRO	**NOME**	**RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA**	**FUNÇÃO**
111271	Gustavo Leonne de Souza	Todas as Secretarias	Agente de Contratação Presidente da CPL
104688	Katia Waleria Carvalho Couto	Todas as Secretarias	Agente de Contratação Presidente da CPL

AGENTES DE CONTRATAÇÃO PREGOEIRO			
REGISTRO	**NOME**	**RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA**	**FUNÇÃO**
003235	**Dalila Cristian Fernandes da Paz**	Todas as Secretarias	Agente de Contratação Pregoeiro
103742	Franciane Oliveira Pereira Macedo	Todas as Secretarias	Agente de Contratação

			Pregoeiro
102115	**Márcia Dourado Ferreira**	Todas as Secretarias	Agente de Contratação Pregoeiro
001511	**Márcio de Oliveira Lopes**	Todas as Secretarias	Agente de Contratação Pregoeiro
101466	**Marlon Diego Alves De Souza**	Todas as Secretarias	Agente de Contratação Pregoeiro
006564	Tatiana Avila Grigoletti	Todas as Secretarias	Agente de Contratação Pregoeiro

MEMBROS-TÉCNICOS		
REGISTRO	**NOME**	**FUNÇÃO**
004221	Alex Campos Fernandes	Membro
107416	Douglas Pinheiro da Silva	Membro
004374	Elaine Cristina Sena Moraes	Membro
109821	Eliseu Cunha Gonçalves	Membro
102247	Iluska Flavia De Carvalho Dias	Membro
MEMBROS-ADMINISTRATIVOS		
REGISTRO	**NOME**	**FUNÇÃO**
000634	Aguinaldo Vicente Segura	Membro
002097	Alcinira De Oliveira Campos	Membro
112036	Bianka Venancio Lahr	Membro
101735	Lenice Batista Dos Santos	Membro
105313	Olaurinda Barbosa De Souza	Membro
001574	Terezinha Daufenbach Martins	Membro
MEMBROS – SERVIÇOSELEMENTARESEAUXILIARES		
REGISTRO	**NOME**	**FUNÇÃO**
001225	Águida Aparecida Gomes Pereira	Membro
MEMBROS – NÚCLEO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS		
REGISTRO	**NOME**	**FUNÇÃO**
192931	Asis Wébio Hernandes Júnior	Membro
101638	Gilson da Silva Ramos	Membro
111732	Gilmar Pereira da Costa	Membro
104485	Lindomar da Silva Pohu	Membro

§2ºO chefe do Departamento de Licitações e Contratos, desempenhará todas as atribuições inerentes a esse cargo, nos termos da Lei Complementar nº 2.432/2005.

Art. 6º Para efeito do disposto no artigo 3º, da Lei Complementar 125, de 10 de dezembro de 2007, atualizado pela Lei Complementar nº 304 de 29 de Setembro de 2023, mantém-se designado, para assessorar o Departamento de Licitações e Contratos, incluindo-o na Comissão Permanente de Licitações e Contratos, Dr. **LUAN VANZETTO**, OAB/MT 27160/O, titular do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município, fazendo jus ao adicional de responsabilidade previsto no inciso III, do artigo 5º da Lei Complementar nº 304/2023.

Art.7º Em qualquer caso será devido um único adicional de responsabilidade específico ao servidor que estiver designado para compor a Comissão Permanente de Licitações ou a Equipe de Pregoeiros, o qual não se incorpora aos seus vencimentos, sendo paga o de maior valor.

Art. 8º Fica o Chefe do Departamento de Licitações e Contratos do Município de Tangará da Serra, responsável por proceder aos trâmites necessários para o fiel cumprimento da presente Portaria.

Art.9ºREVOGARa Portaria nº 616 de 25 de Abril de 2025.

Art.10º Esta portaria possui efeito retroativo a **14/04/2025**.

Art.11º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 618DE 25 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 163/2012, de 16 de fevereiro de 2012, nos termos do art. 47 e do Anexo I da Tabela de Progressão da referida Lei;

CONSIDERANDO a Lei Ordinária nº 6.768/2025 de 13 de março de 2025, que dispõe o Reajuste Geral Anual – RGA, aos profissionais da Educação;

CONSIDERANDO a Tabela de Progressão – Professores 40 Horas;

CONSIDERANDO o Memorando nº 11.181/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO EM CLASSEconforme o artigo 47º e Anexo I da Tabela de Progressão da Lei Complementar 163/2012 de 16/02/2012, aos servidores abaixo relacionados, relativo ao interstício temporal de 05 (cinco) anos.

TABELA DE PROGRESSÃO – PROFESSORES 40 HORAS – BASE R$ 4.867,77 – LEI 6.768 DE 13/03/2025										
NÍVEL		CLASSE								
			A	B	C	D	E	F	G	H
			1	1,05	1,1	1,15	1,2	1,25	1,35	1,45
MAGISTÉRIO	I	BASE	4.867,77	5.111,16	5.354,55	5.597,94	5.841,32	6.084,71	6.571,49	7.058,27
SUPERIOR	II	50%	7.301,66	7.666,74	8.031,82	8.396,90	8.761,99	9.127,07	9.857,23	10.587,40
ESPECIALIZAÇÃO	III	65%	8.031,82	8.433,41	8.835,00	9.236,59	9.638,18	10.039,78	10.842,96	11.646,14
MESTRADO	IV	100%	9.735,54	10.222,32	10.709,09	11.195,87	11.682,65	12.169,43	13.142,98	14.116,53
DOUTORADO	V	140%	11.682,65	12.266,78	12.850,91	13.435,05	14.019,18	14.603,31	15.771,57	16.939,84
			Até 5 anos	+ de 5 anos	+ de 10 anos	+ de 15 anos	+ de 20 anos	+ de 25 anos	+ de 30 anos	+ de 35 anos

Tabela Salarial Lei 163/20212 – RGA 4,83% Lei 6.768/2025							
Registro	Nome	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Nível	Da Classe	Para Classe
104385	Gilza Pinheiro de Jesus	Professor de Educação Infantil – 40 Horas	22/04/2015	22/04/2020 à 22/04/2025	III Especialização	B	C

Art. 2º APLICAR a progressão em Classe prevista no art. 1º desta Portaria na folha de pagamento de abril de 2025, com efeito retroativo a data de que completou o período aquisitivo do quinquênio.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 619DE 25 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 163/2012, de 16 de fevereiro de 2012, nos termos do art. 47 e do Anexo I da Tabela de Progressão da referida Lei;

CONSIDERANDO a Lei Ordinária nº 6.768/2024 de 13 de março de 2025, que dispõe o Reajuste Geral Anual – RGA, aos profissionais da Educação;

CONSIDERANDO a Tabela de Progressão – Nível Médio Técnico;

CONSIDERANDO o Memorando nº 11.181/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO EM CLASSEconforme o artigo 47º e Anexo I da Tabela de Progressão da Lei Complementar 163/2012 de 16/02/2012, aos servidores abaixo relacionados, relativo ao interstício temporal de 05 (cinco) anos.

TABELA DE PROGRESSÃO – NÍVEL MÉDIO TÉCNICO – BASE R$ 2.344,54 – LEI 6.768 DE 13/03/2025										
NÍVEL		CLASSE								
			A	B	C	D	E	F	G	H
			1	1,1	1,2	1,3	1,4	1,5	1,6	1,7
MÉDIO TÉCNICO	IV	BASE	2.344,54	2.578,99	2.813,45	3.047,90	3.282,35	3.516,81	3.751,26	3.985,72
SUPERIOR	V	15%	2.696,22	2.965,84	3.235,46	3.505,09	3.774,71	4.044,33	4.313,95	4.583,57
ESPECIALIZAÇÃO	VI	25%	2.930,67	3.223,74	3.516,81	3.809,88	4.102,94	4.396,01	4.689,08	4.982,15
MESTRADO	VII	35%	3.165,13	3.481,64	3.798,15	4.114,67	4.431,18	4.747,69	5.064,20	5.380,72
DOUTORADO	VIII	45%	3.399,58	3.739,54	4.079,50	4.419,46	4.759,41	5.099,37	5.439,33	5.779,29
			Até 5 anos	+ de 5 anos	+ de 10 anos	+ de 15 anos	+ de 20 anos	+ de 25 anos	+ de 30 anos	+ de 35 anos

Tabela Salarial Lei 163/20212 – RGA 4,83% Lei 6.768/2025							
Registro	Nome	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Nível	Da Classe	Para Classe
104389	Joeli Nogueira Pego	Técnico de Apoio Infantil	27/04/2015	27/04/2020 à 27/04/2025	V Superior	B	C

Tabela Salarial Lei 163/20212 – RGA 4,83% Lei 6.768/2025							
Registro	Nome	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Nível	Da Classe	Para Classe
104354	Vanessa Aparecida Xavier Brazil	Técnico de Apoio Infantil	10/04/2015	10/04/2020 à 10/04/2025	VI Especialização	B	C

Art. 2º APLICAR a progressão em Classe prevista no art. 1º desta Portaria na folha de pagamento de abril de 2025, com efeito retroativo a data de que completou o período aquisitivo do quinquênio.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 620 DE 25DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 13.199/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Administração;

CONSIDERANDO a Portaria nº 329 de 25 de fevereiro de 2025 que concedeu a Função Gratificada III (Serviços Administrativos Nível Médio);

RESOLVE

Art. 1º REVOGAR a Função Gratificada III (Serviços Administrativos Nível Médio), constante no Anexo IV, da Lei nº 2.099/2003 de 29/12/2003, concedida a servidora **JOANETE DA SILVA ALMEIDA**, registrada sob o nº 001625, admitida em 14/02/2002, no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II e lotada na Secretaria Municipal de Administração, mediante Portaria nº 329 de 25 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 621DE 25 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 13.199/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Administração;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER durante o período de 01/04/2025 a 30/04/2025 a **Função Gratificada III (Serviços Administrativos Nível Médio)**, constante no Anexo IV, da Lei nº 2.099/2003 de 29/12/2003, a servidora **CLEIA DOS SANTOS SABARRETE OLIVEIRA**, admitida em 03/03/2022, registrada sob o nº 111018, lotada na Secretaria Municipal de Administração, efetiva no cargo de RECEPCIONISTA.

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 622 DE 25DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 13.199/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Administração;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER durante o período de 01/04/2025 à 30/04/2025 Função Gratificada V (Gratificação de Fundos), previsto no anexo IV da Lei Municipal nº 2.099/2003 de 29/12/2003, ao servidor **GILMAR PEREIRA DA COSTA**, registrado sob o nº 111732, admitido em 01/02/2023, no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II e lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 623 DE 25 DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 que prevê o plano de cargo carreira dos servidores públicos desta municipalidade, em atenção ao Art.11 ao 18 e Art.33.

"[…] Art. 11 Dar-se-á o enquadramento e nomeação:

I - aos servidores que ingressarem no serviço público mediante nomeação, após classificação em concurso público, será efetuado o enquadramento no cargo referente ao seu grupo ocupacional, sendo sua progressão após o término do estágio probatório;

II - os atuais servidores estáveis e efetivos do Município de Tangará da Serra, serão enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos, de acordo com seu tempo de serviço público, na letra correspondente ao período temporal da Tabela de Progressão em classe no seu grupo ocupacional, sem acréscimo salarial;

[…]"

Art. 12 O desenvolvimento do servidor municipal nas carreiras far-se- à através da progressão.

Parágrafo único. Progressão é a elevação do servidor de classe e nível imediatamente superior, dentro da mesma carreira e dependerá, cumulativamente, de: **Nível e Classe.**

Art. 14 Os percentuais de incorporação no vencimento base, de acordo com a tabela de progressão, serão definidos no Anexo V. Art. 15 A contagem do período de interstício será feita data a data, a contar da vigência da presente lei, sem qualquer redução, sendo interrompida nos casos de afastamento do servidor em decorrência de:

Art. 33 Decorrido o interstício de 05 (cinco) anos e o servidor não for avaliado, de acordo com o Anexo III e IV da presente Lei, a progressão em classe será realizada automaticamente com percentual máximo, conforme Anexo V desta Lei.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER E REGULARIZAR a Progressão e a elevação do servidor em classe conforme a Lei Municipal 2875/2008, após (05) anos de efetivo exercício, conforme a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 e anexo da Lei Municipal 6.768/2025 de 13/03/2025, do servidor abaixo relacionado:

a) Servidor efetivo no **Grupo Ocupacional IV – MÉDICO 40H – Base R$ 19.423,17** com a progressão de elevação em classe, **após 05 anos de efetivo exercício, com aplicação na folha de pagamento de Abril de 2025.**

Dados da Admissão			**De**			**Para**		
Nome/Servidor	**Cargo**	**Data de Admissão**	**Referência atual**	**Vencto atual**	**Período Quinquênio**	**Referência novo quinquênio**	**Vencto com quinquênio**	**Período do Quinquênio**
JOSÉ DE ALMEIDA BANDEIRA	MÉDICO – 40H	01/02/2007	Classe: C10 – Nível: 05 – Grupo: OCUPACIONAL IV - MÉDICO-40H	**R$ 26.221,34**	10/04/2013 a 10/04/2018	**Classe: D10 – Nível: 05 – Grupo: OCUPACIONAL IV – MÉDICO-40H**	**R$ 28.163,60**	**10/04/2018 a 10/04/2023**

Art. 2º A Progressão em Classe do servidor acima relacionado será aplicada na folha de pagamento de Abril/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 624 DE 25 DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 que prevê o plano de cargo carreira dos servidores públicos desta municipalidade, em atenção ao Art.11 ao 18 e Art.33.

"[…] Art. 11 Dar-se-á o enquadramento e nomeação:

I - aos servidores que ingressarem no serviço público mediante nomeação, após classificação em concurso público, será efetuado o enquadramento no cargo referente ao seu grupo ocupacional, sendo sua progressão após o término do estágio probatório;

II - os atuais servidores estáveis e efetivos do Município de Tangará da Serra, serão enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos, de acordo com seu tempo de serviço público, na letra correspondente ao período temporal da Tabela de Progressão em classe no seu grupo ocupacional, sem acréscimo salarial;

[…]"

Art. 12 O desenvolvimento do servidor municipal nas carreiras far-se- à através da progressão.

Parágrafo único. Progressão é a elevação do servidor de classe e nível imediatamente superior, dentro da mesma carreira e dependerá, cumulativamente, de: **Nível e Classe.**

Art. 14 Os percentuais de incorporação no vencimento base, de acordo com a tabela de progressão, serão definidos no Anexo V. Art. 15 A contagem do período de interstício será feita data a data, a contar da vigência da presente lei, sem qualquer redução, sendo interrompida nos casos de afastamento do servidor em decorrência de:

Art. 33 Decorrido o interstício de 05 (cinco) anos e o servidor não for avaliado, de acordo com o Anexo III e IV da presente Lei, a progressão em classe será realizada automaticamente com percentual máximo, conforme Anexo V desta Lei.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER E REGULARIZAR a Progressão e a elevação do servidor em classe conforme a Lei Municipal 2875/2008, após (05) anos de efetivo exercício, conforme a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 e anexo da Lei Municipal 6.768/2025 de 13/03/2025, do servidor abaixo relacionado:

a) Servidor efetivo no **Grupo Ocupacional IV – MÉDICO 20H – Base R$ 9.711,59** com a progressão de elevação em classe, **após 05 anos de efetivo exercício, com aplicação na folha de pagamento de Abril de 2025.**

Dados da Admissão			De			Para		
Nome/Servidor	Cargo	Data de Admissão	Referência atual	Vencto atual	Período Quinquênio	Referência novo quinquênio	Vencto com quinquênio	Período do Quinquênio
JOSÉ DE ALMEIDA BANDEIRA	MÉDICO – 20H	17/03/2014	Classe: A – Nível: 05 – Grupo: OCUPACIONAL IV - MÉDICO-20H	-	-	**Classe: B10 – Nível: 05 – Grupo: OCUPACIONAL IV – MÉDICO-20H**	-	**17/03/2014 a 17/03/2019**
JOSÉ DE ALMEIDA BANDEIRA	MÉDICO – 20H	17/03/2014	**Classe: B10 – Nível: 05 – Grupo: OCUPACIONAL IV – MÉDICO-20H**	**R$ 12.139,51**	**17/03/2014 a 17/03/2019**	**Classe: C10 – Nível: 05 – Grupo: OCUPACIONAL IV – MÉDICO-20H**	**R$ 13.110,64**	**17/03/2019 a 17/03/2024**

Art. 2º A Progressão em Classe do servidor acima relacionado será aplicada na folha de pagamento de Abril/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 625 DE 25 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Protocolo Servidor n° 4.329/2024/1Doc;

RESOLVE

Art. 1º REVOGAR o ADICIONAL DE INSALUBRIDADE nos termos dos art. 180 e art. 183 da Lei Complementar nº 006/1994 de 21/06/1994, ao servidor **MARCIO TAVARES DA SILVA**, registrado sob o nº 102338, efetivo no cargo de MOTORISTA, admitido em 11/09/2012, lotado na Secretaria Municipal de Educação, uma vez que deixou de executar as atividades previstas conforme Laudo de periculosidade homologado via Decreto 466/2024 e pagamento do adicional conforme Lei Complementar 006 de 21/06/1994.

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 626 DE 25 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Protocolo Servidor nº 4.329/2024/1Doc;

RESOLVE

Art. 1º REVOGAR o ADICIONAL DE TRANSLADO nos termos dos artigos 172 da Lei nº 006/1994 de 21/06/1994, acrescido pela Lei Complementar 129/2008 ao servidor **MARCIO TAVARES DA SILVA**, registrado sob o nº 102338, efetivo no cargo de MOTORISTA, admitido em 11/09/2012, lotado na Secretaria Municipal de Educação, uma vez que deixou de executar as atividades previstas no o artigo 193-B, §2º, inciso I, alínea “c” da Lei Complementar nº 129/2008 de 10/04/2008.

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 627 DE 25 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Ofício SEMSAS N° 2587/2024 da Prefeitura Municipal de Sorriso – MT;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor protocolado sob o número 4.329/2024/1Doc;

RESOLVE

Art. 1º CEDER a partir desta data o senhor **MARCIO TAVARES DA SILVA,** servidor efetivo no cargo de **MOTORISTA**, admitido em 11/09/2012, registrado sob o nº 102338, lotado na Secretaria de Educação, **para desempenhar as atribuições do cargo de Motorista junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Sorriso – MT**.

Art. 2º O órgão cessionário efetuará o reembolso ao órgão cedente através de DAM, conforme Termo de Cessão/Permuta de Pessoal n° 001/2025.

Art. 3º A presente cessão terá o prazo de **01/04/2025 a 31/12/2028**, sendo facultada sua prorrogação, mediante juízo de conveniência e oportunidade a cargo dos entes conveniados. Em caso de prorrogação, a manifestação deverá ocorrer 30 (trinta) dias antes do término do prazo de encerramento do período de cessão.

Art. 4° Esta Portaria Possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 5º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 628 DE 25 DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 que prevê o plano de cargo carreira dos servidores públicos desta municipalidade, em atenção ao Art.11 ao 18 e Art.33.

"[…] Art. 11 Dar-se-á o enquadramento e nomeação:

I - aos servidores que ingressarem no serviço público mediante nomeação, após classificação em concurso público, será efetuado o enquadramento no cargo referente ao seu grupo ocupacional, sendo sua progressão após o término do estágio probatório;

II - os atuais servidores estáveis e efetivos do Município de Tangará da Serra, serão enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos, de acordo com seu tempo de serviço público, na letra correspondente ao período temporal da Tabela de Progressão em classe no seu grupo ocupacional, sem acréscimo salarial;

[…]"

Art. 12 O desenvolvimento do servidor municipal nas carreiras far-se- à através da progressão.

Parágrafo único. Progressão é a elevação do servidor de classe e nível imediatamente superior, dentro da mesma carreira e dependerá, cumulativamente, de: **Nível e Classe.**

Art. 14 Os percentuais de incorporação no vencimento base, de acordo com a tabela de progressão, serão definidos no Anexo V. Art. 15 A contagem do período de interstício será feita data a data, a contar da vigência da presente lei, sem qualquer redução, sendo interrompida nos casos de afastamento do servidor em decorrência de:

Art. 33 Decorrido o interstício de 05 (cinco) anos e o servidor não for avaliado, de acordo com o Anexo III e IV da presente Lei, a progressão em classe será realizada automaticamente com percentual máximo, conforme Anexo V desta Lei.

CONSIDERANDO a Portaria n°586 de 22 de Abril de 2025.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a Progressão e a elevação da servidora em classe conforme a Lei Municipal 2875/2008, após (05) anos de efetivo exercício, conforme a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 e anexo da Lei Municipal 6.768/2025 de 13/03/2025, da servidora abaixo relacionada:

a) Servidora efetiva no **Grupo Ocupacional VI – Base R$ 6.229,74** com a progressão de elevação em classe, **após 05 anos de efetivo exercício, com aplicação na folha de pagamento de Abril de 2025.**

Dados da Admissão			**De**			**Para**		
Nome/Servidor	**Cargo**	**Data de Admissão**	**Referência atual**	**Vencto atual**	**Período Quinquênio**	**Referência novo quinquênio**	**Vencto com quinquênio**	**Período do Quinquênio**
LUCILEIA OLIVEIRA RODRIGUES	ENFERMEIRO	14/04/2025	Classe: B10 – Nível: 04 – Grupo: OCUPACIONAL VI	**R$ 6.852,72**	19/07/2011 a 19/07/2016	**Classe: C10 – Nível: 04 – Grupo: OCUPACIONAL VI**	**R$ 7.475,69**	**19/07/2016 a 19/07/2021**

Art. 2º As Progressões em Classe da servidora acima relacionada será aplicada na folha de pagamento de Abril/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 629 DE 25 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Ordinária nº 6.826 de 16 de Abril de 2025, que altera os dispositivos da Lei nº 3.812 de 09 de Maio de 2012;

RESOLVE

Art. 1º INSTITUIR o Subsídio para quem estiver na titularidade e efetivo exercício do cargo de **Conselheiro Tutelar Titular**, tomando como referência valor fixo do subsídio de R$ 5.117,60, reajustável nos mesmos índices dos demais Servidores Públicos Municipais tomando como base o RGA concedido a cada ano, para um mandato de quatro anos, nos termos do Art. 45 da lei Ordinária n° 6.826 de 16 de Abril de 2025, aos seguintes servidores abaixo relacionados:

REGISTRO	NOME	CARGO
113628	DOUGLAS PEREIRA DOS SANTOS	CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR
113827	ELLEN PATRICIA GIOVANNE	CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR
112348	HIARA HERNANDES	CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR
113916	LUCILENE APARECIDA DA SILVA LEITE	CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR
112354	SILVANA MARTINS GONÇALVES	CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR
112349	ZILDA RANGEL DA SILVA	CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR

Art. 2° REVOGAR a gratificação de 30% concedida mediante Portaria de nomeação de cada servidor acima relacionado.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCIA REGINA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOSO, Secretária Municipal de Assistência Social; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 630 DE 28 DE ABRIL DE 2025

O Secretário Municipal de Administração, **MARCELO DOS SANTOS FERRO**, no exercício da competência que lhe é atribuída por delegação de competência prevista na Lei Orgânica Municipal, e no Decreto 019, de 23 de Janeiro de 2017, alterado pelo Decreto 020, de 22 de Janeiro de 2018.

CONSIDERANDO o disposto no §2º do art. 2º do Decreto nº 407, de 26 de novembro de 2018 e o Decreto nº 376 de 19 de agosto de 2020, que dispõe sobre a regulamentação da escala de férias anuais dos servidores públicos do poder executivo municipal e dá outras providências;

CONSIDERANDO o memorando nº 9701/2025;

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZAR o usufruto de férias da servidora **VIVIANE LÚCIA DE QUADROS**, registrada sob o nº 004212, no cargo de ARQUITETO, lotada na secretaria municipal de COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO URBANO E INOVAÇÃO, sendo que o período aquisitivo de férias é de 17/04/2024 a 16/04/2025, com usufruto de 20 (Vinte) dias para **13/05/2025 a 01/06/2025**, com o pagamento realizado na folha de férias de **Abril/2025.**

Art. 2º Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 631 DE 28DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a certidão de óbito apresentada;

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR em razão de falecimento a servidora efetiva **THEREZA ERIKA SOUSA LOPES**, registrada sob nº 102300, admitida em 20/08/2012, no cargo de PSICÓLOGO e lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 632DE 28 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Ordinária 5.539 de 14 de setembro de 2021, com prorrogação através da Lei n°. 6.618/2024 de 25 de Setembro de 2024;

CONSIDERANDO o Protocolo Servidor n° 3.353/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1° CONCEDER a ajuda de custo a partir da folha de pagamento de Abril/2025 a servidora em exercício, no valor de R$ 100,00 (cem reais) para a contratação de plano de internet, no período de 36 meses, de acordo com a Lei Ordinária 5.539/2021, com prorrogação através da Lei 6.618/2024, Art. 3º e parágrafos § 1º e 2º, os Incisos I, II, III, IV e o parágrafo único do Art. 5º, com aplicação dos dispositivos dos Incisos I, II, III, IV do Art. 7º e os Incisos II, o § 1º e §2º do Art.8.

N°	REGISTRO	NOME	CARGO EFETIVO	CONCEDER A PARTIR DE:
01	107619	Denise Ferreira Marques Gomes	Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais 1º ao 5º Ano-30h	14/04/2025

Art. 2° Esta portaria possui efeito retroativo a 14/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48° Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 633 DE 28 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o requerimento sob o Protocolo Servidor nº 3.915/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a senhora **JESSICA NAIARA BARBATO SOARES**, admitida em 14/07/2014, registrada sob o nº 103577, efetiva no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR**, sem remuneração, nos termos do art. 106 da Lei Complementar n° 006 de 16 de junho de 1994, conforme requerimento próprio, com usufruto iniciando **em15/04/2025 à 14/04/2027**.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 15/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 634 DE 28 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 7.463/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE

Art. 1° RELOTAR o servidor **THIAGO CESAR MOREIRA**, registrado sob o nº 111722, admitido em 28/12/2022, no cargo efetivo de BIOQUÍMICO e lotado na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 104, inciso II, alínea “b”, da Lei Orgânica Municipal 006/1994, conforme segue:

De	Para
UNITAN	Central Municipal de Regulação

Art. 2° Esta portaria revoga o disposto na Portaria n° 1284/2024 de 19 de agosto de 2024, relativo ao servidor acima relacionado e possui efeito retroativo a 04/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

EXTRATO DE PORTARIAS DE PESSOAL – 466 À 521 – REALIZADAS EM ABRIL DE 2025 E AUTORIZADAS PELOS ORDENADORES DE DESPESAS DAS RESPECTIVAS SECRETARIAS ABAIXO – PARTE 1

PORTARIA Nº 466 DE 01 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 27.287/2024/1Doc da Procuradoria Geral do Município;

CONSIDERANDO a Sentença do Processo Judicial nº 1009709-25.2022.8.11.0055 deferido pelo Juiz de Direito Substituto – Leonardo Lucio Santos;

RESOLVE

Art. 1º CUMPRIR a obrigação de fazer nos termos da Sentença do Processo Judicial nº 1009709-25.2022.8.11.0055, relativo a **incorporação do adicional a título de horas extras e do adicional noturno a servidora IRACY GOMES TEIXEIRA DO NASCIMENTO**,registrada sob o nº 101722, efetiva no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 30 H, admitida em 01/11/2011 e lotada na Secretaria Municipal de Saúde:

a) DETERMINA que a requerida realize o cálculo das horas extras e do adicional noturno tomando-se por base a remuneração total auferida pela mesma e não sobre o vencimento base.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 467 DE 01 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 10.280/2025/1Doc da Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo;

CONSIDERANDO a Decisão nº 004/GP/2025 e o Processo Administrativo Disciplinar Ordinário nº 008/PADORD/2024;

RESOLVE

Art. 1º APLICAR penalidade de **ADVERTÊNCIA**, nos termos do artigo 194, inciso II e IX da Lei Complementar nº 006/1994, conforme informações constantes no Memorando nº 10.280/2025/1Doc, e o teor do Processo Administrativo Disciplinar Ordinário nº 008/PADORD/2024, instaurado pela Portaria 078/SAD/UPSPA de 11/12/2024, em desfavor da servidora **ANGELA NASCIMENTO DA SILVA**,efetiva no cargo de CONTADOR, admitida em 11/08/2014, registrada sob o nº 103652 e lotada na Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; LAURA PEREIRA, Secretária Municipal de Fazenda; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 468 DE 01 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 9.158/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a partir desta data a **Função Gratificada IV (Função Gratificada Técnica Nível Superior)**, constante no Anexo IV, da Lei Municipal nº 2.099/2003 de 29/12/2003 ao servidor **LEONARDO LEITE FIALHO JUNIOR**, efetivo no cargo de ENGENHEIRO FLORESTAL, admitido em 08/10/2019, registrado sob o nº 108023 e lotado no Secretaria Municipal de Meio Ambiente, considerando as atividades de:

Elaboração de laudo para homologação da VTN e laudos técnicos de vistorias em áreas urbanas para identificação objeto (ITR ou IPTU), dentre outros.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; VINICIUS LANÇONE DOS SANTOS, Secretário Municipal de Meio Ambiente; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 469 DE 01 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o requerimento sob o Protocolo Servidor nº 2.914/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao senhor **ANDERSON DA SILVA XAVIER**, admitido em 20/09/2021, registrado sob o nº 110061, efetivo no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR**, sem remuneração, nos termos do art. 106 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, conforme requerimento próprio, com usufruto iniciando **em 01/04/2025 à 31/03/2027**.

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MAGNO CÉSAR FERREIRA, Secretário Municipal de Infraestrutura; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 470 DE 01 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o requerimento sob o Protocolo Servidor nº 2.916/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao senhor **BRUNO ALVES MARTINS**, admitido em 13/09/2021, registrado sob o nº 110043, efetivo no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR**, sem remuneração, nos termos do art. 106 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, conforme requerimento próprio, com usufruto iniciando **em 01/04/2025 à 31/03/2027**.

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MAGNO CÉSAR FERREIRA, Secretário Municipal de Infraestrutura; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 471 DE 01DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora realizado sob o número de ofício 1.613/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a partir desta data o servidor **IDELCI MARTINS FERREIRA**, registrado sob o nº 108862, admitido em 01/06/2020, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do cargo comissionado de ENCARREGADO DE OBRAS, nomeado mediante Portaria nº 722/2020 de 04 de Junho de 2020.

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; WELINGTON MACHADO RONDON, Secretário Municipal de Cultura e Turismo; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 472 DE 01DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora realizado sob o número de protocolo 2.994/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a partir desta data a servidora **RAFAELLY PEREIRA DA ROSA**, registrada sob o nº 113007, admitida em 11/04/2024, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do cargo comissionado de SECRETARIO ESCOLAR, nomeada mediante Portaria nº 540/2024 de 11 de Abril de 2024.

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 473 DE 01DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora realizado sob o número de protocolo 3.289/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a partir desta data a servidora **VALERIA COSAC RIBEIRO**, registrada sob o nº 111075, admitida em 10/03/2022, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, do cargo comissionado de CHEFE DE CONTROLE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS INDICADORES, nomeada mediante Portaria nº 320/2022 de 10 de Março de 2022.

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 474DE 01 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.487/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Administração;

RESOLVE

Art. 1º ALTERAR a Comissão Especial para compor a Brigada de Incêndio do Prédio do Paço Municipal, com a seguinte composição e lotação dos servidores:

COMISSÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO DO PRÉDIO DO PAÇO MUNICIPAL			
	Registro	**Nome**	**Secretaria**
01	111978	Andre Felipe Fernandes Vieira	Gabinete
02	102358	Claudinei Eduardo Pereira	Gabinete
03	113328	Gerson Lima da Silva	Gabinete
04	111732	Gilmar Pereira da Costa	Administração
05	101638	Gilson da Silva Ramos	Administração
06	111857	Kenji Tanaka Orita	Administração
07	104485	Lindomar da Silva Pohu	Administração
08	111757	Maykon Douglas Bortoluzzi	Administração
09	109527	Mikaely Neves de Caldas	Administração
10	103694	Rafael Silva Rezende	Administração
11	006180	Wanderley Cardoso dos Santos Duarte	Administração
12	112315	Cristhian Lennon Santos Pitol	Meio Ambiente
13	109145	Eric Augusto Galeazzi	Meio Ambiente
14	112317	Paulo Roberto de Jesus Santos	Meio Ambiente
15	101323	Lorena Danielle Santos Silva Santiago	Fazenda
16	111547	Ricardo Oenning Luz	Fazenda
17	111982	Rodrigo Pereira Sobrinho	Fazenda
18	113756	Diego Gonçalves Barbosa	Coordenação, Planejamento Urbano e Inovação
19	111432	Josiane Farias Araújo	Coordenação, Planejamento Urbano e Inovação
20	113297	Paulo Henrique Soares de Oliveira	Coordenação, Planejamento Urbano e Inovação
21	103686	Rubens Eduardo Kloeckner	Coordenação, Planejamento Urbano e Inovação
22	113711	Marcio Rodrigues da Silva Demellas	Educação
23	113471	Pedro Henrique Ferreira de Souza	Educação
24	000879	Sergio Vicente da Silva	Educação
25	113293	Weyd Costa Calado	Educação
26	111728	Anderson de Oliveira Silva	Saúde
27	101640	Gilberto Perini	Saúde
28	113429	Hellen Dayane Silva Almeida	Saúde
29	111778	Melissa Paula Soares Moreira	Saúde
30	107938	Armando Carlos Rizo Filho	Indústria, Comércio e Serviços
31	112077	Clairton Jose Weber	Indústria, Comércio e Serviços
32	113368	Beatriz Senabio Mendes	Agricultura, Pecuária e Abastecimento
33	113757	Eniane Lima da Silva	Agricultura, Pecuária e Abastecimento
34	2822	Fabio Alves Santana	SAMAE
35	2832	Jaime Luis Ott	SAMAE
36	2818	Nalbert Jardim Lopes da Silva	SAMAE

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 233 de 19 de Fevereiro de 2024.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: **https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br**

PORTARIA Nº 475 DE 02DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Ordinária nº 6.793/2023 de 28 de março de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.439/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a partir de 03/04/2025 o **Adicional de Responsabilidade Técnica de Apoio – Procuradoria-Geral do Município – FG-RTA**, nos termos do Art. 6º, Anexo IV da Lei Ordinária nº 6.793/2025 de 28/03/2025, a servidora efetiva **LARISSA CRISTINE VARANDA VENTRESQUI GUEDES**, registrada sob o nº 110332, admitida em 13/01/2022, no cargo de PROCURADOR DO MUNICÍPIO e lotada no Gabinete do Prefeito, considerando as atividades de:

Promover e Acompanhar, junto ao Gabinete de Políticas Públicas para Mulheres e a SEMAS, ações de políticas voltadas aos menores em situação de risco social, bem como nas demais atividades pertinentes aos referidos órgãos públicos;

Emitir parecer orientativos, quando solicitados pelo Gabinete de Políticas Públicas para Mulheres e a SEMAS;

Cumprir e fazer cumprir a legislação e normas técnicas vigentes;

Deter habilidade organizacional para prestar o cumprimento de suas funções, bem como celeridade e eficiência;

Exercer outras atividades correlatas.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 476 DE 04DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Ordinária nº 6.793/2023 de 28 de março de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.439/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a partir de 03/04/2025 o **Adicional de Responsabilidade Técnica De Gestão – Procuradoria-Geral do Município – FG-RTG**, nos termos do Art. 6º, Anexo IV da Lei Ordinária nº 6.793/2025 de 28/03/2025, ao servidor efetivo **ERIKO SANDRO SUARES**, registrado sob o nº 102170, admitido em 03/05/2012, no cargo de PROCURADOR DO MUNICÍPIO e lotado no Gabinete do Prefeito, considerando as atividades de:

Promover boa gestão junto aos Núcleos vinculados à Procuradoria de Gestão Fiscal, através Campanhas de Arrecadação, Processos Extrajudiciais de Cobrança Administrativa, Inscrições em Protesto junto ao Cartório e Processos Judiciais de Execução Fiscal dos débitos inscritos em dívida ativa pela SEFAZ, a fim de assegurar a execução de serviços administrativos e jurídicos de excelência, nos termos da Lei Municipal Complementar nº 22/1996, Lei Municipal nº 6.660/2024 e demais legislações correlatas;

Elaborar pareceres e relatórios técnicos relativos às suas competências;

Cumprir e fazer cumprir a legislação e normas técnicas vigentes;

Deter habilidade organizacional para prestar o cumprimento de suas funções, bem como celeridade e eficiência;

Exercer outras atividades correlatas.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 477 DE 02DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.439/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º REVOGAR a partir desta data a Portarianº 2074 de 04 de Dezembro de 2023 que designou a servidora **LETICIA CAMARGO DE MOURA**, para exercer o cargo comissionado de **ASSESSOR DE APOIO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E LEGISLATIVO**, efetiva no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO II**,registrada sob nº 110115, admitida em 13/10/2021 e lotada no Gabinete do Prefeito, voltando a exercer as atribuições do seu cargo de provimento efetivo.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 478DE 02 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.439/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR a partir de 03/04/2025 a senhora **LETICIA CAMARGO DE MOURA**, servidora efetiva no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, registro nº 110115, admitida em 13/10/2021 e lotada no Gabinete do Prefeito, para exercer o cargo comissionado de **ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO**, símbolo DAS – II, de acordo com a Lei Ordinária 6.793/2025 de 28/03/2025, **fazendo jus a comissão de cargo de 35%** (trinta e cinco por cento), conforme Art. 40 § 2º da Lei Municipal nº. 2.099/2003 de 29/12/2003, com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 479 DE 02DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.439/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a partir desta data a senhora **AMANDA CAROLINE DA SILVA MURARI**, registrada sob o nº 112068, admitida em 15/05/2023, lotada no Gabinete do Prefeito, do cargo comissionado de **ASSESSOR DE APOIO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E LEGISLATIVO**, nomeada mediante Portaria nº 946/2023 de 15 de Maio de 2023.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 480 DE 02DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.439/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a partir desta data a senhora **ANGELITA SONEGO SEGURA FILHA**, registrada sob o nº 112303, admitida em 01/11/2023, lotada no Gabinete do Prefeito, do cargo comissionado de **ASSESSOR DE APOIO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E LEGISLATIVO**, nomeada mediante Portaria nº 1923/2023 de 01 de Novembro de 2023.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 481 DE 02DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.439/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1° EXONERAR a partir 02/04/2025 a senhora **FERNANDA CABRAL DE OLIVEIRA**, registrada sob o nº 112938, admitida em 25/03/2024, lotada no Gabinete do Prefeito, do cargo comissionado de **COORDENADOR(A) DA OUVIDORIA**, nomeada mediante Portaria n° 466/2024 de 25 de Março de 2024.

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 482 DE 02DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.439/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a partir desta data o senhor **LENIN LUCIANO GUIMARÃES DA SILVA**, registrado sob o nº 113375, admitido em 05/07/2024, lotado no Gabinete do Prefeito, do cargo comissionado de **ASSESSOR DE APOIO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E LEGISLATIVO**, nomeado mediante Portaria nº 1005/2024 de 05 de Julho de 2024.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 483 DE 02DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.439/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a partir desta data a senhora **SEBASTIANA CRISTINA PEQUENO DE SOUZA**, registrada sob o nº 105794, admitida em 13/07/2017, lotada no Gabinete do Prefeito, do cargo comissionado de **COORDENADOR DIVIDA ATIVA**, nomeada mediante Portaria Nº 541/GP/2017 de 13 de Julho de 2017.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 485 DE 03 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.439/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR a partir desta data a senhora**AMANDA CAROLINE DA SILVA MURARI**, portadora do CPF nº 048……-.., para exercer o cargo comissionado de **ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO**,símbolo DAS-II, de acordo com a Lei Municipal nº 6.793/2025, de 28/03/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotada no Gabinete do Prefeito e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse a senhora **AMANDA CAROLINE DA SILVA MURARI**, portadora do CPF nº 048……-.., para exercer o cargo comissionado de **ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO**,símbolo DAS-II, de acordo com a Lei Municipal nº 6.793/2025, de 28/03/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotada no Gabinete do Prefeito e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeada mediante Portaria nº 485/2025, a qual, declarada Empossada, **com início do exercício em 03/04/2025,** comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo de **Assessor Técnico Jurídico**.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; AMANDA CAROLINE DA SILVA MURARI, Assessor Técnico Jurídico.

PORTARIA Nº 486 DE 03 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.439/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR a partir desta data a senhora**ANGELITA SONEGO SEGURA FILHA**, portadora do CPF nº 051……-.., para exercer o cargo comissionado de **ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO**,símbolo DAS-II, de acordo com a Lei Municipal nº 6.793/2025, de 28/03/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotada no Gabinete do Prefeito e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse a senhora **ANGELITA SONEGO SEGURA FILHA**, portadora do CPF nº 051……-..,para exercer o cargo comissionado de **ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO**,símbolo DAS-II, de acordo com a Lei Municipal nº 6.793/2025, de 28/03/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotada no Gabinete do Prefeito e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeada mediante Portaria nº 486/2025, a qual, declarada Empossada, **com início do exercício em 03/04/2025,** comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo de **Assessor Técnico Jurídico**.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; ANGELITA SONEGO SEGURA FILHA, Assessor Técnico Jurídico.

PORTARIA Nº 487 DE 03 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.439/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR a partir desta data a senhora**FERNANDA CABRAL DE OLIVEIRA**, portadora do CPF nº 035……-.., para exercer o cargo comissionado de **ASSESSOR DE APOIO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E LEGISLATIVO**,símbolo DAS-II, de acordo com a Lei Municipal n° 6.793/2025, de 28/03/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotada no Gabinete do Prefeito e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48° aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse a senhora **FERNANDA CABRAL DE OLIVEIRA**, portadora do CPF nº 035……-.., para exercer o cargo comissionado de **ASSESSOR DE APOIO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E LEGISLATIVO**,símbolo DAS-II, de acordo com a Lei Municipal nº 6.793/2025, de 28/03/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotada no Gabinete do Prefeito e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeada mediante Portaria n° 487/2025, a qual, declarada Empossada, **com início do exercício em 03/04/2025,** comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo de **Assessor de Apoio Técnico, Administrativo e Legislativo**.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; FERNANDA CABRAL DE OLIVEIRA, Assessor de Apoio Técnico, Administrativo e Legislativo.

PORTARIA Nº 488 DE 03 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.439/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR a partir desta data o senhor**HENRIQUE HAMANN SEIDLER**, portador do CPF nº 091……-.., para exercer o cargo comissionado de **CHEFE DE NÚCLEO DE COBRANÇAS JUDICIAS E EXTRAJUDICIAIS DA DÍVIDA ATIVA**,símbolo DAI-I, de acordo com a Lei Municipal nº 6.793/2025, de 28/03/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotado no Gabinete do Prefeito e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse ao senhor **HENRIQUE HAMANN SEIDLER**, portador do CPF nº 091……-.., para exercer o cargo comissionado de **CHEFE DE NÚCLEO DE COBRANÇAS JUDICIAS E EXTRAJUDICIAIS DA DÍVIDA ATIVA**,símbolo DAI-I, de acordo com a Lei Municipal nº 6.793/2025, de 28/03/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotado no Gabinete do Prefeito e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeado mediante Portaria nº 488/2025, o qual, declarado Empossado, **com início do exercício em 03/04/2025,** comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo de **Chefe de Núcleo de Cobrança Judicial e Extrajudicial da Dívida Ativa**.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; HENRIQUE HAMANN SEIDLER, Chefe de Núcleo de Cobrança Judicial e Extrajudicial da Dívida Ativa.

PORTARIA Nº 489 DE 03 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.439/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR a partir desta data o senhor**LENIN LUCIANO GUIMARÃES DA SILVA**, portador do CPF nº 040……-.., para exercer o cargo comissionado de **ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO**,símbolo DAS-II, de acordo com a Lei Municipal nº 6.793/2025, de 28/03/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotado no Gabinete do Prefeito e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse ao senhor **LENIN LUCIANO GUIMARÃES DA SILVA**, portador do CPF nº 040……-.., para exercer o cargo comissionado

de **ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO**,símbolo DAS-II, de acordo com a Lei Municipal nº 6.793/2025, de 28/03/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotado no Gabinete do Prefeito e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeado mediante Portaria nº 489/2025, o qual, declarado Empossado, **com início do exercício em 03/04/2025,** comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo de **Assessor Técnico Jurídico**.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; LENIN LUCIANO GUIMARÃES DA SILVA, Assessor Técnico Jurídico.

PORTARIA Nº 490 DE 03 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.439/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR a partir desta data a senhora**SEBASTIANA CRISTINA PEQUENO DE SOUZA**, portadora do CPF nº 551……-.., para exercer o cargo comissionado de **CHEFE DE NÚCLEO DE NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA**,símbolo DAI-I, de acordo com a Lei Municipal nº 6.793/2025, de 28/03/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotada no Gabinete do Prefeito e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse a senhora **SEBASTIANA CRISTINA PEQUENO DE SOUZA**, portadora do CPF nº 551……-.., para exercer o cargo comissionado de **CHEFE DE NÚCLEO DE NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA**,símbolo DAI-I, de acordo com a Lei Municipal nº 6.793/2025, de 28/03/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotada no Gabinete do Prefeito e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeada mediante Portaria nº 490/2025, a qual, declarada Empossada, **com início do exercício em 03/04/2025,** comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo de **Chefe de Núcleo de Negociação da Dívida Ativa**.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; SEBASTIANA CRISTINA PEQUENO DE SOUZA, Chefe de Núcleo de Negociação da Dívida Ativa.

PORTARIA Nº 491 DE 03DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.212/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR o senhor **LUCAS NATTHAN OLIVEIRA RAMOS**, registrado sob o nº 113638, admitido em 04/11/2024, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, do cargo comissionado de **COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA**, nomeado mediante Portaria nº 1721/2024 de 01 de Novembro de 2024.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MAGNO CÉSAR FERREIRA, Secretário Municipal de Infraestrutura; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 492DE 03 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.212/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR a partir desta data, o senhor **LUCAS NATTHAN OLIVEIRA RAMOS**, inscrito no CPF 042……-.., para exercer o cargo Comissionado de **ASSESSOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**, símbolo DAS-II, de acordo com a lei nº 6.421/2024 de 22/04/2024, **fazendo jus a comissão de cargo de 35%** (trinta e cinco por cento) sobre os vencimentos da função, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei 2.099/2003 de 29/12/2003, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse o senhor **LUCAS NATTHAN OLIVEIRA RAMOS**, inscrito no CPF 042……-.., para exercer o cargo Comissionado de **ASSESSOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,** símbolo DAS-II, de acordo com a lei nº 6.421/2024 de 22/04/2024, **fazendo jus a comissão de cargo de 35%** (trinta e cinco por cento) sobre os vencimentos da função, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei 2.099/2003 de 29/12/2003, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeado mediante portaria nº 492/2025, o qual, declarado empossado, **com início do exercício em 03/04/2025**, comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes de **Assessor de Engenharia e Arquitetura**.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MAGNO CÉSAR FERREIRA, Secretário Municipal de Infraestrutura; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; LUCAS NATTHAN OLIVEIRA RAMOS, Assessor de Engenharia e Arquitetura.

PORTARIA Nº 493DE 03 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.223/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR a partir de 02/04/2025, a senhora **ADRIELLE ALVES BOZETTI**, inscrita no CPF 003……-.., para exercer o cargo Comissionado de **COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA,** símbolo DAI-II, de acordo com a lei nº 4429/2015 de 20/07/2015, **fazendo jus a comissão de cargo de 35%** (trinta e cinco por cento) sobre os vencimentos da função, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei 2.099/2003 de 29/12/2003, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 02/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse a senhora **ADRIELLE ALVES BOZETTI**, inscrita no CPF 003……-.., para exercer o cargo Comissionado de **COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA,** símbolo DAI-II, de acordo com a lei nº 4429/2015 de 20/07/2015, **fazendo jus a comissão de cargo de 35%** (trinta e cinco por cento) sobre os vencimentos da função, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei 2.099/2003 de 29/12/2003, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeada mediante portaria nº 493/2025, a qual, declarada empossada, **com início do exercício em 02/04/2025**, comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes de **Coordenador de Manutenção de Iluminação Pública**.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MAGNO CÉSAR FERREIRA, Secretário Municipal de Infraestrutura; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; ADRIELLE ALVES BOZETTI, Coordenador de Manutenção de Iluminação Pública.

PORTARIA Nº 495 DE 07 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o artigo 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 “Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor estável fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, a ser gozada com a remuneração do cargo, pago nos meses de licença”;

CONSIDERANDO o Memorando nº 36.454/2024/1Doc da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDOo Termo de Constatação nº 060/RH/SAÚDE/2024 e Decisão nº 060/RH/SMS/2024;

CONSIDERANDO o Parecer nº 225/PGM/2021 quanto as remunerações e vencimentos;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDERa servidora **LUIZA ALEIXO ALBERTIN**, efetiva no cargo de **ENFERMEIRO**, admitida em 05/08/2019, registrada sob o nº 107759 e lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **Licença-prêmio por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **05/08/2019 à 04/08/2024**, nos termos do §2 do artigo 103 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de:

Período Aquisitivo	Usufruto	Descrição
05/08/2019 à 04/08/2024	01/04/2025 a 30/04/2025	1 (um) mês
	01/04/2026 a 30/04/2026	1 (um) mês
	01/03/2027 a 31/03/2027	1 (um) mês

Art. 2º SUSPENDER o Adicional de Insalubridade de 30% concedido mediante Portaria nº 1284 de 19/08/2024, durante o período de usufruto da Licença–prêmio.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 496 DE 07 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o artigo 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 “Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor estável fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, a ser gozada com a remuneração do cargo, pago nos meses de licença”;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 2.101/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDOo Termo de Constatação nº 010/DGPP/2025 e Decisão nº 023/GS/SEMEC/2025;

CONSIDERANDO o Parecer nº 225/PGM/2021 quanto as remunerações e vencimentos;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDERa servidora **MARIA DO CARMO SILVA ROSSETO**, efetiva no cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS**, admitida em 01/02/2003, registrada sob o nº 002122 e lotada na Secretaria Municipal de Educação, **Licença-prêmio por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **01/02/2018 à 04/09/2024**, nos termos do §2 do artigo 103 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de:

Período Aquisitivo	Usufruto	Descrição
01/02/2018 à 04/09/2024	05/03/2025 à 02/06/2025	90 (noventa) dias Pago na referência de 01/04/2025 a 30/04/2025

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 05/03/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 497 DE 07 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o artigo 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 “Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor estável fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, a ser gozada com a remuneração do cargo, pago nos meses de licença”;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 735/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDOo Termo de Constatação nº 002/DGPP/2025 e Decisão nº 011/GS/SEMEC/2025;

CONSIDERANDO o Parecer nº 225/PGM/2021 quanto as remunerações e vencimentos;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDERa servidora **VILMA MARIA PIOTTO**, efetiva no cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS**, admitida em 06/02/2008, registrada sob o nº 006175 e lotada na Secretaria Municipal de Educação, **Licença-prêmio por Assiduidade,** correspondente ao quinquênio de **06/02/2018 à 09/09/2024**, nos termos do §2 do artigo 103 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de:

Período Aquisitivo	Usufruto	Descrição
06/02/2018 à 09/09/2024	18/03/2025 à 15/06/2025	90 (noventa) dias Pago a partir da referência 04/2025

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 18/03/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 498 DE 07 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Certidão de Óbito apresentada pela servidora e protocolada sob o nº 3.386/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZAR o afastamento de 05 (cinco) dias consecutivos a servidora **ERENILDA BANDEIRA DA SILVA NUNES**, efetiva no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 40h, admitida em 11/08/2014, registrada sob o nº 103653 e lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em razão de falecimento de pessoa da família, conforme Certidão de óbito apresentada, nos termos do artigo 113, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, **no período de 30/03/2025 a 03/04/2025**.

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a **30/03/2025**.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 499 DE 07 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Certidão de Óbito apresentada pela servidora e protocolada sob o nº 3.523/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZAR o afastamento de 05 (cinco) dias consecutivos a servidora **LUZIA APARECIDA BAPTISTA**, efetiva no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS, admitida em 19/06/2002, registrada sob o nº 001974 e lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em razão de falecimento de pessoa da família, conforme Certidão de óbito apresentada, nos termos do artigo 113, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, **no período de 31/03/2025 a 04/04/2025**.

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a **31/03/2025**.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 500 DE 07 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Certidão de Óbito apresentada pela servidora e protocolada sob o nº 3.123/2025/1Doc,

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZAR o afastamento de 08 (oito) dias consecutivos a servidora **LUCIANA FERREIRA DAMACENA**, efetiva no cargo de TÉCNICO DE APOIO INFANTIL, admitida em 24/05/2023, registrada sob o nº 112075 e lotada na Secretaria Municipal de Educação, em razão de falecimento de

pessoa da família, conforme Certidão de óbito apresentada, nos termos do artigo 66, inciso V, alínea “b” da Lei Complementar n° 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012, **no período de 24/03/2025 a 31/03/2025**.

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a **24/03/2025**.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 501 DE 07 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Certidão de Óbito apresentada pela servidora e protocolada sob o nº 3.127/2025/1Doc,

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZAR o afastamento de 08 (oito) dias consecutivos a servidora **VILMA LEONCIO RAMOS**, efetiva no cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL SEMEC, admitida em 02/05/2006, registrada sob o nº 004309 e lotada na Secretaria Municipal de Educação, em razão de falecimento de pessoa da família, conforme Certidão de óbito apresentada, nos termos do artigo 66, inciso V, alínea “b” da Lei Complementar n° 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012, **no período de 24/03/2025 a 31/03/2025**.

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a **24/03/2025**.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 502 DE 07 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Certidão de nascimento apresentada pelo servidor e protocolada sob o nº 3.536/2025/1Doc;

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de Junho de 1994;

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZAR a concessão de **Licença Paternidade de 07 (sete) dias** ao senhor **JOSÉ NILDO ALVES DA SILVA SANTOS**, servidor contratado no cargo de MOTORISTA – SAMU, registrado sob nº 112159, admitido em 04/07/2023 e lotado na Secretaria Municipal de Saúde,nos termos do artigo 95, da Lei Complementar n°. 006/1994 de 21 de junho de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 268/2022 de 25 de fevereiro de 2022, no período de **31/03/2025 a 06/04/2025**.

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a 31/03/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 503 DE 07 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o art. 33 da Lei Complementar Municipal nº. 268/2022 que trata do procedimento de readaptação para melhor atendimento do interesse público;

CONSIDERANDO o Atestado Médico apresentado sob o Protocolo Servidor nº 1.370/2025/1Doc;

CONSIDERANDO o Parecer Médico emitido pelo médico do trabalho Dr. Renato Gonçalves Vaccari – CRM/MT 4478;

CONSIDERANDO o Despacho nº 5 – 1.370/2025/1Doc inserido no Protocolo Servidor nº 1.370/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação, enviado ao Departamento Pessoal no dia 03/04/2025;

CONSIDERANDO a possibilidade de readaptação de funções de atribuições afins, bem como a existência de laudo pericial conclusivo quanto à readaptação;

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZAR a readaptação nos termos do artigo 33 da Lei Complementar n° 268 de 25 de fevereiro de 2022, a servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação, relacionado a seguir:

Registro	Nome	Cargo	Funções a desempenhar ao cargo	Local de Trabalho	Período do Atestado
004017	Ana Maria Furtunato da Fonseca	Professor dos Anos Finais – Língua Portuguesa e Estrangeira – 20 Horas	Professor dos Anos Finais – Língua Portuguesa e Estrangeira – 20 Horas	C.M.E. Laura Vieira de Souza	13/02/2025 à 11/08/2025 (180 dias)
Descrição da Função a Desempenhar					
Atuar no ambiente da Sala de Leitura, acompanhando o desenvolvimento na leitura dos educandos com dificuldades de aprendizagem, além de realizar a classificação e controle de entrega dos livros aos mesmos; Zelar pela ordem e manutenção dos materiais de uso pedagógico; Monitorar a aplicação das avaliações internas e externas à unidade escolar, realizando a tabulação dos dados em planilhas e plataformas ofertadas pela Secretaria de Educação; Acompanhar a assiduidade dos educandos lotados no centro de ensino, realizando a alimentação de dados no Sistema de Busca Ativa Escolar.					

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a 13/02/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES, Secretário Municipal de Educação; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 504 DE 07 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Termo de Cessão de Pessoal n° 021/2025 que entre si celebram o Governo do Estado de Mato Grosso e a Prefeitura Municipal de Tangará Da Serra/MT;

CONSIDERANDO o Ofício n° 1.959/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a Portaria n° 426 de 26 de fevereiro de 2021;

RESOLVE

Art. 1º PRORROGAR o recebimento de Cedência, concedida mediante Portaria nº 426 de 26 de fevereiro de 2021, ao senhor **VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES**, servidor de provimento efetivo no cargo de Professor da Educação Básica – 30 Horas, matrícula 62082/9, lotado na Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, **para laborar na Secretaria Municipal de Educação, exercendo o cargo de Secretário Municipal de Educação**, com ônus para o órgão cessionário, mediante reembolso da remuneração e dos encargos sociais ao órgão cedente.

Art. 2º O prazo do presente Termo de Cessão é de **01/01/2025 a 31/12/2028**, podendo ser prorrogado por igual período, mediante Termo Aditivo, por comum acordo e formalização.

Art. 3° Esta Portaria possui efeito retroativo a 01/01/2025.

Art. 4º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 505 DE 07 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Certidão de nascimento apresentada pelo servidor e protocolada sob o nº 3.760/2025/1Doc;

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de Junho de 1994;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licença Paternidade de 07 (sete) dias ao senhor **DIONATAN DOMINGOS DE OLIVEIRA**, servidor efetivo no cargo de COORDENADOR DO ALBERGUE MUNICIPAL, registrado sob nº 111150, admitido em 14/03/2022 e lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social,nos termos do artigo 95, da Lei Complementar n°. 006/1994 de 21 de junho de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 268/2022 de 25 de fevereiro de 2022, no período de **03/04/2025 a 09/04/2025**.

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a 03/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCIA REGINA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOSO, Secretária Municipal de Assistência Social; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 506 DE 08DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Ordinária nº 5.931/2023 de 16 de fevereiro de 2023;

CONSIDERANDO o Memorando nº 10.439/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER o **Adicional de Responsabilidade Técnica de Assessoria Legislativa – FG-RTL**, nos termos do Art. 7º da Lei Ordinária nº 5.931/2023 de 16/02/2023, a servidora a comissionada **AMANDA CAROLINE DA SILVA MURARI**, registrada sob o nº 113883, admitida em 03/04/2025, no cargo de ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO e lotada no Gabinete do Prefeito, considerando as atividades de:

Auxiliar o Prefeito na tomada de decisão com relação a Gestão Administrativa, elaboração e criação de projetos para todas as Secretarias;

Analise e parecer prévio dos Processos Administrativos para tomada de decisão;

Analise e Assessoria em Processos Administrativos;

Auxiliar o Prefeito na mensuração, criação de indicadores e análise de desempenho dos resultados dos serviços e servidores, visando a melhoria das atividades;

Ter organização e habilidade para gerenciar, planejar e executar as atividades da área administrativa e outras atribuições afins;

Auxiliar na análise jurídica dos processos em geral;

Auxiliar e Acompanhar os trabalhos das comissões de Revisão da Legislação.

Art. 2º Esta Portaria possui efeito retroativo a 03/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 508 DE 09 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 11.265/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR a partir desta data, a senhora**CONCEIÇÃO APARECIDA DO CARMO**, portadora do CPF nº 452……-.., para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR PEDAGÓGICO** do C.M.E. Décio Buralli,símbolo DAS II – A da Lei nº 6.480/2024, com a concessão de **20% (vinte por cento)** do percentual de comissão sobre os vencimentos do cargo, considerando o número de alunos matriculados, conforme Anexo VI da Lei Complementar n.° 163/2012, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse a senhora **CONCEIÇÃO APARECIDA DO CARMO**, portadora do CPF nº 452……-.., para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR PEDAGÓGICO** do C.M.E. Décio Buralli,símbolo DAS II – A da Lei nº 6.480/2024, com a concessão de **20% (vinte por cento)** do percentual de comissão sobre os vencimentos do cargo, considerando o número de alunos matriculados, conforme Anexo VI da Lei Complementar n.° 163/2012, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeada mediante Portaria nº 508/2025, a qual, declarada Empossada, com início do exercício em **09/04/2025**, comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo de **Coordenador Pedagógico**.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; CONCEIÇÃO APARECIDA DO CARMO, Coordenador Pedagógico.

PORTARIA Nº 509 DE 09 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 11.058/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR a partir desta data, a senhora**LUCIANE ANTUNES**, portadora do CPF nº 802…...-.., para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR PEDAGÓGICO** do C.M.E. Fausto Eugênio Masson,símbolo DAS II – A da Lei nº 6.480/2024, com a concessão de **25% (vinte e cinco por cento)** do percentual de comissão sobre os vencimentos do cargo, considerando o número de alunos matriculados, conforme Anexo VI da Lei Complementar n.° 163/2012, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse a senhora **LUCIANE ANTUNES**, portadora do CPF nº 802…...-.., para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR PEDAGÓGICO** do C.M.E. Fausto Eugênio Masson,símbolo DAS II – A da Lei nº 6.480/2024, com a concessão de **25% (vinte e cinco por cento)** do percentual de comissão sobre os vencimentos do cargo, considerando o número de alunos matriculados, conforme Anexo VI da Lei Complementar n.° 163/2012, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeada mediante Portaria nº 509/2025, a qual, declarada Empossada, com início do exercício em **09/04/2025**, comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo de **Coordenador Pedagógico**.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; LUCIANE ANTUNES, Coordenador Pedagógico.

PORTARIA Nº 510 DE 09 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Decreto nº 007/2024 e o Edital Complementar nº 009/2025 de 03/04/2025, do Processo de Escolha Unificada nº 001/2023 para Conselheiros Tutelares.

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR a partir desta data, a senhora **LUCILENE APARECIDA DA SILVA LEITE**, portadora do CPF nº 963….-..., eleita em 25° lugar no pleito eleitoral do Processo Seletivo nº 001/2023, conforme Edital Complementar n° 009/2025 de 03 de abril de 2025, para exercer a função comissionada de **Conselheiro Tutelar Titular**, quadriênio 2024/2028 com marco inicial em 09/04/2025, símbolo DAI-II, com **gratificação de 30%** sobre o vencimento básico do cargo, referente a adicionais de plantões noturnos, intervalos de almoço, finais de semana e feriados, conforme item 1.7 do Processo de Escolha Unificada n° 001/2023 para Conselheiros Tutelares.

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48° aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse a senhora **LUCILENE APARECIDA DA SILVA LEITE,** portadora do CPF n° 963….-..., eleita em 25° lugar no pleito eleitoral do Processo Seletivo n° 001/2023, conforme Edital Complementar nº 009/2025 de 03 de abril de 2025, para exercer a função comissionada de **Conselheiro Tutelar Titular**, quadriênio 2024/2028 com marco inicial em 09/04/2025, símbolo DAI-II, com **gratificação de 30%** sobre o vencimento básico do cargo, referente a adicionais de plantões noturnos, intervalos de almoço, finais de semana e feriados, conforme item 1.7 do Processo de Escolha Unificada nº 001/2023 para Conselheiros Tutelares, nomeada mediante Portaria n° 510/2025, a qual, declarada Empossada, com início do exercício em **09/04/2025**, comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo de **Conselheiro Tutelar Titular**.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCIA REGINA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOSO, Secretária Municipal de Assistência Social; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; LUCILENE APARECIDA DA SILVA LEITE, Conselheiro Tutelar Titular.

PORTARIA N° 511 DE 10DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o requerimento realizado pela servidora e protocolado sob o número 2.700/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a partir de 01/04/2025 a servidora **ADRIANA CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS**, registrada sob o nº 113717, admitida em 08/01/2025, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, do cargo comissionado de ENCARREGADO DE SERVIÇO II – SEMAS, nomeada mediante Portaria n° 042/2025 de 09 de Janeiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCIA REGINA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOSO, Secretária Municipal de Assistência Social; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 512 DE 10 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Certidão de nascimento apresentada pelo servidor e protocolada sob o n° 3.854/2025/1Doc;

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 163/2012 de 16 de Fevereiro de 2012;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licença Paternidade de 05 (cinco) dias ao senhor **RAFAEL RAUBER**, servidor efetivo no cargo de TÉCNICO DE APOIO INFANTIL, registrado sob nº 108680, admitido em 18/03/2020 e lotado na Secretaria Municipal de Educação,nos termos do artigo 80, da Lei Complementar n°. 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012, no período de **07/04/2025 a 11/04/2025**.

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a 07/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 513 DE 10 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 10.180/2025/1Doc do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra – SERRAPREV;

CONSIDERANDO a Portaria nº 111/2025 de 22 de Janeiro de 2025 que concedeu cedência a servidora;

RESOLVE

Art. 1° CONCEDER retorno de cedência a servidora **SANDRA APARECIDA DOS SANTOS CAPARROZ**, efetiva no cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, registrada sob o nº 004316, admitida em 02/05/2006, cedida mediante Portaria nº 111/2025 para o Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra – SERRAPREV, passando a laborar no Departamento de Licitação e Contratos da Secretária Municipal de Administração.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 514 DE 10 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 11.990/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a Cartilha do Governo Federal "PISO NACIONAL DA ENFERMAGEM – Entenda como será pago";

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.434/2022 de 04/08/2022 instituiu o piso da enfermagem de R$ 4.750,00 para Enfermeiras, 70% para Técnicas de Enfermagem e 50% para Auxiliares de Enfermagem e Parteiras;

CONSIDERANDO o ADI 7222 de 03/07/2023 em que o Supremo decidiu que o pagamento do piso salarial é proporcional à carga horária de 44 horas semanais de trabalho;

CONSIDERANDO que serão beneficiados diretamente pelo Auxílio Financeiro Complementar enviado pela União aos entes subnacionais, os profissionais da enfermagem que recebem menos que o piso de sua respectiva categoria;

CONSIDERANDO o repasse financeiro enviado pelo Ministério da Saúde a esta municipalidadeconforme informações da plataforma do INVESTSUS;

CONSIDERANDO que na plataforma do INVESTSUS, são encaminhadas as informações e as mesmas são correlacionadas às informações constantes no CNES;

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZAR A CONCESSÃO para os servidores que possuem ou possuíram vínculo com a Secretaria Municipal de Saúde da Municipalidade de Tangará da Serra – MT, **na folha de pagamento de Abril/2025 o Auxilio Financeiro Complementar referente ao mês de Março/2025**, repassado pela União conforme Lei Federal 14.434/2022 de 04/08/2022 do Conselho Federal de Enfermagem.

MARÇO/2025			
Registro	**Nome**	**Nome Cargo Atual**	**Valor Auxilio R$**
103650	ADICELIA AZEVEDO SANTANA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112270	ALAIS DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112305	ALINE CASSEMIRO DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU	933,73
113503	ALINE PEREIRA DE ARAUJO	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113736	ALINE SANTOS COSTA FERREIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
103586	ALZIRA BARRETTO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
102306	ALZIRENE DE MELO MACHADO PEIXOTO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113422	ANA LAURA SOUZA CAMPOS DE LIMA	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	155,62
113656	ANA LUCIA LEMES DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
103603	ANA PAULA DE MORAES SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113130	ANDREIA CONSTANCIA DE LUNA FERREIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	933,73
112170	ANGELA VIANA ALVES	TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU	933,73
112837	ANTONIO MARCOS FONSECA DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113400	APARECIDA ERNESTO DE OLIVEIRA LIMA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
102284	APARECIDA FERREIRA DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113205	APARECIDA PORFIRIA DOS ANJOS	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113196	ARLETE APARECIDA BRITO DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112157	ARLETE DA CRUZ DE MIRANDA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
108203	ARLINDO DE LOURDES VIANA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
103607	ATAIS DE JESUS SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112821	AUREA CRISTINA DA SILVA PEREIRA VILL	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
101313	BENEDITA DE ARAUJO SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112668	BENEDITA JOSEFINA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112648	BENVINDA DO NASCIMENTO	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113565	CAMILA DE JESUS SANTOS SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM – SAMU	933,73
113732	CARMESILVA FERREIRA DE SANTANA	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
113502	CELI PEREIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113494	CICERA MARIA DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113448	CINARIA BATISTA COIMBRA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112181	CLAUDIA FATIMA VILELA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112826	CLEIDE PEREIRA DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	933,73
103594	CLEIDIANE FERREIRA DE MELO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
101552	CLEMILDA VIEIRA DA COSTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 30 H	669,05
101438	CLEMILSON MARQUES CARDOSO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113437	CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA DA COSTA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
004360	CRISTINA SEIBERT	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113440	DANIELE ALBINO DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112827	DAYSILAINE SILVA MAGALHAES SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112850	DEBORA ENEDINA DA COSTA RIBAS	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113517	DEBORA STEFFANI PEREIRA	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
113514	DELZINA RAMOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
104240	DIELLI JACINTHO DA SILVA OLIVEIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 30 H	669,05
113068	DILMA DE SOUSA VIEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
109533	EDER SOARES VIEIRA SOUZA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113233	EDILANE CARDOSO DE ARAUJO	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
103647	EDISEL PEREIRA DOS SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112261	EDJANIA DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73

101804	EDNA MARIA ALVES BATISTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112651	ELENA OLIVEIRA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112366	ELIANA DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113305	ELIANDRA MARIA SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU	933,73
101806	ELIANE DA SILVA DIAS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
103657	ELIANE DEODATO CARDOSO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113686	ELIDIORRAINE DE MOURA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
101805	ELIONAI BARBOSA MOREIRA DOS SANTOS CARVALHO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
101294	ELISANGELA ALMEIDA SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
101289	ELISANGELA MARA DE SOUZA STUCHI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
001110	ELISANGELA PESSOA DE LIMA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	601,09
113634	ELIZABET BARBOSA MOREIRA DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
101444	ELIZANGELA RAMOS DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
001939	ELIZETE DA SILVA BRANDAO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	525,09
103611	EMERSSON NUNES LIMA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
103653	ERENILDA BANDEIRA DA SILVA NUNES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112770	ERIANE ROSA DE AMORIM	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
108970	ERICA ALVES SEVERO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113564	ESTEVAO JUNIOR LOPES	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
101285	EUNIDES NAZOKEMAIRO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112748	EVANEI FERREIRA DA SILVA SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	933,73
113735	FABIANA DOS SANTOS CARVALHO	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
101555	FABIO APARECIDO MUCUTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 30 H	669,05
112115	FAGNA PEREIRA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
102154	FLAVIA BORGES FERREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113317	FLAVIANE CRISTINA DE ARRUDA	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	933,73
113195	GEISE AQUINO LARREA	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	933,73
113132	GILMARA CONSTANCIO DE LUNA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113489	GILMARA GRAGEL DOS SANTOS OLIVEIRA	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
112218	GILVANIA DA SILVA VIEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112173	GISELLE GRIPP DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU	933,73
113314	GRACIELY PESSOA BARROS	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
001039	HELENA PAULINO DE SOUZA NUNIS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112649	HORLEANE DE FREITAS DIAS	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112222	IANAEL BARBOSA RODRIGUES NUNES	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	373,49
113863	IANAEL BARBOSA RODRIGUES NUNES	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	529,11
001960	ILIDIA SILVA SANTOS DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
108704	INES MARTINS DE SOUZA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112114	IOLANDA MENDES DE ARAUJO	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
101722	IRACY GOMES TEIXEIRA DO NASCIMENTO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 30 H	669,05
112167	IVONE DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
103666	IZABEL FEITOSA DELMONDES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
001105	IZES SARAIVA DA SILVA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	601,09
112825	IZONIDIA DE JESUS NOGUEIRA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	155,62
113319	JEANE GOMES DA CRUZ	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112254	JHENIFFER ALINE DA SILVA AMORA	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	933,73
001938	JOANITA MARIA MENDES DA SILVA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	189,65
101551	JOSE APARECIDO CAMPOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 30 H	669,05
113441	JOSEANE ROCHA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112256	JOSEFA DA CONCEICAO DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113729	JOSIANE CAZZUNI GONCALVES	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113672	JUCILENE MACHADO MIRANDA	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	933,73
112158	JULIANA CAMARGO DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
103585	JUSCILENIA PINHEIRO DE JESUS ALVES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113678	KALINDA KETRIM SILVA DE JESUS	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	933,73
113479	KAMILA MARTINS RIBEIRO PEIXOTO	TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU	933,73
113693	KARINA DOS SANTOS SILVA	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
113495	KATIANE HOEPERS	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	933,73
103658	KATIUSCIA OLIARE VIEIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
103595	KEDMA DAYSA MARTINS SOUZA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
102352	KEILA CRISTIANE DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
102273	LANGE ADRIEN DE ANDRADE BATISTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113160	LARISSA KAROLINA DA SILVA ZANARDI COSTA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113436	LAUDICEIA LORENSETTI	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113512	LEIA MARTA VIEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU	933,73
113082	LEIDIANE ALVES TEIXEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	933,73
103925	LEILA KATIA VIAN	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 30 H	669,05
103613	LENI PEREIRA PEDROSA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
001954	LEONICE FERNANDES DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
103439	LEONICE GOMES CORDEIRO	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
107988	LIDIA MARIA KROHLING MOTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
107428	LILIAN DE OLIVEIRA NEVES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112674	LILIANE SOARES VIEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73

004394	LISIANE FERREIRA GOMES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113733	LUCIANA BATISTA DE SOUZA	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
113845	LUCIANA SANTANA	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	653,61
113449	LUCIANO CARVALHO DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113234	LUCIENE DALVA APARECIDA PALMEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113605	LUCIENE MARIA DA SILVA	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
101550	LUCILENE GOMES DA ROCHA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 30 H	669,05
113518	LUCILENE MENDES NERES	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
112673	LUCINEIDE DA SILVA NASCIMENTO	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
001942	LUCINEIDE FERNANDES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM (EM EXTINÇÃO)	525,09
107423	LUCY MARINA DE SOUZA LOBO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112188	MACIELE LOURENCO DE ALMEIDA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
102355	MAGALI PINTO MACHADO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113752	MARCIA ALBRECHT	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
113685	MARCIA CRISTINA COSTA DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	933,73
103606	MARCIA CRISTINA GARCIA DA COSTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113235	MARCIA REGINA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
107962	MARCIELLY MELANIA RIBEIRO BUCOSKI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
005267	MARIA APARECIDA DE ABREU GOMES QUEIROZ	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
111905	MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113072	MARIA CAROLINA KAWACHI	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	933,73
001953	MARIA CLEBIA ANDRADE TEIXEIRA ONO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	467,52
107438	MARIA CLEONICE DE OLIVEIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
004365	MARIA DA GLORIA FERNANDES VIEIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113688	MARIA DAS DORES PEREIRA FRANCO	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
103693	MARIA DAS DORES PINTO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113593	MARIA DE FATIMA DA SILVA SOUZA	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
112166	MARIA DE LOURDES DA CRUZ	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
103655	MARIA DE LOURDES VITORINO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
101730	MARIA DE SOUZA BENITES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 30 H	669,05
102861	MARIA DIVINA MATIAS DE ALMEIDA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 30 H	669,05
103615	MARIA DO CARMO DE LIMA SOUZA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
103583	MARIA ELENITA DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113763	MARIA HELENA ALVES DE BRITO	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
113302	MARIA IVANILDA SILVA HIPOLITO	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	933,73
103610	MARIA JOSE DE SOUZA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
103994	MARIA MADALENA DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 30 H	669,05
001094	MARIA PAULINA DE SOUSA CAMACHO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	989,73
112922	MARIA REGINA PEREIRA MARCELO	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
101548	MARIA RODRIGUES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
001940	MARIA SELMA SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
107433	MARIA SUELI DA SILVA OLIVEIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112300	MARIANA GOMES FERREIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	560,23
113868	MARIANA GOMES FERREIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	342,36
002470	MARLEI FERRAZZA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
103605	MARLENE RODRIGUES DOS SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
101317	MAURO RAIMUNDO DA ROCHA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
101436	MAURO ROMAO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113246	MAYARA DA SILVA MINATI CARDOSO	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113667	MICHELI PASCHOAL RIBEIRO	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
101723	MICHELI WALKER KELLER MUCUTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 30 H	669,05
101477	MIRIELE DAIANE PEREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 30 H	669,05
113721	MONICA PIZZATTO	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
108699	NADIR APARECIDA DOS REIS GONÇALVES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112248	NADIR SANDES ESPINDOLA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
004358	NATALIA SANTANA DUTRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112155	NATYLLA DA SILVA DUARTE	TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU	933,73
113689	NEUZA GLORIA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
101503	NEUZA MARIA DOS SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112910	NIEDJA ALVES DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM – PSF	933,73
112912	NOEMIA BARBOSA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
101559	OSMAR JOSE DOS SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 30 H	669,05
113258	PAMELA KAROLINA ESTEVAM	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112276	PATRICIA DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113504	PAULA CRISTINA GOMES DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
103588	PAULA SILVA BATISTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	669,05
113513	RAIMUNDA ARDILENE SOUZA DA SILVA	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
101445	RAQUEL CARDOSO DE SOUZA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
001950	RAQUEL DE JESUS SOARES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
102822	REGIANE APARECIDA AMARO DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73

113303	REGINA DOS SANTOS HENRIQUE	TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU	933,73
112650	REJANE DO NASCIMENTO SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
101476	ROSALINA DE OLIVEIRA SILVA BARROS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 30 H	669,05
113497	ROSANE DE SOUZA SILVA COSTA	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
107960	ROSANGELA APARECIDA GONCALVES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112203	ROSEANE VICENTE DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	933,73
113575	ROSELENE BARBOSA DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU	933,73
103070	ROSELI DE OLIVEIRA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 30 H	669,05
113398	ROSELI RODRIGUES DE SOUZA	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
033169	ROSELIA LUZIA PEREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
103608	ROSINETE ROCHA DOS SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112262	ROSIVANE VILARINHO DE MELO SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
001952	RUNEI SALES DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
001944	RUTE DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
107424	SABRINA PAULA DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
107426	SAMARA PEREIRA DA SILVA GONCALVES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113668	SANDRA DO PRADO SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113070	SANDRA ELIANE BUREI	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112822	SEVERINO OSMAN SEVERO	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
103656	SILNEIA AMELIA DE ORLANDO RIBEIRO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
113731	SIMONE DUDA MENEZES	TECNICO EM ENFERMAGEM - CONTRATO EMERGENCIAL - LEI 6387/202	933,73
101474	SONIA MARIA MENDES OLIVEIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112187	STEFANIA DA SILVA ABRANTES	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112771	THIELLY MAYARA SALAPATA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112219	VALDECI FERNANDES DE OLIVEIRA GONCALVES	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	933,73
107757	VALDEIR FRANCISCO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
102224	VALDINEIDE MARIA SILVA DOS SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112028	VALDIRENE APARECIDA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF	933,73
112172	VALDIRENE PEREIRA ALVES	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
103660	VANIA CRISTINA TEODORO DE JESUS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73
112924	VANILDA APARECIDA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
112897	VANUSA CARAFINI SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM – SAMU	933,73
112257	VERA LUCIA DE LIMA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113501	WELLINGTON DIEGO DA CONCEICAO	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113245	WELMA PARA PINTO	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113424	YHARA CRISTHYNA COUTO PEREIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113659	ZELIA DE SOUZA COSTA	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAUDE 40HS CONTRATO	933,73
113425	ZUCH MAIRO DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU	933,73
103604	ZULEMA SALETE DENGO NUERNBERG	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	891,73

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 515 DE 10 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Portaria n° 463/2025 de 01 de Abril de 2025, que concede o pagamento das férias acrescidas de 1/3 de férias na Folha de Férias de Abril de 2025 e usufruto;

CONSIDERANDO o Memorando n° 9.164/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Administração;

RESOLVE

Art. 1° DESIGNAR a partir de 22/04/2025 a senhora**BRUNA DE SOUZA RAMOS BARROS,** servidora efetiva no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II,registrada sob o nº 103997, para **responder pelas demandas administrativas do cargo de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS,** simbologia DAI-I, nos termos da Lei 2432/2005 de 21/11/2005, fazendo jus ao recebimento proporcional dos dias trabalhados, do valor do cargo e comissão de 35% (trinta e cinco por cento) sobre os vencimentos da função, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei 2.099/2003 de 29/12/2003, enquanto a titular do cargo a senhora ELIANE SIMONE CRISTALINO, registrada sob o nº 110106, estiver em usufruto de férias, durante o **período de 22/04/2025 à 01/05/2025, totalizando 10 (dez) dias**.

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 516 DE 10 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.243/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Administração;

RESOLVE

Art. 1° REGULARIZAR a Jornada de Trabalho da servidora **DAMARES BATISTA DOS REIS**, efetiva no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS, admitida em 01/08/2007, registrada sob o nº 005030 e lotada na Secretaria Municipal de Administração, nos termos da Norma Regulamentadora n° 17, através da Portaria SIT n° 08 de 30 de março de 2007, inseriu na norma o Anexo I - Trabalho dos Operadores de Checkout, e a Portaria SIT n° 09 de 30 de março de 2007, inseriu o Anexo II - Trabalho em Teleatendimento/Telemarketing, com jornada diária de 06 (seis) horas, perfazendo um total de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2° Esta portaria possui efeito retroativo a 13/01/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 517 DE 10 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito em exercício de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.383/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

RESOLVE

Art. 1º RELOTAR a servidora **LUCIVANY ROCHA BEZERRA**, registrada sob o nº 103692, admitida em 02/09/2014, no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II e lotada na Secretaria Municipal de Administração, nos termos do art. 104, inciso II, alínea “b”, da Lei Orgânica Municipal do Município de Tangará da Serra, conforme segue:

De	Para	Local de Trabalho
Secretaria Municipal de Administração	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Secretaria de Agricultura

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 518DE 10 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 11.383/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZAR a concessão da **Função Gratificada III (Serviços Administrativos Nível Médio)**, constante no Anexo IV, da Lei nº 2.099/2003 de 29/12/2003, a servidora **LUCIVANY ROCHA BEZERRA**, admitida em 02/09/2014, registrada sob o nº 103692, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, efetiva no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO II**, com a execução das seguintes atividades:

A servidora será responsável pela organização da manutenção da frota da Secretaria, incluindo: controle e gerenciamento de recursos orçamentários, processos de levantamento de demanda para licitação, compras de materiais e serviços, controle de estoques, bem como todas as providências necessárias para o devido envio de notas fiscais dos produtos e serviços relacionados à manutenção da frota da SEAPA para pagamento.

Art. 2° Esta portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ALCEU LUIZ GRAPEGGIA, Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 519 DE 10 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.318/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º RELOTAR a senhora **NASLE DOGAN**, cedida a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT mediante Portaria n° 1063 de 06 de Junho de 2023, servidora efetiva no cargo de ANALISTA LEGISLATIVA, registrada sob a matrícula nº 41894, lotada na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso – ALMT, **para laborar no PROCON com lotação na Secretaria Municipal de Administração**, com remuneração e encargos fiscais e previdenciários, ficando a cargo da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, bem como os encargos previdenciários deverão ser recolhidos ao ISSSPL – Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo, conforme segue:

De	Para	Local de Trabalho
Gabinete do Prefeito	Secretaria Municipal de Administração	PROCON

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 09/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 520 DE 10 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Portaria n° 599/2025 de 22 de Abril de 2025, que concede o pagamento das férias acrescidas de 1/3 de férias na Folha de Férias de Abril de 2025 e usufruto;

CONSIDERANDO o Memorando nº 37.319/2024/1Doc da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR a partir de 22/04/2025 a senhora**BARBARA ALVES LIMA**, servidora comissionada no cargo de ENCARREGADO DE SERVIÇO I,registrada sob o n° 113631, para **responder pelas demandas administrativas do cargo de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO E AÇÕES DE SAÚDE**, simbologia DAI-I, nos termos da Lei 2.432/2005 de 21/11/2005, fazendo jus ao recebimento proporcional dos dias trabalhados, do valor do cargo e comissão de 35% (trinta e cinco por cento) sobre os vencimentos da função, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei 2.099/2003 de 29/12/2003, enquanto a titular do cargo a senhora ELAYNE MENDES DE MATOS, registrada sob o n° 001510, estiver em usufruto de férias, durante o **período de 22/04/2025 à 01/05/2025, totalizando 10 (dez) dias**.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 521 DE 10DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.563/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

RESOLVE

Art. 1° REVOGAR a Portarian° 1549 de 08 de Outubro de 2024 que designou a servidora **RAFAELA GOMES DOS SANTOS**, para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR DE CULTURA**, efetiva no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO II**,registrada sob nº 111717, admitida em 23/12/2022 e lotada no Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, voltando a exercer as atribuições do seu cargo de provimento efetivo.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 09/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; WELINGTON MACHADO RONDON, Secretário Municipal de Cultura e Turismo; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 635 DE 28 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o artigo 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 “Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor estável fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, a ser gozada com a remuneração do cargo, pago nos meses de licença”;

CONSIDERANDO o Protocolo Servidor n° 11.289/2025/1Doc;

CONSIDERANDOo Termo de Constatação n° 100/DGPP/SEMEC/2023 e Decisão n° 292/GS/SEMEC/2023;

CONSIDERANDO o Parecer n° 225/PGM/2021 quanto as remunerações e vencimentos;

RESOLVE

Art. 1° CONCEDERao servidor **VALDIR JOAQUIM DE SOUZA**, efetivo no cargo de **VIGIA**, admitido em 16/05/2002, registrado sob o n° 001833 e lotado na Secretaria Municipal de Educação, **Licença-prêmio por Assiduidade,** correspondente ao quinquênio de **16/05/2012 a 15/05/2017**, nos termos do §2 do artigo 103 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de:

Período Aquisitivo	Usufruto	Descrição
16/05/2012 a 15/05/2017	10/02/2025 a 11/03/2025	30 (trinta) dias Pago na referência 04/2025 de 01/04/2025 a 30/04/2025
	12/03/2025 a 10/04/2025	30 (trinta) dias Pago na referência 05/2025 de 01/05/2025 a 31/05/2025
	11/04/2025 a 10/05/2025	30 (trinta) dias Pago na referência 06/2025 de 01/06/2025 a 30/06/2025

Art. 2º SUSPENDER o Adicional de Periculosidade de 30% concedido mediante Portaria nº 1286 de 19/08/2024, durante o período de usufruto da Licença–prêmio.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

Profº. VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES

Secretário Municipal de Educação

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE TERMO DE DISTRATO ESTAGIÁRIOS – ABRIL/2025

EXTRATO DE TERMO DE DISTRATO ESTAGIÁRIOS – ABRIL/2025 – PELOS ORDENADORES DE DESPESAS DAS RESPECTIVAS SECRETARIAS ABAIXO

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 045/2025**, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA CILANE DE BRITO.

Objeto: Rescindir a partir de 01/04/2025 o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado de nº 095/2024 de 21/03/2024.

Justificativa: Conforme previsto na cláusula 14.c – O estágio findar-se-á com a conclusão ou interrupção do curso, ou desligamento do Instituto Tayano de Educação-ME. O presente serve para rescindir o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 095/2024, firmado em 21/03/2024, na vaga de estágio 1390 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: Pedagogia, solicitação conforme Memorando 9.580/2025

Data do distrato: 01/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES; CILANE DE BRITO; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MONICA DEBO.

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 046/2025**, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA CLAUDINEIA DOS SANTOS OLIVEIRA.

Objeto: Rescindir a partir de 01/04/2025 o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado de nº 287/2024 de 15/10/2024.

Justificativa: Conforme previsto na **cláusula** 13.1.4 – A pedido do estagiário com antecedência mínima de 5(cinco) dias mediante protocolo. O presente serve para rescindir o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 0287/2024, firmado em 15/10/2024, na vaga de estágio 1390 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: Pedagogia, solicitação conforme Memorando 3. 342/2025

Data do distrato: 01/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES; CLAUDINEIA DOS SANTOS OLIVEIRA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MONICA DEBO.

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 047/2025**, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT E A ESTAGIÁRIA JESSICA NASCIMENTO DE LIMA.

Objeto: Rescindir a partir de 01/04/2025 o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado de nº 216/2024 de 06/06/2024.

Justificativa: Conforme previsto na cláusula 13.1.2 – A qualquer tempo, no interesse e conveniência da administração. O presente serve para rescindir o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 0216/2024, firmado em 06/06/2024, na vaga de estágio 1390 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: Arquitetura, solicitação conforme Memorando 10.072/2025

Data do distrato: 01/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; VERA LUCIA DA ROCHA MAQUÊA; ADÃO LEITE FILHO; JESSICA NASCIMENTO DE LIMA; YASMIM AISHA AYABE PEREIRA; LEIDY ANNE DA SILVA POHU.

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 048/2025,** QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A UNIC EDUCACIONAL LTDA E A ESTAGIÁRIA CRISTIANE SILVA PORTILHO VILA NOVA.

Objeto: Rescindir a partir de 01/04/2025 o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado de nº 027/2024 de 22/03/2024.

Justificativa: Conforme previsto na cláusula 14.c) – Conclusão ou interrupção do curso ou desligamento da UNIC EDUCACIONAL LTDA (FACULDADE ANHANGUERA DE TANGARÁ DA SERRA). O presente serve para rescindir o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 027/2024, firmado em 22/03/2024, na vaga de estágio 1390 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: Pedagogia, solicitação conforme Protocolo Servidor 3.140/2025.

Data do distrato: 01/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MANOEL APARECIDO FURQUIN; VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES; CRISTIANE SILVA PORTILHO VILA NOVA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MONICA DEBO.

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 049/2025**, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT E O ESTAGIÁRIO RYANN EDSON NOEL FERRARI DA SILVA.

Objeto: Rescindir a partir de 04/04/2025 o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado de nº 0188/2024 de 21/05/2024.

Justificativa: Conforme previsto nas cláusulas, 13.1.2) A qualquer tempo, no interesse e conveniência da administração; o presente serve para rescindir **o** Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 0188/2024, firmado em 21/05/2024, na vaga de estágio 1391 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: ENGENHARIA CIVIL, solicitação conforme Memorando 10.449/2025.

Data do distrato: 03/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; VERA LUCIA DA ROCHA MAQUÊA; ADÃO LEITE FILHO; RYANN EDSON NOEL FERRARI DA SILVA; ELISEU CUNHA GONÇALVES; LEIDY ANNE DA SILVA POUH.

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 050/2025**, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT E O ESTAGIÁRIO HENRIQUE HAMANN SEIDLER.

Objeto: Rescindir a partir de 02/04/2025 o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado de nº 0152/2024 de 01/04/2024.

Justificativa: Conforme previsto nas cláusulas, 13.1.2) A qualquer tempo, no interesse e conveniência da administração; o presente serve para rescindir o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 0152/2024, firmado em 01/04/2024, na vaga de estágio 1391 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: DIREITO, solicitação conforme Memorando 10.439/2025.

Data do distrato: 03/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; VERA LUCIA DA ROCHA MAQUÊA; PEDRO MENDES FERREIRA;HENRIQUE HAMANN SEIDLER; ERIKO SANDRO SUARES; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA.

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 051/2025**, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA KAREN LARISSA DOS REIS.

Objeto: Rescindir a partir de 01/04/2025, o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado de nº 021/2025 de 05/03/2025.

Justificativa: Conforme previsto na cláusula 13.1.4) – A Pedido do estagiário com antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes da ocorrência, o presente serve para rescindir o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 021/2025, firmado em 05/03/2025, na vaga de estágio 1438 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: ED. FÍSICA, solicitação conforme Protocolo Servidor nº 3.608/2025.

Data do distrato: 07/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES; KAREN LARISSA DOS REIS; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MONICA DEBO.

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 052/2025,** QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA JULIANA APARECIDA DA SILVA.

Objeto: Rescindir a partir de 01/04/2025 o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado de nº 0204/2024 de 03/06/2024.

Justificativa: Conforme previsto na cláusula 13.1.4 – A pedido do estagiário com antecedência mínima de 5(cinco) dias mediante protocolo. O presente serve para rescindir o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 0204/2024, firmado em 03/06/2024, na vaga de estágio 1390 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: Pedagogia, solicitação conforme Memorando 11. 615/2025.

Data do distrato: 07/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES; JULIANA APARECIDA DA SILVA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MONICA DEBO.

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 053/2025**, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA GLEYCE DA SILVA TRINDADE MELO.

Objeto: Rescindir a partir de 01/04/2025 o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado de nº 0219/2024 de 28/06/2024.

Justificativa: Conforme previsto na cláusula 13.1.4 – A pedido do estagiário com antecedência mínima de 5(cinco) dias mediante protocolo. O presente serve para rescindir o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 0219/2024, firmado em 28/06/2024, na vaga de estágio 1390 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: Pedagogia, solicitação conforme Memorando 3. 800/2025.

Data do distrato: 08/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES; GLEYCE DA SILVA TRINDADE MELO; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MONICA DEBO.

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 054/2025**, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA SABRINA VITÓRIA DO NASCIMENTO COTRIM.

Objeto: Rescindir a partir de 07/04/2025 o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado de nº 013/2024 de 17/02/2024.

Justificativa: Conforme previsto na cláusula 13.1.4 – A pedido do estagiário com antecedência mínima de 5(cinco) dias mediante protocolo. O presente serve para rescindir o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 013/2024, firmado em 17/02/2024, na vaga de estágio 1390 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: EDUCAÇÃO FÍSICA, solicitação conforme Memorando 3.805/2025.

Data do distrato: 08/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES; SABRINA VITÓRIA DO NASCIMENTO COTRIM; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MONICA DEBO.

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 055/2025,** QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT E A ESTAGIÁRIA CÍCERA GEISISLANY GOMES MANGUEIRA DANTAS.

Objeto: Rescindir a partir de 01/04/2025 o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado de nº 0143/2024 de 01/04/2024.

Justificativa: Conforme previsto nas cláusulas, 13.1.4) A pedido do estagiário com antecedência mínima de 05 (cinco) dias mediante protocolo; o presente serve para rescindir o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 0143/2024, firmado em 01/04/2024, na vaga de estágio 1391 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: CIÊNCIAS CONTÁBEIS, solicitação conforme Protocolo 3.907/2025.

Data do distrato: 14/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; VERA LUCIA DA ROCHA MAQUÊA; LAURA PEREIRA; CÍCERA GEISISLANY GOMES MANGUEIRA DANTAS; RODRIGO GONÇALVES; ROGÉRIO DO NASCIMENTO LACERDA.

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 056/2025**, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT E A ESTAGIÁRIA GABRIELY MENDES RIZZI.

Objeto: Rescindir a partir de 12/04/2025 o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado denº 0298/2024 de 04/11/2024.

Justificativa: Conforme previsto nas cláusulas, 13.1.4) A pedido do estagiário com antecedência mínima de 05 (cinco) dias mediante protocolo; o presente serve para rescindir o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 0298/2024, firmado em 04/11/2024, na vaga de estágio 1391 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: DIREITO, solicitação conforme Proc. Administrativo 9.529/2024.

Data do distrato: 14/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; VERA LUCIA DA ROCHA MAQUÊA; MARCELO DOS SANTOS FERRO; GABRIELY MENDES RIZZI; MARIA CILENE ROSENDO ALVES; LUCIVANY ROCHA BEZERRA.

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 057/2025**, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT E O ESTAGIÁRIO DAVID PEREIRA DE OLIVEIRA.

Objeto: Rescindir a partir de 01/04/2025 o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado de nº 057/2025 de 19/03/2025.

Justificativa: Conforme previsto nas cláusulas, 13.1.2) A qualquer tempo, no interesse e conveniência da administração; o presente serve para rescindir o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 057/2025, firmado em 19/03/2025, na vaga de estágio 1391 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRAÇÃO, solicitação conforme MEMORANDO 11.527/2025.

Data do distrato: 15/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; VERA LÚCIA DA ROCHA MAQUÊA; MAGNO CÉSAR FERREIRA; DAVID PEREIRA DE OLIVEIRA; LARIELLI CIRILO TEIXEIRA; SILVIA REGINA BERNARDO PORTA.

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 058/2025**, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT E O ESTAGIÁRIO JESSE KALEBE SOARES ANDRADE.

Objeto: Rescindir a partir de 16/04/2025 o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado de nº 044/2025 de 14/03/2025.

Justificativa: Conforme previsto nas cláusulas, 13.1.3) Pela conclusão ou interrupção do curso na instituição de ensino; o presente serve para rescindir o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 044/2025, firmado em 14/03/2024, na vaga de estágio 1391 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: DIREITO, solicitação conforme Proc. Administrativo 12.406/2025.

Data do distrato: 16/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; VERA LÚCIA DA ROCHA MAQUÊA; JESSE KALEBE SOARES ANDRADE; ERIKO SANDRO SUARES; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA.

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 059/2025**, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A UNIC EDUCACIONAL LTDA E A ESTAGIÁRIA NEIVA APARECIDA DOS SANTOS.

Objeto: Rescindir a partir de 22/04/2025 o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado de nº 0231/2024 de 28/07/2024.

Justificativa: Conforme previsto na cláusula 13.1.4) – A Pedido do estagiário com antecedência mínima de 05 (cinco) dias mediante protocolo. O presente serve para rescindir o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 0231/2024, firmado em 28/07/2024, na vaga de estágio 1390 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: Pedagogia, solicitação conforme Protocolo Servidor 4.376/2025.

Data do distrato: 23/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MANOEL APARECIDO FURQUIN; VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES; NEIVA APARECIDA DOS SANTOS; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MONICA DEBO.

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 060/2025,** QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA FABIANA SILVA SANTANA.

Objeto: Rescindir a partir de 10/04/2025 o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado de nº 0245/2024 de 05/07/2024.

Justificativa: Conforme previsto na cláusula 13.1.4 – A pedido do estagiário com antecedência mínima de 5(cinco) dias mediante protocolo. O presente serve para rescindir o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 0245/2024, firmado em 05/07/2024, na vaga de estágio 1390 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: Pedagogia, solicitação conforme Protocolo 13.956/2025.

Data do distrato: 24/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES; FABIANA SILVA SANTANA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MONICA DEBO.

TERMO DE DISTRATO DE ESTÁGIO REMUNERADO **Nº 061/2025,** QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA WANESSA RAIELY SILVA ALVES.

Objeto: Rescindir a partir de 17/04/2025 o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado de nº 0290/2024 de 15/10/2024.

Justificativa: Conforme previsto na cláusula 13.1.5) – Pelo não comparecimento à unidade onde se realiza o estágio, sem motivo justificado, por 3 (três) dias consecutivos ou 5 (cinco) dias intercalados, no período de um mês. O presente serve para rescindir o Termo de Compromisso de Estágio Remunerado nº 0290/2024, firmado em 15/10/2024, na vaga de estágio 1390 – ESTAGIÁRIO - ÁREA: Pedagogia, solicitação conforme Memorando 13.084/2025.

Data do distrato: 24/04/2025.

Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES; WANESSA RAIELY SILVA ALVES; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MONICA DEBO.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br

MARCELO DOS SANTOS FERRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

JOYCE KEILLY GONCALVES

CHEFE DE PESSOAL

LEANDRO ULTRAMARE QUEIROZ

AGENTE ADMINISTRATIVO II

DECRETO N.º 229, DE 28 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME, e dá outra providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 80, *caput* e inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Tangará da Serra, Mato Grosso.

CONSIDERANDO o teor do Memorando n.º 11.666/2025/1Doc que indica os membros para composição do Conselho Municipal de Educação;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 1410, de 14 de abril de 1998.

CONSIDERANDO a necessidade de nomear e dar posse ao Conselho Municipal para dar sequência aos trabalhos e atribuições delegadas nas questões do sistema municipal de Educação.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do **Conselho Municipal De Educação – CME**, para o biênio de 01/04/2025 a 01/04/2027, de conformidade com o § 2º do art. 2º da Lei n.º 1.410, de 14 de abril de 1998:

I - Um representante da Secretaria Municipal de Educação indicado pelo Prefeito Municipal:

a) Titular: Maria de Fátima Alves de Brito Oliveira

b) Suplente: Márcia Rufino Silva

II - Um representante dos Professores da Rede Municipal de Ensino:

a) Titular: Joeli do Socorro Aparecida Siqueira Milhorança

b) Suplente: Elisângela Lacerda da Silva

III - Um representante dos Diretores de Escolas Públicas Municipais:

a) Titular: Abner Alcântara dos Santos

b) Suplente: Rosana Mirian Santana

IV - Um representante do serviço de Supervisão e Coordenação Pedagógica da Rede Municipal de Ensino:

a) Titula: Everton Henrique de Souza

b) Suplente: Geni de Fátima Bilisnki

V - Um representante dos Servidores da Rede Municipal de Ensino:

a) Titular: Ana Cláudia Arantes Moura

b) Suplente: Fabiano Hilário Ramires

VI - Um representante dos Estabelecimentos Particulares de Educação Infantil:

a) Titular: Doralice Kochi Santos Silva

b) Suplente: Gisele de Assis Rossi

VII - Um representante de pais de alunos:

a) Titular: Eliane Quadri Andrade

b) Suplente: Adriana Cristina Bester

VIII - Dois representantes da Gestão do Sistema Municipal de Educação:

a) 1ª Titular: Nadir José Bariviera

b) Suplente: Sulineidy de Oliveira

c) 2ª Titular: Jaqueline Nunes Carvalho

d) Suplente: Waleska de Ungaro Duarte

IX - Um representante da Educação do Campo:

a) Titular: Eduarda Carvalho Camargo

b) Suplente: Cláudio José Alves

X - Um representante da Educação Indígena do Município:

a) Titular: Nilce Zonizokemairô

b) Suplente: Claudemiro Zanoizokaise

XI - Um representante da Rede Estadual de Ensino:

a) Titular Cintia de Sousa

b) Suplente Grace Vilarinho Nobre

XII - Um representante da UNEMAT - Campus Tangará da Serra:

a) Titular Geni Conceição Figueiredo Zacarkim

b) Suplente Hugo Leonardo Moreno dos Santos

XIII - Um representante da APAE e ADATA:

a) Titular Marli de Fátima da Silva

b) Suplente Inês Fátima Tramontina

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos as 01 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 28 de abril de 2025, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL DE ESTAGIO REALIZADO EM ABRIL DE 2025

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL DE ESTAGIO REALIZADO EM ABRIL DE 2025, PELO ORDENADOR DE DESPESAS DAS RESPECTIVAS SECRETARIAS ABAIXO.

TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL **Nº 0123/2025** REFERENTE AO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO Nº 046/2024.

CELEBRAÇÃO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO e a estagiária LEYDIANE SANTOS DE SOUSA ALVES.

OBJETO: O presente Termo Aditivo refere-se ao Termo de Contrato de Estágio Remunerado nº 046/2024, na vaga de Estágio de 1390 – ESTAGIÁRIO – ÁREA: PEDAGOGIA, na SEMEC, com jornada de Estágio de 30 (trinta) horas semanais, firmado no dia 01/04/2024, tem por finalidade prorrogar o Termo de Compromisso de Estágio e proporcionar Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos da Lei Municipal 4.123/2013, estabelecendo a relação jurídica especial de estágio remunerado, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

VIGÊNCIA: Prorrogar a Vigência do Termo de Compromisso de Estágio nº. 046/2024, com a vigência prevista de 01/04/2025, por mais 06 (seis) meses, ficando até o dia 30/09/2025, nos termos do art. 5º da Lei Municipal 4.123/2013 e conforme o Memorando nº 8.401/2025 da Secretaria Municipal de Educação, podendo ser rescindido conforme cláusula 14, prevista no Termo de Compromisso do Estágio nº 046/2024.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas, A título de Bolsa-auxílio R$ 1.021,00 (um mil e vinte e um reais), Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos); Durante a vigência do presente Aditivo do Termo do Compromisso de Estágio, o Estagiário estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982.000526082 da Companhia de Seguro PORTO SEGURO CIA DE SEGURO GERAIS 05886.

DOTAÇÃO: 2.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000-Ficha: 1002185 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022818. 02.02.05.12.365.0030.2212 - Ges-

tão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000-Ficha: 1002186 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022818.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME JESU PIMENTA DE SOUZA, sob a supervisão da Sra. LUZIA GONÇALVES RAMOS DE OLIVEIRA ocupante do cargo de Diretora de escola.

JUSTIFICATIVA: O presente Termo Aditivo de prorrogação justifica-se, com a oportunidade de ofertar campo de Estágio voltada na área acadêmica do Estagiário, visando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular proporcionado experiência prática e objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO;VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES; LEYDIANE SANTOS DE SOUSA ALVES; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MONICA DEBO.

TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL **Nº 0124/2025** REFERENTE AO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO Nº 0276/2024.

CELEBRAÇÃO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO e a estagiária ELOISA PEREIRA DOS SANTOS.

OBJETO: O presente Termo Aditivo refere-se ao Termo de Contrato de Estágio Remunerado nº 0276/2024, na vaga de Estágio de 1390 – ESTAGIÁRIO – ÁREA: PEDAGOGIA, na SEMEC, com jornada de Estágio de 30 (trinta) horas semanais, firmado no dia 01/10/2024, tem por finalidade prorrogar o Termo de Compromisso de Estágio e proporcionar Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos da Lei Municipal 4.123/2013, estabelecendo a relação jurídica especial de estágio remunerado, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

VIGÊNCIA: Prorrogar a Vigência do Termo de Compromisso de Estágio nº. 0276/2024, com a vigência prevista de 31/03/2025, por mais 06 (seis) meses, ficando até o dia 29/09/2025, nos termos do art. 5º da Lei Municipal 4.123/2013 e conforme o Memorando nº 8.401/2025 da Secretaria Municipal de Educação, podendo ser rescindido conforme cláusula 14, prevista no Termo de Compromisso do Estágio nº 0276/2024.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas, A título de Bolsa-auxílio R$ 1.021,00 (um mil e vinte e um reais), Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos); Durante a vigência do presente Aditivo do Termo do Compromisso de Estágio, o Estagiário estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982.000526082 da Companhia de Seguro PORTO SEGURO CIA DE SEGURO GERAIS 05886.

DOTAÇÃO: 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000-Ficha: 1002185 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022818. 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000-Ficha: 1002186 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022818.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME IRMÃ MARIS STELLA, sob a supervisão da Sra. MARGARETE AMORIM CARDOSO BECKER, ocupante do cargo de Diretora de escola.

JUSTIFICATIVA: O presente Termo Aditivo de prorrogação justifica-se, com a oportunidade de ofertar campo de Estágio voltada na área acadêmica do Estagiário, visando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular proporcionado experiência prática e objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO;VAGNER CONSTANTINO GUIMARÃES; ELOISA PEREIRA DOS SANTOS; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MONICA DEBO.

TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL **Nº 0125/2025** REFERENTE AO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO Nº 001/2025.

CELEBRAÇÃO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT e o estagiário GABRIEL DA SILVA CHAVES.

OBJETO: O presente Termo Aditivo refere-se ao Termo de Contrato de Estágio Remunerado nº 001/2025, na vaga de Estágio de 1386 – ESTAGIÁRIO – ÁREA: DIREITO, no DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, com jornada de Estágio de 20 (vinte) horas semanais, firmado no dia 03/02/2025, Termo de Compromisso de Estágio e proporcionar Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos da Lei Municipal 4.123/2013, estabelecendo a relação jurídica especial de estágio remunerado, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

VIGÊNCIA: Relotar o estagiário da Secretaria de Administração para o Gabinete – Local de Trabalho Procuradoria-Geral do Município, a partir do dia 02/04/2025, mantendo a carga horária de 20 horas semanais e o período de vigência até 04/08/2025, nos termos do art. 5º da Lei Municipal 4.123/2013 e conforme Memorando 10.629/2025 da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, podendo ser rescindido conforme cláusula 13, prevista no Termo de Compromisso do Estágio nº 001/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 20 horas, A título de Bolsa-auxílio R$ 788,96 (setecentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos), Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos); Durante a vigência do presente Aditivo do Termo do Compromisso de Estágio, o Estagiário estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 07.0982.56744.001 da Companhia de Seguro MBM SEGURADORA S.A.

DOTAÇÃO: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA – 0201 – GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS – 020104 – PROCURADORIA MUNICIPAL – 0002 – GESTÃO HUMANIZADA E EFICIENTE – 2104 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES – 2 Judiciária – FICHA: 86 3.390.36.00-1.1.501.000000-000 000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA – FICHA: 10022276 3.3.90.49.00-1.1.501.000000-000 000 AUXÍLIO TRANSPORTE.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado na Procuradoria-Geral Municipal – Gabinete do Prefeito e, por supervisor do COMPROMISSÁRIO a Sr. Eriko Sandro Suares ocupante do cargo de Procurador do Município, lotado no GABINETE DO PREFEITO.

JUSTIFICATIVA: O presente Termo Aditivo de prorrogação justifica-se, com a oportunidade de ofertar campo de Estágio voltada na área acadêmica do Estagiário, visando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular proporcionado experiência prática e objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON;VERA LUCIA DA ROCHA MAQUÊA;PEDRO MENDES FERREIRA; GABRIEL DA SILVA CHAVES; ERIKO SANDRO SUARES; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA.

TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL **Nº 0126/2025** REFERENTE AO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO Nº 040/2025.

CELEBRAÇÃO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT e a estagiária REGIANE PIRES DA CRUZ.

OBJETO: O presente Termo Aditivo refere-se ao Termo de Contrato de Estágio Remunerado nº 040/2025, na vaga de Estágio de 1386 – ESTAGIÁRIO – ÁREA: DIREITO, no GABINETE DO PREFEITO – Local de Trabalho Procuradoria-Geral do Município, com jornada de Estágio de 20 (vinte) horas semanais, firmado no dia 11/03/2025, Termo de Compromisso de Estágio e proporcionar Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos da Lei Municipal 4.123/2013, estabelecendo a relação jurídica especial de estágio remunerado, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

VIGÊNCIA: Alterar carga horaria de 20 horas semanais para 30 horas semanais, passando a laborar de segunda a sexta das 07h às 13h a partir de 11/04/2025, mantendo o período de vigência até 11/09/2025 nos termos do art. 5º da Lei Municipal 4.123/2013 e conforme Memorando 12.045/2025 do GABINETE – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, podendo ser rescindido conforme cláusula 13, prevista no Termo de Compromisso do Estágio nº 040/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas, A título de Bolsa-auxílio R$ 1.021,00 (um mil e vinte e um reais), Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos); Durante a vigência do presente Aditivo do Termo do Compromisso de Estágio, o Estagiário estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 07.0982.56744.001 da Companhia de Seguro MBM SEGURADORA S.A.

DOTAÇÃO: 01 Gestão do Gabinete do Prefeito-04 Procuradoria Municipal 02 Judiciária 092 Representação Judicial e Extrajudicial 0002 Gestão Humanizada e Eficiente 2104 Procuradoria-Geral do Município 3.3.90.36.00 – 1.1.501.000000-000 0 00 – Ficha 86 – outros serviços de pessoa física e 3.3.90.49.00 1.1.500.000000-000 0 00 – Ficha 1002276 – Auxílio-transporte.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado na Procuradoria-Geral Municipal – Gabinete do Prefeito e, por supervisor do COMPROMISSÁRIO a Sr. Eriko Sandro Suares ocupante do cargo de Procurador do Município, lotado no GABINETE DO PREFEITO.

JUSTIFICATIVA: O presente Termo Aditivo de prorrogação justifica-se, com a oportunidade de ofertar campo de Estágio voltada na área acadêmica do Estagiário, visando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular proporcionado experiência prática e objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON;VERA LUCIA DA ROCHA MAQUÊA;PEDRO MENDES FERREIRA; REGIANE PIRES DA CRUZ; ERIKO SANDRO SUARES; JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA.

TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL **Nº 0127/2025** REFERENTE AO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO Nº 027/2025.

CELEBRAÇÃO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO, e a estagiária ALTENIZA RIBEIRO DA SILVA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo refere-se ao Termo de Contrato de Estágio Remunerado nº 027/2025, na vaga de Estágio de 1385 – ESTAGIARIO – AREA: ADMINISTRAÇÃO, na CENTRAL DE REGULAÇÃO, com jornada de Estágio de 30 (trinta) horas semanais, firmado no dia 04/03/2025, Termo de Compromisso de Estágio e proporcionar Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos da Lei Municipal 4.123/2013, estabelecendo a relação jurídica especial de estágio remunerado, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

VIGÊNCIA: Alterar o local de trabalho da Central de Regulação para o Transporte Saúde, a partir do dia 04/03/2025, mantendo a carga horária de 30 horas semanais e o período de vigência até 04/09/2025, nos termos do art. 5º da Lei Municipal 4.123/2013 e conforme Memorando 3.001/2025 da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, podendo ser rescindido conforme cláusula 13, prevista no Termo de Compromisso do Estágio nº 027/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas, A título de Bolsa-auxílio R$ 1.021,00 (um mil e vinte e um reais), Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos); Durante a vigência do presente Aditivo do Termo do Compromisso de Estágio, o Estagiário estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982.00.67.199.655-1 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 12/09/2024 a 12/09/2025.

DOTAÇÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-10 – SAÚDE-122 – Administração Geral – 0014 – GESTÃO DO SUS-2301 – GESTÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE – UNIDADE: 033299 – GESTÃO DE AÇÕES DE SAÚDE ESTAGIÁRIO F 1.500.100200.030.000-FICHA 2760 – 3.3.90.36 1.500.100200.030.000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS.- FICHA 2761 – 3.3.90.49 1.500.100200.030.000 – AUXILIO TRANSPORTE.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no Transporte Saúde – Secretaria Municipal de Saúde e, por supervisor do COMPROMISSÁRIO a Sra. Celia Regina de Jesus Ribeiro ocupante do cargo de Coordenador da Frota e Transporte da Saúde, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

JUSTIFICATIVA: O presente Termo Aditivo de prorrogação justifica-se, com a oportunidade de ofertar campo de Estágio voltada na área acadêmica do Estagiário, visando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular proporcionado experiência prática e objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO;ANGELA XAVIER BELIZARIO; ALTENIZA RIBEIRO DA SILVA;CELIA REGINA DE JESUS RIBEIRO; DENILSON BARBOSA DOS SANTOS.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br

MARCELO DOS SANTOS FERRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

JOYCE KEILLY GONCALVES

CHEFE DE PESSOAL

LEANDRO ULTRAMARE QUEIROZ

AGENTE ADMINISTRATIVO II

AVISO DE ABERTURA DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DE VALOR - Nº 049/2025.

Departamento de Compras torna público que, por determinação da Secretaria Municipal de Administração - SAD, através do Secretário o Sr. Marcelo Dos Santos Ferro, no uso de suas atribuições legais.

Informa **Abertura do Procedimento Administrativo na modalidade de Dispensa de Licitação em Razão de Valor nº 049/COMPRAS/SAD/2025**

cujo o objeto: AQUISIÇÃO DE FRIGOBAR PRETO DE 67 A 71 LITROS PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Critério de Julgamento: MENOR VALOR UNITÁRIO.

Estando disponível para mais informações, Aviso de Abertura e Termo de Referência, no sitio eletrônico do Município.

O fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021, Parecer Jurídico Referencial n.º 085/PGM/2024, Decreto Municipal n.º 110, de 31 de Março de 2023 – Regulamenta Lei Fed. 14.133/2021 nos Artº. 135 ao 139.

Tangará da Serra – MT, 29 de Abril de 2025. Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compra.

EXTRATO DE PORTARIAS DE PESSOAL – 522 À 577 – REALIZADAS EM ABRIL DE 2025 E AUTORIZADAS PELOS ORDENADORES DE DESPESAS DAS RESPECTIVAS SECRETARIAS ABAIXO – PARTE 2

PORTARIA N° 522DE 10 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.563/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR a senhora **RAFAELA GOMES DOS SANTOS**, servidora efetiva no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, registro nº 111717, admitida em 23/12/2022 e lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, para exercer o cargo comissionado de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CULTURA**, símbolo DAI – I, de acordo com a Lei Ordinária 6.795/2025 de 07/04/2025, **fazendo jus a comissão de cargo de 35%** (trinta e cinco por cento), conforme Art. 40 § 2º da Lei Municipal nº. 2.099/2003 de 29/12/2003, com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo 09/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; WELINGTON MACHADO RONDON, Secretário Municipal de Cultura e Turismo; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 523DE 10 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.563/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR a senhora **EDUARDA GARCIA**, servidora efetiva no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, registro nº 112037, admitida em 26/04/2023 e lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR DE PROJETOS E EVENTOS CULTURAIS**, símbolo DAI – II, de acordo com a Lei Ordinária 6.795/2025 de 07/04/2025, **fazendo jus a comissão de cargo de 35%** (trinta e cinco por cento), conforme Art. 40 § 2º da Lei Municipal nº. 2.099/2003 de 29/12/2003, com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo 09/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; WELINGTON MACHADO RONDON, Secretário Municipal de Cultura e Turismo; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 524 DE 11DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.563/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR em 10/04/2025 a senhora **THAIS LARA PINTO DE ARRUDA**, registrada sob o nº 113109, admitida em 11/04/2024, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, do cargo comissionado de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL E PARQUES**, nomeada mediante Portaria nº 587/2024 de 18 de Abril de 2024.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 10/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; VINICIUS LANÇONE DOS SANTOS, Secretário Municipal de Meio Ambiente; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 525 DE 11 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 11.563/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

RESOLVE

Art. 1° NOMEAR a partir desta data a senhora**THAIS LARA PINTO DE ARRUDA**, portadora do CPF nº 046……-.., para exercer o cargo comissionado de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TURISMO**,símbolo DAI – I, de acordo com a Lei Municipal nº 6.795/2025, de 07/04/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse a senhora **THAIS LARA PINTO DE ARRUDA**, portadora do CPF nº 046……-.., para exercer o cargo comissionado de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TURISMO**,símbolo DAI – I, de acordo com a Lei Municipal nº 6.795/2025, de 07/04/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeada mediante Portaria n° 525/2025, a qual, declarada Empossada, **com início do exercício em 11/04/2025**, comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo de **Chefe do Departamento de Turismo**.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; WELINGTON MACHADO RONDON, Secretário Municipal de Cultura e Turismo; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; THAIS LARA PINTO DE ARRUDA, Chefe do Departamento de Turismo.

PORTARIA N° 526 DE 11 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 11.563/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

RESOLVE

Art. 1° NOMEAR a partir de 10/04/2025 o senhor**GABRIEL DONATO**, portador do CPF nº 046……-.., para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR DE TURISMO**,símbolo DAI – II, de acordo com a Lei Municipal nº 5.266/2019, de 23/12/2019, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 10/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse ao senhor**GABRIEL DONATO**, portador do CPF nº 046……-.., para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR DE TURISMO**,símbolo DAI – II, de acordo com a Lei Municipal nº 5.266/2019, de 23/12/2019, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeado mediante Portaria n°

526/2025, o qual, declarado Empossado, **com início do exercício em 10/04/2025**, comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo de **Coordenador de Turismo**.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; WELINGTON MACHADO RONDON, Secretário Municipal de Cultura e Turismo; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; GABRIEL DONATO,Coordenador de Turismo.

PORTARIA N° 527 DE 11 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 11.584/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR a partir desta data o senhor**EDUARDO SOMMER DUTRA**, portador do CPF nº 016……-.., para exercer o cargo comissionado de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL E PARQUES**, símbolo DAI – I de acordo com a Lei nº 5.650/2022 de 03/02/2022, **com comissão de 35% (trinta e cinco por cento)** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei 2.099/2003 de 29/12/2003, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede posse ao senhor**EDUARDO SOMMER DUTRA**, portador do CPF nº 016……-.., para exercer o cargo comissionado de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL E PARQUES**, símbolo DAI – I de acordo com a Lei nº 5.650/2022 de 03/02/2022, **com comissão de 35% (trinta e cinco por cento)** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei 2.099/2003 de 29/12/2003, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeado mediante Portaria nº 527/2025, o qual, declarado Empossado, **com início do exercício em 11/04/2025**, comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo de **Chefe do Departamento de Gestão Ambiental e Parques**.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; VINICIUS LANÇONE DOS SANTOS, Secretário Municipal de Meio Ambiente; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; EDUARDO SOMMER DUTRA, Chefe do Departamento de Gestão Ambiental e Parques.

PORTARIA N° 528 DE 11 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o artigo 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 “Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor estável fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, a ser gozada com a remuneração do cargo, pago nos meses de licença”;

CONSIDERANDO o Memorando n° 8.266/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDOo Termo de Constatação n° 083/RH/SAÚDE/2024 e Decisão n° 083/RH/SMS/2024;

CONSIDERANDO o Parecer n° 225/PGM/2021 quanto as remunerações e vencimentos;

RESOLVE

Art. 1° CONCEDERa servidora **ADILA MATANA FRANCA**, efetiva no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO II**, admitida em 20/06/2014, registrada sob o n° 103550 e lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **Licença-prêmio por Assiduidade,** correspondente ao quinquênio de **20/06/2019 a 19/08/2024**, nos termos do §2 do artigo 103 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de:

Período Aquisitivo	Usufruto	Descrição
20/06/2019 a 19/08/2024	01/04/2025 a 30/04/2025	1 (um) mês
	04/08/2025 a 02/09/2025	30 (trinta) dias
	06/01/2026 a 04/02/2026	30 (trinta) dias

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 529 DE 11 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o artigo 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 "Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor estável fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, a ser gozada com a remuneração do cargo, pago nos meses de licença";

CONSIDERANDO o Memorando n° 9.817/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDOo Termo de Constatação n° 061/RH/SAÚDE/2024 e Decisão n° 061/RH/SMS/2024;

CONSIDERANDO o Parecer n° 225/PGM/2021 quanto as remunerações e vencimentos;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDERa servidora **MARCIA DE SOUZA BERIGO DO NASCIMENTO**, efetiva no cargo de **AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL**, admitida em 17/05/2011, registrada sob o n° 101351 e lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **Licença-prêmio por Assiduidade,** correspondente ao quinquênio de **17/05/2011 a 16/05/2016**, nos termos do §2 do artigo 103 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de:

Período Aquisitivo	Usufruto	Descrição
17/05/2011 a 16/05/2016	22/04/2025 a 21/05/2025	30 (trinta) dias
	25/11/2025 a 24/12/2025	30 (trinta) dias
	04/01/2027 a 02/02/2027	30 (trinta) dias

Art. 2º SUSPENDER o Adicional de Insalubridade de 30% concedido mediante Portaria nº 1284 de 19/08/2024, durante o período de usufruto da Licença–prêmio.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 530 DE 11 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o artigo 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 "Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor estável fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, a ser gozada com a remuneração do cargo, pago nos meses de licença";

CONSIDERANDO o Processo Administrativo n° 2.618/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDOo Termo de Constatação n° 012/DGPP/2025 e Decisão n° 030/GS/SEMEC/2025;

CONSIDERANDO o Parecer n° 225/PGM/2021 quanto as remunerações e vencimentos;

RESOLVE

Art. 1° CONCEDERao servidor **HANILTON GONCALVES DOS SANTOS**, efetivo no cargo de **VIGIA**, admitido em 05/05/2003, registrado sob o n° 002551 e lotado na Secretaria Municipal de Educação, **Licença-prêmio por Assiduidade,** correspondente ao quinquênio de **05/05/2013 a 04/05/2018**, nos termos do §2 do artigo 103 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de:

Período Aquisitivo	Usufruto	Descrição
05/05/2013 a 04/05/2018	01/04/2025 a 30/06/2025	3 (três) meses

Art. 2º SUSPENDER o Adicional de Periculosidade de 30% concedido mediante Portaria nº 1286 de 19/08/2024, durante o período de usufruto da Licença–prêmio.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 531 DE 11 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 268/2022 de 25 de Fevereiro de 2022;

CONSIDERANDO o Atestado Médico protocolado pela servidora sob o n° 3.904/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1° CONCEDERa senhora **GECIANE ARAÚJO DOS SANTOS**, servidora efetiva no cargo de ASSISTENTE SOCIAL – 30 HORAS, registrada sob n° 108717, admitida em 18/03/2020 e lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, **Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias**, nos termos do artigo 92, da Lei Complementar n° 268 de 25 de fevereiro de 2022, conforme atestado médico fornecido pela Dra. Ana Julia Almeida, CRM-MT 6009, **no período de 07/04/2025 a 03/10/2025**.

Art. 2° Esta portaria possui efeito retroativo a 07/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48° Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCIA REGINA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOSO, Secretária Municipal de Assistência Social; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 532 DE 14 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 268/2022 de 25 de Fevereiro de 2022;

CONSIDERANDO o Atestado Médico protocolado pela servidora sob o n° 4.030/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1° CONCEDERa senhora **SCARLLET SANTOS FERREIRA BARBOZA**, servidora contratada no cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL – ADI/AEE ZONA URBANA, registrada sob n° 113572, admitida em 17/09/2024 e lotada na Secretaria Municipal de Educação, **Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias**, nos termos do artigo 92, da Lei Complementar n° 268 de 25 de fevereiro de 2022, conforme atestado médico fornecido pela Dra. Clarisse Hoffmam Tostes, CRM-MT 6581, **no período de 08/04/2025 a 04/10/2025**.

Art. 2° Esta portaria possui efeito retroativo a 08/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48° Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 533 DE 14DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o requerimento realizado pela servidora e protocolado sob o número 3.965/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1° EXONERAR a partir de 13/04/2025, a servidora **NEUZA DA SILVA SANTOS**, registrada sob o nº 103716, admitida em 08/10/2014, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, do cargo efetivo de RECEPCIONISTA, nomeada mediante ATO N° 215/GP/2014 de 10 de julho de 2014.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 13/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 534 DE 14 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o artigo 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 “Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor estável fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, a ser gozada com a remuneração do cargo, pago nos meses de licença”;

CONSIDERANDO o Protocolo Servidor n° 1.220/2025/1Doc;

CONSIDERANDOo Termo de Constatação n° 016/DGPP/2024 e Decisão n° 017/GS/SEMEC/2024;

CONSIDERANDO o Parecer n° 225/PGM/2021 quanto as remunerações e vencimentos;

RESOLVE

Art. 1° CONCEDERa servidora **MARLY HELENA DA SILVA MOTA**, efetiva no cargo de **AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS**, admitida em 02/05/2006, registrada sob o n° 004278 e lotada na Secretaria Municipal de Educação, **Licença-prêmio por Assiduidade,** correspondente ao quinquênio de **02/05/2016 a 04/01/2023**, nos termos do §2 do artigo 103 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de:

Período Aquisitivo	Usufruto	Descrição
02/05/2016 a 04/01/2023	01/04/2025 a 30/06/2025	3 (três) meses

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 535 DE 14 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o artigo 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 “Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor estável fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, a ser gozada com a remuneração do cargo, pago nos meses de licença”;

CONSIDERANDO o Protocolo Servidor n° 7.648/2024/1Doc;

CONSIDERANDOo Termo de Constatação n° 038/DGPP/2024 e Decisão n° 046/GS/SEMEC/2024;

CONSIDERANDO o Parecer n° 225/PGM/2021 quanto as remunerações e vencimentos;

RESOLVE

Art. 1° CONCEDERa servidora **SILVANA APARECIDA BARBOSA**, efetiva no cargo de **AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS**, admitida em 17/04/2012, registrada sob o n° 102155 e lotada na Secretaria Municipal de Educação, **Licença-prêmio por Assiduidade,** correspondente ao quinquênio de **17/04/2017 a 19/11/2023**, nos termos do §2 do artigo 103 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de:

Período Aquisitivo	Usufruto	Descrição
17/04/2017 a 19/11/2023	01/08/2024 a 31/08/2024	1 (um) mês Regularizado Pagamento na referência de 01/05/2025 a 31/05/2025
	01/04/2025 a 30/04/2025	1 (um) mês
	01/08/2025 a 31/08/2025	1 (um) mês

Art. 2º SUSPENDER o Adicional de Insalubridade de 30% concedido mediante Portaria nº 1286 de 19/08/2024, durante o período de usufruto da Licença–prêmio.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 536 DE 14 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO Instrução Normativa 001/2025 – SEMEC;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.651/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER horas-aula excedentes, conforme Atribuição de Aula aplicando a Instrução Normativa 001/2025 – SEMEC, Atribuição de Turmas e/ou Aulas – Ano Letivo 2025, realizado pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação aos professores efetivos relacionados a seguir:

Item	Registro	Nome	Cargo Atual	Lotação	Qtd. Total Horas Aulas Excedentes (MARÇO)	Qtd. Total Horas Aulas Excedentes (ABRIL)	Período de Concessão a partir de:
1	003986	ADELUCY APARECIDA DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 HORAS	CME IRMÃ MARIS STELLA	00	00	01/04/25
2	108031	ADRIANA DA SILVA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME IRACEMA CASAGRANDE	27	27	01/04/25
3	107512	ADRIANA DE OLIVEIRA TEODORO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME SEBASTIÃO RODRIGUES DOS SANTOS	27	27	01/04/25

4	111749	AGUEDA ALVES PINTO RIBEIRO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME JUCILEIDE PRAXEDES	13	13	01/04/25
5	107676	ALDA IRIS MORAIS DA SILVA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME TÂNIA ARANTES JUNQUEIRA	16	16	01/04/25
6	111933	ALDA SIMONE TENUTES	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME SILVIO PATERNEZ	19	19	01/04/25
7	112042	ALESSANDRA DA SILVA FONTES DAS CHAGAS	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME JUCILEIDE PRAXEDES	20	20	01/04/25
8	107664	ALICE FRANCISCA DA SILVA VECHI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CMEE ISOLD STORCK	13	13	01/04/25
9	107616	ALICE MARIA RODRIGUES SERAFINI	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON	19	19	01/04/25
10	107667	ALINE FONSECA DE SOUZA REIS	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME TÂNIA ARANTES JUNQUEIRA	19	19	01/04/25
11	112035	ALINE MENDES DE SOUZA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME LUIZ SIMÕES MATIAS	16	16	01/04/25
12	104562	ALZIRA FERREIRA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME ULISSES GUIMARÃES	13	13	01/04/25
13	109443	AMANDA JESUS AZEVEDO DOS REIS	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME DONA NENA	11	11	01/04/25
14	110680	ANA CAROLINA CARNEIRO DA SILVA GUIMARÃES	PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS E FINAIS- ED. FISICA - 30 HORAS	CME FÁBIO DINIZ JUNQUEIRA	11	11	01/04/25
15	109445	ANA CASSIA DA SILVA SOUZA	PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA- 30H	CME DOM BOSCO	13	13	01/04/25
16	**111484**	**ANA LUCIA DA SILVA LOPES ROSA**	**PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H**	**CME FÁBIO DINIZ JUNQUEIRA**	**01**	**00**	**01/04/25**
17	107649	ANA PAULA SANDIS DOS SANTOS	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CMEI LEONARDO CEZAR VENDRAME	27	27	01/04/25
18	110648	ANA PAULA SILVA APOLINARIO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME DONA NENA	16	16	01/04/25
19	109457	ANDRE LUIZ DE JESUS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 30H	CME DÉCIO BURALI, CME JOANA D'ARC	16	16	01/04/25
20	107621	ANDRE LUIZ LIMA	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - MATEMATICA - 30 HORAS	CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON	11	11	01/04/25
21	111186	ANDREA PATRICIA DE ALMEIDA RODRIGUES	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME LEONARDO CEZAR VENDRAME	27	27	01/04/25
22	111742	ANDREIA CRISTINA DE FREITAS CORDEIRO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CME DONA MARIQUINHA TAVARES	16	16	01/04/25
23	112040	ANE CAROLINE CARNEIRO DA SILVA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME TIA LINA	13	13	01/04/25
24	104667	ANGELA APARECIDA DE SOUZA CRUZ	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 HORAS	CME JESU PIMENTA	04	04	01/04/25
25	104569	ANGELICA DE FREITAS NUNES ROCHA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME SEBASTIÃO RODRIGUES	04	04	01/04/25
26	**110645**	**ANGELICA MASSAROLLI**	**PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - CIÊNCIAS 30 HS.**	**CM FAUSTO EUGÊNIO MASSON**	**02**	**01**	**01/04/25**
27	107507	BENEDITA MARIA DE BOMFIM E LIMA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME LUIZ SIMÕES MATIAS	11	11	01/04/25
28	**004012**	**BRAULIO VITA ZANSAVIO**	**PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS E FINAIS - ED. FISICA - 20 HORAS**	**CME ANTENOR SOARES**	**06**	**08**	**01/04/25**
29	111191	CASSIA FARIA LOBO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CME SILVIO PATERNEZ	16	16	01/04/25
30	**111080**	**CATIANE SCOTINI DO NASCIMENTO**	**PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H**	**CME AYRTON SENNA**	**00**	**07**	**1/4/2025**
31	110750	CENEA ALVES DE SENE	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	EM LAURA VIEIRA DE SOUZA	19	19	01/04/25
32	104662	CICERA CECILIA ALVES DOS SANTOS	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME DONA NENA	07	07	01/04/25
33	111051	CLAUDETE CARDOSO MOREIRA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME JESU PIMENTA DE SOUZA	27	27	01/04/25
34	002747	CLAUDETE VILELA	PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS E FINAIS - ED FISICA - 40H	CME SILVIO PATERNEZ	01	01	01/04/25
35	111942	CLAUDIA FREITAS BENTO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME JUCILEIDE PRAXEDES	13	13	01/04/25
36	104620	CLAUDIA REGINA DELARCOS	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME IRMÃ MARIS STELLA	04	04	01/04/25

37	107676	CLEIDE REGINA PEREIRA MATIAS	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME AYRTON SENNA	02	02	01/04/25
38	111999	CLEIDSON BERNARDINO RODRIGUES	PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS E FINAIS- ED. FISICA - 30 HORAS	CME TANIA ARANTES JUNQUEIRA	11	11	01/04/25
39	104584	CLEONICE PACHECO DA SILVA	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME AYRTON SENNA	09	09	01/04/25
40	**002758**	**CLEONILCE CRISTOFOLI BARIVIERA**	**PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS**	**CME JOSÉ NODARI**	**09**	**00**	**01/04/25**
41	109706	CRISTIANA APARECIDA DA SILVA MUNHAO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA	19	19	01/04/25
42	107675	CRISTIANA KAGUEIAMA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON	09	09	01/04/25
43	111765	CRISTIANA SABUGARIO FABRICIO THEODORO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME ERNESTO CHE GUEVARA / CME MARECHAL CANDIDO RONDON	16	16	01/04/25
44	109833	CRISTIANE BUENO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME JOÃO MARIA DO NASCIMENTO	27	27	01/04/25
45	003950	DANIELA NOGUEIRA LAMPERT DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CMEE ISOLD STORCK	08	08	01/04/25
46	107563	DESIDERI MARX TRAVESSINI	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME SÍLVIO PATERNEZ	19	19	01/04/25
47	001455	DINAMAR LEMOS DA SILVA DUARTE	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME GENTILA SUSIN MURARO	09	09	01/04/25
48	109836	DIONATA JACKSON GARCIA BRAGANÇA	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - MATEMATICA - 30 HORAS	CME FABIO DINIZ JUNQUEIRA	06	06	01/04/25
49	**107731**	**EDILAINE DE SOUZA VIANA**	**PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - CIENCIAS NATURAIS - 30H**	**CME DOM BOSCO**	**08**	**10**	**01/04/25**
50	**104668**	**EDILMA BESERRA DA SILVA COSTA**	**PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS**	**CME PROF. JOÃO MARIA DO NASCIMENTO FILHO**	**00**	**04**	**11/4/2025**
51	111740	EDLAYNE SOARES DA SILVA LIMA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON	16	16	01/04/25
52	002133	EDSON ALCIDES BATAGLIA HERRERO	PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS E FINAIS - ED FISICA - 40H	CME JOSÉ NODARI	01	01	01/04/25
53	107665	ELAINE CRISTINA GOMES GONÇALVES	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME CECÍLIA CAPUCHO	17	17	01/04/25
54	109449	ELAINE DE SOUZA RIBEIRO	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS- LINGUA PORT. E ESTRANG. - 30H	CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON	07	07	01/04/25
55	108711	ELENITA JANAINA MARTINS PEREIRA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME SEBASTIÃO RODRIGUES	13	13	01/04/25
56	107489	ELIANA LOPES DA SILVA SOARES	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME JUCILEIDE PRAXEDES	05	05	01/04/25
57	107638	ELIANE PEREIRA BACHESK	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME IRMÃ MARIS STELLA	27	27	01/04/25
58	110695	ELIEN DEBORA PEREIRA DA SILVA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME SILVIO PATERNEZ	19	19	01/04/25
59	107642	ELIZANGELA LACERDA DA SILVA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME AYRTON SENNA	19	19	01/04/25
60	103348	ELIZANIA MARIA VIEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA	07	07	01/04/25
61	107547	ENEIA ALVES LIFONSO PEREIRA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME IRMÃ MARIS STELLA	27	27	01/04/25
62	104588	ENY SANTOS OLIVEIRA HANAUER	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME JOSÉ NODARI	09	09	01/04/25
63	104670	ERCI GONCALVES DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME TIA LINA	17	17	01/04/25
64	110062	ESPEDITA MACEDO ALENCAR	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME LUIZ SIMÕES MATIAS	16	16	01/04/25
65	111939	EUTINA LEITE DA SILVA SANTIAGO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME GENTILA SUSIN MURARO	19	19	01/04/25
66	111773	EVANIR FERREIRA DA SILVA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME IRACEMA CASAGRANDE	27	27	01/04/25
67	103320	EVENIZE APARECIDA DIAS SAMPAIO	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME IRMÃ MARIS STELLA	17	17	01/04/25
68	107722	FABIANA FELIX DE LIMA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME AYRTON SENNA	26	26	01/04/25

69	111234	FABIANA FUSCO ROCHA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CME TÂNIA ARANTES JUNQUEIRA	16	16	01/04/25
70	108034	FAGNER JUNIOR BARROS POLTRONIERI	PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS E FINAIS- ED. FISICA - 30 HORAS	CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON	13	13	01/04/25
71	103308	FATIMA LEITE	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME PROFA TÂNIA ARANTES	12	12	01/04/25
72	112080	FERNANDA ALEXANDRE	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME FÁBIO DINIZ JUNQUEIRA	09	09	01/04/25
73	110654	FERNANDA SOARES DE LIMA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME LUIZ SIMÕES MATIAS	11	11	01/04/25
74	109459	FLAVIANE NUNES DE SOUZA BERIGO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME IRACEMA CASAGRANDE	11	11	01/04/25
75	107748	FRANCIELE GIRALDI DOS SANTOS	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON	19	19	01/04/25
76	111509	FRANCINE FERREIRA BARBOSA CORREA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CME GENTILA SUSIN MURARO	16	16	01/04/25
77	001456	FRANCISCA ALDA FERREIRA DE LIMA	PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS -ANOS INICIAIS - 20 HORAS	CME AYRTON SENNA	01	01	01/04/25
78	110849	FRANCISLAIDE AZEVEDO DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME CECÍLIA CAPUCHO	19	19	01/04/25
79	109621	GABRIEL GARCIA E SOUZA	PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA- 30H	CME DOM BOSCO	20	20	01/04/25
80	003997	GEAN CARLOS DOS ANJOS MACHADO	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME JOSÉ NODARI	9	9	01/04/25
81	104626	GESSY PADILHA DA LUZ SOUZA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME PROFA TÂNIA ARANTES	07	07	01/04/25
82	104385	GILZA PINHEIRO DE JESUS	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME IRACEMA CASAGRANDE	17	17	01/04/25
83	107904	GISELI CRISTINA SUTERO LANÇONE	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME LUIZ SIMÕES	09	09	01/04/25
84	107685	GLAUCIANY FERREIRA GOUVEIA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME IRMÃ MARIS STELLA	13	13	01/04/25
85	107636	GREICIELLE GONCALVES DA CUNHA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME LAURA VIEIRA	20	20	01/04/25
86	109455	IGOR VINICIUS SILVA FERREIRA	PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS E FINAIS- ED. FISICA - 30 HORAS	CME GENTILA SUSIN MURARO	21	21	01/04/25
87	003965	ILMA LOPES TORRES DE LIMA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 HORAS	CME TÂNIA ARANTES JUNQUEIRA	19	19	01/04/25
88	111341	IRACI FERREIRA DA SILVA SANTOS	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME DÉCIO BURALI	19	19	01/04/25
89	108309	ISA HELENA DE AQUINO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME AYRTON SENNA	12	12	01/04/25
90	110874	IVANILDA DA PENHA SOBRINHO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME AYRTON SENNA	19	19	01/04/25
91	107723	IZABELLA ROMAN FARIA COLONTONI	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON	19	19	01/04/25
92	003984	JAMILE GIOVANA DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME IRMÃ MARIS STELLA	04	04	01/04/25
93	110755	JANAINA MENDES DE MAGALHAES	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON	16	16	01/04/25
94	110841	JAQUELINE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CMEI LEONARDO CEZAR VENDRAME	27	27	01/04/25
95	109607	JAQUELINE SOARES BATISTA DE ALMEIDA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CME DOM BOSCO	16	16	01/04/25
96	111763	JEFFERSON ALVES FERREIRA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME AYRTON SENNA	07	07	01/04/25
97	107629	JOSE LOURENCO ALVES DA SILVA	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS -GEOGRAFIA - 30 HORAS	CME ANTENOR SOARES / CME JOANA DARC	15	15	01/04/25
98	108013	JOSELANE RODRIGUES BATISTA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME DOM BOSCO	05	05	01/04/25
99	109710	JOSIANE MACHADO DE CARVALHO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CME JOSÉ NODARI	16	16	01/04/25
100	111743	JOSILAINE AVELINO MERGENER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CME IRACEMA CASAGRANDE	16	16	01/04/25
101	109837	JOSILENE DE SOUZA OLIVEIRA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME TIA LINA	13	13	01/04/25

102	107635	JUAN MATTEUS DE SOUZA E SILVA	PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS E FINAIS- ED. FISICA - 30 HORAS	CME DOM BOSCO	13	13	01/04/25
103	110671	JUCELI RITA PANACESKI	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME FABIO DINIZ JUNQUEIRA	14	14	01/04/25
104	111339	JUCELIA PEREIRA DE AZEVEDO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CME DÉCIO BURALI	16	16	01/04/25
105	003955	JUCINEIDE GOMES DOS SANTOS	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS- L. PORT. E ESTRANG.- 20HORAS	CME JOSÉ NODARI	19	19	01/04/25
106	104663	JULIANA APARECIDA BATISTA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME CECÍLIA MA BARCELLOS	17	17	01/04/25
107	**107684**	**JULIANA GIARETA FROZZA**	**PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H**	**CME TIA LINA**	**27**	**00**	**01/04/25**
108	111314	JULIANA VIEIRA NUNES NETA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME DONA MARIQUINHA TAVARES	27	27	01/04/25
109	104633	JUSCELIA PASCHOAL CARDOSO SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME IRMÃ MARIS STELLA	17	17	01/04/25
110	103351	KARINE CRISTINA FERREIRA RODRIGUES	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME JOSÉ NODARI	09	09	01/04/25
111	**107615**	**KARINE FERREIRA DOS SANTOS**	**PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - MATEMATICA - 30 HORAS**	**CME ULISSES GUIMARÃES**	**02**	**09**	**14/04/25**
112	107711	KARLLA JESSYCA FRANCO DE FREITAS	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME MARIA ARLENE NEVES	13	13	01/04/25
113	107491	KELLEN CRISTINA VENTURA DA SILVA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME GENTILA SUSIN MURARO	19	19	01/04/25
114	110737	KENIA JOANA NEVES SANTANA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CMEI LEONARDO CEZAR VENDRAME	13	13	01/04/25
115	107628	KEZIANE RODRIGUES BORGES DE SOUZA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME SEBASTIÃO RODRIGUES	13	13	01/04/25
116	**111106**	**LENIRA GOMES DOS SANTOS LIMA**	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS**	**CME AYRTON SENNA**	**16**	**20**	**01/04/25**
117	002738	LEONICE INACIO DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA	09	09	01/04/25
118	109700	LILIAN STRAPASSON	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME JOANA D ARC	09	09	01/04/25
119	103385	LINDALVA SILVA SOBRINHO DA SILVA	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME ATACÍLIO DE SOUZA	04	04	01/04/25
120	111206	LUCIA FERNANDES DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CME JOANA D ARC	16	16	01/04/25
121	003936	LUCIANO HENRIQUE DOS SANTOS MORAES	PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS E FINAIS - ED. FISICA-20HORAS	CME DOM BOSCO / CME JOANA DARC	10	10	01/04/25
122	107493	LUCIMARA MARTINS EVANGELISTA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON	11	11	01/04/25
123	003956	LUCINEIDE GONÇALVES AGUIAR CABALLERO	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS- L. PORT. E ESTRANG.- 20HORAS	CME JOANA DARC	02	02	01/04/25
124	107703	LUSIANA APRINIO DO NASCIMENTO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME ANTENOR SOARES	19	19	01/04/25
125	103344	LUZIA BIZ DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME JOÃO MARIA DO NASCIMENTO	17	17	01/04/25
126	107702	MARCELA DA COSTA ARANTES	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON	09	09	01/04/25
127	006178	MARCIA DA SILVA PEREIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 HORAS	CME TIA LINA	27	27	01/04/25
128	111503	MARCIA FERREIRA PEREIRA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME AYRTON SENNA	12	12	01/04/25
129	111226	MARCIA GOMES FREIRE	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME SILVIO PATERNEZ	19	19	01/04/25
130	**109841**	**MARCIO GREGO OLIVEIRA DO NASCIMENTO**	**PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - MATEMATICA - 30 HORAS**	**CME DECIO BURALI**	**06**	**08**	**01/04/25**
131	103560	MARIA APARECIDA DA COSTA VALE DE SOUZA	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME JOSÉ NODARI	05	05	01/04/25
132	101838	MARIA DA CONCEICAO BARROSO DA SILVA SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 HORAS	CME PROFA TÂNIA ARANTES	16	16	01/04/25
133	103291	MARIA DE LOURDES MENDES CARVALHO	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME TÂNIA ARANTES JUNQUEIRA	05	05	01/04/25
134	002122	MARIA DO CARMO SILVA ROSSETO	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME JOÃO MARIA	00	00	01/04/25

135	107686	MARIA EDNAURA ANDRADE VITORINO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON	19	19	01/04/25
136	105298	MARIA ELIMAR CRUZ CABRAL	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME PROFA TÂNIA ARANTES	17	17	01/04/25
137	111452	MARIA IVANETE MOURA LACERDA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON	16	16	01/04/25
138	111761	MARIA IVANILDA MOURA ALVES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CMEE ISOLD STORCK	16	16	01/04/25
139	103297	MARIA JOSE BATISTA SOARES MARTINS	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME AYRTON SENNA	09	09	01/04/25
140	107682	MARIA JOSE LOPES DA SILVA FILHA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME FÁBIO DINIZ JUNQUEIRA	27	27	01/04/25
141	002750	MARIA LUSINETE DOS SANTOS MAIA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 HORAS	CME GENTILA SUSIN MURARO	09	09	01/04/25
142	111983	MARICEIA SANTANA AMORIM	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CME LAURA VIEIRA DE SOUZA	16	16	01/04/25
143	103990	MARILENE ROSA DE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME DONA MARIQUINHA TAVARES	07	07	01/04/25
144	107648	MARILENE VIEIRA DE JESUS MATTUELLA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME LEONARDO CEZAR VENDRAME	27	27	01/04/25
145	**004241**	**MARLY FATIMA GUIMARAES DE BARROS**	**PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS**	**CME DONA MARIQUINHA TAVARES**	**04**	**00**	**01/04/25**
146	**111157**	**MARTA REGINA CARPANEZI**	**PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H**	**CME SÍLVIO PATERNEZ**	**11**	**00**	**01/04/25**
147	003972	MARTA REGINA RODRIGUES VIEIRA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME TIA LINA	17	17	01/04/25
148	103542	MARTHA REJANE DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME CECÍLIA CAPUCHO	17	17	01/04/25
149	111917	MARTIDE CUSTODIA RODRIGUES NUNES	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME DÉCIO BURALI	19	19	01/04/25
150	104581	MARYNELE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME DONA MARIQUINHA TAVARES	07	07	01/04/25
151	107627	MATILDE GOMES CALIXTRO OLIVEIRA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME CECILIA MARIA DE BARCELLOS	16	16	01/04/25
152	104649	MAYARA DE PAULA MARQUES	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME JOSÉ NODARI	09	09	01/04/25
153	**109614**	**MEIRIVANE VIVIANE DOS SANTOS**	**PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - MATEMATICA - 30 HORAS**	**CME LAURA VIEIRA DE SOUZA**	**16**	**27**	**01/04/25**
154	107712	MERIELE DA SILVA FRANCISCO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME JOSÉ NODARI	13	13	01/04/25
155	111934	MIRIAM JAKELINE BRONDANI	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME DONA NENA	11	11	01/04/25
156	111741	NADIR RODRIGUES DE SOUZA DE CAMPOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CMEE ISOLD STORCK	13	13	01/04/25
157	111154	NATHANY MAXIMIANA DOS REIS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CME LUIZ SIMÕES	16	16	01/04/25
158	111313	NELCI MARQUES DE OLIVEIRA PIAZZA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS	CME ANTENOR SOARES	16	16	01/04/25
159	112073	NELSON CARLOS FERREIRA JUNIOR	PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS E FINAIS- ED. FISICA - 30 HORAS	EM LAURA VIEIRA DE SOUZA	07	07	01/04/25
160	111770	NEULIANE ALVES DA SILVA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME SEBASTIÃO RODRIGUES	27	27	01/04/25
161	107695	NILZA BATISTA PUGER	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME DONA MARIQUINHA TAVARES	27	27	01/04/25
162	**107603**	**NILZA PEREIRA DA SILVA IDALGO**	**PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H**	**CME SÍLVIO PATERNEZ**	**09**	**05**	**01/04/25**
163	103293	NIVALDO JESUS ELIAS SARRY	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME TIA LINA	07	07	01/04/25
164	003935	PALMINIO GARRIDO	PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS E FINAIS- ED. FISICA – 30 HORAS	CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA	13	13	01/04/25
165	111158	PAMELA FERRAZ CAMARGO ALEIXO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME FABIO DINIZ JUNQUEIRA	13	13	01/04/25
166	111998	PATRICIA ALVES LORIN	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME IRACEMA CASAGRANDE	13	13	01/04/25
167	112146	PATRICIA BEZERRA DE SOUZA SILVA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME SILVIO PATERNEZ	19	19	01/04/25
168	111762	PATRICIA MENDONÇA DA SILVA GUIMARAES	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME SEBASTIÃO RODRIGUES	27	27	01/04/25

169	108709	PATRICIA VENTURA MIRANDA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME IRACEMA CASAGRANDE	13	13	01/04/25
170	107611	REGIANE SOARES GOMES	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME EDIVÂNIA TAVARES	27	27	01/04/25
171	109843	REGINA FERNANDA WEISSHEIMER	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME JOANA D ARC	05	05	01/04/25
172	104591	REGINA RODRIGUES DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME LUIZ SIMÕES MATIAS	07	07	01/04/25
173	111941	RENATA REBECA ROCHA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME ULISSES GUIMARAES	24	24	01/04/25
174	109695	RENATO DELUQUI	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS -GEOGRAFIA - 30 HORAS	EM ULISSES GUIMARAES / CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON	06	06	01/04/25
175	109683	RODRIGO CONCEICAO DELUQUI	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS -GEOGRAFIA - 30 HORAS	CME FÁBIO DINIZ JUNQUEIRA	08	08	01/04/25
176	103316	RODRIGO SILVA PARREIRA	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME ULISSES GUIMARÃES	11	11	01/04/25
177	111769	ROSANA FERNANDES DE SOUZA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME DÉCIO BURALI	19	19	01/04/25
178	110067	ROSANA GONÇALVES AFONSO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME MARIA ARLENE NEVES	27	27	01/04/25
179	104647	ROSANE BERTUOLI	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME ATACÍLIO DE SOUZA	04	04	01/04/25
180	111748	ROSANGELA MARIANO ROSA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME AYRTON SENNA	11	11	01/04/25
181	104691	ROSANGELA OLIVEIRA DE FARIAS	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME DÉCIO BURALI	09	09	01/04/25
182	111751	ROSIANA DA SILVA OLIVEIRA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME CECÍLIA CAPUCHO	09	09	01/04/25
183	108708	ROSIENE DOMINGOS MARCIANO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME JUCILEIDE PRAXEDES	13	13	01/04/25
184	107710	ROSILEI SCHMIT	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME CECILIA CAPUCHO	5	5	01/04/25
185	111766	ROSILENE SANTANA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME TÂNIA ARANTES JUNQUEIRA	23	23	01/04/25
186	001967	ROSIMEIRE FREIRE DA SILVA E BORBA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME JESU PIMENTA	17	17	01/04/25
187	104560	ROSINEI VALERIO DA SILVA	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME GENTILA SUSIN MURARO	09	09	01/04/25
188	109849	ROSINEIDE ALVES MACHADO DE SOUZA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA	16	16	01/04/25
189	107654	ROSINEILA DIAS VIEIRA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME ATACÍLIO DE SOUZA	13	13	01/04/25
190	111768	ROSIRENE DOMINGAS CELADA DE SIQUEIRA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME LAURA VIEIRA	19	19	01/04/25
191	110722	ROZELI ANA RAFFAELLI SANTOS	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME LAURA VIEIRA	20	20	01/04/25
192	002145	RUTE CANDIDA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME SILVIO PATERNEZ	09	09	01/04/25
193	107505	SAMUEL CLEMENTE MORAES	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME JOANA D ARC	02	02	01/04/25
194	107689	SANDRA GENI DE SOUZA VIANA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME LUIZ SIMÕES	13	13	01/04/25
195	109687	SANDRA MARA SILVA RODRIGUES	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME MARIA ARLENE NEVES	27	27	01/04/25
196	107651	SANTA JESUINO DE FARIA	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS- LINGUA PORT. E ESTRANG. - 30H	CME DOM BOSCO	13	13	01/04/25
197	002119	SELMA REGINA ALVES VENANCIO LUNDQUIST DE SOUZA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME DONA MARIQUINHA TAVARES	17	17	01/04/25
198	**103563**	**SERGIO MOREIRA DOS SANTOS**	**PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS**	**CME GENTILA SUSIN MURARO**	**00**	**01**	**9/4/2025**
199	104576	SILVANA DA SILVA	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME JOSÉ NODARI	09	09	01/04/25

200	103342	SILVANA DE OLIVEIRA MARCELO MAGRO	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME ATACÍLIO DE SOUZA	04	04	01/04/25
201	107662	SILVANECIA GONÇALVES DA SILVA CARVALHO	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CMEE ISOLD STORCK	16	16	01/04/25
202	004003	SILVANO ARAUJO PEREIRA	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME GENTILA SUSIN MURARO	09	09	01/04/25
203	**004240**	**SIMONI WEBER DOS SANTOS**	**PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS**	**CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA**	**17**	**04**	**01/04/25**
204	110684	SIRLEI MARCELINO DIAS	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME ATACÍLIO DE SOUZA	13	13	01/04/25
205	103296	SIRLEI MENDONÇA GARCEZ	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME TÂNIA ARANTES JUNQUEIRA	17	17	01/04/25
206	107672	SONIA APARECIDA DA CRUZ	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CMEI LEONARDO CEZAR VENDRAME	00	00	01/04/25
207	**111336**	**STEPHANIE BARBOSA MARTILIANO DA SILVA**	**PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - MATEMATICA - 30 HORAS**	**CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON**	**00**	**13**	**2/4/2025**
208	107643	SUELENE FIRMINO DE OLIVEIRA SILVA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME LUIZ SIMÕES	11	11	01/04/25
209	003978	SUELI IZIDORO DA SILVA MACEDO	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME LUIZ SIMÕES MATIAS	04	04	01/04/25
210	**107653**	**SUELY ALVES DE MIRANDA**	**PROFESSOR DOS ANOS FINAIS- LÍNGUA PORT. E ESTRANG. - 30H**	**CME DOM BOSCO, CME JOSÉ NODARI, CME GENTILA SUSIN MURARO**	**18**	**11**	**01/04/25**
211	003981	TAMARA AUGUSTA FRANÇA	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS	CME ATACÍLIO DE SOUZA	04	04	01/04/25
212	**111193**	**TANIA CRISTINA DA SILVA**	**PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - MATEMATICA - 30 HORAS**	**CME DOM BOSCO**	**00**	**07**	**2/4/2025**
213	112046	TATIANE CABRAL DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME IRACEMA CASAGRANDE	16	16	01/04/25
214	107673	TATIANE LOZANO DA SILVA MENDES	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME AYRTON SENNA	01	01	01/04/25
215	103295	THAIS CRISTINA DARINI DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME JESU PIMENTA	04	04	01/04/25
216	002746	VALMIRIA VIEIRA DE SOUZA OENNING	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME CECÍLIA MA BARCELLOS	17	17	01/04/25
217	111168	VANESSA DE OLIVEIRA GONCALVES SOUZA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON	19	19	01/04/25
218	004009	VANILDE FERNANDES DE OLIVEIRA FREITAS	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME JOÃO MARIA	04	04	01/04/25
219	**104648**	**VERA REGINA DA SILVA**	**PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - ANOS INICIAIS - 40 HORAS**	**CME ANTENOR SOARES**	**09**	**00**	**01/04/25**
220	**006175**	**VILMA MARIA PIOTTO**	**PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS**	**CME DONA MARIQUINHA TAVARES**	**04**	**00**	**01/04/25**
221	103336	WALDERLENE GONCALVES SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇAO INFANTIL - 40 HORAS	CME IRACEMA CASAGRANDE	07	07	01/04/25
222	107609	WANESSA HOFFAMNN	PROFESSOR DOS ANOS FINAIS - MATEMATICA - 30 HORAS	CME JOANA DARC	06	06	01/04/25
223	107696	WERICA MIRLEN DUARTE SILVA	PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	CME MARECHAL CÂNDIDO RONDON	04	04	01/04/25

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 537DE 14 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.644/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER o pagamento de substituições de professores realizados no mês de Março/2025, nos termos do Memorando n° 11.644/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação:

ITEM	REGISTRO	SERVIDOR	QUANTIDADE AULA SUBST.	VALOR R$	JUSTIFICATIVA
0001	113351	ADRIANA DE BARROS LOBO [113351] [PROF]	40	1.460,40	0001-0001 CME Cecília Maria de Barcellos | Lançamento: 00329/2025 Relatório ID: 1424/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.866/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 12 | Valor Subtotal: R$ 438,12 | Turma: Maternal III A - Matutino Servidor Substituído: VALMIRIA VIEIRA DE SOUZA OENNING [002746] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5, 12, 20 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0001-0002 CME Jesu Pimenta de Sousa | Lançamento: 00316/2025 Relatório ID: 1418/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.773/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: Maternal II B - Matutino Servidor Substituído: ANGELA APARECIDA DE SOUZA CRUZ [104667] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6, 7 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0001-0003 CME Jesu Pimenta de Sousa | Lançamento: 00319/2025 Relatório ID: 1418/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.773/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal II B - Matutino Servidor Substituído: KEYLA REGINA DE LIRA [103352] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 12 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0001-0004 CME Jesu Pimenta de Sousa | Lançamento: 00321/2025 Relatório ID: 1418/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.773/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 12 | Valor Subtotal: R$ 438,12 | Turma: Maternal III E - Vespertino Servidor Substituído: CLAUDETE CARDOSO MOREIRA [111051] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 17, 18, 19 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0001-0005 CME Jesu Pimenta de Sousa | Lançamento: 00325/2025 Relatório ID: 1418/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.773/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré I A - Matutino Servidor Substituído: ELISANGELA MARIA DOS SANTOS [108011] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 25 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0002	112714	ADRIANA MANENTI PAVEI [112714] [PROF]	4	146,04	0002-0001 CME Cecília Maria de Barcellos | Lançamento: 00351/2025 Relatório ID: 1424/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.866/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal III A - Matutino Servidor Substituído: VALMIRIA VIEIRA DE SOUZA OENNING [002746] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0003	111749	AGUEDA ALVES PINTO RIBEIRO [111749] [PROF]	4	146,04	0003-0001 CME Prof. Jucileide Praxedes | Lançamento: 00302/2025 Relatório ID: 1397/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.328/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 5º Ano A - Matutino Servidor Substituído: ROZILENE ALVES DE SOUZA [112576] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 12 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0003-0002 CME Prof. Jucileide Praxedes | Lançamento: 00305/2025 Relatório ID: 1397/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.328/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 3º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: ROZILENE ALVES DE SOUZA [112576] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0003-0003 CME Prof. Jucileide Praxedes | Lançamento: 00306/2025 Relatório ID: 1397/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.328/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 4º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: ROZILENE ALVES DE SOUZA [112576] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0004	107676	ALDA IRIS MORAIS DA SILVA [107676] [PROF]	1	36,51	0004-0001 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00355/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: Pré II D - Vespertino Servidor Substituído: FATIMA LEITE [103308] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE
0005	113570	ALESANDRA RIBEIRO [113570] [PROF]	20	730,20	0005-0001 CME Laura Vieira de Souza | Lançamento: 00269/2025 Relatório ID: 1395/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.318/2025 Substituição: NÃO HÁ PROFESSOR ATRIBUÍDO NA TURMA Qtd. Horas: 16 | Valor Subtotal: R$ 584,16 | Turma: 1º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: Mês: 2025/03 | Dias: 10, 11, 12, 14, 19, 21, 24, 28, 31 Motivo: Não há professor atribuído na turma. Justificativa CME: AGUARDANDO CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA SER ATRIBUÍDO NA TURMA. Justificativa (Servidor não atribuído): AGUARDANDO PROFESSOR Por que não há servidor atribuído? AGUARDANDO PROFESSOR 0005-0002 CME Laura Vieira de Souza | Lançamento: 00270/2025 Relatório ID: 1395/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.318/2025 Substituição: NÃO HÁ PROFESSOR ATRIBUÍDO NA TURMA Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 2º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: Mês: 2025/03 | Dias: 12, 19 Motivo: Não há professor atribuído na turma. Justificativa CME: AGUARDANDO CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA SER ATRIBUÍDO NA TURMA. Justificativa (Servidor não atribuído): AGUARDANDO PROFESSOR Por que não há servidor atribuído? AGUARDANDO PROFESSOR
0006	107667	ALINE FONSECA DE SOUZA REIS [107667] [PROF]	3	109,53	0006-0001 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00369/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 1º Ano G - Vespertino Servidor Substituído: LUIMAR LOPES TORRES E SOUZA [101843] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0006-0002 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00372/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 1º Ano B - Matutino Servidor Substituído: ROSANA FELIX FRANCISCO [112883] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 26 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0007	104562	ALZIRA FERREIRA SILVA [104562] [PROF]	2	73,02	0007-0001 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00394/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 1º Ano A - Matutino Servidor Substituído: LUIZA DE OLIVEIRA SOUZA [112686] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0008	112702	ANA MARIA LIBARDI [112702] [PROF]	2	73,02	0008-0001 CME Diva Martins Junqueira | Lançamento: 00238/2025 Relatório ID: 1423/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.472/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 4º Ano A - Matutino Servidor Substituído: LUCIANE PEREIRA [112785] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Participação em formação Justificativa CME: PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÃO
0009	112687	ANA PAULA BATISTA [112687] [PROF]	3	109,53	0009-0001 CME Prof. Edivania Tavares | Lançamento: 00309/2025 Relatório ID: 1400/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.365/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 2º Ano A - Integral Servidor Substituído: FLAVIA SILVA MONTEIRO EMIDIO [112776] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 11 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0009-0002 CME Prof. Edivania Tavares | Lançamento: 00310/2025 Relatório ID: 1400/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.365/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 1º Ano A - Integral Servidor Substituído: FLAVIA SILVA MONTEIRO EMIDIO [112776] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 11 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0010	113178	ANA PAULA DE MORAES [113178] [PROF]	20	730,20	0010-0001 CME Dona Mariquinha Tavares | Lançamento: 00186/2025 Relatório ID: 1396/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.316/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 20 | Valor Subtotal: R$ 730,20 | Turma: Maternal III C - Vespertino Servidor Substituído: VILMA MARIA PIOTTO [006175] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 20, 21, 26, 27, 28 Motivo: Licença Prêmio Justificativa CME: LICENÇA PRÊMIO

0011	111742	ANDREIA CRISTINA DE FREITAS CORDEIRO [111742] [PROF]	4	146,04	0011-0001 CME Dona Mariquinha Tavares | Lançamento: 00201/2025 Relatório ID: 1396/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.316/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré I A - Matutino Servidor Substituído: MARILENE ROSA DE OLIVEIRA DA SILVA [103990] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 28 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MEDICO
0012	104667	ANGELA APARECIDA DE SOUZA CRUZ [104667] [PROF]	2	73,02	0012-0001 CME Jesu Pimenta de Sousa | Lançamento: 00415/2025 Relatório ID: 1418/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.773/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: Maternal II C - Vespertino Servidor Substituído: JULIANA APARECIDA BATISTA [104663] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 18 Motivo: Participação em formação Justificativa CME: PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÃO
0013	112710	ANGELA LICELIA DE FREITAS [112710] [PROF]	6	219,06	0013-0001 CME Diva Martins Junqueira | Lançamento: 00199/2025 Relatório ID: 1423/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.472/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 4º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: PALMINIO GARRIDO [003935] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Convocação da Justiça (Audiência) Justificativa CME: CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA (AUDIÊNCIA) 0013-0002 CME Diva Martins Junqueira | Lançamento: 00200/2025 Relatório ID: 1423/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.472/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 1º Ano A - Matutino Servidor Substituído: ANA MARIA LIBARDI [112702] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19 Motivo: Participação em formação Justificativa CME: PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÃO 0013-0003 CME Diva Martins Junqueira | Lançamento: 00237/2025 Relatório ID: 1423/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.472/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 3º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: GISLAINE CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS [113554] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Participação em formação Justificativa CME: PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÃO
0014	112744	ANGELO RIBEIRO ROSSI [112744] [PROF]	6	219,06	0014-0001 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00288/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 3º Ano E - Vespertino Servidor Substituído: CLAUDETE VILELA [002747] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0014-0002 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00295/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 4º Ano A - Matutino Servidor Substituído: MARCIA GOMES FREIRE [111226] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 18 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0014-0003 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00300/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 5º Ano E - Vespertino Servidor Substituído: MARLENE VIEIRA LEITE BATISTA [112560] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 21 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MEDICO
0015	113406	APARECIDA ARAUJO DOS SANTOS DALOSSE [113406] [PROF]	8	292,08	0015-0001 CME Joana D Arc | Lançamento: 00434/2025 Relatório ID: 1460/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.860/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: 1° ano PAT (extensão) Servidor Substituído: ELAINE MAGALHAES DOS SANTOS [112555] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 10, 11 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MEDICO
0016	112742	APARECIDA DE SA ANGELINO [112742] [PROF]	8	292,08	0016-0001 CME Diva Martins Junqueira | Lançamento: 00264/2025 Relatório ID: 1423/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.472/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 1º e 2º ano Extensão Servidor Substituído: JESSICA DA SILVA ALMEIDA [112092] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 24 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0016-0002 CME Diva Martins Junqueira | Lançamento: 00268/2025 Relatório ID: 1423/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.472/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 1º e 2º ano Extensão Servidor Substituído: JESSICA DA SILVA ALMEIDA [112092] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MEDICO
0017	113181	ARIANE SOUZA GUSMAO [113181] [PROF]	12	438,12	0017-0001 CME Prof. João Maria do Nascimento Filho | Lançamento: 00291/2025 Relatório ID: 1401/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.369/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: Pré I A - Matutino Servidor Substituído: MARIA JOSE LOPES DA SILVA FILHA [107682] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 20, 21 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0017-0002 CMEI Leonardo Cezar Vendrame | Lançamento: 00432/2025 Relatório ID: 1430/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.878/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré I A - Matutino Servidor Substituído: KENIA JOANA NEVES SANTANA [110737] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 31 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0018	112733	AURINEIA DA SILVA DE CARVALHO [112733] [PROF]	13	474,63	0018-0001 CME Maria Arlene Neves | Lançamento: 00277/2025 Relatório ID: 1393/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.209/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 9 | Valor Subtotal: R$ 328,59 | Turma: Pré I C - Vespertino Servidor Substituído: MARGARETH LOPES RICARDO [112690] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 17, 19, 20 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0018-0002 CME Maria Arlene Neves | Lançamento: 00278/2025 Relatório ID: 1393/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.209/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal II B - Vespertino Servidor Substituído: KARLLA JESSYCA FRANCO DE FREITAS [107711] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 28 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0019	107507	BENEDITA MARIA DE BOMFIM E LIMA [107507] [PROF]	4	146,04	0019-0001 CME Luiz Simões Matias | Lançamento: 00339/2025 Relatório ID: 1416/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.745/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal I A - Matutino Servidor Substituído: SUELI IZIDORO DA SILVA MACEDO [003978] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0020	112711	CARINE ROZELIA NUNES MARINHA DA SILVA [112711] [PROF]	9	328,59	0020-0001 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00349/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: Pré II A - Matutino Servidor Substituído: FATIMA LEITE [103308] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0020-0002 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00362/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: Pré II D - Vespertino Servidor Substituído: FATIMA LEITE [103308] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0020-0003 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00374/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 1º Ano H - Vespertino Servidor Substituído: ROSANA FELIX FRANCISCO [112883] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 26 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0020-0004 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00376/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 2º Ano E - Vespertino Servidor Substituído: ROSANA FELIX FRANCISCO [112883] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 26 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0020-0005 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00377/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 |

					Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 1º Ano G - Vespertino Servidor Substituído: ROSANA FELIX FRANCISCO [112883] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 26 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0020-0006 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00378/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 1º Ano E - Vespertino Servidor Substituído: ROSANA FELIX FRANCISCO [112883] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 26 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0020-0007 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00381/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 2º Ano B - Matutino Servidor Substituído: ROSANA FELIX FRANCISCO [112883] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0021	112701	CARLA GRAICY LIMA DE OLIVEIRA [112701] [PROF]	12	438,12	0021-0001 CME Gentila Susin Muraro | Lançamento: 00392/2025 Relatório ID: 1421/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.823/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 1º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: VANILDA COSTA MOREIRA BARBOSA [112794] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0021-0002 CME Gentila Susin Muraro | Lançamento: 00395/2025 Relatório ID: 1421/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.823/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 10 | Valor Subtotal: R$ 365,10 | Turma: 2º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: KELLEN CRISTINA VENTURA DA SILVA [107491] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19, 20, 21 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0022	113309	CATHIANE APARECIDA SANTOS DA SILVA [113309] [PROF]	2	73,02	0022-0001 CME Prof. Jucileide Praxedes | Lançamento: 00298/2025 Relatório ID: 1397/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.328/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 1º Ano A - Matutino Servidor Substituído: ROZILENE ALVES DE SOUZA [112576] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 12, 14 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0023	107719	CELIA MARIA PIM [107719] [PROF]	29	1.058,79	0023-0001 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00279/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 17 | Valor Subtotal: R$ 620,67 | Turma: 2º Ano A - Matutino Servidor Substituído: NILZA PEREIRA DA SILVA IDALGO [107603] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 10, 11, 12, 13, 14 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0023-0002 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00292/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 2º Ano E - Vespertino Servidor Substituído: HOLIANA MARIA FERREIRA LEITE [106196] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0023-0003 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00297/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 5º Ano E - Vespertino Servidor Substituído: MARLENE VIEIRA LEITE BATISTA [112560] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 20 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0023-0004 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00299/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 1º Ano B - Matutino Servidor Substituído: MARLENE VIEIRA LEITE BATISTA [112560] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 21 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0023-0005 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00303/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 1º Ano B - Matutino Servidor Substituído: MARLENE VIEIRA LEITE BATISTA [112560] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0023-0006 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00304/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 2º Ano E - Vespertino Servidor Substituído: HOLIANA MARIA FERREIRA LEITE [106196] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0024	112792	CIMARA ALVES LOURENCO DA COSTA [112792] [PROF]	15	547,65	0024-0001 CME Gentila Susin Muraro | Lançamento: 00333/2025 Relatório ID: 1421/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.823/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 2º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: KELLEN CRISTINA VENTURA DA SILVA [107491] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0024-0002 CME Gentila Susin Muraro | Lançamento: 00403/2025 Relatório ID: 1421/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.823/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 13 | Valor Subtotal: R$ 474,63 | Turma: 2º Ano A - Matutino Servidor Substituído: KELLEN CRISTINA VENTURA DA SILVA [107491] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 17, 18, 19, 20 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0025	113349	CLAUDENICE RODRIGUES MARTINS DE OLIVEIRA [113349] [PROF]	8	292,08	0025-0001 CME Fábio Diniz Junqueira | Lançamento: 00217/2025 Relatório ID: 1388/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.011/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: 1º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: HELENA GONCALVES PEREIRA DE OLIVEIRA [112554] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 10, 11 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0026	002747	CLAUDETE VILELA [002747] [PROF]	5	182,55	0026-0001 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00296/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 4º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: MARCIA GOMES FREIRE [111226] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 18 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0026-0002 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00307/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 3 | Valor Subtotal: R$ 109,53 | Turma: 4º Ano A - Matutino Servidor Substituído: MARCIA GOMES FREIRE [111226] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 28 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0027	111105	CRISTIANE APARECIDA DE SOUZA SANTOS [111105] [PROF]	12	438,12	0027-0001 CME Atacílio de Souza | Lançamento: 00242/2025 Relatório ID: 1427/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.193/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: Maternal II A - Matutino Servidor Substituído: ROSANE BERTUOLI [104647] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 24, 25 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0027-0002 CME Atacílio de Souza | Lançamento: 00244/2025 Relatório ID: 1427/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.193/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal III B - Matutino Servidor Substituído: ROSINEILA DIAS VIEIRA [107654] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 28 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0028	113308	DEBORA THALITA NASCIMENTO DA SILVA OLIVEIRA [113308] [PROF]	9	328,59	0028-0001 CME Maria Arlene Neves | Lançamento: 00276/2025 Relatório ID: 1393/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.209/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 9 | Valor Subtotal: R$ 328,59 | Turma: Pré II A - Matutino Servidor Substituído: MARGARETH LOPES RICARDO [112690] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 17, 18, 20 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0029	107563	DESIDERI MARX TRAVESSINI [107563] [PROF]	2	73,02	0029-0001 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00280/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 2º Ano E - Vespertino Servidor Substituído: NILZA PEREIRA DA SILVA IDALGO [107603] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 11 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE

0030	001455	DINAMAR LEMOS DA SILVA DUARTE [001455] [PROF]	2	73,02	0030-0001 CME Gentila Susin Muraro | Lançamento: 00334/2025 Relatório ID: 1421/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.823/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 2º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: KELLEN CRISTINA VENTURA DA SILVA [107491] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0031	112793	EDLLAINY PEREIRA DA SILVA [112793] [PROF]	4	146,04	0031-0001 CMEI Leonardo Cezar Vendrame | Lançamento: 00267/2025 Relatório ID: 1430/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.878/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal II A - Matutino Servidor Substituído: MARILENE VIEIRA DE JESUS MATTUELLA [107648] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 21 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0032	112722	EDNA PRINA ARQUAZ [112722] [PROF]	44	1.606,44	0032-0001 CME Dona Mariquinha Tavares | Lançamento: 00184/2025 Relatório ID: 1396/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.316/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 20 | Valor Subtotal: R$ 730,20 | Turma: Maternal III A - Matutino Servidor Substituído: VILMA MARIA PIOTTO [006175] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 18, 19, 24, 25, 31 Motivo: Licença Prêmio Justificativa CME: LICENÇA PRÊMIO 0032-0002 CME Dona Mariquinha Tavares | Lançamento: 00188/2025 Relatório ID: 1396/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.316/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: Pré I B - Matutino Servidor Substituído: JULIANA VIEIRA NUNES NETA [111314] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 20, 21 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0032-0003 CME Irmã Maris Stella | Lançamento: 00231/2025 Relatório ID: 1386/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.942/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 16 | Valor Subtotal: R$ 584,16 | Turma: Maternal III B - Matutino Servidor Substituído: JAMILE GIOVANA DA SILVA [003984] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 11, 12, 13, 14 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0033	109449	ELAINE DE SOUZA RIBEIRO [109449] [PROF]	1	36,51	0033-0001 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00203/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 7º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: JUAN MATTEUS DE SOUZA E SILVA [107635] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 12 Motivo: Participação em evento Justificativa CME: PARTICIPAÇÃO EM EVENTO
0034	113409	ELIENE CONCEICAO SANTOS [113409] [PROF]	36	1.314,36	0034-0001 CME Irmã Maris Stella | Lançamento: 00224/2025 Relatório ID: 1386/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.942/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 12 | Valor Subtotal: R$ 438,12 | Turma: Maternal I B - Vespertino Servidor Substituído: ENEIA ALVES LIFONSO PEREIRA [107547] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13, 14, 17, 18 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0034-0002 CME Irmã Maris Stella | Lançamento: 00228/2025 Relatório ID: 1386/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.942/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 12 | Valor Subtotal: R$ 438,12 | Turma: Maternal III C - Vespertino Servidor Substituído: JAMILE GIOVANA DA SILVA [003984] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 10, 11, 12 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0034-0003 CME Jesu Pimenta de Sousa | Lançamento: 00317/2025 Relatório ID: 1418/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.773/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: Maternal II C - Vespertino Servidor Substituído: ANGELA APARECIDA DE SOUZA CRUZ [104667] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6, 7 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0034-0004 CME Jesu Pimenta de Sousa | Lançamento: 00326/2025 Relatório ID: 1418/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.773/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal II D - Vespertino Servidor Substituído: THAIS CRISTINA DARINI DA SILVA [103295] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 31 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0035	108011	ELISANGELA MARIA DOS SANTOS [108011] [PROF]	12	438,12	0035-0001 CME Jesu Pimenta de Sousa | Lançamento: 00324/2025 Relatório ID: 1418/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.773/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal III A - Matutino Servidor Substituído: THAIS CRISTINA DARINI DA SILVA [103295] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 24 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0035-0002 CME Prof. Sebastião Rodrigues dos Santos | Lançamento: 00250/2025 Relatório ID: 1394/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.230/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré I D - Vespertino Servidor Substituído: PATRICIA MENDONÇA DA SILVA GUIMARAES [111762] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0035-0003 CME Prof. Sebastião Rodrigues dos Santos | Lançamento: 00251/2025 Relatório ID: 1394/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.230/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal III D - Vespertino Servidor Substituído: ADRIANA DE OLIVEIRA TEODORO [107512] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0036	112739	ELIZANGELA BERTHOLDI RIBEIRO [112739] [PROF]	8	292,08	0036-0001 CME Irmã Maris Stella | Lançamento: 00209/2025 Relatório ID: 1386/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.942/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: Maternal I A - Matutino Servidor Substituído: ENEIA ALVES LIFONSO PEREIRA [107547] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 17, 18 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0037	107642	ELIZANGELA LACERDA DA SILVA [107642] [PROF]	4	146,04	0037-0001 CME Ayrton Senna | Lançamento: 00363/2025 Relatório ID: 1435/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.909/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 3º Ano F - Vespertino Servidor Substituído: CLEONICE PACHECO DA SILVA [104584] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0038	104450	EUZANA DE ANDRADE PINHEIRO [104450] [PROF]	2	73,02	0038-0001 CME Joana D Arc | Lançamento: 00447/2025 Relatório ID: 1460/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.860/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 2º Ano A - Matutino Servidor Substituído: RODRIGO CHAVES SOARES [112753] [PROF] Mês: 2025/02 | Dias: 28 Motivo: Licença Paternidade Justificativa CME: LICENÇA PATERNIDADE
0039	112080	FERNANDA ALEXANDRE [112080] [PROF]	7	255,57	0039-0001 CME Ayrton Senna | Lançamento: 00181/2025 Relatório ID: 1435/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.909/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 3 | Valor Subtotal: R$ 109,53 | Turma: 2º Ano F - Vespertino Servidor Substituído: ELIZANGELA LACERDA DA SILVA [107642] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0039-0002 CME Fábio Diniz Junqueira | Lançamento: 00232/2025 Relatório ID: 1388/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.011/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 2º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: SILVANIA APARECIDA MANARIN FERREIRA [112720] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 20 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0040	110654	FERNANDA SOARES DE LIMA [110654] [PROF]	4	146,04	0040-0001 CME Luiz Simões Matias | Lançamento: 00341/2025 Relatório ID: 1416/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.745/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal I A - Matutino Servidor Substituído: SUELI IZIDORO DA SILVA MACEDO [003978] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0041	108716	FLAVIA MAGALHAES DE ANDRADE [108716] [PROF]	4	146,04	0041-0001 CME Prof. Iracema Casagrande | Lançamento: 00248/2025 Relatório ID: 1389/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.092/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré I A - Matutino Servidor Substituído: PATRICIA ALVES LORIN [111998] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 21 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0042	112726	FRANCIELLI SOARES VIEI-	3	109,53	0042-0001 CME Gentila Susin Muraro | Lançamento: 00399/2025 Relatório ID: 1421/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.823/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 3 |

		RA MIRANDA [112726] [PROF]			Valor Subtotal: R$ 109,53 | Turma: 2º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: KELLEN CRISTINA VENTURA DA SILVA [107491] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 18 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0043	112696	FRANCISCA CLEIDIENE DOS SANTOS LIMA [112696] [PROF]	8	292,08	0043-0001 CME Laura Vieira de Souza | Lançamento: 00271/2025 Relatório ID: 1395/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.318/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 3º Ano A - Matutino Servidor Substituído: ROSIRENE DOMINGAS CELADA DE SIQUEIRA [111768] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 24 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0043-0002 CME Laura Vieira de Souza | Lançamento: 00272/2025 Relatório ID: 1395/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.318/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 5º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: ROSIRENE DOMINGAS CELADA DE SIQUEIRA [111768] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 24 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0043-0003 CME Laura Vieira de Souza | Lançamento: 00275/2025 Relatório ID: 1395/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.318/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré I A - Vespertino Servidor Substituído: MEIRIVANE VIVIANE DOS SANTOS [109614] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 26 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0044	104626	GESSY PADILHA DA LUZ SOUZA [104626] [PROF]	4	146,04	0044-0001 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00332/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré I C - Vespertino Servidor Substituído: MARIA DA CONCEIÇAO BARROSO DA SILVA SANTOS [101838] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0045	113347	GISELE VICTORIA TONIOLO LAET BRAGA [113347] [PROF]	4	146,04	0045-0001 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00390/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: Pré II A - Vespertino Servidor Substituído: ALZIRA FERREIRA SILVA [104562] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 18 Motivo: Participação em evento Justificativa CME: PARTICIPAÇÃO EM EVENTO 0045-0002 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00397/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 4º Ano A - Matutino Servidor Substituído: LUIZA DE OLIVEIRA SOUZA [112686] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0045-0003 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00400/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 3º Ano A - Matutino Servidor Substituído: LUIZA DE OLIVEIRA SOUZA [112686] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0046	107685	GLAUCIANY FERREIRA GOUVEIA [107685] [PROF]	8	292,08	0046-0001 CME Irmã Maris Stella | Lançamento: 00207/2025 Relatório ID: 1386/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.942/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: Maternal I A - Matutino Servidor Substituído: ENEIA ALVES LIFONSO PEREIRA [107547] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13, 14 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0047	113228	HELENA CRISTINA JACINTO [113228] [PROF]	30	1.095,30	0047-0001 CME Futuro Brilhante | Lançamento: 00327/2025 Relatório ID: 1426/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.867/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal I A - Matutino Servidor Substituído: EDNEIA AMARAL FRANCO NUNES [107713] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0047-0002 CME Futuro Brilhante | Lançamento: 00328/2025 Relatório ID: 1426/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.867/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal III B - Matutino Servidor Substituído: ALINE MIKAELLY DE ALMEIDA CAMPOS [107479] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 26 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0047-0003 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00289/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: 2º Ano B - Matutino Servidor Substituído: HOLIANA MARIA FERREIRA LEITE [106196] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13, 14 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0047-0004 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00293/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 7 | Valor Subtotal: R$ 255,57 | Turma: 4º Ano A - Matutino Servidor Substituído: MARCIA GOMES FREIRE [111226] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 17, 18 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0047-0005 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00294/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 7 | Valor Subtotal: R$ 255,57 | Turma: 4º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: MARCIA GOMES FREIRE [111226] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 17, 18 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0048	112810	IDE FERREIRA DA SILVA [112810] [PROF]	4	146,04	0048-0001 CME Prof. João Maria do Nascimento Filho | Lançamento: 00315/2025 Relatório ID: 1401/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.369/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal I A - Vespertino Servidor Substituído: PATRICIA JAQUELINE SILVA FERNANDES [112698] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 25 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0049	109455	IGOR VINICIUS SILVA FERREIRA [109455] [PROF]	8	292,08	0049-0001 CME Gentila Susin Muraro | Lançamento: 00396/2025 Relatório ID: 1421/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.823/2025 Substituição: NÃO HÁ PROFESSOR ATRIBUÍDO NA TURMA Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: 1º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: Mês: 2025/03 | Dias: 10, 17, 24, 31 Motivo: Não há professor atribuído na turma. Justificativa CME: AGUARDANDO CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA SER ATRIBUÍDO NA TURMA. Justificativa (Servidor não atribuído): AGUARDANDO LOTAÇÃO Por que não há servidor atribuído? AGUARDANDO LOTAÇÃO
0050	003965	ILMA LOPES TORRES DE LIMA [003965] [PROF]	3	109,53	0050-0001 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00367/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 1º Ano G - Vespertino Servidor Substituído: LUIMAR LOPES TORRES E SOUZA [101843] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0050-0002 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00380/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 2º Ano A - Matutino Servidor Substituído: ROSANA FELIX FRANCISCO [112883] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0050-0003 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00383/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 2º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: ROSANA FELIX FRANCISCO [112883] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0051	112562	INDIAMARA DOS SANTOS FERREIRA [112562] [PROF]	4	146,04	0051-0001 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00338/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: Pré I B - Matutino Servidor Substituído: MARIA DA CONCEIÇAO BARROSO DA SILVA SANTOS [101838] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 7 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0051-0002 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00371/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 1º Ano G - Vespertino Servidor Substituído: LUIMAR LOPES TORRES E SOUZA

					[101843] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0052	112731	IZABELA FREITAS LOUZADA HILGENBERG [112731] [PROF]	2	73,02	0052-0001 CME Joana D Arc | Lançamento: 00449/2025 Relatório ID: 1460/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.860/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 3º Ano B - Vespertino Servidor Substituído: RODRIGO CHAVES SOARES [112753] [PROF] Mês: 2025/02 | Dias: 27 Motivo: Licença Paternidade Justificativa CME: LICENÇA PATERNIDADE
0053	112819	JACKELINE BATISTA DOS SANTOS COSTA [112819] [PROF]	2	73,02	0053-0001 CME Joana D Arc | Lançamento: 00429/2025 Relatório ID: 1460/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.860/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 1º Ano E - Vespertino Servidor Substituído: RODRIGO CHAVES SOARES [112753] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 31 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE
0054	110755	JANAINA MENDES DE MAGALHAES [110755] [PROF]	2	73,02	0054-0001 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00375/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 5º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: VANESSA DE OLIVEIRA GONCALVES SOUZA [111168] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6 Motivo: Folga Eleitoral Justificativa CME: FOLGA ELEITORAL
0055	112813	JENNIPH ALINE CAMPOS BRASIL ANGOLA [112813] [PROF]	8	292,08	0055-0001 CME Dona Mariquinha Tavares | Lançamento: 00187/2025 Relatório ID: 1396/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.316/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal I B - Vespertino Servidor Substituído: RAFAELA FRANCISCA DA ROCHA SILVA [113259] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19 Motivo: Participação em formação Justificativa CME: PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÃO 0055-0002 CME Dona Mariquinha Tavares | Lançamento: 00190/2025 Relatório ID: 1396/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.316/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré I C - Vespertino Servidor Substituído: MARILENE ROSA DE OLIVEIRA DA SILVA [103990] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 25 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0056	112557	JESSICA IRACI RODRIGUES RIBAS [112557] [PROF]	2	73,02	0056-0001 CME Antenor Soares | Lançamento: 00254/2025 Relatório ID: 1390/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.151/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 5º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: LETICIA DA SILVA [112892] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 18 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0056-0002 CME Antenor Soares | Lançamento: 00255/2025 Relatório ID: 1390/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.151/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 4º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: LETICIA DA SILVA [112892] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 18 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0057	112688	JESSICA NAIARA GRAGEL DOS SANTOS [112688] [PROF]	12	438,12	0057-0001 CME Irmã Maris Stella | Lançamento: 00234/2025 Relatório ID: 1386/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.942/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 12 | Valor Subtotal: R$ 438,12 | Turma: Maternal II B - Matutino Servidor Substituído: CLAUDIA REGINA DELARCOS [104620] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 17, 18, 19 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0058	003958	JOSE ROSA DE PAULA [003958] [PROF]	1	36,51	0058-0001 CME Antenor Soares | Lançamento: 00253/2025 Relatório ID: 1390/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.151/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 7º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: JOSEFA ROSA DA SILVEIRA [006169] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5 Motivo: Folga Eleitoral Justificativa CME: FOLGA ELEITORAL
0059	109837	JOSILENE DE SOUZA OLIVEIRA [109837] [PROF]	4	146,04	0059-0001 CME Tia Lina | Lançamento: 00246/2025 Relatório ID: 1387/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.003/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré II A - Matutino Servidor Substituído: JUCIMARA MATOS LEITE SANTOS [113229] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0060	112808	JUCINETE MELONI DE SOUZA [112808] [PROF]	8	292,08	0060-0001 CMEI Leonardo Cezar Vendrame | Lançamento: 00265/2025 Relatório ID: 1430/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.878/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal III C - Vespertino Servidor Substituído: EDLLAINY PEREIRA DA SILVA [112793] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0060-0002 CMEI Leonardo Cezar Vendrame | Lançamento: 00266/2025 Relatório ID: 1430/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.878/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal II A - Vespertino Servidor Substituído: MARILENE VIEIRA DE JESUS MATTUELLA [107648] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0061	104573	LEANDRA MARIA DA SILVA FRANCISCO [104573] [PROF]	16	584,16	0061-0001 CME Jesu Pimenta de Sousa | Lançamento: 00320/2025 Relatório ID: 1418/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.773/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal III E - Vespertino Servidor Substituído: JULIANA APARECIDA BATISTA [104663] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0061-0002 CME Jesu Pimenta de Sousa | Lançamento: 00322/2025 Relatório ID: 1418/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.773/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: Maternal I B - Vespertino Servidor Substituído: CLAUDETE CARDOSO MOREIRA [111051] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 17, 18 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0061-0003 CME Jesu Pimenta de Sousa | Lançamento: 00323/2025 Relatório ID: 1418/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.773/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal I B - Vespertino Servidor Substituído: CLAUDETE CARDOSO MOREIRA [111051] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19 Motivo: Participação em formação Justificativa CME: PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÃO
0062	112589	LEONICE LIMA DA SILVA [112589] [PROF]	2	73,02	0062-0001 CME Prof. Edivania Tavares | Lançamento: 00311/2025 Relatório ID: 1400/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.365/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 2º Ano A - Integral Servidor Substituído: FLAVIA SILVA MONTEIRO EMIDIO [112776] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 11 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0063	113482	LEONICE MARIA DA SILVA [113482] [PROF]	36	1.314,36	0063-0001 CME Prof. José Nodari | Lançamento: 00435/2025 Relatório ID: 1436/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.927/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 12 | Valor Subtotal: R$ 438,12 | Turma: 5º Ano B - Vespertino Servidor Substituído: JUCINEIDE GOMES DOS SANTOS [003955] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 20, 21, 28 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0063-0002 CME Prof. José Nodari | Lançamento: 00436/2025 Relatório ID: 1436/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.927/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 16 | Valor Subtotal: R$ 584,16 | Turma: 5º Ano A - Matutino Servidor Substituído: JUCINEIDE GOMES DOS SANTOS [003955] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 24, 25, 26, 28 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0063-0003 CME Prof. José Nodari | Lançamento: 00437/2025 Relatório ID: 1436/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.927/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 4º Ano A - Matutino Servidor Substituído: GEAN CARLOS DOS ANJOS MACHADO [003997] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Participação em formação Justificativa CME: PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÃO 0063-0004 CME Prof. José Nodari | Lançamento: 00438/2025 Relatório ID: 1436/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.927/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 4º Ano A - Matutino Servidor Substituído: GEAN CARLOS DOS ANJOS MACHADO [003997]

					[PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 21 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0064	109700	LILIAN STRAPASSON [109700] [PROF]	4	146,04	0064-0001 CME Joana D Arc | Lançamento: 00441/2025 Relatório ID: 1460/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.860/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 1º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: RODRIGO CHAVES SOARES [112753] [PROF] Mês: 2025/02 | Dias: 26 Motivo: Licença Paternidade Justificativa CME: LICENÇA PATERNIDADE 0064-0002 CME Joana D Arc | Lançamento: 00442/2025 Relatório ID: 1460/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.860/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 1º Ano B - Matutino Servidor Substituído: RODRIGO CHAVES SOARES [112753] [PROF] Mês: 2025/02 | Dias: 27 Motivo: Licença Paternidade Justificativa CME: LICENÇA PATERNIDADE
0065	112785	LUCIANE PEREIRA [112785] [PROF]	2	73,02	0065-0001 CME Diva Martins Jungueira | Lançamento: 00198/2025 Relatório ID: 1423/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.472/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 3º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: PALMINIO GARRIDO [003935] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Convocação da Justiça (Audiência) Justificativa CME: CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA (AUDIÊNCIA)
0066	112593	LUCIENE APARECIDA RAMOS DA SILVA [112593] [PROF]	1	36,51	0066-0001 CME Prof. Edivania Tavares | Lançamento: 00312/2025 Relatório ID: 1400/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.365/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 1º Ano A - Integral Servidor Substituído: FLAVIA SILVA MONTEIRO EMIDIO [112776] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 11 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0067	107493	LUCIMARA MARTINS EVANGELISTA [107493] [PROF]	2	73,02	0067-0001 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00379/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 5º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: VANESSA DE OLIVEIRA GONCALVES SOUZA [111168] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6 Motivo: Folga Eleitoral Justificativa CME: FOLGA ELEITORAL
0068	112686	LUIZA DE OLIVEIRA SOUZA [112686] [PROF]	7	255,57	0068-0001 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00412/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 6º Ano A - Matutino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 7 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0068-0002 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00420/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 6º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0068-0003 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00421/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 7º Ano A - Matutino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0068-0004 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00422/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 6º Ano A - Matutino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE
0069	107703	LUSIANA APRINIO DO NASCIMENTO [107703] [PROF]	5	182,55	0069-0001 CME Antenor Soares | Lançamento: 00252/2025 Relatório ID: 1390/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.151/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 7º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: JOSEFA ROSA DA SILVEIRA [006169] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5 Motivo: Folga Eleitoral Justificativa CME: FOLGA ELEITORAL 0069-0002 CME Antenor Soares | Lançamento: 00259/2025 Relatório ID: 1390/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.151/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 5º Ano B - Matutino Servidor Substituído: LETICIA DA SILVA [112892] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0069-0003 CME Antenor Soares | Lançamento: 00260/2025 Relatório ID: 1390/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.151/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 5º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: LETICIA DA SILVA [112892] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0069-0004 CME Antenor Soares | Lançamento: 00262/2025 Relatório ID: 1390/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.151/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 5º Ano E - Vespertino Servidor Substituído: VERA REGINA DA SILVA [104648] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 28 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0070	112885	LUZIA DE OLIVEIRA [112885] [PROF]	8	292,08	0070-0001 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00213/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 4º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: LUCIMARA MARTINS EVANGELISTA [107493] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 10 Motivo: Licença Casamento Justificativa CME: LICENÇA CASAMENTO 0070-0002 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00214/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 4º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: LUCIMARA MARTINS EVANGELISTA [107493] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 11 Motivo: Licença Casamento Justificativa CME: LICENÇA CASAMENTO
0071	111226	MARCIA GOMES FREIRE [111226] [PROF]	2	73,02	0071-0001 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00287/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 4º Ano A - Matutino Servidor Substituído: CLAUDETE VILELA [002747] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0072	113312	MARCIA HELENA GREINER CORREIA [113312] [PROF]	11	401,61	0072-0001 CME Ayrton Senna | Lançamento: 00352/2025 Relatório ID: 1435/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.909/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 7 | Valor Subtotal: R$ 255,57 | Turma: 3º Ano E - Vespertino Servidor Substituído: MARIA JOSE BATISTA SOARES MARTINS [103297] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13, 14 Motivo: Atestado de óbito de pessoa da família Justificativa CME: ATESTADO DE ÓBITO DE PESSOA DA FAMÍLIA 0072-0002 CME Ayrton Senna | Lançamento: 00366/2025 Relatório ID: 1435/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.909/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 3º Ano H - Vespertino Servidor Substituído: CATIANE SCOTINI DO NASCIMENTO [111080] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 17 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0073	111767	MARCIA REGILAINE DE ANDRADE [111767] [PROF]	8	292,08	0073-0001 CME Futuro Brilhante | Lançamento: 00194/2025 Relatório ID: 1426/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.867/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal II C - Vespertino Servidor Substituído: HELENA CRISTINA JACINTO [113228] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 21 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0073-0002 CME Futuro Brilhante | Lançamento: 00195/2025 Relatório ID: 1426/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.867/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal III D - Vespertino Servidor Substituído: LEIDE JOSE DA SILVA [112881] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 25 Motivo: Qualificação profissional autorizada pelo Secretário Justificativa CME: A SERVIDORA SOLICITOU FOLGA NOS DIAS 24 E 25, PROTOCOLO Nº2749/2025, POIS A MESMA ESTEVE FORA DA ESTADO PARA PRESTAÇÃO DE CONCURSO.

0074	112700	MARGARETE GIMENES DE SOUZA [112700] [PROF]	8	292,08	0074-0001 CME Tia Lina | Lançamento: 00247/2025 Relatório ID: 1387/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.003/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: Pré II A - Matutino Servidor Substituído: JUCIMARA MATOS LEITE SANTOS [113229] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 12, 13 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0075	112719	MARIA ALEXSANDRA DE ARAUJO LIMA [112719] [PROF]	16	584,16	0075-0001 CME Prof. José Nodari | Lançamento: 00439/2025 Relatório ID: 1436/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.927/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 12 | Valor Subtotal: R$ 438,12 | Turma: 5º Ano B - Vespertino Servidor Substituído: JUCINEIDE GOMES DOS SANTOS [003955] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 24, 25, 26 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0075-0002 CME Prof. José Nodari | Lançamento: 00440/2025 Relatório ID: 1436/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.927/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 5º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: GEAN CARLOS DOS ANJOS MACHADO [003997] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 21 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0076	112568	MARIA DE LOURDES PEREIRA DA SILVA [112568] [PROF]	3	109,53	0076-0001 CME Antenor Soares | Lançamento: 00256/2025 Relatório ID: 1390/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.151/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 3º Ano A - Matutino Servidor Substituído: LETICIA DA SILVA [112892] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0076-0002 CME Antenor Soares | Lançamento: 00257/2025 Relatório ID: 1390/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.151/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 3º Ano B - Vespertino Servidor Substituído: LETICIA DA SILVA [112892] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0076-0003 CME Antenor Soares | Lançamento: 00261/2025 Relatório ID: 1390/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.151/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 7º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: LETICIA DA SILVA [112892] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0077	105298	MARIA ELIMAR CRUZ CABRAL [105298] [PROF]	4	146,04	0077-0001 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00340/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré II F - Vespertino Servidor Substituído: MARIA DA CONCEIÇAO BARROSO DA SILVA SANTOS [101838] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0078	113804	MARIA LUCIA FERREIRA SANTOS [113804] [PROF]	2	73,02	0078-0001 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00413/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 7º Ano A - Matutino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 11 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE
0079	112544	MARILUCI ESTEVAO DA SILVA [112544] [PROF]	20	730,20	0079-0001 CME Dona Mariquinha Tavares | Lançamento: 00185/2025 Relatório ID: 1396/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.316/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 20 | Valor Subtotal: R$ 730,20 | Turma: Maternal III A - Matutino Servidor Substituído: VILMA MARIA PIOTTO [006175] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 20, 21, 26, 27, 28 Motivo: Licença Prêmio Justificativa CME: LICENÇA PRÊMIO
0080	113079	MARIZA ALVES SCHMEIER [113079] [PROF]	4	146,04	0080-0001 CME Joana D Arc | Lançamento: 00426/2025 Relatório ID: 1460/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.860/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 1º Ano A - Matutino Servidor Substituído: RODRIGO CHAVES SOARES [112753] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 18 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0080-0002 CME Joana D Arc | Lançamento: 00443/2025 Relatório ID: 1460/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.860/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 2º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: RODRIGO CHAVES SOARES [112753] [PROF] Mês: 2025/02 | Dias: 27 Motivo: Licença Paternidade Justificativa CME: LICENÇA PATERNIDADE
0081	112560	MARLENE VIEIRA LEITE BATISTA [112560] [PROF]	2	73,02	0081-0001 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00290/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 2º Ano E - Vespertino Servidor Substituído: HOLIANA MARIA FERREIRA LEITE [106196] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE
0082	111157	MARTA REGINA CARPANEZI [111157] [PROF]	6	219,06	0082-0001 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00281/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 3 | Valor Subtotal: R$ 109,53 | Turma: 2º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: NILZA PEREIRA DA SILVA IDALGO [107603] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 11, 12 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0082-0002 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00282/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 3 | Valor Subtotal: R$ 109,53 | Turma: 2º Ano E - Vespertino Servidor Substituído: NILZA PEREIRA DA SILVA IDALGO [107603] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 12 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE
0083	112796	MAYCON DAVID BATISTA CAETANO [112796] [PROF]	4	146,04	0083-0001 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00393/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 6º Ano A - Matutino Servidor Substituído: LUIZA DE OLIVEIRA SOUZA [112686] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5, 6 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0083-0002 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00414/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 6º Ano A - Matutino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 11 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE
0084	104619	NALVA DA CRUZ GARCIA [104619] [PROF]	2	73,02	0084-0001 CME Joana D Arc | Lançamento: 00448/2025 Relatório ID: 1460/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.860/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 2º Ano B - Matutino Servidor Substituído: RODRIGO CHAVES SOARES [112753] [PROF] Mês: 2025/02 | Dias: 28 Motivo: Licença Paternidade Justificativa CME: LICENÇA PATERNIDADE
0085	112820	NOEMIA KASSIA ARANTES [112820] [PROF]	6	219,06	0085-0001 CME Ayrton Senna | Lançamento: 00348/2025 Relatório ID: 1435/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.909/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 6 | Valor Subtotal: R$ 219,06 | Turma: 2º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: BETINA PINTO SANTOS [104579] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 25, 31 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0086	112872	OZENIDE DA SILVA MOREIRA [112872] [PROF]	19	693,69	0086-0001 CME Diva Martins Junqueira | Lançamento: 00285/2025 Relatório ID: 1423/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.472/2025 Substituição: OUTRO Qtd. Horas: 19 | Valor Subtotal: R$ 693,69 | Turma: Maternal I, II, III e Pré I e II Servidor Substituído: Mês: 2025/03 | Dias: 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 31 Motivo: OUTRO Justificativa CME: CONFORME ACORDADO COM O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, A PROFESSORA REALIZOU ESTAS HORAS PARA CUIDAR DOS ALUNOS DO MATERNAL I AO PRÉ II NO HORÁRIO DO SONINHO, POIS NÃO TEMOS AUXILIARES SUFICIENTES PARA ATENDER TODAS AS TURMAS.
0087	003935	PALMINIO GARRIDO [003935] [PROF]	2	73,02	0087-0001 CME Diva Martins Junqueira | Lançamento: 00239/2025 Relatório ID: 1423/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.472/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 1º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: GISLAINE

					CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS [113554] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Participação em formação Justificativa CME: PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÃO
0088	111158	PAMELA FERRAZ CAMARGO ALEIXO [111158] [PROF]	11	401,61	0088-0001 CME Fábio Diniz Junqueira | Lançamento: 00227/2025 Relatório ID: 1388/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.011/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 1º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: HELENA GONCALVES PEREIRA DE OLIVEIRA [112554] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0088-0002 CME Fábio Diniz Junqueira | Lançamento: 00233/2025 Relatório ID: 1388/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.011/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 3º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: ANA CAROLINA CARNEIRO DA SILVA GUIMARÃES [110680] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0088-0003 CME Fábio Diniz Junqueira | Lançamento: 00235/2025 Relatório ID: 1388/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.011/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 3 | Valor Subtotal: R$ 109,53 | Turma: 3º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: FERNANDA ALEXANDRE [112080] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0088-0004 CME Fábio Diniz Junqueira | Lançamento: 00236/2025 Relatório ID: 1388/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.011/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 1º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: HELENA GONCALVES PEREIRA DE OLIVEIRA [112554] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 12 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0089	112146	PATRICIA BEZERRA DE SOUZA SILVA [112146] [PROF]	2	73,02	0089-0001 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00283/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 2º Ano E - Vespertino Servidor Substituído: NILZA PEREIRA DA SILVA IDALGO [107603] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE
0090	108709	PATRICIA VENTURA MIRANDA [108709] [PROF]	4	146,04	0090-0001 CME Prof. Iracema Casagrande | Lançamento: 00249/2025 Relatório ID: 1389/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.092/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré I D - Vespertino Servidor Substituído: PATRICIA ALVES LORIN [111998] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 21 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0091	113259	RAFAELA FRANCISCA DA ROCHA SILVA [113259] [PROF]	16	584,16	0091-0001 CME Dona Mariquinha Tavares | Lançamento: 00189/2025 Relatório ID: 1396/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.316/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré I D - Vespertino Servidor Substituído: JULIANA VIEIRA NUNES NETA [111314] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 21 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0091-0002 CME Dona Mariquinha Tavares | Lançamento: 00192/2025 Relatório ID: 1396/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.316/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 12 | Valor Subtotal: R$ 438,12 | Turma: Pré I C - Vespertino Servidor Substituído: MARILENE ROSA DE OLIVEIRA DA SILVA [103990] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 26, 27, 28 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0092	109843	REGINA FERNANDA WEISSHEIMER [109843] [PROF]	4	146,04	0092-0001 CME Joana D Arc | Lançamento: 00427/2025 Relatório ID: 1460/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.860/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 1º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: RODRIGO CHAVES SOARES [112753] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 7 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0092-0002 CME Joana D Arc | Lançamento: 00446/2025 Relatório ID: 1460/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.860/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 1º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: RODRIGO CHAVES SOARES [112753] [PROF] Mês: 2025/02 | Dias: 28 Motivo: Licença Paternidade Justificativa CME: LICENÇA PATERNIDADE
0093	111941	RENATA REBECA ROCHA [111941] [PROF]	1	36,51	0093-0001 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00391/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: Pré II A - Matutino Servidor Substituído: LUIZA DE OLIVEIRA SOUZA [112686] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 17 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0094	112866	RODRIGO AGUIAR ZANESCO [112866] [PROF]	1	36,51	0094-0001 CME Ayrton Senna | Lançamento: 00365/2025 Relatório ID: 1435/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.909/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 3º Ano B - Matutino Servidor Substituído: CLEONICE PACHECO DA SILVA [104584] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0095	112883	ROSANA FELIX FRANCISCO [112883] [PROF]	3	109,53	0095-0001 CME Dom Bosco | Lançamento: 00353/2025 Relatório ID: 1409/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.678/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 6º Ano B - Matutino Servidor Substituído: EVERALDO FERNANDES BARBOSA [002457] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 7 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0095-0002 CME Dom Bosco | Lançamento: 00354/2025 Relatório ID: 1409/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.678/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 6º Ano A - Matutino Servidor Substituído: EVERALDO FERNANDES BARBOSA [002457] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 7 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0095-0003 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00368/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 1º Ano G - Vespertino Servidor Substituído: LUIMAR LOPES TORRES E SOUZA [101843] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0096	107730	ROSANA LIMA STEINBACH [107730] [PROF]	18	657,18	0096-0001 CME Fábio Diniz Junqueira | Lançamento: 00220/2025 Relatório ID: 1388/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.011/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 14 | Valor Subtotal: R$ 511,14 | Turma: 1º Ano A - Matutino Servidor Substituído: HELENA GONCALVES PEREIRA DE OLIVEIRA [112554] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13, 14, 17, 18 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0096-0002 CME Fábio Diniz Junqueira | Lançamento: 00230/2025 Relatório ID: 1388/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.011/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 2º Ano A - Matutino Servidor Substituído: FERNANDA ALEXANDRE [112080] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0097	104647	ROSANE BERTUOLI [104647] [PROF]	8	292,08	0097-0001 CME Atacílio de Souza | Lançamento: 00240/2025 Relatório ID: 1427/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.193/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal III B - Vespertino Servidor Substituído: SIRLEI MARCELINO DIAS [110684] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0097-0002 CME Atacílio de Souza | Lançamento: 00263/2025 Relatório ID: 1427/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.193/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal III B - Vespertino Servidor Substituído: SIRLEI MARCELINO DIAS [110684] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 31 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0098	112582	ROSEMEIRE DA SILVA [112582] [PROF]	11	401,61	0098-0001 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00387/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 3 | Valor Subtotal: R$ 109,53 | Turma: Pré II A - Vespertino Servidor Substituído: ALZIRA FERREIRA SILVA [104562] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 18 Motivo: Participação em evento Justificativa CME: PARTICIPAÇÃO EM EVENTO 0098-0002 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00388/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AU-

					SÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 3 | Valor Subtotal: R$ 109,53 | Turma: Pré II A - Vespertino Servidor Substituído: ALZIRA FERREIRA SILVA [104562] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 20 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0098-0003 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00389/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré II A - Vespertino Servidor Substituído: ALZIRA FERREIRA SILVA [104562] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 26 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0098-0004 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00405/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 5º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: LUIZA DE OLIVEIRA SOUZA [112686] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0099	112853	ROSICLEIA GONÇALVES DE SOUZA [112853] [PROF]	31	1.131,81	0099-0001 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00208/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 4º Ano B - Matutino Servidor Substituído: LUCIMARA MARTINS EVANGELISTA [107493] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 17 Motivo: Licença Casamento Justificativa CME: LICENÇA CASAMENTO 0099-0002 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00212/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 17 | Valor Subtotal: R$ 620,67 | Turma: 4º Ano B - Matutino Servidor Substituído: LUCIMARA MARTINS EVANGELISTA [107493] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 10, 11, 12, 13, 14 Motivo: Licença Casamento Justificativa CME: LICENÇA CASAMENTO 0099-0003 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00219/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 5º Ano B - Matutino Servidor Substituído: VANESSA DE OLIVEIRA GONCALVES SOUZA [111168] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5 Motivo: Folga Eleitoral Justificativa CME: FOLGA ELEITORAL 0099-0004 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00221/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 5º Ano B - Matutino Servidor Substituído: VANESSA DE OLIVEIRA GONCALVES SOUZA [111168] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6 Motivo: Folga Eleitoral Justificativa CME: FOLGA ELEITORAL 0099-0005 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00222/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 5º Ano B - Matutino Servidor Substituído: VANESSA DE OLIVEIRA GONCALVES SOUZA [111168] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 7 Motivo: Folga Eleitoral Justificativa CME: FOLGA ELEITORAL
0100	107612	ROSILENE DA LUZ MORALES MINARI [107612] [PROF]	10	365,10	0100-0001 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00331/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: Pré I B - Matutino Servidor Substituído: MARIA DA CONCEIÇAO BARROSO DA SILVA SANTOS [101838] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5, 6 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0100-0002 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00345/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: Pré II A - Matutino Servidor Substituído: FATIMA LEITE [103308] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE
0101	111766	ROSILENE SANTANA [111766] [PROF]	1	36,51	0101-0001 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00386/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 1º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: ROSANA FELIX FRANCISCO [112883] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0102	107654	ROSINEILA DIAS VIEIRA [107654] [PROF]	4	146,04	0102-0001 CME Atacílio de Souza | Lançamento: 00243/2025 Relatório ID: 1427/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.193/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal III B - Vespertino Servidor Substituído: SIRLEI MARCELINO DIAS [110684] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 24 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0103	002145	RUTE CANDIDA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO [002145] [PROF]	4	146,04	0103-0001 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00284/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 3º Ano C - Matutino Servidor Substituído: CLAUDETE VILELA [002747] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0103-0002 CME Silvio Paternez | Lançamento: 00286/2025 Relatório ID: 1398/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.330/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 3º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: CLAUDETE VILELA [002747] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0104	112712	RUTE ROBERTA DOS SANTOS DUTRA [112712] [PROF]	1	36,51	0104-0001 CME Antenor Soares | Lançamento: 00258/2025 Relatório ID: 1390/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.151/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 3º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: LETICIA DA SILVA [112892] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0105	107505	SAMUEL CLEMENTE MORAES [107505] [PROF]	2	73,02	0105-0001 CME Joana D Arc | Lançamento: 00445/2025 Relatório ID: 1460/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.860/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 3º Ano A - Matutino Servidor Substituído: RODRIGO CHAVES SOARES [112753] [PROF] Mês: 2025/02 | Dias: 27 Motivo: Licença Paternidade Justificativa CME: LICENÇA PATERNIDADE
0106	107689	SANDRA GENI DE SOUZA VIANA [107689] [PROF]	6	219,06	0106-0001 CME Luiz Simões Matias | Lançamento: 00337/2025 Relatório ID: 1416/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.745/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: Maternal II A - Vespertino Servidor Substituído: SUELI IZIDORO DA SILVA MACEDO [003978] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 12 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0106-0002 CME Luiz Simões Matias | Lançamento: 00342/2025 Relatório ID: 1416/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.745/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré II B - Vespertino Servidor Substituído: BENEDITA MARIA DE BOMFIM E LIMA [107507] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 17 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0107	112694	SANDRA GOMES DE SOUZA BENINCA [112694] [PROF]	4	146,04	0107-0001 CME Joana D Arc | Lançamento: 00428/2025 Relatório ID: 1460/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.860/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 3º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: IZABELA FREITAS LOUZADA HILGENBERG [112731] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 10 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0107-0002 CME Joana D Arc | Lançamento: 00431/2025 Relatório ID: 1460/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.860/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 3º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: RODRIGO CHAVES SOARES [112753] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 31 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE
0108	112778	SANDRA SARA DE OLIVEIRA [112778] [PROF]	26	949,26	0108-0001 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00401/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 6º Ano A - Matutino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0108-0002 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00402/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025

					Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 6º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0108-0003 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00404/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 7º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0108-0004 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00406/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 6º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: LUIZA DE OLIVEIRA SOUZA [112686] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0108-0005 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00407/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 6º Ano A - Matutino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0108-0006 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00408/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 7º Ano A - Matutino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0108-0007 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00409/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 7º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: LUIZA DE OLIVEIRA SOUZA [112686] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 6 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0108-0008 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00410/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 6º Ano A - Matutino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 7 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0108-0009 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00411/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 7º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 7 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0108-0010 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00416/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 6º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 11 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0108-0011 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00417/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 6º Ano A - Matutino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0108-0012 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00418/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 7º Ano A - Matutino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0108-0013 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00419/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 7º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0108-0014 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00423/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 6º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0108-0015 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00424/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 6º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE 0108-0016 CMAE Ulisses Guimarães | Lançamento: 00425/2025 Relatório ID: 1420/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.774/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 7º Ano A - Vespertino Servidor Substituído: KARINE FERREIRA DOS SANTOS [107615] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Atestado de acompanhante Justificativa CME: ATESTADO DE ACOMPANHANTE
0109	112806	SANDRINHA VIEIRA FERREIRA ZUQUETO [112806] [PROF]	2	73,02	0109-0001 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00382/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 2º Ano C - Matutino Servidor Substituído: ROSANA FELIX FRANCISCO [112883] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0109-0002 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00385/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 2º Ano F - Vespertino Servidor Substituído: ROSANA FELIX FRANCISCO [112883] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0110	107651	SANTA JESUINO DE FARIA [107651] [PROF]	4	146,04	0110-0001 CME Dom Bosco | Lançamento: 00356/2025 Relatório ID: 1409/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.678/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 8º Ano B - Matutino Servidor Substituído: EVERALDO FERNANDES BARBOSA [002457] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 7 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0110-0002 CME Dom Bosco | Lançamento: 00357/2025 Relatório ID: 1409/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.678/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 6º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: FABIANA DA SILVA ARAUJO [110007] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0110-0003 CME Dom Bosco | Lançamento: 00361/2025 Relatório ID: 1409/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.678/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 8º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: ROSANA FELIX FRANCISCO [112883] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 25 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0111	103342	SILVANA DE OLIVEIRA MARCELO MAGRO [103342] [PROF]	20	730,20	0111-0001 CME Atacílio de Souza | Lançamento: 00245/2025 Relatório ID: 1427/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.193/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 20 | Valor Subtotal: R$ 730,20 | Turma: Maternal III B - Vespertino Servidor Substituído: SIRLEI MARCELINO DIAS [110684] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19, 20, 21, 27, 28 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0112	112720	SILVANIA APARECIDA MANARIN FERREIRA	2	73,02	0112-0001 CME Fábio Diniz Junqueira | Lançamento: 00226/2025 Relatório ID: 1388/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.011/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 3º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: FERNANDA ALEXANDRE [112080] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO

		[112720] [PROF]			
0113	112805	SOLANGE LUIZA DE OLIVEIRA [112805] [PROF]	4	146,04	0113-0001 CME Dona Mariquinha Tavares | Lançamento: 00193/2025 Relatório ID: 1396/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.316/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré I B - Matutino Servidor Substituído: MARILENE ROSA DE OLIVEIRA DA SILVA [103990] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 26 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0114	112713	SONIA APARECIDA RODRIGUES [112713] [PROF]	2	73,02	0114-0001 CME Fábio Diniz Junqueira | Lançamento: 00223/2025 Relatório ID: 1388/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.011/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 3º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: FERNANDA ALEXANDRE [112080] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0115	111336	STEPHANIE BARBOSA MARTILIANO DA SILVA [111336] [PROF]	23	839,73	0115-0001 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00202/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 7º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: JUAN MATTEUS DE SOUZA E SILVA [107635] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 12 Motivo: Participação em evento Justificativa CME: PARTICIPAÇÃO EM EVENTO 0115-0002 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00204/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 6º Ano A - Matutino Servidor Substituído: JUAN MATTEUS DE SOUZA E SILVA [107635] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 13 Motivo: Participação em evento Justificativa CME: PARTICIPAÇÃO EM EVENTO 0115-0003 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00205/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 7º Ano A - Matutino Servidor Substituído: JUAN MATTEUS DE SOUZA E SILVA [107635] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Participação em evento Justificativa CME: PARTICIPAÇÃO EM EVENTO 0115-0004 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00206/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 6º Ano B - Matutino Servidor Substituído: JUAN MATTEUS DE SOUZA E SILVA [107635] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Participação em evento Justificativa CME: PARTICIPAÇÃO EM EVENTO 0115-0005 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00216/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 4º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: LUCIMARA MARTINS EVANGELISTA [107493] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Licença Casamento Justificativa CME: LICENÇA CASAMENTO 0115-0006 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00225/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 6º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: ANGELICA MASSAROLLI [110645] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 25 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0115-0007 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00229/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 7º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: ANGELICA MASSAROLLI [110645] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 25 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0115-0008 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00308/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 5º Ano A - Matutino Servidor Substituído: VANESSA DE OLIVEIRA GONCALVES SOUZA [111168] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 7 Motivo: Folga Eleitoral Justificativa CME: FOLGA ELEITORAL 0115-0009 CME Fausto Eugênio Masson | Lançamento: 00370/2025 Relatório ID: 1417/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 9.939/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 5º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: VANESSA DE OLIVEIRA GONCALVES SOUZA [111168] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 7 Motivo: Folga Eleitoral Justificativa CME: FOLGA ELEITORAL
0116	112548	SULAMITA LAURIANO DA SILVA MENEGUESSO [112548] [PROF]	8	292,08	0116-0001 CME Cecília Capucho | Lançamento: 00318/2025 Relatório ID: 1403/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.530/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: Pré II C - Matutino Servidor Substituído: VANIA PAULA DOS REIS SANTOS [107497] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5, 20 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0117	112559	TAIARA FERREIRA SANTIAGO SILVA DE OLIVEIRA [112559] [PROF]	2	73,02	0117-0001 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00373/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 1º Ano C - Matutino Servidor Substituído: ROSANA FELIX FRANCISCO [112883] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 26 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0117-0002 CME Prof. Tânia Arantes Junqueira | Lançamento: 00384/2025 Relatório ID: 1434/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.902/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 1º Ano F - Vespertino Servidor Substituído: ROSANA FELIX FRANCISCO [112883] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 27 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0118	112879	TAIS FRANCISCO CORREIA [112879] [PROF]	4	146,04	0118-0001 CMEI Leonardo Cezar Vendrame | Lançamento: 00433/2025 Relatório ID: 1430/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.878/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 1º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: KÊNIA JOANA NEVES SANTANA [110737] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 31 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0119	113405	TALYTHA BEZERRA PAIVA GONCALVES FURTADO [113405] [PROF]	38	1.387,38	0119-0001 CME Cecília Maria de Barcellos | Lançamento: 00330/2025 Relatório ID: 1424/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.866/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré I B - Matutino Servidor Substituído: JOSIANE GALHARDO KAGUEIAMA [103388] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 5 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0119-0002 CME Cecília Maria de Barcellos | Lançamento: 00336/2025 Relatório ID: 1424/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.866/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: Pré I D - Vespertino Servidor Substituído: DENISE MOURÃO DOS SANTOS [112551] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 10, 11 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0119-0003 CME Cecília Maria de Barcellos | Lançamento: 00343/2025 Relatório ID: 1424/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.866/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 8 | Valor Subtotal: R$ 292,08 | Turma: Maternal II B - Matutino Servidor Substituído: KELEN CRISTINA ALVES PEREIRA ANDRADE [103338] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 24, 25 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0119-0004 CME Cecília Maria de Barcellos | Lançamento: 00344/2025 Relatório ID: 1424/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.866/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 7 | Valor Subtotal: R$ 255,57 | Turma: Maternal III B - Vespertino Servidor Substituído: KELEN CRISTINA ALVES PEREIRA ANDRADE [103338] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 24, 25 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0119-0005 CME Cecília Maria de Barcellos | Lançamento: 00346/2025 Relatório ID: 1424/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.866/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 3 | Valor Subtotal: R$ 109,53 | Turma: Maternal III A - Matutino Servidor Substituído: VALMIRIA VIEIRA DE SOUZA OENNING [002746] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 31 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0119-0006 CME Cecília Maria de Barcellos | Lançamento: 00347/2025 Relatório ID: 1424/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.866/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal III C - Vespertino Servidor Substituído: VALMIRIA VIEI-

					RA DE SOUZA OENNING [002746] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 31 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0119-0007 CME Prof. João Maria do Nascimento Filho | Lançamento: 00313/2025 Relatório ID: 1401/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.369/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré I B - Vespertino Servidor Substituído: MARIA JOSE LOPES DA SILVA FILHA [107682] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0120	003981	TAMARA AUGUSTA FRANÇA [003981] [PROF]	16	584,16	0120-0001 CME Atacílio de Souza | Lançamento: 00241/2025 Relatório ID: 1427/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.193/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 12 | Valor Subtotal: R$ 438,12 | Turma: Pré I A - Matutino Servidor Substituído: SIRLEI MARCELINO DIAS [110684] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19, 24, 25 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0120-0002 CME Atacílio de Souza | Lançamento: 00430/2025 Relatório ID: 1427/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.193/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Pré I A - Matutino Servidor Substituído: SIRLEI MARCELINO DIAS [110684] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 31 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0121	111193	TANIA CRISTINA DA SILVA [111193] [PROF]	6	219,06	0121-0001 CME Dom Bosco | Lançamento: 00358/2025 Relatório ID: 1409/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.678/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 7º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: FABIANA DA SILVA ARAUJO [110007] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 19 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0121-0002 CME Dom Bosco | Lançamento: 00359/2025 Relatório ID: 1409/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.678/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 7º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: FABIANA DA SILVA ARAUJO [110007] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 20 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO 0121-0003 CME Dom Bosco | Lançamento: 00360/2025 Relatório ID: 1409/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.678/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 6º Ano E - Vespertino Servidor Substituído: FABIANA DA SILVA ARAUJO [110007] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 20 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0122	107673	TATIANE LOZANO DA SILVA MENDES [107673] [PROF]	1	36,51	0122-0001 CME Ayrton Senna | Lançamento: 00364/2025 Relatório ID: 1435/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.909/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 1 | Valor Subtotal: R$ 36,51 | Turma: 3º Ano B - Matutino Servidor Substituído: CLEONICE PACHECO DA SILVA [104584] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 14 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0123	113180	TEREZINHA DE JESUS PEREIRA [113180] [PROF]	4	146,04	0123-0001 CME Prof. João Maria do Nascimento Filho | Lançamento: 00314/2025 Relatório ID: 1401/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.369/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal I A - Vespertino Servidor Substituído: PATRICIA JAQUELINE SILVA FERNANDES [112698] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 24 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0124	103303	VALDINEIA ESTEVAO RAMPIM [103303] [PROF]	4	146,04	0124-0001 CME Cecília Maria de Barcellos | Lançamento: 00350/2025 Relatório ID: 1424/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.866/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: Maternal III C - Vespertino Servidor Substituído: VALMIRIA VIEIRA DE SOUZA OENNING [002746] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 12 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0125	112807	VANILZA CONCEICAO DE FREITAS [112807] [PROF]	4	146,04	0125-0001 CME Gentila Susin Muraro | Lançamento: 00398/2025 Relatório ID: 1421/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.823/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 2º Ano C - Vespertino Servidor Substituído: KELLEN CRISTINA VENTURA DA SILVA [107491] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 17 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0126	112787	WISLAINE CRISTINA DA SILVA [112787] [PROF]	4	146,04	0126-0001 CME Fábio Diniz Junqueira | Lançamento: 00218/2025 Relatório ID: 1388/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.011/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 4 | Valor Subtotal: R$ 146,04 | Turma: 1º Ano D - Vespertino Servidor Substituído: HELENA GONCALVES PEREIRA DE OLIVEIRA [112554] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 7 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO
0127	112849	ZENILDA MOREIRA [112849] [PROF]	2	73,02	0127-0001 CME Prof. Jucileide Praxedes | Lançamento: 00301/2025 Relatório ID: 1397/2025 | Nº do Memorando 1DOC: 10.328/2025 Substituição: AUSÊNCIA DE PROFESSOR Qtd. Horas: 2 | Valor Subtotal: R$ 73,02 | Turma: 3º Ano A - Matutino Servidor Substituído: ROZILENE ALVES DE SOUZA [112576] [PROF] Mês: 2025/03 | Dias: 12, 14 Motivo: Atestado médico Justificativa CME: ATESTADO MÉDICO

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 538DE 14 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Ordinária 5.539 de 14 de setembro de 2021, com prorrogação através da Lei n°. 6.618/2024 de 25 de Setembro de 2024;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.514/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Art. 1° CONCEDER a ajuda de custo a partir da folha de pagamento de Abril/2025 aos servidores em exercício, no valor de R$ 100,00 (cem reais) para a contratação de plano de internet, no período de 36 meses, de acordo com a Lei Ordinária 5.539/2021, com prorrogação através da Lei 6.618/2024, Art. 3º e parágrafos § 1º e 2º, os Incisos I, II, III, IV e o parágrafo único do Art. 5º, com aplicação dos dispositivos dos Incisos I, II, III, IV DO Art. 7º e os Incisos II, o § 1º e §2º do Art.8.

N°	REGISTRO	NOME	CARGO EFETIVO	CONCEDER A PARTIR DE:
01	104668	Edilma Beserra da Silva Costa	Professor de Educação Infantil – 40 Horas	11/04/2025
02	109456	Jayane de Souza Cruz	Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais 1º ao 5º Ano-30h	09/04/2025
03	103563	Sergio Moreira dos Santos	Professor dos Anos Finais – Anos Iniciais – 40 Horas	09/04/2025

Art. 2° Esta portaria possui efeito retroativo a data de concessão de cada servidor.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48° Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 539 DE 14DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Ordinária n° 5.539/2021, Art. 5°, Inciso III e Inciso IV que informa "*não são elegíveis para esta ação governamental os professores em Licença para Qualificação Profissional e Readaptação"*;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.514/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Art. 1° REVOGAR a Concessão de Ajuda de Custo para a contratação de plano de internet, conforme Lei Ordinária 5.539 de 14 de setembro de 2021 com prorrogação através da Lei Ordinária n° 6.618 de 25 de Setembro de 2024 aos professores descritos abaixo.

N.°	REGISTRO	NOME	CARGO EFETIVO	REVOGAR A PARTIR DE:	OBSERVAÇÕES
01	109705	Claudione Rodrigues de Oliveira	Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais 1º ao 5º Ano-30h	01/04/2025	Em atenção ao Art. 8º, Inciso II da LO n.° 5.539/2021 devido a afastamento superior a 30 dias.
02	003995	Rosivete Oliveira da Silva	Professor dos Anos Iniciais – 20 Horas	01/04/2025	Em atenção ao Art. 8º, Inciso II da LO n.° 5.539/2021 devido a afastamento superior a 30 dias.

Art. 2° Esta portaria possui efeito retroativo a data de revogação de cada servidor.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48° aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 540 DE 14 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.923/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 163/2012 de 16 de Fevereiro de 2012 que prevê o plano de cargo carreira dos Profissionais da Educação de Tangará da Serra.

"*[…]* Art. 4 A série de níveis do cargo de Professor é estruturada em linha vertical de acesso.

§ 1° Os níveis são estruturados segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo, da seguinte forma:

a) Nível I – habilitação específica de nível médio – magistério;

b) Nível II – habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena em área específica da educação;

c) Nível III – habilitação específica de grau superior em nível de graduação em área específica da educação, representado por licenciatura plena, com especialização, atendendo às normas do Conselho Nacional de Educação;

d) Nível IV – habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com curso de mestrado na área de educação relacionada com sua habilitação e/ou na área de atuação;

e) Nível V – habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com curso de doutorado na área de educação.

§ 2° Cada nível desdobra-se em classes indicados por letras que vão de "A" a "H," que constituem a linha horizontal de progressão.

§ 3° A elevação de nível dar-se mediante apresentação de documento comprobatório de habilitação ou pós-graduação, observando-se o interstício de 03 (três) anos, e será concedida mediante requerimento do profissional da educação.

[…]

Art. 46 A movimentação funcional do Profissional da Educação dar-se-á em duas modalidades:

I – Por promoção de Nível;

II – Por progressão funcional de classe.*[…]*".

RESOLVE

Art. 1° CONCEDER a elevação de nível aos servidores pertencente a **Tabela de Progressão – Professores 30 Horas**, de acordo a legislação prevista no art. 4 e anexo I da Lei Municipal 163/2012 de 16/02/2012, e considerando a Lei Municipal 6.768/2025 de 13/03/2025.

TABELA DE PROGRESSÃO – PROFESSORES 30 HORAS – Anexo I – da Lei 163/2012

TABELA DE PROGRESSÃO – PROFESSORES 30 HORAS – BASE R$ 3.650,82 – LEI 6.768 DE 13/03/2025										
NÍVEL		CLASSE								
			A	B	C	D	E	F	G	H
			1	1,05	1,1	1,15	1,2	1,25	1,35	1,45
MAGISTÉRIO	I	BASE	3.650,82	3.833,36	4.015,90	4.198,44	4.380,98	4.563,52	4.928,61	5.293,69
SUPERIOR	II	50%	5.476,23	5.750,04	6.023,85	6.297,66	6.571,47	6.845,29	7.392,91	7.940,53
ESPECIALIZAÇÃO	III	65%	6.023,85	6.325,04	6.626,24	6.927,43	7.228,62	7.529,81	8.132,20	8.734,58
MESTRADO	IV	100%	7.301,64	7.666,72	8.031,80	8.396,88	8.761,97	9.127,05	9.857,21	10.587,38
DOUTORADO	V	140%	8.761,97	9.200,06	9.638,16	10.076,26	10.514,36	10.952,46	11.828,65	12.704,85
			Até 5 anos	+ de 5 anos	+ de 10 anos	+ de 15 anos	+ de 20 anos	+ de 25 anos	+ de 30 anos	+ de 35 anos

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL	
11/02/2025 – Protocolo nº 1274/2025	110740	Allan Gomes Frassetto	Professor dos Anos Finais – Matemática – 30 Horas	09/02/2022	Classe A – Nível II	Classe A – Nível III Especialização Especialização em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Faípe, Cuiabá/MT
DE: Classe: A – Nível: II – Grupo: PROFESSOR 30 H			**PARA: Classe: A – Nível: III – Grupo: PROFESSOR 30 H**			

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL	
03/04/2025 – Protocolo nº 3636/2025	110750	Cenea Alves de Sene	Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais 1º ao 5º Ano-30h	09/02/2022	Classe A – Nível II	Classe A – Nível III Especialização Especialização em Educação Especial através da (FIC) Faculdades Integradas de Cuiabá/MT
DE: Classe: A – Nível: II – Grupo: PROFESSOR 30 H			**PARA: Classe: A – Nível: III – Grupo: PROFESSOR 30 H**			

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL	
28/03/2025 – Protocolo nº 3273/2025	110007	Fabiana da Silva Araújo	Professor dos Anos Finais – Matemática – 30 Horas	09/08/2021	Classe A – Nível II	Classe A – Nível III Especialização Especialização em Alfabetização e Letramento através da Faculdade de Educação de Tangará da Serra (UNISERRA)
DE: Classe: A – Nível: II – Grupo: PROFESSOR 30 H			**PARA: Classe: A – Nível: III – Grupo: PROFESSOR 30 H**			

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL	
23/03/2025 – Protocolo nº 3007/2025	110849	Francislaide Azevedo de Oliveira	Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais 1º ao 5º Ano-30h	16/02/2022	Classe A – Nível II	Classe A – Nível III Especialização Especialização em Psicopedagogia e Educação Infantil através da Associação Varzeagrandense de Ensino e Cultura (AVEC), Várzea Grande/MT
DE: Classe: A – Nível: II – Grupo: PROFESSOR 30 H			**PARA: Classe: A – Nível: III – Grupo: PROFESSOR 30 H**			

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL	
18/03/2025 – Protocolo nº 2806/2025	110874	Ivanilda da Penha Sobrinho	Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais 1º ao 5º Ano-30h	16/02/2022	Classe A – Nível II	Classe A – Nível III Especialização Especialização em Alfabetização e Letramento através da Faculdade de Educação de Tangará da Serra (UNISERRA)
DE: Classe: A – Nível: II – Grupo: PROFESSOR 30 H			**PARA: Classe: A – Nível: III – Grupo: PROFESSOR 30 H**			

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL	
09/02/2025 – Protocolo nº 1171/2025	110755	Janaina Mendes de Magalhaes	Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais 1º ao 5º Ano-30h	09/02/2022	Classe A – Nível II	Classe A – Nível III Especialização Especialização em Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica através da Faculdade de Educação de Tangará da Serra (UNISERRA)
DE: Classe: A – Nível: II – Grupo: PROFESSOR 30 H			**PARA: Classe: A – Nível: III – Grupo: PROFESSOR 30 H**			

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL	
20/03/2025 – Protocolo nº 2905/2025	110841	Jaqueline Oliveira da Silva	Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais 1º ao 5º Ano-30h	09/02/2022	Classe A – Nível II	Classe A – Nível III Especialização Especialização em Psicopedagogia: Educação Infantil e Séries Iniciais através da Associação Varzeagrandense de Ensino e Cultura (FIVE), Várzea Grande/MT
DE: Classe: A – Nível: II – Grupo: PROFESSOR 30 H			**PARA: Classe: A – Nível: III – Grupo: PROFESSOR 30 H**			

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL	
03/04/2025 – Protocolo nº 3637/2025	111193	Tania Cristina da Silva	Professor dos Anos Finais – Matemática – 30 Horas	21/03/2022	Classe A – Nível II	Classe A – Nível III Especialização Especialização em Metodologia do Ensino da Matemática e Física através do Centro Universitário (UNINTER), Curitiba/PR
DE: Classe: A – Nível: II – Grupo: PROFESSOR 30 H			**PARA: Classe: A – Nível: III – Grupo: PROFESSOR 30 H**			

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a data do protocolo de cada servidor.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48° aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 541 DE 14 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.923/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 163/2012 de 16 de Fevereiro de 2012 que prevê o plano de cargo carreira dos Profissionais da Educação de Tangará da Serra.

"*[…]* Art. 4 A série de níveis do cargo de Professor é estruturada em linha vertical de acesso.

§ 1° Os níveis são estruturados segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo, da seguinte forma:

a) Nível I – habilitação específica de nível médio – magistério;

b) Nível II – habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena em área específica da educação;

c) Nível III – habilitação específica de grau superior em nível de graduação em área específica da educação, representado por licenciatura plena, com especialização, atendendo às normas do Conselho Nacional de Educação;

d) Nível IV – habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com curso de mestrado na área de educação relacionada com sua habilitação e/ou na área de atuação;

e) Nível V – habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com curso de doutorado na área de educação.

§ 2° Cada nível desdobra-se em classes indicados por letras que vão de "A" a "H," que constituem a linha horizontal de progressão.

§ 3° A elevação de nível dar-se mediante apresentação de documento comprobatório de habilitação ou pós-graduação, observando-se o interstício de 03 (três) anos, e será concedida mediante requerimento do profissional da educação.

[…]

Art. 46 A movimentação funcional do Profissional da Educação dar-se-á em duas modalidades:

I – Por promoção de Nível;

II – Por progressão funcional de classe.*[…]*".

RESOLVE

Art. 1° CONCEDER a elevação de nível aos servidores pertencente a **Tabela de Progressão – Professores 40 Horas**, de acordo a legislação prevista no art. 4 e anexo I da Lei Municipal 163/2012 de 16/02/2012, e considerando a Lei Municipal 6.768/2025 de 13/03/2025.

TABELA DE PROGRESSÃO – PROFESSORES 40 HORAS – Anexo I – da Lei 163/2012

TABELA DE PROGRESSÃO – PROFESSORES 40 HORAS – BASE R$ 4.867,77 – LEI 6.768 DE 13/03/2025										
NÍVEL		CLASSE								
			A	B	C	D	E	F	G	H
			1	1,05	1,1	1,15	1,2	1,25	1,35	1,45
MAGISTÉRIO	I	BASE	4.867,77	5.111,16	5.354,55	5.597,94	5.841,32	6.084,71	6.571,49	7.058,27
SUPERIOR	II	50%	7.301,66	7.666,74	8.031,82	8.396,90	8.761,99	9.127,07	9.857,23	10.587,40
ESPECIALIZAÇÃO	III	65%	8.031,82	8.433,41	8.835,00	9.236,59	9.638,18	10.039,78	10.842,96	11.646,14
MESTRADO	IV	100%	9.735,54	10.222,32	10.709,09	11.195,87	11.682,65	12.169,43	13.142,98	14.116,53
DOUTORADO	V	140%	11.682,65	12.266,78	12.850,91	13.435,05	14.019,18	14.603,31	15.771,57	16.939,84
			Até 5 anos	+ de 5 anos	+ de 10 anos	+ de 15 anos	+ de 20 anos	+ de 25 anos	+ de 30 anos	+ de 35 anos

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL	
10/03/2025 – Protocolo nº 2408/2025	104572	Marli de Fatima Da Silva	Professor dos Anos Finais – Anos Iniciais – 40 Horas	06/08/2015	Classe B – Nível III	Classe B – Nível IV Mestrado Mestre em Educação Inclusiva pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
DE: Classe: B – Nível: III – Grupo: PROFESSOR 40 H			PARA: Classe: B – Nível: IV – Grupo: PROFESSOR 40 H			

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a data do protocolo do servidor.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48° aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 542 DE 14 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.586/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a Portaria n° 392/2025 de 18 de Março de 2025, que concedeu Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias;

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR a partir de 01/04/2025 a senhora**MARILENE DA LUZ OLIVEIRA**, servidora efetiva no cargo de COORDENADOR PEDAGÓGICO,registrada sob o nº 111230, para **responder pelas demandas administrativas do cargo de DIRETOR DE ESCOLA**, simbologia DAS II – A, nos termos da Lei n° 6.480/2024 de 31/05/2024, fazendo jus ao recebimento de **20% (vinte por cento)** de comissão, conforme Anexo VI da Lei Complementar n.° 163/2012 e relatório de alunos, enquanto a titular do cargo a senhora CLAUDIONE RODRIGUES DE OLIVEIRA, registrada sob o nº 109705, estiver em usufruto de licença maternidade, durante o **período de 14/03/2025 à 09/09/2025**, conforme Portaria n° 392 de 18 de março de 2025.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 543 DE 14 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.596/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Art. 1° RELOTAR a servidora **ANA LUCIA DA SILVA LOPES ROSA**, registrada sob o n° 111484, admitida em 25/07/2022, no cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H e lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do art. 104, inciso II, alínea “b”, da Lei Orgânica Municipal 006/1994, conforme segue:

De	Para
C.M.E. Dom Bosco	C.M.E. Antenor Soares

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 544 DE 14 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 9.097/2024/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR a senhora**DAYANE PADILHA DE FRANÇA**, servidora efetiva no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – TÉCNICO EM GESTÃO EDUCACIONAL,registrada sob o n° 107510, para **responder pelas demandas administrativas do cargo de ASSESSOR DE GABINETE DA SEMEC**, simbologia DAS-II, nos termos da Lei 3.749/2012 de 29/02/2012, fazendo jus ao recebimento proporcional dos dias trabalhados, do valor do cargo e comissão de 35% (trinta e cinco por cento) sobre os vencimentos da função, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei 2.099/2003 de 29/12/2003, enquanto a titular do cargo a senhora BRUNA GABRIELA FIGUEIREDO, registrada sob o n° 109501, estiver afastada por motivo de auxílio-doença, durante o **período de 24/03/2025 a 22/04/2025, totalizando 30 (trinta) dias**.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 24/03/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 545 DE 15 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.578/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação,

CONSIDERANDO a Portaria n° 547 de 13 de Março de 2023 que designou Secretário Escolar;

RESOLVE

Art. 1° RELOTAR a servidora **CIBELE PEREIRA DOS SANTOS**, registrada sob o nº 111727, admitida em 23/12/2022, no cargo de SECRETARIO ESCOLAR, símbolo DAI – VIII, de acordo com a Lei Ordinária nº 5.648/2022 de 03/02/2022, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

De	Para
C.M.E. Cecilia Capucho	C.M.E. Prof. José Nodari

Art. 2° ALTERAR a comissão de cargo de 25% (vinte e cinco por cento) **para 35% (trinta e cinco por cento)** de acordo com a referência salarial DAI – VIII da Lei nº 5.648/2022, considerando o número de alunos matriculados no C.M.E. conforme Anexo VI da Lei Complementar n° 163/2012.

Art. 3° Esta Portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 4° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 546 DE 15DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.794/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER o Adicional de Classes Multisseriadas, conforme disposto no art. 106 da Lei Complementar 163/2012 de 16/02/2012, referente às aulas ministradas no mês de Março/2025 aos servidores descritos abaixo:

Nº	Registro	Servidor	Cargo	Hora-Aula Com Aluno	Total De Hora-Aula A Conceder	Nº Alunos Turma	Percentual %	Valor R$
001	107614	ADENILTON JESUS LIMA	1134 - PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	20	27	18	20%	R$ 887,15
002	112742	APARECIDA DE SA ANGELINO	1117 - PROFESSOR PEDAGOGO - ZONA RURAL - CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA	20	27	16	20%	R$ 887,15
003	112743	CLAUDIA FERREIRA NUNES	1117 - PROFESSOR PEDAGOGO - ZONA RURAL - CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA	20	27	20	30%	R$ 1.330,72
004	111765	CRISTIANA SABUGARIO FABRICIO THEODORO	1134 - PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	25	33	12	20%	R$ 1.084,29
005	111765	CRISTIANA SABUGARIO FABRICIO THEODORO	1134 - PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	9	12	15	20%	R$ 394,29
006	113500	ELIZETE RAMOS DA SILVA	1118 - PROFESSOR PEDAGOGO - ZONA RURAL - EM CHAPADÃO DO RIO VERDE	20	27	17	20%	R$ 887,15
007	112588	GEIJIANE SANTANA DA SILVA	1210 - PROFESSOR PEDAGOGO-ZONA RURAL CME MARECHAL CANDIDO RONDON	23	31	15	20%	R$ 1.018,58
008	112092	JESSICA DA SILVA ALMEIDA	1134 - PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	20	27	16	20%	R$ 887,15
009	112575	LAIS KETINA GOMES DA SILVA	0653 - PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA – ZONA RURAL	2	2	21	30%	R$ 98,57
010	112575	LAIS KETINA GOMES DA SILVA	0653 - PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA – ZONA RURAL	9	12	21	30%	R$ 591,43
011	112575	LAIS KETINA GOMES DA SILVA	0653 - PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA – ZONA RURAL	6	8	39	30%	R$ 394,29
012	112589	LEONICE LIMA DA SILVA	1362 - PROFESSOR PEGAGOGO-ZONA RURAL CME PROF EDIVANIA TAVARES	20	27	18	20%	R$ 887,15
013	112593	LUCIENE APARECIDA RAMOS DA SILVA	1362 - PROFESSOR PEGAGOGO-ZONA RURAL CME PROF EDIVANIA TAVARES	20	27	18	20%	R$ 887,15
014	112592	MARIA HELENA SILVA DE MATOS	1362 - PROFESSOR PEGAGOGO-ZONA RURAL CME PROF EDIVANIA TAVARES	20	27	18	20%	R$ 887,15
015	112592	MARIA HELENA SILVA DE MATOS	1362 - PROFESSOR PEGAGOGO-ZONA RURAL CME PROF EDIVANIA TAVARES	20	27	18	20%	R$ 887,15
016	112586	MARTA FURQUIM DE OLIVEIRA	1211 - PROFESSOR PEDAGOGO - ZONA RURAL-CME ERNESTO CHE GUEVARA	20	27	15	20%	R$ 887,15
017	112586	MARTA FURQUIM DE OLIVEIRA	1211 - PROFESSOR PEDAGOGO - ZONA RURAL-CME ERNESTO CHE GUEVARA	6	8	15	20%	R$ 262,86
018	112708	ROSINEI CARMEM DE OLIVEIRA	1211 - PROFESSOR PEDAGOGO - ZONA RURAL-CME ERNESTO CHE GUEVARA	18	24	21	30%	R$ 1.182,87
019	112708	ROSINEI CARMEM DE OLIVEIRA	1211 - PROFESSOR PEDAGOGO - ZONA RURAL-CME ERNESTO CHE GUEVARA	6	8	21	30%	R$ 394,29
020	107696	WERICA MIRLEN DUARTE SILVA	1134 - PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H	23	31	20	30%	R$ 1.527,87

21	112623	THIAGO FAGUNDES DE SOUZA	1370 - PROFESSOR ED. INF. ANOS INICIAIS E ENS. FUN.-EMI KONAHETE	20	27	20	30,00%	R$ 1. 330,72

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 547 DE 15 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.574/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Art. 1° DESIGNAR a servidora **VERA REGINA DA SILVA**, efetiva no cargo de PROFESSOR DOS ANOS FINAIS – ANOS INICIAIS – 40 HORAS, registrada sob o n° 104648 e admitida em 01/09/2015, para exercer a função comissionada de **DIRETOR DE ESCOLA** do C.M.E. Sebastião Rodrigues dos Santos**,** símbolo DAS-II-A, de acordo com a Lei n° 6.480/2024 de 31/05/2024, fazendo jus ao recebimento de **comissão de 25% (vinte e cinco por cento)**, conforme Anexo VI da Lei Complementar n° 163/2012, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2° Esta portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48° aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 548 DE 15 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o art. 33 da Lei Complementar Municipal n° 268/2022 que trata do procedimento de readaptação para melhor atendimento do interesse público;

CONSIDERANDO o Atestado Médico apresentado sob o Protocolo Servidor n° 445/2025/1Doc;

CONSIDERANDO o Parecer Médico emitido pelo médico do trabalho Dr. Renato Gonçalves Vaccari – CRM/MT 4478;

CONSIDERANDO o Despacho n° 6 – 445/2025/1Doc inserido no Protocolo Servidor n° 445/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação, enviado ao Departamento Pessoal no dia 04/04/2025;

CONSIDERANDO a possibilidade de readaptação de funções de atribuições afins, bem como a existência de laudo pericial conclusivo quanto à readaptação;

RESOLVE

Art. 1º REGULARIZAR a readaptação nos termos do artigo 33 da Lei Complementar n° 268 de 25 de fevereiro de 2022, a servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação, relacionado a seguir:

1° Período de Readaptação					
Registro	**Nome**	**Cargo**	**Funções a desempenhar ao cargo**	**Local de Trabalho**	**Período do Atestado**
104236	Leticia da Silva Araújo	Técnico de Apoio Infantil	Técnico de Apoio Infantil	C.M.E. Jesu Pimenta de Souza	17/01/2025 à 31/03/2025 (74 dias)
Descrição da Função a Desempenhar					
Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, alunos, pais e os diversos segmentos da comunidade envolvidos nas atividades da escola, auxiliando nas demandas dos serviços de confecção de cartazes, no apoio aos professores com a organização e impressão das atividades escolares; Auxiliar os professores nas ações de acompanhamento e monitoramento para garantir a segurança dos alunos, supervisionando-os cuidadosamente no horário de intervalo dos educandos, em atividades recreativas e culturais; Envolver-se com a gestão escolar, no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, no cumprimento do calendário escolar, participando de reuniões e auxiliando na organização de eventos comemorativos promovidos pelo centro municipal de ensino.					
2º Período de Readaptação					
Registro	**Nome**	**Cargo**	**Funções a desempenhar ao cargo**	**Local de Trabalho**	**Período do Atestado**
104236	Leticia da Silva Araújo	Técnico de Apoio Infantil	Técnico de Apoio Infantil	Polo UAB/UFMT em sala anexa a E.E. Dr. Hélcio de Souza	01/04/2025 à 15/07/2025 (106 dias)
Descrição da Função a Desempenhar					
Conhecer e cumprir toda a legislação pertinente, bem como as normas e instruções específicas; Organizar e manter em dias a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, ordem de serviço, resoluções e demais documentos; Cumprir e fazer cumprir as determinações de seus superiores hierárquicos; Coordenar as atividades cotidianas da secretaria do Polo; Participar da elaboração e conselho do Polo; Secretariar as reuniões do conselho do Polo;					

Apresentar ao Coordenador, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados; Expedir documentos, devidamente assinados por vossa senhoria e pelo Coordenador; Zelar pela guarda e sigilo dos documentos do Polo; Manter atualizada a documentação dos corpos docente, discente, técnico e administrativo; Organizar, registrar, arquivar e expedir a documentação do Polo e dos cursistas; Orientar e acompanhar os serviços de limpeza, manutenção e outros serviços de apoio; Auxiliar o Coordenador nas atividades de controle orçamentário, aquisições e prestação de contas, na forma da lei; Exercer outras atividades que contribuam para a eficiência dos serviços da Secretaria do Polo.

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a 17/01/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 549 DE 15 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Certidão de Óbito apresentada pela servidora e protocolada sob o nº 4.169/2025/1Doc,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER afastamento de 08 (oito) dias consecutivos a servidora **SILVANETE RIBEIRO DE SOUZA**, efetiva no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – APOIO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, admitida em 23/06/2022, registrada sob o nº 111502 e lotada na Secretaria Municipal de Educação, em razão de falecimento de pessoa da família, conforme Certidão de óbito apresentada, nos termos do artigo 66, inciso V, alínea "b" da Lei Complementar n° 163/2012 de 16 de fevereiro de 2012, **no período de 08/04/2025 a 15/04/2025**.

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a 08/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 550 DE 15 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Certidão de Casamento, com matrícula nº 064576.01.55.2025.2.00054.202.0011212.61, apresentada pela servidora e protocolada sob nº 4.157/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licença Casamento por 05 (cinco) dias consecutivos a senhora **KETHERINE CAROLINY BRISCHILIARI**,servidora comissionada no cargo de ASSESSOR TÉCNICO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DA SEMEC registrada sob nº 110859, admitida em 11/02/2022 e lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Art. 113, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar n°. 006/1994, **no período de 14/04/2025 a 18/04/2025, sem alteração** do nome mantendo-se **"KETHERINE CAROLINY BRISCHILIARI".**

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a 14/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 551 DE 15 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o artigo 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994 "Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor estável fará jus a 03(três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, a ser gozada com a remuneração do cargo, pago nos meses de licença";

CONSIDERANDO o Protocolo Servidor nº 2.502/2024/1Doc;

CONSIDERANDOo Parecer nº 225/PGM/2021 quanto as remunerações e vencimentos;

RESOLVE

Art. 1º ALTERAR a Portaria nº 1426 de 13/09/2024 passando a ter a seguinte redação:

"***Art. 1º CONCEDER****àservidora* ***ADRIANA SOUZA ANDRADE DE ASSIS****, efetiva no cargo de PSICÓLOGO, admitida em 06/04/2015, registrada sob o nº 104352 e lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social,****Licença-prêmio por Assiduidade,*** *correspondente ao quinquênio de* ***06/04/2015 à 05/04/2020,*** *conforme os termos do §2 do artigo 102 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, com usufruto no período de:"*

Período Aquisitivo	Usufruto	Descrição
06/04/2015 à 05/04/2020	01/05/2023 a 31/05/2023	Portaria n° 1128/2023
	01/07/2024 a 31/07/2024	Portaria nº 1128/2023
	14/10/2024 a 27/11/2024	Portaria n° 973/2024
	14/10/2024 a 12/11/2024	Portaria n° 1426/2024
	01/07/2025 a 31/07/2025	Portaria nº 1128/2023
	14/07/2025 a 28/07/2025	Portaria n° 973/2024
	15/07/2025 a 13/08/2025	Portaria n° 1426/2024
	01/07/2025 a 31/07/2025	**1 (um) mês**

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCIA REGINA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOSO, Secretária Municipal de Assistência Social; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 552 DE 15DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.448/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

RESOLVE

Art. 1° REVOGAR a Portarian° 360 de 14 de Fevereiro de 2023, que designou o servidor **EDER RICHARDSON DA SILVA**, para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR DE AGRICULTURA PECUÁRIA**, efetivo no cargo de **TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA**,registrado sob n° 109817, admitido em 01/07/2021 e lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, voltando a exercer as atribuições do seu cargo de provimento efetivo.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 09/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ALCEU LUIZ GRAPEGGIA, Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 553 DE 15 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito em exercício de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.448/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

RESOLVE

Art. 1° RELOTAR o servidor **EDER RICHARDSON DA SILVA**, registrado sob o n° 109817, admitido em 01/07/2021, no cargo efetivo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA e lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos do art. 104, inciso II, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal do Município de Tangará da Serra, conforme segue:

De	Para	Local de Trabalho
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Licenciamento Ambiental

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 09/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48° aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ALCEU LUIZ GRAPEGGIA, Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 554 DE 16DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.563/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a partir de 09/04/2025 a senhora **CRISTINA COIMBRA DE PAULA**, registrada sob o nº 111443, admitida em 15/06/2022, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do cargo comissionado de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO**, nomeada mediante Portaria nº 873/2022 de 20 de Junho de 2022.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 09/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; WELINGTON MACHADO RONDON, Secretário Municipal de Cultura e Turismo; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 555 DE 16DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o Memorando n° 11.563/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a partir de 09/04/2025 a senhora **ROSELENE MAGALHÃES NASCIMENTO**, registrada sob o nº 112654, admitida em 16/02/2024, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do cargo comissionado de **COORDENADOR DE TURISMO**, nomeada mediante Portaria nº 189/2024 de 14 de Fevereiro de 2024.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 09/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; WELINGTON MACHADO RONDON, Secretário Municipal de Cultura e Turismo; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 556 DE 16 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 11.563/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

RESOLVE

Art. 1° NOMEAR a partir de 10/04/2025 a senhora**CRISTINA COIMBRA DE PAULA**, portadora do CPF nº 568……-.., para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR DE OFICINAS CULTURAIS**,símbolo DAI – II, de acordo com a Lei Municipal nº 6.795/2025, de 07/04/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 10/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse a senhora **CRISTINA COIMBRA DE PAULA**, portadora do CPF nº 568……-.., para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR DE OFICINAS CULTURAIS**,símbolo DAI – II, de acordo com a Lei Municipal nº 6.795/2025, de 07/04/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeada mediante Portaria n° 556/2025, a qual, declarada Empossada, **com início do exercício em 10/04/2025**, comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo de **Coordenador de Oficinas Culturais**.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; WELINGTON MACHADO RONDON, Secretário Municipal de Cultura e Turismo; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; CRISTINA COIMBRA DE PAULA, Coordenador de Oficinas Culturais.

PORTARIA N° 557 DE 16 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 11.563/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

RESOLVE

Art. 1° NOMEAR a partir de 10/04/2025 a senhora**ROSELENE MAGALHÃES NASCIMENTO**, portadora do CPF nº 964……-.., para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR DE EVENTOS TURÍSTICOS**,símbolo DAI – I, de acordo com a Lei Municipal nº 6.795/2025, de 07/04/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 10/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse a senhora **ROSELENE MAGALHÃES NASCIMENTO**, portadora do CPF nº 964……-.., para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR DE EVENTOS TURÍSTICOS**,símbolo DAI – I, de acordo com a Lei Municipal nº 6.795/2025, de 07/04/2025, com **comissão de 35%** sobre o vencimento base do cargo, de acordo com o artigo 40 § 2º da Lei Municipal 2.099/2003 de 29/12/2003, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeada mediante Portaria n° 557/2025, a qual, declarada Empossada, **com início do exercício em 10/04/2025**, comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo de **Coordenador de Eventos Turísticos**.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; WELINGTON MACHADO RONDON, Secretário Municipal de Cultura e Turismo; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; ROSELENE MAGALHÃES NASCIMENTO, Coordenador de Eventos Turísticos.

PORTARIA Nº 558 DE 16 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a documentação apresentada pela servidora e protocolada sob nº 12.325/2025/1Doc,

RESOLVE

Art. 1º ALTERAR o prenome como sendo **CIBELLE RIBEIRO DUARTE SOUZA**, em substituição ao anteriormente adotado, qual seja, **FRANSINEY DEOCLIDES RIBEIRO DUARTE SOUZA**, servidora efetiva no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS, registrada sob nº 107480, admitida em 22/07/2019 e lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme documentação apresentada.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 559 DE 16 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 12.270/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Art. 1° RELOTAR a partir de 22/04/2025 o servidor **KALLYU VITOR ARAÚJO DOS SANTOS**, registrado sob o n° 107973, admitido em 08/10/2019, no cargo efetivo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS e lotado na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do art. 104, inciso II, alínea “b”, da Lei Orgânica Municipal 006/1994, conforme segue:

De	Para
C.M.E. Joana D'Arc	Polo UAB/UFMT em sala anexa a Escola Estadual Dr. Hélcio de Souza

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 560 DE 16 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 23.015/2024/1Doc da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE

Art. 1° RELOTAR a servidora **MARTA MARTINS LANA**, registrada sob o n° 103887, admitida em 06/01/2015, no cargo efetivo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS e lotado na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 104, inciso II, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal 006/1994, conforme segue:

De	Para
USF Vila Goiânia	USF Centro

Art. 2° Esta Portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 561 DE 16 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 12.101/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

RESOLVE

Art. 1° NOMEAR a partir desta data o senhor**EDNALDO FERREIRA**, portador do CPF nº 018……-.., para exercer o cargo comissionado de **ENCARREGADO DE OBRAS**,símbolo DAI – III, de acordo com a Lei Municipal nº 5.117/2019, de 12/04/2019, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse o senhor **EDNALDO FERREIRA**, portador do CPF nº 018……-.., para exercer o cargo comissionado de **ENCARREGADO DE OBRAS**,símbolo DAI – III, de acordo com a Lei Municipal nº 5.117/2019, de 12/04/2019, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeado mediante Portaria n° 561/2025, o qual, declarado Empossado, **com início do exercício em 16/04/2025**, comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo de **Encarregado de Obras**.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; WELINGTON MACHADO RONDON, Secretário Municipal de Cultura e Turismo; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; EDNALDO FERREIRA, Encarregado de Obras.

PORTARIA Nº 562 DE 16 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando nº 12.222/2025/1Doc do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR a partir desta data a senhora**ELISANA DE OLIVEIRA ALMEIDA GONÇALVES**, portadora do CPF nº 255……-.., para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR DA OUVIDORIA DO SUS**,símbolo DAI-II, de acordo com a Lei Municipal nº 2.774/2007 de 17 de Outubro de 2007 alterada pela Lei Ordinária n° 6.828 de 16 de abril de 2025, lotada no Gabinete do Prefeito e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

TERMO DE POSSE

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei concede a posse a senhora **ELISANA DE OLIVEIRA ALMEIDA GONÇALVES**, portadora do CPF nº 255……-.., para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR DA OUVIDORIA DO SUS**,símbolo DAI-II, de acordo com a Lei Municipal nº 2.774/2007 de 17 de Outubro de 2007 alterada pela Lei Ordinária n° 6.828 de 16 de abril de 2025, lotada no Gabinete do Prefeito e com jornada diária de 08 (oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais e disponibilidade que as atribuições do cargo requer, nomeada mediante Portaria nº 562/2025, a qual, declarada Empossada, **com início do exercício em 16/04/2025,** comprometeu-se a cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo de **Coordenador da Ouvidoria do SUS**.

Prefeitura de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração; ELISANA DE OLIVEIRA ALMEIDA GONÇALVES, Coordenador da Ouvidoria do SUS.

PORTARIA Nº 563 DE 17 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Decreto 466/2024 de 30/07/2024 que homologou o Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP, Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT, Programas de Gerenciamento de Riscos – PGR e Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;

CONSIDERANDO o memorando nº 12.101/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

CONSIDERANDO o contido nos Laudos Técnicos das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT; nos Laudos de Insalubridade e Periculosidade; nos Programas de Gerenciamento de Riscos – PGR e nos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, todos elaborados pela empresa, ENGPREV SEGURANÇA DO TRABALHO EIRELLI em Junho/2024 pelos Engenheiros de Segurança do Trabalho Claudeci Lemes do Santos e Diego Lúcio Melo da Silva, por meio do Contrato firmado nº 032/ADM/2023 em 22/03/2023 e Termo Aditivo de Contrato nº 001/ADM/2024;

CONSIDERANDO que o “adicional de insalubridade é pago a todos os empregados que trabalham expostos em atividades ou operações insalubres, acima do limite de tolerância ou nas atividades previamente mencionadas nos Anexos da NR 15 e 16 da Portaria nº 3.214/78”;

CONSIDERANDO que uma atividade somente será considerada como insalubre, se preenchidos certos requisitos, previamente definidos pelo Ministério do Trabalho. A análise de determinada atividade far-se-á de forma global, ou seja, há a necessidade de que a atividade desenvolvida pelo empregado exponha o trabalhador ao contato com agente nocivo, que este agente nocivo esteja acima do limite de tolerância estabelecido pelo Ministério do Trabalho;

CONSIDERANDO a Lei Complementar 006/94 de 21/06/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores Públicos deste Município que estabelece respectivamente nos artigos que se segue:

“Art. 180 – Os servidores que trabalham em locais insalubres, em contato permanente com substâncias tóxicas, ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo observando-se os seguintes percentuais que incidam sobre os vencimentos – base:

I – 20%(vinte por cento) para o grau mínimo;

II – 30% (trinta por cento) para o grau médio;

III – 40% (quarenta por cento) para o grau máximo.

Parágrafo Único – O direito ao adicional de insalubridade, penosidade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Art. 183 – A insalubridade, a periculosidade e a penosidade inerente às funções exercidas pelos servidores serão fixadas com base nas normas técnicas e regulamentos editados pelo Ministério do Trabalho, para a espécie.

Parágrafo Único – O adicional de insalubridade por trabalho em raio-X ou substâncias radioativas corresponderá a 1/3(um terço) do vencimento do cargo efetivo e será concedido na forma da legislação pertinente.”;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2875/2008 de 09/04/2008, no Art. 1º, inciso VIII – “Vencimento Base é o valor da referência do Grupo Ocupacional ao qual o servidor ou empregado público esteja efetivamente enquadrado”;

CONSIDERANDO a Decisão Judicial do Juiz de Direito – Relator Marcelo Sebastião Prado de Moraes, perante o Processo nº 100840-73.2022.8.11.0055, na qual determina que a base de cálculo da insalubridade deve incidir sobre o vencimento do Grupo Ocupacional a que pertence o servidor;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Adicional de Periculosidade ao servidor lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, de provimento comissionado descrito abaixo, em virtude da atividade exercida conforme a NR – 16 "Atividades e Operações Perigosas", em seu anexo 3, Laudo de periculosidade homologado via Decreto 466/2024 e pagamento do adicional conforme Lei Complementar 006 de 21/06/1994 e Lei nº 2.875 de 10/04/2008.

Registro	Nome	Nome Local Trabalho	Nome Ambiente De Trabalho	Nome Cargo Atual	Insalubridade/Grau
113927	Ednaldo Ferreira	Casa de Rondon (Antônio Conselheiro)	SECULTUR Externo Manutenção Predial	Encarregado de Obras	30%/Grau Médio

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a 16/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; WELINGTON MACHADO RONDON, Secretário Municipal de Cultura e Turismo; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 564 DE 17 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 268/2022 de 25 de Fevereiro de 2022;

CONSIDERANDO o Atestado Médico protocolado pela servidora sob o n° 4.150/2025/1Doc;

RESOLVE

Art. 1° CONCEDERa senhora **ANDREA KAROLINE ZUCONELLI**, servidora efetiva no cargo de FISIOTERAPEUTA – 30 HORAS, registrada sob n° 111977, admitida em 20/03/2023 e lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias**, nos termos do artigo 92, da Lei Complementar n° 268 de 25 de fevereiro de 2022, conforme atestado médico fornecido pelo Dr. Gervásio Lima Brito, CRM-MT 3139, **no período de 13/04/2025 a 09/10/2025**.

Art. 2° Esta portaria possui efeito retroativo a 13/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48° Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 565 DE 17 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**,no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Decreto 466/2024 de 30/07/2024 que homologou o Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP, Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT, Programas de Gerenciamento de Riscos – PGR e Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;

CONSIDERANDO o Memorando nº 3.418/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o contido nos Laudos Técnicos das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT; nos Laudos de Insalubridade e Periculosidade; nos Programas de Gerenciamento de Riscos – PGR e nos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, todos elaborados pela empresa, ENGPREV SEGURANÇA DO TRABALHO EIRELLI em Junho/2024 pelos Engenheiros de Segurança do Trabalho Claudeci Lemes do Santos e Diego Lúcio Melo da Silva, por meio do Contrato firmado nº 032/ADM/2023 em 22/03/2023 e Termo Aditivo de Contrato nº 001/ADM/2024;

CONSIDERANDO que o "adicional de insalubridade é pago a todos os empregados que trabalham expostos em atividades ou operações insalubres, acima do limite de tolerância ou nas atividades previamente mencionadas nos Anexos da NR 15 e 16 da Portaria nº 3.214/78";

CONSIDERANDO que uma atividade somente será considerada como insalubre, se preenchidos certos requisitos, previamente definidos pelo Ministério do Trabalho. A análise de determinada atividade far-se-á de forma global, ou seja, há a necessidade de que a atividade desenvolvida pelo empregado exponha o trabalhador ao contato com agente nocivo, que este agente nocivo esteja acima do limite de tolerância estabelecido pelo Ministério do Trabalho;

CONSIDERANDO a Lei Complementar 006/94 de 21/06/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores Públicos deste Município que estabelece respectivamente nos artigos que se segue:

"Art. 180 – Os servidores que trabalham em locais insalubres, em contato permanente com substâncias tóxicas, ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo observando-se os seguintes percentuais que incidam sobre os vencimentos – base:

I – 20%(vinte por cento) para o grau mínimo;

II – 30% (trinta por cento) para o grau médio;

III – 40% (quarenta por cento) para o grau máximo.

Parágrafo Único – O direito ao adicional de insalubridade, penosidade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Art. 183 – A insalubridade, a periculosidade e a penosidade inerente às funções exercidas pelos servidores serão fixadas com base nas normas técnicas e regulamentos editados pelo Ministério do Trabalho, para a espécie.

Parágrafo Único – O adicional de insalubridade por trabalho em raio-X ou substâncias radioativas corresponderá a 1/3(um terço) do vencimento do cargo efetivo e será concedido na forma da legislação pertinente.";

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2875/2008 de 09/04/2008, no Art. 1º, inciso VIII – "Vencimento Base é o valor da referência do Grupo Ocupacional ao qual o servidor ou empregado público esteja efetivamente enquadrado";

CONSIDERANDO a Decisão Judicial do Juiz de Direito – Relator Marcelo Sebastião Prado de Moraes, perante o Processo nº 100840-73.2022.8.11.0055, na qual determina que a base de cálculo da insalubridade deve incidir sobre o vencimento do Grupo Ocupacional a que pertence o servidor;

RESOLVE

Art. 1º CLASSIFICAR o ambiente de trabalho do servidor lotado na **Secretaria Municipal de Saúde** de provimento efetivo regida pelo Regime de Previdência Própria **SERRAPREV** descrito abaixo, em virtude do contato com o agente nocivo causador do referido adicional, conforme Laudo de Insalubridade homologado via Decreto 466/2024 de 30/07/2024 e pagamento do adicional conforme Lei Complementar 006 de 21/06/1994.

Registro	Nome	Nome Local Trabalho	Nome Ambiente de Trabalho	Nome Cargo Atual	Insalubridade/Grau
001952	Runei Sales da Silva	Hospital Municipal	CME – Hospital Municpal	Técnico em Enfermagem – 40h	30%/Grau Médio

Art. 2º Esta portaria revoga o disposto na Portaria nº 1284/2024 de 19 de agosto de 2024, relativo a servidora acima relacionada e possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 566 DE 17 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 2.672/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE

Art. 1° RELOTAR o servidor **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**, registrado sob o nº 112011, admitido em 12/04/2023, no cargo efetivo de FARMACÊUTICO e lotado na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 104, inciso II, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal 006/1994, conforme segue:

De	Para
Hospital Municipal	Farmácia Satélite Altos do Tarumã

Art. 2° Esta portaria possui efeito retroativo a 01/04/2025.

Art. 3° Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Secretária Municipal de Saúde em Exercício (Portaria 465/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 567 DE 17 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Memorando n° 7.827/2025/1Doc da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 163/2012 de 16 de Fevereiro2012 que prevê o plano de cargo carreira dos Profissionais da Educação de Tangará da Serra.

"*[…]* Art. 4 A série de níveis do cargo de Professor é estruturada em linha vertical de acesso.

§ 1º Os níveis são estruturados segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo, da seguinte forma:

a) Nível I – habilitação específica de nível médio – magistério;

b) Nível II – habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena em área específica da educação;

c) Nível III – habilitação específica de grau superior em nível de graduação em área específica da educação, representado por licenciatura plena, com especialização, atendendo às normas do Conselho Nacional de Educação;

d) Nível IV – habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com curso de mestrado na área de educação relacionada com sua habilitação e/ou na área de atuação;

e) Nível V – habilitação específica de grau superior em nível de graduação, representado por licenciatura plena, com curso de doutorado na área de educação.

§ 2º Cada nível desdobra-se em classes indicados por letras que vão de "A" a "H," que constituem a linha horizontal de progressão.

§ 3º A elevação de nível dar-se mediante apresentação de documento comprobatório de habilitação ou pós-graduação, observando-se o interstício de 03 (três) anos, e será concedida mediante requerimento do profissional da educação.

[…]

Art. 46 A movimentação funcional do Profissional da Educação dar-se-á em duas modalidades:

I – Por promoção de Nível;

II – Por progressão funcional de classe.*[…]*".

CONSIDERANDO a Portaria n° 438 de 24 de março de 2025.

RESOLVE

Art. 1º RETIFICAR a Portaria n° 438 de 24 de março de 20255 que concedeu elevação de nível aos servidores pertencente a **Tabela de Progressão – Professores 30 Horas,** de acordo a legislação prevista no art. 4 e anexo I da Lei Municipal 163/2012 de 16/02/2012, e considerando a Lei Municipal 6. 768/2025 de 13/03/2025, relativo a servidora abaixo relacionada:

TABELA DE PROGRESSÃO – PROFESSORES 30 HORAS – Anexo I – da Lei 163/2012

TABELA DE PROGRESSÃO – PROFESSORES 30 HORAS – BASE R$ 3.650,82 – LEI 6.768 DE 13/03/2025										
NÍVEL		CLASSE	A	B	C	D	E	F	G	H
			1	1,05	1,1	1,15	1,2	1,25	1,35	1,45
MAGISTÉRIO	I	BASE	3.650,82	3.833,36	4.015,90	4.198,44	4.380,98	4.563,52	4.928,61	5.293,69
SUPERIOR	II	50%	5.476,23	5.750,04	6.023,85	6.297,66	6.571,47	6.845,29	7.392,91	7.940,53
ESPECIALIZAÇÃO	III	65%	6.023,85	6.325,04	6.626,24	6.927,43	7.228,62	7.529,81	8.132,20	8.734,58
MESTRADO	IV	100%	7.301,64	7.666,72	8.031,80	8.396,88	8.761,97	9.127,05	9.857,21	10.587,38
DOUTORADO	V	140%	8.761,97	9.200,06	9.638,16	10.076,26	10.514,36	10.952,46	11.828,65	12.704,85
			Até 5 anos	+ de 5 anos	+ de 10 anos	+ de 15 anos	+ de 20 anos	+ de 25 anos	+ de 30 anos	+ de 35 anos

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL	
07/01/2025 – Protocolo nº 114/2025	109691	Malislene Lucas de Araújo	Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais 1º ao 5º Ano-30h	01/06/2021	Classe A – Nível II	Nível III Especialização Especialização em Alfabetização e Letramento e a Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Metropolitana
DE: Classe: A – Nível: II – Grupo: PROFESSOR 30 H			PARA: Classe: A – Nível: III – Grupo: PROFESSOR 30 H			

Art. 2º EstaPortaria possui efeito retroativo considerando a data de conclusão do Estágio Probatório da servidora em **27/07/2024**, conforme Decreto N° 023 de 29 de Janeiro de 2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; NADIR JOSÉ BARIVIERA, Secretário Municipal de Educação em Exercício (Portaria n° 507/2025); MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 568 DE 17 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Certidão de nascimento apresentada pelo servidor e protocolada sob o memorando nº 12.607/2025/1Doc;

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de Junho de 1994;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licença Paternidade de 07 (sete) dias ao senhor **MARCOS ROBERTO DA SILVA**, servidor efetivo no cargo de CONTROLADOR GERAL MUNICIPAL, registrado sob nº 104471, admitido em 03/06/2015 e lotado no Gabinete do Prefeito,nos termos do artigo 95, da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 268/2022 de 25 de fevereiro de 2022, no período de **14/04/2025 a 20/04/2025**.

Art. 2º Esta portaria possui efeito retroativo a 14/04/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 569 DE 17 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO as orientações do Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO a aprovação em concurso público municipal com a inscrição nº. 0470, nomeada mediante Portaria nº. 130/GP/1994 de 03/09/1994 no cargo de **AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS**;

RESOLVE

Art. 1º REVOGAR as Portarias abaixo relacionadas referentes a Ascensão Funcional concedida a servidora **MARCIA DURAES DE OLIVEIRA,**admitida em **26/09/1994**, com o registro funcional nº 001109.

DATA	ENQUADRAMENTO	DESCRIÇÃO
15/ 01//2003	PORTARIA INTERNA Nº 017/GS/2003	**Art. 1º – Transpor** a partir de 02/01/2003, a servidora **Márcia Durães de Oliveira,** nomeada através da Portaria nº 130/GP/ 1994 e concurso público para o cargo de **Ajudante de Serviços Gerais**, ficando a mesma transposta para o cargo de **Agente Administrativo II,** mediante tempo de serviço na função e comprovação de escolaridade.
10/05/ 2004	PORTARIA Nº 200/GP/2004	**ENQUADRAR, a partir de 01/05/2004** os servidores Públicos Estatutários dos cargos Serviços Administrativos Nível III e Superior Nível IV, constantes do Anexo I da presente portaria, de acordo com o artigo 49 da Lei 2099/03 de 29 de Dezembro de 2003 e relatório da Comissão Especial nomeada através da Portaria 125/GP/2004 de 16/03/2004.
17/10/ 2014	ATO Nº 358/GP/ 2014	**ELEVAR DE NÍVEL, a partir de 01/10/2014, conforme requerimento próprio,** os servidores efetivos, no seu respectivo grupo ocupacional, conforme o artigo 12, da Lei Municipal 2875/2008, de 10 de abril de 2008. A elevação dos servidores efetivos foi realizada através da Comissão nomeada pela Portaria n°. 538/GP/2014 de 02/09/2014, conforme o Anexo II – Tabela de Progressão de Lei Municipal n°. 2875/2008 de 10 de abril de 2008. MARCIA DURÃES DE OLIVEIRA – Elevação: **NÍVEL IV.**
27/01/ 2016	ATO Nº 048/GP/ 2016	**Art. 1º ELEVAR DE NÍVEL,** a partir de 01/12/2015, conforme parecer nº. 132/CE/2015 da Comissão nomeada pela Portaria nº 463/GP/2015, aservidora efetiva **MARCIA DURÃES DE OLIVEIRA,** matrícula n°. 1109, admitida em 26/09/1994, no cargo de Agente Administrativo II,Grupo Ocupacional III, conforme o artigo 12, da Lei Municipal 2.875/2008, de 10 de abril de 2008. MARCIA DURÃES DE OLIVEIRA – Elevação: **NÍVEL V.** **A rt. 2º** A elevação dos servidores efetivos é realizada através da Comissão nomeada pela Portaria n°. 463/GP/2015 de 24/07/2015, conforme o Anexo II – Tabela de Progressão de Lei Municipal n°. 2.875/2008 de 10 de abril de 2008.
11/08/ 2017	PORTARIA Nº 718/GP/2017	**Art. 1º – REGULARIZAR,** mediante Enquadramento Geral (Progressão em Classe), com efeitos retroativos a partir de 10 de abril de 2008, os servidores Públicos Municipais constantes do quadro abaixo, nos termos inciso II do artigo 11, da Lei nº 2.875/2008, de 10 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra. MARCIA DURÃES DE OLIVEIRA – Enquadramento Anterior – Grupo-Classe: **OCUPACIONAL III – CLASSE A – 21-A**; Enquadramento Lei nº 2.875/2008 – Grupo-Classe: **OCUPACIONAL III-C**.
27/03/ 2018	PORTARIA Nº 477 DE 27 DE MARÇO DE 2018	**Art. 1º**. **PROCEDER ENQUADRAMENTO, a partir de 01/03/2018**, de acordo com a Lei Municipal nº 2875/2008 de 10 de abril de 2008 à Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra, pertencentes ao Grupo Ocupacional III, relativo ao interstício temporal de 05 (cinco) anos. Quinquênio: 10/04/2008 a 09/04/2013. MARCIA DURÃES DE OLIVEIRA – Enquadramento: Enquadramento Anterior-Grupo/Classe: **OCUPACIONAL III-C-05;** Enquadramento Atual-Grupo/Classe: **OCUPACIONAL III-V-D.**
29/06/ 2018	PORTARIA Nº 831 DE 29 DE JUNHO DE 2018	**Art. 1º**. **PROCEDER ENQUADRAMENTO, a partir de 01/06/2018**, de acordo com a Lei Municipal nº 2.875/2008 de 10 de abril de 2008 aos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra, pertencentes ao **Grupo Ocupacional III**, relativo ao interstício temporal de 05 (cinco) anos. Quinquênio: 10/04/2013 a 10/04/2018. MARCIA DURÃES DE OLIVEIRA – Enquadramento: Enquadramento Anterior-Grupo/Classe: **OCUPACIONAL III-D-5-D;** Enquadramento Atual-Grupo/Classe: **OCUPACIONAL III-V-E.**

Art. 2º A servidora de que trata o *caput* ao artigo anterior, permanecerá no cargo de origem de **AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS**, mediante aprovação em concurso público municipal com a inscrição 0527, para o cargo Ajudante de Serviços Gerais, revogando as portarias acima especificadas no art. 1º.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 570 DE 17 DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a aprovação no concurso público municipal com a inscrição nº. 0527 resultado homologado via Decreto nº. 055/GP/1994, no cargo de Ajudante de Serviços Gerais.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008, que Dispõe Sobre o Plano De Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos Dos Servidores Públicos Do Município De Tangará Da Serra e dá outras providências, em atenção aos art. 11, 18 e 33.

"[…] Art. 11 Dar-se-á o enquadramento e nomeação:

I - aos servidores que ingressarem no serviço público mediante nomeação, após classificação em concurso público, será efetuado o enquadramento no cargo referente ao seu grupo ocupacional, sendo sua progressão após o término do estágio probatório;

II - os atuais servidores estáveis e efetivos do Município de Tangará da Serra, serão enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos, de acordo com seu tempo de serviço público, na letra correspondente ao período temporal da Tabela de Progressão em classe no seu grupo ocupacional, sem acréscimo salarial;

III – O enquadramento em nível será realizado através da apresentação de Diploma, certificado ou documento legal que comprove a conclusão de grau de escolaridade superior àquela de referência do Grupo Ocupacional.

[…]

Art. 12 O desenvolvimento do servidor municipal nas carreiras far-se-á através da progressão.

Parágrafo único. Progressão é a elevação do servidor de classe e nível imediatamente superior, dentro da mesma carreira e dependerá, cumulativamente, de: **Nível e Classe.**

[…]

Art. 33 Decorrido o interstício de 05 (cinco) anos e o servidor não for avaliado, de acordo com o Anexo III e IV da presente Lei, a progressão em classe será realizada automaticamente com percentual máximo, conforme Anexo V desta Lei.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER o enquadramento na Lei Municipal 2875/2008 relativo a PROGRESSÃO EM NÍVEL E CLASSE a servidora **MARCIA DURAES DE OLIVEIRA**, no cargo de provimento efetivo de **AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS - GRUPO OCUPACIONAL I, com admissão em 26/09/1994**, nos termos dos Art. 11, 12, 18 e 33 e anexo I e II da Lei 2875/2008 de 10/04/2008. Considerando que "*os atuais servidores estáveis e efetivos do Município de Tangará da Serra serão enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos, de acordo com seu tempo de serviço público, na letra correspondente ao período temporal da Tabela de Progressão em classe no seu grupo ocupacional, sem acréscimo salarial*", conforme descrito no Art. 11, inciso II da Lei 2875/2008, de acordo com o **Grupo Ocupacional I, conforme ANEXO I – B.**

NÍVEL		CLASSE							
		A	B	C	D	E	F	G	H
FUNDAMENTAL	II	BASE	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%
MÉDIO	III	15%							
SUPERIOR	IV	25%							
ESPECIALIZAÇÃO	V	35%							

a) CONCEDER ELEVAÇÃO E PROGRESSÃO NÍVEL:

a) ENSINO FUNDAMENTAL, concluído em 25/04/2001, na **Unidade de Ensino e Desenvolvimento Integral – UEDI – Escola de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio** – jus a simbologia III - 15% base do Grupo Ocupacional I.

b) ENSINO MÉDIO, concluído em 25/04/2001, na **Unidade de Ensino e Desenvolvimento Integral – UEDI – Escola de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio** – jus a simbologia III – 25% base do Grupo Ocupacional I.

c) ENSINO SUPERIOR – **Curso Superior de Serviço Social,** concluído em 2013 pela **UNIVERSIDADE ANHANGUERA(UNIDERP), Tangará da Serra-MT**, fazendojus a simbologia IV – 35% base do Grupo Ocupacional I.

d) ESPECIALIZAÇÃO, em **"Pós-Graduação Latu Sensu de Gestão de Programas de Saúde Familiar"** concluída em 05/10/2015 pela **UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES** (Resolução CNE/CES nº 1 de 03/04/2001 e Resolução nº 1 de 08/06/2007) **-** jus a simbologia V - 45% base do Grupo Ocupacional I.

b) CONCEDER ELEVAÇÃO E PROGRESSÃO EM CLASSE, Aplicando o art. 11 inciso II da Lei Municipal 2875/2008, em 10/04/2008 a servidora seria enquadrada no Grupo Ocupacional I, Letra C, considerando 13 anos; 6 meses; 1 semana e 5 dias, compreendido ao período de 26/09/1994 a 10/04/2008.

Nome	Cargo de Concurso	Admissão	Lei 2875/08	Tempo em 10/04/2008	Art. 11 Inciso. II Lei.2875/08.
Marcia Durães de Oliveira	Ajudante de Serviços Gerais	26/09/1994	10/04/2008	13 anos, 6 meses, 1 semana e 05 dias	OCUP I-V-D

Enquadrada no cargo de Origem do Concurso Público de **Ajudante de Serviços Gerais,** pertencente ao Grupo Ocupacional I, devemos enquadrá-la na Lei Municipal nº 2875/2008, concedendo a Progressão em Classe referente ao 1º quinquênio no período de **10/04/2008 a 09/04/2013**.

Nome	Cargo de Concurso	Admissão	2875/2008	Tempo em 10/04/2008	Art. 11 Inciso II Lei. 2875/08	1º Quinquênio	Art. 11 Inciso II Lei. 2875/08.
Marcia Durães de Oliveira	Ajudante de Serviços Gerais	26/09/1994	10/04/2008	13 anos; 06 meses, 01 semana e 05 dias	OCUP I-C	10/04/2008 a 09/04/2013	OCUP I-V-D

Conceder a Progressão em Classe referente ao 2º quinquênio no período de **10/04/2013 a 09/04/2018.**

Nome	Cargo de Concurso	Admissão	2875/2008	1º Quinquênio	Art. 11 Inciso II Lei. 2875/08	2º Quinquênio	Art. 11 Inciso II Lei. 2875/08
Marcia Durães de Oliveira	Ajudante de Serviços Gerais	26/09/1994	10/04/2008	10/04/2008 a 09/04/2013	OCUP I-V-D	10/04/2013 a 09/04/2018	OCUP I-V-E

Conceder a Progressão em Classe referente ao 3º quinquênio no período de **10/04/2018 a 09/04/2023.**

Nome	Cargo de Concurso	Admissão	2875/2008	2º Quinquênio	Art. 11 Inciso II Lei. 2875/08	3º Quinquênio	Art. 11 Inciso II Lei. 2875/08.

Marcia Durães de Oliveira	Ajudante de Serviços Gerais	26/09/1994	10/04/2008	13 anos; 06 meses, 01 semana e 05 dias	OCUP I-V-E	10/04/2018 a 09/04/2023	**OCUP I-V-F**

Art. 3º Visando manter valor nominal dos proventos será enquadrada no **Grupo Ocupacional I, Classe F,** Nível V. ficando com os vencimentos: Base do Grupo Ocupacional I, **R$ 1.547,75 + 15% (232,16) + 25% (386,93) + 35% (541,71) + 45% (696,48) + 10% (154,77) +10% (154,77) + 10% (154,77) = R$ 3.869,34, em virtude da revogação da ascensão funcional**, parametrizando o caso ao Processo TCE/MT nº 300640-2013, página 03, item 1 e memorando 1182/SAD/2019.

Art. 4º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 571 DE 17 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO as orientações do Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO a aprovação em concurso 001/2002, Homologado através do Decreto nº. 145/GP/2002 de 30/04/2002, sendo a mesma convocada através do Edital Complementar nº. 001/2002 de 08/05/2002, publicado dia 09/05/2002 no Diário da Serra-MT, páginas 01 e 02 – SUPLEMENTO ESPECIAL no cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM**;

RESOLVE

Art. 1º REVOGAR as Portarias abaixo relacionadas referentes a Ascensão Funcional concedida a servidora **RUTE DA SILVA,**admitida em **16/05/2002**, com o registro funcional nº 001944.

DATA	ENQUADRAMENTO	DESCRIÇÃO
30/04/2008	ATO Nº 145/GP/2008	**READEQUAR, a partir de 01/04/2008** a servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Enfermagem para a Categoria Funcional de Técnico de Enfermagem por motivo de extinção das vagas de provimento efetivo denominado Serviços Auxiliares – Nível II, de acordo com Lei nº 2.639/2006 de 28 de novembro de 2006. RUTE DA SILVA – readequação: **AUXILIAR DE ENFERMAGEM**; para: **TÉCNICO DE ENFERMAGEM.**
09/01/2009	ATO Nº 034/GP/2009	**ELEVAR DE NIVEL,** a partir de 01/01/2009, os servidores efetivos, nos seus respectivos grupos ocupacionais, conforme o artigo 12, da Lei Municipal 2875/2008, de 10 de abril de 2008. A elevação dos servidores efetivos foi realizada através da Comissão nomeada pela Portaria n°. 132/GP/2008 de 18/04/2008, conforme o Anexo II – Tabela de Progressão de Lei Municipal n°. 2875/2008 de 10 de abril de 2008. RUTE DA SILVA e cruz – Elevação: **NÍVEL III.**
11/08/2017	PORTARIA Nº 718/GP/2017	**REGULARIZAR,** mediante Enquadramento Geral (Progressão em Classe), com efeitos retroativos a partir de 10 de abril de 2008, os servidores Públicos Municipais constantes do quadro abaixo, nos termos inciso II do artigo 11, da Lei nº 2.875/2008, de 10 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra. RUTE DA SILVA E CRUZ – Enquadramento Anterior – Grupo-Classe: **OCUPACIONAL III-A;** Enquadramento Lei nº 2.875/2008 – Grupo-Classe: **OCUPACIONAL III-B**.
27/03/2018	PORTARIA Nº 477 DE 27 DE MARÇO DE 2018	**PROCEDER ENQUADRAMENTO, a partir de 01/03/2018**, de acordo com a Lei Municipal nº 2875/2008 de 10 de abril de 2008 à Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra, pertencentes ao Grupo Ocupacional III, relativo ao interstício temporal de 05 (cinco) anos – quinquênio: **10/04/2008 a 09/04/2013**. RUTE DA SILVA E CRUZ – Enquadramento Anterior Grupo/Classe: **OCUPACIONAL III-B-01;** Enquadramento Atual Grupo/Classe: **OCUPACIONAL III-III-C.**
29/06/2018	**PORTARIA Nº 831 DE 29 DE JUNHO DE 2018**	**Art. 1º. PROCEDER ENQUADRAMENTO, a partir de 01/06/2018**, de acordo com a Lei Municipal nº 2.875/2008 de 10 de abril de 2008 aos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra, pertencentes ao **Grupo Ocupacional III**, relativo ao interstício temporal de 05 (cinco) anos. RUTE DA SILVA E CRUZ – Enquadramento Anterior – Grupo/Casse: **OCUPACIONAL III-C-03**; Enquadramento Atual – Grupo/Classe: OCUPACIONAL III-III-D. Quinquênio: **10/04/2013 a 10/04/2018.**
07/12/2021	PORTARIA Nº 1990 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021	**Art. 1º CONCEDER ELEVAÇÃO DE NÍVEL**, prevista no art. 10, inciso I e anexo II da Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008, Lei Municipal 5352/2020 de 14/08/2020 e tabela de progressão salarial. RUTE DA SILVA – Elevação: **Nível IV.** **A rt. 2º** EstaPortaria entra em vigor com efeito retroativo abril/2021, conforme protocolo sob nº 8854/2021 de 19/03/2021.

Art. 2º A servidora de que trata o *caput* ao artigo anterior, permanecerá no cargo de origem de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM**, mediante aprovação em concurso público municipal com a inscrição 0527, para o cargo Auxiliar de Enfermagem, revogando as portarias acima especificadas no art.1º.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 572 DE 17 DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a aprovação de acordo com o Concurso Público de 001/2002, Homologado através do Decreto nº. 145/GP/2002 de 30/04/2002, sendo a mesma convocada através do Edital Complementar nº. 001/2002 de 08/05/2002, publicado dia 09/05/2002 no Diário da Serra-MT, páginas 01 e 02 – SUPLEMENTO ESPECIAL.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008, que Dispõe Sobre o Plano De Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos Dos Servidores Públicos Do Município De Tangará Da Serra e dá outras providências, em atenção aos art. 11, 18 e 33.

"[…] Art. 11 Dar-se-á o enquadramento e nomeação:

I - aos servidores que ingressarem no serviço público mediante nomeação, após classificação em concurso público, será efetuado o enquadramento no cargo referente ao seu grupo ocupacional, sendo sua progressão após o término do estágio probatório;

II - os atuais servidores estáveis e efetivos do Município de Tangará da Serra, serão enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos, de acordo com seu tempo de serviço público, na letra correspondente ao período temporal da Tabela de Progressão em classe no seu grupo ocupacional, sem acréscimo salarial;

III – O enquadramento em nível será realizado através da apresentação de Diploma, certificado ou documento legal que comprove a conclusão de grau de escolaridade superior àquela de referência do Grupo Ocupacional.

[…]

Art. 12 O desenvolvimento do servidor municipal nas carreiras far-se-á através da progressão.

Parágrafo único. Progressão é a elevação do servidor de classe e nível imediatamente superior, dentro da mesma carreira e dependerá, cumulativamente, de: **Nível e Classe.**

[…]

Art. 33 Decorrido o interstício de 05 (cinco) anos e o servidor não for avaliado, de acordo com o Anexo III e IV da presente Lei, a progressão em classe será realizada automaticamente com percentual máximo, conforme Anexo V desta Lei.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER o enquadramento na Lei Municipal 2875/2008 relativo a PROGRESSÃO EM NÍVEL E CLASSE a servidora **RUTE DA SILVA**, no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM - GRUPO OCUPACIONAL II, com admissão em 16/05/2002**, nos termos dos Art. 11, 12, 18 e 33 e anexo I e II da Lei 2875/2008 de 10/04/2008. Considerando que "*os atuais servidores estáveis e efetivos do Município de Tangará da Serra serão enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos, de acordo com seu tempo de serviço público, na letra correspondente ao período temporal da Tabela de Progressão em classe no seu grupo ocupacional, sem acréscimo salarial"*, conforme descrito no Art. 11, inciso II da Lei 2875/2008, de acordo com o **Grupo Ocupacional II, conforme ANEXO I – B.**

NÍVEL	CLASSE								
		A	B	C	D	E	F	G	H
FUNDAMENTAL	II	BASE	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%
MÉDIO	III	15%							
SUPERIOR	IV	25%							
ESPECIALIZAÇÃO	V	35%							

a) CONCEDER ELEVAÇÃO E PROGRESSÃO NÍVEL:

a) ENSINO MÉDIO, concluído em 16/08/2006 na Coordenadoria do Centro de Exames Supletivos – jus a simbologia III – 15% base do Grupo Ocupacional II.

b) ENSINO SUPERIOR, concluído em 30/11/2016 pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras – FACEL**, no curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos –** jus a simbologia IV – 25% base do Grupo Ocupacional II.

b) CONCEDER ELEVAÇÃO E PROGRESSÃO EM CLASSE, Aplicando o art. 11 inciso II da Lei Municipal 2875/2008, em 10/04/2008 a servidora seria enquadrado no Grupo Ocupacional II, Letra B, considerando 5 anos; 10 meses; 25 dias compreendido ao período de 16/05/2002 a 10/04/2008.

Nome	Cargo de Concurso	Admissão	Lei 2875/08	Tempo em 10/04/2008	Art. 11 Inciso. II Lei.2875/08.
RUTE DA SILVA	Auxiliar de Enfermagem	16/05/2002	10/04/2008	5 anos; 10 meses; 25 dias	OCUP II-V-B

Enquadrada no cargo de Origem do Concurso Público de **Auxiliar de Enfermagem** pertencente ao Grupo Ocupacional II, devemos enquadrá-la na Lei Municipal nº 2875/2008, concedendo a Progressão em Classe referente ao 1º quinquênio no período de **10/04/2008 a 09/04/2013**.

Nome	Cargo de Concurso	Admissão	2875/2008	Tempo em 10/04/2008	Art. 11 Inciso II Lei. 2875/08	1º Quinquênio	Art. 11 Inciso II Lei. 2875/08.
RUTE DA SILVA	Auxiliar de Enfermagem	16/05/2002	10/04/2008	5 anos; 10 meses; 25 dias	OCUP II-V-B	10/04/2008 a 09/04/2013	OCUP II-V-C

Conceder a Progressão em Classe referente ao 2º quinquênio no período de 09/04/2013 a 10/04/2018.

Nome	Cargo de Concurso	Admissão	2875/2008	1º Quinquênio	Art. 11 Inciso II Lei. 2875/08	2º Quinquênio	Art. 11 Inciso II Lei. 2875/08
RUTE DA SILVA	Auxiliar de Enfermagem	16/05/2002	10/04/2008	10/04/2008 a 09/04/2013	OCUP II-III-C	10/04/2013 a 09/04/2018	OCUP II-III-D

Conceder a Progressão em Classe referente ao 2º quinquênio no período de **09/04/2018 a 10/04/2023.**

Nome	Cargo de Concurso	Admissão	2875/2008	2º Quinquênio	Art. 11 Inciso II Lei. 2875/08	3º Quinquênio	Art. 11 Inciso II Lei. 2875/08.
RUTE DA SILVA	Auxiliar de Enfermagem	16/05/2002	10/04/2008	10/04/2013 a 09/04/2018	OCUP II-III-D	10/04/2018 a 09/04/2023	OCUP II-IV-E

Art. 3º Visando manter valor nominal dos proventos será enquadrado no Grupo Ocupacional II, Classe E, Nível IV de acordo com Anexo II da Lei Ordinária nº 6.768 de 13 de março de 2025, no ovalor de **R$** 2.777,92**(vencimento do cargo de Auxiliar de Enfermagem) com ocomplemento da diferença entre de R$** 2.877,35 **(salário cargo Técnico de Enfermagem) = R$ 99,43 (noventa e nove reais e quarenta e três centavos) de Complemento**

Constitucional, em virtude da revogação da ascensão funcional, parametrizando o caso ao Processo TCE/MT nº. 300640-2013, página 03 item 1) e Memorando 1182/SAD/2019.

Art. 4º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político-administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 573 DE 22 DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 que prevê o plano de cargo carreira dos servidores públicos desta municipalidade, em atenção ao 11 e 12

[…] Art. 11 Dar-se-á o enquadramento e nomeação:

I - aos servidores que ingressarem no serviço público mediante nomeação, após classificação em concurso público, será efetuado o enquadramento no cargo referente ao seu grupo ocupacional, sendo sua progressão após o término do estágio probatório;

II - os atuais servidores estáveis e efetivos do Município de Tangará da Serra, serão enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos, de acordo com seu tempo de serviço público, na letra correspondente ao período temporal da Tabela de Progressão em classe no seu grupo ocupacional, sem acréscimo salarial;

III – O enquadramento em nível será realizado através da apresentação de Diploma, certificado ou documento legal que comprove a conclusão de grau de escolaridade superior àquela de referência do Grupo Ocupacional.

[…]

Art. 12 O desenvolvimento do servidor municipal nas carreiras far-se-á através da progressão.

Parágrafo único. Progressão é a elevação do servidor de classe e nível imediatamente superior, dentro da mesma carreira e dependerá, cumulativamente, de:

I – Nível:

a) Diploma, certificado ou documento legal que comprove a conclusão de grau de escolaridade superior àquela de referência do Grupo Ocupacional. **b)** A progressão em nível acarretará um acréscimo em percentual específico para cada nível, de acordo com o vencimento base do Grupo Ocupacional, sendo incorporada ao vencimento base do servidor;

c) A progressão em nível do cargo de Agente Administrativo III acarretará um acréscimo em percentual específico para cada nível, de acordo com o vencimento base do Grupo Ocupacional II *[…].*

CONSIDERANDO a Lei 5.721/2022 de 16/05/2022 que regulamenta a elevação em nível através do Art..2º no qual ressalta que:

O Artigo 10 da Lei 2.875 de 10 de Abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

[…] II – Tabela do Grupo Ocupacional I, composta verticalmente por 04 (quatro) níveis, representados por algarismos romanos (de I a IV) conforme exigência de escolaridade e, horizontalmente de 08 (oito) classes representadas por letras maiúsculas de A a H, conforme avaliação de desempenho do servidor;

[…]§ 2º Os servidores devidamente matriculados até 29 de abril de 2022, nas hipóteses de elevação de nível desde que comprovados a matrícula e demais requisitos legais ficam resguardados os benefícios da Lei nº 2875/2008 sem aplicação das alterações da presente Lei.

§ 3º Os percentuais de elevação de nível sempre incindirão sobre o vencimento base do grupo ocupacional, vedada a sobreposição de vantagens, ficando vedada, ainda, a aplicação tão somente da diferença de percentuais entre os níveis de elevação.

§ 4º A elevação de nível se dará de acordo com o vencimento base do grupo ocupacional, não sendo este cumulativo, vedado o efeito cascata, bem como fica vedado a aplicação tão somente da diferença de percentuais entre classes.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de maio de 2022, revogando as disposições em contrário."

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a elevação de nível aos servidores pertencente ao **Grupo Ocupacional I,** de acordo a legislação prevista no art. 10, inciso I e anexo II da Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008, e considerando a Lei Municipal 6.768/2025 de 13/03/2025.

GRUPO OCUPACIONAL I – Anexo II – da Lei 2875/2008

GRUPO OCUPACIONAL I – BASE R$ 1.547,75 – LEI 6.768 DE 13/03/2025									
NÍVEL	**CLASSE**								
		A	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**
ALFABETIZADO	**I**	**BASE**	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%
FUNDAMENTAL	**II**	15%							
MÉDIO	**III**	25%							
SUPERIOR	**IV**	35%							

PROTOCOLO	REGISTRO	NOME	CARGO	ADMISSÃO	NÍVEL			
3.073/2025 de 25/03/ 2025	110018	GILBERTO DE SOUZA	TRABALHADOR BRAÇAL	01/09/ 2021	I	II – 15% - Concedido mediante PORTARIA 1820/2024	III-25%-**Ensino Médio(Credenciamento Nº560/2014 CEE/MT Autorização – Nº463/2021 CEE/MT) em 22 de Fevereiro de 2025, concluído na Escola Futuro Formação Profissional, Sapezal – MT.**	-
DE:	Grupo Ocupacional I, Classe A, Nível II R$ 1.779,91				**PARA:**	**Grupo Ocupacional I, Classe A, Nível III R$ 2.166,85** (Lei 6.768/2025)		
PROTOCOLO	**REGISTRO**	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**	**NÍVEL**			
3.292/2025 de 28/03/ 2025	110395	NAIR CATARINA DA SILVA	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	21/01/ 2022	I	II – 15% - **Ensino Fundamental(Decreto de Criação N° 4.747 de 05/10/84/ Autorização: CEB N° 183/2009 – CEE/MT) em 14 de março 2011, concluído na Escola Estadual Prefeito Alfredo de Araújo Granja – Arenápolis-MT.**	III-25%-**Ensino Médio (Criação:4741/ 84/Credenciamento: 183/2009 – 06/01/ 2012) em 24 de fevereiro de 2012, concluído na Escola Estadual Prefeito Alfredo de Araújo Granja – Arenápolis-MT.**	**IV-35%-Ensino Superior Tecnologia em Gestão Pública (Reconhecido pela Portaria nº 439 de 19/05/2017 – publicada no D. O.U 96, seção 1, pág. 17 de 22/05/2017/ Recredenciada pela Portaria nº 654 de 22/ 03/2019 – publicada no D.O.U 57, seção 1, pág. 55 de 25/03/2019) em 08 de Janeiro de 2025, concluído na Unopar – Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, Londrina-PR.**
DE:	Grupo Ocupacional I, Classe A, Nível I R$ 1.547,75				**PARA:**	**Grupo Ocupacional I, Classe A, Nível IV R$ 2.708,57**(Lei 6.768/2025)		
PROTOCOLO	**REGISTRO**	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**	**NÍVEL**			
3.606/2025 de 03/04/ 2025	110401	ROBSON PACHECO DELUQUI	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	21/01/ 2022	I	II – 15% - **Ensino Fundamental,(Criação 585/91/ Autorização Nº207/2010/CEE/MT/Credenciamento: Portaria n°171/2008/CEE/MT) em 07 de Janeiro de 2013, concluído na Escola Estadual Ver. Bento Muniz, Tangará da Serra – MT.**	III-25%-**Ensino Médio(Criação: 2147/82/Resolução 02/09 CEE-MT) em 09 de Junho de 2017, concluído na Escola Estadual Pedro Alberto Tayano, Tangará da Serra – MT.**	-
DE:	Grupo Ocupacional I, Classe A, Nível I R$ 1.547,75				**PARA:**	**Grupo Ocupacional I, Classe A, Nível III R$ 2.166,85** (Lei 6.768/2025)		
PROTOCOLO	**REGISTRO**	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**	**NÍVEL**			
3.360/2025 de 31/03/ 2025	110893	SEBASTIÃO RAMOS BATISTA	VIGIA	16/02/ 2022	I	II – 15% - **Ensino de 1° Grau – Fundamental,(Criação Dec. n° 493/ 80/ Autorização –Res. Nº128/82/ Reconhecimento Port. n°3277/92) em 07 de Março de 1997, concluído na Escola Estadual de 1° e 2° grau Dr. Emanuel Pinheiro da Silva Primo, Nortelândia – MT.**	III-25%-**Ensino de 2° Grau – Médio(Portaria de Reconhecimento n°3.277/92 de 15/12/92 – Diário Oficial 29/ 12/92) em 22 de Maio de 2001, concluído na Escola Estadual de I° e ° Graus João Brienne de Camargo, Cuiabá – MT.**	-
DE:	Grupo Ocupacional I, Classe A, Nível I R$ 1.547,75				**PARA:**	**Grupo Ocupacional I, Classe A, Nível III R$ 2.166,85** (Lei 6.768/2025)		

Art. 2º Esta Portaria possui efeito retroativoa data do protocolo do servidor.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 574 DE 22 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 que prevê o plano de cargo carreira dos servidores públicos desta municipalidade, em atenção ao 11 e 12

"*[…]* Art. 11 Dar-se-á o enquadramento e nomeação:

I - aos servidores que ingressarem no serviço público mediante nomeação, após classificação em concurso público, será efetuado o enquadramento no cargo referente ao seu grupo ocupacional, sendo sua progressão após o término do estágio probatório;

II - os atuais servidores estáveis e efetivos do Município de Tangará da Serra, serão enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos, de acordo com seu tempo de serviço público, na letra correspondente ao período temporal da Tabela de Progressão em classe no seu grupo ocupacional, sem acréscimo salarial;

III – O enquadramento em nível será realizado através da apresentação de Diploma, certificado ou documento legal que comprove a conclusão de grau de escolaridade superior àquela de referência do Grupo Ocupacional.

[…]

Art. 12 O desenvolvimento do servidor municipal nas carreiras far-se-á através da progressão.

Parágrafo único. Progressão é a elevação do servidor de classe e nível imediatamente superior, dentro da mesma carreira e dependerá, cumulativamente, de:

I – Nível:

a) Diploma, certificado ou documento legal que comprove a conclusão de grau de escolaridade superior àquela de referência do Grupo Ocupacional. **b)** A progressão em nível acarretará um acréscimo em percentual específico para cada nível, de acordo com o vencimento base do Grupo Ocupacional, sendo incorporada ao vencimento base do servidor;

c) A progressão em nível do cargo de Agente Administrativo III acarretará um acréscimo em percentual específico para cada nível, de acordo com o vencimento base do Grupo Ocupacional II *[…]*".

CONSIDERANDO a Lei 5.721/2022 de 16/05/2022 que regulamenta a elevação em nível através do Art..2º no qual ressalta que: *"O Artigo 10 da Lei 2. 875 de 10 de Abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:*

[…] II – Tabela do Grupo Ocupacional II, composta verticalmente por 04 (quatro) níveis, representados por algarismos romanos (de I a IV) conforme exigência de escolaridade e, horizontalmente de 08 (oito) classes representadas por letras maiúsculas de A a H, conforme avaliação de desempenho do servidor;

[…]§ 2º Os servidores devidamente matriculados até 29 de abril de 2022, nas hipóteses de elevação de nível desde que comprovados a matrícula e demais requisitos legais ficam resguardados os benefícios da Lei nº 2875/2008 sem aplicação das alterações da presente Lei.

§ 3º Os percentuais de elevação de nível sempre incindirão sobre o vencimento base do grupo ocupacional, vedada a sobreposição de vantagens, ficando vedada, ainda, a aplicação tão somente da diferença de percentuais entre os níveis de elevação.

§ 4º A elevação de nível se dará de acordo com o vencimento base do grupo ocupacional, não sendo este cumulativo, vedado o efeito cascata, bem como fica vedado a aplicação tão somente da diferença de percentuais entre classes. Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de maio de 2022, revogando as disposições em contrário."

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a elevação de nível aos servidores que pertence ao **Grupo Ocupacional II,** prevista no art. 10, inciso I e anexo II da Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008, e considerando a Lei Municipal 6.768/2025 de 13/03/2025.

GRUPO OCUPACIONAL II – Anexo II – da Lei 2875/2008

GRUPO OCUPACIONAL II – BASE R$ 1.634,09 – LEI 6.768 DE 13/03/2025									
NÍVEL	**CLASSE**								
		A	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**
FUNDAMENTAL	**II**	**BASE**	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%
MÉDIO	**III**	15%							
SUPERIOR	**IV**	25%							
ESPECIALIZAÇÃO	**V**	35%							

PROTOCOLO	**REGISTRO**	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**	**NÍVEL**			
3.070/2025 de 25/03/2025	110068	ALINE DOS SANTOS LIMA	RECEPCIONISTA	20/09/2021	II	III – 15% -**Ensino Médio (Criação: 1123/2008/Autorização: 269/2017/Credenciamento: Resolução 150/2010) 19 de Dezembro de 2018, concluído na Escola Ceja Antônio Casagrande, Tangará da Serra – MT.**	-	-
DE:	Grupo Ocupacional II, Classe A, Nível II R$ 1.634,09				PARA:	**Grupo Ocupacional II, Classe A, Nível III R$ 1.879,20** (Lei 6.768/2025)		
PROTOCOLO	**REGISTRO**	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**	**NÍVEL**			
2.800/2025 de 18/03/2025	111015	BRENDA NATHIELI SOARES DE SOUZA	RECEPCIONISTA	01/03/2022	II	III – 15% - **Ensino Médio (Criação: 1151/1977/Autorização: N°: Ato 136/2015 CEE/MT-26/05/2015/Credenciamento: CEB N° 144/2009 CEE MT) 11 de Janeiro de 2016, concluído na Estadual 13 de Maio, Tangará da Serra – MT.**	IV – 25%– **Ensino Superior de Letras (Credenciamento: Portaria nº 090/2021-GAB/CEE-MT, 29/09/2021, D.O.E. nº 28.096, p. 25. de 180, p. 23 na 01/10/2021 que Retifica n° a Portaria 037/2018/GAB-CEE/MT, D.O.E. n° 27226 de 22/03/2018) 14 de Março de 2022, concluído na Unemat – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres – MT.**	-
DE:	Grupo Ocupacional II, Classe A, Nível II R$ 1.634,09				PARA:	**Grupo Ocupacional II, Classe A, Nível IV R$ 2.287,73** (Lei 6.768/2025)		
PROTOCOLO	**REGISTRO**	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**	**NÍVEL**			
2.733/2025 de 17/03/2025	111018	CLEIA DOS SANTOS SABARRETE OLIVEIRA	RECEPCIONISTA	03/03/2022	II	III – 15% - **Ensino Médio (Resolução N° 249/00 C.E.E. MT D.O. DE Ato 06/12/00) 03 de Setembro de 2002, concluído na Escola Estadual Patriarca da Independência, Progresso – MT.**	IV – 25%– **Ensino Superior de Tecnologia em Gestão Pública (Reconhecido pela Portaria nº 439 de 19/05/2017 – publicada no D.O.U 96, seção 1, pág. 17 de 22/05/2017/Recredenciada pela Portaria nº 654 de 22/03/2019 – publicada no D.O.U 57, seção 1, pág. 55 de 25/03/2019) 12 de Julho de 2024, concluído na Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, Londrina – PR.**	-
DE:	Grupo Ocupacional II, Classe A, Nível II R$ 1.634,09				PARA:	**Grupo Ocupacional II, Classe A, Nível IV R$ 2.287,73** (Lei 6.768/2025)		
PROTOCOLO	**REGISTRO**	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**	**NÍVEL**			
3.145/2025 de 26/03/2025	110265	JOÃO GABRIEL RAMOS DOS SANTOS	RECEPCIONISTA	03/12/2021	II	III – 15% - **Ensino Médio (Criado pela Lei nº 11.892, 29 de dezembro de 2008, publicado no D.O.U em 30/12/2008/Lei nº 9.394, de 20/12/1996; Portarias Ministeriais nº 3.415, de 21/10/2004, e nº 783, de 25/06/2008) 24 de Janeiro de 2023, concluído no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato grosso, Tangará da Serra-MT.**	–	-
DE:	Grupo Ocupacional II, Classe A, Nível II R$ 1.634,09				PARA:	**Grupo Ocupacional II, Classe A, Nível III R$ 1.879,20** (Lei 6.768/2025)		
PROTOCOLO	**REGISTRO**	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**	**NÍVEL**			
4.092/2025 de 14/04/2025	111238	JOILSON NOBRES DA SILVA	MOTORISTA	04/04/2022	II	III – 15% - **Ensino Médio (Port. 175/89/D.0.14/12/89-Rec. 3277/92 de 15/12/92-D.O. 29/**	IV – 25% - **Superior de Teologia (IES Credenciada pela Portaria Ministerial – MEC Nº 1.746 – 07 de julho de 2003 – D.O.U/Curso Autorizado pela Portaria nº 1.747, publicada no DOU em**	**V – 35% -Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública (Credenciada pela Portaria Ministerial nº 1. 358, de 27/10/2017, publi-**

						12/92) 15 de março de 2006, concluído na Escola Estadual Madre Tarcila, Campo Novo dos Parecis – MT.	**08/07/2003. Reconhecido pela Portaria Normativa nº 40, art. 63, publicada no D.O.U. DE 13/12/2007.) 23 de dezembro de 2018, concluído na Faculdade de Teologia Hokemãh Fateh, Vitória do Mearim – MA**	**cada no D.0.U DE 30/10/201) 12 de junho de 2023, concluído na Invest – Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia, Cuiabá – MT.**
DE:	Grupo Ocupacional II, Classe A, Nível II R$ 1.634,09				PARA:	**Grupo Ocupacional II, Classe A, Nível V R$ 2.859,66** (Lei 6.768/2025)		
PROTOCOLO	**REGISTRO**	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**	**NÍVEL**			
3.115/2025 de 25/03/2025	111210	LENILSON RODRIGUES CHAVES	OPERADOR DE MÁQUINAS	18/03/2022	II	III – 15% - **Ensino Médio (Credenciamento: Portaria n° 445/2014 CEE-MT/Autorização: Resolução n° 447/2014 CEE-MT) 22 de abril de 2017, concluído na Escola Futuro – Formação Profissional, Sapezal – MT.**	IV – 25% -**Superior Sequencial de complementação de estudos com destinação coletiva EAD EM Gestão em Saúde (Credenciada pela Portaria n° 7, de 05 de janeiro de 2018, publicada no D.O.U. em 08 de janeiro de 2018/ Os cursos sequenciais são cursos de nível superior, nos termos do art. 44, inciso "T", da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. são regulamentados pela resolução MEC/CNE/CES N.º 1, DE 27 de janeiro de 1999; bem como pela resolução MEC/CNE/CES nº 1, de 22 de maio de 2017.) 07 de janeiro de 2024, concluído na FacLife – Faculdade Life, Padre Bernardo – GO.**	-
DE:	Grupo Ocupacional II, Classe A, Nível II R$ 1.634,09				PARA:	**Grupo Ocupacional II, Classe A, Nível IV R$ 2.287,73** (Lei 6.768/2025)		
PROTOCOLO	**REGISTRO**	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**	**NÍVEL**			
3.290/2025 de 28/03/2025	109532	TATIANE FERREIRA BORGES	AUXILIAR DE FARMÁCIA	03/05/2021	II	III – 15% - Concedido mediante PORTARIA 268/2025	IV – 25% - Concedido mediante PORTARIA 403/2025	**V – 35% -Pós-Graduação Lato Sensu de MBA em Gestão Pública (Recredenciada pela Portaria Ministerial nº 959 de 14/09/2018, publicada no D.O.U. nº 179 de 17/09/2018. /Recredenciada pela Portaria nº 654 de 22/03/2019 – publicada no D.O.U 57 de 25/03/2019/o CONSUN n° 1064/2021 de 14/10/2021, publicada em 14/10/2021) 23 de Janeiro de 2025, concluído na Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, Londrina – PR.**
DE:	Grupo Ocupacional II, Classe A, Nível IV R$ 2.287,72				PARA:	**Grupo Ocupacional II, Classe A, Nível V R$ 2.859,66** (Lei 6.768/2025)		

Art. 2º EstaPortaria possui efeito retroativo a data do protocolo do servidor.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA N° 575 DE 22 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 que prevê o plano de cargo carreira dos servidores públicos desta municipalidade, em atenção ao 11 e 12

"*[…]* Art. 11 Dar-se-á o enquadramento e nomeação:

I - aos servidores que ingressarem no serviço público mediante nomeação, após classificação em concurso público, será efetuado o enquadramento no cargo referente ao seu grupo ocupacional, sendo sua progressão após o término do estágio probatório;

II - os atuais servidores estáveis e efetivos do Município de Tangará da Serra, serão enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos, de acordo com seu tempo de serviço público, na letra correspondente ao período temporal da Tabela de Progressão em classe no seu grupo ocupacional, sem acréscimo salarial;

III – O enquadramento em nível será realizado através da apresentação de Diploma, certificado ou documento legal que comprove a conclusão de grau de escolaridade superior àquela de referência do Grupo Ocupacional.

[…]

Art. 12 O desenvolvimento do servidor municipal nas carreiras far-se-a através da progressão.

Parágrafo único. Progressão é a elevação do servidor de classe e nível imediatamente superior, dentro da mesma carreira e dependerá, cumulativamente, de:

I – Nível:

a) Diploma, certificado ou documento legal que comprove a conclusão de grau de escolaridade superior àquela de referência do Grupo Ocupacional. **b)** A progressão em nível acarretará um acréscimo em percentual específico para cada nível, de acordo com o vencimento base do Grupo Ocupacional, sendo incorporada ao vencimento base do servidor;

c) A progressão em nível do cargo de Agente Administrativo III acarretará um acréscimo em percentual específico para cada nível, de acordo com o vencimento base do Grupo Ocupacional II *[…]*".

CONSIDERANDO a Lei 5.721/2022 de 16/05/2022 que regulamenta a elevação em nível através do Art..2º no qual ressalta que: *"O Artigo 10 da Lei 2. 875 de 10 de Abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:*

[…] II – Tabela do Grupo Ocupacional III, composta verticalmente por 04 (quatro) níveis, representados por algarismos romanos (de I a IV) conforme exigência de escolaridade e, horizontalmente de 08 (oito) classes representadas por letras maiúsculas de A a H, conforme avaliação de desempenho do servidor;

[…]§ 2º Os servidores devidamente matriculados até 29 de abril de 2022, nas hipóteses de elevação de nível desde que comprovados a matrícula e demais requisitos legais ficam resguardados os benefícios da Lei nº 2875/2008 sem aplicação das alterações da presente Lei.

§ 3º Os percentuais de elevação de nível sempre incindirão sobre o vencimento base do grupo ocupacional, vedada a sobreposição de vantagens, ficando vedada, ainda, a aplicação tão somente da diferença de percentuais entre os níveis de elevação.

§ 4º A elevação de nível se dará de acordo com o vencimento base do grupo ocupacional, não sendo este cumulativo, vedado o efeito cascata, bem como fica vedado a aplicação tão somente da diferença de percentuais entre classes. Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de maio de 2022, revogando as disposições em contrário."

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a elevação de nível aos servidores pertencente ao **Grupo Ocupacional III,** de acordo a legislação prevista no art. 10, inciso I e anexo II da Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008, e considerando a Lei Municipal 6.768/2025 de 13/03/2025.

GRUPO OCUPACIONAL III – Anexo II – da Lei 2875/2008

GRUPO OCUPACIONAL III – BASE R$ 2.131,37 – LEI 6768 DE 13/03/2025									
NÍVEL	**CLASSE**								
		A	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**
MÉDIO	**III**	**BASE**	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%
SUPERIOR	**IV**	15%							
ESPECIALIZAÇÃO	**V**	25%							
MESTRADO	**VI**	35%							

PROTOCOLO	**REGISTRO**	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**	**NÍVEL**		
2.108/2025 de 04/03/2025	110800	LEANDRO ULTRAMARE QUEIROZ	AGENTE ADMINISTRATIVO II	16/02/2022	III	IV – 15% -**Superior de Gestão de Segurança Privada (Recredenciado pela Portaria nº 763, de 18 de setembro de 2020, publicada no DOU de 21 de setembro de 2020, seção 1, página 119) em 24 de Fevereiro de 2025, concluído na Uniasselvi–Centro Universitário Leonardo da Vinci, Indaial– SC**	–
DE:	Grupo Ocupacional III, Classe A, Nível III R$ 2.131,37				**PARA:**	**Grupo Ocupacional III, Classe A**, **Nível IV R$ 2.451,08** (Lei 6.768/2025)	
PROTOCOLO	**REGISTRO**	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**	**NÍVEL**		
3.180/2025 de 26/03/2025	107962	MARCIELLY MELANIA RIBEIRO BUCOSKI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 40H	08/10/2019	III	IV – 15% -Concedido mediante PORTARIA 721/2024	**V–25%- Pós-Graduação Lato Sensu – Hematologia Básica e Clínica (Portaria de credenciamento do MEC, 254 de 08 de Abril de 2022, publicado no DOU no dia 12 de abril de 2022) em 25 de Março de 2025, concluído na Facuminas – Faculdade de Minas, Brasília – DF.**
DE:	Grupo Ocupacional III, Classe B10, Nível IV R$ 2.664,22				**PARA:**	**Grupo Ocupacional III, Classe B10**, **Nível V R$ 3.197,06** (Lei 6.768/2025)	
PROTOCOLO	**REGISTRO**	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**	**NÍVEL**		
4.028/2025 de 11/04/2025	107426	SAMARA PEREIRA DA SILVA GONÇALVES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 40H	16/07/2019	III	IV – 15% -**Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (Recredenciamento pela portaria nº 1161 de 13/10/2016, publicada no DOU em 14/10/2016, Seção 1, pág. 16/Credenciamento EaD Portaria 1048 de 09/09/2016, publicação no DOU de 12/09/2016, Seção 1, pag. 11/Portaria nº 1095 de 26/10/2018, publicada em 26/10/2018, Seção 1, pág. 32.) em 12 de Março de 2025, concluído na Unifacvest – Centro Universitário Facvest, Lages – SC.**	–
DE:	Grupo Ocupacional III, Classe B10, Nível III R$ 2.344,51				**PARA:**	**Grupo Ocupacional III, Classe B10**, **Nível IV R$ 2.664,22** (Lei 6.768/2025)	

Art. 2º EstaPortaria possui efeito retroativo a data do protocolo do servidor.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 576 DE 22 DE ABRIL DE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 que prevê o plano de cargo carreira dos servidores públicos desta municipalidade, em atenção ao 11 e 12.

"*[…]* Art. 11 Dar-se-á o enquadramento e nomeação:

I - aos servidores que ingressarem no serviço público mediante nomeação, após classificação em concurso público, será efetuado o enquadramento no cargo referente ao seu grupo ocupacional, sendo sua progressão após o término do estágio probatório;

II - os atuais servidores estáveis e efetivos do Município de Tangará da Serra, serão enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos, de acordo com seu tempo de serviço público, na letra correspondente ao período temporal da Tabela de Progressão em classe no seu grupo ocupacional, sem acréscimo salarial;

III - O enquadramento em nível será realizado através da apresentação de Diploma, certificado ou documento legal que comprove a conclusão de grau de escolaridade superior àquela de referência do Grupo Ocupacional.

Art. 12 O desenvolvimento do servidor municipal nas carreiras far-se-à através da progressão.

Parágrafo único. Progressão é a elevação do servidor de classe e nível imediatamente superior, dentro da mesma carreira e dependerá, cumulativamente, de:

I – Nível:

a) Diploma, certificado ou documento legal que comprove a conclusão de grau de escolaridade superior àquela de referência do Grupo Ocupacional. **b)** A progressão em nível acarretará um acréscimo em percentual específico para cada nível, de acordo com o vencimento base do Grupo Ocupacional, sendo incorporada ao vencimento base do servidor;

c) A progressão em nível do cargo de Agente Administrativo III acarretará um acréscimo em percentual específico para cada nível, de acordo com o vencimento base do Grupo Ocupacional II *[…]*".

CONSIDERANDO a Lei 5.721/2022 de 16/05/2022 que regulamenta a elevação em nível através do Art..2º no qual ressalta que: *"O Artigo 10 da Lei 2. 875 de 10 de Abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:*

[…] II – Tabela do Grupo Ocupacional I, composta verticalmente por 04 (quatro) níveis, representados por algarismos romanos (de I a IV) conforme exigência de escolaridade e, horizontalmente de 08 (oito) classes representadas por letras maiúsculas de A a H, conforme avaliação de desempenho do servidor;

[…]§ 2º Os servidores devidamente matriculados até 29 de abril de 2022, nas hipóteses de elevação de nível desde que comprovados a matrícula e demais requisitos legais ficam resguardados os benefícios da Lei nº 2875/2008 sem aplicação das alterações da presente Lei.

§ 3º Os percentuais de elevação de nível sempre incindirão sobre o vencimento base do grupo ocupacional, vedada a sobreposição de vantagens, ficando vedada, ainda, a aplicação tão somente da diferença de percentuais entre os níveis de elevação.

§ 4º A elevação de nível se dará de acordo com o vencimento base do grupo ocupacional, não sendo este cumulativo, vedado o efeito cascata, bem como fica vedado a aplicação tão somente da diferença de percentuais entre classes.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de maio de 2022, revogando as disposições em contrário."

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a elevação de nível aos servidores que pertence ao **Grupo Ocupacional IV,** prevista no art. 10, inciso I e anexo II da Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008, e considerando a Lei Municipal 6.768/2025 de 13/03/2025.

GRUPO OCUPACIONAL IV – Anexo II – da Lei 2.875/2008

GRUPO OCUPACIONAL IV – BASE R$ 6.229,74 – LEI 6.768 DE 13/03/2025									
NÍVEL	**CLASSE**								
		A	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**
SUPERIOR	**IV**	**BASE**	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%	De 0 a 10%
ESPECIALIZAÇÃO	**V**	15%							
MESTRADO	**VI**	25%							
DOUTORADO	**VII**	35%							

PROTOCOLO	**REGISTRO**	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**	**NÍVEL**			
3914/2025 DE 09/04/ 2025	110865	GUILHERME TOMAS DE SANTANA JÚNIOR	PSICÓLOGO	16/04/2022	IV	V – 15% – **Pós-Graduação Lato Sensu em Nível de Especialização em Libras e Educação Inclusiva (Criado pela Lei 11. 892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no DOU em 30/12/2008.) em 05 de julho de 2021, concluído no IFMT – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Várzea Grande – MT.**	**VI-25%-Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Psicologia (Curso de Pós-graduação Stricto Sensu Psicologia, avaliado e Mestrado em recomendado pela Capes, reconhecido pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CES n° 228/2017), conforme homologação do Ministro da Educação publicada no D.O.U de 21/02/2018, página 19, Seção 1, por delegação e competência da Portaria do Ministério da Educação nº 129, de 20/02/2018.) em 05 de julho de 2021, concluído no UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá – MT.**	-
DE:	Grupo Ocupacional IV, Classe A, Nível IV R$ 6.229,74				PARA:	**Grupo Ocupacional IV, Classe A**, **Nível VI R$ 8.721,64** (Lei 6.768/2025)		
PROTOCOLO	**REGISTRO**	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**	**NÍVEL**			
Despacho 8-6265/2023 DE 09/04/ 2025	107829	LOUISI CRISTINI LOPES CARVALHO	ENFERMEIRO	05/09/ 2019	IV	V – 15% – **Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização Enfermagem na Atenção Primária com Enfase na Estratégia Saúde da**	-	-

						Família, (Credenciada pelo MEC por meio da Portaria nº229 de 05 de abril de 2022 publicado D.O.U. 07/04/2022) em 09 de agosto de 2023, concluído na Fahol-Faculdade Holística, Curitiba – PR.		
DE:	Grupo Ocupacional IV, Classe B10, Nível IV R$ 6.852,73				PARA:	**Grupo Ocupacional IV, Classe B10, Nível V R$ 7.787,18** (Lei 6.768/2025)		
PROTOCOLO	**REGISTRO**	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**	**NÍVEL**			
3629/2025 DE 03/04/ 2025	103695	QUELI APARECIDA KOLODZEY CARLOTTO	ENFERMEIRO	08/09/ 2014	IV	V – 15% – Concedido Mediante PORTARIA 880/2018	**VI-25%-Pós-Graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola – Epidemiologia da Pandemia de Sars-Cov-2 na População Rural de Tangará da Serra, concluído na Unemat – Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Reyes Maldonado, Cáceres-MT.**	-
DE:	Grupo Ocupacional IV, Classe C10, Nível V R$ 8.410,15				PARA:	**Grupo Ocupacional IV, Classe C10, Nível VI R$ 9.967,59** (Lei 6.768/2025)		

Art. 2º EstaPortaria possui efeito retroativo a data do protocolo do servidor.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

PORTARIA Nº 577 DE 22 DE ABRILDE 2025

O Senhor Prefeito de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **VANDER ALBERTO MASSON**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 que prevê o plano de cargo carreira dos servidores públicos desta municipalidade, em atenção ao Art.11 ao 18 e Art.33.

"[…] Art. 11 Dar-se-á o enquadramento e nomeação:

I - aos servidores que ingressarem no serviço público mediante nomeação, após classificação em concurso público, será efetuado o enquadramento no cargo referente ao seu grupo ocupacional, sendo sua progressão após o término do estágio probatório;

II - os atuais servidores estáveis e efetivos do Município de Tangará da Serra, serão enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreiras, Funções e Vencimentos, de acordo com seu tempo de serviço público, na letra correspondente ao período temporal da Tabela de Progressão em classe no seu grupo ocupacional, sem acréscimo salarial;

[…]"

Art. 12 O desenvolvimento do servidor municipal nas carreiras far-se- à através da progressão.

Parágrafo único. Progressão é a elevação do servidor de classe e nível imediatamente superior, dentro da mesma carreira e dependerá, cumulativamente, de: **Nível e Classe.**

Art. 14 Os percentuais de incorporação no vencimento base, de acordo com a tabela de progressão, serão definidos no Anexo V. Art. 15 A contagem do período de interstício será feita data a data, a contar da vigência da presente lei, sem qualquer redução, sendo interrompida nos casos de afastamento do servidor em decorrência de:

Art. 33 Decorrido o interstício de 05 (cinco) anos e o servidor não for avaliado, de acordo com o Anexo III e IV da presente Lei, a progressão em classe será realizada automaticamente com percentual máximo, conforme Anexo V desta Lei.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER a Progressão e a elevação do servidor em classe conforme a Lei Municipal 2875/2008, após (05) anos de efetivo exercício, conforme a Lei Municipal 2.875/2008 de 10/04/2008 e anexo da Lei Municipal 6.768/2025 de 13/03/2025, do servidor abaixo relacionado:

a) Servidor efetivo no **Grupo Ocupacional I – Base R$ 1.547,75** com a progressão de elevação em classe, **após 05 anos de efetivo exercício, com aplicação na folha de pagamento de Abril de 2025.**

Dados da Admissão			**De**			**Para**		
Nome/Servidor	**Cargo**	**Data de Admissão**	**Referência atual**	**Vencto atual**	**Período Quinquênio**	**Referência novo quinquênio**	**Vencto com quinquênio**	**Período do Quinquênio**
AGUIMAR APARECIDO DO NASCIMENTO	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	16/05/ 2002	Classe: D – Nível: 04 – Grupo: OCUPACIONAL I	**R$ 3. 018,12**	01/05/2014 a 31/04/2019	**Classe: E – Nível: 04 – Grupo: OCUPACIONAL I**	**R$ 3.172,89**	**01/05/2019 a 01/05/2024**

Art. 2º A Progressão em Classe do servidor acima relacionado será aplicada na folha de pagamento de Abril/2025.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito Municipal; MARCELO DOS SANTOS FERRO, Secretário Municipal de Administração.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado no Diário Oficial de Tangará da Serra no site: https://dom.tangaradaserra.mt.gov.br

SAMAE/ASSESSOR JURÍDICO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 38/2025/SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 38/2025/SAMAE

TIPO	TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO N. 12/2024/SAMAE – CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2023/SAMAE.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado Diretor Geral **MARCOS SCOLARI.**
CONTRATADA	**AQQUER ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.902.499/0001-93, estabelecida na Rua Barão de Melgaço, nº 2.754, bairro Centro Sul, Edifício Work Tower, 3º Andar, cidade de Cuiabá/MT, neste ato **representado por GABRIEL DUTRA.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente Termo Aditivo tem por objeto: **CREDENCIAMENTO DE ADMINISTRADORAS DE BENEFÍCIOS PARA A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE ACORDO COM O OBJETIVO DE DISPONIBILIZAR O OFERECIMENTO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR DE NO MÍNIMO 01 (UM) PLANO DE COBERTURA NACIONAL E/OU 1 (UM) PLANO DE COBERTURA ESTADUAL E/OU 1 (UM) PLANO DE COBERTURA REGIONAL DEVIDAMENTE REGISTRADOS NA ANS, VISANDO ATENDER AOS SERVIDORES DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT E SEUS DEPENDENTES.** Com supedâneo no artigo 57, da Lei 8666/93. **R$ 00,01 (zero vírgula zero um centavo)**
PRAZO	Tangará da Serra/MT, 29 de abril de 2025 prazo de vigência até o dia 29 de abril de 2026.

LEI ORDINÁRIA N.º 6.840, DE 28 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE A NOMINAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE ENSINO DO JARDIM BURITIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Centro Municipal de Ensino que será construído no bairro Jardim Buritis, será nominado oficialmente como Professor Adavilso Aparecido Parpinelli.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 28 de abril de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

EXTRATO: TERMO DE COMPROMISSO ESTAGIÁRIO – ABRIL – 2025.

EXTRATO: TERMO DE COMPROMISSO ESTAGIÁRIO – ABRIL – 2025.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA SILVIA DE CARLI, **Nº 058/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado na CME TIA LINA, sendo supervisionada do COMPROMISSÁRIO Sra. Agna Myami Menezes Maciel, OCUPANTE DO cargo de Diretora Escolar.

PERÍODO: 01/04/2025 à 30/09/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002185 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária**:** 022818. 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002186 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022818.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; SILVIA DE CARLI; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA CAROLINE RAFAELY ESPIRITO SANTO SILVA, **Nº 059/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado na CME PROF. JOSE NODARI, sendo supervisionada do COMPROMISSÁRIO Sra. Vania de Almeida Barbosa, OCUPANTE DO cargo de Diretora Escolar.

PERÍODO: 01/04/2025 à 30/09/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; CAROLINE RAFAELY ESPIRITO SANTO SILVA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA SIMONE RUFINO DE OLIVEIRA, **Nº 060/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado na CME FABIO DINIZ JUNQUEIRA, sendo supervisionada do COMPROMISSÁRIO Sr. Jose Fernandes Calvario, OCUPANTE DO cargo de Diretor Escolar.

PERÍODO: 01/04/2025 à 30/09/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; SIMONE RUFINO DE OLIVEIRA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA DAIANE DIAS DA SILVA, **Nº 061/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado na CME DONA MARIQUINHA TAVARES, sendo supervisionada do COMPROMISSÁRIO Sra. Edilaine Gutjahr, OCUPANTE DO cargo de Diretora Escolar.

PERÍODO: 01/04/2025 à 30/09/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002185 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022818. 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002186 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022818.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; DAIANE DIAS DA SILVA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA GABRIELLI PEREIRA DOS SANTOS, **Nº 062/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMIS-

SÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado na CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA, sendo supervisionada do COMPROMISSÁRIO Sr. Greison Pinto de Oliveira, OCUPANTE DO cargo de Diretor Escolar.

PERÍODO: 01/04/2025 à 30/09/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; GABRIELLI PEREIRA DOS SANTOS; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA KAREN LEITE DA SILVA, **Nº 063/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado na CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA, sendo supervisionada do COMPROMISSÁRIO Sr. Greison Pinto de Oliveira, OCUPANTE DO cargo de Diretor Escolar.

PERÍODO: 01/04/2025 à 30/09/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; KAREN LEITE DA SILVA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA NEIDE JERÔNIMO DE SOUZA, **Nº 064/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado na CME LAURA VIEIRA DE SOUZA, sendo supervisionada do COMPROMISSÁRIO Sra° Marilene da Luz Oliveira, OCUPANTE DO cargo de Coordenadora Escolar.

PERÍODO: 01/04/2025 à 30/09/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental – Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; NEIDE JERÔNIMO DE SOUZA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA JOSIANE JESUS MELO, **Nº 065/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a ór-

gãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado na CME CECILIA MARIA DE BARCELLOS, sendo supervisionada do COMPROMISSÁRIO Sra. Rosana das Graças Costa Ferreira, OCUPANTE DO cargo de Diretora Escolar.

PERÍODO: 01/04/2025 à 30/09/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002185 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022818. 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002186 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022818.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; JOSIANE JESUS MELO; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A **UNIC EDUCACIONAL LTDA** E A ESTAGIÁRIA RAYANA DOS SANTOS PACHECO, **Nº 066/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME PROF. JOÃO MARIA DO NASCIMENTO FILHO, por supervisor do COMPROMISSÁRIO Sra. JESUINA CAMPOS FERREIRA DANTAS, ocupante do cargo de DIRETORA ESCOLAR.

PERÍODO: 01/04/2025 à 30/09/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 2.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002185 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022818. 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002186 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022818.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; RAYANA DOS SANTOS PACHECO; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA SIMONE APARECIDA GOMES, **Nº 067/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME GENTILA SUSIN MURARO, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sr. MARILSON NASCIMENTO DA SILVA, ocupante do cargo de Diretor Escolar.

PERÍODO: 02/04/2025 a 01/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; SIMONE APARECIDA GOMES; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A **UNIC EDUCACIONAL LTDA** E A ESTAGIÁRIA LUIZA CRUZ TEODORO JOTA, **Nº 068/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME LAURA VIEIRA DE SOUZA, por supervisor do COMPROMISSÁRIO Sra. Marilene da Luz Oliveira, ocupante do cargo de COORDENADORA ESCOLAR.

PERÍODO: 01/04/2025 à 30/09/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; MANOEL APARECIDO FURQUIM; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; LUIZA CRUZ TEODORO JOTA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT** E O ESTAGIÁRIO GABRIEL LOPES SANTOS, **Nº 069/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no Departamento de Estudos e Projetos, e por supervisor do COMPROMISSÁRIO o Sr. Eliseu Cunha Gonçalves ocupante do cargo de Chefe de Departamento de Estudos e Projetos, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO.

PERÍODO: 02/04/2025 a 01/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 07. 0982.56744.001, da MBM Seguradora e Previdência, com vigência de 28/ 08/2024 á 28/08/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 20 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 788,96 (setecentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA – 02 PODER EXECUTIVO – 05 – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO – 02 – DEPARTAMENTO DE PROJETOS E DESENVOLVIMENTO URBANO – 019 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 572 – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA – 0018 – CIDADE ORDENADA E SUSTENTÁVEL - 2507 GESTÃO DE ESTUDOS, PROJETOS, OBRAS E OBTENÇÃO DE RECURSOS – 020502 – DEPARTAMENTO DE PROJETOS E DESENVOLVIMENTO URBANO – FICHA: 1002159 3.390.36.00-1.1.201.000000-000000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - FICHA: 1002441 3.3.90.49.00-1.1.501. 000000-000000 – AUXÍLIO TRANSPORTE.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; VERA LUCIA DA ROCHA MAQUÊA; ADAO LEITE FILHO; GABRIEL LOPES SANTOS; ELISEU CUNHA GONCALVES; LEIDY ANNE DA SILVA POHU.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT** E O ESTAGIÁRIO JOÃO VITOR LEITE DA SILVA, **Nº 070/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no Departamento de Estudos e Projetos, e por supervisor do COMPROMISSÁRIO o Sr. Eliseu Cunha Gonçalves ocupante do cargo de Chefe de Departamento de Estudos e Projetos, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO.

PERÍODO: 02/04/2025 a 01/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 07. 0982.56744.001, da MBM Seguradora e Previdência, com vigência de 28/ 08/2024 á 28/08/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 20 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 788,96 (setecentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA – 02 PODER EXECUTIVO – 05 – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO – 02 – DEPARTAMENTO DE PROJETOS E DESENVOLVIMENTO URBANO – 019 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 572 – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA – 0018 – CIDADE ORDENADA E SUSTENTÁVEL - 2507 GESTÃO DE ESTUDOS, PROJETOS, OBRAS E OBTENÇÃO DE RECURSOS – 020502 – DEPARTAMENTO DE PROJETOS E DESENVOLVIMENTO URBANO – FICHA: 1002159 3.390.36.00-1.1.201.000000-000000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - FICHA: 1002441 3.3.90.49.00-1.1.501.000000-000000 – AUXÍLIO TRANSPORTE.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; VERELISEU CUNHA GONCALVESA LUCIA DA ROCHA MAQUÊA; ADAO LEITE FILHO; JOÃO VITOR LEITE DA SILVA; ELISEU CUNHA GONCALVES; LEIDY ANNE DA SILVA POHU.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT** E O ESTAGIÁRIO WESLLEN OLIVEIRA LUZ, **Nº 071/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no Departamento de Estudos e Projetos, e por supervisor do COMPROMISSÁRIO o Sr. Eliseu Cunha Gonçalves ocupante do cargo de Chefe de Departamento de Estudos e Projetos, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO.

PERÍODO: 02/04/2025 a 01/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 07.0982.56744.001, da MBM Seguradora e Previdência, com vigência de 28/08/2024 á 28/08/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 20 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 788,96 (setecentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: – PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA – 02 PODER EXECUTIVO – 05 – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO – 02 – DEPARTAMENTO DE PROJETOS E DESENVOLVIMENTO URBANO – 019 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 572 – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA – 0018 – CIDADE ORDENADA E SUSTENTÁVEL - 2507 GESTÃO DE ESTUDOS, PROJETOS, OBRAS E OBTENÇÃO DE RECURSOS – 020502 – DEPARTAMENTO DE PROJETOS E DESENVOLVIMENTO URBANO – FICHA: 1002159 3.390.36.00-1.1.201.000000-000000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - FICHA: 1002441 3.3.90.49.00-1.1.501.000000-000000 – AUXÍLIO TRANSPORTE.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; VERA LUCIA DA ROCHA MAQUÊA; ADAO LEITE FILHO; WESLLEN OLIVEIRA LUZ; ELISEU CUNHA GONCALVES; LEIDY ANNE DA SILVA POHUAGENTE.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA RUTH NAZARETH MEDEIROS CORREA, **Nº 072/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME GENTILA SUSIN MURARO, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sr. MARILSON NASCIMENTO DA SILVA, ocupante do cargo de Diretor Escolar.

PERÍODO: 02/04/2025 a 01/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982.00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1.021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade de Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; RUTH NAZARETH MEDEIROS CORREA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT** E A ESTAGIÁRIA KATIA REGINA DA SILVA LIMA, **Nº 073/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em práti-

ca os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado na Gestão Administrativa/Assessoria do Gabinete e, por supervisor do COMPROMISSÁRIO a Sra. Leidy Anne da Silva Pohu ocupante do cargo de Agente Administrativo II, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO.

PERÍODO: 03/04/2025 a 02/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 07. 0982.56744.001, da MBM Seguradora e Previdência, com vigência de 28/08/2024 á 28/08/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 20 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 788,96 (setecentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA - 02 – PODER EXECUTIVO - 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO – 01 – GABINETE DO SECRETÁRIO – 04 – Administração Geral – 122 – GESTÃO HUMANIZADA – 0002 – CIDADE ORDENADA E SUSTENTÁVEL - 2502 GESTÃO ADMIN. DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE COORD. E PLANEJAMENTO – FICHA: 1002439 3.3.90.36.00-1.1.500.000000-000 000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA – FICHA: 1002440 3.3.90.49.00 -1.1.500.000000-000 000 – AUXÍLIO TRANSPORTE.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; VERA LUCIA DA ROCHA MAQUÊA; ADAO LEITE FILHO; KATIA REGINA DA SILVA LIMA; RUBENS EDUARDO KLOECKNER; LEIDY ANNE DA SILVA POHU.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT** E O ESTAGIÁRIO LUCAS HENRIQUE BATISTA SCALCO, **Nº 074/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no Departamento de Contabilidade e, por supervisor do COMPROMISSÁRIO o Sr. RODRIGO GONÇALVES, ocupante do cargo de Contador Revisor, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA – Departamento de Contabilidade.

PERÍODO: 03/04/2025 a 02/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 07. 0982.56744.001, da MBM Seguradora e Previdência, com vigência de 28/08/2024 á 28/08/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA – 02 PODER EXECUTIVO – 07 SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA – 05 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE – 04 – Administração – 123 – Administração Financeira – 0005 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA – 2702 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE – FICHA: 2439 – 3.3.90.36.00-1.1.500.000000-000000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA – FICHA: 2440 – 3.3.90.49.00-1.1.500.000000-000000 – AUXÍLIO TRANSPORTE.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; VERA LUCIA DA ROCHA MAQUÊA; LAURA PEREIRA; LUCAS HENRIQUE BATISTA SCALCO; SIDINEIS APARECIDO DE SOUZA; ROGERIO DO NASCIMENTO LACERDA.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA BRUNA DA GLÓRIA PEREIRA SILVANO, **Nº 075/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME LAURA VIEIRA DE SOUZA, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sra. MARILENE DA LUZ OLIVEIRA, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico.

PERÍODO: 04/04/2025 a 03/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002185 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022818. 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002186 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022818.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; BRUNA DA GLÓ-

RIA PEREIRA SILVANO; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA MAIARA FERREIRA ALVES PEREIRA, **Nº 076/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME LEONARDO CEZAR VENDRAME, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sra. EUDE CAMARGO DA SILVA PINTO, ocupante do cargo de Diretora Escolar.

PERÍODO: 04/04/2025 a 03/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002185 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022818. 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002186 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022818.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; MAIARA FERREIRA ALVES PEREIRA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA VALÉRIA DOS SANTOS RODRIGUES, **Nº 077/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME IRACEMA CASAGRANDE, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sra. ABNER ALCANTARA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Diretora Escolar.

PERÍODO: 04/04/2025 a 03/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002185 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022818. 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002186 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022818.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; VALÉRIA DOS SANTOS RODRIGUES; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA MARIA LUCIMAR LEOCADIO RABELO, **Nº 078/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME AYRTON SENNA, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sr. ABNER ALCANTARA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Diretor Escolar.

PERÍODO: 04/04/2025 a 03/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 2.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das des-

pesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; MARIA LUCIMAR LEOCADIO RABELO; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA FRANCIELE SOUZA, **Nº 079/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME FABIO DINIZ JUNQUEIRA, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sr. JOSE FERNANDES CALVARIO, ocupante do cargo de Diretor Escolar.

PERÍODO: 09/04/2025 a 08/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002185 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022818. 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002186 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022818..

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; NADIR JOSÉ BARIVIERA; FRANCIELE SOUZA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA EMILY NATIELI RIBEIRO DE MORAES, **Nº 080/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME FAUSTO EUGÊNIO MASSON, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sra. BRUNA DE AZEVEDO SOARES, ocupante do cargo de Diretora Escolar.

PERÍODO: 01/04/2025 à 30/09/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; NADIR JOSÉ BARIVIERA; EMILY NATIELI RIBEIRO DE MORAES; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA LOURDES MARIA DA SILVA, **Nº 081/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME SILVIO PATERNEZ, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sra. MARIA SOLANGE DE SOUZA GOMES, ocupante do cargo de Diretora Escolar.

PERÍODO: 09/04/2025 a 08/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; NADIR JOSÉ BARIVIERA; LOURDES MARIA DA SILVA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A **AG EDUCAÇÃO LTDA** E A ESTAGIÁRIA NÚBIA TESTA SECONELLO, **Nº 082/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME JESU PIMENTA DE SOUSA, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sra. LUZIA GONCALVES RAMOS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Diretora Escolar.

PERÍODO: 10/04/2025 a 09/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00056082 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/ 10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002185 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022818. 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002186 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022818.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; GILMAR UTZIG; NADIR JOSÉ BARIVIERA; NÚBIA TESTA SECONELLO; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA JÚLIA MARIANA SOUZA BUENO DA SILVA, **Nº 083/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – Local de trabalho – DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO, DISTRIBUIÇÃO, DOCUMENTOS E ARQUIVO sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sr. FLAVIO EDUARDO BARBOSA MATIAS, ocupante do cargo de CHEFE DE PROT.DIST.DOC.E ARQUIVO.

PERÍODO: 09/04/2025 a 08/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.670199.655-1 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 12/09/2024 a 12/09/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 20 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 788,96(setecentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA – 020407 – DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS – 04 – Administração – 122 – Administração Geral – 0002 – GESTÃO HUMANIZADA E EFICIENTE – 2410 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO E CONTRATOS – FICHA: 2726 3.3. 90.36.00-1.1.500.000000-000 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA – FICHA: 2727 3.3.90.49.00-1.1.500.000000-000 000 AUXILIO TRANSPORTE.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; MARCELO DOS SANTOS FERRO; JÚLIA MARIANA SOUZA BUENO DA SILVA; SUELI MARIA DE SOUZA; JULIANA CONCEIÇÃO MESQUITA LEMOS.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A **AG EDUCAÇÃO LTDA** E A ESTAGIÁRIA EDUARDA SOUZA SECCO, **Nº 084/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME JOANA D'ARC, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sra. ADRIANA PALHANA MOREIRA, ocupante do cargo de Diretora Escolar.

PERÍODO: 10/04/2025 a 09/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100- 020000 -Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; GILMAR UTZIG; NADIR JOSÉ BARIVIERA; EDUARDA SOUZA SECCO; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A **AG EDUCAÇÃO LTDA** E A ESTAGIÁRIA KIMBERLLY CARMO DE SOUZA LUSTOSA, **Nº 085/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME SILVIO PATERNEZ, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sra. MARIA SOLANGE DE SOUZA GOMES, ocupante do cargo de Diretora Escolar.

PERÍODO: 10/04/2025 a 09/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº0982. 000526082 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; GILMAR UTZIG; NADIR JOSÉ BARIVIERA; KIMBERLLY CARMO DE SOUZA LUSTOSA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA PATRICIA PACHECO RODRIGUES DONIDA, **Nº 086/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME CHAPADÃO DO RIO VERDE, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sr. PEDRO HENRIQUE FERREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Diretor Escolar.

PERÍODO: 14/04/2025 a 13/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; NADIR JOSÉ BARIVIERA; PATRICIA PACHECO RODRIGUES DONIDA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA REGIANE CARVALHO BARBOSA, **Nº 087/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em práti-

ca os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME LUIS SIMÕES MATIAS, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sra. MICHELE GOMES DA COSTA, ocupante do cargo de Diretor Escolar.

PERÍODO: 16/04/2025 a 15/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002185 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022818. 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002186 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022818.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; REGIANE CARVALHO BARBOSA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E O ESTAGIÁRIO GUSTAVO DA SILVA CUNHA, **Nº 088/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME DOM BOSCO, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sr. SÉRGIO LUIZ ALVES DE MEDEIROS, ocupante do cargo de Diretor Escolar.

PERÍODO: 16/04/2025 a 15/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100- 020000 -Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; GUSTAVO DA SILVA CUNHA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA VALDIRENE DE ALMEIDA, **Nº 089/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME JOANA D'ARC, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sra. ADRIANA PALHANA MOREIRA, ocupante do cargo de Diretor Escolar.

PERÍODO: 16/04/2025 a 15/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100- 020000 -Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; VALDIRENE DE ALMEIDA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TAN-

GARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA LUCIANA FERREIRA DA SILVA, **Nº 090/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME FUTURO BRILHANTE, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sra. ELISÂNGELA GOMES DA SILVA DONATONI, ocupante do cargo de Diretor Escolar.

PERÍODO: 14/04/2025 a 13/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002185 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022818. 02.02.05.12.365.0030.2212 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento da Educação Infantil (CRECHE) - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 -Ficha: 1002186 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022818.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; LUCIANA FERREIRA DA SILVA; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA MÔNICA FERREIRA DOS SANTOS, **Nº 091/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no CME CECÍLIA CAPUCHO, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sr. ODAIR ALVES VIEIRA, ocupante do cargo de Diretor Escolar.

PERÍODO: 16/04/2025 a 15/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.17.52.608-2 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 31/10/2024 a 31/10/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física – Fonte: 2.1.500.100 100- 020000 -Ficha: 1002178 - Bolsa Estágio – Unidade Orçamentária: 022819. 02.02.04.12.361.0028.2208 - Gestão das Ações para o Funcionamento e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - Natureza das despesas: 3.3.90.49.00 – Auxilio Transporte – Fonte:2.1.500.100 100-020000 - Ficha: 1002179 – Auxilio Transporte – Unidade Orçamentária: 022819.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; VAGNER CONSTANTINO GUIMARAES; MÔNICA FERREIRA DOS SANTOS; KATIFANIA GIORDANI LOPES; MÔNICA DEBO.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA ELI MARA FONTANA, **Nº 093/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, como visitadora do Programa Criança Feliz, nas residências e bairros referenciados pela Unidade do CRAS SETOR 3, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sra. SUELI CRISTINA DE MELO PEREIRA, ocupante do cargo de COORDENADOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ - PCF.

PERÍODO: 16/04/2025 a 15/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.67 199.566-1 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 12/09/2024 a 12/09/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA – 2 – PODER EXECUTIVO – 0208 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 020802 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08 – Assistência Social – 244 – Assistência Comunitária – 0007 – PROMOÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – 2809 – GESTÃO DOS SERVIÇOS DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) – FI-

CHA: 1002560 3.3.90.36.00-1.1.500.000000-000 000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA – FICHA: 1002561 3.3.90.49.00-1.1.500.000000-000 000 – AUXILIO TRANSPORTE.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; MARCIA REGINA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOSO; ELI MARA FONTANA; SUELI CRISTINA DE MELO PEREIRA; JAILMA OLIVEIRA SOUZA DUARTE.

CELEBRAÇÃO: TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO REMUNERADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, O INSTITUTO TAYANO DE EDUCAÇÃO E A ESTAGIÁRIA JOVANINA MESSIAS PEREIRA, **Nº 094/2025.**

OBJETIVO: Formalizar as condições básicas para a realização de Estágio remunerado de ESTAGIÁRIO da INSTITUIÇÃO DE ENSINO junto a órgãos do COMPROMISSÁRIO, em atenção a Lei Municipal 4123/2013, entendendo o estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando-lhe colocar em prática os ensinamentos recebidos pela Instituição de Ensino e propiciando-lhe aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, o Termo de Compromisso de Estágio remunerado entre o COMPROMISSÁRIO, o ESTAGIÁRIO e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, nos termos do Lei nº 4.123, de 2013, tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a inexistência de vínculo jurídico empregatício.

EXECUÇÃO: O estagiário será lotado no SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, como visitadora do Programa Criança Feliz, nas residências e bairros referenciados pela Unidade do CRAS SETOR 3, sendo supervisionado do COMPROMISSÁRIO Sra. SUELI CRISTINA DE MELO PEREIRA, ocupante do cargo de COORDENADOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ - PCF.

PERÍODO: 16/04/2025 a 15/10/2025, a duração de cada estágio é de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, sempre a critério da Administração; durante a vigência do presente TERMO DE COMPROMISSO, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, por intermédio da Apólice nº 0982. 00.67 199.566-1 da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais 05886, vigência de 12/09/2024 a 12/09/2025.

VALOR: A remuneração do Estagiário será mediante crédito em conta do estagiário, até o quinto dia útil do mês subsequente a importância abaixo descrita relativo a jornada de 30 horas: A título de Bolsa-auxílio R$ 1. 021,00 (um mil e vinte e um reais); E Auxílio-transporte R$ 371,28 (trezentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

DOTAÇÃO: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA – 2 – PODER EXECUTIVO – 0208 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 020802 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08 – Assistência Social – 244 – Assistência Comunitária – 0007 – PROMOÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – 2809 – GESTÃO DOS SERVIÇOS DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) – FICHA: 1002560 3.3.90.36.00-1.1.500.000000-000 000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA – FICHA: 1002561 3.3.90.49.00-1.1.500.000000-000 000 – AUXILIO TRANSPORTE.

SIGNATÁRIOS: VANDER ALBERTO MASSON; CARLOS ANTÔNIO TAYANO; MARCIA REGINA KISS SIQUEIRA DE CASTRO CARDOSO; JOVANINA MESSIAS PEREIRA; SUELI CRISTINA DE MELO PEREIRA; JAILMA OLIVEIRA SOUZA DUARTE.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br

MARCELO DOS SANTOS FERRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

JOYCE KEILLY GONCALVES

CHEFE DE PESSOAL

LEANDRO ULTRAMARE QUEIROZ

AGENTE ADMINISTRATIVO II

LEI ORDINÁRIA N.º 6.843, DE 28 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE A NOMINAÇÃO DA RUA 27 DO BAIRRO JARDIM ITÁLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua 27, do Bairro Jardim Itália, será nominada oficialmente como Rua Eliziário Lopes Ricardo.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 28 de abril de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

DECRETO N.º 230, DE 29 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO DO VALOR DA TERRA NUA (VTN) DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, *caput*, inciso XLV c/c o art. 80, *caput*, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Laudo Técnico do Valor da Terra Nua (VTN) anexo a este Decreto, expedido pelo Responsável Técnico, Eng. Florestal Leonardo Leite Fialho Junior, na data de 28 de abril de 2025;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica Homologado o Laudo Técnico de Valor da Terra Nua (VTN) do Município de Tangará da Serra, Mato Grosso, expedido em 28 de abril de 2025, conforme documento em anexo, que passa a fazer parte integrante deste, cujo os valores do VTN 2025 seguem descritos abaixo:

VTN-2025

Lavoura aptidão boa	R$18.500,00
Lavoura aptidão regular	R$12.850,00
Lavoura aptidão restrita	R$ 11.220,00
Pastagem plantada	R$ 12.780,00
Silvicultura / Pastagem Natural	R$ 9.432,70
Preservação fauna ou flora	R$ 3.784,13

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 29 de abril de 2025, 48º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

LAURA PEREIRA

Secretária Municipal de Fazenda

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

LEI ORDINÁRIA N.º 6.841, DE 28 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE A NOMINAÇÃO DA RUA 54 DO BAIRRO JARDIM EUROPA SENTIDO AVENIDA BRASIL ATÉ A ESTRADA DO SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua 54, localizada no Bairro no Jardim Europa, projetada para ser Avenida no trecho compreendido da Avenida Brasil do Jardim Europa passando na Reserva do Parque Um e Dois até a Estrada do São José, passa a ser nominada oficialmente como “Avenida Vereador Alvari Teixeira”.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 28 de abril de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

LEI ORDINÁRIA N.º 6.842, DE 28 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE A NOMINAÇÃO DA RUA PARANÁ DO BAIRRO JARDIM GOIÁS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua Paraná, do Bairro Jardim Goiás, será nominada oficialmente como Rua Valdomiro Cassiano da Silva.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 28 de abril de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

DECRETO N.º 228, DE 28 DE ABRIL DE 2025

APROVA O PROJETO DE remembramento DA UNIDADE AUTÔNOMA 01 E 02 da Quadra 03 do CONDOMÍNIO GARDEN VILLE, JARDIM SHANGRI-LA, matriculados sob nº 36.682 E 36.683, NO REGISTRO DE IMÓVEIS DE TANGARÁ DA SERRA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, caput, inciso XLV c/c o art. 80, caput, inciso IV da Lei Orgânica do Município, especialmente, pela Lei Complementar n.º 262, de 28 de outubro de 2021.

CONSIDERANDO o objeto do Protocolo de Análise de Projeto n.º 347/2025/1Doc,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de remembramento das unidades autônomas nº 1 e 2 da Quadra nº 03, do Condomínio Garden Ville, Jardim Shangri-La, Tangará da Serra/MT, matriculados sob nº 36.682 e 36.683, com área de 1.224,54 m², 871,93 m², respectivamente, de propriedade de **ADENILSON BANZATI VIANA**, inscrito no CPF sob nº 158.127.068-24, e **LUCELIA ALVES DA SILVA VIANA**, inscrita no CPF sob nº 177.706.508-95, tendo como resultante a **Unidade Autônoma n° 01/02** da Quadra 03, Loteamento Buritis II, nesta cidade, perfazendo uma área total de **2.096,47 m²**, conforme Projeto e Memorial Descritivo que passam a fazer parte integrante do presente Decreto.

Parágrafo único. A Unidade Autônoma remembrada referido no caput tem o valor venal de R$ 781.689,80 (setecentos e oitenta e um mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos), conforme Certidão n.º 022/2025/SEFAZ.

Art. 2º O proprietário terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para submetê-lo ao Registro de Imóveis, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos dos arts. 22 e 23, ambos da Lei Complementar n.º 262, de 28 de outubro de 2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 28 de abril de 2025, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

ADÃO LEITE FILHO

Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 006 DE 29 DE ABRIL DE 2025.

“DISPÕE SOBRE: CLASSIFICAÇAO DO PROCESSO FINAL DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Terra Nova do Norte/*MT*, no uso de suas atribuições legais, conferidas Lei Federal nº. 8.069/90 e,

CONSIDERANDO a LEI MUNICIPAL Nº 1.345/2017 Que, dispõe sobre a reorganização e o funcionamento do CMDCA-Conselho Municipal de Assistência Social de Terra Nova do Norte/MT.
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.454/2019 alterada pela Lei nº 1736/2022) que, dispõe sobre a reorganização e o funcionamento do

conselho tutelar no município de Terra Nova do Norte/MT e dá outras providências.
CONSIDERANDO, que, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem por obrigação assumir a realização do processo de escolha a membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO, ata 007 DE 27 DE ABRIL DE 2025 que dispõe sobre o processo de Escolha Suplementar para Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO, Edital de Convocação 002/001/003/004/2025/CMDCA;

RESOLVE:

Art. 1º - TORNA PUBLICO, Relação com nomes dos candidatos submetidos a voto de participação popular dos eleitores legalmente inscritos junto ao Tribunal de Justiça Eleitoral de Terra Nova do Norte/MT classificados pelo maior número de votos, conforme segue tabela;

ORD	NOME	NÚMERO DE VOTOS
1.	ANA CRISTINA SOARES PIOVESANI	65
2.	ACASSELENE LACERDA DE SOUZA	24
3.	KERLIN DAYANA FRANÇA HELFENSTEIN	23
4.	LEUDES MARA FERREIRA	19
	TOTAL DE VOTOS	**131**

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSEDNA MARIA DA SILVA SILVEIRA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCENCIA

GESTÃO 2024 A 2026

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 004 DE 25 DE ABRIL DE 2025.

"DISPÕE SOBRE: NOMEAÇÃO DO COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE DE CUIDADO E DE PROTEÇÃO SOCIAL DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA, CMDCA-CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

CONSIDERANDO a LEI MUNICIPAL Nº 1.345/2017 Que, dispõe sobre a reorganização e o funcionamento do CMDCA-Conselho Municipal de Assistência Social de Terra Nova do Norte/MT.

CONSIDERANDO a Lei Federal n° 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO a Lei 13.431/17, que Estabelece o Sistema de Garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

CONSIDERANDO que o Decreto n° 9.603 de 10 de dezembro de 2018 que regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

CONSIDERANDO que o Decreto Presidencial n.º 9.603/2018, especifica que o sistema de garantia de direitos intervirá nas situações de violência contra crianças e adolescentes com a finalidade de mapear as ocorrências das formas de violência e suas particularidades no País.

CONSIDERANDO a Lei 13.431/2017, que define ser a escuta especializada um procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima em suas demandas, na perspectiva de superação das consequências da violação sofrida, inclusive no âmbito familiar. Deve-se limitar estritamente ao necessário para o cumprimento da finalidade de proteção.

CONSIDERANDO que o Decreto fixou o prazo de 180 dias, a partir de sua publicação, para a criação, preferencialmente no âmbito dos Conselhos de Direitos das Crianças e Adolescentes, de um Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução n° 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente –CONANDA, que trata sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO que a Resolução n°169/2014 do CONANDA preconiza que o atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes deverá ser realizado, sempre que possível por equipe técnica interprofissional respeitando-se a autonomia técnica no manejo dos procedimentos.

CONSIDERANDO, reunião ordinária realizado em 25 de abril de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Terra Nova do Norte/MT.

Art. 2º - O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, será composto por 02 representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos e instituições:

A. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ALETICIA PAULA DE SOUSA BUFFON LEANDRO RICARDO MARILHANO **B. CRAS- CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** MONICA GABRIELE DALMOLIN RIBEIRO VANESSA DOS REIS **C. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** REGINLADO MARCOLAN SILVANA LEITE **D. SECRETARIA DE SAÚDE** RAFAEL DE BARROS ***FABIANA***G. COUTO ROSSETO **E. CONSELHO TUTELAR** JOSENILDA LABORÃO ARLETE RECH DE BARROS **F. EQUIPE TECNCIA MULTIDICPLINAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

LARISSA DA COSTA MIRANDA

CLEYDIONARA FIDELEX QUERINO **G. EQUIPE TECNCIA MULTIDICPLINAR FÓRUM** ELAINE LEMES DA SILVA **H. POLICIA CIVIL** WALDILENE FERREIRA MARINS JORGE LAVOR **I. POLÍCIA CIVIL PELOTÃO DA PM** CB PM REIS SD PM MIRANDA.

Art. 3º. O Presente instrumento de nomeação terá vigência de dois anos, admitindo-se uma recondução por igual período.

Art. 4º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Josedna Maria da Silva Silveira

Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Gestão 2024 e 2026

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO IN 017/2025

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2025

OBJETO: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DA PROVA DO CIRCUITO MATOGROSSENSSE DE MOTOCROSS 2025 – 2ª ETAPA NO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021.

CONTRATADA: LIGA INDEPENDENTE DE MOTOCICLISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO – LIMMT

CNPJ: 13.788.292/0001-10

VALOR GLOBAL: R$ 245.802,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e dois reais).

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.

HOMOLOGO.

Terra Nova do Norte – MT, 29 de Abril de 2025.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 005 DE 25 DE ABRIL DE 2025.

"DISPÕE SOBRE: REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO DE REGISTRO E RENOVAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE ENTIDADES E PROGRAMAS/PROJETOS JUNTO AO CMDCA-CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

CONSIDERANDO a LEI MUNICIPAL Nº 1.345/2017 Que, dispõe sobre a reorganização e o funcionamento do CMDCA-Conselho Municipal de Assistência Social de Terra Nova do Norte/MT.

Considerando o disposto nos artigos 86, 90, 91 a 97, da Lei n° 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e suas alterações posteriores, no que tange ao registro das Organizações da Sociedade Civil e a inscrição dos programas e serviços executados pelas Organizações Governamentais e Organizações da Sociedade Civil junto ao CMDCA;

Considerando as disposições da Resolução n° 164 de Abril de 2014 do CONANDA–Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre o Registro e fiscalização das Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos e inscrição dos programas e serviços das Organizações Governamentais e Organizações da Sociedade Civil, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, a Portaria nº 671, de 08 de novembro de 2021 do Ministério do Trabalho e Previdência- MTP, que regulamentam o Programa de Aprendizagem: Formação Técnica Profissional Metódica, que compreende parte teórica e parte prática na contratação de Adolescentes Aprendizes;

CONSIDERNADO O Art. 227 da Constituição Federal, que estabelece a profissionalização como um direito do adolescente, do artigo 430, II da Consolidação das Leis do Trabalho, do capítulo IV do estatuto da Criança e do Adolescente e da lei 10.097/00. art. 227 da Constituição Federal, que estabelece a profissionalização como um direito do adolescente, do artigo 430, II da Consolidação das Leis do Trabalho, do capítulo IV do estatuto da Criança e do Adolescente e da lei 10.097/00. art. 227 da Constituição Federal, que estabelece a profissionalização como um direito do adolescente, do artigo 430, II da Consolidação das Leis do Trabalho, do capítulo IV do estatuto da Criança e do Adolescente e da lei 10.097/00.

CONSIDERANDO, reunião ordinária realizado em 25 de abril de 2025;

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS

Art. 1º Estabelecer procedimentos para o registro de entidades não governamentais com fins não econômicos e inscrição de seus programas, bem como inscrição dos programas das entidades governamentais, destinados a crianças e adolescentes no Município de Buri nos termos dos Artigos 90 e 91 da Lei Federal n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como para revalidação e cancelamento dos mesmos.

CAPÍTULO II – DOS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO E SOCIEDUCATIVOS

Art. 2º Conforme disposição do Art. 90 da Lei Federal n.º 8.069/90 - Estatuto da Criança e Adolescente, as entidades de atendimento governamentais e não governamentais são responsáveis pela manutenção das próprias unidades e pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

I - orientação e apoio sociofamiliar;

II - apoio socioeducativo em meio aberto;

III - colocação familiar;

IV – acolhimento institucional;

V – prestação de serviços à comunidade;

VI – liberdade assistida;

VII – semiliberdade;

VIII – internação;

Parágrafo único. As entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no CMDCA, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária do Município.

CAPÍTULO III – DA OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO E INSCRIÇÃO

Seção I – Das Entidades não governamentais

Art. 3º As entidades de atendimento não governamentais que tenham por objetivo executar programas de proteção e socioeducativos a crianças e adolescentes, devem ser registradas no CMDCA, assim como promover a inscrição de seus programas especificando o regime de atendimento conforme estabelece o artigo 2º desta Resolução.

Art. 4º São condições indispensáveis para a concessão de registro das entidades não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes:

I - ter personalidade jurídica;

II - ter por objetivo e finalidade, elaborar, executar e manter programas de proteção e socioeducativos de atendimento a crianças e adolescentes;

III - ter fins não econômicos e destinar a totalidade de recursos apurados ao atendimento de suas finalidades estatutárias.

Art. 5º As entidades de atendimento não governamentais que pretendam além do registro junto ao CMDCA para funcionamento, o recebimento de recursos públicos, inclusive subvenção social, nos termos da Lei Federal n.º 13.019/14, deverão ainda ser regidas por normas de organização interna que prevejam expressamente:

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - que, em caso de dissolução o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

III - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

IV - possuir:

a) no mínimo, um ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

Seção II – Das Entidades governamentais

Art. 6º As entidades de atendimento governamentais que tenham por objetivo executar programas de proteção e socioeducativos a crianças e adolescentes, devem promover a inscrição de seu programa, especificando o regime de atendimento conforme estabelece o artigo 2º desta Resolução.

CAPÍTULO IV – DOS PROCEDIMENTOS DE REGISTRO E INSCRIÇÃO

Seção I – Das Entidades não governamentais

Art. 7º Para a concessão inicial do registro e inscrição de seu programa, as entidades de atendimento não governamentais deverão protocolar seu

requerimento junto à Secretaria do CMDCA, através de formulário próprio, anexo a esta Resolução.

Art. 8º A Entidade deverá instruir o seu requerimento de concessão de registro inicial ou de inscrição de seu programa atendendo aos seguintes requisitos de ordem obrigatória, sob pena de indeferimento:

I - ofício-requerimento conforme Anexo I – Modelo A subscrito pelo representante legal;

II - plano de trabalho estruturado conforme modelo do Anexo II;

III - Cópia do estatuto social e suas alterações registradas em cartório;

IV - Cópia da última ata de eleição e posse que conste a direção atual da entidade registrada em cartório; V – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, contendo descrição de atividade econômica em consonância com a finalidade estatutária;

VI – Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros;

VII – Atestado de antecedentes criminais da Diretoria Executiva;

VIII – Alvará de funcionamento emitido pela prefeitura municipal;

IX – Alvará Sanitário (somente para atividades que se enquadrem nesse item)

§ 1º Em caso de inscrição de novo Programa após o registro inicial, a entidade deverá apresentar o pedido nos moldes do Anexo I – A e apresentar os documentos previstos nos incisos II a V deste.

Artigo. Art. 9º A entidade que desenvolve programas, projetos ou serviços de profissionalização de adolescentes que tiver seu programa inscrito no CMDCA terá prazo de 03 (três) meses, após o início de suas atividades, para apresentar relatório, contendo:

I - Relação de estabelecimentos que realizarão contratação de aprendizes;

II - Ramo de atividade dos estabelecimentos;

III - Curso profissionalizante oferecido e seu início e término;

IV - Número de aprendizes a serem contratados de acordo com a legislação vigente;

V - Relação nominal de aprendizes contratados.

§1º - A entidade que não cumprir o estabelecido neste artigo terá a inscrição do Programa de Aprendizagem suspensa, por 60 (sessenta) dias, até que apresente o relatório de início das atividades.

§2º - Vencido o prazo de suspensão, sem a apresentação de relatório, será cancelada a inscrição do Programa de Aprendizagem no CMDCA.

§ 3º As irregularidades encontradas deverão ser comunicadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e à respectiva unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Emprego. **Seção II – Das Entidades governamentais**

Art. 10º As entidades governamentais responsáveis pelo atendimento a crianças e adolescentes deverão proceder a inscrição de seus programas e serviços, especificando os regimes de atendimento, definidos no artigo 2º desta Resolução.

Art. 11 Para a concessão inicial da inscrição do seu(s) programa(s), a organização governamental deverá protocolar junto à Secretaria do CMDCA (junto a Secretaria Municipal de Assistência Social) os documentos arrolados a seguir:

I - ofício-requerimento conforme Anexo I – Modelo B, dirigido à Presidência do CMDCA, informando:

II - plano de trabalho estruturado conforme modelo poderá ser solicitado junto ao CMDCA (cmdcatnn@guail.com);

III - Comprovação da representação legal (nomeação) do gestor do programa governamental, bem como do responsável técnico e cópia do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

CAPÍTULO V – DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 12 O pedido de registro e inscrição deverá ser protocolado junto ao CMDCA, que autuará e dará andamento ao processo de acordo com as normas internas.

Art. 13 O pedido de registro e inscrição terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para tramitação até apreciação do colegiado, contados da data de protocolo da documentação.

Art. 14 Compete à Comissão Especial Designada para este fim, realizar visita à entidade ou programa, projeto ou serviço que pretende se registrar ou inscrever no Conselho e elaborar Parecer sobre o pedido, o qual deverá ser apreciado pelo Plenário do CMDCA.

§ 1º Quando se tratar de entidade de cunho profissional, protocolado o pedido, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pedirá se entender necessário, à unidade descentralizada do Ministério do Trabalho Emprego, para que faça a visita técnica à Entidade solicitante, ou no local onde serão desenvolvidas as atividades da Entidade, emitindo parecer ao CMDCA.

§ 2º Em relação às entidades que desenvolvem programas, projetos ou serviços de aprendizagem deve ser observado se o plano de trabalho e toda a documentação apresentada estão em conformidade com a legislação em vigor, em especial, quanto ao ECA, à Lei 10.097/2000 e esta Resolução.

Art. 15 Para renovação do registro, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente reavaliará os Serviços e Programas em execução, no máximo, a cada 2 (dois) anos e o seu monitoramento seguirá as orientações do artigo 90, § 3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, em especial no que tange à apresentação de Atestado de Qualidade e Eficiência da entidade.

Art. 16 Cabe ao CMDCA manter atualizado banco de dados, acerca de cadastro de entidades, programas, projetos ou serviços contendo a identificação da entidade, na qual devem constar as seguintes informações: nome, endereço, CNPJ e sua natureza jurídica.

CAPÍTULO VI - DO INDEFERIMENTO, SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DE REGISTRO

Seção I – Do indeferimento

Art. 17 Será indeferido, após análise da Comissão Especial designada e por deliberação do CMDCA, o registro ou inscrição à entidade ou programa que:

I - Não ofereça instalações físicas em condições adequadas e de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, para aquelas instituições que desenvolvem programas, projetos ou serviços de atendimento direto;

II - Não apresente plano de trabalho compatível com os princípios do ECA;

III - Esteja irregularmente constituída;

IV - Tenha em seus quadros pessoas inidôneas;

V - Não cumprir os requisitos estabelecidos nesta Resolução. Parágrafo Único - Das decisões de indeferimento, cabe recurso ao Prefeito Municipal no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação do resultado da decisão do CMDCA.

Seção II - Da suspensão

Art. 18 O registro ou inscrição será suspenso pelo prazo de 6 (seis) meses quando a entidade ou programa, projeto ou serviço:

I - Apresentar irregularidades técnicas ou administrativas incompatíveis com os princípios do ECA e da presente Resolução;

II - Interromper suas atividades por período superior a 6 (seis) meses, sem motivo justificado;

III - Deixar de cumprir o programa, projeto ou serviço apresentado.

§1º No caso de irregularidades detectadas em entidades será concedido um prazo de 30 (trinta) dias para que a instituição proceda à regularização do atendimento ou apresente as justificativas cabíveis.

§2º Em se tratando de irregularidades em programas, projetos ou serviços, será concedido a um prazo de 30 (trinta) dias para que as irregularidades sejam sanadas ou apresente as justificativas cabíveis.

§3º A suspensão do Registro cessará quando a irregularidade que a motivou for considerada sanada, após análise da Comissão Especial Designada e por deliberação do CMDCA.

Seção III - Do cancelamento

Art. 19 O registro ou Inscrição será cancelado quando a entidade:

I - Deixar de atender à exigência que motivou a suspensão;

II - Quando for comunicada a sua extinção;

III - Apresentar irregularidade que extrapole a penalidade de suspensão.

Art. 20 Quando o registro ou inscrição for indeferido, suspenso ou cancelado, o CMDCA fará comunicação à entidade, à autoridade judiciária e ao Conselho Tutelar.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 À Entidade que for concedido registro será fornecido documento de inscrição, emitido pelo CMDCA e de acordo com a categoria em que for inscrita.

Art. 22 Os atos de concessão, indeferimento, suspensão ou cancelamento do Registro e cadastro serão publicados no diário oficial.

Art. 23 Cabe também ao Conselho Tutelar promover a fiscalização dos programas, projetos ou serviços desenvolvidos pelas entidades governamentais e não governamentais, nos termos que dispõe a Resolução 164/2014, do CONANDA.

Art. 24 As entidades governamentais e não-governamentais que já executam programas, projetos ou serviços de atendimento direto, de aprendizagem e educação profissional terão o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da deliberação do CMDCA, para procederem a inscrição de seus programas, projetos ou serviços.

Art. 25 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Josedna Maria da Silva Silveira

Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Gestão 2024 e 2026

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

Anexo I - Modelo A

Oficio - Registro Inicial e Inscrição de Programa (Entidade não governamental)

A(o) Sr(a) (nome do(a) presidente atual)

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

(razão social), neste ato representada por seu(sua) representante legal (nome completo) em cumprimento ao estabelecido na Resolução CMDCA n.º 05/2025 encaminha os documentos abaixo relacionados para solicitar a concessão inicial do registro, bem como da inscrição do(s) seu(s) programa(s)---------- inserido (s) no(s) regime(s) de atendimento de acordo com o Art. 2º da referida Resolução (P1, P2, P3,….):

Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

Cópia do Estatuto Social atualizado;

Ata de Eleição e Posse da Diretoria;

Plano de Trabalho do programa a ser inscrito conforme Anexo II da Resolução CMDCA n.º 05/2025.

Local, data,

Assinatura

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

Anexol I - Modelo B

Ofício - Inscrição Inicial (Entidade Governamental)

A(o) Sr(a) (nome do(a) presidente atual) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA Buri O(a) (nome do órgão) , neste ato representado por (nome do representante) em cumprimento ao estabelecido na Resolução CMDCA n.º 005/2025encaminha os documentos abaixo relacionados para solicitar a concessão inicial da inscrição do (nome do programa) inserido no(s) regime(s) de atendimento (P1, P2, P3,….) :

Plano de Trabalho do programa a ser inscrito conforme Anexo II da Resolução CMDCA n.º 05/2025;

Comprovação de representação legal (nomeação) do(a) gestor(a) do programa governamental e cópia do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

Local, data,

Assinatura

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

Anexol– Modelo C

Revalidação de Registro e Inscrição de Programas (Entidade não governamental)

A(o) Sr(a) (nome do(a) presidente atual) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

neste ato representada por seu representante legal (nome do representante) em cumprimento ao estabelecido na Resolução CMDCA n.º 05/2025 encaminha os documentos abaixo relacionados para revalidação bianual de registro do (nome do programa) inserido no(s) regime(s) de atendimento (P1, P2, P3,….) e inscrito neste CMDCA sob o n.º :

Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

Cópia do Estatuto Social atualizado;

Ata de Eleição e Posse da Diretoria;

Plano de Trabalho do programa conforme Anexo II da Resolução CMDCA n.º 05/2025.2

(assinatura do representante legal)

Anexo I - Modelo D

Revalidação de Inscrição (Entidade Governamental)

(nome do presidente atual) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

O(a) (nome do órgão) , neste ato representado por (nome do representante) em cumprimento ao estabelecido na Resolução CMDCA n.º 05/2025 encaminha o Plano de Trabalho para solicitar a revalidação bianual de inscrição do (nome do programa) inserido no(s) regime(s) de atendimento (P1, P2, P3,….) :

(assinatura do representante legal)

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

PORTARIA N°98

PORTARIA N°98

Institui e Compõe o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, define diretrizes gerais e dá outras providencias.

THIAGO TIMO OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL de TORIXORÉU-MT no uso de suas atribuições legais e nos termos do art 51.INCISO 5º da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, pela presente Portaria.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa SER Família e a Lei 11.222, Lei 12.013 que altera e acrescenta dispositivo e dá outras providências**;**

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n° 219 de 04 de abril de 2023 da **Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania – SETASC**:

RESOLVE:

Art. 1º. - Instituir o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família que terá as seguintes competências:

I – Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, regulamentando suas competências, composição e funcionamento;

II- Analisar e aprovar a lista de famílias encaminhadas pela equipe de referência do município e, após, encaminhar ao Comitê Gestor Estadual para a análise e aprovação;

III- Aprovar e acompanhar o cumprimento do Pacto SER Família firmado pelo município;

IV - Apreciar relatório trimestral de evolução das famílias do Programa sob a responsabilidade do município, elaborado pela equipe técnica de referência e encaminhar à coordenação estadual do Programa SER Família;

V - Integrar e apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas na esfera municipal;

VI - Articular a rede de proteção do município e dinamizar a oferta de serviços, destinados às famílias participantes;

VII – O Comitê Gestor Municipal deverá encaminhar à Gestão Estadual, em forma de planilha, as informações referentes às famílias beneficiárias a serem substituídas e das famílias que serão inseridas, o motivo da substituição e o instrumento hábil a aprovação da medida.

Art. 2º Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, com competências disciplinadas no artigo 1º desta portaria, os seguintes membros:

I- Paula Fernanda Martins de Sousa, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social e Josiane do Nascimento Sousa, como respectivo suplente;

II- Pedro Hugo Brito Silva, representando a Secretaria Municipal de Municipal de Educação e Mara Rubia dos Santos Vilela, como respectivo suplente;

III- Magno Sousa Martins Vieira, representando a Secretaria Municipal de Municipal de Saúde e Kenia da Silva Palacio, como respectivo suplente;

V**- Outras Secretarias Municipais que a gestão municipal entender pertinentes ao cumprimento do Pacto SER família;**

Art. 3º O Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família será convocado, sempre que necessário, pelo Secretário Municipal, com antecedência, mínima de 2 (dois) dias úteis.

§ 1º. As deliberações se darão por votação e as aprovações ou reprovações por maioria do voto, dos membros presentes nas reuniões.

§ 2º. O Comitê Gestor Municipal do Programa contará com uma Secretária Executiva, designada por ato de seu Presidente.

§ 3º - O (A) Presidente do Comitê Gestor Municipal, dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Torixoréu, Estado de Mato Grosso, aos 29 dias do mês de abril de 2025.

Thiago Timo Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

DECRETO Nº 1.589, DE 28 DE ABRIL DE 2025.

Declara ponto facultativo nas repartições públicas do Município o dia que menciona e dá outras providências.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e embasado no disposto no inciso VI, do art. 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

Considerando o ponto facultativo em âmbito federal e estadual alusivo a data de 01 de maio de 2025 – Dia do Trabalhador;

Considerando ser de costume da maioria dos órgãos públicos das diversas unidades da federação a decretação de ponto facultativo para o dia 02 de maio de 2025 (sexta-feira), propiciando feriado prolongado;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado, em função do Dia do Trabalhador, Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de União do Sul o dia **02 de maio de 2025**.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica aos plantões necessários às atividades de caráter emergencial, compreendidas as emergências da saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 28 de abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2024-A, originado do Processo Licitatório sob nº 005/2024 - Pregão Eletrônico nº 003/2024 – Registro de Preços. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR. Detentora da Ata: Frandoloso & Schmitt Ltda. Vigência: **19/07/2024 a 18/07/2025**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, torna público que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo Email: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de abril de 2025.

MARCILENI MAAS

Agente de Contratação/Pregoeira.

DECRETO Nº 1.588, DE 28 DE ABRIL DE 2025.

Define regulamentação para a Lei nº 629, de 09 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho para servidores públicos responsáveis por filhos ou outros dependentes com necessidades especiais.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto na Lei nº 629, de 09 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto define regulamentação para a Lei nº 629, de 09 de dezembro de 2016, que estabelece a redução da jornada de trabalho para os servidores públicos municipais responsáveis por filhos ou outros dependentes com necessidades especiais.

Art. 2º. A redução da jornada de trabalho será concedida de forma gradativa, observados o interesse da Administração Pública e a necessidade do servidor, conforme o grau de dependência e a necessidade de acompanhamento do dependente, nos seguintes termos:

I - **Redução de 20%** (vinte por cento) da jornada de trabalho para casos em que o dependente exija acompanhamento parcial, passando para 6 (seis) horas e meia (6h+30min) diárias, e 32 (trinta e duas) horas semanais;

II - **Redução de 50%** (cinquenta por cento) da jornada de trabalho, para casos em que o dependente exija acompanhamento integral e contínuo, passando para 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

§1º. A avaliação do grau de dependência será realizada pelo **Setor Jurídico da Prefeitura Municipal**, considerando:

a) Laudo médico detalhado que descreva a condição do dependente e a necessidade de acompanhamento;

b) Relatório psicossocial emitido por Assistente Social do município, que avalie o impacto da condição do dependente na rotina familiar e a necessidade de suporte do servidor;

c) Outros documentos e informações relevantes que possam auxiliar na avaliação.

Art. 3º. O servidor interessado deverá protocolar **requerimento de Redução de Jornada de trabalho** com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência do início da redução, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura, instruído com os seguintes documentos:

I - Documento oficial de identificação do servidor; II - Documento que comprove o vínculo com o dependente; III - Laudo médico detalhado; IV - Relatório psicossocial emitido pelo(a) Assistente Social do município; V - Outros documentos que a Administração julgar pertinentes.

§ 1º. O Departamento de Recursos Humanos poderá solicitar exames complementares ou pareceres técnicos adicionais, se necessário.

§ 2º. Para a concessão da redução de jornada, deverão ser observados os seguintes critérios:

a) Que o dependente com deficiência necessite de terapias ou tratamentos contínuos;

b) Que não haja outro responsável disponível para acompanhá-lo, ou que seja comprovada a necessidade de acompanhamento exclusivo do servidor;

c) Que a ausência do acompanhante cause prejuízo ao desenvolvimento do dependente;

d) Que a concessão de licença não remunerada inviabilize o custeio das despesas da família, comprometendo a subsistência da pessoa com deficiência.

Art. 4º. A decisão quanto à concessão da redução da jornada será de competência do **representante legal do Poder Público** (Prefeito ou Presidente da Câmara), com base nos pareceres do Setor Jurídico e do(a) Assistente Social do Município.

Art. 5º. A redução da jornada será concedida por prazo determinado, de **06 (seis) a 12 (doze) meses**, conforme definido em avaliação técnica, podendo ser renovada mediante nova análise.

Art. 6º. O servidor beneficiado deverá apresentar, **anualmente**, declaração atualizada atestando que o dependente ainda necessita de acompanhamento.

Art. 7º. Durante o período em que estiver gozando da redução da jornada de trabalho, o servidor **não poderá exercer outra atividade remunerada**, sob pena de interrupção do benefício.

Art. 8º. Caso **ambos os genitores ou responsáveis legais** sejam servidores públicos municipais, **somente um deles poderá usufruir da redução**, devendo constar no processo termo de responsabilidade assinado por ambos.

Art. 9º. A chefia imediata do servidor deverá organizar a escala de trabalho de forma a **não comprometer o bom andamento dos serviços públicos**, respeitando as necessidades da Administração Municipal.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 28 de abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2024-D, originado do Processo Licitatório sob nº 005/2024 - Pregão Eletrônico nº 003/2024 – Registro de Preços. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR. Detentora da Ata: Ativa Comércio, Indústria e Importação Ltda. Vigência: **19/07/2024 a 18/07/2025**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, torna público que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo Email: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de abril de 2025.

MARCILENI MAAS

Agente de Contratação/Pregoeira.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob nº 61/2024.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Jaqueline Ângela Jardim – CPF nº ***.253.921-**.

Cargo/função: Agente de Desenvolvimento Infantil – 40 horas, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Motivo da Rescisão: Rescisão a pedido da Contratada.

Data assinatura do Termo: 30/04**/2025.**

Signatários:

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

JAQUELINE ANGELA JARDIM

Contratada.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público em Caráter Emergencial sob nº 04/2025.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Fabiana Helfenstein Ramos – CPF nº ***.470.881-**.

Cargo/função: Professora da Educação Básica – 20 horas, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Motivo da Rescisão: Rescisão a pedido da Contratada.

Data assinatura do Termo: 30/04/**2025.**

Signatários:

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

FABIANA HELFENSTEIN RAMOS

Contratada.

PORTARIA Nº 317/2025

Data: 30/04/2025.

Dispensa a servidora Luciane Teixeira Damian de Sá da designação à função de confiança de Coordenadora Pedagógica e dá outras providencias.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no inciso X, do art. 69, da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º. Dispensar nesta data, a servidora LUCIANE TEIXEIRA DAMIAN DE SÁ, portadora do RG nº 140145*-* SSP/MT e do CPF nº ***.835.881-**, da designação a função de confiança de Coordenadora Pedagógica junto a Creche Municipal Santo Anjo, efetuada pela Portaria nº 069/2025, de 13 de janeiro de 2025.

Parágrafo Único. Com a dispensa de designação na forma do *caput*, a servidora Luciane Teixeira Damian de Sá retorna às atribuições de seu cargo efetivo de Professora da Educação Básica 20 h/s.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 069/2025 de 13 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 30 de abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024, originado do Processo Licitatório sob nº 004/2024 - Pregão Eletrônico nº 002/2024 – Registro de Preços. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA BRUTA E BENEFICIADA EM GERAL. Detentora da Ata: Ana Carolina Vieira Damian Ltda. Vigência: **18/07/2024 a 17/07/2025**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, torna público que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo Email: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de abril de 2025.

MARCILENI MAAS

Agente de Contratação/Pregoeira.

PORTARIA Nº 316/2025

Data: 30/04/2025.

Dispensa a servidora Elaine Prado da Cruz Serena da designação a cargo comissionado DAI - (Direção e Assessoramento Intermediário).

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no inciso X, do art. 69, da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º. Dispensar nesta data, a servidora ELAINE PRADO DA CRUZ SERENA, portadora do CPF nº ***.835.881-**, da designação ao cargo em comissão de Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil – sigla DAI, efetuada pela Portaria nº 120/2025, de 03 de fevereiro de 2025.

Parágrafo Único. Com a dispensa de designação na forma do *caput*, a servidora Elaine Prado da Cruz Serena retorna às atribuições de seu cargo efetivo de Professora da Educação Básica – 20 h/s.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 120/2025 de 03 de fevereiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 30 de abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2024-B, originado do Processo Licitatório sob nº 005/2024 - Pregão Eletrônico nº 003/2024 – Registro de Preços. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR. Detentora da Ata: Comercial Luar Ltda. Vigência: **19/07/2024 a 18/07/2025**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, torna público que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informações detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo Email: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de abril de 2025.

MARCILENI MAAS

Agente de Contratação/Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - EXTRATO PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

EXTRATO DA 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2024-C, originado do Processo Licitatório sob nº 005/2024 - Pregão Eletrônico nº 003/2024 – Registro de Preços. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR. Detentora da Ata: Anderson Apolinário de Oliveira. Vigência: **19/07/2024 a 18/07/2025**. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT, através do Departamento de Licitações, torna público que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata. Informa-

ções detalhadas sobre esta ata poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de União do Sul pelo fone (66) 3540-1283 ou pelo Email: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul – MT, 30 de abril de 2025.

MARCILENI MAAS

Agente de Contratação/Pregoeira.

DECRETO Nº 1.581 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Prefeitura Municipal de União do Sul-MT

Avenida Curitiba, nº 94 – Centro
CEP 78543-000
CNPJ – 01.614.538/0001-59

DECRETO Nº 1581/2025, 5 de março de 2025

Súmula: Abre Crédito suplementar no Orçamento Municipal de 2025, no valor que menciona e dá outras providências.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, Prefeito Municipal de UNIÃO DO SUL, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal 902/2024, e em consonância com a Lei Federal 4.320/64;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 257.500,00 (duzentos e cinqüenta e sete mil quinhentos reais) nos termos do art. 41, inciso I, da Lei Federal 4.320/64, para reforço das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes:

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 23	03.001.04.122.0002.2004.3.3.90.39.1.500.0000000		5.000,00
		Sub-Total:	**5.000,00**

Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACONAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 81	05.001.12.361.0006.2024.3.3.90.30.1.500.1001000		60.000,00
Cód. red.: 103	05.001.12.365.0005.2018.3.3.90.30.1.500.1001000		29.000,00
		Sub-Total:	**89.000,00**

Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 002 - FDO DE DESENV. DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 144	05.002.12.367.0006.2019.3.1.90.11.1.540.1070000		41.000,00
		Sub-Total:	**41.000,00**

Órgão: 06 - SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 216	06.002.10.301.0010.2037.3.3.90.30.1.500.1002000		71.000,00
Cód. red.: 264	06.002.10.305.0026.2071.3.1.90.11.1.600.0000605		28.500,00
Cód. red.: 265	06.002.10.305.0026.2071.3.1.90.94.1.600.0000605		4.000,00
		Sub-Total:	**103.500,00**

Órgão: 07 - SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 271	07.001.08.122.0016.2049.3.3.90.14.1.500.0000000		5.000,00
		Sub-Total:	**5.000,00**

Órgão: 07 - SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 300	07.002.08.241.0015.2048.3.3.90.39.1.500.0000000		10.000,00
Cód. red.: 311	07.002.08.244.0016.2050.3.3.90.30.1.660.0000000		4.000,00
		Sub-Total:	**14.000,00**
		Total Parcial Suplementado:	**257.500,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto conforme descrito no artigo anterior, serão utilizados os recursos aqueles mencionados no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei federal nº 4.320/64, oriundos de anulação parcial ou total de dotações, na forma abaixo:

Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACONAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	76	05.001.12.361.0006.1022.4.4.90.52.1.500.1001000		30.000,00
Cód. red.:	88	05.001.12.365.0005.1013.3.3.90.30.1.500.1001000		10.000,00
Cód. red.:	95	05.001.12.365.0005.1023.3.3.90.30.1.500.1001000		29.000,00
Cód. red.:	98	05.001.12.365.0005.1044.4.4.90.52.1.500.1001000		10.000,00
Cód. red.:	101	05.001.12.365.0005.2017.3.3.90.30.1.569.0000000		23.000,00
			Sub-Total:	**102.000,00**

Órgão: 06 - SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	218	06.002.10.301.0010.2037.3.3.90.39.1.621.0000000		100.000,00
			Sub-Total:	**100.000,00**

Órgão: 08 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO, URBANISMO E SANEAMENT
Unidade: 001 - DIVISAO DE URBANISMO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	345	08.001.25.752.0021.1079.4.4.90.51.1.500.0000000		55.500,00
			Sub-Total:	**55.500,00**
			Total Parcial Reduzido:	**257.500,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, UNIÃO DO SUL - MT, 5 de março de 2025

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH
PREFEITO

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público em Caráter Emergencial sob nº 74/2024.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Daiane Pukes de Almeida Zanqui – CPF nº ***.293.101-**.

Cargo/função: Psicóloga, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Motivo da Rescisão: Rescisão a pedido da Contratada.

Data assinatura do Termo: 30/04**/2025.**

Signatários:

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

DAIANE PUKES DE ALMEIDA ZANQUI

Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO AO CONTRATO CONTRATO N° 072/2025

O Prefeito do Município de Vale de São Domingos-MT, torna público aos interessados o Extrato do Termo de Extinção ao Contrato resultante do Pregão Eletrônico n° 001/2025, Processo Administrativo 14/2025, conforme segue abaixo:

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, BEM COMO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, como o fornecimento de peças acessórios multimarcas, através de redes de estabelecimentos credenciados pela contratada, com a implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão da frota, com tecnologia de cartão magnético com chip (tipo smart) ou cartão com tarja magnética, para atendimento à frota municipal, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT.

Contrato: 072/2025.

CONTRATADA: CENTRO AMÉRICA, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 09.179.444/0001-00;

DATA DA ASSINATURA: 02/04/2025;

DATA DA RESCISÃO: 25/04/2025;

FORMA: Unilateral;

BASE LEGAL: Art. 137, I, c/c 138, I, § 1º, da Lei Nº 14.133/2021**.**

Motivo: Por decisão emanada pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT, por meio do Julgamento Singular n° 209/AJ/2025, que considerou irregular a cláusula que vedava a oferta de taxa negativa constante no edital do Pregão Eletrônico n° 001/2025.

Vistas e Cópias do Edital e Processo: Os interessados poderão obter mais informações sobre a licitação no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, de segunda à sexta-feira, ou através do site https://www.valedesaodomingos.mt.gov.br/.

Informações: *Telefone (65) 2018-0810.*

Vale de São Domingos-MT, 29 de abril de 2025.

Leandro Azevedo da Cunha

Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA PRESENCIAL N° 19/2025 (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 44/2025)

A Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, atendendo ao disposto no art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar contratação de empresa especializada para Contratação de empresa especializada para prestação de **SERVIÇO DE CONSULTAS MÉDICAS OFTALMOLÓGICAS**, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vale de São Domingos – MT, incluso todas as taxas e equipamentos para a execução dos serviços, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, por dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, DE 1° de abril de 2021, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, e nos termos da tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO SISTEMA	CÓDIGO TCE/MT	ESPECIFICAÇÃO	UN DE MEDIDA	QNT.
1	002.004.457	0004220	CONSULTA MEDICA OFTALMOLOGICA	UNID. (cód.: 1)	300

Os interessados em apresentar proposta de preços e/ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência completo no sítio eletrônico do Poder Executivo Municipal, através do endereço eletrônico https://www.valedesaodomingos.mt.gov.br/ ou enviar e-mail para *licitacao@valedesaodomingos.mt.gov.br. As propostas deverão ser encaminhadas para o e-mail: licitacao@valedesaodomingos.mt.gov.br., podendo também ser entregue pessoalmente na sede do Poder Executivo, situada na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, CEP 78.253-000, Município de Vale de são Domingos-MT, Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, entre os horários de 07:00h as 11:00h e das 13:00h as 16:00h.*

A referida empresa deverá encaminhar, juntamente com sua proposta, todos os documentos de habilitação necessários e especificados no Termo de Referência.

O período de apresentação de propostas dos interessados será de 3 (três) dias úteis, contados da divulgação deste aviso, sendo de 30 de Abril de 2025 a 06 de Maio de 2025.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (65) 2018-0810.

Vale de São Domingos – MT, 29 de Abril de 2025.

Anexo I – Termo de referencia

Anexo II – Minuta de Contrato

Anexo III – Modelo de Proposta

Edinaldo Ferreira Santana

Agente de Contratação

AVISO DE ANULAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2025

*O Prefeito do Município de Vale de São Domingos-MT, torna público aos interessados a **ANULAÇÃO**, do Edital do Pregão Eletrônico n° 001/2025, Processo Administrativo 14/2025, conforme segue abaixo:*

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, BEM COMO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, como o fornecimento de peças acessórios multimarcas, através de redes de estabelecimentos credenciados pela contratada, com a implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão da frota, com tecnologia de cartão magnético com chip (tipo smart) ou cartão com tarja magnética, para atendimento à frota municipal, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT.

Amparo legal: Lei Ordinária Federal n.º Lei 14.133/2021, Art. 71, inciso III; e Súmula n° 473 do Supremo Tribunal Federal – STF.

Motivo: Por decisão emanada pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT, por meio do Julgamento Singular n° 209/AJ/2025, que considerou irregular a cláusula que vedava a oferta de taxa negativa constante no edital do Pregão Eletrônico n° 001/2025.

Vistas e Cópias do Edital e Processo: Os interessados poderão obter mais informações sobre a licitação no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, de segunda à sexta-feira, ou através do site https://www.valedesaodomingos.mt.gov.br/.

Informações: *Telefone (65) 2018-0810.*

Vale de São Domingos-MT, 29 de abril de 2025.

Leandro Azevedo da Cunha

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 34 /2025

"Nomeia, em substituição, os novos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais de Educação (CAC/ FUNDEB), e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos - MT, Srº **LEANDRO AZEVEDO DA CUNHA**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com base na Lei 14.113/2020 e Lei Municipal 626/2021 de 06 de abril de 2021, que dispões sobrea a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – CACS/FUNDEB.

DECRETA:

Art.1º - Nomear, em substituição, os novos membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais de Educação (CACS FUNDEB), alterando, em consequência, o Decreto nº 66/2024, passando este Conselho a ser composto pelos seguintes membros:

I - Representante do Poder Executivo Municipal;

Titular – Enio Reginaldo Ferreira de Santana

Suplente – Amanda Araújo Dorneles

II - Representante da Secretaria Municipal de Educação;

Titular – Mônica Maria Ramos

Suplente – Marcia Lana

III - Representante dos professores da educação básica pública;

Suplente – Thaynara Modesto Pirinetti

IV - Representante dos diretores das escolas básicas públicas;

Titular – Onilsa Pereira de Souza

Suplente – Edileuza Ferreira dos Santos Jacinto

V - Representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

Titular – Adriana Gomes de Jesus Oliveira

Suplente – Ana Paula Soares Barros

VI - Representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

Titular – Cleide Mara Scatolin

Suplente – Patrícia Rodrigues Perin Cassiano Celis

Titular – Flaviana Faustino Honorato

Suplente – Cristina da Silva

VII - Representantes dos estudantes da educação básica pública, sendo 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

Titular – Guilherme de Oliveira Leal

Suplente – Henrique Farias dos Santos

Titular – Ivaneth de Oliveira Rodrigues

Suplente – Leticia de Fatima Carvalho

VIII- Representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;

Titular – Suely Fernandes da Silva Moreira

Suplente – Caroline Natiele Dias Santos

IX- Representante do Conselho Municipal de Educação (CME)

Titular – Adilson Rodrigues de Carvalho

Suplente – Cristiane Vieira de Araújo

Art.2° - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

LEANDRO AZEVEDO DA CUNHA

Prefeito Municipal

Vale de São Domingos – MT, em 29 de abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DL Nº 004/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 008/2025

Objeto: A contratação de uma instituição sem fins lucrativos especializada tem como objetivo o planejamento, elaboração e execução de todas as etapas de um processo seletivo, que entre si celebram o **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – DAE-VG** (CONTRATANTE), e a empresa **INSTITUTO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO (INQC),** (CONTRATADA).

Respaldado no artigo 75, INCISO XV da Lei nº. 14.133 de 01 de abril de 2021, **RATIFICO** a dispensa de licitação reconhecida no **PARECER JURÍDICO SOB Nº 060/2025/JUR/DAE-VG**, para contratar a empresa **INSTITUTO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO (INQC),** inscrita sob o CNPJ nº **20.120.933/0001-20**

O VALOR GLOBAL O PRESENTE INSTRUMENTO é de R$ **816. 700,00**(*Oitocentos e dezesseis mil e setecentos reais*), os recursos financeiros necessários para a execução deste Contrato são oriundos da classificação orçamentária:

Projeto /Atividade/Ação	Fonte	Elemento Despesa	Ano
2069	512	18.01.17.512.0040.33.90.39.	2025

E, para a eficácia dos atos, **DETERMINO** que a presente ratificação e autorização sejam publicadas, conforme prevê o art. 75, VIII da Lei nº. 14. 133.

Várzea Grande, 10 de abril de 2025.

SANDRO DOS ANJOS AZAMBUJA

DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA N. 107/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. ANTONIA MARIA DE MORAES"

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2025.04.34774P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 87, *caput* e parágrafo único, cumulado com art. 86 da Lei Complementar Municipal n. º 4.649/2020, que "Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências", c/c Lei Complementar n.º3.507/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, carreiras e vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde e da fundação de Saúde de Várzea Grande, c/c Lei Complementar Municipal n.º 5220/2024, que concedeu Reajuste Geral Anual aos servidores públicos, resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a Sra. ANTONIA MARIA DE MORAES, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n.º 0704580-8 SESP/MT e inscrita no CPF n.º 667.987.281-20, efetiva no cargo de Agente de Apoio dos Serviços do SUS- Perfil Agente de Serviços Gerais - Nível Elementar - Classe A Nível 10, 30horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matriculada sob o n.º 3919, contando, nesta data, com 31 (trinta e um) Anos, 02 (dois) meses e 24 (vinte e quatro) Dias de Tempo de Contribuição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 07 de abril de 2025.

Sumaia Leite de Almeida

Presidente PREVIVAG

Homologo:

Flávia Petersen Moretti de Araújo

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA N. 111/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. VERA LUCIA DA SILVA"

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2025.04.34802P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 87, *caput* e parágrafo único, cumulado com art. 86 da Lei Complementar Municipal n. º 4.649/2020, que "Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências", c/c Lei Complementar n.º3.507/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, carreiras e vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde e da fundação de Saúde de Várzea Grande, c/c Lei Complementar Municipal n.º 5220/2024, que concedeu Reajuste Geral Anual aos servidores públicos, resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a Sra. VERA LUCIA DA SILVA, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 0780373-7 SESP/MT e inscrita no CPF n.º 627.930.391-87, efetiva no cargo de Agente de Apoio dos Serviços do SUS- Perfil Agente de Serviços Gerais - Nível Elementar - Classe C Nível 10, 30horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matriculada sob o n.º 46520, contando, nesta data, com 30 (trinta) Anos, 04 (quatro) meses e 25 (vinte e cinco) Dias de Tempo de Contribuição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 07 de abril de 2025.

Sumaia Leite de Almeida

Presidente PREVIVAG

Homologo:

Flávia Petersen Moretti de Araújo

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA N.º 113/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao Sr. JOSÉ VIEIRA ANGELO ROCHA".

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº. 2025.04.34798P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 40, §5º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, c/c com o art. 84 e §3º do art. 12 da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e dá outras providências, c/c art. 71, I, da Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei art. 16 da Lei Complementar n.º 5220/2024, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, ao Sr. JOSÉ VIEIRA ANGELO ROCHA, brasileiro, casado, portador do RG nº 09049231 SESP/MT e CPF nº 067.965.593-04, servidor efetivo no cargo de Professor I a IV - Nível Médio - Classe "C", Nível "10", 25 horas, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculado sob o n.º 24229, contando, nesta data, com 30(trinta) anos, 01 (um) mês e 26 (vinte e seis) dias de tempo de contribuição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 08 de abril de 2025.

Sumaia Leite de Almeida

Presidente PREVIVAG

Homologo:

Flávia Petersen Moretti de Araújo

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA N.º 114/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao Sr. EDECIO OSVALDO DE CAMPOS."

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2024.04.34708P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 84, *caput* e parágrafo único, cumulado com art. 86 da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências", c/c Lei Complementar n.º3.507/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, carreiras e vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde e da fundação de Saúde de Várzea Grande, c/c a Lei 5220/2024, que alterou as tabelas salariais dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade ao **Sr. EDECIO OSVALDO DE CAMPOS**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.º 0341455-8 SESP/MT e inscrito no CPF n.º 346.499.301-97, matriculado sob o n.º 11448, efetivo no cargo de Agente de Apoio dos Serviços do SUS – Perfil Agente de Segurança e Manutenção, Classe C, Nível 08, 40horas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, contando, nesta data, com o total de 37 (trinta e sete) anos, 09 (nove) meses e 11 (onze) dias de tempo de contribuição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 08 de abril de 2025.

Sumaia Leite de Almeida

Presidente PREVIVAG

Homologo:

Flávia Petersen Moretti de Araújo

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA N.º 103/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho ao Sr. MILTON DENIZART DORADO RODRIGUES."

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.° 2024.03.34682P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 40, §1º, I da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, art. 12, §1º e art. 21 da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020 c/c c/c Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c art. 1º Lei Complementar n.º 5220/2024, que reajusta o salário dos profissionais da educação, resolve:

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho, ao Sr**. MILTON DENIZART DORADO RODRIGUES**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.° 27177 MTE/MT e inscrito no CPF sob o n.° 001.453.538-69, efetivo no cargo de Técnico de Suporte Administrativo- Perfil Técnico em Nutrição Escolar, Classe A, Nível 03, 30 horas, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, matriculado sob o n.º 130225 contando, nesta data, 06 (seis) anos, 10 (dez) meses e 10 (dez) dias de Tempo de Contribuição, com proventos proporcionais, calculados pela média contributiva.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 04 de abril de 2025.

Sumaia Leite de Almeida

Presidente PREVIVAG

Homologo:

Flávia Petersen Moretti de Araújo

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA N.º 102/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. LORACI MARIA DE CAMPOS".

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº. 2025.04.34778P ;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do artigo 40, § 5º da Constituição Federal na redação dada pela Emenda Constitucional 103/2019, bem como do art. 84, cumulado com §3º do art. 12 da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e dá outras providências, c/c art. 71, I, da Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei Complementar n.º 5.220/2024, Dispõe sobre a Revisão Geral Anual – RGA dos servidores do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a Sra. LORACI MARIA DE CAMPOS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n. º 04512081 SEJUSP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 329.533.991-00, servidora efetiva no cargo de Professora– I a IV, nível médio, Classe "C", Nível "09", 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o n.º 28067, contando, nesta data, com 25 (vinte e cinco) Anos, 08 (oito) Meses e 23 (vinte e três) Dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 04 de abril de 2025.

Sumaia Leite de Almeida

Presidente PREVIVAG

Homologo:

Flávia Petersen Moretti de Araújo

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 100/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. VANIA MARIA PECORI BIANCO".

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº. 2025.04.34787P ;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do artigo 40, § 5º da Constituição Federal na redação dada pela Emenda Constitucional 103/2019, bem como do art. 84, cumulado com §3º do art. 12 da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e dá outras pro-

vidências, c/c art. 71, I, da Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei Complementar n.º 5.220/2024, Dispõe sobre a Revisão Geral Anual – RGA dos servidores do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a Sra. VANIA MARIA PECORI BIANCO , brasileira, portadora da cédula de identidade RG n.º 0474685-6 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 513.345.501-15, servidora efetiva no cargo de Professora– V a VIII, nível superior, Classe “B”, Nível “09”, 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o n.º 46352, contando, nesta data, com 25 (vinte e cinco) Anos, 08 (oito) Meses e 23 (vinte e três) Dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 04 de abril de 2025.

Sumaia Leite de Almeida

Presidente PREVIVAG

Homologo:

Flávia Petersen Moretti de Araújo

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 115/2025

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. MARIA FRANCISCA MODTKOWSKI ”.

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2024.04.34748P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 84, *caput* e parágrafo único, cumulado com art. 86, bem como o art. 20, §2º, incisos I a IV da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências, c/c Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c art. 1º Lei Complementar n.º 5220/2024, que reajusta o salário dos profissionais da educação, resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade a **Sra**. **MARIA FRANCISCA MODTKOWSKI**brasileira, solteira, portadora do Registro Geral - CPF/ Personal Number 182.739.471-49, efetiva no cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional - Perfil Merendeira, Classe B, Nível 08, 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, matriculada sob o n.º 32748 contando, nesta data, com 30 (trinta) anos, 06 (seis) meses e 14 (quatorze) dias de tempo de contribuição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 08 de abril de 2025.

Sumaia Leite de Almeida

Presidente PREVIVAG

Homologo:

Flávia Petersen Moretti de Araújo

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 095/2025

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho ao Sr. ADEMAR BATISTA ESCANE”.

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2024.03.34705P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 40, §1º, I da Constituição Federal c/c art. 12, I, “a”, art. 13 e art. 88 da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, que r**eestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências**, c/c Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei Complementar n. º 5.220/2024, Dispõe sobre a Revisão Geral Anual – RGA dos servidores do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências, instituindo as tabelas constantes do anexo, resolve

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder o benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho aoSr. ADEMAR BATISTA ESCANE, casado, portador da cédula de identidade RG n.º 1809657-3 SESP/MT e inscrito no CPF n.° 277.843.049-00, servidor efetivo no cargo de Professor, Classe “C”, Nível “08”, 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculado sob o nº 386 contando com o tempo total de contribuição de 23 (vinte e três) anos, 07 (sete) meses e 30 (trinta) dias de Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 03 de abril de 2025

Sumaia Leite de Almeida

Presidente PREVIVAG

Homologo:

Flávia Petersen Moretti de Araújo

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE DAE

ATO DE NOMEAÇÃO N.º 031/2025

SANDRO DOS ANJOS AZAMBUJA, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1997 e alterada pela Lei nº 1. 866/1.998, NOMEIA, a contar de 29 de abril de 2025, do cargo em comissão DGA, o servidor abaixo, lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG.

JONADABE RODRIGUES DOS SANTOS - Coordenador de Pessoal - DGA-4

ATO DE NOMEAÇÃO N.º 032/2025

SANDRO DOS ANJOS AZAMBUJA, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1997 e alterada pela Lei nº 1. 866/1.998, NOMEIA, a contar de 30 de abril de 2025, do cargo em comissão DGA, o servidor abaixo, lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG.

CARLINHOS FRANCISCO FORTES - Coordenador - DGA-4

ATO DE NOMEAÇÃO N.º 033/2025

SANDRO DOS ANJOS AZAMBUJA, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1997 e alterada pela Lei nº 1. 866/1.998, NOMEIA, a contar de 30 de abril de 2025, do cargo em comissão DGA, o servidor abaixo, lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG.

RAISSON DA SILVA GUSMÃO - Gerente de Distribuição e Manobras - DGA-6

ATO DE NOMEAÇÃO N.º 034/2025

SANDRO DOS ANJOS AZAMBUJA, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1997 e alterada pela Lei nº 1. 866/1.998, NOMEIA, a contar de 29 de abril de 2025, do cargo em comissão DGA, o servidor abaixo, lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG.

FELIPE TORQUATO DE CAMPOS - Chefe Departamento - Escritório - DGA-7

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 29 de abril de 2025.

SANDRO DOS ANJOS AZAMBUJA

Diretor Presidente - DAE/VG

PORTARIA N.º 090/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. ***MARLENE LEITE SOARES"****.*

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2024.04.34685P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 84, cumulado com §3º do art. 12 da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e dá outras providências, c/c art. 71, I, da Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei art. 16 da Lei Complementar n.º 5220/2024, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo, resolve;

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade a **Sra**. **MARLENE LEITE SOARES**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n.º 0340129-4 SESP/MT e inscrita no CPF sob o nº.274.835.681-00, servidora efetiva no cargo de Professora V a VIII, Classe "B", Nível "09", 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculado sob o n.º34759, contando, nesta data, com 28 (vinte e oito) anos, 07(sete) meses e 26 (vinte e seis) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 09 de abril de 2025

Sumaia Leite de Almeida

Presidente PREVIVAG

Homologo:

Flávia Petersen Moretti de Araújo

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA N.º 116/2025

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SR. ***REINALDO JOÃO DELLA PASQUA"***

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº. 2025.04.34814P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 87, *caput* e parágrafo único, cumulado com art.86 da Lei Complementar Municipal n. º4.649/2020,que "Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências", Mandado de Segurança nº 4426-57.2009.811.0002 da Segunda Vara Especializada de Fazenda Pública do Município de Várzea Grande-MT, Lei Complementar nº 3.959/2013, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Médicos e Odontólogos do Município, c/c art. 5º da Lei 5220/2024, que alterou as tabelas salariais dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade ao Sr. REINALDO JOÃO DELLA PASQUA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.º 1220896 SSP PR e inscrito no CPF n.º 317.484.069-49, matriculado sob o n.º 39615, efetivo no cargo de Médico Cirurgião Geral, Classe A, Nível 10, 20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, contando, nesta data, com o total de 35 (trinta e cinco) Anos, 04 (quatro) Meses e 19 (dezenove) dias de tempo de contribuição.

.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,publique-se,cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 09 de abril de 2025.

Sumaia Leite de Almeida

Presidente PREVIVAG

Homologo:

Flávia Petersen Moretti de Araújo

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA N.º 083/2025

"Dispõe sobre a progressão de nível a Sra. ***DANIELLE CRISTINA LORENZON****".*

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2025.21.200268PA; e

Considerando o preenchimento dos requisitos do artigo 16 c/c 22 da Lei Complementar nº 4.187/2017 e a tabela salarial constante do Anexo IV,resolve:

Art. 1º. Conceder a progressão para o Nível 06 a servidora **DANIELLE CRISTINA LORENZON**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG n.° 1052610-2 SESP/MT e inscrita no CPF n.° 689.138.261-00, matriculada sob o n.º 9847, efetivo no cargo de Técnico da Previdência Social – Perfil Assistente Social, 30hs, lotada no Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – MT;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a

15 de abril de 2024.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT,15 de abril de 2025.

Sumaia Leite de Almeida

PRESIDENTE PREVIVAG

PARECER TÉCNICO DE VISTORIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS

Endereço: AV. Castelo Branco, nº 2500, Bairro Centro, Várzea Grande - MT

E-mail: smvo.engenharia@varzeagrande.mt.gov.br

PARECER TÉCNICO DE VISTORIA

DESTINATÁRIO: MT SUL CONSTRUÇÕES LTDA

CONTRATO: 334/2020

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Várzea Grande, pessoa jurídica de direito público, inscrita no

CNPJ sob o número 03.507.548/0001-10 com sede na Avenida Castelo Branco, 2500, Centro Sul, Várzea Grande-MT,78.125-700, por intermédio da Secretaria Municipal de Viação e Obras do município.

NOTIFICADA: MT SUL CONSTRUÇÕES LTDA, Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.232.484/0001-80.

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE VICIOS PATOLOGICOS EXISTENTE NA PAVIMENTAÇÃO EXECUTADA.

TEOR DA NOTIFICAÇÃO

Pela melhor forma admitida e no presente instrumento particular de direito, o Notificante, que a este subscreve notifica respeitosa e formalmente Vossa Senhoria, sob os fatos que são expostos a seguir;

A Notificada possui contrato com o município de Várzea Grande-MT, o Contrato 334/2020, o qual possui objeto, contração de empresa especializada para a execução das obras de pavimentação e drenagem, conforme a seguir: lote 4 – **Rua: Jaime Verissimo de Campos Junior**, com 3. 746,29 metros, no loteamento Jardim Novo Niterói, contendo serviços preliminares, administração local, terraplanagem, pavimentação, sinalização viária e drenagem de águas pluviais, fornecimento e assentamento de tubos, órgãos e acessórios e obras complementares, conforme projetos e orçamentos.

Após observações in loco, foi constatado que a referida obra possui algumas irregularidades apresentadas abaixo. Assim notificamos a referida empresa para executar as devidas correções necessárias:

• Correção de Vícios patológicos (Borrachudos) na pista de rolamento na rua pavimentada, com início desta correção no prazo de 7 dias a contar da data de recebimento desta notificação.

Ressaltamos que está estabelecido na cláusula décima segunda, item 12. 1 do contrato assinada por ambos que; A garantia da obra é de **5 (cinco) anos**, a contar de seu recebimento definitivo, conforme previsto no art. 618 do Código Civil Brasileiro. É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia da reforma, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 618 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), c/c o art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/ 90 (Código de Defesa do Consumidor).

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Rua Jaime Veríssimo de Campos Júnior

Rua Jaime Veríssimo de Campos Júnior

Rua Jaime Veríssimo de Campos Júnior

Várzea Grande, MT - 29 de abril de 2025

Atenciosamente,

EVERARDO JOSÉ DE SOUSA RODRIGUES RESPONSÁVEL PELA EMPRESA (MT SUL)

Eng. Civil – CREA/MT - 42808

PORTARIA Nº 132/2025

Dispõe sobre a concessão de férias à servidora **EVILA DA SILVA CARNEIRO**e dá outras providências.

A Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 10 (Dez) dias de férias regulamentares referentes ao período aquisitivo 2022/2023, no período de **05/05/2025 à 14/05/2025,** à servidora **EVILA DA SILVA CARNEIRO**, cargo de Técnica da Previdência Social - Perfil Advogada, do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – **PREVIVAG**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande/MT, 29 de Abril de 2025.

Sumaia Leite de Almeida

PRESIDENTE - PREVIVAG

PORTARIA Nº 465/CPSPAD/SAD/2025

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991 e pelo Decreto Municipal 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº 107/2025, da Secretaria Municipal de Administração, de 24 de janeiro de 2025, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 27 de janeiro de 2025, página 582 com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure o PAD 065/2024 e apure no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam da CI 323/SGP/2024, da Secretaria Municipal de Administração, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 23 de abril de 2025.

Antônio Roberto Possas de Carvalho

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N° 26 SMAS/VG DE 16 DE ABRIL 2025.

Dispoe sobre a substituição de fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do **Ata nº 15/2025 Oriunda Pregão 36/2024** – Firmado pelo Municipio de Várzea Grande.

A Secretária Municipal de Assistência Social de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de fiscalização e acompanhamento do **Ata nº 15/2025 Oriunda Pregão 36/2024**.

RESOLVE:

1º. DESIGNAR o(a) Senhor(a) **TARLITA DIAS MIRANDA**,brasileiro(a), inscrito(a) sob o CPF nº XXX.247.291-XX, matrícula nº 168690, como **FISCAL TITULAR** em **substituição** a(o) Senhor(a)**JOCILEIZE ALCÂNTARA RONDON E SILVA**, brasileiro(a), portador(a) do CPF de nº. XXX. 927.031-XX e o(a) Senhor(a) **HERAINE APARECIDA DE MIRANDA HE-**

RANI SILVA, brasileiro(a), inscrita sob o CPF nº XXX.282.571-XX, matrícula 173645, como **FISCAL SUPLENTE** da **ATA nº 15/2025 Oriunda Pregão 36/2024**, firmado com a**DISTRIBUIDORA SOL NASCENTE,** inscrita no CNPJ nº 00.979.215/0001-04, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT**, inscrita no CNPJ sob nº 03.507.548/0001-10 , que tem por objeto: Registro de preços para futuro e eventual aquisição de gêneros alimentícios: carne, peixes, hortifrutigrangeiros estocáveis, pães, leite para atender as necessidades das secretarias de Educação cultura, esportes e lazer, assistência social e saúde do município de Várzea Grande.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Publica-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 16 de abril de 2025.

CRISTINA SETSUCO SIQUEIRA SAITO

Secretária Municipal De Assistência Social

PORTARIA N° 27 SMAS/VG DE 16 DE ABRIL 2025.

Dispõe sobre a substituição de fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da **Ata nº 8 Oriunda do Pregão 36/2024**– Firmado pelo Município de Várzea Grande.

A Secretária Municipal de Assistência Social de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de fiscalização e acompanhamento da **Ata nº 8 Oriunda do Pregão 36/2024.**

RESOLVE:

1º. DESIGNAR o(a) Senhor(a) **TARLITA DIAS MIRANDA**,brasileiro(a), inscrito(a) sob o CPF nº XXX.247.291-XX, matrícula nº 168690, como **FISCAL TITULAR** em **substituição** a(o) Senhor(a)**JOCILEIZE ALCÂNTARA RONDON E SILVA**, brasileiro(a), portador(a) do CPF de nº. XXX.927.031-XX e o(a) Senhor(a) **HERAINE APARECIDA DE MIRANDA HERANI SILVA**, brasileiro(a), inscrita sob o CPF nº XXX.282.571-XX, matrícula 172143, para acompanhar e fiscalizar a execução da **Atanº 8 oriunda do Pregão 36/2024**, firmado com a **PADARIA E CONFEITARIA BELA MANHA LTDA,** inscrita no CNPJ nº 06.194.097/0001-05, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT** inscrita no CNPJ sob nº 03.507.548/0001-10, que tem por objeto: registro de preços para o futuro e eventual aquisição de gêneros alimentícios: carnes peixes hortifrutigrangeiros e estocáveis, pães, leite para atender as necessidades das secretarias de Educação, cultura, esporte lazer, assistência social e saúde do município de Várzea Grande MT.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Publica-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 16 de abril de 2025.

CRISTINA SETSUCO SIQUEIRA SAITO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA N° 38 SMAS/VG DE 29 DE ABRIL 2025.

Dispoe sobre a substituição de fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do **5º Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2022** – Firmado pelo Municipio de Várzea Grande.

A Secretária Municipal de Assistência Social de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de fiscalização e acompanhamento do **5º Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2022.**

RESOLVE:

1º. DESIGNAR o(a) Senhor(a) **ELIETE MORAES DA CONCEIÇÃO**,brasileiro(a), inscrito(a) sob o CPF nº XXX.171.071-XX, matrícula nº 166617, como **FISCAL TITULAR** em **substituição** a(o) Senhor(a) **LUCILENE DA COSTA,** inscrito(a) sob o CPF n. XXX.794.081-XX e o(a) Senhor(a) **SAMUEL PINTO DE ANDRADE**, inscrito(a) sob o CPF nº XXX.681.857-XX, matrícula 86728, em **substituição** a(o) Senhor(a) **JOCILEIZE ALCÂNTARA RONDON E SILVA,** inscrito(a) sob o CPF de nº. XXX.927.031-XX para acompanhar e fiscalizar a execução do **5º Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2022** firmado com a**AI SOLUCOES TECNOLOGICAS EM INTELIGENCIA ARTIFICIAL LTDA,** inscrita no CNPJ nº 02.730.791/0003-00, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT**, inscrita no CNPJ sob nº 03.507.548/0001-10, que tem por objeto: contratação de empresa de prestação de serviços de tecnologia, objetivando a convalidação dos dados do histórico da vida funcional dos servidores ativos e inativos da prefeitura municipal de Várzea Grande-MT, através da virtualização dos processos físicos, extração de textos e estruturação de dados, convalidação das informações, confecção de artefatos, integrações entre sistemas legados.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Publica-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 29 de abril de 2025.

CRISTINA SETSUCO SIQUEIRA SAITO

Secretária Municipal De Assistência Social

PORTARIA N° 25 SMAS/VG DE 16 DE ABRIL 2025.

Dispõe sobre a substituição de fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do **Contrato nº 261/2024** – Firmado pelo Município de Várzea Grande.

A Secretária Municipal de Assistência Social de Várzea Grande – MT, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de fiscalização e acompanhamento do **Contrato nº 261/2024**.

RESOLVE:

1º. DESIGNAR a(o) Senhor (a) **TARLITA DIAS MIRANDA**, inscrito(a) sob o CPF nº XXX.247.291-XX, matrícula nº 168690, como **FISCAL TITULAR** em **substituição** a(o) Senhor (a) **JOCILEIZE ALCÂNTARA RONDON E SILVA**, inscrito(a) sob o CPF nº XXX.927.031-XX, e **HERAINE APARECIDA DE MIRANDA HERANI SILVA**, inscrita sob o CPF nº XXX.247.291-XX, matrícula 172143, como **FISCAL SUPLENTE** em **substituição** a(o) **GENI CORRELLO DOS SANTOS,** inscrito(a) sob o CPF nº XXX.401.671-XX para acompanhar e fiscalizar a execução do **Contrato nº 261/2024**, firmado entre a empresa **FESTAS E ARTIGOS DE ÉPOCA LTDA - FELICE FESTAS**, inscrita no CNPJ sob nº 37.486.867/0001-09 e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT**, inscrita no CNPJ sob nº 03.507.548/0001-10, que tem por objeto: Dispensa emergencial para contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições preparadas, de qualidade, contemplando as três principais refeições diárias — desjejum, almoço e jantar — para atendimento aos programas socioassistenciais e aos servidores da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Publica-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 16 de abril de 2025.

CRISTINA SETSUCO SIQUEIRA SAITO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA N° 24 SMAS/VG DE 16 DE ABRIL 2025.

Dispõe sobre a substituição de fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do **2º Termo Aditivo ao Contrato nº. 076/2023**– Firmado pelo Municipio de Várzea Grande.

A Secretária Municipal de Assistência Social de Várzea Grande – MT, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de fiscalização e acompanhamento do **2º Termo Aditivo ao Contrato nº. 076/2023**.

RESOLVE:

1º. Designar o(a) senhor(a) **SALOMÃO ARISTIDES XAVIER DE CAMPOS**, portador(a) do CPF nº 274.728.761-00, matrícula nº 168648, como **FISCAL TITULAR** em substituição a(o) Senhor(a) **JOCILEIZE ALCÂNTARA RONDON E SILVA**, inscrito(a) sob o CPF nº XXX.927.031-XX, para acompanhar e fiscalizar a execução do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2023, firmado entre a **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**, inscrita sob CNPJ nº 34.028.316/0001-03, e a Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT, inscrita no CNPJ sob nº 03.507.548./0001-10, que tem por objeto: Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), especializada em prestação de serviços e emissões de carnês ou boletos, postagens, produção/confecção em objeto e entrega de: fatura de cobrança, aviso de débito, parcelamentos e dívidas a executar, mala direta, Sedex, telegrama via internet, impressão especial, carta comercial, notificação PAC, bem como serviço de recebimento, conferência, armazenagem, controle quantitativo de entrega, separação, preparação de pedidos e outros, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande..

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Publica-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 16 de abril de 2025.

CRISTINA SETSUCO SIQUEIRA SAITO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 482/2025

O Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD do Município de Várzea Grande/MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela (o) Art 1º Nº 288/2020 08/04/2020;

RESOLVE:

Retificar a Portaria nº 431, ref. a Readaptação Funcional que concedeu ao (à) servidor (a) HELENO BRAZ DO NASCIMENTO, matrícula nº 19035, exercendo o cargo 2453 - PROFESSOR NV SUPERIOR 25 H, lotado SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER, publicada no (a) Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso no dia 15 de abril de 2025, pág 1442, edição nº 4717,

ONDE SE LÊ:

14/04/2025

LEIA-SE:

14/11/2024

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Várzea Grande - MT, 29 de abril de 2025.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 060/2023

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03. 507.548/0001-10 e, de outro lado, a Empresa COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES VARDASCA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 44.120.619/0001-05. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições do 57, II, §2º da Lei n. 8.666 de 21 de junho 1993, e suas alterações, nas disposições do Contrato n. 060/2023, na justificativa da Secretaria Gestora, processo Gespro n. 1033509/202. OBJETO**:** Este Termo tem por objeto aditar a CLÁUSULA QUARTA: DA CONTRATADA, DOS QUANTITATIVOS E DOS VALORES; a CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE. VALOR: Fica mantido para essa contratação o valor global de R$ 1.139.490,00 (um milhão, cento e trinta e nove mil, quatrocentos e noventa reais). UO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FONTE: 0150/ 01660. UO: CONTROLADORIA GERAL FONTE: 0150. UO: SECRETARIA

DE DEFESA SOCIAL FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE DESENV. URBANOS FONTE: 0150. UO: UO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL FONTE:0150 UO: SECRETARIA DE DESENV. URBANO FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0150.UO: SECRETARIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE GOVERNO FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO FONTE: 0150. UO: PROCURADORIA GERAL FONTE: 150. UO: SECRETARIA DE SAÚDE FONTE: 0150/0160/016210. UO: SECRETARIA DE SERV. PÚBLICOS FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS FONTE: 0150. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Contrato principal, a partir da data de seu vencimento, podendo ser prorrogada nos termos do art. 57, da Lei n. 8.666/93. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do futuro do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: Secretaria Municipal de Administração, que designa neste ato, na função de titular o servidor TARCÍSIO SANTOS DA SILVA, matrícula n. 44724, e na função de suplente, o servidor EURICO QUEIROZ DE ALMEIDA, matrícula n. 15408. A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, que designa neste ato fiscal, o servidor JOÃO SIDNEY FERRAZ LEITE, inscrita no CPF sob o n. XXX.659.971-XX, e Fiscal Suplente o servidor EDSON CARLOS FORTES, inscrito no CPF sob o n. XXX.627.671-XXSecretaria Municipal de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Rural Sustentável, que designa neste ato, na função de fiscal titular a servidora MARCELLY DA SILVA SAMPAIO ARRUDA, inscrita no CPF n. XXX.579.981-XX; e, fiscal suplente a servidora ELZA MARIA MUNHOZ DOMINGOS, inscrita no CPF n. XXX.173.021-XX; A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, que designa neste ato fiscal, a servidora CIBELE BARROS BUENO BEZERRA, matrícula n. 166702, e Fiscal Suplente a servidora VIDAL DE ARAÚJO BASTOS, matrícula n. 166587. A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, que designa neste ato fiscal, o Servidor ELENILTON CLEBSON MIRANDA, inscrito no CPF sob o n. XXX.261.861-XX, e Fiscal Suplente a servidora SANDRA ELISA MIRANDA, inscrita no CPF sob o n. XXX.890.991-91. A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA, que designa neste ato fiscal, a servidora CIBELLE BARROS BUENO BEZERRA, inscrita no CPF sob o n. XXX. 937.661-XX, e Fiscal Suplente o servidor VIDAL DE ARAÚJO BASTOS, inscrito no CPF sob o n. XXX.146.601-XX. A PROCURADORIA GERAL, que designa neste ato fiscal, o servidor RODRIGO BARBOSA PATRÍCIO, matrícula n. 172210, e Fiscal Suplente o servidor GUILHERME GASTON DE CASTRO, matrícula n. 172207. A SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL que designa neste ato fiscal, a servidora ADRIANE MARIA ARINOS DE MORAIS, inscrita no CPF sob o n. XXX.577.441-XX, e Fiscal Suplente o servidor CHARLES HENRIQUE FERRAZ JUNIOR, inscrito no CPF sob o n. XXX.878.161-XX. A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, REGULARIZAÇÃO E HABITAÇÃO que designa neste ato fiscal, o servidor VALDERI CARNEIRO DA SILVA, inscrito no CPF n. XXX.037.031-XX, e Fiscal Suplente o servidor REINALDO GONÇALO MARTINS GOMES, inscrita no CPF n. XXX.961.801-XX. A SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL que designa neste ato fiscal, a servidora JANE CÁSSIA DUARTE VENTURA, inscrita no CPF sob o n. XXX. 523.881-XX, e Fiscal Suplente a servidora LETICIA BALDINI DA COSTA, inscrita no CPF sob o n. XXX.724.671-XX. A SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS, que designa neste ato fiscal, o servidor IGOR GABRIEL SOARES SOUZA, matricula n. 134360, e Fiscal Suplente a servidora NAIANE CRISTINA NEGRÃO, matrícula n. 95454. A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, que designa neste ato fiscal, o servidor ADISONIR SCHNEIDERS DE PAULA, inscrito no CPF n. XXX.250.791-XX, e na função de fiscal suplente, o servidor ADILSON DE BARROS FERREIRA, matrícula n.168052. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS que designa neste ato fiscal, o servidor JOSÉ RODRIGUES CAMPOS, matrícula n.168585, e Fiscal Suplente a servidora AMANDA CRISTINA DE ASSUNÇÃO SILVA, matrícula n. 168580. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que designa neste ato, a servidora, ALESSANDRA CARREIRA RODRIGUES, matrícula n. 130034, e Fiscal Suplente a servidora ELITE DOS SANTOS ROSA, matrícula n. 153791

DATA DE ASSINATURA: 04.04.2025

ANILTON NOVAIS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CRISTINA SETSUCO SIQUEIRA SAITO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RICARDO COSTA AMORIM

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

JOSÉ FRANCISCO MAZZUCO JÚNIOR

SECRETARIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA

LOURINEY DOS SANTOS SILVA

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

MANOELA RONDON OURIVES BASTOS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

MAURÍCIO MAGALHÃES FARIA NETO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

ELIZANGELA BATISTA DE OLIVEIRA

CONTROLADORIA GERAL

DEISI DE CÁSSIA BOCALON MAIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES VARDASCA LTDA

CONTRATADA

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE/MT- CMDRVG.

Aos 29 dias do mês de abril de 2025, às 14 horas, com uma tolerância de 20 minutos, no auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, localizado no Parque Bernardo Berneck, em Várzea Grande/MT, realizou-se a primeira reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Várzea Grande (CMDRVG) do ano de 2025. A reunião contou com a presença de 21 (vinte e uma) pessoas, sendo 14 (quatorze) membros do CMDRVG, conforme lista de presença anexa. Constatada a maioria absoluta dos membros do conselho, foi declarado o quórum necessário para deliberação.

O Sr. Leandro Luiz da Silva, Coordenador da Agricultura Familiar, e a Sra. Rafaela Lamel, Assessora Jurídica, deram as boas-vindas aos conselheiros presentes, saudando-os e agradecendo a participação de todos.

O Secretário Ricardo Alexandre da Costa Amorim informou que foi recentemente assinada a Declaração de Cooperação, referente ao ano de 2024, entre o Município de Várzea Grande e a EMPAER. Os membros deste Conselho reconhecem a atuação dos extensionistas no âmbito do município.

APRESENTAÇÃO RELATÓRIO COBERTURA DE ATER NO TERRITÓRIO DO MUNICIPIO; O Sr. Ricardo Alexandre da Costa Amorim, Secretário Municipal, apresentou relatório e dados de atendimentos a unidades familiares da agricultura familiar. Informou que no ano de 2024, foram realizados pelos extensionistas da Empaer 109 atendimentos de ATER conforme termo de compromisso; e 75 atendimentos pelos extensionistas da SEMMADRS, totalizando 184 atendimentos. Em seguida fez uso da palavra o senhor Leandro, Coordenador de Desenvolvimento Rural, e disse que acompanhou as ações realizadas nos assentamentos e comunidades. Após a apresentação foi sugerida votação pelo presidente do CMDRS, e o foi aprovado por maioria.

A Sra. Samantha, representante da EMPAER, informou que os relatórios foram retirados do sistema SAGAE, que é o banco de dados utilizado pela EMPAER.

Dando continuidade a reunião passou para o próximo item de pauta. 3. APRESENTAÇÃO RELATÓRIO AQUISIÇÕES DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL. Fez uso da palavra o Secretário Ricardo e falou que os VALORES APLICADOS PARA A AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ANO DE 2024, com recursos do PNAE Federal, foi de R$ 4.701.424,00 e os VALORES APLICADOS NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR, com recursos do PNAE Federal, foi de R$ 4.438. 753,04. Após a apresentação foi sugerida votação pelo presidente do CMDRS, e o foi aprovado por maioria.

Os Conselheiros compartilharam informações sobre as atividades que vêm sendo realizadas em suas respectivas entidades e comunidades. O tema foi amplamente discutido e recebeu contribuições coletivas dos presentes.

Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião com uma oração.

Encerrada às 16:00 horas.

Anexo 1 - Lista de presença

Conselheiros:

1. Ricardo Alexandre da Costa Amorim- Presidente- SEMMADRS

2. Leandro Luiz Da Silva – SEMMADRS

3. Mônica Aparecida Gonçalves- SMECEL

4. Samantha Dias de Sousa- EMPAER

5. Divina Oda- MAPA

6. Edson Paulino De Oliveira- MAPA

7. Paulo da Silva Porto- Assoc. dos Trabalhadores Rurais da Comunidade P.A. Sadia III

8. Francisco Mastim- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Grande

9. Admilson Clemente da Silva- Assoc. dos Produtores Rurais do Limpo Grande

10. Jairo Antônio da Silva Borges- Assoc. Agrícola do Formigueiro e Parque Boa Vista

11. Rômulo Everson da Silva Moraes- Assoc. N. S. Aparecida I

12. Paulo Cesar da Silva - Assoc. N. S. Aparecida I

13. Danilo Ribeiro do Couto- INDEA

14. Danielly Cristina Yamazak- OAB

Sociedade:

15. Rafaela Lamel- SEMMADRS/VG

16. Rozano Gabriel da Silva- SEMMADRS/VG

17. Regiany Caroliny- SEMMADRS/VG

18. José de Aguiar Portela- Ass. Dorcelina Folador

19. Ivani P. S. Portela- Ass. Dorcelina Folador

20. Eliane Dias de Carvalho- Assoc. Agrícola do Formigueiro e Parque Boa Vista

21. Orlando R. G.- Assoc. Agrícola do Formigueiro e Parque Boa Vista

PORTARIA N.º 104/2025

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. ROSECLER SOUSA DA SILVA".

A Presidente do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº. 2025.04.34786P ;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do artigo 40, § 5º da Constituição Federal na redação dada pela Emenda Constitucional 103/2019, bem como do art. 84, cumulado com §3º do art. 12 da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e dá outras providências, c/c art. 71, I, da Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei Complementar n.º 5.220/2024, Dispõe sobre a Revisão Geral Anual – RGA dos servidores do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a Sra. ROSECLER SOUSA DA SILVA, brasileira, portadora do Registro Geral - CPF/Personal Number nº 667.996.101-30, servidora efetiva no cargo de Professora – I a IV, nível médio, Classe "C", Nível "10", 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o n.º 41206 - 1ª. Cadeira, contando, nesta data, com 30 (trinta) Anos, 07 (sete) Meses e 09 (nove) Dias de Tempo de Contribuição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 04 de abril de 2025.

Sumaia Leite de Almeida

Presidente PREVIVAG

Homologo:

Flávia Petersen Moretti de Araújo

Prefeita Municipal

EXTRATO TERMO DE FOMENTO N. 02/2025

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o n° 03.507.548/0001-10 e ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - ACCECEL, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n. 10.999.682-0001-41. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Termo Contratual é regido e vinculado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 14.133/21, ao Comunicação de Dispensa de Licitação n. 13/2025, na Lei Federal n. 13.019/2014, no Decreto Municipal n. 70/2016 e no Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil. Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 1036381/2025. OBJETO: Constitui objeto deste termo de fomento a execução do projeto "Búfalo Iniciação à Prática Esportiva Futebol" por meio da realização de práticas esportivas – modalidade Futebol – para atender crianças e adolescentes entre 05 e 15 anos, alunos com baixa renda do Município de VÁRZEA GRANDE/MT. VALOR GLOBAL: Os recursos financeiros para a execução do objeto deste termo de fomento, neste ato fixados em R$ 28.000,00 (oitenta e quatro mil reais), será repassado de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FONTE: 0150. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo será de 06 (seis) meses, correspondente ao tempo necessário para a execução integral do objeto da parceria, passível de prorrogação, desde que o período total de vigência não exceda 05 (cinco) anos. FISCAL DE CONTRATO: O

acompanhamento da efetivação deste Termo de Parceria ficará a cargo do PARCEIRO PÚBLICO, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, que, designa para este ato, na função de titular, a servidora GRAZIELLY FRANCA OLIVEIRA inscrita no CPF n. XXX.285. 611-XX; e, na função de suplente, O servidor JOSÉ DE CAMPOS COSTA, inscrito no CPF n. XXX.250.361-XX.

DATA DE ASSINATURA: 16.04.2025

CRISTINA SETSUCO SIQUEIRA SAITO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARCEIRO PÚBLICO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER – ACCECEL

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007/2025

Partes: **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG** e a empresa **INSTITUTO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO (INQC).**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: n.º 008/2025

DL: nº. 004/2025

OBJETO: A contratação de uma instituição sem fins lucrativos especializada tem como objetivo o planejamento, elaboração e execução de todas as etapas de um processo seletivo, visando atender às necessidades do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande/MT.

VALOR: A presente contratação não acarretará custos ao Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/MT, sendo os recursos provenientes das taxas de inscrição pagas pelos candidatos participantes do certame.

VALOR: O valor global do presente contrato é R$ 816.700,00 (*Oitocentos e dezesseis mil e setecentos reais).*

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FORO: Várzea Grande-MT.

ASSINATURA: 29/04/2025.

Várzea Grande MT, 29 de abril de 2025.

SANDRO DOS ANJOS AZAMBUJA

DIRETOR PRESIDENTE

AUTORIZAÇÃO

A COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA/SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - MT, de acordo com a Portaria nº 143/SES/GS/2002, D.O.E de 25/10/02, p. 30, **CONCEDE** Registro/Autorização ao (s) estabelecimento (s), que abaixo menciona, para as **atividades: Adquirir/Armazenar/Dispensar medicamentos à base de substâncias Retinóicas, de uso sistêmico**. Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Várzea Grande – MT, 28 de abril 2025

Vera Lucia Valadares de Oliveira

Gerente da Vigilância Sanitária VG/MT

Autorização nº 10385.135291/2020/0001FARM/DROG

Razão Social: Drogaria Azulay Popular LTDA Estabelecimento: Drogaria Azulay Popular LTDA CNPJ: 58.029.766/0001-89 Avenida Frei Coimbra, n. 82, Bairro Canellas CEP 78.135-304 Município: Várzea Grande - MT

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 20/2025

Processo n 1037995/2025**. Objeto: formalização do Termo de Fomento com a Associação Caminhando Para Mais Um Sonho (ACAMIS), CNPJ: 14.904.923/0001-82,** para a execução do **projeto "Caminhos da Esperança"** por meio da realização de oficinas com dança (Hip Hop), atendimento social (roda de conversa, entrevista social, visita domiciliares, entre outros) e alimentação para crianças e adolescentes em situação de risco e/ou vulnerabilidade social no Município de Várzea Grande – MT, valor total da contratação**:** valor global de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), pelo período de 09 (nove) meses, que será repassado em 01 (uma) única parcela conforme plano de ação 2025. Várzea Grande, 28 de abril de 2025. **Cristina Setsuco Siqueira Saito - Secretária de Assistência Social.**

PORTARIA/GAB/SMS/VG/Nº. 76/2.025

Dispõe sobre a inclusão de Servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do **Contrato de Rateio n° 001/2025**, firmado pelo Município de Várzea Grande.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei 11.107/2005 e seu Decreto Regulamentador n° 6.017/2007, e a Orientação Técnica n° 02/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo elencados, para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução em relação aos serviços prestados a esta Secretaria Municipal de Saúde de Varzea Grande, de acordo com as informações abaixo:

CONTRATO	Contrato de Rateio N. 001/2025
FORNECEDOR	Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá – CISVARC
OBJETO	Constitui objeto do presente contrato a consecução das ações previstas na lei municipal n. 4.602/2020 sancionada em 28 de abril de 2020, que ratifica o protocolo de intenções e autoriza a participação do consorciado no consórcio intermunicipal de saúde vale do rio cuiabá, e as despesas autorizadas na lei orçamentaria anual do exercício de 2025.
EFEITO	01/03/2025

FUNÇÃO	UNIDADE	NOME	MATRÍCULA
GESTOR	SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	Kauana Elizabeth Dutra dos Santos	168824
FISCAL TITULAR	ATENÇÃO PRIMÁRIA	Alexsson Tierre Almeida Martim	141232
FISCAL SUBTITUTO		Carlos Eduardo dos Santos Barros	141220
FISCAL TITULAR	ATENÇÃO SECUNDÁRIA	Erasmo Carlos Dal Pazolo	167196
FISCAL SUBTITUTO		Benedito Abel de Almeida	172813
FISCAL TITULAR	ATENÇÃO TERCIÁRIA	Anderson Rondinelly Dias de Sá	172396
FISCAL SUBTITUTO		Delaine Helene Nogueira Noya	166966

Art. 2º - Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 24 de abril de 2025.

Deisi de Cassia Bocalon Maia

Secretária Municipal de Saúde de Várzea Grande

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE - DAE/VG

ATO DE EXONERAÇÃO N.º 012/2025

SANDRO DOS ANJOS AZAMBUJA, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1997 e alterada pela Lei nº 1. 866/1.998, exonera A PEDIDO, do cargo em comissão, com data a partir do dia 29/04/2025, o servidor abaixo, lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG.

WILHAN DOUGLAS DOS REIS - Diretor de Operações - DGA-3

ATO DE EXONERAÇÃO N.º 014/2025

SANDRO DOS ANJOS AZAMBUJA, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1997 e alterada pela Lei nº 1. 866/1.998, exonera A PEDIDO, do cargo em comissão, com data a partir do dia 29/04/2025, o servidor abaixo, lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG.

RUBEMAR DOMINGUOS PEREIRA - Coordenador - DGA-4

ATO DE EXONERAÇÃO N.º 015/2025

SANDRO DOS ANJOS AZAMBUJA, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1997 e alterada pela Lei nº 1. 866/1.998, exonera A PEDIDO, do cargo em comissão, com data a partir do dia 29/04/2025, o servidor abaixo, lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG.

CARLINHOS FRANCISCO FORTES - Gerente de Distribuição e Manobras - DGA-6

ATO DE EXONERAÇÃO N.º 016/2025

SANDRO DOS ANJOS AZAMBUJA, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1997 e alterada pela Lei nº 1. 866/1.998, exonera A PEDIDO, do cargo em comissão, com data a partir do dia 29/04/2025, o servidor abaixo, lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG.

RAISSON DA SILVA GUSMÃO - Chefe Departamento - Segurança - DGA-7

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 29 de abril de 2025.

SANDRO DOS ANJOS AZAMBUJA

Diretor Presidente - DAE/VG

PORTARIA N° 84/2025 – SMVO/VG

"Dispõe sobre a nomeação de fiscal, destituição e inclusão de novo fiscal do contrato n° 118/2024, decorrente do 1º Termo Aditivo de prazo com a empresa MTSUL CONSTRUÇÃO LTDA"

O Secretário Municipal de Viação e Obras, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1° DESTITUIR o servidor **SR GIDEON COSTA ALMEIDA** CPF: 047. 373.881-30**,** fiscal do contrato nº 118/2024.

Art. 2º MANTER, o servidor **SR VICTOR HUGO COSTA RODRIGUES**, **Matricula 168615** como fiscal principal do contrato nº 118/2024.

Art. 3º NOMEAR, o servidor **Srº ANDRE VALETIM RODRIGUES, matrícula nº 172864**, como fiscal suplente do contrato nº 118/2024.

Art. 4º As designações terão efeito imediato a partir da data da publicação.

Várzea Grande, 28 de Abril de 2025.

CELSO LUIZ PEREIRA

Secretaria Municipal de Viação e Obras

PORTARIA Nº 462/2025

A, Prefeita Municipal de Várzea Grande e o Secretário de Administração, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o que consta do processo administrativo nº 1031854/2025,

RESOLVE:

Declarar vago, **o cargo de** PROFISSIONAL DE NIVEL SUPERIOR DO SUS, ocupado pela servidora **RITA CAROLLINE MOREIRA CARBONATO, matrícula nº 135599**, por tomar posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. N° 41 da Lei nº1.164/91 do regime jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de 27/02/2025a27/02/2028.

Várzea Grande - MT, 23 de abril de 2025.

Flavia Petersen Moretti de Araújo

PREFEITA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

Antônio Roberto Possas de Carvalho

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Castelo Branco – Paço Municipal, nº 2.500 – Várzea Grande/MT – Brasil – CEP: 78.125-700

PORTARIA Nº 443/2025

A, Prefeita Municipal de Várzea Grande e o Secretário Municipal De Administração, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o que consta do processo administrativo nº 1009150/2024,

RESOLVE:

Declarar vago, **o cargo de** 2362 - TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, ocupado pelo servidor **CRISTTIAN LEONARDO CARVALHO LIMA, matrícula nº 130266**, por tomar posse em outro cargo inacumulável, conforme Art.41 da Lei nº1.164/91 do regime jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de 02/12/2024a02/12/2027.

Várzea Grande - MT, 22 de abril de 2025.

Flavia Petersen Moretti de Araújo

PREFEITA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

Antônio Roberto Possas de Carvalho

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Castelo Branco – Paço Municipal, nº 2.500 – Várzea Grande/MT – Brasil – CEP: 78.125-700

LEI Nº 5.387/2025

Dispõe sobre a proteção das mulheres, servidoras públicas, em situação de violência doméstica ou familiar, no âmbito de trabalho, e dá outras providências.

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º As mulheres, servidoras públicas, em situação de violência doméstica ou familiar, deverão ser acompanhadas pela administração pública, a fim de evitar constrangimentos ou violência extensiva ao âmbito de trabalho.

Parágrafo único: a servidora pública que se encontrar passando por situação de violência doméstica ou familiar deverá comunicar ao seu superior de forma verbal ou por meio de protocolo direto, sendo dispensada qualquer burocracia excessiva.

Art. 2º São medidas passíveis a serem adotadas pela administração pública:

I - regime de trabalho em *home office*, mesmo que fora da residência da servidora vítima de violência doméstica ou familiar, e ainda, em local seguro, afastado do agressor;

II - horário de trabalho diferenciado, respeitada a carga horária exigida em lei;

III - prioridade no gozo de licenças ou férias;

IV - trabalho em ambiente seguro, e, se necessário, sem acesso de pessoas de fora do ambiente de trabalho habitual;

V - discricionariedade nas informações da sua vida pessoal e funcional; e

VI - acompanhamento direto do superior do órgão ou diretoria que esteja vinculada.

Parágrafo único: as medidas deverão ser tomadas com a anuência expressa da servidora.

Art. 3º Caso a servidora pública, em situação de violência doméstica ou familiar, esteja participando de programa de proteção para mulher vítima de violência, seus atos funcionais poderão ser publicados de forma diferenciada, a fim de evitar que o agressor possa ter acesso às informações da sua vida laboral.

Parágrafo único: não será concedida qualquer informação de horário, local ou regime de trabalho da servidora em situação de violência doméstica ou familiar, salvo aos órgãos de controle externo e ao Poder Judiciário, sempre sendo informado da situação de violência que passa a servidora.

Art. 4º Fica impedido de acesso à servidora, vítima de violência doméstica ou familiar, o agressor ou qualquer outra pessoa que lá esteja em seu nome.

Art. 5º Caso o agressor também seja servidor público, esse será transferido ou impedido de ter acesso à servidora pública, no âmbito da administração pública.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 01 de abril de 2025.

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO

Prefeita Municipal

Autoria: Ver. Rosemary Souza Prado

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO N. 02/2025

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e a O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Termo Contratual é regido e vinculado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 14.133/21, ao Comunicação de Dispensa de Licitação n. 15/2025, na Lei Federal n. 13.019/2014, no Decreto Municipal n. 70/2016 e no Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil. Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 1029566/2025. OBJETO: Celebração do Termo de Colaboração com a Associação Várzea-grandense Madre Tereza de Calcutá para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, destinado a 200 (duzentas) crianças e adolescentes do sexo masculino e feminino, na faixa etária de 06 a 14 anos na região oeste do município de Várzea Grande - MT. VALOR GLOBAL: Os recursos financeiros para a execução do objeto deste termo de fomento, neste ato fixado em R$ 110.000,00 (cento e dez mil), será repassado em parcela de R$ 10.000,00 (dez mil reais) mensal, de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. UO: SECRETARIA de ASSISTÊNCIA FONTE: 0150/01660. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo será 11 (onze) meses, a partir da data de sua assinatura, correspondente ao tempo necessário para a execução integral do objeto da parceria, passível de prorrogação, desde que o período total de vigência não exceda 05 (cinco) anos. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento da efetivação deste Termo de Parceria ficará a cargo do PARCEIRO PÚBLICO, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, que, designa para este ato a servidora MARIA JOSE DE CAMPOS, inscrita na matricula n. 165699, e fiscal suplente, a servidora JANE PEREIRA BARROS.

DATA: 22.04.2025

CRISTINA SETSUCO SIQUEIRA SAITO

Secretária Municipal de Assistência Social

Parceiro Público

ASSOCIAÇÃO VARZEAGRANDENSE MADRE TEREZA DE CALCUTÁ

Organização Da Sociedade Civil

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 39/2025.

Torna público a retificação do Decreto Municipal n° 39/2025, e dá outras providências.

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 69, inciso VI.

RETIFICA:

Art. 1° Fica retificada a parte final do Decreto Municipal n° 39/2025, para constar que **onde se lê a data de 23 de abril de 2024, passa a ser lido como 23 de abril de 2025.**

Art. 2° Ficam inalteradas e vigentes todas as demais disposições presentes no decreto.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, 25 de abril de 2025.

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO

Prefeita Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S) DO NÚCLEO URBANO INFORMAL DENOMINADO “LOTEAMENTO DOMINGOS SÁVIO”

O **MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 03.507.548/0001-10, com sede na Avenida Castelo Branco, Paço Municipal, n. 2500, Código de Endereço Postal (CEP) n.º 78.125-700, Várzea Grande/MT, neste ato representado por seu Prefeito(a) Municipal, Sr.(a) **FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 07928408 SJ/MT e do CPF n.º 667.782.471-34, e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO DE VÁRZEA GRANDE/MT**, com sede na Avenida da FEB, nº 2138, Ponte Nova, Várzea Grande/MT, neste ato representado por seu Secretário(a), Sr.(a) **MANOELA RONDON OURIVES BASTOS**, brasileira, portadora do RG n.º 12219266 SSP/SP e do CPF n.º 859.302.611-72, no uso das atribuições legais previstas nos artigos 15 e 16 da Lei Complementar n.º 359, de 05 de dezembro de 2014, vem, por intermédio deste Edital:

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S) n.º 1008160/24 do núcleo urbano informal consolidado denominado “**LOTEAMENTO DOMINGOS SÁVIO**”, regularmente instaurado no DIÁRIO OFICIAL: Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ANO XIX – N. 4.434 – no dia 04 de março de 2024, páginas 800 a 803;

CONSIDERANDO que conforme determina o art. 31, § 4º, da Lei Federal n.º 13.465/2017, a notificação dos proprietários será por via postal, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, no endereço que constar da matrícula ou transcrição, considerando-se efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço;

CONSIDERANDO que o proprietário não foi encontrado ou houve recusa da notificação por qualquer motivo, conforme disposto no art. 31, § 5º, inciso I e II, da Lei Federal n.º 13.465/2017, a notificação deverá ser feita por meio de publicação de edital;

NOTIFICAMOS EXTRAJUDICIALMENTE o(a)

QUADRA	LOTE	MATRÍCULA	CARTÓRIO	PROPRIETÁRIO	CPF/RG
Sem descrição na matrícula	13	28.203	1º Ofício VG	ANTONI MIRACHI	579.361.298-04
01	07	20	1º Ofício VG	MARIA SHIZUE KAZICAWA E OUTRO	207.794.021-20
01	10	1.993	1º Ofício VG	ANTONIO TOMAZ DA COSTA	061.862.899-15
03	02	12.836	1º Ofício VG	VENCESLAU LEONCIO MARTINS	284.624.751-04
05	04	34.121	1º Ofício VG	GILBERTO PARRA NOGUEIRA	124.085.408-01
14	15	2.879	1º Ofício VG	JOSEFINA LEITE DE BRITO	384.844.551
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	1258	1º Ofício VG	WALTER PEREIRA DE ALMEIDA	103.182.082-53
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	1553	1º Ofício VG	EDNILSON BARBOSA DE OLIVEIRA	496.692.491-04
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	3.434	1º Ofício VG	MARINES ALVES PEREIRA	993.417.001-91
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	5.734	1º Ofício VG	NEUZALINA DE SOUZA SILVA	535.602.721-49
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	5753	1º Ofício VG	LOURDES DO AMARAL SOUZA	460.832.781-04
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	10.352	1º Ofício VG	CARLOS ROBERTO GOMES DE ALMEIDA	122.705.121-20
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	10.659	1º Ofício VG	RAIMUNDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA	043.748.603-63
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	12.943	1º Ofício VG	PEDROSA RIBEIRO DA SILVA	207.764.621-72
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	16.764	1º Ofício VG	ROSINEIDE NUNES DE SIQUEIRA	275.202.771-00
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	25.683	1º Ofício VG	ANGELA APARECIDA DE ARRUDA	275.170.121-34
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	30.273	1º Ofício VG	JOSÉ LIANDRO XAVIER	178.083.911-15
D	05	32.831	1º Ofício VG	MARTA GOMES ROSA	453.220.661-87
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	33.286	1º Ofício VG	JOÃO ANTONIO CAPARROS MORENO	143.496.719-00
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	33.287	1º Ofício VG	JOÃO ANTONIO CAPARROS MORENO	143.496.719-00
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	33.762	1º Ofício VG	CLEUZA MARIA DA SILVA	429.992.001-53
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	33.816	1º Ofício VG	CLEUZA MARIA DA SILVA	429.992.001-54
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	34.341	1º Ofício VG	SEVERINO FERNANDES DA SILVA	304.319.991-04
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	34.912	1º Ofício VG	JOSÉ CARLOS MILLER REAL	281.627.739-91

Para que, querendo, apresente impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desde edital, ao Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S) n.º 1008160/24 do núcleo urbano informal consolidado denominado "**LOTEAMENTO DOMINGOS SÁVIO**". Fica a parte notificada advertida de que a ausência de manifestação será interpretada como concordância com a REURB e na perda de eventual direito de que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da REURB, nos termos do art. 31, § 6º, da Lei Federal n.º 13.465/2017 c/c art. 24, § 8º, do Decreto Federal n.º 9.310, de 15 de março de 2018. Informamos ainda que o presente procedimento seguirá o disposto no art. 44, § 8º da Lei Federal 13.465/2017.

Cabe informar ainda, que os documentos referentes à regularização fundiária urbana estão à disposição para consultas na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO DE VÁRZEA GRANDE/MT, com sede na Avenida da FEB, nº 2138, Ponte Nova, neste Município, onde também receberá eventual impugnação, requerimento, declaração e/ou documentação.

VÁRZEA GRANDE/MT, 29 de abril de 2025.

MANOELA RONDON OURIVES BASTOS

SECRETÁRIA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

PORTARIA Nº 478/2025

O Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD do Município de Várzea Grande/MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo N° 01 do Ato 388/2020;

RESOLVE:

Retificar a Portaria nº 049/2006, ref.RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO que concedeu à servidora **CILENE COELHO DE OLIVEIRA, matrícula nº 7830**, exercendo o cargo PROFESSOR NV SUPERIOR , lotada SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER, publicada na AMM no dia 07 de março de 2006, pág 18.

ONDE SE LÊ:

Reconhecer em favor da servidora CILENE COELHO DE OLIVEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, exercendo o cargo de Profesora, o tempo de serviço prestado ao Município, que perfaz um total de 02 (dois) anos, 06 (seis) meses e 03 (três) dias, ou ainda, 913 (novecentos e três) dias para todos os efeitos

LEIA-SE:

Reconhecimento do tempo de serviço prestado pela requerente junto ao Município de Várzea Grande, conforme consta na certidão de Tempo de contribuição N° 12001080100201257, emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS, relativos aos períodos de 09/02/1998 a 31/12/1998; 21/02/1999 a 14/07/1999; 02/08/1999 a 31/12/1999; 10/02/2000 a 31/12/2000; 01/08/2001 a 31/12/2001 e 01/03/2002 a 29/04/2002, no total de 03 (três) anos, 02 (dois) meses e 05 (cinco) dias, correspondendo a 1.161 (UM MIL E CENTO E SESSENTA E UM) dias líquidos, contados para todos os efeitos legais em favor da servidora **CILENE COELHO DE OLIVEIRA - Matrícula n° 7830.**

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Várzea Grande - MT, 29 de abril de 2025.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – CRF

NÚMERO DA CERTIDÃO: 010/2024

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – CRF

Processo Administrativo n.º 969236/2024

O **MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 03.507.548/0001-10, com sede na Avenida Castelo Branco, Paço Municipal, n. 2500, Código de Endereço Postal (CEP) n.º 78.125-700, Várzea Grande/MT, neste ato representado por seu Prefeito (a) Municipal, Sr. (a) **FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 07928408 SJ/MT e do CPF n.º 667.782.471-34, e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO DE VÁRZEA GRANDE/MT**, com sede na Avenida da FEB, nº 2138, Ponte Nova, Várzea Grande/MT, neste ato representado por seu Secretário (a), Sr. (a) **MANOELA RONDON OURIVES BASTOS**, brasileira, portadora do RG n.º 12219266 SSP/SP e do CPF n.º 859.302.611-72, nos termos do artigos 11, inciso V, art. 13, § 1º, inciso IV, 23, § 5º, 28, incisos VI e VII, 30, inciso III, e 41 e 42 e seguintes da Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, que tramitou perante a SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO DE VÁRZEA GRANDE/MT, com sede na Avenida da FEB, nº 2138, Ponte Nova, Várzea Grande/MT, o *Processo Administrativo n.º 969236/2024*, referente ao Núcleo Urbano Informal Consolidado denominado **RESIDENCIAL 08 DE MARÇO**, localizado no perímetro do Município de Várzea Grande/MT, instaurado *ex officio* por esta Municipalidade (art. 28, inciso I e II, da Lei Federal n.º 13.465/2017) – *instauração publicada no Diário Oficial Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ANO XIX – N. 4.437 – no dia 07 de março de 2024, páginas 761 a 764*, com projeto de regularização fundiária regularmente aprovado (art. 28, inciso III), saneado o processo administrativo (art. 28, inciso IV) e com a decisão da autoridade competente, com a devida publicidade. A presente Certidão de Regularização Fundiária cumpre todos os requisitos instituídos no art. 41 da Lei Federal n. 13.465/2017.

I - NOME DO NÚCLEO URBANO REGULARIZADO:

RESIDENCIAL 08 DE MARÇO

II - LOCALIZAÇÃO DO NÚCLEO URBANO REGULARIZADO:

O núcleo encontra-se localizado dentro do perímetro urbano deste Município, situado no lugar denominado "Usina São Gonçalo", Bairro Parque do Lago.

III - DOS DADOS DA MATRÍCULA OU TRANSCRIÇÃO:

Número de Ordem da Matrícula ou Transcrição: 137.747

Livro: 02

Dados do Registrador Originário: 1º Ofício de Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos de Várzea Grande/MT

Proprietário: Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER)

IV - DA CARACTERIZAÇÃO COMO NÚCLEO URBANO INFORMAL:

CLANDESTINO: a informalidade do núcleo objeto de REURB, em relação à questão urbanística, é classificada como clandestino (art. 11, inciso II, da Lei Federal n.º 13.465/2017). Em outras palavras, o NUIC é clandestino quando não há qualquer projeto de loteamento, desmembramento ou parcelamento do solo urbano aprovado pelo Município competente que, no presente caso, é o Município de Várzea Grande/MT. Considerando que não existe projeto aprovado por parte do Município de Várzea Grande/MT inserido dentro do perímetro objeto de REURB, nos termos do artigo art. 11, inciso II, da Lei nº 13.465/17, este deve ser considerando clandestino.

AUSÊNCIA DE TITULAÇÃO DOS OCUPANTES: considerando que, conforme visto acima, o perímetro objeto de REURB não possui projeto aprovado no Município e, por tal motivo, a informalidade deste decorre da impossibilidade de titulação de seus ocupantes pelos meios ordinários, considerando não possuir, ainda, matrículas individualizadas para que sejam registrados eventuais direitos reais de propriedade. Por tal motivo, o objeto de REURB também é classificado, em relação à sua informalidade, como Núcleo Urbano Informal por ausência de titulação dos ocupantes.

V - DO ÓRGÃO PÚBLICO PROMOTOR DA REGULARIZAÇÃO:

Município de Várzea Grande/MT e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Habitação.

VI - MODALIDADE PREDOMINANTEMENTE E DADOS DA INSTAURAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO:

Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S), conforme decisão administrativa de instauração de processo de Regularização Fundiária Urbana, devidamente publicada no DIÁRIO OFICIAL: Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ANO XIX – N. 4.437 – no dia 07 de março de 2024, páginas 761 a 764.

VII - DO ESTUDO DAS DESCONFORMIDADES E DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS, URBANÍSTICA E AMBIENTAL:

Conforme estudo preliminar quanto à situação jurídica do NUIC, trata-se de uma REURB de modalidade INTERMEDIÁRIA. O perímetro objeto da presente regularização fundiária estava originalmente vinculado à matrícula nº 5.031, do Livro 02, do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Várzea Grande/MT. Contudo, referida matrícula foi objeto de retificação de área e posterior desmembramento, resultando na criação de nove novas áreas autônomas. A área correspondente ao perímetro da REURB está atualmente registrada sob a matrícula nº 137.747, na mesma serventia. Importa destacar que não há registro de parcelamento do solo vinculado a essa matrícula, tampouco aprovação municipal de projeto de loteamento, desmembramento ou outro tipo de parcelamento urbano formal.

E em relação a situação urbanística do NUIC, o perímetro objeto da REURB possui infraestrutura essencial, no presente caso, não existem compensações urbanísticas a serem realizadas, motivo pelo qual fica dispensada a elaboração de cronograma e respectivo Termo de Compromisso (§1º do artigo 30 do Decreto n. 9.310/18).

VIII - FORMA DE TITULAÇÃO:

Legitimação Fundiária - *art. 15, inciso I c/c art. 23 e 24 da Lei Federal n.º 13.465/2017*.

IX – DA ANUÊNCIA EXPRESSA E DAS NOTIFICAÇÕES:

Certifico que foram devidamente notificados, os proprietários de direitos reais matriculados atingidos pelo perímetro da gleba regularizada, os responsáveis pela formação do núcleo informal e os confrontantes do núcleo.

X - DOS INFORMATIVOS DO PERÍMETRO DO NÚCLEO, LOTES, QUADRAS E ÁREAS PÚBLICAS

QUADRO GERAL:

Área total da Matrícula ..... 140.876,792 m²

Área total Georreferenciada ..... 14,0877 hectares ou 140.876,792 m²

Áreas Públicas ..... 52.373,37 m²

Equipamentos Comunitários .....10.519,28 m²

Vias de Acesso.....41.854,09 m²

Perímetro ..... 1.897,38 metros

Números de Quadras ..... 30 Números de Lotes 444

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO DO NÚCLEO:

Uma área com 140.876,792 m², perímetro: 1.897,38 m, situada no lugar denominado "Usina São Gonçalo", Bairro Parque do Lago, nesta cidade de Várzea Grande/MT, e que se encontra representado pela seguinte descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M01, de coordenadas N 8.268.704,955m e E 597.146,091m; deste, segue confrontando com Área Desmembrada 04, com os seguintes azimutes e distâncias: 127°38'00" e 86,66 m até o vértice M02, de coordenadas N 8.268.652,038m e E 597.214,722m; 181°28'36" e 116,33 m até o vértice M03, de coordenadas N 8.268.535,747m e E 597.211,725m; 165°44'02" e 186,31 m até o vértice M04, de coordenadas N 8.268.355,180m e E 597.257,637m; deste, segue confrontando com Área Desmembrada 05, com os seguintes azimutes e distâncias: 165°44'52" e 106,33 m até o vértice M05, de coordenadas N 8.268.252,119m e E 597.283,815m; 254°42'24" e 79,58 m até o vértice M06, de coordenadas N 8.268.231,130m e E 597.207,055m; 164°48'46" e 191,01 m até o vértice M07, de coordenadas N 8.268.046,787m e E 597.257,095m; deste, segue confrontando com Rua Vila Alegre, com os seguintes azimutes e distâncias: 255°17'21" e 5,00 m até o vértice M08, de coordenadas N 8.268.045,518m e E 597.252,259m; 255°08'15" e 104,64 m até o vértice M09, de coordenadas N 8.268.018,676m e E 597.151,117m; 255°27'09" e 10,24 m até o vértice M10, de coordenadas N 8.268.016,106m e E 597.141,209m; 254°44'16" e 99,61 m até o vértice M11, de coordenadas N 8.267.989,886m e E 597.045,116m; 254°29'59" e 10,15 m até o vértice M12, de coordenadas N 8.267.987,172m e E 597.035,333m; 254°29'06" e 20,53 m até o vértice M13, de coordenadas N 8.267.981,681m e E 597.015,552m; deste, segue confrontando com Área Desmembrada 03, com os seguintes azimutes e distâncias: 344°47'39" e 250,35 m até o vértice M14, de coordenadas N 8.268.223,269m e E 596.949,888m; 74°49'42" e 130,27 m até o vértice M15, de coordenadas N 8.268.257,361m e E 597.075,614m; 344°44'07" e 198,96 m até o vértice M16, de coordenadas N 8.268.449,299m e E 597.023,233m; 355°12'06" e 88,82 m até o vértice M17, de coordenadas N 8.268.537,805m e E 597.015,804m; deste, segue confrontando com Área Desmembrada 09, com os seguintes azimutes e distâncias: 37°00'02" e 62,22 m até o vértice M18, de coordenadas N 8.268.587,497m e E 597.053,251m; 35°12'52" e 68,69 m até o vértice M19, de coordenadas N 8.268.643,616m e E 597.092,859m; 37°42'58" e 30,10 m até o vértice M20, de coordenadas N 8.268.667,428m e E 597.111,274m; 38°52'43" e 38,95 m até o vértice M21, de coordenadas N 8.268.697,750m e E 597.135,721m; deste, segue confrontando com Rua Garibalde, com os seguintes azimutes e distâncias: 55°12'22" e 12,63 m até o vértice M01, ponto inicial da descrição deste perímetro. As coordenadas da base foram processadas pelo método de Posicionamento por Ponto Preciso (PPP). Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 57°00', fuso -21S, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

DA INDICAÇÃO NUMÉRICA DE CADA UNIDADE IMOBILIÁRIA, DA QUALIFICAÇÃO DOS OCUPANTES E DA CLASSIFICAÇÃO DA MODALIDADE DA REURB INDIVIDUALIZADA:

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 01 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 205,27 m²

PERÍMETRO: 61,05 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 01 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Betania Justino Da Silva, Filho(a) de Francisco Justino Da Silva e Francisca Batista Da Silva, portador(a) do RG de nº 26348454, inscrito(a) sob o CPF de nº 409.515.452-72, Serviços Gerais, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua A, Quadra 01, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 204,68 m²

PERÍMETRO: 60,94 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 01 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 204,08 m²

PERÍMETRO: 60,82 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 01 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 208,06 m²

PERÍMETRO: 61,15 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Patrick De Souza Ramos, Filho(a) de Jonas Almeida Ramos e Elaine Cristina De Souza, portador(a) do RG de nº 26361728 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 067.606.671-23, Empresário, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Gabriela Oliveira Da Silva Souza, Vendedora, portador(a) do RG de nº 27008029, inscrito(a) sob o CPF de nº 061.622.411-73, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 02, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 198,40 m²

PERÍMETRO: 58,96 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Marli Criado Martins, Filho(a) de João Criado Tomé e Aparecida Martins Bôx, portador(a) do RG de nº 28316126, inscrito(a) sob o CPF de nº 239.508.979-68, Aposentada, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 02, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Joricelma Catarina Da Silva, Filho(a) de Maria Auxiliadora Da Silva, portador(a) do RG de nº 18784984, inscrito(a) sob o CPF de nº 017.606.871-62, Autônomo, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 02, Lote 05, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Sandra Ferreira Da Mata, Filho(a) de Davina Ferreira Da Mata, portador(a) do RG de nº 11330333, inscrito(a) sob o CPF de nº 627.494.551-20, Autônoma, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 02, Lote 06, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria José Da Silva, Filho(a) de José Felix Da Silva e Josefa Maria Da Silva, portador(a) do RG de nº 06466621, inscrito(a) sob o CPF de nº 483.739.661-53, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 02, Lote 07, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Katiucha Kiss Da Silva Pereira, Filho(a) de Carmen Fátima Da Silva, inscrito(a) sob o CPF de nº 024.461.681-75, Operadora de Caixa, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Reginaldo Pereira Da Silva, Promotor de Vendas, inscrito(a) sob o CPF de nº 008.210.221-05, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 02, Lote 08, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Marilene Vieira Da Cruz Martins, Filho(a) de Maximo Joaquim Da Cruz e Deodete Vieira Da Cunha, portador(a) do RG de nº 14664798 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 001.103.971-00, Auxiliar de Sala, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Aercio Gusmão Martins, Autônomo, portador(a) do RG de nº 813704, inscrito(a) sob o CPF de nº 545.113.131-72, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 02, Lote 10, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Eronide Barbosa Da Silva Siqueira, Filho(a) de Manoel Barbosa Da Silva e Maria José Filha, inscrito(a) sob o CPF de nº 013.033.951-26, Do Lar, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Jose Pedro Da Silva Siqueira, Pedreiro, inscrito(a) sob o CPF de nº 651.399.411-04, residente e domiciliado na Rua Vila Alegre, Quadra 02, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 13

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 14

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Edinar Honória Da Silva, Filho(a) de Joaquim Honório Da Silva Neto e Ana Rita Da Silva, portador(a) do RG de nº 492061, inscrito(a) sob o CPF de nº 568.029.351-04, Autônoma, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Vila Alegre, Quadra 02, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 16

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 18

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 19

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 20

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Assis Batista Da Silva, Filho(a) de Antonio Querino Da Silva e Leonarda Catarina Da Silva, portador(a) do RG de nº 04930940, inscrito(a) sob o CPF de nº 207.451.681-91, Aposentado, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 03, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Claudio Filho Cardoso Félix, Filho(a) de Angelita Pereira Félix, portador(a) do RG de nº 04395093 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 621.920.861-72, Metalúrgico, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Silvana Castro Rocha Félix, Do Lar, portador(a) do RG de nº 16517407, inscrito(a) sob o CPF de nº 009.954.641-89, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 03, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ana Maria Da Costa Coutinho, Filho(a) de Manoel Vitorino Da Costa e Maria Zulmira Da Costa, portador(a) do RG de nº 13390538 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 927.773.841-34, Doméstica, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Francisco De Assis Coutinho, Frentista, portador(a) do RG

de nº 591656, inscrito(a) sob o CPF de nº 252.299.312-72, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 03, Lote 03, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Neusa Santos Souza, Filho(a) de José Alves Dos Santos e Geralda Maria De Jesus, portador(a) do RG de nº 18806147 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 030.209.041-02, Aposentada, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Milton Alves De Souza, Aposentado, portador(a) do RG de nº 923202, inscrito(a) sob o CPF de nº 572.208.671-15, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 03, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Valdiney Rodrigues De Almeida, Filho(a) de Jose Rodrigues De Almeida e Antonia Rodrigues De Almeida, portador(a) do RG de nº 11862530, inscrito(a) sob o CPF de nº 884.496.101-68, Funcionário Público, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 03, Lote 06, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Elisabeth Sousa Cunha, Filho(a) de Alfileno Ribeiro Da Cunha e Luiza Fernandes Da Cunha, portador(a) do RG de nº 10294163, inscrito(a) sob o CPF de nº 016.663.931-18, Vendedora, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 03, Lote 07, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Josiane Benedita De Souza, Filho(a) de Manoel Gonçalo De Souza e Mariluce Leite Moreira Souza, portador(a) do RG de nº 16326857, inscrito(a) sob o CPF de nº 837.386.141-68, Autônomo, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 03, Lote 08, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Leia De Souza Hora Lopes, Filho(a) de João José Da Hora e Ermecinda De Sousa Da Hora, portador(a) do RG de nº 29870305, inscrito(a) sob o CPF de nº 650.615.009-20, Desempregada, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 03, Lote 09, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 199,64 m²

PERÍMETRO: 59,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Sônia Maria Basechnich, Filho(a) de Pedro Basechnich e Maria Simenihim Basechnich, portador(a) do RG de nº 19783372, inscrito(a) sob o CPF de nº 545.293.601-72, Do Lar, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Vila Alegre, Quadra 03, Lote 11, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 13

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 14

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Conceição Aparecida Brandão, Filho(a) de Marinho Brandão Neto e Nicinha Luiz De Campos Brandão, portador(a) do RG de nº 06887309, inscrito(a) sob o CPF de nº 503.408.321-34, Cozinheira, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Vila Alegre, Quadra 03, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Celia Maria Do Nascimento, Filho(a) de Gonçalo Carlos Do Nascimento e Ana Maria Da Silva, portador(a) do RG de nº 06433324, inscrito(a) sob o CPF de nº 458.769.911-04, Funcionária Pública, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Vila Alegre, Quadra 03, Lote 16, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 18

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 19

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lucélia Das Reis, Filho(a) de Luiz Serverino Dos Reis e Maria Agostinha Dos Reis, portador(a) do RG de nº 12049077, inscrito(a) sob o CPF de nº 854.524.751-68, Servidora Pública, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Vila Alegre, Quadra 03, Lote 19, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 20

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 198,75 m²

PERÍMETRO: 59,75 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Walkiria Rosa Coelho Da Silva, Filho(a) de Alinor Coelho e Nite Rosa Coelho, portador(a) do RG de nº 12461679 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 868.098.571-68, Serviços Gerais, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Jose Da Silva Pereira, Autônomo, portador(a) do RG de nº 07272332, inscrito(a) sob o CPF de nº 631.866.831-49, residente e domiciliado na Rua A, Quadra 04, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 199,47 m²

PERÍMETRO: 59,90 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 200,18 m²

PERÍMETRO: 60,04 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ana Patricia Barbosa De Souza, Filho(a) de Diniz Barbosa De Souza e Alice Barbosa Melo, portador(a) do RG de nº 36570028, inscrito(a) sob o CPF de nº 459.496.114-20, Pedagoga, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua A, Quadra 04, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,90 m²

PERÍMETRO: 60,18 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 204,68 m²

PERÍMETRO: 60,63 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Marilene Vieira Da Cruz Martins, Filho(a) de Maximo Joaquim Da Cruz e Deodete Vieira Da Cunha, portador(a) do RG de nº 14664798 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 001.103.971-00, Professora, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Aercio Gusmão Martins, portador(a) do RG de nº 813704, inscrito(a) sob o CPF de nº 545.113.131-72, residente e domiciliado na Rua A, Quadra 04, Lote 06, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 199,28 m²

PERÍMETRO: 60,17 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jasmira Rodrigues De Paula, Filho(a) de Jordelino Rodrigues Vieira e Jandira Paula Vieira, portador(a) do RG de nº 12603376, inscrito(a) sob o CPF de nº 888.642.351-91, Auxiliar Financeiro, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua A, Quadra 04, Lote 07, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 203,05 m²

PERÍMETRO: 60,61 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Luzia Gonçalves Da Cruz, Filho(a) de Alberto Gonsalves Da Cruz e Vitoria Rosa Da Cruz, portador(a) do RG de nº 08309418 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 620.966.991-34, PROFESSORA, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Paulo Viegas Rondon, Motorista, portador(a) do RG de nº 06951848, inscrito(a) sob o CPF de nº 474.712.391-15, residente e domiciliado na Rua A, Quadra 04, Lote 08, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 203,77 m²

PERÍMETRO: 60,76 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Bernadete Pinto De Arruda, Filho(a) de Macedonia Pinto De Arruda, inscrito(a) sob o CPF de nº 327.538.021-49, Beneficiário de Programa Social, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua A, Quadra 04, Lote 09, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 207,64 m²

PERÍMETRO: 61,21 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Adelina Vieira Dias, Filho(a) de Antonio Dias Gonçalves e Umbelina Vieira Gonçalves, portador(a) do RG de nº 01875086, inscrito(a) sob o CPF de nº 171.926.171-72, Aposentada, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 05, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ana Marques De Almeida, Filho(a) de José Marques De Almeida e Maria Pinto De Almeida, portador(a) do RG de nº 599960, inscrito(a) sob o CPF de nº 451.951.291-34, Auxiliar Administra-

tivo, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 05, Lote 03, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rony Van Jesus Da Silva, Filho(a) de Valmir Ferreira Da Silva e Jesuina Tiago De Jesus, portador(a) do RG de nº 06788173, inscrito(a) sob o CPF de nº 487.328.851-72, Autônomo, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 05, Lote 07, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Claudilene De Souza Ossinaga Alencar, Filho(a) de Claudir Ossinaga e Marlene De Souza Ossinaga, inscrito(a) sob o CPF de nº 970.219.701-53, Autônomo, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Julio Cesar Da Costa Alencar, Aposentado, inscrito(a) sob o CPF de nº 883.925.031-04, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 05, Lote 09, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rosileide Silva Farias, Filho(a) de Rubismar Santana De Farias e Maria Edileide Da Silva Farias, portador(a) do RG de nº 19198264, inscrito(a) sob o CPF de nº 022.555.091-13, Auxiliar de Escritório, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 05, Lote 13, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ednaldo Muniz Silva, Filho(a) de FIDELCINO JOSÉ DA SILVA e EMERENTINA MUNIZ, portador(a) do RG de nº 3019448-2, inscrito(a) sob o CPF de nº 525.110.575-49, Operador de ETE, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Celina Guimarães Viana, Quadra 05, Lote 14, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 15

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 16

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 17

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Emylaine Letícia Costa Cunha Lopes, Filho(a) de Miguel Roberto Nunes Da Cunha e Edna Francisca Da Costa, inscrito(a) sob o CPF de nº 054.480.271-30, Autônoma, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Andrei Gregorio Lopes, Mecânico, inscrito(a) sob o CPF de nº 043.296.211-50, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 05, Lote 17, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 18

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 19

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Josilane Da Costa, Filho(a) de Francisco Menezes Da Costa e Terezinha Mazalli Da Costa, portador(a) do RG de nº 15949265, inscrito(a) sob o CPF de nº 007.959.991-51, Autônoma, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 05, Lote 19, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 20

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Florisval Barbosa Da Silva, Filho(a) de Maria Virginia Da Silva, portador(a) do RG de nº 496133536 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 758.682.704-44, Vigilante, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Edinalva Alves De Matos, Costureira, portador(a) do RG de nº 04938879, inscrito(a) sob o CPF de nº 535.909.611-04, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 05, Lote 20, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 199,50 m²

PERÍMETRO: 59,41 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Laudia Aparecida Do Nascimento, Filho(a) de José Santana Do Nascimento e Rita Alves Do Nascimento, portador(a) do RG de nº 08475393 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 535.659. 401-15, Professor, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Ladislau Nunes De Campos, Autônomo, portador(a) do RG de nº 06756468, inscrito(a) sob o CPF de nº 551.448.881-00, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 06, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Solange Da Silva, Filho(a) de Nestor José Da Silva e Joely Alves Da Silva, portador(a) do RG de nº 17078490, inscrito(a) sob o CPF de nº 691.130.331-15, Caixa, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 06, Lote 03, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Marta De Oliveira Silva, Filho(a) de Nicanor De Oliveira Cunha e Tereza Pupim Da Cunha, portador(a) do RG de nº 964110, inscrito(a) sob o CPF de nº 652.049.051-20, Beneficiária de Programa Social, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 06, Lote 05, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Francisco Wellington Bezerra, Filho(a) de Aloisio Alves Bezerra e Francisca Celi De França, portador(a) do RG de nº 31401406 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 347.166.373-87, Vigilante, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Durcelina Maria De Souza, portador(a) do RG de nº 12083984, inscrito(a) sob o CPF de nº 892.863.911-53, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 06, Lote 06, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Alberto Schwarz, Filho(a) de Ricardo Scwarz e Lídia Schwarz, portador(a) do RG de nº 06913318, inscrito(a) sob o CPF de nº 143.045.621-34, Aposentado, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Celina Guimarães Viana, Quadra 06, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 13

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Patrícia De Barros Pires De Miranda, Filho(a) de Moacir Pires De Miranda e Antonieta Josefa De Barros, portador(a) do RG de nº 9154299, inscrito(a) sob o CPF de nº 025.377.181-19, Diarista, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 06, Lote 14, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Silvana Luciana Da Silva Schaedler, Filho(a) de Maria Luciano Da Silva, portador(a) do RG de nº 33133050 SJ/ MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 036.119.781-08, Autônoma, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Anacleto José Schaedler, Atendente de Loja, portador(a) do RG de nº 12278459, inscrito(a) sob o CPF de nº 915.174.431-72, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 06, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 16

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 18

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Emilia Palmyra Da Silva, Filho(a) de Verginio Moreira e Rosa Guilhem Moreira, portador(a) do RG de nº 04224868, inscrito(a) sob o CPF de nº 629.433.831-04, Aposentada, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 06, Lote 18, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 19

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Alves De Almeida, Filho(a) de Romana Alves De Almeida, portador(a) do RG de nº 004690, inscrito(a) sob o CPF de nº 028.225.581-83, Beneficiária de Programa Social, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua I, Quadra 06, Lote 19, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 20

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 07 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 207,67 m²

PERÍMETRO: 61,12 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 07 LOTE 01A

ÁREA TOTAL: 203,21 m²

PERÍMETRO: 60,66 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 07 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lurdes De Souza, Filho(a) de Vitoria Severiana De Souza, inscrito(a) sob o CPF de nº 924.665.671-72, Autônoma, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Wilis Pinto De Souza, Autônomo, inscrito(a) sob o CPF de nº 711.222.651-15, residente e domiciliado na Rua A, Quadra 07, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 199,73 m²

PERÍMETRO: 60,36 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 07 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 208,06 m²

PERÍMETRO: 61,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 07 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Luzia Maria Da Silva, Filho(a) de Manoel Pinto Da Silva e Maria Valeriana Da Costa, portador(a) do RG de nº 04389956, inscrito(a) sob o CPF de nº 594.295.261-20, Cozinheira, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua A, Quadra 07, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 201,02 m²

PERÍMETRO: 60,53 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 07 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 207,45 m²

PERÍMETRO: 61,17 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 07 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 201,35 m²

PERÍMETRO: 60,59 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 07 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ana Rodrigues De Souza, Filho(a) de Helena Rodrigues Da Cruz, portador(a) do RG de nº 03738906, inscrito(a) sob o CPF de nº 034.172.311-83, Aposentada, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua A, Quadra 07, Lote 07, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 207,80 m²

PERÍMETRO: 61,24 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 07 LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lucina Parva Das Dores, Filho(a) de Maria Parva Das Dores, portador(a) do RG de nº 18005543, inscrito(a) sob o CPF de nº 737.930.001-68, Serviços Gerais, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua A, Quadra 07, Lote 08, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 204,83 m²

PERÍMETRO: 60,97 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 07 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Aparecida Benedita De Lara Silva, Filho(a) de Manoel Rodrigues Da Silva e Maria Antonia De Lara E Silva, portador(a) do RG de nº 19638345, inscrito(a) sob o CPF de nº 025.185.841-37, Aposentada, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua A, Quadra 07, Lote 09, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 208,00 m²

PERÍMETRO: 61,29 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Edelson Amorim Gonçalves, Filho(a) de José Martins Gonçalves e Edna Amorim Gonçalves, inscrito(a) sob o CPF de nº 655.399.071-91, Conferente, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Jucinéia Aparecida De Arruda, Servidor Público, inscrito(a) sob o CPF de nº 929.974.571-49, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 08, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Da Silva Dabien, Filho(a) de Jose Ludugero Da Silva e Rosa Maria Da Silva, portador(a) do RG de nº 32342888 SSP/PR, inscrito(a) sob o CPF de nº 568.033.701-00, Costureira, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Calil Dreer Dabien, portador(a) do RG de nº 30267323, inscrito(a) sob o CPF de nº 387.957.609-20, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 08, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lourdes Maria De Campos, Filho(a) de Benedito Raimundo De Campos e Juvina Maria De Campos, portador(a) do RG de nº 07064160, inscrito(a) sob o CPF de nº 503.121.201-25, aposentada, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 08, Lote 03, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Neociney Ferreira Da Silva, Filho(a) de Vicente Ferreira Da Silva e Sofia Ferreira Da Silva, portador(a) do RG de nº 09651268 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 632.725.981-20, Taxista, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Vilma Aparecida Alves Da Silva, portador(a) do RG de nº 33278423, inscrito(a) sob o CPF de nº 007.935.681-88, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 08, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Etiane Maria Santiago Brasil Albuquerque, Filho(a) de Alveny Alves Brasil e Regina Célia Rodrigues Santiago Brasil, portador(a) do RG de nº 422044, inscrito(a) sob o CPF de nº 008.554.171-02, Funcionária Pública, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 08, Lote 05, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Cleodete Angela Da Silva, Filho(a) de Francisco Angelo Da Silva e Benedita Fabiana De Jesus Silva, portador(a) do RG de nº 07942257, inscrito(a) sob o CPF de nº 850.651.961-68, Aposentada, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 08, Lote 08, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Wilson Pereira Da Luz, Filho(a) de Domingos Pereira Da Luz e Terezinha De Amorim Luz, portador(a) do RG de nº 08177147 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 570.848.821-20, Jardineiro, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Keila Regina Da Silva Luz, Doméstica, portador(a) do RG de nº 16502582, inscrito(a) sob o CPF de nº 017.788.171-22, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 08, Lote 10, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Zanata Ferreira Brito, Filho(a) de Joanos Ferreira Brito e Zanalia Lopes Brito, inscrito(a) sob o CPF de nº 538.133.751-53, Autônomo, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Luzia Leite Do Nascimento Brito, inscrito(a) sob o CPF de nº 006.023.761-90, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 08, Lote 11, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Margarida Braga Moura, Filho(a) de Francisco De Souza Moura e Francisca Braga Moura, portador(a) do RG de nº 10622527, inscrito(a) sob o CPF de nº 630.740.281-49, Vendedora, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 08, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Greidson Da Silva Moraes, Filho(a) de Wilson Aquino De Moraes e Terezinha Da Silva Moraes, portador(a) do RG de nº 09294872, inscrito(a) sob o CPF de nº 621.313.201-59, vigilante, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 08, Lote 13, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 14

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Adriane Rodrigues Ribeiro, Filho(a) de Francisco Xavier Ribeiro e Neusete Rodrigues, portador(a) do RG de nº 26053276, inscrito(a) sob o CPF de nº 059.504.711-48, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 08, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 16

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 17

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lucinda Dos Santos, Filho(a) de João Fernandes Dos Santos e Fortunata Egidia Dos Santos, inscrito(a) sob o CPF de nº 452.636.471-15, Serviços Gerais, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 08, Lote 17, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 18

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 19

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 08 LOTE 20

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Regina Geroncia Almeida Mendes, Filho(a) de Tiburcio Valeriano Da Silva e Carmelita De Almeida, portador(a) do RG de nº 09447105 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 855.542. 191-87, Aposentada, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Tomaz Rodrigues Mendes, Aposentado, portador(a) do RG de nº 04558057, inscrito(a) sob o CPF de nº 162.013.701-10, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 09, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Karina Braga Muniz Dos Anjos, Filho(a) de Domingos Braga Moura e Marta Alves Muniz, inscrito(a) sob o CPF de nº 031.534.821-60, Contadora, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Claudevane Lopes Rodrigues Dos Anjos, Técnico em Informática, inscrito(a) sob o CPF de nº 738.098.101-34, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 09, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Kelly Leal Assis De Souza, Filho(a) de José De Assis e Ivone Da Conceição Assis, portador(a) do RG de nº 30570352 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 042.393.496-13, Professora, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Wanderson Marquides Ferreira De Souza, portador(a) do RG de nº 13389831, inscrito(a) sob o CPF de nº 923.739.501-97, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 09, Lote 03, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ozeleide Rodrigues Dos Santos Lopes Garcia, Filho(a) de Adêzio Rodrigues Dos Santos e Cícera Quintino Dos Santos, portador(a) do RG de nº 16699173 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 022.550.621-19, Agente de Saúde, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Marcio Lopes Garcia, Operador de Máquinas Pesadas, portador(a) do RG de nº 10925244, inscrito(a) sob o CPF de nº 952.556.131-34, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 09, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Rosa Chagas, Filho(a) de Manoel Bernadino Chagas e Maria Alvantina Chagas, portador(a) do RG de nº 07735456, inscrito(a) sob o CPF de nº 015.684.031-60, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 09, Lote 05, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ninfa Maria De Oliveira, Filho(a) de Joviniano Francisco Da Silva e Joanina Izaura Da Silva, inscrito(a) sob o CPF de nº 615.490.881-49, Aposentada, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 09, Lote 07, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Eliza Maria Bispo Medeiros Santana, Filho(a) de Josias De Araujo Medeiros e Maria Francisca Bispo Medeiros, portador(a) do RG de nº 11154470 SJ/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 690. 895.901-53, Autônoma, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Fernando Souza Santana, Autônomo, portador(a) do RG de nº 11848499, inscrito(a) sob o CPF de nº 695.681.621-00, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 09, Lote 09, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Das Graças Silva, Filho(a) de Sebastião Custodio Da Silva e Maria Cicera Da Conceição, portador(a) do RG

de nº 07771037, inscrito(a) sob o CPF de nº 535.622.751-53, Aposentada, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 09, Lote 10, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ozeias Rodrigues Da Silva, Filho(a) de Adezio Rodrigues Dos Santos e Cicera Quintino Dos Santos, portador(a) do RG de nº 13845829 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 947.779.501-15, Autônomo, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Dailla Milla Mendes Da Cruz, Autônoma, portador(a) do RG de nº 15054519, inscrito(a) sob o CPF de nº 012.257.381-13, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 09, Lote 11, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Bento Ferreira Da Silva, Filho(a) de Juvencio Ferreira Da Silva e Eroena Ferreira Da Silva, inscrito(a) sob o CPF de nº 141.424.141-00, Aposentado, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 09, Lote 13, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Marlene Gabriel Dias, Filho(a) de Odilon Gabriel Dias e Leonira Maria Dias, portador(a) do RG de nº 33485216, inscrito(a) sob o CPF de nº 429.045.871-87, Diarista, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 09, Lote 14, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Manoel Ferreira De Souza, Filho(a) de Zezulino De Souza e Esmeralda Ferreira Dos Santos, portador(a) do RG de nº 00213519, inscrito(a) sob o CPF de nº 178.075.301-20, Aposentado, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 09, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Claudia Cristina De Souza Tapajoz Freitas, Filho(a) de Manoel Santana Tapajoz e Neuzalina De Souza Silva, portador(a) do RG de nº 1983778 SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 044.221.681-50, Autônoma, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Reginaldo Da Silva Freitas, Autônomo, portador(a) do RG de nº 18680780, inscrito(a) sob o CPF de nº 037.687.941-64, residente e domiciliado na Rua J, Quadra 09, Lote 16, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 18

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 19

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 09 LOTE 20

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Paulo Nicolau Pires Da Silva, Filho(a) de Paulo Pires Da Silva e Deniltes Gonçalves Pires Da Silva, inscrito(a) sob o CPF de nº 460.055.521-04, Motorista, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 10, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Zildete Marques De Oliveira, Filho(a) de Sebastião Marques De Oliveira e Domingas José De Oliveira, portador(a) do RG de nº 09854193, inscrito(a) sob o CPF de nº 655.106.401-97, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 10, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Aparecida De Jesus Rosa Da Silva, Filho(a) de Antonio Rosa De Souza e Luzia Rodrigues Rosa, portador(a) do RG de nº MG17446321 PC/MG, inscrito(a) sob o CPF de nº 828.067.306-78, Auxiliar de Limpeza, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Emerson Roberto Da Silva, Pintor, portador(a) do RG de nº MG16879729, inscrito(a) sob o CPF de nº 097.158.756-61, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 10, Lote 03, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Eduardo De Menezes Butakka, Filho(a) de Wadih Butakka Filho e Nizan Teixeira De Menezes, portador(a) do RG de nº 04489047, inscrito(a) sob o CPF de nº 361.629.491-68, Artista, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 10, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jurandir Marques Bento, Filho(a) de Sebastião Marques Da Silva e Maria Benta De Jesus, portador(a) do RG de nº 01896490, inscrito(a) sob o CPF de nº 103.331.771-34, APOSENTADO, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 10, Lote 05, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Luzenil Antonia Da Silva, Filho(a) de Jose Pinto Da Silva e Nice Antonia De Souza, portador(a) do RG de nº 14001128, inscrito(a) sob o CPF de nº 002.279.161-23, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 10, Lote 09, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Cejane Gomes Pereira Santiago, Filho(a) de Raimundo Pereira Dias Dos Santos e Eunice Gomes Cavalcante, portador(a) do RG de nº 35007737 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 852.798.621-34, Do Lar, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Izaudy Gonçalves Santos, Motorista, portador(a) do RG de nº 05927293, inscrito(a) sob o CPF de nº 424.321.461-15, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 10, Lote 10, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 199,35 m²

PERÍMETRO: 59,34 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rosaria Aristina Rodrigues, Filho(a) de Albino Amancio Rodrigues e Francelina Faustina Rodrigues, portador(a) do RG de nº 969154, inscrito(a) sob o CPF de nº 655.378.821-91, Aposentada, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 10, Lote 11, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Creuziene Ferreira Da Silva Rodrigues Da Silva, Filho(a) de Altamiro Ferreira Da Silva e Cleuza Ferreira Da Silva, portador(a) do RG de nº 22279067 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 039.074.351-84, Auxiliar de Serviços Gerais, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Oziel Rodrigues Da Silva, Vigilante, portador(a) do RG de nº 13628763, inscrito(a) sob o CPF de nº 007.315.961-10, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 10, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Edvaldo Alves, Filho(a) de Rubens Alves e Aparecida Froses Alves, portador(a) do RG de nº 940374, inscrito(a) sob o CPF de nº 595.081.831-87, Manutenção de Caminhões, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 10, Lote 13, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lucélia Silva Teixeira, Filho(a) de José Valdir Teixeira e Iranilde Luiza Da Silva, portador(a) do RG de nº 19320612, inscrito(a) sob o CPF de nº 021.963.301-08, Do Lar, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 10, Lote 14, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Roseli De Paula Teixeira Araujo, Filho(a) de Eujacio Manoel Teixeira e Maria Candida Paula Teixeira, portador(a) do RG de nº 16270002 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 024.117.801-09, Autônomo, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Adilton Alves De Araujo, Autônomo, portador(a) do RG de nº 13913980, inscrito(a) sob o CPF de nº 948.113.181-53, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 10, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jeferson De Oliveira Ferreira, Filho(a) de Antonio Ferreira e Aparecida De Lourdes Oliveira Ferreira, portador(a) do RG de nº 16780000, inscrito(a) sob o CPF de nº 029.552.711-01, Comprador, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 10, Lote 16, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 18

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Guilherme Corrêa, Filho(a) de José Guilherme Dos Santos e Julia Maria Dos Santos, inscrito(a) sob o CPF de nº 161.811.741-68, Aposentada, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Universal de Bens, com Celestino Faustino Corrêa, Aposentado, inscrito(a) sob o CPF de nº 078.363.411-00, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 10, Lote 18, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 19

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Vera Lucia Martins Pereira, Filho(a) de Abel Pereira e Solema Martins, portador(a) do RG de nº 0275928834, inscrito(a) sob o CPF de nº 345.860.241-00, Aposentada, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 10, Lote 19, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 20

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Juliana Felícia Martins, Filho(a) de Nailton Neves Martins e Oralda Rosa Martins, inscrito(a) sob o CPF de nº 016.692.941-70, Autônoma, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Oneir Brito De Campos, inscrito(a) sob o CPF de nº 345.863.691-91, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 11, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Erika Daiane Matos Batista Pereira, Filho(a) de Claudiomar Leitman e Cibeli Matos Araujo, portador(a) do RG de nº 20965206 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 033.629.861-70, Do Lar, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Romario Gonzaga Pereira, Autônomo, portador(a) do RG de nº 15248577, inscrito(a) sob o CPF de nº 730.730.401-53, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 11, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Aline Dias De Sousa, Filho(a) de Antonio Alves De Sousa e Neide Dias Moura, portador(a) do RG de nº 26650460, inscrito(a) sob o CPF de nº 062.119.201-56, Autônomo, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 11, Lote 03, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Andréa Silvana Dos Santos Brasil, Filho(a) de Nivaldo Rodrigues Dos Santos e Luzia Silvano Da Silva Santos, portador(a) do RG de nº 17233623 SEJUSP/TO, inscrito(a) sob o CPF de nº 743.072.821-91, Manicure, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Wesley Vanison Santiago Brasil, portador(a) do RG de nº 373937, inscrito(a) sob o CPF de nº 912.534.381-53, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 11, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Aparecida Da Silva Arruda, Filho(a) de Leonço França Da Cruz e Avelina Nunes Da Cruz, inscrito(a) sob o CPF de nº 207.696.951-91, aposentada, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 11, Lote 06, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Valdeci Lopes Da Silva, Filho(a) de Francisco Paulo Da Silva e Maria Ernestina Da Silva, portador(a) do RG de nº 08869111 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 027.030.021-06, Do Lar, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Orlando Lopes Da Silva, Autônomo, portador(a) do RG de nº 881242, inscrito(a) sob o CPF de nº 883.992.221-00, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 11, Lote 07, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Benedito Sebastião De Carvalho Neto, Filho(a) de Francisco De Carvalho e Ilda De Carvalho, inscrito(a) sob o CPF de nº 829.127.851-20, Serralheiro, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 11, Lote 08, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Cristiane Domingas De Souza, Filho(a) de Manoel Pereira De Souza e Maria Conceição De Campos, portador(a) do RG de nº 13617257, inscrito(a) sob o CPF de nº 010.584.821-22, Serviços Gerais, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 11, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 13

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jéssica Tamara Silva Dos Santos, Filho(a) de Antonio Claret Da Silva e Marizete Almeida Silva, inscrito(a) sob o CPF de nº 033.394.701-03, Assistente de Administração, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Waltair Lopes Dos Santos, inscrito(a) sob o CPF de nº 702.252.811-04, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 11, Lote 14, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rosália Gomes Da Silva Machado, Filho(a) de Osvaldo Martins Da Silva e Geralda Gomes Da Silva, portador(a) do RG de nº 15427800 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 023.018.961-02, Autônoma, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Bartolomeu Machado, Autônomo, portador(a) do RG de nº 17807425, inscrito(a) sob o CPF de nº 873.470.161-34, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 11, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rosilda Maria Dos Prazeres Brites, Filho(a) de Emilia Maria Dos Prazeres, inscrito(a) sob o CPF de nº 420.467.772-04, Do Lar, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Rosalino Brites Nascimento, inscrito(a) sob o CPF de nº 627.053.001-63, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 11, Lote 16, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 17

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ana Celia Oliveira Da Silva, Filho(a) de Malaquias Eugenio Da Silva e Ondina Oliveira Da Silva, portador(a) do RG de nº 08850470, inscrito(a) sob o CPF de nº 785.022.411-68, Pensionista, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 11, Lote 17, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 18

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Wanderley Pascoal Da Silva, Filho(a) de Vander Jose Da Silva e Amelia Pascoal Da Silva, portador(a) do RG de nº 16970110, inscrito(a) sob o CPF de nº 000.768.926-89, Aposentado, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 11, Lote 18, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 19

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lecy Taborda Locatelli, Filho(a) de Levy Taborda e Maria Monteiro Taborda, portador(a) do RG de nº 05021634, inscrito(a) sob o CPF de nº 523.016.991-53, Pensionista, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 11, Lote 19, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 20

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jéssica Souza Silva, Filho(a) de Hidelbrando Jesus Da Silva e Maria Aparecida De Souza E Silva, portador(a) do RG de nº 19528272, inscrito(a) sob o CPF de nº 021.326.341-65, Autônomo, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua K, Quadra 11, Lote 20, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Janine Aparecida Rodrigues, Filho(a) de Leonides Bento Rodrigues e Cenira De Oliveira, portador(a) do RG de nº 07806345, inscrito(a) sob o CPF de nº 631.860.631-91, Do Lar, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Ana Godoy de Campos, Quadra 12, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 199,00 m²

PERÍMETRO: 59,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Laura Cristina Ferreira Da Silva, Filho(a) de Felisberto Ferreira Da Silva e Maria José Ferreira Da Silva, portador(a) do RG de nº 01410008, inscrito(a) sob o CPF de nº 688.814.521-20, Engenheira Florestal, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Ana Godoy de Campos, Quadra 12, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 199,00 m²

PERÍMETRO: 59,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Norma Adriana Gado, Filho(a) de Walmor Luiz Gado e Terezinha De Fátima Gado, portador(a) do RG de nº 19876483, inscrito(a) sob o CPF de nº 022.608.611-99, Assistente Contabilidade, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Ana Godoy de Campos, Quadra 12, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Valéria Da Costa Cruz, Filho(a) de Antonio Da Costa e Marta Tereza Brandão, portador(a) do RG de nº 18680062 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 019.632.341-03, Babá, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Edmilson Amaro Da Cruz, Ajudante de Produção, portador(a) do RG de nº 13155032, inscrito(a) sob o CPF de nº 905.213.741-20, residente e domiciliado na Rua Ana Godoy de Campos, Quadra 12, Lote 10, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 199,42 m²

PERÍMETRO: 59,38 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ivo José De Almeida, Filho(a) de Calixto José De Almeida e Angelina Delfina Leite De Almeida, portador(a) do RG de nº 882070 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 654.312.271-49, Autônomo, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Pedrosa Da Silva Espirito Santo De Almeida, Do Lar, portador(a) do RG de nº 11949627, inscrito(a) sob o CPF de nº 729.015.271-91, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 12, Lote 11, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Edelson José De Souza, Filho(a) de Benedito Laurino De Souza e Percilia Pedrosa De Souza, portador(a) do RG de nº 09936343, inscrito(a) sob o CPF de nº 650.516.531-20, Jardineiro, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 12, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Eduardo Izidoro De Oliveira, Filho(a) de José Izidoro De Oliveira e Maria Olivia De Oliveira, portador(a) do RG de nº 01901958, inscrito(a) sob o CPF de nº 288.434.011-49, Aposentado, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 12, Lote 13, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Mauriza Correa De Lima, Filho(a) de Eurico Santana Correa e Francisca De Lima Correa, inscrito(a) sob o CPF de nº 632.862.891-91, Servidor Público, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 12, Lote 14, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Mateus Silva Nogueira, Filho(a) de Braz Nogueira Neto e Adelina Correa Da Silva Nogueira, portador(a) do RG de nº 13733575, inscrito(a) sob o CPF de nº 963.534.061-34, Eletricista, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 12, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 16

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 18

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Francisco Duarte Gomes, Filho(a) de Raimundo Duarte De Oliveira e Antonia Alice Duarte Gomes, portador(a) do RG de nº 01411691, inscrito(a) sob o CPF de nº 156.876.001-91, Beneficiária de Programa Social, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 12, Lote 18, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 19

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Douglas Dos Santos Ajala, Filho(a) de Silvia Dos Santos Ajala, inscrito(a) sob o CPF de nº 051.387.761-42, Vendedor, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 12, Lote 19, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 203,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 20

ÁREA TOTAL: 198,00 m²

PERÍMETRO: 59,91 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 204,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Joceleiy De Souza Silva, Filho(a) de João De Deus Nunes e Lilina De Souza Silva, inscrito(a) sob o CPF de nº 002. 834.761-76, Técnico de Desenvolvimento Infantil, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua M, Quadra 13, Lote 03, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Antonia Da Silva, Filho(a) de Agostinho Lopes De Assis e Vicencia Paz Da Silva, portador(a) do RG de nº 02448165, inscrito(a) sob o CPF de nº 161.884.381-87, Aposentada, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua M, Quadra 13, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lina Maria Barros, Filho(a) de Sebastião Jesus De Barros e Angelina Leite De Araújo, portador(a) do RG de nº 18081274, inscrito(a) sob o CPF de nº 018.152.681-66, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua M, Quadra 13, Lote 05, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 198,00 m²

PERÍMETRO: 59,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Sandra Auxiliadora Pereira Batista, Filho(a) de Silvino Anunciado Pereira e Luzia Maria Pereira, portador(a) do RG de nº 11524790 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 531.418.731-00, Auxiliar Logística, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Eldo Ferreira Batista, Atendente, portador(a) do RG de nº 01300695, inscrito(a) sob o CPF de nº 241.343.091-15, residente e domiciliado na Rua M, Quadra 13, Lote 07, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 199,04 m²

PERÍMETRO: 60,01 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 204,98 m²

PERÍMETRO: 60,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 196,00 m²

PERÍMETRO: 59,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Benedita Kenia De Alcantara, Filho(a) de Hildebrando Pedro De Alcantara e Maria Auxiliadora De Carvalho, portador(a) do RG de nº 16487630, inscrito(a) sob o CPF de nº 009.322.541-52, Manicure, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua M, Quadra 13, Lote 10, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Zulkelly Jesus Batista, Filho(a) de Edgar Batista e Joanice Anastacia De Lima Batista, inscrito(a) sob o CPF de nº 010.645.661-03, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 13, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 198,00 m²

PERÍMETRO: 59,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Clarice Celina Dias da Costa, Filho(a) de Inacio Francisco da Costa e Umbelina de Siqueira Costa, portador(a) do RG de nº 06535798, inscrito(a) sob o CPF de nº 502.291.331-34, Do Lar, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Rita Lobato Velho, Quadra 13, Lote 13, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,96 m²

PERÍMETRO: 60,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Dulcimara Dos Santos Pereira, Filho(a) de Luis Carlos Lopes Pereira e Dulcilene Dos Santos Silva, portador(a) do RG de nº 19740263, inscrito(a) sob o CPF de nº 059.732.211-21, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua

L, Quadra 13, Lote 14, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 197,02 m²

PERÍMETRO: 59,61 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Luzia Braz De Oliveira, Filho(a) de Manoel Ramão De Oliveira e Aquina Braz De Oliveira, inscrito(a) sob o CPF de nº 107.672.311-04, Aposentada, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 13, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 198,00 m²

PERÍMETRO: 59,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Joelma Auxiliadora Ferreira Ramos De Arruda, Filho(a) de Ernestina Ferreira Ramos, portador(a) do RG de nº 06286933 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 938.040.161-20, Diarista, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Manoel Gonçalo De Arruda, Pescador, portador(a) do RG de nº 05139287, inscrito(a) sob o CPF de nº 995.405.501-06, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 13, Lote 16, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 17

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Pedro Arlindo Da Silva Siqueira, Filho(a) de Antonio Nunes De Siqueira e Maria Gregoria Da Silva, portador(a) do RG de nº 10900357 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 797.446.211-68, Motorista, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Daiany Souza Silva, Do lar, portador(a) do RG de nº 16269560, inscrito(a) sob o CPF de nº 022.557.921-92, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 13, Lote 17, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 18

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Francielto Lopes Da Silva, Filho(a) de Orlando Lopes Da Silva e Maria Valdeci Lopes Da Silva, portador(a) do RG de nº 27830500 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 063.505.111-74, Servidor Público Federal, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Rosana Stéfany Da Silva, Corretora de Seguros, portador(a) do RG de nº 24626643, inscrito(a) sob o CPF de nº 082.229.051-04, residente e domiciliado na Rua L, Quadra 13, Lote 18, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 19

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Doralice Elenil da Silva, Filho(a) de Círia Olivia da Silva, portador(a) do RG de nº 05152879, inscrito(a) sob o CPF de nº 570.708.491-68, Do Lar, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Rita Lobato Velho, Quadra 13, Lote 19, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 20

ÁREA TOTAL: 200,96 m²

PERÍMETRO: 59,37 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lucinete Auxiliadora Ramos De Souza, Filho(a) de Lucidio De Souza e Ernestina Ramos, portador(a) do RG de nº 09883762 SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 008.535.031-17, Do Lar, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Jair Gomes Da Silva, portador(a) do RG de nº 08147418, inscrito(a) sob o CPF de nº 432.691.411-49, residente e domiciliado na Rua N, Quadra 14, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 204,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Vera Maria Pletsch, Filho(a) de Eduardo Pletsch e Edviga Lucia Pletsch, inscrito(a) sob o CPF de nº 514.328.111-34, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua N, Quadra 14, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Márcia Cristina Dos Santos, Filho(a) de Leonidas Aladir Dos Santos e Maria Silveria Da Silva Santos, portador(a) do RG de nº 12256617, inscrito(a) sob o CPF de nº 005.014.711-03, Aposentada, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua N, Quadra 14, Lote 05, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Josinane Dias Da Silva Oliveira, Filho(a) de Manoel Benedito Da Silva e Vera Lucia Dias Da Silva, portador(a) do RG de nº 12199508 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 853.477.521-49, Auxiliar Laboratório, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Eslei Oliveira Do Espirito Santo, Supervisor de Estacionamento, portador(a) do RG de nº 11938706, inscrito(a) sob o CPF de nº 903.741.341-20, residente e domiciliado na Rua N, Quadra 14, Lote 06, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Flavia Palmena Ferreira De Souza, Filho(a) de Petronil Ferreira De Souza e Maria Izabel Ferreira De Souza, portador(a) do RG de nº 13551493 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 933.167.981-53, Cabelereira, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Allan Kardec Mendes Nogueira, portador(a) do RG de nº 12480452, inscrito(a) sob o CPF de nº 880.683.151-87, residente e domiciliado na Rua N, Quadra 14, Lote 08, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Zoraide Rosa Da Silva, Filho(a) de Manoel Dias Da Silva e Luzia De Araujo Da Silva, portador(a) do RG de nº 09664157, inscrito(a) sob o CPF de nº 909.162.551-15, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua N, Quadra 14, Lote 10, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rozi Aparecida Martins, Filho(a) de Aristeu Martins e Nair De Araujo Martins, portador(a) do RG de nº 10582576, inscrito(a) sob o CPF de nº 784.915.841-53, Técnico em Enfermagem, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua M, Quadra 14, Lote 11, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Dania Cris Paes Nolasco, Filho(a) de Sebastião Santana Nolasco e Marisa Da Silva Paes Nolasco, portador(a) do RG de nº 14638932, inscrito(a) sob o CPF de nº 697.705.141-87, Técnica em Enfermagem, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua M, Quadra 14, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Sonia Mandacari Tosta, Filho(a) de Nilson Correa Tosta e Matilde Mandacari Tosta, portador(a) do RG de nº 05997216, inscrito(a) sob o CPF de nº 433.047.961-34, Merendeira, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua M, Quadra 14, Lote 13, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 14

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Giselly Pereira Lima, Filho(a) de Odete Pereira Lima, portador(a) do RG de nº 15297420, inscrito(a) sob o CPF de nº 010.107.261-96, Garçonete, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua M, Quadra 14, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Aristina Da Silva Lara, Filho(a) de Oscar Da Silva e Izabel Jovió, portador(a) do RG de nº 02897121, inscrito(a) sob o CPF de nº 298.545.711-49, Beneficiaria do Loas, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua M, Quadra 14, Lote 16, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 17

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Zorlene Ilda De Arruda Rocha, Filho(a) de Gregorio Porfirio De Arruda e Maria Helena De Arruda, portador(a) do RG de nº 19566638 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 567.874.641-34, Refiladeira, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Emerson Dos Santos Rocha, Gesseiro, portador(a) do RG de nº 13336690, inscrito(a) sob o CPF de nº 702.894.761-00, residente e domiciliado na Rua M, Quadra 14, Lote 17, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 18

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jailson Evangelista De Queiroz, Filho(a) de Deniz Da Silva Evangelista e Maria José De Queiroz, portador(a) do RG de nº 09499610 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 651.692.391-49, Comerciante, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Silvia Regina Da Silva Evangelista, portador(a) do RG de nº 13377051, inscrito(a) sob o CPF de nº 919.750.001-10, residente e domiciliado na Rua M, Quadra 14, Lote 18, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 19

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 20

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rosely Imiani Lima, Filho(a) de Antonio Lima Neto e Lazara Imiani Lima, portador(a) do RG de nº 16220838, inscrito(a) sob o CPF de nº 011.808.411-90, Vendedora, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua M, Quadra 14, Lote 20, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ana Maria Coelho Da Fonseca Barbosa, Filho(a) de José Francisco Da Fonseca e Zenir Coelho Da Fonseca, portador(a) do RG de nº 29478251 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 485.775.702-82, Auxiliar de Limpeza, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Osvanir De Sousa Barbosa, portador(a) do RG de nº 30028426, inscrito(a) sob o CPF de nº 469.778.134-15, residente e domiciliado na Rua O, Quadra 15, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 209,61 m²

PERÍMETRO: 61,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Darcy Gonçalves Lacerda, Filho(a) de Joaquim Gonçalves Lacerda e Ana Eloi Lacerda, portador(a) do RG de nº 19028920, inscrito(a) sob o CPF de nº 042.599.908-45, Aposentada, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua O, Quadra 15, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 201,00 m²

PERÍMETRO: 60,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lucimar Barros De Souza, Filho(a) de André Barros De Souza e Lucia Lopes De Souza, portador(a) do RG de nº 14182580 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 719.859.131-00, Autônomo, União Estável em União Estável, União Estável, com Flavio Dos Santos Rosa, portador(a) do RG de nº 11566540, inscrito(a) sob o CPF de nº 869.309.581-15, residente e domiciliado na Rua O, Quadra 15, Lote 03, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 198,00 m²

PERÍMETRO: 59,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Edilzete Marcia Da Silva, Filho(a) de Zelino Ferreira Da Silva e Maria Jersina Figueiredo Da Silva, portador(a) do RG de nº 374304762, inscrito(a) sob o CPF de nº 318.226.618-70, Promotora de Vendas, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua O, Quadra 15, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Fernanda Oliveira Da Cruz, Filho(a) de Carlos Benardino Da Cruz e Eveneralda Do Espirito Santo Oliveira, portador(a) do RG de nº 16090020, inscrito(a) sob o CPF de nº 927.307.791-91, Auxiliar de cozinha, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua O, Quadra 15, Lote 06, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Felipa De Figueiredo, Filho(a) de Pedrode Figueiredo e Ana Antonia De Figueiredo, portador(a) do RG de nº 05023297, inscrito(a) sob o CPF de nº 915.435.251-72, Diarista, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua O, Quadra 15, Lote 08, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Aparecida Da Costa, Filho(a) de Benedito Lima Da Costa e Nilva Rainha Da Guia, portador(a) do RG de nº 11631945, inscrito(a) sob o CPF de nº 828.369.811-72, Recepcionista, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua O, Quadra 15, Lote 10, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 199,34 m²

PERÍMETRO: 59,33 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lucas Benedito De Campos, Filho(a) de Joaquim Vaz De Campos e Francisca Ponciana De Campos, portador(a) do RG de nº 03825493 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 314.058.601-97, Autônomo, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Helena Leite Da Costa Campos, Do Lar, portador(a) do RG de nº 04043324, inscrito(a) sob o CPF de nº 538.010.081-34, residente e domiciliado na Rua N, Quadra 15, Lote 11, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Edjane Rodrigues Da Silva, Filho(a) de Maria Iracema Da Silva, portador(a) do RG de nº 26097036, inscrito(a) sob o CPF de nº 311.170.405-00, Açougueira, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua N, Quadra 15, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Vivya Izabella Ferreira Ventura, Filho(a) de Edmilson Paulino Ventura e Rosangela Maria Ferreira, portador(a) do RG de nº 26556332, inscrito(a) sob o CPF de nº 059.261.701-76, Auxiliar Administrativo, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua N, Quadra 15, Lote 13, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 14

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Gonçalina Ferreira Mendes Da Cruz, Filho(a) de Calina Ferreira Mendes, portador(a) do RG de nº 00405280, inscrito(a) sob o CPF de nº 241.268.531-20, Aposentada, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua N, Quadra 15, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Romilda Alves Da Silva, Filho(a) de Rosalina Alves Ferreira, portador(a) do RG de nº 07208987, inscrito(a) sob o CPF de nº 629.553.301-91, Secretaria, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua N, Quadra 15, Lote 16, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 18

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Richter Felipe Silva Fixina, Filho(a) de Wagner Nogueira Fixina e Nilda Da Silva Fixina, portador(a) do RG de nº 17882044, inscrito(a) sob o CPF de nº 040.089.131-06, Autônomo, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua N, Quadra 15, Lote 18, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 19

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Victória Curvo Ormond Melo, Filho(a) de José Francisco Menezes Ormond e Marister Do Nascimento Curvo, portador(a) do RG de nº 20421877 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 055.896.771-06, Estudante, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Douglas Henrique Arruda De Melo, Pedreiro, portador(a) do RG de nº 24804398, inscrito(a) sob o CPF de nº 052.496.821-70, residente e domiciliado na Rua N, Quadra 15, Lote 19, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 199,00 m²

PERÍMETRO: 59,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 20

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Daniele Pinho de Almeida, Filho(a) de Domingos Sávio de Oliveira Almeida e Damildes Leite de Pinho, portador(a) do RG de nº 17319501, inscrito(a) sob o CPF de nº 018.591.601-58, Técnico de Desenvolvimento Infantil, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Oliva Enciso, Quadra 15, Lote 20, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 203,41 m²

PERÍMETRO: 60,10 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Terezinha Leite Da Silva, Filho(a) de Raimundo Leite Da Silva e Antonia Maria Da Conceição Silva, portador(a) do RG de nº 13131273, inscrito(a) sob o CPF de nº 916.997.701-15, Professora, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua P, Quadra 16, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rose Kelly Ramos Nelson, Filho(a) de Silvio De Jesus Nelson e Luciene Ribeiro Ramos, portador(a) do RG de nº 17266831, inscrito(a) sob o CPF de nº 011.934.681-83, Técnica em Enfermagem, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua P, Quadra 16, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Edna Ferreira Da Silva Camargo, Filho(a) de Virgilio Marcelino Da Silva e Maria Angela Ferreira Da Silva, portador(a) do RG de nº 09090681 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 570.186.931-87, Professora, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Jucimar Duarte De Camargo, Mestre de Obras, portador(a) do RG de nº 09543287, inscrito(a) sob o CPF de nº 912.434.321-87, residente e domiciliado na Rua P, Quadra 16, Lote 03, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Marcia Rodrigues Carneiro, Filho(a) de Antonio Rodrigues Neto e Miranei Lucia Rodrigues, portador(a) do RG de nº 10354808 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 804.937.501-34, Autônoma, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Demilso De Oliveira Carneiro, Desempregado, portador(a) do RG de nº 07029756, inscrito(a) sob o CPF de nº 459.593.311-87, residente e domiciliado na Rua P, Quadra 16, Lote 06, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Inez Castro Do Nascimento, Filho(a) de Belarmino José Do Nascimento e Felomena Maria Do Nascimento, portador(a) do RG de nº 25547615, inscrito(a) sob o CPF de nº 109.262.591-72, Aposentada, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua P, Quadra 16, Lote 07, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Gonçalo Marcos Brandão De Araujo, Filho(a) de Manoel Dias De Araujo e Luiza Maria Brandão De Araujo, portador(a) do RG de nº 12977667, inscrito(a) sob o CPF de nº 946.077.701-59, Pescador, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua P, Quadra 16, Lote 08, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Yldebrandes Rodrigues De Oliveira, Filho(a) de Jose Olimpio De Oliveira e Amélia Rodrigues De Oliveira, portador(a) do RG de nº 01753908 SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 474.267.131-72, Pintor, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Rosimeire Angela Da Silva Oliveira, portador(a) do RG de nº 07771924, inscrito(a) sob o CPF de nº 016.893.871-57, residente e domiciliado na Rua P, Quadra 16, Lote 09, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Silva Regina Da Silva Evangelista, Filho(a) de Antonio Emanuel Da Silva e Neide Rodrigues Da Silva, portador(a) do RG de nº 13377051 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 919.750.001-10, Técnico de Desenvolvimento Infantil, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Jailson Evangelista De Queiroz, portador(a) do RG de nº 09499610, inscrito(a) sob o CPF de nº 651.692.391-49, residente e domiciliado na Rua P, Quadra 16, Lote 10, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,75 m²

PERÍMETRO: 59,90 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Joana Nunes Da Silva, Filho(a) de Manoel Hugo Da Silva e Eulalia Nunes Da Silva, portador(a) do RG de nº 07534345, inscrito(a) sob o CPF de nº 503.113.281-72, Doméstica, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua O, Quadra 16, Lote 11, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 206,00 m²

PERÍMETRO: 60,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lucivalda Maria De Souza Barbosa, Filho(a) de Martiniano De Souza e Antonia Crisóstomo Dionisio, portador(a) do RG de nº 07459823, inscrito(a) sob o CPF de nº 819.788.711-04, Serviços Gerais, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua O, Quadra 16, Lote 13, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Beatriz Joaci Martins, Filho(a) de Marcelino Sabino Da Silva e Alexandrina Rodrigues Da Silva, portador(a) do RG de nº 05756570 SPTC/GO, inscrito(a) sob o CPF de nº 435.462.771-04, Doméstica, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Djair Xavier Martins, Pedreiro, portador(a) do RG de nº 1397112, inscrito(a) sob o CPF de nº 301.734.931-49, residente e domiciliado na Rua O, Quadra 16, Lote 14, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Edson Dos Santos E Silva, Filho(a) de Ezio Vicente De Pinho e Josefa Dos Santos E Silva, portador(a) do RG de nº 20923201, inscrito(a) sob o CPF de nº 033.106.321-21, Autônomo, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua O, Quadra 16, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Gonçalina Maria Da Silva, Filho(a) de José Sales Da Silva e Maria José Da Silva, portador(a) do RG de nº 909658, inscrito(a) sob o CPF de nº 594.787.301-00, Autônomo, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua O, Quadra 16, Lote 16, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 18

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Luzia Da Silva, Filho(a) de Avelino Pedro Da Silva e Mariana Adelina Da Silva, portador(a) do RG de nº 13360000 SJSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 011.661.101-41, Servidora Pública, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Julio Cesar De Campos, Servidor Público, portador(a) do RG de nº 16359526, inscrito(a) sob o CPF de nº 010.260.531-96, residente e domiciliado na Rua O, Quadra 16, Lote 18, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 19

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rosalice Da Silva Brandao, Filho(a) de Gonçalo De Souza Brandao e Lourdes Da Silva Brandao, portador(a) do RG de nº 13718401, inscrito(a) sob o CPF de nº 904.970.401-82, Cozinheira, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua O, Quadra 16, Lote 19, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 20

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Seleni Guardiano De Carvalho, Filho(a) de Geraldo Guardiano De Carvalho e Maria Erodilde Lopes De Carvalho, portador(a) do RG de nº 11077743 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 825.132.101-82, Auxiliar de cozinha, União Estável em União Estável, União Estável, com Marceli Ramos Dos Santos, portador(a) do RG de nº 06717446, inscrito(a) sob o CPF de nº 460.631.611-04, residente e domiciliado na Rua O, Quadra 16, Lote 20, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Adriana Nascimento Soares, Filho(a) de Paulo Edmundo Soares e Eunice Nunes Do Nascimento, portador(a) do RG de nº 16214137, inscrito(a) sob o CPF de nº 015.710.691-86, Autônoma, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Q, Quadra 17, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Juliana Venancio Da Silva, Filho(a) de Osvaldo Venancio Da Silva e Marly Aparecida Britta Da Silva, inscrito(a) sob o CPF de nº 689.443.731-91, Autônomo, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Wagner De Souza Farias, inscrito(a) sob o CPF de nº 891.001.901-87, residente e domiciliado na Rua Q, Quadra 17, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ivonete Severino Dos Reis Santos, Filho(a) de Geraldo Custódio Severino e Altamar Barbosa De Oliveira, inscrito(a) sob o CPF de nº 474.810.481-34, Manicure, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Pedro Dos Reis Santos, Servente, inscrito(a) sob o CPF de nº 029.222.431-17, residente e domiciliado na Rua Q, Quadra 17, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Reginete Conceição Alves Cunha, Filho(a) de João Gonçalo Alves Da Cunha e Regina Rodrigues Da Cunha, portador(a) do RG de nº 04970616, inscrito(a) sob o CPF de nº 377.962.671-34, Aposentada, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Q, Quadra 17, Lote 05, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lina Roza Castro Lopes, Filho(a) de Marcolino Ferreira Casto e Maria Ferreira Da Silva, portador(a) do RG de nº 31091245 SESP/MA, inscrito(a) sob o CPF de nº 754.305.763-87, Do Lar, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Expedito Sousa Lopes, Aposentado, portador(a) do RG de nº 0000130348937, inscrito(a) sob o CPF de nº 528.651.773-00, residente e domiciliado na Rua Q, Quadra 17, Lote 06, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: María Aparecida Da Cruz, Filho(a) de José Jovino Da Cruz e Nilce Nunes Da Cruz, portador(a) do RG de nº 10338500, inscrito(a) sob o CPF de nº 770.918.331-04, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Q, Quadra 17, Lote 08, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria De Lourdes Ramos Ferreira, Filho(a) de Antenor Ferreira Coelho e Domingas Ramos Ferreira, portador(a) do RG de nº 07636140, inscrito(a) sob o CPF de nº 432.559.061-72, Do Lar,

Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Q, Quadra 17, Lote 09, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Adelia Aleixo Barbosa, Filho(a) de Antonio Alves Barbosa e Maria Dalva Aleixo Barbosa, inscrito(a) sob o CPF de nº 707.591.541-04, Autônoma, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua P, Quadra 17, Lote 11, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 201,00 m²

PERÍMETRO: 60,10 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Antônio Fernandes Vieira, Filho(a) de Valeriano Vieira Lima Filho e Joelite Fernandes Lima, portador(a) do RG de nº 03296830, inscrito(a) sob o CPF de nº 299.562.501-04, Pedreiro, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Elmaz Gattaz Monteiro, Quadra 17, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Gisela Dias De Souza, Filho(a) de Geosio Dias De Souza e Josefina Felix De Araujo, portador(a) do RG de nº 12515566, inscrito(a) sob o CPF de nº 826.379.461-72, Beneficiária de Programa Social, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua P, Quadra 17, Lote 13, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 14

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lesly Griggi Moreira, Filho(a) de Jovelino Moreira Silva e Iolet Griggi Moreira Da Silva, portador(a) do RG de nº 10279873, inscrito(a) sob o CPF de nº 029.413.281-30, Do Lar, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua P, Quadra 17, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Benilce Joacy Da Silva, Filho(a) de Marcelino Sabino Da Silva e Alexandrina Amorim Silva, portador(a) do RG de nº 07693591, inscrito(a) sob o CPF de nº 003.059.111-20, Diarista, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua P, Quadra 17, Lote 16, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 17

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Silvio Moraes Costa, Filho(a) de Renato Sebastião Da Costa e Armelina Catarina De Moraes Costa, portador(a) do RG de nº 14724766, inscrito(a) sob o CPF de nº 497.044.941-49, aposentado, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua P, Quadra 17, Lote 17, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 18

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Adileuza De Jesus Da Guia, Filho(a) de Arlindo Lourenço Da Guia e Luzia Das Graças Carvalho Da Guia, portador(a) do RG de nº 12417246, inscrito(a) sob o CPF de nº 701.120.701-59, Auxiliar de Serviços Gerais, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua P, Quadra 17, Lote 18, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 19

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Isabel Cristina Fernandes Pisaia, Filho(a) de Jacob Pisaia Sobrinho e Marlene Fernandes, portador(a) do RG de nº 11826444, inscrito(a) sob o CPF de nº 927.952.001-63, Técnica em Enfermagem, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua P, Quadra 17, Lote 19, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 20

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Edmilson Edson E Silva, Filho(a) de Didimo Guinarães E Silva e Aleide Magalhães E Silva, portador(a) do RG de nº 06713351, inscrito(a) sob o CPF de nº 514.005.701-82, Maqueiro, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua P, Quadra 17, Lote 20, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 204,72 m²

PERÍMETRO: 60,06 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Andriely Poliane Soares, Filho(a) de Cleonice Da Cruz Soares, portador(a) do RG de nº 24207942, inscrito(a) sob o CPF de nº 064.454.711-10, Diarista, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua E, Quadra 18, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 268,00 m²

PERÍMETRO: 66,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Irene Nunes De Moura, Filho(a) de João Dias De Moura e Braulina Nunes De Moura, inscrito(a) sob o CPF de nº 013.758.711-29, Auxiliar de cozinha, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua E, Quadra 18, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Elias Moreira Cardoso, Filho(a) de Antonio Moreira Dos Santos e Laura Cardoso Dos Santos, portador(a) do RG de nº 879772, inscrito(a) sob o CPF de nº 537.453.451-34, Policial Militar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua E, Quadra 18, Lote 03, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Sandra Cristina De Brito Silva, Filho(a) de Adão Carlos Da Silva e Luzia De Brito Silva, inscrito(a) sob o CPF de nº 034.253.771-75, Operadora de Loja, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua E, Quadra 18, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 204,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Marly Feliciano Coutinho, Filho(a) de José Feliciano Coutinho e Mariana De Moura Coutinho, inscrito(a) sob o CPF de nº 536.601.881-15, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua D, Quadra 18, Lote 09, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 203,45 m²

PERÍMETRO: 59,79 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Karla Godoi Mendes, Filho(a) de Carlos Alberto Mendes e Dejanir Inacia De Godoi Martins Mendes, portador(a) do RG de nº 31896952 SJ/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 976.035.461-68, Do Lar, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Jeferson Jesus Da Silva Campos, Autônomo, portador(a) do RG de nº 11597461, inscrito(a) sob o CPF de nº 831.834.931-87, residente e domiciliado na Rua D, Quadra 18, Lote 10, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Vanderlei De Almeida, Filho(a) de Francisca Maciel De Almeida, portador(a) do RG de nº 07558716 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 580.981.511-15, Vigilante, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Sueli Dutra De Almeida, Auxilar de Serviços Gerais, portador(a) do RG de nº 14000563, inscrito(a) sob o CPF de nº 954.559.491-87, residente e domiciliado na Rua D, Quadra 18, Lote 11, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lidiane Custodio Jorge, Filho(a) de Izaias Custodio Jorge e Raimunda Costa Custodio, portador(a) do RG de nº 13349252, inscrito(a) sob o CPF de nº 918.253.341-53, Supervisora Administrativa, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua D, Quadra 18, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 13

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Marlene Nunes De Sousa, Filho(a) de João Cruz Sousa Neto e Sebastiana Nunes De Sousa, portador(a) do RG de nº 10972854, inscrito(a) sob o CPF de nº 830.299.231-34, Enfermeira, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua D, Quadra 18, Lote 14, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Adriana Pereira Vieira Da Silva, Filho(a) de Antonio Fernandes Vieira e Terezinha Pereira Vieira, portador(a) do RG de nº 16645464 SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 011.934.581-10, Babá, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Joel Sampaio Da Silva, Autônomo, portador(a) do RG de nº 13830309, inscrito(a) sob o CPF de nº 934.245.901-34, residente e domiciliado na Rua D, Quadra 18, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Douglas Ferraz Do Nascimento, Filho(a) de Altamiro Domingos Do Nascimento e Bentinha Leite Ferraz, portador(a) do RG de nº 14563703 SJSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 003.569. 261-84, Auxiliar Escritório, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Claudinéia Da Costa Silva Ferraz, Do Lar, portador(a) do RG de nº 16674278, inscrito(a) sob o CPF de nº 028. 318.221-06, residente e domiciliado na Rua D, Quadra 18, Lote 16, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 268,00 m²

PERÍMETRO: 66,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jucinéia Márcia Silva Corrêa, Filho(a) de Airton Eugênio Corrêa e Maria Evangelina Da Silva Corrêa, portador(a) do RG de nº 09926879, inscrito(a) sob o CPF de nº 621.693.601-82, Professora, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua F, Quadra 19, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 273,18 m²

PERÍMETRO: 66,66 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ellen Graziele Romero Pereira De Almeida, Filho(a) de Walter Pereira Da Silva e Disolfa Olegaria Romero, portador(a) do RG de nº 13976451 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 008.571. 631-67, Manicure, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Moabe Neves De Almeida, portador(a) do RG de nº 20242220, inscrito(a) sob o CPF de nº 007.837.295-02, residente e domiciliado na Rua F, Quadra 19, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jenyffer Fernanda Silva Castro, Filho(a) de Antonio Claret Da Silva e Marizete Almeida Silva, portador(a) do RG de nº 24729752 SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 050.134.351-29, Gerente Comercial, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Marcus De Oliveira Pereira Castro, Vendedor, portador(a) do RG de nº 23574461, inscrito(a) sob o CPF de nº 044.417.341-23, residente e domiciliado na Rua F, Quadra 19, Lote 05, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rubesmar Balbino Da Silva, Filho(a) de Roberto Balbino Da Silva e Maria Do Carmo Nunes Da Silva, portador(a) do RG de nº 05838185 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 458.436. 351-04, Vigilante, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Maria Aparecida Rezende Da Silva, Do lar, portador(a) do RG de nº 13185454, inscrito(a) sob o CPF de nº 002.673. 561-02, residente e domiciliado na Rua F, Quadra 19, Lote 06, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Elizabete Teresa Rondon Pereira De Moraes, Filho(a) de Elizaldo De Souza Pereira e Marcelina Silva Rondon, portador(a) do RG de nº 13377191 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 706. 066.331-20, Fonoaudiologa, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Odenilson Luis De Moraes, Gerente Predial, portador(a) do RG de nº 16843592, inscrito(a) sob o CPF de nº 005. 563.711-60, residente e domiciliado na Rua F, Quadra 19, Lote 07, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ludemila Marques De Almeida, Filho(a) de José Marques De Almeida e Maria Pinto De Almeida, portador(a) do RG de nº 03308073, inscrito(a) sob o CPF de nº 460.041.221-49, Serviços Gerais, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua F, Quadra 19, Lote 08, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 204,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 203,82 m²

PERÍMETRO: 60,05 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Elizangela Do Espirito Santo Aguiar, Filho(a) de Geraldo Dario Aguiar e Elza Do Espirito Santo Dias, portador(a) do RG de nº 13365959, inscrito(a) sob o CPF de nº 017.959.811-21, Técnica em Enfermagem, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua E, Quadra 19, Lote 10, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Francielle Catarina Da Silva Duarte , Filho(a) de Venino Dias Da Silva e Maria Casturina Machado Da Silva, portador(a) do RG de nº 19073119 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 022. 447.471-58, Autônoma, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Noel Duarte Dos Santos, Autônomo, portador(a) do RG de nº 13174339, inscrito(a) sob o CPF de nº 704.543.531-20,

residente e domiciliado na Rua E, Quadra 19, Lote 11, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Josiane Moreira De Pinho, Filho(a) de José Carlos De Pinho e Marina Moreira De Pinho, inscrito(a) sob o CPF de nº 033.908.491-06, Autônomo, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua E, Quadra 19, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Gonçalo Batista De Souza, Filho(a) de Galdino Gonçalves De Souza e Nair Batista De Amorim, portador(a) do RG de nº 10752404, inscrito(a) sob o CPF de nº 955.692.601-10, Jardineiro, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua E, Quadra 19, Lote 13, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Elizabeth Sarate De Campos, Filho(a) de Madalena Sarate De Campos, portador(a) do RG de nº 08451320, inscrito(a) sob o CPF de nº 020.198.861-54, Autônomo, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua E, Quadra 19, Lote 14, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jeziely Ferreira Da Silva, Filho(a) de Rubens Ferreira Da Silva e Jovelina Maria Da Costa Silva, portador(a) do RG de nº 15664945, inscrito(a) sob o CPF de nº 007.857.701-27, Operadora de Caixa, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua E, Quadra 19, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 203,00 m²

PERÍMETRO: 60,30 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rosa Soares De Oliveira, Filho(a) de Pedro Joaquim De Oliveira e Virgulina Soares De Oliveira, portador(a) do RG de nº 06573029, inscrito(a) sob o CPF de nº 284.610.701-78, Aposentada, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua E, Quadra 19, Lote 16, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 272,18 m²

PERÍMETRO: 66,56 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 01A

ÁREA TOTAL: 158,59 m²

PERÍMETRO: 55,86 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 01B

ÁREA TOTAL: 220,00 m²

PERÍMETRO: 62,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Laura Aparecida Marques Moreira Dos Santos, Filho(a) de Joao Domingos Duarte Moreira e Ludemila Marques De Almeida, portador(a) do RG de nº 18511260 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 024.221.811-39, Professora, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Edson Lucena Dos Santos, Autônomo, portador(a) do RG de nº 13745620, inscrito(a) sob o CPF de nº 927.252.521-72, residente e domiciliado na Rua G, Quadra 20, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Araci De Fátima Gonçalves Da Cruz, Filho(a) de Adão Narciso Ribeiro Gonçalves e Maria Aparecida Souza Gonçalves, inscrito(a) sob o CPF de nº 633.862.089-91, Diarista, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua G, Quadra 20, Lote 03, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jane Ribeiro de Moura, Filho(a) de José Barbosa de Moura e Maria Ribeiro de Moura, portador(a) do RG de nº 17304970, inscrito(a) sob o CPF de nº 013.892.571-26, Autônomo, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Maria Augusta Generosa Estrela, Quadra 20, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Adriana Aparecida Da Silva, Filho(a) de Pedro Ribeiro Da Silva e Josefa Martinha Da Silva, portador(a) do RG de nº 12684880, inscrito(a) sob o CPF de nº 877.237.601-59, Autônoma, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua G, Quadra 20, Lote 05, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Vera Lucia Pereira De Moraes Souza, Filho(a) de Manoel Pereira De Moraes e Elita Rosa De Moraes, portador(a) do RG de nº 12724351 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 694.383.661-72, Autônoma, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com João Batista Alves De Souza, Autônomo, portador(a) do RG de nº 07980094, inscrito(a) sob o CPF de nº 503.598.431-15, residente e domiciliado na Rua G, Quadra 20, Lote 06, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 203,70 m²

PERÍMETRO: 60,03 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Geruza Rosa da Silva, Filho(a) de Antonio Vicente dos Santos e Alfa Pereira, portador(a) do RG de nº 12001155, inscrito(a) sob o CPF de nº 320.138.929-34, Aposentada, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Quadra 20, Lote 09, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 201,00 m²

PERÍMETRO: 60,10 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Creuza Maria De Arruda, Filho(a) de Francisco Do Nascimento De Arruda e Pedrolina Feliciana De Arruda, portador(a) do RG de nº 08234841, inscrito(a) sob o CPF de nº 531.288.421-91, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua F, Quadra 20, Lote 11, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Helena Ágda da Silva, Filho(a) de Almira Lourdes da Silva, portador(a) do RG de nº 10921036, inscrito(a) sob o CPF de nº 985.339.081-72, Do Lar, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Quadra 20, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Zelia Ana Cunha, Filho(a) de Cristino Santana Cunha e Ana Maria Cunha, inscrito(a) sob o CPF de nº 965.732.441-68, Tecnica em Higienizacao Escolar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua F, Quadra 20, Lote 13, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 14

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Thais Alves Granado, Filho(a) de Diogenes Granado e Jane Meire Alves Dos Santos, portador(a) do RG de nº 27689077, inscrito(a) sob o CPF de nº 060.083.731-97, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua F, Quadra 20, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Clara Olinda De Figueiredo Dantas, Filho(a) de Armindo Abrão De Figueiredo e Leocadia Procopia De Figueiredo, inscrito(a) sob o CPF de nº 395.886.291-87, Do Lar, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com João Felix Dantas, inscrito(a) sob o CPF de nº 304.287.421-49, residente e domiciliado na Rua F, Quadra 20, Lote 16, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 283,51 m²

PERÍMETRO: 67,82 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 01A

ÁREA TOTAL: 151,92 m²

PERÍMETRO: 53,70 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 01B

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Josiana Siqueira De Souza Jorge, Filho(a) de Manoel De Souza Santos e Lourdes Siqueira De Souza, portador(a) do RG de nº 16504887 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 011.607.551-16, Do Lar, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Israel Jorge, Vigia, portador(a) do RG de nº 973452, inscrito(a) sob o CPF de nº 655.138.941-49, residente e domiciliado na Rua H, Quadra 21, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Aparecida Francisca Da Silva Rodrigues, Filho(a) de Claudia Francisca Da Silva, portador(a) do RG de nº 16836790 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 011.321.031-00, Gerente de Loja, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Elesandro Rodrigues Do Nascimento, Operador de Máquinas, portador(a) do RG de nº 15835359, inscrito(a) sob o CPF de nº 006.139.141-71, residente e domiciliado na Rua H, Quadra 21, Lote 03, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Argentina Rodrigues De Freitas, Filho(a) de Manoel Venâncio Rodrigues e Miquilina Leite Rodrigues, portador(a) do

RG de nº 04176022, inscrito(a) sob o CPF de nº 622.443.611-87, Beneficiária de Programa Social, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua H, Quadra 21, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Verucia Da Cruz Santana, Filho(a) de Manoel Santana Da Silva e Ana Lucia Da Cruz Magalhães, portador(a) do RG de nº 13335855, inscrito(a) sob o CPF de nº 934.290.961-20, Do Lar, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua H, Quadra 21, Lote 05, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Josefina De Jesus, Filho(a) de João José De Lima e Doralice De Jesus, portador(a) do RG de nº 04831152, inscrito(a) sob o CPF de nº 594.586.901-53, Aposentada, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua H, Quadra 21, Lote 06, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Marinete Pereira Pinto, Filho(a) de Marcionilo Pereira Pinto e Waldiva Tosta, portador(a) do RG de nº 08583234, inscrito(a) sob o CPF de nº 567.189.421-20, Doméstica, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Maria Augusta Generosa Estrela, Quadra 21, Lote 09, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Luzinete Maia De Alencar, Filho(a) de Ronaldo Alencar Moreno e Leonarda Maia Freitas, portador(a) do RG de nº 02148188, inscrito(a) sob o CPF de nº 241.531.091-34, Doméstica, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua G, Quadra 21, Lote 11, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Waldirene De Brito Silva, Filho(a) de Santos Gonçalves Da Silva e Catharina Firmina De Brito, portador(a) do RG de nº 693627, inscrito(a) sob o CPF de nº 997.287.961-53, Desempregada, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua G, Quadra 21, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Elaine Regina Da Silva, Filho(a) de Sebastiao Rubens Da Silva e Iva Santa Da Silva, portador(a) do RG de nº 10346619 SEJUSP/MS, inscrito(a) sob o CPF de nº 559.208.961-91, Manicure, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Saul Gonçalves De Andrade, Autônomo, portador(a) do RG de nº 2861325, inscrito(a) sob o CPF de nº 090.860.480-72, residente e domiciliado na Rua G, Quadra 21, Lote 13, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 14

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Luciane Estevan De Souza, Filho(a) de Sidney Ferreira De Souza e Luci Estevan De Souza, inscrito(a) sob o CPF de nº 015.575.621-48, Autônomo, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua G, Quadra 21, Lote 15, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 16A

ÁREA TOTAL: 159,47 m²

PERÍMETRO: 54,67 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 16B

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Luana Siqueira De Souza, Filho(a) de Manoel De Souza Santos e Lourdes Siqueira De Souza, portador(a) do RG de nº 21472068, inscrito(a) sob o CPF de nº 035.235.321-08, Vendedora, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua G, Quadra 21, Lote 16B, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 205,00 m²

PERÍMETRO: 60,51 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA B LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Suely Natália Da Silva Dutra, Filho(a) de Raimunda Mara Da Silva, inscrito(a) sob o CPF de nº 029.437.371-35, Serviços Gerais, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Everton Dutra, Frentista, inscrito(a) sob o CPF de

nº 987.127.801-20, residente e domiciliado na Rua M, Quadra B, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 203,00 m²

PERÍMETRO: 60,30 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA B LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Aparecida Barbosa Da Silva, Filho(a) de Antônio Barbosa De Souza e Clara Francisca Da Silva, portador(a) do RG de nº 11821442, inscrito(a) sob o CPF de nº 013.812.511-29, Camareira, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua M, Quadra B, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA B LOTE 03

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA B LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Wander Pereira Da Silva, Filho(a) de Valdenor Pereira Da Silva e Ana Marques Da Silva, inscrito(a) sob o CPF de nº 706.223.881-34, Autônomo, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Renata Campos De Paula Da Silva, Autônoma, inscrito(a) sob o CPF de nº 021.840.341-00, residente e domiciliado na Rua M, Quadra B, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 198,00 m²

PERÍMETRO: 59,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA B LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Serio Harumasa Higa, Filho(a) de Seiji Higa e Mitsuko Higa, portador(a) do RG de nº 03816265, inscrito(a) sob o CPF de nº 328.358.841-49, Autônomo, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua M, Quadra B, Lote 05, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA B LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Fernando Santos Sampaio, Filho(a) de Orlando Fernandes Sampaio e Neivacir Maria Dos Santos, portador(a) do RG de nº 17623588 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 736.734.471-49, Engenheiro Eletricista, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Tania De Souza Corrêa Santos, portador(a) do RG de nº 19607601, inscrito(a) sob o CPF de nº 018.071.931-95, residente e domiciliado na Rua M, Quadra B, Lote 06, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA B LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jailson Evangelista De Queiroz, Filho(a) de Deniz Da Silva Evangelista e Maria José De Queiroz, portador(a) do RG de nº 09499610 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 651.692.391-49, Comerciante, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Silvia Regina Da Silva Evangelista, Técnico de Desenvolvimento Infantil, portador(a) do RG de nº 13377051, inscrito(a) sob o CPF de nº 919.750.001-10, residente e domiciliado na Rua M, Quadra B, Lote 07, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA B LOTE 08

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA B LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Helena Delgado, Filho(a) de Emilia Maria Delgado, portador(a) do RG de nº 11683759, inscrito(a) sob o CPF de nº 942.018.971-68, Merendeira, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra B, Lote 09, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA B LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Gilene De Lima Queiroz, Filho(a) de Valdemiro Evaristo De Lima e Francisca Assis De Queiroz, portador(a) do RG de nº 11803606, inscrito(a) sob o CPF de nº 244.826.501-10, Autônomo, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra B, Lote 10, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA B LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Eloise Luiz Teixeira Delgado, Filho(a) de Egidio Luiz Teixeira e Maria Auxiliadora Da Silva Teixeira, portador(a) do RG de nº 15426815 SJ/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 004.325.891-39, Porteira, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com João Augusto Delgado, Auxiliar de Produção, portador(a) do RG de nº 11170760, inscrito(a) sob o CPF de nº 910.031.211-87, residente e domiciliado na Rua L, Quadra B, Lote 11, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 196,00 m²

PERÍMETRO: 59,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA B LOTE 12

ÁREA TOTAL: 204,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA B LOTE 13

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA B LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Núbia Da Silva Peres, Filho(a) de Ariston Silva e Elenita Ribeiro Da Silva, portador(a) do RG de nº 34271228, inscrito(a) sob o CPF de nº 101.949.978-80, Do Lar, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua L, Quadra B, Lote 14, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,02 m²

PERÍMETRO: 59,04 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA C LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Elias Gomes Da Cruz, Filho(a) de Francisca Da Cruz Souza, portador(a) do RG de nº 02320924, inscrito(a) sob o CPF de nº 679.266.657-20, Aposentado, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua N, Quadra C, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 203,00 m²

PERÍMETRO: 60,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA C LOTE 02

ÁREA TOTAL: 203,00 m²

PERÍMETRO: 60,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA C LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rosangela Souza De Jesus, Filho(a) de Divino Souza De Jesus e Cremilda Dos Santos Moraes, portador(a) do RG de nº 22097775, inscrito(a) sob o CPF de nº 029.660.171-39, Autônoma, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua N, Quadra C, Lote 03, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 203,00 m²

PERÍMETRO: 60,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA C LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Walinson Odilon Da Silva, Filho(a) de Adelson Odilon Da Silva e Maura Aparecida Da Silva, portador(a) do RG de nº 21187649, inscrito(a) sob o CPF de nº 048.261.711-02, Torneiro, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua N, Quadra C, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 203,00 m²

PERÍMETRO: 60,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA C LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Josiane Rodrigues Dos Santos, Filho(a) de Severino Jose Dos Santos e Rosimeire Rodrigues Sartori Dos Santos, portador(a) do RG de nº 20388705 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 028.853.321-66, Autônomo, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Raul De Arruda Torres, Promotor de Vendas, portador(a) do RG de nº 18440797, inscrito(a) sob o CPF de nº 018.798.531-67, residente e domiciliado na Rua N, Quadra C, Lote 05, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 203,00 m²

PERÍMETRO: 60,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA C LOTE 06

ÁREA TOTAL: 203,00 m²

PERÍMETRO: 60,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA C LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jéssica Tamara Silva Dos Santos, Filho(a) de Antonio Claret Da Silva e Marizete Almeida Silva, inscrito(a) sob o CPF de nº 033.394.701-03, Assistente de Administração, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Waltair Lopes Dos Santos, inscrito(a) sob o CPF de nº 702.252.811-04, residente e domiciliado na Rua N, Quadra C, Lote 07, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 205,03 m²

PERÍMETRO: 60,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA C LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Do Carmo De Almeida, Filho(a) de Gonçalo Antonio Almeida e Francisca Ponceana De Almeida, portador(a) do RG de nº 11953624, inscrito(a) sob o CPF de nº 005.082.741-33, Cozinheira, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua M, Quadra C, Lote 08, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 204,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA C LOTE 09

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA C LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Aparecida De Assis, Filho(a) de Maria Antonia De Assis, portador(a) do RG de nº 01159313, inscrito(a) sob o CPF de nº 265.986.391-15, Aposentada, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua M, Quadra C, Lote 10, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA C LOTE 11

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA C LOTE 12

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA C LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Sônia Maria De Castro Rodrigues, Filho(a) de Antenor Luiz De Castro e Maria Pereira De Castro, portador(a) do RG de nº 10786279 SJ/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 692.870.741-00, Técnica em Nutrição Escolar, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Sandoval Rodrigues Fernandes, Comerciante, portador(a) do RG de nº 05289890, inscrito(a) sob o CPF de nº 452.691.301-49, residente e domiciliado na Rua M, Quadra C, Lote 13, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA C LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Viviane Pereira Da Silva, Filho(a) de Gonçalo Santiago Da Silva e Nilda Pereira Da Silva, portador(a) do RG de nº 20309961, inscrito(a) sob o CPF de nº 032.000.711-17, Autônomo, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua M, Quadra C, Lote 14, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA D LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Claudia Cristina Da Silva, Filho(a) de Abiano Antonio Da Silva e Alzira Da Costa Silva, portador(a) do RG de nº 16176170, inscrito(a) sob o CPF de nº 025.789.701-14, Pescadora Artesanal, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua O, Quadra D, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 199,37 m²

PERÍMETRO: 59,43 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA D LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Danielle Silva De Oliveira, Filho(a) de Moacir Izidoro De Oliveira e Eluiza Pedrosa Silva Oliveira, portador(a) do RG de nº 16195370 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 009.031.311-96, Auxiliar Administrativo, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Jacilmar Rodrigues De Moraes Junior, Motorista, portador(a) do RG de nº 13366998, inscrito(a) sob o CPF de nº 706.452.991-20, residente e domiciliado na Rua O, Quadra D, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 201,00 m²

PERÍMETRO: 60,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA D LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Valdiene Thayane De Oliveira Costa Fernandes, Filho(a) de Valdir Neves Da Costa e Neiva Maria De Oliveira, inscrito(a) sob o CPF de nº 069.638.331-41, Técnico Administrativo Educacional, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial Bens, com Mizael Albino Fernandes Silva, inscrito(a) sob o CPF de nº 057.039.311-69, residente e domiciliado na Rua O, Quadra D, Lote 03, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA D LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Fabia Regina Barbosa, Filho(a) de Maria Aparecida Barbosa Da Silva, portador(a) do RG de nº 12679330, inscrito(a) sob o CPF de nº 700.838.001-15, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua O, Quadra D, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA D LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lucineide Pereira Pessoa, Filho(a) de Luiz Pessoa e Ivonete Maria Pereira Pessoa, portador(a) do RG de nº 14554623, inscrito(a) sob o CPF de nº 973.724.711-68, Babá, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua O, Quadra D, Lote 05, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA D LOTE 06

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA D LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Terezinha Da Costa, Filho(a) de José Matias Da Costa e Antonia Gregoria Da Silva, portador(a) do RG de nº 02337118, inscrito(a) sob o CPF de nº 161.528.671-34, Aposentada, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua O, Quadra D, Lote 07, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA D LOTE 08

ÁREA TOTAL: 201,00 m²

PERÍMETRO: 60,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA D LOTE 09

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA D LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Márcia Roth da Silva, Filho(a) de Ernesto Langes da Silva e Romilda Roth da Silva, portador(a) do RG de nº 35354925, inscrito(a) sob o CPF de nº 926.639.660-53, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Oliva Enciso, Quadra D, Lote 10, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,50 m²

PERÍMETRO: 60,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA D LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Luiz César De Souza Solano, Filho(a) de Lenir De Souza Solano, inscrito(a) sob o CPF de nº 692.938.991-91, Auxiliar de Carregamento, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua R, Quadra D, Lote 11, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,50 m²

PERÍMETRO: 60,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA D LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Susana Rodrigues Oliveira, Filho(a) de João Rodrigues Joças e Rita Antunia Rodrigues, portador(a) do RG de nº 20909632, inscrito(a) sob o CPF de nº 856.300.982-68, Doméstica, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Oliva Enciso, Quadra D, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,50 m²

PERÍMETRO: 60,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA D LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Evanildes Ana Da Silva Souza, Filho(a) de Maria Ana Da Silva, portador(a) do RG de nº 02148447 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 052.430.681-87, Aposentada, Casado(a) não convivente em União Estável, Separação Obrigatória de Bens, com Bernardo Santana Nunes De Souza, Aposentado, portador(a) do RG de nº

08481830, inscrito(a) sob o CPF de nº 002.398.591-70, residente e domiciliado na Rua N, Quadra D, Lote 13, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,50 m²

PERÍMETRO: 60,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA D LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Antonio Mamedes Da Silva, Filho(a) de Benedito José Da Silva e Angelina Inocencia Da Silva, portador(a) do RG de nº 04627822 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 099.384.834-61, Autônomo, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Vanda Felix De Souza Silva, Copeira, portador(a) do RG de nº 10514040, inscrito(a) sob o CPF de nº 950.053.071-68, residente e domiciliado na Rua N, Quadra D, Lote 14, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 201,18 m²

PERÍMETRO: 59,66 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA E LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Alessandra Pereira Pessoa, Filho(a) de Luiz Pessoa e Ivonete Maria Pereira Pessoa, portador(a) do RG de nº 15790428, inscrito(a) sob o CPF de nº 006.905.411-80, Comerciante, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua P, Quadra E, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 203,99 m²

PERÍMETRO: 60,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA E LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rute Oliveira Barros, Filho(a) de Ernesto Manso De Oliveira e Luzia Estel De Oliveira, portador(a) do RG de nº 10959785 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 008.230.681-88, Do Lar, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Manoel Benedito Barros, portador(a) do RG de nº 10722971, inscrito(a) sob o CPF de nº 797.361.811-20, residente e domiciliado na Rua P, Quadra E, Lote 02, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA E LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Elizete Galdino Da Silva Duarte, Filho(a) de Antonio Galdino Da Silva e Maria Do Carmo Da Silva, portador(a) do RG de nº 18882293 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 020.511.601-98, Do Lar, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Rubens Ribeiro Duarte, Autônomo, portador(a) do RG de nº 04458885, inscrito(a) sob o CPF de nº 411.346.301-82, residente e domiciliado na Rua P, Quadra E, Lote 03, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA E LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Gisele Prado Ferreira Dos Santos, Filho(a) de Esmeraldo Gonçalves Ferreira e Sebastiana Prado Ferreira, portador(a) do RG de nº 15344533 SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 002.666.771-18, Auxiliar de Laboratório, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Lindomar Dos Santos Julio, portador(a) do RG de nº 09733949, inscrito(a) sob o CPF de nº 570. 387.241-34, residente e domiciliado na Rua P, Quadra E, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA E LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Regiane Patricia De Arruda E Souza Pinto, Filho(a) de Eva De Arruda E Souza, portador(a) do RG de nº 16334647 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 022.017.251-01, Técnica em Segurança, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Valdeir Carlos Pinto, Serralheiro, portador(a) do RG de nº 16648897, inscrito(a) sob o CPF de nº 011.792.151-33, residente e domiciliado na Rua P, Quadra E, Lote 05, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,00 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA E LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Antonia Maria Da Conceição Silva, Filho(a) de Cicero Paulo Bezerra Silva e Hortelina Maria Da Conceição, portador(a) do RG de nº 07566867 SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 513.709. 481-15, Beneficiário de Programa Social, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão de Bens, com Raimundo Leite Da Silva, Beneficiário de Programa Social, portador(a) do RG de nº 08309590, inscrito(a) sob o CPF de nº 544.890.081-04, residente e domiciliado na Rua P, Quadra E, Lote 06, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 198,97 m²

PERÍMETRO: 60,10 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA E LOTE 07

ÁREA TOTAL: 203,52 m²

PERÍMETRO: 60,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA E LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Aparecida Da Silva, Filho(a) de Helêno Marcolino Da Silva e Arlinda Rodrigues Da Silva, portador(a) do RG de nº 29527570, inscrito(a) sob o CPF de nº 614.160.534-68, Aposentada, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua O, Quadra E, Lote 08, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 203,22 m²

PERÍMETRO: 60,27 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA E LOTE 09

ÁREA TOTAL: 203,00 m²

PERÍMETRO: 60,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA E LOTE 10

ÁREA TOTAL: 203,00 m²

PERÍMETRO: 60,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA E LOTE 11

ÁREA TOTAL: 206,53 m²

PERÍMETRO: 61,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA E LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rubia Faria Rodrigues Dos Reis, Filho(a) de Duplanil Vicente Rodrigues e Shirley Faria Rodrigues, portador(a) do RG de nº 10212574 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 885.349.101-97, Atendente de Loja, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Wagner Cavalcante Dos Reis, portador(a) do RG de nº 12704628, inscrito(a) sob o CPF de nº 700.988.321-15, residente e domiciliado na Rua O, Quadra E, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 202,49 m²

PERÍMETRO: 60,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA E LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Marcia Silvério de Oliveira, Filho(a) de Dorival Carlos De Oliveira e Terezinha Silvério De Oliveira, portador(a) do RG de nº 13621050, inscrito(a) sob o CPF de nº 910.280.351-87, Do Lar, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua O, Quadra E, Lote 13, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 201,47 m²

PERÍMETRO: 60,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA E LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jackeline De Lima E Silva, Filho(a) de Divino Leite Da Silva e Maria Socorro De Lima E Silva, portador(a) do RG de nº 15843823 SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 006.852.801-95, Do Lar, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Bruno Rodrigo Uruguai De Almeida, Mecânico, portador(a) do RG de nº 21483795, inscrito(a) sob o CPF de nº 036.602.051-09, residente e domiciliado na Rua O, Quadra E, Lote 14, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 206,04 m²

PERÍMETRO: 60,64 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA F LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Alessandra Pereira Pessoa, Filho(a) de Luiz Pessoa e Ivonete Maria Pereira Pessoa, portador(a) do RG de nº 15790428, inscrito(a) sob o CPF de nº 006.905.411-80, Comerciante, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Q, Quadra F, Lote 01, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 201,00 m²

PERÍMETRO: 60,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA F LOTE 02

ÁREA TOTAL: 202,50 m²

PERÍMETRO: 60,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA F LOTE 03

ÁREA TOTAL: 202,50 m²

PERÍMETRO: 60,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA F LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: João Carlos da Silva, Filho(a) de EMIDIO JOSE DA SILVA e MARIA CELIA DE LIMA E SILVA, portador(a) do RG de nº 11774290, inscrito(a) sob o CPF de nº 886.571.161-20, Pensionista, Viúvo(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Maria Pedrosa de Miranda, Quadra F, Lote 03B, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 201,00 m²

PERÍMETRO: 60,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA F LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Luciana Izabel Dos Santos, Filho(a) de Ademar Jose Dos Santos e Francisca Izabel Dos Santos, portador(a) do RG de nº 16503473, inscrito(a) sob o CPF de nº 879.100.981-20, Auxiliar de Cozinha, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Q, Quadra F, Lote 04, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA F LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Nely Maria Da Silva, Filho(a) de Arlindo Alves Da Silva e Nilza Alves Da Costa, portador(a) do RG de nº 02520818, inscrito(a) sob o CPF de nº 304.058.071-04, Beneficiária de Programa Social, Divorciado(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Q, Quadra F, Lote 05, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA F LOTE 07

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA F LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Mayara Da Costa Souza Pereira, Filho(a) de Carlito Souza e Sonia Regina Da Costa, portador(a) do RG de nº 20441231 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 028.563.381-35, Do Lar, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Josmair Fernandes Pereira, Pedreiro, portador(a) do RG de nº 15145158, inscrito(a) sob o CPF de nº 003.229.851-02, residente e domiciliado na Rua P, Quadra F, Lote 07, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA F LOTE 09

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA F LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Fernandes Proença De Arruda, Filho(a) de Francisco Catarino De Arruda e Angela Regina Proença De Arruda, portador(a) do RG de nº 10787950 SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 003.011.961-84, Agente de Segurança, Casado(a) não convivente em União Estável, Comunhão Parcial de Bens, com Cristiane Weber De Arruda, Professora, portador(a) do RG de nº 19561768, inscrito(a) sob o CPF de nº 824.455.240-91, residente e domiciliado na Rua P, Quadra F, Lote 09, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 200,00 m²

PERÍMETRO: 60,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA F LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Marcela Katiucha Moura De Souza, Filho(a) de Carlos Calixto De Souza e Maria Moura De Souza, portador(a) do RG de nº 16778022 MTE/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 012.307.611-01, Do Lar, União Estável em União Estável, União Estável, com Robson Ribeiro Da Silva, Autônomo, portador(a) do RG de nº 69442, inscrito(a) sob o CPF de nº 032.376.001-56, residente e domiciliado na Rua P, Quadra F, Lote 10, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 199,00 m²

PERÍMETRO: 59,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA F LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jucely Rodrigues Da Silva, Filho(a) de Heleno Manoel Da Silva e Maria De Lurde Rodrigues Da Silva, portador(a) do RG de nº 16167538, inscrito(a) sob o CPF de nº 009.205.081-62, Autônoma, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua P, Quadra F, Lote 11, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 197,50 m²

PERÍMETRO: 59,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA F LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lindaura Miranda Da Silva, Filho(a) de Osvaldo Lusso Da Silva e Maria Martins De Miranda, portador(a) do RG de nº 15584348, inscrito(a) sob o CPF de nº 010.955.071-41, Monitora, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua P, Quadra F, Lote 12, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 197,50 m²

PERÍMETRO: 59,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA F LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Alessandra Pereira Pessoa, Filho(a) de Luiz Pessoa e Ivonete Maria Pereira Pessoa, portador(a) do RG de nº 15790428, inscrito(a) sob o CPF de nº 006.905.411-80, Comerciante, Solteiro(a) não convivente em União Estável, residente e domiciliado na Rua Elmaz Gattaz Monteiro, Quadra F, Lote 14, Residencial 08 de Março, no Município de Várzea Grande.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 198,76 m²

PERÍMETRO: 59,39 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA G - EQUIPAMENTO PÚBLICO 04

ÁREA TOTAL: 7.426,18 m²

PERÍMETRO: 405,15 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA H - EQUIPAMENTO PÚBLICO 03

ÁREA TOTAL: 492,86 m²

PERÍMETRO: 94,79 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA I - EQUIPAMENTO PÚBLICO 02

ÁREA TOTAL: 1.606,31 m²

PERÍMETRO: 183,58 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA J - EQUIPAMENTO PÚBLICO 01

ÁREA TOTAL: 993,92 m²

PERÍMETRO: 188,20 m

A descrição do perímetro e as confrontações, das unidades imobiliárias acima, estão nos memoriais descritivos anexo à esta Certidão de Regularização Fundiária.

XI – LISTAGEM DOS OCUPANTES E MODALIDADE INDIVIDUAL:

Quadra	Lote	Nome do Beneficiário	CPF do Beneficiário	Modalidade
1	2	Betania Justino Da Silva	409.515.452-72	REURB-S
2	1	Patrick De Souza Ramos	067.606.671-23	REURB-S
2	4	Marli Criado Martins	239.508.979-68	REURB-S
2	5	Joricelma Catarina Da Silva	017.606.871-62	REURB-S
2	6	Sandra Ferreira Da Mata	627.494.551-20	REURB-S
2	7	Maria José Da Silva	483.739.661-53	REURB-S
2	8	Katiucha Kiss Da Silva Pereira	024.461.681-75	REURB-S
2	10	Marilene Vieira Da Cruz Martins	001.103.971-00	REURB-S
2	12	Eronide Barbosa Da Silva Siqueira	013.033.951-26	REURB-S
2	15	Edinar Honória Da Silva	568.029.351-04	REURB-S
3	1	Assis Batista Da Silva	207.451.681-91	REURB-S
3	2	Claudio Filho Cardoso Félix	621.920.861-72	REURB-S
3	3	Ana Maria Da Costa Coutinho	927.773.841-34	REURB-S
3	4	Neusa Santos Souza	030.209.041-02	REURB-S
3	6	Valdiney Rodrigues De Almeida	884.496.101-68	REURB-S
3	7	Elisabeth Sousa Cunha	016.663.931-18	REURB-S
3	8	Josiane Benedita De Souza	837.386.141-68	REURB-S
3	9	Leia De Souza Hora Lopes	650.615.009-20	REURB-S
3	11	Sônia Maria Basechnich	545.293.601-72	REURB-S
3	15	Conceição Aparecida Brandão	503.408.321-34	REURB-S
3	16	Celia Maria Do Nascimento	458.769.911-04	REURB-E
3	19	Lucélia Das Reis	854.524.751-68	REURB-S
4	2	Walkiria Rosa Coelho Da Silva	868.098.571-68	REURB-S
4	4	Ana Patricia Barbosa De Souza	459.496.114-20	REURB-S
4	6	Marilene Vieira Da Cruz Martins	001.103.971-00	REURB-E
4	7	Jasmira Rodrigues De Paula	888.642.351-91	REURB-S
4	8	Luzia Gonçalves Da Cruz	620.966.991-34	REURB-S
4	9	Bernadete Pinto De Arruda	327.538.021-49	REURB-S
5	2	Adelina Vieira Dias	171.926.171-72	REURB-S
5	3	Ana Marques De Almeida	451.951.291-34	REURB-S
5	7	Rony Van Jesus Da Silva	487.328.851-72	REURB-S
5	9	Claudilene De Souza Ossinaga Alencar	970.219.701-53	REURB-S
5	13	Rosileide Silva Farias	022.555.091-13	REURB-S
5	14	Ednaldo Muniz Silva	525.110.575-49	REURB-S
5	17	Emylaine Letícia Costa Cunha Lopes	054.480.271-30	REURB-E
5	19	Josilane Da Costa	007.959.991-51	REURB-S
5	20	Florisval Barbosa Da Silva	758.682.704-44	REURB-S
6	2	Laudia Aparecida Do Nascimento	535.659.401-15	REURB-S

6	3	Solange Da Silva	691.130.331-15	REURB-S
6	5	Marta De Oliveira Silva	652.049.051-20	REURB-S
6	6	Francisco Wellington Bezerra	347.166.373-87	REURB-S
6	12	Alberto Schwarz	143.045.621-34	REURB-S
6	14	Patrícia De Barros Pires De Miranda	025.377.181-19	REURB-S
6	15	Silvana Luciana Da Silva Schaedler	036.119.781-08	REURB-S
6	18	Emilia Palmyra Da Silva	629.433.831-04	REURB-S
6	19	Maria Alves De Almeida	028.225.581-83	REURB-S
7	2	Lurdes De Souza	924.665.671-72	REURB-S
7	4	Luzia Maria Da Silva	594.295.261-20	REURB-E
7	7	Ana Rodrigues De Souza	034.172.311-83	REURB-S
7	8	Lucina Parva Das Dores	737.930.001-68	REURB-S
7	9	Aparecida Benedita De Lara Silva	025.185.841-37	REURB-S
8	1	Edelson Amorim Gonçalves	655.399.071-91	REURB-S
8	2	Maria Da Silva Dabien	568.033.701-00	REURB-E
8	3	Lourdes Maria De Campos	503.121.201-25	REURB-S
8	4	Neociney Ferreira Da Silva	632.725.981-20	REURB-S
8	5	Etiane Maria Santiago Brasil Albuquerque	008.554.171-02	REURB-S
8	8	Cleodete Angela Da Silva	850.651.961-68	REURB-S
8	10	Wilson Pereira Da Luz	570.848.821-20	REURB-S
8	11	Zanata Ferreira Brito	538.133.751-53	REURB-S
8	12	Margarida Braga Moura	630.740.281-49	REURB-S
8	13	Greidson Da Silva Moraes	621.313.201-59	REURB-E
8	15	Adriane Rodrigues Ribeiro	059.504.711-48	REURB-S
8	17	Lucinda Dos Santos	452.636.471-15	REURB-S
9	1	Regina Geroncia Almeida Mendes	855.542.191-87	REURB-S
9	2	Karina Braga Muniz Dos Anjos	031.534.821-60	REURB-S
9	3	Kelly Leal Assis De Souza	042.393.496-13	REURB-E
9	4	Ozeleide Rodrigues Dos Santos Lopes Garcia	022.550.621-19	REURB-S
9	5	Maria Rosa Chagas	015.684.031-60	REURB-S
9	7	Ninfa Maria De Oliveira	615.490.881-49	REURB-S
9	9	Eliza Maria Bispo Medeiros Santana	690.895.901-53	REURB-S
9	10	Maria Das Graças Silva	535.622.751-53	REURB-S
9	11	Ozeias Rodrigues Da Silva	947.779.501-15	REURB-S
9	13	Bento Ferreira Da Silva	141.424.141-00	REURB-E
9	14	Marlene Gabriel Dias	429.045.871-87	REURB-S
9	15	Manoel Ferreira De Souza	178.075.301-20	REURB-S
9	16	Claudia Cristina De Souza Tapajoz Freitas	044.221.681-50	REURB-E
B	1	Suely Natália Da Silva Dutra	029.437.371-35	REURB-S
B	2	Maria Aparecida Barbosa Da Silva	013.812.511-29	REURB-S
B	4	Wander Pereira Da Silva	706.223.881-34	REURB-E
B	5	Serio Harumasa Higa	328.358.841-49	REURB-S
B	6	Fernando Santos Sampaio	736.734.471-49	REURB-S
B	7	Jailson Evangelista De Queiroz	651.692.391-49	REURB-E
B	9	Maria Helena Delgado	942.018.971-68	REURB-S
B	10	Gilene De Lima Queiroz	244.826.501-10	REURB-S
B	11	Eloise Luiz Teixeira Delgado	004.325.891-39	REURB-S
B	14	Núbia Da Silva Peres	101.949.978-80	REURB-S
C	1	Elias Gomes Da Cruz	679.266.657-20	REURB-S
C	3	Rosangela Souza De Jesus	029.660.171-39	REURB-S
C	4	Walinson Odilon Da Silva	048.261.711-02	REURB-S
C	5	Josiane Rodrigues Dos Santos	028.853.321-66	REURB-S
C	7	Jéssica Tamara Silva Dos Santos	033.394.701-03	REURB-E
C	8	Maria Do Carmo De Almeida	005.082.741-33	REURB-S
C	10	Maria Aparecida De Assis	265.986.391-15	REURB-S
C	13	Sônia Maria De Castro Rodrigues	692.870.741-00	REURB-S
C	14	Viviane Pereira Da Silva	032.000.711-17	REURB-S
D	1	Claudia Cristina Da Silva	025.789.701-14	REURB-S
D	2	Danielle Silva De Oliveira	009.031.311-96	REURB-S
D	3	Valdiene Thayane De Oliveira Costa Fernandes	069.638.331-41	REURB-S
D	4	Fabia Regina Barbosa	700.838.001-15	REURB-S
D	5	Lucineide Pereira Pessoa	973.724.711-68	REURB-S
D	7	Terezinha Da Costa	161.528.671-34	REURB-E
D	10	Márcia Roth da Silva	926.639.660-53	REURB-S
D	11	Luiz César De Souza Solano	692.938.991-91	REURB-S
D	12	Susana Rodrigues Oliveira	856.300.982-68	REURB-S
D	13	Evanildes Ana Da Silva Souza	052.430.681-87	REURB-S
D	14	Antonio Mamedes Da Silva	099.384.834-61	REURB-S
E	1	Alessandra Pereira Pessoa	006.905.411-80	REURB-E
E	2	Rute Oliveira Barros	008.230.681-88	REURB-S
E	3	Elizete Galdino Da Silva Duarte	020.511.601-98	REURB-E
E	4	Gisele Prado Ferreira Dos Santos	002.666.771-18	REURB-S
E	5	Regiane Patricia De Arruda E Souza Pinto	022.017.251-01	REURB-S
E	6	Antonia Maria Da Conceição Silva	513.709.481-15	REURB-E
E	8	Maria Aparecida Da Silva	614.160.534-68	REURB-S
E	12	Rubia Faria Rodrigues Dos Reis	885.349.101-97	REURB-S
E	13	Marcia Silvério de Oliveira	910.280.351-87	REURB-S
E	14	Jackeline De Lima E Silva	006.852.801-95	REURB-S
F	1	Alessandra Pereira Pessoa	006.905.411-80	REURB-S
F	4	João Carlos da Silva	886.571.161-20	REURB-S
F	5	Luciana Izabel Dos Santos	879.100.981-20	REURB-S
F	6	Nely Maria Da Silva	304.058.071-04	REURB-S
F	8	Mayara Da Costa Souza Pereira	028.563.381-35	REURB-S
F	10	Fernandes Proença De Arruda	003.011.961-84	REURB-S
F	11	Marcela Katiucha Moura De Souza	012.307.611-01	REURB-S
F	12	Jucely Rodrigues Da Silva	009.205.081-62	REURB-S
F	13	Lindaura Miranda Da Silva	010.955.071-41	REURB-S
F	14	Alessandra Pereira Pessoa	006.905.411-80	REURB-E

10	1	Paulo Nicolau Pires Da Silva	460.055.521-04	REURB-S
10	2	Zildete Marques De Oliveira	655.106.401-97	REURB-S
10	3	Aparecida De Jesus Rosa Da Silva	828.067.306-78	REURB-S
10	4	Eduardo De Menezes Butakka	361.629.491-68	REURB-S
10	5	Jurandir Marques Bento	103.331.771-34	REURB-S
10	9	Luzenil Antonia Da Silva	002.279.161-23	REURB-S
10	10	Cejane Gomes Pereira Santiago	852.798.621-34	REURB-S
10	11	Rosaria Aristina Rodrigues	655.378.821-91	REURB-S
10	12	Creuziene Ferreira Da Silva Rodrigues Da Silva	039.074.351-84	REURB-S
10	13	Edvaldo Alves	595.081.831-87	REURB-S
10	14	Lucélia Silva Teixeira	021.963.301-08	REURB-S
10	15	Roseli De Paula Teixeira Araujo	024.117.801-09	REURB-S
10	16	Jeferson De Oliveira Ferreira	029.552.711-01	REURB-S
10	18	Maria Guilherme Corrêa	161.811.741-68	REURB-S
10	19	Vera Lucia Martins Pereira	345.860.241-00	REURB-S
11	1	Juliana Felícia Martins	016.692.941-70	REURB-S
11	2	Erika Daiane Matos Batista Pereira	033.629.861-70	REURB-E
11	3	Aline Dias De Sousa	062.119.201-56	REURB-S
11	4	Andréa Silvana Dos Santos Brasil	743.072.821-91	REURB-S
11	6	Maria Aparecida Da Silva Arruda	207.696.951-91	REURB-S
11	7	Maria Valdeci Lopes Da Silva	027.030.021-06	REURB-S
11	8	Benedito Sebastião De Carvalho Neto	829.127.851-20	REURB-S
11	12	Cristiane Domingas De Souza	010.584.821-22	REURB-S
11	14	Jéssica Tamara Silva Dos Santos	033.394.701-03	REURB-E
11	15	Rosália Gomes Da Silva Machado	023.018.961-02	REURB-S
11	16	Rosilda Maria Dos Prazeres Brites	420.467.772-04	REURB-S
11	17	Ana Celia Oliveira Da Silva	785.022.411-68	REURB-S
11	18	Wanderley Pascoal Da Silva	000.768.926-89	REURB-S
11	19	Lecy Taborda Locatelli	523.016.991-53	REURB-S
11	20	Jéssica Souza Silva	021.326.341-65	REURB-S
12	1	Janine Aparecida Rodrigues	631.860.631-91	REURB-S
12	2	Laura Cristina Ferreira Da Silva	688.814.521-20	REURB-S
12	4	Norma Adriana Gado	022.608.611-99	REURB-S
12	10	Valéria Da Costa Cruz	019.632.341-03	REURB-S
12	11	Ivo José De Almeida	654.312.271-49	REURB-S
12	12	Edelson José De Souza	650.516.531-20	REURB-S
12	13	Eduardo Izidoro De Oliveira	288.434.011-49	REURB-S
12	14	Mauriza Correa De Lima	632.862.891-91	REURB-S
12	15	Mateus Silva Nogueira	963.534.061-34	REURB-S
12	18	Francisco Duarte Gomes	156.876.001-91	REURB-S
12	19	Douglas Dos Santos Ajala	051.387.761-42	REURB-S
13	3	Joceleiy De Souza Silva	002.834.761-76	REURB-S
13	4	Maria Antonia Da Silva	161.884.381-87	REURB-S
13	5	Lina Maria Barros	018.152.681-66	REURB-S
13	7	Sandra Auxiliadora Pereira Batista	531.418.731-00	REURB-E
13	10	Benedita Kenia De Alcantara	009.322.541-52	REURB-S
13	12	Zulkelly Jesus Batista	010.645.661-03	REURB-S
13	13	Clarice Celina Dias da Costa	502.291.331-34	REURB-S
13	14	Dulcimara Dos Santos Pereira	059.732.211-21	REURB-S
13	15	Luzia Braz De Oliveira	107.672.311-04	REURB-S
13	16	Joelma Auxiliadora Ferreira Ramos De Arruda	938.040.161-20	REURB-S
13	17	Pedro Arlindo Da Silva Siqueira	797.446.211-68	REURB-S
13	18	Francielto Lopes Da Silva	063.505.111-74	REURB-S
13	19	Doralice Elenil da Silva	570.708.491-68	REURB-S
14	1	Lucinete Auxiliadora Ramos De Souza	008.535.031-17	REURB-S
14	2	Vera Maria Pletsch	514.328.111-34	REURB-S
14	5	Márcia Cristina Dos Santos	005.014.711-03	REURB-S
14	6	Josinane Dias Da Silva Oliveira	853.477.521-49	REURB-S
14	8	Flavia Palmena Ferreira De Souza	933.167.981-53	REURB-S
14	10	Zoraide Rosa Da Silva	909.162.551-15	REURB-S
14	11	Rozi Aparecida Martins	784.915.841-53	REURB-S
14	12	Dania Cris Paes Nolasco	697.705.141-87	REURB-S
14	13	Sonia Mandacari Tosta	433.047.961-34	REURB-S
14	15	Giselly Pereira Lima	010.107.261-96	REURB-S
14	16	Aristina Da Silva Lara	298.545.711-49	REURB-E
14	17	Zorlene Ilda De Arruda Rocha	567.874.641-34	REURB-S
14	18	Jailson Evangelista De Queiroz	651.692.391-49	REURB-S
14	20	Rosely Imiani Lima	011.808.411-90	REURB-S
15	1	Ana Maria Coelho Da Fonseca Barbosa	485.775.702-82	REURB-S
15	2	Darcy Gonçalves Lacerda	042.599.908-45	REURB-S
15	3	Lucimar Barros De Souza	719.859.131-00	REURB-S
15	4	Edilzete Marcia Da Silva	318.226.618-70	REURB-S
15	6	Fernanda Oliveira Da Cruz	927.307.791-91	REURB-S
15	8	Felipa De Figueiredo	915.435.251-72	REURB-S
15	10	Maria Aparecida Da Costa	828.369.811-72	REURB-S
15	11	Lucas Benedito De Campos	314.058.601-97	REURB-S
15	12	Edjane Rodrigues Da Silva	311.170.405-00	REURB-S
15	13	Vivya Izabella Ferreira Ventura	059.261.701-76	REURB-S
15	15	Gonçalina Ferreira Mendes Da Cruz	241.268.531-20	REURB-S
15	16	Romilda Alves Da Silva	629.553.301-91	REURB-S
15	18	Richter Felipe Silva Fixina	040.089.131-06	REURB-S
15	19	Victória Curvo Ormond Melo	055.896.771-06	REURB-S
15	20	Daniele Pinho de Almeida	018.591.601-58	REURB-S
16	1	Terezinha Leite Da Silva	916.997.701-15	REURB-S
16	2	Rose Kelly Ramos Nelson	011.934.681-83	REURB-S
16	3	Edna Ferreira Da Silva Camargo	570.186.931-87	REURB-S
16	6	Marcia Rodrigues Carneiro	804.937.501-34	REURB-S
16	7	Inez Castro Do Nascimento	109.262.591-72	REURB-S

16	8	Gonçalo Marcos Brandão De Araujo	946.077.701-59	REURB-S
16	9	Yldebrandes Rodrigues De Oliveira	474.267.131-72	REURB-S
16	10	Silva Regina Da Silva Evangelista	919.750.001-10	REURB-S
16	11	Joana Nunes Da Silva	503.113.281-72	REURB-S
16	13	Lucivalda Maria De Souza Barbosa	819.788.711-04	REURB-S
16	14	Beatriz Joaci Martins	435.462.771-04	REURB-S
16	15	Edson Dos Santos E Silva	033.106.321-21	REURB-S
16	16	Gonçalina Maria Da Silva	594.787.301-00	REURB-S
16	18	Maria Luzia Da Silva	011.661.101-41	REURB-S
16	19	Rosalice Da Silva Brandao	904.970.401-82	REURB-S
16	20	Seleni Guardiano De Carvalho	825.132.101-82	REURB-E
17	1	Adriana Nascimento Soares	015.710.691-86	REURB-S
17	2	Juliana Venancio Da Silva	689.443.731-91	REURB-S
17	4	Ivonete Severino Dos Reis Santos	474.810.481-34	REURB-S
17	5	Reginete Conceição Alves Cunha	377.962.671-34	REURB-S
17	6	Lina Roza Castro Lopes	754.305.763-87	REURB-S
17	8	María Aparecida Da Cruz	770.918.331-04	REURB-S
17	9	Maria De Lourdes Ramos Ferreira	432.559.061-72	REURB-S
17	11	Adelia Aleixo Barbosa	707.591.541-04	REURB-S
17	12	Antônio Fernandes Vieira	299.562.501-04	REURB-S
17	13	Gisela Dias De Souza	826.379.461-72	REURB-S
17	15	Lesly Griggi Moreira	029.413.281-30	REURB-S
17	16	Benilce Joacy Da Silva	003.059.111-20	REURB-S
17	17	Silvio Moraes Costa	497.044.941-49	REURB-S
17	18	Adileuza De Jesus Da Guia	701.120.701-59	REURB-S
17	19	Isabel Cristina Fernandes Pisaia	927.952.001-63	REURB-S
17	20	Edmilson Edson E Silva	514.005.701-82	REURB-S
18	1	Andriely Poliane Soares	064.454.711-10	REURB-S
18	2	Irene Nunes De Moura	013.758.711-29	REURB-E
18	3	Elias Moreira Cardoso	537.453.451-34	REURB-S
18	4	Sandra Cristina De Brito Silva	034.253.771-75	REURB-S
18	9	Marly Feliciano Coutinho	536.601.881-15	REURB-S
18	10	Karla Godoi Mendes	976.035.461-68	REURB-S
18	11	Vanderlei De Almeida	580.981.511-15	REURB-E
18	12	Lidiane Custodio Jorge	918.253.341-53	REURB-S
18	14	Marlene Nunes De Sousa	830.299.231-34	REURB-S
18	15	Adriana Pereira Vieira Da Silva	011.934.581-10	REURB-S
18	16	Douglas Ferraz Do Nascimento	003.569.261-84	REURB-S
19	1	Jucinéia Márcia Silva Corrêa	621.693.601-82	REURB-E
19	2	Ellen Graziele Romero Pereira De Almeida	008.571.631-67	REURB-S
19	5	Jenyffer Fernanda Silva Castro	050.134.351-29	REURB-S
19	6	Rubesmar Balbino Da Silva	458.436.351-04	REURB-S
19	7	Elizabete Teresa Rondon Pereira De Moraes	706.066.331-20	REURB-S
19	8	Ludemila Marques De Almeida	460.041.221-49	REURB-S
19	10	Elizangela Do Espirito Santo Aguiar	017.959.811-21	REURB-S
19	11	Francielle Catarina Da Silva Duarte	022.447.471-58	REURB-S
19	12	Josiane Moreira De Pinho	033.908.491-06	REURB-S
19	13	Gonçalo Batista De Souza	955.692.601-10	REURB-E
19	14	Elizabeth Sarate De Campos	020.198.861-54	REURB-S
19	15	Jeziely Ferreira Da Silva	007.857.701-27	REURB-S
19	16	Rosa Soares De Oliveira	284.610.701-78	REURB-E
20	2	Laura Aparecida Marques Moreira Dos Santos	024.221.811-39	REURB-S
20	3	Araci De Fátima Gonçalves Da Cruz	633.862.089-91	REURB-S
20	4	Jane Ribeiro de Moura	013.892.571-26	REURB-S
20	5	Adriana Aparecida Da Silva	877.237.601-59	REURB-S
20	6	Vera Lucia Pereira De Moraes Souza	694.383.661-72	REURB-S
20	9	Geruza Rosa da Silva	320.138.929-34	REURB-S
20	11	Creuza Maria De Arruda	531.288.421-91	REURB-S
20	12	Helena Ágda da Silva	985.339.081-72	REURB-S
20	13	Zelia Ana Cunha	965.732.441-68	REURB-S
20	15	Thais Alves Granado	060.083.731-97	REURB-S
20	16	Clara Olinda De Figueiredo Dantas	395.886.291-87	REURB-S
21	2	Josiana Siqueira De Souza Jorge	011.607.551-16	REURB-S
21	3	Aparecida Francisca Da Silva Rodrigues	011.321.031-00	REURB-S
21	4	Argentina Rodrigues De Freitas	622.443.611-87	REURB-S
21	5	Verucia Da Cruz Santana	934.290.961-20	REURB-S
21	6	Josefina De Jesus	594.586.901-53	REURB-S
21	9	Marinete Pereira Pinto	567.189.421-20	REURB-S
21	11	Luzinete Maia De Alencar	241.531.091-34	REURB-S
21	12	Waldirene De Brito Silva	997.287.961-53	REURB-S
21	13	Elaine Regina Da Silva	559.208.961-91	REURB-S
21	15	Luciane Estevan De Souza	015.575.621-48	REURB-S
21	16B	Luana Siqueira De Souza	035.235.321-08	REURB-S

Aos beneficiários classificados na modalidade “REURB-S”, as titulações serão outorgadas, em ato único mediante o registro da CRF (arts. 11, inciso V, 23, §5° e 41, VI da Lei Federal n. 13.465/2017);

Aos beneficiários classificados na modalidade REURB-E, o registro da transferência de direitos reais, ficará sobrestado até emissão do título de legitimação fundiária urbana individualizado, que será apresentado para registro, sob responsabilidade do beneficiário, além das custas e emolumentos devidos ao Cartório Registrador competente.

XII – DOS LOTES EXCLUÍDOS DA LISTAGEM:

Lotes ocupados, mas que o ocupante perdeu eventual direito que titularize sobre a unidade imobiliária objeto da reurb:

Quadra	Lote
01	01
01	03
01	04
02	02
02	03
02	09
02	11
02	13
02	14
02	16

02	17
02	18
02	19
02	20
03	05
03	10
03	12
03	13
03	14
03	17
03	18
03	20
04	01
04	03
04	05
05	01
05	04
05	05
05	06
05	08
05	10
05	11
05	12
05	15
05	16
05	18
06	01
06	04
06	07
06	08
06	09
06	10
06	11
06	13
06	16
06	17
06	20
07	01
07	01A
07	03
07	05
07	06
08	06
08	07
08	09
08	14
08	16
08	18
08	19
08	20
09	06
09	08
09	12
09	17
09	18
09	19
09	20
10	06
10	07
10	08
10	17
10	20
11	05
11	09
11	10
11	11
11	13
12	03
12	05
12	06
12	07
12	08
12	09
12	16
12	17
12	20
13	01
13	02
13	06
13	08
13	09
13	11
13	20
14	03
14	04
14	07
14	09
14	14
14	19
15	05
15	07
15	09
15	14
15	17
16	04
16	05
16	12
16	17
17	03
17	07
17	10
17	14
18	05
18	06
18	07
18	08
18	13
19	03
19	04
19	09
20	01A
20	01B
20	07
20	08
20	10
20	14
21	01A
21	01B
21	07
21	08
21	10
21	14
21	16A
B	03
B	08
B	12
B	13
C	02
C	06
C	09
C	11
C	12
D	06
D	08
D	09
E	07
E	09
E	10
E	11
F	02
F	03
F	07
F	09

A titulação dos beneficiários acima será feita em momento posterior com a expedição do título individualizado, devendo constar na matrícula individualizada "*o titular originário da matrícula na condição de proprietário anterior, inserindo, no campo relativo ao proprietário atual, que o futuro proprietário será oportunamente citado na matrícula quando do envio complementares de beneficiários, por títulos individualizados*"

XIII – DA DESTINAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS:

O projeto em questão será destinado exclusivamente às vias públicas ao Município, não contemplando áreas de uso comum, prédios públicos ou

equipamentos urbanos. Contudo, caso existam tais áreas, elas serão automaticamente incorporadas ao patrimônio público com o registro da CRF.

Ao MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE:

DISCRIMINAÇÃO		ÁREA (m²)
Vias Públicas		41.854,09
Quadra G	Equipamento Comunitário 04	7.426,18
Quadra H	Equipamento Comunitário 03	492,86
Quadra I	Equipamento Comunitário 02	1.606,31
Quadra J	Equipamento Comunitário 01	993,92

XIV – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO:

O Município de **Várzea Grande/MT**, reconhece o interesse público para fins de REUBR na modalidade social (Reurb-s), as seguintes unidades imobiliárias (art. 23, §1°, III da Lei 13.465/17):

a) Listagem dos Lotes: **COMERCIAL E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, considerando que este(s) exerce(m) atividade(s) que proporciona(m) a geração de emprego, renda, desenvolvimento econômico e integração social para o Município;

Quadra	Lote
02	08
02	12
03	03
03	11
08	11
08	19
09	20
11	01
11	08
13	01
13	03
13	13
14	13
14	18
16	20
17	09
17	12
20	10
21	04
B	05

b) Listagem dos Lotes: **RELIGIOSA**, considerando a liberdade de crença assegurada pela Constituição Federal.

Quadra	Lote
02	18
11	20

XV –DO ESTUDO AMBIENTAL E DA SITUAÇÃO DE RISCO:

SEM NECESSIDADE DE ESTUDO TÉCNICO AMBIENTAL E RISCO: *O art. 35, inciso VIII, da Lei Federal n.º 13.465/2017, ao tratar do estudo técnico ambiental, utilizou, em sua parte final, o termo "quando for necessário". Isso significa, em outras palavras, que, conforme disposto no art. 11, § 2º, do referido diploma legal, o estudo técnico ambiental se torna obrigatório apenas naquelas hipóteses em que for "constatada a existência de núcleo urbano informal situado, total ou parcialmente, em área de preservação permanente ou em área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais definidas pela União, Estados ou Municípios." Nesta hipótese – quando for constatado alguma área com restrição ambiental – o estudo ambiental, além de ser obrigatório, tem que apresentar justificativas que comprovem as melhorias ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior, inclusive por meio de compensações ambientais, quando for o caso.*

*Considerando que, no presente caso, o objeto da REURB **NÃO** está situado, total ou parcialmente, em área de preservação permanente ou em área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais definidas pela União, **NÃO** é necessária a elaboração de estudo técnico ambiental.*

Ato contínuo, utilizando o mesmo raciocínio jurídico, o art. 35, inciso VII, ao tratar do estudo técnico para situação de risco, utilizou, em sua parte final, o termo "quando for necessário". Conforme disposto no art. 36, caput, do Decreto Federal n.º 9.310/2018, determina que, "para que seja aprovada a REURB de área de núcleos urbanos informais, ou de parcela dela, situados em áreas de riscos geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei, será elaborado o estudo técnico para situação de risco, a fim de examinar a possibilidade de eliminação, de correção ou de administração de riscos na parcela afetada."

*Considerando que, no presente caso, o objeto da REURB **NÃO** está situado, total ou parcialmente, em área áreas de riscos geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei, **NÃO** é necessária a elaboração de estudo técnico para situação de risco.*

XVI - PROPOSTA DE SOLUÇÕES PARA QUESTÕES AMBIENTAIS, URBANÍSTICAS E DE REASSENTAMENTO DOS OCUPANTES:

Não Existem Compensações Urbanísticas a Serem Realizadas no perímetro objeto de REURB: *No presente caso, não existem compensações urbanísticas a serem realizadas, motivo pelo qual fica dispensada a elaboração de cronograma e respectivo Termo de Compromisso, nos termos do §1º do artigo 30 do Decreto nº 9.310/18.*

XVII - DOS RESPONSÁVEIS PELAS OBRAS E PELOS SERVIÇOS / CRONOGRAMA / TERMO DE COMPROMISSO - INFRAESTRUTURA ESSENCIAL

Possui Infraestrutura Essencial: *O núcleo urbano informal consolidado ora objeto de REURB possui a infraestrutura essencial, definida no artigo 36, §1º da Lei nº 13.465/17, motivo pelo qual fica dispensada a elaboração do cronograma e respectivo Termo de Compromisso, nos termos do §1º do artigo 30 do Decreto nº 9.310/18.*

XVIII - DAS DECLARAÇÕES FINAIS:

Declaro que acompanha a presente CRF, os seguintes documentos:

1. Memoriais descritivos: do perímetro total, dos lotes e das áreas públicas;

2. Mapa georreferenciado do perímetro subscrito por profissional legalmente habilitado, indicando:

As construções existentes nos lotes; O sistema viário do núcleo; Acidentes geográficos (rios, lagos etc.); Demais elementos caracterizadores do núcleo.

3. ART ou RRT do responsável pelo levantamento;

A presente certidão é dotada de 113 laudas e segue numerada, rubricada e grampeada ao projeto de regularização fundiária aprovado, à listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, com a indicação que a titulação será feita em momento posterior com a expedição do título individualizado, caracterizando uma única unidade documental.

Nesta cidade de Várzea Grande/MT, aos **29 dias do mês de abril do ano de 2025**. Eu, **FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO,** Prefeito (a) Municipal e **MANOELA RONDON OURIVES BASTOS**, Secretário (a) Municipal da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Habitação de Várzea Grande/MT.

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MATO GROSSO

MANOELA RONDON OURIVES BASTOS

SECRETÁRIA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL (REURB-S) DO NÚCLEO URBANO INFORMAL DENOMINADO "LOTEAMENTO NÚCLEO III"

O **MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT**, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 03.507.548/0001-10, com sede na Avenida Castelo Branco, Paço Municipal, n. 2500, Código de Endereço Postal (CEP) n.º 78.125-700, Várzea Grande/MT, neste ato representado por seu Prefeito(a) Municipal, Sr.(a) **FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 07928408 SJ/MT e do CPF n.º 667.782.471-34, e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO DE VÁRZEA GRANDE/MT**, com sede na Avenida da FEB, nº 2138, Ponte Nova, Várzea Grande/MT, neste ato representado por seu Secretário(a), Sr.(a) **MANOELA RONDON OURIVES BASTOS**, brasileira, portadora do RG n.º 12219266 SSP/SP e do CPF n.º 859.302.611-72, no uso das atribuições legais previstas nos artigos 15 e 16 da Lei Complementar n.º 359, de 05 de dezembro de 2014, vem, por intermédio deste Edital:

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S) n.º 1008159/24 do núcleo urbano informal consolidado denominado **"LOTEAMENTO NÚCLEO III"**, regularmente instaurado no DIÁRIO OFICIAL: Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ANO XIX – N. 4.447 – no dia 21 de março de 2024, páginas 848 a 851;

CONSIDERANDO que conforme determina o art. 31, § 4º, da Lei Federal n.º 13.465/2017, a notificação dos proprietários será por via postal, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, no endereço que constar da matrícula ou transcrição, considerando-se efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço;

CONSIDERANDO que o proprietário não foi encontrado ou houve recusa da notificação por qualquer motivo, conforme disposto no art. 31, § 5º, inciso I e II, da Lei Federal n.º 13.465/2017, a notificação deverá ser feita por meio de publicação de edital;

NOTIFICAMOS EXTRAJUDICIALMENTE o(a)

QUADRA	LOTE	MATRÍCULA	CARTÓRIO	PROPRIETÁRIO	CPF/RG
3	03/04	3719	1° Ofício VG	FRANCISCO FERREIRA DUARTE	190.253.199-04
3	5	3718	1° Ofício VG	FRANCISCO FERREIRA DUARTE	190.253.199-04
11	4	25007	1° Ofício VG	MARIA HEMOGENIO DA SILVA	RG 645.683/SSP/MT
11	7	11663	1° Ofício VG	JOSÉ NOBRES DA SILVA	028.540.741-49
11	7	483	1° Ofício VG	VICENTE ALVES DA SILVA FILHO	289.606.961-53
12	22	43919	1° Ofício VG	ADEMILSON BARBOSA MOREIRA E OUTROS	814.058.551-34
13	7	4692	1° Ofício VG	JOÃO AFONSO LÔPO	Sem descrição na matrícula
16	15/16	87968	1° Ofício VG	UNIÃO CENTRO OESTE BR DA IGREJA ADVENTISTA	390.681.612-53
E	3	134967	1° Ofício VG	GUSTAVO MARTINS DA SILVA	027.822.211-08
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	408	1° Ofício VG	ELIZANGELA GONZAGA ROSA	762.517.721-15
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	787	1° Ofício VG	APARECIDA FUMIKO ANDO	458.798.001-30
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	1528	1° Ofício VG	ANTONIO CARLOS WICHOCKI	689.268.041-00
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	2774	1° Ofício VG	LUIZ KAZUAKI MIYAMOTO	141.177.039-00
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	3465	1° Ofício VG	ALEDIANE DE PINHO ROSA DIAS	987.031.291-87
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	3521	1° Ofício VG	MARINO JOSÉ RIBEIRO	080.043.239-87
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	4470	1° Ofício VG	GERVÁSIO CARDOSO DE ANDRADE	160.272.051-72
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	4934	1° Ofício VG	WILSON CUSTÓDIO PINTO	080.722.301-82
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	5322	1° Ofício VG	MARIA APARECIDA PIMENTA	137.802.121-53
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	12267	1° Ofício VG	ODIL HENRIQUE DE JESUS	209.333.551-49
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	120362	1° Ofício VG	OTILA CORREIA FERREIRA	060.698.192-68
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	7861	1° Ofício VG	MATILDE MOREIRA DA SILVA	503.662.381-91
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	8721	1° Ofício VG	CASSIMIRO MARQUES DE ARRUDA	046.073.681-72
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	27722	1° Ofício VG	ORLEY GONÇALVES DE MELO	439.321.851-53
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	11726	1° Ofício VG	PEDRO MIYOSHI INOMATA	045.935.701-82
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	12267	1° Ofício VG	ODIL HENRIQUE DE JESUS	209.333.551-49
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	35838	1° Ofício VG	ATILHA CAMPOS SILVA	004.190.251-38
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	14541	1° Ofício VG	APARECIDO FRANCO	206.245.571-20
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	14977	1° Ofício VG	ELPÍDIO JOSÉ DE ALMEIDA	107.638.991-00

Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	15069	1° Ofício VG	ANDRÉIA CAMPOS DE MATOS	603.910.141-53
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	15932	1° Ofício VG	VALDIR MIRACHI	008.843.808-23
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	16493	1° Ofício VG	ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA	600.575.561-72
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	17931	1° Ofício VG	AMALIA ZORZI FERRON	419.796.801-91
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	52815	1° Ofício VG	BENEDITO GOMES DE ARRUDA	514.022.701-00
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	20159	1° Ofício VG	BENEDITA PROCÓPIA DE CARVALHO	268.889.121-91
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	20585	1° Ofício VG	VALDOMIRO ALVES DA SILVA	177.896.641-15
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	24418	1° Ofício VG	HELIOMAR SOARES PANIAGO	109.796.111-72
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	24421	1° Ofício VG	OSVALDO JOSÉ DA COSTA	208.813.121-34
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	25450	1° Ofício VG	LEONICE GONÇALVES DE MOURA	229.548.131-72
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	25470	1° Ofício VG	MARIA DEUS FRANÇA VASSELAI	584.185.809-25
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	25595	1° Ofício VG	LEONIR ANTONIO RIGO	283.723.109-62
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	25688	1° Ofício VG	JENEFFER USELOTO CEGATI MOREIRA	011.332.041-80
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	25796	1° Ofício VG	PERY RODRIGUES DO AMARAL	022.521.631-00
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	25913	1° Ofício VG	MITSUAKI MARIO KOGA	797.757.058-00
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	26551	1° Ofício VG	KLEBER PAULO PETERS	666.758.471-04
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	30003	1° Ofício VG	MARCELO LIMA SANTOS	572.221.181-87
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	30628	1° Ofício VG	CARLOS ANTONIO DE OLIVEIRA DOS SANTOS	327.520.919-15
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	30702	1° Ofício VG	JOÉLHO JOSÉ DE ARAÚJO	916.570.591-20
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	32104	1° Ofício VG	IVANA ROCHA E SILVA	100.518.518-22
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	32105	1° Ofício VG	IVANA ROCHA E SILVA	100.518.518-22
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	33293	1° Ofício VG	ALBINO DEVARLEI AGUIAR DA ROSA	025.332.439-49
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	33294	1° Ofício VG	PEDRO JOSÉ DE OLIVEIRA	103.656.211-53
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	33698	1° Ofício VG	JOSÉ FERREIRA DA CRUZ	002.144.341-68
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	33773	1° Ofício VG	CLAUDINEZ FRANCISCO DOS SANTOS	502.706.051-34
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	34249	1° Ofício VG	RUBERLEI DA SILVA CEBALHO	729.614.571-49
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	34778	1° Ofício VG	SAMUEL LOPES MONTEIRO	243.175.191-00
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	34856	1° Ofício VG	MARIA CARLOS DE SOUZA	300.075.421-00
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	41740	1° Ofício VG	PAULO ASSUNÇÃO DA SILVA	278.715.938-97
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	41846	1° Ofício VG	ALEXANDRE POZZOBOM GRANDO	003.547.611-70
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	43774	1° Ofício VG	FLAVIA HELENA DA SILVA CLAROS	009.609.971-21
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	52756	1° Ofício VG	LUIZ BARRIZON	413.254.371-68
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	61928	1° Ofício VG	EMYLLE AGATHA DOS SANTOS CASTILHO	038.456.921-89
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	61929	1° Ofício VG	HIGOR DOS SANTOS CASTILHO	038.456.911-07
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	57717	1° Ofício VG	C. M. SILVA COMÉRCIO DE VEICULOS EIRELLI	19.115.026/0001-03
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	57718	1° Ofício VG	MARIA DE FÁTIMA E SILVA	178.817.061-04
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	57719	1° Ofício VG	CLAUDIO LUIS MAGALHÃES BARRIZON	811.582.461-53
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	36641	1° Ofício VG	BERNADINO FRANCISCO DOS SANTOS	156.127.751-72
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	39173	1° Ofício VG	JOSÉ INÁCIO LOUÇÃO	019.378.398-34
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	39260	1° Ofício VG	JOSÉ LOURENÇO DA SILVA	118.313.401-00
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	40142	1° Ofício VG	JAILSON ALVES DE LIMA E OUTRA	632.655.591-49
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	41690	1° Ofício VG	ADEMAR EGEA DA SILVA	851.240.791-34
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	42955	1° Ofício VG	ELAINE FRANCISCA PARMINONDI PEREIRA	002.685.121-08

Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	43595	1° Ofício VG	LEONOR APARECIDA PEROZO	777.365.081-00
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	112331	1° Ofício VG	MARIA DE SOUSA SANTOS NEVES	Sem descrição na matrícula
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	44102	1° Ofício VG	RONALDO BIAGGI MORI	009.662.228-81
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	44408	1° Ofício VG	ALEXANDRA ANTONIA DA SILVA	859.508.821-72
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	48489	1° Ofício VG	ALTAIR JOSÉ GOMES	654.800.661-53
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	50843	1° Ofício VG	ALBINO DEVARLEI AGUIAR DA ROSA	025.332.439-49
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	52815	1° Ofício VG	BENEDITO GOMES DE ARRUDA	514.022.701-00
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	53154	1° Ofício VG	CLORO MATO GROSSO LTDA EPP	33.687.278/0001-38
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	53221	1° Ofício VG	WALDIR GAMBAROTO	557.106.468-49
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	70135	1° Ofício VG	ERONIDES CARLOS FERREIRA	405.947.261-15
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	60900	1° Ofício VG	PAULO ROGÉRIO TEIXEIRA ALVES	285.811.052-20
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	61605	1° Ofício VG	DANKAR COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA-EPP	09.472.666/0001-17
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	67856	1° Ofício VG	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	503.135.331-72
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	75091	1° Ofício VG	HAMILTON JUNIOR TAPAJÓS JUNIOR	811.600.701-72
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	75390	1° Ofício VG	JOÃO PEDRO PEREIRA	142.750.231-53
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	76418	1° Ofício VG	JOSÉ ALENCAR DE MELO	744.168.206-15
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	77550	1° Ofício VG	ANDERSON JOSÉ MOREIRA DUTRA	703.963.531-34
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	78474	1° Ofício VG	EGON NEIS	715.066.751-15
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	81681	1° Ofício VG	GONÇALINA CATARINA DIAS	169.959.961-53
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	93573	1° Ofício VG	MIGUEL FRANCISCO DA SILVA	388.666.509-78
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	94808	1° Ofício VG	MARGARIDA MARIA MENEGAZZO DE BARROS	275.204.391-00
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	95224	1° Ofício VG	SAMUEL RODRIGUES AGUIAR	362.192.821-91
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	97420	1° Ofício VG	JOSÉ ALFREDO DA SILVA	062.132.351-91
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	97489	1° Ofício VG	BENEDITO HONÓRIO DA SILVA	109.505.911-49
ÁREA DESMEMBRADA		101559	1° Ofício VG	MANOEL DOMINGOS DOS SANTOS	344.415.901-30
ÁREA REMANESCENTE		101560	1° Ofício VG	MANOEL DOMINGOS DOS SANTOS	344.415.901-30
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	103712	1° Ofício VG	JUATEL RENÓRIO RIBEIRO BECKER BARBOSA	256.887.151-20
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	105843	1° Ofício VG	FRANCISCA RIBEIRO DA SILVA	854.372.631-04
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	120362	1° Ofício VG	OTILA CORREA FERREIRA	060.698.192-68
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	123774	1° Ofício VG	MILETTO JOSÉ DA SILVA	284.667.301-25
Sem descrição na matrícula	Sem descrição na matrícula	126774	1° Ofício VG	ADOLFO PEDRO ARCANJO	139.610.631-68

Para que, querendo, apresente impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desde edital, ao Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S) n.º 1008159/24 do núcleo urbano informal consolidado denominado "**LOTEAMENTO NÚCLEO III**". Fica a parte notificada advertida de que a ausência de manifestação será interpretada como concordância com a REURB e na perda de eventual direito de que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da REURB, nos termos do art. 31, § 6º, da Lei Federal n.º 13.465/2017 c/c art. 24, § 8º, do Decreto Federal n.º 9.310, de 15 de março de 2018. Informamos ainda que o presente procedimento seguirá o disposto no art. 44, § 8º da Lei Federal 13.465/2017.

Cabe informar ainda, que os documentos referentes à regularização fundiária urbana estão à disposição para consultas na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO DE VÁRZEA GRANDE/MT, com sede na Avenida da FEB, nº 2138, Ponte Nova, neste Município, onde também receberá eventual impugnação, requerimento, declaração e/ou documentação.

VÁRZEA GRANDE/MT, 29 de abril de 2025.

MANOELA RONDON OURIVES BASTOS

SECRETÁRIA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

SETOR DE CONTRATOS
PORTARIA Nº 312/2025, 29 DE ABRIL DE 2025

Designa fiscais de contratos.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e as disposições do Decreto Municipal nº 008/2025, que dispõe sobre a atuação dos gestores e fiscais de contratos,

RESOLVE:

1.1 Art. 1º **Dispensa**r, a partir desta data, o servidor abaixo relacionado da função de acompanhamento e fiscalização do **Contrato Nº 025/2024,** firmado entre o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade e ao Sr. **BENEDITO BATISTA DOS SANTOS, RG: 32.109.344-5 SSP/RJ e do CPF: 011.520.332-04,** que tem por objeto a locação de imóvel para instalação e funcionamento do laboratório municipal, localizado na Rua Londrina s/nº, Centro de Vila Bela da Ss. Trindade-MT, objeto da matrícula imobiliária nº 1920, do 1º Registro de Imóveis, de propriedade de **BENEDITO BATISTA DO SANTOS**, **para abrigar as instalações do Laboratório Municipal,** com área de 100 a 200m2 , centro adequado aos serviços de funcionamento do laboratório municipal, o qual atende as exigência e normas da vigilância sanitária, contendo para o funcionamento do laboratório: 03 (três) salas; 02 (duas) para coleta; 01 (uma) para procedimento; 02 (dois) banheiros, cozinha, porta de blindex, sala administrativa e recepção, visto que o imóvel se encontra em perfeito estado.

I – Fiscal titular: **ELIALDE FERNANDES LEITE**, matricula nº 132;

Art. 2º **Designar,** a partir desta data,os servidores abaixo relacionados para exercerem a fiscalização do **Contrato Nº 025/2024,** firmado entre o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade e ao Sr. **BENEDITO BATISTA DOS SANTOS, RG: 32.109.344-5 SSP/RJ e do CPF: 011.520.332-04,** que tem por objeto a locação de imóvel para instalação e funcionamento do laboratório municipal, localizado na Rua Londrina s/nº, Centro de Vila Bela da Ss. Trindade-MT, objeto da matrícula imobiliária nº 1920, do 1º Registro de Imóveis, de propriedade de **BENEDITO BATISTA DO SANTOS**, **para abrigar as instalações do Laboratório Municipal,** com área de 100 a 200m2 , centro adequado aos serviços de funcionamento do laboratório municipal, o qual atende as exigência e normas da vigilância sanitária, contendo para o funcionamento do laboratório: 03 (três) salas; 02 (duas) para coleta; 01 (uma) para procedimento; 02 (dois) banheiros, cozinha, porta de blindex, sala administrativa e recepção, visto que o imóvel se encontra em perfeito estado.

I – Fiscal titular: **LUCINEIA DOS SANTOS SILVA**, matricula nº 2128;

II – Fiscal suplente: **ARNALDO MATUCARI SUPEPI**, matricula nº 4063;

Art. 3º O fiscal substituto atuará como fiscal do contrato nas ausências e eventuais impedimentos do titular;

Art. 4º O fiscal deverá tomar conhecimento do contrato e do processo licitatório ou de contratação direta originária;

Art. 5º O fiscal deverá exercer a fiscalização nos moldes do processo de contratação e do decreto nº 008/2025 e suas alterações, ou outro que vier a substituí-lo;

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2025.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 318/2025

EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

JACOB ANDRE BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido **RODRIGO CARDOSO DOS SANTOS,** brasileiro, residente e domiciliado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, do cargo de provimento em comissão de **Administrador de Transporte, Símbolo C.C-1.**

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JACOB ANDRE BRINGSKEN PREFEITO

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DOS ATOS DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 009/2025

No uso das atribuições legais a mim conferidas e em conformidade com o disposto no artigo 74, inciso III, da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações posteriores; RATIFICO E HOMOLOGO os atos da Inexigibilidade de Licitação N. 009/2025.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL.**

CONTRATADO: M. H. TOSTI CNPJ 05.469.282/0001-94

VALOR TOTAL: R$ 193.200,00 (cento e noventa e três mil e duzentos reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 29 de abril de 2025.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

PORTARIA N.315/2025

AUTORIZA CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

Considerando os Artigos 102 a 105 da Lei Municipal 424/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a conversão em pecúnia de **03 (três) meses,** da licença-prêmio que se faz jus o servidor efetivo no cargo de Vigia**DEVALDO LEITE DE CAMPOS**,relativo ao período aquisitivo de **02.01.2017 a 01.01.2022**, com fulcro no artigo 102 e 105, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992. **Com pagamento para o mês de outubro.**

Artigo 2º – Caberá ao Departamento de Recursos Humanos consignar em folha de pagamento o valor da conversão de que trata o artigo anterior, sob a denominação **Conversão em Pecúnia–Portaria n. 315/2025**, observadas as formalidades e disposições legais em vigor.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

PORTARIA N.314/2025

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **ALANDIONE DA SILVA LUNA, Funcionário Municipal Efetivo**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Licença-**Prêmio,** por um período de 03 (três) meses, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992**.**

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, o servidor beneficiário deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o artigo anterior corresponde ao período aquisitivo de **01.03.2019 a 28.02.2024.** Tendo início **05.05.2025** e término em **05.08.2025.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.313/2025

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **ISAIAS GONÇALVES DE ALMEIDA,** Funcionário Municipal Efetivo, **Licença-Prêmio,** por um período de 03 (três) meses, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992**.**

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, o servidor beneficiário deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o artigo anterior corresponde ao período aquisitivo de **01.08.2018 a 31.07.2023.** Tendo início **01.05.2025** e término em **01.08.2025.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DOS ATOS DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 008/2025

No uso das atribuições legais a mim conferidas e em conformidade com o disposto no artigo 74, inciso III, da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações posteriores; RATIFICO E HOMOLOGO os atos da Inexigibilidade de Licitação N. 008/2025.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO NA FORMAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA DISTRIBUIÇÃO DA COTA PARTE DOS IMPOSTOS SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS NO ESTADO DE MATO GROSSO, NOTIFICAÇÕES, RECURSOS ADMINISTRATIVOS, PARA A ARRECADAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO IMPOSTO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE – MT.**

CONTRATADO: G. LANZARINI CNPJ: 17.554.481/0001-80

VALOR TOTAL: R$: 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 29 de abril de 2025.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

1ª ORDEM DE SERVIÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 015/2025 - PREGÃO ELETRONICO N. 004/2025

1ª ORDEM DE SERVIÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 015/2025

PREGÃO ELETRONICO N. 004/2025

"Autoriza o início do serviços que especifica".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

I – Autorizar a empresa**EXITO EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob n. **25.993.540/0001-44**, a iniciar imediatamente os serviços constantes da ARP **nº 015/2025**, firmado com a referida empresa em **31 de Março de 2025,** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE SONDAGENS DE SOLO DO TIPO SPT,ROTATIVA E ENSAIO DE TAXA DE PERCOLAÇÃO.

II - Nos termos da Comunicação Interna n.º 727 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, a contratada está autorizada a realizar estudo de sondagem nos seguintes locais do município:

. Sondagem SPT e sondagem Rotativa na ponte sobre o rio Guaporé (Região do antigo colégio Agrícola);

. Sondagem SPT e sondagem Rotativa na ponte sobre o rio Sararé;

III – Esta Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO	**EXITO EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ: 25.993.540/0001-44 CONTRATADA**

RECEBI EM:_____/ _____/_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO CONCURSO DE PROJETOS Nº 001/2025 – CONTRATAÇÃO DE OSCIP

RESULTADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

CONCURSO DE PROJETOS Nº 001/2025 – CONTRATAÇÃO DE OSCIP

A Prefeitura Municipal de Vila Rica / MT, localizada na Avenida Brasil, nº 2.000, Bairro Centro, no uso de suas atribuições legais mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, através da Comissão Julgadora, nomeada pela Portaria nº 207/2025, torna-se público o encerramento da fase de julgamento do mencionado, para seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, preferencialmente qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, onde foi selecionado com 118 (cento e dezoito) a OSCIP:

OSCIP SELECIONADA	VALORES DO CUSTO MENSAL COM ENCARGOS
IPGP-INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 09.540.390/0001-67	**Grupo I - CLT- Não excederá 68% Grupo II- PJ não excederá 15%**

FERNANDA RICHARD DA SILVA GOMES

AGHATA STOFFEL AMARAL

IAGO FELIPE ROSENDO DE ARRUDA

Port .207/2025

Comissão julgadora

Vila Rica – MT, 29 de Abril de 2025.

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

Nº 006/2025

DE 29 DE ABRIL DE 2025

T O R N A P Ú B L I C O

Pelo Presente Edital de Publicação de Contrato a Prefeitura Municipal De Vila Rica, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.238.862/0001/45, com sede na Av. Brasil nº 2000 – Bairro Bela Vista, Nesta Cidade representada pelo Prefeito, Srº. JOÃO SALOMAO PIMENTA, nos termos da Lei Municipal nº 1604/2019, resolve contratar no mês de ABRIL/2025 para Prestação de Serviços os abaixo relacionados.

Nome	CARGO
ADRIANA DE SOUZA MACHADO GABRIEL	PROFESSOR I A IV
VILMAIRA DA SILVA PEREIRA COSTA	PROFESSOR I A IV
SILVANE CARDOSO GOMES	MEDICO VETERINARIO 20 hrs
ELIZAMARA GRANEL DOS ANJOS	PROFESSOR I A IV
LENIEL DA SILVA LUZ	MOTORISTA ESCOLAR

P U B L I QU E - S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

JOÃO SALOMÃO PIMENTA ***Prefeito Municipal***

Gestão 2025-2028

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO PARCERIA 001/2025

EXTRATO DO TERMO PARCERIA 001/2025

MUNICIPIO DE VILA RICA - MT

EXTRATO DO TERMO DE PARCERIA N.º 001/2025 - Local da Realização do Projeto: Município de Vila Rica – MT. Objeto do Termo de Parceria: Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei Federal n° 9.790/99, para celebrar TERMO DE PARCERIA para formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de projetos vinculados Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social, Infraestrutura, Educação, Finanças, Esporte e Lazer, Agricultura, Administração e Gabinete do Prefeito seguindo as diretrizes estabelecidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, e demais condições deste Edital.

Nome da OSCIP: INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - IPGP – CNPJ: 09.540.390/0001-67. Endereço: Avenida Haiti, Bairro Jardim das Américas, nº610, Sala 21, Cuiabá/MT, Cep:78.060-618.

Vila Rica/MT, 29 de abril de 2025

ASSINANTES:

JOÃO SALOMÃO PIMENTA – Prefeitura Municipal De Vila Rica (03.238.862/0001-45) – Parceiro publico

Nome do responsável pelo projeto: **ANA LUCIA VIEIRA DE SOUZA**. Cargo/Função: Presidente da Entidade.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 062/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2025

Nº DE LICITAÇÃO NO BB:1069657

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico que será regida pela Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelo Decreto n° 11.462/2023 suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em recarga de gases medicinais e industriais, sob de-

manda, conforme especificações e condições estabelecidas neste instrumento.

REALIZAÇÃO: 22/05/2025.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 09h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica, 29 de abril de 2025.

CRISTINA MAGALHAES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 049/2025

DE 29 DE ABRIL DE 2025.

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DURANTE AS FESTIVIDADES DO 39º ANIVERSÁRIO DE VILA RICA - MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILA RICA, Estado de Mato *Grosso,* no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO as comemorações alusivas ao 39º Aniversário de Emancipação Política e Administrativa do Município de Vila Rica - MT;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar o funcionamento dos órgãos públicos municipais durante as festividades;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido que, entre os dias 12 a 16 de maio de 2025, o expediente nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta será:

I – No dia **12/05/2025(segunda**-feira), o expediente será normal.

II – No dia **13/05/2025(terça**-feira), **feriado municipal**.

III- Nos dias **14/05/2025** (quarta-feira), **15/05/2025** (quinta-feira) e **16/05/2025** (sexta-feira), o expediente será das 12h:00min ás 18h:00min.

Art. 2º O disposto no artigo anterior não se aplica as aulas da rede municipal no que diz respeito ao cumprimento do calendário escolar, e aos serviços considerados essenciais e de interesse público, que, por sua natureza, não podem ser paralisados ou interrompidos, especialmente nas áreas de:

I - Tratamento e abastecimento de água;

II - Assistência médica, ambulatorial e hospitalar;

III- Distribuição de medicamentos da farmácia básica,

IV – Limpeza e Captação do lixo/equipe de emergência da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas

V - Segurança Pública

VI - Serviços de fiscalização e outros que se fizerem necessários.

Art. 3º Os serviços essenciais deverão ser contínuos, sendo o (a) Secretário (a) da Pasta, responsável por organizar a fim do cumprimento da Lei.

§ 1° Havendo necessidade específica de qualquer setor, fica a critério do secretário da pasta a escala de trabalho.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de abril 2025.

JOÃO SALOMÃO PIMENTA

Prefeito Municipal

Gestão 2025/2028

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO DO DECIMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2020

TERMO DE CANCELAMENTO DO DECIMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2020

A prefeitura municipal de Vila Rica MT, torna público a anulação do 10° termo aditivo ao contrato original 002/2020, publicado no dia 10 de abril de 2025. A anulação de atos públicos refere-se ao processo pelo qual a Administração Pública pode anular seus próprios atos quando esses atos forem ilegais ou viciados. A anulação pode ser realizada pela própria Administração, mediante provocação de parte interessada. O cancelamento é foi motivado devido o prazo de vigência que foi informado de forma errônia, sem a necessidade do mesmo, considerando que o contrato 002/2020 permanece vigente conforme previsto no aditivo 9° .

Base legal: Lei 14.133/2021 – Unilateralmente pela administração. O Presente termo não trará prejuízo de ambas as partes

AI FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI - EPP, alterou o nome fantasia para TERRANORTE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA EPP permanecendo com o mesmo CNPJ sob o nº 24.683.120/0001-07 Contratada

JOAO SALOMÃO PIMENTA - Prefeito Municipal

Vila Rica MT 29 de abril de 2025

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2020

TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2020, QUE CELEBRAM ENTRE SI PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA E A EMPRESA TERRANORTE ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELLI EPP

O **MUNICÍPIO DE VILA RICA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Avenida Brasil, nº 2.000, Bairro Bela Vista, Palácio Araguaia, Vila Rica - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 03.238.862/0001-45, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal, **JOAO SALOMÃO PIMENTA**, brasileiro, doravante denominado de **CONTRATANTE** e a empresa**AI FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI - EPP**, alterou o nome fantasia para **TERRANORTE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA EPP** permanecendo com o mesmo CNPJ sob o nº 24.683.120/0001-07 e Inscrição Estadual sob o nº 13.188.740-8, doravante denominada simplesmente de Contratada**,** neste ato representada por sua sócia administrador Sr **ANTONIO IDALÉCIO FERNANDES** residente a Avenida Doutor Hélio Ribeiro, nº 525, Bairro Residencial Paiaguás, Município de Cuiabá-MT, Cep: 78.048-250 doravante denominada **CONTRATADA,** que celebram entre si o TERMO DE RERRATIFICAÇÃO ao contrato 002/2020 decorrente do Processo 068/2019 e Concorrência 002/2019 em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste em rerratificar o Contrato nº 002/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – RETIFICAÇÃO

2.1 Retifica-se por este instrumentona Clausula primeira item 1.1**,** conforme segue abaixo**;**

Onde lê-se

2.2 O presente aditivo tem por objeto acrescer o valor de R$ 417.575,42 (quatrocentos e dezessete mil quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos) referente a ampliação dos serviços inicialmente contratado, sendo um acréscimo no quantitativo de mais 99 (noventa e nove) ligações de esgoto totalizando 870 (oitocentos e setenta) metros de rede coletora conforme descrito na justificativa técnica emitida pelo setor de engenharia.

Leia -se

2.3 O presente aditivo tem por objeto acrescer o valor de R$ 417.575,42 (quatrocentos e dezessete mil quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos) referente a ampliação dos serviços inicialmente contratado, sendo um acréscimo no quantitativo de mais 99 (noventa e nove) ligações de esgoto totalizando 870 (oitocentos e setenta) metros de rede coletora conforme descrito na justificativa técnica emitida pelo setor de engenharia e consequentemente exige a prorrogação do prazo para execução da ampliação dos serviços previsto na planilha, para esse finalidade o cronograma prevê um prazo de 120 (cento e vinte) dias sendo o prazo para execução, à contar de 21/02/2025 à 21/06/2025. No entanto a vigência contratual passará a vigorar até o dia 21/06/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

3.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na IOMAT e AMM, bem como no respectivo sítio oficial do município em observância a Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

4.1. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do contrato principal, não alcançadas pelo presente instrumento.

Vila Rica / MT, 28 de Abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

JOAO SALOMÃO PIMENTA

GESTÃO 202-2028

TERRANORTE ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELLI EPP

ANTONIO IDALÉCIO FERNANDES

Contratada

TESTEMUNHAS:

ANDER PAULO BATISTA DOS SANTOS	JOMAR MAGALHÃES

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCURSO DE PROJETOS 001/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

CONCURSO Nº 001/2025

O MUNICÍPIO DE VILA RICA ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa jurídica de Direito público municipal com sede avenida Brasil n° 2.000, VILA RICA - MT, inscrito no CNPJ/MF, neste ato representado pelo prefeito municipal, Senhor João Salomão Pimenta agente político, brasileiro, casado, doravante denominado de Parceiro Público e o INSTITUTO DE PESQUISA E GESTÃO DE POLITICAS PUBLICAS IPGP (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO) OSCIP, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ nº 09.540.390/0001-67 qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme Processo Licitatório 012/2025, Concurso 001/2025 neste ato representada na forma de seu estatuto por INSTITUTO DE PESQUISA E GESTÃO DE POLITICAS PUBLICAS - IPGP tendo como presidente a Sra Ana Lucia Vieira de Souza, com fundamento no que dispõem a Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999, e o Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, resolvem firmar o presente TERMO DE PARCERIA. Publica-se.

Vila Rica, 29 de abril de 2025.

JOÃO SALOMÃO PIMENTA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2025-2028

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 061/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 1069650

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico que será regida pela Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelo Decreto n° 11.462/2023 suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à Secretaria Municipal de Saúde de Vila Rica - MT, com o objetivo de abastecer o Hospital Municipal/Pronto Atendimento, garantindo o atendimento contínuo e adequado à população.

REALIZAÇÃO: 20/05/2025.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 09h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado “Licitações-e”, desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica, 29 de abril de 2025.

CRISTINA MAGALHAES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 249/2025

de 29 de abril de 2025.

JOÃO SALOMÃO PIMENTA**,** Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora MARLI TEREZINHA MACAAIEWSKI FERREIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 5049 lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo de COORDENADOR PEDAGOGICO, pelo período de 23/04/2025 a 25/08/2026, conforme perícia médica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação a 23/04/2025.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

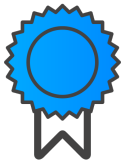
C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

JOÃO SALOMÃO PIMENTA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Apr 29 22:33:20 UTC 2025
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)